



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO N. 916, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pará (UFPA), 2026 - 2035.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral, e em cumprimento à decisão da Colenda Câmara de Legislação e Normas e do Egrégio Conselho Universitário, em Reunião Extraordinária realizada no dia 19.08.2026, e de acordo com os autos do Processo n. 045965/2026 – UFPA, procedentes da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pará (UFPA), 2026 - 2035.

Art. 2º O PDI da UFPA, 2026-2035, encontra-se estruturado em 5 (cinco) volumes:

I – Volume I – Gestão Estratégica da UFPA;

II – Volume II – Projeto Pedagógico Institucional;

III – Volume III – Políticas de Gestão;

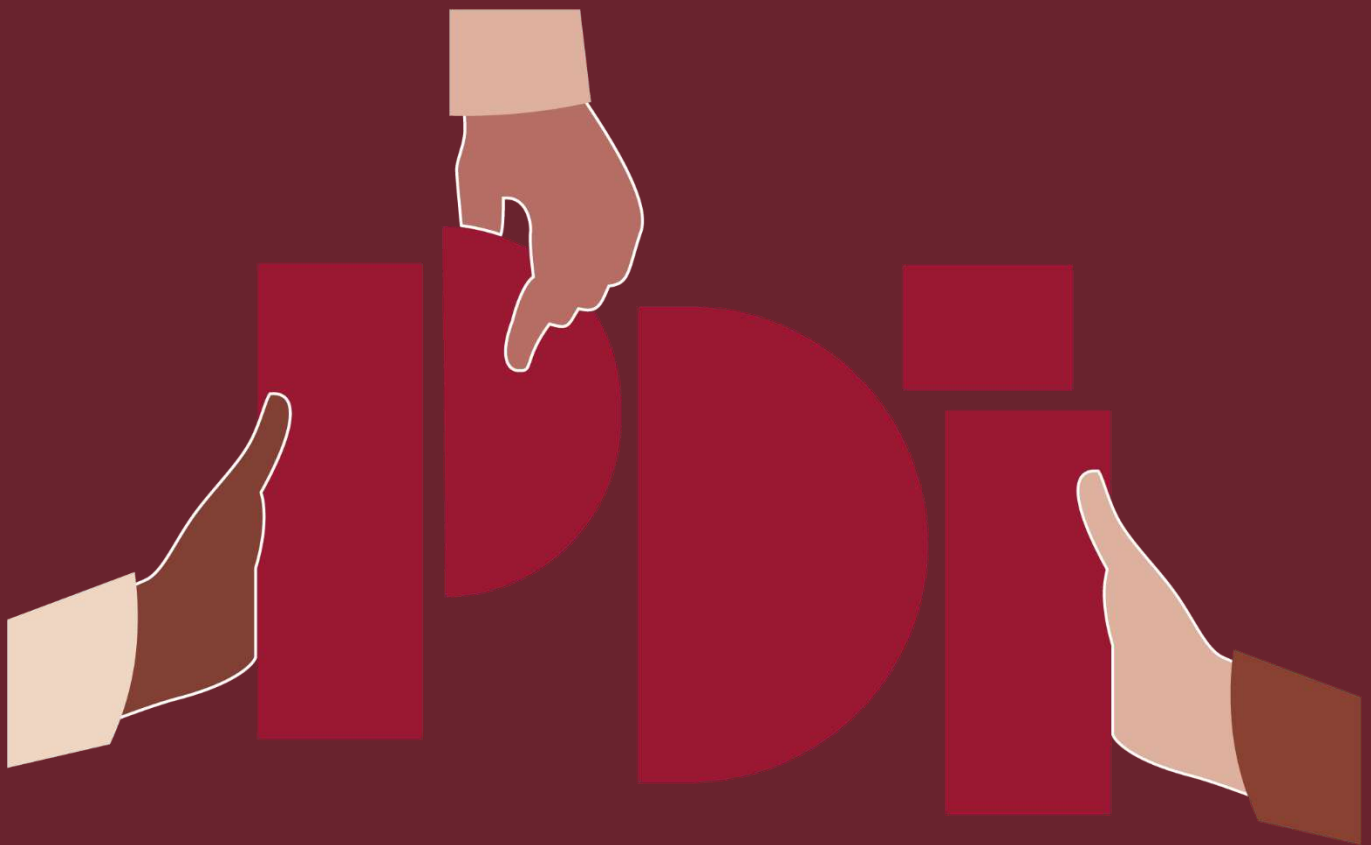
IV – Volume IV – *Multicampia*;

V – Volume V – Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da UFPA.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua aprovação.

Reitoria da Universidade Federal do Pará, em 19 de agosto de 2026.


GILMAR PEREIRA DA SILVA
Reitor
Presidente do Conselho Universitário



Plano de Desenvolvimento Institucional | UFPA

2026 · 2035

VOLUME I
GESTÃO ESTRATÉGICA DA UFPA



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035

Universidade Federal do Pará
Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto
Rua Augusto Corrêa, 01
CEP: 66075-110 – Guamá – Belém – Pará
www.ufpa.br
© UFPA, 2026

Universidade Federal do Pará

Reitoria	Gilmar Pereira da Silva
Vice-Reitoria	Loiane Prado Verbicaro

Secretarias

Secretaria Geral	Doriedson do Socorro Rodrigues
Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores	Soraya Maria Bitar de Lima Souza

Pró-Reitorias

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Maria Lucilena Gonzaga Costa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Maria Iracilda da Cunha Sampaio
Pró-Reitoria de Extensão	Nelson José de Souza Júnior
Pró-Reitoria de Relações Internacionais	Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin
Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil	Ronaldo Marcos de Lima Araújo
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Cristian Mayko Carvalho da Costa
Pró-Reitoria de Administração	Raimundo da Costa Almeida
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal	Ícaro Duarte Pastana

Superintendências

Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade	Zélia Amador de Deus
Superintendência de Inovação e Desenvolvimento	Filipe de Oliveira Saraiva

Assessorias

Assessoria de Comunicação Institucional	Edmê Gomes Paixão
Assessoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica	Carlos Augusto Vasconcelos Pires
Assessoria de Controle Interno	Andréia Firmiano da Silva

Outros Assessoramentos

Auditoria Interna	Lília Nazaré Limão Barros de Oliveira Góes
Ouvidoria Geral	Iraneide Rocha Freire
Prefeitura Multicampi	Eliomar Azevedo do Carmo
Procuradoria-Geral	Fernanda Ribeiro Monte Santo

Institutos

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares	Luís Mauro Santos Silva
Instituto de Ciências Biológicas	Renata Coelho Rodrigues Noronha
Instituto de Ciências da Arte	Isis de Melo Molinari Antunes
Instituto de Ciências da Educação	Eliana da Silva Felipe
Instituto de Ciências da Saúde	Carlomagno Pacheco Bahia
Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Marcos Monteiro Diniz
Instituto de Ciências Jurídicas	Valena Jacob Chaves Mesquita
Instituto de Ciências Médicas	Silvestre Savino Neto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Paulo Moreira Pinto
Instituto de Educação Matemática e Científica	Eduardo Paiva de Pontes Vieira
Instituto de Estudos Costeiros	Nelane do Socorro Marques da Silva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Edila Arnaud Ferreira Moura
Instituto de Geociências	Arnaldo de Queiroz da Silva
Instituto de Letras e Comunicação	Tânia Maria Pereira Sarmiento Pantoja
Instituto de Medicina Veterinária	Talita Bandeira Roos
Instituto de Tecnologia	Miércio Cardoso de Alcântara Neto

Núcleos

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos	Armin Mathis
Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia	Cleison Daniel Silva
Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia	Jussara Moretto Martinelli-Lemos
Núcleo de Endocrinologia e Diabetes	João Soares Felicio
Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica	Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão	Marcio Lima do Nascimento
Núcleo de Medicina Tropical	Marilia Brasil Xavier
Núcleo de Meio Ambiente	Christian Nunes da Silva
Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Paulo Pimentel de Assumpção
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento	Simone Souza da Costa Silva

Campi

Campus de Abaetetuba	Manuel de Jesus dos Santos Costa
Campus de Altamira	Djair Alves Moreira
Campus de Ananindeua	Alcy Favacho Ribeiro
Campus de Bragança	Francisco Pereira de Oliveira
Campus de Breves	Silvio Carlos Ferreira Pereira Filho
Campus de Cametá	Eraldo Souza do Carmo
Campus de Capanema	Rosa Helena Sousa de Oliveira
Campus de Castanhal	Francisco Valdinei dos Santos Anjos
Campus de Salinópolis	Lindomar Miranda Ribeiro
Campus de Soure	Juliano Cássio da Silva Conceição
Campus de Tucuruí	Wassim Raja El Banna



Escolas

Escola de Aplicação da UFPA	Luiza Helena de Oliveira Pires
Escola de Música	Celson Henrique Sousa Gomes
Escola de Teatro de Dança	Tarik Coelho Alves

Complexo Hospitalar

Hospital Universitário João de Barros Barreto	Regina Fátima Feio Barroso
Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	

Órgãos Suplementares

Arquivo Central	Diogo Junior Silva Barros
Biblioteca Central	Michelly Cristina Bacelar Tavares do Nascimento
Casa da Cultura “Fonte do Caranã”	Caio Filipe Bezerra Macedo
Centro Interativo de Ciência e Tecnologia da Amazônia	Luís Carlos Bassalo Crispino
Centro de Memória da Amazônia	Antônio Maurício Dias da Costa
Centro de Processos Seletivos	Aarão Ferreira Lima Neto
Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos	Julieta Cristina de Andrade Jatahy
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação	Marco Aurélio Capela
Editora da UFPA	Silvia Helena Benchimol Barros
Galeria de Arte da UFPA	Orlando Franco Maneschy
Gráfica	William Gaia Farias
Mercedários	Thaís Alessandra Bastos Caminha Sanjad
Museu da UFPA	Luiz Tadeu Costa

Comissões

Comissão Permanente de Pessoal Docente	Jacob Furtado Cantão
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar	Daniele Dorotéia Rocha da Silva de Lima
Comissão Permanente de Licitação	Udson Pacheco de Souza
Comissão de Ética da UFPA	Maurício da Silva Borges
Comissão Própria de Avaliação	Maria Lucia Harada
Comissão Permanente de Apuração da Irregularidade das Empresas	Ângela Maria Rodrigues Santos
Comissão de Regularização Fundiária	Durbens Martins Nascimento



Coordenação, Organização e Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Coordenação

Cristian Mayko Carvalho da Costa

Thiago Lobo Rodrigues

Organização e Elaboração

Fagner Santos da Silva

Sara Patrício Martins

Rafaela Martins Fontoura

Equipe técnica

Adriano Andrade Silva

Allan Barroso Pinheiro

Aluizio Marinho Barros Filho

Ana Carla Macedo da Silva

Arthur Lima Sampaio de Souza

Charles Eduardo de Albuquerque Vieira

Cristiane de Araújo Teixeira

Diene Fernanda Baía Teixeira

Diógenes Oliveira Ribeiro

Diogo Cesar Benassuly Cardoso

Diogo Willavian Maciel Dantas

Higor Henrique Gomes de Oliveira de Souza

Huderson Alexandre Souza de Melo

Jaciane do Carmo Ribeiro

José Deusimar Gonçalves da Silva

Júlio Cezar Lima Santana

Lianne Cristina de Oliveira Cabral

Lorena Suély Pires da Silva Lopes

Lucas Batista Figueira

Luciana Neves Bentes Cardias

Márcio Augusto da Cruz Almeida

Maria da Conceição G. Ferreira

Maria Lúcia Harada

Sandy Andrade Faro

Suelem Torres de Freitas

Suzane Rosa Lima

Thiago Borges Lobato Gonçalves

Victor Gabriel Alves Corrêa

Equipe de Apoio

Ayla Gessiele Almeida Lemos

Camila do Socorro da Cunha Monteiro

David Pinheiro Tavares

Eleonora de Jesus Albuquerque Valadário

Leandro Farache Marques

Leonardo Freire Rodrigues

Monique Ferreira da Silva

Suzane Rosa Lima

Produção Gráfica e Revisão

Projeto gráfico e diagramação

(Sem informação)

Ilustração

(Sem informação)

Revisão

(Sem informação)

Fotografia

(Sem informação)

Este material faz parte do conjunto de 5 (cinco) volumes que compõem o novo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (PDI UFPA 2026-2035):

- Volume I – Gestão Estratégica da UFPA
- Volume II – Projeto Pedagógico Institucional
- Volume III – Políticas de Gestão
- Volume IV – Multicampia
- Volume V – Cronograma de Implantação de Desenvolvimento da UFPA

Dessa forma, a UFPA detém seu efetivo direito de uso, reprodução, transformação em trabalhos derivados de qualquer tipo, ou qualquer outro uso, vedando-se toda e qualquer forma de utilização para fins divergentes à sua proposta inicial, sem prévia consulta.

APRESENTAÇÃO

Ao nos aproximarmos de sete décadas de história, a Universidade Federal do Pará reafirma sua posição como a maior e mais estratégica instituição de ensino superior da Amazônia, apresentando à sociedade o seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o decênio 2026-2035. Este documento não é apenas um instrumento de gestão, mas um manifesto de compromisso com o futuro de uma região que hoje ocupa a centralidade dos debates globais sobre clima, sustentabilidade e equidade social. O desenvolvimento da educação superior pública no Brasil alcançou, na última década, resultados notáveis de expansão e consolidação da pesquisa, mas o cenário contemporâneo exige mais. As instituições brasileiras têm diante de si o desafio de responder com agilidade e profundidade a problemas de uma complexidade inédita, que transcendem os limites disciplinares tradicionais e exigem abordagens inovadoras. Planejar o futuro de uma universidade multicampi neste contexto significa preparar a instituição para um novo salto de qualidade, onde a excelência acadêmica caminha indissociável da responsabilidade social.

Nesse horizonte, o PDI 2026-2035 reconhece que produzir conhecimento de ponta e formar recursos humanos de alto nível são atribuições que devem estar integradas a um esforço genuíno de transferência de conhecimento para a sociedade e de resolução dos grandes desafios amazônicos. O esgotamento de ciclos econômicos baseados na exploração predatória impõe à UFPA a missão de liderar a construção de um desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Para isso, a universidade do futuro será voltada para o trabalho interdisciplinar e para a interação criativa com as demandas sociais, consolidando a verticalização do ensino não apenas na capital, mas em todos os seus campi. Se o ciclo anterior foi marcado pela expansão do acesso, a próxima década será definida pelo fortalecimento da pesquisa e pela expansão da pós-graduação no interior do estado, garantindo que a juventude amazônica tenha acesso à mais alta qualificação em seu próprio território, promovendo a fixação de inteligência e a superação das desigualdades regionais.

Entretanto, essa busca pela excelência científica estaria incompleta se não estivesse alicerçada em uma profunda renovação de nossa identidade institucional, agora pautada de forma inequívoca pela defesa da diversidade e dos direitos humanos. A identidade do novo PDI foi construída para reafirmar o compromisso da UFPA em ser um espaço de acolhimento inclusivo, onde a ética, a pluralidade de ideias e o respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e cultural não são apenas diretrizes, mas práticas cotidianas. A universidade entende que a verdadeira inovação nasce do encontro de diferentes perspectivas; por isso, assume a responsabilidade de garantir a permanência e o sucesso de grupos historicamente vulnerabilizados,

incluindo indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e a população de baixa renda. Mais do que incluir, a UFPA se propõe a aprender com essa diversidade, promovendo um diálogo horizontal onde o conhecimento acadêmico e os saberes tradicionais e populares se fertilizam mutuamente.

Assim, a Universidade Federal do Pará projeta-se para os próximos anos como uma instituição que ensina e aprende, que é técnica e humana, local e global. O Plano de Desenvolvimento Institucional aqui apresentado é o roteiro para navegar uma década que se anuncia desafiadora, mas repleta de oportunidades. Ele consolida nossa vocação para oferecer serviços de excelência e atesta o preparo da instituição para, através da educação, da ciência e da inclusão, transformar a realidade da Amazônia e corresponder às mais altas expectativas da sociedade brasileira.

Gilmar Pereira da Silva
Reitor da UFPA

SUMÁRIO

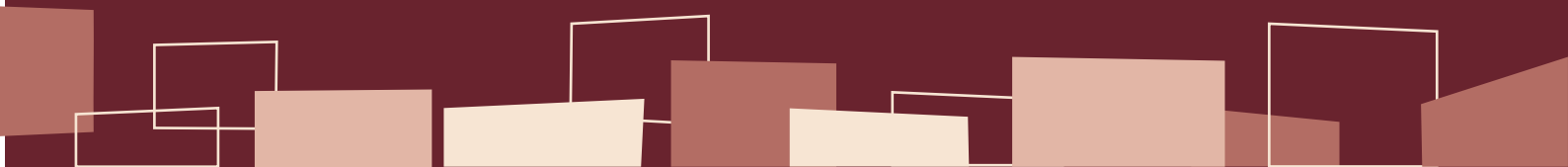
1.	ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	13
1.1.	O NOVO PDI UFPA 2026-2035.....	13
1.2.	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	14
1.2.1.	Preparação	15
1.2.2.	Organização	15
1.2.3.	Comunicação	16
1.2.4.	Diagnóstico.....	16
1.2.5.	Elaboração	16
1.2.6.	Finalização.....	16
1.3.	ALINHAMENTO ÀS POLÍTICAS E DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS	16
1.3.1.	Plano Plurianual da União (PPA 2024–2027)	17
1.3.2.	Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036).....	22
1.3.3.	Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD 2020-2031)	24
1.3.4.	Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável	27
1.4.	RESULTADOS ALCANÇADOS NO PDI ANTERIOR	31
1.4.1.	Área de Ensino-Pesquisa-Extensão	32
1.4.2.	Área de Gestão de Pessoas	39
1.4.3.	Área de Governança e Gestão.....	40
1.4.4.	Área de infraestrutura & TI	42
1.4.5.	Área Financeira.....	44
1.4.6.	Desempenho do PDI 2016-2025.....	45
2.	PERFIL INSTITUCIONAL	48
2.1.	HISTÓRICO: A CONSOLIDAÇÃO DA UFPA NA AMAZÔNIA.....	48
2.1.1.	As raízes e a gênese institucional (1902–1957).....	48
2.1.2.	Consolidação e federalização (década de 1960).....	49
2.1.3.	Resistência, expansão e interiorização (1964–1985).....	49
2.1.4.	O advento da pesquisa e da pós-graduação (1973–anos 90)	50
2.1.5.	A UFPA como matriz de novas instituições.....	50
2.1.6.	A era da inclusão e do reconhecimento global (século XXI)	51
2.1.7.	A gestão superior: liderança e governança universitária	52
2.1.8.	Conclusão: rumo ao PDI 2026-2035	53
2.2.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	54
2.2.1.	Estrutura organizacional	54
2.2.2.	Instâncias de decisão e competências	56
2.2.3.	Representatividade da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados	58
2.2.4.	Controles internos, ouvidoria e acesso à informação	60
2.2.4.1.	A importância dos controles internos na gestão universitária	60

2.2.4.2.	A Ouvidoria como instrumento de participação social	62
2.2.4.3.	Acesso à informação e transparência pública	63
2.3.	ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	64
2.3.1.	No ensino técnico	64
2.3.1.1.	Artes Cênicas, Corpo e Cenotecnia	64
2.3.1.2.	Instrumento Musical, Composição e Regência	65
2.3.1.3.	Canto e Performance Vocal	65
2.3.2.	No ensino de graduação	66
2.3.2.1.	Engenharias, Tecnologia e o Eixo das Ciências Exatas e Naturais	66
2.3.2.2.	Ciências da Saúde, Biológicas e a Salvaguarda da Vida na Amazônia	67
2.3.2.3.	Dinâmicas Sociais, Governança, Economia e Ciências Jurídicas	68
2.3.2.4.	Letras, Artes, Comunicação e a Política de Formação Docente	68
2.3.2.5.	Ciências Agrárias, Sustentabilidade e Geociências	69
2.3.2.6.	Interiorização: Regimes de Oferta e Inclusão Social	70
2.3.3.	No ensino de pós-graduação	70
2.3.3.1.	Engenharias, Tecnologia e o Eixo das Ciências Exatas e Naturais	71
2.3.3.2.	Ciências da Saúde, Biológicas e a Salvaguarda da Vida na Amazônia	71
2.3.3.3.	Dinâmicas Sociais, Governança, Economia e Ciências Jurídicas	72
2.3.3.4.	Letras, Artes, Comunicação e a Política de Formação Docente	72
2.3.3.5.	Ciências Agrárias, Sustentabilidade e Geociências	73
2.3.3.6.	A Interiorização e as ações especiais de Pós-Graduação	73
3.	GESTÃO ESTRATÉGICA DA UFPA	76
3.1.	CENÁRIOS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS	76
3.1.1.	Metodologia de construção e análise de cenários prospectivos	77
3.2.	ELEMENTOS DA GESTÃO ESTRATÉGICA DA UFPA	81
3.2.1.	Diretrizes organizacionais da UFPA	82
3.2.1.1.	Missão da UFPA	83
3.2.1.2.	Visão da UFPA	83
3.2.1.3.	Valores da UFPA	83
3.2.2.	Perspectivas Organizacionais	83
3.2.2.1.	Perspectiva - Resultados para Sociedade	84
3.2.2.2.	Perspectiva - Resultados para Usuários	85
3.2.2.3.	Perspectiva – Processos Internos	86
3.2.2.4.	Perspectiva – Gestão de Pessoas	86
3.2.2.5.	Perspectiva – Infraestrutura	87
3.2.2.6.	Perspectiva – Gestão Orçamentária e Financeira	88
3.2.3.	Áreas Estratégicas	89

3.2.3.1.	Área Estratégica - Desenvolvimento Econômico-Social Sustentável	90
3.2.3.2.	Área Estratégica – Ensino.....	91
3.2.3.3.	Área Estratégica – Pesquisa.....	92
3.2.3.4.	Área Estratégica – Extensão, Arte e Cultura	93
3.2.3.5.	Área Estratégica – Internacionalização	94
3.2.3.6.	Área Estratégica – Assistência e Acessibilidade Estudantil	95
3.2.3.7.	Área Estratégica – Ações Afirmativas.....	96
3.2.3.8.	Área Estratégica – Inovação Tecnológica e Empreendedorismo	97
3.2.3.9.	Área Estratégica – Estratégia Organizacional	99
3.2.3.10.	Área Estratégica – Administração	100
3.2.3.11.	Área Estratégica – Comunicação.....	101
3.2.3.12.	Área Estratégica – Sustentabilidade	102
3.2.3.13.	Área Estratégica – Gestão de Pessoas	103
3.2.3.14.	Área Estratégica – Infraestrutura.....	104
3.2.3.15.	Área Estratégica – Tecnologia da Informação.....	105
3.2.3.16.	Área Estratégica – Orçamento e Finanças	106
3.2.4.	Objetivos Estratégicos	107
3.2.5.	Mapa Estratégico	111
3.2.6.	Indicadores e Metas	113
3.2.7.	Iniciativas e Entregas Estratégicas	130
3.2.7.1.	Portfólio de Iniciativas Estratégicas	130
3.2.8.	Cadeia de Valor	134
3.2.9.	Monitoramento, avaliação e revisão do PDI	137
3.2.9.1.	Revisão do PDI UFPA 2026-2035	138
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	141



1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS



1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

1.1. O NOVO PDI UFPA 2026-2035

Figura 1 - Novo PDI UFPA 2026-2035



Fonte: Elaboração própria.

O conceito que norteia a construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA tem por objetivo reafirmar o compromisso contínuo da instituição em se consolidar como um centro de excelência na formação profissional e cidadã, fundamentado em seus princípios institucionais de respeito à ética, à diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e cultural, ao pluralismo de ideias e pensamento, à defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, sobretudo o amazônico, no qual está inserida.

Esse compromisso se concretiza por meio de inúmeras ações institucionais voltadas à inclusão social, ao respeito à diversidade e às liberdades individuais, garantindo um ambiente acadêmico acolhedor, que promove o senso de pertencimento e valoriza a diversidade em todas as suas formas — sejam elas culturais, econômicas, religiosas, linguísticas, sociais ou relacionadas a algum tipo de deficiência.

Espera-se que ele reflita o reconhecimento da participação essencial de múltiplos grupos sociais na construção do conhecimento. A universidade reafirma seu compromisso em acolher e valorizar todas as vozes, promovendo a troca de saberes entre diferentes culturas e conferindo igual importância tanto ao conhecimento acadêmico quanto aos saberes tradicionais e populares.

Esse compromisso se traduz na ampliação da representatividade dentro do ambiente universitário, garantindo espaço e oportunidades para todas as pessoas incluindo aquelas com deficiência, indígenas, quilombolas, de baixa renda, da diversidade sexual e de gênero e outros grupos historicamente vulnerabilizados. Dessa forma, a UFPA se fortalece como uma instituição que não apenas ensina, mas aprende com a diversidade, consolidando sua missão de transformação social.

Além disso, a UFPA incentiva o diálogo, a liberdade de expressão e o respeito às diferentes perspectivas, posicionando-se como um espaço de debates, pesquisa interdisciplinar e atividades culturais. Essas iniciativas não apenas fortalecem a diversidade, mas também promovem uma formação acadêmica mais ampla, crítica e humanizada.

Por fim, que represente um espaço plural, onde diferentes vozes são ouvidas, respeitadas e valorizadas. Ao reconhecer que o conhecimento se constrói de forma coletiva e colaborativa, a instituição reafirma seu compromisso com seu papel social, formando cidadãos com competência técnico-científica e consciência ética, autônomos e críticos, comprometidos com a construção de uma sociedade mais inclusiva, solidária e justa e cientes de seus papéis no desenvolvimento amazônico

1.2. ASPECTOS METODOLÓGICOS¹

A metodologia adotada para a construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (PDI UFPA 2026-2035) fundamentou-se em princípios de planejamento participativo, transparência, articulação institucional e alinhamento às [normativas do sistema Federal de Ensino Superior](#).

A elaboração foi estruturada em etapas sequenciais e integradas, divididas em seis etapas principais, conforme disposto na figura 2:

Figura 2 - Esquema sintético das atividades para elaboração do PDI UFPA 2026-2035



Fonte: UFPA, 2025.

¹ O detalhamento metodológico da elaboração do novo PDI UFPA 2026-2035 pode ser consultado no [Guia Metodológico](#), no [Plano de Trabalho](#) e no próprio [Portal do PDI](#).

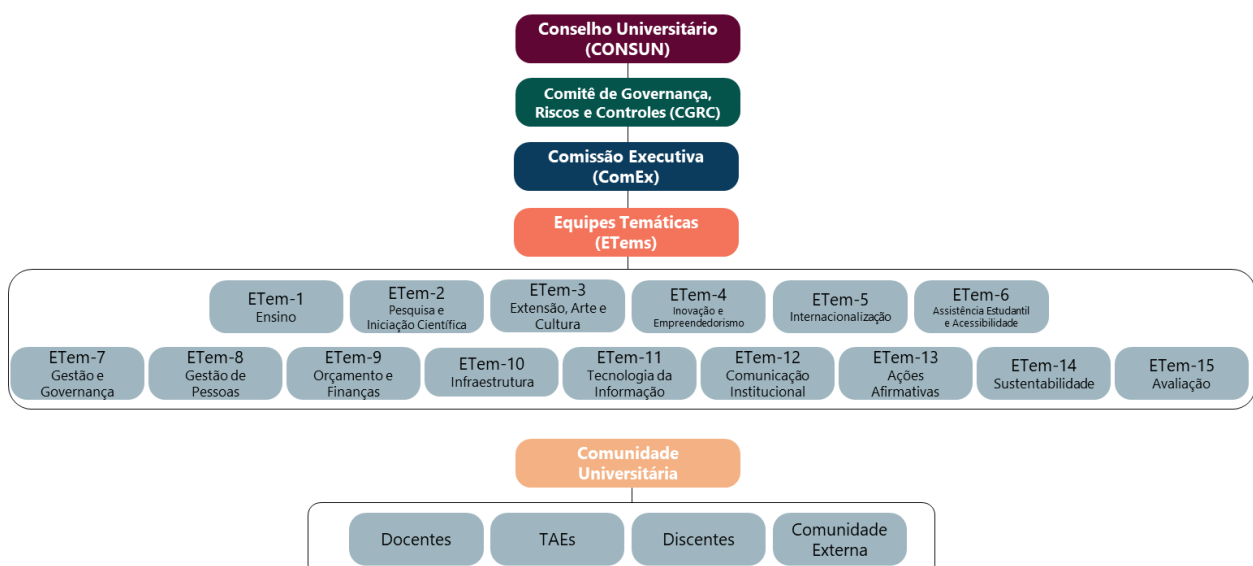
1.2.1. Preparação

O processo iniciou com a etapa de **preparação**, compreendendo o [levantamento e a análise da base normativa](#); o benchmarking de PDIs, de instrumentos de planejamento e de portais utilizados por outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); além da elaboração de instrumentos e diretrizes operacionais, como o [Guia Metodológico](#) e o [Plano de Trabalho](#) que orientaram todo o processo. Além disso, envolveu a elaboração e validação de ferramentas para coleta de informações essenciais, garantindo que o processo fosse conduzido de forma estruturada.

1.2.2. Organização

A etapa de organização compreendeu o momento de estabelecimento das estruturas e mecanismos necessários para conduzir o projeto de forma eficiente e colaborativa. Nesse estágio, definiram-se os [agentes e as responsabilidades dos envolvidos no processo](#), dentre os quais, cita-se a Comissão Executiva (ComEx), formada por membros que assumiram a responsabilidade pela coordenação geral do processo e, as 15 Equipes Temáticas (ETems), compostas por diferentes membros da comunidade acadêmica, responsáveis pela elaboração das políticas institucionais e elementos da estratégia organizacional, apresentação à comunidade universitária durante os seminários temáticos, análise das contribuições da comunidade universitária nas consultas públicas e diagnóstico institucional, bem como de outros meios democráticos de participação, conforme esquematizado na figura 3.

Figura 3: representação esquemática dos agentes envolvidos na elaboração do PDI



Fonte: UFPA, 2025.

1.2.3. Comunicação

A etapa de **comunicação** compreendeu a implementação do novo portal do PDI, a criação da identidade visual do plano, bem como a produção de campanhas comunicacionais e conteúdo para sensibilização e engajamento da comunidade universitária quanto ao processo em curso.

1.2.4. Diagnóstico

A etapa de **diagnóstico** se fundamentou na análise aprofundada do ambiente interno e externo da instituição, com o objetivo de identificar pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças e, com isso, possibilitar a construção de um planejamento mais assertivo.

Esse processo foi realizado a partir da aplicação de instrumento de autoavaliação institucional denominado “[Minha Opinião](#)”, disponibilizado à toda comunidade acadêmica. Foram aplicados, também, questionários específicos às Unidades da UFPA, para coleta de dados adicionais. Além disso, a Comissão Executiva procedeu com a análise documental de inúmeros normativos, documentos institucionais, relatórios regionais, nacionais e internacionais sobre a educação superior, para identificação das tendências na área.

A partir desse processo, procedeu-se com a elaboração do [Guia de Cenários Futuros](#), de forma a apresentar possibilidades de estratégias a serem executadas pela Instituição, a partir do contexto enfrentado.

1.2.5. Elaboração

A etapa de **elaboração** compreendeu o estágio central do projeto, na qual foram redigidas, debatidas, apresentadas e ajustadas as diretrizes organizacionais e demais elementos de gestão estratégica, da UFPA e, as políticas institucionais.

1.2.6. Finalização

A última etapa, denominada **finalização**, compreendeu o processo de diagramação do documento, garantindo sua organização visual de forma clara e acessível; a validação do planejamento estratégico institucional pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), conforme suas responsabilidades normativas, vide Decreto nº 9.203/2017 e, por fim, homologação da versão final pelo CONSUN, seguida pela sua publicação.

1.3. ALINHAMENTO ÀS POLÍTICAS E DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS

A construção e consolidação do **PDI UFPA 2026-2035** fundamenta-se, prioritariamente, no alinhamento estratégico e programático às políticas e diretrizes do Governo Federal estabelecidas para o ciclo.

Este alinhamento visa assegurar que a atuação da Universidade Federal do Pará, como maior instituição de ensino superior e pesquisa da Amazônia Oriental, responda de forma direta aos desafios nacionais e regionais.

Este documento ancora-se no [Plano Plurianual da União \(PPA 2024-2027\)](#), no [Novo Plano Nacional de Educação \(PNE 2026-2036\)](#), na [Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil \(EFD 2020-2031\)](#) e nos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme detalhado a seguir.

Figura 4 – Referenciais essenciais para elaboração do PDI UFPA 2026-2035



Fonte: Elaboração própria.

1.3.1. Plano Plurianual da União (PPA 2024–2027)

O Plano Plurianual (PPA 2024–2027) institui a visão de futuro do Estado brasileiro para o médio prazo, guiado pela premissa de construir "um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades". Suas macroorientações reestruturaram a capacidade de planejamento do Estado com ênfase na inclusão socioeconômica, na transição ecológica e na responsabilidade fiscal e social.

As diretrizes do PPA 2024–2027 que possuem alinhamento direto e indireto com as instâncias de Planejamento Estratégico da UFPA abrangem compromissos centrais com o desenvolvimento da Amazônia Legal, mitigação de assimetrias regionais e fomento à inovação de base sustentável.

A figura 5 apresenta os objetivos estratégicos do PPA 2024–2027 mais diretamente alinhados ao Planejamento Estratégico da UFPA:

Figura 5 – Objetivos estratégicos do PPA 2024–2027 mais diretamente alinhados ao PDI da UFPA

Objetivos estratégicos do eixo 1 – desenvolvimento social e garantia de direitos	Objetivos estratégicos do eixo 2 – desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática
1.3 Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes	2.1 Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente
1.4 Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica	2.6 Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação
1.5 Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão;	Objetivos estratégicos do eixo 3 – defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania
1.6 Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões	3.1 Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social
1.7 Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência	
1.8 Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos	
1.9 Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal	

Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, os programas do PPA 2024–2027 relacionados ao Planejamento Estratégico da UFPA são apresentados a seguir:

Quadro 1 - Programa do PPA 2024–2027 voltado à Educação Básica

PROGRAMA	5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade
OBJETIVO GERAL	Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	1. Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica; 2. Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes; 3. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA	
0039 - Ampliar o acesso à Educação Infantil (creches e pré-escolas) por meio da expansão das matrículas com qualidade e equidade visando garantir o direito à educação e a redução das desigualdades, priorizando grupos vulneráveis em sua diversidade, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação.	
0435 - Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a aprendizagem do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, visando à recomposição das aprendizagens que foram prejudicadas pelo período da pandemia da COVID-19 e à garantia do direito à aprendizagem.	
0436 - Melhorar a qualidade da educação nos anos finais do Ensino Fundamental, com vistas à promoção de um ensino significativo, acolhedor e equitativo para os adolescentes, que favoreça o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.	
0438 - Melhorar o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes de Ensino Médio mediante o apoio às redes de ensino para o fortalecimento da Política Nacional do Ensino Médio, em articulação com os entes federados.	
0439 - Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.	
0441 - Promover ações para o reconhecimento e valorização da diversidade a partir do apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais, em educação em direitos humanos e em educação ambiental na escola.	
0443 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação Especial na perspectiva Inclusiva	
0444 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação Bilingue de Surdos.	
0448 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação de Jovens e Adultos na Educação Básica.	
0454 - Inserir a educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.	
0461 - Oferecer aos professores e profissionais da educação básica a formação continuada por meio de especializações, mestrados e doutorados, ofertados de forma presencial e a distância.	
0462 - Fortalecer a gestão democrática e participativa, em articulação intersetorial com os sistemas de ensino, na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a garantia da educação básica e dos demais direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos	

Quadro 2 - Programa do PPA 2024–2027 voltado à Educação Profissional

PROGRAMA	5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma
OBJETIVO GERAL	Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando a formação integral.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	1. Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA	
0158 - Consolidar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando o atendimento pleno das unidades às suas comunidades, levando-se em conta as especificidades territoriais, sociais, culturais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.	
0166 - Expandir a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, levando-se em conta as desigualdades regionais, raciais, de nível socioeconômico, bem como as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.	
0184 - Qualificar a Educação Profissional e Tecnológica, fomentando programas, projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação, levando-se em conta as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.	
0189 - Realizar estudos e pesquisas educacionais sobre a Educação Profissional e Tecnológica, buscando o aprimoramento contínuo e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.	

Quadro 3 - Programa do PPA 2024–2027 voltado à Educação Superior

PROGRAMA	5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade
OBJETIVO GERAL	Promover a melhoria da qualidade da educação superior, ampliando o acesso, a permanência e a conclusão na graduação e na pósgraduação, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, fortalecendo, de forma participativa, a ciência, a cultura, as artes, a tecnologia e a inovação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoando a avaliação, a supervisão e a regulação para o desenvolvimento do país, em consonância com o Plano Nacional de Educação.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	1. Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres; 2. Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica; 3. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade; 4. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional;
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA	
0351- Promover a consolidação e a expansão da infraestrutura física das universidades federais, considerando a acessibilidade e sustentabilidade	
0352 - Promover o acesso de estudantes à graduação, em instituições públicas e privadas, buscando a equidade e valorizando a diversidade	
0353 - Ampliar a taxa de conclusão dos estudantes da graduação, em instituições públicas e privadas, promovendo a permanência, a equidade e valorizando a diversidade.	
0354 - Incentivar o aumento de vagas e a criação de novos cursos médicos nas Universidades Federais, com ênfase em regiões com maior carência de profissionais, otimizando a capacitação dos profissionais em área da saúde em nível de pós-graduação	
0355 - Fortalecer a produção de pesquisa e inovação nos Hospitais Universitários Federais geridos pela Ebserh.	
0356 - Fortalecer os cenários de prática e o exercício da preceptoria para graduação, pós-graduação e residências em saúde.	
0357 - Apoiar a formação em nível de mestrado para a melhoria e o fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país.	
0358 - Apoiar a formação em nível de doutorado para a melhoria e fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país.	
0359 - Promover o fortalecimento da internacionalização da educação superior por meio do desenvolvimento de ações que promovam uma perspectiva global, intercultural e de cooperação e que contribuam com a melhoria da qualidade e da relevância do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação desenvolvidas pelas instituições de educação superior (IES).	
0360 - Promover a criação e o fortalecimento de ecossistemas de inovação nas Universidades, com vistas a impulsionar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e empreendedorismo.	
0362 - Realizar estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações para a Educação Superior, buscando ampliar a representação da diversidade, o aprimoramento contínuo dos instrumentos e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.	

Evidencia-se, assim, que o novo PDI UFPA 2026–2035 está fortemente alinhado à dimensão estratégica do PPA 2024–2027, compartilhando princípios e objetivos relacionados à inclusão social, sustentabilidade, inovação, democracia e desenvolvimento territorial. Como principal instituição de ensino, pesquisa e extensão da Amazônia brasileira, a UFPA desempenha papel estratégico na materialização das diretrizes nacionais, especialmente na formação de capital humano, produção de conhecimento e promoção do desenvolvimento sustentável da região. Dessa forma, o PDI não apenas reflete as prioridades estabelecidas pelo planejamento federal, mas também as adapta às especificidades e desafios amazônicos, fortalecendo a contribuição da universidade para o desenvolvimento do país.

1.3.2. Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036)

No sentido de alinhar o novo plano estratégico da UFPA ao Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036), priorizou-se fundamentar a nova estratégia organizacional em princípios voltados à democratização do acesso à educação, à inclusão social, à qualidade acadêmica, ao desenvolvimento sustentável, à valorização da diversidade e ao fortalecimento da ciência, da pesquisa e da inovação tecnológica.

No que se refere à democratização do acesso e à permanência, um dos objetivos centrais do novo PNE é a ampliação das oportunidades de ingresso e de continuidade na educação superior, associando esse movimento à redução das desigualdades educacionais e regionais por meio de metas que elevam a taxa de escolarização e fortalecem as políticas de assistência estudantil. O PDI da UFPA converge diretamente com essas diretrizes ao priorizar a ampliação do acesso ao ensino superior, o fortalecimento de suas próprias políticas de assistência e permanência, a consolidação da interiorização das atividades acadêmicas e a inclusão de grupos historicamente sub-representados, a exemplo de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais amazônicas. Com esse desenho institucional, a universidade contribui de forma decisiva para o alcance das metas nacionais de democratização da educação.

Essa busca por justiça social se desdobra nas premissas de equidade, inclusão e diversidade, áreas em que o novo PNE estabelece como diretriz a promoção dos direitos humanos e o respeito à pluralidade, com o propósito de superar desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e culturais. Nesse sentido, o novo PDI da UFPA busca apresentar total alinhamento com essa perspectiva ao incorporar ações voltadas para a inclusão social e educacional, a valorização da diversidade cultural amazônica, o combate ativo às assimetrias sociais, o fortalecimento das políticas afirmativas e a garantia de ambientes acadêmicos inclusivos e democráticos.

Esse entrelaçamento ganha relevância acentuada ao considerar o papel da UFPA na formação de populações que vivem em territórios marcados por grandes desafios geográficos e sociais.

A qualidade da educação e a excelência acadêmica funcionam como o eixo estruturante comum que une os dois planejamentos. O PNE define como objetivo estratégico a melhoria da qualidade educacional em todos os níveis, vinculando-a diretamente ao acesso, à permanência, à infraestrutura adequada, ao aprendizado efetivo e à avaliação institucional contínua. De forma semelhante, o plano da UFPA busca fortalecer a excelência no ensino de graduação e pós-graduação, o aprimoramento contínuo dos processos acadêmicos, a sistemática de avaliação da instituição, a qualificação da infraestrutura universitária e o incentivo à inovação pedagógica e tecnológica, demonstrando que a busca pelo rigor e pela qualidade é indissociável da missão de ambas as instâncias.

No campo da pesquisa, da inovação e da pós-graduação, o novo PNE dedica estratégias específicas ao fortalecimento da produção científica, do avanço tecnológico e da internacionalização, incentivando a articulação constante entre o conhecimento produzido e as demandas reais da sociedade. O PDI da instituição paraense acompanha essas orientações ao colocar em seu horizonte a expansão e a qualificação da pós-graduação, o desenvolvimento de pesquisas de forte impacto regional, nacional e internacional, a internacionalização acadêmica, o fortalecimento da inovação com transferência de conhecimento e a integração estreita entre a universidade, a sociedade e o setor produtivo. Diante desse cenário, a UFPA se consolida como uma instituição altamente estratégica para a materialização das metas federais de ciência e tecnologia.

Essa produção de saberes encontra seu propósito maior no compromisso com o desenvolvimento sustentável e regional. O plano nacional incorpora como diretriz o desenvolvimento socioambiental sustentável e a articulação direta entre a educação e o desenvolvimento territorial. A UFPA apresenta aderência significativa a esse princípio ao direcionar grande parte de sua atuação para a realização de investigações científicas sobre a Amazônia, a preservação da biodiversidade, os caminhos da bioeconomia, a sustentabilidade ambiental e a formulação de soluções concretas para os desafios socioambientais que tocam a região. Essa convergência reforça o papel da universidade como um agente indutor das políticas nacionais de sustentabilidade.

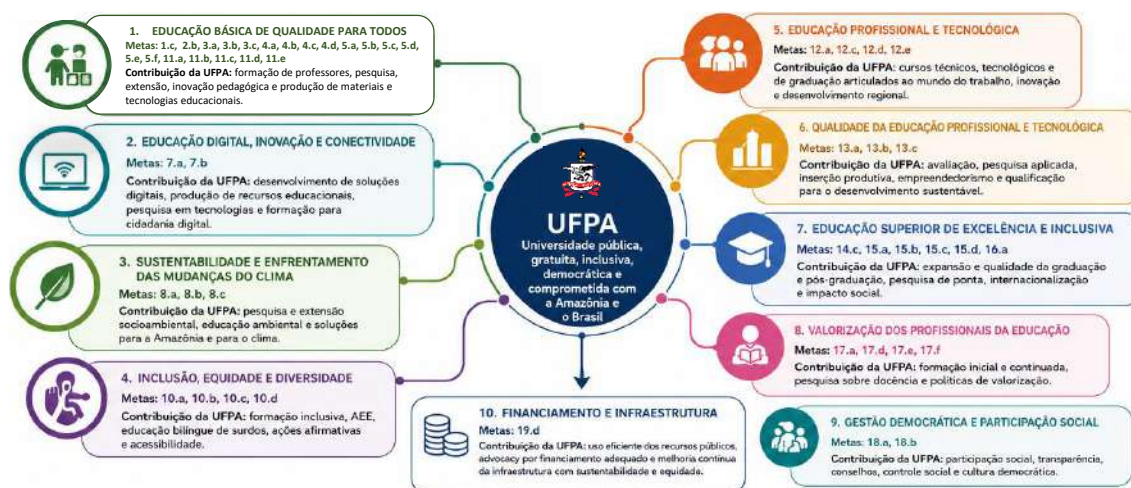
Por fim, a governabilidade de todas essas frentes assenta-se sobre a gestão democrática e a governança. O novo PNE estabelece a participação social, a gestão compartilhada e o

monitoramento contínuo das políticas educacionais como princípios estruturantes da governança brasileira.

O PDI da UFPA adota a mesma lógica ao enfatizar a participação ativa da comunidade acadêmica na construção institucional, a transparência administrativa, o planejamento participativo, o acompanhamento sistemático de metas e indicadores e o fortalecimento de sua governança universitária, partilhando uma visão de gestão baseada na coletividade e na avaliação permanente de seus resultados.

A figura 6 sintetiza as metas do novo PNE e que se articulam diretamente ao novo planejamento estratégico da UFPA.

Figura 6 – estrutura esquemática das metas do novo PNE que se articulam PDI da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

O alinhamento entre o novo Plano Nacional de Educação 2026–2036 e o PDI UFPA 2026–2035 evidencia que a universidade está inserida de forma inteiramente estratégica nos grandes objetivos educacionais do país. As prioridades ligadas à inclusão, à qualidade do ensino, à permanência estudantil, à pesquisa, à inovação, à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional aparecem de maneira integrada e orgânica nos dois documentos. Nesse sentido, a UFPA atua como um importante agente de implementação das metas nacionais, especialmente no contexto amazônico, contribuindo ativamente para a redução das assimetrias regionais e para a construção de um modelo de desenvolvimento baseado no conhecimento, na cidadania e na sustentabilidade ambiental.

1.3.3. Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD 2020-2031)

A Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 (EFD 2020-2031) foi instituída pelo Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020. Trata-se de declaração

de planejamento governamental que positiva uma visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Ela se estrutura em 5 eixos - Econômico, Institucional, Infraestrutura, Ambiental e Social - buscam articular, de forma agregada, os setores propulsores do desenvolvimento do país.

Figura 7 - Eixos e Diretrizes da EFD 2020-2031



Fonte: Brasil, 2019

A partir dessa premissa, evidencia-se a seguir como o PDI UFPA 2026–2035 apresenta convergência com as diretrizes nacionais, demonstrando que a universidade se posiciona como agente estratégico para a implementação dos objetivos de desenvolvimento do país, especialmente no contexto amazônico.

No âmbito **social**, a EFD destaca a necessidade de ampliar o acesso à educação de qualidade, reduzir desigualdades e promover oportunidades para toda a população. O PDI da UFPA encontra-se alinhado a essas diretrizes ao reafirmar seu compromisso com a formação acadêmica, científica e cidadã, bem como com a ampliação das políticas de inclusão e permanência estudantil. A universidade busca fortalecer ações voltadas à equidade, à diversidade e à democratização do acesso ao ensino superior, contribuindo diretamente para o desenvolvimento humano e para a redução das desigualdades sociais e regionais, objetivos centrais da estratégia federal.

No que se refere à dimensão **econômica**, a EFD enfatiza a importância da ciência, da tecnologia, da inovação e da qualificação profissional como elementos essenciais para o aumento da produtividade e da competitividade nacional. O PDI da UFPA incorpora essa perspectiva ao estabelecer metas voltadas ao fortalecimento da pesquisa científica, da inovação tecnológica, do empreendedorismo e da interação entre universidade, setor produtivo e sociedade. A formação de profissionais qualificados e a produção de conhecimento científico contribuem para o desenvolvimento econômico regional e nacional, reforçando o papel da instituição como promotora da inovação e da geração de soluções para desafios contemporâneos.

A sustentabilidade **ambiental** representa outro importante ponto de convergência entre os dois documentos. A EFD reconhece que o desenvolvimento do país deve ocorrer de forma compatível com a conservação dos recursos naturais e a mitigação dos impactos ambientais. Em sintonia com essa visão, o PDI da UFPA atribui grande relevância à sustentabilidade institucional e à produção de conhecimento voltada para a Amazônia. A universidade prioriza pesquisas relacionadas à biodiversidade, às mudanças climáticas, à gestão dos recursos naturais e ao desenvolvimento sustentável, fortalecendo sua contribuição para a proteção ambiental e para a construção de modelos de desenvolvimento adequados às especificidades da região amazônica.

No campo **institucional**, a EFD defende o aperfeiçoamento da governança pública, a eficiência administrativa, a transparência e a gestão orientada para resultados. O PDI da UFPA reflete esses princípios ao adotar um modelo de planejamento estratégico estruturado em objetivos, indicadores e metas de desempenho. Além disso, a instituição busca fortalecer mecanismos de governança, ampliar a participação da comunidade universitária nos processos decisórios e aperfeiçoar os instrumentos de monitoramento e avaliação institucional. Dessa forma, a universidade contribui para a consolidação de práticas de gestão pública alinhadas às diretrizes nacionais.

A **infraestrutura** também ocupa posição relevante em ambos os instrumentos de planejamento. A EFD considera a modernização da infraestrutura física, tecnológica e digital como condição indispensável para o desenvolvimento econômico e social. Em consonância com essa orientação, o PDI da UFPA prevê investimentos na expansão e modernização de seus espaços acadêmicos, laboratórios, bibliotecas e sistemas de tecnologia da informação. Essas iniciativas visam ampliar a qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, fortalecendo a capacidade institucional da universidade de cumprir sua missão social.

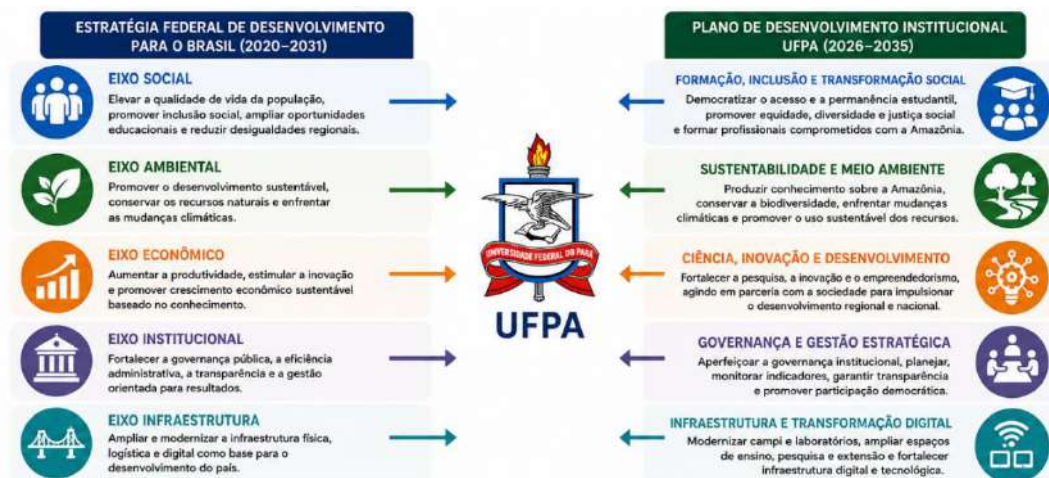
Um aspecto particularmente relevante do alinhamento entre a EFD e o PDI da UFPA é a dimensão territorial do desenvolvimento. Enquanto a estratégia federal estabelece a redução das desigualdades regionais como um objetivo prioritário, a universidade assume explicitamente o

compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Por meio da formação de recursos humanos, da produção científica e da interação com diferentes segmentos da sociedade, a UFPA atua como uma instituição estratégica para a implementação das políticas públicas voltadas à região, transformando os objetivos nacionais em ações concretas adaptadas às realidades locais.

Portanto, observa-se que o PDI UFPA 2026–2035 apresenta forte alinhamento com a EFD para o Brasil 2020–2031. As diretrizes institucionais da universidade convergem com os objetivos nacionais de inclusão social, desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental, fortalecimento da governança pública e modernização da infraestrutura. Ao mesmo tempo, a UFPA agrega uma perspectiva regional específica, voltada para os desafios e potencialidades da Amazônia, contribuindo para que os objetivos estratégicos do país sejam efetivamente traduzidos em ações de desenvolvimento territorial, científico e social.

A figura 8 sintetiza o alinhamento estratégico entre o EFD 2020-2031 e o PDI UFPA 2026–2035, em prol do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Figura 8 – Alinhamento estratégico entre o EFD 2020-2031 e o PDI UFPA 2026–2035



Fonte: Elaboração própria.

1.3.4. Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável constitui um compromisso global estabelecido pela Organização das Nações Unidas para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma integrada e sustentável. Seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) orientam governos, instituições e organizações na construção de sociedades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. Nesse contexto, este plano busca forte alinhamento com os princípios e metas da Agenda 2030, especialmente por sua missão de produzir conhecimento, formar cidadãos e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O alinhamento inicia-se pelo compromisso da universidade com a inclusão social e a democratização do acesso ao ensino superior, aspectos diretamente relacionados ao **ODS 1 (Erradicação da Pobreza)** e ao **ODS 10 (Redução das Desigualdades)**. Por meio das políticas de assistência estudantil, ações afirmativas, interiorização do ensino e ampliação das oportunidades educacionais para populações historicamente excluídas, a UFPA contribui para reduzir barreiras sociais e ampliar oportunidades de desenvolvimento humano.

No âmbito do **ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável)**, a universidade fortalece pesquisas e ações voltadas para segurança alimentar, agricultura familiar, manejo sustentável dos recursos naturais, bioeconomia e valorização dos conhecimentos tradicionais da Amazônia. Essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento de soluções adaptadas às realidades socioeconômicas da região.

O **ODS 3 (Saúde e Bem-Estar)** encontra correspondência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nas áreas da saúde. O PDI prevê o fortalecimento da formação de profissionais qualificados, da pesquisa científica em saúde pública e das ações voltadas à melhoria das condições de vida das populações amazônicas, contribuindo para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida.

Entre todos os objetivos, o **ODS 4 (Educação de Qualidade)** apresenta a relação mais direta com a missão institucional da UFPA. O PDI estabelece metas voltadas à excelência acadêmica, inovação pedagógica, qualificação dos cursos de graduação e pós-graduação, internacionalização e fortalecimento da formação cidadã. Dessa forma, a universidade contribui diretamente para a construção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

O compromisso com a diversidade e os direitos humanos evidencia a convergência com o **ODS 5 (Igualdade de Gênero)**. O planejamento institucional valoriza a equidade, o respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação, promovendo um ambiente universitário mais inclusivo e democrático.

A preocupação com a sustentabilidade ambiental também se manifesta na relação com o **ODS 6 (Água Potável e Saneamento)**. A UFPA desenvolve pesquisas sobre recursos hídricos, saneamento básico, qualidade da água e gestão ambiental, temas particularmente relevantes para a realidade amazônica, onde o acesso à água de qualidade e ao saneamento ainda representa um desafio para muitas comunidades.

No que se refere ao **ODS 7 (Energia Limpa e Acessível)**, a UFPA incentiva a produção científica e tecnológica voltada para fontes renováveis de energia, eficiência energética e soluções sustentáveis que contribuam para a redução dos impactos ambientais e para a melhoria das condições de vida da população.

A formação de profissionais qualificados e a geração de conhecimento científico e tecnológico também aproximam a UFPA do **ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)**. A universidade atua na preparação de recursos humanos capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, estimulando o empreendedorismo, a inovação e a criação de oportunidades de trabalho e renda, bem como elabora políticas e programas institucionais que visam promover ações de saúde e qualidade de vida no trabalho para todos os servidores e colaboradores da Instituição.

O **ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura)** está diretamente relacionado ao fortalecimento da pesquisa, da inovação e da transferência de tecnologia previstos no PDI. A universidade busca ampliar sua capacidade científica e tecnológica, modernizar sua infraestrutura e fortalecer a interação com os setores produtivos e institucionais.

O alinhamento com o **ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)** ocorre por meio de pesquisas e projetos que abordam planejamento urbano, mobilidade, habitação, patrimônio cultural e desenvolvimento regional. Essas ações contribuem para a construção de cidades mais inclusivas, seguras e sustentáveis, especialmente nos municípios amazônicos.

O compromisso institucional com a sustentabilidade também se expressa na relação com o **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)**. O PDI prevê o aperfeiçoamento da gestão universitária, o uso eficiente dos recursos públicos, a adoção de práticas sustentáveis e a promoção da educação ambiental em toda a comunidade acadêmica.

A questão ambiental ocupa posição estratégica no planejamento institucional, estabelecendo forte conexão com o **ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima)**. Considerando sua localização na Amazônia, a UFPA desempenha papel fundamental na produção de conhecimento sobre mudanças climáticas, conservação ambiental, adaptação socioecológica e desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma, a universidade contribui para o **ODS 14 (Vida na Água)** ao desenvolver estudos sobre os rios amazônicos, recursos pesqueiros, biodiversidade aquática, ecossistemas costeiros e conservação dos ambientes hídricos. Essas pesquisas são essenciais para a gestão sustentável dos recursos naturais da região.

A relação com o **ODS 15 (Vida Terrestre)** é igualmente relevante. O PDI incentiva pesquisas voltadas à conservação da biodiversidade, proteção dos ecossistemas florestais, restauração ambiental e valorização dos conhecimentos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, fortalecendo a preservação do patrimônio natural amazônico.

No campo da governança, a convergência com o **ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)** manifesta-se por meio do fortalecimento da gestão democrática, da transparência, da

ética pública, da participação da comunidade universitária nos processos decisórios e da promoção dos direitos humanos.

Por fim, o **ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação)** encontra ampla correspondência no PDI por meio do estímulo à cooperação institucional. A UFPA busca ampliar suas redes de colaboração com governos, empresas, organizações da sociedade civil, instituições nacionais e organismos internacionais, fortalecendo sua capacidade de gerar impactos positivos para a sociedade.

Em síntese, este PDI incorpora os princípios da Agenda 2030 de forma transversal. Embora alguns objetivos apresentem relação mais direta com as atividades universitárias, todos os 17 ODS encontram correspondência nas ações de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão previstas no planejamento institucional. Assim, a UFPA consolida seu papel como agente estratégico para a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia e para a implementação dos compromissos globais assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030.

Quadro 4 – Alinhamento do PDI UFPA 2026-2035 com os ODS

ODS	Alinhamento com o PDI UFPA 2026–2035
ODS 1 – Erradicação da Pobreza	A UFPA contribui por meio da democratização do acesso ao ensino superior, políticas de assistência estudantil, inclusão social e produção de conhecimento voltado à redução das desigualdades socioeconômicas na Amazônia.
ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável	O PDI estimula pesquisas em segurança alimentar, agricultura familiar, bioeconomia, desenvolvimento rural sustentável e valorização dos sistemas produtivos amazônicos.
ODS 3 – Saúde e Bem-Estar	A universidade fortalece cursos da área da saúde, pesquisas biomédicas, promoção da qualidade de vida, saúde coletiva e ações extensionistas voltadas às populações amazônicas.
ODS 4 – Educação de Qualidade	Constitui um dos principais pilares do PDI, que prevê excelência acadêmica, inovação pedagógica, formação integral, internacionalização e ampliação do acesso e permanência estudantil.
ODS 5 – Igualdade de Gênero	O PDI promove equidade, respeito à diversidade, combate às discriminações e fortalecimento das políticas de inclusão e direitos humanos no ambiente universitário.
ODS 6 – Água Potável e Saneamento	A UFPA desenvolve pesquisas sobre recursos hídricos, saneamento básico, qualidade da água e gestão ambiental, especialmente em regiões ribeirinhas da Amazônia.
ODS 7 – Energia Limpa e Acessível	O planejamento institucional incentiva pesquisas em energias renováveis, eficiência energética e tecnologias sustentáveis aplicadas ao desenvolvimento regional.
ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento	A formação profissional qualificada, o empreendedorismo, a inovação e a interação com setores produtivos contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável da região.
ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	O PDI fortalece pesquisa científica, inovação tecnológica, transferência de conhecimento, incubação de empresas e modernização da infraestrutura universitária.
ODS 10 – Redução das Desigualdades	A inclusão social, as ações afirmativas, a acessibilidade e a interiorização da universidade refletem diretamente o compromisso institucional com a equidade.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	Pesquisas e projetos de extensão contribuem para planejamento urbano, mobilidade, habitação, patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável dos municípios amazônicos.
ODS 12 – Consumo e Produção	O PDI incorpora práticas de gestão sustentável, eficiência no uso de recursos públicos, compras sustentáveis e educação ambiental.
ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	A agenda climática é central para a UFPA, que atua na produção de conhecimento sobre mudanças climáticas, conservação da Amazônia e adaptação socioambiental.
ODS 14 – Vida na Água	A universidade desenvolve pesquisas sobre rios amazônicos, recursos pesqueiros, biodiversidade aquática, gestão costeira e conservação dos ecossistemas aquáticos.
ODS 15 – Vida Terrestre	O PDI reforça estudos sobre biodiversidade, conservação florestal, restauração de ecossistemas, povos tradicionais e uso sustentável dos recursos naturais amazônicos.
ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições	A gestão democrática, a transparência, a participação social, a ética institucional e a defesa dos direitos humanos são princípios presentes no planejamento estratégico.
ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação	O PDI incentiva cooperação nacional e internacional, redes de pesquisa, integração com governos, empresas, organizações sociais e organismos multilaterais.

Fonte: Elaboração própria.

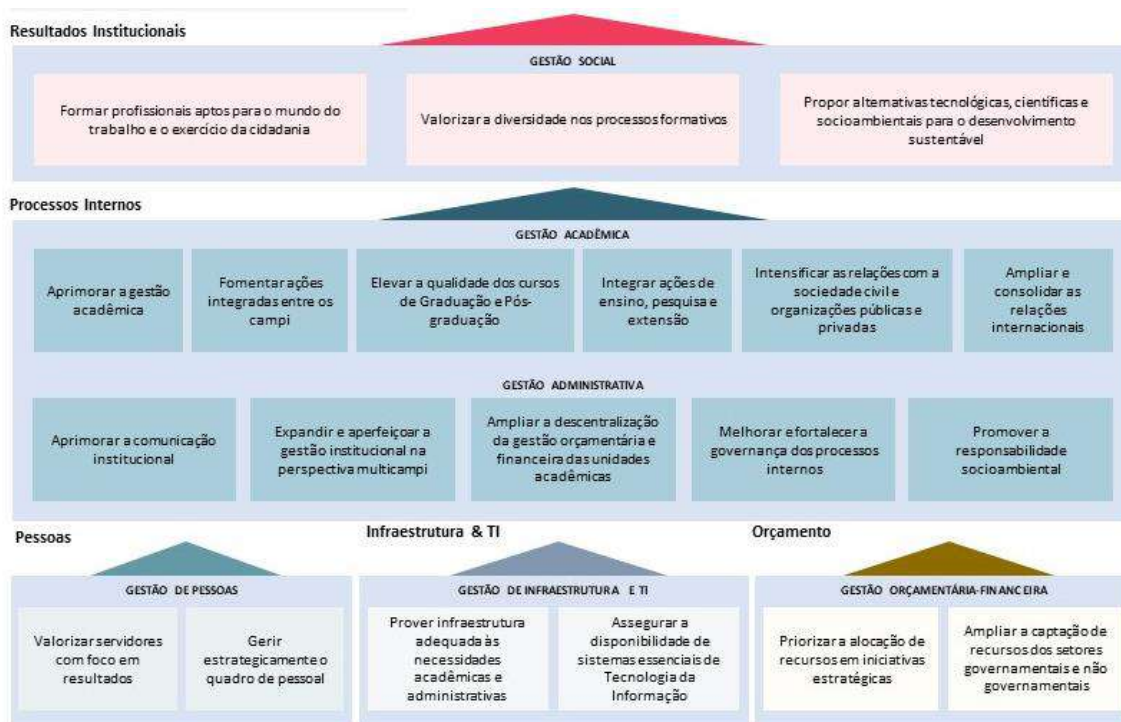
1.4. RESULTADOS ALCANÇADOS NO PDI ANTERIOR

A missão da Universidade Federal do Pará, definida no PDI 2016-2025, consiste em “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável”. Esse compromisso se traduz em gerar, difundir e aplicar o conhecimento com vistas a melhoria da qualidade de vida — prioritariamente do amazônida — mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão. Tais ações são sustentadas pela ética e pelo respeito à diversidade, visando garantir o acesso universal ao saber e consolidar uma formação humanística, crítica e investigativa.

Para materializar sua missão, princípios e visão de futuro, a instituição estabeleceu objetivos estratégicos, metas e ações que articulam a administração superior às suas unidades e subunidades. Esse alinhamento, sustentado pelo aporte de recursos orçamentários, visa concretizar as diretrizes do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O **Mapa Estratégico (Figura 9)** sistematiza a estratégia da universidade, demonstrando a convergência entre os objetivos finalísticos e de suporte. Organizado por perspectivas, ele reflete como as áreas de gestão se integram para garantir a sustentabilidade institucional e o alcance da visão de futuro. No PDI 2016-2025, essa estrutura organiza-se em cinco pilares fundamentais: **Resultados Institucionais; Processos Internos; Pessoas; Infraestrutura & TI; e Orçamentário-Financeiro.**

Figura 9 – Mapa Estratégico do PDI UFPA 2016-2025



Fonte: UFPA, 2016.

Na última década, a Universidade Federal do Pará (UFPA) consolidou-se como uma instituição diversa e inclusiva, pautada pela abertura às diversas formas de saber e pelo compromisso em atender às demandas sociais, tanto regionais quanto nacionais. Esse propósito traduziu-se em políticas e ações estratégicas.

Destacamos a seguir, os principais resultados, que fundamentam o cumprimento da missão e da visão institucional, organizados nas dimensões de Ensino-Pesquisa-Extensão, Pessoas, Governança, Infraestrutura & TI e Gestão Financeira.

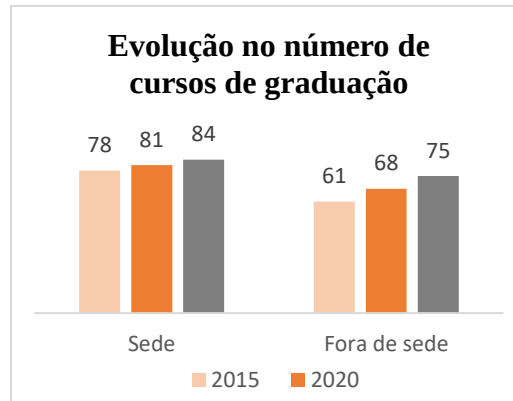
1.4.1. Área de Ensino-Pesquisa-Extensão

A UFPA realizou investimentos estratégicos na ampliação de sua oferta acadêmica. Entre 2016 e 2025, o número de cursos de graduação cresceu **14,39%**, enquanto a pós-graduação apresentou um salto expressivo de **65,15%**.

A expansão da graduação ocorreu majoritariamente nos *campi* fora da sede, que registraram um crescimento de **22,95%**, reforçando o compromisso social da UFPA.

Além de fortalecer as licenciaturas em ciências básicas, deu-se atenção para a formação docente em áreas específicas como Educação Especial e Educação Indígena.

Figura 10 – Evolução no número de cursos de graduação



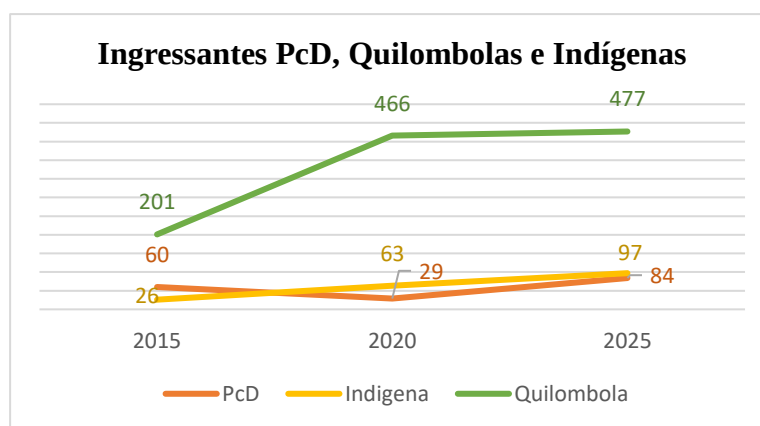
Fonte: Elaboração própria.

Os esforços institucionais também focaram em cursos de bacharelado voltados a nichos tecnológicos e sustentáveis, como as Engenharias e Inteligência Artificial, bem como aqueles voltados ao bem-estar humano (Medicina) e a sustentabilidade do campo como Desenvolvimento Rural e Agroecologia.

Pela política de acesso e inclusão ao ensino superior, a UFPA instituiu a oferta de vagas suplementares para Pessoas com Deficiência (via ENEM), além de processos seletivos especiais para indígenas (instituído em 2009) e quilombolas (desde 2012), ampliando suas possibilidades de ingressos na instituição (Figura 11).

Em 2020, um edital pioneiro para imigrantes, refugiados, asilados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas possibilitou o ingresso de 84 novos alunos na universidade.

Figura 11 – Número de ingressantes PcD, Quilombolas e Indígenas



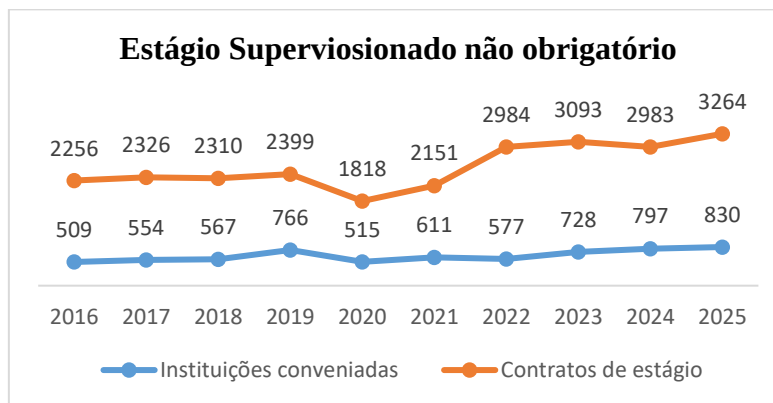
Fonte: Elaboração própria.

O uso de autodiagnósticos, entre eles o Monitoramento de Indicadores Acadêmicos, permitiu a criação de políticas de ensino mais assertivas, como o Programa de Apoio à Qualificação do Ensino de Graduação (Pgrad) e o Programa de Tutoria Discente, dentre outros.

Por meio do subprograma **Pgrad-LabInfra**, a universidade destinou recursos para a modernização de laboratórios e espaços de prática. Complementarmente, o acervo bibliográfico foi ampliado com a implantação de uma biblioteca virtual em 2022.

A integração com o mercado de trabalho tem-se intensificado por meio do Programa de Estágio não Obrigatório, fortalecendo os laços com empresas privadas e públicas em diversas esferas governamentais. Entre 2016 e 2025, o número de empresas conveniadas cresceu **63%**, resultando em um aumento de **44,7%** no volume de contratos de estágio.

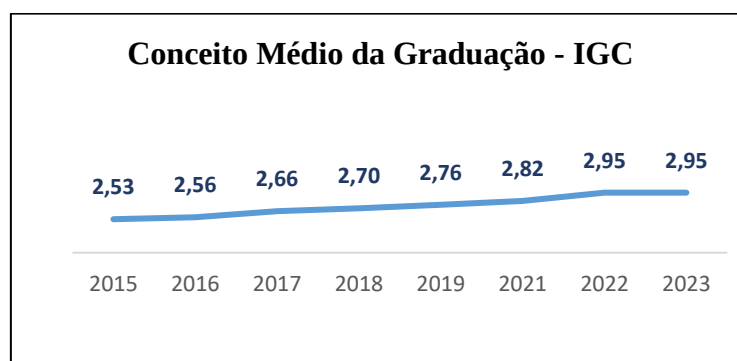
Figura 12 – Números do estágio supervisionado não obrigatório



Fonte: Elaboração própria.

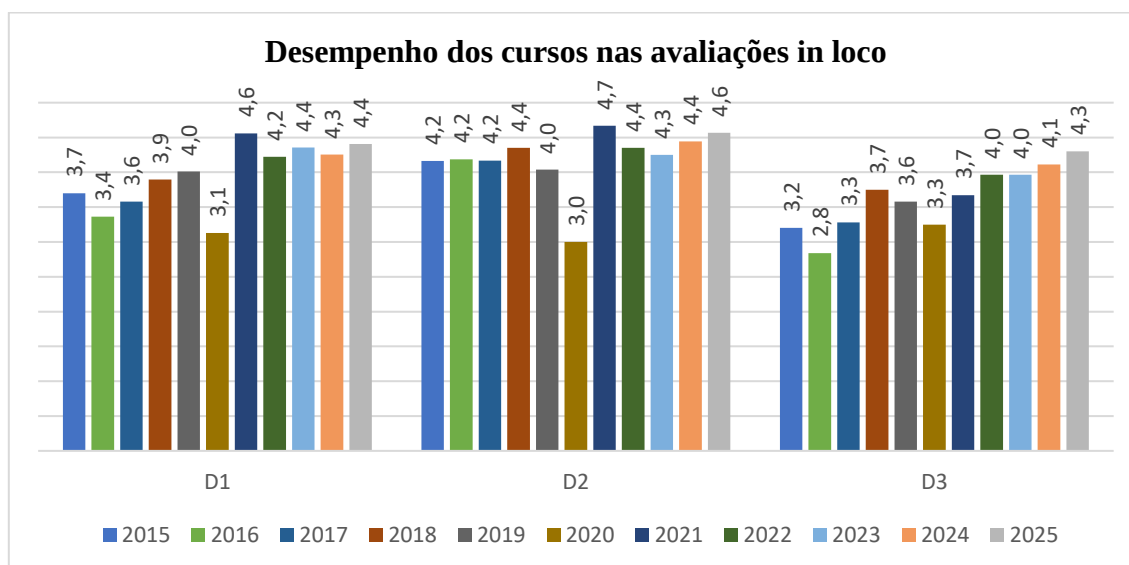
A melhoria contínua no desempenho dos cursos nas avaliações externas demonstra o impacto positivo das ações voltadas à qualificação do ensino de graduação. Isso pode ser observado na série histórica do conceito médio da graduação (Figura 13), um dos insumos no cálculo do Índice Geral de Cursos (IGC) e dos conceitos médios das dimensões Organização Didático-pedagógica (D1), Corpo Docente (D2) e Infraestrutura (D3), nas avaliações in loco (figura 13).

Figura 13 – Conceito Médio da Graduação (IGC)



Fonte: Elaboração própria.

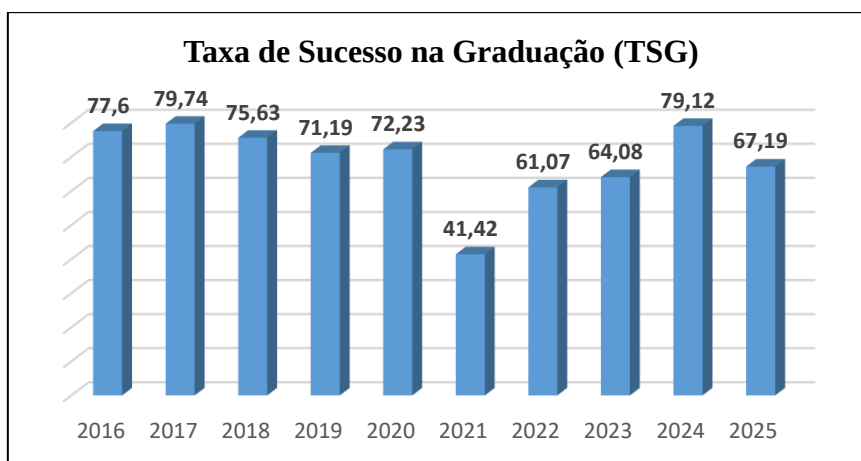
Figura14 – Desempenho dos cursos nas avaliações in loco



Fonte: Elaboração própria.

Além disso, o monitoramento sistemático dos indicadores acadêmicos iniciado em 2021 foi fundamental para a recuperação de indicadores críticos no pós-pandemia, refletindo-se na melhoria da **Taxa de Sucesso da Graduação (TSG)** e na redução da **Taxa de Retenção**.

Figura 15 – Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)



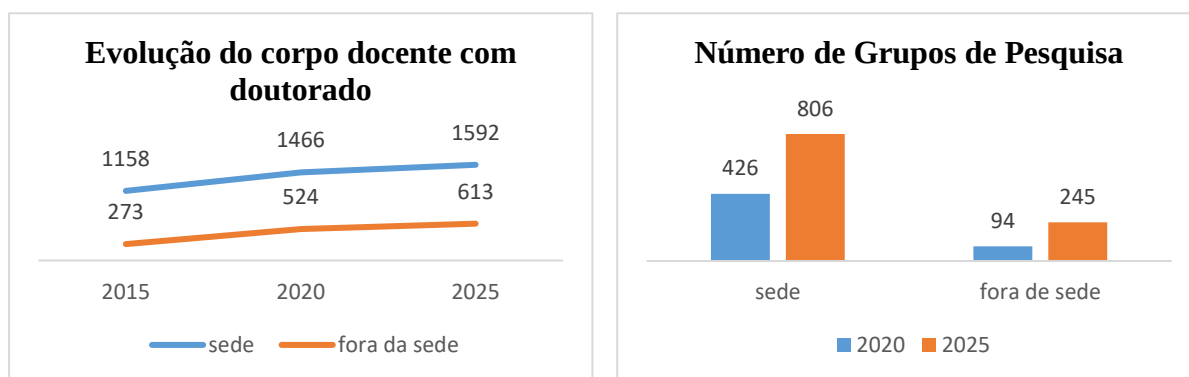
Fonte: Elaboração própria.

Reconhecendo a importância estratégica de estabelecer polos de desenvolvimento científico nos *campi* do interior, a UFPA implementou políticas de estímulo à qualificação docente, de apoio a recém-doutores e à criação de programas de pós-graduação nessas localidades. Tais iniciativas, somadas ao incentivo à produção científica e à expansão da pesquisa e inovação

em todas as áreas do conhecimento, ampliaram significativamente a participação de discentes de graduação em programas de Iniciação Científica.

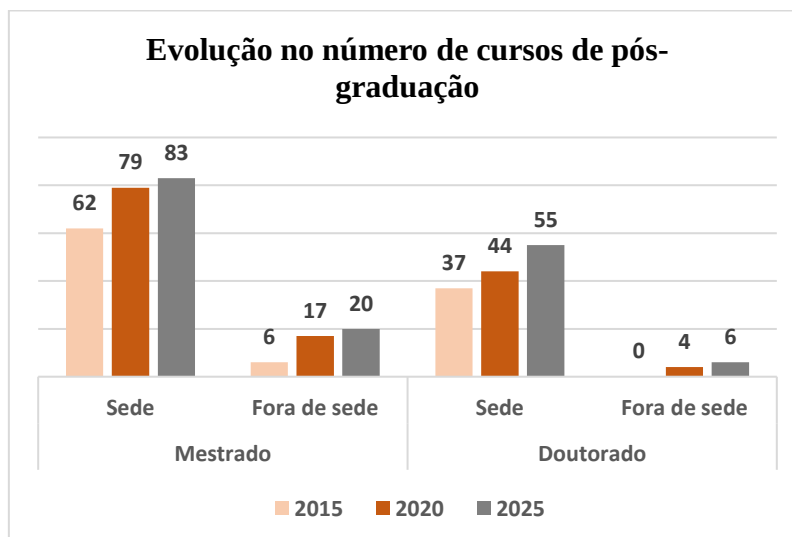
As ações desenvolvidas resultaram em avanços expressivos: o contingente de docentes doutores cresceu 37% na sede e 124% nos *campi* do interior; a oferta de pós-graduação da UFPA expandiu 56,2%, com um salto notável de 333% fora da sede, abrangendo mestrados acadêmicos, profissionais e doutorados. Além disso, o número de grupos de pesquisa aumentou, nos últimos cinco anos, 89% na sede e 161% no interior (Figuras 16 e 17).

Figura 16 – Evolução do corpo docente com doutorado e número de grupos de pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Figura 17 – Evolução no número de cursos de pós-graduação

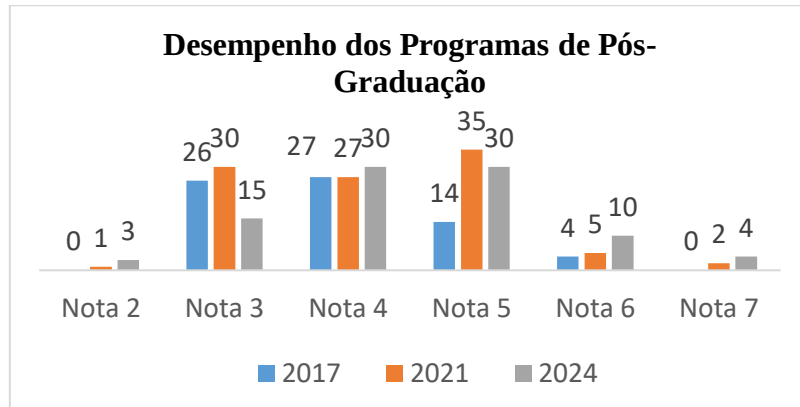


Fonte: Elaboração própria.

Paralelamente, políticas voltadas à excelência acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) foram consolidadas, incluindo programas de acompanhamento de cursos, cooperação interinstitucional, apoio à publicação e mobilidade internacional. Esse conjunto de ações

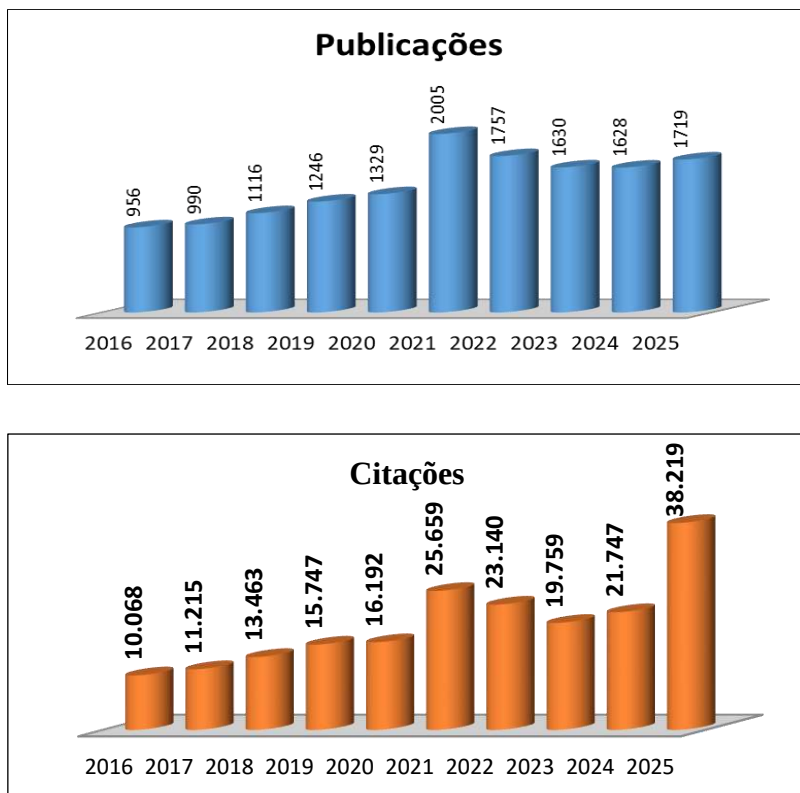
impulsionou o volume de publicações em periódicos de alto impacto e o índice de citações (*Web of Science*), refletindo-se em resultados superiores nas avaliações da CAPES (Figura 18)."

Figura 18 - Desempenho dos Programas de Pós-Graduação



Fonte: Elaboração própria.

Figura 19 - Número de Publicações e Número de Citações



Fonte: *Web of Science*.

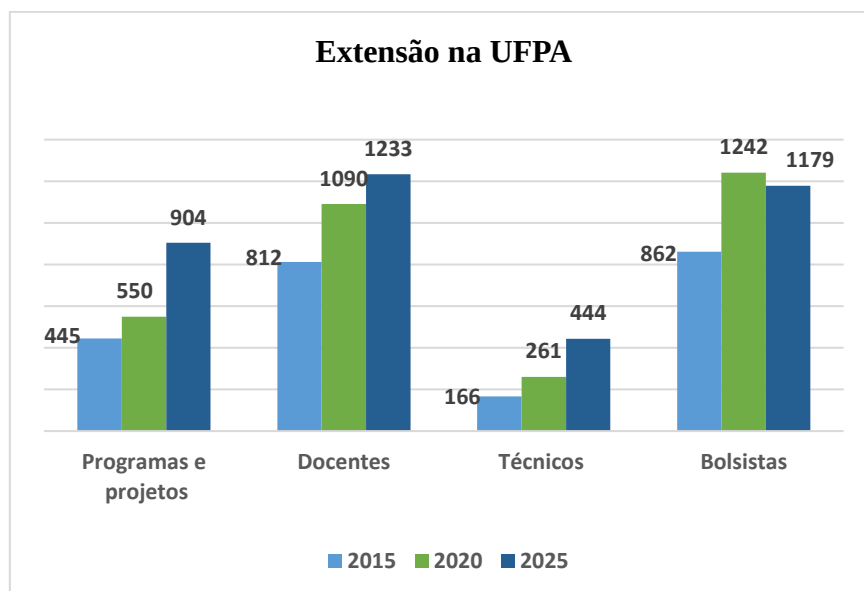
A UFPA, por meio de suas ações de extensão, mantém um diálogo permanente com organizações públicas e privadas, movimentos sociais e comunidades tradicionais. Essa integração promove impactos concretos e transformadores na realidade amazônica, fundamentados no conhecimento produzido no ambiente acadêmico.

Alinhada à Política Nacional de Extensão, a instituição consolidou a inserção da extensão nos currículos de graduação com a aprovação da Resolução nº 5.467, de 27 de janeiro de 2022.

Vale destacar que as atividades são coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) por meio de editais anuais, projetos específicos das unidades acadêmicas e componentes curriculares. Esse modelo amplia as oportunidades de participação discente, contribuindo efetivamente para uma formação ética, cidadã e tecnicamente sólida. Na última década, o crescimento expressivo dessas iniciativas reafirmou o compromisso e o impacto social da universidade.

Ao longo da última década, as atividades extensionistas na UFPA cresceram significativamente, ampliando o impacto das ações universitárias na sociedade. A quantidade de programas e projetos cresceu 103%, o número de docentes envolvidos, 51,8%, de técnicos, 167% e de discentes 36,7%, este limitado pelo volume de recursos disponíveis para bolsas (Figura 20).

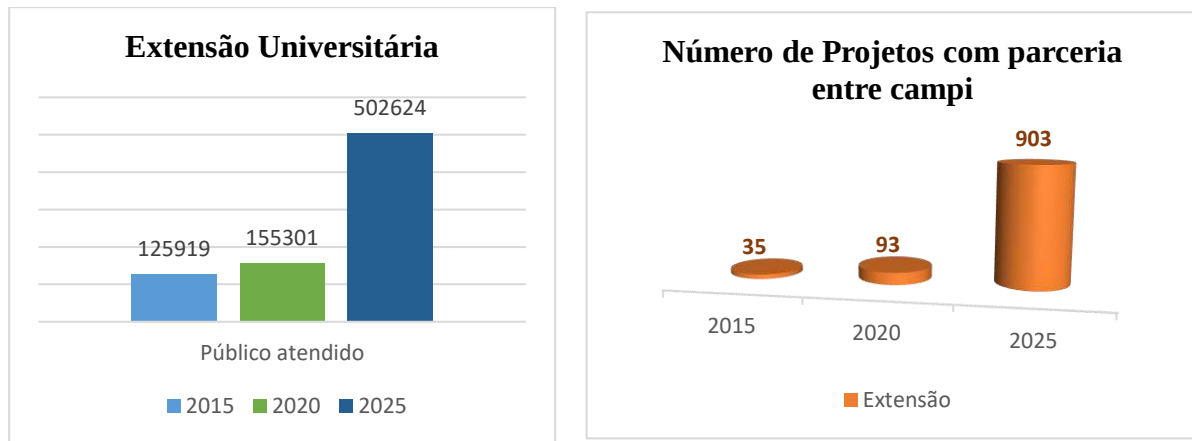
Figura 20 – Dados na UFPA



Fonte: Elaboração própria.

Os programas e projetos da instituição alinham-se às áreas temáticas e diretrizes da Política Nacional de Extensão. Nesse âmbito, desenvolve-se um amplo espectro de atividades, incluindo cursos de capacitação, eventos técnico-científicos, como congressos e simpósios, programas de assistência social para comunidades vulneráveis, além de iniciativas esportivas, culturais e de assessoria técnica. Esse conjunto de ações tem alcançado um público cada vez maior e diversificado. Adicionalmente, o incentivo a parcerias entre os diversos *campi* para o desenvolvimento de ações extensionistas tem se intensificado, gerando resultados altamente positivos nos últimos anos (Figura 21).

Figura 21 – Extensão Universitária e Números de projetos com parceria entre campi



Fonte: Elaboração própria.

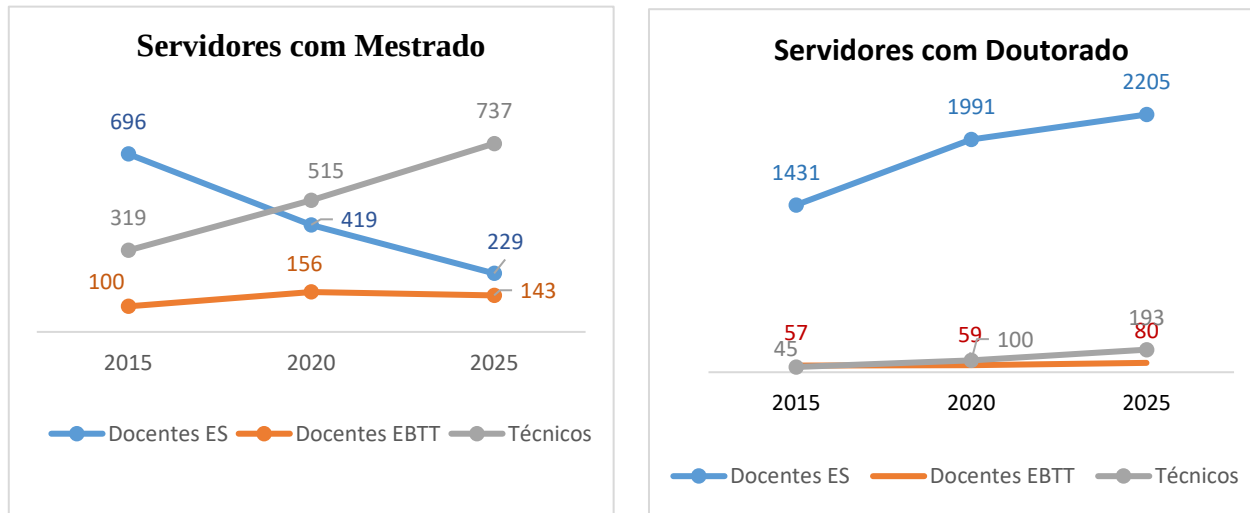
1.4.2. Área de Gestão de Pessoas

Na área de gestão de pessoas, destaca-se as políticas voltadas, principalmente, para a capacitação, a qualificação, saúde e qualidade de vida dos servidores.

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) inclui as ações de desenvolvimento previstas por todas as unidades da UFPA, o que possibilita a gestão das necessidades de capacitação por meio de um instrumento único e dinâmico, periodicamente atualizado, o que proporciona maior autonomia e permite o atendimento das necessidades de capacitação de maneira mais assertiva e eficaz.

Quanto à qualificação de servidores, ações junto aos PPGs estimulam a reserva de vagas em cursos de mestrado e de doutorado, ampliando as áreas de formações e possibilidades para os servidores, além do Programa de Auxílio à Qualificação (PROQUALI). Como resultados mais expressivos temos o crescimento de mais de 300% de servidores técnicos com doutorado e 131% com mestrado, no período de vigência do PDI 2016-2025.

Figura 22 – Servidores com mestrado e doutorado



Fonte: Elaboração própria.

A atenção à qualidade de vida, tem se intensificado nos últimos anos, com a ampliação e diversificação das ações voltadas à saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho, com inclusão de novos perfis profissionais no atendimento aos servidores.

O desenvolvimento de projetos como Práticas Corporais de Esporte e Lazer, Vozes & Versos e Criatividade, Arte e Cultura, tem como objetivo proporcionar vivências voltadas à inclusão, saúde, socialização e lazer. As ações contribuíram para a melhoria do ambiente de trabalho e para a conscientização dos servidores quanto à sua responsabilidade e autonomia na prevenção de doenças e agravos à saúde, por meio de práticas que favorecem a qualidade de vida.

1.4.3. Área de Governança e Gestão

A partir da adesão voluntária ao Programa de Fomento à Integridade Pública (Profip), em 2017, a UFPA seguiu rumo à implantação da Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, instituída pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.

Assim, a UFPA regulamentou a Política de Gestão de Riscos (PGR), criou o Comitê de Governança, Riscos e Controles, instituiu o Programa de Integridade, com planos de Integridade com vigência de dois anos, aprovou o Código de Conduta Ética do Agente Público da UFPA, estabeleceu metodologia própria de gestão de riscos, elaborou manuais e documentos de orientação metodológica, tem mapeado os riscos em nível estratégico (riscos-chave), tático e operacional, executado ações preventivas e corretivas, e realizado a manutenção e aprimoramento da transparência em suas atividades.

Até o momento, a UFPA possui um total de 15 processos prioritários com Planos de Gestão de Riscos elaborados e associados, apresentando 49 riscos-chave mapeados nesses processos, dos quais 31% estão fora do apetite da instituição, devendo ser tratados com medidas de controle preventivas e corretivas (figura 23).

Figura 23 - Riscos-Chave da UFPA mapeados até 2025

Unidade/Objeto	Dentro do Apetite		Fora do Apetite		Total Geral
	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto	Risco Extremo	
Propesp	0	6	0	0	6
Proplan	7	21	14	1	43
Total	7	27	14	1	49
%	14%	55%	29%	2%	100%

Fonte: Proplan, 2025.

Para fomentar o gerenciamento de riscos em nível tático, a gestão de riscos foi incluída no Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU. Até 2025, 18 unidades elaboraram o plano de risco completo e 10 de forma resumida, associado à execução de suas iniciativas táticas.

A instituição vem avançado na melhoria e fortalecimento da governança dos seus processos internos. Os resultados obtidos receberam o reconhecimento da Controladoria Geral da União no Painel de Integridade Pública, onde a UFPA encontra-se em uma boa posição de maturidade e integridade pública,

A UFPA vem experimentando forte expansão em sua gestão através da utilização de sistemas informatizados, de repasses metodológicos, incentivo a adoção de planos táticos e operacionais, bem como fortalecendo seu plano estratégico.

Para intensificar o processo, o Programa de Desenvolvimento de Gestores da UFPA (PDG/UFPA), criado em 2025, oferece aos gestores e futuros gestores a oportunidade de expandir seus conhecimentos técnicos, capacitando-os para reconhecer e aplicar os princípios essenciais da gestão universitária, o que contribuirá para uma tomada de decisão mais qualificada, assim como com o aprimoramento do desempenho organizacional e a promoção de um ambiente de trabalho produtivo e motivador.

Em seu primeiro, cerca de 47% dos participantes das ações formativas do PDG eram gestores, o que demonstra o alinhamento do programa às demandas da gestão universitária e sua contribuição direta para o aprimoramento das competências gerenciais, em consonância com as diretrizes do PDI e da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas.

1.4.4. Área de infraestrutura & TI

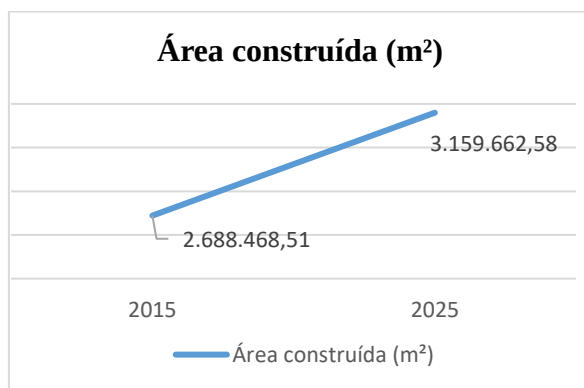
O alcance do objetivo estratégico “Prover infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas” requer investimentos em obras de expansão e de manutenção predial, acrescida da adequação à acessibilidade, aquisição de mobiliário e equipamentos e serviços essenciais para o desenvolvimento adequado das atividades acadêmicas e administrativas. Adiciona-se a essas ações a contratação de serviços privados para garantir o bom funcionamento da instituição.

A redução sistemática de recursos do tesouro às instituições federais, aliada à expansão de cursos e atividades desenvolvidas e à sua estrutura multicampi, tornam-se um grande desafio a ser enfrentado pela UFPA na obtenção de infraestrutura e TI adequadas.

O alinhamento entre o planejamento estratégico, recursos financeiro-orçamentários e projetos prioritários tem possibilitado avanços significativos na promoção de infraestrutura necessária.

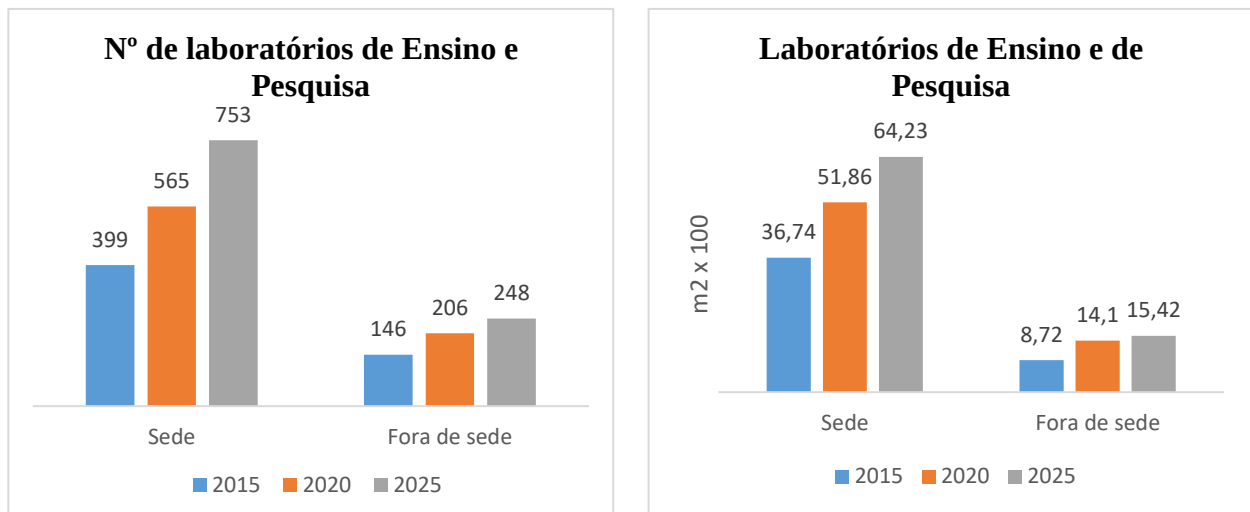
Na última década, a área total construída da instituição aumentou em 17,52% (Figura). Esse crescimento se reflete na área total de laboratórios de ensino e de pesquisa, tanto na sede (74,8%) como fora da sede (76,8%), e consequentemente no aumento do número de laboratórios disponíveis para a comunidade acadêmica (Figura 24, 25).

Figura 24 – Área construída



Fonte: Elaboração própria

Figura 25 – Número de laboratórios de Ensino e Pesquisa e m2



Fonte: Elaboração própria

Em 2025, a UFPA investiu R\$ 9.427.212,41 na aquisição de móveis e equipamentos, destinados ao fortalecimento da infraestrutura institucional e ao apoio às atividades. No período, foram incorporados 6.586 bens, distribuídos entre os diferentes *campi* da Universidade, contribuindo para a modernização dos ambientes acadêmicos e administrativos e para o adequado funcionamento dos serviços prestados.

Para assegurar a disponibilidade de sistemas essenciais de TI, a gestão de um ambiente de sistemas críticos para a comunidade universitária é uma tarefa de alta complexidade, sustentada por um tripé indissociável: capacidade de processamento e armazenamento de dados em constante expansão; conectividade para garantir o acesso estável e veloz à Internet e sistemas institucionais; e por fim, segurança cibernética com proteção ativa contra ameaças em um cenário de riscos crescentes.

Em resposta a esse cenário, avançou-se significativamente em gestão tecnológica, com a aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) e da Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGTIC), atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFPA e do Plano de Gestão de Riscos, dentre outros.

Em relação a conectividade nos campi, a velocidade dos links para transmissão de dados foi aumentada para 1 Gbps em 7 campi fora da sede e para 10 Gbps na sede, e para um mínimo de 100Mbps para os campi com menores quantidades de usuários. Dessa forma, permite-se uma fácil conexão, suportando grande quantidade de usuários, e possibilitou a disponibilidade de internet sem fio em todos os campi através de duas redes principais, **UFPA 2.0 - Institucional** e [Eduroam](#),

acessíveis a alunos e servidores com login institucional. Paralelamente, a rede de telefonia contínua foi expandida totalmente para o modelo VoIP.

Destaca-se, ainda, a expansão do ecossistema SIG-UFPA, com a atualização da infraestrutura do sistema SIG, envolvendo o SIGAA e novos módulos administrativos, e a segmentação de toda a rede institucional, uma medida vital que isola sistemas essenciais para mitigar riscos de ataques cibernéticos, juntamente com a implantação de outras medidas de segurança cibernética. Implantação de processos eletrônicos em 2022.

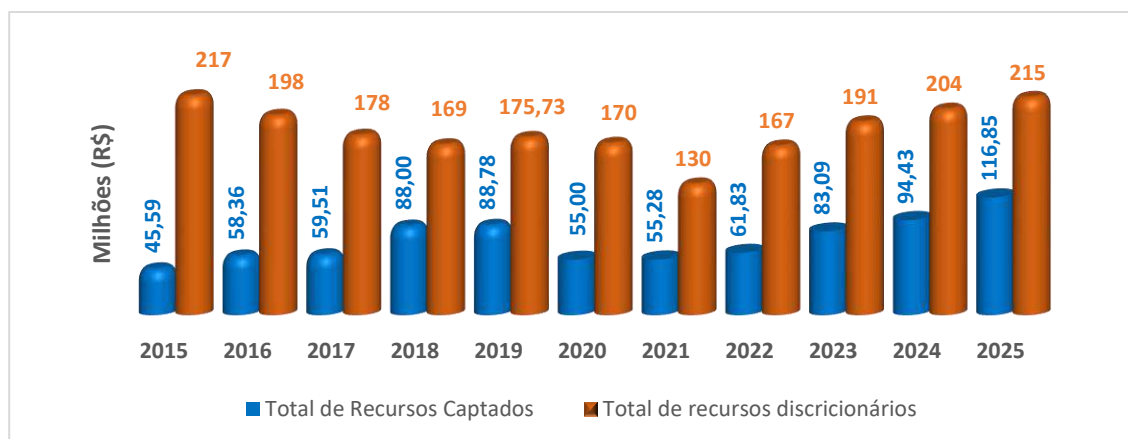
Novos sistemas informacionais estão em desenvolvimento ou em aprimoramento para a divulgação de informações institucionais, para o monitoramento e gestão de dados acadêmicos e geração de relatórios mais consistentes, integrando dados acadêmicos de diferentes fontes.

1.4.5. Área Financeira

A despeito dos desafios e do cenário econômico e político instáveis, a UFPA vem se fortalecendo a cada dia. Os contingenciamentos orçamentários sofridos nos últimos anos reforçaram a necessidade da instituição de empreender esforços para a melhoria na captação dos recursos orçamentários, e, especialmente, demonstram a necessidade de melhoria na qualidade do gasto de recursos que já são escassos. As parcerias com entidades governamentais e não governamentais tornaram-se estratégias importantes para garantir o investimento de capital e para a manutenção de serviços de ensino, extensão e pesquisa universitária nos últimos anos.

A UFPA recuperou gradualmente o volume total dos recursos captados de setores governamentais e não governamentais, após a pandemia, atingindo uma variação total positiva de 156%, de 2015 a 2025, com uma variação média de 12%. Por outro lado, a variação total dos recursos discricionários, nesse mesmo período, foi de -1% e uma média de 1% (Figura 26).

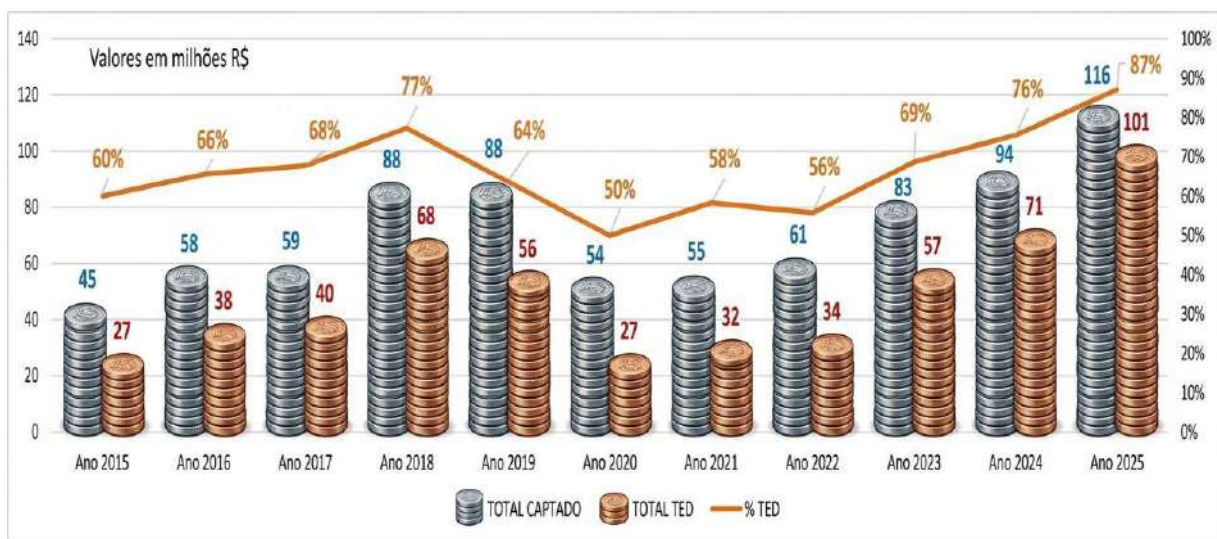
Figura 26 - Volume total dos recursos captados e recursos discricionários



Fonte: Elaboração própria.

Na vigência do PDI 2016-2025, um fator relevante no panorama de captação é o desempenho da captação de recursos por meio de TED, representando a maior fatia dos recursos externos nos últimos anos (Figura 27). Dentre as razões deste crescimento exponencial, temos: maturidade organizacional da instituição, com estruturas de governança implementadas; instabilidade do orçamento público, que fomenta ações de captação externa de recursos; marcos legais favoráveis à captação, a exemplo do Decreto 10.426/2020 e da Resolução CONSAD/UFPA 1523/2021; experiência acumulada e proatividade acadêmica e administrativa; fortalecimento do trabalho em rede e promoção da rede de parcerias interinstitucionais.

Figura 27 - Captação de recursos por meio de TED



Fonte: Elaboração própria.

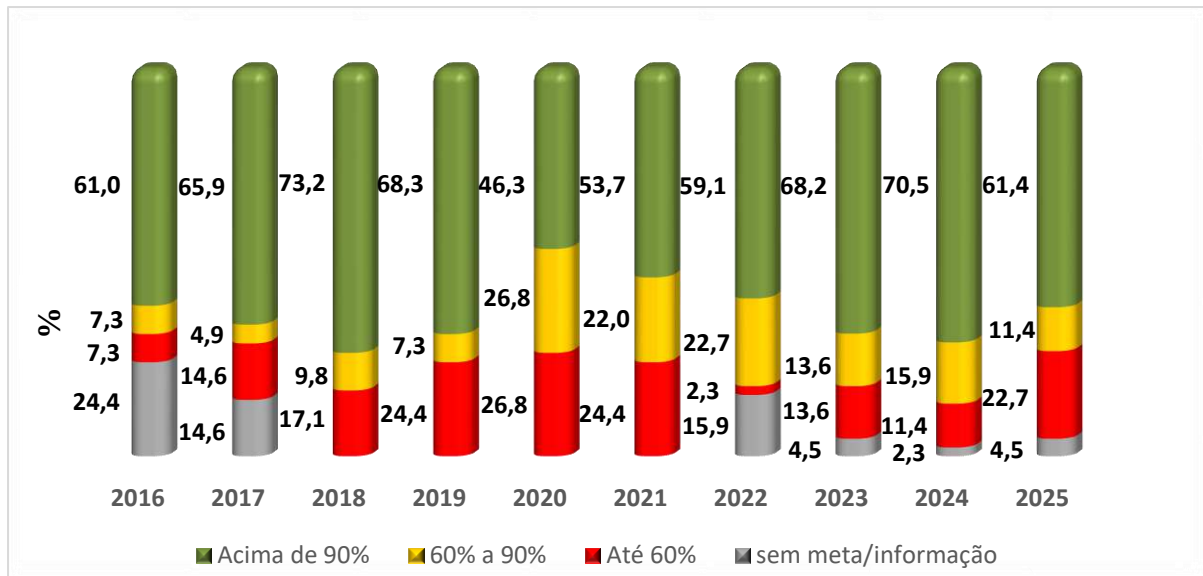
1.4.6. Desempenho do PDI 2016-2025

O PDI 2016-2025 da UFPA foi atualizado em 2021, em observância às recomendações da Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020. Essa revisão abrangeu o refinamento de indicadores de controle dos objetivos estratégicos, a definição de metas anuais a partir de 2022 e a reestruturação do portfólio de iniciativas estratégicas.

Com o intuito de aprimorar a mensuração da estratégia, o quantitativo de indicadores foi ampliado de 41 para 44, enquanto o portfólio de iniciativas cresceu de 54 para 74 projetos.

O desempenho médio do PDI no período foi de 82,6%, índice calculado com base no cumprimento das metas anuais de cada indicador. A **Figura 28** detalha a distribuição percentual dos indicadores por faixas de alcance ao longo da vigência do plano.

Figura 28 – Painel de desempenho do PDI



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos evidenciam avanços expressivos em diversas áreas de atuação da Universidade. A experiência acumulada, especialmente no último quinquênio, consolida uma perspectiva otimista para o enfrentamento de desafios remanescentes e dos cenários futuros.



2 PERFIL INSTITUCIONAL

2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1. HISTÓRICO: A CONSOLIDAÇÃO DA UFPA NA AMAZÔNIA

2.1.1. As raízes e a gênese institucional (1902–1957)

A história da UFPA não se inicia apenas com o seu decreto de criação, mas mergulha nas raízes do pensamento intelectual e da formação profissional no estado do Pará ainda no início do século XX, como resultado de um processo de maturação acadêmica que unificou instituições isoladas de ensino superior, cada uma com sua própria trajetória de excelência e compromisso social.

A gênese da universidade remonta a sete faculdades tradicionais que já desempenhavam papel crucial na sociedade paraense. A mais antiga delas, a Faculdade Livre de Direito, fundada em 1902, lançou as bases para o pensamento jurídico na região. Seguiram-se a Escola de Farmácia (1903), a Escola Livre de Odontologia do Pará (1914), a Faculdade de Medicina do Pará (1919), esta última fundamental para enfrentar os desafios de saúde pública em um contexto equatorial, a Escola de Engenharia do Pará (1931), a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais (1947) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém (1948).

Esta pluralidade de saberes foi formalmente integrada em 2 de julho de 1957, quando o então Presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei nº 3.191. A criação da "Universidade do Pará" representou um marco estratégico para o Estado brasileiro: a necessidade de interiorizar a educação superior, promover o desenvolvimento regional e integrar o território amazônico ao restante do país por meio do conhecimento científico e da formação de quadros qualificados. A universidade nasceu, portanto, com a missão de ser um vetor de desenvolvimento intelectual da Amazônia Oriental.

Figura 29 - Faculdade de Medicina do Pará em 1924



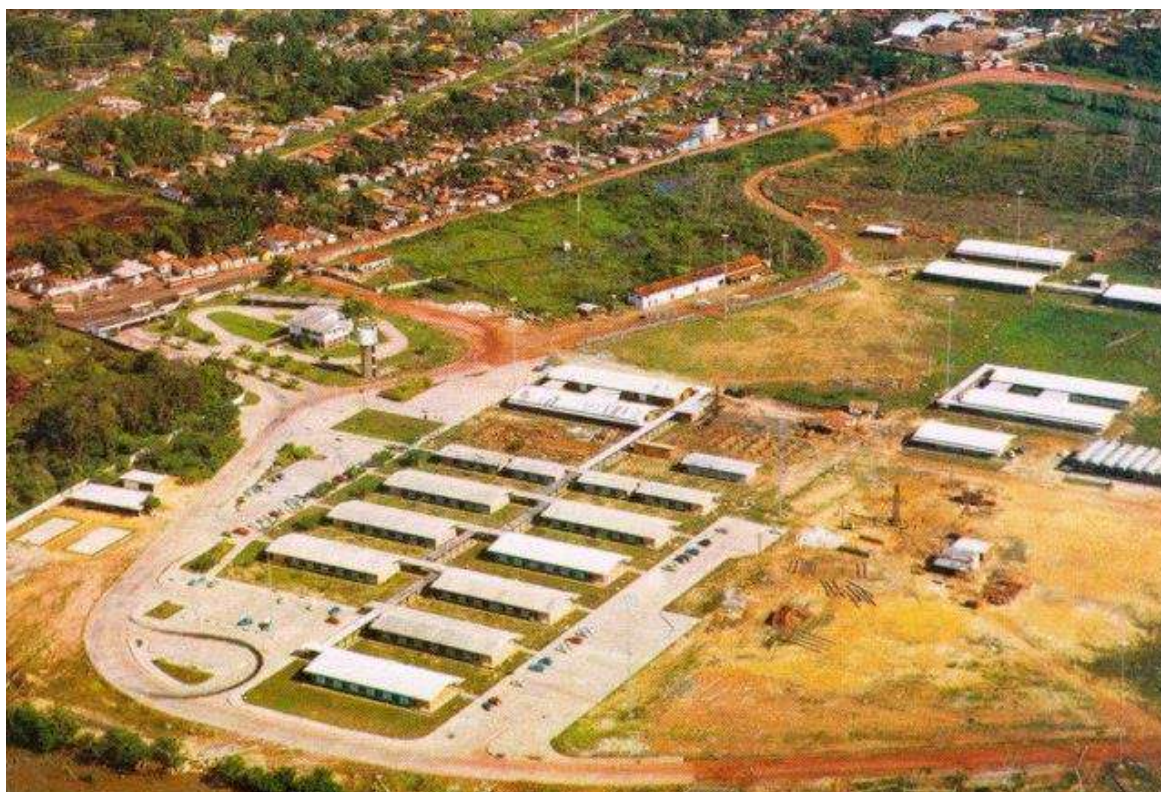
Fonte: Relatório do ano de 1944 apresentado a Congregação pelo diretor Acylino de Leão.

2.1.2. Consolidação e federalização (década de 1960)

Na década de 1960, em consonância com a política nacional de federalização do ensino superior, a instituição passou por uma importante reestruturação. Foram incorporadas a Escola de Química Industrial do Pará (1920) e a Escola de Serviço Social do Pará (1950). Foi nesse período que a instituição passou a denominar-se oficialmente Universidade Federal do Pará (UFPA).

A transição para o modelo federal permitiu a consolidação de uma estrutura administrativa e acadêmica mais robusta. Iniciou-se a criação de novos institutos e centros que unificaram o ensino sob uma mesma égide institucional. Este período foi marcado pelo desafio de criar uma identidade única a partir de unidades tão diversas, estabelecendo as bases para o que viria a ser a maior universidade pública da Amazônia.

Figura 30 - Conjunto Universitário Pioneiro em 1968, atual Campus Guamá



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFPA

2.1.3. Resistência, expansão e interiorização (1964–1985)

Durante o regime militar, a UFPA, a exemplo de outras universidades federais, viveu um período de intensas tensões. Foi palco de mobilizações estudantis e protestos, refletindo o desejo da comunidade acadêmica por autonomia e democracia. Apesar das pressões políticas, a universidade não estagnou. Pelo contrário, foi neste período que se intensificou o debate sobre a responsabilidade social da UFPA frente às carências do interior do Pará.

A estratégia de interiorização tornou-se uma marca distintiva. A UFPA compreendeu que sua missão não poderia se restringir à capital, Belém. A vasta extensão territorial do Pará exigia uma presença capilarizada. Assim, a universidade começou a expandir suas atividades para o interior do estado, levando cursos de graduação e projetos de extensão para áreas remotas, atendendo a populações que, de outra forma, jamais teriam acesso ao ensino superior público. Esse movimento foi precursor do conceito de "universidade multicampi", que hoje define a estrutura da instituição.

2.1.4. O advento da pesquisa e da pós-graduação (1973–anos 90)

A maturidade institucional da UFPA foi consolidada com o investimento sistemático na pós-graduação *stricto sensu*. O marco inicial ocorreu em 1973, com a criação do Mestrado e Doutorado em Geofísica, área estratégica dada a riqueza mineral e o potencial geológico da Amazônia.

A partir daí a produção de conhecimento científico sobre a realidade amazônica, sua biodiversidade, seu clima, suas águas e, acima de tudo, seus povos, tornou-se o eixo central da universidade. A UFPA deixou de ser apenas uma formadora de profissionais para tornar-se uma geradora de ciência de ponta, ganhando reconhecimento nacional e internacional. A criação de novos institutos de pesquisa voltados para as particularidades regionais permitiu que a universidade passasse a influenciar diretamente as políticas públicas de desenvolvimento e conservação da Amazônia.

2.1.5. A UFPA como matriz de novas instituições

Um dos maiores legados da UFPA para a Região Norte foi a sua capacidade de gerar novas universidades. Como fruto de sua política de interiorização e do fortalecimento de seus campi, a UFPA deu origem a três novas universidades federais por meio do desmembramento de suas unidades:

- UFOPA (Santarém): Universidade Federal do Oeste do Pará.
- UNIFESSPA (Marabá): Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.
- UNIFAP (Macapá): Universidade Federal do Amapá.

Além disso, a UFPA teve papel decisivo na formação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Esse papel de "universidade mãe" reforça o compromisso histórico da instituição com a democratização do conhecimento e o fortalecimento da rede de ensino superior em toda a Pan-Amazônia.

2.1.6. A era da inclusão e do reconhecimento global (século XXI)

No século XXI, a UFPA reafirmou seu papel como vanguarda social. Sob as gestões recentes, incluindo a liderança do 14º reitor, Gilmar Pereira da Silva, a universidade intensificou seus processos de inclusão. A UFPA é hoje uma das instituições brasileiras com maior diversidade étnico-racial em seu corpo discente, implementando políticas de cotas e processos seletivos especiais para indígenas, quilombolas e populações tradicionais.

Atualmente, a instituição apresenta números impressionantes que refletem sua magnitude:

- **Corpo Social:** Mais de 50 mil alunos (graduação, pós-graduação e educação básica/técnica).
- **Infraestrutura:** 12 campi (Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí).
- **Servidores:** Aproximadamente 3.016 docentes e 2.432 técnicos.
- **Ensino:** 159 cursos de graduação e um robusto sistema de pós-graduação com mais de 160 cursos (mestrados e doutorados).
- **Saúde e Cultura:** Mantém dois hospitais universitários, hospital veterinário, Escola de Aplicação, Escola de Música, Escola de Teatro e Dança, museu e galeria de arte.

A excelência acadêmica é atestada por rankings internacionais como o *Times Higher Education (THE)* e o *QS World University Rankings*, que situam a UFPA entre as principais universidades do mundo, destacando sua contribuição científica única para a sustentabilidade global e o combate à crise climática.

Figura 31 - Vista aérea da UFPA



Fonte: Acervo da UFPA.

2.1.7. A gestão superior: liderança e governança universitária

A trajetória de excelência da UFPA é indissociável das lideranças que conduziram a instituição ao longo de quase sete décadas. O corpo de reitores e vice-reitores da universidade desempenhou, em diferentes contextos históricos, o papel fundamental de articular as demandas acadêmicas com os desafios políticos e sociais da Amazônia.

Desde a sua fundação, a UFPA foi liderada por 14 reitores, cada um contribuindo para a transição de um conjunto de faculdades isoladas para a maior universidade multicampi da região. O cargo de reitor, hoje ocupado por **Gilmar Pereira da Silva** (14º reitor da história da instituição), simboliza o ápice da governança democrática universitária. Em sua gestão, iniciada em 2024, a universidade reafirma o compromisso com a interiorização e a inclusão social, tendo ao seu lado a vice-reitora **Loiane Prado Verbicaro**, fortalecendo a representatividade e o rigor acadêmico na administração superior.

Historicamente, as gestões foram marcadas por marcos decisivos:

- **Os Pioneiros:** Responsáveis pela estruturação jurídica e física da universidade, integrando as faculdades fundadoras e estabelecendo o Campus Prof. José da Silveira Netto (Guamá) como o epicentro científico do estado.
- **Expansão e Modernização:** Reitores que, nas décadas de 80 e 90, impulsionaram a pós-graduação e a pesquisa, transformando a UFPA em uma referência internacional em estudos amazônicos. E, na última década, vêm ampliando o ensino da pós-graduação e a pesquisa tanto na capital quanto para o interior do estado do Pará.
- **Democratização e Inclusão:** Gestões do século XXI que consolidaram o sistema de cotas, os processos seletivos especiais e a autonomia dos campi do interior, garantindo que a Reitoria não fosse apenas um centro administrativo em Belém, mas uma liderança presente em todo o território paraense.

A estrutura da Reitoria e da Vice-Reitoria conta com o apoio estratégico das Pró-Reitorias (Ensino de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão, Assistência e Acessibilidade Estudantil, Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional, e Gestão de Pessoas), além das Superintendências (Políticas Afirmativas e Diversidade e Inovação e Desenvolvimento) formando um colegiado que assegura a continuidade das políticas públicas de educação superior e a sustentabilidade institucional para as próximas décadas.

Figura 32 - Galeria de Reitores e Vice-Reitores da UFPA

 1957-1960 MÁRIO BRAGA HENRIQUES VICE-REITOR: ADAREZER COELHO DA SILVA	 1989-1993 NILSON PINTO DE OLIVEIRA VICE-REITOR: CAMILLO MARTINS VIANNA
 1969 – 1973 ALOYSIO DA COSTA CHAVES VICE-REITOR: ANGENOR PORTO PENNA DE CARVALHO	 1993-1997 MARCOS XIMENES PONTE VICE-REITOR: ZÉLIA AMADOR DE DEUS
 1960 – 1969 JOSÉ RODRIGUES DA SILVEIRA NETTO VICE-REITOR: JOÃO BAPTISTA CORDEIRO DE AZEVEDO VICE-REITOR: ELÍDIO PARENTE DE ARAÚJO	 1997-2001 CRISTOVAM WANDERLEY PICAÑO DINIZ VICE-REITOR: TELMA DE CARVALHO LOBO
 1973-1977 CLÓVIS CUNHA DA GAMA MALCHER VICE-REITOR: ALCYR BORIS DE SOUZA MEIRA	 2001-2009 ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO VICE-REITOR: MARLENE RODRIGUES MEDEIROS FREITAS VICE-REITOR: REGINA FATIMA FEIO BARROSO
 1977-1981 ARACY AMAZONAS BARRETO VICE-REITOR: GERALDO DE ASSIS GUIMARÃES	 2009-2016 CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY VICE-REITOR: HORACIO SCHNEIDER
 1981 – 1985 DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA VICE-REITOR: JOÃO PAULO DO VALLE MENDES	 2016-2023 EMMANUEL ZAGURY TOURINHO VICE-REITOR: GILMAR PEREIRA DA SILVA
 1985-1989 JOSÉ SEIXAS LOURENÇO VICE-REITOR: ALMIR DE MORISSON FARIA	 2024-2028 GILMAR PEREIRA DA SILVA VICE-REITOR: LOIANE PRADO VERBICARO

Fonte: Elaboração própria.

2.1.8. Conclusão: rumo ao PDI 2026-2035

Ao completar 69 anos de existência em 2026, a UFPA olha para o futuro com a solidez de quem conhece profundamente seu território. A trajetória que começou com sete faculdades em 1957 evoluiu para uma instituição multicampi, plural e singular.

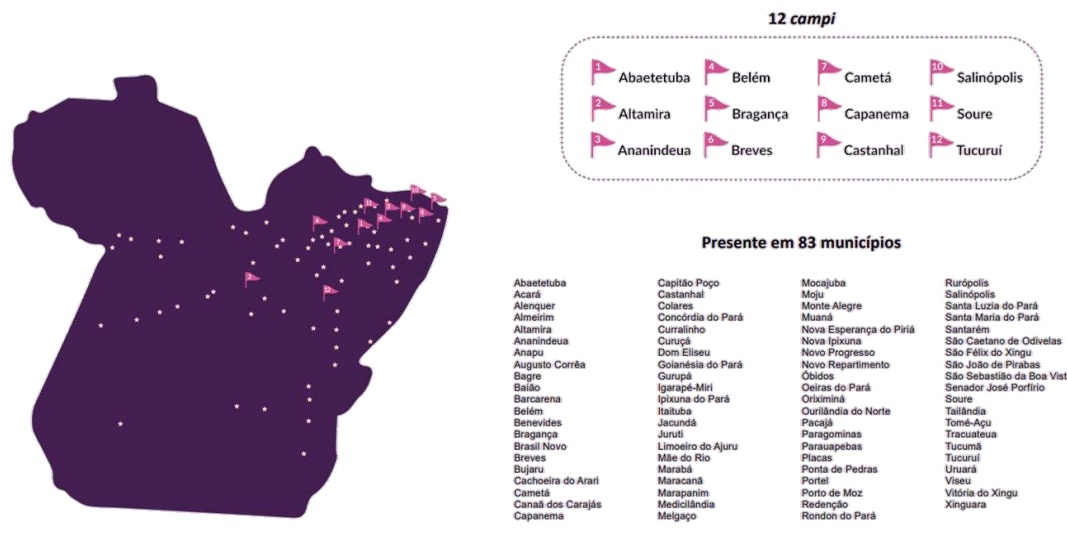
Este PDI 2026-2035 é construído sobre esse legado de luta, ciência e inclusão. A UFPA não é apenas uma universidade na Amazônia; ela é a Amazônia em forma de universidade. Plural, porque abriga a diversidade de saberes e povos; singular, porque constrói uma identidade própria marcada pelo respeito à vida e pela busca incessante da justiça social. O compromisso para a próxima década é renovar essa vocação pública, garantindo que a educação e a ciência continuem a ser instrumentos de transformação e esperança para o povo amazônida e para o mundo.

2.2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.2.1. Estrutura organizacional

Pautada no seu compromisso de produzir ciência, disseminar o conhecimento e formar cidadãos capazes de produzir as transformações necessárias para o desenvolvimento sustentável e de enfrentamento da pobreza e da desigualdade na Amazônia, a UFPA, ao longo de mais de seis décadas de existência, expandiu e aprimorou sua estrutura organizacional a partir de um conjunto de reformas universitárias e seu processo de interiorização iniciado na década de oitenta (80), resultando na criação de novas Universidades, como a transformação do Campus de Santarém em Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e do Campus de Marabá na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), bem como a criação de novos campi em diversas regiões de Integração do estado; criação de novos cursos; etc., como resposta às necessidades locais, condicionadas pelo dinâmico contexto amazônico no qual está inserida. Os avanços resultantes desse processo histórico se materializam por meio da natureza multicampi da UFPA, organizada em doze (12) campi, distribuídos em sete (7) das doze (12) Regiões de Integração do Pará (Guamá, Lago Tucuruí, Marajó, Guajará, Rio Caeté, Rio Xingu e Tocantins). Além do campus sede, localizado na cidade de Belém, a UFPA está presente em mais de setenta e sete (77) municípios do Pará.

Figura 33 – Presença da UFPA no Pará



Fonte: UFPA, 2025.

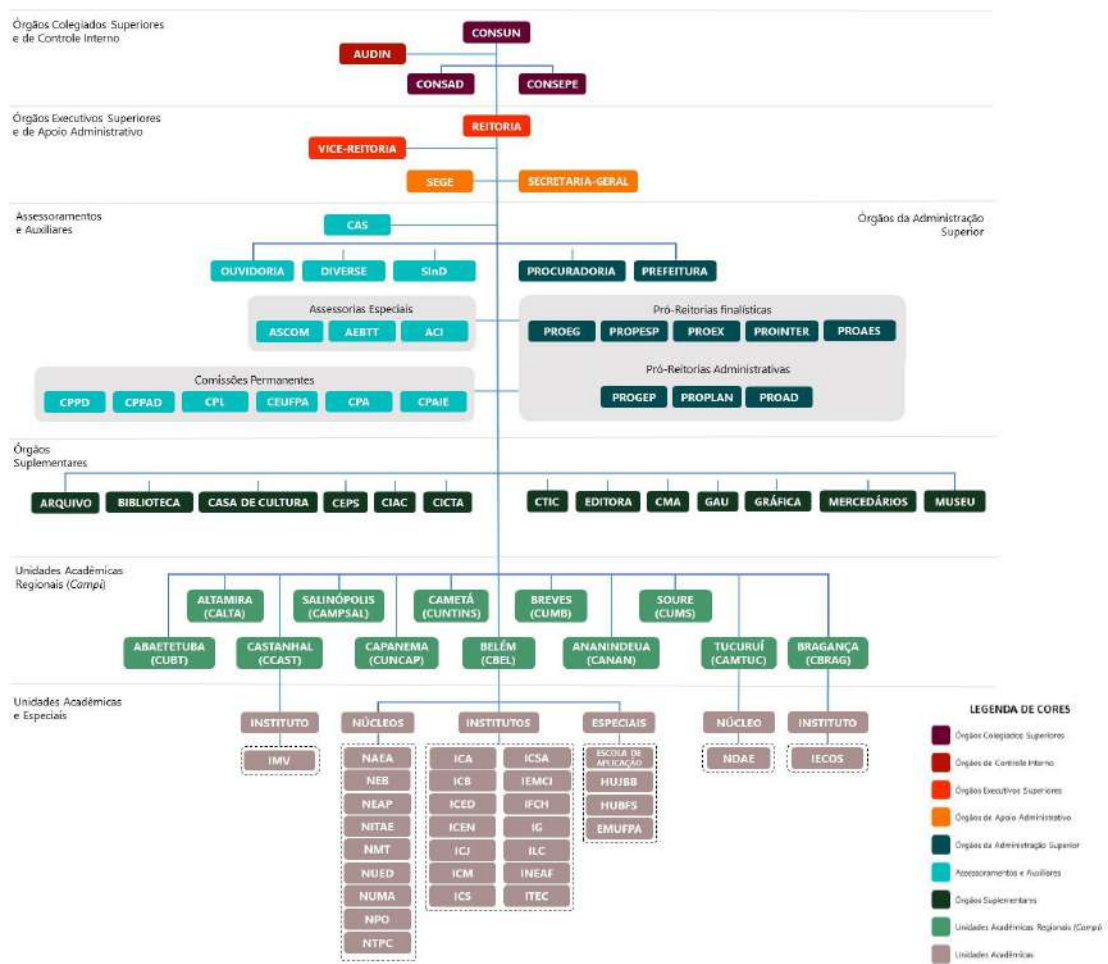
Atualmente, o funcionamento da UFPA consiste em um sistema solidário e cooperativo multicampi. Conforme o Regimento Geral da UFPA, os campi podem abrigar unidades acadêmicas, (institutos e núcleos), subunidades acadêmicas (faculdades, programas de pós-

graduação e escolas), unidades administrativas (diretorias, coordenadorias, divisões e seções, que são a menor fração da estrutura universitária para os efeitos de organização didático-científica e administrativa) e ainda, órgãos de apoio e serviços, a depender de sua natureza.

Além dos doze (12) campi, a Instituição é constituída de dezesseis (16) institutos – dois (2) localizados no interior - dez (10) núcleos – um (1) localizado no interior, dois (2) hospitais universitários, um (1) hospital veterinário, uma (1) escola de aplicação e uma (1) escola de música. Adicionalmente, conta com sete (8) Pró-Reitorias, duas (2) Superintendências, três (3) assessorias, treze (13) órgãos suplementares e diversos outros órgãos que desempenham atividades de apoio, serviço, controle e assessoramento. Destacam-se também os órgãos colegiados, essenciais para a governança democrática e a gestão participativa, garantindo a representação e envolvimento da comunidade universitária nas decisões estratégicas e políticas da instituição.

Vejamos a seguir a representação gráfica (organograma) da Estrutura Organizacional da UFPA.

Figura 34 – Organograma da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

2.2.2. Instâncias de decisão e competências

As instâncias de decisão da UFPA constituem um sistema colegiado e hierarquizado de governança universitária, disciplinado pelo [Estatuto](#) e pelo [Regimento Geral](#). Esse sistema busca assegurar a participação da comunidade universitária nos processos decisórios e garantir que as deliberações acadêmicas, administrativas, financeiras e patrimoniais sejam realizadas de forma democrática e institucionalizada.

No nível mais elevado da estrutura de governança encontra-se o **Conselho Universitário (CONSUN)**, órgão máximo de deliberação da Universidade. Sua atuação possui caráter estratégico e institucional, sendo responsável por definir as diretrizes gerais que orientam o desenvolvimento da UFPA. Entre suas atribuições destacam-se a aprovação de alterações do Estatuto e do Regimento Geral, a deliberação sobre a criação, fusão, desmembramento ou extinção de unidades acadêmicas e administrativas, a apreciação de planos institucionais e o julgamento de recursos oriundos das demais instâncias universitárias. Por sua abrangência, o CONSUN representa o espaço máximo de formulação das políticas institucionais e de tomada de decisões que afetam a Universidade como um todo.

No âmbito das atividades finalísticas da instituição atua o **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)**. Trata-se da instância superior responsável pela formulação, normatização e deliberação das políticas acadêmicas da Universidade. Suas competências abrangem a regulamentação das atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, incluindo a aprovação de projetos pedagógicos, currículos, normas acadêmicas, calendários letivos e propostas de criação, reformulação ou extinção de cursos. Além disso, o CONSEPE exerce função recursal em matérias acadêmicas e orienta o desenvolvimento das atividades que constituem a missão essencial da Universidade.

Complementando o sistema de conselhos superiores, o **Conselho Superior de Administração (CONSAD)** exerce papel central na gestão administrativa, financeira e patrimonial da UFPA. Suas decisões concentram-se na definição de políticas de administração institucional, na apreciação de propostas orçamentárias e no acompanhamento da execução financeira da Universidade. Também lhe compete deliberar sobre a gestão de pessoas, infraestrutura, patrimônio e organização administrativa, contribuindo para assegurar os meios necessários ao funcionamento das atividades acadêmicas e institucionais.

A execução das políticas e deliberações emanadas dos Conselhos Superiores é conduzida pela **Reitoria**, órgão executivo central da Universidade. Sob a liderança do Reitor, a Reitoria coordena e supervisiona as atividades acadêmicas e administrativas, representa a instituição perante a sociedade e os órgãos governamentais e promove a implementação das diretrizes

aprovadas pelas instâncias colegiadas. A Reitoria articula a atuação das Pró-Reitorias, dos campi, das unidades acadêmicas e dos órgãos suplementares, garantindo a integração das ações institucionais.

Em nível intermediário de gestão, as **Unidades Acadêmicas**, como institutos, núcleos, faculdades e escolas, possuem seus próprios órgãos colegiados de deliberação. Nessas unidades, o principal espaço de decisão é o **Conselho da Unidade**, responsável pela apreciação e aprovação de matérias acadêmicas e administrativas relacionadas ao funcionamento local. Entre suas competências encontram-se a aprovação de planos de desenvolvimento da unidade, projetos de ensino, pesquisa e extensão, distribuição de recursos, propostas de concursos docentes, afastamentos para qualificação e regimentos internos. Esses conselhos desempenham papel fundamental na adaptação das políticas institucionais às especificidades de cada unidade acadêmica.

As unidades acadêmicas contam ainda com órgãos colegiados específicos, frequentemente denominados **Congregações** ou **Colegiados de Unidade**, que atuam na análise e deliberação de questões acadêmicas e administrativas de interesse local. Esses órgãos contribuem para o planejamento das atividades, a avaliação de propostas de cursos, o acompanhamento das ações institucionais e a articulação entre os diversos segmentos que compõem a unidade.

No âmbito dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, a gestão acadêmica é realizada pelos **Colegiados de Curso** ou **Colegiados de Programa**. Essas instâncias são responsáveis por acompanhar a execução dos projetos pedagógicos, deliberar sobre questões curriculares, analisar pedidos de aproveitamento de estudos, propor alterações em matrizes curriculares e apreciar demandas acadêmicas dos estudantes. Sua atuação está diretamente relacionada à qualidade e à organização das atividades de formação oferecidas pela Universidade.

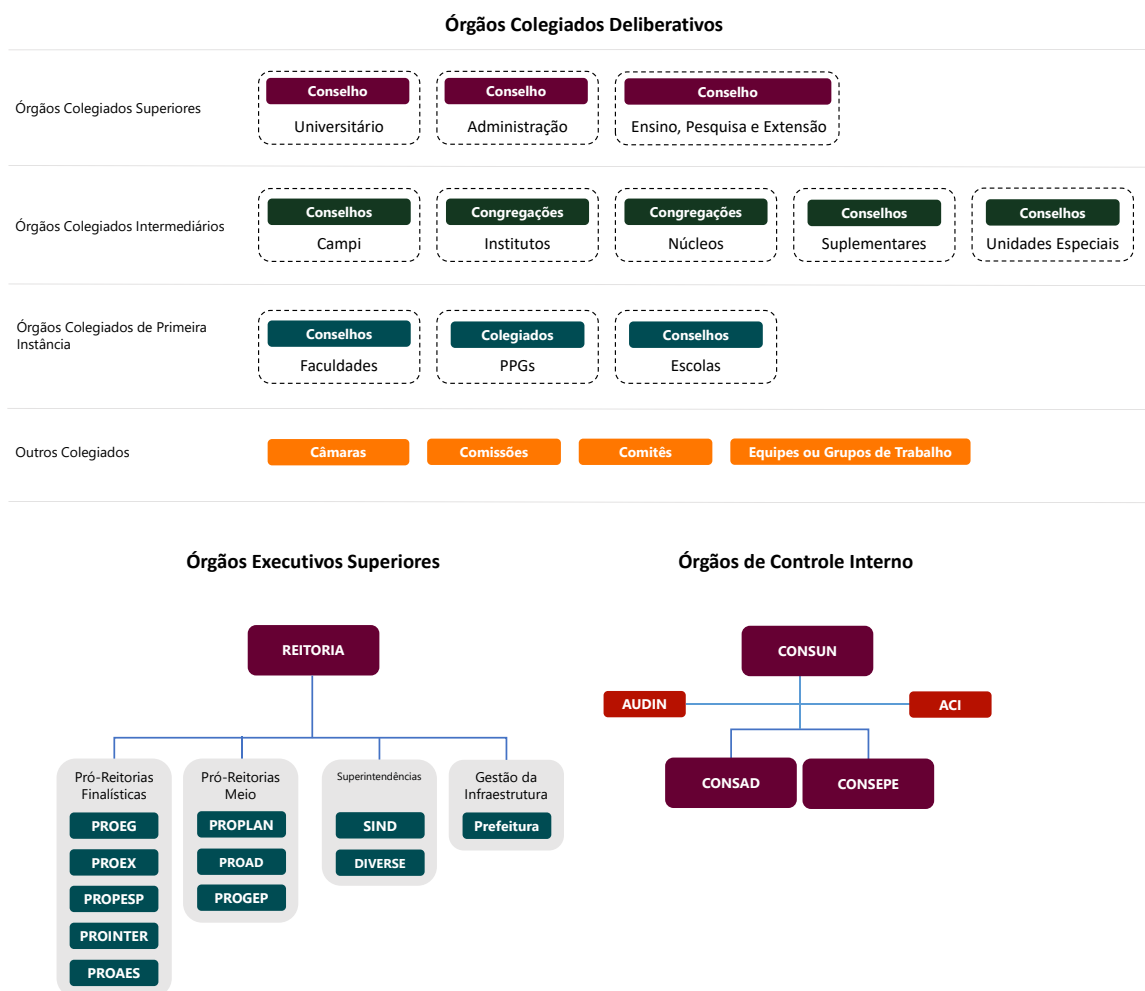
Além das instâncias colegiadas deliberativas, a estrutura organizacional da UFPA inclui diversos órgãos de assessoramento e gestão, especialmente as Pró-Reitorias, que fornecem suporte técnico e administrativo à tomada de decisão institucional. Embora não exerçam, em regra, função deliberativa equivalente à dos Conselhos Superiores, esses órgãos desempenham papel estratégico na formulação, coordenação, implementação e acompanhamento das políticas institucionais, subsidiando tecnicamente as decisões adotadas pelos colegiados e pela Reitoria.

Dessa forma, a governança da UFPA caracteriza-se por um modelo participativo e descentralizado, no qual as decisões são distribuídas entre diferentes níveis organizacionais. Os Conselhos Superiores estabelecem as diretrizes gerais da instituição; a Reitoria assegura sua execução; os Conselhos das Unidades Acadêmicas deliberam sobre questões locais; e os Colegiados de Cursos e Programas tratam das matérias diretamente relacionadas às atividades

acadêmicas. Essa estrutura busca conciliar autonomia universitária, participação democrática e eficiência administrativa na condução das atividades da Universidade.

Vejamos a seguir a representação gráfica (organograma) da Estrutura Organizacional da UFPA.

Figura 35 - Instâncias de decisão na UFPA



Fonte: Elaboração própria.

2.2.3. Representatividade da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados

A representatividade da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados da Universidade Federal do Pará (UFPA), conforme estabelecem o Estatuto e o Regimento Geral da instituição, constitui um dos fundamentos da gestão democrática universitária. Esse modelo assegura a participação dos diferentes segmentos que compõem a comunidade universitária — docentes,

discentes e servidores técnico-administrativos — nos processos de discussão, deliberação e tomada de decisões acadêmicas e administrativas.

O Regimento Geral estabelece que os órgãos colegiados da UFPA existem em diferentes níveis de administração (superior, intermediário e primeira instância) e devem incluir representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária. Entre eles estão:

- Conselho Universitário (CONSUN);
- Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- Conselho Superior de Administração (CONSAD);
- Conselhos de Campi;
- Congregações dos Institutos e Núcleos;
- Conselhos de Faculdades e Escolas;
- Colegiados dos Programas de Pós-Graduação.

A composição desses colegiados inclui dirigentes acadêmicos e representantes eleitos dos corpos docente, discente e técnico-administrativo. Nas Congregações de Institutos e Núcleos, por exemplo, participam os diretores, coordenadores e representantes dessas três categorias da comunidade acadêmica.

A **representação docente** ocorre por meio da eleição de representantes escolhidos entre seus pares, assegurando a participação do corpo docente nas discussões e deliberações relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração universitária.

Da mesma forma, os **servidores técnico-administrativos** possuem representação própria nos colegiados, sendo seus representantes eleitos pela categoria para atuar na defesa dos interesses e das demandas desse segmento nos espaços institucionais de decisão.

A **participação discente** também é assegurada pelo Estatuto e pelo Regimento Geral, reconhecendo os estudantes como parte integrante da gestão universitária. Os representantes estudantis participam dos órgãos colegiados em conformidade com as normas institucionais e de representação estudantil, contribuindo para a formulação, avaliação e acompanhamento das políticas acadêmicas. Essa participação garante que as perspectivas e necessidades dos estudantes sejam consideradas nos processos decisórios da universidade.

Nos colegiados acadêmicos, especialmente nas Congregações das Unidades Acadêmicas, Conselhos de Faculdades, Escolas e Programas de Pós-Graduação, a composição busca refletir a diversidade da comunidade universitária, reunindo representantes dos diferentes segmentos em um ambiente de diálogo e construção coletiva. Dessa forma, as decisões são tomadas de maneira compartilhada, fortalecendo os princípios da autonomia universitária, da transparência administrativa e da gestão participativa.

Em síntese, o Estatuto e o Regimento Geral da UFPA estabelecem um modelo de governança baseado na participação democrática da comunidade acadêmica, garantindo a representação institucionalizada de docentes, discentes e técnico-administrativos nos órgãos colegiados. Esse arranjo promove a corresponsabilidade na condução das atividades universitárias e fortalece os mecanismos de participação e controle social no âmbito da instituição.

2.2.4. Controles internos, ouvidoria e acesso à informação

No cenário em que a gestão pública tem exigido das instituições federais mecanismos cada vez mais eficientes de governança, controle, transparência e participação social, a UFPA, como uma das maiores instituições de ensino superior da Amazônia e referência na produção científica e formação acadêmica da região Norte do Brasil, tem desenvolvido estruturas organizacionais e instrumentos normativos voltados ao fortalecimento da integridade institucional e ao aprimoramento da administração universitária.

Entre esses instrumentos destacam-se os sistemas de controle interno, a atuação da Ouvidoria e as políticas de acesso à informação e transparência pública. Esses mecanismos não apenas garantem o cumprimento das exigências legais impostas à administração pública federal, mas também fortalecem a relação entre a universidade e a sociedade, promovendo maior confiança nas ações institucionais e ampliando as possibilidades de participação cidadã nos processos de gestão.

A partir das normativas recentemente aprovadas pelo Conselho Universitário (CONSUN), dos documentos de planejamento institucional e dos instrumentos de transparência ativa disponibilizados pela UFPA, é possível compreender como a universidade estrutura sua política de governança e controle, buscando assegurar eficiência administrativa, prevenção de irregularidades e democratização do acesso às informações públicas.

2.2.4.1. A importância dos controles internos na gestão universitária

Os controles internos constituem um conjunto integrado de políticas, procedimentos, normas, metodologias e práticas administrativas destinados a assegurar que as atividades institucionais sejam executadas de forma eficiente, eficaz, econômica e em conformidade com os princípios e requisitos legais que regem a administração pública. Em instituições complexas como a Universidade Federal do Pará (UFPA), os controles internos assumem papel estratégico para garantir a adequada aplicação dos recursos públicos, a integridade dos processos administrativos, a mitigação de riscos e o alcance dos objetivos institucionais.

No âmbito da administração pública federal, os controles internos são compreendidos como elementos essenciais dos sistemas de governança, atuando não apenas na detecção de falhas

e irregularidades, mas, sobretudo, na sua prevenção. Nesse sentido, sua função transcende a dimensão fiscalizatória tradicional, incorporando atividades de monitoramento, orientação, avaliação e aperfeiçoamento contínuo dos processos organizacionais. A adoção de mecanismos de controle efetivos contribui para aumentar a confiabilidade das informações institucionais, fortalecer a tomada de decisões gerenciais e promover maior transparência perante os órgãos de controle e a sociedade.

Em 2025, a UFPA fortaleceu significativamente sua estrutura de governança e controle institucional com a aprovação do Regimento da Assessoria de Controle Interno (ACI), formalizado pela Resolução nº 891 do Conselho Universitário (CONSUN). A regulamentação da unidade representa um marco no aprimoramento da arquitetura de governança da universidade, ao estabelecer competências, responsabilidades e diretrizes voltadas ao monitoramento dos controles internos, à gestão de riscos e ao fortalecimento da integridade institucional.

A Assessoria de Controle Interno atua como unidade estratégica de assessoramento à alta administração, contribuindo para o desenvolvimento de mecanismos que assegurem a conformidade dos processos administrativos com a legislação vigente e com os objetivos institucionais da universidade. Entre suas atribuições destacam-se a avaliação dos controles existentes, o acompanhamento da implementação de recomendações dos órgãos de controle, o apoio à gestão de riscos, a elaboração de pareceres técnicos e a orientação das unidades acadêmicas e administrativas quanto às boas práticas de governança e controle.

O regimento da ACI evidencia, ainda, a preocupação institucional com a observância do princípio da segregação de funções, fundamental para a efetividade dos controles internos. Ao estabelecer restrições à participação de seus servidores em atividades operacionais que posteriormente possam ser objeto de avaliação ou fiscalização, a norma busca preservar a independência técnica da unidade, reduzir potenciais conflitos de interesse e assegurar maior credibilidade às análises realizadas.

Complementando esse sistema de controle, destaca-se a atuação da Auditoria Interna Governamental (AUDIN), unidade responsável por realizar avaliações independentes e objetivas sobre os processos de governança, gestão de riscos e controles internos da universidade. Diferentemente das atividades de controle interno de caráter contínuo e preventivo, a Auditoria Interna exerce uma função de avaliação e consultoria, destinada a agregar valor e aperfeiçoar as operações institucionais. Sua atuação está alinhada às diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU) e às normas internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público.

A AUDIN desempenha papel fundamental no fornecimento de avaliações independentes à alta administração e aos conselhos superiores da universidade, examinando a eficiência dos

controles internos, a regularidade dos atos administrativos, a execução orçamentária e financeira, a gestão patrimonial, a governança institucional e o cumprimento das normas legais e regulamentares. Por meio de auditorias, monitoramentos e ações de consultoria, a unidade contribui para a identificação de oportunidades de melhoria, para o fortalecimento dos mecanismos de integridade e para o aperfeiçoamento dos processos organizacionais.

A relação entre a Assessoria de Controle Interno e a Auditoria Interna é complementar e estratégica. Enquanto a ACI atua na estruturação, monitoramento e fortalecimento dos controles institucionais, a Auditoria Interna realiza avaliações independentes sobre a adequação e efetividade desses controles, oferecendo à gestão informações qualificadas para a tomada de decisões. Essa complementaridade fortalece o modelo das três linhas de atuação em governança pública, no qual gestores, unidades de controle e auditoria desempenham funções distintas, porém articuladas, em favor da boa administração.

Além disso, tanto a Assessoria de Controle Interno quanto a Auditoria Interna possuem papel relevante no acompanhamento da implementação das recomendações expedidas pelos órgãos de controle externo, especialmente o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU). Essa atuação contribui para o aperfeiçoamento dos processos institucionais, para a correção tempestiva de fragilidades identificadas e para o fortalecimento da *accountability* pública.

O Relatório de Gestão 2025 evidencia que o fortalecimento dos mecanismos de governança, integridade, gestão de riscos e controle constitui uma das prioridades estratégicas da UFPA. Nesse contexto, os controles internos e a Auditoria Interna configuram instrumentos indispensáveis para assegurar a legalidade, a eficiência e a transparência da gestão universitária, contribuindo para a geração de valor público, para a proteção dos recursos institucionais e para o cumprimento da missão social da universidade.

2.2.4.2. A Ouvidoria como instrumento de participação social

A Ouvidoria da UFPA constitui um dos principais canais de interlocução entre a universidade e seus diversos públicos. Sua atuação está fundamentada nos princípios da participação cidadã, da transparência e da melhoria dos serviços públicos, funcionando como espaço institucional destinado ao recebimento, análise e encaminhamento das manifestações da sociedade.

A Resolução nº 890/2025 aprovou o novo Regimento da Ouvidoria da UFPA, consolidando sua estrutura organizacional, competências e procedimentos operacionais. O documento reafirma

o papel da Ouvidoria como unidade vinculada à Reitoria, responsável por receber, examinar e encaminhar manifestações relacionadas às atividades e serviços prestados pela instituição.

As manifestações podem assumir diferentes naturezas, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios, solicitações e pedidos de simplificação de serviços públicos. Por meio desses instrumentos, estudantes, servidores, colaboradores terceirizados e cidadãos em geral podem contribuir diretamente para o aprimoramento da gestão universitária.

A atuação da Ouvidoria transcende a simples recepção de demandas. Seu trabalho envolve a mediação de conflitos, a promoção do diálogo institucional, o acompanhamento das providências adotadas pelas unidades responsáveis e a elaboração de relatórios gerenciais capazes de subsidiar decisões administrativas e ações de melhoria.

Outro aspecto relevante é a integração da Ouvidoria da UFPA ao Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal. Desde 2017, a unidade está vinculada à rede nacional coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU), adotando procedimentos padronizados e utilizando a Plataforma Fala.BR como principal instrumento de registro e acompanhamento das manifestações dos cidadãos.

A incorporação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) à estrutura da Ouvidoria ampliou ainda mais sua relevância institucional. Dessa forma, a unidade passou a desempenhar simultaneamente funções relacionadas à participação social e ao atendimento das demandas fundamentadas na Lei de Acesso à Informação.

Além disso, a Ouvidoria possui papel importante na promoção de ambientes institucionais mais seguros e inclusivos, especialmente no recebimento de manifestações relacionadas à discriminação, assédio moral, assédio sexual e outras formas de violência no ambiente universitário. Essa atuação está alinhada às políticas institucionais de promoção dos direitos humanos e de proteção à dignidade das pessoas que compõem a comunidade acadêmica.

2.2.4.3. Acesso à informação e transparência pública

O acesso à informação é reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro como um direito fundamental e um dos pilares da democracia. Regulamentado pela Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), esse direito estabelece que as informações produzidas ou custodiadas pelos órgãos públicos pertencem à sociedade e devem ser disponibilizadas de forma ampla, ressalvadas apenas as hipóteses legais de sigilo.

Na UFPA, a política de acesso à informação é implementada por meio de mecanismos de transparência ativa e transparência passiva. A transparência ativa corresponde à divulgação espontânea de informações de interesse coletivo em portais institucionais, sem necessidade de

solicitação prévia por parte dos cidadãos. Já a transparência passiva refere-se ao atendimento dos pedidos formais de informação apresentados pela sociedade.

A Carta de Serviços ao Usuário 2025 representa importante instrumento de transparência ativa. O documento reúne informações sobre os serviços oferecidos pela universidade, descrevendo procedimentos, requisitos de acesso, canais de atendimento e padrões de qualidade adotados pela instituição. Essa iniciativa facilita a compreensão dos serviços públicos disponibilizados pela UFPA e fortalece a relação entre a universidade e seus usuários.

No âmbito da transparência passiva, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) desempenha papel central. Integrado à Ouvidoria, o SIC recebe e processa solicitações de acesso à informação apresentadas por qualquer cidadão, observando os prazos e procedimentos previstos na legislação federal.

A disponibilização de informações institucionais também ocorre por meio do Portal da Transparência da UFPA, onde são divulgados dados relativos à execução orçamentária, contratos administrativos, convênios, licitações, estrutura organizacional, gestão de pessoas e demais informações de interesse público.

Essas ações contribuem para ampliar o controle social sobre a gestão universitária, permitindo que a sociedade acompanhe a utilização dos recursos públicos e avalie o desempenho institucional da universidade.

2.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

2.3.1. No ensino técnico

A atuação acadêmica da Universidade Federal do Pará (UFPA) no nível técnico concentra-se de forma altamente especializada no campo das Artes e Economia Criativa. Por meio de suas escolas de aplicação e institutos técnicos (como a Escola de Teatro e Dança e a Escola de Música), a UFPA desempenha um papel proeminente na formação profissional e na preservação da memória cênica e musical da região amazônica.

A matriz de ensino técnico da UFPA estruturalmente divide-se em três grandes vertentes de qualificação:

2.3.1.1. Artes Cênicas, Corpo e Cenotecnia

Neste eixo, a UFPA oferece uma formação integral voltada tanto para a performance quanto para os bastidores e a infraestrutura dos espetáculos. Os cursos técnicos de nível médio nesta área compreendem:

Expressão e Interpretação: O *Curso Técnico em Teatro* e o *Curso Técnico em Dança Intérprete Criador* capacitam profissionais na performance e na criação artística autoral.

Dança Clássica: O *Curso Técnico de Nível Médio em Dança Clássica* atua diretamente na formação metodológica e corporal do balé;

Dança Clássica: O *Curso Técnico em Dança Clássica* oferece habilitação focada na formação técnica e rigorosa do balé.

Produção e Infraestrutura Visual: A universidade atua no suporte aos bastidores cênicos através do *Curso Técnico em Figurino Cênico* e do *Curso Técnico em Cenografia*, preparando profissionais para o desenho de vestuários e concepção de cenários e ambientações físicas.

2.3.1.2. Instrumento Musical, Composição e Regência

A formação de instrumentistas, arranjadores e maestros compõe o núcleo técnico de maior densidade de modalidades na instituição. Essa vertente engloba qualificações voltadas tanto à música de concerto quanto às expressões populares:

Habilitação em Instrumento: A universidade atua na formação de solistas e músicos de conjunto por meio dos cursos de *Instrumento Musical - Violão Clássico*, *Instrumento Musical Piano*, *Instrumento Musical - Orquestra* e *Instrumento Musical Banda*, além da formação específica em *Instrumento Musical Percussão Erudita*.

Expressões Populares: Atendendo às dinâmicas culturais locais, o curso de *Instrumento Musical - Música Popular* oferece formação focada em repertórios populares e de forte identidade regional.

Criação e Direção Musical: A UFPA atua de forma sofisticada no ensino técnico de criação e liderança musical com o curso de *Composição e Arranjo*, somado às habilitações de regência em múltiplas formações: *Regência Coral*, *Regência Banda* e *Regência Orquestral*.

2.3.1.3. Canto e Performance Vocal

O terceiro pilar da atuação técnica da UFPA dedica-se ao desenvolvimento profissional da voz. A instituição divide sua abordagem acadêmica para atender a diferentes demandas de mercado e estéticas:

Canto Lírico: O *curso de Técnico em Canto Lírico* foca no desenvolvimento da projeção vocal erudita e na performance voltada à ópera e música de concerto.

Canto Popular: O *curso de Técnico em Canto Popular* prepara o profissional para a atuação no mercado da música popular e na indústria fonográfica.

Canto Coletivo: A *formação técnica em Coral* qualifica cantores focados na prática de conjunto e na harmonia vocal coletiva.

A figura 36 – sintetiza a atuação acadêmica da UFPA no ensino técnico.

Figura 36 – Cursos técnicos ofertados pela UFPA



Fonte: Elaboração própria.

O grande diferencial que confere robustez à atuação da UFPA no nível técnico é o seu impacto direto na formação cultural de base. Mantendo um contingente expressivo de mais de mil alunos matriculados simultaneamente, o ensino técnico funciona em íntimo diálogo com a produção artística local. Essa estrutura atua como um elo entre a educação básica e o mercado de trabalho da economia criativa, capacitando jovens e adultos de forma qualificada.

2.3.2. No ensino de graduação

A atuação acadêmica da UFPA na graduação configura um dos mais complexos ecossistemas de ensino superior do Brasil. Longe de se restringir a um modelo universitário tradicional e concentrado, a instituição projeta sua matriz curricular a partir de uma dinâmica multicampi, articulando de forma indissociável a formação técnica de excelência, a interiorização do conhecimento e o compromisso ético com o desenvolvimento sustentável da Pan-Amazônia.

Essa robustez acadêmica estrutura-se em grandes eixos de atuação, distribuídos entre os diferentes Campi Universitários, distribuídos estrategicamente pelo interior do estado do Pará.

2.3.2.1. Engenharias, Tecnologia e o Eixo das Ciências Exatas e Naturais

O vetor de desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura da UFPA é historicamente referenciado pela atuação do Instituto de Tecnologia (ITEC) em Belém, que centraliza uma das maiores variedades de engenharias do país. A instituição oferece formação em ramos consolidados e emergentes da engenharia, englobando as áreas: Infraestrutura e Produção: Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica; Processos e Biotecnologia: Engenharia Química, Engenharia de Alimentos e Engenharia Biomédica; Logística, Telecomunicações e Naval:

Engenharia da Computação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Mecânica, Engenharia Naval e Engenharia Ferroviária e Logística;

Sustentabilidade Urbana e Ambiental: Arquitetura e Urbanismo, Conservação e Restauro, além de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Essa competência tecnológica não se limita à capital. O Campus de Tucuruí atua como um polo avançado de engenharia no interior, replicando as graduações em Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia de Computação e Engenharia Sanitária e Ambiental. O Campus Universitário de Castanhal também integra esse eixo estratégico por meio da Faculdade de Computação, que oferta o Bacharelado em Engenharia da Computação e o Bacharelado em Sistemas de Informação, contribuindo para a formação de profissionais nas áreas de computação, desenvolvimento de sistemas, transformação digital e inovação tecnológica.

A interiorização tecnológica adota, ainda, um caráter de especialização funcional voltado às potencialidades econômicas locais: o Campus de Abaetetuba sedia o curso de Engenharia de Produção; o Campus de Ananindeua absorve a demanda industrial com Engenharia de Materiais; e o Campus de Salinópolis atende diretamente à cadeia de recursos naturais e costeiros com os cursos de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo e Engenharia Costeira e Oceânica.

A sustentação científica desse aparato tecnológico provém do Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN) e do Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI), responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa pura e da formação docente em Ciências Naturais, Matemática, Física, Química, Química Industrial, Estatística, Ciência da Computação e Sistemas de Informação. Esse eixo também se encontra presente no Campus Universitário de Castanhal por meio da Faculdade de Matemática, responsável pela oferta da Licenciatura em Matemática, fortalecendo a formação de professores e a interiorização do ensino das Ciências Exatas.

2.3.2.2. Ciências da Saúde, Biológicas e a Salvaguarda da Vida na Amazônia

A atuação na área da saúde e das ciências biológicas assume um papel estratégico fundamental na mitigação de vazios assistenciais e no estudo da biodiversidade amazônica. O Instituto de Ciências da Saúde (ICS), em Belém, centraliza a formação clínica e assistencial de alta complexidade, ofertando as graduações em Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Terapia Ocupacional. Por sua vez, o Instituto de Ciências Médicas (ICM) oferta a graduação de Medicina.

Visando descentralizar a formação médica e fixar profissionais em regiões de fronteira socioeconômica, a UFPA expandiu de forma robusta o curso de Medicina para o Campus de Altamira. No campo da saúde animal e do desenvolvimento do setor agropecuário regional, o

Instituto de Medicina Veterinária (IMV) destaca-se como o polo de referência ao sediar o curso de Medicina Veterinária.

O suporte de pesquisa básica, molecular e ecológica a esses serviços é liderado pelo Instituto de Ciências Biológicas (ICB), cuja atuação engloba os cursos de Ciências Biológicas (tanto em nível de bacharelado quanto de licenciatura), Biomedicina, Biotecnologia e Engenharia de Bioprocessos, articulando o uso da ciência de fronteira com a conservação ambiental.

2.3.2.3. Dinâmicas Sociais, Governança, Economia e Ciências Jurídicas

Para compreender as complexas relações humanas e estruturar os aparatos regulatórios e administrativos da região, a UFPA dispõe de um sólido bloco voltado às ciências sociais e jurídicas. O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) coordena a formação intelectual e profissional em Psicologia, Ciências Sociais, Filosofia, História e Geografia. Estes dois últimos cursos funcionam como pontas de lança da interiorização, sendo ofertados de maneira recorrente em *campi* como Altamira, Ananindeua, Bragança e Cametá, garantindo a formação de pesquisadores e docentes integrados às realidades de suas regiões.

A governança corporativa, pública e o desenvolvimento econômico são competências do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), que ministra as graduações em Administração, Ciências Contábeis, Economia, Serviço Social, Turismo, Biblioteconomia e Arquivologia. Complementando a estrutura de preservação democrática e garantia de direitos, o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) responde pelo curso de Direito, habilitando profissionais nas modalidades matutina, vespertina e noturna na capital.

2.3.2.4. Letras, Artes, Comunicação e a Política de Formação Docente

A UFPA atua de forma vigorosa na salvaguarda da identidade cultural, na democratização da comunicação e no fortalecimento da educação básica. O Instituto de Ciências da Educação (ICED) e o Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI) gerenciam as diretrizes de formação de professores, destacando-se as licenciaturas em Pedagogia, Educação Física e a Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens (esta última com forte presença também no Campus de Soure).

No Campus Universitário de Castanhal, a política de formação docente é desenvolvida pela Faculdade de Educação, que oferta a Licenciatura em Pedagogia, e pela Faculdade de Educação Física, responsável pela oferta da Licenciatura e do Bacharelado em Educação Física, organizados por meio de Área Básica de Ingresso (ABI). Esses cursos contribuem para a formação de

profissionais destinados à educação básica, à gestão educacional, às práticas pedagógicas, à promoção da saúde e às diferentes áreas de atuação da Educação Física.

O campo das linguagens e da difusão de informações é coordenado pelo Instituto de Letras e Comunicação (ILC), que abrange os bacharelados em Comunicação Social (com habilitações em Jornalismo e Publicidade e Propaganda) e um amplo leque de licenciaturas em Letras, cobrindo as vertentes de Língua Portuguesa, Inglês, Francês, Alemão, Espanhol e a formação especializada em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A interiorização da formação na área de Letras também se concretiza no Campus Universitário de Castanhal, cuja Faculdade de Letras oferta a Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e a Licenciatura em Letras – Língua Espanhola. Os cursos contribuem para a formação de professores, pesquisadores e profissionais comprometidos com o ensino das línguas, a valorização da diversidade linguística e cultural e o fortalecimento da educação básica na região.

A produção artística e a preservação do patrimônio imaterial da Amazônia ganham contornos científicos no Instituto de Ciências da Arte (ICA), que congrega os cursos de Artes Visuais, Cinema e Audiovisual, Dança, Teatro, Música, Museologia, além das graduações tecnológicas em Produção Multimídia e Produção Cênica.

2.3.2.5. Ciências Agrárias, Sustentabilidade e Geociências

Diante do imperativo climático e da necessidade de transição para modelos econômicos sustentáveis, a UFPA estruturou um eixo acadêmico voltado ao campo, às águas e ao clima. O Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) atua diretamente na formulação de novas dinâmicas socioambientais com o curso de Desenvolvimento Rural.

A capilaridade da área de agrárias consolida-se por meio dos *campi* do interior, que absorvem demandas específicas de manejo e produção:

- Campus de Altamira: Oferta os cursos de Agronomia e Engenharia Florestal;
- Campus de Cametá: Expande a oferta de Agronomia na região do Baixo Tocantins;
- Campus de Bragança: Sedia o curso de Engenharia de Pesca, essencial para a economia litorânea;
- Campus de Abaetetuba: Desenvolve inovação na base produtiva com o curso tecnológico em Agroecologia.

Esse bloco é cientificamente integrado às análises macroambientais do Instituto de Geociências (IG), que investiga a dinâmica planetária, climática e marinha por meio das graduações em Oceanografia, Geologia, Geofísica e Meteorologia.

2.3.2.6. Interiorização: Regimes de Oferta e Inclusão Social

A solidez da política acadêmica da UFPA é coroada por sua dimensão inclusiva. Além das ofertas regulares, a universidade executa anualmente as ações de Processos Seletivos Especiais (PSE), que operam com seleções diferenciadas para garantir vagas específicas e permanência qualificada para candidatos advindos de povos tradicionais, tais como indígenas e de comunidades quilombolas em todos os institutos e cursos da instituição, consagrando a UFPA como um polo de excelência científica sensível à pluralidade étnica e social de seu território.

A figura 37 sintetiza a atuação acadêmica da UFPA na graduação.

Figura 37 – Síntese da atuação acadêmica da UFPA na graduação



Fonte: Elaboração própria.

2.3.3. No ensino de pós-graduação

A atuação acadêmica da Universidade Federal do Pará (UFPA) na pós-graduação *stricto sensu* configura um dos mais complexos e capilares ecossistemas de pesquisa e formação avançada do Brasil. Longe de se restringir a um modelo universitário tradicional e concentrado, a instituição projeta sua matriz de mestrados e doutorados a partir de uma dinâmica multicampi, articulando de forma indissociável a formação científica de excelência, a interiorização do conhecimento e o compromisso ético com o desenvolvimento da Amazônia.

Essa robustez acadêmica estrutura-se em grandes eixos de atuação, distribuídos entre Institutos Acadêmicos, Escolas e Núcleos de Pesquisa Avançada e Campi Universitários distribuídos estrategicamente pelo interior do estado do Pará.

2.3.3.1. Engenharias, Tecnologia e o Eixo das Ciências Exatas e Naturais

O vetor de desenvolvimento tecnológico, computacional e de infraestrutura da pós-graduação da UFPA é amplamente referenciado pela atuação do ITEC, que centraliza uma das maiores variedades de programas de engenharia do país, englobando Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Engenharia Mecânica, Engenharia Naval, Engenharia de Processos, Engenharia Industrial e Engenharia de Recursos Naturais da Amazônia, além de programas focados em Arquitetura e Urbanismo, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências do Patrimônio Cultural e Processos Construtivos e Saneamento Urbano.

Essa competência tecnológica estende-se e especializa-se no interior por meio de núcleos dedicados, como o Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia (NDAE), que foca em Computação Aplicada, Engenharia de Barragem e Gestão Ambiental, e Engenharia de Infraestrutura e Desenvolvimento Energético. A engenharia também é impulsionada na formação docente pelo Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas ao Ensino e Extensão (NITAE), voltado à Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior.

A sustentação científica desse aparato tecnológico e computacional provém do ICEN e do IEMCI, responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa pura, aplicada e do ensino de ciências por meio de programas em Física, Química, Ciência da Computação, Ensino de Computação, Matemática e Estatística, Ciências e Meio Ambiente, além de vertentes focadas na Docência e Educação em Ciências e Matemáticas.

2.3.3.2. Ciências da Saúde, Biológicas e a Salvaguarda da Vida na Amazônia

A atuação na pós-graduação voltada para a saúde, infectologia e ciências biológicas assume um papel estratégico fundamental na mitigação de vazios científicos e no mapeamento da biodiversidade e dos desafios endêmicos da Amazônia. O ICS e o ICM concentram investigações clínicas e assistenciais em Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Ciências Farmacêuticas, Assistência Farmacêutica, Inovação Farmacêutica, Ciências do Movimento Humano, Química Medicinal e Modelagem Molecular, Saúde Coletiva na Amazônia, além de pesquisas específicas em Atenção e Estudo Clínico no Diabetes e Endocrinologia.

Essa estrutura de saúde e biologia é fortemente aprofundada por núcleos de pesquisa avançada na capital, como o Núcleo de Medicina Tropical (NMT), com foco em Doenças Tropicais e Saúde na Amazônia, o Núcleo de Pesquisa em Oncologia (NPO), voltado à Oncologia e Ciências Médicas, e o Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC), especializado em Neurociências e Comportamento.

No campo das ciências da vida, o ICB lidera a geração de conhecimento de fronteira em Biodiversidade e Biotecnologia (Rede Bionorte), Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, Biotecnologia, Genética e Biologia Molecular, Neurociências e Biologia Celular, Ecologia, Zoologia e Análises Clínicas. No interior, a área ganha relevo no Campus de Altamira com o programa de Biodiversidade e Conservação e no IMV, que sedia os programas em Ciência Animal, Saúde Animal na Amazônia e Reprodução Animal na Amazônia.

2.3.3.3. Dinâmicas Sociais, Governança, Economia e Ciências Jurídicas

Para compreender as complexas relações humanas, a organização socioeconômica e estruturar os aparatos regulatórios e administrativos da região, a UFPA dispõe de um sólido bloco voltado às ciências sociais, humanas e jurídicas. O IFCH coordena a formação intelectual avançada em Antropologia, Sociologia e Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Filosofia, História, Geografia e Segurança Pública.

A governança pública, corporativa e o desenvolvimento econômico são competências investigadas no ICSA, por meio de programas em Administração, Economia, Economia Aplicada, Contabilidade, Serviço Social e Ciência da Informação. Essa vertente é robustecida pelas pesquisas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), focado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e Gestão Pública. Complementando a estrutura de preservação democrática e direito ambiental e regulatório, o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) responde pelos programas em Direito e Direito e Desenvolvimento na Amazônia.

2.3.3.4. Letras, Artes, Comunicação e a Política de Formação Docente

A UFPA atua de forma vigorosa na salvaguarda da identidade cultural, na democratização da comunicação e no fortalecimento da educação por meio da pós-graduação. O ICED e o Núcleo de Educação Básica (NEB) gerenciam as diretrizes científicas de formação de professores, destacando-se os programas em Educação, Currículo e Gestão da Educação Básica, além da coordenação da Rede Educação na Amazônia (Educante). Por sua vez, o Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas ao Ensino e Extensão (NITAE), oferta os programas Mestrado e Doutorado Profissionais em Ensino, por meio do Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (PPGCIMES).

O campo das linguagens e da difusão cultural é coordenado pelo ILC, que abrange programas em Letras: Linguística e Teoria Literária, Comunicação, Cultura e Amazônia, e o Mestrado Profissional em Letras em Rede (Profletras). A produção artística, estética e o

patrimônio imaterial da Amazônia ganham contornos científicos no ICA e na Escola de Música (EMUFPA), que congregam as pós-graduações em Artes, Ensino de Artes (Profartes) e Música.

2.3.3.5. Ciências Agrárias, Sustentabilidade e Geociências

Diante do imperativo climático e da necessidade de transição para modelos sustentáveis, a UFPA estruturou um eixo acadêmico de pós-graduação voltado ao campo, às águas e ao clima. O Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) atua diretamente na formulação de novas dinâmicas socioambientais com o programa em Agriculturas Amazônicas. No campo das águas, o Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca (NEAP) investiga a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a ecologia aquática.

Esse bloco integra-se às análises micro e macro ambientais do Instituto de Geociências (IG) e do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), que investigam a dinâmica planetária, climática e de mitigação de desastres por meio de programas em Geologia e Geoquímica, Geofísica, Oceanografia, Recursos Hídricos, Ciências Ambientais, Gestão de Risco e Desastre na Amazônia, e Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

2.3.3.6. A Interiorização e as ações especiais de Pós-Graduação

O grande diferencial que confere robustez à atuação da UFPA na pós-graduação é a sua ampla capilaridade no interior do estado do Pará, descentralizando a pesquisa de alto nível para fora da capital. A instituição opera programas de pós-graduação consolidados em diversos campi universitários, tais como:

- Abaetetuba: Cidades: Territórios e Identidades e o programa PROFMAT;
- Altamira: Educação e Culturas Inclusivas, e Estudos em Etnodiversidade;
- Ananindeua: Ciência e Engenharia de Materiais, e o PROFHIST;
- Bragança: Linguagem e Saberes na Amazônia, PROFMAT e Biologia Ambiental (IECOS);
- Breves: Sociobiodiversidade e Educação;
- Cametá: Educação e Cultura, e Estudos da Linguagem;
- Castanhal: Estudos Antrópicos na Amazônia.

Por fim, a solidez dessa política científica é coroada por sua dimensão inclusiva e interinstitucional. A universidade executa programas pioneiros em associação e rede, destacando-se o programa Inter-unidas em Educação Escolar Indígena, realizado em cooperação com outras universidades públicas do estado (UEPA, UFOPA e UNIFESSPA). Isso consagra a UFPA como

um polo de excelência científica de impacto internacional, mas rigorosamente sensível à pluralidade social, cultural e territorial de sua região.

A figura 38 sintetiza o sistema de pós-graduação *stricto sensu* da UFPA, evidenciada como uma das mais complexas redes de pesquisa e formação avançada do Brasil, articulando excelência científica, interiorização de conhecimento e compromisso ético com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

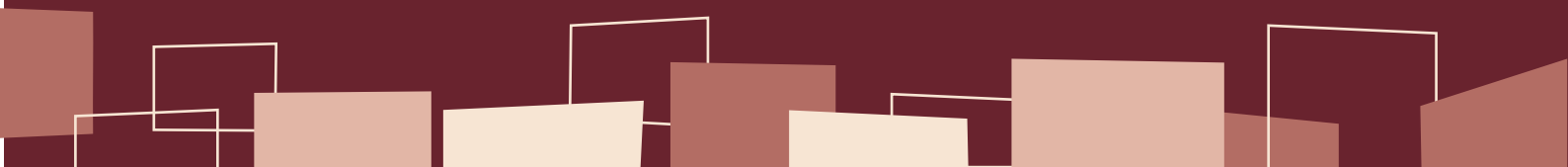
Figura 38 - Síntese o sistema de pós-graduação *stricto sensu* da UFPA



Fonte: Elaboração própria.



3 GESTÃO ESTRATÉGICA DA UFPA



3. GESTÃO ESTRATÉGICA DA UFPA

3.1. CENÁRIOS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

As mudanças observadas nos sistemas de educação superior, ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento sustentável indicam que as universidades públicas passarão por reconfigurações institucionais ao longo da próxima década.

A análise realizada em documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fórum Econômico Mundial (WEF), Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), Plano Plurianual (PPA), relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e marcos regulatórios brasileiros — demonstram que o ensino superior passa por uma profunda reconfiguração em escala global. A expansão da inteligência artificial, a transformação digital, as mudanças demográficas, a internacionalização da educação e a necessidade de formação para novas profissões estão modificando a forma como as universidades produzem conhecimento, formam profissionais e se relacionam com a sociedade. Paralelamente, temas como mudanças climáticas, sustentabilidade, bioeconomia e redução das desigualdades sociais assumem posição central nas agendas nacionais e internacionais.

No contexto amazônico, essas tendências assumem dimensão ainda mais estratégica. A Amazônia tornou-se tema central nas agendas internacionais relacionadas às mudanças climáticas, biodiversidade, segurança hídrica, transição energética e desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, a UFPA ocupa posição estratégica como principal universidade pública multicampi da Amazônia oriental, com papel fundamental na formação de recursos humanos, produção científica, desenvolvimento regional e inclusão social.

Os relatórios da UNESCO sobre os “Futuros da Educação” destacam que as universidades do século XXI deverão desenvolver capacidades de adaptação permanente, interdisciplinaridade, integração tecnológica e responsabilidade social ampliada. A OCDE reforça que os sistemas de ensino superior precisarão formar profissionais capazes de atuar em contextos complexos, altamente tecnológicos e ambientalmente desafiadores.

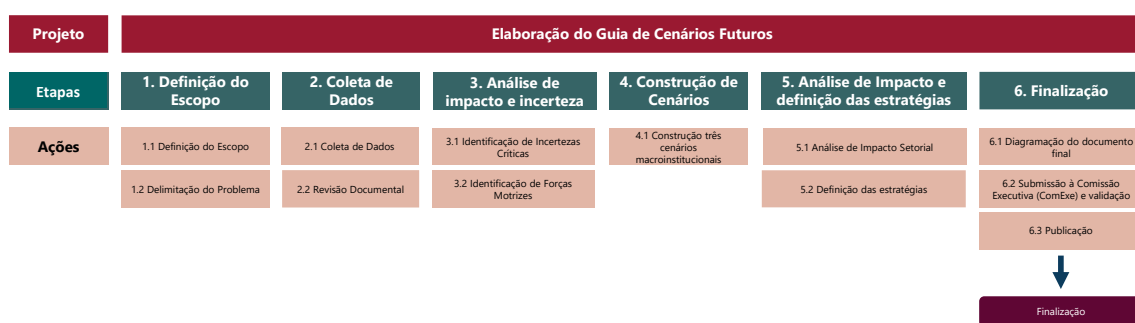
Ao mesmo tempo, o relatório “*Future of Jobs 2025*”, do Fórum Econômico Mundial, aponta que as profissões do futuro exigirão competências híbridas, digitais, analíticas, socioemocionais e sustentáveis, pressionando as universidades a reformular currículos, metodologias pedagógicas e modelos de formação.

A partir desse contexto, elaborou-se o [Guia de Cenários Futuros](#) para o PDI UFPA 2026-2035, o qual serviu de norte para a construção da estratégia da UFPA e, resumido adiante.

3.1.1. Metodologia de construção e análise de cenários prospectivos

Para construir sua visão de futuro, o desenho metodológico seguiu um processo estruturado em cinco etapas fundamentais, congregando dados quantitativos de relatórios de longo prazo a informações qualitativas de planejamento institucional, conforme esquematizado a seguir, baseada em estudos prospectivos e gestão estratégica. Foram analisados documentos institucionais da própria universidade, políticas públicas nacionais, estudos produzidos por organismos internacionais e relatórios sobre tendências globais.

Figura 39 – Síntese metodológica da construção do Guia de Cenários Futuros



Fonte: Elaboração própria

A partir dessa análise, foram identificadas forças motrizes e incertezas capazes de influenciar o futuro da instituição.

Dois grandes fatores de incerteza orientam a construção dos cenários. O primeiro está relacionado ao grau de estabilidade econômica e ao nível de financiamento do Estado brasileiro para a educação superior. O segundo refere-se à velocidade da transição tecnológica, social e ambiental, especialmente no que diz respeito à digitalização, à inteligência artificial e aos impactos das mudanças climáticas.

Com base nesses fatores, foram construídos três cenários macroinstitucionais.

O **cenário favorável**, denominado de transformação; o **cenário neutro**, denominado crescimento estável e; o **cenário desfavorável**, identificado como colapso ou declínio, conforme descrição a seguir:

Figura 40 – Cenários macroinstitucionais

Cenário Favorável (Transformação)	Cenário Neutro (Crescimento estável)	Cenário Desfavorável (Colapso / Declínio):
Este cenário representa uma ruptura estrutural positiva e um salto de maturidade institucional. Ele se apoia na premissa de uma estabilidade fiscal progressiva do Estado brasileiro, combinada com políticas que reconhecem a relevância estratégica da Amazônia no combate à crise climática mundial. Há o cumprimento integral das metas estabelecidas nos planos nacionais, impulsionando os programas institucionais. A captação de recursos é diversificada por meio de fortes investimentos de fundos internacionais. Ocorre a consolidação do processo de interiorização com equidade social, reduzindo assimetrias históricas entre a capital e as demais Regiões de Integração do Pará. Na gestão, a administração tradicional dá lugar a uma governança ágil e baseada em dados, fortemente mediada por sistemas de tecnologia da informação.	Caracteriza-se pela continuidade das tendências históricas e por avanços condicionados à um orçamento público que apenas repõem as perdas inflacionárias oficiais. Esse cenário força a universidade a operar em permanente equilíbrio fiscal de custeio, crescendo em ritmo lento e inercial. Esse contexto pode acirrar disparidades entre os campi, aprofundando a ideia de ilhas de excelência acadêmica e um avanço fragmentado. A inovação e a inclusão digital pode ser limitado, dependendo de iniciativas isoladas de unidades acadêmicas com mais elevado nível de governança, podendo limitar o impacto estrutural da UFPA no desenvolvimento socioeconômico do estado.	Cenário de restrição extrema e vulnerabilidade. Projeta um contexto de restrição financeira extrema, associado ao agravamento da instabilidade ambiental e geopolítica. É o reflexo do esvaziamento das políticas de Estado e de sucessivos contingenciamentos fiscais que asfixiam a autonomia universitária, empurrando a instituição para o limiar da insolvência operacional. Este cenário é marcado pelo enfraquecimento das ações de assistência estudantil e pelo corte drástico em verbas discricionárias de custeio e capital, desencadeando uma crise severa de permanência e evasão discente em massa. A infraestrutura sofre com o sucateamento predial e apagões severos na Tecnologia da Informação (TI), elevando o risco de ataques cibernéticos e perda de dados acadêmicos históricos.

Fonte: Elaboração própria.

A partir desses cenários, foram analisadas 15 áreas estratégicas elencadas para compor o novo PDI UFPA 2026-2035.

Na análise evidenciou-se que a universidade ingressará no período 2026–2035 diante de um ambiente caracterizado por profundas transformações tecnológicas, científicas, sociais, ambientais e institucionais. Os cenários construídos a partir dos documentos nacionais, internacionais e institucionais demonstraram que a capacidade de adaptação, inovação e integração entre as áreas será determinante para a sustentabilidade e o desenvolvimento da instituição na próxima década.

A seguir, apresenta-se uma síntese da análise gerada:

Ensino (Educação Básica, Técnica, Graduação e Pós-Graduação) - a área de Ensino será fortemente influenciada pelas transformações decorrentes da digitalização da educação, da expansão das metodologias híbridas de aprendizagem, da crescente demanda por formação ao longo da vida e das mudanças nas competências exigidas pelo mundo do trabalho. A UFPA deverá ampliar sua capacidade de inovação pedagógica, fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão e responder às demandas por flexibilidade curricular, inclusão e qualidade acadêmica. A tendência é de maior valorização de competências digitais, socioemocionais, empreendedoras e interdisciplinares.

Pesquisa - a pesquisa tende a consolidar-se como uma das principais áreas de projeção institucional da UFPA, especialmente diante da crescente relevância estratégica da Amazônia para os debates globais sobre biodiversidade, mudanças climáticas, bioeconomia e desenvolvimento sustentável. A produção científica deverá ser cada vez mais internacionalizada, interdisciplinar, colaborativa e baseada em redes de conhecimento. O fortalecimento da pós-graduação, da ciência

aberta, da infraestrutura de pesquisa e da captação de recursos externos será decisivo para a manutenção da competitividade acadêmica da instituição.

Extensão, Arte e Cultura - a extensão universitária deverá ampliar seu papel como mecanismo de articulação entre universidade e sociedade, consolidando-se como instrumento de desenvolvimento territorial, inclusão social e valorização da diversidade cultural amazônica. As atividades artísticas e culturais ganharão maior relevância na promoção da cidadania, da interculturalidade e da preservação dos patrimônios materiais e imateriais da região. A curricularização da extensão e a ampliação dos impactos sociais dos projetos extensionistas constituirão desafios centrais para o período.

Internacionalização - a internacionalização deixará de ser compreendida apenas como mobilidade acadêmica, assumindo caráter transversal em todas as atividades universitárias. A tendência é de fortalecimento das redes internacionais de pesquisa, da internacionalização do currículo, da oferta de disciplinas em línguas estrangeiras e da cooperação científica voltada aos grandes desafios globais. A posição estratégica da Amazônia poderá ampliar significativamente a inserção internacional da UFPA, especialmente em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e às mudanças climáticas.

Assistência e Acessibilidade Estudantil – a assistência estudantil continuará desempenhando papel fundamental para a democratização do acesso e da permanência no ensino superior. O aumento da diversidade do perfil discente, aliado às desigualdades socioeconômicas persistentes, exigirá políticas cada vez mais abrangentes de apoio financeiro, psicossocial, pedagógico e de acessibilidade. A tendência é de ampliação das demandas relacionadas à saúde mental, inclusão digital e acessibilidade universal.

Ações Afirmativas - as ações afirmativas deverão consolidar-se como política estruturante da universidade, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais diverso, inclusivo e representativo da realidade amazônica. A ampliação dos mecanismos de acesso precisará ser acompanhada por estratégias sólidas de permanência, sucesso acadêmico e inclusão institucional. A valorização da diversidade étnico-racial, indígena, quilombola, de gênero e de pessoas com deficiência continuará sendo um dos pilares da missão social da UFPA.

Inovação Tecnológica e Empreendedorismo – a inovação e o empreendedorismo tendem a assumir posição estratégica no desenvolvimento institucional, impulsionados pelo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, pela ENCTI e pelas demandas da economia do conhecimento. A universidade deverá ampliar sua capacidade de transformar conhecimento científico em soluções para a sociedade, fortalecendo ecossistemas de inovação, incubadoras, startups, transferência de tecnologia e iniciativas relacionadas à bioeconomia amazônica.

Estratégia Organizacional – a gestão estratégica da universidade deverá evoluir para modelos mais integrados, orientados por dados, riscos e resultados. Planejamento, gestão de projetos, gestão de processos, governança, integridade pública e monitoramento institucional tenderão a assumir papel cada vez mais relevante na tomada de decisões. A capacidade de adaptação a cenários complexos e de alinhar recursos às prioridades estratégicas será fundamental para a sustentabilidade institucional.

Administração - a administração universitária enfrentará crescente pressão por eficiência, transparência e racionalização dos recursos públicos. A modernização dos processos de compras, contratos e gestão patrimonial será essencial para garantir maior agilidade, economicidade e capacidade de resposta institucional. O uso de tecnologias digitais, análise de dados e planejamento integrado deverá contribuir para otimizar a gestão dos ativos físicos e financeiros da universidade.

Comunicação Institucional - a comunicação institucional assumirá papel estratégico na construção da reputação, da legitimidade social e da visibilidade da UFPA. Em um contexto marcado pela expansão das mídias digitais, da desinformação e da disputa por atenção pública, a universidade precisará fortalecer sua capacidade de comunicar resultados, impactos sociais e produção científica. A comunicação deverá atuar como instrumento de transparência, engajamento e valorização da identidade amazônica da instituição.

Sustentabilidade - a sustentabilidade emerge como tema transversal e estruturante para todas as áreas da universidade. As agendas globais relacionadas às mudanças climáticas, à proteção da biodiversidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável colocam a Amazônia no centro das discussões internacionais. A UFPA possui potencial para tornar-se referência em sustentabilidade universitária, integrando práticas ambientais, sociais, econômicas e institucionais em suas atividades acadêmicas e administrativas.

Gestão de Pessoas - as transformações tecnológicas e organizacionais exigirão novas competências dos servidores docentes e técnico-administrativos. A gestão de pessoas deverá concentrar esforços na capacitação contínua, desenvolvimento de lideranças, saúde e qualidade de vida no trabalho, gestão por competências e valorização profissional. A atração, retenção e desenvolvimento de talentos serão fatores estratégicos para a manutenção da excelência institucional.

Infraestrutura - a infraestrutura física continuará sendo elemento fundamental para a qualidade das atividades acadêmicas e administrativas. A universidade enfrentará desafios relacionados à expansão, modernização e manutenção de seus espaços, especialmente em razão da estrutura multicampi e das condições geográficas da Amazônia. A tendência é de maior

incorporação de princípios de acessibilidade, sustentabilidade, eficiência energética e integração tecnológica aos projetos de infraestrutura.

Tecnologia da Informação - a Tecnologia da Informação consolidar-se-á como um dos principais habilitadores da transformação institucional. A digitalização dos processos, a governança de dados, a inteligência artificial, a cibersegurança e a integração dos sistemas acadêmicos e administrativos serão elementos decisivos para a eficiência e a inovação institucional. A UFPA possui bases importantes de governança digital já estabelecidas, mas precisará avançar na construção de uma universidade orientada por dados e digitalmente integrada.

Orçamento e Finanças - a sustentabilidade financeira será um dos principais condicionantes do sucesso institucional no horizonte 2026–2035. O cenário aponta para a necessidade de aperfeiçoar a governança orçamentária, fortalecer mecanismos de planejamento financeiro, ampliar a eficiência da execução dos recursos e diversificar fontes de financiamento. A capacidade de alinhar orçamento, planejamento estratégico e gestão de riscos será fundamental para assegurar a continuidade e a expansão das atividades universitárias.

3.2. ELEMENTOS DA GESTÃO ESTRATÉGICA DA UFPA

A Universidade Federal do Pará, ao longo de seus quase 70 anos de trajetória, tem buscado aprimorar continuamente seus processos de gestão, de modo a assegurar a estrutura necessária para que suas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação estejam alinhadas às expectativas da sociedade e ao compromisso institucional de formar cidadãos capazes de contribuir para a transformação do contexto amazônico em prol de uma sociedade inclusiva e sustentável.

A partir dessa premissa, fundamentou sua gestão estratégica na metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), por permitir traduzir esses anseios em um conjunto de elementos tangíveis - objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas e iniciativas organizacionais - promovendo alinhamento claro e estruturado entre planejamento, execução e monitoramento dos resultados.

Essa metodologia, criada com o propósito de superar as limitações dos modelos tradicionais de gestão, centrados predominantemente em indicadores financeiros, contempla diferentes áreas organizacionais, possibilitando compreender a instituição como um sistema integrado, no qual diferentes áreas e processos atuam de forma interdependente para o alcance dos objetivos estratégicos. Dessa maneira, favorece a avaliação e o aprimoramento contínuo da performance organizacional.

A figura 41 sintetiza a relação dos elementos componentes do modelo de gestão estratégica em curso na UFPA e que serão detalhados a seguir

Figura 41 – Elementos da Gestão Estratégica da UFPA

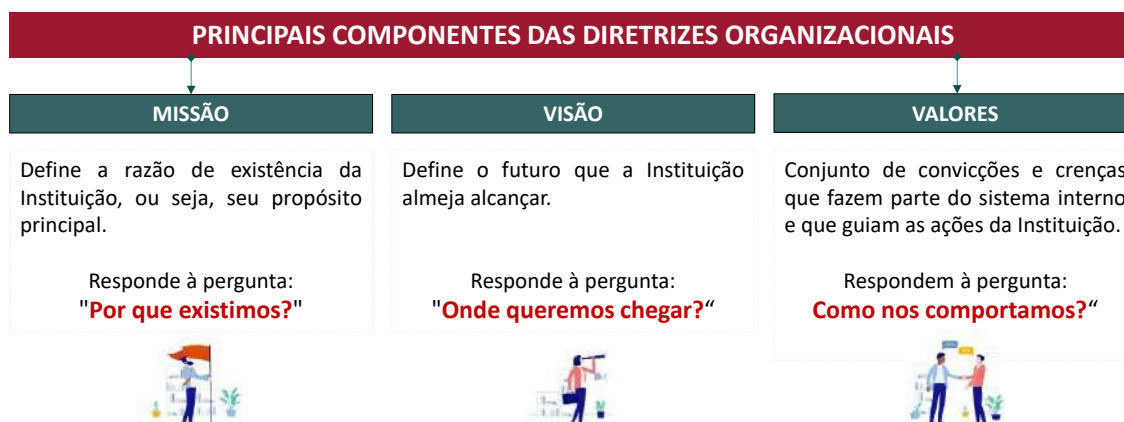


Fonte: Adaptado de UFPA, 2016.

3.2.1. Diretrizes organizacionais da UFPA

As diretrizes organizacionais são princípios estratégicos que orientam as ações, decisões e comportamentos dentro de uma organização. Elas servem como um guia para garantir que todos os colaboradores sigam um propósito comum e estejam alinhados aos objetivos institucionais.

Figura 42 – Principais componentes das diretrizes organizacionais



Fonte: Elaboração própria.

3.2.1.1. Missão da UFPA

Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia, com justiça, democracia, inovação e valorização dos saberes locais e científicos, impulsionando o desenvolvimento social e cultural e formando cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável.

3.2.1.2. Visão da UFPA

Ser referência nacional e internacionalmente pela excelência acadêmica, com atuação inovadora, inclusiva e socialmente responsável, assegurando governança democrática, sustentabilidade e contribuição efetiva para o desenvolvimento e a transformação da Amazônia.

3.2.1.3. Valores da UFPA



Definidas as bases que sustentarão à gestão estratégica da UFPA, vejamos a seguir as perspectivas organizacionais definidas para o planejamento da Instituição, ou seja, as diferentes dimensões pelas quais a Instituição analisará a sua estratégia.

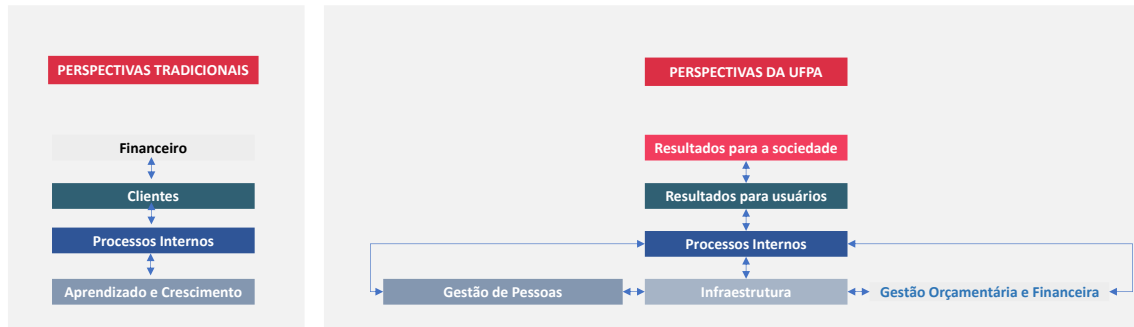
3.2.2. Perspectivas Organizacionais

A metodologia criada pelos professores David Norton e Robert Kaplan, está fundamentada em 4 perspectivas ou dimensões do negócio (Financeira; Cliente; Processos internos e; Aprendizado e crescimento), possibilitando-se entender a organização enquanto um sistema composto de elementos que funcionam juntos, como as engrenagens de um relógio, sob diferentes áreas organizacionais e, com isso, avaliar e melhorar a performance organizacional.

Convém destacar que essas perspectivas são clássicas, mas não são obrigatórias, uma vez que cada organização pode defini-las de acordo com a suas escolhas estratégicas. Sendo assim, no âmbito da Administração Pública é frequente sua adaptação.

A partir desse entendimento e no que está disposto no Guia Técnico de Gestão Estratégica do Governo Federal (2021), definiram-se as seguintes perspectivas organizacionais para o novo planejamento estratégico da UFPA:

Figura 43 - perspectivas organizacionais para o novo planejamento estratégico da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

3.2.2.1. Perspectiva - Resultados para Sociedade

Expressa o valor público que a universidade cria para a coletividade, indo além da satisfação individual e buscando melhorias concretas no bem-estar social. O foco está em como o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação contribuem para o desenvolvimento regional e nacional, redução das desigualdades e fortalecimento da cidadania.

Está focada em avaliar o impacto de ações e políticas institucionais sobre múltiplos grupos sociais, não apenas sobre beneficiários diretos.

Essa perspectiva contempla a área estratégica de “**Desenvolvimento Econômico-Social Sustentável**”.

Figura 44 - Síntese da Perspectiva “Resultados para Sociedade”



Fonte: Elaboração própria.

3.2.2.2. Perspectiva - Resultados para Usuários

Relaciona-se ao nível de satisfação, qualidade e efetividade dos serviços prestados aos usuários diretos, como estudantes, servidores, parceiros e demais beneficiários. Mede a percepção de qualidade, acessibilidade, confiabilidade e tempestividade dos serviços ofertados, evidenciando o grau de atendimento às necessidades e expectativas do público atendido.

Essa perspectiva contempla as áreas estratégicas de **“Ensino, Pesquisa, Extensão, Arte e Cultura, Internacionalização, Assistência e Acessibilidade Estudantil, Ações Afirmativas e Inovação Tecnológica e Empreendedorismo”**.

Figura 45 - Síntese da Perspectiva “Resultados para Usuários”



Fonte: Elaboração própria.

3.2.2.3. Perspectiva – Processos Internos

Diz respeito à eficiência, eficácia e qualidade dos processos organizacionais que sustentam a entrega de produtos e serviços. Envolve o mapeamento, a padronização, a melhoria contínua e a inovação nos fluxos de trabalho, buscando reduzir falhas, retrabalho e desperdícios, além de aumentar a produtividade e a integração entre as áreas.

Essa perspectiva contempla as áreas estratégicas de “**Estratégia Organizacional, Administração, Comunicação Institucional e Sustentabilidade**”.

Figura 46 - Síntese da Perspectiva “Processos Internos”



Fonte: Elaboração própria.

3.2.2.4. Perspectiva – Gestão de Pessoas

Diz respeito à valorização, o desenvolvimento e o bem-estar de servidores docentes e técnicos, promovendo ambientes institucionais mais inclusivos, colaborativos, inovadores e orientados à excelência acadêmica e administrativa. Fundamentada em princípios de ética,

diversidade, equidade e desenvolvimento humano, essa perspectiva busca fortalecer políticas de capacitação, saúde, qualidade de vida, gestão por competências e valorização profissional, contribuindo para o fortalecimento institucional e para o alcance dos objetivos estratégicos da Universidade no contexto amazônico.

Essa perspectiva contempla a área estratégica de “**Gestão de Pessoas**”.

Figura 47 - Síntese da Perspectiva “Gestão de Pessoas”



Fonte: Elaboração própria.

3.2.2.5. Perspectiva – Infraestrutura

Refere-se à garantia de infraestrutura física e tecnológica adequada, moderna, acessível e sustentável para apoiar as atividades acadêmicas e administrativas da Universidade. Essa perspectiva busca fortalecer os ambientes institucionais, a conectividade, os sistemas de informação e a transformação digital, promovendo eficiência, segurança, inovação e melhores condições para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão universitária no contexto amazônico.

Essa perspectiva contempla as áreas estratégicas de “**Infraestrutura e Tecnologia da Informação**”.

Figura 48 - Síntese da Perspectiva “Infraestrutura”



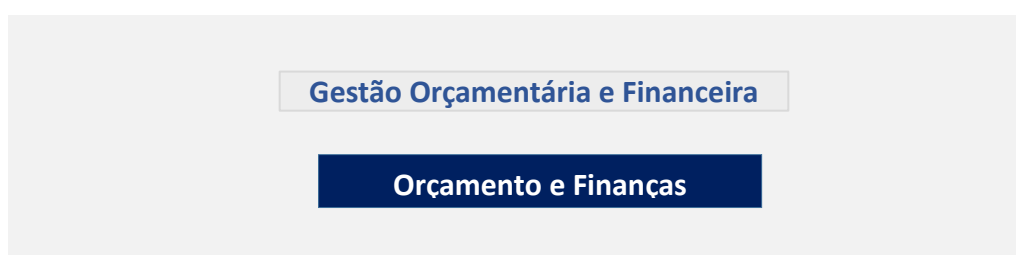
Fonte: Elaboração própria.

3.2.2.6. Perspectiva – Gestão Orçamentária e Financeira

Refere-se à gestão eficiente, transparente e sustentável dos recursos orçamentários e financeiros da Universidade, assegurando equilíbrio fiscal, otimização dos investimentos e suporte às atividades acadêmicas e administrativas. Essa perspectiva busca fortalecer o planejamento, a execução e o controle dos recursos públicos, promovendo responsabilidade, inovação na gestão e sustentabilidade financeira para o alcance dos objetivos estratégicos da UFPA no contexto amazônico.

Essa perspectiva contempla as áreas estratégicas de **“Orçamento e Finanças”**.

Figura 49 - Síntese da Perspectiva “Gestão Orçamentária e Financeira”





Fonte: Elaboração própria.

Definidas as dimensões de análise da estratégia da UFPA, veremos a seguir, as áreas estratégicas que compõem cada perspectiva, ou seja, as frentes nas quais a Instituição concentrará seus esforços e recursos para alcançar a sua visão organizacional.

3.2.3. Áreas Estratégicas

Para melhor monitoramento da execução da estratégia institucional e análise dos resultados, tanto nas áreas finalísticas, quanto nas áreas de suporte à gestão universitária, considerou-se adequado estratificar as perspectivas definidas para a gestão da UFPA em “áreas estratégicas”. Cada área estratégica engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a Instituição pretende alcançar a partir de sua estrutura de gestão, conforme apresentado a abaixo.

Figura 50 - Áreas estratégicas



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.1. Área Estratégica - Desenvolvimento Econômico-Social Sustentável

Expressa o compromisso institucional com a promoção de um modelo de desenvolvimento alinhado às especificidades da Amazônia, às demandas da sociedade amazônida e aos desafios contemporâneos relacionados à sustentabilidade, à inclusão social e à inovação.

Ela orienta-se pela promoção de iniciativas que contribuam para:

- o fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável;
- a redução das desigualdades sociais, territoriais e econômicas;
- a valorização dos saberes tradicionais e das identidades amazônicas;
- a conservação ambiental e o uso sustentável da biodiversidade;
- a inovação científica, tecnológica e social aplicada à realidade regional;
- o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis e da bioeconomia;
- a melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas.

Além disso, reforça a importância da integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação como instrumento de transformação social e desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, busca estimular ações interdisciplinares e colaborativas voltadas a temas estratégicos para a Amazônia, como mudanças climáticas, gestão de recursos naturais, desenvolvimento urbano e regional, saúde coletiva, segurança alimentar, educação inclusiva, tecnologias sociais e transição para modelos econômicos sustentáveis.

Também se articula às agendas nacionais e internacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável, à justiça socioambiental e aos ODS, consolidando a UFPA como instituição protagonista na produção de conhecimento e na formulação de alternativas para o futuro da Amazônia.

Figura 51 - Síntese da Área Estratégica - Desenvolvimento Econômico-Social Sustentável



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.2. Área Estratégica – Ensino

Compreende o desenvolvimento integrado e articulado da educação básica, técnica, de graduação e de pós-graduação, orientada pela excelência acadêmica, pela inclusão social, pela inovação pedagógica e pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Essa área estratégica busca fortalecer a formação humana, científica, tecnológica, cultural e cidadã, promovendo processos educacionais de qualidade, acessíveis e socialmente referenciados.

No âmbito da educação básica e técnica, a UFPA atua na formação integral dos estudantes, incentivando o pensamento crítico, a iniciação científica, a inovação e a preparação para o mundo do trabalho, em consonância com as demandas sociais e regionais. Na graduação, a Universidade busca consolidar currículos inovadores, metodologias ativas, internacionalização, interdisciplinaridade e políticas de permanência e êxito acadêmico, assegurando formação qualificada e comprometida com os desafios contemporâneos.

Na pós-graduação, a área estratégica visa fortalecer a produção científica, tecnológica e de inovação, ampliando a formação de mestres e doutores, a inserção nacional e internacional dos programas e o impacto social das pesquisas desenvolvidas.

De forma transversal, a Área Estratégica de Ensino promove a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, valorizando a diversidade sociocultural amazônica, a transformação digital, a sustentabilidade e a formação contínua de docentes e técnicos.

Figura 52 - Síntese da Área Estratégica - Ensino



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.3. Área Estratégica – Pesquisa

Tem como propósito fortalecer a produção, a difusão e a aplicação do conhecimento científico, tecnológico e inovador, promovendo pesquisas de excelência comprometidas com o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e os desafios contemporâneos da Amazônia e do mundo. Fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, essa área estratégica busca consolidar a UFPA como referência nacional e internacional na geração de conhecimento relevante e socialmente transformador.

A pesquisa na UFPA orienta-se pela valorização da diversidade científica, cultural e interdisciplinar, incentivando a formação de redes colaborativas, a internacionalização, a ciência aberta e a integração entre diferentes áreas do conhecimento. A Universidade busca ampliar sua capacidade de investigação científica e tecnológica por meio do fortalecimento dos programas de pós-graduação, dos grupos e laboratórios de pesquisa, da infraestrutura científica e da captação de recursos e parcerias institucionais.

Essa área estratégica também prioriza a formação de pesquisadores qualificados, a iniciação científica e tecnológica, o empreendedorismo inovador e a produção de soluções voltadas às demandas sociais, ambientais, econômicas e culturais da região amazônica.

A UFPA reconhece a ciência como instrumento essencial para a redução das desigualdades, a proteção da sociobiodiversidade, a valorização dos saberes tradicionais e o avanço da democracia, da cidadania e da qualidade de vida.

Figura 53 - Síntese da Área Estratégica - Pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.4. Área Estratégica – Extensão, Arte e Cultura

Tem como finalidade fortalecer a interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, promovendo o diálogo de saberes, a valorização da diversidade cultural e a democratização do conhecimento, das artes e da cultura.

Busca ampliar o impacto social da UFPA por meio de ações participativas, inclusivas e socialmente referenciadas, especialmente no contexto amazônico.

A extensão universitária é compreendida como processo interdisciplinar, educativo, científico, artístico e cultural que articula a produção acadêmica às demandas e potencialidades da sociedade, contribuindo para a formação cidadã, crítica e comprometida com a transformação social.

No campo da arte e da cultura, a Universidade reconhece e valoriza as múltiplas expressões culturais, os saberes tradicionais, as identidades amazônicas e a diversidade étnica, social e territorial como patrimônios fundamentais para a construção do conhecimento e da cidadania. A área estratégica busca fomentar a produção, circulação e preservação artística e cultural,

incentivando a criatividade, a formação estética, o intercâmbio cultural e o acesso democrático às manifestações culturais e artísticas.

A UFPA também fortalece a integração com movimentos sociais, comunidades tradicionais, povos indígenas, populações quilombolas, organizações da sociedade civil, instituições públicas e setores produtivos, ampliando redes de cooperação e participação social.

Figura 54 - Síntese da Área Estratégica – Extensão, Arte e Cultura



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.5. Área Estratégica – Internacionalização

Tem como objetivo ampliar e consolidar a inserção nacional e internacional da Universidade por meio da cooperação acadêmica, científica, tecnológica, cultural e institucional, fortalecendo sua atuação em redes globais de conhecimento e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Essa área estratégica busca promover uma internacionalização inclusiva, solidária e socialmente comprometida, alinhada às prioridades institucionais e aos desafios contemporâneos da sociedade.

A internacionalização na UFPA compreende a ampliação das parcerias e acordos de cooperação com universidades, centros de pesquisa, organismos multilaterais, instituições governamentais e organizações da sociedade civil, incentivando a mobilidade acadêmica de estudantes, docentes e técnicos, a realização de projetos colaborativos, a produção científica em redes internacionais e o intercâmbio de experiências e saberes.

A UFPA reconhece a internacionalização como instrumento para ampliar a qualidade acadêmica, a inovação e a visibilidade institucional, respeitando as especificidades regionais e valorizando os saberes amazônicos no diálogo com o mundo.

Nesse contexto, a Universidade busca ampliar sua participação em agendas internacionais relacionadas à sustentabilidade, biodiversidade, mudanças climáticas, direitos humanos, inclusão social, ciência aberta, transformação digital e desenvolvimento regional, contribuindo para a construção de soluções globais a partir das experiências e potencialidades da Amazônia.

Figura 55 - Síntese da Área Estratégica – Internacionalização



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.6. Área Estratégica – Assistência e Acessibilidade Estudantil

Tem como finalidade promover condições equitativas de acesso, permanência, participação e êxito acadêmico dos estudantes, assegurando uma formação universitária inclusiva, democrática e socialmente referenciada. Fundamentada nos princípios da equidade, dos direitos humanos, da justiça social e da valorização da diversidade, essa área estratégica busca fortalecer políticas institucionais voltadas à inclusão, ao bem-estar e à qualidade de vida da comunidade estudantil, especialmente no contexto amazônico.

A assistência estudantil na UFPA compreende o desenvolvimento de ações integradas de apoio socioeconômico, pedagógico, psicológico, cultural, esportivo e de saúde, destinadas a reduzir desigualdades e enfrentar situações de vulnerabilidade social que impactam a trajetória

acadêmica dos estudantes. A UFPA busca, também ampliar e qualificar programas de permanência e assistência estudantil, contribuindo para a redução da evasão e para a promoção do sucesso estudantil.

No campo da acessibilidade, a área estratégica visa garantir condições plenas de participação e aprendizagem para estudantes com deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação e demais públicos que demandem atenção específica, promovendo acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica, tecnológica, atitudinal e informacional.

A UFPA reconhece a diversidade humana como valor fundamental e busca construir ambientes universitários acolhedores, inclusivos e livres de discriminação, preconceito e barreiras institucionais.

Figura 56 - Síntese da Área Estratégica – Assistência e Acessibilidade Estudantil



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.7. Área Estratégica – Ações Afirmativas

Tem como propósito promover a equidade, a inclusão social e a justiça racial, étnica, territorial, de gênero e de diversidade, por meio da implementação e fortalecimento de políticas institucionais que assegurem o acesso, a permanência, a participação e o êxito acadêmico de grupos historicamente vulnerabilizados no ensino superior. Fundamentada nos princípios dos direitos humanos, da democracia, da diversidade e da reparação histórica, essa área estratégica reafirma o compromisso da UFPA com a construção de uma universidade pública plural, inclusiva e socialmente transformadora.

A UFPA reconhece as ações afirmativas como instrumentos essenciais para a redução das desigualdades sociais e para a promoção da igualdade de oportunidades, especialmente no contexto amazônico, marcado por grande diversidade étnica, cultural, social e territorial. Nesse sentido, a Universidade busca fortalecer políticas voltadas a estudantes indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos e comunidades tradicionais, pessoas negras, pessoas com deficiência, populações do campo, pessoas LGBTQIAPN+, refugiados, migrantes e outros grupos em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

A área estratégica compreende ações de formação crítica da comunidade universitária, o enfrentamento ao racismo, ao capacitismo, ao sexismo, à LGBTfobia e a todas as formas de preconceito e violência, fortalecendo uma cultura institucional baseada na equidade e no respeito à diversidade.

De forma transversal, as ações afirmativas articulam-se às políticas de ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação e gestão, incentivando a produção de conhecimentos comprometidos com os direitos sociais, a diversidade e a transformação social.

Figura 57 - Síntese da Área Estratégica – Ações Afirmativas



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.8. Área Estratégica – Inovação Tecnológica e Empreendedorismo

Tem como objetivo promover a geração, aplicação e difusão de conhecimentos, tecnologias e soluções inovadoras voltadas ao desenvolvimento sustentável, à transformação social e ao fortalecimento da economia regional e nacional, especialmente no contexto amazônico.

Fundamentada na integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, essa área estratégica busca consolidar um ambiente institucional favorável à criatividade, à colaboração, ao empreendedorismo e à transferência de conhecimento para a sociedade.

A UFPA reconhece a inovação como elemento essencial para o avanço científico, tecnológico, social e econômico, incentivando a produção de soluções que contribuam para enfrentar desafios contemporâneos relacionados à sustentabilidade, biodiversidade, saúde, educação, inclusão social, transformação digital, mudanças climáticas e desenvolvimento regional. Nesse sentido, a Universidade busca fortalecer ecossistemas de inovação, ambientes colaborativos, laboratórios, parques tecnológicos, incubadoras, startups e redes de cooperação com setores públicos, privados e organizações da sociedade civil.

Também visa estimular a cultura empreendedora e inovadora na comunidade acadêmica, promovendo a formação de estudantes, docentes e técnicos com competências voltadas à criatividade, liderança, resolução de problemas, inovação social e desenvolvimento tecnológico, etc.

A UFPA busca ampliar oportunidades de capacitação, pesquisa aplicada, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e criação de empreendimentos inovadores de impacto social, ambiental e econômico.

Figura 58 - Síntese da Área Estratégica – Inovação Tecnológica e Empreendedorismo



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.9. Área Estratégica – Estratégia Organizacional

Tem como finalidade fortalecer a capacidade institucional de planejamento, governança, gestão e avaliação, promovendo maior integração, eficiência, transparência e sustentabilidade nas ações acadêmicas e administrativas da Universidade. Fundamentada nos princípios da gestão pública democrática, participativa, ética e orientada a resultados, essa área estratégica busca consolidar mecanismos institucionais que assegurem o alinhamento entre missão, visão, objetivos estratégicos e demandas da sociedade, especialmente no contexto amazônico.

A estratégia organizacional na UFPA compreende o desenvolvimento de práticas de planejamento institucional integradas, baseadas em evidências, indicadores de desempenho, monitoramento contínuo e avaliação sistemática, favorecendo a tomada de decisão e o aprimoramento da gestão universitária. A Universidade busca fortalecer sua capacidade de articulação interna e externa, promovendo maior integração entre unidades acadêmicas, administrativas e multicampi, bem como ampliando a cooperação com instituições públicas, privadas, organizações sociais e organismos nacionais e internacionais.

A área estratégica também visa aprimorar modelos de governança, gestão de riscos, *compliance*, integridade, gestão de projetos, gestão de processos, gestão das informações institucionais, etc., assegurando maior eficiência operacional, qualidade dos serviços prestados e sustentabilidade institucional.

Figura 59 - Síntese da Área Estratégica – Estratégia Organizacional



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.10. Área Estratégica – Administração

Fundamentada nos princípios da legalidade, economicidade, planejamento, integridade e interesse público, essa área estratégica busca aprimorar os processos de planejamento, execução e monitoramento das demandas institucionais, promovendo maior eficiência, racionalização de recursos, conformidade legal e transparência. A Universidade visa fortalecer práticas de governança nas contratações públicas, ampliar o uso de soluções tecnológicas, modernizar fluxos administrativos e incentivar critérios de sustentabilidade, inovação e responsabilidade socioambiental nas compras e contratações institucionais.

A gestão patrimonial é compreendida como componente estratégico para a preservação, utilização eficiente e valorização dos bens móveis, imóveis e ativos institucionais, garantindo melhores condições de funcionamento da Universidade e maior efetividade na aplicação dos recursos públicos. Nesse contexto, a área estratégica busca fortalecer mecanismos de controle, inventário, manutenção, conservação, desfazimento e regularização patrimonial, promovendo maior segurança, transparência e eficiência na gestão dos ativos institucionais.

De forma transversal, incorpora princípios de sustentabilidade, acessibilidade, eficiência energética, responsabilidade ambiental e uso racional dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão mais moderna, integrada e sustentável.

Figura 60 - Síntese da Área Estratégica – Administração



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.11. Área Estratégica – Comunicação

Tem como finalidade fortalecer os processos de comunicação interna e externa da Universidade, promovendo transparência, diálogo, participação social e valorização da identidade institucional. Fundamentada nos princípios da comunicação pública, da ética, da acessibilidade, da diversidade e do interesse coletivo, essa área estratégica busca consolidar a comunicação como instrumento essencial para a integração universitária, o fortalecimento da imagem institucional e a ampliação do impacto social da UFPA, especialmente no contexto amazônico.

A comunicação institucional na UFPA compreende a produção, gestão e difusão de informações de interesse público relacionadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, cultura, gestão e responsabilidade social, contribuindo para aproximar a Universidade da sociedade e fortalecer sua legitimidade como instituição pública, democrática e socialmente comprometida. Nesse sentido, a UFPA busca ampliar o acesso à informação, promover maior transparência das ações institucionais e estimular a participação da comunidade acadêmica e da sociedade nos processos de diálogo e construção coletiva.

Pretende-se a modernização de canais e práticas de comunicação por meio do uso qualificado de tecnologias digitais, mídias sociais, plataformas colaborativas e recursos multimídia, ampliando o alcance, a acessibilidade e a interação com diferentes públicos internos e externos.

No campo da comunicação pública e científica, a Universidade visa ampliar a divulgação do conhecimento produzido pela instituição, valorizando a ciência, a inovação, a cultura e os saberes amazônicos, contribuindo para a democratização da informação e para o combate à desinformação.

Figura 61 - Síntese da Área Estratégica – Comunicação Institucional



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.12. Área Estratégica – Sustentabilidade

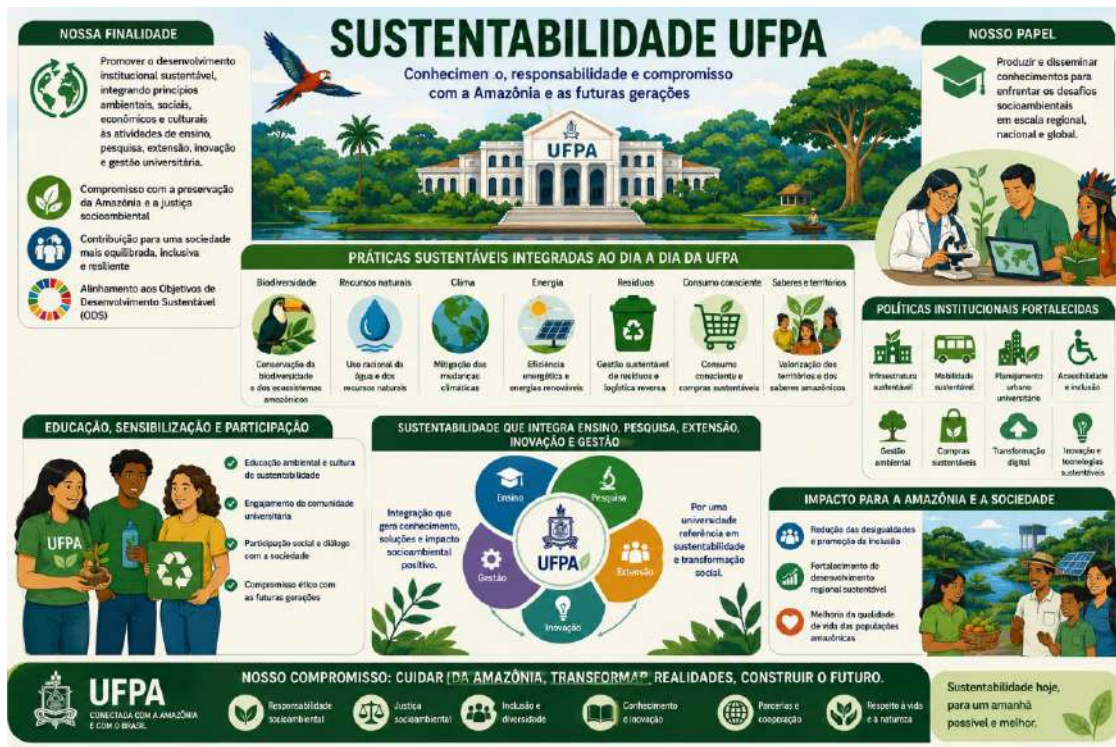
Tem como finalidade promover o desenvolvimento institucional sustentável, integrando princípios ambientais, sociais, econômicos e culturais às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão universitária. Fundamentada no compromisso com a preservação da Amazônia, a justiça socioambiental e os ODS, essa área estratégica busca consolidar a UFPA como referência em sustentabilidade universitária, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equilibrada, inclusiva e resiliente.

A sustentabilidade na UFPA é compreendida de forma transversal e integrada, envolvendo a promoção de práticas responsáveis voltadas à conservação da biodiversidade, ao uso racional dos recursos naturais, à mitigação das mudanças climáticas, à eficiência energética, à gestão sustentável de resíduos, ao consumo consciente e à valorização dos territórios e saberes amazônicos.

A área estratégica também visa fortalecer políticas institucionais de sustentabilidade no âmbito da infraestrutura, mobilidade, planejamento urbano universitário, acessibilidade, gestão ambiental, compras sustentáveis e transformação digital, promovendo ambientes acadêmicos mais sustentáveis, inclusivos e inovadores.

Busca também ampliar ações de educação ambiental, sensibilização da comunidade universitária e participação social, estimulando uma cultura institucional baseada na responsabilidade socioambiental e no compromisso ético com as futuras gerações.

Figura 62 - Síntese da Área Estratégica – Sustentabilidade



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.13. Área Estratégica – Gestão de Pessoas

Tem como finalidade fortalecer a valorização, o desenvolvimento e o engajamento de servidores docentes e técnicos, reconhecendo as pessoas como elemento central para a excelência acadêmica, administrativa e institucional. Fundamentada nos princípios da ética, da equidade, da diversidade, da inclusão, da valorização humana e da gestão pública democrática, essa área estratégica busca promover ambientes de trabalho saudáveis, colaborativos, inovadores e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A gestão de pessoas na UFPA compreende a implementação de políticas integradas voltadas ao desenvolvimento profissional, à qualificação contínua, à gestão por competências, ao bem-estar, à saúde ocupacional, à qualidade de vida no trabalho e à valorização das trajetórias profissionais. A UFPA busca fortalecer processos de capacitação, formação continuada, avaliação de desempenho, desenvolvimento de lideranças e reconhecimento institucional, alinhando as competências dos servidores aos objetivos estratégicos da instituição.

A área estratégica também visa promover práticas de gestão inclusivas e participativas, respeitando a diversidade étnica, cultural, social, geracional e de gênero presente na comunidade universitária.

De forma transversal, a Gestão de Pessoas articula-se às políticas de ensino, pesquisa, extensão, inovação, internacionalização e gestão institucional, fortalecendo a cultura

organizacional, o comprometimento institucional e a capacidade de adaptação da Universidade diante dos desafios contemporâneos.

Figura 63 - Síntese da Área Estratégica – Gestão de Pessoas



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.14. Área Estratégica – Infraestrutura

Tem como finalidade planejar, desenvolver, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade, assegurando condições adequadas para o desempenho das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, cultura e gestão institucional. Fundamentada nos princípios da sustentabilidade, acessibilidade, eficiência, segurança e responsabilidade socioambiental, essa área estratégica busca fortalecer a capacidade institucional da UFPA para atender às demandas acadêmicas e administrativas de forma integrada e sustentável, especialmente no contexto amazônico.

A infraestrutura universitária é compreendida como elemento essencial para a promoção da qualidade acadêmica, da inclusão social e do desenvolvimento institucional, envolvendo a ampliação, conservação e modernização de espaços acadêmicos, administrativos, laboratoriais, culturais, esportivos e de convivência. A UFPA busca garantir ambientes seguros, acessíveis e alinhados às necessidades da comunidade universitária multicampi, respeitando as especificidades territoriais, ambientais e culturais da Amazônia.

De forma transversal, a infraestrutura articula-se às políticas institucionais de sustentabilidade, acessibilidade, inovação, internacionalização, assistência estudantil e gestão de

peças, promovendo soluções integradas voltadas à eficiência energética, mobilidade sustentável, gestão ambiental, uso racional de recursos e melhoria contínua da qualidade dos espaços universitários.

Figura 63 - Síntese da Área Estratégica – Infraestrutura



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.15. Área Estratégica – Tecnologia da Informação

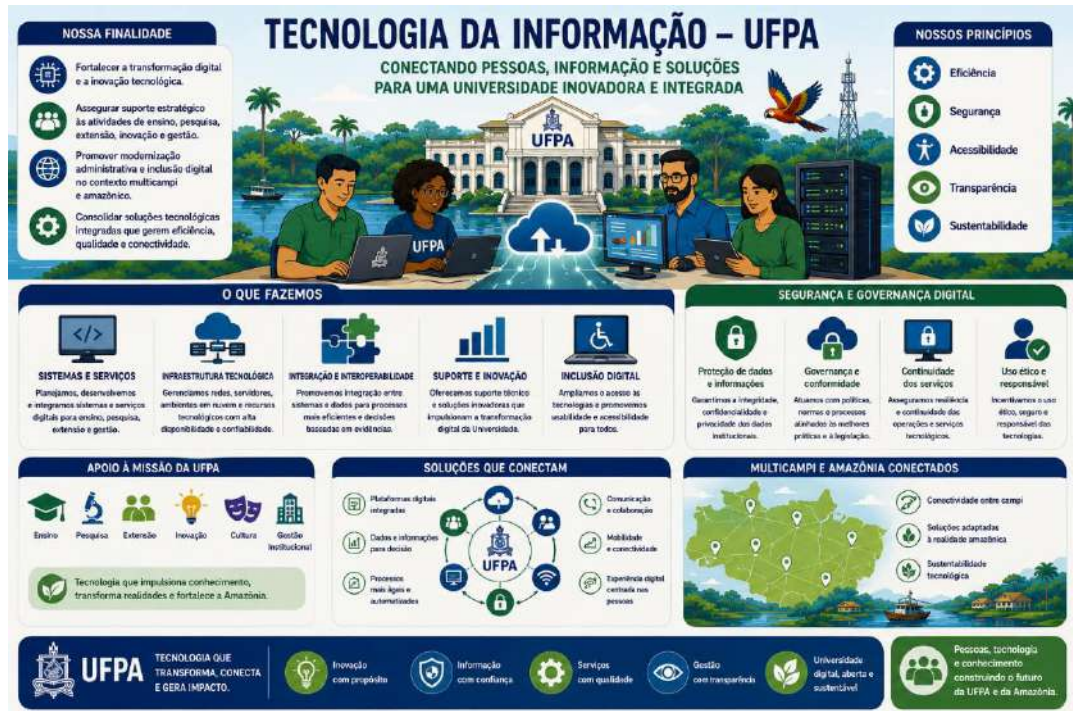
Tem como finalidade fortalecer a transformação digital, a inovação tecnológica e a governança de tecnologia da informação e comunicação, assegurando suporte estratégico às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão institucional.

Fundamentada nos princípios da eficiência, segurança, acessibilidade, transparência e sustentabilidade, essa área estratégica busca consolidar soluções tecnológicas integradas que promovam maior conectividade, modernização administrativa e inclusão digital no contexto multicampi e amazônico da UFPA.

A Tecnologia da Informação na UFPA compreende o planejamento, desenvolvimento, integração e gestão de sistemas, serviços, infraestrutura tecnológica e ambientes digitais voltados à melhoria dos processos acadêmicos e administrativos. A Universidade busca ampliar a disponibilidade, confiabilidade e interoperabilidade das plataformas institucionais, promovendo maior eficiência operacional, qualidade dos serviços prestados e suporte à tomada de decisão baseada em dados e evidências.

A área estratégica também visa fortalecer políticas de segurança da informação, proteção de dados, governança digital e continuidade dos serviços tecnológicos, assegurando integridade, confidencialidade, disponibilidade e uso ético das informações institucionais.

Figura 64 - Síntese da Área Estratégica – Tecnologia da Informação



Fonte: Elaboração própria.

3.2.3.16. Área Estratégica – Orçamento e Finanças

Tem como finalidade fortalecer a sustentabilidade financeira, a eficiência na alocação de recursos e a responsabilidade na gestão orçamentária e financeira da instituição, assegurando suporte qualificado às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão universitária.

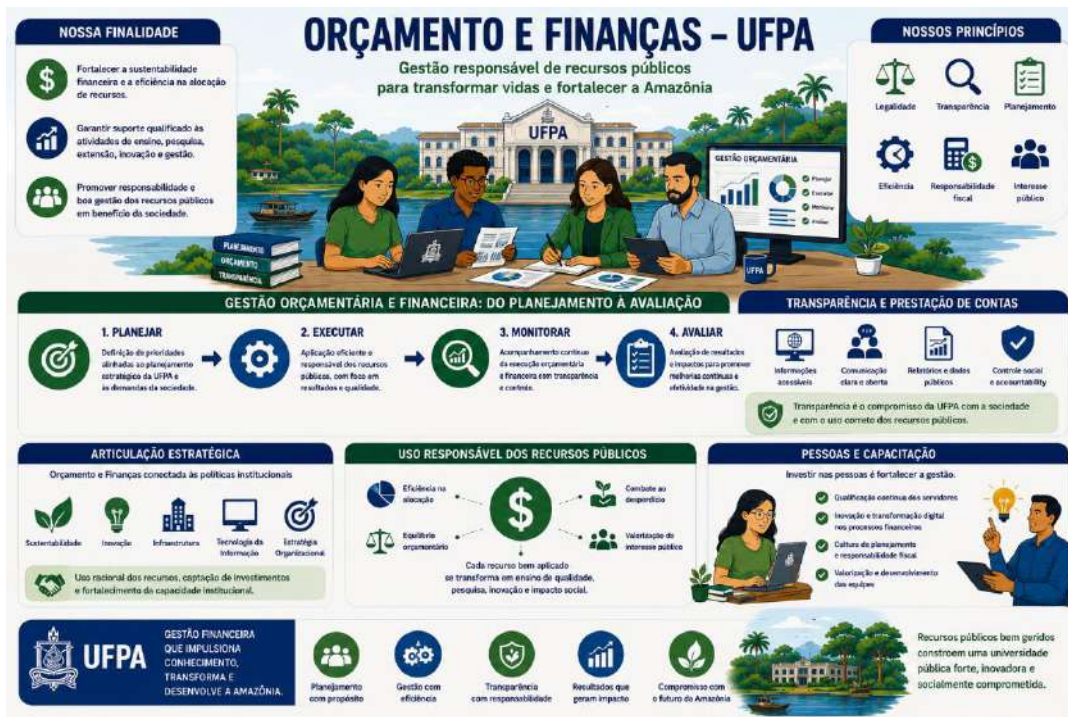
Fundamentada nos princípios da legalidade, transparência, planejamento, eficiência, responsabilidade fiscal e interesse público, essa área estratégica busca consolidar práticas de gestão financeira alinhadas aos objetivos institucionais e às demandas da sociedade, especialmente no contexto amazônico.

A gestão orçamentária e financeira na UFPA compreende o planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos recursos públicos, promovendo maior racionalidade, equilíbrio e efetividade na aplicação do orçamento institucional.

De forma transversal, Orçamento e Finanças articula-se às políticas institucionais de sustentabilidade, inovação, infraestrutura, tecnologia da informação e estratégia organizacional, promovendo o uso racional dos recursos públicos, a captação de investimentos e o fortalecimento da capacidade institucional da Universidade.

A UFPA também busca ampliar a qualificação contínua dos servidores que atuam na área financeira, incentivando a inovação, a transformação digital e a cultura de planejamento e responsabilidade fiscal.

Figura 65 - Síntese da Área Estratégica – Orçamento e Finanças



Fonte: Elaboração própria.

Definidas as áreas estratégicas nas quais a Instituição concentrará seus esforços e recursos para alcançar a sua visão organizacional, veremos a seguir os objetivos estratégicos atrelados a cada uma das áreas.

3.2.4. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos do BSC (*Balanced Scorecard*) representam os resultados que uma organização pretende alcançar para executar sua estratégia e atingir sua visão de futuro.

Eles traduzem metas amplas e abstratas em direcionamentos claros, permitindo que todos os setores da empresa compreendam quais prioridades devem ser perseguidas.

Esses objetivos são organizados em diferentes perspectivas/dimensões, de modo a equilibrar resultados financeiros com fatores que sustentam o desempenho no longo prazo.

Além de orientar as ações organizacionais, os objetivos estratégicos no BSC estabelecem uma relação de causa e efeito entre as áreas de uma organização. Isso significa que melhorias em capacitação, inovação e processos internos contribuem para aumentar a satisfação dos usuários e, conseqüentemente, melhorar os resultados financeiros. Dessa forma, o BSC não apenas mede o

desempenho organizacional, mas também auxilia na comunicação da estratégia, no alinhamento das equipes e no acompanhamento contínuo das metas estratégicas da organização.

Apresentam-se a seguir os objetivos estratégicos definidos pela Universidade em seu PDI UFPA 2026-2035.

Quadro 5 – Objetivos estratégicos

PERSPECTIVA	ÁREA ESTRATÉGICA	Nº	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Resultados para a sociedade	Desenvolvimento Econômico-Social Sustentável	01	Ampliar e fortalecer a atuação institucional como agente de transformação social e de desenvolvimento sustentável da região amazônica
	Ensino	02	Promover um ensino de excelência, fundamentado na qualidade da gestão acadêmica, na inovação pedagógica e na diversidade dos processos formativos
Resultados para usuários	Pesquisa e Iniciação Científica	03	Criar estratégias que visem a melhoria da Pós-Graduação e produção científica com relevância social, incentivando a iniciação científica e a pesquisa interdisciplinar
	Extensão, Arte e Cultura	04	Ampliar e integrar as ações de extensão universitária, arte e cultura, fortalecendo o compromisso social e a formação cidadã
	Internacionalização	05	Consolidar a UFPA como referência global através de uma internacionalização inclusiva, digital e enraizada, que integre saberes amazônicos ao mundo e institucionalize a vivência intercultural no cotidiano acadêmico
	Assistência Estudantil e Acessibilidade	06	Ampliar e consolidar a política de assistência e acessibilidade estudantil, com foco na permanência, com bem-estar, em particular de discentes vulnerabilizados
	Ações Afirmativas	07	Ampliar e consolidar políticas de ações afirmativas e promover um ambiente institucional de valorização da diversidade
	Inovação e Empreendedorismo	08	Posicionar a UFPA como referência em ICT da Amazônia na implementação de pesquisa e inovação para as demandas da sociedade e do desenvolvimento econômico

PERSPECTIVA	ÁREA ESTRATÉGICA	Nº	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Processos Internos	Estratégia Organizacional	09	Promover uma estratégia organizacional integrada e orientada por resultados, capaz de fortalecer a tomada de decisão, a transparência e a inovação institucional
	Administração	10	Aprimorar a gestão administrativa e patrimonial com transparência e sustentabilidade, promovendo maior efetividade das ações institucionais
	Comunicação Institucional	11	Fortalecer a comunicação institucional, promovendo a transparência, o diálogo com a sociedade e a valorização da imagem organizacional
	Sustentabilidade	12	Assegurar a inserção da sustentabilidade nos processos acadêmicos e administrativos, de forma plena
Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	13	Fortalecer a governança estratégica de pessoas com foco em resultados, promovendo a gestão eficiente do quadro de pessoal, o desenvolvimento profissional, o respeito e o bem-estar no trabalho dos servidores
Infraestrutura	Infraestrutura	14	Requalificar, modernizar e expandir a infraestrutura física da UFPA, com foco em funcionalidade, acessibilidade, segurança e sustentabilidade
	Tecnologia da Informação	15	Assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da infraestrutura, dados e sistemas essenciais de TIC, de forma eficiente e resiliente
Gestão Orçamentária e Financeira	Orçamento e Finanças	16	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco em transparência e sustentabilidade

Definidas os objetivos estratégicos os quais guiarão o caminho a ser trilhado pelas Unidades e Subunidades da UFPA para se alcançar a visão institucional, veremos a seguir o mapa estratégico constituído a partir de todos os elementos apresentados até o momento.

3.2.5. Mapa Estratégico

O mapa estratégico do BSC (Balanced Scorecard) é uma representação visual da estratégia organizacional, construída para demonstrar de forma clara como os objetivos estratégicos se relacionam entre si. Ele organiza esses objetivos em perspectivas fundamentais, mostrando a lógica de causa e efeito entre as ações da Instituição e os resultados esperados.

Assim, o mapa estratégico permite que gestores e colaboradores compreendam como cada atividade contribui para o alcance das metas e da visão organizacional. Além de facilitar a comunicação da estratégia, o mapa estratégico auxilia no alinhamento das áreas e na tomada de decisões. Por meio dele, a organização consegue identificar quais iniciativas devem ser priorizadas, acompanhar o desempenho estratégico e garantir que todos os setores trabalhem de forma integrada. Dessa maneira, o mapa estratégico torna-se uma ferramenta essencial para transformar o planejamento estratégico em ações práticas, promovendo maior foco, coerência e eficiência na gestão organizacional.

A figura 66 apresenta o novo mapa estratégico da UFPA.

Figura 66 – Mapa Estratégico da UFPA

DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS

MISSÃO: Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia, com justiça, democracia, inovação e valorização dos saberes locais e científicos, impulsionando o desenvolvimento social e cultural e formando cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável.



Universidade Federal do Pará

VISÃO: Ser referência nacional e internacionalmente pela excelência acadêmica, com atuação inovadora, inclusiva e socialmente responsável, assegurando governança democrática, sustentabilidade e contribuição efetiva para o desenvolvimento e a transformação da Amazônia.

VALORES

Democracia e Participação Social	Ética e Integridade	Transparência	Sustentabilidade	Respeito à Pluralidade	Inclusão e Justiça Social	Compromisso com o Desenvolvimento Regional
Excelência Acadêmica e Inovação	Autonomia Universitária	Equidade de Gênero	Valorização da Multicampia	Cooperação	Promoção da Cultura de Paz e Fraternidade	

PERSPECTIVAS

Resultados para a sociedade

Ampliar e fortalecer a atuação institucional da UFPA como agente de transformação social e de fomento ao desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Desenvolvimento Econômico Social Sustentável

Resultados para usuários

Promover um ensino de excelência, fundamentado na qualidade da gestão acadêmica, na inovação pedagógica e na diversidade dos processos formativos

Ensino

Criar estratégias que visem a melhoria da Pós Graduação e produção científica com relevância social, incentivando a iniciação científica e a pesquisa interdisciplinar

Pesquisa

Ampliar e integrar as ações de extensão universitária, arte e cultura, fortalecendo o compromisso social e a formação cidadã

Extensão, Arte e Cultura

Consolidar a UFPA como referência global através de uma internacionalização inclusiva, digital e enraizada, que integre saberes amazônicos ao mundo e institucionalize a vivência intercultural no cotidiano acadêmico

Internacionalização

Ampliar e consolidar a política de assistência e acessibilidade estudantil, com foco na permanência, com bemestar, em particular de discentes vulnerabilizados

Assistência e Acessibilidade Estudantil

Ampliar e consolidar políticas de ações afirmativas e promover um ambiente institucional de valorização da diversidade

Ações Afirmativas

Posicionar a UFPA como referência em ICT da Amazônia na implementação de pesquisa e inovação para as demandas da sociedade e do desenvolvimento econômico

Inovação Tecnológica e Empreendedorismo

ÁREAS ESTRATÉGICAS

Processos Internos

Promover uma estratégia organizacional integrada e orientada por resultados, capaz de fortalecer a tomada de decisão, a transparência e a inovação institucional

Estratégia Organizacional

Aprimorar a gestão administrativa e patrimonial com transparência e sustentabilidade, promovendo maior efetividade das ações institucionais

Administração

Fortalecer a comunicação institucional, promovendo a transparência, o diálogo com a sociedade e a valorização da imagem organizacional

Comunicação Institucional

Assegurar a inserção da sustentabilidade processos acadêmicos e administrativos, de forma plena

Sustentabilidade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Gestão de Pessoas

Fortalecer a governança estratégica de pessoas com foco em resultados, promovendo a gestão eficiente do quadro de pessoal, o desenvolvimento profissional, o respeito e o bem-estar no trabalho dos servidores

Gestão de Pessoas

Infraestrutura

Requalificar, modernizar e expandir a infraestrutura física da UFPA, com foco em funcionalidade, acessibilidade, segurança e sustentabilidade

Infraestrutura

Assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da infraestrutura, dados e sistemas essenciais de TIC, de forma eficiente e resiliente

Tecnologia da Informação

Gestão Orçamentária e Financeira

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco em transparência e sustentabilidade

Orçamento e Finanças

Definido o mapa estratégico da UFPA, veremos a seguir o conjunto de indicadores e metas que auxiliarão na mensuração dos resultados almejados pela Instituição.

3.2.6. Indicadores e Metas

Os **indicadores** são medidas utilizadas para acompanhar o progresso em relação a esses objetivos. Eles são quantitativos e permitem avaliar se o desempenho está satisfatório, por meio de dados como taxas, percentuais ou números absolutos, como o crescimento das vendas ou o número de novos clientes. Dessa forma, tornam possível monitorar o caminho e identificar se as ações estão gerando os resultados esperados.

Por fim, as **metas** são a tradução prática dos objetivos estratégicos, pois definem resultados específicos que devem ser alcançados dentro de um prazo determinado. Elas são claras, mensuráveis e realistas. Assim, os objetivos estratégicos mostram o destino, os indicadores permitem acompanhar o desempenho ao longo do caminho e as metas estabelecem o quanto se pretende alcançar e em quanto tempo, garantindo mais organização e eficiência no processo de gestão.

Veremos a seguir o painel de desempenho de indicadores do PDI UFPA 2026-2035:

Tabela 1 – Painel de Desempenho de Indicadores do PDI UFPA 2026-2035

PERSPECTIVA: RESULTADO PARA A SOCIEDADE

ÁREA ESTRATÉGICA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Ampliar e fortalecer a atuação institucional como agente de transformação social e de desenvolvimento sustentável da região amazônica

RESPONSÁVEL	ÁREA ESTRATÉGICA	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
				BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PROEG PROESP	ENSINO	Índice de empregabilidade/ocupação o do egresso	$[(\text{N}^\circ \text{ de egressos empregados na área e afins} + \text{N}^\circ \text{ de egressos aprovados em pós-graduação}) / \text{Total de respondentes diplomados nos últimos 5 anos}] \times 100$	0,72	0,70	0,72	0,74	0,76	0,78	0,78
PROPESP	PESQUISA	Taxa de participação de discentes em Iniciação Científica MULTICAMPI	$((\text{N}^\circ \text{ de discentes de IC MULTICAMPI} / \text{Total de discentes da MULTICAMPI})) \times 100$	2%	2%	3%	3%	3%	3%	3%
PROEX	EXTENSÃO, ARTE E CULTURA	Número de pessoas alcançadas pelas modalidades de Atividades de extensão	$\text{N}^\circ \text{ de pessoas alcançadas pelos Projetos} + \text{Cursos} + \text{Oficinas} + \text{Eventos}$	502.624	512.676	522.930	533.388	544.056	554.937	612.691
PROINTER	INTERNACIONALIZAÇÃO	Nº de ações de internacionalização mensuradas no PDI 2026 - 2035	Sem fórmula	887	983	1.085	1.195	1.313	1.440	1.696
PROAES	ASSISTÊNCIA E ACESSIBILIDADE ESTUDANTIL	Taxa de sucesso na graduação dos discentes assistidos pela PROAES	$(\text{N}^\circ \text{ total de diplomados assistidos} / \text{N}^\circ \text{ total de ingressantes assistidos}) \times 100$	57,05%	58%	59%	60%	61%	62%	63%
DIVERSE	AÇÕES AFIRMATIVAS	Taxa de Territorialização das Ações Afirmativas	$(\text{N}^\circ \text{ de campi com núcleos de acolhimento ativos} / \text{Total de campi da UFPA}) \times 100$	-	25%	58%	83%	100%	100%	100%
SIND	INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	Número de ações de inovação direcionadas que impactaram a sociedade	Sem fórmula	22	31	41	47	57	63	90

PERSPECTIVA: RESULTADO PARA USUÁRIOS

ÁREA ESTRATÉGICA: **ENSINO**

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover um ensino de excelência, fundamentado na qualidade da gestão acadêmica, na inovação pedagógica e na diversidade dos processos formativos

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
AEBTT	Média Institucional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Média aritmética simples dos resultados do IDEB das etapas avaliadas (anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio), conforme divulgação oficial do INEP, no ciclo de avaliação	5,40	5,70	5,70	6,10	6,10	6,50	7,20
AEBTT	Taxa de Sucesso na Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM) (TSE)	(Nº de concluintes / Nº de ingressantes (por ciclo bienal)) x 100	48%	50%	52%	55%	58%	61%	65%
PROEG	Taxa de sucesso da Graduação (TSG)	(Nº de Diplomados/ Nº de Ingressantes) x 100	70%	74%	76%	78%	78%	78%	80%
PROEG	Índice Geral de Cursos	Conforme definido pelo INEP	3,934	3,934	3,944	3,954	3,964	3,974	4,024
PROEG	Taxa de PPCs atualizados e alinhados às diretrizes institucionais de qualidade acadêmica, inovação e diversidade formativa	(PPCs revisados e aprovados/ Total de cursos de graduação na UFPA) x 100	30%	30%	35%	40%	45%	50%	60%
PROPESP	Taxa de Sucesso da Pós-Graduação Stricto Sensu	(Nº de diplomados na Pós-Graduação Stricto sensu) / nº total de alunos ingressantes na Pós-Graduação Stricto Sensu) x 100	76%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
PROPESP	Número de programas de pós-graduação com conceito 5 ou superior	Sem fórmula	44	44	-	-	-	48	52

PERSPECTIVA: RESULTADO PARA USUÁRIOS

ÁREA ESTRATÉGICA: PESQUISA

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Criar estratégias que visem a melhoria da Pós-Graduação e produção científica com relevância social, incentivando a iniciação científica e a pesquisa interdisciplinar

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PROPESP	Produção Científica Anual	(Nº de artigos publicados em periódicos qualificados durante o ano) + (Nº de livros e capítulos de livros qualificados publicados durante o ano)	3211	3340	3410	3480	3540	3620	4000
	Impacto da produção científica global	Nº total de citações cumulativas da produção científica da UFPA indexada (Base: OpenAlex)	391574	411500	421500	431500	441500	451500	501500
	Taxa de participação de discentes em Iniciação Científica	(Nº de discentes de IC / Nº de discentes da UFPA) x 100	4%	4%	5%	5%	5%	5%	6%
	Índice de participação docente em projetos de pesquisa	((Nº de docentes envolvidos in projetos de pesquisa CADASTRADOS) / (Total de docentes da unidade)) x 100	30%	32%	35%	38%	40%	43%	51%
	Número de grupos de Pesquisa Ativos no “Diretório de Grupos de Pesquisa” do CNPq	Sem fórmula	866	890	920	950	980	1020	1160

PERSPECTIVA: RESULTADO PARA USUÁRIOS

ÁREA ESTRATÉGICA: EXTENSÃO, ARTE E CULTURA

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Protagonizar a Extensão em todas as dimensões formativas, científicas, tecnológicas, artísticas e culturais da UFPA, vinculando as atividades de Extensão aos múltiplos Territórios que compõem a Sociedade paraense e amazônica

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PROEX	Taxa de Participação de Servidores em Atividades de Extensão	(Nº de Docentes envolvidos em atividades de extensão + Nº de TAES envolvidos em atividades de extensão / Total de Docentes + Total de TAES) x 100%	32,6%	33,1%	33,6%	34,1%	34,6%	35,1%	37,80%
	Número anual de Atividades de Extensão	Total de Projetos + Cursos e Oficinas + Eventos	1.157	1.168	1.179	1.190	1.201	1.213	1.274
	Número de Projetos e Programas de Extensão	Total de Projetos e Programas de Extensão	904	913	922	931	940	950	998
	Número das Pessoas alcançadas pelas modalidades de Atividades de extensão	Total de pessoas alcançadas pelos Projetos + Cursos + Oficinas + Eventos	502.624	512.676	522.930	533.388	544.056	554.937	612.691
	Taxa de Projetos e Programas de Extensão nos Campi fora da sede	(Nº de Projetos e Programas de extensão fora da Sede / Total de Projetos + Total de Programas) x 100%	0,44%	0,45%	0,46%	0,47%	0,48%	0,49%	0,54%

PERSPECTIVA: RESULTADO PARA USUÁRIOS

ÁREA ESTRATÉGICA: INTERNACIONALIZAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Ampliar e fortalecer a internacionalização da UFPA, de forma inclusiva, digital e enraizada, integrando saberes amazônicos ao mundo e institucionalizando a vivência intercultural no cotidiano acadêmico

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PROINTER	Número de instrumentos de cooperação internacional ativos	Sem fórmula	200	220	240	260	280	300	400
	Taxa de pessoas envolvidas em mobilidade internacional (in e out) na UFPA	(Nº de pessoas envolvidas em mobilidade internacional na UFPA/População universitária) x 100%	0,8%	1,0%	1,2%	1,3%	1,3%	1,5%	2,0%
	Taxa de discentes internacionais matriculados na UFPA	(Nº de discentes internacionais matriculados/Total de discentes) x 100%	0,5%	0,6%	0,7%	0,8%	0,9%	1,0%	1,5%
	Número de componentes curriculares ofertados em idioma estrangeiro	Sem fórmula	20	25	30	35	40	45	70
	Número de planos de internacionalização aprovados nas unidades da UFPA	Sem fórmula	-	5	10	15	20	25	50

PERSPECTIVA: RESULTADO PARA USUÁRIOS

ÁREA ESTRATÉGICA: ASSISTÊNCIA E ACESSIBILIDADE ESTUDANTIL

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Ampliar e consolidar a política de assistência e acessibilidade estudantil, com foco na permanência, com bem-estar, em particular de discentes vulnerabilizados

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PROAES	Taxa de estudantes com perfil PNAES atendidos com auxílios diretos	(Nº de estudantes atendidos com benefícios diretos / Total de estudantes atendidos com perfil PNAES cadastrados no CADGEST) x 100	42%	43%	45%	47%	44%	49%	50%
	Taxa de estudantes com deficiência atendidos	(Nº de estudantes com deficiência atendidos (deferidos) no SIGAEST/Total de estudantes com deficiência cadastrados no SIGAEST) x100	70%	71%	73%	75%	77%	79%	80%
	Taxa de estudantes atendidos com serviços de saúde, apoio social e pedagógico	(Nº de estudantes com perfil PNAES atendidos com serviços de saúde, apoio social e pedagógico / Total de estudantes com perfil PNAES matriculados) x 100	17,52%	18%	19%	20%	22%	23%	25%
	Taxa de estudantes com perfil PNAES matriculados, atendidos pelos Restaurantes Universitários.	(Média diária do nº de estudantes com perfil PNAES atendidos pelos RU/Total de estudantes com perfil PNAES matriculados) x 100	40%	42%	43%	45%	46%	48%	50%

PERSPECTIVA: RESULTADO PARA USUÁRIOS

ÁREA ESTRATÉGICA: AÇÕES AFIRMATIVAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Ampliar e consolidar políticas de ações afirmativas e promover um ambiente institucional de valorização da diversidade

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
DIVERSE	Número de pessoas da comunidade universitária atendidas por ações afirmativas	Sem fórmula	4144	4200	4200	4400	4500	5000	4700
	Taxa de servidores capacitados para atuação em bancas de heteroidentificação	$(\text{Nº de servidores capacitados para atuação em bancas de heteroidentificação} / \text{Total de Servidores Ativos da UFPA}) \times 100$	-	2%	2%	2%	2%	2%	4%
	Número de Iniciativas desenvolvidas para valorizar identidades e fortalecer o sentimento de pertencimento	Sem fórmula	-	2	2	2	2	2	3
	Taxa de servidores capacitados em temáticas de gênero e diversidade	$\text{Nº de servidores capacitados em temáticas de gênero e diversidade} / \text{Total de Servidores Ativos da UFPA} \times 100$	0%	2%	2%	2%	2%	2%	4%
	Número de Iniciativas desenvolvidas para visibilizar as existências e subjetividades das pessoas LGBTQIA+ no ano	Sem fórmula	4	12	4	4	4	4	5
	Número de Iniciativas desenvolvidas para promoção da diversidade cultural no ano	Sem fórmula	-	3	3	3	3	3	4

PERSPECTIVA: RESULTADO PARA USUÁRIOS

ÁREA ESTRATÉGICA: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPREENDEDORISMO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Posicionar a UFPA como referência em ICT da Amazônia na implementação de pesquisa e inovação para as demandas da sociedade e do desenvolvimento econômico

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
SIND	Número de parcerias-convênios-termos de cooperação assinados no ano com foco em PD&I	Sem fórmula	7	10	15	15	20	20	25
	Número de Empreendimentos e Coletivos Produtivos incubados, acelerados e/ou apoiados pela UFPA	Nº de Empresas Incubadas (contratos vigentes) + Nº de Empresas Residentes ou Associadas aos Parques (contratos vigentes) + Nº Empresas Júniores (ativas) + Nº Spin-Offs de Laboratórios criadas no ano + Nº de Outros Empreendimentos e Coletivos Produtivos incubados, acelerados, graduados e/ou apoiados pela UFPA no ano	15	20	25	30	35	40	60
	Número de Ambientes de Inovação (Espaços Físicos) ativos	Nº de Incubadoras ativas + Nº de parques tecnológicos ou de inovação ativos + Nº de outros ambientes de inovação ativos	4	5	5	6	6	7	9
	Número de depósitos de pedidos de patentes no ano	Sem fórmula	29	30	33	36	40	45	60
	Número de contratos e licenciamentos de transferência tecnológica	Nº de licenciamentos + Nº de cessões + Nº contratos de fornecimento de know-how	0	1	1	2	2	3	5

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

ÁREA ESTRATÉGICA: ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover uma estratégia organizacional integrada e orientada por resultados, capaz de fortalecer a tomada de decisão, a transparência e a inovação institucional

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PROPLAN	Taxa de etapas concluídas de processo de aprimoramento no planejamento acadêmico	(Nº de etapas finalizadas/ Nº total de etapas previstas) x 100	-	10%	20%	30%	40%	50%	100%
	Taxa de Planos de Gestão de Riscos Estratégicos elaborados	(Unidades Estratégicas com PGR elaborados / Unidades Estratégicas) X 100	27%	10%	20%	30%	40%	50%	100%
	Taxa de processos prioritários mapeados e melhorados	(Quantidade de Processos prioritários com ação de mapeamento e melhoria realizada nos últimos 10 anos) / (Quantidade Total de Processos prioritários)) x 100	63%	70%	75%	80%	85%	90%	100%
	Índice de Inovação na Gestão das Informações Institucionais	TPO x TESP	-	1,09	1,12	1,15	1,17	1,20	1,40
	Índice de maturidade em gestão de iniciativas estratégicas	$IEGE = \frac{\sum_{i=1}^n \left(\frac{\sum (P_i \times N_i)}{\sum (P_i)} \right)}{n}$	30%	35%	45%	55%	60%	65%	90%

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

ÁREA ESTRATÉGICA: ADMINISTRAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aprimorar a gestão administrativa e patrimonial com transparência e sustentabilidade, promovendo maior efetividade das ações institucionais

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PROAD	Índice de Desenvolvimento da Gestão Patrimonial e Consumo (IDGPC)	(1. Consumo + 2. Patrimônio móvel + 3. Imóvel + 4. Processos + 5. Normativa + 6. Tecnologia + 7. Sustentabilidade) / 7	2,50	2,70	2,90	3,10	3,30	3,60	4,50
	Taxa de Eficiência Temporal dos processos licitatórios	(Nº de processos homologados até 90 dias / Nº total de processos) x 100	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%
	Índice de Aprimoramento dos Processos de Contratação (IAPC)	(1. Gestão do Prazo + 2. Instrução processual + 3. Normatização + 4 Capacitação + 5 Gestão Contratual + 6 Transparência + 7 Sustentabilidade) / 7	2,50	2,60	2,90	3,10	3,50	4,00	4,50

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

ÁREA ESTRATÉGICA: COMUNICAÇÃO SOCIAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer a comunicação institucional, promovendo a transparência, o diálogo com a sociedade e a valorização da imagem organizacional

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
ASCOM	Índice de satisfação com a comunicação institucional	$\{[(\text{Somatório dos índices dos canais} / \text{N}^{\circ} \text{ total de canais})] / \text{Índice máximo de satisfação}\} \times 100$	0,80	0,83	0,86	0,89	0,92	0,95	0,95
	Índice de Reputação Institucional na Mídia	Classificar matérias como positivas, neutras ou negativas. Cálculo de proporção por categoria.	75% positivas	78% positivas	81% positivas	84% positivas	85% positivas	85% positivas	85% positivas

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

ÁREA ESTRATÉGICA: SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Assegurar a inserção da sustentabilidade processos acadêmicos e administrativos, de forma plena

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PREFEITURA	Taxa de Percepção em Sustentabilidade	(Somatório das médias dos índices das pesquisas/ 3)	3%	3%	4%	4%	4%	4%	4%
	Taxa de cursos com PPCs com componentes curriculares voltados para educação ambiental	(Nº de cursos com PPC com componentes curriculares voltados para educação ambiental/Total de cursos) x 100	-	20%	40%	60%	80%	90%	100%
	Número de áreas de contemplação ambiental implantadas	-	1	2	3	5	7	9	11
	Taxa de Infraestrutura Sustentável	(Nº de edificações com práticas sustentáveis) × 100	1%	5%	10%	15%	20%	25%	30%
	Número de Edificações com classificação “A” pela avaliação do Projeto de Gestão de Energia e Eficiência Energética da UFPA	Sem fórmula	1	2	3	5	7	9	11
	Taxa de reaproveitamento/reciclagem de Resíduos alimentares	(Volume de resíduos alimentares reaproveitados ou reciclados/Total de resíduos alimentares) x 100	0%	6%	10%	20%	30%	40%	50%

PERSPECTIVA: GESTÃO DE PESSOAS

ÁREA ESTRATÉGICA: GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer a governança estratégica de pessoas com foco em resultados, promovendo a gestão eficiente do quadro de pessoal, o desenvolvimento profissional, o respeito e o bem-estar no trabalho dos servidores

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PROGEP	Índice de Capacitação Institucional (ICI)	(Nº de certificações obtidas por servidores em ações de caráter continuado x 5) + (Nº de certificações obtidas por servidores de grupos estratégicos x 3) + (Nº de certificações obtidas pelos demais servidores x 1) / Nº de servidores da UFPA	1,56	1,65	1,75	1,85	1,95	2,05	2,50
	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	(Nº de docentes com doutorado x 5) + (Nº de docentes com mestrado x 3) + (Nº de docentes com especialização x 2) + (Nº de docentes com graduação x 1) / Nº de docentes da UFPA	4,66	4,69	4,71	4,73	4,74	4,75	4,80
	Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA)	(Nº de técnico-administrativos com doutorado x 5) + (Nº de técnico-administrativos com mestrado x 3) + (Nº de técnico-administrativos com especialização x 2) + (Nº de técnico-administrativos com graduação x 1) + (Nº de técnico-administrativos com ensino médio x 0,75) + (Nº de técnico-administrativos com ensino fundamental x 0,5) / Nº de técnico-administrativos da UFPA	2,30	2,34	2,38	2,42	2,45	2,48	2,60
	Índice de Alcance Qualificado das Ações de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (IAQ-SSQVT)	(Papon x 1) + (Paper x 3) + (Pacon x 5) / Nº de servidores da UFPA	0,66	0,75	0,86	0,93	1,05	1,13	1,44
	Taxa de Unidades com Força de Trabalho TAE dimensionada (TUFTD)	(Nº de unidades com força de trabalho técnico-administrativa dimensionada / Nº de unidades da UFPA) x 100	0%	10%	20%	30%	40%	50%	100%
	Índice de Reconhecimento Profissional (IRP)	(Nº de servidores reconhecidos formalmente em nível de unidade) + (Nº de servidores reconhecidos formalmente em nível de administração superior x 5) + (Nº de servidores reconhecidos formalmente em nível de conselhos superiores x 10) / Nº de servidores da UFPA	0,07	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
	Índice de Aperfeiçoamento dos Serviços em Gestão de Pessoas (IASGP)	Soma da pontuação dos serviços em gestão de pessoas / Nº de serviços em gestão de pessoas	0	0,8	1,1	1,4	1,7	2,0	3,0

PERSPECTIVA: INFRAESTRUTURA

ÁREA ESTRATÉGICA: INFRAESTRUTURA

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Requalificar, modernizar e expandir a infraestrutura física da UFPA, com foco em funcionalidade, acessibilidade, segurança e sustentabilidade

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PREFEITURA	Taxa de edificações com adequação à acessibilidade acima do nível 4 de conformidade	$[(\text{N}^\circ \text{ de edificações com adequação à acessibilidade acima do nível 4 de conformidade}) / \text{Total de edificações}] \times 100$	15%	17%	19%	21%	22%	23%	33%
	Taxa de edificações com AVCB ou autorização equivalente vigente	$[(\text{N}^\circ \text{ de edificações autorizadas a funcionar pelo CBMPA}) / \text{Total de edificações}] \times 100$	0%	1%	2%	4%	6%	8%	20%
	Taxa de unidades que realizam manutenção predial preventiva	$(\text{N}^\circ \text{ de unidades que realizam manutenção preventiva}) / \text{N}^\circ \text{ total de unidades}$	0%	10%	20%	30%	40%	50%	80%
	Taxa de evolução do Plano Diretor Multicampi	$[(\text{Setores de campi com planejamento urbano elaborado}) / \text{N}^\circ \text{ total de setores de campi}] \times 100$	0%	10%	20%	30%	40%	50%	100%
	Taxa de campi com adequação de infraestrutura predial acima do nível 4 de conformidade	$[(\text{N}^\circ \text{ de campi com adequação de infraestrutura predial acima do nível 4 de conformidade}) / \text{N}^\circ \text{ total de campi}] \times 100$	20%	30%	35%	40%	45%	50%	75%
	Taxa de campi com adequação de infraestrutura urbana acima do nível 4 de conformidade	$[(\text{N}^\circ \text{ de campi com adequação de infraestrutura urbana acima do nível 4 de conformidade}) / \text{N}^\circ \text{ total de campi}] \times 100$	20%	30%	35%	40%	45%	50%	75%

PERSPECTIVA: INFRAESTRUTURA

ÁREA ESTRATÉGICA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da infraestrutura, dados e sistemas essenciais de TIC, de forma eficiente e resiliente

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PREFEITURA	Taxa de Disponibilidade dos Sistemas Essenciais de TIC hospedados no Data Center	$(\text{Tempo Total Operacional} / \text{Tempo Total Programado}) \times 100$	90%	93%	95%	99%	99%	100%	100%
	Taxa de Disponibilidade dos Links de Dados das Unidades	$(\text{Tempo Total Operacional do Link} / \text{Tempo Total Programado do Link}) \times 100$	80%	85%	90%	96%	98%	99%	100%
	Taxa de Maturidade de Privacidade e Segurança	$(\text{Total de ações do PPSI concluídas} / 210) \times 100$	20%	25%	30%	45%	60%	75%	100%

PERSPECTIVA – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

ÁREA ESTRATÉGICA – ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco em transparência e sustentabilidade

RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	METAS						
			BASE	2026	2027	2028	2029	2030	2035
PROPLAN	Taxa de execução dos créditos alocados em iniciativas estratégicas	(Total de créditos alocados em iniciativas estratégicas executados / Total de créditos alocados em iniciativas estratégicas) x 100	-	-	80%	90%	95%	100%	100%
PROAD	Média das taxas de execução do orçamento disponibilizado	$\Sigma ((\text{Despesa Empenhada da Unidade } i / \text{Recursos Disponibilizados à Unidade } i) * 100)) / n$	70%	70%	85%	90%	90%	95%	95%
	Taxa de Conformidade e Padronização Processual	(Nº de processos e normativos críticos padronizados / Total de processos críticos da unidade) X 100.	10%	10%	20%	30%	40%	50%	100%
	Taxa de Capacitação em Gestão Orçamentária e Financeira	(Nº de servidores atuantes na gestão orçamentária e financeira capacitados no período / Total de servidores na área) * 100	10%	10%	20%	30%	40%	50%	100%

Definidos os indicadores e metas que auxiliarão na mensuração dos resultados instituições, veremos a seguir as iniciativas e entregas estratégicas, responsáveis por indicar o que deve ser feito para o atingimento dos objetivos e metas declaradas.

3.2.7. Iniciativas e Entregas Estratégicas

As **Iniciativas Estratégicas** são os principais esforços estruturados da instituição — como programas, projetos, planos ou políticas — voltados à implementação da estratégia. Diferenciam-se das ações táticas e operacionais por promoverem mudanças relevantes, terem maior abrangência institucional e produzirem resultados que impactam diretamente os indicadores estratégicos.

Entregas, por sua vez, são entendidas como produtos ou serviços concretos e mensuráveis através dos quais espera-se promover melhorias e inovações nos métodos de trabalho e, desta forma, gerar resultados que agregam valor à instituição e aos seus beneficiários. Envolve melhoria, inovação, e/ou solução de problemas críticos.

A figura 67 retrata a relação entre as iniciativas, entregas e indicadores.

Figura 67 – Iniciativas, entregas e indicadores - Ciclo de geração de valor público



Fonte: Elaboração própria.

3.2.7.1. Portfólio de Iniciativas Estratégicas

O Portfólio de Iniciativas Estratégicas da UFPA é um conjunto de projetos, planos ou políticas e outras operações gerenciadas em grupo para alcançar os objetivos estratégicos. Trata-se de um desmembramento da estratégia definida no PDI, onde os projetos e programas irão subsidiar a implementação da estratégia.

Apresenta-se abaixo o portfólio de iniciativas estratégicas a serem executadas pelas várias Unidades da Instituição no período de vigência do PDI, não sendo, contudo, estático. Ou seja, outras iniciativas podem ser desenvolvidas, no período futuro, em função da dinamicidade do Plano, fruto das alterações dos ambientes interno e externo.

Quadro 6 – Portfólio de Iniciativas Estratégicas do PDI UFPA 2026-2035

Nº	PORTFÓLIO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	RESPONSÁVEL
1	Programa de Educação Tutorial (PET)	PROEG
2	Política de Qualificação do ensino de Graduação (PGRAD)	PROEG
3	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)	PROEG
4	Política de acompanhamento discente	PROEG
5	Política de acompanhamento das atividades docentes	PROEG
6	Programa de monitoramento dos cursos de graduação	PROEG
7	Programa de acompanhamento de projetos pedagógicos de curso	PROEG
8	Programa de Avaliação e Autoavaliação de Cursos de Graduação da UFPA	PROEG
9	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEX-PG)	PROPESP
10	Programa de Apoio à Participação de Discentes da Pós-Graduação em Eventos Científicos (PRODISCENTE)	PROPESP
11	PIAPA – Programa Institucional de Apoio à Produção Acadêmica e institucional (PIAPA)	PROPESP
12	Programa de Apoio à Cooperação Interinstitucional (PACI)	PROPESP
13	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)	PROPESP
14	Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador (PRODOUTOR)	PROPESP
15	Programa de acompanhamento da pós-graduação (PAPG)	PROPESP
16	Programa Institucional de Fomento e Bolsas de Extensão (PIBEX).	PROEX
17	Programa de Extensão Eixo Transversal	PROEX
18	Programa de Extensão Navega Saberes Infocentro	PROEX
19	Programa de Extensão Inclusiva Avançada - PROEXIA	PROEX
20	Programa Auto do Círio	PROEX
21	Programa Multicampi Artes Caravana Cultural	PROEX
22	Programa Prêmio PROEX de Arte e Cultura	PROEX
23	Projeto de implantação e consolidação das Coordenações de Extensão nas Unidades Acadêmicas	PROEX
24	Política de Diálogo da PROEX com os Dirigentes das Unidades Acadêmicas da UFPA	PROEX
25	Projeto de Pesquisa "Experiência Extensionista e Formação Universitária: os egressos da UFPA"	PROEX
26	Programa "Colóquio Mesorregional de Governança Territorial"	PROEX
27	Programa de Integração da Extensão Universitária na Pós-Graduação	PROEX
28	Programa de Prospecção Internacional Integrada (PII)	PROINTER
29	Programa de Cooperação Acadêmica Prioritária com o Sul Global (KAPPA)	PROINTER
30	Programa de Oportunidades e Mobilidade Global de Acesso Internacional (OMEGA)	PROINTER
31	Programa de Articulação e Atração para Excelência e Inserção Científica Internacional (AXIS)	PROINTER
32	Programa de Igualdade de Oportunidades na Mobilidade Internacional (ISO)	PROINTER
33	Programa de Vivência Acadêmica, Interculturalidade e Conexão Global (CONECTA)	PROINTER

34	Programa de Acolhimento e Integração Internacional (ACOLHE)	PROINTER
35	Programa de Português como Língua de Integração Acadêmica (PLIA)	PROINTER
36	Programa de Promoção de Línguas e Interculturalidade Internacional (PLURI)	PROINTER
37	Programa de Oferta Regular de Ensino Internacional (ORION)	PROINTER
38	Programa de Internacionalização Colaborativa do Ensino (CONEXUS)	PROINTER
39	Programa de Formulação e Ativação da Internacionalização nas Unidades (FAROL)	PROINTER
40	Programa de Premiação para a Melhoria da Internacionalização Acadêmica (PREMIA)	PROINTER
41	Programa de Acompanhamento Estratégico da Internacionalização (BÚSSOLA)	PROINTER
42	Programa de Projeção e Reconhecimento Institucional Sistematizado da Mobilidade e Internacionalização (PRISMA)	PROINTER
43	Programa Sistematizado Integrado de Governança e Monitoramento de Acordos Internacionais (SIGMA)	PROINTER
44	Subprograma de Apoio à Permanência Estudantil	PROAES
45	Subprograma de Apoio à Moradia Estudantil	PROAES
46	Subprograma de Integração e Acompanhamento da Aprendizagem	PROAES
47	Subprograma de Assistência Financeira e Apoio Pedagógico-científico de Acessibilidade	PROAES
48	Subprograma de Acompanhamento para Equidade na Permanência	PROAES
49	Subprograma de Acolhimento e Atenção à Saúde Biopsicossocial	PROAES
50	Subprograma de Cadastro Estudantes com Deficiência e Altas Habilidades/Super Dotação (CADES).	PROAES
51	Subprograma de Acessibilidade, apoio multiprofissional, formação e informa acessível.	PROAES
52	Programa Restaurante Universitário (PRORU)	PROAES
53	Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão de Processos Organizacionais da UFPA	PROPLAN
54	Projeto de Fortalecimento da Gestão de Riscos Estratégicos da UFPA	PROPLAN
55	Projeto de Aprimoramento da Gestão das Informações Institucionais	PROPLAN
56	Projeto de Estruturação do Planejamento Acadêmico Institucional	PROPLAN
57	Projeto de Acompanhamento do PDI	PROPLAN
58	Projeto de melhoria da execução orçamentária das iniciativas estratégicas	PROPLAN
59	Projeto de Padronização da Gestão Patrimonial e de Materiais	PROAD
60	Projeto de Criação da Plataforma Transfere UFPA	PROAD
61	Projeto de Inteligência e Transparência Patrimonial	PROAD
62	Programa de Gestão Estratégica da Renovação Patrimonial	PROAD
63	Programa de Inovação e Sustentabilidade Patrimonial	PROAD
64	Projeto de Modernização das Contratações	PROAD
65	Programa de Governança e Padronização das Contratações	PROAD
66	Projeto de Aprimoramento Tecnológico para Gestão Integrada das Contratações (SIPAC ou solução equivalente)	PROAD
67	Programa de Capacitação e Sustentabilidade em Contratações Públicas	PROAD

68	Programa de Excelência e Conformidade da Despesa Pública	PROAD
69	Plano de Capacitação Contínua em Gestão Orçamentária e Financeira	PROAD
70	Programa de Modernização e Simplificação do Atendimento em Gestão de Pessoas (PMSAP)	PROGEP
71	Programa de Fortalecimento da Governança de Pessoas (PFGP)	PROGEP
72	Programa de Provisão Estratégica de Servidores (PPES)	PROGEP
73	Programa de Gestão do Desempenho e Reconhecimento (PGDR)	PROGEP
74	Programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (PSQVT)	PROGEP
75	Programa Redes de Desenvolvimento (PRD)	PROGEP
76	Programa de Apoio à Qualificação de Docentes e Técnicos Administrativos (PADT)	PROGEP
77	Programa de Inclusão, Diversidade e Acessibilidade nas Relações de Trabalho (PIDART)	PROGEP
78	Programa de Valorização Cultural e Saberes Tradicionais da Amazônia	DIVERSE
79	Programa de Formação de Servidores para Práticas Inclusivas e Interculturais	DIVERSE
80	Programa de Fortalecimento das Ações Afirmativas	DIVERSE
81	Programa UFPA Sem Racismos e Assédios (Enfrentamento às Violências)	DIVERSE
82	Programa de Fortalecimento das Licenciaturas com Foco na Diversidade Étnico-racial	DIVERSE
83	Programa de Fomento de Parcerias para PD&I	SIND
84	Programa de Fomento aos Coletivos Produtivos da UFPA	SIND
85	Programa de Estruturação e Expansão dos Ambientes de Inovação da UFPA	SIND
86	Programa de Gestão da Propriedade Intelectual da UFPA	SIND
87	Programa de Estruturação da Transferência de Tecnologias da UFPA	SIND
88	Programa de Acessibilidade Predial	PREFEITURA
89	Programa de regularização de combate a incêndio	PREFEITURA
90	Programa de capacitação e orientação de gestores - Infraestrutura predial e urbana	PREFEITURA
91	Programa de planejamento de manutenções preventivas de edificações	PREFEITURA
92	Programa de adequação urbana	PREFEITURA
93	Programa de Sustentabilidade no Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Inovação	PREFEITURA
94	Projeto de Conservação da Biodiversidade	PREFEITURA
95	Projeto de Infraestrutura Sustentável	PREFEITURA
96	Projeto de Eficiência Energética	PREFEITURA
97	Projeto de Alimentação Sustentável	PREFEITURA
98	Projeto de Aprimoramento da Infraestrutura do Data Center Institucional	CTIC
99	Plano de Hospedagem de Sistemas e Banco de Dados no Data Center Institucional	CTIC
100	Programa de Fortalecimento da Segurança Cibernética Institucional	CTIC
101	Projeto de Expansão e Monitoramento da Rede Institucional	CTIC

102	Projeto de Atualização e Expansão dos Módulos do Sistema SIG-UFPA	CTIC
103	Projeto de Expansão da Camada de Armazenamento de Dados (Storage)	CTIC
104	Programa de Fortalecimento da Governança e Gestão de TIC	CTIC
105	Política de Comunicação Institucional da UFPA	ASCOM
106	Programa de Comunicação Digital e Engajamento Institucional	ASCOM
107	Política de Acompanhamento Discente da Educação Básica e Profissional (PADEBP)	AEBTT
108	Política de Qualificação da Educação Básica e Profissional (PQEBP)	AEBTT
109	Projeto de criação do Observatório de Egressos da Educação Básica e Profissional da UFPA (OEEBP)	AEBTT

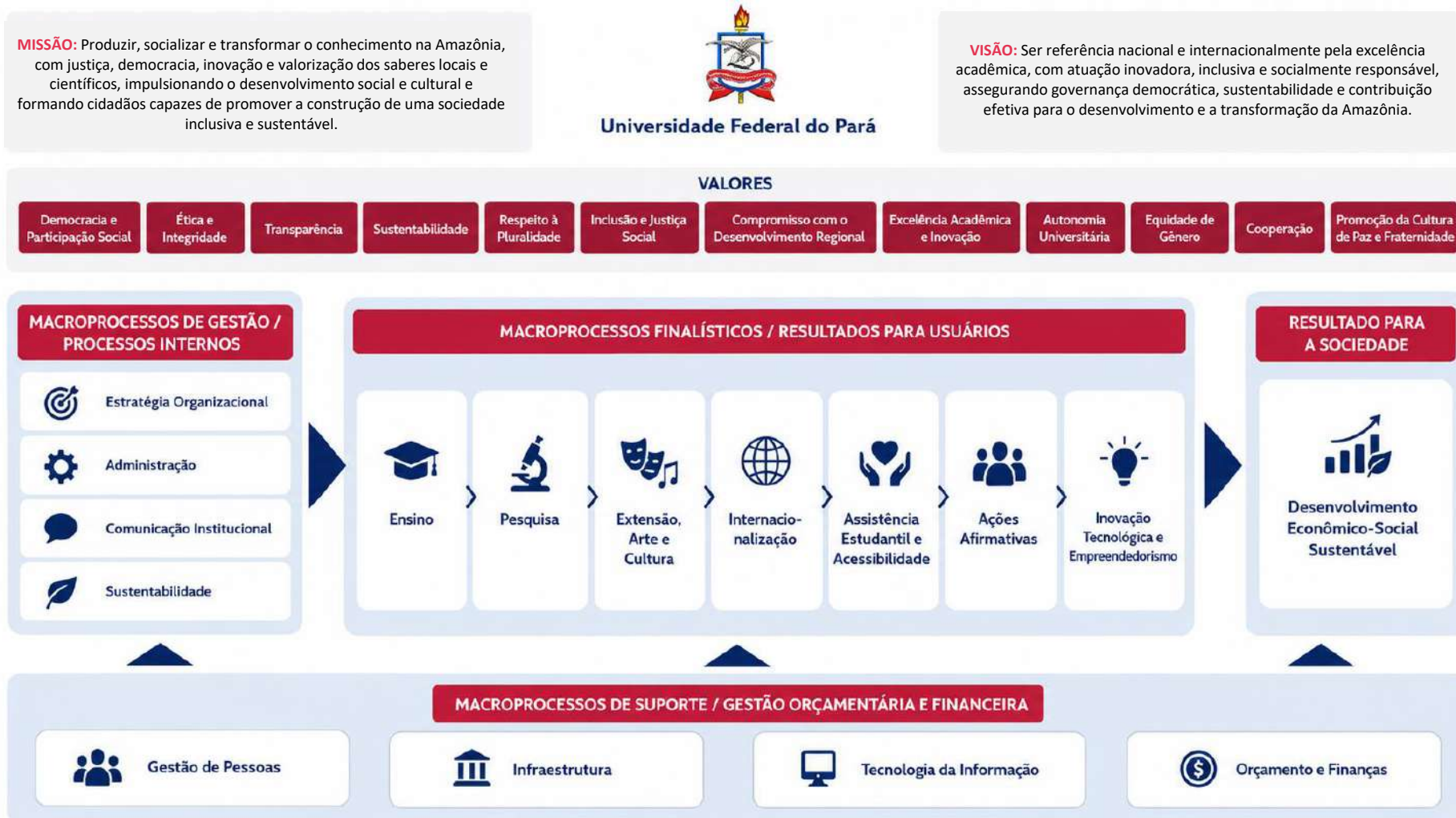
3.2.8. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor da Universidade Federal do Pará constitui instrumento de representação sistêmica do modo como a Instituição organiza seus macroprocessos para cumprir sua missão, avançar em direção à sua visão de futuro e gerar valor público para a comunidade universitária e para a sociedade amazônica. Diferentemente de um organograma, que evidencia vínculos hierárquicos e estruturas formais, a Cadeia de Valor apresenta a lógica de funcionamento institucional, demonstrando como os processos acadêmicos, administrativos, estratégicos e de suporte se articulam para produzir resultados institucionais.

No contexto do PDI 2026-2035, a Cadeia de Valor está diretamente alinhada ao Mapa Estratégico da UFPA e ao Painel de Desempenho Institucional. Dessa forma, os macroprocessos apresentados na Cadeia de Valor correspondem às áreas estratégicas e aos objetivos estratégicos definidos para o ciclo, favorecendo a integração entre planejamento, execução, monitoramento, avaliação e melhoria contínua. Essa vinculação permite que a Gestão de Processos Organizacionais seja orientada por prioridades institucionais claras, conectando os processos de trabalho aos resultados esperados para usuários e sociedade.

A figura 68 apresenta a cadeia de valor da UFPA, conforme seu atual planejamento estratégico.

Figura 68 - Cadeia de Valor da Universidade Federal do Pará



A estrutura da Cadeia de Valor da UFPA organiza os macroprocessos institucionais em quatro grandes blocos: Resultado para a Sociedade, Macroprocessos Finalísticos, Macroprocessos de Gestão e Macroprocessos de Suporte. Essa organização preserva a lógica tradicional das cadeias de valor em instituições públicas, mas adota os mesmos nomes e agrupamentos estratégicos definidos no Mapa Estratégico do PDI 2026-2035, evitando a criação de classificações paralelas e fortalecendo a coerência entre os instrumentos de planejamento institucional.

O bloco de Resultado para a Sociedade representa o principal valor público a ser gerado pela UFPA no decênio: o Desenvolvimento Econômico-Social Sustentável. Esse macroprocesso expressa a contribuição ampla da Universidade para a transformação social, cultural, científica, tecnológica e econômica da região amazônica, consolidando a atuação institucional como agente de desenvolvimento regional sustentável.

Os Macroprocessos Finalísticos correspondem aos resultados diretamente percebidos pelos usuários da Universidade e abrangem: Ensino; Pesquisa; Extensão, Arte e Cultura; Internacionalização; Assistência Estudantil e Acessibilidade; Ações Afirmativas; e Inovação Tecnológica e Empreendedorismo. Esses macroprocessos expressam as principais entregas acadêmicas, científicas, culturais, sociais e tecnológicas da UFPA, relacionadas à formação qualificada, à produção e difusão do conhecimento, à permanência estudantil, à inclusão, à cooperação acadêmica e à inovação voltada às demandas da sociedade.

Os Macroprocessos de Gestão correspondem à perspectiva de Processos Internos do Mapa Estratégico e abrangem: Estratégia Organizacional; Administração; Comunicação Institucional; e Sustentabilidade. Esses macroprocessos orientam, coordenam e aprimoram o funcionamento institucional, fortalecendo a tomada de decisão, a transparência, a efetividade administrativa, o diálogo com a sociedade, a valorização da imagem organizacional e a incorporação da sustentabilidade aos processos acadêmicos e administrativos.

Os Macroprocessos de Suporte correspondem às perspectivas de Infraestrutura e Gestão de Pessoas e de Gestão Orçamentária e Financeira, abrangendo: Gestão de Pessoas; Infraestrutura; Tecnologia da Informação; e Orçamento e Finanças. Esses macroprocessos viabilizam as condições humanas, físicas, tecnológicas, informacionais, orçamentárias e financeiras necessárias ao funcionamento da Universidade e à execução dos macroprocessos finalísticos e de gestão.

A Cadeia de Valor e a Gestão de Processos Organizacionais são instrumentos diretamente conectados. A Cadeia de Valor orienta a identificação, a análise e a priorização dos processos a serem trabalhados no âmbito da metodologia institucional de gestão de processos, permitindo que os esforços de mapeamento, melhoria, inovação, documentação e gestão do conhecimento sejam direcionados às áreas de maior contribuição estratégica para o PDI 2026-2035.

Assim, os processos prioritários deverão ser selecionados considerando sua vinculação aos macroprocessos da Cadeia de Valor, sua contribuição para os objetivos estratégicos, seus impactos sobre usuários e sociedade, sua relação com indicadores institucionais, os riscos envolvidos e a capacidade de gerar melhorias concretas para a Universidade. Desse modo, a Cadeia de Valor passa a funcionar como referência orientadora para a integração entre estratégia, processos, indicadores, iniciativas e resultados institucionais.

3.2.9. Monitoramento, avaliação e revisão do PDI

O processo de monitoramento, avaliação e revisão do PDI constitui um processo contínuo e sistemático de acompanhamento da execução da estratégia institucional, permitindo verificar o alcance dos objetivos, metas e resultados previstos para o período de vigência do plano. Esse processo fortalece a governança universitária, subsidia a tomada de decisões e promove o aprimoramento permanente da gestão institucional.

No âmbito do planejamento estratégico da UFPA, a principal instância de avaliação do PDI é a **Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)**, instrumento anual de gestão coordenado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN). A RAE constitui um mecanismo estratégico de acompanhamento da implementação do PDI, voltado ao monitoramento dos indicadores, metas, iniciativas estratégicas e programas institucionais, contribuindo para a consolidação de uma cultura de gestão orientada por resultados.

A realização da RAE tem como principais objetivos monitorar o desempenho institucional e o progresso das ações implementadas para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no PDI; sistematizar informações e evidências de desempenho para fins de prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle; e identificar desafios, oportunidades de melhoria e eventuais ajustes necessários ao planejamento e à gestão multicampi da Universidade.

Diferentemente das reuniões voltadas ao acompanhamento das operações e à resolução de questões de curto prazo, a RAE concentra-se na avaliação da execução da estratégia institucional e dos resultados de médio e longo prazo. Nesse contexto, busca-se analisar a efetividade das ações desenvolvidas, o grau de alcance das metas pactuadas e a contribuição das iniciativas estratégicas para o cumprimento da missão e da visão institucional da UFPA.

Para assegurar a efetividade do processo avaliativo, a RAE conta com a participação da Administração Superior, incluindo o Reitor, os Pró-Reitores e os dirigentes das unidades responsáveis pelos objetivos estratégicos e pelas iniciativas previstas no PDI. Essa participação possibilita uma análise integrada do desempenho institucional e favorece a construção coletiva de soluções para os desafios identificados.

Como etapa preparatória da reunião, os setores responsáveis pelos objetivos estratégicos do PDI encaminham as informações referentes aos resultados alcançados pelos indicadores sob sua responsabilidade, ao andamento das iniciativas estratégicas, à execução dos programas institucionais e às ações desenvolvidas no período avaliado. Essas informações são consolidadas e analisadas, constituindo a base para as discussões e deliberações realizadas durante a RAE.

A partir da análise dos resultados apresentados, são identificados avanços, restrições, riscos e oportunidades de aprimoramento, podendo ser propostas ações corretivas, preventivas ou de fortalecimento da estratégia institucional. As recomendações decorrentes da RAE subsidiam a tomada de decisões da gestão superior e orientam a atualização de planos, programas, metas e iniciativas, quando necessário.

Dessa forma, a Reunião de Avaliação da Estratégia consolida-se como um importante instrumento de gestão estratégica da UFPA, assegurando o acompanhamento sistemático do PDI, a transparência dos resultados institucionais e a melhoria contínua do desempenho organizacional.

3.2.9.1. Revisão do PDI UFPA 2026-2035

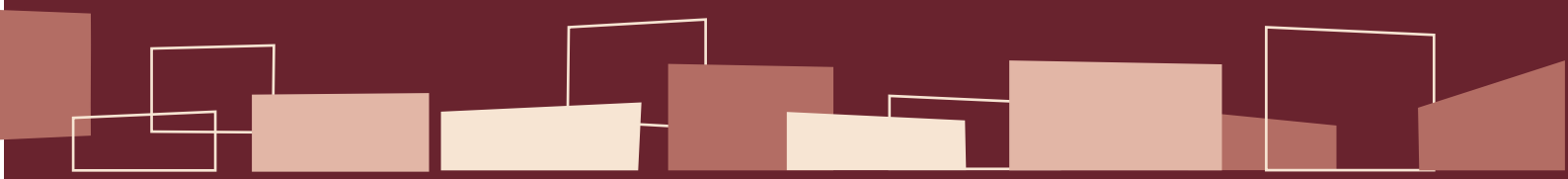
Embora o monitoramento e a avaliação da estratégia sejam realizados de forma periódica e contínua, a revisão do PDI não deve ocorrer a todo momento. O planejamento estratégico pressupõe estabilidade suficiente para que as ações, programas e iniciativas institucionais possam ser implementados, produzam resultados e tenham seus efeitos adequadamente mensurados. Alterações frequentes de objetivos, metas ou indicadores podem gerar descontinuidade administrativa, insegurança na tomada de decisões, dificuldades de alinhamento entre as unidades e perda da capacidade de comparar o desempenho ao longo do tempo.

Nesse sentido, estabelecem-se a seguir os critérios para que isso ocorra e preserve-se o equilíbrio entre flexibilidade e estabilidade, permitindo que a UFPA responda às mudanças do contexto sem comprometer a coerência, a continuidade e a efetividade do planejamento institucional.

- Após cada RAE, poderão ser ajustados indicadores, fórmulas, metas, iniciativas e entregas estratégicas, conforme deliberações apresentadas. Outros elementos poderão ser alterados, desde que se justifiquem como essenciais e mediante validação prévia do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC);
- Na metade de vigência deste plano será realizada uma revisão geral do documento. Nesse sentido, todos os elementos poderão ser alterados, desde que não impliquem em um esforço maior do que o resultado esperado. Nesse momento, serão definidas, também, as metas dos indicadores do PDI para o período que ainda não foram estabelecidos, a saber: 2031, 2032, 2033 e 2034. Além disso, serão revistas as metas do ano de 2035.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (PDI UFPA 2026-2035) representa não apenas o encerramento de um ciclo de planejamento democrático e participativo, mas o marco inicial de uma jornada transformadora para a próxima década. Ao projetar suas metas e diretrizes até 2035, a UFPA reafirma seu papel estratégico e indispensável na produção de conhecimento, na formação cidadã e no desenvolvimento sustentável e soberano da Amazônia e do Brasil.

Este documento reflete o amadurecimento de uma instituição *multicampi* que aprendeu a transformar a complexidade de sua extensão geográfica e a vulnerabilidade socioeconômica de seu corpo discente em eixos de potência e inovação. As políticas estruturadas para os próximos dez anos respondem diretamente aos desafios contemporâneos, assumindo de forma intransigente os compromissos com a inclusão social, as ações afirmativas, a acessibilidade e a equidade de gênero em todas as instâncias da vida universitária.

No âmbito acadêmico, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ganha novos contornos ao integrar a inovação tecnológica e o empreendedorismo social aos saberes tradicionais da região. A internacionalização, por sua vez, deixa de ser vista como mera mobilidade acadêmica externa e passa a ser consolidada sob a perspectiva do Sul Global. A UFPA se projeta para o mundo a partir de sua identidade amazônica, liderando debates globais sobre a crise climática e a sociobiodiversidade, sem perder de vista o fortalecimento de suas bases locais e o direito pleno à educação superior — que se concretiza apenas com o ingresso, a permanência digna e a conclusão com êxito de seus estudantes.

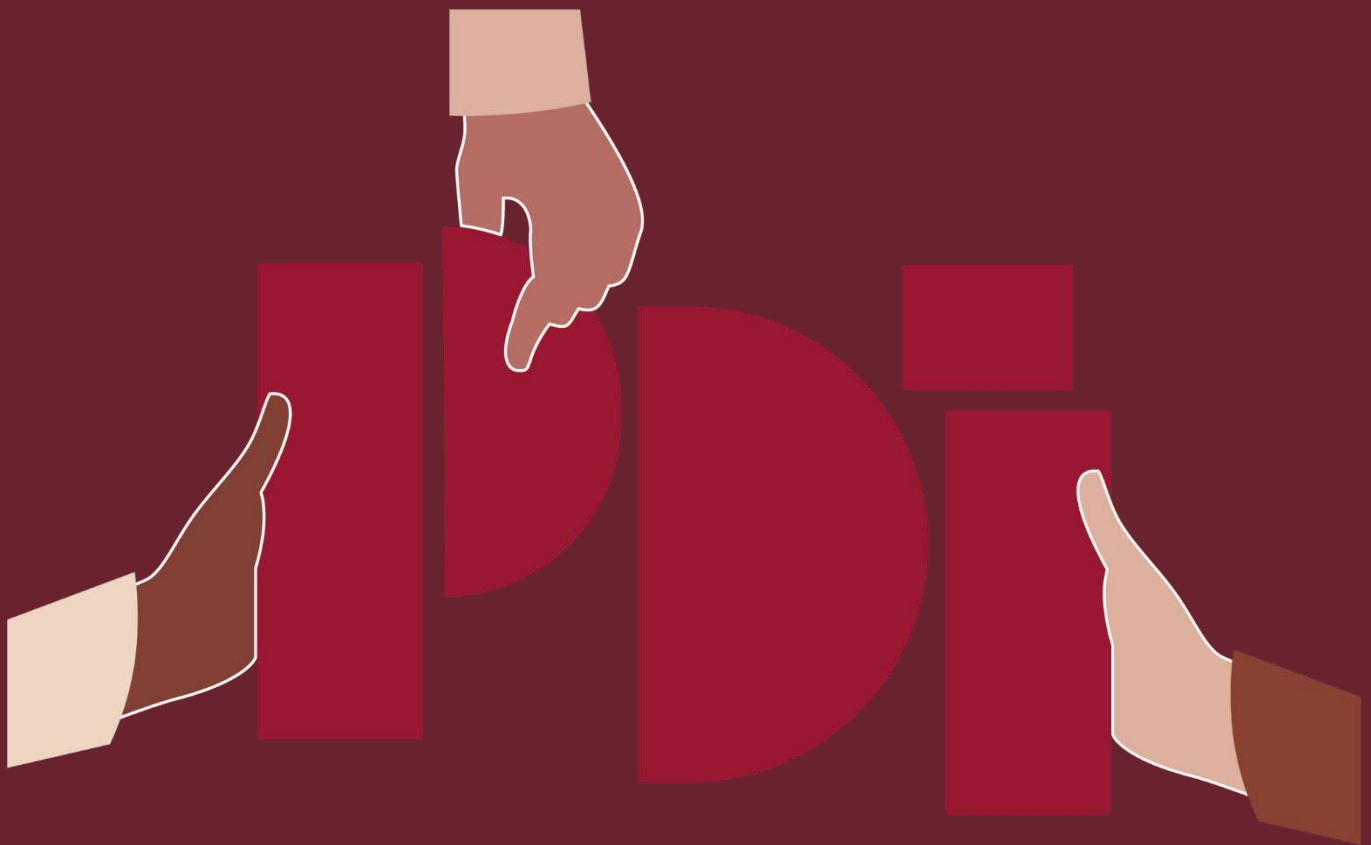
Diante do cenário de restrições orçamentárias e dos desafios inerentes a uma das maiores universidades federais do país, a viabilidade deste plano repousa em uma estrutura de governança pública robusta, ética, transparente e focada na integridade dos processos de gestão. O acompanhamento contínuo dos indicadores aqui estabelecidos, sob a supervisão do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) e do Conselho Universitário (CONSUN), garantirá que o PDI 2026-2035 seja um instrumento vivo, dinâmico e resiliente.

Considera-se, portanto, que o horizonte desenhado para 2035 convoca toda a comunidade acadêmica — docentes, técnicos-administrativos e discentes — a renovar o pacto com a excelência acadêmica e com a justiça social. Mais do que gerenciar o presente, a UFPA se posiciona firmemente para guiar o futuro, honrando sua história e consolidando-se como uma universidade plural, inclusiva, multicultural e profundamente comprometida com a defesa da vida, da ciência e da Pan-Amazônia.



REFERÊNCIAS

Em processo de organização



Plano de Desenvolvimento Institucional | UFPA

2026 · 2035

VOLUME II
PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035

Universidade Federal do Pará
Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto
Rua Augusto Corrêa, 01
CEP: 66075-110 – Guamá – Belém – Pará
www.ufpa.br
© UFPA, 2026

Universidade Federal do Pará

Reitoria	Gilmar Pereira da Silva
Vice-Reitoria	Loiane Prado Verbicaro

Secretarias

Secretaria Geral	Doriedson do Socorro Rodrigues
Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores	Soraya Maria Bitar de Lima Souza

Pró-Reitorias

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Maria Lucilena Gonzaga Costa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Maria Iracilda da Cunha Sampaio
Pró-Reitoria de Extensão	Nelson José de Souza Júnior
Pró-Reitoria de Relações Internacionais	Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin
Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil	Ronaldo Marcos de Lima Araújo
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Cristian Mayko Carvalho da Costa
Pró-Reitoria de Administração	Raimundo da Costa Almeida
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal	Ícaro Duarte Pastana

Superintendências

Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade	Zélia Amador de Deus
Superintendência de Inovação e Desenvolvimento	Filipe de Oliveira Saraiva

Assessorias

Assessoria de Comunicação Institucional	Edmê Gomes Paixão
Assessoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica	Carlos Augusto Vasconcelos Pires
Assessoria de Controle Interno	Andréia Firmiano da Silva

Outros Assessoramentos

Auditoria Interna	Lília Nazaré Limão Barros de Oliveira Góes
Ouvidoria Geral	Iraneide Rocha Freire
Prefeitura Multicampi	Eliomar Azevedo do Carmo
Procuradoria-Geral	Fernanda Ribeiro Monte Santo

Institutos

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares	Luís Mauro Santos Silva
Instituto de Ciências Biológicas	Renata Coelho Rodrigues Noronha
Instituto de Ciências da Arte	Isis de Melo Molinari Antunes
Instituto de Ciências da Educação	Eliana da Silva Felipe
Instituto de Ciências da Saúde	Carlomagno Pacheco Bahia
Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Marcos Monteiro Diniz
Instituto de Ciências Jurídicas	Valena Jacob Chaves Mesquita
Instituto de Ciências Médicas	Silvestre Savino Neto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Paulo Moreira Pinto
Instituto de Educação Matemática e Científica	Eduardo Paiva de Pontes Vieira
Instituto de Estudos Costeiros	Nelane do Socorro Marques da Silva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Edila Arnaud Ferreira Moura
Instituto de Geociências	Arnaldo de Queiroz da Silva
Instituto de Letras e Comunicação	Tânia Maria Pereira Sarmiento Pantoja
Instituto de Medicina Veterinária	Talita Bandeira Roos
Instituto de Tecnologia	Miércio Cardoso de Alcântara Neto

Núcleos

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos	Armin Mathis
Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia	Cleison Daniel Silva
Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia	Jussara Moretto Martinelli-Lemos
Núcleo de Endocrinologia e Diabetes	João Soares Felício
Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica	Genyilton Odilon Rêgo da Rocha
Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão	Marcio Lima do Nascimento
Núcleo de Medicina Tropical	Marília Brasil Xavier
Núcleo de Meio Ambiente	Christian Nunes da Silva
Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Paulo Pimentel de Assumpção
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento	Simone Souza da Costa Silva

Campi

Campus de Abaetetuba	Manuel de Jesus dos Santos Costa
Campus de Altamira	Djair Alves Moreira
Campus de Ananindeua	Alcy Favacho Ribeiro
Campus de Bragança	Francisco Pereira de Oliveira
Campus de Breves	Silvio Carlos Ferreira Pereira Filho
Campus de Cametá	Eraldo Souza do Carmo
Campus de Capanema	Rosa Helena Sousa de Oliveira
Campus de Castanhal	Francisco Valdinei dos Santos Anjos
Campus de Salinópolis	Lindomar Miranda Ribeiro
Campus de Soure	Juliano Cássio da Silva Conceição
Campus de Tucuruí	Wassim Raja El Banna



Escolas

Escola de Aplicação da UFPA	Luiza Helena de Oliveira Pires
Escola de Música	Celson Henrique Sousa Gomes
Escola de Teatro de Dança	Tarik Coelho Alves

Complexo Hospitalar

Hospital Universitário João de Barros Barreto	Regina Fátima Feio Barroso
Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	

Órgãos Suplementares

Arquivo Central	Diogo Junior Silva Barros
Biblioteca Central	Michelly Cristina Bacelar Tavares do Nascimento
Casa da Cultura “Fonte do Caranã”	Caio Filipe Bezerra Macedo
Centro Interativo de Ciência e Tecnologia da Amazônia	Luís Carlos Bassalo Crispino
Centro de Memória da Amazônia	Antônio Maurício Dias da Costa
Centro de Processos Seletivos	Aarão Ferreira Lima Neto
Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos	Julieta Cristina de Andrade Jatahy
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação	Marco Aurélio Capela
Editora da UFPA	Silvia Helena Benchimol Barros
Galeria de Arte da UFPA	Orlando Franco Maneschy
Gráfica	William Gaia Farias
Mercedários	Thaís Alessandra Bastos Caminha Sanjad
Museu da UFPA	Luiz Tadeu Costa

Comissões

Comissão Permanente de Pessoal Docente	Jacob Furtado Cantão
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar	Daniele Dorotéia Rocha da Silva de Lima
Comissão Permanente de Licitação	Udson Pacheco de Souza
Comissão de Ética da UFPA	Maurício da Silva Borges
Comissão Própria de Avaliação	Maria Lucia Harada
Comissão Permanente de Apuração da Irregularidade das Empresas	Ângela Maria Rodrigues Santos
Comissão de Regularização Fundiária	Durbens Martins Nascimento



Coordenação, Organização e Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Coordenação

Cristian Mayko Carvalho da Costa

Thiago Lobo Rodrigues

Organização e Elaboração

Fagner Santos da Silva

Sara Patrício Martins

Rafaela Martins Fontoura

Equipe técnica

Adriano Andrade Silva

Allan Barroso Pinheiro

Aluizio Marinho Barros Filho

Ana Carla Macedo da Silva

Arthur Lima Sampaio de Souza

Charles Eduardo de Albuquerque Vieira

Cristiane de Araújo Teixeira

Diene Fernanda Baía Teixeira

Diógenes Oliveira Ribeiro

Diogo Cesar Benassuly Cardoso

Diogo Willavian Maciel Dantas

Higor Henrique Gomes de Oliveira de Souza

Hudson Alexandre Souza de Melo

Jaciane do Carmo Ribeiro

José Deusimar Gonçalves da Silva

Júlio Cezar Lima Santana

Lianne Cristina de Oliveira Cabral

Lorena Suély Pires da Silva Lopes

Lucas Batista Figueira

Luciana Neves Bentes Cardias

Márcio Augusto da Cruz Almeida

Maria da Conceição G. Ferreira

Maria Lúcia Harada

Sandy Andrade Faro

Suelem Torres de Freitas

Suzane Rosa Lima

Thiago Borges Lobato Gonçalves

Victor Gabriel Alves Corrêa

Equipe de Apoio

Ayla Gessiele Almeida Lemos

Camila do Socorro da Cunha Monteiro

David Pinheiro Tavares

Eleonora de Jesus Albuquerque Valadário

Leandro Farache Marques

Leonardo Freire Rodrigues

Monique Ferreira da Silva

Suzane Rosa Lima

Produção Gráfica e Revisão

Projeto gráfico e diagramação	(Sem informação)
Ilustração	(Sem informação)
Revisão	(Sem informação)
Fotografia	(Sem informação)

Este material faz parte do conjunto de 5 (cinco) volumes que compõem o novo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (PDI UFPA 2026-2035):

- Volume I – Gestão Estratégica da UFPA
- Volume II – Projeto Pedagógico Institucional
- Volume III – Políticas de Gestão
- Volume IV – Multicampia
- Volume V – Cronograma de Implantação de Desenvolvimento da UFPA

Dessa forma, a UFPA detém seu efetivo direito de uso, reprodução, transformação em trabalhos derivados de qualquer tipo, ou qualquer outro uso, vedando-se toda e qualquer forma de utilização para fins divergentes à sua proposta inicial, sem prévia consulta.

APRESENTAÇÃO

Ao nos aproximarmos de sete décadas de história, a Universidade Federal do Pará reafirma sua posição como a maior e mais estratégica instituição de ensino superior da Amazônia, apresentando à sociedade o seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o decênio 2026-2035. Este documento não é apenas um instrumento de gestão, mas um manifesto de compromisso com o futuro de uma região que hoje ocupa a centralidade dos debates globais sobre clima, sustentabilidade e equidade social. O desenvolvimento da educação superior pública no Brasil alcançou, na última década, resultados notáveis de expansão e consolidação da pesquisa, mas o cenário contemporâneo exige mais. As instituições brasileiras têm diante de si o desafio de responder com agilidade e profundidade a problemas de uma complexidade inédita, que transcendem os limites disciplinares tradicionais e exigem abordagens inovadoras. Planejar o futuro de uma universidade multicampi neste contexto significa preparar a instituição para um novo salto de qualidade, onde a excelência acadêmica caminha indissociável da responsabilidade social.

Nesse horizonte, o PDI 2026-2035 reconhece que produzir conhecimento de ponta e formar recursos humanos de alto nível são atribuições que devem estar integradas a um esforço genuíno de transferência de conhecimento para a sociedade e de resolução dos grandes desafios amazônicos. O esgotamento de ciclos econômicos baseados na exploração predatória impõe à UFPA a missão de liderar a construção de um desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Para isso, a universidade do futuro será voltada para o trabalho interdisciplinar e para a interação criativa com as demandas sociais, consolidando a verticalização do ensino não apenas na capital, mas em todos os seus campi. Se o ciclo anterior foi marcado pela expansão do acesso, a próxima década será definida pelo fortalecimento da pesquisa e pela expansão da pós-graduação no interior do estado, garantindo que a juventude amazônica tenha acesso à mais alta qualificação em seu próprio território, promovendo a fixação de inteligência e a superação das desigualdades regionais.

Entretanto, essa busca pela excelência científica estaria incompleta se não estivesse alicerçada em uma profunda renovação de nossa identidade institucional, agora pautada de forma inequívoca pela defesa da diversidade e dos direitos humanos. A identidade do novo PDI foi construída para reafirmar o compromisso da UFPA em ser um espaço de acolhimento inclusivo, onde a ética, a pluralidade de ideias e o respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e cultural não são apenas diretrizes, mas práticas cotidianas. A universidade entende que a verdadeira inovação nasce do encontro de diferentes perspectivas; por isso, assume a responsabilidade de garantir a permanência e o sucesso de grupos historicamente vulnerabilizados,

incluindo indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e a população de baixa renda. Mais do que incluir, a UFPA se propõe a aprender com essa diversidade, promovendo um diálogo horizontal onde o conhecimento acadêmico e os saberes tradicionais e populares se fertilizam mutuamente.

Assim, a Universidade Federal do Pará projeta-se para os próximos anos como uma instituição que ensina e aprende, que é técnica e humana, local e global. O Plano de Desenvolvimento Institucional aqui apresentado é o roteiro para navegar uma década que se anuncia desafiadora, mas repleta de oportunidades. Ele consolida nossa vocação para oferecer serviços de excelência e atesta o preparo da instituição para, através da educação, da ciência e da inclusão, transformar a realidade da Amazônia e corresponder às mais altas expectativas da sociedade brasileira.

Gilmar Pereira da Silva
Reitor da UFPA

SUMÁRIO

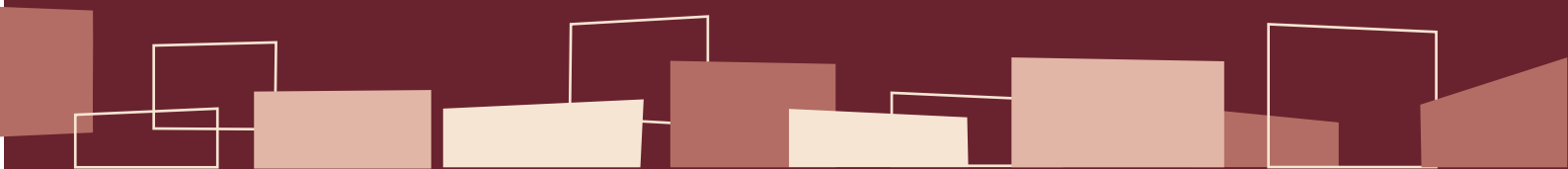
1. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	13
1.1. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PRÁTICA ACADÊMICA DA UFPA	13
1.1.1. Identidade Institucional: Missão, Visão e Valores	13
1.1.2. Filosofia Educacional: Formação Integral e Protagonismo Discente.....	14
1.1.3. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão: Pilar Fundamental	15
1.1.4. Inovação, Inclusão e Sustentabilidade: Pilares Contemporâneos.....	16
1.1.5. Compromisso com o Desenvolvimento Regional e Social da Amazônia	17
1.2. INSERÇÃO REGIONAL	18
1.3. INSERÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL	22
1.4. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ACADÊMICA	27
1.5. POLÍTICA DE ENSINO	37
1.5.1. Ensino Básico e Ensino Técnico e Profissional.....	37
1.5.2. Ensino de Graduação (Licenciatura, Bacharelado e Tecnológico).....	40
1.5.2.1. Política curricular	42
1.5.2.1.1. Diretrizes e aspectos fundamentais da Política Curricular da UFPA .	47
1.5.2.1.1.1. Diretrizes para Oferta de Cursos	47
1.5.2.1.1.2. Formas de Ingresso	47
1.5.2.1.1.3. Integralização curricular	48
1.5.2.1.1.4. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem.....	50
1.5.2.1.1.5. Mobilidade Acadêmica	50
1.5.2.1.1.6. Estágios.....	51
1.5.2.1.1.7. Integração da Graduação com a Educação Básica	52
1.5.2.1.1.8. Educação a Distância na UFPA.....	54
1.5.2.1.1.9. Infraestrutura Tecnológica e Apoio ao Estudante	55
1.5.2.1.1.10. Oferta de Cursos e novas perspectivas	55
1.5.2.1.1.11. Perspectivas e Regulação.....	56
1.5.3. Ensino de Pós-Graduação	57
1.5.3.1. Política de Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu.....	58
1.5.3.1.1. Ensino da Pós-graduação, Pesquisa e Extensão	58
1.5.3.1.2. Organização e flexibilização dos componentes curriculares	59
1.5.3.1.3. Mobilidade acadêmica	60
1.5.3.1.4. Permanência e Inclusão de discentes.....	61
1.5.3.1.5. Políticas para Promoção da Saúde Mental	61
1.5.3.1.6. Políticas de Orientação Acadêmica	62
1.5.3.1.7. Uso de Tecnologias Nas Grades Curriculares e Recursos Tecnológicos	62
1.5.3.1.8. Aprimoramento Contínuo dos Professores e Técnicos.....	63
1.5.3.1.9. Internacionalização do Ensino na Pós-Graduação.....	64

1.5.3.1.10.	Planejamento Estratégico e Autoavaliação.....	65
1.5.3.1.11.	Integração da Pós-Graduação com a Educação Básica	67
1.5.3.2.	Política de Ensino da Pós-Graduação Lato Sensu.	67
1.5.3.2.1.	Residências em Saúde	68
1.5.4.	Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da UFPA 69	
1.5.5.	Políticas de Acompanhamento Acadêmico na UFPA	73
1.6.	POLÍTICA DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA	83
1.6.1.	Princípios Norteadores da Política de Pesquisa.....	88
1.6.2.	Diretrizes da Política de Pesquisa.....	89
1.6.3.	Objetivos da Política de Pesquisa	91
1.7.	POLÍTICA DE EXTENSÃO, ARTE E CULTURA.....	95
1.8.	POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	98
1.8.1.	Bases Conceituais da Internacionalização: Estratégias Enraizadas, Inclusivas e Solidárias para a UFPA	101
1.8.2.	Estrutura Institucional da Internacionalização	103
1.8.3.	Internacionalização na UFPA: Diretrizes e Estratégias.....	103
1.8.4.	Alinhamento da Internacionalização da UFPA aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU	107
1.9.	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	111
1.9.1.	Diretrizes e aspectos fundamentais da Política de Assistência e Acessibilidade Estudantil	112
1.9.1.1.	Estímulo à permanência.....	112
1.9.1.2.	Eixo de Assistência estudantil	113
1.9.1.2.1.	Subprograma de Apoio à permanência estudantil	114
1.9.1.2.2.	Subprograma de apoio à moradia estudantil.....	114
1.9.1.2.3.	Subprograma de acompanhamento para equidade na permanência .	115
1.9.1.3.	Atenção e integração estudantil	116
1.9.1.3.1.	Subprograma de integração e acompanhamento da aprendizagem ..	117
1.9.1.3.2.	Subprograma de acolhimento e atenção à saúde biopsicossocial	117
1.9.1.4.	Acessibilidade no ensino superior	118
1.9.1.4.1.	Subprograma cadastro estudantil de Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades/superlotação (CADES – PcD e AH/SD)	119
1.9.1.4.2.	Subprograma serviços de acessibilidade, apoio multiprofissional, formação e informa acessível	120
1.9.1.5.	Assistência Financeira de Acessibilidade.....	121
1.9.1.6.	Restaurante universitário	122
1.9.1.7.	Perfil do corpo discente	124
1.9.1.7.1.	Grupos prioritários.....	124

1.9.1.7.2.	Definição dos grupos prioritários	125
1.9.1.8.	Organização estudantil	126
1.10.	POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS	128
1.10.1.	Acesso, Permanência e Representatividade.....	130
1.10.1.1.	Transversalidade e institucionalização	132
1.10.1.2.	Interseccionalidade e reconhecimento de diferentes marcadores sociais.....	132
1.10.1.3.	Combate às discriminações violências institucionais	132
1.10.1.4.	Descentralização e territorialização	132
1.10.1.5.	Fortalecimento de grupos como sujeitos políticos	132
1.10.1.6.	Formação antidiscriminatória e valorização da diversidade.....	132
1.10.1.7.	Formação antidiscriminatória e valorização da diversidade.....	132
1.10.1.8.	Orçamento específico e sustentabilidade.....	133
1.10.1.9.	Comunicação antidiscriminatória	133
1.10.2.	Fortalecimento das relações étnico-raciais	133
1.10.3.	Igualdade de gênero e direitos LGBTQIAPN+	135
1.10.4.	Promoção da diversidade cultural e integração de saberes.....	136
1.10.5.	Ações afirmativas	137
1.10.5.1.	Programa de Formação Docente Antirracista (PROEG, DIVERSE).....	137
1.10.5.2.	Rede de Apoio à Permanência Estudantil Quilombola e Indígena (PROAES, PROEG, DIVERSE, Unidades Acadêmicas)	137
1.10.5.3.	UFPA Sem Racismos e Assédios: política institucional de enfrentamento às violências	137
1.10.5.4.	Censo da Diversidade da Comunidade Universitária	138
1.11.	POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPREENDEDORISMO.....	140
1.11.1.	Parcerias para pesquisa e inovação.....	141
1.11.1.1.	Proposições.....	142
1.11.1.2.	Criação do Programa Inova Saber	143
1.11.1.3.	Criação do Programa iLink: conectando a pesquisa à sociedade	143
1.11.2.	Empreendedorismo, capacitação e ambientes de inovação	144
1.11.2.1.	Proposições.....	145
1.11.3.	Propriedade intelectual e transferência tecnológica	146
1.11.3.1.	Proposições.....	148
1.11.4.	3.8.4 Infraestrutura e fomento à Inovação	149
1.11.4.1.	Proposições.....	149
2.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	153



1 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



1. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

1.1. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PRÁTICA ACADÊMICA DA UFPA

1.1.1. Identidade Institucional: Missão, Visão e Valores

A Universidade Federal do Pará (UFPA) estabelece como missão central a produção, socialização e transformação do conhecimento no contexto amazônico, visando formar cidadãos aptos a promover a edificação de uma sociedade inclusiva e sustentável, que compreendem e adotam o conhecimento produzido na Academia e compartilhado com toda a sociedade como um dos pilares necessários ao desenvolvimento humano. Esta declaração reflete o compromisso institucional com a transformação social mediante a educação, reconhecendo as particularidades de sua inserção amazônica como elemento diferenciador e de grande responsabilidade.

A missão da UFPA ultrapassa o papel convencional de transmissão de conhecimentos, abarcando dimensões de produção científica que integram saberes tradicionais das comunidades amazônicas e expressões artístico-culturais regionais, democratização do saber e mudança da realidade social. O enfoque na formação cidadã demonstra o compromisso com uma educação que envolve a preparação profissional, o desenvolvimento de consciência crítica, a responsabilidade social e a aptidão para atuação transformadora na sociedade.

Como visão, a UFPA projeta-se enquanto universidade reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência no ensino, na geração de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade. Esta perspectiva futura articula excelência acadêmica com relevância social, sustentabilidade ambiental e inovação como elementos distintivos da identidade institucional.

O reconhecimento nacional e internacional pretendido não se fundamenta exclusivamente em métricas convencionais de desempenho acadêmico, mas na capacidade de elaborar soluções criativas e sustentáveis para desafios contemporâneos, especialmente os da Amazônia paraense. A integração com a sociedade representa elemento central desta visão, reafirmando o compromisso da universidade com a responsabilidade social e o desenvolvimento regional.

Os valores orientadores da ação da UFPA baseiam-se nos princípios de excelência acadêmica, compromisso social, sustentabilidade ambiental, diversidade cultural, inovação responsável e democracia participativa. Estes valores constituem o alicerce ético e filosófico que direciona as decisões institucionais e as práticas acadêmicas cotidianas.

A busca pela excelência acadêmica se materializa por meio do rigor científico, da qualidade do ensino, da relevância das pesquisas e da interação transformadora que a extensão universitária estabelece entre a UFPA e os diversos setores da sociedade, sempre em articulação com o compromisso social de contribuir para a resolução de problemas coletivos. Essa excelência é

potencializada pela valorização da diversidade em todas as suas dimensões, promovendo a equidade de gênero e a inclusão de diferentes perspectivas que enriquecem o ambiente universitário e impulsionam a inovação científica e tecnológica. A sustentabilidade ambiental, a inclusão e a diversidade perpassam todas as atividades universitárias, evidenciando a responsabilidade especial da UFPA enquanto guardião do conhecimento sobre o maior bioma tropical mundial, conhecimento este construído colaborativamente por uma comunidade acadêmica diversa e inclusiva.

1.1.2. Filosofia Educacional: Formação Integral e Protagonismo Discente

A filosofia educacional da UFPA alicerça-se em uma abordagem humanística e crítica que entende a educação como processo de humanização e transformação social. Esta perspectiva teórica fundamenta-se em referenciais pedagógicos que valorizam a formação integral do sujeito, articulando dimensões cognitivas, éticas, estéticas e políticas do desenvolvimento humano.

A abordagem crítica expressa-se na valorização do pensamento reflexivo, na análise contextualizada da realidade e na formação de consciência crítica capaz de questionar estruturas sociais injustas e propor alternativas de transformação. Esta orientação teórica dialoga com tradições pedagógicas progressistas que reconhecem o papel ativo do sujeito na construção do conhecimento e na transformação da sociedade.

As práticas educacionais da UFPA privilegiam metodologias ativas e inovadoras que posicionam o estudante como protagonista de sua formação, promovendo aprendizagem significativa através da experiência, investigação e resolução de problemas reais. Estas metodologias abrangem aprendizagem baseada em problemas, projetos interdisciplinares, estudos de caso, práticas de extensão comunitária e iniciação científica.

As metodologias participativas valorizam o diálogo, a colaboração e a construção coletiva do conhecimento, reconhecendo a diversidade de existências, experiências e saberes que os estudantes trazem para o processo educativo. Esta abordagem reveste-se de particular relevância no contexto amazônico, onde a universidade atende estudantes oriundos de múltiplas culturas e tradições de conhecimento.

O desenvolvimento do protagonismo discente constitui objetivo central da filosofia educacional da UFPA, buscando formar profissionais autônomos, criativos e comprometidos com a transformação social. Este protagonismo manifesta-se através da participação ativa em atividades de pesquisa, extensão, representação estudantil e construção de projetos pessoais e coletivos de formação.

A autonomia intelectual desenvolve-se mediante práticas pedagógicas que incentivam a curiosidade científica, o pensamento crítico, a capacidade de formulação e resolução de problemas e a habilidade de comunicação e trabalho em equipe. Estas competências são fundamentais para a formação de cidadãos capazes de atuar de forma responsável e transformadora na sociedade contemporânea.

1.1.3. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão: Pilar Fundamental

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui princípio constitucional e fundamento da identidade universitária brasileira, assumindo na UFPA significado particular devido ao contexto amazônico. Esta integração orgânica manifesta-se na concepção curricular, nas práticas pedagógicas e nas ações institucionais que articulam produção de conhecimento, formação profissional e transformação social.

A excelência do processo formativo é alcançada por meio da incorporação de metodologias investigativas e resultados científicos contemporâneos, bem como pela conexão direta com problemas reais da sociedade, proporcionando uma aprendizagem contextualizada, crítica e socialmente relevante.

A pesquisa, o ensino e a extensão se fortalecem, ao constituírem o princípio educativo que permeia toda a formação universitária, desde a educação básica até os programas de pós-graduação *stricto sensu*. Esta integração reconhece a investigação científica como metodologia fundamental para o aprimoramento da aprendizagem, o desenvolvimento do pensamento crítico e a formação de profissionais capazes de produzir conhecimento socialmente relevante.

A contribuição da pesquisa no processo formativo expressa-se na oferta de programas de iniciação científica que complementam a formação discente, na incorporação de metodologias investigativas nos currículos de graduação que dinamizam o processo de aprendizagem, na realização de trabalhos de conclusão de curso baseados em pesquisa empírica e na articulação entre educação básica, graduação e pós-graduação, por meio de projetos integrados que enriquecem a experiência formativa.

A extensão universitária enriquece o processo educativo, cultural e científico, ao conectar a sala de aula com a realidade social. Esta integração supera visões assistencialistas ou de mera prestação de serviços, transformando a extensão em ferramenta pedagógica que enriquece a formação por meio da interdisciplinaridade, do diálogo com saberes populares e tradicionais, da promoção de cidadania e direitos humanos, e da contribuição para políticas públicas. Essa abordagem reveste-se de particular relevância no contexto amazônico, onde as atividades formativas são enriquecidas pela interação com comunidades tradicionais portadoras de

conhecimentos ancestrais sobre uso sustentável dos recursos naturais, proporcionando aos estudantes uma formação mais ampla e contextualizada.

1.1.4. Inovação, Inclusão e Sustentabilidade: Pilares Contemporâneos

A UFPA compreende inovação como processo multidimensional de desenvolvimento de soluções criativas, tecnologicamente avançadas e socialmente responsáveis para problemas contemporâneos, especialmente aqueles relacionados ao contexto amazônico. Essa concepção de inovação universitária transcende a mera transferência tecnológica, abrangendo a inovação pedagógica, social, ambiental e da gestão universitária.

No THE Impact Ranking 2024, a UFPA se destacou como a 2ª melhor universidade brasileira com maior impacto, ficando atrás apenas da USP. Ela também mostrou excelentes resultados em 16 dos 17 ODS analisados pela Times Higher Education, sendo destaque nacional nos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e 17 (Parcerias), além de se posicionar em segundo lugar no ODS 7 (Energia Limpa), o que reflete o papel ativo da instituição em áreas cruciais para a Amazônia, como segurança alimentar, energia sustentável e articulação intersetorial — alicerçando o desenvolvimento social e ambiental da região.

Além disso, a universidade promove ecossistemas de inovação que articulam ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, fomentando o empreendedorismo acadêmico, a incubação de startups, a criação de *spin-offs* universitárias e o desenvolvimento de patentes e propriedade intelectual. A inovação na UFPA caracteriza-se pela valorização dos saberes tradicionais amazônicos, pelo estabelecimento de parcerias estratégicas com setores público (como as agências da ONU - ACNUR, ONU Mulheres, PNUD, UNICEF) e privado (como a FIEPA) e pela formação de uma cultura institucional que estimula a criatividade, o pensamento crítico e a capacidade de transformar conhecimento científico em benefícios concretos para a sociedade.

A inovação responsável expressa-se na produção de tecnologias sociais apropriadas, no desenvolvimento de biotecnologias baseadas na biodiversidade amazônica, na criação de metodologias educacionais adaptadas à realidade regional e na proposição de modelos de desenvolvimento econômico sustentável desenvolvidos em centros de pesquisas como o NAEA, o PCT Guamá, o LABA, e o PPGDSTU. Esta abordagem coloca a participação comunitária no centro dos processos inovativos, reconhecendo-a como força motriz da transformação social.

O compromisso com a inclusão perpassa todas as dimensões da vida universitária, expressando-se em políticas de acesso, permanência e êxito acadêmico que reconhecem e valorizam a diversidade social, étnica, cultural e econômica dos estudantes. Este compromisso

fundamenta-se na compreensão da educação superior como direito humano fundamental e bem público social.

As políticas de inclusão da UFPA abrangem ações afirmativas para grupos historicamente excluídos, programas de assistência estudantil, adaptações curriculares e metodológicas para pessoas com deficiência, valorização da diversidade cultural e étnica e promoção de equidade de gênero. Estas ações contribuem para a democratização do acesso ao conhecimento e para a construção de uma sociedade mais justa.

A sustentabilidade constitui paradigma orientador de todas as atividades da UFPA, desde a gestão institucional até as práticas acadêmicas, refletindo a responsabilidade especial da universidade enquanto instituição amazônica. Este paradigma articula dimensões ambiental, social, econômica e cultural da sustentabilidade, promovendo desenvolvimento que atenda às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras.

A sustentabilidade ambiental expressa-se na adoção de práticas ecoeficientes, na pesquisa sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade e na formação de profissionais conscientes da importância da preservação ambiental. A sustentabilidade social manifesta-se no compromisso com a redução das desigualdades, a promoção de direitos humanos e a construção de relações sociais mais justas e solidárias.

1.1.5. Compromisso com o Desenvolvimento Regional e Social da Amazônia

A UFPA assume responsabilidade histórica com o desenvolvimento da Amazônia, reconhecendo que sua missão transcende a formação profissional tradicional para incluir a contribuição ativa para a solução dos desafios regionais. Esta responsabilidade fundamenta-se na compreensão de que a universidade pública deve retornar à sociedade, através de conhecimento e ação transformadora, os investimentos nela realizados.

O compromisso social expressa-se na produção de conhecimento científico sobre a realidade amazônica, na formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento regional, na proposição de políticas públicas baseadas em evidências científicas e na promoção de diálogos entre diferentes formas de conhecimento presentes na região.

A concepção de desenvolvimento que orienta a ação da UFPA articula crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental, rejeitando modelos predatórios que historicamente causaram degradação ambiental e exclusão social na região. Esta concepção fundamenta-se na valorização dos recursos naturais e culturais amazônicos como patrimônio a ser preservado e utilizado sustentavelmente.

O compromisso com a justiça social manifesta-se na contribuição para a redução das desigualdades regionais, na promoção de oportunidades educacionais para populações historicamente excluídas e na valorização de culturas e saberes tradicionais. Esta abordagem reconhece que o desenvolvimento autêntico deve beneficiar todas as populações amazônicas, respeitando sua diversidade cultural e seus direitos territoriais.

A UFPA compreende que o desenvolvimento amazônico requer articulação entre ação local e inserção global, promovendo diálogos científicos e culturais que posicionem a região como protagonista na construção de alternativas de desenvolvimento sustentável. Esta perspectiva valoriza os conhecimentos tradicionais amazônicos como contribuições originais para debates globais sobre sustentabilidade.

A integração regional expressa-se na articulação com outras universidades amazônicas, na participação em redes de pesquisa e cooperação e na construção de projetos colaborativos que transcendem fronteiras institucionais e nacionais. Esta articulação contribui para fortalecer a capacidade regional de produção de conhecimento e proposição de soluções para desafios comuns.

Assim sendo, os princípios norteadores da prática acadêmica da UFPA constituem síntese das aspirações e compromissos institucionais, orientando a construção cotidiana de uma universidade pública, democrática e socialmente relevante. Estes princípios não representam meras declarações de intenções, mas fundamentos éticos e políticos que devem materializar-se em práticas concretas de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária.

A efetivação destes princípios requer permanente processo de reflexão crítica, avaliação institucional e renovação das práticas acadêmicas, assegurando que a universidade permaneça fiel à sua missão transformadora. Este compromisso coletivo de toda a comunidade universitária constitui condição fundamental para que a UFPA continue contribuindo para a construção de uma sociedade amazônica mais justa, sustentável e democrática.

1.2. INSERÇÃO REGIONAL

A UFPA emerge como protagonista fundamental no cenário educacional brasileiro, não apenas por sua trajetória histórica iniciada em 1957, mas principalmente por sua vocação amazônica. Criada através da Lei nº 3.191 e posteriormente estruturada pelos Decretos nº 65.880/1969 e nº 81.520/1978, a instituição transcende seu papel tradicional de formação superior para tornar-se um agente transformador da realidade regional.

Distintamente de outras universidades federais, a UFPA enfrenta o desafio único de operar em um território que representa 14,66% do Brasil, caracterizado por uma complexidade socioambiental sem precedentes. Sua missão ultrapassa a simples transmissão de conhecimento.

Trata-se de construir pontes entre saberes ancestrais e inovação científica, entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

O contexto amazônico no qual a UFPA está inserida apresenta características únicas que demandam abordagens inovadoras de ensino, pesquisa e extensão. A região abriga uma biodiversidade incomparável, comunidades tradicionais com conhecimentos milenares - incluindo povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses - além de um sistema hidrográfico que funciona como verdadeira rede de conexão territorial.

Este cenário complexo tem historicamente enfrentado modelos de desenvolvimento que promoveram desigualdades sociais e degradação ambiental. A concentração econômica em poucos centros urbanos, particularmente nas mesorregiões Metropolitana e Sudeste, contrasta com a persistência de indicadores sociais preocupantes nas regiões do Marajó, Nordeste paraense, Sudoeste e Baixo Amazonas.

Dados recentes revelam progressos significativos, com o PIB apresentando crescimento em mais de 90% dos municípios paraenses e a redução da pobreza aos menores níveis registrados desde 2012. Contudo, as disparidades regionais permanecem como desafio estrutural, exigindo estratégias diferenciadas de intervenção educacional e social.

A resposta da UFPA a esses desafios materializou-se no pioneiro projeto de interiorização, formalizado em 1986 por meio da Resolução nº 1.355. Esta iniciativa visionária reconheceu que o desenvolvimento amazônico dependia fundamentalmente da democratização do acesso ao ensino superior e da presença universitária em todo o território estadual.

O modelo multicampi da UFPA representa uma revolução na concepção de universidade pública brasileira. Com campi estabelecidos em Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí, a instituição conseguiu alcançar todas as mesorregiões paraenses. Este processo inclusivo também gerou a criação de duas novas universidades federais - UFOPA e UNIFESSPA - demonstrando a capacidade da UFPA de irradiar desenvolvimento educacional.

Cada campus representa mais que uma unidade educacional: constitui-se como centro irradiador de conhecimento, tecnologia e inovação, adaptado às especificidades locais. Esta capilaridade permite que a universidade dialogue diretamente com as demandas regionais, formando profissionais que compreendem e podem transformar suas realidades locais.

A inserção regional da UFPA alicerça-se em três pilares estratégicos que orientam sua atuação transformadora:

(A) Valorização e Integração dos Saberes Tradicionais: A UFPA reconhece que o desenvolvimento amazônico autêntico deve partir da valorização das formas de conhecimento

locais. Os conhecimentos tradicionais sobre medicina natural, manejo florestal sustentável, sistemas produtivos adaptados e práticas culturais milenares constituem patrimônio fundamental que a universidade busca documentar, preservar e integrar ao conhecimento científico contemporâneo. Esta abordagem não se limita à simples catalogação de saberes, mas promove diálogos interculturais que enriquecem tanto a ciência quanto às práticas tradicionais. Projetos de extensão e pesquisa colaborativa com comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas exemplificam esta filosofia integrativa.

(B) Construção de Redes Colaborativas: O desenvolvimento regional sustentável exige articulação entre múltiplos atores sociais. A UFPA posiciona-se como articuladora de redes que conectam instituições governamentais, organizações da sociedade civil, empresas comprometidas com a sustentabilidade e movimentos sociais. Esta estratégia colaborativa potencializa recursos e conhecimentos, criando sinergias que amplificam o impacto das ações universitárias. Parcerias estratégicas permitem que a universidade atue em múltiplas frentes, desde a formação profissional até o desenvolvimento de tecnologias sociais apropriadas.

(C) Integração e Otimização da Gestão Multicampi: A complexidade do modelo multicampi exige sistemas de gestão sofisticados que garantam qualidade, eficiência e coordenação. A UFPA investe continuamente no aperfeiçoamento de seus processos administrativos e acadêmicos, buscando maximizar os benefícios da descentralização sem comprometer a excelência institucional. Esta integração materializa-se em projetos colaborativos entre campi, mobilidade acadêmica facilitada, compartilhamento de recursos e desenvolvimento de especializações regionais complementares

A inserção regional da UFPA tem produzido transformações mensuráveis na realidade amazônica através de múltiplas frentes de atuação. A formação de diversos profissionais qualificados nas mais diversas áreas do conhecimento - médicos, enfermeiros, professores, engenheiros, biólogos e outros especialistas que permanecem majoritariamente na região - contribui diretamente para a melhoria dos indicadores sociais regionais, multiplicando os investimentos públicos em educação. Paralelamente, a universidade também atua na Educação Básica por meio das escolas de Aplicação, onde se desenvolvem projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão, além de estágios dos cursos de graduação que qualificam a formação docente. Na formação profissional técnica de nível médio, especialmente por meio das escolas técnicas de Música e de Teatro e Dança, a UFPA forma profissionais que atuam nas artes cênicas e musicais em Belém e outros municípios do Estado, fortalecendo a rica tradição artística paraense e beneficiando diretamente as instituições centenárias, eventos e produções artísticas da região.

Além da formação profissional, a universidade tem se destacado na produção de pesquisas relevantes para a Amazônia, desde estudos sobre biodiversidade e mudanças climáticas até desenvolvimento de tecnologias sociais e análises socioeconômicas regionais. Este conhecimento produzido localmente oferece subsídios fundamentais para políticas públicas mais eficazes e estratégias de desenvolvimento mais adequadas à realidade amazônica.

Em um contexto de crescente preocupação mundial com questões ambientais e climáticas, a UFPA assume responsabilidade global através de sua atuação local. A Amazônia, reconhecida como região estratégica para o equilíbrio climático mundial, demanda abordagens de desenvolvimento que conciliem progresso socioeconômico com preservação ambiental.

A universidade contribui para este desafio global através da formação de profissionais conscientes da importância ambiental regional, do desenvolvimento de tecnologias limpas adaptadas ao contexto amazônico e da produção de conhecimento científico que subsidia políticas ambientais nacionais e internacionais.

A inserção regional da UFPA representa um modelo inovador de universidade pública comprometida com a transformação social. Ao combinar excelência acadêmica com relevância social, presença territorial com sustentabilidade ambiental, a instituição demonstra que é possível construir caminhos de desenvolvimento que respeitam a diversidade cultural e a integridade ecológica amazônicas.

O futuro da Amazônia depende fundamentalmente da capacidade de suas instituições educacionais em formar cidadãos capazes de imaginar e construir alternativas de desenvolvimento sustentável. A UFPA, por meio de sua estratégia de inserção regional, posiciona-se como protagonista dessa construção, contribuindo não apenas para o desenvolvimento amazônico, mas oferecendo ao Brasil e ao mundo um modelo de universidade verdadeiramente comprometida com a sustentabilidade e a justiça social.

A inserção regional da pós-graduação da UFPA reflete uma profunda integração institucional com a região amazônica, abrangendo dimensões culturais, científicas, econômicas, educacionais e sociais. Esta articulação materializa-se por meio de políticas e programas institucionais que promovem ativamente o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em nível de pós-graduação, considerando as especificidades e demandas regionais. A universidade transcende a mera oferta de cursos, posicionando-se como centro estratégico de geração, produção e transferência de conhecimento inovador, fundamental para enfrentar os desafios e potencializar as oportunidades locais.

A distribuição geográfica dos programas de pós-graduação evidencia o compromisso institucional com a descentralização acadêmica. Embora a maioria dos cursos concentre-se no

campus de Belém, a expansão para 7 (sete) campi no interior demonstra o esforço institucional contínuo em democratizar o acesso ao ensino e à pesquisa de excelência, superando a tradicional concentração na capital. Esta estratégia de interiorização consolida a posição da UFPA como instituição líder e transformadora na região amazônica, ampliando seu alcance e impacto territorial.

1.3. INSERÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

A UFPA transcende seu papel regional para emergir como uma instituição de projeção nacional e internacional, carregando consigo a responsabilidade única de representar a perspectiva amazônica no cenário acadêmico mundial. Mais que uma universidade situada na Amazônia, a UFPA tornou-se a principal embaixadora científica e educacional de uma região estratégica para o futuro da humanidade.

Essa projeção não acontece por acaso, mas resulta de décadas de investimento em excelência acadêmica, pesquisa de fronteira e compromisso social. A universidade compreendeu que seu sucesso local dependia de sua capacidade de dialogar com o mundo, trazendo conhecimento global para a realidade amazônica e, concomitantemente, levando saberes amazônicos para debates nacionais e internacionais.

O reconhecimento internacional da UFPA materializa-se de forma crescente em prestigiosos *rankings* acadêmicos globais. A universidade destaca-se particularmente nas áreas de ensino e inserção internacional no Times Higher Education World University Rankings 2024, posicionando-se como a 28ª melhor universidade brasileira. Esta conquista reflete não apenas qualidade acadêmica, mas também a capacidade institucional de manter padrões internacionais de excelência em um contexto geográfico desafiador.

O reconhecimento no THE Impact Ranking 2024 é particularmente significativo, evidenciando o forte empenho institucional para construir uma universidade que faça diferença social. Esse *ranking*, baseado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, demonstra que a UFPA consegue conciliar excelência acadêmica com impacto social, posicionando-se entre as instituições mundiais mais relevantes para enfrentar desafios globais.

A presença da UFPA em *rankings* internacionais representa muito mais que prestígio institucional. Essa presença simboliza o reconhecimento mundial da importância da perspectiva amazônica na construção de soluções para problemas globais, desde mudanças climáticas até desenvolvimento sustentável, e consolida uma política de institucional de internacionalização que se materializa nos projetos pedagógicos de curso, na prática docente e na formação de todos os estudantes, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos estratégicos da universidade.

No cenário nacional, a UFPA ocupa posição estratégica no sistema federal de educação superior brasileira. Como uma das principais universidades da região Norte, a instituição contribui significativamente para a democratização do acesso ao ensino superior de qualidade, formando profissionais que atuam em todo território nacional e exportando competências amazônicas para outras regiões do país.

A universidade participa ativamente das políticas nacionais de expansão e qualificação do ensino superior, servindo como modelo para outras instituições que enfrentam desafios similares de atuação em territórios extensos e socialmente complexos. Seu modelo multicampi inspirou políticas públicas de interiorização universitária, demonstrando que é possível manter qualidade acadêmica mesmo em contextos de grande dispersão territorial.

Programas nacionais como REUNI e PNAES encontraram na UFPA terreno fértil para implementação, com a universidade adaptando essas políticas às especificidades amazônicas e contribuindo para seu aperfeiçoamento. A experiência acumulada pela UFPA em gestão multicampi e atendimento a populações tradicionais tornou-se referência para outras instituições federais. Programas como PAEC (Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação), PEC-G (Programa de Estudantes de Convênio de Graduação) e o Programa Mobilidade Paulo Freire permitem que centenas de estudantes estrangeiros estudem na UFPA anualmente, criando um ambiente multicultural que enriquece a experiência educacional de todos os estudantes.

Parcerias com instituições financeiras, como as bolsas ibero-americanas do Banco Santander, ampliam as oportunidades de mobilidade estudantil, permitindo que estudantes da UFPA tenham experiências internacionais que complementam sua formação acadêmica.

A UFPA desempenha papel fundamental na diplomacia científica brasileira, especialmente em questões relacionadas à Amazônia e sustentabilidade ambiental. Como principal universidade da região mais estratégica do país para debates ambientais globais, a instituição contribui para a formulação de políticas públicas nacionais e para o posicionamento internacional do Brasil em fóruns multilaterais.

A produção científica da universidade sobre biodiversidade, mudanças climáticas, etnobiologia e desenvolvimento sustentável alimenta tanto políticas públicas nacionais quanto acordos internacionais. Pesquisadores da UFPA participam regularmente de painéis internacionais, assessoram organismos multilaterais e contribuem para relatórios científicos que influenciam decisões globais.

Esta dimensão da diplomacia científica é particularmente relevante em um contexto de crescente interesse internacional pela Amazônia, posicionando a UFPA como fonte confiável e

científica de informações sobre a região, contrabalançando narrativas externas frequentemente desconectadas da realidade local.

A inserção nacional e internacional das escolas de educação básica ocorre a partir de parcerias institucionais e convênios, como o *Schulen: Partner der Zukunft* (EAUFPA e Instituto Goethe), o Memorando de Entendimento entre UFPA e a *University of Missouri* para a área da Música (EMUFPA e UM), que qualificou docentes e estudantes, o projeto *Échos d'Amazonie* (Guiana Francesa), que integra estudantes de música paraenses em orquestra binacional (EMUFPA), e da ocupação de espaços profissionais artísticos em outros estados do Brasil e em outros países. Os egressos dos cursos técnicos da UFPA ingressam em instituições de ensino de excelência na perspectiva da continuidade de estudos, bem como ocupam espaços de atuação profissional em projetos ou instituições nacionais e internacionais a partir da formação construída nas escolas técnicas da UFPA.

A inserção internacional da UFPA sustenta-se na consolidação de centros de excelência em pesquisa que abordam temas de relevância global. Laboratórios de pesquisa em biodiversidade, institutos de estudos amazônicos, grupos de pesquisa em tecnologias sustentáveis e núcleos de estudos sobre populações tradicionais posicionam a universidade na vanguarda do conhecimento sobre questões que interessam à comunidade científica internacional.

Estes centros funcionam como pontos de atração para pesquisadores internacionais, estabelecendo a UFPA como destino obrigatório para cientistas interessados em Amazônia. Simultaneamente, servem como plataformas de lançamento para pesquisadores da universidade estabelecerem colaborações internacionais e participarem de projetos globais de pesquisa.

A capacidade de conduzir pesquisas de padrão internacional em território amazônico confere à UFPA vantagem comparativa única, permitindo que a universidade ofereça à comunidade científica global acesso privilegiado a um dos ecossistemas mais complexos e importantes do planeta.

Um dos impactos mais significativos da inserção nacional e internacional da UFPA é a formação de lideranças que carregam perspectiva amazônica para posições de influência em todo o mundo. Egressos da universidade ocupam posições em organismos internacionais, empresas multinacionais, universidades estrangeiras e organizações não-governamentais globais.

Esta diáspora acadêmica da UFPA funciona como rede informal de embaixadores da perspectiva amazônica, levando conhecimentos, valores e visões de mundo construídos na universidade para contextos globais. Simultaneamente, estes profissionais mantêm vínculos com a universidade, estabelecendo pontes que facilitam colaborações e oportunidades futuras.

A formação oferecida pela UFPA, que combina excelência técnica com consciência ambiental e social, produz profissionais particularmente valorizados em um mundo crescentemente preocupado com sustentabilidade e responsabilidade social.

A projeção nacional e internacional da UFPA enfrenta desafios característicos de uma universidade localizada em região periférica que busca relevância global. Limitações de infraestrutura, distâncias geográficas e recursos financeiros exigem estratégias criativas e parcerias inovadoras para manter competitividade internacional.

Contudo, estes mesmos desafios criam oportunidades únicas. A experiência da UFPA em superar obstáculos geográficos e logísticos, sua expertise em educação a distância e tecnologias educacionais e sua capacidade de inovação em contextos de recursos limitados constituem competências altamente valorizadas por parceiros internacionais.

O interesse global crescente pela Amazônia, impulsionado por preocupações ambientais e climáticas, cria janelas de oportunidade para a UFPA ampliar sua inserção internacional, posicionando-se como parceira indispensável para iniciativas globais relacionadas à sustentabilidade.

O futuro da inserção nacional e internacional da UFPA desenha-se promissor, sustentado por tendências globais que valorizam a perspectiva amazônica. O crescente interesse mundial por soluções baseadas na natureza, desenvolvimento sustentável e conhecimentos tradicionais posiciona a universidade em posição estratégica para ampliar sua relevância global.

A UFPA caminha para consolidar-se como uma universidade global de vocação amazônica, mantendo suas raízes regionais enquanto amplia seu impacto mundial. Esta trajetória não apenas beneficia a própria instituição, mas contribui para o fortalecimento da diplomacia científica brasileira e para o posicionamento do Brasil como líder global em sustentabilidade e inovação social.

A inserção nacional e internacional da UFPA representa um projeto de universidade que consegue ser simultaneamente local e global, regional e universal. Ao projetar a perspectiva amazônica para o mundo, a universidade não apenas amplia suas próprias oportunidades, mas contribui para um diálogo global mais diversificado e inclusivo sobre desenvolvimento sustentável.

O sucesso da UFPA em *rankings* internacionais, sua extensa rede de parcerias globais e sua contribuição para a diplomacia científica brasileira demonstram que é possível construir excelência acadêmica a partir da periferia geográfica, transformando supostas desvantagens em vantagens comparativas únicas.

Este modelo de universidade - enraizada localmente, mas projetada globalmente - oferece inspiração e direcionamento para outras instituições que buscam relevância internacional sem perder identidade regional. A UFPA prova que a verdadeira globalização da educação superior não requer homogeneização, mas sim a valorização de perspectivas diversificadas que enriquecem o conhecimento humano universal.

Este reconhecimento internacional não representa apenas conquista institucional, mas validação de uma abordagem educacional que valoriza a diversidade epistemológica e cultural como fonte de inovação e criatividade. A UFPA contribui para demonstrar que a excelência acadêmica pode emergir de qualquer contexto quando há compromisso com a qualidade, relevância social e abertura ao diálogo global.

A experiência da UFPA na construção de uma universidade simultaneamente amazônica e mundial oferece lições valiosas para outras instituições que enfrentam o desafio de manter a identidade local enquanto buscam inserção global. O sucesso dessa estratégia fundamenta-se na compreensão de que a globalização da educação superior deve ser um processo de enriquecimento mútuo, onde cada instituição contribui com suas especificidades para o avanço do conhecimento universal.

A UFPA desenvolve um plano estratégico abrangente de inserção nacional e internacional para sua pós-graduação, fundamentado na missão de formar profissionais e pesquisadores de alta competência técnica, científica e ética, dedicados à criação e transferência de conhecimento inovador. Esse compromisso institucional visa atender às demandas sociais, aprimorar reflexões por meio da pesquisa e direcionar esforços para a solução de problemáticas que contribuam para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento sustentável nas dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, considerando a produção de conhecimento voltada para a Amazônia como contribuição para a construção de um planeta melhor.

A atuação da UFPA gera impacto significativo, refletido no contínuo fortalecimento de sua pós-graduação e na consolidação de sua posição de liderança na região amazônica. O destaque nacional da universidade evidencia-se nas avaliações da CAPES, onde diversos programas de pós-graduação alcançaram conceitos elevados, demonstrando consolidação ou posição de consolidação. A expansão da oferta de cursos de mestrado e doutorado para os *campi* do interior, associada à criação de turmas especiais de programas da capital nestes *campi*, demonstra o compromisso institucional com a ampliação da qualificação e contribuição para o desenvolvimento amazônico, atendendo demandas dos municípios onde a UFPA mantém presença em graduação e pós-graduação.

O impacto social em níveis regional e nacional constitui política fundamental da pós-graduação da UFPA, gerando importantes efeitos "extramuros da academia" por meio dos programas de pós-graduação, com ênfase no desenvolvimento local e nacional alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O fortalecimento de grupos de pesquisa e redes de colaboração nacionais representa desafio essencial para posicionar a UFPA como referência não apenas amazônica, mas nacional e internacional. A localização geográfica estratégica na Amazônia, combinada ao forte compromisso regional, torna a UFPA ator relevante na participação científica nacional e internacional. Simultaneamente, a pós-graduação da UFPA contribui solidariamente para a nucleação de novos grupos de pesquisa na região amazônica, promovendo a criação de novas pós-graduações na região Norte, que apresenta menor número de cursos comparativamente às demais regiões do país.

Quanto à inserção internacional, a internacionalização constitui objetivo essencial para o fortalecimento da pesquisa e formação universitária, preparando profissionais com visão global e mantendo raízes e compromisso com a realidade amazônica. A UFPA desenvolve critérios de governança e compromisso institucional para aprimorar essa política, considerando-a pilar importante para o crescimento internacional e classificação em *rankings* globais. A universidade estabelece diretrizes e regulamentos direcionados à internacionalização da pesquisa e dos programas de pós-graduação, promovendo a participação de pesquisadores e discentes em editais nacionais e internacionais relevantes.

A formalização contínua de acordos estratégicos entre a UFPA e instituições estrangeiras viabiliza-se por meio de redes de pesquisa internacionais, intercâmbios de discentes e docentes, reforçando a integração global da universidade e potencializando a atração de talentos estrangeiros e a participação internacional em bancas de trabalhos de conclusão, dissertações e teses. A pós-graduação da UFPA promove a internacionalização curricular através de atividades desenvolvidas em línguas estrangeiras, oferta de cursos de português para estrangeiros e internacionalização curricular por disciplina, programa ou curso, entre outras iniciativas.

1.4. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ACADÊMICA

A UFPA, nos termos do seu Regimento Geral e das diretrizes organizacionais, registradas no Sistema de Organização e Inovação Institucional (SIORG) e sistematizadas pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), apresenta uma estrutura acadêmica ampla, descentralizada e multicampi, alinhada à missão institucional de articular ensino, pesquisa e extensão em todo o estado do Pará.

A coordenação superior das atividades é exercida pela Reitoria, Vice-Reitoria, apoiada por órgãos colegiados e pelas Pró-Reitorias diretamente ligadas ao desenvolvimento acadêmico:

- Pró-Reitoria de Graduação (PROEG);
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP);
- Pró-Reitoria de Extensão (PROEX);
- Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES);
- Pró-Reitoria de Internacionalização (PROINTER);
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP), quando se trata da qualificação e carreira docente;

Além da PROPLAN, responsável por estruturar e acompanhar os instrumentos de planejamento acadêmico e institucional.

Os Conselhos Superiores desempenham papel deliberativo:

- Conselho Universitário (CONSUN): responsável por matérias administrativas e institucionais;
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE): responsável pelas normas e diretrizes acadêmicas;
- Conselho Superior de Administração (CONSAD).

Segundo o Regimento Geral, a organização acadêmica da UFPA compreende:

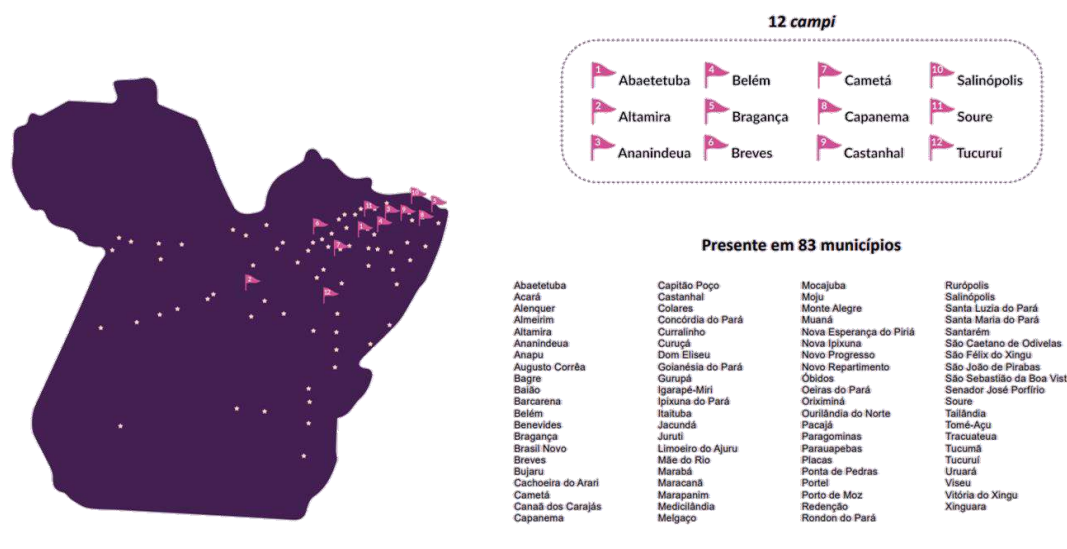
- Unidades Acadêmicas Regionais: estruturas “descentralizadas” localizadas em diferentes regiões do estado do Pará, com autonomia administrativa e acadêmica;
- Unidades Acadêmicas: responsáveis pela gestão, coordenação e execução de atividades de ensino, a pesquisa e a extensão, a partir de cursos regulares de graduação e/ou de pós-graduação que resultem na concessão de diplomas ou certificados acadêmicos;
- Unidades Acadêmicas Especiais: órgão de ensino, que também realiza atividades de pesquisa e extensão, e cuja natureza é a de experimentação, estágio e complemento da formação profissional em interação com as unidades acadêmicas pertinentes;
- Subunidades Acadêmicas: parte integrante das estruturas das Unidades Acadêmicas ou das Unidades Acadêmicas Regionais da UFPA, responsáveis por abrigar e gerenciar os cursos de graduação, os cursos de pós-graduação e os cursos técnicos de nível médio, bem como pela administração dos laboratórios de pesquisa e outros espaços físicos essenciais.

As Unidades Acadêmicas possuem órgãos executivos e órgãos colegiados, conforme definido no Regimento Geral, e ofertam formação em diferentes níveis e modalidades:

- Graduação: presencial, semipresencial e EaD (via UAB), além de cursos regulares e especiais, como PARFOR e PRONERA, dentre outros;
- Pós-Graduação: *stricto sensu* (mestrado e doutorado, acadêmico e profissional) e *lato sensu* (especializações e residências);
- Educação Básica e Educação Profissional Técnica de Nível Médio: ofertada pela Escola de Aplicação e pelas escolas de Música e de Teatro e Dança.

A abrangência territorial e geográfica da UFPA cobre grande parte do estado do Pará por meio de seus campi e polos presenciais e polos EaD, alcançando desde a região metropolitana de Belém até municípios ribeirinhos e interioranos. Conforme registrado no SIORG e detalhado pela PROPLAN, a estrutura multicampi possui 12 Unidades Acadêmicas Regionais, a saber, Cidade Universitária José da Silveira Neto, em Belém, e Campus Universitário de Abaetetuba, de Altamira, de Ananindeua, de Bragança, de Breves, de Cametá, de Capanema, de Castanhal, de Salinópolis, de Soure e de Tucuruí. Essa rede garante a interiorização do ensino superior e a presença da universidade em mais de 80 municípios paraenses, via polos e parcerias institucionais. O Mapa a seguir descreve a abrangência da UFPA no estado.

Figura 1 – Presença da UFPA no Pará



Fonte: UFPA, 2025.

A UFPA atua como referência em educação básica, ensino superior e pesquisa para a Amazônia Oriental, com impacto também em estados vizinhos e cooperação nacional e internacional em temas amazônicos.

Para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas a UFPA dispõe de infraestrutura física e tecnológica que garante a promoção de excelência acadêmica e científica na Amazônia. Desde instalações modernas, laboratórios de ponta e parques tecnológicos até conectividade avançada e segurança da informação, a universidade se posiciona como protagonista em ensino, pesquisa, extensão e inovação. Essa infraestrutura física e tecnológica alinha-se à diversificação dos cenários de aprendizagem, à formação docente, à adoção de metodologias inovadoras e à garantia de acessibilidade arquitetônica que favorece a inclusão social, viabilizando o cumprimento efetivo dos princípios do PPI. Portanto, a expansão da oferta de cursos na instituição

deve-se dar com a garantia de infraestrutura física e tecnológica, considerando-se a disponibilidade de espaços de ensino adequados, inovadores, acessíveis e tecnologicamente equipados.

A UFPA possui também laboratórios de ensino e pesquisa em todas as grandes áreas; bibliotecas integradas ao Sistema de Bibliotecas (SIBI/UFPA); hospitais universitários vinculados à Rede Ebserh; museus, teatros e centros de eventos; plataformas digitais, tais como Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), AVA/Moodle para EaD, ambientes de videoconferência e repositórios digitais.

A UFPA reafirma sua posição como a maior universidade da Amazônia em número de alunos, com ampla abrangência e forte impacto social. Em 2024, matriculou 39.591 estudantes em 157 cursos de graduação, com uma taxa de sucesso acadêmico de 79,12%. Na pós-graduação, atendia 10.251 discentes em 167 programas *stricto sensu* (106 mestrados e 61 doutorados) e 59 cursos *lato sensu*. Em projetos de extensão, obteve expressivo alcance de 631 programas e os projetos beneficiaram 431.436 pessoas em todo o estado do Pará. Na Educação Básica, a Escola de Aplicação da UFPA (EAUFGPA) atende aproximadamente 1.300 alunos por ano, distribuídos entre Educação Infantil (a partir dos 4 anos), Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Desde sua fundação, em 1963, mais de 70.000 estudantes já passaram pela Escola, o que reforça sua importância histórica e pedagógica para a formação inicial de várias gerações. A unidade funciona como campo de estágio para licenciandos, além de ser um espaço de inovação pedagógica integrado à universidade. Em relação à educação profissional técnica de nível médio, as escolas de Música e de Teatro e Dança atuam desde a década de 1960 na formação de profissionais que desenvolvem suas atividades na música e nas artes cênicas, contando atualmente com mais de 600 alunos em formação apenas nos cursos técnicos. Atividades formativas viabilizadas através de ações extensionistas na perspectiva da Formação Inicial e Continuada (FIC) para o exercício profissional ampliam consideravelmente o impacto das atividades formativas das escolas técnicas de artes, alcançando um número superior a 20.000 pessoas atendidas. Diversos egressos das escolas técnicas da UFPA tornaram-se profissionais com atuação regional, nacional e internacional reconhecida.

Os hospitais universitários João de Barros Barreto (HUJBB) e Bettina Ferro de Souza (HUBFS) prestam atendimento médico gratuito de alta complexidade, por meio de inúmeros procedimentos realizados por ano e infraestrutura em constante expansão. Essas Unidades Acadêmicas Especiais promovem a integração entre a educação e a saúde, ampliando o impacto social e potencial formativo da UFPA em toda a Amazônia.

Quadro 1 - Panorama Consolidado

Área de Atuação	Indicador Atualizado
Educação Básica (EAUFPA)	~1.300 alunos/ano; > 70.000 atendidos desde 1963
Formação profissional técnica de nível médio (EMUFGA e ETDUFPA)	~600 alunos/ano; > 20.000 atendidos desde a década de 1960
Graduação	~39.600 alunos em 157 cursos
Pós-Graduação	~10.250 alunos (stricto e lato sensu)
Total Estudantes (todos níveis)	>50.000 alunos
Extensão	631 projetos beneficiaram ~431.436 pessoas
HUJBB (hospital)	228 leitos, 227.712 consultas, 20.319 internações, 7.425 cirurgias, 561.707.0M exames, 289.049 outros procedimentos;
HUBFS (hospital)	23 leitos, 74.007 consultas, 789 internações, 2.104 cirurgias, 46.216 exames, 44.178 outros procedimentos;
Ações de Inclusão Social	Educação básica, oferta médica especializada e extensão compõem impacto social abrangente

Fonte: UFPA, 2025.

A gestão acadêmica dos cursos oferecidos pela UFPA nos diversos níveis e modalidades obedece à estrutura organizacional instituída pelo Regimento Geral da instituição e pelos Regimentos Internos das Unidades e Subunidades, considerando as suas particularidades e assegurando a efetividade na execução das atividades administrativas e acadêmicas de acordo com a estrutura organizacional desenhada em:

1. instância superior, cujos órgãos colegiados deliberativos aprovam normas, diretrizes e regulamentos que orientam as atividades acadêmicas e administrativas;
2. instância intermediária, cujos órgãos colegiados deliberativos decidem acerca das questões específicas das Unidades Acadêmicas, das Unidades Acadêmicas Regionais e das Unidades Acadêmicas Especiais;
3. primeira instância, cujos órgãos colegiados deliberativos são responsáveis pela tomada de decisões sobre questões específicas dos cursos de graduação, de pós-graduação e de cursos técnicos de nível médio,

A gestão acadêmica dos cursos oferecidos pela UFPA é conduzida por meio de diferentes atribuições sob responsabilidade de cada uma dessas instâncias. Os órgãos executivos relacionados a cada uma das instâncias da estrutura organizacional - Pró-Reitorias, Diretorias de Institutos, Coordenadorias de *Campi* Universitários, Diretorias das Escolas e de Diretorias de Subunidades Acadêmicas - assumem a responsabilidade de operacionalizar as decisões e os encaminhamentos aprovados nos órgãos colegiados deliberativos a eles correspondentes e executam, portanto, as ações mais diretas ligadas à gestão acadêmica na oferta dos cursos nos níveis do ensino básico e do ensino superior.

Para a efetiva realização da gestão acadêmica, as Unidades Acadêmicas contam com uma estrutura administrativa, na qual servidores docentes e técnico-administrativos conduzem fluxos processuais relativos à proposição, avaliação contínua e revisão de projetos pedagógicos de acordo com a legislação vigente, à oferta da matriz curricular dos cursos vinculada aos planos individuais de trabalho dos docentes e ao desafio da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, à matrícula de discentes, ao acompanhamento do percurso acadêmico e à integralização curricular de discentes, à concessão de certificados e de diplomas, bem como fluxos processuais relativos à avaliação externa e à autoavaliação dos cursos. No que concerne à Educação Básica e Profissional, a gestão é organizada internamente a partir dos órgãos colegiados pertinentes, especialmente os Conselhos Escolares. Em relação à pesquisa e à extensão, indissociáveis do ensino, as atividades são desenvolvidas conforme as diretrizes, programas e políticas da UFPA, adaptadas aos seus objetos e às realidades do nível e modalidade de ensino. As escolas de Aplicação e de Música apresentam coordenadorias específicas de pesquisa e extensão.

É em razão dessa complexidade que, da perspectiva dos processos internos, é fundamental o aprimoramento dos processos de gestão acadêmica que assegurem a aplicação de princípios, diretrizes e normas institucionais estabelecidos para alcançar a excelência dos processos formativos na Universidade Federal do Pará. Isso implica a formação permanente de servidores que assumem a gestão nas coordenações de curso em interstícios regulares estabelecidos regimentalmente, bem como a garantia de uma estrutura funcional administrativa permanente nas Unidades Acadêmicas que assegure o devido suporte na rotatividade desses servidores nos cargos de coordenação relacionados à gestão acadêmica dos cursos.

A oferta dos cursos de educação básica na UFPA, através da Escola de Aplicação, é baseada na própria estrutura da Educação Básica nacional, envolvendo toda a estrutura prevista na legislação, qual seja, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os cursos técnicos de nível médio, por sua vez, têm a sua oferta regulada pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, atualmente em sua quarta edição, publicado pelo Ministério da Educação, que determina as nomenclaturas, perfil de egresso, carga-horária mínima e outros parâmetros de todos os cursos técnicos ofertados no Brasil. Em termos operacionais, a oferta se realiza, atualmente, a partir da iniciativa das próprias unidades, no caso da EAUFGPA e da EMUFGPA, ou subunidade, no caso da ETDUFGPA. O ingresso de estudantes ocorre a partir de processos seletivos realizados através de sorteio, no caso da Escola de Aplicação, e de provas de habilidades, no caso das escolas técnicas, com o apoio do CEPS e do CIAC. Todos os processos acadêmicos das escolas, após o ingresso dos estudantes, ocorrem de forma autônoma, desde a habilitação à primeira matrícula até a emissão dos diplomas ou certificados de conclusão.

Os processos de oferta dos cursos de educação superior e das atividades de ensino, pesquisa e extensão a eles vinculadas se realiza pela atuação conjunta entre as Unidades Acadêmicas, o Centro de Registros e Indicadores Acadêmicos (CIAC), órgão suplementar da estrutura organizacional da UFPA, e as Pró-Reitorias - PROEG, PROPESP, PROEX. Para a oferta dos cursos de Graduação, a esses órgãos executivos também se articulam os Núcleos Docentes Estruturantes, normatizados pela Resolução nº 01/2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e pela Resolução nº 4.908, de 21 de março de 2017, do CONSEPE-UFPA, cujas atribuições acadêmicas são de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização dos projetos pedagógicos dos cursos. Essa oferta é regida pelas normas estabelecidas pelo Regulamento da Graduação (Resolução nº 4.399/2013 – CONSEPE), pelo Regime Acadêmico Diferenciado para Inclusão e Permanência de Estudantes de Graduação (Resolução nº 5.799/2024 - CONSEPE) e pelo Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFPA (Resolução nº 3.870/2009 - CONSEPE).

Os processos de avaliação externa e de autoavaliação são conduzidos com a participação da PROPLAN, da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Pará e da PROEG, para a oferta dos cursos no ensino básico e nos cursos de graduação, e da PROPESP, para a oferta dos cursos de pós-graduação.

A CPA é uma comissão permanente na estrutura organizacional da UFPA que efetiva a prática da autoavaliação como ação norteadora para tomada de decisões nas Unidades Acadêmicas, em consonância com as normas estabelecidas pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O SINAES é composto da Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e da Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), esta realizada de duas formas: autoavaliação e avaliação externa. Quanto à oferta dos cursos de pós-graduação, os processos de autoavaliação tomam como referência os sistemas externos de avaliação já consolidados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), complementando-os com indicadores, quando necessário.

A PROPLAN e a CPA estabeleceram requisitos necessários para os processos de autoavaliação, que incluem (i) o compromisso explícito dos dirigentes; (ii) o envolvimento direto e coletivo da comunidade acadêmica; (iii) a geração de informações válidas e confiáveis; (iv) a participação de membros da comunidade externa; (v) o uso efetivo dos resultados.

Os programas “Minha opinião”, ferramenta para a avaliação das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e infraestrutura, e “Avalia”, ferramenta para a avaliação do desempenho

na oferta das atividades de ensino na graduação a cada período letivo, são parte dos esforços de autoavaliação que objetivam:

- a) analisar a eficiência, a eficácia e a relevância científica e social dos programas e projetos da Universidade Federal do Pará;
 - b) contribuir para a construção de uma cultura de avaliação que possibilite permanente atitude de tomada de consciência sobre a missão e as finalidades acadêmica e social da Universidade Federal do Pará;
 - c) estimular a implantação do processo permanente de uma política de avaliação institucional na UFPA;
 - d) fornecer subsídios para a tomada de decisões que favoreçam o desenvolvimento institucional;
- propor ações que visem melhorar o desempenho, maximizar os recursos e aumentar o grau de satisfação da comunidade acadêmica e da sociedade (UFPA, s/d).

Outras iniciativas fazem parte desse esforço de avaliação interna e acompanhamento da oferta dos cursos da educação básica e da educação superior, parte importante das ações de gestão acadêmica. Destacam-se os programas desenvolvidos pela PROEG, como o Plano Anual de Monitoramento dos Cursos de Graduação e o Programa de Acompanhamento da Graduação. O Plano Anual de Monitoramento dos Cursos de Graduação surgiu como uma iniciativa estratégica para estimular uma reação dos cursos da instituição, diante dos impactos causados durante a pandemia da COVID -19. Com base nos primeiros resultados, tornou-se evidente a necessidade de uma iniciativa estratégica consolidada de autoavaliação relativa ao acompanhamento permanente dos indicadores institucionais. O Programa de Acompanhamento da Graduação desdobra-se com base nos resultados do monitoramento anual dos indicadores institucionais, garantindo o suporte de consultores externos, para orientar uma autoavaliação mais verticalizada nas ações administrativas e pedagógicas que estejam se mostrando como obstáculos para o alcance de indicadores institucionais satisfatórios.

Os processos de autoavaliação estão articulados aos processos de avaliação externa a que estão submetidos os cursos de Graduação, como o Enade e a Avaliação de Cursos, para os quais dão suporte os órgãos executivos de todas as instâncias da estrutura organizacional da UFPA. Os resultados dos processos de autoavaliação subsidiam a tomada de decisões estratégicas que se refletem nos resultados alcançados em avaliações externas, legitimando a eficácia, eficiência e relevância social da instituição.

O panorama aqui apresentado aponta para a complexidade dos processos de gestão acadêmica na instituição, o que requer uma estrutura organizacional e funcional capaz de dar suporte à diversidade de ações acadêmicas e administrativas exigidas para a condução eficiente dos cursos nos níveis de ensino básico e ensino superior. Por isso é necessário investir como um objetivo estratégico institucional relacionado a seus processos internos o permanente

aprimoramento da gestão acadêmica, por meio de ações táticas que fortaleçam a estrutura organizacional e funcional requerida, como o fortalecimento das estruturas administrativas necessárias à gestão acadêmica de qualidade, a formação permanente sobre a gestão acadêmica e a legislação educacional, a proposição de instrumentos eficientes para a produção de dados sobre os processos de ensino e aprendizagem, que visem à distribuição mais eficiente das responsabilidades relativas à gestão acadêmica e a maior integração entre os diferentes órgãos deliberativos e executivos que atuam para o alcance dos princípios da boa administração pública.



1.5 POLÍTICA DE ENSINO

1.5. POLÍTICA DE ENSINO

A UFPA estrutura suas políticas de ensino a partir de um compromisso institucional com a qualidade, a inclusão e a articulação com o contexto amazônico, buscando conciliar excelência acadêmica com responsabilidade social. Em seu arcabouço institucional, destaca-se como instrumento de planejamento e gestão dessas políticas o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que orienta as ações institucionais para um horizonte de médio e longo prazo, integrando dimensões como sustentabilidade, equidade e participação comunitária.

Ao reafirmar o PPI como instrumento político, filosófico e teórico-metodológico, a UFPA assume que suas políticas de ensino transcendem a simples transmissão de conteúdos, o “aulismo”, e espaços-tempos enquadrados nos muros da universidade. Trata-se de políticas de ensino compreendidas como bem público e direito social inalienável, voltadas à formação integral de profissionais e cidadãos críticos, éticos e socialmente responsáveis. Essa perspectiva de formação busca integrar qualidade científica, técnica, humanística e social ao processo de ensino e aprendizagem, em permanente diálogo com os avanços do conhecimento, as demandas do desenvolvimento sustentável e as transformações da sociedade contemporânea.

As políticas de ensino da UFPA fundamentam-se na visão, missão e valores da instituição e expressam a singular identidade multicampi de uma universidade enraizada no coração da Amazônia. Essa localização estratégica, em uma região de notável diversidade social, cultural, biológica, étnica e geográfica, marcada por ecossistemas únicos e por múltiplas formas de organização comunitária, impõe à UFPA o compromisso de articular o ensino às realidades locais, regionais e globais, reconhecendo as potencialidades e os desafios da Amazônia em diálogo com o Brasil e o mundo.

Em suma, as políticas de ensino da UFPA formam um arcabouço que privilegia a interdependência entre qualidade, inclusão, equidade e regionalidade. Se alicerçam em instrumentos institucionais e estruturais que visam garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a formação integral dos estudantes, articulando propostas pedagógicas inovadoras com as realidades socioculturais da Amazônia. Essas políticas de ensino passam a ser tratadas nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

1.5.1. Ensino Básico e Ensino Técnico e Profissional

A UFPA atua na Educação Básica, ofertando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na perspectiva da formação de pessoas para o exercício da cidadania, a continuidade de estudos e a atividade profissional. A

oferta da Educação Básica na UFPA ocorre nas escolas de Aplicação (EAUFPA), de Música (EMUFPA) e de Teatro e Dança (ETDUFPA).

A EAUFPA, criada como Escola Primária da UFPA em 1963, oferece a formação regular completa na Educação Básica e apresenta como objetivos principais: 1) ser campo de estágio para as licenciaturas; 2) desenvolver pesquisas para o aprimoramento e inovação na Educação Básica; 3) atender a demandas da comunidade por meio da extensão.

A EMUFPA e a ETDUFPA são escolas técnicas vinculadas à UFPA que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criadas em 1963 como serviços de atividades artísticas para a comunidade universitária, possuindo a função principal de ofertar a formação profissional em artes por meio da educação profissional de nível médio.

As atividades das escolas são regulamentadas por referenciais legais e normativos gerais e específicos, desde a LDB até resoluções do Conselho Nacional de Educação, com destaque para as relacionadas à Educação Básica, à Educação Profissional de Nível Médio e à Rede Federal e pelas normas internas da UFPA.

Quanto ao financiamento das suas atividades específicas, as escolas possuem orçamentos próprios nos Planos de Gestão Orçamentária (PGO) da UFPA em ações específicas, oriundos das matrizes orçamentárias Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAp) e Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF), cujas finalidades e valores consideram a natureza das suas atuações, as políticas e programas nacionais para a Educação Básica e para a Educação Profissional de Nível Médio e seus índices acadêmicos.

As escolas adotam como valores a excelência acadêmica, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o reconhecimento, respeito e defesa da diversidade dos modos humanos de ser, pensar e sentir nas suas relações sociais e com o meio ambiente, o respeito às especificidades culturais e arranjos produtivos locais e o desenvolvimento e a inovação de métodos e práticas de ensino que sejam socialmente referenciados, em oferta pública e gratuita.

Apesar do processo de ampliação da visibilidade e da inserção das escolas nas discussões e deliberações na UFPA, inclusive com a criação da Assessoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (AEBTT) vinculada à Reitoria, com transformação da EMUFPA em Unidade Acadêmica Especial e com a própria participação ativa na elaboração do presente documento, ainda há caminhos a percorrer para a integração plena das escolas.

Parte das diretrizes de ensino para a Educação Básica e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio são emanadas dos marcos legais que as regem, outra parte resulta da própria inserção na realidade regional e universitária, alinhando-se a orientações aplicadas por

analogia ou pela percepção de que são adequadas ao desenvolvimento das atividades e inscrevem-se nos itens sob tutela da autonomia institucional.

Figura 2 – A base do protagonismo cidadão



Fonte: Elaboração própria.

A perspectiva metodológica para a Educação Básica e Técnica de Nível Médio é a de pedagogias que considerem o protagonismo discente e integrem de forma indissociável subsídios teóricos e aplicação prática, conhecimentos instrumentais e de reflexão crítica, que aborde o global e as especificidades regionais e que considere as particularidades individuais, com a finalidade de promover a formação de pessoas para o exercício pleno da cidadania e para a atuação profissional crítica e capaz de realizar análises e propor soluções para problemas técnicos e/ou sociais.

Nesse contexto, a avaliação do ensino e aprendizagem não pode ser considerada como mecanismo de hierarquização discente a partir da quantificação de conteúdos “aprendidos”, mas como a verificação da efetivação das propostas pedagógicas. É o processo através do qual identificam-se potenciais e limitações na execução do planejamento e buscam-se alterações para garantir a sua efetividade. A avaliação é inicial, para que seja possível estabelecer com clareza o ponto de partida para o processo, é contínua, garantindo que exista a possibilidade de aperfeiçoamento do processo antes de sua conclusão, e é final, garantindo que os objetivos propostos sejam atingidos.

Por isso é imprescindível que a avaliação seja individualizada, considerando as particularidades de cada estudante, não produtivista, no sentido do estabelecimento puro e simples de elementos quantitativos para determinação do sucesso escolar, e conceitual, considerando os progressos individuais e de contexto, e não apenas numéricas, com o estabelecimento exclusivo de metas rígidas a alcançar em termos de conteúdos, de notas ou outros itens equivalentes.

Se os educandos devem ser considerados na sua individualidade, a flexibilização curricular torna-se elemento essencial para o planejamento e desenvolvimento de atividades para a Educação Básica, com a integração de projetos variados que tratam de temas transversais, de partes diversificadas do currículo e compõem a matriz formativa dos estudantes, especialmente no Ensino Médio, cuja formação considera também itinerários formativos diversos.

No âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que inclusive incorpora como atribuição a certificação de saberes tradicionais ou desenvolvidos no exercício profissional, são imprescindíveis tanto a perspectiva de curricularização da extensão, integrando a visão prática na aplicação de conhecimentos em relação direta com os arranjos produtivos locais, quanto o desenvolvimento de atividades complementares e extracurriculares.

A articulação entre os níveis e as modalidades de ensino também orienta o planejamento e as atividades da Educação Básica e Técnica de Nível Médio, nas perspectivas da qualificação profissional em artes de estudantes das Licenciaturas, da Formação Inicial de estudantes do Ensino Médio da EAUFGPA, da disponibilização de campos de estágio e de realização de pesquisa e extensão e da oferta formativa na Educação à Distância.

A mobilidade acadêmica em cursos técnicos é prevista no Regulamento de Cursos Técnicos da UFPA, e aponta para a possibilidade de garantir que pessoas interessadas na formação profissional de nível médio oferecida pela UFPA possam pleitear vagas através de processos especiais.

Para que as diretrizes consideradas até aqui sejam plenamente seguidas, é imprescindível a proposição e implementação de política formativa específica para docentes da Educação Básica e Profissional de Nível Médio. Questões relativas à inclusão de Pessoas com Deficiência no cotidiano escolar, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, e à qualificação pedagógica de docentes para cursos técnicos são pontos cruciais, sem prejuízo de outros tópicos.

Também é absolutamente necessário, para garantir ao mesmo tempo a inserção nas condições e circunstâncias contemporâneas de existência e o respeito aos saberes tradicionais, que os processos incorporem o uso de recursos tecnológicos diversos, envolvendo a implantação de processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologias digitais, a incorporação do uso ético de Inteligência Artificial e o conhecimento de métodos e técnicas ancestrais e artesanais no desenvolvimento de tecnologias sociais.

1.5.2. Ensino de Graduação (Licenciatura, Bacharelado e Tecnológico)

A Política de Ensino da Universidade Federal do Pará (UFPA) adota como fundamentos éticos, políticos e estéticos um conjunto de princípios pedagógicos que orientam e conduzem as

propostas educativas (pensar-agir) dos Cursos de Graduação da UFPA (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnólogos presenciais e EAD) visando ao fortalecimento e a excelência acadêmica e pedagógica:

1. Educação pública, democrática, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada, pautada em processos inclusivos e equânimes que assegurem acesso, permanência e êxito dos estudantes;
2. Educação como processo permanente de formação e transformação humana e social, integrada ao desenvolvimento regional e nacional, contribuindo para sociedades mais justas e resilientes;
3. Compromisso com justiça social, radicalidade democrática e direitos humanos, aliada à ética, à responsabilidade ambiental e à sustentabilidade socioambiental, fortalecendo o respeito à vida em todas as suas formas;
4. Universidade como espaço-tempo de construção de conhecimento e inovação, destinada ao desenvolvimento da ciência, tecnologia, inovação e da autonomia dos sujeitos, ampliando a capacidade crítica e criativa da sociedade;
5. Formação profissional integral e integradora, voltada ao desenvolvimento das dimensões intelectual, científica, ética, emocional, social e cultural, indispensáveis ao mundo do trabalho e à vida em sociedade;
6. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão baseada na flexibilidade curricular, interdisciplinaridade e transversalidade, na relação entre teoria e prática e na valorização da diversidade sociocultural e dos saberes amazônicos;
7. Reconhecimento e valorização das diferenças étnico-raciais, religiosas, culturais, de gênero e de sexualidade, promovendo equidade e combate a todas as formas de discriminação.

Figura 3 - Princípios do ensino de graduação



Fonte: Elaboração própria.

Esses princípios reafirmam o compromisso da universidade com o desenvolvimento sustentável regional, nacional e global e dialogam diretamente com a Agenda 2030 da ONU.

A Política de Ensino afirma-se como um projeto formativo integral, voltado ao desenvolvimento humano e social, à produção e difusão de saberes e inovações e à consolidação de uma universidade pública, inclusiva e transformadora, capaz de responder aos desafios e às potencialidades da Amazônia e do século XXI.

1.5.2.1. Política curricular

A política curricular para a Graduação da UFPA fundamenta-se na concepção de currículo como um campo de disputa, social e culturalmente produzido, que organiza conhecimentos e saberes responsáveis pela formação das identidades pessoais e profissionais dos sujeitos. Nesse sentido, deve assegurar a “justiça curricular”, entendida como a garantia da justiça social por meio de práticas educativas orientadas por princípios democráticos, materializados em processos de ensino-aprendizagem antissexistas, antirracistas, antimachistas, multiculturais e capazes de fomentar o pensamento ético, político e estético em múltiplos tempos e espaços do ensinar e do aprender. Assim, esta política curricular se compreende como um processo histórico, construído de forma coletiva pela comunidade acadêmica, que reconhece e valoriza a heterogeneidade de saberes e conhecimentos em diálogo com a diversidade das pessoas e dos territórios. Seu propósito é superar modelos epistemológicos excludentes, promovendo justiça cognitiva (inclusão de diferentes saberes e paradigmas, como os indígenas e tradicionais) e inclusão social. Nesse horizonte, a política curricular da UFPA pauta-se pela representatividade, diálogo, participação coletiva e convivência democrática na elaboração dos currículos, considerando-se as realidades amazônicas e os saberes e conhecimentos locais e globais.

Considerando a histórica vocação institucional da UFPA, sua política curricular fundamenta-se nos princípios pedagógicos explicitados a seguir que se articulam entre si e que fundamentam as diretrizes de ensino pautadas nas legislações em vigor: 1) Conhecimentos e saberes como produções sociais e históricas; 2) Interdisciplinaridade e transversalidade, 3) Flexibilidade curricular; 4) Flexibilização curricular; 5) Pluralismo teórico e epistemológico; 6) Diversificação dos contextos de ensinar e aprender e das estratégias metodológicas; 7) Incentivo à construção de práticas inovadoras de ensino; 8) Reconhecimento e valorização da diversidade, da diferença e da inclusão; 9) Valorização das dimensões artístico-culturais.

Figura 4 - princípios pedagógicos da política curricular



Fonte: Elaboração própria.

O princípio pedagógico que reconhece os conhecimentos e saberes como produções da ação humana, social e historicamente referenciado, considera as experiências humanas, as dinâmicas da sociedade e os saberes ancestrais. Essa perspectiva multidimensional do conhecimento contribui para superar fragmentações disciplinares, integrando o conhecimento prático ao teórico, o pessoal ao coletivo, reconhecendo a interdependência entre as esferas política, pedagógica e cultural, visando à construção de uma cultura crítica e a superação de desigualdades sociais para alcançar uma sociedade mais equitativa e valorizando o diálogo entre diferentes áreas e saberes, inclusive os populares e tradicionais.

O princípio pedagógico da Interdisciplinaridade e transversalidade orienta a política curricular para a superação da fragmentação do conhecimento, da rigidez disciplinar e da limitação do currículo a grades fixas. Nessa perspectiva, busca-se promover conexões entre diferentes áreas e campos do saber, favorecendo a construção coletiva e integrada dos processos de ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade possibilita o diálogo entre disciplinas, projetos e práticas, contribuindo para a formação integral dos estudantes, para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a proposição de soluções inovadoras às demandas sociais, culturais, científicas e ambientais, sobretudo no contexto amazônico em que a UFPA está inserida. A transversalidade, por sua vez, amplia essas conexões, favorecendo a circulação dos saberes e a articulação entre pensamento e vida, individual e coletivo. Esse movimento produz significações vinculadas a dimensões éticas, políticas, estéticas, filosóficas, pedagógicas, étnicas e culturais. Implica, portanto, uma nova postura diante dos conhecimentos, tanto em sua produção quanto em sua comunicação e aprendizado.

A flexibilidade curricular é o princípio pedagógico que orienta a política curricular a pensar e fazer o currículo a partir de outras possibilidades organizativas, construído como currículo-criação, currículo-movimento, currículo-memória, currículo-multiplicidade, currículo-singularidade e currículo-significação, configurando-se como um plano de pensamento voltado para estabelecer conexões e composições dos conhecimentos e saberes em sua perspectiva ética, política e estética. Também se traduz na capacidade de adaptação do currículo às diferentes demandas socioculturais e aos diversos estilos de aprendizagem dos estudantes, assim, os currículos ganham vida, sendo continuamente construídos e reconstruídos, de modo a afirmar a diferença em vez de negá-la.

A política curricular da UFPA assumiu, desde 2018, a flexibilização curricular, regulamentada pela Resolução nº 5.107, de 26 de outubro de 2018, como princípio pedagógico orientador da elaboração e organização dos currículos de graduação, assegurando autonomia dos estudantes, a diversificação dos percursos formativos e ampliando a qualificação científica, social, ética e cultural dos futuros profissionais. Esse princípio garante ao estudante a possibilidade de dedicar parte da carga horária total do curso, para aprofundar conhecimentos, exercitar sua autonomia e alinhar sua formação aos próprios interesses e metas profissionais. Mais do que uma estratégia administrativa, a flexibilização curricular representa um avanço fundamental na formação acadêmica, pois permite ao estudante construir percursos formativos autônomos, diversificados e socialmente relevantes. Ao ampliar as opções de disciplinas, atividades e experiências, a UFPA promove a interdisciplinaridade, estimula a inovação e fortalece a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Essa dinâmica rompe com a rigidez dos modelos tradicionais, valoriza a pluralidade de saberes e reconhece diferentes perspectivas, preparando o estudante para responder de forma crítica e criativa aos desafios contemporâneos.

O pluralismo teórico e epistemológico como princípio pedagógico é compreendido como fundamento democrático que garante na política curricular a valorização da livre manifestação do pensamento, da expressão intelectual e científica, bem como da diversidade de concepções científicas, filosóficas, culturais e pedagógicas que compõem o campo do conhecimento nos processos de ensinar e aprender. Assegura, ainda, aos estudantes uma formação crítica e plural, capaz de prepará-los para compreender diferentes perspectivas, dialogar com múltiplas epistemologias e desenvolver soluções inovadoras para os desafios da sociedade contemporânea.

A política curricular assume a diversificação dos contextos de ensinar e aprender e das estratégias metodológicas como princípio pedagógico que no cenário de transformações do mundo, da ciência, da tecnologia, das relações sociais, amplia a compreensão de que o processo de ensino e aprendizagem se constrói em diferentes espaços-tempos, bem como favorece a

diversificação de estratégias metodológicas, que envolvem atividades práticas, estágios, tutorias, monitorias, projetos de pesquisa, de ensino e de extensão. No mesmo sentido, a diversificação das metodologias privilegia abordagens criativas e inovadoras, que promovem a interculturalidade, a relação teoria e prática na movimentação do pensamento e a valorização das diversidades e das territorialidades da Amazônia.

A construção de práticas criativas e inovadoras de ensino impulsiona a política curricular da UFPA a romper com práticas tradicionais, como as adaptações curriculares e de práticas de ensino para os PcDs, como as educações territorializadas em comunidades indígenas e quilombolas, que valorizam as diferentes formas de conceber a pessoa humana, o tempo, o espaço, o cosmo. Isso inclui a integração de tecnologias, metodologias participativas, inovações científicas, tecnológicas, criações artísticas e culturais e a valorização das subjetividades, dos saberes, das experiências e das culturas dos estudantes.

Para consolidar uma política curricular no contexto de uma universidade multicampi, o princípio pedagógico de reconhecimento e valorização da diversidade, da diferença e da inclusão assume o compromisso com a construção de currículos culturalmente orientados, compromissados com a garantia do acesso, da permanência e do sucesso dos estudantes nos cursos de graduação, contemplando a diferença e a pluralidade de identidades, territorialidades, saberes, culturas e cosmologias. O reconhecimento e a valorização das diferenças étnico-raciais, culturais, regionais, de gênero, de sexualidade, de geração, de condição socioeconômica, bem como a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, devem constituir princípios centrais que orientem as ações e relações produzidas na universidade, sejam elas acadêmicas, pedagógicas, sociais, artísticas ou culturais.

Em uma Universidade multicampi, o princípio da valorização das dimensões artístico-culturais se compromete com uma política curricular que reconhece a multidimensionalidade dos conhecimentos e dos processos pedagógicos, ao articular saberes científicos, técnicos, éticos, sociais, culturais e artísticos. Nessa perspectiva, as expressões artístico-culturais promovem práticas pedagógicas que favorecem a criatividade, a sensibilidade estética e o pensamento crítico; que incentivam projetos de ensino, pesquisa e extensão; que ampliam o acesso e a participação cultural; que consolidam a universidade como espaço de produção, preservação e difusão de bens culturais, respeitando a diversidade regional, étnico-racial e de gênero; que articulam a formação acadêmica às dimensões de memória, patrimônio cultural e inovação criativa, fortalecendo a identidade institucional e o compromisso social da universidade.

Os princípios pedagógicos reafirmam a função formativa do currículo como espaço de construção crítica, inclusiva e integral, capaz de articular conhecimentos, valores e experiências que constituem cidadãos plenos e ativos.

Dessa forma, os projetos pedagógicos dos cursos devem assegurar aos egressos:

1. Formação teórico-profissional e técnica que implique

- consistente formação teórica e profissional para atuar no mundo do trabalho;
- competência técnica, política e social, assumindo o papel de agentes transformadores;
- capacidade investigativa, propositiva e criativa;
- elaboração, desenvolvimento e uso de novas tecnologias.

2. Formação ética, cidadã e emancipatória que implique

- respeito à ética, à diversidade, à democracia e aos direitos humanos;
- formação integral, crítica e transformadora;
- concepção do processo formativo como contínuo, permanente e inacabado.

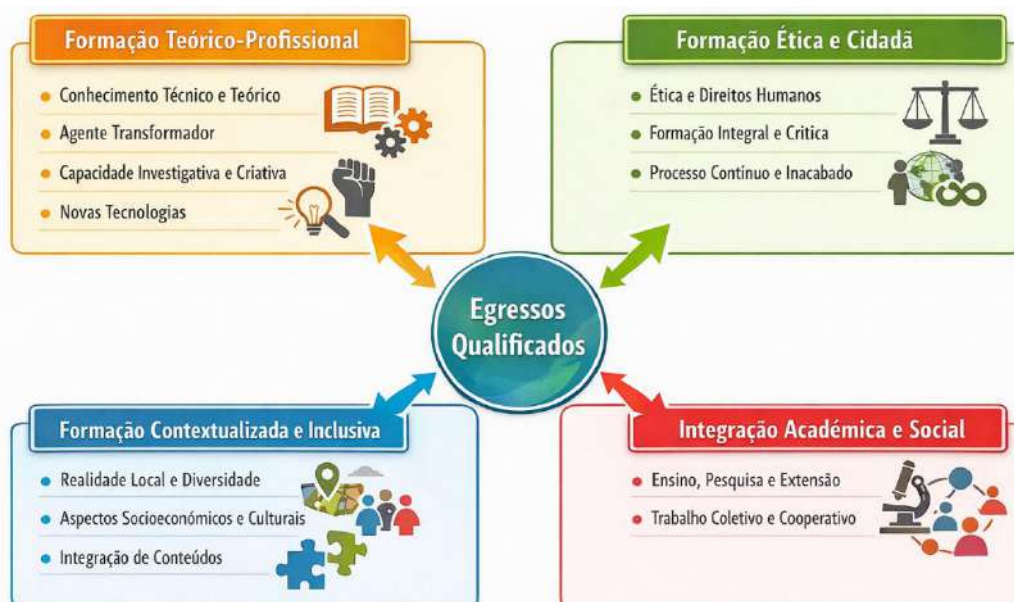
3. Formação contextualizada e inclusiva que implique

- compreensão e atuação na realidade local, visando sua transformação;
- respeito à diversidade em seus múltiplos aspectos;
- articulação dos conteúdos e das práticas de ensino com a realidade socioeconômica, cultural e ambiental.

4. Formação voltada à integração acadêmica e social que implique

- articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- competência para o trabalho coletivo e cooperativo.

Figura 5 – O que os projetos pedagógicos dos cursos devem assegurar aos egressos



Fonte: Elaboração própria

1.5.2.1.1. Diretrizes e aspectos fundamentais da Política Curricular da UFPA

A partir desses princípios orientadores, a política curricular da UFPA estabelece diretrizes institucionais que regulam a oferta de cursos, as formas de ingresso, a integralização curricular e as práticas avaliativas, assegurando alinhamento às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

1.5.2.1.1.1. Diretrizes para Oferta de Cursos

Sendo reconhecido como instrumento basilar da organização e do desenvolvimento do trabalho acadêmico, o Projeto Pedagógico constitui a identidade do curso, evidenciando suas escolhas pedagógicas, bem como os percursos formativos dos egressos. Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) são uma exigência para as Instituições de Educação Superior a partir da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs, estabelecidas por meio do Parecer CES/CNE n. 146/2002, e devem basear-se nas seguintes legislações: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); Dispositivos Legais e Normativos do Conselho Nacional de Educação (CNE); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU); Regulamento da Graduação da UFPA; Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior; Orientações dos Conselhos de Classe da Profissão, quando houver.

A construção dos PPCs privilegia o diálogo com a comunidade acadêmica, assegurando identidade formativa, coerência curricular e integração com pesquisa e extensão. Esse documento deve considerar as condições concretas de oferta dos cursos, estudos de demanda, relevância social, as peculiaridades da área de formação, as políticas institucionais, bem como os atos normativos que envolvem o Ensino Superior. Nesse processo, a Unidade Acadêmica participa ativamente por meio do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e das coordenações, de modo a garantir a conformidade com os marcos legais e normativos que regem a Educação Superior.

Como já explicitado, por seu caráter dinâmico, o PPC precisa, necessariamente, de atualização permanente, considerando inovações científicas, tecnológicas e pedagógicas, além de adequações legais. Sua avaliação ocorre de forma contínua, por meio de diagnósticos realizados com a comunidade acadêmica, observados os indicadores institucionais, as avaliações externas (MEC/ENADE) e os processos internos de autoavaliação.

1.5.2.1.1.2. Formas de Ingresso

A UFPA assegura o ingresso de estudantes por meio de processos seletivos que garantam isonomia e democratização. O processo seletivo utiliza o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de seleção. Complementarmente, a instituição desenvolve processos

seletivos diferenciados, voltados para atender grupos populacionais específicos, incluindo comunidades indígenas, quilombolas e migrantes, refugiados, exilados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas. O compromisso com a inclusão social materializa-se por meio das políticas de ações afirmativas, que abrangem o sistema de cotas étnico-raciais, reserva de vagas por critérios socioeconômicos e vagas destinadas a pessoas com deficiência, consolidando assim o caráter inclusivo e socialmente responsável da universidade. Adicionalmente, a UFPA oferece outras modalidades de acesso, via editais de mobilidade, que permitem transferências de outras Instituições de Ensino Superior, reopção de curso para estudantes já matriculados na própria universidade e ingresso de portadores de diploma de nível superior, todas regulamentadas por normas institucionais específicas que garantem transparência e legitimidade aos processos seletivos.

Figura 6 – Formas de ingresso na UFPA



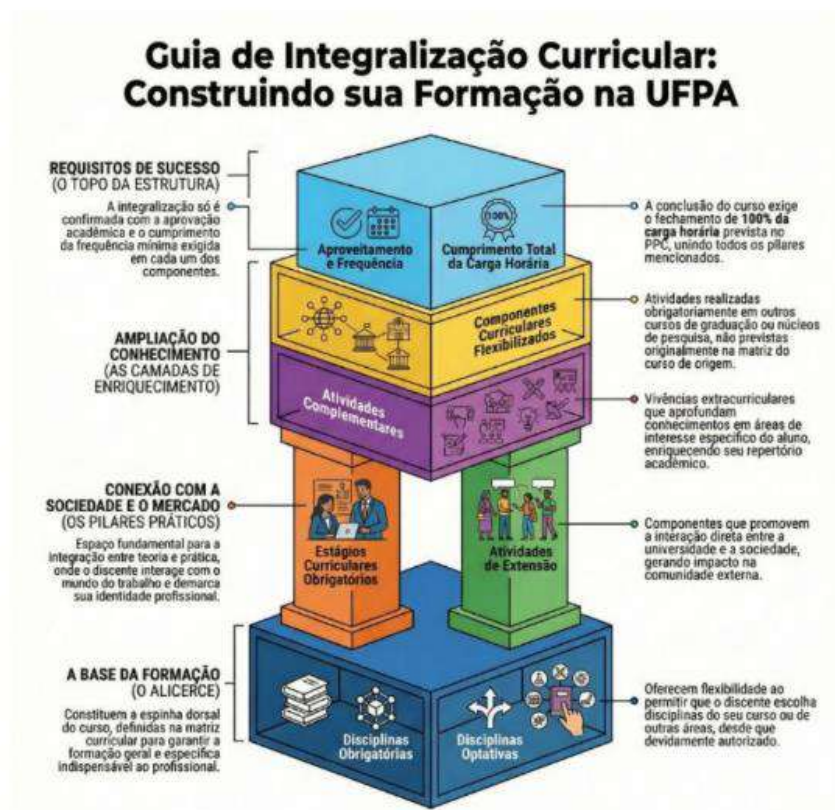
Fonte: Elaboração própria.

1.5.2.1.1.3. Integralização curricular

A integralização curricular consiste na conclusão de todos os componentes curriculares previstos no Projeto Pedagógico do Curso, incluindo aproveitamento e frequência em cada componente. Para integralização, o discente deve cumprir toda a carga horária exigida pelo curso, incluindo disciplinas, atividades complementares, estágios curriculares obrigatórios, atividades de extensão e, se for o caso, a carga horária dos componentes curriculares flexibilizados, assim discriminados:

- Disciplinas obrigatórias: compõem a base do curso, são definidas em matriz curricular e organizadas de modo a garantir a formação geral e específica do estudante;
- Disciplinas optativas: correspondem àquelas de livre escolha do discente oferecidas pelo curso de origem ou outro curso, com a devida autorização;
- Atividades complementares: são vivências extracurriculares, que enriquecem o currículo do aluno e aprofundam conhecimentos de acordo com sua área de interesse;
- Estágios curriculares obrigatórios: fundamentais para a inserção profissional e integração entre teoria e prática, permitindo a interação do discente com o mundo do trabalho, além de demarcar sua identidade profissional;
- Atividades de extensão: promovem a integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, possibilitando que a universidade desenvolva ações com impacto direto na comunidade externa à instituição;
- Componentes Curriculares Flexibilizados: aqueles não previstos na matriz curricular do curso de origem, de livre escolha do discente e realizados obrigatoriamente, em outro curso de graduação e em componentes curriculares ofertados por núcleos de pesquisa.

Figura 7 – Guia de integralização curricular



Fonte: Elaboração própria.

1.5.2.1.1.4. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior não pode ser desconectada das intenções educativas do planejamento e do desenvolvimento do currículo. Currículo e avaliação assumem suas funções transformadoras e democráticas visando à construção dos conhecimentos e saberes social e historicamente referenciados na formação integral dos estudantes, valorizando a diversidade e formando-os para a participação ativa e crítica no contexto amazônico e mundial.

As práticas avaliativas na UFPA assumem os princípios da qualidade social, da criticidade, da reflexão, da participação aliadas às condições de acesso e permanência dos estudantes e às suas condições objetivas e subjetivas, à dinâmica dos processos de ensinar e do aprender e aos aspectos sócio-histórico-político-pedagógicos que consolidam o ato educativo. As práticas avaliativas focam na produção de conhecimentos e saberes significativos articulados com as experiências dos estudantes, visando à continuidade do processo educativo e a transformação social.

- A UFPA adota práticas avaliativas que reconhecem a multidimensionalidade do processo formativo em sua perspectiva quanti-qualitativa, considerando a articulação dos diferentes tipos de avaliação e suas funções e a diversidade de instrumentos avaliativos possíveis:
- Avaliação diagnóstica: movimento inicial que analisa o processo de construção de conhecimentos e saberes para planejar processo de ensino e aprendizagem;
- Avaliação formativa: movimento avaliativo contínuo que acompanha o percurso do estudante, possibilitando a reorientação de estratégias pedagógicas e oferecendo feedback;
- Avaliação somativa: sistematiza os resultados ao final de etapas, disciplinas ou cursos, seguindo os dispositivos legais.

É no Plano de Ensino que a avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve ser cuidadosamente planejada, considerando as justificativas, objetivos, conteúdos, metodologias, avaliações e cronogramas bem definidos do módulo, disciplina, projeto, entre outros.

1.5.2.1.1.5. Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nos cursos de graduação da UFPA constitui uma estratégia central para a formação integral dos estudantes e para a integração da universidade com diferentes contextos regionais, nacionais e internacionais. Como instituição multicampi situada em uma região de grande diversidade sociocultural e geográfica, a UFPA compreende a mobilidade como uma oportunidade de ampliar experiências formativas, fortalecer a circulação de saberes e estimular a produção de conhecimento em diálogo com outras realidades. No âmbito interno, a mobilidade entre as Unidades Acadêmicas Regionais permite que estudantes tenham acesso a

estruturas acadêmicas diferenciadas, laboratórios específicos e projetos de ensino, pesquisa e extensão que refletem as particularidades de cada mesorregião do estado. Em nível nacional, a UFPA participa de programas que possibilitam o intercâmbio de estudantes entre universidades públicas brasileiras, promovendo a integração acadêmica e o compartilhamento de metodologias inovadoras de formação. Esses processos favorecem a construção de redes de cooperação e a vivência de diferentes contextos culturais e institucionais, contribuindo para o desenvolvimento de trajetórias acadêmicas mais plurais. No âmbito internacional, a universidade estabelece convênios com instituições de diversos países, viabilizando intercâmbios, estágios, pesquisas conjuntas e programas de dupla titulação. Essas ações estão integradas em uma política institucional de internacionalização conduzida pela PROINTER.

1.5.2.1.1.6. Estágios

Os estágios curriculares, obrigatórios e não obrigatórios, constituem-se como componente estratégico da política de ensino de graduação da UFPA, ao promoverem a articulação entre teoria e prática e a inserção qualificada dos estudantes em contextos profissionais. Enquanto espaços formativos, contribuem para o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e socioemocionais, em consonância com as demandas sociais e com as especificidades da realidade amazônica.

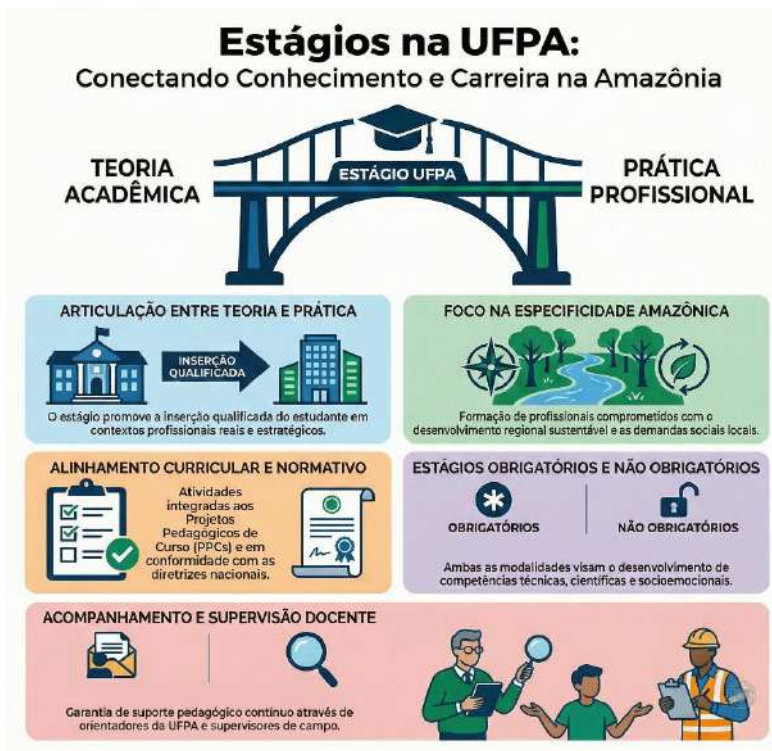
A política de estágio orienta-se pelos princípios da formação integral e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando sua integração aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e seu alinhamento às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Nessa perspectiva, os estágios são concebidos como dispositivos pedagógicos estruturantes, devendo ser planejados, acompanhados e avaliados de forma sistemática, com vistas à qualificação do processo formativo e à consolidação da identidade profissional dos discentes.

A organização e a execução das atividades de estágio observam a legislação nacional vigente e as normativas institucionais, com destaque para a Resolução nº 4.262/2012-CONSEPE e a Resolução nº 4.399/2013-CONSEPE, que estabelecem diretrizes para sua implementação, acompanhamento e avaliação, assegurando as condições para integralização curricular, bem como ampliação das possibilidades de inserção no mundo do trabalho, e a garantia dos direitos dos estudantes.

A UFPA promove a ampliação e a qualificação dos campos de estágio, por meio do fortalecimento de parcerias com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil, incluindo diferentes contextos de atuação na Amazônia. Essa diretriz contribui para a

diversificação das experiências formativas, para a aproximação com o mundo do trabalho e para a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável.

Figura 8 – Estágios na UFPA



Fonte: Elaboração própria.

Adicionalmente, a universidade assegura o acompanhamento pedagógico das atividades de estágio, com a participação de docentes orientadores e supervisores de campo, bem como a formalização e o monitoramento sistemático dessas atividades. Dessa forma, reafirma-se o papel dos estágios como eixo estruturante da formação de graduação, contribuindo para a qualidade acadêmica e para a inserção profissional dos egressos.

1.5.2.1.1.7. Integração da Graduação com a Educação Básica

A UFPA compreende a necessidade do fortalecimento da relação dos cursos de graduação com a Educação Básica por meio da troca de experiências pedagógicas e da formação de professores adequadas às demandas atuais da escola básica. A política de ensino de graduação prevê também atuação em favor da universalização e do aprimoramento da Educação Básica, formando e capacitando profissionais para a atuação neste nível de ensino e também realizando pesquisa e extensão que integrem os dois níveis de ensino. Para a consecução de tais princípios, a UFPA assume ser fundamental o direcionamento de suas atenções para a Educação Básica,

intensificando o diálogo com esta dimensão da educação brasileira, em especial com aquela ofertada nas redes públicas.

Nesse sentido, instituiu-se por meio da Resolução n. 5.186, de 13 de maio de 2019 do CONSEPE, o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (COMFOR-UFPA), uma das instâncias colegiadas da UFPA que contribuem com a Instituição no sentido de cumprir, de forma mais efetiva, o seu papel de protagonista na formação de professores para a Educação Básica paraense, reafirmando seu compromisso e responsabilidade social, atendendo aos desafios globais e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O COMFOR-UFPA se configura em instância promotora de reflexão coletiva e de análise qualificada sobre os temas considerados cruciais para o desenvolvimento da formação inicial e continuada no estado do Pará e tem por finalidade assegurar a indução, a articulação, a coordenação e a organização de programas e ações de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da Educação Básica, com a finalidade de atender às demandas da Rede Nacional de Formação (RENAFOR), instituída pela Portaria nº 1.328/2011, do Ministério da Educação (MEC).

Figura 9 – Integração da Graduação com a Educação Básica



Fonte: Elaboração própria.

A universidade se compromete com atualização dessa política de integração, garantindo a ativação e reativação desses espaços coletivos de partilha e produção, assegurando regularidade às ações de reflexão e debate por meio de fóruns e seminários específicos. Destacam-se, entre esses

espaços, o Fórum Institucional de Licenciaturas/Bacharelados, como instância permanente de diálogo e pactuação em torno das políticas formativas, e os Seminários Temáticos, voltados à reflexão crítica sobre fundamentos políticos, teóricos, metodológicos e humanísticos da docência. Além disso, a integração entre universidade e Educação Básica é fortalecida pela articulação de programas e projetos que aproximam a formação acadêmica das realidades escolares, a exemplo do PARFOR e do PIBID.

1.5.2.1.1.8. Educação a Distância na UFPA

A trajetória da Educação a Distância (EaD) na UFPA remonta à década de 1990, com a criação da Comissão de Implantação da EaD, em funcionamento até 1997. Em 2007, o Programa de Educação a Distância foi institucionalizado como Assessoria de Educação a Distância (AEDI), vinculada ao Gabinete do Reitor.

Ao longo de sua atuação, a AEDI consolidou-se não apenas como responsável pela EaD, mas também como espaço de proposição de soluções criativas e inovadoras para o ensino e a aprendizagem em contextos amazônicos. Essa experiência resultou, em 2017, na criação do Programa de Pós-Graduação em Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (PPGCIMES) e, em 2018, na transformação da AEDI no Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas ao Ensino e Extensão (NITAE²), unidade acadêmica da UFPA. Atualmente, o NITAE² abriga a Coordenação de Educação a Distância, responsável pela gestão do convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e pelos editais de fomento aos cursos de graduação EaD.

Desde o início, a UFPA assumiu papel pioneiro na EaD pública brasileira, sendo uma das primeiras universidades credenciadas pelo MEC (Parecer CES/CNE nº 670/98) para a oferta de cursos de graduação a distância, iniciada com o Programa Ensino da Matemática a Distância. Posteriormente, a UFPA participou dos editais Pró-Licenciatura I e II, destinados à formação inicial, na modalidade a distância, de professores em exercício no ensino fundamental e médio. Em 2006, com o Decreto nº 5.800, foi instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que se consolidou como principal modelo de EaD da UFPA até o presente (2025), sobretudo na graduação.

Em 2025, o NITAE², como unidade da UFPA, além de todas as questões relacionadas aos cursos de graduação e especialização vinculados à UAB, conta com o Programa de Pós Graduação em Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (PPGCIMES), em nível de mestrado profissional e doutorado profissional na área de Ensino, além do assessoramento relacionado ao Moodle para toda a Instituição, o que deve ser ampliado dada a nova legislação

relacionada aos cursos de Educação a Distância, a partir do Decreto nº 12.456/2025 do Ministério da Educação.

1.5.2.1.1.9. Infraestrutura Tecnológica e Apoio ao Estudante

Na UFPA, os cursos à distância são ofertados, majoritariamente, por meio do Moodle, sob a responsabilidade do NITAE², ambiente virtual de aprendizagem de código aberto que hospeda salas de aula *online*. Nelas, estudantes, professores e tutores interagem entre si e com os conteúdos educacionais. Também é o local onde se realizam as atividades e avaliações, se trocam informações e são acompanhados o progresso acadêmico dos estudantes de maneira estruturada, além de disponibilizar ferramentas de comunicação, como fóruns, *chats* e aulas remotas síncronas e assíncronas. Os conteúdos educacionais e os materiais de estudo são de formatos variados, tais como vídeos, textos e exercícios e são postados na plataforma com a ajuda de uma equipe multidisciplinar.

Os Polos de Apoio Presencial oferecem suporte acadêmico e administrativo aos estudantes, com laboratório para aulas práticas, equipamentos de informática e bibliotecas, com acompanhamento de tutores. O meio de comunicação síncrono mais utilizado é a webconferência via Google Meet ou RNP.

1.5.2.1.1.10. Oferta de Cursos e novas perspectivas

A UFPA desenvolve programas de graduação (licenciaturas e bacharelados) e de pós-graduação (especializações *lato sensu*). Os Institutos e Faculdades são responsáveis pelo projeto pedagógico e pela execução acadêmica.

A capilaridade da EaD da UFPA já contemplou diversos municípios do Pará, além dos estados do Amapá e Tocantins, conforme listado a seguir: Altamira; Ananindeua; Baião; Barcarena; Benevides; Bragança; Breves; Bujaru; Cachoeira do Arari; Cametá; Canaã dos Carajás; Capanema; Capitão Poço; Conceição do Araguaia; Dom Eliseu; Eldorado dos Carajás; Goianésia do Pará; Igarapé-Miri; Jacundá; Juruti; Marabá; Macapá (estado do Amapá); Moju; Muaná; Oriximiná; Pacajá; Palmas (estado do Tocantins); Paragominas; Parauapebas; Ponta de Pedras; Redenção; Salinópolis; Santarém; São Sebastião da Boa Vista; Tailândia; e Tucumã.

Em relação aos resultados quantitativos alçados, das ofertas realizadas entre 2007 e 2017, ingressaram 3652 discentes, em 7 cursos de graduação (Bacharelado em Administração Pública, Bacharelado em Biblioteconomia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Física, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Química), dos quais se

obteve 1574 concluintes. Há ainda turmas em andamentos cujo ingressos aconteceu em 2021 e 2024, totalizando 2074 ingressantes.

A perspectiva é de abertura de novos polos e/ou melhoria dos atuais, advindos de novos editais da UAB ou até mesmo da oferta de cursos à distância com recursos do próprio orçamento da instituição. O estado do Pará tem ainda diversas regiões com necessidade emergencial de formação continuada em ensino, extensão, especializações e mestrados.

1.5.2.1.1.11. Perspectivas e Regulação

O Decreto nº 12.456/2025, a Portaria MEC nº 378/2025 e a Portaria nº 506/2025 estabelecem um novo marco regulatório para a Educação a Distância (EaD) no Brasil, com foco na ampliação da presencialidade, particularmente nos cursos de graduação. O Decreto nº 12.456/2025 determina a obrigatoriedade da oferta de cursos em formato presencial, semipresencial e a distância. A Portaria MEC nº 378/2025 detalha os formatos permitidos de oferta (presencial, semipresencial e a distância) e define quais os cursos que devem ser ofertados exclusivamente de forma presencial. Já, a Portaria MEC nº 506/2025 regulamenta o Decreto 12.456/2025, aprofundando as regras sobre a formação e atribuições do corpo docente, mediadores pedagógicos e tutores, as atividades presenciais e avaliações, o material didático e as plataformas digitais, além da necessidade de que a criação de novos cursos e polos de apoio presencial sejam apontados no PDI da instituição.

Em relação às estimativas de ofertas, atualmente a UFPA possui cursos via Editais da UAB, que tem, em média, 1500 alunos de graduação a cada dois anos e 2250 alunos de especialização, também a cada dois anos. Se considerarmos essa média, a ampliação torna-se fator preponderante para que em dez anos possamos ter em torno de 7500 graduados e 11250 especialistas em diversas áreas, para além de cursos de extensão. Com isso, há necessidade de abertura de novos polos, principalmente na região do Marajó, que embora hoje englobe o maior quantitativo de alunos de EAD, ainda há uma grande demanda reprimida principalmente se for considerado que essa região possui um dos piores IDHs do estado do Pará. Com a mudança na legislação, a CAPES e o MEC devem elaborar novas diretrizes para ofertas pela UAB, além da necessidade de discussão dentro da própria UFPA da possibilidade de oferta de cursos à distância e semipresenciais, cujo financiamento esteja dentro do próprio orçamento da Instituição.

Nesse cenário, a UFPA reafirma seu compromisso em assegurar a qualidade socialmente referenciada da formação acadêmica oferecida, garantindo acesso, permanência e excelência na formação de seus estudantes.

1.5.3. Ensino de Pós-Graduação

A pesquisa e a pós-graduação são pilares estratégicos para o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural de qualquer região. Diante disto, a coordenação e gestão dessas atividades são responsabilidades da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) da Universidade Federal do Pará (UFPA), que atua como a unidade administrativa encarregada pela implementação, acompanhamento e monitoramento das políticas institucionais de ensino e pesquisa de sua Pós-Graduação. Desta forma, a PROPESP investe para garantir que as ações de pós-graduação estejam alinhadas com a missão e visão da universidade, para a promoção da excelência acadêmica. Assim, sendo, a UFPA, no seu compromisso com a excelência acadêmica e a formação de profissionais qualificados, estabelece diretrizes associadas às suas políticas de ensino em nível de pós-graduação em cursos *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). O objetivo da UFPA é oferecer nos seus cursos de Pós-Graduação um ambiente saudável, inclusivo, inovador e flexível, que promova o desenvolvimento de seus discentes e docentes, alinhado às demandas da sociedade associado às mais recentes tendências educacionais.

Apesar dos avanços que a Pós-Graduação da UFPA alcançou nos últimos anos, com destaque para a ampliação do número de Programas de Pós-Graduação na Instituição de 70 para 112 nos últimos 10 anos, existe ainda a necessidade de fortalecer a qualidade para manter e ampliar o alcance da excelência nos PPG. Para a concretização da excelência existem demandas que precisam ser superadas, incluindo importantes obstáculos internos, além dos desafios apresentados pela CAPES no que diz respeito às “Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação *stricto sensu* - ciclo avaliativo 2025-2028” e ao “Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2025-2029”. Neste contexto o desafio institucional está em fortalecer a qualidade do ensino de pós-graduação de forma gradual e contínua para a melhoria e manutenção das notas na avaliação dos programas de pós-graduação, atendendo às necessidades da sociedade quanto à formação de sujeitos sociais, trabalhadores altamente qualificados e à produção científica, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de promoção do crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente.

Vale ressaltar que tais políticas são atreladas ao Regimento da Pós-Graduação da UFPA, o qual foi aprovado em 14 de julho de 2005. Este documento orienta os mais diferentes processos acadêmicos, administrativos e avaliativos, o que assegura a coerência entre a missão da UFPA com a formação de seus discentes. Passadas quase duas décadas, o cenário da educação superior evoluiu de modo significativo, com novas diretrizes de avaliação, internacionalização, transformações digitais, entre outras, e assim, diante desse contexto, é imprescindível a atualização do Regimento incluindo essas mudanças. A construção deste documento deve ter estreito

alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional, com aderência às políticas nacionais de pós-graduação e de ciência e tecnologia.

Neste documento serão apresentadas as diretrizes curriculares das políticas institucionais de Ensino adotadas na Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPA e o plano de ação das estratégias pretendidas para o alcance dos objetivos no período de 2025-2035. A política de ensino da pós-graduação é uma das diretrizes estratégicas fundamentais já que molda a qualidade, a relevância e o impacto dos programas *stricto sensu* na avaliação da UFPA. Tais políticas contribuem e descrevem o compromisso da UFPA com o bom desempenho acadêmico, a inovação pedagógica e a formação integral dos discentes de seus cursos de Pós-Graduação. Nelas são estabelecidas toda a trajetória acadêmica do discente, desde a seleção, ingresso, estrutura curricular, metodologias de ensino, e acompanhamento de discentes visando a garantia de sua permanência e sucesso na finalização do curso. A seguir são apresentadas as principais/atuais diretrizes da política de ensino de pós-graduação da UFPA.

1.5.3.1. Política de Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu

1.5.3.1.1. Ensino da Pós-graduação, Pesquisa e Extensão

A política de pós-graduação da UFPA promoverá a integração entre ensino, pesquisa e extensão, o tripé fundamental para a formação de profissionais e pesquisadores. O conhecimento será produzido em um ecossistema acadêmico interconectado. Assim, a pós-graduação atuará intrinsecamente conectada à graduação e à pesquisa, assim como a extensão, estabelecendo um elo do aprendizado contínuo e aprofundado.

Essa integração transcende os limites da universidade. Um dos fundamentos dessa política será o aprimoramento da interação entre a pós-graduação e outros níveis de ensino, especialmente a graduação e a educação básica. Ou seja, esta importante diretriz é considerada um processo coeso, no qual o saber e a vivência dos programas de pós-graduação podem aprimorar e inovar as práticas pedagógicas em todos os níveis. Esta colaboração será estabelecida de maneira cíclica, no qual a pesquisa inspira a educação, e os desafios em sala de aula fomentam novas investigações.

As atividades de pesquisa deverão ser elaboradas para promover a participação ativa de alunos de todas as etapas educacionais. Desde a iniciação científica, na graduação, até os projetos de mestrado e doutorado na pós-graduação, almejando-se promover uma cultura de colaboração e coautoria. O objetivo é que os alunos se integrem em um processo abrangente de construção do conhecimento, e assim, aprimorando habilidades de investigação, pensamento crítico e resolução de problemas.

Finalmente, as diretrizes desta política promoverão uma maior interação entre as diversas modalidades de pós-graduação e a pesquisa. Essa combinação será essencial para a transferência de conhecimento e a aplicação prática dos resultados das pesquisas obtidas na UFPA. Estas inovações e descobertas oriundas de dentro dos laboratórios e grupos de pesquisa precisam ser acessíveis e benéficas para a sociedade, o que consequentemente promoverá o desenvolvimento regional e nacional da instituição. A pesquisa na UFPA não se limita à publicação de artigos, mas materializando-se na sua habilidade de transformar o hoje para um amanhã melhor.

1.5.3.1.2. Organização e flexibilização dos componentes curriculares

Nos cursos de Pós-Graduação da UFPA a organização e flexibilização curricular estão atreladas às recomendações e diretrizes estabelecidas pelas diferentes áreas de avaliação da CAPES às quais o PPG está vinculado. Adicionalmente, a UFPA e seus PPG poderão adotar diretrizes de organização e flexibilização dos componentes curriculares, que contemplem interesses específicos, tanto das áreas que estão vinculadas, quanto a áreas emergentes do conhecimento. Destaca-se, ainda, no cenário atual, a inclusão, pelos PPG, em seus componentes curriculares, de aspectos inovadores de empreendedorismo e habilidades digitais, que visem à proposição de soluções relevantes para o desenvolvimento do país e da região amazônica.

Atualmente os componentes curriculares são divididos em duas categorias: componentes curriculares obrigatórios e optativos, o que permite aos discentes a seleção dos componentes que irão cursar dentro das opções disponibilizada pelos PPG, ampliando e direcionando a formação de acordo com o tema de sua pesquisa.

Além da flexibilização ofertada pelos PPG aos quais o discente está vinculado, a UFPA já estimula e permite que o discente transite e curse componentes presentes em outras estruturas curriculares disponibilizadas por outros PPG da UFPA, de outras IES do país e do exterior, o que promove percursos de formação mais personalizados e adaptados às trajetórias individuais de cada estudante e suas respectivas pesquisas. Vale ressaltar que a UFPA limita o número de créditos que o discente pode cursar em outros PPG visando manter a qualidade e a formação de base do PPG de origem.

Além dos componentes curriculares a UFPA permite que outras atividades acadêmicas e científicas podem ser adotadas para fins de cumprimento de créditos, entre as quais destacam-se a publicação de artigos científicos em periódicos qualificados; estágios de docência.

A flexibilização constituirá uma das principais políticas da pós-graduação uma vez que permitirá a personalização do percurso acadêmico do estudante, a interdisciplinaridade, assim como a incorporação de novos conhecimentos e tendências entre diferentes áreas científicas.

1.5.3.1.3. Mobilidade acadêmica

A UFPA estimula e promove, através da participação em editais disponibilizados pelos órgãos de fomento, a oportunidade para os discentes realizarem parte de seus estudos em outras IES do país e/ou do exterior. Esta constitui uma das políticas estratégicas mais importantes da UFPA para com seus discentes de Mestrado e Doutorado, que contribui e continuará contribuindo para o enriquecimento de suas formações e ampliando redes de contatos com perspectivas científicas para a continuidade da parceria e estabelecimento de novas linhas de pesquisa nos PPG de origem. A PROPESP, juntamente com seus PPG, incentiva intercâmbios nacionais e internacionais que promovam a formação discente em cotutela, com dupla titulação, assim como o doutorado sanduíche, ou estágios de menor duração em Instituições de pesquisa e empresas de destaque nacional e internacional.

Políticas voltadas para a mobilidade acadêmica contribuirão diretamente na ampliação do conhecimento, novas perspectivas profissionais, desenvolvimento de habilidades, criação e fortalecimento de redes de pesquisa, assim como acesso a infraestruturas consolidadas. Essas ações refletirão na melhoria e qualidade da pesquisa e no processo de consolidação da internacionalização nos PPG e na formação de recursos humanos mais qualificados e preparados para atuarem na solução de problemas na sociedade.

No planejamento estratégico da UFPA 2025-2035 está prevista estímulos de novas ações para a ampliação e consolidação das parcerias nacionais e internacionais já estabelecidas e novas, através do fortalecimento da mobilidade docente e discente, promoção de oferta de componentes curriculares em línguas estrangeiras nos PPG e ampliação da produção científica qualificada. Ações que serão promovidas por meio de editais encabeçados pela PROPESP para estes fins.

Outra ação de relevância para a UFPA será o incentivo à mobilidade intrainstitucional dos discentes e docentes dos PPG dos *campi* do interior para os PPG do *campus* Belém (e vice-versa) ou ainda entre PPG de diferentes *campi*, como forma de fomentar, articular e viabilizar que os discentes tenham acesso a componentes curriculares e infraestruturas dos diferentes *campi* contribuindo para minimizar as assimetrias e potencializar o uso de equipamentos e experiências multicampi.

Uma das primeiras ações no planejamento do PDI da UFPA será a atualização do Regimento Geral da Pós-Graduação visando alinhamento às novas diretrizes e políticas institucionais que visam fomentar e consolidar a criação de componentes transversais em diferentes tópicos como comunicação científica, empreendedorismo, habilidades digitais com uso responsável de IA e ações de internacionalização nos PPG.

1.5.3.1.4. Permanência e Inclusão de discentes

Este constituirá um dos principais desafios para a UFPA que entre seus pilares tem como objetivo de ser uma universidade mais justa, inclusiva e democrática para receber e atender toda a sociedade. Neste sentido as Diretrizes Curriculares de Políticas de Ensino da Pós-Graduação da UFPA são voltadas ao atendimento das políticas de Ações Afirmativas (AA), especialmente para os estudantes cotistas dos grupos diversos, tais como, diversidade étnico-racial, gênero e PcDs, nos diferentes cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Tal política oportunizará o acesso de representantes de sociedades tradicionais como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores das florestas e das águas, que no caso da UFPA representa mais de 50% de seus discentes. Uma das ações já implementadas em 2025 para fortalecer e promover o atendimento adequado aos discentes foi a criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), que tem como objetivo construir políticas institucionais que sejam inclusivas e que permitam que o discente possa ter acesso ao ensino de pós-graduação com igualdade e equidade, garantindo acolhimento, permanência e a acessibilidade de todos no ambiente universitário.

As políticas de ações afirmativas já são praticadas pela PROESP em diversos editais, com o objetivo de oferecer condições financeiras para a permanência e aproveitamento pleno do ensino de Pós-Graduação, por meio da oferta de bolsas direcionadas a esse público-alvo. Além da PROESP, diversos PPG da UFPA possuem políticas próprias, com previsão de cotas para o ingresso de estudantes que se enquadram nas ações afirmativas, em seus editais de seleção de Mestrado e/ou Doutorado.

Porém a partir da publicação da Lei nº 14.723/2023, que trata sobre a necessidade da previsão de cotas nos editais de ingresso no ensino superior, a PROESP vem trabalhando na elaboração de uma resolução que recomenda a todos os PPG a necessidade do cumprimento da Lei em seus processos seletivos a partir de 2026.

1.5.3.1.5. Políticas para Promoção da Saúde Mental

Levantamento de dados preliminares realizados por diversos PPG da UFPA mostram que o adoecimento mental é a principal causa de evasão acadêmica, trancamento e atraso nas defesas dos projetos. Diante deste cenário a UFPA deve prever ações que visam incorporar medidas diagnósticas, preventivas e mitigatórias no contexto de saúde mental para discentes e docentes, em todos os níveis da UFPA e dos PPG (institutos, núcleos, administração superior).

1.5.3.1.6. Políticas de Orientação Acadêmica

A orientação acadêmica é uma das ações importantes no eixo do ensino de pós-graduação, a qual estabelece a supervisão contínua do trabalho de pesquisa e fornece as condições necessárias para o apoio e desenvolvimento intelectual dos discentes e contribui com o sucesso e a integralização dos discentes no curso.

De acordo com a política de orientação acadêmica da UFPA, os discentes assim que ingressam no PPG recebem a orientação de um docente que irá acompanhá-lo durante sua trajetória acadêmica. O Docente orientador tem como responsabilidades apoiar à definição do plano de estudo e tema de pesquisa do discente. Além deste, os PPG, de acordo com suas regras, podem indicar a participação de co-orientadores no desenvolvimento da pesquisa.

Vale ressaltar que os PPG devem adotar ações estratégicas para auxiliar e promover a orientação e acompanhamento acadêmico dos discentes durante todo seu percurso em todos os níveis egresso, matriculados e bolsistas. Desde oferta de atividades de nivelamento, promoção de eventos “Semanas de Acompanhamento dos Discentes”, grupo de acolhimento discente, além de atividades voltadas aos indicadores estabelecidos pela CAPES como os Seminários de Avaliação e Autoavaliação.

1.5.3.1.7. Uso de Tecnologias Nas Grades Curriculares e Recursos Tecnológicos

A PROESP tem atuado para garantir que seus PPG possuam recursos tecnológicos adequados e necessários para o ensino na sua Pós-Graduação. Anualmente, são disponibilizados equipamentos de informática essenciais, visando sua incorporação pelos PPG, e seus docentes, em seus respectivos componentes curriculares. Esta importante iniciativa permite, entre outros fins, a utilização de recursos fundamentais para as aulas.

Além disso, os programas de pós-graduação devem empregar metodologias inovadoras, utilizando ferramentas digitais. Isso torna a educação mais dinâmica e interativa, contribuindo para a formação de profissionais e pesquisadores mais capacitados. Estas ferramentas incluem ambientes virtuais, como o Google Classroom, e plataformas de videoconferência, como o Google Meet. Além disso, são oferecidos serviços de armazenamento em nuvem, permitindo que discentes, docentes e técnicos organizem aulas e materiais, promovendo um aprendizado mais flexível e acessível.

A UFPA prevê em seu PDI 2025-2035 ações que visarão a criação de laboratórios de informática (ou salas multimídias dedicadas) a diferentes cursos dentro de um mesmo Instituto ou Campus, o que otimiza o acesso e a utilização de recursos tecnológicos em larga escala. Uma iniciativa prioritária será a implementação de estrutura robusta que permita aulas e defesas de teses

e dissertações de forma híbrida, combinando o presencial e o remoto. Essa abordagem reflete o compromisso contínuo com a inovação e a adaptabilidade às novas demandas educacionais.

Buscando aprimorar as suas experiências educacionais, os PPPG devem adotar novas tecnologias em grades curriculares, como por exemplo, recursos de inteligência artificial para otimização do aprendizado. Contudo, para este PDI é necessário prever a inteligência artificial como tema estratégico para a pós-graduação, não apenas pelo seu potencial de apoio às atividades de ensino e pesquisa, mas também pelos desafios éticos, pedagógicos e normativos que sua utilização impõe. Nesse sentido, deve-se regulamentar para orientar seu uso no âmbito acadêmico, com definição de parâmetros institucionais que assegurem transparência, responsabilidade, integridade científica, proteção de dados e formação crítica da comunidade universitária diante dessas tecnologias. Desse modo, a pós-graduação da UFPA poderá avançar na incorporação de recursos de inteligência artificial com segurança normativa e orientação institucional, garantindo que sua utilização contribua para a qualidade do ensino, da pesquisa e da formação acadêmica.

Já no que diz respeito as metodologias adotadas nos diferentes cursos de Pós-Graduação da UFPA, estas possuem correlação direta com as propostas de APCN (Avaliação de Propostas de Cursos Novos) submetidas e aprovadas junto a CAPES. Contudo, atualizações serão incluídas ao longo dos anos, e que serão destacadas nas ementas dos diferentes componentes curriculares que são criadas ou modificadas ao longo dos anos; ou ainda com a reformulação dos regimentos dos PPG ou modificações quanto a áreas de concentrações e/ou linhas de pesquisa de um determinado PPG.

Assim sendo, cada PPG definirá os objetivos do curso, o perfil do egresso que se deseja formar, as competências e habilidades a serem desenvolvidas, as áreas de concentrações e as linhas de pesquisa prioritárias. Consequentemente, as metodologias de ensino e as tecnologias utilizadas serão selecionadas e implementadas para servir diretamente a tais objetivos.

1.5.3.1.8. Aprimoramento Contínuo dos Professores e Técnicos

Esta política é um dos pilares essenciais para a contínua elevação da qualidade para atingir a excelência acadêmica. Neste aspecto inclui-se a ampliação de experiência pós-doutoral e políticas de qualificação institucional para servidores, os quais são de grande importância para o ensino de qualidade e aperfeiçoamento dos docentes. Dentro dessa política enquadra-se o fortalecimento de grupos de pesquisa e redes de colaboração. Estes são importantes fatores para que a UFPA se torne uma referência, não somente para a região amazônica, mas também em nível nacional e internacional.

Deve-se destacar também o papel da UFPA quanto ao incentivo que esta tem feito para o aumento da publicação qualificada nos últimos anos, ou ainda no que diz respeito à participação em eventos. Os docentes são estimulados a participarem de editais que permitem o apoio a produção intelectual robusta e qualificada, em revistas de alto impacto, assim como para a participação/apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais. Tais atividades têm papel crucial para o aperfeiçoamento de nossos docentes quanto a qualificação, e em última instância, refletem diretamente na qualidade do ensino, pesquisa e orientações.

No que diz respeito à qualificação, há a política da UFPA voltada para o fomento à formação continuada, a qual representa um elemento essencial para a qualificação de seu corpo docente e técnico. A universidade deverá disponibilizar, através de editais específicos, oportunidades para que seus servidores técnico-administrativos realizem mestrado e/ou doutorado. A finalidade consistirá em aperfeiçoar as habilidades profissionais de sua equipe, o que impacta diretamente na elevação da qualidade, além de auxiliar no desenvolvimento institucional de maneira abrangente.

1.5.3.1.9. Internacionalização do Ensino na Pós-Graduação

Outro ponto importante na política de ensino da UFPA diz respeito à internacionalização. Salienta-se a importância pelo fato de que, em um cenário global e cada vez mais interconectado, formar novos mestres e doutores, através de uma maneira e perspectiva associada à língua estrangeira, é visto como essencial para o avanço do ensino a sua excelência acadêmica. Da mesma forma, isto se reflete na sua própria relevância em torno da pesquisa, e consequentemente a inserção internacional dos egressos em um mercado de trabalho e uma comunidade científica globalizados.

Diversos aspectos serão usados na UFPA para promover a internacionalização do ensino de pós-graduação, sendo que todos são atrelados direta ou indiretamente com a Pró-Reitoria de Internacionalização (PROINTER) da UFPA. Entre as principais iniciativas, destacam-se o fortalecimento de convênios com outras IES estrangeiras, a promoção da mobilidade acadêmica, o fomento à publicação qualificada e consequentemente na divulgação científica da UFPA, e a internacionalização do currículo, ou ainda do ambiente acadêmico.

É válido salientar que já existe um claro incentivo à internacionalização da pesquisa e da pós-graduação em via dupla, isto é, participação de pesquisadores em projetos de outros países e participação de pesquisadores estrangeiros em projetos na UFPA. Isto tornará possível a consolidação de nossas redes de convênios ou acordos de cooperação com IES estrangeiras, sendo que tais parcerias permitirão um forte intercâmbio científico para o fortalecimento da

internacionalização. A vinda destes pesquisadores, por exemplo, facilitará a própria internacionalização do currículo, através da apresentação de aulas em outros idiomas e a participação destes em seminários, palestras e bancas de mestrado e/ou doutorado. Contudo, deve-se destacar também a inicial abertura de componentes curriculares em línguas estrangeiras pelos próprios professores dos PPG da UFPA que será fundamental para a internacionalização dos currículos. Além disso, a PROPESP tem trabalhado para a ampliação de missões de estudo, jornadas de trabalho, estágios-sanduíche, bem como intercâmbio e mobilidade de alunos e docentes.

Ainda no sentido da internacionalização, destaca-se o papel de programas de apoio a pesquisa qualificada, e ainda, incluindo a constante modernização e atualização dos tópicos de ensino e pesquisa. A UFPA inclui na vasta maioria das grades curriculares de seus PPG Tópicos Especiais/Tópicos Avançados, com destaque para a participação de docentes/pesquisadores internacionais, além de colegas do próprio país de instituições de excelência. Para além das atividades de participação em bancas e desenvolvimento conjunto de pesquisas, a PROPESP deverá recomendar fortemente a todos PPG que os visitantes ofereçam os componentes curriculares de tópicos (Tópicos Especiais de escolha do visitante, dentro da especialidade do pesquisador) durante as visitas.

Esta política de ensino também precisa ser direcionada, junto à PROGEP, na contratação de professores visitantes internacionais, ou seja, oportunizando a presença de professores estrangeiros visitantes nos programas de pós-graduação nos PPG, que permanecerão por dois anos, com possibilidade de renovação de contrato por mais um período participando ativamente nos Programas com ações de ensino e pesquisa, em destaque com as atividades direcionadas a internacionalização do PPG.

Outra ação de destaque da internacionalização será a oferta de vagas a alunos estrangeiros, oportunizando o acolhimento aos alunos selecionados de diferentes países, tornando a UFPA atrativa ao aluno estrangeiro para cursar a pós-graduação.

1.5.3.1.10. Planejamento Estratégico e Autoavaliação

A autoavaliação e o planejamento estratégico constituem procedimentos fundamentais para o aprimoramento contínuo dos Programas de Pós-Graduação, exercendo suas funções de modo complementar e interconectado. O planejamento estratégico representa o elemento inicial, uma vez que define a identidade, a missão, a visão e os valores do programa, bem como determina seus objetivos, metas e as ações requeridas para atingi-los. Trata-se de um procedimento que direciona

as atividades do PPG a longo prazo, elaborado de maneira a levar em conta aspectos internos e externos dos PPG.

A autoavaliação, por sua vez, configura-se como um processo de reflexão interna, atuando como um recurso essencial para a execução e o acompanhamento do planejamento estratégico. Ela possibilita que o programa avalie a qualidade de suas ações, certifique-se de que os resultados estão em conformidade com os objetivos estabelecidos e reconheça os pontos que necessitam de aprimoramento. A autoavaliação oferece as informações e os apontamentos indispensáveis para reabastecer o planejamento estratégico, assegurando que este permaneça flexível e suscetível a adaptações.

Vale ressaltar que o planejamento estratégico e autoavaliação são colocados como diretrizes importantes para a avaliação dos PPG na CAPES, assim como é destacada no PNPG 2025-2029, onde estes se destacam como pontos centrais para o processo avaliativo e para o cumprimento dos objetivos de formação dos PPG, que incluem o próprio impacto social obtidos pelos PPG.

Desta maneira, a UFPA precisa estabelecer um sistema consistente de Autoavaliação e Planejamento Estratégico em todos os seus Programas de Pós-Graduação (PPG). Para isso devem ser estabelecidas diretrizes em comum para todos os PPG, tais como o envolvimento de forma efetiva de docentes, discentes, egressos e servidores técnico-administrativos, os quais garantirão que a missão e os objetivos de cada programa orientem de maneira direcionada os seus planejamentos estratégicos. Assim, o processo de autoavaliação será encarado de maneira a não ser um exercício isolado de um determinado PPG, mas sim, um instrumento de alinhamento entre as práticas acadêmicas e as metas da UFPA, e consequentemente ajudará a promover, de maneira cíclica, uma constante de reflexão e aperfeiçoamento dos PPG.

Por fim, deve-se considerar as assimetrias existentes dentro de cada PPG. Políticas que visem o diagnóstico, através de indicadores, e a criação de medidas mitigatórias, propondo metas para uniformização destes indicadores, a serem incluídas nos processos auto avaliativos dos PPG.

A Pós-Graduação da UFPA deverá incorporar uma política de ensino que permita o alinhamento estratégico contínuo e integrado de seus Programas de Pós-Graduação com o PDI da UFPA. Isto é um desafio crucial da instituição para que cada PPG possa operar de forma independente na construção de seus Planejamentos Estratégicos e Autoavaliações, mas que todos estejam plenamente articulados em relação aos principais objetivos do PDI da UFPA. Em outras palavras, os diferentes aspectos em relação a identidade, visão, missão e os valores de cada programa devem ter clara relação com as estratégias da UFPA para a formação dos discentes, os

aspectos quanto a pesquisa e transferência de conhecimento, o que em último caso garantirá de maneira clara uma conexão com o PDI institucional.

1.5.3.1.11. Integração da Pós-Graduação com a Educação Básica

Esta é uma importante política que a UFPA desenvolve, mas que precisa ser fortalecida. Para isto, o fortalecimento e expansão de Programas Profissionais para Professores da Educação Básica deve ser vista como peça fundamental em sua política de ensino. Atualmente a UFPA possui 34 cursos profissionais, sendo que destes, apenas 9 são cursos vinculados ao Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB). O ProEB contempla atualmente 14 cursos em atividade e 2 recém-criados, sendo que estes correspondem a uma iniciativa do governo federal que visa aprimorar a formação continuada de professores atuantes nas redes públicas de ensino.

A UFPA necessita priorizar a entrada e a formação dos discentes nos cursos existentes, assim como atrair outros cursos ainda não estabelecidos em nossa instituição, além daqueles que já existam na sede de Belém, mas que possam ser atraídos para seus campi do interior. Na interseção da interiorização, mobilidade acadêmica e redução da assimetria ‘intrainstitucional’, recomenda-se a implementação de uma política de suporte financeiro à estudantes (especialmente de Belém/Campus-Sede) para cursar componentes curriculares nos campi do interior, e não necessariamente do deslocamento de professores do interior para Belém para ministrar eventuais componentes curriculares. Isto será um ponto fundamental para a capacitar os professores nas diferentes cidades do estado, os quais serão os futuros agentes de mudanças nas suas escolas, o que contribuirá de maneira significativa nesta importante política de ensino.

1.5.3.2. Política de Ensino da Pós-Graduação Lato Sensu.

Em nível de Pós-Graduação *lato sensu*, a UFPA possibilita a oferta de cursos em todas as áreas do conhecimento em que atua, a partir de todos os seus *campi*. Dessa forma, os cursos de especialização da UFPA são ofertados em três modalidades: Cursos Gratuitos (isenção de taxas e/ou mensalidades); Cursos Conveniados (isenção de taxas e/ou mensalidades, pois as despesas ficam por conta de entidades conveniadas); e Cursos Autofinanciados (discentes custeiam as despesas do curso, pagando taxas e/ou mensalidades). Em todos os cursos autofinanciados, a UFPA disponibiliza 30% de vagas gratuitas aos seus servidores e/ou a alunos com comprovada carência financeira. Os cursos possuem duração máxima de 18 meses e carga horária mínima de 360 h. Adicionalmente, a pós-graduação *lato sensu* envolve a oferta de cursos de Residência em

Saúde, incluindo residências médicas e multiprofissionais na capital e em outros campi, tais como Altamira, Castanhal e Bragança.

As diretrizes dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (Especializações) da UFPA são determinadas por área de concentração e apoiam-se em atividades acadêmicas basilares à formação de especialistas. Tais atividades devem ser realizadas nas modalidades presencial ou a distância. Para obter o certificado de especialista, o aluno deve cumprir o número mínimo de créditos e comprovar aprovação em trabalho final. Um dos pontos essenciais para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* é a qualificação e a experiência do corpo docente, o qual deve ser constituído por profissionais com o título de Especialista, Mestre ou Doutor, conforme a legislação vigente.

1.5.3.2.1. Residências em Saúde

Residência Médica, Residência Multiprofissional em Saúde e Residência em Área Profissional da Saúde constituem modalidades de ensino de Pós-Graduação *lato sensu* destinadas às profissões da saúde, sob a forma de curso de especialização caracterizado por ensino em serviço, e orientado pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir das necessidades e realidades loco regionais.

As residências são regidas em nível nacional por instâncias colegiadas denominadas de Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e Comissão Nacional de Residência Multiprofissional (CNRMS), ambas presididas pelo Ministério da Educação com parceria do Ministério da Saúde, com atribuições. Em nível local, as residências são regidas pelas instâncias colegiadas denominadas Comissão de Residência Médica (COREME) e Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU) que são vinculadas às instituições de ensino ou de saúde, proponentes de programas de residências em saúde ofertantes de cursos de Especialização *Lato Sensu* – Modalidade Residência.

A COREME e COREMU no âmbito da Universidade Federal do Pará são vinculadas à PROPESP por meio da Diretoria de Capacitação, com atribuições definidas nos termos da Resolução CONSEPE Nº 4.978, de 20 de novembro de 2017.

Atualmente, a UFPA oferta especialidades médicas, multiprofissionais e em área profissional da saúde, na capital e no interior do Estado, sendo cada residente ingressante, denominado Profissional de Saúde Residente, aprovado por meio de processos seletivos anuais.

As políticas de ensino de Pós-Graduação *lato sensu* são delineadas com foco na formação continuada de profissionais, bem como na relevância social. As principais políticas e diretrizes incluem:

- *Objetivos e Natureza dos Cursos:* visam ao aprimoramento técnico profissional, à especialização, aperfeiçoamento ou atualização de graduados para melhor exercício profissional, e ao domínio científico ou técnico de uma área específica do saber. A atividade de pesquisa nessa modalidade possui um sentido amplo, envolvendo problemas específicos da área de estudo. Frequentemente, surgem a partir da demanda da sociedade ou de unidades acadêmicas. Os currículos preveem carga horária mínima de 360 horas, com duração de até 18 meses.
- *Criação e Oferta de Cursos:* há um incentivo à ampliação da oferta de cursos lato sensu, incluindo a criação de novos cursos de especialização e programas de residência multiprofissional. A criação de novas Especializações deve priorizar a excelência do projeto e a qualificação do corpo docente que o sustentará. Os projetos pedagógicos são propostos por coordenadores e devem ser aprovados por colegiados acadêmicos, pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, bem como pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA. Há previsão de destinar 30% das vagas para pessoas com comprovada carência financeira em cada edital de seleção.
- *Qualidade e Avaliação:* Haverá revisão das resoluções para a Pós-Graduação *lato sensu* para acompanhar as definições do Conselho Nacional de Educação (CNE). A UFPA orienta a avaliação continuada dos cursos lato sensu pelas Unidades Acadêmicas.

Dessa forma, a UFPA busca expandir, qualificar e integrar a oferta de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu com foco em demandas sociais e profissionais, garantindo a qualidade por meio de regulamentações internas e processos de avaliação continuada por parte das Unidades Acadêmicas, em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, e promovendo a interação com a pesquisa e o ensino de graduação.

1.5.4. Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da UFPA

Figura 10 - Síntese da Política Institucional de Formação



Fonte: Elaboração própria.

Atualmente, na formação continuada dos docentes em exercício na UFPA, desenvolve-se o Programa Permanente de Formação Continuada de Docentes da UFPA, regulamentado pela Resolução nº 4.408/2013- CONSEPE e coordenado pela PROEG em parceria com a PROGEP. Esse programa oferece, de forma sistemática e certificada, cursos, oficinas, seminários e ações formativas voltadas tanto aos docentes em início de carreira quanto àqueles com trajetória consolidada, ampliando as possibilidades de atualização pedagógica, tecnológica e curricular. Além de promover espaços de partilha e reflexão sobre práticas de ensino, o programa contribui para o desenvolvimento de competências relacionadas à inclusão, à avaliação, às metodologias ativas e ao uso de tecnologias educacionais, fortalecendo a identidade docente universitária.

Entretanto entende-se que a Política de Formação Inicial e Continuada de Professores da UFPA deve se estruturar de maneira integrada, articulando:

- marcos normativos e institucionais - que orientem a atuação pedagógica e assegurem a legitimidade das ações formativas;
- uma organização multicampi e intersetorial - que envolva faculdades, institutos, Pró-Reitorias, escolas de formação e coordenações de curso;
- ambiências físicas e tecnológicas qualificadas - como ambientes virtuais de aprendizagem, laboratórios e espaços colaborativos;
- práticas pedagógicas inovadoras - que incentivem metodologias ativas, interdisciplinaridade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o uso de tecnologias educacionais;
- processos de valorização e desenvolvimento docente - que incluam certificação institucional, estímulo à progressão funcional e reconhecimento de boas práticas;

- mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação - que permitem aperfeiçoar continuamente as ações e alinhar a formação às necessidades institucionais e regionais.

A formação inicial e continuada de professores constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da educação em todos os níveis e modalidades, especialmente em instituições públicas comprometidas com a qualidade social do ensino. Nesse sentido, a UFPA busca consolidar uma política institucional que integre diretrizes, práticas e instrumentos capazes de assegurar coerência, inovação e compromisso com as demandas educacionais da região amazônica e do restante do país.

No âmbito dessa Política, destaca-se a construção de um Projeto Institucional de Formação Docente, concebido como documento orientador que explicita fundamentos conceituais, teóricos e metodológicos comuns, assegurando unidade e consistência às atividades de ensino nos cursos da instituição. Esse projeto assume papel estratégico, ao prever a criação de instrumentos normativos específicos, que influenciarão nos processos de criação, revisão e acompanhamento dos projetos pedagógicos, a reformulação do Regulamento da Graduação, na elaboração de novas diretrizes curriculares internas, dentre outras. Esse projeto também prevê a constituição de colegiados voltados à elaboração e ao acompanhamento da formação docente, tanto no âmbito da educação básica quanto do ensino superior, visando conferir centralidade à formação de professores, superando a lógica fragmentada de coordenações isoladas e reafirmando sua relevância estratégica no conjunto da política de ensino da UFPA.

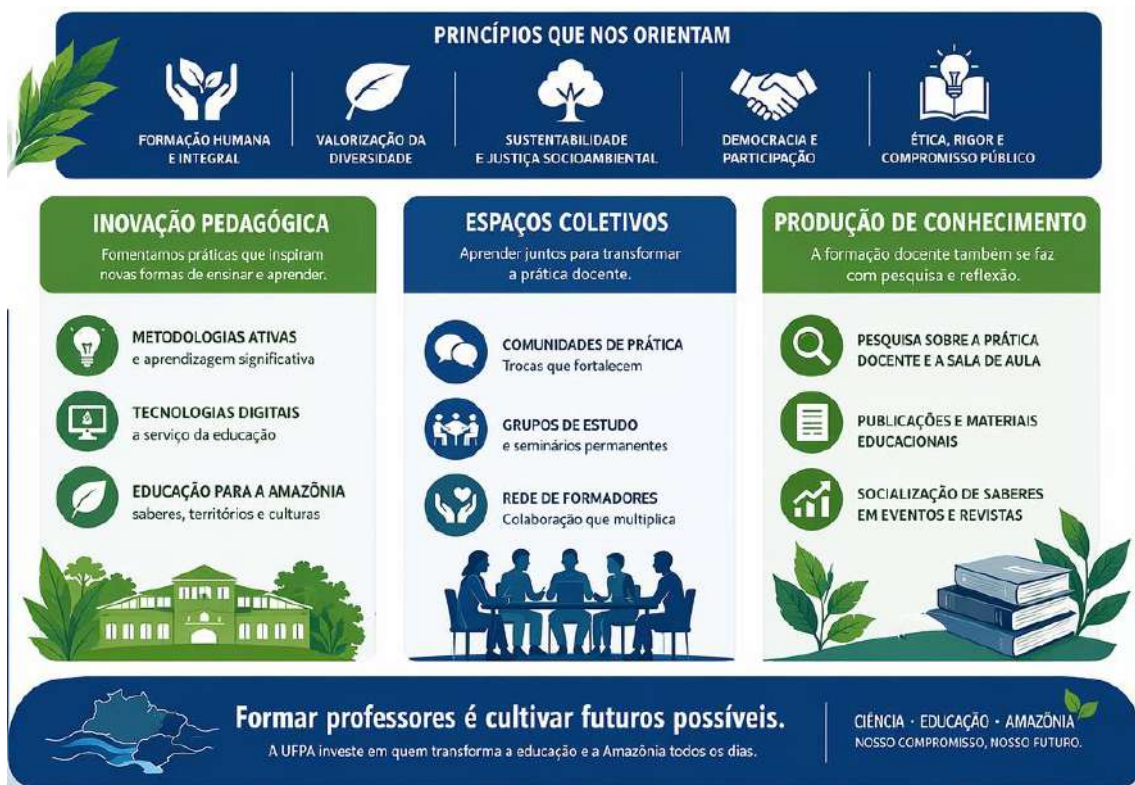
Essa proposta orienta-se pelo reconhecimento das profundas transformações no perfil do corpo discente e docente da UFPA, marcado pela presença crescente de sujeitos diversos, cujas trajetórias, saberes, identidades e modos de aprender demandam currículos mais inclusivos, interculturais, flexíveis e comprometidos com a equidade e a justiça social.

As práticas de ensino inovadoras constituem um eixo estruturante da política de formação de professores, compreendidas não como mera introdução de novas técnicas ou metodologias, mas como a incorporação de práticas de pensamento que se materializam em propostas pedagógicas comprometidas com as dimensões éticas, políticas e estéticas da educação, com o cuidado em relação à diferença e ao outro, promovendo diálogos que não se restrinjam ao campo da Ciência. Nessa perspectiva, inovar implica garantir ambiência física e tecnológica adequadas, com a implantação de espaços físicos e virtuais interconectados, destinados à troca de experiências e ao compartilhamento de práticas multicampi, bem como a adequação necessária dos Sistemas de registro institucionais.

A política reafirma o compromisso da universidade com a ativação e a reativação de espaços coletivos de partilha, reflexão e produção de conhecimento, com a sistematização de

experiências pedagógicas já existentes na UFPA, o fortalecimento de grupos de pesquisa dedicados ao ensino, potencializando a inovação pedagógica, valorizando metodologias diversificadas e assegurando regularidade às ações de debate por meio de fóruns e seminários institucionais que respeitem as especificidades das modalidades e níveis de ensino e dos cursos. Tal organização constitui-se como princípio da formação docente no âmbito da UFPA, à medida que as concepções, práticas e decisões construídas nesses fóruns reverberam diretamente na formação dos futuros professores e, de modo mais amplo, na qualificação da Educação Superior e da Educação Básica ofertadas pela universidade.

Figura 11 – Princípios orientadores



Fonte: Elaboração própria.

Outro eixo estruturante da política diz respeito ao estímulo à produção e à difusão de conhecimento sobre educação escolar e não escolar, ensino superior e formação docente. Para tanto, prevê-se a constituição de uma linha editorial institucional voltada à divulgação científica de pesquisas que tenham o ensino e à docência como objetos centrais de investigação.

Ao ampliar o Programa Permanente de Formação Continuada e outras iniciativas institucionais, a UFPA irá consolidar um modelo formativo coerente, sustentável e comprometido com a qualidade acadêmica e a diversidade sociocultural amazônica, tratando-se de uma política que não apenas fortalece o fazer docente, mas também potencializa a inovação, a inclusão e a melhoria contínua do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

1.5.5. Políticas de Acompanhamento Acadêmico na UFPA

A UFPA, alinhada ao seu PDI, ao Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) da PROEG, tendo como iniciativas o Plano Anual de Monitoramento da Graduação e os diagnósticos da autoavaliação institucional, vem estruturando um conjunto de políticas que integram ações já existentes a novas iniciativas em formulação e a diretrizes normativas fundamentais. Essas políticas respondem tanto às especificidades regionais da Amazônia quanto às tendências nacionais do Ensino Superior, evidenciadas pelos relatórios institucionais, bem como os dados do Censo da Educação Superior.

Figura 12 – Ecossistema de êxito do acompanhamento acadêmico da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

No âmbito do acompanhamento e monitoramento dos cursos de graduação, a PROEG, por meio da Coordenadoria de Monitoramento de Indicadores da Graduação (CMIG) e da Coordenadoria de Avaliação e Desempenho de Cursos (CADC), desenvolve a coleta, sistematização e análise contínua de indicadores estratégicos, tais como sucesso, evasão, retenção, integralização curricular, tempo médio de conclusão e desempenho no ENADE. Esse trabalho fornece às Unidades Acadêmicas diagnósticos consistentes sobre os desafios e as potencialidades de cada curso, permitindo fundamentar decisões pedagógicas e administrativas.

Em diálogo com os cenários nacionais evidenciados pelo Censo da Educação Superior/INEP — como a expansão da educação a distância e o crescimento concentrado da rede privada —, a UFPA reafirma a centralidade do ensino presencial, mas também reconhece a necessidade de se adaptar a novas demandas formativas, garantindo a inclusão por meio da educação pública de qualidade.

Nesse contexto, o PGRAD-Acompanhamento dos cursos de graduação estabelece ações estruturantes, como:

- definição de metas de integralização e conclusão nos cursos de graduação participantes;
- oferta de apoio técnico-pedagógico focalizado para cursos que apresentam desempenho abaixo do esperado;
- incentivo à incorporação de práticas inovadoras de ensino e de avaliação nos cursos com maiores índices de evasão ou retenção;
- fortalecimento da articulação entre coordenações de curso, docentes, tutores e mediadores pedagógicos, de modo a alinhar o acompanhamento de dados às revisões de PPCs.

Já o Plano Anual de Monitoramento amplia e dinamiza esse processo, por meio de iniciativas como:

- elaboração de relatórios semestrais de desempenho com devolutiva às coordenações e aos colegiados, em reuniões com cada unidade acadêmica;
- criação de painéis interativos de indicadores (dashboards), acessíveis a gestores e unidades acadêmicas, permitindo consultas em tempo real;
- estabelecimento de ciclos regulares de revisão curricular, de modo que os PPCs sejam constantemente atualizados a partir de evidências institucionais;
- promoção de capacitações contínuas para docentes, mediadores e gestores acadêmicos, visando ao uso pedagógico dos dados e ao fortalecimento das práticas de ensino;

Podendo avançar no incentivo à participação discente nos processos de monitoramento, de forma que as percepções estudantis complementem os indicadores quantitativos.

Assim, ao articular o Plano Anual de Monitoramento e as ações do PGRAD-Acompanhamento dos cursos de graduação, a PROEG estrutura um sistema que é formativo, avaliativo e participativo, contribuindo para:

- intervenções precoces em situações de risco de evasão ou retenção;
- melhoria contínua da qualidade dos cursos;
- transparência e democratização do acesso aos dados;
- alinhamento da UFPA às políticas nacionais de avaliação (SINAES/CPA), sem renunciar a sua missão social e caráter público.

No que se refere ao acompanhamento discente, a universidade parte do reconhecimento de que parcela significativa de seus estudantes pertence a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que ainda é preciso avançar, levando em consideração as dificuldades enfrentadas, tanto no âmbito acadêmico quanto no pessoal. Relatórios institucionais demonstram que muitos ingressam na UFPA como primeira geração de suas famílias a acessar o Ensino Superior e dependem de auxílios de moradia, alimentação e permanência para concluir seus estudos. No cenário dos discentes acompanhados por programas de permanência, já houve avanços com a aprovação da Política Institucional de Permanência, regulamentada pela Resolução nº 828, de 23 de março de 2021 - CONSEPE, que estabelece diretrizes para a promoção da equidade, a valorização da diversidade e a garantia de condições para o êxito acadêmico.

No âmbito do sucesso acadêmico do público discente em geral, embora já existam iniciativas que tenham obtido bons resultados na redução da retenção e evasão, como a Instrução Normativa que Flexibiliza o Trabalho de Curso, e também existam vários outros programas voltados à superação das dificuldades acadêmicas, ainda investe-se na articulação entre PROEG, PROAES e DIVERSE para a construção de uma abrangente e articulada Política Institucional de Acompanhamento Discente, a qual deverá prever a expansão de ações que integrem suporte acadêmico, socioeconômico, pedagógico e de inclusão, incluindo ferramentas como o desenvolvimento de um Sistema de Acompanhamento Acadêmico integrado ao SIGAA, que permita identificar situações de risco e oferecer acompanhamento proativo, evitando perdas e/ou atrasos no percurso formativo, bem como melhorar significativamente a qualidade do ensino oferecido.

Tal política, embora ainda não institucionalizada por resolução específica, se efetiva de forma parcial, sendo instrumentalizada por meio de programas, projetos, normativas e ações de acompanhamento estudantil, conforme descrito a seguir:

- **Programa de Tutoria Discente:** essa iniciativa da PROEG busca apoiar e acompanhar discentes com dificuldades diversas que possam levar à retenção ou evasão. Adota o modelo de tutoria por pares, onde um estudante veterano com bom desempenho atua como tutor. O programa também oferece orientação sobre rotinas acadêmicas, eventos e oportunidades;
- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID):** visa proporcionar aos discentes dos cursos de licenciatura sua inserção no cotidiano das escolas públicas de Educação Básica;

- **Subprograma Monitoria (PGRAD-Monitoria):** busca qualificar o ensino de graduação estimulando a participação de estudantes em atividades acadêmico-pedagógicas regulares, sob orientação de docentes;
- **Programa de Educação Tutorial (PET):** é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente e visa estimular atividades de ensino, pesquisa, e extensão universitária;
- **Programa de Estágio não Obrigatório:** articula ações para ampliar os campos de estágio e aprimorar a formação profissional dos discentes de graduação, em parceria com empresas e instituições;
- **Projetos de Acompanhamento da Aprendizagem (PAAP):** é uma ação de apoio pedagógico, que visa acompanhar o processo de ensino e aprendizagem de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com desempenho acadêmico fragilizado, atuando junto aos docentes e discentes de graduação por meio de processos pedagógicos que oportunizem condições favoráveis e necessárias para a permanência e conclusão de curso com qualidade;
- **Programa de Apoio Pedagógico (PROAP):** conjunto de ações didático-pedagógicas sistemáticas e permanentes, com intuito de apoiar o discente de graduação em vulnerabilidade socioeconômica para uma ação mais prática de aprendizagem, no contexto individual e coletivo, contribuindo para sua permanência até a integralização do curso de graduação;
- **Programa Estudante Saudável (PES):** desenvolve serviços de atenção à saúde ao discente em vulnerabilidade socioeconômica, com procedimentos de clínica médica e laboratorial, odontologia, psicologia, psiquiatria, fisioterapia e terapia ocupacional, abrangendo a assistência e o atendimento à saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico e o tratamento de baixa complexidade, com vistas ao bem-estar e a qualidade de vida do estudante, contribuindo, dessa forma, para a sua permanência com sucesso e conclusão do curso de graduação no tempo previsto.

Nos próximos anos, a Política Institucional de Acompanhamento Discente deverá prever ainda a criação do Observatório da Graduação e Pós-graduação, para qualificar as informações sobre às demandas de acesso à universidade, os dados sobre o processo formativo e a inserção dos egressos na comunidade externa; o fortalecimento dos Programas de Tutoria e Monitoria Acadêmica e/ou outros programas voltados à melhoria do processo de aprendizagem; o contínuo aperfeiçoamento dos servidores que atuam na gestão acadêmica no tratamento e uso dos dados e informações sobre o desempenho dos cursos baseados nos planos de monitoramento; a ampliação

do processo de acompanhamento de cursos de graduação e de pós-graduação, que realizam o mapeamento daqueles que apresentam fragilidades em relação ao acesso e à permanência; a consolidação da política institucional de expansão universitária conectada à realidade regional e local, considerando tanto a multicampia, quanto às potencialidades de atuação em redes regional, nacional e internacional; a promoção de diretrizes de reforma curricular que auxiliem na interação intrarainstitucional e interinstitucional.

Nessa dinâmica projetada, a coordenação de curso é figura-chave na eficiência dos processos de orientação e acompanhamento discente, atuando de maneira integrada às Pró-Reitorias fins na garantia do sucesso acadêmico.

O acompanhamento discente na Educação Básica, oferecido pela EAUFPA, pode ser dividido em dois eixos: o do acompanhamento interno e externo. O acompanhamento interno se efetiva por meio dos dispositivos previstos para este nível de ensino, como os Conselhos de Classe, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o apoio específico realizado por profissionais como Pedagogas, Assistentes Sociais e Psicólogas. O acompanhamento externo se efetiva pela participação nos programas do Governo Federal, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de incentivo financeiro-educacional Pé de Meia. A EAUFPA participa ainda do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com a finalidade de diagnosticar a qualidade da Educação Básica no país.

As escolas técnicas de Música e de Teatro e Dança, por sua vez, realizam o acompanhamento discente exclusivamente por meio do apoio profissional de Pedagogas, Assistentes Sociais e Psicólogas com realização de ações de assistência direta a estudantes, possibilitadas pela aplicação de recursos orçamentários específicos destinados à assistência de estudantes da Educação Profissional, atualmente incluída na PNAES/PROAES. Em que pese a recente instituição da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (SINAEP), os sistemas nacionais de avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem ser implementados nos próximos anos.

A UFPA, em sua missão de promover ensino, pesquisa e extensão de excelência, reconhece que a qualidade da prática docente é um fator determinante para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da Amazônia. Assim, é imprescindível, elaborar e implementar diretrizes mais abrangentes para uma política institucional que vise assegurar tanto o apoio à inserção inicial de novos docentes quanto a formação pedagógica complementar para professores que já ultrapassaram o estágio probatório, mas que demandam atualização ou

aprimoramento de suas práticas acadêmicas. No campo da capacitação pedagógica docente, a UFPA já realiza oficinas e seminários, em especial voltados para novos professores, institucionalizado por meio de um Programa Permanente de Formação Pedagógica regulamentado na Resolução nº 4.408/13-CONSEPE, no qual a PROEG em parceria com a PROGEP oferta uma agenda anual de capacitação para todos os docentes, com certificação institucional. O desafio atual consiste em avançar para um acompanhamento contínuo do impacto das formações sobre as práticas pedagógicas, bem como planejar as intervenções a partir dos diagnósticos da autoavaliação institucional, consolidando, assim, uma política efetiva de formação continuada e acompanhamento das atividades de ensino.

Nesse processo, destaca-se a possibilidade de que a progressão e promoção funcional docente seja gradualmente automatizada, tendo como referência indicadores objetivos vinculados às boas práticas acadêmicas. A participação em cursos, oficinas, seminários e demais atividades de atualização pedagógica oferecidas pela política institucional da UFPA poderia gerar pontuação específica, contabilizada de forma transparente e integrada aos sistemas de gestão acadêmica. Esse mecanismo representaria um incentivo direto à formação continuada, promovendo maior adesão dos docentes às oportunidades de capacitação, ao mesmo tempo em que fortalece o alinhamento entre desenvolvimento profissional e qualidade do ensino. Isso já é possível, uma vez que já temos um sistema integrado, onde cada docente pode registrar suas formações, oficinas, práticas inovadoras e projetos, alimentando dados para progressão automática e para relatórios institucionais. O Censo da Educação Superior reforça que, na rede pública, predominam o regime de dedicação exclusiva e a elevada titulação acadêmica, o que representa um ativo estratégico para a UFPA no fortalecimento da qualidade de seu corpo docente. Ao agregar a formação pedagógica contínua como critério objetivo de progressão e promoção funcional, a universidade consolida um modelo que valoriza tanto a excelência acadêmica quanto a inovação em práticas de ensino.

Atualmente o docente não é mais o único ator no processo de ensino no contexto das universidades públicas. No contexto do ensino a distância, as novas diretrizes legais, estabelecidas pelo Decreto nº 12.456/2025 e regulamentadas pela Portaria nº 506/2025, trouxeram inovações significativas, entre as quais se destaca a institucionalização da figura do mediador pedagógico. Na UFPA, esse profissional exerce papel central na mediação entre estudantes e corpo docente, contribuindo diretamente para a qualidade da aprendizagem. Com formação acadêmica adequada, atribuições claramente definidas e dimensionamento compatível com o número de estudantes, conforme quadro a seguir, os mediadores pedagógicos fortalecem a EaD como uma modalidade robusta, interativa e comprometida com resultados acadêmicos consistentes.

Conforme a Portaria nº 506/2025, destacam-se como atribuições do mediador pedagógico:

- esclarecer dúvidas sobre projeto pedagógico, metodologias e conteúdo das unidades curriculares, sob supervisão do professor regente;
- estimular e viabilizar a interação entre estudantes e corpo docente em ambientes síncronos e assíncronos;
- apoiar o planejamento e a avaliação das aprendizagens;
- acompanhar a participação dos estudantes em atividades presenciais e EaD (ensino, pesquisa e extensão), quando aplicável;
- participar de formações continuadas em tecnologias e práticas pedagógicas voltadas à EaD;
- realizar atendimentos presenciais tanto na sede da instituição quanto nos polos de apoio presencial.

Dessa forma, o acompanhamento das atividades de ensino na UFPA tende a se consolidar como uma política institucional integrada como elemento central na promoção da qualidade acadêmica e no fortalecimento da missão institucional da universidade.

Quanto às políticas de incentivo à produção vinculada ao ensino, a universidade deverá fomentar a elaboração de materiais didáticos e a adoção de metodologias inovadoras, assegurando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ampliando também a produção de recursos digitais abertos e de tecnologias assistivas. Seria interessante ainda consolidar mecanismos de reconhecimento institucional das boas práticas de ensino, seja por meio de relatórios, publicações ou eventos específicos que deem visibilidade às inovações desenvolvidas por docentes e discentes.

Os docentes da Educação Básica e Técnica de Nível Médio participam anualmente das atividades desenvolvidas nas próprias escolas com a finalidade de atualização dos parâmetros das suas atuações e de planejamento das atividades em reuniões amplas com a participação de convidados especialistas nos temas tratados. Para além disso, os processos de capacitação e qualificação de servidores docentes e técnico-administrativos seguem as diretrizes legais, especialmente as estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal, e normativas externas e internas à UFPA.

O acompanhamento de egressos da graduação constitui uma das frentes que mais avançou na UFPA nos últimos 5 anos, em se tratando dos indicadores estabelecidos no PDI(2016-2025). O sistema Egressos UFPA (egressos.ufpa.br) já coleta dados sobre a trajetória profissional, acadêmica e social de egressos, promovendo pesquisas periódicas que permitem avaliar a efetividade da formação oferecida. Por meio do acompanhamento de egressos pode-se contribuir para a melhoria de um importante indicador institucional, a saber, o Índice de Empregabilidade / Ocupação dos Egressos (IEOE). Esse acompanhamento tem revelado excelência da UFPA na inserção dos egressos da graduação no mundo do trabalho ou na pós-graduação. Em 2022, alcançou-se o IEOE de 73,9%, superando a meta institucional de 60%. Em 2023, o índice foi de 70,55%, também acima da meta estipulada que era de 47%. Em 2024, o índice de 67,5% também superou a meta de 49%. Isso demonstra que a universidade prepara seus alunos para uma alta

empregabilidade, contribuindo para o capital humano da região. A proposta em construção é integrar esses dados ao Plano Anual de Monitoramento e outras iniciativas de acompanhamento da graduação, fortalecendo a retroalimentação dos PPCs e contribuindo para a atualização curricular. Também se prevê o fortalecimento da rede de egressos, estimulando sua participação em eventos acadêmicos e na cooperação com estudantes em formação, ampliando o impacto social da universidade.

Nesse sentido, a aprovação e a consolidação da Política Institucional de Acompanhamento de Egressos (PAE) na UFPA, é uma ação fundamental. A PAE rompe com a tradicional posição de que a missão social e o compromisso institucional com a formação universitária terminam no ato da diplomação. Também se fundamenta no princípio da educação como um processo contínuo, possibilitando que o egresso mantenha um vínculo permanente com a Instituição para a ampliação de conhecimentos e o fortalecimento de suas redes. Articulada com as demais políticas de acompanhamento institucional da UFPA, a PAE considera em suas ações a diversidade regional amazônica, a multicampia e a realidade social, acadêmica e profissional de sua comunidade de egressos.

A PAE deve seguir os seguintes princípios:

- Valorização profissional;
- Educação continuada, com incentivo à pós-graduação e cursos de extensão;
- Relacionamento contínuo entre egresso e instituição;
- Compromisso Social;
- Avaliação e autoavaliação permanentes;
- Continuidade e institucionalização das ações.

Em síntese, a UFPA avança na consolidação de um modelo integrado de acompanhamento da graduação que articula ações já existentes com iniciativas em planejamento, ancorado em dados institucionais, evidências nacionais e marcos normativos próprios. Ao valorizar simultaneamente cursos, discentes, docentes, produção científica voltada ao ensino e egressos, a universidade reafirma sua missão de assegurar qualidade, equidade e relevância social à formação acadêmica, contribuindo para o desenvolvimento regional da Amazônia e para o fortalecimento da Educação Superior pública no Brasil.

As políticas de acompanhamento acadêmico podem ser organizadas e articuladas em um Sistema Integrado de Acompanhamento Acadêmico da UFPA, concebido como um instrumento formativo e avaliativo, que contribua para o fortalecimento da qualidade do Ensino Superior. Esse sistema teria como finalidade acompanhar, avaliar e retroalimentar continuamente os processos

acadêmicos, em quatro dimensões centrais: os cursos, as atividades de ensino, a aprendizagem discente e a trajetória dos egressos.

Figura 13 – Sistema Integrado de Acompanhamento Acadêmico



Fonte: Elaboração própria.

No âmbito dos cursos, o sistema deve possibilitar o monitoramento sistemático de indicadores institucionais, possibilitando a revisão periódica dos Projetos Pedagógicos (PPC) e a análise da coerência entre a formação ofertada e as demandas sociais e regionais. Quanto às atividades de ensino, o sistema permite acompanhar a atuação dos docentes, dos mediadores pedagógicos e dos gestores acadêmicos, promovendo ações de formação continuada, *feedbacks* estruturados e estratégias de inovação pedagógica. Em relação à aprendizagem discente, o sistema contempla mecanismos de tutoria, monitoramento do desempenho acadêmico, apoio psicopedagógico, programas de nivelamento e estratégias de enfrentamento à evasão e retenção. Já no acompanhamento dos egressos, o sistema deve facilitar a manutenção de vínculos com a instituição, a coleta de informações sobre inserção profissional, continuidade de estudos e contribuições ao desenvolvimento regional.

Assim, o Sistema Integrado de Acompanhamento Acadêmico da UFPA deve ter papel estratégico, ao fornecer informações consistentes e atualizadas para os processos de autoavaliação institucional, em consonância com as exigências do SINAES, e para a gestão acadêmica participativa, garantindo que a universidade avance de forma planejada, democrática e orientada para a qualidade formativa.



1.6 POLÍTICA DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

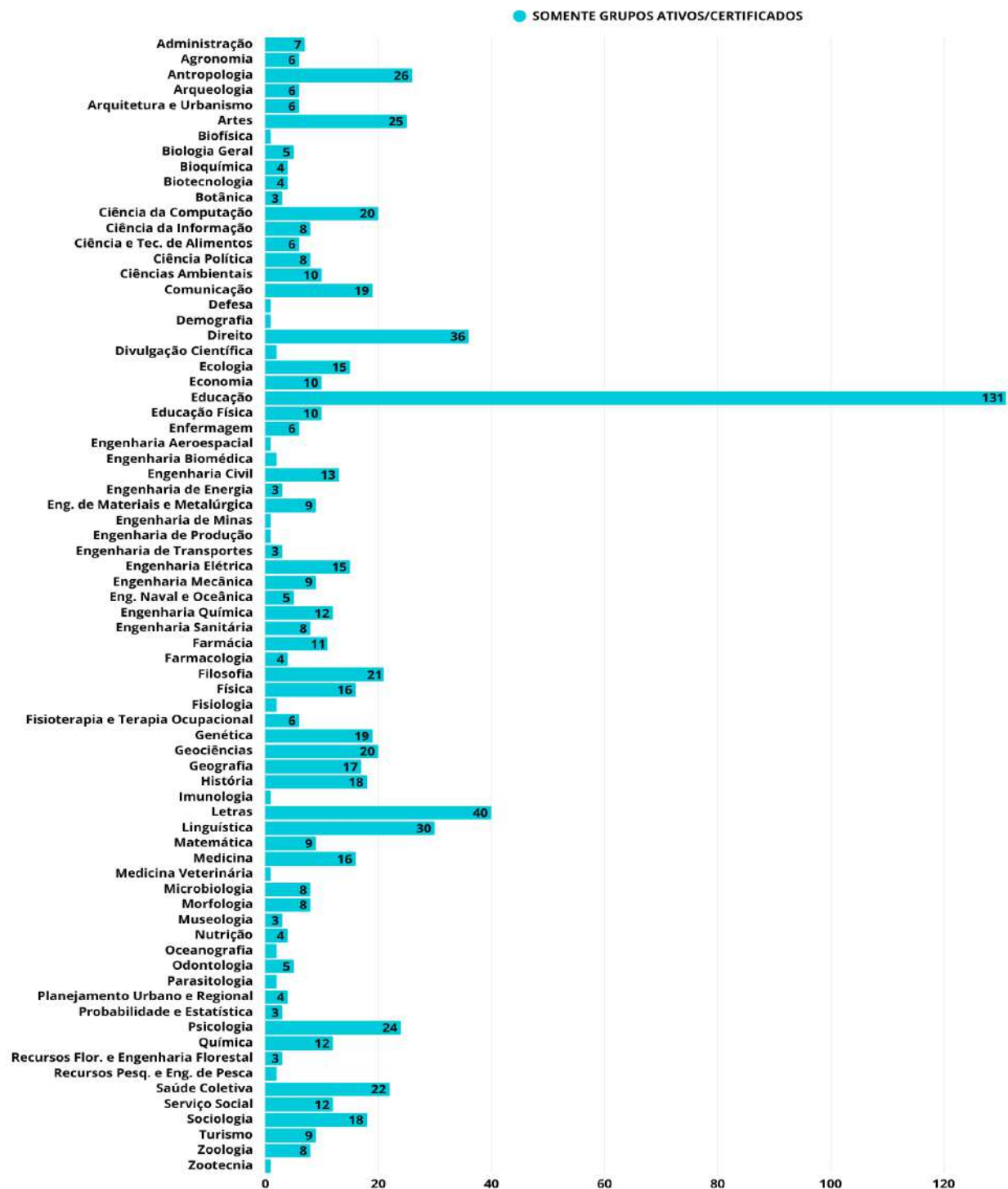
1.6. POLÍTICA DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A produção científica e a pós-graduação representam dimensões estratégicas para a Universidade Federal do Pará (UFPA), sustentando o avanço do conhecimento em suas múltiplas vertentes: científica, social e cultural. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) configura-se como o centro estratégico da UFPA na promoção da ciência, da tecnologia e da inovação, sendo responsável por formular, coordenar e implementar as políticas institucionais de pesquisa, pós-graduação e inovação, com o objetivo de consolidar a excelência acadêmica da Universidade.

A PROPESP atua de forma integrada à missão institucional, que consiste na tríade ensino, pesquisa e extensão, e contribuindo para a formação de profissionais críticos, inovadores e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. No contexto da PROPESP, composta por quatro diretorias – Diretoria de Pós-Graduação (DPG), Diretoria de Pesquisa (DPq), Diretoria de Capacitação (DCP) e Diretoria de Planejamento e Avaliação (DPE) – cada unidade desempenha funções estratégicas complementares para garantir a execução das políticas institucionais.

Nesse contexto, a UFPA apresenta resultados expressivos ao longo da última década no campo da pesquisa, evidenciando sua capacidade de grandes áreas do conhecimento. Esse crescimento não apenas evidencia a vitalidade e a diversidade das atividades de pesquisa desenvolvidas na Universidade, mas também reflete a efetiva implementação das políticas estratégicas estabelecidas para o período de 2016–2025, crescimento. Um dos principais indicadores desse avanço é o aumento significativo do número de grupos de pesquisa certificados o Diretório do CNPq, que passaram de 518 grupos em 2016 para 846 grupos em 2025, distribuídos pelas oito consolidando a pesquisa como eixo central da missão acadêmica da UFPA.

Figura 14 – Grupos de pesquisa ativos



Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, acessado em 24/09/2025

Esse avanço evidencia a consolidação de uma política institucional voltada ao desenvolvimento da pesquisa, traduzida na expansão de projetos, no aumento de publicações qualificadas, no crescimento das cooperações acadêmicas e na elevação do número de patentes. Esses resultados ampliaram a visibilidade e a relevância da UFPA, projetando-a de forma consistente nos cenários regional, nacional e internacional.

A implementação das políticas de pesquisa previstas no PDI 2016–2025 resultou na consolidação de um conjunto de programas institucionais estratégicos, criados para fomentar a qualificação de servidores, a ampliação dos grupos de pesquisa, a projeção da produção científica e a inserção nacional e internacional da Universidade. Esses programas constituíram um marco no desenvolvimento da pesquisa na UFPA, articulando dimensões complementares que, juntas, ampliaram a capacidade institucional de formar pesquisadores, gerar conhecimento e promover inovação.

No eixo da qualificação de servidores, destaca-se o **Programa de Apoio à Qualificação de Servidores Docentes e Técnicos Administrativos (PADT)**, que possibilitou a inserção de docentes e técnicos-administrativos em cursos de pós-graduação stricto sensu, estimulando não apenas a formação individual, mas também a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Instituição. O PADT, ao articular os Programas de Pós-Graduação da UFPA a essa demanda de formação, contribuiu para consolidar uma política de valorização dos servidores e de desenvolvimento da pesquisa institucional.

No campo da produção e circulação do conhecimento científico, o **Programa de Apoio à Publicação Qualificada (PAPQ)** assumiu papel fundamental ao disponibilizar recursos para o custeio de taxas de publicação de artigos em periódicos de alto impacto internacional, garantindo maior visibilidade à produção científica da UFPA e contribuindo para elevar seus indicadores acadêmicos.

Complementarmente, o **Programa Institucional de Apoio à Produção Acadêmica (PIAPA)** ampliou a participação de servidores docentes e técnico-administrativos da UFPA em eventos científicos nacionais e internacionais. Por meio da concessão de auxílio financeiro, o programa assegura a ampla difusão da pesquisa desenvolvida na Instituição, fortalece a integração com diferentes comunidades acadêmicas e contribui para a consolidação da UFPA como referência na produção científica regional, nacional e internacional.

No eixo da cooperação e internacionalização, o **Programa de Apoio à Cooperação Interinstitucional (PACI)** possibilitou a intensificação de parcerias entre grupos de pesquisa da UFPA e de instituições estrangeiras, fomentando a elaboração conjunta de projetos, a realização de missões de pesquisa e a mobilidade de docentes e pesquisadores. Essa iniciativa integrou-se de forma estratégica à política institucional de robustecimento dos grupos de pesquisa e de inserção internacional da pós-graduação, ampliando a capacidade da UFPA de dialogar com agendas científicas globais.

No que se refere à formação de novos pesquisadores, o **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)** consolidou-se como uma das principais portas de entrada para a

prática científica na Universidade. Com seus diversos subprogramas (AF, PCD, EBTT, EM, PIBIT, INTERIOR, UFPA), o PIBIC possibilitou a inclusão de estudantes de graduação de diferentes perfis e áreas, fortalecendo a participação dos campi do interior, estudantes da educação básica, pesquisadores voltados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, além de grupos historicamente menos representados na ciência. Ao envolver os alunos em projetos de pesquisa supervisionados por docentes e técnicos, o programa fortalece a integração entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo que os estudantes apliquem os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolvam competências investigativas e contribuam para a produção científica da UFPA. Essa política promove a formação de novas gerações de pesquisadores e impacta diretamente a qualidade da graduação, ao articular de forma efetiva aprendizado teórico e prática científica.

No âmbito do fomento a novas trajetórias acadêmicas, o **Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador (PARD e PARC)** garantiu condições para que recém-doutores e doutores recém-contratados consolidassem suas linhas de pesquisa, criassem novos grupos e desenvolvessem projetos inovadores. Por meio da concessão de bolsas de iniciação científica e do auxílio financeiro para participação em eventos científicos, o programa fortaleceu a continuidade da formação científica na Instituição, ao mesmo tempo em que renovou e ampliou as bases de pesquisa da Universidade.

Por fim, no eixo da difusão do conhecimento e integração com a sociedade, o **Programa de Apoio à Realização de Eventos (PAEV)** teve papel essencial na viabilização de encontros científicos e acadêmicos, especialmente em território paraense, estimulando a troca de experiências, a disseminação de resultados e a aproximação entre a produção científica da UFPA e os diferentes setores sociais.

Esses programas, em sua complementaridade, constituíram um ecossistema robusto de apoio à pesquisa, capaz de estimular desde a iniciação científica até a internacionalização de grupos consolidados, passando pela valorização de docentes e técnicos em todas as etapas de sua carreira. Reforçaram, ainda, o compromisso da UFPA com uma política de pesquisa inclusiva, sustentável e socialmente referenciada, que projeta a Instituição como protagonista no desenvolvimento científico da Amazônia e do Brasil.

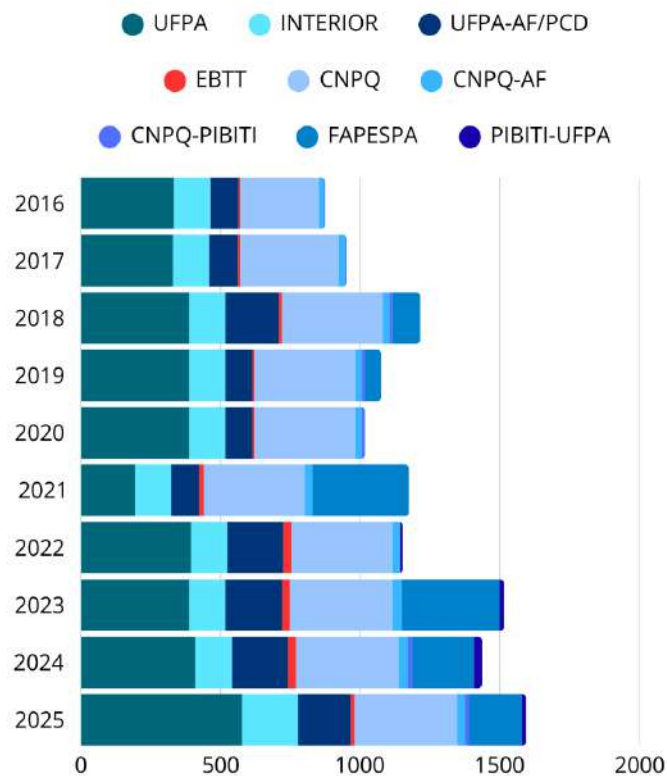
O período de vigência do último PDI foi marcado por grandes desafios externos, em especial a pandemia de Covid-19, que, entre 2020 e 2022, impôs mudanças profundas na dinâmica da pesquisa científica, demandando adaptações metodológicas, uso intensivo de tecnologias digitais e redefinição de prioridades em diversas áreas do conhecimento. Somou-se a esse cenário a prolongada recessão orçamentária que limitou os investimentos em ciência, tecnologia e

inovação em âmbito nacional, restringindo os recursos disponíveis para manutenção e expansão das atividades de pesquisa.

Apesar dessas adversidades, a UFPA demonstrou resiliência institucional, criatividade e capacidade de adaptação, reafirmando seus compromissos estratégicos com a ciência e mantendo a vitalidade de sua produção acadêmica. Um dos exemplos mais expressivos desse esforço pode ser observado nos números do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Ao longo da última década, a Universidade registrou um crescimento significativo na oferta de bolsas, passando de 847 bolsas para mais de 1.500 bolsas atualmente, resultado de uma política contínua de potencialização da iniciação científica e da ampliação de parcerias com agências de fomento, como CNPq e FAPESPA.

Esse avanço revela não apenas o comprometimento da Instituição com a formação de novos pesquisadores, mas também a consolidação do PIBIC como um dos principais instrumentos de integração entre ensino e pesquisa. Ao assegurar que um número cada vez maior de estudantes tenha a oportunidade de vivenciar a prática científica, a UFPA contribui para o fortalecimento da graduação, para a redução das desigualdades regionais e sociais no acesso à pesquisa e para a renovação de suas bases acadêmicas.

Figura 15 - Oferta de bolsas de iniciação pesquisa



Fonte: <https://www.propesp.ufpa.br/>, acessado em 26/09/2025

1.6.1. Princípios Norteadores da Política de Pesquisa

Para o ciclo 2026–2035, a Universidade Federal do Pará reafirma a pesquisa como dimensão estratégica central de sua missão acadêmica, articulando-se às demandas contemporâneas da ciência, às necessidades da sociedade e às especificidades da região amazônica. Nesse horizonte, a **Política Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica** se estrutura em princípios, diretrizes e objetivos que consolidam o compromisso da UFPA com a produção de conhecimento científico de excelência, socialmente referenciado e internacionalmente reconhecido.

Os **princípios** correspondem aos fundamentos éticos, epistemológicos e políticos que orientam a Política de Pesquisa, expressando os valores que sustentam a atuação institucional.

A Política Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica da UFPA fundamenta-se nos seguintes **princípios**:

- I. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** articulação entre formação acadêmica, produção científica e aplicação social do conhecimento.
- II. **Compromisso com a transformação social:** orientação da pesquisa para a redução das desigualdades e a promoção de impactos sociais positivos;
- III. **Valorização da dignidade humana:** compreensão da ciência como prática voltada à promoção da vida, da cidadania e do bem-estar social;
- IV. **Colaboração científica:** estímulo ao trabalho em rede e à cooperação entre pesquisadores, instituições e sociedade;
- V. **Integridade na pesquisa:** condução ética, responsável e transparente da atividade científica, assegurando rigor metodológico, honestidade intelectual e respeito aos sujeitos da pesquisa;
- VI. **Pluralidade de saberes:** reconhecimento da diversidade epistemológica, incluindo saberes científicos, tradicionais e populares, especialmente no contexto amazônico;
- VII. **Liberdade acadêmica:** garantia da autonomia universitária e da livre produção e difusão do conhecimento, com independência crítica;
- VIII. **Responsabilidade socioambiental:** compromisso com o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e o uso responsável dos recursos naturais;
- IX. **Integração de saberes:** incentivo à interdisciplinaridade e à construção de abordagens integradas;

1.6.2. Diretrizes da Política de Pesquisa

As diretrizes institucionais derivam dos princípios estabelecidos e orientam, de forma estratégica, a implementação da política de pesquisa no âmbito da Universidade Federal do Pará. Nesse contexto, a pesquisa é consolidada como atividade-fim da Universidade, estruturando-se a partir de uma lógica integrada, colaborativa e territorialmente comprometida.

A Universidade Federal do Pará, enquanto instituição multicampi, assume a multicampia como eixo estruturante de sua política de pesquisa, compreendendo sua presença em diferentes regiões do estado como um diferencial estratégico para a democratização do acesso à ciência e para a produção de conhecimento socialmente referenciado. Com 12 campi distribuídos pelo território paraense, a UFPA orienta suas ações para a consolidação de um sistema articulado de pesquisa, capaz de respeitar as especificidades locais, reduzir assimetrias internas e promover condições equitativas de desenvolvimento científico em todas as suas unidades.

Nesse sentido, a interiorização da pesquisa constitui uma estratégia central, articulada à expansão e qualificação do ensino superior, promovendo a descentralização de oportunidades de fomento, infraestrutura e formação de recursos humanos. Essa diretriz implica o fortalecimento dos grupos de pesquisa nos campi do interior, o estímulo à fixação de pesquisadores, a ampliação do acesso a editais institucionais e nacionais e a indução de agendas de pesquisa alinhadas às demandas territoriais. Ao mesmo tempo, busca-se fomentar redes internas de colaboração entre campi, de modo a potencializar competências, compartilhar infraestrutura e promover a circulação de conhecimento no âmbito institucional.

A promoção da excelência acadêmica articula-se a essa perspectiva territorial, sendo orientada pelo fortalecimento da produção científica qualificada, pela consolidação de periódicos institucionais, pela ampliação da participação em redes nacionais e internacionais de pesquisa e pelo estímulo à formação de pesquisadores em todos os níveis. A excelência, nesse contexto, é compreendida de forma ampliada, considerando não apenas indicadores tradicionais de produtividade, mas também o impacto social, a relevância regional e a contribuição para o desenvolvimento sustentável.

A inovação e a produção de conhecimento aplicado constituem outra diretriz estratégica, orientadas à geração de soluções para desafios econômicos, sociais, culturais e ambientais, especialmente no contexto amazônico. Essa perspectiva implica o fortalecimento das interfaces entre universidade, setor produtivo, poder público e sociedade civil, bem como o incentivo à pesquisa aplicada, à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo científico.

A democratização do conhecimento e a transparência na gestão da pesquisa são igualmente fundamentais, orientando a ampliação do acesso às informações, aos resultados científicos e às

oportunidades institucionais. Nesse sentido, a UFPA busca fortalecer suas políticas de divulgação científica, comunicação pública da ciência e acesso aberto, ampliando o alcance social do conhecimento produzido.

A internacionalização da pesquisa é concebida como estratégia transversal, voltada à inserção qualificada da UFPA em redes globais de produção do conhecimento. Para tanto, a Universidade investe na ampliação de parcerias institucionais, na mobilidade acadêmica, na cooperação científica internacional e na participação em projetos e editais de alcance global, assegurando que essa inserção contemple de forma equitativa os diferentes campi.

A articulação com a educação básica constitui diretriz estratégica para o fortalecimento da cultura científica desde as etapas iniciais da formação educacional. Nesse sentido, a UFPA buscará ampliar e qualificar ações de iniciação científica voltadas a estudantes do ensino médio, com destaque para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), promovendo a aproximação entre universidade e escolas, o estímulo à vocação científica e a inclusão de jovens no universo da pesquisa. Essa estratégia contribui para a formação de novos pesquisadores, para a redução das desigualdades no acesso à ciência e para o fortalecimento da educação pública na Amazônia.

A promoção da inclusão, diversidade e equidade na ciência configura-se como diretriz estruturante, com especial ênfase na equidade de gênero, reconhecida como dimensão transversal das políticas institucionais. A UFPA compromete-se a ampliar o acesso, a permanência e a progressão de grupos historicamente sub-representados na pesquisa, especialmente mulheres, bem como indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+, população negra, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, imigrantes, refugiadas(os), asiladas(os), apátridas e vítimas de tráfico de pessoas, promovendo ambientes acadêmicos inclusivos, seguros e livres de discriminação.

A qualificação e a expansão da infraestrutura de pesquisa constituem diretriz estratégica para o fortalecimento institucional, visando assegurar condições adequadas para o desenvolvimento de investigações científicas de alta complexidade em todos os campi da Universidade. Nesse sentido, a UFPA orienta suas ações para a modernização de laboratórios, ampliação de espaços de pesquisa e fortalecimento de ambientes tecnológicos, de modo a reduzir assimetrias internas e promover maior equidade no acesso às condições de produção científica. Paralelamente, a diversificação das fontes de financiamento e a ampliação da cooperação técnica com agências de fomento e parceiros institucionais configuram-se como pilares para a sustentabilidade das políticas de pesquisa. Destacam-se, nesse contexto, os editais de fomento à infraestrutura, como os da Finep, cuja elaboração envolve processos institucionais de

planejamento e articulação entre grupos de pesquisa, incentivando propostas integradas, multidisciplinares e cooperativas. Como parte da estratégia de descentralização, a Universidade tem buscado ampliar a participação dos campi do interior nessas oportunidades, reforçando sua vocação multicampi e assegurando que o desenvolvimento científico e tecnológico ocorra de forma equilibrada em todo o território paraense.

Por fim, a indução à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade orienta a construção de abordagens integradas para a compreensão e enfrentamento de problemas complexos. Ao estimular a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento e entre a universidade e a sociedade, a UFPA amplia o potencial inovador de sua produção científica e fortalece seu papel como agente de transformação social.

1.6.3. Objetivos da Política de Pesquisa

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026–2035 estabelece como objetivos da Política Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará:

- I. fomentar um ambiente institucional propício à investigação científica, incentivando a participação contínua da comunidade acadêmica em atividades de pesquisa articuladas ao ensino e à extensão;
- II. qualificar a formação acadêmica por meio da inserção sistemática de estudantes em práticas investigativas, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e do compromisso social;
- III. induzir a produção de conhecimento científico, tecnológico e inovador orientado às demandas estratégicas da Amazônia, considerando suas dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas;
- IV. impulsionar abordagens interdisciplinares e transdisciplinares que favoreçam a compreensão e o enfrentamento de problemáticas complexas contemporâneas;
- V. fortalecer redes de pesquisa e cooperação acadêmica, ampliando a integração entre programas, grupos de pesquisa e instituições parceiras, em âmbito nacional e internacional;
- VI. ampliar a visibilidade e a qualidade da produção científica institucional, incentivando sua difusão em veículos qualificados e sua inserção em circuitos acadêmicos de relevância;
- VII. consolidar e dinamizar a atuação dos grupos de pesquisa, promovendo sua articulação com centros de excelência e redes colaborativas;

VIII. promover o equilíbrio no desenvolvimento da pesquisa entre os diferentes campi da Universidade, por meio da descentralização de oportunidades, do fortalecimento de capacidades locais e da valorização das especificidades regionais;

IX. assegurar condições institucionais que promovam inclusão, diversidade e equidade na ciência, com atenção especial à equidade de gênero e à ampliação da participação de grupos historicamente sub-representados;

X. intensificar a interação entre universidade e sociedade, incorporando demandas sociais e saberes locais à agenda de pesquisa e ampliando o impacto social do conhecimento produzido;

XI. estimular a geração de soluções inovadoras e a aplicação do conhecimento científico, fortalecendo a interface com setores produtivos, organizações sociais e o poder público;

XII. apoiar iniciativas voltadas à proteção do conhecimento produzido, incluindo a gestão da propriedade intelectual e a valorização de ativos tecnológicos;

XIII. contribuir para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, com base em evidências científicas alinhadas às necessidades da região amazônica;

XIV. aperfeiçoar os processos institucionais de planejamento, acompanhamento e avaliação da pesquisa, incorporando parâmetros de qualidade, relevância e impacto social;

XV. assegurar a qualificação e a expansão da infraestrutura de pesquisa, aliadas à diversificação das fontes de financiamento e ao fortalecimento da cooperação institucional, garantindo sustentabilidade e condições adequadas para o desenvolvimento científico em todos os campi;

XVI. promover a ampliação, modernização e descentralização da infraestrutura de pesquisa, articulada à diversificação de fontes de financiamento e à cooperação com agências de fomento, de modo a assegurar condições equitativas e sustentáveis para a produção científica em toda a Universidade;

XVII. fortalecer a articulação entre universidade e educação básica, por meio da ampliação de programas de iniciação científica voltados ao ensino médio, especialmente o PIBIC-EM, promovendo a formação precoce de jovens pesquisadores e o estímulo à cultura científica;

XVIII. projetar a Universidade Federal do Pará como referência na produção de conhecimento científico na Amazônia, ampliando sua inserção no cenário nacional e internacional.

Desse modo, o PDI 2026–2035 posiciona a UFPA como protagonista no cenário amazônico, nacional e internacional, comprometida com a ciência, a inovação e a transformação social.



1.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO, ARTE E CULTURA

1.7. POLÍTICA DE EXTENSÃO, ARTE E CULTURA

A Política de Extensão da Universidade Federal do Pará se estrutura, fundamentalmente, na Política Nacional de Extensão Universitária, nas diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (estabelecidas na Resolução n. 07 / 2018 do Conselho Nacional de Educação) e nas Diretrizes para a Estruturação das Atividades Acadêmicas de Extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UFPA (estabelecidas pela Resolução n. 5.467 / 2022 – CONSEPE/UFPA).

São quatro diretrizes centrais que configuram a Política de Extensão Universitária da UFPA: a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade; a formação cidadã dos estudantes; a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade; e a articulação entre ensino/extensão/pesquisa.

Durante o período compreendido entre os anos de 2016 e 2015, a Política de Extensão Universitária da UFPA alcançou resultados significativos, assim destacados:

- a) Consolidou os seus principais Editais de Extensão, como fonte de apoio e incentivo às atividades acadêmicas de extensão nos diversos Campi da UFPA;
- b) Fomentou, apoiou e ampliou a expansão dos programas de extensão, dos projetos de extensão e do número de bolsas de extensão nos Campi fora da Capital do Estado. Em relação as bolsas de extensão, no ano de 2016 das 530 bolsas de extensão aprovadas em editais, apenas 117 bolsas foram destinadas aos Campi fora da Capital (correspondendo a 22,1% do total de bolsas), enquanto no ano de 2025, do total de 768 bolsas de extensão aprovadas em editais, 424 destas foram destinadas aos Campi fora da Capital (correspondendo a 55,2% do total de bolsas);
- c) Fortaleceu e consolidou o financiamento institucional da UFPA para os editais de extensão e para os programas estratégicos de envergadura cultural, desenvolvidos pela PROEX em parceria com as Unidades e Subunidades Acadêmicas;
- d) Fortaleceu a inserção curricular da extensão nos Projetos Pedagógicos de Curso, consolidando o entendimento das atividades acadêmicas de extensão universitária como componente formativo. Para tanto, foram estabelecidas parcerias institucionais com a PROEG para unir e unificar ações e discursos institucionais destinados à orientação para a efetivação da inserção curricular da extensão;
- e) Fortaleceu programas estratégicos da área da cultura, como: Multicampiartes e da Caravana Cultural; Prêmio Proex de Arte e Cultura; Auto do Círio; e outros;

f) Ampliou e fortaleceu ações interinstitucionais entre a UFPA e instituições governamentais e não governamentais, com destaque para a implantação dos Colóquios de Governança Mesorregionais;

g) Criou e consolidou o Fórum de Extensão como espaço de diálogo institucional com os gestores acadêmicos da UFPA sobre a Política de Extensão da universidade.

O percurso desenvolvido pela Política de Extensão da UFPA permite afirmar que esta se instituiu como área estratégica na integração entre o ensino e a pesquisa no processo formativo desenvolvido na universidade. A Política de Extensão para o próximo decênio enfrentará desafios próprios das tarefas e objetivos assumidos pela extensão enquanto componente formativo tanto para a graduação, quanto para a Pós-Graduação.

Entre os desafios estruturais, ressalta-se a necessidade de se instituir um orçamento próprio por parte do governo federal, para a efetivação da inserção curricular da extensão e para o fomento regular e sistemático de ações extensionistas por meio de programas e projetos de extensão.

Entre os desafios éticos e políticos para a extensão universitária, ressalta-se a necessidade da extensão se afirmar como cultura universitária relevante e estratégica para a humanização do processo formativo.

As ações estratégicas da Política de Extensão para o próximo decênio deverão buscar a consolidação da extensão universitária como integrante do cotidiano da formação universitária; a consolidação da afirmação da presença da extensão nas atividades formativas de ensino e da pesquisa; e a consolidação da extensão como componente integrante das atividades institucionais da universidade. A conjugação destas ações buscará garantir que a extensão universitária integre efetivamente a cultura universitária, em seus distintos territórios compreendidos na perspectiva da Multicampia na UFPA.

Desta forma, a Política de Extensão da UFPA para o período 2026 a 2035 considerará a efetivação de ações institucionais considerando os seguintes campos de atuação: na pós-Graduação; na graduação, educação básica e técnica; na cultura, esporte e lazer; na gestão acadêmica; na gestão da política de extensão universitária; na relação dialógica entre a universidade e a sociedade.

Consolidar a Extensão como componente presente e integrador da Cultura Universitária no próximo decênio, requisita o fortalecimento das conquistas da Política de Extensão estabelecidas no período 2016 – 2025, assim como requisita um conjunto de esforços que potencializem a presença da extensão na graduação e na pós-graduação, com vistas a efetivação de um círculo virtuoso de integração da extensão ao ensino e a pesquisa.



1.8 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO



1.8. POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização é reconhecida pela Universidade Federal do Pará (UFPA) como um eixo estratégico e indissociável de sua missão institucional, articulando-se às funções de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão. Constitui-se em um processo contínuo e intencional voltado ao fortalecimento da excelência acadêmica, ao intercâmbio de saberes e à ampliação da contribuição científica, social e cultural da universidade para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do planeta.

Inserida no coração da Pan-Amazônia, região que concentra desafios e oportunidades de escala global, a UFPA compreende a internacionalização como uma estratégia estruturante de fortalecimento institucional, cuja finalidade é elevar a qualidade da formação, da produção científica e da atuação social da universidade, consolidando-a como liderança acadêmica e científica da Amazônia no cenário internacional.

A internacionalização, portanto, transcende a dimensão instrumental da visibilidade externa. Trata-se de um vetor de transformação institucional e de inovação sistêmica, que reorganiza práticas pedagógicas, estimula novas formas de cooperação científica, diversifica fontes de financiamento, impulsiona a produção de conhecimento e promove a interlocução intercultural entre povos e instituições. Ao fazê-lo, reforça o papel da UFPA como agente ativo da diplomacia científica, da cooperação Sul3Sul e da produção de políticas de conhecimento voltadas à justiça climática e socioambiental.

As raízes da internacionalização da UFPA antecedem sua institucionalização formal e refletem a própria história da universidade. Desde a sua fundação, em 1957, professores pioneiros estabeleceram contatos e parcerias individuais com instituições estrangeiras, abrindo caminhos para a circulação de ideias e a formação de quadros no exterior. A presença da Casa de Estudos Germânicos, criada em 1968, é um marco desse movimento inicial, simbolizando a cooperação com a Alemanha e contribuindo decisivamente para a formação de doutores na região. Outro passo importante ocorreu em 1986, com a criação da Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (ARNI), que estruturou os primeiros programas de cooperação acadêmica e fortaleceu a celebração de convênios bilaterais.

O processo se intensificou a partir dos anos 2000, quando a universidade passou a participar de iniciativas nacionais de internacionalização e a ampliar sua rede de contatos institucionais. A criação da Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER), em 2009, representou um marco decisivo: pela primeira vez, a internacionalização foi tratada como uma política estratégica da universidade, com programas específicos de apoio à cooperação acadêmica, incentivo à publicação científica em periódicos internacionais e estímulo à mobilidade de estudantes, docentes e técnicos.

Essa fase consolidou a internacionalização como prática institucional, em vez de permanecer apenas como iniciativas isoladas de grupos de pesquisa ou de docentes individuais.

Na década seguinte, a UFPA diversificou suas parcerias e aderiu a redes e programas de grande alcance, como FAUBAI (Associação Brasileira de Educação Internacional), GCUB (Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras), AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa), AUF (Agência Universitária de Francofonia) entre outros. Mais recentemente, a universidade foi a única da região Norte do país a ser admitida na Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM).

A universidade também intensificou a mobilidade acadêmica, tanto de envio de alunos e professores ao exterior quanto de recepção de estrangeiros, por meio de programas como PEC-G (Programa de Estudante-Convênio de Graduação), PEC-PG (Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação), PAEC-OEA (Programa de Alianças para a Educação e Formação do OEA - Organização dos Estados Americanos), BRAMEX (Brasil México), BRACOL (Brasil Colômbia), BRAFITEC Brasil, Finlândia, Alemanha, Índia, Portugal), PDESE (Programa de Doutorado sanduíche de Educação Superior em Rede), Ciências sem Fronteiras e Santander Universidades, entre outros. Essa inserção internacional passou também pela ampliação do multilinguismo, com ações diversas voltadas à formação em línguas estrangeiras e ao fortalecimento do português como língua de acolhimento para estudantes vindos de outros países. Para reforçar essa estratégia, a UFPA aprovou sua Política Linguística (Resolução n. 5.110, de 26/10/2018), que buscou democratizar o acesso ao aprendizado de idiomas e promover a inclusão.

Nesse período, a universidade acumulou experiências com dupla diplomação, cotutela em doutorados e participação em projetos de pesquisa internacionais, sobretudo nas áreas estratégicas ligadas à Amazônia, como biodiversidade, mudanças climáticas, energia, saúde e direitos humanos.

Em 2019, a UFPA passou a integrar o programa *Internationalization Laboratory* (IL-ACE), a partir de indicação da CAPES, o que levou à formação de um Comitê de Internacionalização e subcomitês para discutir a elaboração de um Plano Estratégico de Internacionalização para os anos a seguir. Desse movimento foram identificadas quatro dimensões principais de ação: Gestão e Articulação Institucional, Internacionalização Acadêmica, Promoção da Mobilidade Estudantil (in e out), e Promoção da Cooperação Internacional.

Nesse cenário, houve uma grande evolução da instituição em termos de cooperação internacional. A UFPA tem intensificado a celebração de acordos, atingindo em torno de duas centenas de acordos vigentes em esferas geograficamente abrangentes, envolvendo todos os

continentes do globo. Esse número tende a crescer, diante do recente mapeamento realizado pela PROINTER, que identificou quase 2 mil cooperações internacionais não formalizadas.

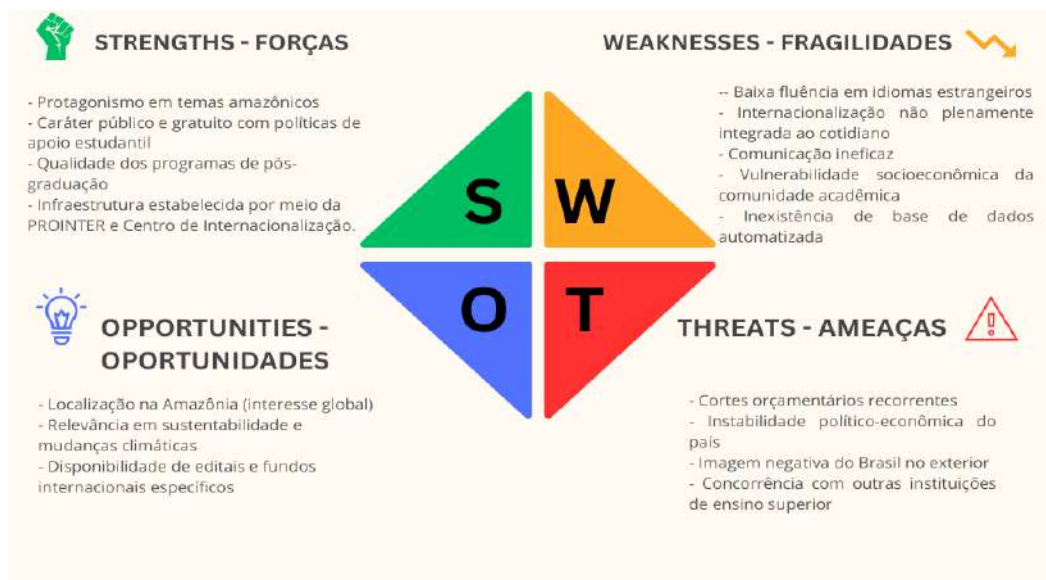
A UFPA também vem fomentando de maneira consistente a cooperação internacional por meio de programas internos estruturados, como o Programa de Apoio à Cooperação Interinstitucional (PACI), o Programa de Apoio à Publicação Qualificada (PAPQ) e o Programa Institucional de Apoio à Produção Acadêmica (PIAPA), cujos editais contemplam todos os 12 campi da instituição. Além disso, buscando aprimorar a comunicação institucional e ampliar a visibilidade de suas ações, a universidade lançou um portal trilingue, criou o selo “UFPA Internacional” e está desenvolvendo tanto um novo portal quanto um site específico para visitantes internacionais. Paralelamente, tem investido em estratégias de divulgação por meio de redes sociais e em parcerias de mídia, como a estabelecida com o jornal *Liberal Amazon*, ampliando o alcance de sua projeção nacional e internacional. A conta no aplicativo Instagram mantido pela Pró-reitoria de relações internacionais também passou a ser um canal de divulgação de grande importância, especialmente em razão de sua permeabilidade perante o corpo discente, contando atualmente com quase 5 mil inscritos.

Algumas dessas ações recentes decorreram da aferição da percepção da comunidade acadêmica sobre a internacionalização realizada em 2020, em uma pesquisa com mais de seis mil respondentes. Os resultados mostraram, à época, que, embora a maioria considere a internacionalização um valor essencial ou importante — sendo 67% dos docentes e 63% dos discentes de pós-graduação — ainda persistem lacunas significativas. Observou-se na ocasião, por exemplo, um baixo conhecimento geral sobre os programas de internacionalização da UFPA, sobretudo entre os alunos de graduação. Ademais, a comunicação institucional foi avaliada como insatisfatória por 74% dos professores e por 85% dos estudantes de pós-graduação. A participação efetiva em programas também se mostrou bastante reduzida: 97% dos estudantes de graduação e 92% da pós-graduação declararam não participar de ações de internacionalização, sendo os docentes o grupo mais envolvido, ainda assim em proporção limitada (27%).

As dificuldades apontadas pela comunidade durante a pesquisa sobre a internacionalização concentraram-se em cinco aspectos principais. Em primeiro lugar, a baixa proficiência em línguas estrangeiras, considerada um entrave crítico, já que apenas cerca de metade dos estudantes de graduação domina outro idioma além do português. Em segundo lugar, foram apontadas dificuldades financeiras: a renda familiar de aproximadamente dois terços dos estudantes é de até três salários-mínimos, o que limita a participação em programas de mobilidade sem apoio robusto de financiamento. Em terceiro, destaca-se a carência de oportunidades claras e a divulgação considerada precária, já que grande parte dos estudantes e técnicos-administrativos — 79% e 56%,

respectivamente — desconhecem as possibilidades de mobilidade. Em quarto lugar, há os obstáculos enfrentados por estrangeiros, como barreiras linguísticas, choques culturais e desinformação no processo de adaptação às atividades acadêmicas. Por fim, aparece a ausência ou insuficiência da multiculturalidade nos currículos e projetos de pesquisa e extensão, percebida como pouco presente por cerca de metade da comunidade e ausente por até um quarto dela.

Figura 16 – Matriz SWOT da internacionalização da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

A análise SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats - também realizada na ocasião, evidenciou pontos fortes, fragilidades, oportunidades e ameaças da internacionalização na UFPA, conforme evidencia a figura 16.

Ainda assim, a trajetória percorrida até aqui coloca a internacionalização como um componente estruturante da identidade da UFPA, conectando a Amazônia ao mundo e fortalecendo sua vocação como universidade de excelência científica, cultural e social de projeção internacional, que deve ser reforçada por meio desta nova Política de Internacionalização.

1.8.1. Bases Conceituais da Internacionalização: Estratégias Enraizadas, Inclusivas e Solidárias para a UFPA

A política de internacionalização da UFPA adota a concepção amplamente reconhecida no contexto das universidades públicas brasileiras e referencias internacionais. Nessa perspectiva, a internacionalização é compreendida como um processo intencional de integração de uma dimensão internacional, intercultural e global às funções de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, com vistas à melhoria contínua da qualidade da educação superior e à ampliação da

contribuição das universidades para a sociedade, conforme formulado por Knight (2004) e De Wit (2011).

A internacionalização do ensino universitário foi aprofundada nas últimas décadas em razão do aumento do fluxo de pessoas e ideias, bem como maior integração produtiva, financeira e comercial das economias globais. Com a transformação da Amazônia em região, dentre as regiões do Brasil, com o maior crescimento em exportações e com maior interesse geopolítico em virtude de fatores econômicos, sociais e ambientais, o processo de internacionalização das universidades situadas nesse contexto teve impulso considerável recentemente.

O grau de internacionalização de uma universidade corresponde a uma medida que sintetiza o potencial instalado nessa instituição para impactar as fronteiras do conhecimento e para subsidiar transformações na sociedade. O propósito de transformar a Universidade Federal do Pará (UFPA) em uma universidade mundialmente reconhecida requer que suas atividades de internacionalização sejam fortemente alavancadas, por meio de ações e programas que demonstrem sustentabilidade e que ocorram transversalmente na instituição, da graduação à pós-graduação, envolvendo toda a comunidade acadêmica, todas as áreas de conhecimento, domínios de atuação e territórios (campi). Além disso, é necessário que essas atividades estejam realizadas sob égide da excelência e da solidariedade.

A política de internacionalização da Universidade Federal do Pará (UFPA) busca uma abordagem estratégica e equilibrada, rompendo com o modelo tradicional que prioriza apenas parcerias com o Norte Global. A instituição entende que a verdadeira internacionalização deve refletir sua vocação de liderança regional e, por isso, visa o fortalecimento da cooperação com países do Sul Global, especialmente com os da Pan-Amazônia. Essa abordagem não apenas contribui para o desenvolvimento científico e cultural da própria região, mas também posiciona a UFPA como um centro de excelência em temas amazônicos, promovendo a integração entre diferentes nações que compartilham desafios e oportunidades semelhantes. Ao equilibrar a colaboração com países de economias avançadas e com países parceiros estratégicos próximos de sua área de influência, a UFPA constrói uma rede de internacionalização mais diversa, relevante e alinhada com as necessidades e particularidades locais.

Como universidade pública, gratuita, inclusiva e multicampi, a UFPA entende que a internacionalização deve ser socialmente referenciada, isto é, ancorada nas necessidades e potencialidades da sociedade amazônica. Essa visão confere ao processo um caráter ético e transformador, no qual a dimensão internacional não se sobrepõe ao compromisso regional, mas o potencializa. Internacionalizar, assim, não significa apenas projetar a universidade no exterior, mas integrar saberes locais e globais, criando redes de solidariedade, cooperação e coautoria intelectual

entre comunidades, povos e instituições que compartilham desafios históricos de desigualdade, exclusão e vulnerabilidade.

1.8.2. Estrutura Institucional da Internacionalização

A Universidade Federal do Pará (UFPA), comprometida com sua missão amazônica e com a consolidação de uma internacionalização inclusiva, estruturou desde 2009 a Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER) como unidade estratégica responsável pela formulação e implementação de sua política internacional. Inserida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Planos Estratégicos de Internacionalização (2018 e 2025), a PROINTER é o órgão que garante a integração da universidade às redes globais de cooperação, ensino e pesquisa.

A criação do Centro de Internacionalização, inaugurado em 2020, reforçou essa missão da PROINTER ao reunir diversas representações e programas voltados à cooperação acadêmica global. O Centro, inserido na estrutura da Pró-reitoria de relações internacionais, abriga Cátedras como “João Lúcio de Azevedo” e “Sérgio Vieira de Melo”, bem como várias Casas de difusão linguística, científica e cultural, tais como a Casa de Estudos Germânicos (CEG), o Centro de Recursos Didáticos de Espanhol (CRDE), a Casa de Estudos Francófonos, a Casa Brasil-África e o Espaço Fulbright. Também, compõem a estrutura do órgão um escritório para a recepção de pesquisadores e estudantes estrangeiros e salas para exposições, palestras, aulas de cursos de idiomas e outras atividades, buscando promover o acesso a experiências de internacionalização de forma ampla e inclusiva à comunidade acadêmica, sem sair do Campus de Belém.

Com base no diagnóstico a seguir, pretende-se criar um Setor de Apoio à Captação de Recursos Externos e Submissão de Projetos Internacionais, responsável por identificar editais de programas multilaterais, apoiar tecnicamente a elaboração de propostas competitivas em diferentes idiomas, oferecer assessoria e capacitar docentes e técnicos em redação de projetos. Esse setor deverá atuar em rede com pontos focais de internacionalização nos *campi* do interior, permitindo que os benefícios cheguem a toda a comunidade acadêmica e se traduzam em acordos temáticos nas áreas de biodiversidade, energias limpas, saúde pública e direitos humanos. Complementarmente, a universidade vai estimular a cooperação universidade-indústria internacional, assegurando que as parcerias gerem impacto real em ensino, pesquisa e extensão.

1.8.3. Internacionalização na UFPA: Diretrizes e Estratégias

Diante desse cenário, a PROINTER da UFPA realizou estudos sobre as bases normativas, teóricas e empíricas da internacionalização de universidades brasileiras e internacionais, bem como de pesquisas já disponíveis sobre a internacionalização na UFPA. A construção da estratégia

de internacionalização da UFPA foi realizada por meio da metodologia do *design thinking*. O *design thinking* é uma metodologia de abordagem não-linear e colaborativa, ideal para a elaboração de projetos de inovação social. A metodologia se destaca por seu foco empático, colocando as necessidades e experiências das pessoas no centro do processo criativo. Em vez de partir de soluções pré-determinadas, o *design thinking* incentiva a imersão profunda no contexto do problema, a definição do desafio a ser superado, a geração de uma ampla gama de ideias (prototipagem) e a experimentação interativa de soluções.

A estratégia de internacionalização da UFPA parte de um diagnóstico acerca da questão a ser priorizada para o crescimento das ações de internacionalização da instituição. Na primeira etapa metodológica, a compreensão do problema, a PROINTER fez o **mapeamento dos atores-chave**, identificando os principais grupos afetados e envolvidos em suas ações. Esses atores incluem docentes, estudantes, pesquisadores, gestores e parceiros internacionais, cada um com necessidades e desafios específicos. A partir dessa análise, o problema foi redefinido em uma **declaração de ponto de vista (POV)**, que serve como um guia para as próximas etapas do projeto. A questão central para a estratégia de internacionalização da UFPA pode ser posta da seguinte forma:

Como a UFPA pode apoiar docentes, discentes e técnicos a se conectar com a comunidade internacional em suas ações de ensino, pesquisa, extensão e apoio administrativo, no contexto de uma universidade multicampi na região da Amazônia brasileira com limitação de recursos, número elevado de discentes e alta vulnerabilidade social?

Essa pergunta sintetiza de forma clara e empática a complexidade do desafio, destacando a necessidade de **soluções que sejam adaptadas à realidade de uma universidade amazônica, com suas particularidades geográficas e socioeconômicas.**

Numa segunda etapa, houve um levantamento coletivo das causas do problema, isto é, de um diagnóstico aprofundado acerca da origem das causas que levam à questão priorizada na etapa de compreensão do problema. As causas foram identificadas, discutidas e analisadas para evitar sobreposição. Em um segundo momento, notas foram atribuídas para cada causa, a fim de avaliar quais as principais causas que contribuem para o problema formulado acima e que devem ser priorizadas em uma política de internacionalização da UFPA.

As seguintes causas foram priorizadas: **a compreensão ainda limitada sobre a internacionalização como prática cotidiana na universidade; a deficiência no apoio tecnológico e nas plataformas digitais; a falta de integração entre as unidades e campi, gerando fragmentação; e a vulnerabilidade social e econômica de 85% dos discentes, que**

dificulta sua inserção em programas internacionais. Essas causas não são isoladas, mas interagem entre si e reforçam a necessidade de soluções criativas, inclusivas e sustentáveis.

Após aprofundar o diagnóstico do problema, a UFPA estabeleceu sua visão transformadora inspiradora, que funciona como o norte orientador da política de internacionalização:

*Construir uma internacionalização **inclusiva, digital e enraizada** no contexto amazônico, conectando saberes e atores locais com a comunidade internacional, ampliando oportunidades formativas, de produção de conhecimento científico, tecnológico, social, cultural, patrimonial e ambiental, e consolidando a UFPA como referência internacional.*

Essa formulação não ignora os desafios identificados, mas os utiliza como pontos de partida. A busca por uma **internacionalização inclusiva** responde diretamente à realidade de 85% dos discentes em situação de vulnerabilidade, garantindo que as oportunidades não se restrinjam a um grupo seletivo. A ênfase no **caráter digital** visa superar as barreiras geográficas e de recursos, tornando a conexão com parceiros internacionais mais acessível. Já o conceito de ser **enraizada** no contexto amazônico valoriza o conhecimento e as experiências locais, transformando a universidade em um polo de excelência em temas de relevância global, como a sustentabilidade e a biodiversidade.

De forma exemplificativa, a figura 17 resume o diagnóstico da estratégia de internacionalização da UFPA, utilizando os conceitos da metodologia do *design thinking*.

Figura 17 - Diagnóstico da política de internacionalização da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

Em continuidade à visão transformadora, foram definidas **diretrizes estratégicas** que traduzem as ações concretas necessárias para alcançar a internacionalização desejada.

1. **Sustentação e expansão institucional:** Apoiar e impulsionar a internacionalização da UFPA por meio da captação de recursos, da articulação de parcerias estratégicas e do fomento a projetos inovadores de ensino, pesquisa e extensão.
2. **Inclusão e colaboração:** Desenvolver um ambiente inclusivo e colaborativo para a integração global de estudantes, docentes e técnicos, fortalecendo a “internacionalização em casa”, promovendo o letramento intercultural e aprimorando o acolhimento a estrangeiros.
3. **Integração e projeção internacional:** Promover a internacionalização integrada da UFPA por meio da comunicação estratégica, da sensibilização institucional e do alinhamento a critérios de excelência que ampliem sua projeção nos *rankings* internacionais.

Essas diretrizes funcionam de maneira articulada e complementar: a primeira garante recursos e parcerias, a segunda promove inclusão e diversidade, e a terceira assegura integração e visibilidade global. Juntas, viabilizam o alcance da visão transformadora e enfrentam os desafios identificados, consolidando a UFPA como referência internacional.

A internacionalização em casa, um dos eixos estratégicos de inclusão e colaboração, constitui eixo fundamental da política de internacionalização da UFPA, ao promover a inserção global sem a necessidade de mobilidade física, democratizando o acesso a experiências internacionais para todos os estudantes, inclusive aqueles com restrições socioeconômicas ou geográficas. Nesse âmbito, o modelo COIL (Collaborative Online International Learning) emerge como projeto central, ao integrar tecnologias digitais, metodologias colaborativas e interação intercultural em sala de aula, permitindo que docentes e discentes desenvolvam atividades acadêmicas compartilhadas com instituições estrangeiras. O COIL fortalece competências linguísticas, interculturais e científicas, promove o desenvolvimento de projetos conjuntos, fomenta a inovação pedagógica e posiciona a UFPA como protagonista na construção de redes globais de conhecimento a partir do território amazônico, assegurando que a internacionalização se traduza em impacto real na formação cidadã crítica e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A criação de agentes de internacionalização em todas as unidades acadêmicas da UFPA, um dos aspectos centrais do eixo de integração, representa uma estratégia estruturante para expandir e consolidar a internacionalização na graduação e na pós-graduação de maneira capilarizada, colaborativa e equitativa. Esses agentes atuarão como pontos focais locais, articulando ações de mobilidade, projetos de pesquisa internacional, atividades COIL e parcerias institucionais, assegurando que os campi localizados fora de Belém tenham protagonismo e visibilidade nas redes globais de cooperação. Ao fortalecer a presença de agentes de

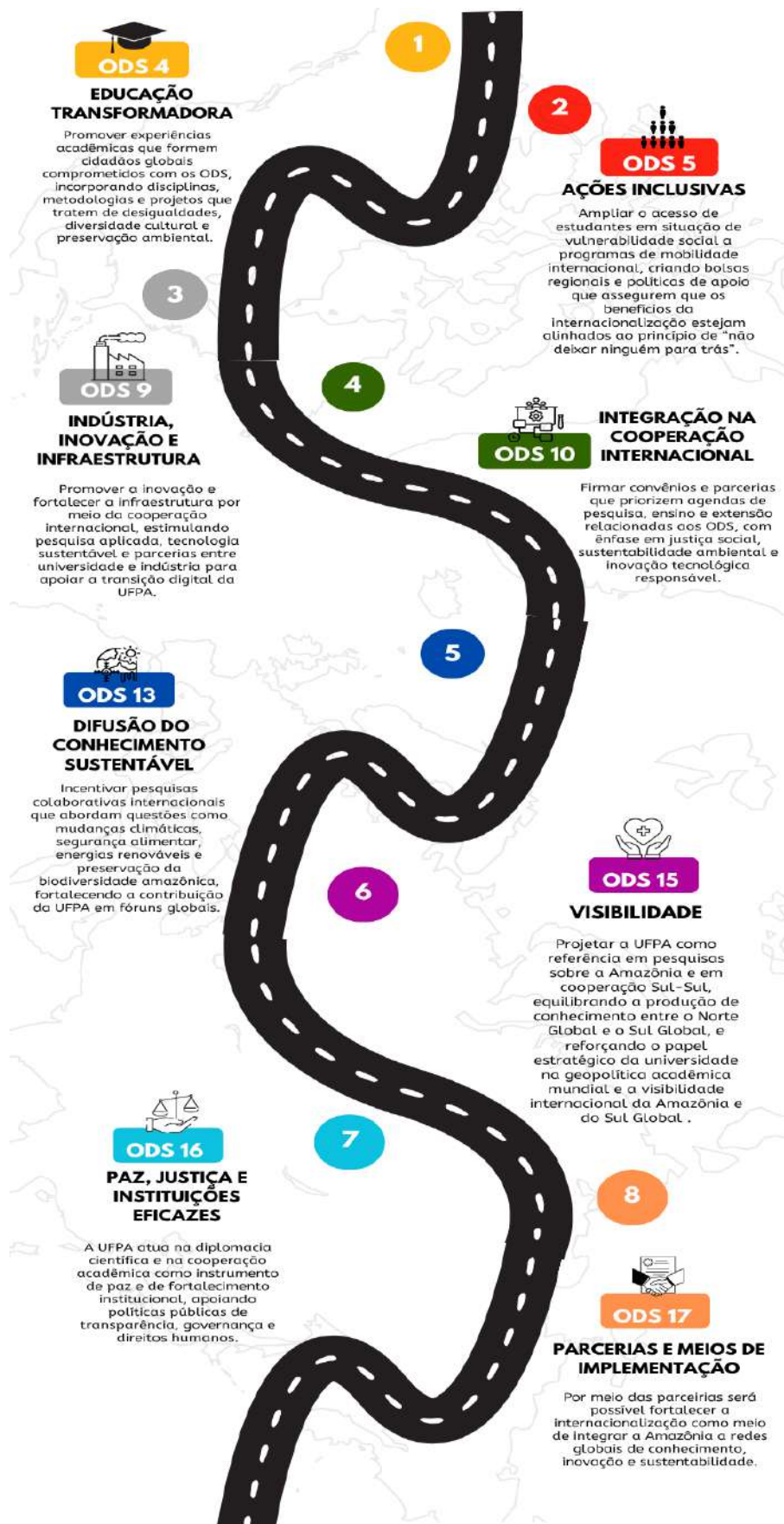
internacionalização nos diferentes territórios da UFPA, promove-se a descentralização das oportunidades, a redução de assimetrias regionais e a valorização das vocações acadêmicas de cada campus, impulsionando a formação de redes internacionais especializadas, o desenvolvimento de competências globais e a consolidação da UFPA como universidade amazônica de referência mundial.

1.8.4. Alinhamento da Internacionalização da UFPA aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

A política de internacionalização da UFPA reconhece que o fortalecimento das relações acadêmicas e científicas deve estar intrinsecamente alinhado à Agenda 2030 da ONU, incorporando de forma estratégica os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como pilares de sua atuação global. Esse alinhamento assegura que a internacionalização ultrapasse a dimensão da projeção institucional e se consolide como um compromisso ético com a construção de soluções que promovam justiça social, inovação tecnológica, igualdade de oportunidades e cooperação entre nações. Nesse contexto, a UFPA integra de maneira transversal os ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 10 (Redução das Desigualdades), 14 (Vida na Água), 15 (Vida Terrestre), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação), reforçando sua atuação como universidade pública comprometida com a transformação regional e global.

Como universidade amazônica, multicampi e socialmente comprometida, a UFPA posiciona-se como protagonista internacional na promoção da sustentabilidade e da justiça socioambiental, articulando conhecimentos locais e saberes tradicionais com redes globais de pesquisa. Ao incorporar o ODS 5, a instituição reafirma seu compromisso com a equidade de gênero, garantindo a participação igualitária de mulheres em programas de mobilidade, pesquisa e liderança científica. A incorporação do ODS 9 destaca o papel da inovação e do desenvolvimento tecnológico sustentável, impulsionando parcerias internacionais para o fortalecimento da bioeconomia amazônica e de infraestruturas científicas de ponta. O ODS 14 reforça a relevância da Amazônia como centro de proteção de recursos hídricos e biodiversidade aquática de importância planetária, enquanto o ODS 16 evidencia o protagonismo da UFPA nas agendas de direitos humanos, governança ambiental e promoção da paz por meio da cooperação acadêmica internacional. Por fim, o ODS 17 fundamenta a internacionalização como instrumento de construção de alianças estratégicas, consórcios interinstitucionais e redes de pesquisa colaborativa, consolidando a Amazônia como território central nas negociações globais sobre clima, biodiversidade, justiça social e desenvolvimento sustentável.

Figura 18 - Alinhamento da Internacionalização da UFPA aos ODS



Fonte: Elaboração própria.

Assim, a internacionalização da UFPA não se limita a ampliar sua presença em redes acadêmicas internacionais, mas representa um compromisso estruturante com a promoção de um futuro mais equitativo, inovador, sustentável e pacífico. Ao alinhar sua política institucional aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a UFPA reafirma seu papel como agente global de transformação, utilizando a ciência, a cooperação e a diplomacia acadêmica como instrumentos para enfrentar os desafios do século XXI e contribuir para o bem-estar da humanidade e a preservação do planeta.



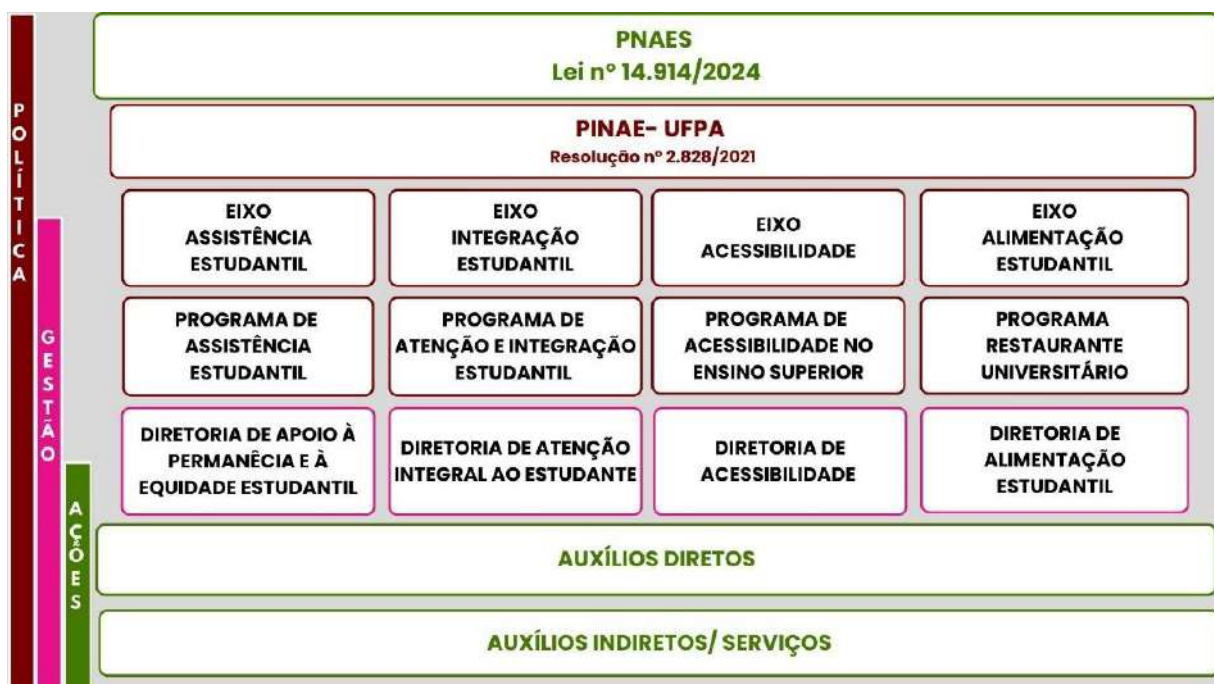
1.9 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E ACESSIBILIDADE ESTUDANTIL

1.9. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A assistência estudantil, conforme instituída pela Lei nº14.914/2024, que trata da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), constitui-se como um conjunto de ações estratégicas voltadas à promoção e permanência de estudantes nas instituições públicas de ensino superior e técnico. A PNAES tem como objetivo garantir a permanência e a conclusão dos estudos por estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior federal, estabelecendo diretrizes para as ações de apoio como moradia, alimentação, transporte, saúde e inclusão, articuladas com ensino, pesquisa e extensão.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), as diretrizes da PNAES se materializarão por meio da Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAIE), aprovada pela Resolução nº 2.828/2021. Alinhada a PNAES, a PINAIE/UFPA promoverá, ao longo da próxima década, ações integradas à permanência e à acessibilidade estudantil, visando assegurar condições para a permanência estudantil, conforme sintetizado na imagem abaixo.

Figura 19 - Panorama político e de Gestão da Assistência Estudantil na UFPA



Fonte: Elaboração própria.

As ações de assistência e acessibilidade estudantil, na UFPA, serão coordenadas pela Pró-reitora de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES), por meio de quatro diretorias, que atuarão em conformidade com os quatro eixos fundamentais da PINAIE/UFPA. Essas diretorias serão responsáveis pela organização de programas, subprogramas e projetos que atenderão às demandas estudantis, assegurando o acesso, a permanência e o desenvolvimento acadêmico dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa estrutura buscará

integrar políticas de apoio e o compromisso institucional com a equidade e a democratização do ensino superior público.

Os programas de assistência e acessibilidade estudantil, em conformidade com a Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade da UFPA – PINAE, devem buscar desenvolver ações de assistência aos diferentes alunos regularmente matriculados nos diferentes níveis e etapas de educação regular ofertadas nesta instituição. É, entretanto, importante salientar, que a Escola de Aplicação da UFPA não integra Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que na sua versão atual abrange apenas estudantes de graduação, de pós-graduação e de cursos técnicos de nível médio da rede federal de ensino. Ainda assim, será alvo de ações de assistência estudantil do Governo Federal que visam garantir a permanência e o êxito estudantil, nomeadamente o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) e o programa de incentivo financeiro educacional Pé-de-Meia para estudantes do ensino médio.

As escolas técnicas vinculadas à UFPA, EMUFPA e ETDUFPA, recebem recursos específicos para a assistência aos estudantes dos cursos técnicos de nível médio a mais de 10 anos, por meio da ação orçamentária 2994. Os recursos são utilizados para auxílios diretos aos estudantes e já assumiram formas distintas como auxílio permanência, auxílio kit acadêmico, auxílio kit pcd, auxílio transporte intermunicipal e outros. A implementação dos auxílios será feita inicialmente pelas próprias escolas e atualmente contam com o apoio da PROAES.

1.9.1. Diretrizes e aspectos fundamentais da Política de Assistência e Acessibilidade

Estudantil

1.9.1.1. Estímulo à permanência

Os programas de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará devem materializar as finalidades e estratégias previstas na PNAES e PINAE. As ações desenvolvidas devem se concretizar por meio de dois tipos de apoio:

- I. Auxílios diretos, de natureza pecuniária; e
- II. Auxílios indiretos, oferecidos sob a forma de serviços.

Cada programa, ao abranger múltiplas frentes de atuação, poderá ser desdobrado em subprogramas, os quais se estruturarão por meio de projetos e ações específicas, alinhados às diretrizes institucionais. A figura abaixo, apresenta os Eixos da Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade da UFPA, bem com os programas e as diretorias, tendo em vista o próximo Plano de Desenvolvimento Institucional (2026-2035) da UFPA.

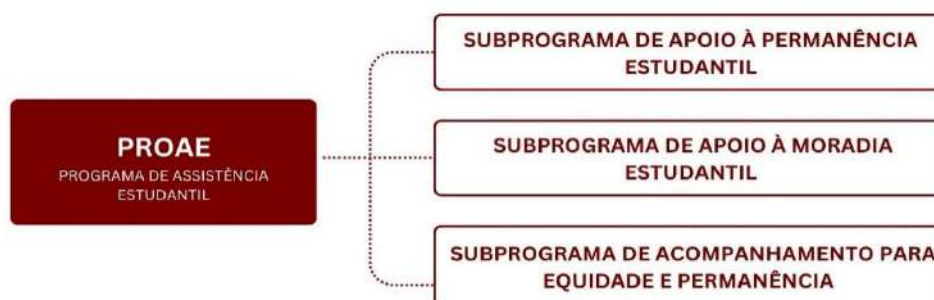
Figura 20 - Eixos da Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

1.9.1.2. Eixo de Assistência estudantil

Figura 21 – Estrutura da Assistência estudantil na UFPA



Fonte: Elaboração própria

A Assistência Estudantil na UFPA será materializada por meio do Programa de Assistência Estudantil (PROAE), coordenado pela Diretoria de Apoio à Permanência e à Equidade Estudantil (DEAPE) o qual se constituirá como uma das estratégias institucionais voltadas à democratização do acesso, à permanência e à conclusão do ensino superior público, gratuito e de qualidade. Sua estrutura estará alinhada às diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei nº 14.914 de 3 de julho de 2024. O programa terá como foco prioritário o atendimento a discentes em situação de vulnerabilidade social e/ou socioeconômica, e reconhecerá a assistência estudantil como um direito social e um instrumento estratégico de promoção da equidade no ensino superior.

O PROAE será organizado em 03 (três) iniciativas estratégicas, tipificadas como Subprogramas, que serão elaborados para atender às necessidades do público-alvo. As iniciativas serão executadas por meio de ações estratégicas, conforme descreve-se a seguir:

- I. Subprograma de Apoio à Permanência Estudantil;
- II. Subprograma de Apoio à Moradia Estudantil;
- III. Subprograma de Acompanhamento para Equidade na Permanência.

1.9.1.2.1. Subprograma de Apoio à permanência estudantil

A iniciativa estratégica de Apoio à Permanência Estudantil terá como objetivo viabilizar condições para que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam permanecer na universidade e concluir sua formação acadêmica. Para isso, contemplará a concessão de auxílios financeiros destinados ao custeio de despesas básicas, como alimentação, transporte e material acadêmico, com prioridade para discentes pertencentes aos grupos definidos pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e pela Política Institucional de Assistência Estudantil (PINAIE).

A seleção dos beneficiários será realizada por meio de editais e instruções normativas com base em análises socioeconômicas que assegurarão critérios de equidade e transparência. Além dos auxílios já existentes, propõe-se a incorporação de novos auxílios a iniciativa, com intuito de ampliar o alcance e a efetividade das ações, contemplando demandas emergentes relacionadas ao fortalecimento do suporte oferecido ao público-alvo.

1.9.1.2.2. Subprograma de apoio à moradia estudantil

A iniciativa estratégica de Apoio à Moradia Estudantil terá como objetivo atender estudantes que necessitarão de apoio para assegurar condições adequadas de moradia durante o curso. Para isso, contemplará a concessão de auxílios financeiros e a disponibilização de vagas nas Casas de Estudantes Universitários (CEUs), distribuídas nos diversos campi da Universidade Federal do Pará (UFPA). A prioridade será concedida a discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de localidades distantes. A seleção dos beneficiários será realizada por meio de editais, com análise socioeconômica criteriosa e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil instituído pela PNAES e pela Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade da UFPA (PINAIE). Também haverá a possibilidade de concessão de Auxílios diretos de forma emergencial, por meio de Instrução Normativa, em casos de extrema

vulnerabilidade e/ou risco social, condicionada aos critérios existentes no referido documento e análise da equipe técnica.

1.9.1.2.3. Subprograma de acompanhamento para equidade na permanência

Como parte do compromisso institucional com o direito à educação superior pública e gratuita, o PROAE será instituído como uma política transversal e articulada, capaz de enfrentar as desigualdades históricas que atravessam o acesso e a permanência no ensino superior. Para tanto, serão exigidos investimentos contínuos, planejamento estratégico, escuta ativa da comunidade estudantil e diálogo permanente com os territórios.

Nesse contexto, a política educacional emancipadora considerará as condições materiais e simbólicas que influenciam o desempenho e a permanência dos estudantes, ultrapassando a lógica meramente distributiva e alcançando dimensões subjetivas, relacionais e coletivas da trajetória acadêmica. A efetividade da permanência qualificada dependerá de políticas institucionais que integrarão as dimensões pedagógicas, econômicas, psicológicas e culturais dos sujeitos.

No horizonte do novo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (2026-2035), será destacada como diretriz do PROAE o fortalecimento da assistência estudantil como política pública permanente, estruturada e territorializada, com vistas à criação de instrumentos que ampliarão o acesso, garantirão a permanência e promoverão o êxito acadêmico dos(as) discentes, sobretudo daqueles(as) pertencentes a grupos socialmente vulnerabilizados. Para isso, é sugerida a consolidação do Subprograma Acompanhamento para Equidade na Permanência.

Com objetivo de atender ao desenvolvimento de estratégias que garantirão:

- I. A comunicação eficaz das informações sobre novos auxílios e serviços aos discentes de todos os *campi*, respeitando a diversidade territorial da Universidade;
- II. A formação de equipes completas (quadriê) e estruturadas para as DAESTs em todos os *campi* e institutos, fortalecendo a presença da Assistência Estudantil nos territórios;
- III. O acompanhamento e o investimento na ampliação das equipes da PROAES e das DAESTs, assegurando o acompanhamento integrado - social, pedagógico, psicoeducacional e de acessibilidade - aos discentes em vulnerabilidade.
- IV. A inclusão digital, por meio da implementação de ações voltadas à concessão de equipamentos a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, promovendo condições adequadas de acesso às atividades acadêmicas.

Em proposição, a iniciativa estratégica de Acompanhamento para Equidade na Permanência promoverá ações contínuas de escuta, acolhimento, orientação e

acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com foco nos grupos prioritários definidos pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Entre suas atividades, estarão a realização de oficinas, entrevistas, visitas domiciliares, análises socioeconômicas, atendimentos individuais e coletivos, mediação institucional, bem como ações formativas e itinerantes nos campi. Além disso, o subprograma se articulará com outros setores institucionais e entidades estudantis, com o objetivo de fortalecer a permanência e garantir equidade no acesso e na trajetória dos(as) estudantes no ensino superior.

1.9.1.3. Atenção e integração estudantil

A atenção integral do estudante será concretizada no âmbito da UFPA, por meio do Programa de Atenção e Integração Estudantil (PROAIES), coordenado pela Diretoria de Atenção Integral ao Estudante (DAIE) e terá como objetivo institucional desenvolver ações que garantirão os direitos à permanência e à conclusão de curso dos (as) discentes da UFPA, com prioridade para aquele(as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que se encontrem com dificuldades na sua integração universitária, refletidas em seu processo formativo. Neste sentido, além de responder às diretrizes estabelecidas pela PNAES e pela PINAE, o PROAIES atenderá ao disposto no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996, que define a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de seu curso como princípio da educação nacional.

A Integração Estudantil, eixo estruturante que compõe a PINAE/UFPA, garantirá programas estratégicos de Assistência Estudantil voltados à concessão de auxílios indiretos (serviços) e diretos (financeiros), que serão prestados pela própria PROAIES e/ou em parceria com Unidades Acadêmicas e Regionais, em um movimento dinâmico e contínuo, amplamente divulgado por meio de instruções normativas e editais.

E, para garantir à permanência dos (as) discentes de graduação da UFPA, prioritariamente os assistidos (as) pela Assistência Estudantil, considerando a diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e cultural, que se encontrem com dificuldades no processo formativo, as ações do PROAIES contemplarão as seguintes linhas de atuação reais e estratégicas em:

Subprograma de Apoio Pedagógico: por meio do acompanhamento da aprendizagem e do desempenho acadêmico dos(as) discentes assistidos(as), da inclusão digital nos espaços de infocentro, do estudo de línguas estrangeiras, da concessão de bolsa de apoio à atividade acadêmica, de apoio à primeira infância e Kit acadêmico;

A Atenção à Saúde: em âmbito individual e/ou coletivo, abrangendo a assistência e o atendimento; prevenção de agravos; diagnóstico e o tratamento de baixa complexidade, com foco no bem-estar e a qualidade de vida dos(das) estudantes em vulnerabilidade;

O Apoio Psicossocial: por meio de atendimentos psicossociais e atividades de prevenção e promoção a saúde mental, possibilitando o diagnóstico e o acompanhamento do sofrimento psíquico dos(das) discentes.

À vista disso, o PROAIS contará com duas iniciativas estratégicas, cada um estruturado com projetos e suas respectivas ações:

Iniciativa Estratégica de Integração e Acompanhamento da Aprendizagem;

Iniciativa Estratégica de Acolhimento e Atenção à Saúde Biopsicossocial.

1.9.1.3.1. Subprograma de integração e acompanhamento da aprendizagem

Inserido na área de Ensino-Aprendizagem, esta iniciativa articulará ações por meio do Projeto de Integração e Acompanhamento do Desempenho Discente (PROCAD), que desenvolverá ações voltadas às práticas de acolhimento, escuta qualificada e orientações acadêmicas; monitoramento e acompanhamento semestral do desempenho acadêmico, para garantia do acesso e permanência em auxílios e serviços oferecidos; desenvolvimento de projetos e ações que ampliem a participação e autonomia estudantil; desenvolvimento de programas, projetos e ações que ampliem a participação e autonomia estudantil; potencialização de ações/serviços (oficinas, cursos), em colaboração com os vários segmentos institucionais, que visem a permanência e conclusão de curso em tempo regular; execução, em parceria com as unidades acadêmicas, administrativas e Divisões de Assistência Estudantil (DAEST's), de ações didáticas-científicas, recreativas e sociais voltadas aos discentes assistidos; criação de diretrizes específicas para a política de apoio a novos projetos acadêmicos, artísticos, culturais, políticos e de lazer; fortalecimento de ações coletivas no âmbito da política de assistência estudantil, por meio do contato direto com as Divisões de Assistência Estudantil (DAEST's); aperfeiçoamento e apoio às DAEST's dos Campi, a fim de qualificar a práxis;

O acesso às ações será realizado por meio de editais, instruções normativas e chamadas públicas.

1.9.1.3.2. Subprograma de acolhimento e atenção à saúde biopsicossocial

A iniciativa Estratégica de Acolhimento e Atenção à Saúde Biopsicossocial, terá como objetivo promover o cuidado à saúde física, mental e emocional dos(das) estudantes em situação

de vulnerabilidade socioeconômica e atuará na área de Atenção à Saúde do Estudante. A iniciativa contará com dois projetos que desenvolverão ações em parceria com hospitais universitários, institutos acadêmicos e setores especializados, oferecerá serviços como atendimento médico de baixa complexidade, acompanhamento psicossocial, apoio odontológico e escuta psicológica emergencial. Por meio de atividades educativas, terapêuticas e acolhimento qualificado, o projeto fortalecerá a permanência estudantil com dignidade, respeito e cuidado contínuo, articulando saberes das áreas da educação, psicologia, serviço social e saúde.

1.9.1.4. Acessibilidade no ensino superior

Figura 22 – Estrutura da Acessibilidade no ensino na UFPA



Fonte: Elaboração própria.

A acessibilidade no ensino superior será concretizada por meio do Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (PROACCESS), coordenado e executado pela Diretoria de Acessibilidade (DACCESS), vinculada à Pró-reitora de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES/UFPA). Seu objetivo principal consistirá em promover políticas institucionais voltadas ao acesso, à permanência, à participação, à aprendizagem e à autonomia, com prioridade para estudantes com deficiência e com Altas Habilidades/Superlotação, os quais estarão regularmente matriculados nos cursos de graduação, e pós-graduação, bem como da educação básica, na modalidade presencial, na UFPA.

Além dos discentes, o Programa poderá oferecer, eventualmente, serviços de acessibilidade a docentes e técnicos administrativos com deficiência, vinculados às unidades acadêmicas e administrativas da UFPA. Também poderá atender estudantes com deficiência das Escolas de educação básica.

Os serviços de acessibilidade oferecidos pelo PROACCESS/DAccess obedecerão a uma ordem de prioridade nas solicitações: ensino; gestão; extensão; e pesquisa. O fluxo de atendimento se dará de duas formas:

- Para estudantes, será necessário estar cadastrado no SIGAEST como pessoa com deficiência;
- Para servidores, a solicitação deverá ser realizada por meio do sistema SAGITTA, direcionada à PROAES/DAccess.

Quanto aos recursos pecuniários (auxílios e bolsas), destinados a estudante com deficiência e/ou Altas Habilidades/Superlotação, estes serão concedidos exclusivamente àqueles que tiverem o cadastro deferido no Cadastro Geral de Assistência Estudantil (CADGEST), vinculado à PROAES, comprovando, assim, sua condição de vulnerabilidade socioeconômica.

O PROACCESS desenvolverá suas ações estruturadas em 03 (três) iniciativas estratégicas, sendo elas:

- I. Subprograma cadastro estudantil de Pessoas com Deficiência e altas habilidades/superlotação (CADES);
- II. Subprograma de serviços de acessibilidade, apoio multiprofissional, formação e informa acessível;
- III. Subprograma de assistência financeira e apoio pedagógico-científico de acessibilidade.

1.9.1.4.1. Subprograma cadastro estudantil de Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades/superlotação (CADES – PcD e AH/SD)

A iniciativa estratégica de Cadastro Estudantil de Pessoas com Deficiência e/ou altas Habilidades/superdotação (CADES- PcD e AH/SD), vinculado ao Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (PROACCESS), terá como finalidade identificar, avaliar, acompanhar e monitorar estudantes público da Educação Especial, com deficiência e com Altas Habilidades/superlotação, regularmente matriculados na UFPA.

Por meio do Cadastros de Estudantes com Deficiência (CADES - PcD) e Cadastro de Estudantes com Altas Habilidades/Superlotação (CADES – AH/SD) a iniciativa se constituirá como uma ferramenta estratégica para a identificação do público para melhor gestão da educação especial e inclusiva, permitindo o planejamento de ações específicas de acessibilidade e apoio estratégico para diminuição de barreiras na universidade.

Os registros deverão ser realizados conforme Instrução Normativa, por meio do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Assistência Estudantil (SIGAEST), a fim de garantir o fluxo contínuo de atendimento e a efetivação dos direitos educacionais desse público.

1.9.1.4.2. Subprograma serviços de acessibilidade, apoio multiprofissional, formação e informa acessível

A iniciativa estratégica “Serviços de Acessibilidade, Apoio Multiprofissional, Formação, InformAcessível”, será voltada à promoção da inclusão e da permanência de estudantes com deficiência no ambiente acadêmico. Por meio de ações específicas que oferecerão serviços de acessibilidade, apoio multiprofissional, formadas por psicólogos e pedagogos e a ação de formação para ações de acessibilidade na Universidade.

Quanto aos serviços, a iniciativa estratégica contará com serviços de tradução e interpretação em Libras, audiodescrição, produção de materiais acadêmico-pedagógicos acessíveis, orientações para eliminação de barreiras por meio de consultoria colaborativa, e materiais em Braille. Além disso, o ServAcess contemplará consultorias especializadas em acessibilidade física e estrutural — com base nas normas NBR 9050 e 16.537 — visando à adequação de espaços e mobiliários, bem como à criação de salas de acomodação sensorial para pessoas neurodiversas. Também serão oferecidas consultorias em acessibilidade digital, com avaliações de sítios eletrônicos institucionais e orientações para garantir conformidade com as normas de acessibilidade tecnológica, todas serão disponibilizadas em fluxo contínuo pelo SAGITTA.

A iniciativa estratégica, contará ainda com serviços de Apoio Multiprofissional – terá como objetivo promover ações especializadas voltadas ao acolhimento, à orientação, ao acompanhamento e ao assessoramento de estudantes com deficiência e/ou com Altas Habilidades/Superdotação. Contará com apoio psico-pedagógico, que oferecerá suporte pedagógico, psicoeducacional e terapêutico/ocupacional/educacional. Ambas as atividades deverão ser acessadas por meio de fluxo contínuo, conforme estabelecido em editais de fluxo contínuo, garantindo-se, assim, atendimento personalizado e inclusivo às demandas acadêmicas desses estudantes.

De caráter formativo, o ServAcess terá três ações principais, que terão como finalidade promover a inclusão e a acessibilidade educacional por meio da formação.

- **Formacess-Discente:** oferecerá ações voltadas a estudantes com deficiência de cursos técnicos e tecnológicos, graduação e pós-graduação, tais como oficinas, cursos, rodas de conversa e formações para o uso de tecnologias assistirás, com o objetivo de desenvolver competências que assegurem autonomia e segurança acadêmica. As solicitações serão realizadas via SIGAEST, conforme estabelecido em Instrução Normativa.

- **Formaccess-Docente:** disponibilizarão consultoria colaborativa e assessoramento técnico aos docentes da UFPA, por meio de formações e apoio especializado, com acesso contínuo pelo sistema SAGITTA, e por fluxo contínuo.
- **InformAcessível:** terá como objetivo disseminar informações sobre acessibilidade e inclusão no ambiente acadêmico, por meio da produção e divulgação de materiais acessíveis e informativos direcionados à comunidade universitária. Suas ações concentrar-se-ão na elaboração e publicação de conteúdos que abordam temas relacionados aos direitos, recursos e práticas inclusivas voltadas a pessoas com deficiência. Esses produtos informativos serão disponibilizados em formatos acessíveis e serão veiculados nos sites e redes sociais institucionais da Proaes e do DAcess, garantindo amplo alcance e fortalecimento da cultura de acessibilidade na UFPA.

O atendimento aos estudantes será realizado via ServAcess/SIGAEST, enquanto docentes e técnicos administrativos acessarão os serviços pelo sistema SAGITTA.

1.9.1.5. Assistência Financeira de Acessibilidade

A Assistência financeira de acessibilidade será realizada mediante o projeto de Assistência Financeira de Acessibilidade (PAF-Acess) o qual contemplará auxílios financeiros e bolsas voltadas à promoção da permanência e inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entre as ações que serão oferecidas, destacam-se:

- **Auxílio Kit de Tecnologia Assistiva** para Pessoas com Deficiência – Graduação e Pós-Graduação.
- **Auxílio para Fomento de Adaptações Razoáveis de Baixo Custo:** que viabilizará melhorias estruturais e aquisição de mobiliário adaptado nas unidades acadêmicas.
- **Bolsa Acadêmica de Acessibilidade (PROBAC):** possibilitará a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ampliar sua formação por meio de atividades inclusivas supervisionadas por docentes ou técnicos da UFPA;
- **A Bolsa Acadêmica de Inclusão na Educação Básica (PIBASIC):** será destinada preferencialmente a licenciandos e bacharelados para atuação junto ao público da Educação Especial, seja em apoio acadêmico ou na produção de materiais acessíveis;
- **O Projeto de Apoio e Incentivo à Produção de Tecnologias Assistivas (PIPTec):** fomentará apoio e incentivo à grupos de pesquisa voltados à criação de soluções inclusivas para pessoas com deficiência em contextos educacionais, podendo ser realizado em parceria com a PROPESP.

Todos os auxílios e bolsas serão regulamentados por editais, com deferimento registrado no sistema CADGEST.

1.9.1.6. Restaurante universitário

Figura 23 – estrutura de alimentação estudantil da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

O Programa Restaurante Universitário (PRORU) será coordenado pela Diretoria de Alimentação Estudantil (DIAE), vinculada à Pró-reitora de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES). Seu objetivo é propor, coordenar, acompanhar e avaliar as políticas de assistência e acessibilidade estudantil e os serviços de alimentação direcionados aos discentes da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A DIAE será responsável pela gestão do Restaurante Universitário (RU) do Campus de Belém, além de prestar apoio técnico aos demais RU e serviços de alimentação dos Multicampi da UFPA. Sua atuação contribuirá para a oferta de refeições de qualidade, balanceadas e de baixo custo, respeitando os padrões de segurança alimentar e nutricional. O foco principal será atender à comunidade universitária, com prioridade para a garantia da permanência e do desenvolvimento integral dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O PRORU desenvolverá suas ações estruturadas conforme o Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases)/PNAES e do Programa de Assistência Estudantil (PAE), ambos programas articulados e operacionalizados pela DIAE. A execução dessas iniciativas ocorrerá no âmbito da Política Institucional de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PINAE), que orientará e consolidará as estratégias voltadas à promoção da permanência e do bem-estar dos estudantes da UFPA.

As ações desenvolvidas pela DIAE desempenharão um papel estratégico na efetivação do acesso à alimentação, configurando-se como elemento essencial na política de assistência estudantil. Sua atuação contribuirá diretamente para a promoção da qualidade de vida da comunidade universitária e para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Os serviços prestados pela DIAE, por meio do PRORU visam:

- I. Garantir a execução dos serviços do PASES.

II. Fornecer refeições balanceadas, de acordo com os padrões técnicos de segurança alimentar e nutricional vigentes, alinhados às Diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira;

III. Prestar serviço humanizado com base na comunicação acessível, escuta ativa, respeito à autonomia do indivíduo, capacitação de equipe, e garantia de acessibilidade do ambiente.

IV. Proporcionar a prática social de partilha de refeições e de convivência em torno da mesa, estimulando a interação social, o fortalecimento dos laços afetivos, a comunicação e o intercâmbio de experiências, além de promover hábitos alimentares saudáveis e o compartilhamento de valores culturais e sociais.

V. Promover práticas alimentares saudáveis e ajustadas aos limites financeiros da instituição;

VI. Manter e aprimorar constantemente os serviços prestados à comunidade universitária;

VII. Atuar, prioritariamente, como um dos instrumentos da Política de Permanência Estudantil na UFPA;

VIII. Colaborar com as políticas de respeito ao meio ambiente pautando sua prática nos princípios da sustentabilidade

IX. Servir como campo de estágio, colaborando na formação e aperfeiçoamento de profissionais na área de sua competência e afins;

X. Desenvolver e colaborar com atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às áreas de alimentação, nutrição e áreas afins;

XI. Colaborar na formação de profissionais na área de Alimentação e Nutrição por meio de estágios curriculares, extracurriculares e visitas técnicas;

XII. Oferecer Apoio aos Rus da UFPA com a emissão do relatório técnico para compor os processos licitatórios que deverão ser instruídos pelas coordenações dos *campi*.

XIII. Instrução e acompanhamento de processos licitatórios e processos de pagamentos das empresas que prestam serviços aos RUs.

XIV. Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.9.1.7. Perfil do corpo discente

O público-alvo da Assistência e Acessibilidade Estudantil, na Universidade Federal do Pará (UFPA), contemplará, com prioridade — embora não exclusivamente — discentes em situação de vulnerabilidade social e discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Serão assim entendidos os estudantes que atenderem aos critérios definidos pelas normativas institucionais:

- **Discente em situação de Vulnerabilidade Social:** Discente em situação de “perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às políticas públicas” (PNAS, 2005, p. 33).
- **Discente em situação de Vulnerabilidade Socioeconômica:** Discentes “provenientes de grupo familiar com renda per capita de até um salário-mínimo, que enfrentam dificuldades socioeconômicas para permanecer no seu curso; discentes prioritários da Política Institucional de Assistência Estudantil” (PINAE, 2021, p. 13).

Com base na Política Institucional de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PINAE), a Universidade Federal do Pará (UFPA) buscará ampliar seu foco, de modo a desenvolver ações de assistência voltadas aos diferentes discentes regularmente matriculados nos diversos níveis e etapas da educação regular ofertada pela Instituição (UFPA, 2021, p. 8).

Nesse contexto, a Pró-reitora de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES) atenderá discentes regularmente matriculados na educação básica, na graduação e na pós-graduação que estiverem em situação de vulnerabilidade, tendo como prioridade os estudantes vinculados aos cursos de graduação.

1.9.1.7.1. Grupos prioritários

Serão considerados grupos prioritários para o atendimento da Assistência e Acessibilidade Estudantil os seguintes grupos:

- Estrangeiros; Idosos; Indígenas; Discentes que tenham crianças sob sua responsabilidade legal em idade pré-escolar; Migrantes e refugiados; Pessoas com Deficiência; Pessoas Altas habilidades/ superlotação; Pessoas negras; Pessoas em situação de extrema pobreza; Populações tradicionais; Quilombolas e; Trans e travestis.

1.9.1.7.2. Definição dos grupos prioritários

Para cada auxílio ou serviço, serão estabelecidos grupos prioritários de atendimento, com base nas necessidades identificadas e nos recursos disponíveis. De modo geral, os seguintes perfis serão considerados prioritários para o atendimento pelos Programas e Projetos da Assistência e Acessibilidade Estudantil:

Quadro 2 – Grupos prioritários

GRUPOS PRIORITÁRIOS	DESCRIÇÃO
PESSOA IDOSA	Pessoa Idosa: pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme a Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022 que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.
INDÍGENAS	De acordo com Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (2019) indígenas são aqueles que, tendo continuidade histórica com grupos pré-colombianos, consideram-se distintos da sociedade nacional. Indígenas são aqueles que se reconhecem como pertencentes a uma dessas comunidades e que por elas são reconhecidos como um de seus membros.
QUILOMBOLAS	“A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. É essa perspectiva de pertencimento que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação” (CONAQ, 2023).
POPULAÇÕES TRADICIONAIS	São considerados discentes de populações tradicionais, nos termos de conceituação normativa definidos no Decreto nº. 6.040/2007 referente a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).
ESTRANGEIROS	Discentes estrangeiros participantes de programas de intercâmbio e convênios na UFPA, além de discentes estrangeiros refugiados, asilados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica
MIGRANTES	Trata-se do discente que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum, ou de seu local de nascimento, para outro lugar, região ou país. “Migrante” é o termo frequentemente usado para definir as migrações em geral, tanto de entrada quanto de saída de um país, região ou lugar (Instituto de Migrações e Direitos Humanos, 2014)

Fonte: Elaboração própria.

1.9.1.8. Organização estudantil

O Fórum de Assistência e Acessibilidade Estudantil (FAES) é um espaço coletivo, de caráter permanente, consultivo e propositivo, voltado à participação da comunidade universitária na construção, acompanhamento e avaliação das políticas de assistência e acessibilidade estudantil da UFPA. Considerando o período decenal do Plano de Desenvolvimento Institucional (2026-2035) da UFPA, o FAES desempenhará um papel estratégico no fortalecimento das políticas de permanência e inclusão. Por meio de sua atuação consultiva e propositiva, o Fórum contribuirá para o aprimoramento contínuo dos programas e projetos da assistência estudantil, assegurando que as demandas da comunidade acadêmica sejam consideradas na formulação de ações mais equitativas e eficazes.

Sua composição plural e representativa permitirá que diferentes vozes — especialmente de estudantes em situação de vulnerabilidade — sejam ouvidas e incorporadas às decisões institucionais. Dessa forma, o FAES promoverá a consolidação de uma cultura de acessibilidade e justiça social, orientando a UFPA na construção de um ambiente educacional mais inclusivo, democrático e comprometido com o desenvolvimento integral de seus discentes.

Conforme estabelecido pela Resolução N. 885, de 17 de dezembro de 2024, que aprovou o Regimento da Pró-reitora de Assistência e Acessibilidade Estudantil, no que se refere ao FAES, art. 23, compete:

I – Assessorar o(a) Pró-Reitor(a) de Assistência e Acessibilidade Estudantil na proposição da Política de Assistência e Acessibilidade Estudantil da Universidade; II – propor, acompanhar e avaliar a execução das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPA no que concerne às políticas de permanência e êxito acadêmico;

III – contribuir com o Plano Anual de Atividades da Pró-reitora de Assistência e Acessibilidade Estudantil;

IV – Discutir pautas e temas relacionados à Política de Assistência e de Acessibilidade Estudantil da UFPA; e

V – Acompanhar os investimentos e a execução do orçamento da assistência e da Acessibilidade estudantil.



1.10 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

1.10. POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Figura 24 – Painel de fotos representando a diversidade discente



Fonte: Google Research.

A Lei de Cotas consolidou um marco das políticas de inclusão no Brasil ao reservar vagas para estudantes da escola pública, negros, indígenas e pessoas com deficiência. Ao reconhecer que a meritocracia abstrata não assegura, por si só, justiça social, a legislação reafirmou a reparação histórica e a democratização do ensino superior. Com a revisão recente, seu alcance foi ampliado, reforçando a legitimidade dessa política como instrumento de equidade.

No âmbito da UFPA, situada em região de grande pluralidade étnica, cultural e territorial, as políticas afirmativas antecederam esse marco legal. Nesse percurso, a universidade criou vagas específicas para indígenas e quilombolas e respondeu às demandas sociais e territoriais da Amazônia. Desse modo, o diálogo com a diversidade não é novidade: integra a missão institucional.

Em 2017, a criação da Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS) inaugurou uma estrutura dedicada ao tema. Diante do aumento das demandas, a ADIS foi transformada, em 2025, na Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade (DIVERSE), por meio da Resolução nº 889/2025 (CONSUN). O objetivo foi ampliar o alcance e institucionalizar as ações afirmativas, alinhando-as à missão da universidade.

No PDI 2016–2025, a valorização da diversidade tornou-se elemento estratégico. Nesse período, a expansão das cotas na pós-graduação, o PSE-MIGRE e os projetos de apoio acadêmico aos estudantes indígenas e quilombolas, evidenciaram a integração entre diversidade, inclusão e planejamento institucional.

Em complemento, o Programa Territórios de Acolhimento e Integração (2023), a Mobilidade Acadêmica Afirmativa (MOBAF), o Programa de Tutoria Discente (PROEG) e a Comissão para Equidade de Gênero (Portaria nº 481/2024, atualizada pela nº 1653/2025) ampliaram as estratégias de acesso, permanência e valorização da diversidade, em consonância com legislações federais e normativas internas.

Paralelamente, PROEG e PROAES têm realizado monitoramentos, avaliações e ações para assegurar condições materiais e pedagógicas a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Em síntese, acesso não se restringe ao ingresso: exige permanência e representatividade, sem que sujeitos abdicuem de identidades, modos de vida e saberes.

Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais, políticos e econômicos: orçamento insuficiente para a permanência, carência de servidores para suporte pedagógico e psicossocial e a necessidade de enfrentar racismo estrutural, capacitismo, misoginia e LGBTfobia. Por isso, são indispensáveis articulação intersetorial, formação continuada e compromisso ampliado da comunidade acadêmica.

Diante desse quadro, o PDI 2026–2035 estabelece as políticas de ação afirmativa e diversidade como eixo estratégico do planejamento e a DIVERSE assume papel transversal na articulação com todas as unidades, para que diversidade e equidade sejam fundamentos da vida universitária.

Figura 25 – Histórico da Diverse



Fonte: Elaboração própria.

1.10.1. Acesso, Permanência e Representatividade

As diretrizes orientam o que fazer, como fazer e para quem fazer. Para tanto, a universidade deve consolidar ações existentes, criar e instituir uma cultura de responsabilização coletiva.

O ingresso à universidade precisa vir acompanhado de condições reais de permanência. A representatividade, por sua vez, requer diversificação dos quadros e maior presença de mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas e pessoas trans em conselhos, comissões e cargos de gestão, inclusive com cotas específicas.

Para tanto, o planejamento e a execução das políticas de ação afirmativa devem ser pautados pela transversalidade e institucionalização; interseccionalidade e reconhecimento de marcadores sociais; combate às discriminações e violências; descentralização e territorialização; fortalecimento de grupos como sujeitos políticos; formação antidiscriminatória e valorização da

diversidade; monitoramento e avaliação interseccional; orçamento específico e sustentabilidade; comunicação antidiscriminatória.

Figura 26 – Estrutura de Governança voltada às ações afirmativas

Estrutura e Governança

COORDENADORIA / SETOR	O QUE FAZ	QUANDO PROCURAR
AFIRMA (Diversidade de Gênero e Sexualidade)	Coordena políticas para mulheres e população LGBTQIAPN+; articula ações, formação, enfrentamento de violências e acompanhamento de denúncias	Casos de discriminação, violência ou dúvidas sobre direitos de gênero e sexualidade; ações formativas
PERTENCE (Diversidade Étnico-Racial)	Coordena políticas para pessoas negras, indígenas, quilombolas e grupos étnico-raciais; combate ao racismo; formação antirracista	Racismo, xenofobia, ações afirmativas étnico-raciais, apoio e orientação
VALIDA (Validação)	Organiza e executa processos de heteroidentificação e validação de autodeclarações em seleções e concursos	Dúvidas sobre cotas, bancas de heteroidentificação, validação de ingresso
AVALIA (Análise das Políticas)	Coleta e analisa dados; avalia impacto das políticas afirmativas; produz estudos e indicadores	Dados, pesquisas, diagnósticos ou avaliação de políticas
COMUNICA	Produce e divulga conteúdo, campanhas e materiais institucionais	Divulgação, campanhas, eventos
PLANEJA	Cuida do planejamento, orçamento, relatórios e gestão interna	Projetos, planejamento institucional
Secretaria Executiva	Organiza processos, documentos, agenda e fluxo administrativo	Encaminhamentos formais, processos

Fonte: Elaboração própria.

1.10.1.1. Transversalidade e institucionalização

As políticas de ação afirmativa devem compor o plano de desenvolvimento das unidades acadêmicas e administrativas da UFPA. Em termos práticos, cada decisão, desde os editais à prioridade orçamentária, precisa ser filtrada pelo compromisso com diversidade e equidade. Institucionalizar é transformar diretrizes em ações, programas e normas permanentes, inscritas nos PDU, com indicadores claros e acompanhamento contínuo.

1.10.1.2. Interseccionalidade e reconhecimento de diferentes marcadores sociais

As desigualdades são combinadas. Por isso, editais, concursos, currículos, sistemas, bolsas e programas de extensão devem prever recortes explícitos para promover justiça com base em cor/raça, etnia, gênero, sexualidade, deficiência e território.

1.10.1.3. Combate às discriminações violências institucionais

São necessários canais acessíveis de denúncia e acolhimento, protocolos claros, equipes capacitadas e campanhas permanentes que combinem prevenção e responsabilização.

1.10.1.4. Descentralização e territorialização

Como universidade *multicampi*, a UFPA demanda a descentralização de ações que visem ao fortalecimento das identidades amazônicas e ao desenvolvimento regional.

1.10.1.5. Fortalecimento de grupos como sujeitos políticos

As políticas precisam ser construídas com os sujeitos. Movimentos sociais, coletivos estudantis e organizações comunitárias devem ter canais institucionais estáveis de participação em conselhos, comissões e fóruns.

1.10.1.6. Formação antidiscriminatória e valorização da diversidade

Transformar cultura institucional demanda programas continuados de formação antirracista, feminista e LGBTQIAPN+ para docentes, técnicos, terceirizados e discentes, com valorização de epistemologias afro-brasileiras, indígenas, feministas e amazônicas.

1.10.1.7. Formação antidiscriminatória e valorização da diversidade

A política deve se apoiar em dados. Os relatórios institucionais anuais devem ser elaborados com recortes interseccionais subsidiam decisões, ajustes de rota e transparência pública.

1.10.1.8. Orçamento específico e sustentabilidade

Rubricas próprias no Planejamento de Gestão Orçamentária garantem continuidade de formações e campanhas, protegendo as políticas de contingências externas.

1.10.1.9. Comunicação antidiscriminatória

A comunicação institucional tem papel pedagógico e estratégico. Campanhas permanentes, linguagem acessível, representatividade e diversidade de formatos contribuem para ambientes seguros e inclusivos. Em síntese, a transversalidade dessas diretrizes converte diversidade e equidade em materialidade e as firma como pilares da missão acadêmica e social.

As políticas de ação afirmativa da UFPA, para garantir acesso, permanência e representatividade, se materializarão em metas e ações do próximo decênio a partir dos seguintes eixos:

1. Iniciativas para fortalecimento das relações étnico-raciais;
2. Promoção da Igualdade de gênero e direitos LGBTQIAPN+, com ambientes seguros e protocolos de acolhimento;
3. Promoção da diversidade cultural e integração de saberes tradicionais amazônicos;
4. Mecanismos de gestão e monitoramento voltados à sustentabilidade das ações afirmativas.

Esses eixos dialogam com princípios de transversalidade, interseccionalidade, descentralização, formação antidiscriminatória, monitoramento contínuo, sustentabilidade orçamentária e comunicação inclusiva. Em termos gerais, o PDI 2026–2035 reafirma a diversidade como compromisso estrutural da UFPA e fundamento da produção científica, da formação cidadã e da transformação social.

1.10.2. Fortalecimento das relações étnico-raciais

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 tornam obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos, oferecendo base para uma educação comprometida com a pluralidade étnico-racial. Em convergência, a comunidade UFPA inclui povos indígenas de distintas etnias, quilombolas e uma população negra numerosa e, por isso, precisa aprofundar seu compromisso por meio de ações, projetos, resoluções, estratégias e políticas, com transversalidade como princípio.

No plano normativo, a UFPA aprovou: Resolução nº 3.869/2009 (vagas para indígenas na graduação), Resolução nº 4.309/2012 (vagas para quilombolas), Resolução nº 5.279/2020 (PSE-MIGRE) e Resolução nº 5.787/2024 (Processo Seletivo Especial para Licenciatura Intercultural

Indígena – PARFOR Equidade). E a Resolução nº 815/2020, que regulamenta a Política de Enfrentamento à Discriminação, ao Assédio e a Outras Formas de Violência.

A universidade oferece programas específicos, como o PIBIC-AF e o PIBIC-UFPA/PcD, que garantem o acesso de estudantes ingressantes por ações afirmativas e PcD a bolsas de pesquisa.

As estratégias de acesso e permanência para estudantes de comunidades tradicionais garantem não apenas a entrada, mas a sustentabilidade de sua trajetória acadêmica. Entre as iniciativas, sobressaem-se a reserva de vagas e o apoio específico a quilombolas, somados à implementação das licenciaturas em Etnodesenvolvimento e em Educação do Campo. Essas graduações são fundamentais para a preservação de conhecimentos ancestrais, promovendo uma articulação crítica entre território, raça, classe e gênero.

Além da graduação, a UFPA oferece o curso de extensão “Formação para Docência e Gestão para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Quilombolas”, vinculado ao MEC e à CAPES, para capacitar profissionais à atuação em comunidades tradicionais, articulando ensino, extensão e compromisso social.

Além dos projetos de apoio e da MOBAF, que elevam as chances de sucesso acadêmico, a ampliação de cotas na pós-graduação incentiva a formação científica. No entanto, a efetividade dessas medidas depende de condições reais de permanência, do fortalecimento da assistência estudantil e de um monitoramento com avaliação interseccional.

Para promover o acolhimento e a proteção, a UFPA oferece programas de saúde física e mental articulados pela PROAES e unidades acadêmicas. Entre as principais iniciativas estão a Clínica de Atenção à Violência (ICJ), a Clínica Escola de Psicologia (IFCH) e o Serviço de Assistência Médico e Psicossocial (ICS). Somam-se a elas o programa 'UFPA, Territórios de Acolhimento e Integração' da PROGEP, todos focados em fortalecer a permanência estudantil e reduzir a evasão.

As ações da DIVERSE, portanto, visam valorizar, fortalecer e institucionalizar as relações étnico-raciais, assegurando a inclusão de indígenas, negros, quilombolas e ribeirinhos, com respeito a saberes, práticas e formas de organização, e com descentralização e territorialização para que cada campus dialogue com suas necessidades e reforce a identidade amazônica.

Como desafio, cabe à UFPA assumir a formação continuada de docentes para a diversidade, sob responsabilidade da PROEG, e inserir, de forma transversal, conteúdos étnico-raciais em todos os projetos pedagógicos. A mudança cultural depende da transversalidade curricular e de processos permanentes de formação continuada.

Desdobram-se, assim, frentes integradas e coletivas de ação: reconhecimento epistemológico; políticas de permanência específicas (ajustes de calendário, adequações

curriculares e apoio pedagógico); integração curricular (conteúdos, disciplinas, pesquisa e extensão); representatividade; enfrentamento do racismo estrutural e institucional (protocolos, formação e responsabilização); articulação com movimentos sociais e comunidades; e espaços permanentes de escuta, como o Fórum sobre Diversidade.

Para a consolidação desse conjunto, é essencial a corresponsabilidade institucional. Nesse horizonte, a DIVERSE sugere a criação do Fórum sobre Diversidade, como espaço de escuta, e do Novembro Negro, com o objetivo de articular iniciativas, valorizar identidades e fortalecer o sentimento de pertencimento.

1.10.3. Igualdade de gênero e direitos LGBTQIAPN+

Ao longo de sua trajetória a UFPA implementou ações de defesa e promoção dos direitos humanos. Um marco é a Resolução nº 815/2020, que regulamenta o combate à discriminação, ao assédio e a outras violências, e a criação da Clínica de Atenção à Violência (CAV), destinada a suporte jurídico e psicológico a vítimas. Essa base articula prevenção, acolhimento e responsabilização e dialoga com o enfrentamento das violências. A DIVERSE, por sua vez, promove ações educativas, com cartilhas sobre combate à LGBTfobia e mecanismos de denúncia.

A UFPA assegura o uso do nome social, conforme o art. 1º da Resolução nº 731/2014-CONSUN, adequando registros à identidade de gênero de discentes e servidores. Esse reconhecimento amplia acesso, permanência e representatividade e favorece ambientes seguros.

Quanto aos canais de proteção, a Ouvidoria (integrada ao Fala.BR) recebe denúncias relacionadas a discriminação, assédio e violências, com fluxos institucionalizados de acolhimento.

Na mesma direção de enfrentamento, a universidade promove campanhas como “Respeito na UFPA e em todo o lugar”. Para sustentá-las, implantou guia de orientações, programa de capacitações, peças de comunicação e fluxogramas com procedimentos operacionais padrão, reforçando a formação antidiscriminatória.

No campo da equidade de gênero, a Comissão para Equidade de Gênero foi instituída pela Portaria nº 481/2024 e atualizada pela nº 1653/2025, com atuação transversal e interseccional, especialmente em relação a mulheres negras, quilombolas, indígenas, trans e lésbicas.

Entre os desafios, permanece a necessidade de promover e consolidar políticas de defesa dos direitos LGBTQIAPN+, de modo a garantir ambientes acadêmicos e administrativos seguros, inclusivos e equitativos, com ênfase na prevenção de violências e no reconhecimento da diversidade.

Para tanto, recomenda-se a criação e consolidação de: políticas afirmativas; protocolos de acolhimento com articulação psicossocial, jurídica e administrativa; mecanismos de denúncia e

campanhas permanentes; programas de capacitação continuada; ampliação da representatividade e da participação de pessoas LGBTQIAPN+, inclusive em cargos de gestão; ajustes na assistência estudantil com recortes de gênero e sexualidade; estímulo à produção de conhecimento e à curricularização do tema; e comunicação institucional inclusiva.

1.10.4. Promoção da diversidade cultural e integração de saberes

Reconhecer a cultura como direito e patrimônio faz da universidade agente promotor da diversidade. No contexto amazônico, isso implica apoiar manifestações artísticas locais; reconhecer práticas culturais tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas) como saberes legítimos; integrar saberes acadêmicos e tradicionais com coautoria de comunidades na pesquisa e na extensão; assegurar acessibilidade cultural; e valorizar a produção cultural universitária, com comunicação e difusão acessíveis.

Há, ainda, a necessidade de acolher e integrar saberes de estudantes do PEC-G e de estudantes imigrantes, refugiados, asilados, apátridas e vítimas de tráfico. Nesses casos, a abordagem interseccional ajuda a reconhecer barreiras de nacionalidade, língua, gênero e território.

O reconhecimento da diversidade cultural supõe enfrentar preconceitos e exclusões na vida universitária. Para tanto, são necessários protocolos e campanhas contínuas que legitimem culturas amazônicas, afro-brasileiras, indígenas, LGBTQIAPN+ e estrangeiras como constitutivas do espaço universitário. A consolidação desse eixo depende, ainda, de comunicação antidiscriminatória, com linguagem acessível, múltiplos formatos e ampla circulação.

A valorização da diversidade cultural também envolve formação antidiscriminatória e o reconhecimento de saberes. Por isso, é importante manter programas de formação continuada que incluam epistemologias afro-brasileiras, indígenas e amazônicas em currículos, pesquisas e ações de extensão. Nesse sentido, destaca-se o projeto Cine-Diversidade, coordenado pela DIVERSE, voltado à formação de público em cultura e Direitos Humanos.

Como compromisso, propõe-se a Semana da Diversidade Cultural, que poderá ser coordenada por PROEX, DIVERSE e associações, com descentralização para todos os campi e diálogo com comunidades locais. Diante desse contexto, a territorialização é essencial para respeitar a pluralidade cultural do Pará e da Amazônia.

Assim, a UFPA se projeta como espaço de encontro e valorização da diversidade cultural amazônica, ampliando a potência formativa da cultura, em consonância com seu papel público e regional.

1.10.5. Ações afirmativas

As iniciativas a seguir envolvem todas as unidades da UFPA, especialmente as com atribuições regimentais na matéria. Elas estruturam o PDI 2026–2035 e se articulam às diretrizes de transversalidade, interseccionalidade, descentralização, formação antidiscriminatória, monitoramento contínuo, orçamento específico e comunicação inclusiva.

1.10.5.1. Programa de Formação Docente Antirracista (PROEG, DIVERSE)

Objetivo: desenvolver compreensões pedagógicas para práticas inclusivas e antidiscriminatórias no ensino, na pesquisa e na extensão, com ênfase em epistemologias afro-brasileiras, indígenas, ribeirinhas e amazônicas.

Público e escopo: docentes da graduação e da pós-graduação, com suporte a técnicos e discentes em ações de formação continuada.

Princípios: transversalidade e formação permanente, com recortes interseccionais.

Governança: PROEG, com colaboração da DIVERSE.

Monitoramento: indicadores de adesão e conclusão, reportados pela PROEG.

1.10.5.2. Rede de Apoio à Permanência Estudantil Quilombola e Indígena (PROAES, PROEG, DIVERSE, Unidades Acadêmicas)

Objetivo: reduzir retenção e evasão por meio de suporte acadêmico, social e cultural, assegurando acolhimento e rotas de inclusão no percurso formativo.

Componentes: tutoria, monitoria, projetos de ensino, práticas pedagógicas inclusivas, apoio psicossocial, mediação intercultural, adequações curriculares e articulação com comunidades de origem.

Princípios: acesso, permanência e representatividade, com territorialização multicampi.

Governança: PROAES, PROEG e unidades acadêmicas, com participação da DIVERSE e de instâncias estudantis e movimentos sociais.

Monitoramento: painéis de indicadores por campus e por curso.

1.10.5.3. UFPA Sem Racismos e Assédios: política institucional de enfrentamento às violências

Objetivo: prevenir, acolher e responsabilizar em casos de discriminação e violência, garantindo ambiente universitário seguro e respeitoso.

Dispositivos: protocolos e fluxos de escuta e acolhimento, campanhas educativas, canais de denúncia, formação continuada de equipes e procedimentos operacionais padronizados.

Base institucional: política abrangente e permanente, alinhada ao eixo de fluxos de acolhimento.

Governança: DIVERSE, Ouvidoria, Comissão de Equidade de Gênero, UFPA–Territórios de Acolhimento, PROGEp, ASCOM e unidades, com acompanhamento da Reitoria e da CPPAD.

Monitoramento: tempo de resposta, resolatividade, recorrência e alcance das campanhas.

1.10.5.4. Censo da Diversidade da Comunidade Universitária

Objetivo: mapear perfis e trajetórias para fundamentar políticas, com recortes de raça, gênero, sexualidade, território e outras dimensões relevantes.

Metodologia: instrumentos padronizados, linguagem acessível, proteção de dados, periodicidade definida e retorno de resultados às comunidades universitárias.

Mecanismos transversais: dispensa de nova verificação para pessoas já validadas; campos específicos nos sistemas acadêmicos e administrativos; formação obrigatória em diversidade e direitos humanos em contratos institucionais; ciclos de avaliação com relatórios públicos.

Figura 27 – Nuvem de palavras sobre a diversidade

Nuvem de Palavras



Fonte: Elaboração própria.



1.11 POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPREENDEDORISMO



1.11. POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPREENDEDORISMO

A Universidade Federal do Pará (UFPA), enquanto instituição pública de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação, situada em uma das regiões mais biodiversas e culturalmente complexas do planeta, reconhece a inovação, bem como demais conceitos articulados a esta, como pilar estratégico para o cumprimento de sua missão. A inovação pode inclusive ser entendida como um quarto eixo da universidade, que atua de forma transversal e indissociável com o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à geração e aplicação prática de conhecimentos que promovam o desenvolvimento sustentável, inclusivo e ético da Amazônia.

A inovação, em sua acepção mais ampla, refere-se ao processo de criação, desenvolvimento e implementação de soluções novas ou significativamente melhoradas para problemas existentes ou emergentes, gerando valor social, econômico, cultural ou ambiental. No contexto universitário, inovar significa articular ciência, conhecimento e criatividade para enfrentar os desafios complexos da sociedade contemporânea, fortalecendo a competitividade, modernizando processos e promovendo a inclusão social e a cidadania.

Para tanto, a pesquisa desempenha papel central nesse processo, impulsionando o desenvolvimento de tecnologias que fortalecem a competitividade e modernizam processos, ao mesmo tempo em que promovem soluções sociais voltadas à inclusão, ao exercício da cidadania e à redução das desigualdades. Essa perspectiva também envolve o compromisso com práticas sustentáveis que preservem o meio ambiente e garantam qualidade de vida às gerações presentes e futuras.

A UFPA tem um histórico já relativamente longo e positivo no que se refere à inovação, perfazendo 30 anos de história. Pode-se traçar os primeiros passos institucionais sobre o tema quando, em 1995, a Resolução n. 2226 do na época CONSEP (Conselho Superior de Ensino e Pesquisa) aprovou o projeto do Centro de Incubadora Empresas de Base Tecnológica, criando assim não apenas a primeira incubadora da UFPA, mas também a primeira incubadora da região Norte e da Amazônia. Já em 1999, a resolução n. 2634 do mesmo conselho, em seu artigo 14, indicava que os resultados de pesquisa desenvolvidas na UFPA que resultassem em descoberta, invenção ou processo inéditos, seriam patenteados em nome da universidade no setor de marcas, patentes e transferência de tecnologia da PROPESP.

Em 2009 a Resolução n. 662 do CONSUN criou a UNIVERSITEC - Agência de Inovação Tecnológica, órgão suplementar da instituição que trouxe para sua responsabilidade tanto as atividades do setor de marcas, patentes e transferência de tecnologia da PROPESP quanto a incubadora, agora renomeada Programa de Incubadora de Base Tecnológica (PIEBT). Esta

unidade construiu e consolidou a primeira versão da Política de Inovação da instituição, descrita na Resolução n. 734/2014 do CONSUN.

Da criação da Universitec até a confecção deste documento, houve muitas mudanças e adições quando tratamos da temática da Inovação na UFPA. Dentre elas, destacam-se a criação do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá, o primeiro e até o momento da produção deste documento o único parque tecnológico em plena operação da Região Norte e da Amazônia, em uma iniciativa que reuniu a UFPA, UFRA e o Governo do Estado do Pará; a criação da Incubadora do Xingu, no campus de Altamira; a criação do Tecnólogo, no campus de Tucuruí; o aumento significativo do número de patentes da UFPA; a instalação de uma Unidade EMBRAPPII; e, mais recentemente, a criação da Superintendência de Inovação e Desenvolvimento (SInD), órgão executivo da UFPA criado a partir da Universitec, que assume a personalidade do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da universidade e tem a missão de pensar e realizar a inovação na instituição em seu caráter mais amplo, articulado com as demais unidades da UFPA e de forma multicampi.

Dado este contexto, serão apresentados os principais eixos de atuação relacionados com a inovação, o diagnóstico do que se apresenta e os planos a serem realizados no ciclo deste PDI.

1.11.1. Parcerias para pesquisa e inovação

A participação da UFPA em redes de cooperação científica e tecnológica está alinhada aos princípios e instrumentos previstos na Lei de Inovação, que busca incentivar a integração entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), empresas e órgãos públicos. Essa inserção fortalece o papel da Universidade no ecossistema de inovação ao potencializar a geração, o compartilhamento e a aplicação do conhecimento.

Um ecossistema de inovação maduro caracteriza-se pela interação sinérgica entre múltiplos atores - universidades, empresas, governo, organizações de apoio, comunidades e sociedade civil - em um ambiente que favorece a criação, desenvolvimento e difusão de inovações.

Entre as principais oportunidades estão os consórcios universitários voltados a grandes projetos de pesquisa, que possibilitam a integração de competências e recursos; as redes temáticas de excelência em áreas estratégicas, que fortalecem a produção colaborativa do conhecimento com a participação de empresas; além da presença da Universidade em redes de pesquisa de ponta coordenadas por agências nacionais de fomento, como o CNPq e a CAPES, reforçando sua contribuição para o avanço científico e tecnológico do país e a consolidação de parcerias em âmbito global.

O setor produtivo também constitui um parceiro estratégico tanto para a captação de recursos quanto para a elevação da qualidade do ensino e da pesquisa, ao aproximar a Universidade

das demandas reais do mercado. Essa cooperação ocorre, em geral, por meio de projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), que envolvem o compartilhamento de riscos e resultados. Outro importante instrumento de parceria são os contratos de transferência de tecnologia e licenciamento, que possibilitam a aplicação do conhecimento gerado na Universidade em benefício da sociedade e do setor produtivo. Além disso, as encomendas tecnológicas representam um mecanismo fundamental para conectar a busca do poder público por soluções inovadoras à capacidade de resposta tecnológica do mercado.

Quanto ao setor público, destacam-se os convênios firmados com prefeituras e o governo estadual para o desenvolvimento de soluções aplicadas a políticas públicas, a criação de laboratórios de inovação pública voltados à experimentação de novos modelos de gestão e serviços, além de projetos de extensão universitária com impacto social mensurável, que aproximam a Universidade das comunidades e contribuem para a redução de desigualdades.

Já no relacionamento com o terceiro setor, a UFPA estabelece parcerias com ONGs e organizações da sociedade civil para a realização de pesquisas aplicadas em questões sociais e ambientais, ampliando a capacidade de gerar soluções inovadoras para desafios locais e regionais.

Tais iniciativas reforçam o papel da Universidade como agente de transformação social, em consonância com os princípios do marco legal de ciência, tecnologia e inovação, que reconhece a importância das interações entre Estado, academia e sociedade para a promoção do desenvolvimento sustentável.

1.11.1.1. Proposições

Com o objetivo de fortalecer as ações de PD&I na Universidade, um dos pilares centrais é a captação de recursos e a construção de parcerias estratégicas que tornem viáveis as iniciativas de empreendedorismo e inovação previstas no plano. Para isso, foram estruturadas ações voltadas tanto para a busca de recursos diretos — obtidos pela própria Universidade ou em seu papel de ICT — quanto para recursos indiretos, provenientes de parcerias público- privadas.

Nesse modelo, empresas podem direcionar investimentos para que as ICTs participem de projetos de pesquisa aplicada em negócios, ampliando a disponibilidade de infraestrutura e de pesquisadores da Universidade. Além disso, destaca-se o fortalecimento de parcerias estratégicas para impulsionar a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento de novos modelos de negócios com alto potencial de impacto no mercado e na sociedade. Nesse sentido, propõe-se a criação de dois programas específicos, descritos a seguir, destinados a consolidar e impulsionar essas frentes de atuação.

1.11.1.2. Criação do Programa Inova Saber

A necessidade de fortalecer a cultura da inovação entre pesquisadores, discentes e técnicos da UFPA é cada vez mais evidente. Nesse sentido, a SInD propõe a criação de um programa estratégico voltado à integração de práticas inovadoras ao fazer científico, demonstrando como a inovação pode ampliar o impacto da pesquisa acadêmica. O programa tem como finalidade consolidar a produção de conhecimento em diálogo com os desafios da sociedade contemporânea. Ao promover uma cultura de inovação em toda a comunidade universitária, busca-se estimular o desenvolvimento de competências empreendedoras que vão além da criação de empresas, abrangendo também a formação de pessoas capazes de articular soluções transformadoras e contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento científico, social e sustentável.

Entre suas estratégias destacam-se: a formação de uma rede de embaixadores da inovação, responsáveis por orientar e mentorar práticas inovadoras na pesquisa e em outros contextos acadêmicos; a realização de ações voltadas à disseminação da cultura de inovação no ambiente universitário; o estímulo à criação de negócios derivados da pesquisa científica, como as *spin-offs*; e a busca de linhas de financiamento específicas para o desenvolvimento de projetos inovadores.

1.11.1.3. Criação do Programa iLink: conectando a pesquisa à sociedade

Outra frente relevante de atuação consiste na articulação de parcerias com entes externos à Universidade, com o objetivo de desenvolver projetos baseados em conhecimento técnico e científico. O programa busca integrar a pesquisa e as atividades acadêmicas às demandas concretas do mercado, das comunidades e de outros setores da sociedade, estimulando a cocriação de soluções inovadoras e de impacto efetivo.

O programa propõe-se a fortalecer e criar estruturas de apoio à formalização de parcerias para inovação, oferecendo suporte na captação de recursos, na elaboração de projetos, na proteção de tecnologias e na sua transferência para a sociedade e o mercado. Para tanto, será desenvolvido um portfólio detalhado com as capacidades técnicas e de infraestrutura da Universidade, reunindo informações sobre a expertise de pesquisadores e técnicos, bem como sobre os laboratórios e serviços especializados disponíveis. Além disso, serão elaborados editais específicos destinados a conectar projetos de pesquisa com potencial de inovação a oportunidades de aplicação prática.

O programa também busca facilitar a disseminação do conhecimento científico à sociedade por meio de uma comunicação assertiva, apoiando pesquisadores na adaptação da linguagem de seus projetos para dialogar com o mercado e com diferentes públicos. Nesse contexto, serão fomentadas parcerias entre disciplinas de inovação e empreendedorismo da graduação e pós-graduação e desafios oriundos de empresas e instituições externas.

1.11.2. Empreendedorismo, capacitação e ambientes de inovação

A UFPA tem buscado, de forma crescente, integrar o empreendedorismo à sua missão institucional, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e social da Amazônia. O incentivo a este tema se manifesta em programas de extensão e pesquisa que estimulam a criação de soluções inovadoras voltadas às necessidades regionais, valorizando a biodiversidade, os saberes locais e os desafios socioambientais.

Os ambientes de inovação são arranjos institucionais e/ou territoriais que articulam infraestrutura, serviços e governança para aproximar universidades, empresas, governo e sociedade, convertendo conhecimento em soluções com impacto econômico e social. Entre seus formatos destacam-se os parques tecnológicos e as incubadoras de empresas. Parques tecnológicos são áreas planejadas que oferecem infraestrutura física (lotes, escritórios, laboratórios, centros de P&D), serviços especializados e gestão dedicada para atrair, instalar e integrar empresas de base tecnológica, centros de pesquisa e *startups*, promovendo PD&I e desenvolvimento regional. Incubadoras de empresas, por sua vez, são programas estruturados de apoio temporário a empreendedores em estágios iniciais (pré-incubação, incubação e graduação), com mentorias, capacitações, acesso a laboratórios, conexões com mercado e investidores, além de acompanhamento de metas e indicadores. Enquanto incubadoras reduzem riscos e aceleram a tração de novos negócios, parques tecnológicos ampliam a densidade de interações, facilitam a transferência tecnológica e consolidam ecossistemas mais maduros.

Os coletivos produtivos, tais como as *startups*, *spin-offs* de empresas já consolidadas, associações, comunidades, cooperativas, entre outros arranjos de perfil empreendedor, encontram na UFPA um ambiente fértil para nascer e se consolidar, seja por meio de iniciativas de incubação, programas de aceleração e conexões com ecossistemas de inovação, seja pelo apoio a projetos que aproximam universidade, empresas e comunidades. Esses mecanismos permitem transformar conhecimento científico em produtos, serviços e processos inovadores, com impacto direto na geração de emprego, renda e desenvolvimento sustentável. As incubadoras e os parques tecnológicos da UFPA exercem um papel central neste contexto.

A educação empreendedora também tem se expandido nos currículos, nas atividades complementares e em eventos acadêmicos, proporcionando aos estudantes experiências práticas que estimulam criatividade, liderança e visão crítica sobre a realidade amazônica. Tais iniciativas reforçam a formação integral dos discentes, preparando-os não apenas para o mercado de trabalho tradicional, mas também para atuarem como agentes de transformação social. Além disso, a ênfase no empreendedorismo como competência de vida estende-se à trajetória dos egressos, apoiando-os na construção de carreiras autônomas, inovadoras e alinhadas às demandas regionais. Isto tem

o propósito de fortalecer a inserção profissional em múltiplos setores, favorecer a criação de empreendimentos próprios e ampliar a contribuição desses profissionais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Apesar da crescente presença do tema Empreendedorismo na universidade, ele ainda pode ser fortalecido a partir da sua inclusão tanto em cursos de pós-graduação quanto em Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) na graduação ou na realização de disciplinas flexibilizadas sobre o tema, em que participantes de diferentes cursos assistem a uma mesma disciplina. Por fim, os esforços em capacitação alcançam tanto docentes quanto técnicos e alunos, fortalecendo competências em gestão da inovação, elaboração de projetos, propriedade intelectual e modelos de negócios. Essas ações, muitas vezes em parceria com instituições nacionais e internacionais, garantem que a UFPA se mantenha como protagonista na construção de um ecossistema de inovação inclusivo, sustentável e alinhado às demandas do século XXI.

Nesse processo, é fundamental reforçar a conexão da UFPA com outras entidades que promovem inovação e sustentabilidade, como outras universidades, parques tecnológicos, incubadoras, agências de fomento, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. Essa articulação amplia o alcance e a efetividade das ações empreendedoras, favorece a troca de conhecimentos e experiências, e potencializa a geração de soluções inovadoras que dialoguem com os desafios sociais, econômicos e ambientais da Amazônia. O fortalecimento dessas redes de cooperação é condição essencial para que a inovação na UFPA se consolide de forma sustentável e com impacto transformador no território.

Assim, a prática da UFPA evidencia que o empreendedorismo e a educação empreendedora não são apenas complementos à formação universitária, mas instrumentos estratégicos para ampliar a presença da universidade na sociedade, estimulando coletivos produtivos, fortalecendo a cultura da inovação e impulsionando a capacitação em prol do desenvolvimento regional.

1.11.2.1. Proposições

A SInD é responsável por coordenar e estimular a implementação de ações que fortaleçam a educação empreendedora e a gestão de ambientes de inovação na universidade. Entre essas ações, destacam-se:

(i) A expansão e aperfeiçoamento dos ambientes de inovação da Universidade para que, em forma de rede, os parques tecnológicos e as incubadoras de empresas da Universidade possam oferecer melhores serviços para os empreendimentos e coletivos produtivos residentes e associados, garantindo suporte técnico, gerencial e de infraestrutura para seu desenvolvimento;

(ii) A promoção de programas e atividades que ampliem a participação de estudantes e docentes em iniciativas de educação empreendedora, como disciplinas, oficinas, hackathons, eventos de inovação e capacitações voltadas ao desenvolvimento de competências empreendedoras; e

A articulação de parcerias e projetos de inovação com empresas, comunidades e instituições públicas e privadas, assegurando que as soluções desenvolvidas tenham impacto social, econômico e ambiental na região. Essas frentes de atuação visam consolidar um ecossistema de inovação dinâmico e integrado, que potencialize a missão da UFPA de contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

1.11.3. Propriedade intelectual e transferência tecnológica

A UFPA, enquanto uma ICT pública sediada no Norte do país, reconhece a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia como instrumentos estratégicos para a consolidação de sua missão de produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia, visando à formação de cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável.

A propriedade intelectual compreende o conjunto de direitos conferidos sobre criações do intelecto humano, incluindo invenções (patentes), modelos de utilidade, desenhos industriais, marcas, cultivares, obras artísticas e literárias, programas de computador e conhecimentos tradicionais associados. As patentes servem como importante fonte de informação, revelando o que existe de mais novo compreendido no estado da técnica e, depois de concedidas, ficam disponíveis ao acesso de todos. Protegidas juridicamente, há de se impedir que tais tecnologias venham a ser exploradas por terceiros sem a devida autorização, afastando a privatização econômica dos benefícios e a socialização dos custos da pesquisa, e permitindo, assim, a efetiva difusão e democratização dos benefícios da ciência e da tecnologia para a sociedade.

A transferência de tecnologia, por sua vez, consiste no processo de disponibilização de conhecimentos, técnicas, produtos e processos inovadores à sociedade, abrangendo os setores público, privado e comunitário. No contexto amazônico, caracterizado por significativa diversidade biológica, cultural e social, a UFPA assume a responsabilidade de assegurar que tais processos sejam conduzidos em consonância com a preservação ambiental, o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Em alinhamento à visão institucional, a política de propriedade intelectual e transferência de tecnologia da UFPA contribui para o fortalecimento do reconhecimento nacional e internacional da Universidade, fundamentado na qualidade do ensino, na excelência da produção científica e na capacidade de promover práticas inovadoras e criativas integradas à sociedade.

De igual modo, essas ações se coadunam com os princípios institucionais da UFPA, ao garantir a universalização do conhecimento, o respeito à ética e à diversidade, o pluralismo de ideias, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a flexibilidade acadêmica, a busca permanente pela excelência e a defesa intransigente dos direitos humanos e do meio ambiente. O incentivo à proteção de ativos intelectuais está associado à promoção da justiça social, da equidade no acesso aos benefícios da ciência e tecnologia e da valorização dos saberes locais e tradicionais.

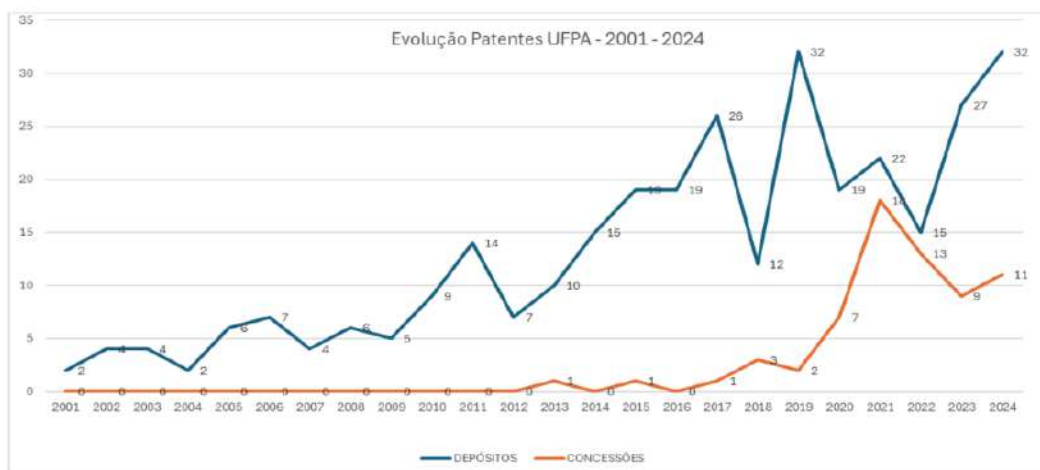
A Universidade entende que a proteção da propriedade intelectual deve estar integrada a uma política de transferência de tecnologia, entendida como o processo pelo qual os conhecimentos, técnicas, métodos, processos e produtos gerados no ambiente acadêmico são transformados em soluções práticas, acessíveis e sustentáveis para a sociedade. Isso pode ocorrer por meio de vários mecanismos, dentre eles:

- Licenciamento de tecnologias: concessão de direito de uso de uma tecnologia (como uma patente, software, know-how, etc.) para uma empresa ou entidade.
- Parcerias e Convênios com empresas ou instituições públicas: estabelecimento de acordos formais entre a UFPA e empresas, ou instituições públicas, para cooperação em pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- Criação de empresas *spin-offs* e *startups*: Apoio à criação de empresas originadas dentro da UFPA, por pesquisadores ou alunos, para explorar comercialmente uma tecnologia desenvolvida internamente.
- Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): Projetos encomendados por empresas ou órgãos públicos, nos quais a universidade realiza pesquisa aplicada com objetivos específicos

O grande desafio da UFPA ainda é a transferência da tecnologia para garantir a efetiva difusão e democratização dos benefícios da ciência e da tecnologia para a sociedade. Na busca de superá-lo, o fortalecimento da SinD, que atua como NIT da UFPA é essencial.

A UFPA acumulou considerável experiência no campo da inovação tecnológica, a partir de 2001, ano em que houve o primeiro pedido de depósito de patente realizado pela Universidade. Até 2024, a UFPA contava com 348 depósitos de pedido de patente no Brasil e no exterior (318 no Brasil e 30 no exterior); 89 registros de software e 71 registros de marcas. O Gráfico abaixo ilustra a evolução da UFPA quanto aos pedidos de patente no território brasileiro, no período de 2001 a 2024.

Gráfico 1 – Evolução das patentes na UFPA



Fonte: Elaboração própria.

1.11.3.1. Proposições

Durante o período de vigência deste PDI (2026–2035), considerando a inovação como ação transversal que permeia as atividades indissociáveis de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, serão necessárias diversas ações estratégicas voltadas à consolidação de uma política institucional de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, por meio de:

- Atualização da política institucional de inovação e PI, com ênfase na proteção da biodiversidade, saberes tradicionais e tecnologias sociais;
- Fortalecimento do NIT/UFPA, com ampliação de sua equipe técnica, orçamento e integração com unidades acadêmicas;
- Criação de programas de capacitação continuada, voltados à formação da comunidade universitária em temas relacionados à PI, inovação e empreendedorismo;
- Desenvolvimento de indicadores de desempenho e de impacto da PI e TT, para subsidiar a tomada de decisão institucional;
- Estímulo à interdisciplinaridade e à transversalidade, por meio da integração entre grupos de pesquisa, laboratórios e programas de extensão comprometidos com a inovação voltada às demandas sociais da região.

Por meio dessas ações, a UFPA reafirma seu papel como protagonista na geração de conhecimento e na produção de soluções tecnológicas e sociais para a Amazônia, posicionando-se como referência nacional e internacional em inovação sustentável, inclusiva e comprometida com a justiça socioambiental.

1.11.4. Infraestrutura e fomento à Inovação

A UFPA possui um conjunto relevante de laboratórios de pesquisa e ambientes de inovação (incubadora, unidades especiais de inovação, centros de pesquisas e outros) que dispõe de máquinas e equipamentos sofisticados, que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas avançadas nas mais diferentes temáticas de pesquisa.

Em que pese esta presença de um parque de equipamentos científicos relevante, esta infraestrutura, no geral, carece de um modelo mais eficiente de compartilhamento de equipamentos, com pouca existência de laboratórios que sigam o modelo multiusuário. Essa modalidade permitiria uma redução nos custos de manutenção destas máquinas, maior utilização delas, redução de gastos com energia e assistência técnica, além de ampliar a sustentabilidade e o acesso tanto da comunidade acadêmica quanto de parceiros externos.

Uma outra consequência positiva de uma maior adoção do modelo de laboratórios multiusuário seria a criação de uma cultura na instituição em que a infraestrutura de pesquisa e inovação é um bem comum para a instituição, sob responsabilidade do coletivo, em contraposição ao modelo em que a infraestrutura pertence a grupos específicos. Existe demanda por um modelo de gestão integrado, especialmente pela atuação da SInD, que pode potencialmente assumir papel estratégico na coordenação da infraestrutura de inovação nos campi e na articulação com o ecossistema externo. Há necessidade de modernização digital, com maior investimento em conectividade, plataformas de colaboração, repositórios de dados e laboratórios virtuais alinhados às demandas da ciência aberta, inovação aberta e transformação digital.

Em outro aspecto, a inovação universitária também depende de fomento para os recursos humanos - discentes e servidores -, o que corresponderia à criação de editais, bolsas e programas institucionais que tenham foco na aproximação com empresas, desenvolvimento tecnológico e industrial, transferência de tecnologia e outros. No momento, as bolsas conhecidas como de Iniciação Tecnológica Industrial (ITI) e similares têm requisitos pouco diferentes das bolsas de Iniciação Científica (IC), o que acaba fazendo com que elas não tenham sua finalidade plenamente atendida, que seria para um perfil mais próximo do desenvolvimento tecnológico e transferência tecnológica dos resultados para o ambiente de produção.

1.11.4.1. Proposições

Em termos de infraestrutura para a pesquisa e a inovação, propõe-se que a UFPA implemente um modelo de maior compartilhamento de máquinas e equipamentos entre seus laboratórios e pesquisadores, a partir de um modelo multiusuário em que custos e demais responsabilidades possam ser distribuídas entre seus associados.

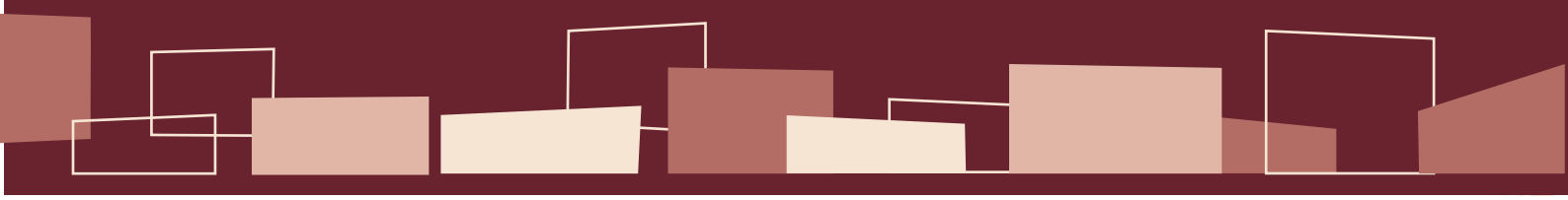
Uma proposição específica diz respeito aos cursos que necessitam de alta carga computacional em seu currículo, como os cursos de computação. Como nestes a necessidade por computadores modernos e de alta capacidade computacional cresce em ritmo acelerado, faz-se necessário o desenvolvimento de uma política de compras específicas em que as máquinas dos laboratórios de ensino destas faculdades sejam trocadas com maior frequência, fazendo com que as máquinas que estejam sendo substituídas possam ser redirecionadas para unidades administrativas ou mesmo outras faculdades em que não há exigência de carga computacional equivalente.

A UFPA precisa estar melhor articulada institucionalmente para a captação de recursos que visem a manutenção e ampliação do seu parque de equipamentos. Instituições como os ministérios MEC, MCTI, MDIC e outros, fundações e entidades de fomento como a FINEP, CNPq, CAPES e FAPESPA, organismos multilaterais, fundos institucionais e empresas privadas, precisam ser buscadas para auxiliar nestas aquisições. Também é imperativo que a UFPA direcione as bolsas ITI para uma finalidade mais próxima ao tema de inovação e empreendedorismo e, em paralelo, crie um programa institucional de bolsas dessa modalidade a ser gerenciado pela SInD, de forma que a universidade possa fomentar a inovação e a aproximação com o setor produtivo desde a graduação.

Por fim, o fortalecimento do corpo técnico da SInD e de sua infraestrutura física possibilitará à superintendência gerenciar estes temas de forma efetiva, além de propôr e gerir os modelos de laboratórios e os programas institucionais citados.



2 CONSIDERAÇÕES FINAIS



2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (PDI UFPA 2026-2035) representa não apenas o encerramento de um ciclo de planejamento democrático e participativo, mas o marco inicial de uma jornada transformadora para a próxima década. Ao projetar suas metas e diretrizes até 2035, a UFPA reafirma seu papel estratégico e indispensável na produção de conhecimento, na formação cidadã e no desenvolvimento sustentável e soberano da Amazônia e do Brasil.

Este documento reflete o amadurecimento de uma instituição *multicampi* que aprendeu a transformar a complexidade de sua extensão geográfica e a vulnerabilidade socioeconômica de seu corpo discente em eixos de potência e inovação. As políticas estruturadas para os próximos dez anos respondem diretamente aos desafios contemporâneos, assumindo de forma intransigente os compromissos com a inclusão social, as ações afirmativas, a acessibilidade e a equidade de gênero em todas as instâncias da vida universitária.

No âmbito acadêmico, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ganha novos contornos ao integrar a inovação tecnológica e o empreendedorismo social aos saberes tradicionais da região. A internacionalização, por sua vez, deixa de ser vista como mera mobilidade acadêmica externa e passa a ser consolidada sob a perspectiva do Sul Global. A UFPA se projeta para o mundo a partir de sua identidade amazônica, liderando debates globais sobre a crise climática e a sociobiodiversidade, sem perder de vista o fortalecimento de suas bases locais e o direito pleno à educação superior — que se concretiza apenas com o ingresso, a permanência digna e a conclusão com êxito de seus estudantes.

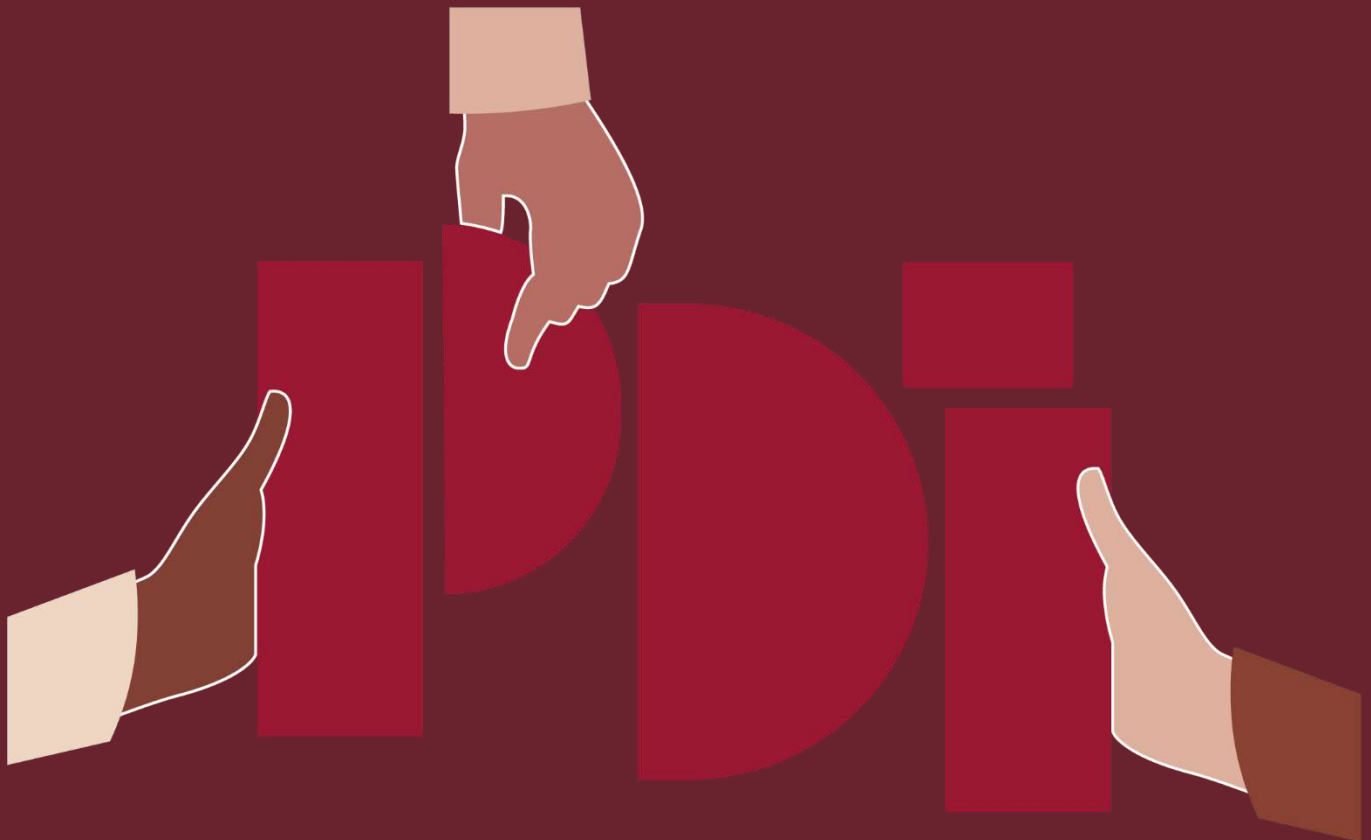
Diante do cenário de restrições orçamentárias e dos desafios inerentes a uma das maiores universidades federais do país, a viabilidade deste plano repousa em uma estrutura de governança pública robusta, ética, transparente e focada na integridade dos processos de gestão. O acompanhamento contínuo dos indicadores aqui estabelecidos, sob a supervisão do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) e do Conselho Universitário (CONSUN), garantirá que o PDI 2026-2035 seja um instrumento vivo, dinâmico e resiliente.

Considera-se, portanto, que o horizonte desenhado para 2035 convoca toda a comunidade acadêmica — docentes, técnicos-administrativos e discentes — a renovar o pacto com a excelência acadêmica e com a justiça social. Mais do que gerenciar o presente, a UFPA se posiciona firmemente para guiar o futuro, honrando sua história e consolidando-se como uma universidade plural, inclusiva, multicultural e profundamente comprometida com a defesa da vida, da ciência e da Pan-Amazônia.



REFERÊNCIAS

Em processo de organização



Plano de Desenvolvimento Institucional | UFPA

2026 · 2035

VOLUME III
POLÍTICAS DE GESTÃO



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035

Universidade Federal do Pará
Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto
Rua Augusto Corrêa, 01
CEP: 66075-110 – Guamá – Belém – Pará
www.ufpa.br
© UFPA, 2026

Universidade Federal do Pará

Reitoria	Gilmar Pereira da Silva
Vice-Reitoria	Loiane Prado Verbicaro

Secretarias

Secretaria Geral	Doriedson do Socorro Rodrigues
Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores	Soraya Maria Bitar de Lima Souza

Pró-Reitorias

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Maria Lucilena Gonzaga Costa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Maria Iracilda da Cunha Sampaio
Pró-Reitoria de Extensão	Nelson José de Souza Júnior
Pró-Reitoria de Relações Internacionais	Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin
Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil	Ronaldo Marcos de Lima Araújo
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Cristian Mayko Carvalho da Costa
Pró-Reitoria de Administração	Raimundo da Costa Almeida
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal	Ícaro Duarte Pastana

Superintendências

Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade	Zélia Amador de Deus
Superintendência de Inovação e Desenvolvimento	Filipe de Oliveira Saraiva

Assessorias

Assessoria de Comunicação Institucional	Edmê Gomes Paixão
Assessoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica	Carlos Augusto Vasconcelos Pires
Assessoria de Controle Interno	Andréia Firmiano da Silva

Outros Assessoramentos

Auditoria Interna	Lília Nazaré Limão Barros de Oliveira Góes
Ouvidoria Geral	Iraneide Rocha Freire
Prefeitura Multicampi	Eliomar Azevedo do Carmo
Procuradoria-Geral	Fernanda Ribeiro Monte Santo

Institutos

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares	Luís Mauro Santos Silva
Instituto de Ciências Biológicas	Renata Coelho Rodrigues Noronha
Instituto de Ciências da Arte	Isis de Melo Molinari Antunes
Instituto de Ciências da Educação	Eliana da Silva Felipe
Instituto de Ciências da Saúde	Carlomagno Pacheco Bahia
Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Marcos Monteiro Diniz
Instituto de Ciências Jurídicas	Valena Jacob Chaves Mesquita
Instituto de Ciências Médicas	Silvestre Savino Neto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Paulo Moreira Pinto
Instituto de Educação Matemática e Científica	Eduardo Paiva de Pontes Vieira
Instituto de Estudos Costeiros	Nelane do Socorro Marques da Silva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Edila Arnaud Ferreira Moura
Instituto de Geociências	Arnaldo de Queiroz da Silva
Instituto de Letras e Comunicação	Tânia Maria Pereira Sarmiento Pantoja
Instituto de Medicina Veterinária	Talita Bandeira Roos
Instituto de Tecnologia	Miércio Cardoso de Alcântara Neto

Núcleos

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos	Armin Mathis
Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia	Cleison Daniel Silva
Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia	Jussara Moretto Martinelli-Lemos
Núcleo de Endocrinologia e Diabetes	João Soares Felício
Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica	Genyilton Odilon Rêgo da Rocha
Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão	Marcio Lima do Nascimento
Núcleo de Medicina Tropical	Marília Brasil Xavier
Núcleo de Meio Ambiente	Christian Nunes da Silva
Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Paulo Pimentel de Assumpção
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento	Simone Souza da Costa Silva

Campi

Campus de Abaetetuba	Manuel de Jesus dos Santos Costa
Campus de Altamira	Djair Alves Moreira
Campus de Ananindeua	Alcy Favacho Ribeiro
Campus de Bragança	Francisco Pereira de Oliveira
Campus de Breves	Silvio Carlos Ferreira Pereira Filho
Campus de Cametá	Eraldo Souza do Carmo
Campus de Capanema	Rosa Helena Sousa de Oliveira
Campus de Castanhal	Francisco Valdinei dos Santos Anjos
Campus de Salinópolis	Lindomar Miranda Ribeiro
Campus de Soure	Juliano Cássio da Silva Conceição
Campus de Tucuruí	Wassim Raja El Banna



Escolas

Escola de Aplicação da UFPA	Luiza Helena de Oliveira Pires
Escola de Música	Celson Henrique Sousa Gomes
Escola de Teatro de Dança	Tarik Coelho Alves

Complexo Hospitalar

Hospital Universitário João de Barros Barreto	Regina Fátima Feio Barroso
Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	

Órgãos Suplementares

Arquivo Central	Diogo Junior Silva Barros
Biblioteca Central	Michelly Cristina Bacelar Tavares do Nascimento
Casa da Cultura “Fonte do Caranã”	Caio Filipe Bezerra Macedo
Centro Interativo de Ciência e Tecnologia da Amazônia	Luís Carlos Bassalo Crispino
Centro de Memória da Amazônia	Antônio Maurício Dias da Costa
Centro de Processos Seletivos	Aarão Ferreira Lima Neto
Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos	Julieta Cristina de Andrade Jatahy
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação	Marco Aurélio Capela
Editora da UFPA	Silvia Helena Benchimol Barros
Galeria de Arte da UFPA	Orlando Franco Maneschy
Gráfica	William Gaia Farias
Mercedários	Thaís Alessandra Bastos Caminha Sanjad
Museu da UFPA	Luiz Tadeu Costa

Comissões

Comissão Permanente de Pessoal Docente	Jacob Furtado Cantão
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar	Daniele Dorotéia Rocha da Silva de Lima
Comissão Permanente de Licitação	Udson Pacheco de Souza
Comissão de Ética da UFPA	Maurício da Silva Borges
Comissão Própria de Avaliação	Maria Lucia Harada
Comissão Permanente de Apuração da Irregularidade das Empresas	Ângela Maria Rodrigues Santos
Comissão de Regularização Fundiária	Durbens Martins Nascimento



Coordenação, Organização e Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Coordenação

Cristian Mayko Carvalho da Costa

Thiago Lobo Rodrigues

Organização e Elaboração

Fagner Santos da Silva

Sara Patrício Martins

Rafaela Martins Fontoura

Equipe técnica

Adriano Andrade Silva

Allan Barroso Pinheiro

Aluizio Marinho Barros Filho

Ana Carla Macedo da Silva

Arthur Lima Sampaio de Souza

Charles Eduardo de Albuquerque Vieira

Cristiane de Araújo Teixeira

Diene Fernanda Baía Teixeira

Diógenes Oliveira Ribeiro

Diogo Cesar Benassuly Cardoso

Diogo Willavian Maciel Dantas

Higor Henrique Gomes de Oliveira de Souza

Hudson Alexandre Souza de Melo

Jaciane do Carmo Ribeiro

José Deusimar Gonçalves da Silva

Júlio Cezar Lima Santana

Lianne Cristina de Oliveira Cabral

Lorena Suély Pires da Silva Lopes

Lucas Batista Figueira

Luciana Neves Bentes Cardias

Márcio Augusto da Cruz Almeida

Maria da Conceição G. Ferreira

Maria Lúcia Harada

Sandy Andrade Faro

Suelem Torres de Freitas

Suzane Rosa Lima

Thiago Borges Lobato Gonçalves

Victor Gabriel Alves Corrêa

Equipe de Apoio

Ayla Gessiele Almeida Lemos

Camila do Socorro da Cunha Monteiro

David Pinheiro Tavares

Eleonora de Jesus Albuquerque Valadário

Leandro Farache Marques

Leonardo Freire Rodrigues

Monique Ferreira da Silva

Suzane Rosa Lima

Produção Gráfica e Revisão

Projeto gráfico e diagramação	(Sem informação)
Ilustração	(Sem informação)
Revisão	(Sem informação)
Fotografia	(Sem informação)

Este material faz parte do conjunto de 5 (cinco) volumes que compõem o novo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (PDI UFPA 2026-2035):

- Volume I – Gestão Estratégica da UFPA
- Volume II – Projeto Pedagógico Institucional
- Volume III – Políticas de Gestão
- Volume IV – Multicampia
- Volume V – Cronograma de Implantação de Desenvolvimento da UFPA

Dessa forma, a UFPA detém seu efetivo direito de uso, reprodução, transformação em trabalhos derivados de qualquer tipo, ou qualquer outro uso, vedando-se toda e qualquer forma de utilização para fins divergentes à sua proposta inicial, sem prévia consulta.

APRESENTAÇÃO

Ao nos aproximarmos de sete décadas de história, a Universidade Federal do Pará reafirma sua posição como a maior e mais estratégica instituição de ensino superior da Amazônia, apresentando à sociedade o seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o decênio 2026-2035. Este documento não é apenas um instrumento de gestão, mas um manifesto de compromisso com o futuro de uma região que hoje ocupa a centralidade dos debates globais sobre clima, sustentabilidade e equidade social. O desenvolvimento da educação superior pública no Brasil alcançou, na última década, resultados notáveis de expansão e consolidação da pesquisa, mas o cenário contemporâneo exige mais. As instituições brasileiras têm diante de si o desafio de responder com agilidade e profundidade a problemas de uma complexidade inédita, que transcendem os limites disciplinares tradicionais e exigem abordagens inovadoras. Planejar o futuro de uma universidade multicampi neste contexto significa preparar a instituição para um novo salto de qualidade, onde a excelência acadêmica caminha indissociável da responsabilidade social.

Nesse horizonte, o PDI 2026-2035 reconhece que produzir conhecimento de ponta e formar recursos humanos de alto nível são atribuições que devem estar integradas a um esforço genuíno de transferência de conhecimento para a sociedade e de resolução dos grandes desafios amazônicos. O esgotamento de ciclos econômicos baseados na exploração predatória impõe à UFPA a missão de liderar a construção de um desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Para isso, a universidade do futuro será voltada para o trabalho interdisciplinar e para a interação criativa com as demandas sociais, consolidando a verticalização do ensino não apenas na capital, mas em todos os seus campi. Se o ciclo anterior foi marcado pela expansão do acesso, a próxima década será definida pelo fortalecimento da pesquisa e pela expansão da pós-graduação no interior do estado, garantindo que a juventude amazônica tenha acesso à mais alta qualificação em seu próprio território, promovendo a fixação de inteligência e a superação das desigualdades regionais.

Entretanto, essa busca pela excelência científica estaria incompleta se não estivesse alicerçada em uma profunda renovação de nossa identidade institucional, agora pautada de forma inequívoca pela defesa da diversidade e dos direitos humanos. A identidade do novo PDI foi construída para reafirmar o compromisso da UFPA em ser um espaço de acolhimento inclusivo, onde a ética, a pluralidade de ideias e o respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e cultural não são apenas diretrizes, mas práticas cotidianas. A universidade entende que a verdadeira inovação nasce do encontro de diferentes perspectivas; por isso, assume a responsabilidade de garantir a permanência e o sucesso de grupos historicamente vulnerabilizados,

incluindo indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e a população de baixa renda. Mais do que incluir, a UFPA se propõe a aprender com essa diversidade, promovendo um diálogo horizontal onde o conhecimento acadêmico e os saberes tradicionais e populares se fertilizam mutuamente.

Assim, a Universidade Federal do Pará projeta-se para os próximos anos como uma instituição que ensina e aprende, que é técnica e humana, local e global. O Plano de Desenvolvimento Institucional aqui apresentado é o roteiro para navegar uma década que se anuncia desafiadora, mas repleta de oportunidades. Ele consolida nossa vocação para oferecer serviços de excelência e atesta o preparo da instituição para, através da educação, da ciência e da inclusão, transformar a realidade da Amazônia e corresponder às mais altas expectativas da sociedade brasileira.

Gilmar Pereira da Silva
Reitor da UFPA

SUMÁRIO

1. POLÍTICAS DE GESTÃO	18
1.1. POLÍTICA DE GESTÃO E GOVERNANÇA	20
1.1.1. Governança Pública Institucional	22
1.1.1.1. Modelo e Estrutura da Governança da UFPA	23
1.1.1.1.1. Órgãos Colegiados de Instância Superior	25
1.1.1.1.2. Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC)	27
1.1.1.1.3. Análise dos Resultados de Governança (iESGo)	28
1.1.1.2. Diretrizes gerais da governança pública	29
1.1.1.2.1. Definição Clara de Responsabilidades	29
1.1.1.2.2. Controle social e participação	30
1.1.1.2.3. Alinhamento legal e normativo	30
1.1.1.2.4. Eficiência na gestão	31
1.1.1.3. Desafios e Perspectivas Futuras	32
1.1.2. Política de Gestão de Riscos	35
1.1.2.1. Abrangência	36
1.1.2.2. Diretrizes Gerais da gestão de riscos	36
1.1.2.2.1. Integração à Governança e ao Planejamento Institucional	37
1.1.2.2.2. Atuação Preventiva e Proativa	37
1.1.2.2.3. Abrangência Institucional	38
1.1.2.2.4. Estruturação por Processos	38
1.1.2.2.5. Metodologia Padronizada	39
1.1.2.2.6. Definição Clara de Responsabilidades e o Modelo das Três Linhas de Defesa	39
1.1.2.2.7. Transparência e Registro Formal	40
1.1.2.2.8. Tratamento e Plano de Ação	41
1.1.2.2.9. Comunicação e Cultura Organizacional	41
1.1.2.2.10. Conformidade Legal e Normativa	42
1.1.2.2.11. Avaliação e Melhoria Contínua	42
1.1.2.3. Metodologia de Gestão de Riscos da UFPA	43
1.1.2.3.1. As três linhas de defesa	46
1.1.2.3.1.1. A Figura Institucional: Uma Representação Integrada	46
1.1.2.3.1.2. Governança e Gestão na UFPA: Distinção e Interconexão	48
1.1.2.3.1.3. O Modelo de Três Linhas na UFPA: Papéis e Responsabilidades	49
1.1.2.3.1.3.1. Primeira Linha de Defesa: Os Executores e Gestores de Riscos Primários	49
1.1.2.3.1.3.2. Segunda Linha de Defesa: Suporte, Monitoramento e Especialização	49
1.1.2.3.1.3.3. Terceira Linha de Defesa: Avaliação Independente	52
1.1.2.3.1.3.4. Fortalecendo a UFPA para o Futuro	52
1.1.3. Política de Integridade Pública	55

1.1.3.1.1.	Diretrizes	57
1.1.3.1.1.1.	Comprometimento e Liderança da Alta Administração	58
1.1.3.1.1.2.	Promoção de uma Cultura de Integridade e Ética	58
1.1.3.1.2.	Gestão de Riscos à Integridade.....	59
1.1.3.1.3.	Transparência Ativa e Acesso à Informação	59
1.1.3.1.4.	Prevenção e Tratamento de Conflito de Interesses e Nepotismo	60
1.1.3.1.5.	Proteção ao Denunciante e Canais de Denúncia	60
1.1.3.1.6.	Auditoria Interna e Controle Interno	60
1.1.3.1.7.	Responsabilização e Remediação de Irregularidades	61
1.1.3.1.8.	Monitoramento, Avaliação e Melhoria Contínua	61
1.1.3.1.9.	Integridade nas Contratações e Gestão de Contratos.....	61
1.1.3.1.10.	Tratamento de Questões Públicas Emergentes	62
1.1.3.2.	Histórico no Ciclo 2016-2025	62
1.1.3.3.	Programa e Plano de Integridade da UFPA.....	63
1.1.3.4.	Unidade Setorial de Integridade (USI) da UFPA	66
1.1.3.5.	Funções de Integridade da UFPA	67
1.1.4.	Política de Controle Interno	73
1.1.4.1.	O que é a Política de Controle Interno?.....	74
1.1.4.2.	As linhas de defesa na UFPA	75
1.1.4.2.1.	Controle Social	75
1.1.4.2.2.	Controle Externo.....	75
1.1.4.2.3.	Controle interno	76
1.1.4.2.3.1.	Controle Interno: Linhas de Defesa.....	76
1.1.4.2.4.	Ferramenta de autoavaliação da PCI	78
1.1.4.3.	A implementação da política de controle interno nas unidades administrativas e acadêmicas.....	79
1.1.4.3.1.	Os efeitos que a Política de Controle Interno visa evitar	80
1.1.5.	Política de Gestão de Projetos Estratégicos	83
1.1.5.1.	Diretrizes gerais da gestão de projetos	84
1.1.5.1.1.	Alinhamento Estratégico	84
1.1.5.1.2.	Governança e Responsabilização	85
1.1.5.1.3.	Seleção, Priorização e Balanceamento do Portfólio	85
1.1.5.1.4.	Planejamento Formal dos Projetos	85
1.1.5.1.5.	Execução e Gestão Operacional	86
1.1.5.1.6.	Monitoramento, Avaliação e Controle	86
1.1.5.1.7.	Gestão de Riscos Integrada.....	86
1.1.5.1.8.	Transparência e Prestação de Contas.....	87

1.1.5.1.9.	Integração Orçamentária.....	87
1.1.5.1.10.	Avaliação de Resultados e Melhoria Contínua.....	87
1.1.5.2.	Metodologia para o Ciclo 2026-2035.....	88
1.1.6.	Política de Gestão de Processos Organizacionais	91
1.1.6.1.	Diretrizes gerais da gestão de processos.....	92
1.1.6.1.1.	Eficiência, simplificação e geração de valor público	92
1.1.6.1.2.	Transparência e publicidade	92
1.1.6.1.3.	Gestão do conhecimento e memória institucional.....	93
1.1.6.1.4.	Melhoria contínua e inovação em processos	93
1.1.6.1.5.	Foco no usuário	93
1.1.6.1.6.	Alinhamento estratégico e visão sistêmica.....	93
1.1.6.1.7.	Caráter orientativo, flexibilidade e adaptabilidade.....	94
1.1.6.1.8.	Digitalização e transformação digital	94
1.1.6.1.9.	Gestão baseada em evidências e análise de riscos.....	94
1.1.6.1.10.	Capacitação e cultura de gestão por processos	94
1.1.6.2.	Metodologia para o Ciclo 2026-2035.....	95
1.1.7.	Política de Gestão Patrimonial e de Materiais de Consumo.....	98
1.1.7.1.	Gestão de materiais de consumo	99
1.1.7.2.	Gestão de bens móveis	100
1.1.7.3.	Gestão de bens imóveis	102
1.1.8.	Política de Gestão das Contratações	104
1.1.8.1.	Estrutura atual da Gestão de Contratações da UFPA	105
1.1.8.2.	Desempenho e desafios	107
1.1.8.3.	Achados de auditoria e boas práticas atuais	107
1.1.8.4.	Das Diretrizes Nacionais	108
1.1.8.5.	Das Premissas	111
1.1.8.6.	Das Diretrizes Gerais.....	113
1.1.8.6.1.	Elaboração de regulamentação interna	113
1.1.8.6.2.	Profissionalização e Capacitação Contínua.....	114
1.1.8.6.3.	Planejamento Estratégico e Integrado das Contratações	115
1.1.8.6.4.	Governança e Compliance nas Contratações.....	115
1.1.8.6.5.	Transparência e Controle Social.....	116
1.1.8.6.6.	Sustentabilidade nas Compras	116
1.1.8.6.7.	Desenvolvimento Regional e Inclusão de MPE	117
1.1.8.6.8.	Eficiência, Padronização e Colaboração nas Aquisições	117
1.1.8.6.9.	Inovação e Tecnologia no Processo de Compras	118
1.1.8.6.10.	Monitoramento de Desempenho e Melhoria Contínua.....	118

1.1.9.	Política de Gestão Documental	121
1.1.9.1.	Diretrizes para organização documental	121
1.1.9.2.	Diretrizes para avaliação e descarte de documentos	123
1.1.9.3.	Diretrizes para preservação e armazenamento	124
1.1.9.4.	Acesso à informação	126
1.2.	POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS	129
1.2.1.	Função Estratégica da Gestão de Pessoas na UFPA	129
1.2.2.	As Diretrizes da Política de Gestão de Pessoas na UFPA	131
1.2.3.	Eixos Centrais da Política de Gestão de Pessoas na UFPA	132
1.2.3.1.	Desenvolvimento de Pessoas	132
1.2.3.2.	Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	134
1.2.3.3.	Inclusão, Diversidade e Acessibilidade	137
1.2.3.3.1.	Acessibilidade e Inclusão de Servidores(as) com Deficiência	137
1.2.3.4.	Inovação e Criatividade	138
1.2.3.5.	Reconhecimento e Valorização	139
1.2.3.6.	Governança e Controle Interno em Gestão de Pessoas	141
1.2.3.6.1.	Integridade e Ética Pública	142
1.2.3.6.2.	Planejamento e Gestão da Força de Trabalho	143
1.2.3.6.3.	Transparência e Prestação de Contas	143
1.2.3.6.4.	Controle Interno e Gestão de Riscos	143
1.2.4.	Diretrizes Gerais para o Corpo Docente	144
1.2.4.1.	Perfil do Corpo Docente	144
1.2.4.1.1.	Professores do Magistério Superior	144
1.2.4.1.1.1.	Titulação	144
1.2.4.1.1.2.	Perfil Etário e Perspectiva de Renovação do Quadro	145
1.2.4.1.1.3.	Diversidade Étnico-Racial e de Gênero	147
1.2.4.1.1.4.	Regime de Trabalho	148
1.2.4.1.1.5.	Evolução Histórica do Quadro	149
1.2.4.1.2.	Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	150
1.2.4.1.2.1.	Titulação	150
1.2.4.1.2.2.	Perfil Etário e Perspectiva de Renovação do Quadro	151
1.2.4.1.2.3.	Diversidade Étnico-Racial e de Gênero	152
1.2.4.1.2.4.	Regime de Trabalho	153
1.2.4.1.2.5.	Evolução Histórica do Quadro	154
1.2.4.2.	Requisitos de Titulação	154
1.2.4.2.1.	Magistério Superior	155
1.2.4.2.2.	Magistério do EBTT	156

1.2.4.3.	Regime de Trabalho.....	156
1.2.4.4.	Dedicação Exclusiva.....	156
1.2.4.5.	Ampliação Temporária do Regime de 20h.....	157
1.2.4.6.	CrITÉrios de Seleção e Contratação Docente.....	157
1.2.4.7.	Plano de Carreira Docente	158
1.2.4.8.	Procedimentos para Substituição dos Professores do Quadro Funcional	159
1.2.4.9.	Plano de Expansão do Corpo Docente	159
1.2.5.	Diretrizes Gerais para o Corpo Técnico-Administrativo	160
1.2.5.1.	Perfil do Corpo Técnico-Administrativo	160
1.2.5.2.	Diversidade Étnico-Racial e de Gênero.....	160
1.2.5.3.	Escolaridade e Qualificação	162
1.2.5.4.	Evolução Histórica do Quadro e Desafios de Reposição	163
1.2.5.5.	Regime de Trabalho.....	164
1.2.5.6.	Plano de Carreira TAE	165
1.2.5.7.	CrITÉrios de Seleção e Contratação	166
1.2.5.8.	Plano de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo	166
1.3.	POLÍTICA DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE	169
1.3.1.	Infraestrutura Física	170
1.3.1.1.	Recursos Essenciais.....	171
1.3.1.2.	Ações estratégicas.....	172
1.3.2.	Urbanização e Crescimento	172
1.3.2.1.	Desafios do Crescimento	173
1.3.2.2.	Sustentabilidade e Compartilhamento	173
1.3.2.3.	Planejamento de Crescimento Futuro - Plano Diretor Multicampi	173
1.3.2.4.	Ações estratégicas.....	174
1.3.3.	Acessibilidade.....	174
1.3.3.1.	Ações estratégicas.....	176
1.3.4.	Prevenção e Combate a Incêndio	176
1.3.4.1.	Ações estratégicas.....	177
1.3.5.	Manutenções Prediais e Urbanas	177
1.3.5.1.	Desafios da Manutenção Predial	177
1.3.5.2.	Desafios da Manutenção Urbana	178
1.3.5.3.	Edificações Históricas	178
1.3.5.4.	Ações estratégicas.....	179
1.3.6.	Segurança Patrimonial.....	180
1.3.7.	Biblioteca	180
1.3.7.1.	Horário de funcionamento	181

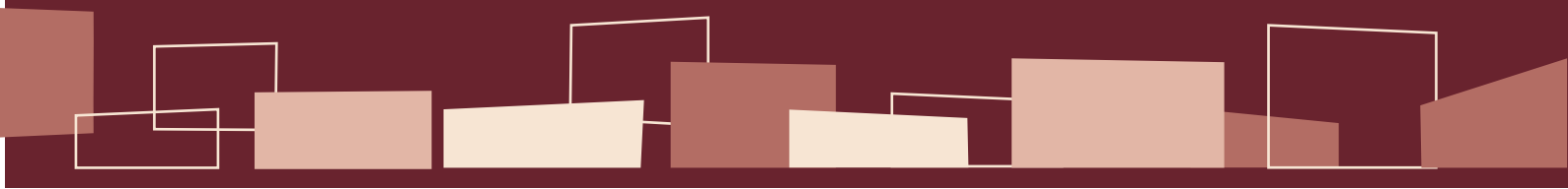
1.3.7.2.	Atividades técnicas	183
1.3.7.3.	Espaço físico para estudos	184
1.3.7.4.	Recursos humanos	186
1.3.7.5.	Acervo	188
1.3.7.5.1.	Política de Desenvolvimento do Acervo	191
1.3.7.5.1.1.	Plano de atualização do acervo	191
1.3.7.5.1.2.	Plataformas de acesso digital	194
1.3.7.5.2.	Política de Representação da Informação	195
1.3.7.5.2.1.	Definição e finalidade	195
1.3.7.5.2.2.	Dos objetivos	196
1.3.7.5.2.3.	Das diretrizes internacionais, nacionais e locais	196
1.3.7.5.2.4.	Do tratamento técnico	197
1.3.7.5.2.5.	Diretrizes sobre controle de autoridades e área do conhecimento	197
1.3.7.5.2.6.	Redes de cooperação bibliográfica	197
1.3.7.5.2.7.	Das disposições finais	197
1.3.7.5.3.	Repositórios digitais	198
1.3.7.5.3.1.	Política de repositório digital da UFPA	199
1.3.7.5.3.1.1.	Definição e finalidade	199
1.3.7.5.3.1.2.	Dos objetivos	200
1.3.7.5.3.1.3.	Da organização e funcionamento	200
1.3.7.5.3.1.4.	Dos requisitos	200
1.3.7.5.3.1.5.	Da estrutura dos RD's	201
1.3.7.5.3.1.6.	Dos direitos autorais	201
1.3.7.5.3.1.7.	Das disposições finais	201
1.3.7.6.	Serviços ofertados	201
1.3.7.6.1.	Plano de Promoção à Acessibilidade e Atendimento Especializado	204
1.3.7.7.	Perspectivas de gestão da Biblioteca Central	206
1.3.7.7.1.	Expansão e aprimoramento da estrutura física da Biblioteca Central	209
1.4.	POLÍTICA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	212
1.4.1.	Estrutura de governança de tecnologia da informação e comunicação	212
1.4.2.	Rede institucional, infraestrutura de serviços de TIC e segurança da informação	215
1.4.3.	Parceria Estratégica	218
1.4.4.	Desafios para as soluções de tecnologia da informação e comunicação	220
1.4.4.1.	Infraestrutura de Data Center	220
1.4.4.2.	Conectividade e Rede	220
1.4.4.3.	Segurança da Informação e Cibersegurança	220
1.4.4.4.	Tecnologias Emergentes e Soluções Institucionais	221

1.4.4.5.	Governança	221
1.4.4.6.	Capacitação.....	221
1.5.	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	223
1.5.1.	Comunicação institucional e desenvolvimento da UFPA.....	223
1.5.2.	Comunicação digital e redes sociais	224
1.5.3.	Profissionalização dos fluxos e processos de comunicação	225
1.5.4.	Divulgação científica como eixo estratégico da comunicação.....	226
1.5.5.	Diretrizes da Política de Comunicação Institucional (2026–2035).....	227
1.6.	POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE	231
1.6.1.	Sustentabilidade no Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Inovação	231
1.6.1.1.	Ensino	231
1.6.1.2.	Pesquisa	232
1.6.1.3.	Extensão.....	232
1.6.1.4.	Gestão	232
1.6.1.5.	Inovação.....	233
1.6.1.6.	Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão, gestão e inovação na UFPA.....	233
1.6.2.	Conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais	233
1.6.2.1.	Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais	234
1.6.3.	Infraestrutura sustentável	234
1.6.3.1.	Energia.....	235
1.6.3.1.1.	Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à energia.....	236
1.6.3.2.	Água e esgoto	236
1.6.3.2.1.	Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à água e esgoto.....	237
1.6.3.3.	Resíduos Sólidos.....	237
1.6.3.3.1.	Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas aos resíduos sólidos	238
1.6.4.	Urbanismo e conservação de áreas verdes	239
1.6.4.1.	Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas aos resíduos sólidos	240
1.6.5.	Construções sustentáveis.....	240
1.6.5.1.	Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas às construções sustentáveis	242
1.6.6.	Transporte e mobilidade	242
1.6.6.1.	Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à transporte e mobilidade	243
1.6.7.	Consumo sustentável e compras públicas verdes	244
1.6.7.1.	Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas ao consumo sustentável e compras públicas verdes.....	245
1.6.8.	Alimentação Sustentável e Segurança Alimentar	245

1.6.8.1. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à alimentação Sustentável e Segurança Alimentar	246
1.7. POLÍTICA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	248
1.7.1. Proveniência do Orçamento da UFPA.....	248
1.7.2. Evolução Orçamentária	249
1.7.3. Demonstração da Sustentabilidade Financeira	252
1.7.3.1. Previsão orçamentária.....	252
1.7.3.2. Ações voltadas para a redução de custos.....	253
1.7.3.2.1. Energia Elétrica	254
1.7.3.2.2. Serviço de Vigilância.....	255
1.7.3.2.3. Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação	256
1.7.3.3. Estratégias e expectativas de arrecadação de outras receitas.....	256
1.7.4. Política de Alocação de Recursos	257
1.7.4.1. Metodologia para distribuição de recursos	257
1.7.4.2. Integração do planejamento estratégico e da execução orçamentária	257
1.7.5. Ações exitosas em Gestão Orçamentária	258
1.7.6. Desafios e Perspectivas	258
1.7.6.1. Novas formas de financiamento	258
1.7.6.2. Governança Orçamentária e Financeira	259
1.7.6.3. Plano Diretor de Logística Sustentável	260
2. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	263
2.1. Avaliação Interna.....	264
2.2. Avaliação Externa.....	266
2.3. Aprimoramentos na Avaliação Institucional da UFPA	268
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	271
REFERÊNCIAS.....	272



1 POLÍTICAS DE GESTÃO



1. POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão do novo PDI UFPA 2026-2035 constituem instrumentos estratégicos para fortalecer a governança, aprimorar os processos institucionais e garantir a adequada aplicação dos recursos públicos.

A Instituição estruturou suas diretrizes macro em oito políticas fundamentais de gestão, quais sejam:

5.1. Política de Gestão e Governança

5.1.1. Governança Pública Institucional

5.1.2. Política de Integridade Pública

5.1.3. Política de Gestão de Riscos

5.1.4. Política de Controle Interno

5.1.5. Política de Gestão de Processos

5.1.6. Política de Gestão de Projetos Estratégicos

5.1.7. Política de Gestão Patrimonial e de Materiais de Consumo

5.1.8. Política de Gestão das Contratações

5.1.9. Política de Gestão Documental

5.2. Política de Gestão de Pessoas

5.3. Política de Gestão da Infraestrutura e Acessibilidade

5.4. Política de Gestão da Tecnologia da Informação

5.5. Política de Comunicação Institucional

5.6. Política de Ações Afirmativas

5.7. Política de Sustentabilidade

5.8. Política de Gestão Orçamentária e Financeira

Em conjunto, essas políticas fortalecem a gestão universitária e contribuem para a consolidação de uma gestão integrada, inovadora e orientada à excelência institucional, alinhada aos objetivos estratégicos do novo PDI da UFPA.



1.1 POLÍTICA DE GESTÃO E GOVERNANÇA

1.1. POLÍTICA DE GESTÃO E GOVERNANÇA

A Política de Gestão e Governança estabelece os princípios, diretrizes e mecanismos destinados a fortalecer a capacidade institucional, promover a transparência, a integridade e a eficiência na administração pública, assegurando a geração de valor para a sociedade e o alcance dos objetivos estratégicos da organização.

Esta política integra um conjunto de subpolíticas que orientam a atuação institucional de forma sistêmica e coordenada, abrangendo a Governança Pública Institucional, a Integridade Pública, a Gestão de Riscos, o Controle Interno, a Gestão de Processos, a Gestão de Projetos Estratégicos, a Gestão Patrimonial e de Materiais de Consumo, a Gestão das Contratações e a Gestão Documental.

Em conjunto, essas subpolíticas estabelecem padrões, responsabilidades e instrumentos de gestão que contribuem para a melhoria contínua do desempenho organizacional, o fortalecimento dos controles internos, a conformidade com os requisitos legais e normativos, a otimização dos recursos públicos e a promoção de uma cultura de governança orientada para resultados, sustentabilidade e interesse público.

1.1.1 GOVERNANÇA PÚBLICA INSTITUCIONAL



1.1.1. Governança Pública Institucional

O conceito de governança, em sua acepção moderna, emergiu e se consolidou a partir de um complexo conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos, tanto em âmbito internacional quanto nacional. Internacionalmente, a gênese da governança corporativa pode ser rastreada a partir de meados do século XX, intensificando-se nas últimas décadas com a globalização dos mercados e a ocorrência de grandes escândalos financeiros. Eventos como a crise do petróleo na década de 1970 e, posteriormente, casos de fraude corporativa nos anos 1990 e início dos 2000, catalisaram a demanda por maior transparência e prestação de contas e proteção dos interesses dos acionistas e demais partes interessadas.

Paralelamente, o conceito de governança expandiu-se para o setor público, influenciado pelo movimento da Nova Gestão Pública (NPM) a partir dos anos 1980. Este movimento preconizava a aplicação de princípios de gestão do setor privado à administração pública, visando maior eficiência, desempenho e responsabilidade. No contexto da educação superior, a governança foi impulsionada por tendências como o Processo de Bolonha na Europa, que buscou harmonizar sistemas de ensino e promover a garantia da qualidade, e a crescente importância de rankings globais, que incentivaram as instituições a aprimorar suas estruturas de gestão e desempenho.

No Brasil, o surgimento e a evolução da governança no setor público e universitário estão intrinsecamente ligados ao processo de redemocratização e à promulgação da Constituição Federal de 1988, que reforçou os princípios da publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, ao conceder autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial às universidades, concomitantemente impôs a necessidade de mecanismos robustos de governança para garantir a responsabilidade na aplicação dessa autonomia. A expansão das universidades federais, notadamente a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), aumentou a complexidade administrativa e a demanda por sistemas de gestão mais sofisticados.

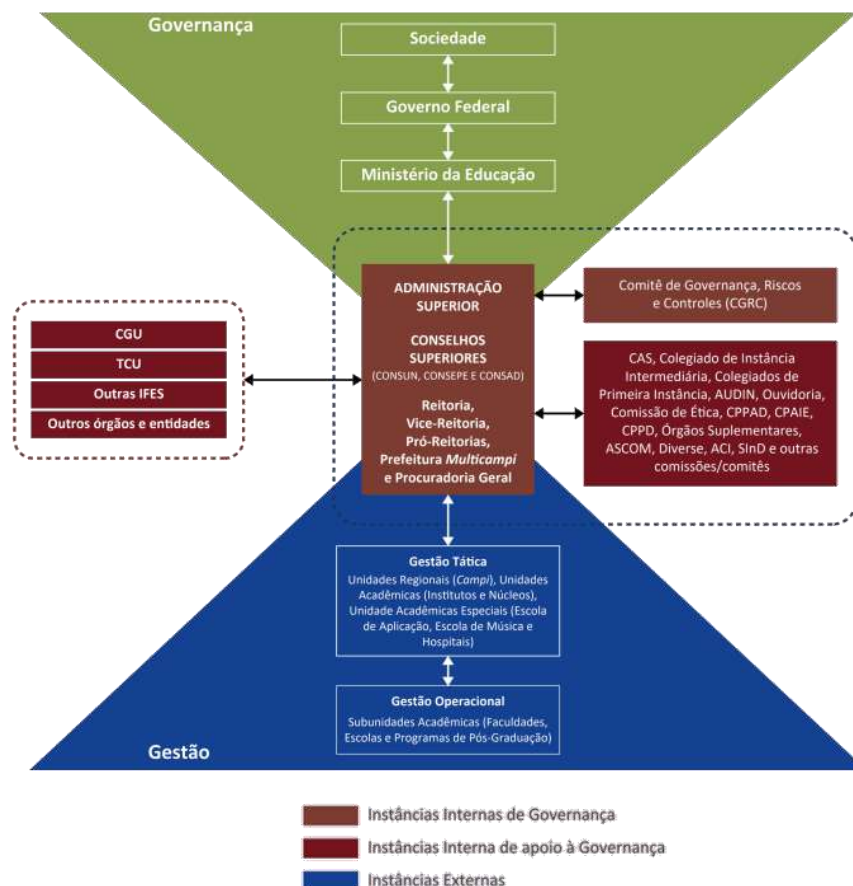
A atuação de órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), tem sido um fator determinante na indução de práticas de governança, exigindo das instituições públicas a implementação de controles internos, gestão de riscos e planos de integridade. Essas influências moldaram as práticas atuais, culminando na publicação de marcos como o Decreto nº 9.203/2017 e o Referencial Básico de Governança do TCU, direcionando as universidades federais para a adoção de estruturas que promovam a conformidade, a ética e a otimização de seus resultados.

A governança na Universidade Federal do Pará (UFPA) é um sistema estruturado que reflete a evolução da administração pública brasileira e a resposta da instituição a um novo paradigma de gestão, transparência e responsabilidade. Este capítulo analisa o modelo de governança da UFPA, demonstrando como sua implementação é uma ação também para atender à nova conjuntura preconizada pelo Decreto nº 9.203, de 22/11/2017, que instituiu a Política de Governança da Administração Pública Federal, e pelo Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União (TCU).

1.1.1.1. Modelo e Estrutura da Governança da UFPA

O modelo de governança da UFPA (figura abaixo) é uma resposta direta e estruturada à nova conjuntura da administração pública. Não se trata de uma mera formalidade, mas de uma arquitetura de gestão concebida para internalizar os mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle, conforme definem o Decreto nº 9.203/2017 e o TCU, garantindo que a universidade cumpra sua missão com integridade, eficiência e transparência. A seguir, o papel de cada setor da UFPA é analisado dentro desses três mecanismos.

Figura 1 – Modelo de Governança da UFPA



Fonte: UFPA, 2025.

O mecanismo de Liderança compreende o conjunto de práticas que asseguram a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, como integridade, competência e responsabilidade. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), este mecanismo é exercido por um conjunto de instâncias que, de forma colegiada e executiva, estabelecem a direção e os valores da instituição, garantindo que as decisões e ações estejam alinhadas aos interesses públicos e aos objetivos estratégicos da universidade. Essa estrutura multifacetada de liderança é fundamental para a manutenção de uma gestão transparente, ética e eficaz.

As diferentes esferas de liderança atuam de maneira complementar para consolidar a governança institucional. Os Conselhos Superiores da Universidade Federal do Pará (UFPA) são órgãos colegiados com funções normativas, deliberativas e consultivas, que atuam como a principal instância de decisão da universidade e são compostos por três conselhos principais, cada um com responsabilidades específicas. O papel da administração superior da Universidade Federal do Pará (UFPA) é definir e supervisionar a política geral da instituição, garantindo a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão, além de coordenar e fiscalizar todas as atividades acadêmicas e administrativas. Reforçando essa estrutura, o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), criado pela Resolução nº 778/2018, atua como a instância de liderança da própria governança, impulsionando a adequação da UFPA às novas conjunturas e a prática de "estabelecer o modelo de governança" preconizada pelo TCU.

O mecanismo de Estratégia, conforme estabelecido pelo Decreto nº 9.203/2017, abrange a "definição de diretrizes, objetivos, planos e ações" que norteiam a atuação da instituição. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), esse mecanismo é operacionalizado por um conjunto de instrumentos e setores que asseguram o alinhamento entre o planejamento e a execução das metas institucionais. A estratégia tem seu ponto de partida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que traduz as metas macro institucionais.

A implementação da estratégia na UFPA ocorre de forma descentralizada, sendo desdobrada para o nível tático, que inclui Campi, Institutos e Núcleos, além de outras unidades da Universidade. A nível operacional, ocorre nas subunidades, composto por Faculdades, Escolas, Programas de Pós-Graduação, entre outras. Dessa forma, esse desdobramento garante que as diretrizes estratégicas definidas no PDI sejam efetivamente aplicadas em todas as esferas da universidade, promovendo uma gestão coesa e orientada para resultados.

O mecanismo de Controle compreende os "processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais". Na Universidade Federal do Pará (UFPA), o controle é exercido por um sistema de múltiplas linhas, que se divide em Controle Externo, a cargo de órgãos como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas

da União (TCU), e o Controle Interno, realizado pela própria estrutura da Universidade e abrangendo as fases de controle prévio, concomitante e subsequente.

A estrutura de Controle Interno da UFPA é organizada para garantir a supervisão e a melhoria contínua da gestão. A Assessoria de Controle Interno (ACI), vinculada diretamente à Reitoria, atua como um órgão técnico especializado que monitora os controles implementados pelos gestores. Sua função é preventiva e de assessoramento, auxiliando as unidades a melhorarem seus controles internos. Além disso, a ACI serve como uma ponte crucial com os órgãos de controle, auxiliando na formulação de respostas e no acompanhamento de suas determinações e recomendações.

Finalmente, a Auditoria Interna (AUDIN), caracterizada por sua independência e objetividade, vinculada diretamente ao Conselho Universitário (CONSUN), a AUDIN possui autonomia para avaliar a legalidade e a eficácia dos atos de toda a gestão, incluindo a própria Administração Superior. Por meio de auditorias programadas e especiais, ela examina processos, avalia a execução orçamentária e a fidedignidade dos registros, emitindo relatórios com pareceres e recomendações. Esse papel de avaliação independente e subsequente oferece à alta administração uma garantia de que os mecanismos de governança e os controles internos estão funcionando adequadamente, fechando o ciclo de controle institucional e promovendo a integridade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

1.1.1.1.1. Órgãos Colegiados de Instância Superior

As funções deliberativas e consultivas, nos diversos níveis de administração didático-científica e de apoio, na UFPA, são desempenhadas por órgãos colegiados, constituídos e funcionando segundo as ordenações constantes do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade.

O Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e o Conselho Superior de Administração (CONSAD), são os Órgãos Colegiados de Instância Superior, ou seja, representam a mais alta instância consultiva, deliberativa e de recurso na Universidade. Eles materializam o princípio da gestão democrática e são fundamentais para o exercício dos mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle.

A composição dos três Conselhos Superiores é projetada para garantir pluralidade representativa, conforme detalhado a seguir.

Quadro 1: Composição dos Órgãos Colegiados Deliberativos de instância superior na UFPA

Composição	CONSUN	CONSEPE	CONSAD
Reitor(a)	Presidente	Presidente	Presidente
Vice-Reitor(a)	Vice-Presidente	Vice-Presidente	Vice-Presidente

Composição	CONSUN	CONSEPE	CONSAD
Pró-Reitores(a)	Membro	Membro	Membro
Prefeito(a)	Membro	Membro	Membro
Coordenadores de Campi do interior	Membro	-	Membro
Diretores-Gerais de Unidades Acadêmicas e de Unidades Acadêmicas Especiais	Membro	-	Membro
Representantes docentes das Unidades Acadêmicas, da Escola de Aplicação e dos Campi do interior	Membro	Membro	-
Representantes dos servidores técnico-administrativos	Membro	Membro	Membro
Representantes discentes da graduação e da pós-graduação	Membro	Membro	Membro
Representantes da sociedade civil	Membro	-	Membro
Representantes do Diretório Central dos Estudantes	Membro	Membro	Membro
Representantes sindicais	Membro	Membro	Membro

Fonte: Elaboração própria.

A análise acima revela uma estrutura de composição que combina expertise administrativa com representação democrática, garantindo que as decisões estratégicas sejam bem-informadas e legítimas. A presença da Administração Superior em todos os Conselhos Superiores assegura o alinhamento com a gestão executiva, enquanto a participação das demais categorias, consolida o caráter democrático da governança nesses Conselhos.

O Conselho Universitário (CONSUN) é o órgão máximo de consulta e deliberação, integrado pelos membros que compõem o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e o Conselho Superior de Administração (CONSAD). Dentre as suas competências destacam-se: estabelecer a política geral da UFPA em matéria de administração e gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos; organizar o processo eleitoral para os cargos de reitor e vice-reitor; homologar e conceder títulos honoríficos e julgar os recursos interpostos contra as decisões do CONSEPE e do CONSAD. O CONSUN organiza-se pela Câmara de Legislação e Normas e pela Câmara de Assuntos Estudantis. Reúne-se, ordinariamente, duas vezes ao ano, em janeiro e dezembro, e em situações extraordinárias, quando necessário.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o órgão de consultoria, supervisão e deliberação em matérias relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, assim como ao estabelecimento das normas que regem o Processo Seletivo para ingresso na UFPA, a elaboração anual do calendário acadêmico, a aprovação de cursos graduação e de extensão, de pós-graduação, além de outras. O CONSEPE organiza-se pelas seguintes Câmaras: Câmara de Ensino de Graduação, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, Câmara de Extensão e pela Câmara de

Educação Básica e Profissional. Reúne-se, ordinariamente, a cada mês, e extraordinariamente, quando necessário.

O Conselho Superior de Administração (CONSAD) é o órgão de consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial e financeira. Dentre suas competências destacam-se: deliberar sobre atos referentes à gestão administrativa e econômico-financeira da UFPA. O CONSAD organiza-se pela Câmara de Assuntos Administrativos e pela Câmara de Assuntos Econômico-Financeiros. Reúne-se, ordinariamente, bimestralmente e, quando necessário, extraordinariamente.

1.1.1.1.2. Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC)

Instituído pela Resolução nº 778/2018 e com seu regimento aprovado pela Resolução nº 839/2022, o CGRC é o órgão colegiado de natureza deliberativa, propositiva e consultiva que funciona como o "motor" do sistema de governança da UFPA. Sua criação foi uma resposta direta à necessidade de uma instância formal para supervisionar e integrar as políticas de governança, riscos e controles, conforme preconizado pelo Decreto nº 9.203/2017 e pelo TCU.

Sua composição evoluiu para refletir as prioridades estratégicas da universidade, incluindo, além da alta administração, dirigentes de áreas críticas como Tecnologia da Informação (CTIC), Inovação (SInD) e Diversidade (Diverse), o que demonstra sua adaptabilidade. Os membros do Comitê são (Resolução nº 898/2025):

- Reitor(a), que o preside
- Vice-Reitor(a)
- Pró-Reitores(as)
- Prefeito(a) Multicampi da UFPA.
- Diretor(a) do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)
- Presidente do Fórum dos Coordenadores dos Campi da UFPA
- Presidente do Fórum dos Dirigentes do Campus de Belém
- Superintendente da Superintendência de Inovação e Desenvolvimento (SInD)
- Superintendente da Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade (Diverse)

As competências e atribuições do CGRC abrangem a supervisão, o aconselhamento e o monitoramento das práticas de governança, gestão de riscos e controles internos de uma organização.

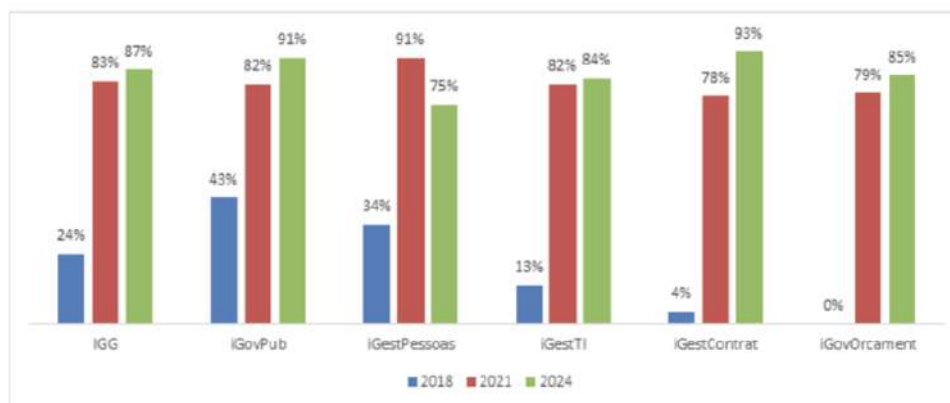
Dentro do modelo de governança da UFPA, o CGRC funciona como o elo entre a deliberação estratégica dos Conselhos Superiores e a execução nos níveis tático e operacional, garantindo que

as políticas de governança sejam efetivamente implementadas e monitoradas em toda a universidade.

1.1.1.1.3. Análise dos Resultados de Governança (iESGo)

A análise dos resultados do Índice Integrado de Governança e Gestão (iESGo) do TCU não apenas quantifica o desempenho da UFPA, mas também valida a eficácia de seu modelo de governança. O notável salto nos indicadores a partir de 2018, ano que marca o início da implementação da Política de Gestão de Riscos, é a evidência mais clara de que a formalização da governança produziu resultados concretos. O desempenho geral de 91% no iESGo posiciona a UFPA em um patamar de excelência nacional, como ilustram os gráficos a seguir.

Gráfico 1: Comparativo dos Subíndices do iESGo (2018 vs. 2024)



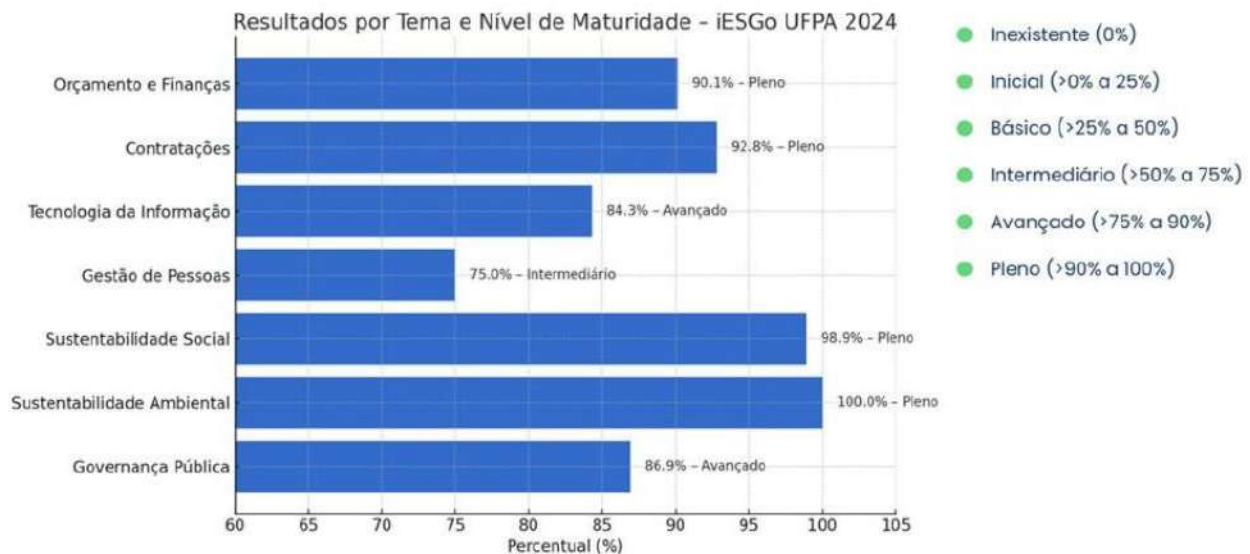
Fonte: TCU, 2025.

O avanço mais fundamental é observado no Índice de Governança Pública (iGovPub), que evoluiu de 43% para 91%. Este indicador é o reflexo direto da solidez do mecanismo de Liderança. Uma pontuação tão elevada significa que a universidade possui e pratica os ritos essenciais da boa governança: instâncias de supervisão atuantes, papéis e responsabilidades bem definidos e uma estrutura formal para a tomada de decisões estratégicas. A alta avaliação neste quesito é sustentada pela atuação efetiva dos Conselhos Superiores e, crucialmente, pela instituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), que formalizou a instância responsável por promover a integridade, supervisionar a gestão de riscos e zelar pelo modelo de governança, atendendo diretamente às exigências do TCU.

O iESGo é o Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele é uma ferramenta que avalia as práticas de governança (incluindo liderança, estratégia, controle, e gestão de pessoas, TI, contratações e orçamento) e a adesão a temas de sustentabilidade ambiental e social em organizações públicas federais. O objetivo do iESGo é identificar pontos fracos e induzir a melhoria contínua das instituições e o seu resultado demonstra o nível de

maturidade que a universidade se encontra no levantamento realizado no ano de 2024, conforme abaixo:

Gráfico 2: Nível de maturidade por tema – iESGO UFPA ano 2024



Fonte: Elaboração própria.

1.1.1.2. Diretrizes gerais da governança pública

1.1.1.2.1. Definição Clara de Responsabilidades

Esta diretriz visa assegurar que cada unidade, órgão colegiado, setor acadêmico e administrativo compreenda com precisão suas funções, atribuições e limites de autoridade, promovendo **eficiência, transparência e accountability** na gestão institucional.

A clareza na distribuição de responsabilidades permite que **decisões estratégicas, táticas e operacionais** sejam tomadas de maneira estruturada, evitando sobreposições, conflitos e lacunas na execução das atividades. Cada instância de governança, desde os Conselhos Superiores e a Reitoria até as unidades acadêmicas e administrativas, deve ter suas competências formalmente definidas, registradas em regulamentos internos, normas e instrumentos de planejamento institucional, como o PDI.

Além disso, a definição de responsabilidades **é essencial para a prestação de contas**, uma vez que possibilita identificar claramente quem responde por cada decisão, ação ou resultado. Essa prática fortalece a **accountability perante a sociedade, órgãos de controle e comunidade acadêmica**, promovendo uma cultura institucional de responsabilidade compartilhada e alinhamento com os objetivos estratégicos da UFPA.

O cumprimento desta diretriz requer a contínua revisão e atualização das atribuições e níveis de autoridade, de forma a acompanhar mudanças legais, institucionais e estratégicas. Essa

atualização garante que a governança da UFPA permaneça **coesa, eficiente e orientada para resultados**, consolidando a integridade, a ética e a excelência na gestão pública universitária.

1.1.1.2.2. Controle social e participação

Esta diretriz estabelece a obrigatoriedade da implementação e do fortalecimento de mecanismos formais e permanentes de consulta, escuta e deliberação, assegurando que a comunidade acadêmica e a sociedade possam acompanhar, influenciar e avaliar as decisões institucionais.

O controle social na UFPA materializa-se por meio da atuação dos Conselhos Superiores e demais órgãos colegiados, cuja composição plural garante representatividade de docentes, técnicos administrativos e discentes. Essas instâncias deliberativas exercem papel central na formulação de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras, promovendo decisões legitimadas pela participação coletiva e orientadas pelo interesse público.

Além das instâncias colegiadas, a universidade mantém mecanismos institucionais de escuta ativa, como a Ouvidoria, que constitui canal permanente de comunicação entre a administração e a comunidade interna e externa. A Ouvidoria desempenha função estratégica ao receber manifestações, denúncias, sugestões, reclamações e elogios, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados e para o fortalecimento da transparência e da integridade institucional.

A diretriz de controle social também compreende a realização de consultas públicas, audiências, fóruns institucionais e processos participativos no âmbito do planejamento estratégico, da elaboração e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de outras políticas estruturantes. Tais mecanismos asseguram que as decisões estratégicas reflitam as demandas sociais e acadêmicas, reforçando o compromisso da UFPA com a gestão democrática e inclusiva.

Ao consolidar práticas de participação e controle social, a UFPA fortalece a accountability institucional, amplia a legitimidade de suas decisões e promove uma cultura de governança orientada pelo diálogo, pela responsabilidade pública e pela geração de valor para a sociedade.

1.1.1.2.3. Alinhamento legal e normativo

A Universidade Federal do Pará (UFPA) adota como diretriz estruturante de sua Política Institucional de Governança Pública o **alinhamento legal e normativo permanente**, assegurando a adequação contínua de suas práticas administrativas, acadêmicas e financeiras às leis federais, aos regulamentos internos e às orientações emanadas dos órgãos de controle, especialmente a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Essa diretriz fundamenta-se no princípio da legalidade, que rege a Administração Pública, e estabelece que todos os atos institucionais devem estar devidamente respaldados pelo ordenamento jurídico vigente. O alinhamento normativo não se limita ao cumprimento formal das normas, mas envolve a internalização de padrões de integridade, transparência e responsabilidade, conforme preconizado pelos referenciais de governança pública federal.

A adequação contínua às normas pressupõe a atualização sistemática dos instrumentos internos da universidade, tais como estatuto, regimento geral, resoluções, portarias e manuais de procedimentos, garantindo coerência entre a legislação federal e a regulamentação institucional. Esse processo deve ser conduzido de forma preventiva, com monitoramento constante das alterações legislativas e das recomendações emitidas pelos órgãos de controle externo.

No âmbito da governança, o diálogo institucional com a CGU e o TCU assume caráter estratégico, contribuindo para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno, gestão de riscos, integridade e prestação de contas. As determinações, recomendações e orientações desses órgãos devem ser analisadas, incorporadas e acompanhadas sistematicamente, promovendo melhoria contínua dos processos e fortalecimento da segurança jurídica.

Ao consolidar o alinhamento legal e normativo como diretriz permanente, a UFPA reforça seu compromisso com a conformidade, a ética administrativa e a boa gestão dos recursos públicos, assegurando que sua atuação esteja plenamente orientada pelo interesse coletivo, pela responsabilidade institucional e pelos mais elevados padrões de governança pública.

1.1.1.2.4. Eficiência na gestão

A UFPA estabelece como diretriz fundamental de sua Política Institucional de Governança Pública a promoção da **eficiência na gestão**, mediante a implementação de processos otimizados, sistemas estruturados de monitoramento e utilização sistemática de indicadores de desempenho para subsidiar decisões baseadas em evidências.

A eficiência, enquanto princípio constitucional da Administração Pública, orienta a atuação institucional para a obtenção de resultados com racionalidade na aplicação dos recursos públicos, assegurando economicidade, qualidade dos serviços prestados e efetividade das políticas acadêmicas e administrativas. Nesse sentido, a UFPA compromete-se a revisar e aperfeiçoar continuamente seus fluxos de trabalho, reduzindo redundâncias, eliminando retrabalhos e promovendo a simplificação de procedimentos, sem prejuízo da conformidade legal.

A implementação de sistemas informatizados de gestão e acompanhamento constitui instrumento estratégico para o fortalecimento dessa diretriz. Tais sistemas devem permitir o registro, a análise e o monitoramento de dados relativos ao planejamento, execução orçamentária,

desempenho acadêmico, gestão de pessoas, contratos e demais áreas essenciais da universidade. A consolidação dessas informações em painéis gerenciais e relatórios periódicos possibilita maior transparência e precisão na tomada de decisão.

A utilização de indicadores de desempenho, alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aos objetivos estratégicos da universidade, é elemento central da gestão orientada a resultados. Esses indicadores devem ser definidos com critérios técnicos, mensuráveis e verificáveis, permitindo avaliar o grau de cumprimento das metas institucionais, identificar fragilidades e orientar a adoção de medidas corretivas ou preventivas.

A adoção de decisões baseadas em evidências fortalece a governança institucional ao reduzir a subjetividade nos processos decisórios e ampliar a capacidade de planejamento estratégico. Ao priorizar dados confiáveis e análises técnicas, a UFPA aprimora sua capacidade de alocação eficiente de recursos, eleva a qualidade de suas políticas acadêmicas e administrativas e reforça seu compromisso com a geração de valor público.

Ao consolidar a eficiência na gestão como diretriz permanente, a UFPA reafirma seu compromisso com a responsabilidade fiscal, a transparência, a melhoria contínua e a excelência na prestação de serviços à sociedade, assegurando que sua atuação esteja orientada por resultados concretos e sustentáveis.

1.1.1.3. Desafios e Perspectivas Futuras

A análise integrada dos marcos regulatórios, da estrutura organizacional da UFPA e de seus resultados quantitativos permite afirmar que o modelo de governança da universidade não é apenas um arranjo formal, mas um sistema dinâmico e eficaz, concebido para atender plenamente à nova conjuntura da governança pública federal. A implementação consciente dos mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle resultou em avanços notáveis, como evidenciado pelos indicadores do iESGo, que posicionam a UFPA como uma referência de excelência no cenário nacional. A estruturação dos Conselhos Superiores, a criação do CGRC e a articulação entre as linhas de controle interno foram decisões estratégicas que se provaram acertadas, fortalecendo a transparência, a integridade e a capacidade da instituição de gerar valor público.

Contudo, a jornada da governança é um processo de aprimoramento contínuo. O desafio futuro da UFPA é consolidar a cultura de governança em todas as suas esferas, transformando práticas que hoje são guiadas pela conformidade em processos intrínsecos à rotina de cada servidor. Conforme apontado pelo Índice de Gestão de Pessoas, a capacitação contínua e a disseminação de uma mentalidade orientada a riscos e resultados são essenciais para que a governança transcenda as instâncias superiores e se torne uma responsabilidade compartilhada por

toda a comunidade acadêmica. Isso implica investir em comunicação, treinamento e no desenvolvimento de competências que preparem os agentes públicos para os desafios de uma gestão cada vez mais complexa.

Olhando para o futuro, as perspectivas para a governança na UFPA são promissoras. A base sólida já construída permite que a universidade avance para um novo patamar de maturidade, focando na otimização de processos, no uso de dados para a tomada de decisões estratégicas e no fortalecimento do diálogo com a sociedade. O aprimoramento contínuo dos mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle não apenas garantirá a sustentabilidade da instituição, mas também reforçará seu compromisso com a eficiência, a ética e a excelência na educação superior, reafirmando seu papel fundamental no desenvolvimento social.



1.1.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

1.1.2. Política de Gestão de Riscos

A Política Institucional de Gestão de Riscos da Universidade Federal do Pará (UFPA) estabelece-se como um pilar fundamental da governança pública universitária, destinado a fortalecer a integridade, a eficiência administrativa e a sustentabilidade institucional. Ela visa garantir a consecução da missão acadêmica e social da universidade, protegendo e promovendo seus valores essenciais, como a excelência acadêmica, a inovação e a inclusão. A gestão de riscos é compreendida como um processo contínuo, sistemático e proativo, estabelecido, direcionado e monitorado pela Alta Administração, em conformidade com a ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de Riscos – Diretrizes) e as diretrizes do COSO ERM (Enterprise Risk Management). Este processo busca a identificação, análise, avaliação e tratamento de eventos potenciais que possam impactar negativamente o alcance dos objetivos estratégicos, acadêmicos e administrativos da UFPA.

Para assegurar a efetividade e a abrangência de suas ações, a UFPA integrará a gestão de riscos de forma indissociável ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aos Planos de Desenvolvimento das Unidades (PDU) e aos demais instrumentos de planejamento. Essa integração garante o alinhamento estratégico entre a formulação de políticas, a execução de projetos, a otimização dos controles internos e a fundamentação da tomada de decisão em todos os níveis da instituição.

A presente Política fundamenta-se em um arcabouço legal e normativo robusto, que inclui a Constituição Federal de 1988, com ênfase nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016; no Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal; no Decreto nº 11.529/2023, que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (SITAI); e na Portaria CGU nº 234/2025, que aprovou o Referencial Técnico da Atividade de Gestão da Integridade do Poder Executivo Federal. Adicionalmente, são observadas a Resolução CONSUN nº 778/2018, alterada pela Resolução nº 840/2022, as diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como os referenciais metodológicos COSO ERM, ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de Riscos) e ABNT NBR ISO 37000:2021 (Governança de Organizações).

A operacionalização da gestão de riscos na UFPA é suportada por uma estrutura organizacional dedicada, que reflete e materializa as exigências do arcabouço legal e normativo. A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), por meio da Diretoria de Gestão Estratégica (DIGEST), conforme o Art. 102-A da Resolução nº 865/2023, é responsável por propor e gerir a política de gestão de riscos organizacionais da UFPA. Nesse

contexto, a Coordenadoria de Gestão de Riscos e Integridade (CGRI), subordinada à DIGEST, conforme o Art. 102-E da mesma Resolução, desempenha um papel central e estratégico. Suas competências, dentre outras, incluem elaborar e disseminar a metodologia de gestão de riscos e suas revisões; dar suporte ao processo de gerenciamento de riscos, promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos na Instituição; e coletar as informações necessárias para a consolidação dos dados e a elaboração de relatórios gerenciais. Essa estrutura garante o apoio técnico e a coordenação necessários para a implementação efetiva da política.

A implementação desta Política de Gestão de Riscos resultará em uma melhoria significativa na tomada de decisões, otimização da alocação de recursos, proteção da reputação institucional e aumento da confiança da sociedade na gestão da UFPA. A universidade manterá um compromisso permanente com a observância das orientações dos órgãos de controle interno e externo. Essa postura proativa visa promover a aderência contínua às boas práticas de governança pública e integridade institucional, assegurando a conformidade legal e a transparência na gestão dos recursos e processos universitários.

1.1.2.1. Abrangência

Esta Política de Gestão de Riscos aplica-se de forma universal e transversal a todas as unidades acadêmicas e administrativas da Universidade Federal do Pará (UFPA), sem distinção de sua natureza organizacional, nível hierárquico ou área de atuação. Sua abrangência estende-se a todos os projetos, processos, programas e contratos institucionais, incluindo aqueles regidos pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), bem como a todos os servidores, gestores, dirigentes e demais colaboradores que atuem direta ou indiretamente no alcance dos objetivos institucionais da universidade.

A aplicação desta política visa assegurar que a gestão de riscos seja um instrumento integrado e sistêmico, permeando desde as atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão até os processos de apoio e suporte administrativo, como gestão de pessoas, planejamento, orçamento, tecnologia da informação, infraestrutura, logística, governança e integridade. A política abrange os riscos em níveis estratégico, tático e operacional, garantindo que a tomada de decisão em todos os patamares da UFPA seja subsidiada por uma análise robusta de riscos, contribuindo decisivamente para a eficiência, a integridade e a efetiva geração de valor público para a sociedade.

1.1.2.2. Diretrizes Gerais da gestão de riscos

A gestão de riscos na UFPA será pautada por um conjunto de diretrizes que visam assegurar sua efetividade, alinhamento estratégico e conformidade com as melhores práticas de governança

pública e integridade. Essas diretrizes orientam a aplicação da política em todos os níveis da instituição, promovendo uma abordagem consistente e integrada.

1.1.2.2.1. Integração à Governança e ao Planejamento Institucional

A gestão de riscos da UFPA deve estar plenamente integrada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao planejamento estratégico, aos planos táticos e aos planos operacionais das unidades acadêmicas e administrativas. Essa integração garante que a identificação, análise e tratamento de riscos estejam alinhados aos objetivos estratégicos, metas institucionais e prioridades definidas pela Alta Administração, em consonância com os princípios de governança estabelecidos pela ABNT NBR ISO 37000:2021 (Governança de Organizações). A gestão de riscos deve apoiar a tomada de decisões estratégicas, orçamentárias, acadêmicas e administrativas, subsidiando a formulação de políticas, a alocação de recursos, a definição de projetos e a implementação de ações institucionais.

Deve-se assegurar o alinhamento com o sistema de governança e integridade da UFPA, integrando mecanismos de controle interno, gestão da integridade, gestão de processos e práticas de *compliance*, fortalecendo a transparência, a *accountability*, a eficiência administrativa e a conformidade legal. Cabe à Alta Administração definir o apetite e os níveis de tolerância a riscos, orientando formalmente as decisões institucionais. As unidades gestoras devem considerar os riscos mapeados como elemento obrigatório na formulação de seus planos de ação, garantindo coerência entre estratégia, execução e controle. Essa integração consolida-se como instrumento permanente de aprimoramento da gestão universitária, promovendo segurança institucional, sustentabilidade organizacional e geração de valor público.

1.1.2.2.2. Atuação Preventiva e Proativa

A UFPA deve adotar uma abordagem preventiva e proativa na gestão de riscos, priorizando a antecipação de eventos adversos em detrimento de ações meramente corretivas, conforme preconizado pela abordagem proativa da gestão de riscos. Essa orientação fortalece a governança institucional, reduz perdas financeiras, danos reputacionais, descontinuidade de serviços e impactos sobre ensino, pesquisa e extensão. A identificação e avaliação de riscos devem ocorrer de forma sistemática e contínua, desde a fase inicial dos processos decisórios, incluindo planejamento estratégico, execução orçamentária, contratações públicas, gestão de pessoas, infraestrutura e tecnologia da informação. Cada unidade acadêmica e administrativa deve incorporar mecanismos formais de análise prévia de riscos em seus projetos e decisões relevantes.

O monitoramento permanente do ambiente interno e externo é fundamental para permitir respostas tempestivas a mudanças normativas, restrições orçamentárias e riscos operacionais,

tecnológicos, legais ou reputacionais, bem como para identificar oportunidades de melhoria decorrentes da análise de incertezas. Deve ser promovida uma cultura institucional de prevenção e proatividade, baseada em responsabilidade compartilhada, transparência, comunicação aberta e aprendizagem contínua, com capacitação permanente, disseminação de orientações técnicas e incentivo ao reporte responsável de vulnerabilidades. Essa postura preventiva e proativa fortalece a capacidade institucional de enfrentar incertezas, assegura estabilidade administrativa e acadêmica e contribui para a sustentabilidade das políticas e programas da UFPA, reafirmando o compromisso com eficiência, integridade e geração de valor público.

1.1.2.2.3. Abrangência Institucional

A gestão de riscos possui caráter institucional e aplicação transversal, devendo alcançar todas as unidades acadêmicas e administrativas, independentemente de sua natureza organizacional, nível hierárquico ou área de atuação. Sua aplicação estende-se a todos os projetos, processos, programas e contratos institucionais, incluindo aqueles regidos pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), bem como a todos os servidores, gestores, dirigentes e colaboradores que atuem direta ou indiretamente no alcance dos objetivos institucionais da universidade. A incorporação sistêmica da gestão de riscos aos processos decisórios e operacionais abrange tanto atividades finalísticas, como ensino, pesquisa e extensão, quanto processos de apoio e suporte administrativo, como gestão de pessoas, planejamento, orçamento, tecnologia da informação, infraestrutura, logística, governança e integridade.

Cada unidade deve identificar, registrar e tratar os riscos de suas atividades, adotando medidas compatíveis com a criticidade e relevância institucional, garantindo uniformidade metodológica, coerência estratégica e fortalecimento da governança. Essa abrangência institucional assegura que a gestão de riscos seja um instrumento estruturante da administração universitária, contribuindo para a sustentabilidade institucional, prevenção de irregularidades, otimização de recursos e proteção da missão pública da UFPA.

1.1.2.2.4. Estruturação por Processos

A gestão de riscos deve ser estruturada com base na abordagem por processos organizacionais, reconhecendo que os riscos decorrem da execução das atividades institucionais e impactam diretamente os objetivos estratégicos. A identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos devem ocorrer em todos os processos finalísticos e de apoio, considerando suas etapas, interações, responsáveis e resultados esperados. Cada unidade deve mapear e manter atualizados seus processos críticos, destacando aqueles de maior complexidade, relevância estratégica, volume de recursos ou exposição a riscos legais, financeiros, operacionais e reputacionais.

Essa abordagem permite compreender de forma sistêmica os fluxos de trabalho, interfaces entre unidades e pontos de vulnerabilidade, favorecendo decisões integradas, coerência metodológica e padronização de procedimentos. A vinculação da gestão de riscos à gestão por processos fortalece os controles internos, aprimora a governança institucional, contribui para a melhoria contínua e promove eficiência, transparência e racionalidade administrativa, consolidando um modelo de gestão orientado a resultados e à sustentabilidade institucional.

1.1.2.2.5. Metodologia Padronizada

A UFPA deve adotar metodologia formal, estruturada e institucionalmente definida para a identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos, garantindo uniformidade de procedimentos, coerência técnica e comparabilidade das informações produzidas por todas as unidades acadêmicas e administrativas. A metodologia deve contemplar etapas sequenciais: (i) estabelecimento do contexto com definição de objetivos e escopo; (ii) identificação sistemática dos riscos; (iii) análise qualitativa e/ou quantitativa; (iv) avaliação do nível de exposição institucional; e (v) definição de estratégias de tratamento adequadas à criticidade dos riscos.

A análise deve utilizar critérios objetivos de probabilidade e impacto, considerando dimensões financeiras, operacionais, legais, reputacionais, acadêmicas e estratégicas, respeitando o apetite e níveis de tolerância a riscos definidos pela Alta Administração. A matriz de riscos será instrumento obrigatório, estruturando a relação entre probabilidade e impacto, subsidiando decisões, alocação de recursos e definição de planos de ação. A padronização metodológica fortalece a transparência, rastreabilidade, racionalidade, cultura de gestão baseada em evidências e tratamento isonômico entre unidades, contribuindo para uma gestão orientada a resultados, eficiência administrativa e sustentabilidade institucional.

1.1.2.2.6. Definição Clara de Responsabilidades e o Modelo das Três Linhas de Defesa

A Política de Gestão de Riscos deve estabelecer responsabilidades claras, formais e institucionalizadas para todas as instâncias organizacionais, assegurando que cada unidade compreenda seu papel na identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos. Essa definição é estruturada conforme o Modelo das Três Linhas de Defesa, detalhado no Capítulo 4.1, que distribui as responsabilidades da seguinte forma:

- **Primeira Linha de Defesa:** É formada por todos aqueles que fazem a UFPA funcionar no dia a dia: técnicos, docentes, alunos, gestores e colaboradores (mesmo os terceirizados), independentemente do tipo de vínculo que possuem com a universidade. Na prática, eles são os "donos dos processos" e têm o dever de garantir a integridade logo na origem. Suas principais responsabilidades incluem executar as atividades diárias com ética, identificar

possíveis riscos em suas tarefas e aplicar soluções imediatas para corrigi-los. Além disso, cabe a eles prestar contas e reportar qualquer irregularidade às demais esferas de controle sempre que necessário.

- **Segunda Linha de Defesa:** É composta pelas Unidades de Funções de Integridade (como ACI, CEUFPA, CPAIE, CPPAD, OUVIDORIA e PROGEP) e pela Unidade Setorial de Integridade (USI). Enquanto a primeira linha executa as tarefas, a segunda atua como uma camada de suporte e monitoramento técnico. Seu papel principal é promover um ambiente ético e transparente por meio da criação de mecanismos que ajudem a prevenir, detectar e sancionar desvios ou irregularidades. A USI, especificamente, funciona como o centro de coordenação, oferecendo apoio metodológico e garantindo que todas essas unidades de controle estejam alinhadas e articuladas entre si para proteger a instituição.
- **Terceira Linha de Defesa:** A 3ª Linha de Defesa é a unidade responsável por realizar uma análise independente e objetiva sobre o funcionamento da instituição. Enquanto a primeira linha executa e a segunda monitora, a AUDIN atua como uma "supervisora externa interna", prestando serviços de avaliação e consultoria. O seu principal objetivo é adicionar valor à UFPA, melhorando as operações e garantindo que os controles de gerenciamento de riscos sejam, de fato, seguidos. Ela possui a prerrogativa de verificar de forma imparcial se a governança da universidade está protegida contra falhas, reportando-se diretamente aos órgãos executivos superiores

Cabe à Alta Administração definir diretrizes estratégicas, apetite e níveis de tolerância a riscos, alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e prioridades estratégicas, orientando a exposição aceitável e a alocação de recursos. A definição clara de responsabilidades fortalece a *accountability* institucional, evita lacunas ou sobreposição de atuação, aprimora os controles internos e contribui para uma governança eficiente, segura e sustentável.

1.1.2.2.7. Transparência e Registro Formal

A gestão de riscos deve observar os princípios de transparência, rastreabilidade e formalização dos registros, garantindo que todas as informações relevantes sejam documentadas, organizadas e disponíveis para monitoramento, controle e tomada de decisão. Todos os riscos identificados devem ser registrados em instrumento padronizado, contendo descrição do evento, causas, consequências, probabilidade, impacto, classificação, controles existentes e estratégias de tratamento. Esse registro formal assegura consistência metodológica, evita subjetividades e permite acompanhamento sistemático. Deve ser mantido um banco institucional de riscos consolidado, com atualização periódica, permitindo visão integrada dos riscos estratégicos, táticos

e operacionais, identificação de padrões, recorrências e áreas críticas que demandem atenção prioritária.

As informações registradas devem subsidiar relatórios gerenciais, acompanhamento institucional e decisões da Alta Administração, fortalecendo controles internos, prestação de contas e revisões do planejamento estratégico. A formalização e transparência na gestão de riscos reforçam a *accountability* institucional, ampliam a confiabilidade das informações e consolidam modelo de governança alinhado às boas práticas da administração pública federal, promovendo segurança, integridade e eficiência.

1.1.2.2.8. Tratamento e Plano de Ação

Todo risco classificado como relevante, estratégico ou de alta criticidade deve ser objeto de tratamento formal e estruturado, por meio de plano de ação compatível com seu nível de exposição e impacto institucional. As estratégias de resposta devem ser definidas com base em critérios técnicos e alinhadas ao apetite e níveis de tolerância estabelecidos pela Alta Administração, podendo envolver: mitigação (implementação ou aprimoramento de controles internos e medidas preventivas); evitação (descontinuação ou reformulação da atividade geradora do risco); transferência (compartilhamento de responsabilidade ou impacto, como em contratos, seguros ou parcerias); ou aceitação (quando o risco estiver dentro dos limites de tolerância, com monitoramento adequado).

Cada plano de ação deve conter descrição clara das medidas, responsáveis, recursos necessários, prazos e indicadores de acompanhamento, assegurando efetividade e evitando lacunas na execução. Os planos devem ser formalmente registrados no banco institucional de riscos e monitorados pelas instâncias de governança e controle interno, garantindo acompanhamento sistemático, avaliação da eficácia das ações e readequação das estratégias quando necessário.

1.1.2.2.9. Comunicação e Cultura Organizacional

A Universidade deve fomentar uma cultura institucional orientada à gestão de riscos, garantindo que a identificação, análise e tratamento de riscos sejam responsabilidades compartilhadas por toda a comunidade acadêmica e administrativa, promovendo uma cultura de riscos positiva e proativa. A cultura de riscos deve valorizar prevenção, integridade, transparência e melhoria contínua dos processos institucionais. Para isso, servidores devem ser capacitados continuamente, com formação em conceitos de gestão de riscos, metodologias aplicáveis, responsabilidades funcionais e integração com instrumentos de governança, planejamento estratégico e controle interno.

A comunicação institucional deve ser clara, acessível e transparente, divulgando diretrizes, procedimentos, mapas de risco e planos de ação por canais oficiais, como portais, manuais, relatórios gerenciais e eventos internos. A comunicação deve ser bidirecional, incentivando o reporte de riscos, promovendo ambiente seguro para manifestações e fortalecendo a confiança institucional. O alinhamento entre comunicação e cultura organizacional fortalece a resiliência institucional, a legitimidade das decisões, a governança pública e o comprometimento com a missão acadêmica e social da UFPA.

1.1.2.2.10. Conformidade Legal e Normativa

A gestão de riscos da UFPA deve assegurar que todas as práticas estejam em conformidade com o ordenamento jurídico e com os referenciais de governança da Administração Pública Federal, incluindo a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), quando aplicável, e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, no que tange à proteção de dados. A Política deve observar normas constitucionais e legais, incluindo Constituição Federal, leis orçamentárias, normas de licitações e contratos, regulamentos internos e atos normativos pertinentes, atuando como instrumento preventivo de irregularidades e redução da exposição institucional a sanções, responsabilizações ou prejuízos reputacionais. Adicionalmente, a gestão de riscos deve estar plenamente alinhada ao Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (SITAI), instituído pelo Decreto nº 11.529/2023, e ao Referencial Técnico da Atividade de Gestão da Integridade do Poder Executivo Federal, conforme a Portaria CGU nº 234/2025. Isso implica na identificação e tratamento proativo de riscos relacionados à corrupção, conflito de interesses, assédio moral e sexual, e na promoção ativa da diversidade e equidade no serviço público.

A gestão de riscos deve incorporar diretrizes e boas práticas recomendadas por órgãos de controle, como TCU e CGU, promovendo integração entre riscos, governança e controles internos, garantindo aderência a exigências de fiscalização e avaliação externa. As ações devem observar os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando *accountability*, com responsabilidade clara dos gestores e transparência na prestação de contas à sociedade e órgãos de controle. Essa diretriz reforça o compromisso institucional da UFPA com integridade, governança responsável, sustentabilidade das decisões administrativas e acadêmicas e fortalecimento da credibilidade institucional.

1.1.2.2.11. Avaliação e Melhoria Contínua

A gestão de riscos da UFPA deve ser revisada periodicamente, ou sempre que houver alterações relevantes no ambiente interno ou externo, assegurando que diretrizes, metodologias e

responsabilidades permaneçam adequadas à realidade institucional, em um ciclo de melhoria contínua, conforme o modelo PDCA (Plan-Do-Check-Act). Devem ser avaliados os resultados da gestão de riscos, considerando indicadores de desempenho, efetividade dos planos de ação, reincidência de riscos e impacto das medidas adotadas, integrando relatórios gerenciais e instrumentos de monitoramento estratégico para apoiar decisões da Alta Administração.

O modelo de gestão deve evoluir conforme a maturidade institucional, avançando de abordagens operacionais para práticas integradas ao planejamento estratégico, à gestão por desempenho e à tomada de decisão baseada em evidências, com maior sistematização, uso de ferramentas tecnológicas e capacitação especializada. A Avaliação e Melhoria Contínua assegura que a gestão de riscos seja dinâmica, adaptativa e orientada ao aperfeiçoamento constante, fortalecendo a resiliência institucional e a sustentabilidade das políticas públicas desenvolvidas pela UFPA.

1.1.2.3. Metodologia de Gestão de Riscos da UFPA

A Universidade Federal do Pará (UFPA) adota uma metodologia de gestão de riscos organizacionais própria, alinhada às diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU), às boas práticas de governança pública e aos referenciais internacionais como a ABNT NBR ISO 31000:2018. Este processo contínuo e sistemático é concebido para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos, táticos e operacionais da instituição. Ao estabelecer parâmetros objetivos e padronizados, a UFPA promove uma abordagem estruturada e preventiva, que permite compreender e administrar as incertezas associadas à execução de seus processos e à consecução de suas metas institucionais.

Para garantir uma atuação estruturada e efetiva, a UFPA classifica os riscos em três níveis principais:

- **Riscos Estratégicos:** Relacionados ao desempenho organizacional e ao cumprimento das metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), afetando a missão e a visão de longo prazo da universidade. São monitorados pela Alta Administração e pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC).
- **Riscos Táticos:** Decorrem dos planos táticos que as unidades elaboram, denominados Planos de Desenvolvimento das Unidades (PDU), que traduzem a estratégia institucional em ações de médio prazo. São gerenciados pelas Pró-Reitorias e unidades intermediárias, e sua materialização pode impactar o alcance de objetivos setoriais.
- **Riscos Operacionais:** Referem-se às atividades rotineiras e de execução, associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, infraestrutura e

sistemas. São gerenciados no nível das atividades diárias das unidades e podem afetar a entrega de produtos e serviços.

Essa classificação permite uma análise integrada e mais precisa, assegurando que os riscos sejam tratados conforme seu nível, impacto e relevância para o alcance dos resultados institucionais.

A metodologia adotada pela UFPA segue um fluxo contínuo e sistemático composto pelas etapas de identificação, avaliação, tratamento e comunicação/monitoramento dos riscos, em alinhamento com as orientações da CGU e com as boas práticas de governança pública. Essa abordagem promove a integração da gestão de riscos ao planejamento estratégico e às rotinas das unidades acadêmicas e administrativas, fortalecendo os processos de priorização de ações mitigatórias e a alocação eficiente de recursos. Além disso, a universidade amplia sua capacidade de atuar preventivamente sobre fatores críticos que impactam diretamente na execução de sua estratégia institucional.

Figura 2: Etapas do Processo de Gestão de Riscos



Fonte: [Relatório de Gestão da UFPA \(2019\)](#)

Na UFPA, a gestão de riscos pressupõe a definição de contexto organizacional (ambiente interno/externo, missão, visão, valores, objetivos institucionais), seguido pelas fases de:

1. **Identificação dos riscos:** Levantamento exaustivo de eventos potenciais que possam impactar negativamente os objetivos da universidade, suas causas e consequências.

2. **Avaliação dos riscos:** Mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto esperado, estabelecendo a magnitude e a prioridade do risco.
3. **Tratamento:** Definição e implementação de ações para mitigar, evitar, transferir ou aceitar o risco, conforme o nível de tolerância e apetite de risco da instituição.
4. **Comunicação e monitoramento:** Acompanhamento contínuo das ações, revisão periódica dos riscos e dos controles, reporte aos gestores e aprendizado institucional.

Esse ciclo garante que a UFPA possa antecipar vulnerabilidades, responder de forma estruturada e fortalecer sua governança e integridade institucional.

No âmbito da UFPA, o conceito de risco é definido como a possibilidade de ocorrência de um evento que pode afetar negativamente o alcance dos objetivos da instituição. Essa visão conecta-se ao entendimento clássico de risco: a combinação entre probabilidade de acontecimento e impacto potencial caso se concretize. Na prática da UFPA, o “evento de risco” é aquele que interfere no desempenho institucional, por exemplo: falha em processos, mudança regulatória inesperada, impacto orçamentário, interrupção de serviços, entre outros. O risco será medido pela instituição em termos de probabilidade (chance de o evento ocorrer) e impacto (grandeza das consequências para os objetivos).

Na metodologia da UFPA, os níveis de risco são definidos a partir da combinação entre probabilidade de ocorrência e impacto no alcance dos objetivos. A instituição adota uma mensuração do nível desses riscos como “baixo”, “médio”, “alto” e “extremo”, conforme a matriz de probabilidade x impacto.

Figura 3: Priorização dos níveis de riscos na UFPA

PRIORIZAÇÃO DO RISCO NA UFPA			
NÍVEL DE RISCO	APETITE A RISCO	PRIORIZAÇÃO	AÇÃO
Baixo	Dentro do apetite a risco.	Os riscos baixo e médio estão dentro do apetite a riscos da UFPA, portanto, não precisam ser priorizados para tratamento, devendo ser apenas monitorados para que não evoluam para um patamar acima do apetite da Instituição.	Monitorar o nível do risco.
Médio			
Limite de apetite a risco			
Alto	Fora do apetite a risco.	Os riscos alto e extremo deverão ser priorizados para tratamento, pois estão fora do limite de apetite tolerado pela Instituição.	Elaborar ação de tratamento para o risco.
Extremo			

Fonte: [Manual de Gestão de Riscos da UFPA](#)

Esses níveis permitem à instituição priorizar os riscos que exigem tratamento imediato ou mais intenso, frente aos que podem ser apenas monitorados. A UFPA considera o conceito de “apetite a risco” para a priorização dos riscos mais relevantes, isto é, o nível de risco que a instituição está disposta a aceitar. Na UFPA, os riscos classificados como Baixo e Médio estão dentro do apetite a risco, ou seja, os riscos Alto e Extremo estão acima desse apetite e devem ser tratados com a definição e implementação de ações de tratamento para mitigação.

1.1.2.3.1. As três linhas de defesa

A Universidade Federal do Pará (UFPA) estabelece sua estrutura de governança e gestão com base no Modelo de Três Linhas, uma abordagem organizacional que visa otimizar a consecução de seus objetivos institucionais, aprimorar a gestão de riscos e fortalecer a integridade pública. Este modelo representa uma evolução paradigmática, transpondo a perspectiva reativa de barreiras contra erros para uma estratégia proativa focada na criação e proteção do valor público, mediante a cooperação e o alinhamento estratégico entre as suas diversas unidades.

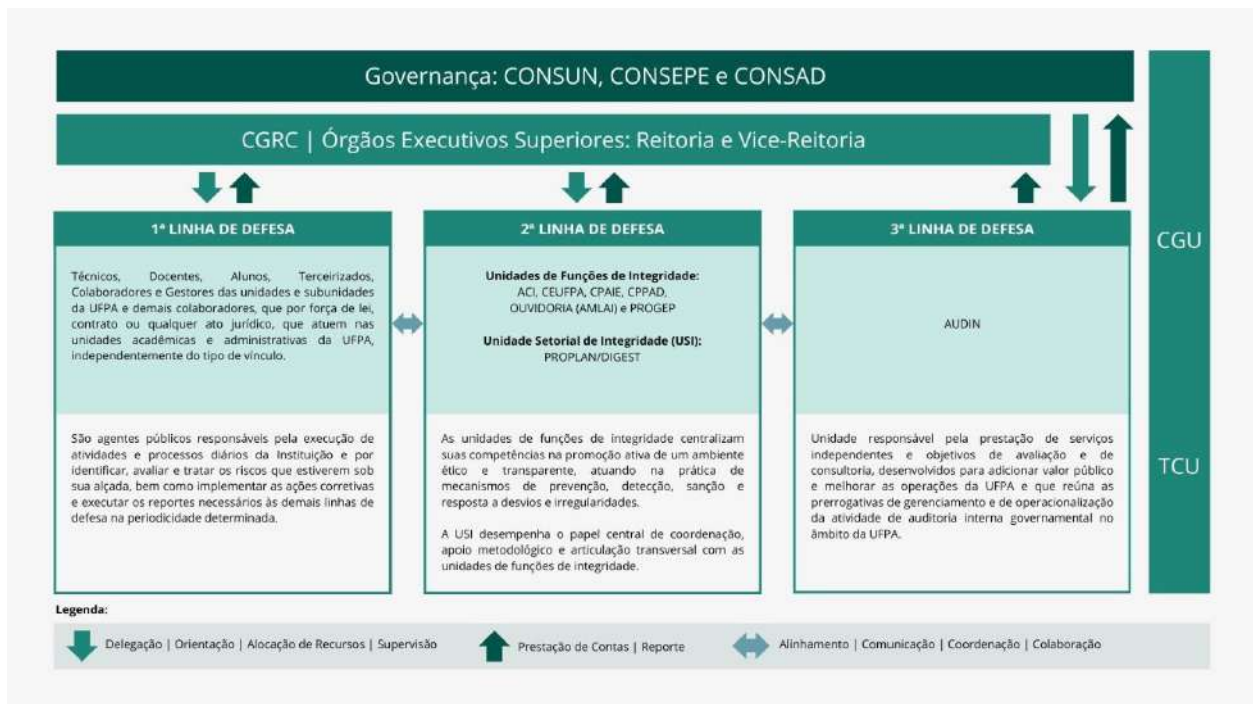
A implementação desta estrutura está intrinsecamente vinculada ao planejamento institucional da UFPA, integrando-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência prevista para o período de 2026-2035 (atualmente em fase de aprovação), desdobrando-se através dos Planos de Desenvolvimento das Unidades (PDU) e dos planos operacionais executados por suas unidades. Tal integração assegura que a gestão de riscos seja incorporada em todos os níveis da UFPA, desde os processos finalísticos até os processos de suporte administrativo.

O Modelo de Três Linhas, conforme preconizado pelo Institute of Internal Auditors (IIA) em sua atualização de 2020, auxilia as organizações na identificação de estruturas e processos que favorecem o alcance de metas, promovendo uma governança robusta e uma gestão de riscos eficaz. Este modelo é aplicável a todas as organizações e é otimizado pela adoção de uma abordagem baseada em princípios, pela adaptação às metas e condições específicas de cada instituição, pela compreensão clara dos papéis e responsabilidades, e pela ênfase na contribuição da gestão de riscos para a criação e proteção de valor.

1.1.2.3.1.1. A Figura Institucional: Uma Representação Integrada

A figura do Modelo de Três Linhas da UFPA, ilustra visualmente a interconexão e a complementaridade dos papéis.

Figura 4: Linhas de Defesa na UFPA



Fonte: Elaboração própria.

- **Governança (Topo da Imagem):** Representada pelos Conselhos Superiores (CONSUN, CONSEPE, CONSAD) que estabelecem a direção estratégica e os princípios de integridade.
- **Gestão (Abaixo da Governança):** Inclui os órgãos executivos superiores e o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), que traduzem as diretrizes da governança em ações e planos.
- **As Três Linhas (Centro da Imagem):** Aparecem lado a lado, demonstrando que não há hierarquia de valor, mas sim diferenciação de responsabilidades que operam simultaneamente.
 - ✓ **Primeira Linha:** Execução das atividades e gestão primária de riscos.
 - ✓ **Segunda Linha:** Funções de suporte, monitoramento e especialização.
 - ✓ **Terceira Linha:** Avaliação independente.
- **Controle Externo (Laterais da Imagem):** A presença da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) nas laterais demonstra a interação da UFPA com o controle externo, que reforça o ambiente de controle por meio de fiscalização e assecuração externa, sem se confundir com as linhas internas do modelo.

As setas na figura indicam as relações de delegação, direção, supervisão, prestação de contas, reporte, coordenação e colaboração, enfatizando que a efetividade do sistema depende tanto da separação de papéis quanto da cooperação permanente entre todos os atores institucionais.

A gestão de riscos na UFPA é um processo sistemático e iterativo, conforme os princípios e objetivos institucionais do Art. 4º da Resolução n. 778, de 03 de julho de 2018, que regulamenta a Política de Gestão de Riscos, no âmbito da Universidade Federal do Pará, que visa o estabelecimento do contexto, identificação dos riscos, análise dos riscos, avaliação dos riscos, priorização dos riscos, tratamento dos riscos e comunicação e monitoramento dos riscos que podem afetar o alcance dos objetivos institucionais.

A política de gestão de riscos é integrada às atividades da UFPA, estruturada, abrangente, personalizada, inclusiva, dinâmica, baseada na melhor informação disponível, considera fatores humanos e culturais, e busca a melhoria contínua. O gerenciamento de riscos é uma responsabilidade compartilhada, onde a primeira linha identifica e gerencia os riscos operacionais, a segunda linha oferece suporte e monitoramento especializado, e a terceira linha avalia a eficácia de todo o sistema.

1.1.2.3.1.2. Governança e Gestão na UFPA: Distinção e Interconexão

A governança na UFPA, em conformidade com o Decreto nº 9.203/2017, o Referencial Básico de Governança desenvolvido pelo TCU e a ABNT NBR 17265:2026, é compreendida como o sistema pelo qual a Universidade é dirigida, monitorada e incentivada. Ela abrange os mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle, essenciais para assegurar que a instituição atue em conformidade com a legislação, a ética e o interesse público. A governança estabelece o “tom do topo” (tone at the top), definindo a direção estratégica, os valores e as expectativas de desempenho e conduta.

A Governança da UFPA é exercida pelos Conselhos Superiores (CONSUN, CONSEPE e CONSAD) e pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC).

Essas instâncias são responsáveis por: A Gestão superior da UFPA, por sua vez, é executada pela Alta Administração, conforme estabelecido pelos regimentos e estatutos da instituição. Ela se refere à execução das diretrizes e estratégias definidas pela governança, sendo o conjunto de processos e atividades que transformam os planos em resultados concretos, utilizando os recursos disponíveis de forma eficiente e eficaz.

A distinção entre governança e gestão é crucial: a governança estabelece o que deve ser feito e por que, enquanto a gestão define como e por quem será feito. Ambas são interdependentes e essenciais para o sucesso da UFPA.

1.1.2.3.1.3. O Modelo de Três Linhas na UFPA: Papéis e Responsabilidades

O Modelo de Três Linhas da UFPA organiza as responsabilidades em três camadas distintas, mas interconectadas, que atuam de forma simultânea e complementar para a criação e proteção de valor público.

1.1.2.3.1.3.1. Primeira Linha de Defesa: Os Executores e Gestores de Riscos Primários

A primeira linha de defesa é composta por todos os agentes que executam as atividades acadêmicas e administrativas no cotidiano da UFPA. Isso inclui docentes, técnicos-administrativos, gestores de unidades e, em contextos específicos de participação institucional, os discentes (bolsistas). Eles são os proprietários dos processos e os primeiros responsáveis pela gestão dos riscos inerentes às suas atividades.

- **Papel:** Executar as atividades diárias com ética, eficiência e conformidade, identificar e gerenciar os riscos operacionais, e aplicar controles internos.

- **Responsabilidades:**

- a) Realizar as tarefas conforme as normas e procedimentos estabelecidos;
- b) Identificar riscos em suas rotinas e propor soluções imediatas;
- c) Assegurar a integridade dos dados e informações;
- d) Reportar irregularidades ou desvios às instâncias superiores e;
- e) Promover a comunicação clara e respeitosa, contribuindo para um ambiente institucional saudável.

- **Engajamento:** O engajamento de todos na primeira linha é fundamental.

Cada membro da comunidade universitária, ao compreender seu papel na identificação e gestão de riscos, torna-se um guardião ativo da integridade institucional.

1.1.2.3.1.3.2. Segunda Linha de Defesa: Suporte, Monitoramento e Especialização

A segunda linha de defesa na UFPA é constituída pelas Unidades de Funções de Integridade e pela Unidade Setorial de Integridade (USI). Sua função primordial é oferecer suporte técnico especializado, monitoramento contínuo, supervisão temática e um questionamento qualificado sobre os riscos, a integridade, a ética, a transparência, a correição e os controles internos.

Papel: Promover um ambiente organizacional pautado pela ética e transparência, por meio do desenvolvimento e da implementação de mecanismos que auxiliem na prevenção, detecção e remediação de ilícitos, práticas de corrupção e fraude, irregularidades, bem como outros desvios éticos e de conduta. Essas unidades atuam como um olhar técnico que apoia a primeira linha de defesa e reporta à governança, sem, contudo, substituir as

responsabilidades primárias da gestão. É fundamental que todas as unidades responsáveis por funções de integridade atuem de forma integrada e coordenada, sob a coordenação da USI, para identificar riscos que possam impactar a integridade pública organizacional. O compartilhamento de informações estratégicas entre essas unidades, resguardadas as restrições legais, é essencial para a gestão da integridade. A colaboração contínua entre essas unidades fortalece a capacidade da UFPA de prevenir, detectar e remediar riscos de forma eficaz, assegurando a conformidade e a promoção de uma cultura de integridade em toda a instituição.

Responsabilidades e Funções de Integridade na UFPA:

a) Unidade Setorial de Integridade (USI): Atua como o núcleo coordenador do Programa de Integridade e da gestão de riscos institucionais.

Sua responsabilidade é promover o alinhamento metodológico, integrar informações, acompanhar os instrumentos do Programa de Integridade e favorecer a atuação coordenada das demais Unidades de Funções de Integridade.

A USI deve, ainda, promover o alinhamento entre a gestão da integridade pública organizacional e o planejamento estratégico, estimulando a incorporação de princípios, normas, ações e indicadores de integridade. Conforme o Referencial Técnico da Atividade de Gestão da Integridade desenvolvido pela CGU, suas competências incluem assessoramento e reporte à Alta Administração e ao Órgão Central do SITAI, coordenação e articulação com as unidades responsáveis por funções de integridade, comunicação, desenvolvimento e capacitação sobre temas de integridade, colaboração em ações para integridade nas contratações e gestão de contratos, promoção de ações de prevenção, detecção e remediação de questões públicas emergentes, cooperação e engajamento com atores externos, elaboração de normas e diretrizes internas e disponibilização de informações sobre a USI.

b) Assessoria de Controle Interno (ACI): Presta serviço técnico especializado nos atos de controle praticados no âmbito da UFPA, bem como fornece suporte e acompanhamento às demandas oriundas do TCU e da CGU.

c) Comissão de Ética da UFPA (CEUFPA): Promove a cultura ética no âmbito institucional, desenvolvendo ações preventivas, educativas, conciliadoras e repressivas. Atua como unidade consultiva, emitindo pareceres e orientando sobre a condução de matérias de natureza ética, além de promover regras de conduta para servidores.

d) Comissão Permanente de Apuração da Irregularidade das Empresas (CPAIE): Atua como unidade correccional, instruindo e analisando infrações em conformidade com a

legislação, visando adotar procedimentos sobre sanção a licitantes e contratados inadimplentes ou responsáveis por condutas inadequadas nos processos de aquisições e contratações da UFPA.

e) Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD): Atua como unidade correcional, integrando o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR). É responsável por apurar a responsabilidade de servidores docentes e técnico-administrativos por possíveis irregularidades e infrações disciplinares. Realiza o juízo de admissibilidade de denúncias, e fornece orientações técnicas, administrativas e jurídicas a comissões processantes e gestores.

f) Ouvidoria: Recebe, analisa e encaminha manifestações da comunidade universitária e da sociedade, como denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações e pedidos de acesso à informação relacionados aos serviços prestados pela Instituição. Atua como canal de comunicação e contribui para o aprimoramento da gestão institucional. Conforme o Referencial Técnico da CGU, a unidade setorial de ouvidoria é competente para captar o ponto de vista e as informações detidas pelos públicos interno e externo, identificando riscos para o cumprimento da missão institucional, a comunicação com o público, a transparência ativa de informações e as políticas e serviços públicos.

g) Autoridade de Monitoramento da LAI (AMLAI): Atua estrategicamente para garantir o cumprimento da Lei de Acesso à Informação na UFPA, monitorando os prazos de resposta para evitar atrasos e resolvendo eventuais omissões por meio do julgamento de recursos de cidadãos. Além disso, orienta as equipes internas sobre as diretrizes de transparência e recomenda medidas contínuas para aperfeiçoar tanto a divulgação ativa de dados nos canais oficiais quanto o atendimento passivo às demandas externas.

h) Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP): É a unidade responsável pela gestão de pessoas que exerce competências relacionadas à promoção da integridade no âmbito de sua atuação institucional, especialmente por meio da prevenção e do tratamento de situações envolvendo conflito de interesses e nepotismo, da orientação aos servidores, da análise de processos de designação, quando pertinente, da manifestação nos processos de conflito de interesses, nos termos da legislação e dos fluxos institucionais aplicáveis, e da colaboração com os mecanismos institucionais de integridade. As unidades de gestão de pessoas também contribuem para a identificação de aspectos relevantes da cultura organizacional relacionados à integridade pública.

1.1.2.3.1.3.3. Terceira Linha de Defesa: Avaliação Independente

A terceira linha de defesa na UFPA é representada pela Auditoria Interna (AUDIN), cuja função primordial é fornecer serviços independentes e objetivos de avaliação e consultoria. Sua atuação visa aprimorar a governança, a gestão de riscos e os controles internos da instituição, agregando valor e fortalecendo a integridade pública organizacional.

Papel e Responsabilidades: A AUDIN atua como uma instância de asseguuração independente, com as seguintes responsabilidades e competências, conforme o Modelo das Três Linhas e as diretrizes de integridade:

a) Avaliação da Governança, Riscos e Controles: Realizar análises objetivas sobre a adequação e a efetividade dos processos de governança, da gestão de riscos e dos controles internos, verificando se estão alinhados aos objetivos institucionais e às normas vigentes.

b) Apoio à Gestão da Integridade: Contribuir com a gestão da integridade ao identificar riscos à integridade e casos concretos de violações de normas e condutas inadequadas que afetem a integridade pública organizacional.

c) Relatórios Imparciais: Fornecer relatórios e pareceres imparciais à Alta Administração e aos Conselhos Superiores, subsidiando a tomada de decisões estratégicas e o aperfeiçoamento contínuo dos processos.

d) Monitoramento de Recomendações: Gerenciar as demandas de órgãos de controle externo, como a CGU e o TCU, incluindo o monitoramento da implementação de suas recomendações e dos processos de prestação de contas.

e) Independência e Objetividade: A independência da Auditoria Interna é um pilar fundamental para a credibilidade de suas conclusões. Na UFPA, a AUDIN tem garantida a sua autonomia para atuar sem interferências indevidas.

Para preservar sua isenção objetiva, a AUDIN é vedada de exercer gestão direta ou implementar controles que posteriormente seriam objeto de sua própria avaliação, conforme preconizado por órgãos de controle. Essa separação de papéis assegura que a AUDIN possa oferecer uma visão imparcial e confiável, essencial para o fortalecimento da administração universitária e para o apoio à tomada de decisão baseada em evidências.

1.1.2.3.1.3.4. Fortalecendo a UFPA para o Futuro

A adoção e o aprimoramento contínuo do Modelo de Três Linhas pela Universidade fortalecem a governança institucional ao promover uma atuação integrada, preventiva e orientada à criação de valor público. Este modelo estabelece responsabilidades claras e compartilhadas entre

as áreas operacionais, as funções de integridade e controle, e a Auditoria Interna, garantindo maior transparência, conformidade e eficiência na gestão.

Com o apoio da Alta Administração, da Gestão da UFPA e do CGRC, a Universidade consolida uma cultura organizacional baseada na ética, integridade e prestação de contas à sociedade. A integridade pública não é uma tarefa exclusiva de uma unidade especializada, mas um compromisso institucional amplo, onde cada pessoa compreende seu papel, respeita os procedimentos, comunica situações de risco e contribui para a melhoria contínua dos processos.

Ao engajar toda a comunidade acadêmica estudantes, professores e técnicos na compreensão e aplicação deste modelo, a UFPA reforça sua capacidade de atuar com responsabilidade social e transparência ativa. Isso legitima o papel histórico da universidade como um centro de excelência administrativa e científica, voltado ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, e assegura que a Universidade se torne um lugar onde a verdade e o respeito prevalecem. Juntos, construímos uma UFPA cada vez mais íntegra e transparente.



1.1.3 POLÍTICA DE INTEGRIDADE PÚBLICA



1.1.3. Política de Integridade Pública

A integridade pública é um princípio fundamental para o fortalecimento da democracia e a consolidação da confiança entre Estado e sociedade. No Brasil, sua consolidação intensificou-se a partir de 2010, impulsionada por movimentos de combate à corrupção e pela necessidade de aprimoramento da governança pública. A Controladoria-Geral da União (CGU) define integridade pública como o conjunto de arranjos institucionais que visam a fazer com que a Administração Pública não se desvie de seu objetivo principal: entregar resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente. Mais do que isso, a integridade pública é o valor que norteia a Administração Pública e seus agentes para o atendimento das necessidades e do interesse público legítimos, alinhando-se com valores, princípios e normas que fortalecem a confiança, a credibilidade e a reputação institucionais. Trata-se de uma abordagem sistêmica focada em prevenir, detectar e sancionar desvios, promovendo transparência e compromisso com o interesse público.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), como principal instituição de ensino superior da Amazônia, reconhece a integridade como pressuposto essencial para a preservação da autonomia universitária, legitimidade social e cumprimento de sua missão institucional. Nesse contexto, a integridade pública organizacional é a atuação consistente de cada órgão e entidade para promover a busca de seu propósito legítimo de maneira alinhada ao interesse público e aos valores da Administração Pública. Desse modo, ela contribui para a prevenção, a detecção e a remediação de ilícitos, práticas de corrupção e fraude e irregularidades, assim como de outros desvios éticos e de conduta, violações e desrespeito a valores, princípios e direitos que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucionais.

A gestão da integridade pública na administração federal brasileira fundamenta-se em marcos regulatórios progressivos que estabeleceram diretrizes estruturadas. O Decreto nº 9.203/2017, por exemplo, instituiu a política de governança para a administração pública federal e consagrou a integridade como princípio fundamental da governança organizacional, definindo-a como adesão a valores éticos e ao interesse público em todos os processos decisórios. A Portaria CGU nº 1.089/2018 operacionalizou esse Decreto, estabelecendo componentes essenciais para os Programas de Integridade, como o comprometimento da alta administração, a Unidade de Gestão da Integridade, a avaliação de riscos, as medidas de prevenção, detecção e remediação, e o monitoramento contínuo. Posteriormente, a Portaria CGU nº 57/2019 aprimorou os requisitos, detalhando a autonomia técnica da instância de integridade, a metodologia de gestão de riscos, os indicadores de desempenho, os programas de capacitação e a ampliação da transparência.

Mais recentemente, o Decreto nº 11.529/2023 instituiu o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (SITAI), tratando a integridade como parte de um sistema integrado. Este decreto designou a CGU como órgão central e atribuiu aos órgãos federais, incluindo universidades, a responsabilidade pela implementação das políticas. O SITAI consolida princípios orientadores como interesse público, ética, transparência, accountability, eficiência e participação social. É importante notar que o SITAI substituiu o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal (SIPEF), instituído pelo Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021. A CGU, como Órgão Central do SITAI, exerce essa função por meio da Secretaria de Integridade Pública (SIP) e da Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação (SNAI). O Decreto nº 11.529, de 2023, reforça os objetivos da gestão da integridade no setor público, orientando-se para a primazia do interesse público, a consolidação de uma cultura organizacional voltada para a entrega de valor à sociedade, a transparência e a conformidade de condutas, incluindo pautas sociais como diversidade, participação social, inclusão e sustentabilidade.

A UFPA, por sua vez, regulamentou sua gestão de riscos à integridade por meio da Resolução CONSUN nº 778/2018, alterada pela Resolução CONSUN nº 840/2022. Esta resolução estabelece a Política de Gestão de Riscos institucional, incluindo riscos à integridade, e define uma estrutura de governança composta pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), presidido pelo Reitor, que constitui a instância máxima de aprovação e supervisão das políticas de integridade. A política estabelece um processo estruturado que contempla identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento de riscos, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Esta estrutura assegura a institucionalização da gestão de integridade como dimensão permanente da governança universitária, em conformidade com os princípios de accountability, transparência e compromisso com o interesse público.

Para o fortalecimento da integridade pública organizacional, é fundamental a observância de diversas leis e decretos que regem o serviço público federal. Entre eles, destacam-se a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata de licitações e contratos administrativos, e o Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, que complementa suas disposições. A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, são relevantes para o funcionamento das ouvidorias. A Lei nº 12.813, de 2013, aborda o conflito de interesses, enquanto a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. A Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, estabelece normas de inelegibilidade.

Outros marcos importantes incluem o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que rege o Sistema de Controle Interno; o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, que trata do

Sistema de Correição; o Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, que institui o Sistema de Gestão da Ética; o Decreto nº 67.326, de 5 de outubro de 1970, sobre gestão de pessoas; o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; e o Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021, que regulamenta o recebimento de hospitalidades, brindes e presentes. A Portaria Interministerial nº 333, de 19 de setembro de 2013, editada conjuntamente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Controladoria-Geral da União, estabelece competências relacionadas à prevenção de conflito de interesses e nepotismo. A Instrução Normativa nº 3, de 9 de junho de 2017, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, disciplina a atuação das unidades de auditoria interna governamental.

O SITAI atua de forma coordenada com outros sistemas do Poder Executivo Federal, como o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição, o Sistema de Gestão da Ética e o Sistema de Ouvidoria, para otimizar recursos e aprimorar o desempenho da integridade pública. A coordenação realizada pelo SITAI valoriza as competências de cada sistema e de seus órgãos centrais, buscando a construção conjunta de mecanismos de articulação de ações e intercâmbio de informações.

A gestão da integridade pública organizacional consiste em um conjunto de atividades, práticas e medidas coordenadas, adotado em um órgão ou entidade com o propósito de planejar, executar, monitorar, avaliar e aperfeiçoar as ações relacionadas à integridade pública organizacional. Essa gestão pressupõe atuação coordenada entre as unidades que integram o órgão ou entidade e as funções de integridade. As funções de integridade são essenciais ao funcionamento do Programa de Integridade e incluem, mas não se limitam a auditoria interna, controle interno, corregedoria, gestão da ética, gestão de pessoas, gestão de riscos, ouvidoria, prevenção a conflito de interesses e nepotismo, e transparência e acesso à informação.

1.1.3.1.1. Diretrizes

A Política Institucional de Integridade Pública da UFPA é fundamentada em diretrizes que visam estruturar sua implementação de forma sistêmica, integrada e alinhada aos princípios da governança pública. Essas diretrizes estabelecem os parâmetros para a atuação institucional, promovendo a ética, a transparência, a responsabilidade e o compromisso com o interesse público em todas as dimensões da Universidade. Elas refletem o compromisso da UFPA em construir e manter uma cultura organizacional íntegra, capaz de prevenir, detectar e remediar desvios, fortalecendo a confiança da sociedade em sua atuação.

1.1.3.1.1.1. Comprometimento e Liderança da Alta Administração

Esta diretriz enfatiza a atuação ativa e contínua da Alta Administração na promoção da integridade, assegurando sua incorporação às prioridades estratégicas institucionais. Conforme o item 35 do Referencial Técnico da Integridade Pública da CGU, isso envolve o estabelecimento, a adoção e a demonstração de compromisso e comportamento alinhados ao interesse público, aos valores e aos padrões institucionais, sinalizando a todos que a integridade é parte crucial da identidade profissional da Universidade. A Alta Administração deve viabilizar a integração temática e de atuação entre a USI, as unidades responsáveis por funções de integridade, as unidades responsáveis pelo planejamento estratégico e as unidades finalísticas, gerenciais e de suporte.

É fundamental que a USI seja dotada de infraestrutura e de recursos humanos, tecnológicos, financeiros e materiais adequados ao desempenho de suas competências e projetos, além de ter sua autonomia assegurada para decidir, implementar ações, articular-se diretamente com outras unidades do órgão ou entidade, acessar canais institucionais de comunicação e propor aprimoramentos em processos e práticas. O contato regular com a USI, por meio de reuniões periódicas, é essencial para supervisionar, monitorar e avaliar as atividades de gestão da integridade, utilizando os reportes para priorizar ações de melhoria. A participação da Alta Administração em treinamentos periódicos, no mínimo anuais, sobre temas relacionados à integridade também é fundamental.

1.1.3.1.1.2. Promoção de uma Cultura de Integridade e Ética

Esta diretriz consiste na internalização de princípios éticos nas práticas institucionais, por meio de ações permanentes de capacitação, comunicação e sensibilização voltadas à comunidade acadêmica, com vistas à consolidação de padrões de conduta e à prevenção de desvios. Conforme o item 50 do Referencial Técnico da CGU, a USI, em colaboração com a unidade responsável pela capacitação, deve identificar os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para o desempenho das competências relacionadas à integridade, promovendo treinamentos e capacitações que abranjam temas como conceitos de integridade pública organizacional, ética pública, respeito à pluralidade, inclusão e diversidade, e mecanismos de integridade. A comunicação deve ser clara e acessível, apoiando a divulgação de informações sobre integridade e incentivando o diálogo e a participação interna e externa.

O item 96 do Referencial detalha que a USI deve fomentar que todo o corpo funcional tenha acesso às competências técnicas necessárias para adotar conduta íntegra no exercício das suas funções, ofertando capacitações periódicas que abordem, entre outros, os seguintes temas: conceitos relacionados à integridade pública organizacional e à ética pública; respeito à

pluralidade, inclusão e diversidade; gestão da integridade como uma atividade transversal; gestão estratégica, valores, cadeia de valor, metas e prioridades do órgão ou entidade; integridade nas relações no ambiente de trabalho; comunicação não violenta; trabalho em equipe e técnicas de cooperação; e mecanismos de integridade e suas ferramentas, como atuação da Comissão de Ética (Decreto nº 1.171/1994 e Decreto nº 6.029/2007), canal de ouvidoria e garantias relacionadas à proteção a denunciante (Lei nº 13.460/2017 e Decreto nº 9.492/2018), consultas e pedido de autorização ao exercício de atividade privada (Lei nº 12.813/2013), deveres, responsabilidades, vedações e procedimentos disciplinares aplicáveis, fluxos e procedimentos relativos ao recebimento de hospitalidades, brindes e presentes (Decreto nº 10.889/2021), prevenção a conflito de interesses e nepotismo (Portaria Interministerial nº 333/2013), regras, fluxos e procedimentos para tratamento de assédio e discriminação, e transparência e acesso à informação.

1.1.3.1.2. Gestão de Riscos à Integridade

Esta diretriz visa à identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento de riscos que possam comprometer a integridade institucional. Conforme o item 44 do Referencial Técnico da CGU, a USI deve orientar as atividades relativas à gestão dos riscos à integridade, atuando em colaboração e integração com a unidade responsável pelo suporte à gestão de riscos no órgão ou entidade, quando existente. O item 45 complementa que a responsabilidade pelo gerenciamento de riscos à integridade é atribuída aos gestores de cada processo organizacional a que esses riscos estão relacionados, cabendo à USI orientar para que os responsáveis pela gestão de riscos à integridade em suas respectivas unidades possam identificar riscos a partir dos contextos interno e externo, considerar riscos que possam impactar a integridade pública organizacional e assegurar que as medidas para tratamento sejam apropriadas aos riscos.

1.1.3.1.3. Transparência Ativa e Acesso à Informação

Esta diretriz busca garantir a máxima publicidade das informações e a facilitação do acesso aos dados públicos, fortalecendo o controle social e a accountability. Nos termos do art. 10 do Decreto nº 11.529/2023, as unidades responsáveis pela transparência e pelo acesso à informação, integrantes do SITAI, devem assegurar a publicação ativa de dados e a adequada transparência passiva, de acordo com as solicitações da sociedade. Nesse processo, podem contribuir para melhorias na comunicação com os públicos interno e externo e para o exercício do controle social. A USI deve apoiar e realizar ações de comunicação acerca de temas relacionados à integridade, em colaboração com as demais unidades pertinentes.

1.1.3.1.4. Prevenção e Tratamento de Conflito de Interesses e Nepotismo

Esta diretriz foca na implementação de mecanismos para prevenir e tratar situações de conflito de interesses e nepotismo, garantindo a imparcialidade e a ética na atuação dos agentes públicos. As unidades com atribuições relacionadas à prevenção de conflito de interesses e nepotismo, que exercem as competências previstas na Portaria Interministerial nº 333/2013, editada conjuntamente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Controladoria-Geral da União, devem consolidar informações estratégicas sobre riscos, padrões comportamentais e eficácia de controles relacionados a situações que configuram conflito de interesses ou risco de conflito de interesses, com a finalidade de viabilizar a prevenção, a detecção e a remediação desses riscos.

1.1.3.1.5. Proteção ao Denunciante e Canais de Denúncia

Esta diretriz visa assegurar a existência de canais seguros e eficazes para o recebimento de denúncias, garantindo a proteção e a imparcialidade no tratamento das informações. Conforme a Lei nº 13.460/2017 e o Decreto nº 9.492/2018, a unidade setorial de ouvidoria é a unidade competente para, dentre outras atribuições, captar o ponto de vista e as informações detidas pelos públicos interno e externo ao órgão ou entidade, incluindo os destinatários das políticas e dos serviços públicos. Com base nisso, a unidade setorial de ouvidoria pode identificar riscos para o cumprimento da missão institucional, a comunicação com o público, a transparência ativa de informações e as políticas e serviços públicos em si. A USI deve interagir com a sociedade, em articulação com a ouvidoria, por meio da coleta de contribuições relacionadas à integridade pública e da troca de experiências.

1.1.3.1.6. Auditoria Interna e Controle Interno

Esta diretriz estabelece a importância da atuação da auditoria interna e do controle interno para a identificação de riscos e a avaliação da efetividade dos controles. As unidades de auditoria interna governamental, órgãos auxiliares do Sistema de Controle Interno, regido pelo Decreto nº 3.591/2000, e cuja atuação é disciplinada pela Instrução Normativa nº 3/2017 da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, podem contribuir com a gestão da integridade, dentre outras formas, ao identificar riscos à integridade e casos concretos de violações de normas e condutas inadequadas que afetem a integridade pública organizacional. As unidades responsáveis por supervisionar e dar suporte à gestão de riscos e controles internos, integrantes da segunda linha, previstas no art. 169, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e na Instrução Normativa SFC nº 3/2017, devem subsidiar a gestão da integridade com o fornecimento de informações sobre riscos à integridade e fragilidades nos controles associados a esses riscos.

1.1.3.1.7. Responsabilização e Remediação de Irregularidades

Esta diretriz envolve a apuração adequada de condutas, a aplicação de medidas disciplinares cabíveis e a implementação de ações corretivas que contribuam para o aprimoramento dos controles internos e a prevenção de recorrências. As unidades responsáveis pelas ações correicionais, integrantes do Sistema de Correição (Decreto nº 5.480/2005), são competentes para identificar riscos à integridade institucional, no âmbito de procedimentos correicionais, por meio de informações sobre os ilícitos administrativos já materializados no órgão ou entidade que impliquem a existência de necessidades de aprimoramento de determinados processos, normativos ou políticas públicas. A USI deve utilizar os resultados do tratamento de questões públicas emergentes para desenvolver ações preventivas capazes de enfrentar os pontos de melhoria identificados.

1.1.3.1.8. Monitoramento, Avaliação e Melhoria Contínua

Esta diretriz consiste na definição de indicadores e mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar a efetividade das ações de integridade, subsidiando a revisão e o aperfeiçoamento permanente das práticas institucionais. Conforme o item 101 do Referencial Técnico da CGU, a gestão da qualidade da integridade pública organizacional é responsabilidade de todos que atuam diretamente na gestão da integridade e deve contemplar avaliações internas e externas e o monitoramento da qualidade, os quais devem ser orientados para a identificação de oportunidades de melhoria. A USI deve realizar autoavaliações periódicas com base em modelos de maturidade fornecidos pelo Órgão Central do SITAI, as quais subsidiam a revisão do Programa de Integridade, a elaboração do Plano de Integridade e a construção do Relatório Anual de Gestão da Integridade (RAI). O Órgão Central do SITAI, por sua vez, realiza avaliações e monitoramento da gestão da integridade pública organizacional, buscando soluções em conjunto com os órgãos e entidades.

1.1.3.1.9. Integridade nas Contratações e Gestão de Contratos

Esta diretriz foca na prevenção, detecção e remediação de riscos à integridade em contratações públicas, na gestão de contratos e nas relações do órgão ou entidade com terceiros contratados. Em atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 12.304/2024, a USI deve, em colaboração com unidades responsáveis por temas correlatos no órgão ou entidade, realizar ações para promover a integridade nessas relações. O item 53 do Referencial Técnico da CGU detalha que essas ações podem incluir a elaboração de propostas de diretrizes e de normas de conduta específicas, a proposição de normas e procedimentos para o gerenciamento de riscos nas contratações e na gestão de contratos, e o desenvolvimento de ações de comunicação e treinamento.

1.1.3.1.10. Tratamento de Questões Públicas Emergentes

Esta diretriz aborda a necessidade de promover ações de prevenção, detecção e remediação de questões públicas emergentes que possam impactar a integridade pública. Conforme o item 54 do Referencial Técnico da CGU, compete à USI promover tais ações. O item 55 define questões públicas emergentes como temas, fragilidades institucionais ou condutas que, por sua atualidade, materialidade e potencial de afetar valores, princípios e objetivos organizacionais, exijam resposta tempestiva e coordenada no âmbito da gestão da integridade pública organizacional. Exemplos incluem a prevenção e o enfrentamento ao assédio moral e sexual e a promoção da diversidade no órgão ou entidade. A identificação dessas questões deve orientar a priorização de medidas de prevenção, detecção e remediação, sendo realizada por meio do acompanhamento contínuo de evidências internas e externas.

1.1.3.2. Histórico no Ciclo 2016-2025

Durante o referido período a UFPA realizou várias ações voltadas para a promoção da integridade, refletindo em alguns resultados institucionais relevantes, como:

A Universidade Federal do Pará tem demonstrado um compromisso contínuo e efetivo com o fortalecimento de sua política de integridade, materializado em uma série de ações e resultados concretos que atestam a maturidade de sua gestão, destacando-se as ações abaixo:

- Aprovação e entrada em vigor do Código de Conduta Ética da UFPA.
- Desenvolvimento e promoção de campanhas de conscientização de grande impacto (Campanha "Respeito UFPA" e Campanha "Elogiando Quem nos Inspira").
- Instituição da Assessoria de Controle Interno (ACI), integrando-a às linhas de defesa e ao arcabouço de integridade.
- Melhorias significativas na estrutura, fluxos, documentos e integração institucional das Instâncias de Integridade.
- Ampliação da divulgação da temática de integridade, através da publicação de informações e participação em campanhas nacionais da CGU.
- Implementação do Sistema e-Agendas para maior transparência de compromissos públicos.
- Implementação do Boletim Informativo da Ouvidoria da UFPA.
- Intensificação da oferta de capacitações em temas como Governança, Conflito de Interesses, Código de Conduta Ética, LGPD e etc.
- Criação do evento "Encontro sobre o Plano de Integridade", que certificou mais de 530 servidores da comunidade acadêmica da UFPA sobre a temática da integridade pública.

Outras realizações incluem o desenvolvimento do formulário de controle de nomeações/designações de cargo em comissão/função de confiança para Nepotismo, a atuação no Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas de Integridade - SIMAPI na plataforma e-Aud, a criação do Manual de Auditoria, a implementação do CGRC, a revisão e mapeamento dos

fluxos processuais de atuação das Instâncias de Integridade, e a redução do tempo de resposta das manifestações recebidas no Fala BR.

Os esforços da UFPA na consolidação de sua gestão de integridade resultaram em importantes reconhecimentos externos, que evidenciam a maturidade da gestão:

- Conformidade Total com a CGU – Alcançou a plena conformidade com o Painel de Integridade Pública da CGU, comprovando que seu Plano de Integridade atende a todos os requisitos estabelecidos.
- Reconhecimento Nacional em Prevenção – Obteve o selo "e-Prevenção", como resultado direto de sua participação no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC).
- Maturidade Avançada em Integridade – Foi avaliada com maturidade avançada no Modelo de Maturidade de Integridade Pública (MMIP) da CGU, destacando o nível de desenvolvimento de suas práticas.
- Aprimoramento Contínuo Reconhecido pelo TCU – Registrou uma evolução positiva no Índice de Governança e Gestão Pública (IGGP), aferido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), refletindo a melhoria contínua de suas práticas de governança.

1.1.3.3. Programa e Plano de Integridade da UFPA

Os instrumentos da gestão da integridade pública organizacional são o Programa de Integridade, o Plano de Integridade, o Plano Operacional da Unidade Setorial de Integridade (USI) e o Relatório Anual de Gestão da Integridade (RAI).

O Programa de Integridade da UFPA é um conjunto estruturado de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de ilícitos, práticas de corrupção e fraude, irregularidades, assim como de outros desvios éticos e de conduta, violações e desrespeito a valores, princípios e direitos que impactam a confiança, a credibilidade e a reputação institucionais. Conforme o item 123 do Referencial Técnico da CGU, ele abrange esses elementos para assegurar a integridade pública organizacional. Constitui uma estratégia essencial para o fortalecimento da governança, a preservação da autonomia universitária e a proteção do patrimônio público, alinhando-se à missão institucional da Universidade.

- Para conferir unidade e clareza ao arranjo institucional envolvido, o Programa de Integridade deve ser formalizado em documento específico, aprovado formalmente pela autoridade ou instância máxima do órgão ou entidade e publicado no Diário Oficial da União, conforme o item 124 do Referencial. O Programa de Integridade da UFPA deve dispor, pelo menos, sobre os seguintes elementos, conforme o item 126 do Referencial Técnico da CGU:

- **Manifestação de Compromisso da Alta Administração:** Deve expressar o compromisso contínuo da Alta Administração com o aperfeiçoamento da integridade pública organizacional.
- **Diretrizes e Objetivos:** Deve apresentar as diretrizes e os objetivos do Programa de Integridade, alinhados aos valores, estratégias e padrões da UFPA.
- **Parâmetros para Revisão:** Deve estabelecer os parâmetros para a revisão periódica do Programa de Integridade.
- **Formas e Prazos de Divulgação:** Deve definir as formas e os prazos de divulgação dos resultados do Programa de Integridade, ressalvadas as restrições legais e as necessidades de tratamento adequado de dados pessoais.
- **Designação e Competências da USI:** Deve especificar a designação, a definição da estrutura e o estabelecimento das competências da Unidade Setorial de Integridade (USI), em consonância com o previsto no Decreto nº 11.529, de 2023.
- **Especificação das Unidades Responsáveis por Funções de Integridade:** Deve detalhar as unidades responsáveis pelas diversas funções de integridade na UFPA.
- **Estrutura da Instância Colegiada de Apoio:** Caso exista, deve descrever a estrutura, composição e competências da instância colegiada de apoio à gestão da integridade.
- **Instrumentos da Gestão da Integridade:** Deve listar os instrumentos da gestão da integridade pública organizacional, conforme o item 25 do Referencial Técnico da CGU, que incluem o Programa de Integridade, o Plano de Integridade, o Plano Operacional da USI e o Relatório Anual de Gestão da Integridade (RAI).
- **Mecanismos de Coordenação:** Deve prever mecanismos, procedimentos e ferramentas para a coordenação entre as unidades responsáveis por funções de integridade.
- **Diretrizes para o Plano de Integridade:** Deve estabelecer as diretrizes para a elaboração, instituição, aprovação, vigência, monitoramento e atualização periódica do Plano de Integridade.

Adicionalmente, o Programa de Integridade deve incorporar questões públicas emergentes, conforme as disposições registradas nos itens 54 a 58 do Referencial Técnico da CGU. O Programa de Integridade é materializado através do Plano de Integridade, um documento que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período pela UFPA, como um desdobramento operacional do conjunto de princípios, estruturas, mecanismos, normas, diretrizes e procedimentos previstos no Programa de Integridade.

O Plano de Integridade é resultado de diagnóstico prévio e amplo que identifica as medidas de integridade a serem adotadas para prevenir, detectar e remediar ilícitos, práticas de corrupção e

fraude e irregularidades, assim como de outros desvios éticos e de conduta, violações e desrespeito a valores, princípios e direitos que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucionais. A governança do Programa está ancorada no CGRC, que aprova o Plano e monitora sua execução, garantindo que a integridade seja uma dimensão estratégica integrada ao planejamento institucional.

O Plano de Integridade deve ser elaborado pela UFPA, sob a coordenação da USI e em articulação com as unidades responsáveis por funções de integridade, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Programa de Integridade, e deve ser aprovado pela autoridade ou instância máxima do órgão ou entidade, após consulta à instância colegiada de apoio à gestão da integridade, caso existente. O Plano de Integridade deve conter, no mínimo, os seguintes elementos, conforme o item 130 do Referencial Técnico da CGU:

- **Informações Caracterizadoras:** Informações que caracterizem sucintamente a UFPA, considerando sua missão, visão, valores, objetivos estratégicos e competências.
- **Medidas a Serem Implementadas:** Medidas a serem implementadas no período de vigência, com base nos riscos à integridade identificados para a UFPA, com a indicação das unidades responsáveis, metas e prazos para conclusão.
- **Período de Vigência e Monitoramento:** Período de vigência e monitoramento, de acordo com as diretrizes do Programa de Integridade.

O Plano de Integridade deve ser revisado durante sua vigência, conforme diretrizes previstas no Programa de Integridade e sempre que houver mudanças significativas no contexto organizacional.

O Plano Operacional da USI materializa as atividades a serem conduzidas pela USI para o exercício subsequente, alinhadas ao Programa e Plano de Integridade e ao planejamento estratégico. O RAI é o instrumento de gestão, monitoramento e prestação de contas da gestão da integridade pública organizacional, elaborado anualmente pela USI.

A implementação formal do programa de integridade na universidade teve início com o Plano 2019-2020, aprovado em 25 de março de 2019, que representou um marco institucional ao institucionalizar a atuação da universidade nessa temática através de um plano integrado. O Plano 2020-2022, aprovado em dezembro de 2020, deu continuidade às ações, realinhando metas e planejando novas iniciativas para o novo período. Neste segundo ciclo, ações não concluídas no período anterior foram reprogramadas, enquanto outras foram substituídas e novas atividades foram planejadas para avançar na implementação do programa de integridade.

O plano atual, com vigência de 2023 a 2025, aprofunda essa jornada, incorporando as lições aprendidas dos ciclos anteriores. Ele apresenta um conjunto de ações focadas nos principais riscos de integridade, na otimização dos canais de comunicação e na capacitação contínua da comunidade acadêmica, buscando aprimorar a execução e o alcance das metas de integridade na maior instituição de ensino superior da região Norte.

1.1.3.4. Unidade Setorial de Integridade (USI) da UFPA

A USI da UFPA foi instituída em conformidade com o Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, que estabelece o SITAI e exige a atribuição a uma unidade específica responsável pela gestão da integridade, com autonomia técnica, recursos adequados e acesso direto à Alta Administração. A institucionalização da USI representa um marco fundamental na trajetória de fortalecimento da governança institucional da UFPA e na consolidação de uma cultura organizacional orientada por valores éticos e de transparência.

A USI da UFPA, como unidade responsável pela coordenação da gestão da integridade pública organizacional, possui um conjunto de competências essenciais para o sucesso do Programa de Integridade. Essas competências, detalhadas no Referencial Técnico da CGU, são cruciais para assegurar que a Universidade atue de forma consistente na promoção do interesse público e na prevenção de desvios.

Conforme as disposições registradas nos itens 36 a 65 do Referencial Técnico da CGU, as principais competências da USI da UFPA incluem:

- Assessoramento e reporte para a Alta Administração e para o Órgão Central do SITAI.
- Coordenação e articulação com as unidades responsáveis por funções de integridade e com as unidades finalísticas, gerenciais e de suporte.
- Coordenação da Gestão de Riscos à Integridade.
- Comunicação, desenvolvimento e capacitação acerca de temas relacionados à integridade.
- Colaboração em ações para integridade nas Contratações e na Gestão de Contratos.
- Promoção de ações de prevenção, detecção e remediação de questões públicas emergentes que possam impactar a integridade pública.
- Cooperação e engajamento com atores externos ao órgão ou entidade com o objetivo de compartilhar experiências, boas práticas e inovações relacionadas às funções de integridade.
- Promoção do alinhamento da gestão de integridade com o Planejamento Estratégico.

- Elaboração de normas e diretrizes internas que complementem ou detalhem a aplicação de normas ou boas práticas relacionadas à integridade.
- Disponibilização de Informações sobre a USI.

Ao exercer essas competências de forma integrada e colaborativa com as demais Funções de Integridade, a USI consolida-se como uma unidade catalisadora. Sua atuação é crucial para a promoção da cultura de integridade pública necessária, posicionando a UFPA como uma referência em gestão pública íntegra e transparente no cenário nacional.

1.1.3.5. Funções de Integridade da UFPA

A gestão da integridade na UFPA estrutura-se por meio de uma rede integrada de funções com competências específicas e complementares, que tratam de temas relacionados à integridade pública. Esta arquitetura, fundamentada na Resolução CONSUN nº 778/2018 e no Plano de Integridade, organiza-se em duas frentes complementares: funções de prevenção, que atuam proativamente para mitigar vulnerabilidades antes que se materializem em irregularidades, e funções de tratamento/correição, responsáveis pela apuração, responsabilização e remediação quando da ocorrência desses desvios.

A efetividade da integridade pública organizacional depende da atuação coordenada entre as unidades que integram o órgão ou entidade e as funções de integridade. Conforme o item 7 do Referencial Técnico da CGU, a gestão da integridade pressupõe essa atuação coordenada. A USI exerce a coordenação do conjunto de atividades adotadas pelo órgão ou entidade para o fortalecimento da integridade pública organizacional.

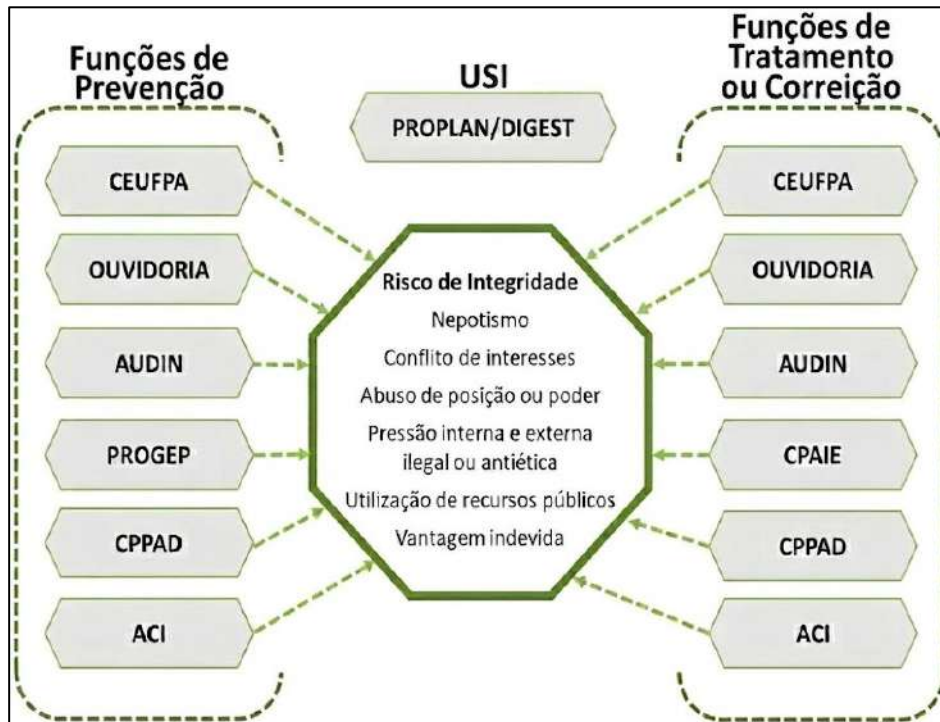
As funções de integridade são essenciais ao funcionamento do Programa de Integridade, pois viabilizam a prevenção, a detecção e a remediação de práticas indesejadas e a construção de uma cultura organizacional íntegra por meio do cumprimento de suas respectivas atribuições e da articulação entre si, no intuito de proporcionar eficiência à gestão da integridade no órgão ou entidade.

A UFPA, por meio da USI, deve articular essas funções de integridade, preferencialmente por meio da institucionalização de uma instância colegiada de apoio à gestão da integridade, com o estabelecimento de reuniões periódicas. Essa instância colegiada, quando instituída, constitui-se em colegiado destinado a promover a integração e a cooperação entre as unidades responsáveis por funções de integridade, cuja natureza e atribuições devem ser definidas de acordo com as especificidades do órgão ou entidade.

A gestão da integridade na UFPA estrutura-se por meio de rede integrada de funções com competências e que tratam de temas específicos. Esta arquitetura, fundamentada na Resolução

CONSUN nº 778/2018 e no Plano de Integridade, organiza-se em duas frentes complementares: instâncias de prevenção, que atuam proativamente para mitigar vulnerabilidades antes que se materializem em irregularidades, e instâncias de tratamento/correição, responsáveis pela apuração, responsabilização e remediação quando da ocorrência desses desvios.

Figura 5 - Atuação das Funções de Integridade da UFPA



Fonte: Elaboração própria

As funções de integridade buscam fomentar ações para mitigar os principais riscos de integridade que são: nepotismo, conflito de interesses, abuso de posição ou poder, pressões ilegais ou antiéticas, uso inadequado de recursos públicos e obtenção de vantagens indevidas. As unidades que atuam em funções de integridade são:

Figura 6 – Funções de Integridade e Temática de atuação

Funções de Integridade	Temática de atuação
Comissão de Ética (CEUFPA)	Promoção da ética e de regras de conduta para servidores
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD)	Procedimentos de responsabilização de servidores efetivos
Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades das Empresas (CPAIE)	Implementação de procedimentos de responsabilização de empresas
Auditoria Interna (AUDIN)	Avaliação e aferição dos controles internos primários administrativos e monitoramento do atendimento às recomendações de auditorias internas e às determinações do órgão de controle Externo
Ouvidoria da UFPA	Tratamento de denúncias e outras manifestações e Promoção da transparência ativa e do acesso à informação
Assessoria de Controle Interna (ACI)	Monitoramento do cumprimento, pelas unidades, das orientações, recomendações e determinações exaradas pelos órgãos de controle
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP)	Tratamento de conflitos de interesses e nepotismo

Fonte: Elaboração própria

A seguir, detalham-se as principais competências dessas unidades:

- Comissão de Ética (CEUFPA): é uma unidade responsável pela promoção da cultura ética no âmbito institucional, desenvolvendo ações preventivas, educativas, conciliadoras e repressivas. Atua como unidade consultiva, emitindo pareceres e orientando a condução de matérias de natureza ética, além de promover regras de conduta para servidores;
- Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD): é uma unidade responsável por atuar como Unidade Setorial Correcional, integrando o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR). É responsável por apurar a responsabilidade de servidores docentes e técnico-administrativos por possíveis irregularidades e infrações disciplinares. Realiza o juízo de admissibilidade de notícias, denúncias e representações, e fornece orientações técnicas, administrativas e jurídicas a comissões processantes e gestores;
- Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades das Empresas (CPAIE): é uma unidade responsável pela autuação, instrução e análise das infrações cometidas por pessoas

jurídicas, em conformidade com a legislação. Visa adotar procedimentos sobre sanção a licitantes e contratados inadimplentes ou responsáveis por condutas inadequadas nos processos de aquisições e contratações da UFPA;

- Auditoria Interna (AUDIN): é uma unidade vinculada ao Conselho Universitário (CONSUN), que atua de forma independente e objetiva. Nesse sentido, busca verificar a eficácia e a adequação dos controles internos administrativos, além de apoiar as atividades de controle interno e externo. De um modo geral, a unidade de Auditoria Interna realiza auditorias, consultorias e avaliações sobre a conformidade, eficiência, eficácia e economicidade dos processos institucionais; identifica e avalia riscos de fraude, impropriedades ou ilegalidades, além de monitorar as suas recomendações e as dos órgãos de controle, como CGU e TCU, no âmbito da UFPA. Essas atividades, dentre outras próprias da unidade, visam o fortalecimento da cultura de integridade, gestão de riscos e a governança institucional;
- Ouvidoria da UFPA: é uma unidade que atua como canal oficial para receber e encaminhar manifestações (reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões e pedidos de acesso a informações) de usuários da comunidade universitária e da sociedade em geral. Analisa, orienta, encaminha e responde às manifestações, atuando como um importante instrumento de gestão ao propor medidas e ações à Administração Superior com base nas informações coletadas;
- Assessoria de Controle Interno (ACI): é uma unidade que tem por finalidade prestar serviço técnico especializado nos atos de controle praticados no âmbito da UFPA, bem como no suporte e acompanhamento das demandas advindas do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU); e
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP): é a unidade que, no âmbito da gestão de pessoas, também é responsável por tratar situações relacionadas a conflitos de interesses e nepotismo no âmbito da gestão de pessoas da instituição. Atua de forma preventiva e corretiva, promovendo campanhas de divulgação e orientação aos servidores sobre esses temas, além de emitir pareceres no sistema de conflito de interesses da CGU quando solicitada. Também participa da análise de processos de designação, com o objetivo de identificar e mitigar possíveis casos de nepotismo, fortalecendo a integridade e a transparência na administração pública.

Em síntese, o percurso da UFPA na gestão da integridade pública reflete um compromisso institucional sólido e uma abordagem sistêmica, alinhada aos marcos regulatórios federais. A estruturação do Programa e do Plano de Integridade, a atuação estratégica da USI e a rede

colaborativa das Funções de Integridade demonstram a proatividade da UFPA em prevenir desvios, promover a ética e assegurar a transparência. Os resultados alcançados, atestados por reconhecimentos externos, evidenciam a maturidade da instituição e seu papel como referência na construção de uma cultura de probidade, essencial para a preservação de sua autonomia e para o cumprimento de sua missão.



1.1.4 POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO

1.1.4. Política de Controle Interno

A formulação da Política de Controle Interno (PCI) da Universidade Federal do Pará, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026–2035, parte do reconhecimento de que o controle não pode ser reduzido a um mecanismo meramente punitivo ou burocrático.

A PCI deve ser compreendida como instrumento estratégico, capaz de garantir transparência, eficiência e confiabilidade na execução das atividades administrativas e acadêmicas da instituição. Esse redesenho do papel do controle dialoga diretamente com a adoção do Balanced Scorecard (BSC) como modelo de administração científica, diretamente nas perspectivas de “aprendizado e crescimento” e “processos internos”.

Reconhece-se que o alinhamento entre o PDI e o BSC resulta na superação de uma gestão fragmentada, possibilitando a construção de uma governança voltada para resultados e sustentada por indicadores claros e mensuráveis. Ao adotar a metodologia do BSC, a UFPA insere o controle interno como dimensão essencial do ciclo de gestão, priorizando o estabelecimento de metas, o acompanhamento sistemático dos resultados e a retroalimentação das políticas institucionais.

A formação da PCI reflete a compreensão de que o controle, no ambiente organizacional, representa não apenas uma forma de verificar conformidades, mas também de apontar a necessidade de reformulação de processos e procedimentos. Ou seja, se supera a busca por irregularidades (efeito) e se aplicam esforços para a correção de inconsistências (causa). Assim, a PCI abandona a ideia de controle como um fim em si mesmo, tornando-o uma ferramenta de aprendizado organizacional e de inovação administrativa, na medida em que possibilita a identificação de boas práticas na gestão.

A ênfase na perspectiva de aprendizado e crescimento, prevista no BSC, justifica-se pela própria natureza da universidade como espaço de produção e disseminação de conhecimento. No plano teórico, essa perspectiva enfatiza o desenvolvimento de competências, a valorização do capital humano e a criação de condições que favoreçam a inovação e a melhoria contínua. Essa dimensão assume especial relevância, uma vez que a instituição, ao lidar com a formação acadêmica, a pesquisa científica e a extensão universitária, depende do fortalecimento de sua comunidade interna para garantir resultados sustentáveis em conformidade com as normas.

Nesse sentido, a PCI passa a ser compreendida como instrumento de estímulo ao desenvolvimento de capacidades administrativas e gerenciais, ao mesmo tempo em que promove uma cultura de responsabilidade compartilhada. O desafio de gerir uma universidade multicampi, inserida em diferentes contextos sociais e regionais da Amazônia, exige constante aprimoramento de competências.

Paralelamente, a concentração na perspectiva de processos internos revela-se igualmente estratégica. No plano teórico, essa dimensão do BSC busca assegurar a eficiência e a coerência dos fluxos organizacionais, garantindo que as operações realizadas estejam alinhadas com os objetivos estratégicos institucionais. No âmbito da UFPA, esse enfoque adquire contornos ainda mais relevantes, tendo em vista a necessidade de racionalizar procedimentos, reduzir burocracias desnecessárias e assegurar maior agilidade na execução de suas atividades.

Ao priorizar a dimensão dos processos internos, a PCI da UFPA reconhece que a qualidade das entregas institucionais depende, de forma direta, da solidez e da confiabilidade de seus fluxos internos. Nesse caso, deixa de se restringir à fiscalização a posteriori para assumir caráter preventivo e pedagógico, oferecendo subsídios para a correção tempestiva de distorções.

Essa abordagem contribui para o fortalecimento da governança universitária, uma vez que possibilita maior credibilidade e maior transparência perante a sociedade. Assim, o controle interno consolida-se em um mecanismo que favorece tanto a legitimidade social da instituição quanto sua capacidade de inovar em processos gerenciais.

Outro aspecto fundamental dessa política é o reconhecimento de que a administração pública brasileira passou por significativa transformação com a incorporação do modelo gerencial. Nesse cenário, a PCI da UFPA é pensada para superar a mera conformidade legal para se tornar um mecanismo de avaliação da efetividade das políticas implementadas para agregação de valor.

Trata-se de compreender que a PCI deve ser pautada por resultados verificáveis, mensurados a partir de indicadores objetivos, de modo a garantir que o investimento público seja convertido em benefícios efetivos para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.

Dessa forma, a Política de Controle Interno da UFPA, inserida no horizonte temporal do PDI 2026–2035, representa o compromisso com a gestão universitária. Esse propósito projeta a UFPA como instituição alinhada aos desafios contemporâneos da educação superior e da administração pública, consolidando-se como referência em boas práticas de gestão.

1.1.4.1. O que é a Política de Controle Interno?

De acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Controladoria-Geral da União (CGU), a política apresenta as diretrizes que orientam as atividades de controle interno, considerando o conjunto de regras, protocolos, conferências, procedimentos e trâmites (fluxos) de documentos, rotinas de sistemas informatizados e informações. Estas serão operacionalizadas pelo Gestor e servidores responsáveis pela execução das operações, capazes de mitigar os riscos, fornecendo segurança razoável para que os objetivos sejam atingidos, como por exemplo:

- 1) Dever de prestar contas;
- 2) Cumprimento às normas aplicáveis à administração pública federal;
- 3) Observância às recomendações dos órgãos de controle e auditoria interna;
- 4) Observância à integridade, transparência e controle social.

A PCI da UFPA terá como objetivo principal disseminar a prática do controle prévio e concomitante para assegurar a prevenção de irregularidades e a conscientização dos gestores sobre a importância de cumprir as normas e atingir as metas institucionais de forma eficiente e eficaz, minimizando a necessidade do controle subsequente. Ressalta-se que o controle prévio ou a priori é aquele exercido antes do início da prática, ou antes, da conclusão do ato administrativo; o controle concomitante é aquele exercido durante a execução do ato que permite verificar a regularidade da sua formação. E por fim, o controle subsequente ou a posteriori é aquele exercido após a conclusão do ato e que possibilita corrigir defeitos do ato.

1.1.4.2. As linhas de defesa na UFPA

A fiscalização da UFPA, no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais, é exercida em duas frentes, conforme estabelecido no art. 70 da Constituição Federal de 1988, pelo controle externo, a cargo do Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, além do controle social. Essa estrutura de fiscalização tripartite garante maior transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

1.1.4.2.1. Controle Social

Além do controle institucional, a atuação da sociedade civil, ou controle social, é fundamental para a integridade da gestão. Previsto no art. 74, § 2º da Constituição Federal de 1988, o controle social é exercido por meio do acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), ouvidorias, sindicatos, coletivos estudantis e demais instâncias que permitem à comunidade acadêmica e à sociedade fiscalizar e participar ativamente da gestão universitária.

1.1.4.2.2. Controle Externo

TCU O controle externo sobre a UFPA é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do TCU (art. 71 da CF/1988), órgão técnico responsável por analisar e julgar as contas dos gestores e fiscalizar a aplicação dos recursos federais, por meio de auditorias; inspeções; recomendações e determinações que visam corrigir inconsistências e aprimorar a gestão, orientando tecnicamente a atuação da Auditoria Interna (AUDIN), da Assessoria de Controle Interno (ACI) e das unidades executoras, incrementando a capacidade de auto supervisão da universidade.

1.1.4.2.3. Controle interno

CGU O sistema de controle interno, de acordo com o art. 74 da Constituição Federal, deve ser mantido com a finalidade, entre outras, de avaliar a execução dos gastos públicos, tanto no que se refere à legalidade, quanto em relação à eficácia e à eficiência da gestão pública. A CGU atua como órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal. A CGU fiscaliza a execução orçamentária, promove auditorias, e orienta tecnicamente a atuação da AUDIN, da ACI e das unidades executoras, aprimorando a capacidade de auto supervisão da Universidade. De acordo com a Instrução Normativa MP/CGU nº 01/2016, a implementação dos controles internos deverá ocorrer com a estruturação de um modelo de governança constituído por meio das seguintes linhas de atuação: primeira linha; segunda linha e terceira linha.

1.1.4.2.3.1. Controle Interno: Linhas de Defesa

No âmbito da UFPA, a estrutura de controle interno se organiza em múltiplas linhas de defesa, conforme boas práticas internacionais e a **Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016**. Essa abordagem colaborativa e progressiva fortalece a governança e a integridade.

- **Primeira linha:**

Gestão: composta por todos os gestores, servidores e colaboradores diretamente responsáveis pela execução das atividades da Universidade. Eles são os principais detentores dos riscos e os responsáveis diretos pela implementação dos controles internos em suas rotinas de trabalho (segregação de funções, a conciliação de registros e a manutenção de um ambiente de controle adequado).

- **Segunda linha:**

Unidades de Controle e Conformidade: atua como suporte técnico e camada de supervisão especializada. Na UFPA, esta linha é representada pela ACI, pelos comitês e instâncias de governança (conforme IN MP/CGU 01/2016). A ACI, de modo geral, compete:

- Prestar assessoramento à Reitoria e às unidades da UFPA no atendimento às demandas de controle interno e externo;
- Auxilia na formulação de respostas a diligências, recomendações e determinações da CGU e do TCU;
- Apoio aos fiscais de contrato na prevenção de riscos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021;
- Acompanhamento e monitoramento do cumprimento das recomendações dos órgãos de controle;
- Emissão de pareceres sobre matérias de sua competência; e

- Proposta de recomendações de melhoria dos controles internos administrativos.
- **Terceira linha:**

Auditoria Interna (AUDIN): atua de forma independente e objetiva. Vinculada ao Conselho Universitário (CONSUN), a AUDIN avalia a eficácia e a adequação dos controles internos, além de apoiar as atividades de controle externo. É de atribuição desta unidade:

- A realização de auditorias, consultorias e avaliações sobre a conformidade, eficiência, eficácia e economicidade dos processos institucionais;
- Identificação e avaliação de riscos de fraude, impropriedades ou ilegalidades;
- Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), que vai nortear as ações de auditoria no decorrer do ano;
- Elaboração do Relatório Anual de Atividades (RAINT);
- Monitoramento de recomendações próprias e dos órgãos de controle; e
- Emissão de pareceres sobre a prestação de contas e sobre tomadas de contas especiais.

Responsabilidades Compartilhadas:

- Quanto às responsabilidades compartilhadas entre ACI e AUDIN, deve-se esclarecer que estas unidades possuem a incumbência de atuar de forma integrada e complementar, com cooperação técnica, fortalecendo a gestão de riscos, integridade, a governança institucional, com o compromisso de zelar pelo alinhamento das ações de controle com os objetivos estratégicos da UFPA e a priorização de adoção de métodos eficazes de monitoramento e avaliação das atividades de controle.

Independência e Segregação de Funções:

- Para que se possa alcançar eficácia quanto ao assessoramento e avaliação das atividades de controle interno, os auditores e assessores de controle devem declarar e evitar situações de conflito de interesses, assim como evitar a participação em atividades que posteriormente possam ser objeto de sua própria avaliação.
- Nesse sentido, os integrantes da ACI não podem exercer funções de corregedoria, correição ou ouvidoria, nem atuar em comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares. De igual forma, os servidores que compõem a AUDIN não devem assumir funções próprias da gestão, preservando sua independência.
- **“Quarta linha”:**

Controle Externo e Controle Social

- Compreende o nível mais elevado de fiscalização, atuando de forma independente e com autoridade legal. A inclusão do controle externo (TCU) e do controle social como

uma "quarta linha" de defesa reforça a visão de que a accountability e a legitimidade da gestão universitária são construídas e validadas por um ecossistema completo de fiscalização, que vai além das fronteiras internas da instituição.

Figura 7 - Linhas de defesa na UFPA



Fonte: Elaboração própria.

1.1.4.2.4. Ferramenta de autoavaliação da PCI

A atuação integrada entre gestão, ACI, AUDIN, órgãos de controle e sociedade fortalece a governança, amplia a transparência e reduz riscos de irregularidades. Esse modelo interconectado permite não apenas identificar e corrigir deficiências, mas também promover uma cultura de responsabilidade, transparência e melhoria contínua, alinhando a Universidade às boas práticas e aos referenciais internacionais como, por exemplo, o modelo difundido de trabalho proposto pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO II), o qual é composto por oito componentes de avaliação de controles internos, e que leva em consideração o gerenciamento de riscos nas organizações (identificação, avaliação e resposta a riscos).

O COSO II estabelece uma estrutura de controles internos e ferramentas para as instituições avaliarem seus controles, conforme figura a seguir:

Figura 8 - Estrutura de controles internos



Fonte: AUDIBRA (2007).

Deste modo, a atuação integrada entre as linhas de defesa com a utilização de metodologias e ferramentas de trabalho podem, no contexto organizacional desta Universidade, fortalecer a governança, ampliar a transparência e reduzir os riscos de irregularidades.

1.1.4.3. A implementação da política de controle interno nas unidades administrativas e acadêmicas

É de responsabilidade das unidades que compõem a estrutura organizacional implementar e fortalecer os controles internos, que devem ser integrados às atividades, ações, planos, sistemas, recursos e políticas da UFPA. Tudo isso ligado aos gestores, servidores e colaboradores que exercem atividades na Universidade. Nesse sentido, ressalta-se a importância da responsabilidade comum de toda a comunidade universitária.

Desse modo, as unidades devem definir a operacionalização dos controles internos da gestão, considerando os riscos internos e externos (que se pode gerenciar), levando em conta a mitigação da ocorrência de riscos ou impactos sobre os objetivos da UFPA. A implementação desses controles deve ter efetividade relacionando-se à natureza, à complexidade, ao grau de importância e aos riscos dos processos de trabalho das unidades.

Para a efetiva implementação da PCI, é necessário a realização de encontros, fóruns, seminários, promovidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), para discussão sobre ações que podem ser adotadas pelas unidades, conforme suas especificidades. Essas ações devem ser voltadas para resoluções de problemas, a exemplo de situações relacionadas às temáticas pessoal, orçamento e finanças, patrimônio, governança etc. Ressalta-se que elas devem estar alinhadas aos indicadores de desempenho e objetivos estratégicos da UFPA.

Assim, a Administração Superior deve dar as condições necessárias para que os procedimentos efetivos de controles internos integrem às práticas de gestão de riscos. A implementação desta Política nas unidades deverá ser monitorada, de modo conjunto, pelo CGRC e ACI, e avaliada pela AUDIN.

1.1.4.3.1. Os efeitos que a Política de Controle Interno visa evitar

A responsabilização constitui eixo fundamental da Política de Controle Interno da UFPA, em conformidade com o art. 70 da Constituição Federal e com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016. Trata-se da obrigação de gestores, servidores e colaboradores assumirem as consequências de seus atos e decisões, prestando contas à sociedade e aos órgãos de controle, com base nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, ética e integridade.

As condutas que não estejam alinhadas à legislação vigente, aos normativos internos da UFPA e a esta Política podem resultar na necessidade de análise quanto às responsabilidades envolvidas, considerando-se diferentes esferas de responsabilização, de forma cumulativa ou não:

- Responsabilidade Administrativa: aplicação de sanções disciplinares, nos termos da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União), das orientações e instruções normativas do órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (CGU) e dos regulamentos internos da UFPA.
- Responsabilidade Civil: Dever de ressarcir o erário por atos que resultem em dano patrimonial à UFPA ou à União.
- Responsabilidade Penal: encaminhamento para investigação de condutas que configurem crimes contra a Administração Pública ou outros delitos tipificados na legislação penal.
- Responsabilidade por Improbidade Administrativa: ações judiciais por atos que atentem contra os princípios da administração pública, causem enriquecimento ilícito ou gerem prejuízo ao erário, conforme a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021.

A UFPA utilizará os seguintes mecanismos para a apuração e aplicação da responsabilidade:

- Atuação da Ouvidoria: servirá como canal essencial para o recebimento de denúncias, reclamações e manifestações da comunidade, contribuindo para a identificação de irregularidades e a apuração de responsabilidades.
- Instauração de Procedimentos Correicionais: Conduzidos pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD), Comissão Permanente de Apuração de Irregularidades das Empresas (CPAIE) e outras comissões designadas, garantindo-se sempre o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

- **Adoção de Medidas Corretivas e Sanções:** Implementação de ações corretivas para sanar as deficiências identificadas e aplicação de sanções administrativas proporcionais à gravidade da infração, buscando sempre o caráter pedagógico e preventivo.
- **Encaminhamento às Instâncias Externas:** Quando cabível, as apurações serão comunicadas ou encaminhadas aos órgãos de controle externo (TCU, Ministério Público, Advocacia-Geral da União - AGU) para as providências de sua competência.

A responsabilização não se restringe a penalidades, mas também promove accountability positiva, isto é, promover a responsabilidade e comprometimento de forma construtiva e pedagógica, em vez de somente punitiva, o qual se busca entender por que as coisas deram errado, e não apenas quem é o culpado. Dessa forma, a UFPA estimula a cultura de integridade, reconhece boas práticas e reforça a confiança da sociedade.



1.1.5 POLÍTICA DE GESTÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

1.1.5. Política de Gestão de Projetos Estratégicos

O cenário contemporâneo das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é marcado por crescente complexidade organizacional, exigências regulatórias, expansão de demandas acadêmicas, restrições orçamentárias e necessidade de inovação. Nesse contexto, a adoção de práticas de Gestão de Projetos e a constituição de um Portfólio de Iniciativas Estratégicas tornam-se instrumentos indispensáveis para viabilizar o alinhamento institucional, otimizar recursos e garantir entregas de valor para a sociedade.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), a fundamentação teórica do planejamento estratégico encontra-se no ciclo PDCA (Plan - Planejar, Do - Executar, Check - Verificar, Act - Agir), que é uma metodologia de melhoria contínua que fundamenta todo o processo de gestão. No âmbito da UFPA, o PDCA garante que o planejamento estratégico não se limite a um documento formal, mas se traduza em práticas sistemáticas de gestão e aprendizagem organizacional. Através do ciclo, identificamos a importância das iniciativas estratégicas no alcance dos objetivos institucionais:

P – Planejar/ Plan: definição de objetivos, metas e indicadores estratégicos, e definição das iniciativas (programas e projetos) alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

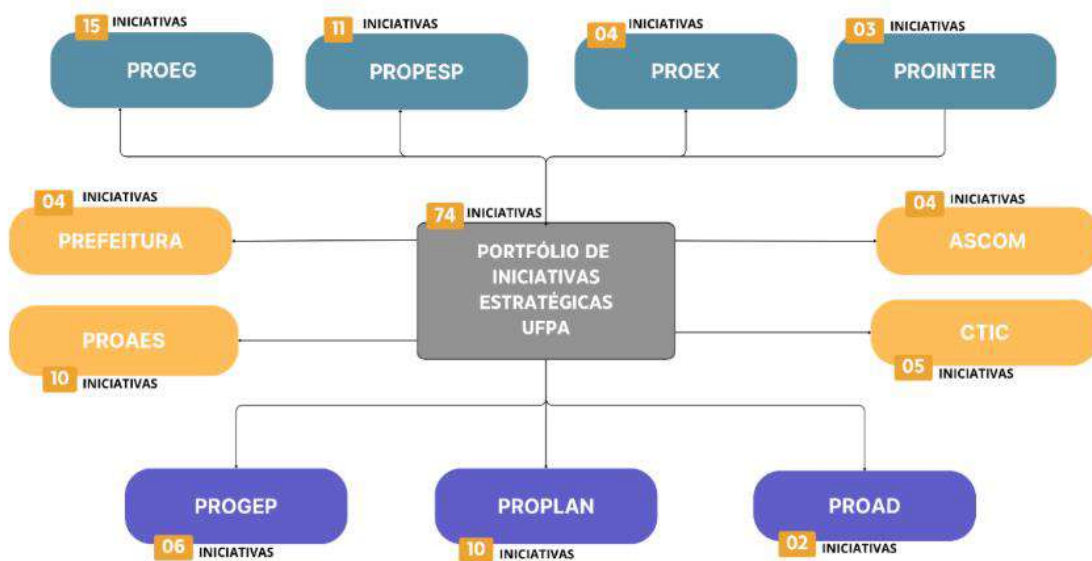
D – Executar/ Do: implementação das iniciativas com base em cronogramas, ações, responsáveis e recursos previamente estabelecidos.

C – Verificar/ Check: monitoramento contínuo por meio de indicadores de desempenho, relatórios de acompanhamento e avaliação de impacto. Periodicamente, os resultados são avaliados através das Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE).

A – Agir/ Act: revisão dos processos, correção de desvios e atualização do portfólio, reforçando a lógica da melhoria contínua.

No contexto do PDI 2016 a 2025, a Universidade Federal do Pará (UFPA) identificou a existência de 74 Iniciativas Estratégicas distribuídas sob a responsabilidade das 11 unidades estratégicas da UFPA. Este portfólio foi criado não apenas para identificar as ações estratégicas de maior impacto e relevância para o alcance dos 20 objetivos estratégicos definidos no PDI, mas também com o intuito de estimular a cultura de resultados na instituição, tornando mais simples o monitoramento da estratégia, e clara a contribuição de cada iniciativa para os resultados colhidos pelos indicadores estratégicos.

Figura 9: Portfólio de Iniciativas Estratégicas da UFPA (PDI 2016-2025)



Fonte: Elaboração própria.

É oportuno ter em mente que uma organização pode possuir diversas iniciativas. Contudo, no plano estratégico, devem constar apenas as que viabilizam diretamente o alcance dos objetivos estratégicos. Segundo a metodologia do *Balanced Scorecard (BSC)*, adotado pela UFPA para elaboração e comunicação deste PDI, para um gerenciamento eficaz devem ser priorizados projetos e programas estratégicos, distribuídos no horizonte de tempo do planejamento da organização.

1.1.5.1. Diretrizes gerais da gestão de projetos

1.1.5.1.1. Alinhamento Estratégico

A Gestão de Projetos da Universidade Federal do Pará deverá operar como instrumento estruturante de execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), assegurando que todas as iniciativas estratégicas estejam formal e materialmente vinculadas aos objetivos estratégicos, indicadores e metas institucionais estabelecidos para o ciclo vigente. A inclusão de qualquer projeto no Portfólio de Iniciativas Estratégicas dependerá de demonstração expressa de sua contribuição direta para o alcance de resultados estratégicos, vedada a classificação como projeto estratégico institucional sem a devida vinculação formal ao planejamento estratégico. O alinhamento deverá considerar, além da compatibilidade temática, a capacidade efetiva do projeto de impactar indicadores institucionais, fortalecer os eixos estruturantes da missão universitária e contribuir para a concretização da visão institucional de futuro. Essa diretriz assegura coerência entre formulação estratégica e execução administrativa, promovendo racionalidade decisória e foco em resultados.

1.1.5.1.2. Governança e Responsabilização

A gestão dos projetos estratégicos deverá observar modelo de governança institucional que assegure clareza de papéis, definição formal de responsabilidades e responsabilização objetiva pelos resultados alcançados. Cada iniciativa estratégica deverá possuir patrocinador institucional formalmente designado, responsável por garantir o suporte estratégico e institucional necessário à sua execução, bem como gerente ou responsável técnico incumbido da condução operacional do projeto. As unidades executoras deverão ser identificadas expressamente, com atribuições delimitadas e mecanismos de acompanhamento definidos. As decisões relacionadas à aprovação, priorização, replanejamento ou eventual descontinuidade de projetos deverão ser fundamentadas tecnicamente e registradas nos instrumentos formais de governança, garantindo transparência, rastreabilidade e legitimidade institucional. Essa diretriz fortalece o sistema de governança universitária e assegura que a condução das iniciativas estratégicas se dê de forma estruturada, responsável e alinhada ao interesse público.

1.1.5.1.3. Seleção, Priorização e Balanceamento do Portfólio

A constituição e manutenção do Portfólio de Iniciativas Estratégicas deverão observar critérios objetivos, previamente estabelecidos e amplamente divulgados no âmbito institucional, assegurando isonomia na análise das propostas apresentadas. A seleção e priorização das iniciativas deverão considerar, de forma integrada, o grau de impacto sobre os objetivos estratégicos, a contribuição para indicadores institucionais prioritários, a viabilidade técnica e operacional, a sustentabilidade orçamentária e financeira, o nível de risco associado e o potencial de geração de valor público. O portfólio deverá manter equilíbrio entre projetos estruturantes de longo prazo, iniciativas de inovação, ações regulatórias e intervenções necessárias ao aperfeiçoamento institucional, evitando concentração excessiva de recursos em áreas específicas ou dispersão de esforços estratégicos. Sempre que alterações no contexto externo, contingenciamentos orçamentários ou redefinições estratégicas assim o exigirem, poderão ser promovidos ajustes fundamentados no portfólio, garantindo sua atualização contínua e aderência à realidade institucional.

1.1.5.1.4. Planejamento Formal dos Projetos

Todo projeto estratégico deverá ser formalizado por meio de instrumento específico que contenha justificativa estratégica, objetivos claramente definidos, escopo delimitado, cronograma físico, estimativa orçamentária, identificação preliminar de riscos, indicadores de desempenho, entregas mensuráveis e designação de responsáveis. A formalização constitui requisito indispensável para inclusão e permanência no Portfólio Institucional, devendo observar princípios

de eficiência, economicidade, sustentabilidade e conformidade normativa. O planejamento deverá demonstrar viabilidade técnica e compatibilidade com o planejamento orçamentário anual e plurianual da Universidade, evitando a incorporação de iniciativas sem respaldo financeiro ou operacional adequado. Essa diretriz assegura padronização mínima de gestão, previsibilidade na execução e clareza quanto aos resultados esperados.

1.1.5.1.5. Execução e Gestão Operacional

A execução dos projetos estratégicos deverá observar rigorosamente o planejamento aprovado, garantindo conformidade com as normas legais, administrativas e orçamentárias aplicáveis à Administração Pública Federal. Os responsáveis pela condução dos projetos deverão assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, a adequada aplicação dos recursos públicos, o registro sistemático das atividades desenvolvidas e a comunicação transparente das entregas realizadas. Eventuais alterações de escopo, prazo ou orçamento deverão ser justificadas tecnicamente e submetidas à instância competente para deliberação, preservando o controle institucional e a integridade do planejamento estratégico. Essa diretriz visa assegurar disciplina administrativa, previsibilidade operacional e responsabilidade na gestão dos recursos institucionais.

1.1.5.1.6. Monitoramento, Avaliação e Controle

O monitoramento das iniciativas estratégicas deverá ocorrer de forma contínua, sistemática e orientada por indicadores de desempenho previamente definidos no ato de planejamento. Constituem instrumentos obrigatórios de acompanhamento os relatórios gerenciais periódicos, o controle físico-financeiro e as instâncias formais de avaliação estratégica estabelecidas pela governança institucional. A avaliação deverá contemplar não apenas a execução das atividades previstas, mas também a efetiva contribuição do projeto para o alcance dos objetivos estratégicos e metas institucionais. Desvios relevantes deverão ser identificados tempestivamente, com proposição de medidas corretivas ou replanejamentos adequados. Essa diretriz fortalece a cultura de gestão orientada a resultados e assegura tomada de decisão baseada em evidências.

1.1.5.1.7. Gestão de Riscos Integrada

Os projetos estratégicos deverão incorporar práticas sistemáticas de identificação, análise e tratamento de riscos, em consonância com a Política Institucional de Gestão de Riscos da Universidade. A avaliação de riscos deverá considerar eventos que possam comprometer prazos, recursos, entregas, conformidade normativa ou reputação institucional, sendo classificados quanto à probabilidade de ocorrência e ao impacto potencial. Para riscos considerados críticos deverão ser

definidos planos de mitigação ou contingência, acompanhados por monitoramento periódico e comunicação às instâncias de governança competentes. Essa diretriz assegura postura preventiva, reduz incertezas e fortalece a resiliência institucional.

1.1.5.1.8. Transparência e Prestação de Contas

A gestão das iniciativas estratégicas deverá observar princípios de transparência ativa e prestação de contas, assegurando ampla divulgação de informações relevantes sobre objetivos, escopo, entregas e resultados alcançados, respeitados os limites legais de sigilo. A Universidade deverá disponibilizar informações consolidadas sobre o Portfólio Estratégico, fortalecendo a confiança da comunidade acadêmica, da sociedade e dos órgãos de controle. A prestação de contas deverá evidenciar não apenas a execução orçamentária, mas também os benefícios institucionais gerados e os impactos sobre os indicadores estratégicos, promovendo accountability e legitimidade institucional.

1.1.5.1.9. Integração Orçamentária

A inclusão de iniciativas no Portfólio Estratégico estará condicionada à análise prévia de viabilidade financeira e compatibilidade com o planejamento orçamentário da Universidade. Os projetos deverão estar alinhados ao orçamento anual, ao plano plurianual e às diretrizes internas de alocação de recursos, assegurando coerência entre planejamento estratégico e execução financeira. A priorização orçamentária deverá refletir as escolhas estratégicas definidas no PDI, evitando dissociação entre intenção estratégica e capacidade real de implementação. Essa diretriz fortalece a responsabilidade fiscal e a racionalidade na aplicação de recursos públicos.

1.1.5.1.10. Avaliação de Resultados e Melhoria Contínua

Ao término de cada projeto estratégico deverá ser realizada avaliação formal de resultados, contemplando o cumprimento das entregas previstas, a contribuição para os indicadores estratégicos, a eficiência na utilização de recursos e os impactos institucionais e sociais produzidos. As lições aprendidas deverão ser registradas e incorporadas ao aprimoramento contínuo da metodologia institucional de gestão de projetos, fortalecendo a maturidade organizacional e a cultura de aprendizagem institucional. A presente Política e o Portfólio Estratégico deverão ser objeto de revisão periódica, especialmente em marcos intermediários do ciclo do PDI, assegurando atualização frente às transformações do contexto educacional, científico, tecnológico e orçamentário. Essa diretriz consolida a melhoria contínua como elemento permanente da governança institucional.

1.1.5.2. Metodologia para o Ciclo 2026-2035

A implementação das iniciativas estratégicas da instituição para os próximos anos configura-se como um desafio estruturante do novo ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), exigindo o fortalecimento progressivo das práticas de gestão e a consolidação de uma abordagem integrada baseada nos domínios de gestão propostos pelo PMI.

Neste ciclo, compreende-se que **iniciativas estratégicas** representam os principais esforços estruturados da instituição — organizados na forma de programas ou projetos — voltados à implementação da estratégia. Diferenciam-se das ações táticas e operacionais por promoverem mudanças relevantes, possuírem maior abrangência institucional e produzirem resultados capazes de impactar diretamente os indicadores estratégicos. No âmbito dessas iniciativas, destacam-se as **entregas estratégicas**, entendidas como produtos ou serviços concretos e mensuráveis através dos quais espera-se promover melhorias e inovações nos métodos de trabalho e, desta forma, gerar resultados que agregam valor à instituição e aos seus beneficiários.

Para que essa abordagem se consolide, a instituição assume o desafio de estruturar a gestão das iniciativas com base em cinco domínios fundamentais: alinhamento estratégico, governança, partes interessadas, gestão de riscos e gestão de valor.

Figura 10 – Domínios fundamentais para a gestão de iniciativas estratégicas



Fonte: Adaptado pelo autor com base em PMI (2017) / **Domínios de Gestão de Portfólio de Iniciativas**

No **alinhamento estratégico**, será essencial garantir que cada iniciativa e suas entregas estejam claramente conectadas aos objetivos institucionais de longo prazo, com mecanismos mais robustos de priorização, definição de indicadores e acompanhamento de resultados, direcionando esforços para aquilo que gera maior impacto. No campo da **governança**, o foco será fortalecer

processos de tomada de decisão, definição de papéis, monitoramento e prestação de contas, assegurando previsibilidade, transparência e consistência na execução. Em relação às **partes interessadas**, será necessário ampliar o engajamento por meio de práticas sistemáticas de comunicação, escuta e participação, favorecendo soluções mais aderentes às necessidades institucionais e sociais. A **gestão de riscos** deverá evoluir de forma transversal, com maior capacidade de identificar incertezas, analisar ameaças e oportunidades e definir respostas estruturadas que ampliem a adaptação e a resiliência institucional. Por fim, a **gestão de valor** orientará o fortalecimento de uma cultura voltada a benefícios e impactos, priorizando não apenas a execução das iniciativas, mas a geração de melhorias concretas, mensuráveis e sustentáveis.

Assim, a implementação da estratégia institucional no novo ciclo do PDI é compreendida como um processo evolutivo e contínuo, que demandará aprendizado e aprimoramento permanente das boas práticas de gestão em iniciativas estratégicas, com foco na geração de valor público e institucional ao longo dos próximos anos.

Figura 11 - Cadeia de Valor da Estratégia Institucional



Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, a articulação entre iniciativas estratégicas, entregas estratégicas e resultados institucionais consolida uma cadeia de valor que fortalece a capacidade institucional de promover transformações concretas e sustentáveis. Ao estruturar esforços por meio de programas, projetos e ações, materializar mudanças em produtos, serviços e inovações e mensurar seus efeitos por indicadores de impacto, benefícios e desempenho, a instituição amplia sua contribuição para o desenvolvimento regional. Esse movimento tende a gerar melhorias nos serviços ofertados, maior eficiência no uso de recursos, fortalecimento da inovação e ampliação do acesso a oportunidades.

1.1.6 POLÍTICA DE GESTÃO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS



1.1.6. Política de Gestão de Processos Organizacionais

Em um cenário de crescentes demandas por eficiência, transparência, inovação e geração de valor público por parte das universidades públicas, a organização das rotinas de trabalho constitui dimensão relevante para o fortalecimento da gestão acadêmica e administrativa. Para que a Universidade Federal do Pará — UFPA atenda à sua missão e avance na direção de sua visão de futuro estabelecida para o decênio 2026-2035, é importante que sua atuação seja apoiada por instrumentos que favoreçam a compreensão dos processos institucionais, a melhoria das atividades, a aprendizagem organizacional e a adaptação às mudanças.

Nesse contexto, a Gestão de Processos Organizacionais consolida-se como uma abordagem de apoio à governança universitária, à gestão do conhecimento e à melhoria contínua das rotinas institucionais. Mais do que produzir fluxogramas ou documentos procedimentais, a gestão de processos busca contribuir para que as unidades compreendam melhor seus fluxos de trabalho, identifiquem oportunidades de simplificação, fortaleçam a comunicação entre áreas, preservem a memória institucional e desenvolvam soluções mais adequadas às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade amazônica.

A trajetória da Gestão de Processos Organizacionais na UFPA durante o ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025 representa um período de aprendizado fundamental e de sistematização de práticas. O ponto de partida foi o objetivo estratégico "Melhorar e fortalecer a governança dos processos internos", que estabeleceu como meta o aprimoramento de 100% dos processos prioritários da instituição até 2025, mensurado pelo indicador "% de processos críticos redesenhados" que posteriormente teve a nomenclatura atualizada para "Processos prioritários melhorados e publicados".

Para concretizar essa diretriz, a Universidade empreendeu uma série de ações estruturantes que marcaram a institucionalização da área. O primeiro passo foi a criação de uma comissão de estudos em 2017, cujos trabalhos culminaram, em 2018, no início das atividades da Coordenadoria de Gestão de Processos, vinculada à Diretoria de Gestão Estratégica (DIGEST) da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN). Essa estrutura foi responsável por desenvolver e disseminar a metodologia institucional, formalizada através de marcos importantes como o lançamento da primeira versão do Manual de Gestão de Processos Organizacionais em 2019 e a criação do Portal de Gestão de Processos em 2020, que se tornou o repositório oficial dos mapeamentos e materiais de orientação da UFPA.

A principal estratégia de implementação adotada foi a realização dos "Ciclos de Mapeamento de Processos Organizacionais" (CIMAPROs), projetos com duração definida que reúnem equipes das unidades responsáveis para mapear e propor melhorias em um conjunto de processos

prioritários, com apoio metodológico da PROPLAN. Entre 2020 e 2025, foram conduzidos seis ciclos, resultando no mapeamento e melhoria de dezenas de processos estratégicos em áreas finalísticas (ensino, pesquisa e extensão) e de apoio (administração, gestão de pessoas, planejamento).

A experiência acumulada ao longo desses ciclos evidenciou um processo de amadurecimento institucional. A jornada para alcançar a meta quantitativa de 100% revelou-se ambiciosa e demonstrou que o valor da Gestão de Processos reside menos na quantidade de fluxogramas desenhados e mais na qualidade das melhorias implementadas. Essa percepção levou a ajustes estratégicos, como a revisão geral e otimização da lista de processos prioritários em 2023, e pavimentou o caminho para uma evolução metodológica no novo ciclo de planejamento.

E para além do foco nos processos listados como prioritários, a estratégia adotada no decênio 2016-2025 também se dedicou a disseminar a cultura da gestão de processos por toda a instituição. Essa abordagem visou consolidar a metodologia como uma ferramenta de apoio à gestão cotidiana e à otimização das atividades contínuas, independentemente de sua priorização estratégica. A PROPLAN, por meio da Coordenadoria de Gestão de Processos, ofereceu suporte metodológico, capacitações e orientação para que diversas unidades acadêmicas e administrativas pudessem, de forma autônoma, mapear e aprimorar seus próprios fluxos de trabalho.

1.1.6.1. Diretrizes gerais da gestão de processos

1.1.6.1.1. Eficiência, simplificação e geração de valor público

A gestão de processos deverá contribuir para a racionalização das rotinas de trabalho, a redução de retrabalho, a otimização do uso de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços institucionais. A eficiência deve ser compreendida de forma integrada à efetividade, à economicidade, à conformidade normativa e à geração de valor público. Assim, os processos devem ser analisados com foco em benefícios concretos para discentes, docentes, técnicos-administrativos, usuários externos e sociedade, sem perder de vista a missão institucional da Universidade e a melhoria dos resultados entregues pela gestão acadêmica e administrativa.

1.1.6.1.2. Transparência e publicidade

A transparência e a publicidade orientam a disponibilização de informações que favoreçam a compreensão das rotinas institucionais, das etapas gerais de trabalho, dos atores envolvidos e dos requisitos mais relevantes para a execução das atividades. Os materiais produzidos no âmbito da gestão de processos devem ampliar o acesso à informação, reduzir dúvidas recorrentes e apoiar a comunicação institucional. Sua divulgação, quando pertinente, deve respeitar a natureza

orientativa dos fluxos mapeados, evitando interpretá-los como normas rígidas ou documentos exaustivos de cumprimento obrigatório institucional.

1.1.6.1.3. Gestão do conhecimento e memória institucional

A gestão de processos deverá apoiar a organização, o registro e a disseminação do conhecimento sobre as rotinas institucionais, contribuindo para preservar a memória organizacional e reduzir a dependência de conhecimentos informais ou concentrados em pessoas específicas. Fluxogramas, POPs, guias e demais materiais devem funcionar como referências de apoio à execução das atividades, à capacitação de equipes e à continuidade administrativa. Considerando a complexidade e a constante mudança das atividades universitárias, esses registros poderão demandar atualização e adaptação pelas unidades responsáveis.

1.1.6.1.4. Melhoria contínua e inovação em processos

A melhoria contínua e a inovação em processos reconhecem que as rotinas institucionais são dinâmicas e passíveis de aperfeiçoamento diante de novas necessidades, dificuldades, aprendizados e oportunidades. A gestão de processos deverá estimular a análise crítica das atividades, a incorporação de boas práticas, a revisão de formas de trabalho e a busca por soluções que simplifiquem procedimentos, reduzam gargalos, melhorem resultados e ampliem a capacidade de adaptação da Universidade. Essas melhorias poderão ocorrer de forma gradual e adaptativa, independentemente de novo mapeamento formal ou redesenho completo.

1.1.6.1.5. Foco no usuário

O foco no usuário estabelece que os processos organizacionais devem ser analisados e aprimorados a partir da perspectiva daqueles que utilizam os serviços institucionais. A simplificação das rotinas deve considerar não apenas a redução de prazos, mas também a clareza das informações, a facilidade de compreensão, a acessibilidade e a eliminação de exigências desnecessárias. A experiência de discentes, docentes, técnicos-administrativos e usuários externos deve orientar a busca por serviços mais simples, compreensíveis, efetivos e adequados às necessidades institucionais e à diversidade de públicos atendidos.

1.1.6.1.6. Alinhamento estratégico e visão sistêmica

A gestão de processos deverá considerar sua vinculação ao PDI 2026-2035 e sua contribuição para os objetivos estratégicos institucionais. A priorização e a análise de processos devem observar, sempre que possível, a Cadeia de Valor da UFPA, as interfaces entre unidades, os impactos sobre usuários e a articulação entre macroprocessos finalísticos, de gestão e de

suporte. Essa perspectiva sistêmica deve favorecer a integração institucional e a compreensão dos efeitos entre áreas, sem impedir abordagens setoriais quando forem mais viáveis, oportunas ou adequadas à realidade analisada pelas equipes envolvidas.

1.1.6.1.7. Caráter orientativo, flexibilidade e adaptabilidade

A metodologia de gestão de processos deverá funcionar como referência de apoio à organização e à melhoria das atividades, sem impor modelo único ou inflexível às unidades. A padronização metodológica é desejável para favorecer consistência, comparabilidade, continuidade administrativa e linguagem comum, mas deve preservar flexibilidade para contemplar diferentes realidades, níveis de complexidade, capacidades operacionais e mudanças frequentes nas rotinas institucionais. Os fluxos mapeados devem ser entendidos como apoio à gestão e à aprendizagem, e não como instrumento de engessamento institucional.

1.1.6.1.8. Digitalização e transformação digital

A digitalização e a transformação digital constituem dimensões relevantes para a modernização da gestão universitária, contribuindo para simplificar rotinas, integrar informações, reduzir retrabalho e melhorar a experiência dos usuários. A gestão de processos poderá apoiar essas iniciativas ao favorecer a compreensão dos fluxos, a identificação de gargalos e a reflexão sobre melhorias. Sempre que pertinente, o mapeamento e a análise de processos poderão subsidiar automações, implantação de sistemas, integração de ferramentas digitais e revisão de práticas de trabalho, sem constituir etapa obrigatória para toda solução tecnológica.

1.1.6.1.9. Gestão baseada em evidências e análise de riscos

A gestão baseada em evidências e a análise de riscos deverão apoiar decisões relacionadas à priorização, análise e melhoria de processos, sempre que possível, com base em dados, indicadores, registros, escutas qualificadas e análises técnicas. O uso de evidências contribui para compreender gargalos, avaliar resultados e orientar ajustes nas rotinas institucionais. A consideração de riscos operacionais, estratégicos e regulatórios poderá auxiliar na identificação de fragilidades e na adoção de medidas proporcionais à realidade de cada processo e unidade envolvida, fortalecendo a segurança e a conformidade.

1.1.6.1.10. Capacitação e cultura de gestão por processos

A capacitação e a cultura de gestão por processos são fundamentais para ampliar a compreensão da metodologia e estimular sua aplicação pelas unidades acadêmicas e administrativas. A Universidade deverá promover ações de orientação, formação, troca de

experiências e disseminação de boas práticas, fortalecendo a autonomia das equipes e o aprendizado institucional. A consolidação dessa cultura depende do engajamento gradual das unidades e da compreensão da gestão de processos como instrumento de apoio, inovação, cooperação e melhoria das rotinas, e não como mecanismo de controle rígido ou auditoria.

1.1.6.2. Metodologia para o Ciclo 2026-2035

Com base no aprendizado do decênio anterior, a metodologia de Gestão de Processos Organizacionais para o ciclo 2026-2035 evolui de uma abordagem centrada predominantemente na documentação para uma perspectiva orientada à melhoria contínua, à inovação, à gestão do conhecimento, à aprendizagem institucional e à geração de valor público. A estratégia institucional buscará apoiar o mapeamento, a análise e a melhoria de processos prioritários, considerando a capacidade operacional disponível, as demandas estratégicas da Universidade, as necessidades das unidades acadêmicas e administrativas e a natureza dinâmica das rotinas institucionais.

A priorização dos processos deverá constituir instrumento dinâmico e estratégico, orientado pela contribuição dos processos para os objetivos do PDI 2026-2035, pela Cadeia de Valor da UFPA, pelas demandas institucionais e pela capacidade de gerar benefícios à comunidade acadêmica e à sociedade. A lista de processos prioritários poderá ser atualizada ao longo do ciclo, de acordo com mudanças estratégicas, normativas, tecnológicas ou operacionais. Sempre que pertinente, os processos priorizados poderão ser relacionados aos objetivos estratégicos para os quais mais contribuem, favorecendo a conexão entre planejamento e execução, sem desconsiderar a possibilidade de análises setoriais, ações pontuais de melhoria ou iniciativas demandadas pelas próprias unidades.

Para acompanhar a execução da metodologia, será adotado indicador relacionado aos processos prioritários mapeados e melhorados, voltado a mensurar as ações realizadas no âmbito da política institucional de gestão de processos. Esse indicador deverá contribuir para o acompanhamento dos avanços da metodologia, sem reduzir a gestão de processos à produção de fluxogramas ou POPs. Reconhece-se que a melhoria institucional também ocorre por meio de orientações, capacitações, disseminação de boas práticas, revisão de rotinas, apoio técnico às unidades, ações de inovação, melhorias incrementais e iniciativas de gestão do conhecimento.

Paralelamente às ações voltadas aos processos prioritários, o novo decênio dará continuidade à estratégia de disseminação da cultura de gestão de processos em toda a Universidade. Essa iniciativa se materializará por meio da oferta de capacitações, palestras, orientações técnicas e materiais de apoio, como manuais, guias rápidos e conteúdos de referência. A PROPLAN, por meio da Coordenadoria de Gestão de Processos, atuará prioritariamente como instância de apoio

metodológico, orientação técnica e estímulo à melhoria, auxiliando as unidades na compreensão e no aprimoramento de suas rotinas, sem substituir a autonomia e a responsabilidade das áreas pela condução de suas atividades.

A sustentabilidade da metodologia dependerá da consolidação gradual de práticas de acompanhamento, revisão, atualização e disseminação do conhecimento sobre os processos, observadas as capacidades institucionais e a dinâmica própria das unidades acadêmicas e administrativas. Desse modo, a Gestão de Processos Organizacionais, no PDI 2026-2035, afirma-se como instrumento de apoio à governança universitária, à aprendizagem institucional, à inovação e à melhoria das rotinas, contribuindo para que a UFPA fortaleça sua capacidade de adaptação, aprimore seus serviços e amplie a geração de valor público.

1.1.7 POLÍTICA DE GESTÃO PATRIMONIAL E DE MATERIAIS DE CONSUMO



1.1.7. Política de Gestão Patrimonial e de Materiais de Consumo

A gestão do patrimônio público é um instrumento essencial para garantir a eficiência administrativa, a transparência na aplicação dos recursos e a sustentabilidade das atividades desenvolvidas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Nesse contexto, a Política de Gestão de Materiais e de Patrimônio da UFPA, com vigência para o período de 2026 a 2035, busca alinhar-se às diretrizes legais e normativas vigentes, promovendo o uso racional, responsável e sustentável dos materiais de consumo, dos bens móveis e dos bens imóveis sob a guarda da Instituição.

Essa política está fundamentada em legislações e normativos que orientam a administração pública, como a Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o Decreto nº 9.373/2018 (desfazimento de bens móveis de forma ambientalmente adequada), além de instruções normativas da Controladoria-Geral da União, da Secretaria de Administração Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional e de outros marcos regulatórios que norteiam a correta aplicação de procedimentos contábeis, patrimoniais e de sustentabilidade.

A estrutura de gestão patrimonial da UFPA está centralizada na Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio (DAP), vinculada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD), responsável por coordenar as atividades de recebimento, registro, controle, movimentação, distribuição, desfazimento e preservação de bens e materiais, por meio de três coordenadorias integradas: Almoxarifado, Patrimônio Móvel e Patrimônio Imóvel. Essa integração assegura a padronização dos processos, a eficiência na gestão e a prestação de contas à sociedade, fortalecendo a governança institucional e a cultura de responsabilidade compartilhada.

A Coordenadoria de Almoxarifado exerce papel estratégico no controle de materiais de consumo da Universidade, coordenando as atividades do almoxarifado central e elaborando o catálogo de materiais, além de definir estoques mínimos, realizar inventários e orientar almoxarifados setoriais em todo o processo de gestão e prestação de contas. É também incumbida de receber, organizar, acondicionar e distribuir materiais para as unidades requisitantes, gerenciar procedimentos de logística reversa desde campanhas socioeducativas até o recolhimento pelo prestador responsável, capacitar servidores que atuam diretamente na guarda de materiais, auxiliar gestores em tomadas de decisão e atender usuários internos e externos com foco em eficiência e qualidade.

A Coordenadoria de Patrimônio Móvel responde pela administração dos bens móveis da UFPA, abrangendo desde o recebimento e a incorporação de materiais no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) até o tombamento, a emissão de termos de recebimento, transferência, doação ou cessão e a formalização de processos de pagamento.

Compete-lhe ainda o registro de doações e comodatos, a conferência permanente do inventário, a emissão de termos de responsabilidade, o recolhimento e a redistribuição de bens, além do envio de materiais para campi no interior e do suporte aos Coordenadores de Planejamento, Gestão e Avaliação (CPGAs). Essa atuação garante o controle patrimonial, a acuracidade das informações e a conformidade com as normas legais e institucionais.

No que se refere à Coordenadoria de Patrimônio Imóvel, a gestão é voltada para assegurar que os bens sob responsabilidade da UFPA cumpram sua função social, acadêmica e administrativa. Compete-lhe promover a gestão fundiária, tributária, financeira, contábil e jurídica do patrimônio imobiliário junto aos órgãos competentes; elaborar relatórios de prestação de contas; presidir e compor a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis; registrar e regularizar os imóveis da Universidade; acompanhar inventários físicos e financeiros anuais; e realizar avaliações periódicas e registros nos sistemas SPIUNET e SIAFI, inclusive em casos de desfazimento ou demolição.

A Política de Gestão de Materiais e Patrimônio da UFPA orienta-se por princípios que se aplicam de forma transversal às três coordenadorias: legalidade, garantindo a estrita observância da legislação e das normas internas; eficiência, ao promover a utilização racional dos recursos e a modernização tecnológica; sustentabilidade, priorizando o reaproveitamento e o desfazimento ambientalmente adequado; transparência, por meio da ampla disponibilização das informações patrimoniais; e responsabilidade compartilhada, ao estimular a cultura patrimonial e a participação integrada das unidades acadêmicas e administrativas. Dessa forma, a Política de Gestão de Materiais e de Patrimônio da UFPA constitui-se como um instrumento estratégico para fortalecer a governança institucional, aprimorar mecanismos de controle e fomentar práticas sustentáveis, contribuindo para a melhoria contínua da administração pública e para o cumprimento da missão universitária.

1.1.7.1. Gestão de materiais de consumo

A gestão de materiais de consumo da Universidade Federal do Pará (UFPA), está sob responsabilidade da Coordenadoria de Almoxarifado e abrange as atividades de recebimento, armazenamento, controle de estoque e distribuição de materiais às unidades acadêmicas e administrativas. Delineiam-se a seguir as principais diretrizes estratégicas que orientarão suas ações no período 2026–2035.

- **Modernização e inovação tecnológica:** implantar e manter um almoxarifado virtual que permita a gestão integrada de estoques, requisições, distribuição e logística reversa, garantindo rastreabilidade e informações em tempo real.

- **Padronização e eficiência operacional:** estabelecer procedimentos unificados para controle de estoques, recebimento, armazenamento, distribuição e inventário dos materiais de consumo, fortalecendo a governança e a prestação de contas.
- **Capacitação contínua dos servidores:** assegurar treinamento permanente das equipes que atuam nos almoxarifados central e setoriais, com foco em boas práticas de gestão, sustentabilidade e uso de sistemas digitais.
- **Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental:** implementar políticas de compras sustentáveis, otimizar o reaproveitamento de materiais, promover campanhas de logística reversa e reduzir desperdícios, alinhando-se às metas institucionais de sustentabilidade.
- **Logística reversa e reaproveitamento de insumos:** consolidar o programa institucional de logística reversa já em andamento para o reaproveitamento de toners e cartuchos de impressão, ampliando gradualmente a política para outros materiais passíveis de reutilização ou retorno ao ciclo produtivo, tais como pilhas e baterias, equipamentos de informática inservíveis (componentes, periféricos, cabos), lâmpadas fluorescentes/LED, embalagens plásticas.
- **Integração e transparência:** garantir que dados de estoque e movimentação de materiais sejam acessíveis às unidades acadêmicas e administrativas, fortalecendo a cultura de responsabilidade compartilhada.
- **Redistribuição e aproveitamento de estoques:** instituir e consolidar o programa “Transfere UFPA”, voltado à movimentação de materiais de consumo entre as unidades acadêmicas e administrativas, prevenindo a estagnação de estoques e assegurando o atendimento de demandas em toda a Universidade.

1.1.7.2. Gestão de bens móveis

A gestão de bens móveis da UFPA, incluindo recebimento, tombamento, distribuição, registro, transferência e controle patrimonial, garantindo a acuracidade do inventário e a eficiência na utilização dos recursos, está sob responsabilidade da Coordenadoria de Patrimônio Móvel e tem como principais diretrizes estratégicas que orientarão suas ações no período 2026–2035:

- **Modernização e integração tecnológica:** implantar e aprimorar o Sistema Integrado de Administração de Serviços (Siads), permitindo gestão patrimonial integrada, controle eficiente e informações em tempo real sobre localização, condição e movimentação dos bens.

- **Capacitação contínua dos servidores:** assegurar treinamento permanente das equipes que atuam na gestão de patrimônio móvel, por meio do programa “Capacita Patrimônio”, com foco em boas práticas, sustentabilidade e uso de sistemas digitais.
- **Governança patrimonial em rede:** estruturar e valorizar os agentes patrimoniais em cada unidade, promovendo corresponsabilidade e fortalecimento da cultura patrimonial.
- **Reaproveitamento e redistribuição interna de bens:** implementar e operacionalizar o sistema “Transfere UFPA”, estimulando a reutilização de bens móveis, a redução de desperdícios e o uso racional dos recursos públicos.
- **Integração entre sistemas e unidades:** promover comunicação fluida entre o Siads e o SIPAC, garantindo consistência de dados sobre localização, condição e histórico dos bens.
- **Gestão proativa de riscos patrimoniais:** identificar e mitigar riscos associados a perdas, danos ou desvalorização de bens móveis, incluindo auditorias internas, seguros e inventários periódicos.
- **Transparência e prestação de contas:** disponibilizar relatórios periódicos e painéis de acompanhamento público sobre a situação patrimonial, promovendo clareza e confiabilidade das informações.
- **Inovação e digitalização de processos:** estimular o uso de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e automação, para apoiar recebimento de doações, realização de inventário, manutenção preventiva e logística de redistribuição.
- **Sustentabilidade operacional e ambiental:** adotar práticas de economia circular, priorizando reparo, reutilização e descarte ambientalmente adequado de bens móveis, alinhando a gestão patrimonial às metas de sustentabilidade da UFPA.
- **Recolhimento bens inservíveis:** fortalecer e padronizar os fluxos de retirada e transporte dos bens inservíveis das unidades para os depósitos centrais da UFPA, garantindo maior celeridade na liberação de espaços físicos e na destinação adequada dos materiais.
- **Leilões patrimoniais:** ampliar a frequência e a agilidade na realização de leilões de bens inservíveis, acompanhando a evolução do credenciamento de leiloeiros — seja por contratação direta ou por futura centralização nacional.
- **Revisão e atualização normativa:** promover revisão contínua das normas, portarias e manuais internos de gestão patrimonial, assegurando alinhamento com a legislação federal, boas práticas de governança e inovações tecnológicas aplicáveis ao controle de bens móveis.

- **Política de renovação de bens móveis:** renovação do acervo patrimonial, priorizando equipamentos tecnológicos, veículos e mobiliário, para evitar obsolescência, preservar a eficiência operacional e garantir a modernização da infraestrutura universitária.
- **Facilitação de doações:** simplificar e agilizar o processo de recebimento de doações de modo a reduzir barreiras burocráticas e incentivar novas doações.

1.1.7.3. Gestão de bens imóveis

A gestão, regularização e valorização dos bens imóveis da UFPA, abrangendo aspectos fundiários, financeiros, contábeis e jurídicos, bem como a realização de inventários, avaliações e relatórios de prestação de contas, está sob responsabilidade da Coordenadoria de patrimônio imóvel e tem como principais diretrizes estratégicas que orientarão suas ações no período 2026–2035:

- **Gestão do conhecimento:** organizar sistematicamente informações sobre o patrimônio imobiliário, por meio de inventários, registros e manuais de procedimentos, fortalecendo o conhecimento institucional e padronizando práticas de controle.
- **Gestão de riscos:** incorporar mecanismos de controle interno para prevenção de perdas e mitigação de riscos, incluindo monitoramento de tributos, regularização fundiária e prevenção de passivos relacionados à utilização inadequada ou perda de bens imóveis.
- **Governança participativa:** estruturar processos colaborativos e participação institucional, fortalecendo a integração da UFPA em redes de patrimônio público e promovendo o compartilhamento de boas práticas, procedimentos e metodologias para a gestão patrimonial.
- **Transparência e prestação de contas:** elaborar relatórios e demonstrativos periódicos sobre a gestão dos bens imóveis, promovendo controle social, clareza e confiabilidade das informações, em conformidade com a legislação vigente e recomendações do Tribunal de Contas da União.



1.1.8 POLÍTICA DE GESTÃO DE CONTRATAÇÕES

1.1.8. Política de Gestão das Contratações

As contratações públicas desempenham um papel estratégico fundamental na Universidade Federal do Pará (UFPA), assegurando os bens e serviços necessários para cumprir sua missão institucional. Para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026-2035, é crucial atualizar e reforçar a importância estratégica das compras e contratações, alinhando-as tanto à missão e aos valores da UFPA quanto às diretrizes nacionais de governança, sustentabilidade e inovação. Em âmbito federal, a governança das contratações deixou de ser vista apenas como um procedimento burocrático para se tornar instrumento de gestão estratégica, devendo incorporar princípios de planejamento, transparência, eficiência e promoção do desenvolvimento sustentável. Assim, a seção de contratações públicas do PDI deve evidenciar como a política de compras da UFPA contribui para os objetivos institucionais de excelência acadêmica e impacto social, além de atender às exigências de accountability perante órgãos de controle (TCU, CGU) e reguladores externos.

A UFPA, maior instituição de ensino superior da Amazônia, tem como missão produzir, socializar e transformar conhecimento para formar cidadãos capazes de construir uma sociedade inclusiva e sustentável. Esta missão vai além das atividades básicas (ensino, pesquisa, extensão) e permeia toda a gestão universitária. Nesse contexto, as contratações públicas deixam de ser apenas suporte administrativo e passam a ser um vetor estratégico crucial. Cada aquisição, serviço ou obra deve ser avaliada não só pela eficiência, mas principalmente por sua contribuição direta para uma universidade e uma sociedade mais justas, sustentáveis e inovadoras.

A localização e a missão da UFPA conferem-lhe uma responsabilidade socioambiental intrínseca, já enraizada nos PDIs anteriores que visavam "propor alternativas tecnológicas, científicas e socioambientais para o desenvolvimento sustentável". O poder de compra da Universidade, materializado em seu orçamento, é um potente instrumento de política pública regional.

Cada aquisição, serviço ou obra deve ser avaliada não só pela eficiência, eficácia e efetividade, mas principalmente por sua contribuição direta para uma universidade e uma sociedade mais justas, sustentáveis e inovadoras, em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Nesse contexto, impulsionadas pelo novo marco legal de contratações públicas, Lei nº 14.133/2021, intitulada Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), as aquisições deixam de ser apenas suporte administrativo e passam a ser um vetor estratégico crucial.

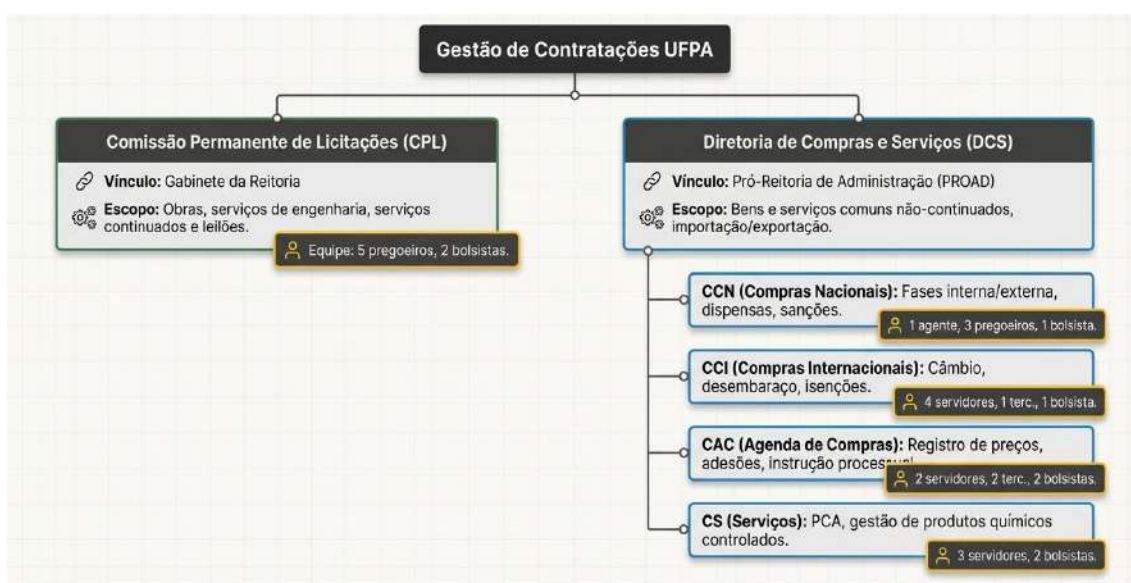
Paralelamente, as contratações devem estar em sintonia com políticas nacionais atuais. A NLLC estabelece objetivos amplos como a seleção da proposta mais vantajosa considerando o ciclo de

vida do objeto, o fomento à inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, entre outros. Diretrizes de governança editadas pelo Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) reforçam que a alta administração das instituições públicas deve implementar mecanismos de governança das compras, assegurando alinhamento ao planejamento estratégico, integridade, transparência e uso de tecnologias digitais.

Nesse contexto, a UFPA reconhece que cada processo de compra é uma oportunidade de impulsionar e direcionar suas políticas de sustentabilidade ambiental, inclusão social e inovação tecnológica, ao mesmo tempo em que aprimora a eficiência do gasto público. A Introdução desta política, portanto, destaca essa visão estratégica: contratações públicas devem ser tratadas como vetor de melhoria institucional contínua, apoiando a missão universitária de desenvolvimento da Amazônia de forma inclusiva e sustentável e respondendo às demandas contemporâneas de boa governança.

1.1.8.1. Estrutura atual da Gestão de Contratações da UFPA

Figura 12 – Estrutural atual da gestão de contratações da UFPA



Fonte: Elaboração própria

A UFPA conta com duas estruturas formais para condução de licitações: A Comissão Permanente de Licitações (CPL), vinculada ao Gabinete da Reitoria e a Diretoria de Compras e Serviços (DCS), ligada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

A CPL é responsável pela condução dos processos de Contratação de Serviços de Natureza Continuada, Obras e Serviços de Engenharia da UFPA. Sua estrutura conta com 5 (cinco) pregoeiros(as), servidores efetivos e 2 (dois) bolsistas. Com a promulgação da NLLC, a CPL vem se reorganizando para atender às novas demandas institucionais, que incluem procedimentos

auxiliares de serviços de natureza continuada, obras e serviços de engenharia, além da realização de desfazimentos por meio de leilões e do credenciamento de leiloeiros oficiais.

A DCS é responsável por coordenar os procedimentos administrativos e de controle para a contratação de bens e serviços comuns não-continuados, coordenar os procedimentos de exportação/importação para aquisição de bens e serviços no mercado internacional e gerenciar as demandas por adesões a atas de registros de preços, por meio de quatro coordenadorias: Coordenadoria de Compras Nacionais (CCN), Coordenadoria de Compras Internacionais (CCI), Coordenadoria de Agenda de Compras (CAC) e a Coordenadoria de Serviços (CS), além de contar com o apoio administrativo de uma secretaria.

A CCN, composta por 1 (um) agente de contratação, 1 (um) Bolsista e 3 (três) Pregoeiros, tem como atividades estratégicas organizar os procedimentos da fase interna e executar os da fase externa das licitações, além de realizar o registro de dispensas de licitação e inexigibilidade gerenciados pela PROAD; orientar as unidades na elaboração das especificações dos objetos e instrumentos de planejamento; coordenar, supervisionar e orientar a elaboração dos editais de licitação; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos, bem como, dos recursos das licitações realizadas, além de promover a abertura de processo sancionatório decorrente das licitações.

A CCI, composta por 4 (quatro) servidores, 1 (um) colaborador terceirizado e 1 (um) Bolsista, é responsável por realizar a contratação direta de bens e/ou serviços no mercado externo; realizar atividades de fechamento de câmbio; promover diligências nas solicitações de isenções dos impostos junto aos órgãos federais e estaduais; solicitar a nacionalização do material (desembaraço aduaneiro); executar o pagamento de faturas estrangeiras para publicação em revistas e periódicos internacionais, além de coordenar o recebimento de recursos financeiros oriundos de acordos e projetos celebrados entre a UFPA e instituições estrangeiras.

A CAC, composta por 2 (dois) servidores, 2 (duas) colaboradoras terceirizadas e 2 (dois) bolsistas, é responsável pela instrução processual dos pregões do sistema de registro de preços, além de elaborar e gerenciar as atas desses registros, incluindo as adesões às atas de outros órgãos federais; planejar anualmente o período da agenda de compras de calendário; orientar e capacitar as unidades no que diz respeito às suas atividades; promover a abertura no sistema dos pregões da agenda de compras de calendário para as unidades e consolidar essas demandas, além de direcionar as unidades com vistas a promover medidas de caráter preventivo e corretivo inerentes às formalidades nos procedimentos de instrução, gerenciamento e/ou adesão à ata de registro de preços.

Por fim, a CS, composta por 3 (três) servidores e 2 (dois) bolsistas, tem como atividades estratégicas a elaboração, a revisão e o controle do Plano de Contratações Anual (PCA) da UFPA; a regulação e orientação acerca das atividades relativas ao PCA e o envio e acompanhamento dos empenhos de bens e serviços gerenciados pela PROAD. Além disso, é responsável também pela regulação e gestão das atividades com produtos químicos controlados e resíduos de laboratório no âmbito da UFPA.

Os processos de compra seguem a legislação federal, utilizando modalidades eletrônicas (pregão eletrônico, etc.) e plataformas governamentais como o Compras.gov (antigo Comprasnet) e o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Observa-se que a UFPA já elabora anualmente seu PCA, consolidando as necessidades de compras de bens, serviços e obras para o exercício seguinte. Essa iniciativa de planejamento preventivo demonstra alinhamento às boas práticas de gestão e ajuda a reduzir contratações emergenciais ou fragmentadas.

1.1.8.2. Desempenho e desafios

Embora haja esforços em curso, a UFPA – à semelhança de outras IFES – enfrenta desafios comuns na gestão de contratações. Levantamentos do TCU sugerem que a governança de contratações nas instituições públicas federais ainda está em nível intermediário de maturidade. Em 2021, o índice médio de governança e gestão de contratações (iGovContrat) apurado pelo TCU ficou em torno de 41%, bem abaixo do ideal. Esse indicador reflete aspectos como planejamento, competência da equipe, gestão de riscos e monitoramento de resultados. Presume-se que a UFPA se situe próxima a essa média, indicando margem considerável para aprimoramento na área. Ponto positivo é que em outras dimensões de gestão a UFPA obteve desempenho melhor (e.g., governança de TI em nível mais avançado), o que sinaliza potencial de aplicar as lições aprendidas nessas áreas também às compras. Por outro lado, a baixa maturidade relativa em contratações revela necessidades como: fortalecimento do planejamento integrado com o orçamento, melhoria na padronização de procedimentos, mais capacitação de servidores em licitações e maior controle sobre a execução contratual.

1.1.8.3. Achados de auditoria e boas práticas atuais

Relatórios de órgãos de controle têm apontado problemas recorrentes em compras públicas das universidades, como atrasos em licitações, utilização indevida de dispensas de licitação e falhas no acompanhamento de contratos de terceiros (por exemplo, serviços continuados). A UFPA não está imune a essas dificuldades, tendo suas contratações sujeitas a auditorias regulares da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). A Auditoria Interna da UFPA realiza fiscalizações periódicas – em 2023, por exemplo, auditores examinaram

desde concursos a gestão de contratos de serviços essenciais – e essas avaliações têm oferecido diagnósticos valiosos. Entre os pontos críticos comuns destacam-se: insuficiências no planejamento de compras (antes da implantação do PCA), especificações técnicas por vezes deficientes, e fragilidades na fiscalização de contratos de obras e serviços, que podem gerar riscos ao erário.

Em contrapartida, algumas boas práticas já adotadas na UFPA merecem nota: a crescente digitalização dos processos (eliminando papel e dando mais transparência), a elaboração do Plano de Contratações Anual alinhado as ferramentas de planejamento estratégico, contribuindo para a racionalização das contratações e para a diminuição do fracionamento de despesas, a adoção de atas de registro de preços compartilhadas com outras instituições para ganhar economia de escala (Agenda de Compras), e o cumprimento das cotas legais para micro e pequenas empresas em editais, fomentando participação de negócios locais. Esse diagnóstico inicial evidencia que, apesar de avanços, a UFPA precisa institucionalizar melhorias na política de contratações, de modo a alcançar um patamar de excelência alinhado tanto às normas nacionais quanto aos objetivos estratégicos do novo PDI.

1.1.8.4. Das Diretrizes Nacionais

Figura 13 – Bússola operacional das contratações



Fonte: Elaboração própria.

A política de contratações da UFPA deve observar rigorosamente as diretrizes nacionais vigentes, derivadas de leis, regulamentos e orientações dos órgãos centrais (AGU, TCU, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, entre outros). A seguir, resumem-se os principais referenciais a considerar:

- **Legislação Federal de Licitações e Contratos:** A Lei nº 14.133/2021 é o atual marco legal das licitações e contratos públicos, estabelecendo normas gerais para a Administração Pública. Ela prioriza a proposta mais vantajosa com base no ciclo de vida do objeto, o desenvolvimento nacional sustentável, a inovação, a simplificação de procedimentos e o fortalecimento da transparência, inclusive por meio do PNCP. A lei também torna obrigatórios o Plano de Contratações Anual (PCA) e a fase de planejamento da contratação, com estudos preliminares e gestão de riscos. Cabe destacar ainda que permanece vigente a Lei Complementar nº 123/2006, que assegura tratamento favorecido às Micro e Pequenas Empresas (ME/EPP), como licitações exclusivas até determinados limites e margem de preferência, diretriz reforçada pela nova Lei de Licitações.
- **Políticas e Normas de Governança em Contratações (MGI/ME):** Em consonância com a Lei nº 14.133/2021, o Poder Executivo federal editou a Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, aplicável aos órgãos da administração federal direta, autárquica e fundacional, como a UFPA. A norma estabelece princípios e mecanismos de governança das contratações públicas, integrando-os ao planejamento institucional. Entre suas diretrizes estão: promoção do desenvolvimento sustentável, tratamento favorecido a ME/EPP, integridade, alinhamento ao planejamento estratégico e orçamentário, incentivo à competitividade e à inovação, desburocratização com uso de tecnologia e linguagem simples, transparência e padronização quando vantajosa. A portaria também prevê instrumentos de governança, como o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), o Plano Anual de Contratações, políticas de estoques e compras compartilhadas, gestão por competências, interação com o mercado, gestão de riscos e diretrizes para gestão de contratos, os quais devem atuar de forma integrada e alinhada.
- **Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS):** Em âmbito federal, todos os órgãos devem manter um Plano de Logística Sustentável (PLS) atualizado, com ações voltadas à sustentabilidade nas rotinas de logística e compras, incluindo redução de impactos ambientais, consumo consciente e inclusão social nas contratações. A Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 determina que o PLS esteja vinculado ao planejamento estratégico institucional, com objetivos, indicadores e metas acompanhados periodicamente. Na UFPA, o PLS deve estar alinhado ao PDI, refletindo diretrizes de sustentabilidade e eficiência, além de servir de base para o Plano Anual de Contratações (PCA) e para os termos de referência de cada aquisição.
- **Plano de Contratações Anual:** Previsto na Lei 14.133/2021 e regulado pelo Decreto 10.947/2022, o PCA consolida todas as intenções de contratação para o ano seguinte,

devendo ser enviado ao Ministério responsável. Ele visa dar previsibilidade e racionalidade às compras, evitando improvisos. O PCA deve estar alinhado às diretrizes do PLS e ao planejamento estratégico da UFPA, além de subsidiar a proposta orçamentária anual. Órgãos federais já utilizam o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) – módulo do SIASG – para elaborar o PCA. A UFPA tem cumprido essa obrigação e busca aprimorá-la; por exemplo, desenvolveu um guia específico para orientar suas unidades na elaboração do PCA, incentivando contratações centralizadas e compartilhadas como forma de reduzir custos e aumentar a eficiência dos processos.

- **Orientações da Advocacia-Geral da União (AGU):** A AGU, por meio da Consultoria-Geral da União, edita Orientações Normativas que vinculam a Administração Federal na interpretação da Lei nº 14.133/2021, esclarecendo pontos e facilitando sua aplicação. A ON nº 69/2021, por exemplo, dispensa manifestação jurídica prévia em contratações diretas de pequeno valor, salvo exceções, tornando os processos mais ágeis. Outras ONs tratam de pagamento antecipado, contratação remanescente, diálogo competitivo e uso do PNCP para fins de publicidade. A UFPA deve acompanhar e incorporar essas orientações aos seus procedimentos internos, garantindo segurança jurídica e uniformidade nas contratações.
- **Diretrizes e Jurisprudência do TCU e CGU:** Os órgãos de controle interno e externo exercem papel relevante na orientação e avaliação das contratações públicas. O TCU publica acórdãos e materiais técnicos, como a 5ª edição do Manual de Licitações e Contratos (2023), que consolida jurisprudência e boas práticas conforme a Lei nº 14.133/2021, destacando a importância do planejamento e da gestão de riscos para evitar falhas e prejuízos. A CGU, por sua vez, reforça a necessidade de transparência e prestação de contas, exigindo a divulgação de Planos de Contratações, PLS e resultados das licitações em seus portais de transparência. A UFPA já atende amplamente à Lei de Acesso à Informação e busca aprimorar continuamente a transparência de seus dados de compras.

Em suma, as diretrizes nacionais que guiarão o aprimoramento do PDI na seção de contratações englobam cumprimento estrito da nova legislação, adoção dos instrumentos de governança (PLS, PCA, gestão de riscos, etc.), observância das orientações interpretativas da AGU e incorporação de boas práticas preconizadas pelo TCU, MGI e outras IFES. Esse arcabouço normativo assegura que a UFPA alinhe sua política de compras com os mais elevados padrões de legalidade, eficiência e responsabilidade socioambiental.

Figura 14 – Ecossistema de planejamento de contratações da UFPA



Fonte: Elaboração própria

1.1.8.5. Das Premissas

As premissas institucionais são os fundamentos e valores da UFPA que devem orientar toda a política de contratações, garantindo que o setor de compras atue como facilitador dos objetivos estratégicos do PDI 2026-2035. Dada a identidade e contexto da UFPA – uma universidade na Amazônia legal, comprometida com a sustentabilidade, a inclusão e a inovação –, as seguintes premissas se destacam:

- Compromisso com o Desenvolvimento Regional Sustentável: A UFPA, conforme expresso em seus PDIs anteriores, assume o compromisso de contribuir para o *desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Isso significa que as contratações devem considerar impactos regionais e ambientais. Sempre que possível, privilegiar soluções que beneficiem a economia local e respeitem o meio ambiente. Por exemplo, aquisições de bens e serviços

devem incentivar fornecedores da região Norte, desde que compatível com a legislação, fortalecendo cadeias produtivas amazônicas e reduzindo distâncias de transporte. Igualmente, as obras e serviços contratados precisam observar rigorosamente a legislação ambiental e as especificidades ecológicas locais (evitando, por exemplo, uso de madeira não certificada ou práticas nocivas aos ecossistemas sensíveis). Como premissa, toda contratação será planejada avaliando seu *impacto socioambiental*, alinhando-se às metas de sustentabilidade nacionais (ODS, Agenda 2030) e à responsabilidade socioambiental universitária.

- **Efetividade, Equidade e Responsabilidade Social:** A UFPA orienta suas contratações pelos princípios de equidade, inclusão social e integridade. Isso implica garantir igualdade de condições aos licitantes, estimular a participação de pequenos negócios e empreendimentos sociais e cumprir e ampliar, quando cabível, políticas de ações afirmativas nas compras: como a reserva de cotas, preferências para micro e pequenas empresas, cooperativas da agricultura familiar e empresas que promovam inclusão de pessoas com deficiência, conforme a legislação. Também envolve postura ética rigorosa, com combate à fraude e à corrupção, fortalecimento de controles internos e exigência de conduta responsável dos fornecedores. Assim, as contratações devem refletir o compromisso institucional com uma sociedade mais justa, inclusiva e responsável.
- **Inovação e Modernização Institucional:** A inovação é uma premissa transversal da UFPA e, nas contratações, manifesta-se em duas frentes: modernização dos processos de compra, com uso de tecnologias e metodologias que tornem as licitações mais ágeis e eficientes; e uso do poder de compra para estimular soluções inovadoras no mercado, inclusive por meio de programas de inovação, desafios tecnológicos e encomendas a empresas e startups. Essa abordagem exige maior interação prévia com o mercado, como consultas e pesquisas, para fomentar competição qualificada. Assim, a política de contratações deve atuar como instrumento de modernização institucional, ampliando a qualidade do gasto e o valor público gerado.
- **Alinhamento ao Planejamento Estratégico e Governança:** Por fim, como premissa orientadora geral, as contratações públicas devem estar intrinsecamente integradas ao planejamento estratégico da UFPA. Todo objeto a ser contratado – seja a construção de um prédio, a compra de livros ou a contratação de serviços terceirizados – deve ser justificado em termos de contribuição para os objetivos estratégicos do PDI. Essa vinculação já é exigida normativamente (vide Portaria SEGES/ME 8.678/2021, art. 9º) e precisa estar arraigada na cultura organizacional. A alta administração da UFPA assume a premissa de

incorporar as contratações na sua estrutura de governança, com participação ativa nos comitês de planejamento e decisões baseadas em evidências (dados de desempenho de contratos, relatórios de riscos, etc.). Isso garantirá que as compras sejam tratadas de forma estratégica nos fóruns de decisão, e não apenas operacional. Premissas correlatas são: *transparência total* nas ações de compra (publicação tempestiva de informações, prestação de contas clara à comunidade acadêmica) e *melhoria contínua* (uso de indicadores para avaliar e reajustar procedimentos, conforme detalhado adiante).

Em suma, as premissas institucionais conectam a seção de contratações do PDI com a identidade e os objetivos da UFPA. Elas asseguram que as propostas de melhoria não sejam meramente exigências legais, mas sim escolhas coerentes com os valores da universidade – sustentabilidade regional, equidade social, inovação e excelência em gestão.

1.1.8.6. Das Diretrizes Gerais

Com base nas premissas acima e no diagnóstico realizado, propõem-se as seguintes diretrizes gerais para orientar a política de contratações da UFPA no PDI 2026-2035. Institucionalizar as contratações públicas como ferramenta estratégica para o alcance da missão da UFPA, promovendo a eficiência, a sustentabilidade, a inovação e o desenvolvimento regional, em alinhamento com os princípios da governança e da transparência. Estas diretrizes funcionam como princípios operacionais claros, estruturando as ações e decisões no âmbito de licitações e contrato.

1.1.8.6.1. Elaboração de regulamentação interna

A Lei nº 14.133/2021 moderniza e torna mais transparente as contratações públicas, promovendo eficiência e combate à corrupção. Para a UFPA, sua adoção vai além de obrigação legal, representando oportunidade estratégica de aprimorar a gestão.

Embora estabeleça diretrizes gerais, a aplicação da lei na realidade universitária exige regulamentação interna própria, capaz de padronizar e orientar as contratações conforme as especificidades da instituição. É crucial que a UFPA elabore normas próprias que orientem e padronizem as ações de contratação em todas as suas unidades. Essa regulamentação interna servirá como um guia prático, adaptando as regras gerais da lei às particularidades da universidade. A criação de um regramento interno é fundamental por diversos motivos:

- **Segurança Jurídica:** Ao traduzir as diretrizes da Lei 14.133/2021 em procedimentos claros e específicos, a regulamentação interna oferece segurança jurídica aos gestores, fiscais de contratos e servidores envolvidos. Isso minimiza riscos de erros processuais e de responsabilização, permitindo que as decisões sejam tomadas com maior confiança e embasamento.

- **Padronização e Eficiência:** Um manual de procedimentos padroniza as rotinas e fluxos de trabalho, evitando a duplicidade de esforços e otimizando o tempo. Com regras claras, os processos de contratação se tornam mais ágeis e eficientes, garantindo que as aquisições e serviços essenciais para as atividades de ensino, pesquisa e extensão sejam realizados sem atrasos.
- **Transparência e Combate à Corrupção:** A regulamentação interna pode detalhar os mecanismos de controle e publicidade, indo além do que a lei exige e fortalecendo o compromisso da UFPA com a transparência. Procedimentos bem definidos dificultam a ocorrência de irregularidades e reforçam a integridade da instituição.
- **Capacitação e Conhecimento:** O processo de criação da regulamentação, por si só, já é uma oportunidade de capacitação para os servidores. Além disso, o documento final se torna uma ferramenta de treinamento contínuo, facilitando a disseminação do conhecimento sobre a Nova Lei de Licitações para toda a comunidade universitária.

Em resumo, a elaboração de uma regulamentação interna na UFPA não é um mero ato burocrático, mas uma ação estratégica e urgente. Ela é a chave para transformar os princípios da Lei 14.133/2021 em uma realidade operacional, garantindo que a Universidade possa atuar com mais eficiência, segurança e transparência na gestão de seus recursos, fortalecendo seu papel como uma das principais instituições de ensino superior do país.

1.1.8.6.2. Profissionalização e Capacitação Contínua

Investir no desenvolvimento de pessoas envolvidas nas contratações. A complexidade crescente das normas e a busca por excelência exigem uma equipe altamente qualificada e atualizada. Assim, a UFPA instituirá programas permanentes de capacitação em compras públicas: todos os servidores que atuam com licitações e contratos deverão passar por treinamento anual, cobrindo desde as atualizações legais (jurisprudência do TCU, novas ON da AGU) até boas práticas de planejamento e gestão de projetos. Conforme a Portaria SEGES 8.678/21, art. 14, é necessário assegurar perfis de competência adequados nos cargos-chave de compras e prever ações de desenvolvimento no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da instituição.

Novas designações para funções de pregoeiros e agentes de contratação, membros da equipe de planejamento das contratações, membros de comissão de licitação, gestores e fiscais de contratos por exemplo, devem considerar certificações ou formações específicas. Adicionalmente, fomentar a troca de experiências e conhecimento: participação da equipe em redes de compras governamentais, fóruns das IFES e criação de manuais internos de fácil acesso. A valorização dos

profissionais de compras – com reconhecimento do seu papel estratégico é diretriz essencial para construir uma área mais técnica e menos suscetível a erros.

1.1.8.6.3. Planejamento Estratégico e Integrado das Contratações

Garantir que o ciclo de contratações seja precedido de planejamento rigoroso e alinhado ao planejamento estratégico institucional. A UFPA deverá manter atualizado o Plano de Contratações Anual (PCA), integrando as necessidades de todas as unidades, e vinculá-lo tanto ao Plano Plurianual (PPA) federal quanto aos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de Gestão Orçamentária (PGO) e do Plano de Logística Sustentável (PLS). Nenhuma contratação importante deve ser iniciada sem Estudo Técnico Preliminar e gerenciamento de riscos adequadamente documentados, conforme exige a Lei 14.133. Além disso, as contratações plurianuais (ex: contratos de serviços continuados) precisam estar sincronizadas com a programação orçamentária de médio prazo. Essa diretriz visa evitar compras de última hora e alinhar recursos ao atendimento das metas institucionais.

No âmbito da implementação dessas diretrizes, destaca-se que sua materialização ocorrerá por meio de iniciativas estruturantes conduzidas pela Pró-Reitoria de Administração, especialmente o Projeto de Modernização das Contratações (PROAD-IEE-06/2026). O mencionado projeto integra o conjunto de iniciativas estratégicas voltadas ao fortalecimento da gestão das contratações na UFPA, promovendo o aprimoramento do planejamento institucional de demandas, a padronização de processos, a qualificação dos fluxos de trabalho e a consolidação de práticas de gestão orientadas por dados e resultados. Por meio dessas iniciativas, busca-se assegurar maior integração entre o planejamento institucional, a execução das contratações e os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), contribuindo para elevar a eficiência administrativa, a racionalidade no uso dos recursos públicos e a capacidade institucional de planejamento de longo prazo.

1.1.8.6.4. Governança e Compliance nas Contratações

Fortalecer a governança das compras, estabelecendo instâncias e processos de decisão claros. Prevê-se a criação de um Comitê de Governança das Contratações no âmbito da UFPA, integrado por membros da alta administração e áreas finalísticas, para supervisionar políticas de compras, prioridades e gerenciamento de riscos. Esse comitê zelarà pela conformidade legal (compliance), acompanhamento de indicadores e adoção das recomendações de auditoria. A diretriz inclui manter e aprimorar os controles internos: checklists de conformidade em cada licitação, participação da Assessoria Jurídica e da Auditoria Interna nas fases adequadas, e mecanismos de integridade (prevenção de fraude). Em linha com as normas da AGU, devem ser

observados entendimentos consolidados – por exemplo, simplificação de processos de pequeno valor conforme ON 69/2021 – para tornar a gestão mais eficiente sem perder segurança jurídica. Em suma, a tomada de decisão em contratações será colegiada, transparente e guiada por normas, mitigando riscos de irregularidades.

1.1.8.6.5. Transparência e Controle Social

Reforçar a transparência em todas as etapas das contratações públicas. A UFPA se compromete a publicar integralmente os avisos de licitação, resultados e extratos de contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em seu portal institucional, cumprindo a legislação e facilitando o acesso público às informações. Além do cumprimento legal, a diretriz é expandir a transparência ativa: desenvolver dashboards ou relatórios periódicos acessíveis à comunidade acadêmica e sociedade, mostrando volumes contratados, economia obtida em licitações, andamento de grandes contratos etc. Estimula-se também o controle social e a participação: por exemplo, divulgação de agendas de sessões públicas, possibilidade de envio de sugestões em minutas de editais (sobretudo em editais de grande vulto ou termos de referência padronizados), e canais para que usuários internos reportem a satisfação com serviços contratados. A transparência robusta atua não só como princípio, mas como ferramenta de gestão – aumenta a confiança e inibe práticas ilícitas.

1.1.8.6.6. Sustentabilidade nas Compras

Incorporar critérios de sustentabilidade ambiental e social de forma sistemática nas contratações, em consonância com a Política Nacional de Contratações Sustentáveis. A UFPA adotará o *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis* (CGU/AGU) como referência técnica e atualizará seu Plano de Logística Sustentável (PLS) com metas claras (vide seção de metas). Diretrizes específicas incluem: exigir nos editais, sempre que viável, critérios de sustentabilidade (ex.: produtos com certificação ambiental, requisitos de eficiência energética para equipamentos, serviços que adotem práticas de redução de resíduos); privilegiar soluções de menor impacto ambiental ao definir especificações técnicas; e fomentar a responsabilidade socioambiental dos fornecedores (cobrando cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, e prevendo cláusulas de sustentabilidade nos contratos). Outro aspecto é a logística sustentável interna – as áreas demandantes devem planejar aquisições considerando o consumo consciente (evitar compras excessivas, substituir materiais por alternativas ecológicas, etc.). Assim, as compras da UFPA contribuirão ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e meta governamental de compras públicas sustentáveis.

1.1.8.6.7. Desenvolvimento Regional e Inclusão de MPE

Orientar a política de contratações para impulsionar o desenvolvimento regional e a economia local, dentro dos parâmetros legais. Em licitações de bens e serviços comuns, a UFPA deverá, sempre que cabível, segmentar itens ou lotes de forma a viabilizar a participação de Micro e Pequenas Empresas (MPE) da região, atendendo ao tratamento favorecido previsto em lei. Poderá reservar cota de até 25% para MPE em grandes compras ou realizar licitações exclusivas para esses fornecedores em itens de menor valor, conforme LC 123/2006. Também se recomenda ampliar a divulgação de oportunidades de contrato junto a fornecedores sediados no Pará e na Amazônia, por meio de workshops, interação com associações comerciais locais e uso das prerrogativas legais de desenvolvimento regional (por exemplo, margem de preferência regional, se regulamentada para determinados produtos). Esta diretriz visa descentralizar o benefício das compras públicas, estimulando emprego e renda local, e garantindo maior diversidade de competidores nos certames. Cumpre ressaltar que o apoio a MPE e negócios regionais não conflita com o princípio da isonomia; ao contrário, trata-se de corrigir assimetrias de mercado e promover a justiça nas compras governamentais, alinhado tanto à legislação quanto à missão da UFPA na Amazônia.

1.1.8.6.8. Eficiência, Padronização e Colaboração nas Aquisições

Adotar medidas gerenciais para aumentar a eficiência dos processos licitatórios, reduzindo prazos, custos administrativos e aumentando a qualidade das contratações. Isso inclui a padronização de procedimentos e documentos: desenvolver modelos de editais, termos de referência e contratos uniformizados para os principais tipos de compra da UFPA, em conformidade com as minutas padrão da AGU e orientações do TCU. A padronização diminui erros e acelera a tramitação. Outra medida é a busca por compras compartilhadas e centralizadas: sempre que possível, a UFPA deve agregar demandas de diferentes unidades em um único processo (economia de escala) ou aderir a atas de registro de preços de outros órgãos/IFES quando vantajoso, conforme diretrizes federais.

A coordenação interna entre campi e setores na fase de planejamento é crucial para identificar necessidades comuns. Além disso, implementar controles periódicos para avaliar se há itens recorrentes que possam ser adquiridos de forma unificada. Em termos de eficiência contratual, a UFPA também incentivará modelos de contratação orientados a desempenho – p.ex., contratos de manutenção predial com nível de serviço (SLA) definido e pagamento variável conforme desempenho, permitido pela Lei 14.133. Em resumo, a diretriz é fazer mais com menos,

aperfeiçoando os processos internos e cooperando tanto internamente quanto com outras instituições para obter melhores resultados nas contratações.

1.1.8.6.9. Inovação e Tecnologia no Processo de Compras

Promover a digitalização completa e a inovação nos procedimentos de compra e gestão de contratos. A UFPA deve utilizar integralmente plataformas eletrônicas: desde a fase de planejamento (uso do PGC/SIASG para PCA) até a gestão contratual (módulos de acompanhamento de contratos, ordens de serviço eletrônicas, etc.). Todas as licitações serão preferencialmente eletrônicas, incluindo modalidades como concorrência, pregão e leilão, e o uso do PNCP e demais sistemas integradores será maximizado, conforme determinação legal. Busca-se implementar soluções de TI inovadoras, por exemplo: catálogos eletrônicos de itens para facilitar requisições internas; adoção de assinatura digital em todos os contratos; uso de sistemas de compras via registro de preços mais dinâmicos. Outra frente é explorar Big Data e Inteligência Artificial para auxiliar nas contratações – há soluções emergentes que ajudam a estimar preços de referência automaticamente, identificar riscos de conluio entre licitantes, ou sugerir melhorias em editais com base em dados históricos.

A UFPA, alinhada ao governo digital, deve avaliar e pilotar essas tecnologias. Ademais, a diretriz de inovação inclui capacitar a equipe para novas modalidades trazidas pela Lei 14.133: por exemplo, diálogo competitivo e parcerias de inovação (art. 20 da lei) para contratação de soluções inéditas. Orientação normativa recente já esclareceu questões operacionais do diálogo competitivo, abrindo caminho para seu uso seguro. Em síntese, a UFPA encarará a área de contratações como espaço para aplicação de tecnologia de ponta e práticas inovadoras, visando ganhar agilidade, reduzir burocracia e melhorar a qualidade das soluções contratadas.

1.1.8.6.10. Monitoramento de Desempenho e Melhoria Contínua

Implementar um conjunto de indicadores de desempenho para monitorar resultados das contratações e usar esses dados para retroalimentar melhorias. Essa diretriz prevê estabelecer métricas-chave (detalhadas na seção de indicadores) e criar rotina de acompanhamento, com relatórios trimestrais ou semestrais apresentados ao Comitê de Governança e à alta administração. Indicadores como economia obtida, percentual de compras sustentáveis, nível de satisfação dos usuários internos e desempenho de fornecedores serão acompanhados. Com base neles, a UFPA fará ajustes em políticas ou processos: por exemplo, se o indicador mostrar baixo percentual de execução do PCA, investigar causas (falta de planejamento nas unidades?) e tomar ações corretivas.

A busca da melhoria contínua envolve também a institucionalização de lições aprendidas a cada contratação relevante – realização de pós-contratos ou análises críticas ao final de projetos para registrar sucessos e falhas. Além disso, manter-se-á aberta a inovações futuras: revisar periodicamente estas diretrizes gerais ao longo da vigência do PDI, incorporando novos normativos ou práticas de mercado que surgirem até 2035. Assim, a gestão de contratações permanecerá dinâmica e adaptativa, sempre orientada para elevar a performance e o impacto positivo das compras na missão da UFPA.

No âmbito do monitoramento da eficiência dos processos de contratação, será acompanhada a taxa de eficiência temporal dos processos licitatórios, mensurada pelo percentual de processos homologados no prazo de até 90 dias em relação ao total de processos concluídos. Como meta institucional de melhoria contínua, busca-se ampliar progressivamente esse percentual, de modo a alcançar, até o ano de 2035, o patamar de 80% dos processos homologados dentro desse prazo. O acompanhamento sistemático desse indicador permitirá identificar gargalos processuais, avaliar a eficiência das etapas de planejamento e condução das licitações e orientar a implementação de melhorias nos fluxos administrativos, contribuindo para maior celeridade nas contratações sem comprometer a segurança jurídica e a qualidade das aquisições realizadas pela UFPA.

Estas diretrizes gerais formam um marco orientador para todas as decisões relativas a compras públicas na UFPA. Servirão de base para as propostas de objetivos, metas e indicadores apresentados a seguir, garantindo coerência e alinhamento com as melhores práticas e exigências legais. Cada diretriz está conectada a fundamentos normativos (como citado) e ao mesmo tempo direcionada às necessidades específicas e contexto da UFPA, o que facilitará sua aceitação institucional e efetiva implementação.



1.1.9 POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL

1.1.9. Política de Gestão Documental

A gestão de documentos é essencial para garantir transparência, memória institucional e acesso à informação. No Brasil, ela é definida como o conjunto de procedimentos que envolvem a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em suas fases corrente e intermediária, com vistas à eliminação ou preservação. Regulada pela Lei nº 8.159/1991, busca assegurar o uso adequado e seguro dos registros, otimizar recursos, racionalizar a produção documental, preservar os de valor permanente e eliminar de forma criteriosa os que perderam utilidade. Fundamenta-se no ciclo de vida dos documentos, acompanhando-os desde sua criação até a destinação final.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73), documento é a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”. Assim, livros, revistas, jornais, fotografias, filmes e outros materiais são considerados documentos, desde que tenham conteúdo estável, forma fixa e estejam registrados em um suporte. Entre eles, merecem destaque os documentos arquivísticos, definidos como “documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência” (CONARQ/CTDE, 2020, p. 24).

Nas instituições públicas, os documentos arquivísticos são resultado direto do exercício das funções administrativas e constituem elementos essenciais de prova e/ou de informação. Podem ser gerados em diferentes suportes e formatos, conforme as necessidades de cada atividade, como planilhas, imagens fixas ou em movimento, registros sonoros, mensagens de correio eletrônico, processos administrativos, bases de dados ou formulários preenchidos em sistemas informatizados, como os de execução financeira ou de gestão de pessoas.

A gestão documental na Universidade Federal do Pará é um componente essencial da governança universitária, responsável pela organização, controle e preservação dos documentos produzidos e recebidos. Alinhada às legislações vigentes, essa prática visa assegurar a autenticidade, integridade, acessibilidade e segurança da informação, além de garantir o cumprimento das funções institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

Como parte da Política de Gestão e Governança, apresentamos a seguir as Diretrizes Gerais para a Gestão Documental no âmbito da Universidade Federal do Pará.

1.1.9.1. Diretrizes para organização documental

A gestão documental compreende procedimentos técnicos relacionados à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos nas fases corrente e intermediária, com

vistas à eliminação ou à guarda permanente. Para garantir a efetividade desses processos, a UFPA integra o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA), vinculado ao Ministério da Educação (SUBSIGA/MEC), cujo órgão central é o Arquivo Nacional, conforme os Decretos nº 4.915/2003 e nº 10.148/2019.

Figura 15 - Procedimentos técnicos da gestão documental



Fonte: Elaboração própria.

Na UFPA é utilizado o Código de Classificação da atividade-meio e atividade-fim do Arquivo Nacional, na qual assegura a recuperação eficiente de documentos e o arquivamento adequado. Para isso, é necessário mapear sistematicamente o fluxo documental, desde sua origem até o arquivamento, garantindo o trâmite correto, otimizando o tempo de processamento e evitando encaminhamentos indevidos.

Em 30 de dezembro de 2021, a Universidade Federal do Pará (UFPA) publicou a Portaria GR nº 4458/2021, que regulamenta o uso do meio eletrônico para a produção e tramitação de processos administrativos no âmbito da instituição. O documento estabelece que o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) é a plataforma oficial para comunicações internas e cadastro de processos e documentos eletrônicos. O processo eletrônico é formado por documentos digitais ou digitalizados, que podem ser inseridos tanto no momento de sua abertura quanto ao longo da tramitação.

Os documentos digitais produzidos no SIPAC, assim como aqueles anexados em formato PDF sem assinatura manual, devem ser assinados eletronicamente pelo servidor responsável e passam a ter validade de documento original. Já os documentos digitalizados que possuam assinatura manual precisam ser conferidos com o original e, após a validação, assinados

eletronicamente pelo servidor que realizou a verificação, sendo considerados cópias autenticadas administrativamente. Quando não houver essa conferência, os documentos digitalizados terão apenas o valor de cópias simples. Caso haja questionamento quanto à integridade ou autenticidade de um documento digitalizado, mediante alegação fundamentada de possível adulteração, deverá ser solicitado o original para a verificação do documento contestado.

1.1.9.2. Diretrizes para avaliação e descarte de documentos

Quanto a avaliação de documentos arquivísticos, é considerada a etapa final da gestão de documentos, mas sua importância ressoa por todo o ciclo de vida documental. A avaliação determina não apenas o destino dos documentos, mas também o seu valor e função ao longo do tempo. A correta destinação documental, seja por meio da eliminação segura de documentos sem valor permanente ou do recolhimento daqueles com valor histórico, é um imperativo legal e um pilar para a eficiência administrativa, a segurança jurídica e a preservação da memória da nossa Universidade.

Todo e qualquer processo de destinação deve ser precedido por uma avaliação técnica, conduzida sob a orientação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) da UFPA. Esta avaliação é realizada com base nos seguintes instrumentos de gestão, de aplicação obrigatória:

- Para Documentos de Atividades-Meio (Administrativos): Deve-se utilizar o Código de Classificação de Documentos (CCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD) relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal.
- Para Documentos de Atividades-Fim (Acadêmicas): Deve-se utilizar o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Cabe ressaltar que é de responsabilidade de cada unidade classificar seus documentos correntes e intermediários de acordo com esses instrumentos, que definem os prazos de guarda e a destinação final. Para a eliminação de documentos que já cumpriram seus prazos de guarda e não possuem valor histórico há um procedimento legal estabelecido pelo Arquivo Nacional e seguido pelo Arquivo Central da UFPA com as seguintes etapas:

Figura 16 - Procedimentos para eliminação de documentos



Fonte: Elaboração própria.

Já os documentos avaliados com a destinação "Guarda Permanente" constituem o patrimônio arquivístico e a memória da UFPA. Após cumprirem seus prazos nas fases corrente e intermediária, devem ser recolhidos ao Arquivo Central, que é a instituição de custódia permanente da Universidade.

1.1.9.3. Diretrizes para preservação e armazenamento

A preservação de documentos arquivísticos também é uma das principais responsabilidades de uma instituição, pois garante a memória institucional, a transparência administrativa e em uma universidade, dá apoio às atividades acadêmicas e científicas. O Arquivo Central, vem desempenhando um papel estratégico nesse processo, conduzindo ações de tratamento, organização e acesso à documentação arquivística da instituição. No entanto, diante dos avanços da transformação digital e da necessidade de modernizar a gestão documental, a instituição assume como prioridade a construção de um acervo acadêmico digital, capaz de assegurar autenticidade, integridade e acesso contínuo às informações em longo prazo.

A aplicação da preservação de documentos tem respaldo em diversos normativos legais que orientam e legitimam a prática institucional, como o Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, reconhece a preservação de arquivos como um caso de utilidade pública. A Lei nº 12.343, de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura, estabelece como dever do Poder Público a preservação do patrimônio cultural, incluindo documentos históricos e acervos. A Lei nº 14.129, de 2021, que trata do Governo Digital, determina padrões de digitalização, armazenamento e preservação

permanente de documentos. Já a Resolução nº 27, de 2008, do CONARQ, reforça a obrigatoriedade de criação e manutenção de arquivos públicos, assegurando sua preservação e a disseminação das informações.

No campo prático, a ação de preservação documental deverá ser norteada pela criação de uma Política Institucional de Preservação de Documentos Arquivísticos, que estabeleça diretrizes claras para as atividades de preservação, tanto física quanto digital, em toda a universidade. Paralelamente, será necessário pensar em um ambiente físico e tecnológico adequado que garanta a guarda integrada dos documentos arquivísticos físicos e digitais. Isso exige investimento em infraestrutura tecnológica, como servidores de alta capacidade para o armazenamento de documentos digitais, bem como espaços apropriados para a custódia de documentos físicos que serão preservados e, gradualmente, digitalizados.

O desenvolvimento de um sistema para armazenamento para o acervo digital, deverá atender tanto aos requisitos legais quanto aos princípios arquivísticos. Os responsáveis pela concepção e implementação desse sistema, será do Arquivo Central em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC). A proposta contempla a criação de uma solução segura e eficiente, com metadados normalizados, certificação digital, backup contínuo e interoperabilidade com outros sistemas institucionais, garantindo a guarda e o acesso aos documentos digitais ao longo dos anos. Assim como o investimento em servidores para o armazenamento dos documentos digitais que serão migrados e os documentos físicos que vão ser digitalizados.

O Arquivo Central da UFPA vem consolidando práticas de preservação digital, especialmente para documentos de guarda permanente. Desde 2023, passou a utilizar o Archivematica, em conformidade com a Resolução CONARQ nº 51, que estabelece diretrizes para Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis. Essa adoção busca garantir a integridade, autenticidade e acessibilidade dos acervos digitais no longo prazo. O Archivematica, reconhecido internacionalmente e baseado no modelo OAIS (Open Archival Information System), assegura o armazenamento seguro, a incorporação de metadados adequados e processos automatizados de verificação e migração de formatos, preservando a longevidade e a usabilidade dos documentos.

Como complemento, o Arquivo Central implementou o AtoM (Access to Memory), sistema de descrição arquivística voltado ao acesso público, que organiza e disponibiliza os acervos digitais, ampliando a transparência, a visibilidade institucional e a democratização da informação.

1.1.9.4. Acesso à informação

A gestão documental deve equilibrar, de um lado, a publicidade prevista na Lei de Acesso à Informação (LAI) e, de outro, a proteção de dados pessoais assegurada pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Para isso, envolve a definição de bases legais adequadas, a minimização de informações, a adoção de medidas de segurança, o registro das operações e o respeito aos direitos dos titulares. Nesse contexto, gerir documentos arquivísticos na UFPA significa preservar a memória institucional, garantindo autenticidade, integridade e acesso adequado, com especial atenção ao acervo acadêmico digital.

O artigo 37 da Portaria do MEC nº 315/2018 considera como acervo acadêmico “o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos”.

As IES e suas mantenedoras são responsáveis pela guarda e gestão desse conjunto de documentos, para que seus estudantes e egressos possam ter acesso a comprovantes de sua vida acadêmica quando precisarem, tais como, segunda via de diplomas, histórico escolar, planos de curso com ementas de disciplinas cursadas, entre outros. O MEC regulamenta e promove ações para que todas as IES do sistema federal de ensino superior adotem o acervo acadêmico digital e para a conversão dos seus acervos acadêmicos do meio físico para o meio digital.

A conversão do acervo acadêmico em meio físico para o meio digital não é mera digitalização de documentos. O processo deve utilizar métodos que garantam a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais e deve ser controlado por Sistema Especializado de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos que possua, minimamente, as seguintes características:

- Capacidade de utilizar e gerenciar base de dados adequada para a preservação do acervo acadêmico digital;
- Forma de indexação que permita a pronta recuperação do acervo acadêmico digital;
- Método de reprodução do acervo acadêmico digital que garanta a sua segurança e preservação;
- Utilização de certificação digital padrão ICP-Brasil, conforme disciplinada em lei pelos responsáveis pela mantenedora e sua mantida, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do acervo.

O Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim estabelece que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) devem observar que

determinados documentos pessoais e acadêmicos podem ou não compor os assentamentos individuais dos alunos, a depender dos procedimentos internos adotados por cada instituição na organização desses dossiês. O Acervo Acadêmico Digital da UFPA irá abranger tanto os dossiês dos alunos, como também as demais documentações que compõem o acervo da vida acadêmica dos alunos, desde o ingresso até a saída.



1.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS

1.2. POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Gestão de Pessoas, no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA), constitui uma dimensão estratégica da governança institucional, orientada à valorização do trabalho humano, ao desenvolvimento de competências e à promoção de condições adequadas para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas. Mais do que a administração de rotinas funcionais trata-se, por conseguinte, de um conjunto articulado de princípios, diretrizes e práticas voltados ao ingresso, ao desenvolvimento, à permanência, à saúde, ao reconhecimento e ao bem-estar no trabalho das pessoas que constroem cotidianamente a Universidade.

Essa concepção parte do reconhecimento de que os agentes centrais da missão institucional são, efetivamente, as pessoas, as quais atuam diretamente na produção e socialização do conhecimento, na formação acadêmica, na inovação e na relação da UFPA com a sociedade. Assim, a Política de Gestão de Pessoas deve assegurar coerência entre os objetivos institucionais e o desenvolvimento humano, promovendo ambientes de trabalho éticos, inclusivos, colaborativos e inovadores.

Inserida em um território marcado pela diversidade sociocultural, ambiental e geográfica da Amazônia brasileira, a Gestão de Pessoas na UFPA reconhece as especificidades do contexto amazônico, a condição multicampi da instituição e a pluralidade de saberes, trajetórias e experiências que compõem sua comunidade acadêmica. É nessa perspectiva, portanto, que se orienta a formulação da política aqui delineada, a qual é, necessariamente, sensível às necessidades regionais, às demandas territoriais e aos desafios contemporâneos da educação superior pública no Brasil.

1.2.1. Função Estratégica da Gestão de Pessoas na UFPA

A evolução da Gestão de Pessoas na UFPA acompanha as transformações da Administração Pública e as crescentes exigências de qualidade, transparência e efetividade na prestação dos serviços públicos. Ao longo das últimas décadas, a área deixou de exercer exclusivamente funções operacionais para assumir um papel estratégico, voltado à articulação entre políticas institucionais, desenvolvimento humano e resultados organizacionais.

A criação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PROGEP), em 2006, consolidou essa mudança de paradigma, posicionando a Gestão de Pessoas como eixo estruturante da governança universitária. Desde então, a UFPA vem ampliando e qualificando suas práticas, alinhando-se às diretrizes nacionais de desenvolvimento de pessoas no serviço público, em

especial à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), regulamentada pelo Decreto nº 9.991/2019.

Nesse contexto, destacam-se iniciativas como a implantação e o fortalecimento da gestão por competências¹, o aperfeiçoamento dos processos de avaliação de desempenho, o fortalecimento das políticas de capacitação e qualificação, bem como a consolidação das ações de saúde e qualidade de vida no trabalho, especialmente a partir da adesão ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS)².

Diante das transformações contemporâneas da Administração Pública, das exigências crescentes sobre as universidades federais e das especificidades territoriais, sociais e institucionais que caracterizam a UFPA, a Gestão de Pessoas identifica, para o período de vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), desafios estratégicos que orientam sua atuação, dentre os quais se destacam:

Quadro 2 - desafios estratégicos que orientam a atuação da Gestão de Pessoas na UFPA

Modernização e integração dos sistemas de informação de Gestão de Pessoas

Promoção da saúde, do bem-estar e da sustentabilidade das relações de trabalho

Fortalecimento de políticas de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade

Desenvolvimento contínuo de competências técnicas, gerenciais, digitais e socioemocionais

Aprimoramento da governança, da ética pública e dos mecanismos de planejamento e controle

Fonte: Elaboração própria.

Diante desses desafios, a UFPA orienta a Política de Gestão de Pessoas para a construção de respostas integradas e comprometidas com o planejamento institucional e com as responsabilidades próprias de uma universidade pública na/para a Amazônia. A política aqui delineada organiza-se, portanto, a partir de diretrizes que dão sentido, continuidade e coerência às ações voltadas ao desenvolvimento, ao cuidado, à valorização, à organização do trabalho e ao compromisso com a inclusão, a diversidade e a acessibilidade, oferecendo referências capazes de sustentar, ao longo da vigência deste PDI, práticas institucionais consistentes, passíveis de

¹ Na UFPA, esse movimento foi impulsionado pela aprovação, em 2011, do projeto de Mapeamento de Competências dos servidores técnico-administrativos, desenvolvido em parceria com o Laboratório de Gestão do Comportamento Organizacional (GESTCOM/IFCH). Em 2026, o MAPEC entrou no seu 5º ciclo.

² A adesão ao SIASS, em 2010, consolidou, na UFPA, políticas de promoção da saúde, prevenção de doenças e atendimento integral a servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes.

acompanhamento e alinhadas aos objetivos da Universidade, sem perder de vista a diversidade de contextos, experiências e saberes que atravessam o cotidiano do trabalho universitário.

1.2.2. As Diretrizes da Política de Gestão de Pessoas na UFPA

A Política Institucional de Gestão de Pessoas da UFPA orienta-se por um objetivo estratégico que traduz a compreensão de que o fortalecimento da instituição passa, necessariamente, pelo cuidado com as pessoas, pela valorização do serviço público e pela criação de ambientes institucionais que favoreçam o desenvolvimento humano e coletivo.

Na mesma direção, as diretrizes da política constituem o conjunto de orientações que dão concretude ao objetivo estratégico e respondem diretamente aos desafios identificados no contexto atual da Universidade, buscando orientar as escolhas institucionais e as práticas cotidianas, reconhecendo-se que a Gestão de Pessoas é construída no encontro entre planejamento, experiência e diversidade de contextos.

Quadro 3 - Diretrizes da política de gestão de pessoas da UFPA.

OBJETIVOS ESTRATÉGICO	DIRETRIZES ESTRATÉGICAS
Fortalecer a governança estratégica de pessoas com foco em resultados, promovendo a gestão eficiente do quadro de pessoal, o desenvolvimento profissional, o respeito e o bem-estar no trabalho dos servidores	Modernizar, simplificar e descentralizar o atendimento ao público na área de Gestão de Pessoas.
	Fortalecer a governança dos processos de Gestão de Pessoas, com ênfase em integridade, controle interno e transparência.
	Otimizar a alocação estratégica de pessoas de forma equilibrada e alinhada às necessidades institucionais.
	Aprimorar a gestão do desempenho e o reconhecimento de servidores(as), com base em competências e foco em resultados.
	Fortalecer ações de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho para servidores(as).
	Expandir o acesso a ações de capacitação alinhadas às necessidades de desenvolvimento dos(as) servidores(as).
	Fomentar o ingresso e a permanência de servidores(as) em cursos de educação formal, com estímulo à inovação, à pesquisa e à internacionalização.
	Promover a inclusão, a diversidade, a acessibilidade e o respeito nas relações socioprofissionais.

Fonte: Elaboração própria.

Essas diretrizes atendem diretamente ao objetivo estratégico da UFPA para a Gestão de Pessoas e alinham-se para proporcionar resultados com maior efetividade. A figura abaixo apresenta uma visão sistêmica que evidencia as diretrizes como elementos orientadores dos processos institucionais e a contribuição delas para os resultados finalísticos da Universidade.

Figura 17 - Visão Sistêmica da Gestão de Pessoas na UFPA.



Fonte: Elaboração própria.

Esse processo todo sinaliza o empenho da UFPA para alinhar suas políticas à prestação de serviços públicos de qualidade, associado ao cuidado com as pessoas e com o trabalho que desenvolvem na instituição, com o objetivo de proporcionar crescimento, valorização, reconhecimento e bem-estar a todas as pessoas.

1.2.3. Eixos Centrais da Política de Gestão de Pessoas na UFPA

1.2.3.1. Desenvolvimento de Pessoas

A UFPA orienta sua Política de Gestão de Pessoas em consonância com o Decreto nº 9.991/2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP). Essa política estabelece diretrizes para o desenvolvimento contínuo dos(as) servidores(as) por meio de ações de capacitação e qualificação, visando ao fortalecimento das competências institucionais, à melhoria dos serviços prestados à sociedade e ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Universidade.

No âmbito da UFPA, o principal instrumento de materialização dessas diretrizes é o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), elaborado anualmente pela PROGEP. O PDP resulta de um processo participativo de identificação de necessidades de desenvolvimento, assegurando que cada ação formativa esteja alinhada às metas estratégicas e ao planejamento institucional.

A capacitação de servidores constitui pilar estratégico da política de desenvolvimento de pessoas da Universidade, expressando o compromisso institucional com a valorização do corpo funcional e a excelência na prestação de serviços públicos. Para mensurar os resultados dessa política, a UFPA adota o Índice de Capacitação Institucional (ICI), indicador que registra o número de certificações obtidas pelos(as) servidores(as) ao longo do período avaliado. Esse índice considera as especificidades das ofertas formativas e a diversidade do público atendido, que inclui gestores(as), docentes e técnicos(as) de todos os campi da instituição, evidenciando não apenas a dimensão quantitativa das ações, mas também sua qualidade e aderência às necessidades reais da comunidade universitária. Adotado a partir de 2022, quando registrou o valor de 1,31, o índice alcançou 1,56 em 2025, última referência do período coberto pelo PDI, demonstrando trajetória consistente de crescimento das ações formativas ao longo do da execução do plano.

As ações de capacitação são planejadas de modo a acompanhar as demandas contemporâneas da sociedade e da própria comunidade universitária, abordando temas como inclusão e diversidade, prevenção ao assédio, desenvolvimento de competências gerenciais, integridade e gestão de riscos. Destaca-se, ainda, o investimento em habilidades linguísticas, com a oferta de cursos de idiomas, inglês instrumental e exames de proficiência, iniciativas que favorecem o acesso a oportunidades de pós-graduação e de internacionalização para servidores(as), ampliando a capacidade de cooperação global da Universidade.

A qualificação formal dos(as) servidores(as) representa diretriz igualmente estratégica para o fortalecimento das competências institucionais e a elevação dos padrões de excelência acadêmica, administrativa e científica. Os resultados desse investimento são evidenciados pelos indicadores de qualificação: o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) evoluiu de 4,10 em 2015 para 4,66 em 2025, enquanto o Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA) passou de 1,53 para 2,27 no mesmo período.

Os avanços observados nos indicadores de qualificação refletem uma política institucional contínua de valorização e desenvolvimento de pessoas. Ao longo da vigência do PDI 2016-2025, a UFPA registrou crescimento expressivo na titulação de seus servidores, com destaque para a obtenção de 112 novos títulos de mestrado e doutorado apenas entre 2024 e 2025. No corpo docente, o número de doutores passou de 1.591, em 2015, para 2.464, em 2025, representando um incremento de 55% em uma década. Entre os servidores técnico-administrativos, o avanço foi ainda mais significativo, com a quadruplicação do quantitativo de doutores no mesmo período.

Para sustentar e ampliar esses avanços, a PROGEP realiza levantamento anual de necessidades de qualificação, que subsidia negociações de parcerias com programas de pós-graduação da UFPA e de instituições parceiras, visando ampliar a oferta de vagas aos(as)

servidores(as). Complementarmente, a Universidade mantém o Programa de Auxílio à Qualificação (PROQUALI), que em suas três edições concedeu 514 auxílios financeiros. O Programa é ainda complementado por cursos preparatórios para a pós-graduação, oficinas de elaboração de artigos científicos, dentre outros, criando condições para o ingresso e a permanência dos(as) servidores(as) em programas stricto sensu.

As ações de capacitação e qualificação aqui descritas alinham-se, ademais, à Agenda 2030 da ONU, contribuindo diretamente para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 4 (Educação de Qualidade), ao promoverem oportunidades de aprendizagem contínua e formal para todo o corpo funcional. Para os próximos anos, a UFPA reafirma seu compromisso de fortalecer e expandir essas ações, buscando elevar os indicadores institucionais, ampliar o acesso às oportunidades formativas e consolidar um ambiente organizacional ético, inclusivo e inovador, alinhado aos desafios contemporâneos da educação superior pública.

Ainda sobre esse aspecto, os resultados alcançados na política de qualificação criam as condições para um novo ciclo de desenvolvimento institucional, em que a internacionalização passa a ocupar posição estratégica na gestão de pessoas. A crescente qualificação do corpo docente e, especialmente, dos servidores técnico-administrativos amplia as possibilidades de inserção da UFPA em redes internacionais de cooperação, favorecendo não apenas o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também o aperfeiçoamento da gestão universitária por meio do intercâmbio de experiências, da formação em contextos internacionais e da incorporação de boas práticas de governança. Nesse sentido, este PDI prevê o fortalecimento de iniciativas de incentivo à internacionalização de servidores, por meio da realização de editais específicos e da atuação articulada entre a PROGEP e a Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER), ampliando as oportunidades de formação e cooperação internacional ao longo da próxima década.

1.2.3.2. Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

A Política de Atenção à Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho consolidou-se como pilar estratégico para o bem-estar físico, mental, social e ambiental dos(as) servidores(as) da UFPA e para o fortalecimento do desempenho institucional. Seu marco legal fundamental é o Decreto nº 6.833/2009, que instituiu a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) e criou o SIASS, estabelecendo diretrizes para organizar e integrar as ações voltadas à promoção da saúde, à prevenção de agravos e à melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos federais civis.

Esse arcabouço normativo foi ampliado em 2023 com a sanção da Lei nº 14.681, de 18 de setembro, que instituiu a Política de Bem-Estar, Saúde, Qualidade de Vida e Valorização dos Profissionais da Educação. A legislação reconhece que a saúde e a valorização desses profissionais são condições essenciais para a qualidade do ensino e para o fortalecimento das instituições educacionais, tendo como objetivo central a promoção de condições de trabalho saudáveis, a prevenção de riscos e agravos e o fortalecimento do bem-estar integral dos trabalhadores.

Com base nesses instrumentos legais, a Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho da UFPA tem como finalidade promover o cuidado integral, prevenir agravos e acidentes ocupacionais e estimular práticas sustentáveis e humanizadas de bem-estar no ambiente laboral. Essas iniciativas contribuem diretamente para o desempenho profissional, a melhoria do clima organizacional e a valorização das pessoas, em consonância com o objetivo estratégico apresentado na seção anterior deste plano.

Para operacionalizar essas diretrizes, a UFPA organiza suas ações em quatro eixos estruturantes, todos orientados pela PASS e pelas necessidades institucionais identificadas ao longo dos anos.

Figura 18 – Eixos da Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

O **Eixo de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Agravos** desenvolve ações integradas que visam reduzir e evitar o processo de adoecimento do(a) servidor(a), tanto no plano individual quanto nas relações coletivas de trabalho, buscando fortalecer a autonomia de pessoas e equipes na adoção de práticas de autocuidado.

O **Eixo de Promoção da Saúde Mental e Prevenção de Riscos e Agravos Psicossociais** no Trabalho tem como propósito criar condições que favoreçam o equilíbrio emocional e a

qualidade de vida no ambiente laboral, estimulando uma cultura organizacional saudável, inclusiva e resiliente, voltada ao desenvolvimento pessoal e coletivo.

O Eixo de Promoção da Segurança no Trabalho e Prevenção de Riscos e Agravos Ocupacionais busca garantir ambientes laborais mais seguros e saudáveis, reduzindo a exposição a riscos e prevenindo acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, por meio de medidas preventivas e do fortalecimento de uma cultura de responsabilidade compartilhada entre gestão e servidores(as). Também deve prever ações voltadas à promoção da acessibilidade no ambiente de trabalho, com foco na identificação e eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais, contribuindo para ambientes laborais mais inclusivos, seguros e equitativos.

O Eixo de Socialização, Integração e Qualidade de Vida, por fim, tem como foco o fortalecimento de vínculos interpessoais e institucionais, estimulando um ambiente colaborativo, inclusivo e respeitoso à diversidade, no qual a convivência e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal são reconhecidos como fatores fundamentais para a motivação e o engajamento. Nesse contexto, serão incentivadas iniciativas voltadas à inclusão e à participação de servidores com deficiência, bem como ações de natureza artística, cultural, esportiva, criativa e lúdica, além do desenvolvimento de programas específicos destinados aos servidores aposentados e àqueles em processo de preparação para a aposentadoria, fortalecendo o bem-estar, o pertencimento e a valorização das diferentes trajetórias no âmbito da Universidade.

Esses quatro eixos convergem para a construção de ambientes laborais saudáveis, inclusivos e seguros, contribuindo para a redução do absenteísmo, a prevenção de doenças ocupacionais e o aumento da satisfação no trabalho.

No horizonte deste PDI, a Universidade buscará fortalecer e institucionalizar a Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho por meio da aprovação de normativo específico, consolidando diretrizes, princípios e mecanismos de governança para sua implementação. Também será priorizada a integração crescente entre os diferentes eixos da política, articulando a atuação das equipes médica e multiprofissional da UFPA, envolvendo profissionais das áreas de assistência social, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, medicina e demais especialidades, de forma a promover uma atenção integral à saúde do servidor. Além disso, pretende-se ampliar as parcerias com as unidades acadêmicas da área da saúde, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, com a expansão de serviços destinados aos servidores, a exemplo das iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa de Atendimento Psicossocial ao Servidor (PAPS), em parceria com o Instituto de Ciências Médicas (ICM).

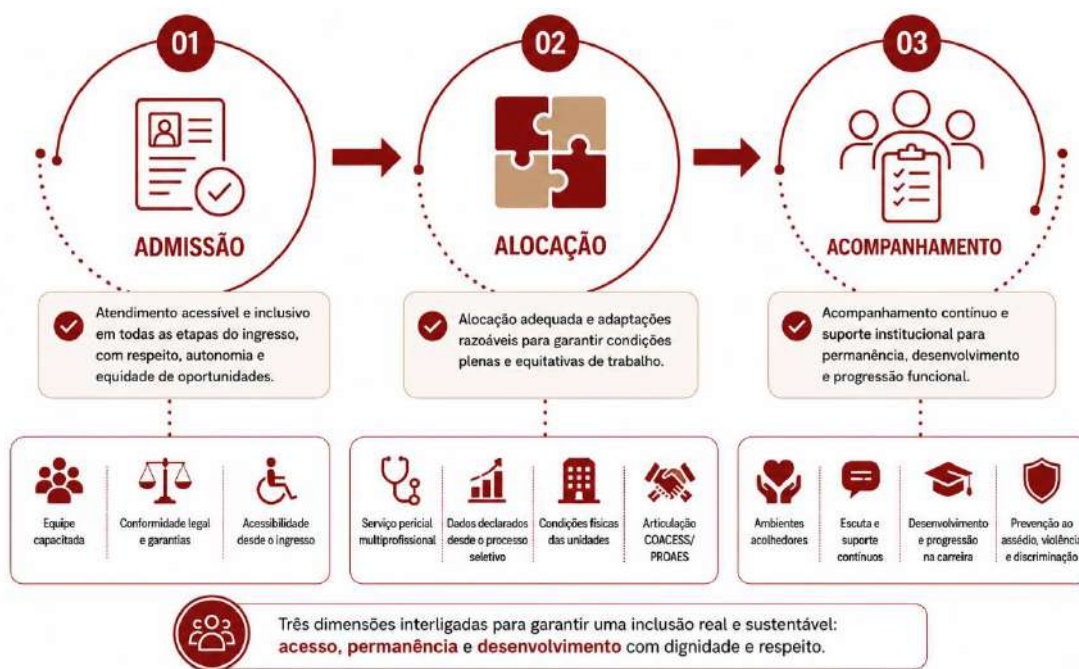
1.2.3.3. Inclusão, Diversidade e Acessibilidade

A promoção da inclusão, da diversidade e da acessibilidade constitui compromisso estrutural da UFPA, que se manifesta tanto nas políticas de Gestão de Pessoas quanto na cultura organizacional que a instituição busca consolidar. No âmbito da PROGEP, esse compromisso é operacionalizado por meio de ações formativas, aprimoramento de editais e processos seletivos, e iniciativas de adequação do ambiente de trabalho, todas orientadas para a construção de uma Universidade mais justa, representativa e acolhedora.

1.2.3.3.1. Acessibilidade e Inclusão de Servidores(as) com Deficiência

A política de acessibilidade da UFPA orienta-se pelo princípio de que a inclusão de pessoas com deficiência não se encerra no ingresso: ela exige acompanhamento contínuo ao longo de toda a trajetória funcional. Nesse sentido, as ações da PROGEP estruturam-se em três dimensões interligadas (admissão, alocação e acompanhamento), tratadas de forma integrada e progressiva.

Figura 19 - Dimensões da inclusão de servidores com deficiência, na UFPA.



Fonte: Elaboração própria.

Na dimensão da admissão, a PROGEP vem capacitando sua equipe para o atendimento adequado a candidatos e servidores(as) com deficiência, inclusive sem a necessidade de intermediários, promovendo um contato mais direto, respeitoso e qualificado. Esse esforço está em plena consonância com o Decreto nº 12.533/2025, que aprofundou as garantias práticas para candidatos com deficiência nos concursos públicos federais, determinando que os órgãos públicos

devem providenciar a acessibilidade no local de trabalho e promover adaptações razoáveis para o efetivo exercício laboral, com base em parecer de equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Na dimensão da alocação e do acompanhamento, a UFPA busca articular diferentes instâncias institucionais: o serviço pericial, os dados declarados desde o processo seletivo, as condições físicas das unidades de trabalho e a articulação com a Diretoria de Acessibilidade (DACESS/PROAES). Essa articulação intersetorial é condição indispensável para que a inclusão seja vivenciada de forma concreta e sustentada, e não apenas formal. Pesquisa qualitativa recente, baseada em entrevistas semiestruturadas com servidores públicos federais com deficiência, identificou que as principais barreiras enfrentadas por esses profissionais no ambiente de trabalho relacionam-se à acessibilidade, a atitudes capacitistas, a políticas institucionais insuficientes e à falta de apoio para a permanência e progressão funcional³, desafios que reforçam a importância de uma abordagem que vá além do acesso e se comprometa com a permanência e o desenvolvimento na carreira.

A adequação de espaços físicos, a promoção de ambientes de trabalho acolhedores e o aprimoramento contínuo dos editais da PROGEP para contemplar a diversidade e assegurar igualdade de oportunidades completam o conjunto de iniciativas em curso. Para os próximos anos, a UFPA reafirma a necessidade de consolidar uma política institucional robusta de prevenção e enfrentamento a todas as formas de assédio, violência e discriminação, promovendo um ambiente universitário mais seguro, inclusivo e respeitoso para todos os seus servidores(as).

1.2.3.4. Inovação e Criatividade

A inovação e a criatividade constituem dimensões estratégicas da Política de Gestão de Pessoas da UFPA, indissociáveis do papel que a Universidade desempenha como instituição pública comprometida com a produção e a socialização do conhecimento na Amazônia. Em um território marcado por especificidades geográficas, socioculturais e ambientais que colocam desafios singulares à gestão universitária, cultivar a capacidade criativa e inovadora dos servidores, docentes e técnico-administrativos, é condição para que a UFPA responda com qualidade, agilidade e relevância às demandas da sociedade e do serviço público.

Nesse sentido, a inovação não se restringe à adoção de novas tecnologias, mas abrange a transformação de processos, a renovação de práticas pedagógicas e administrativas, o estímulo ao pensamento crítico e a valorização de saberes locais como vetores de soluções criativas para

³ HORTA, Ícaro Belém. Entre direitos e barreiras dos servidores públicos federais com deficiência. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 35, 2026. DOI: 10.35699/2238-037X.2026.61015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/61015>.

problemas institucionais e sociais. A riqueza da diversidade amazônica (de seus povos, territórios e formas de conhecimento) constitui, nesse contexto, uma fonte potencial de inspiração e legitimidade para as iniciativas inovadoras da Universidade.

No âmbito do desenvolvimento de pessoas, a PROGEP orienta suas ações de capacitação e qualificação para incorporar metodologias de ensino inovadoras, como a microaprendizagem, a gamificação, as trilhas de aprendizagem digitais e o uso de tecnologias de inteligência artificial aplicadas à formação, tornando os programas formativos mais dinâmicos, acessíveis e alinhados às rotinas de trabalho dos(as) servidores(as). Essa renovação metodológica busca ampliar o alcance das ações formativas, com atenção especial às especificidades dos campi do interior, onde as distâncias geográficas impõem desafios adicionais ao acesso à formação presencial.

A diversificação das ofertas formativas é igualmente uma diretriz central, contemplando ações voltadas ao empreendedorismo social e público, à inovação em serviços, à liderança transformacional, à gestão da mudança e ao uso de dados para a tomada de decisão. Tais iniciativas buscam incentivar os(as) servidores(as) a desenvolver soluções criativas para desafios institucionais, a participar de redes de cooperação interinstitucionais e a contribuir, de forma proativa, com a modernização da gestão universitária.

A UFPA reconhece, ainda, a necessidade de reduzir barreiras burocráticas que dificultam a experimentação e a adoção de novas práticas, promovendo ambientes institucionais que incentivem a inovação, a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento de soluções criativas a partir das experiências institucionais, valorizando as contribuições inovadoras de seus servidores. A revisão contínua dos processos internos de capacitação, com foco na simplificação, na acessibilidade e na personalização das experiências formativas, integra esse esforço de modernização.

Para os próximos anos, a UFPA reafirma sua intenção de consolidar uma política de desenvolvimento de pessoas que posicione a criatividade e a inovação como valores institucionais efetivos, transformando ideias em resultados concretos para o aprimoramento da gestão universitária e para o fortalecimento da presença da instituição como agente de desenvolvimento humano, científico e social na Amazônia.

1.2.3.5. Reconhecimento e Valorização

O reconhecimento e a valorização dos servidores constituem pilares estratégicos da Política de Gestão de Pessoas da UFPA, pois reforçam o engajamento, a motivação e o sentimento de pertencimento da comunidade universitária. Reconhecer a dedicação e a excelência no trabalho realizado por docentes e técnico-administrativos significa afirmar que o capital humano é o maior

diferencial da Universidade, condição indispensável para a consolidação de sua missão institucional e para a qualidade dos serviços prestados à sociedade amazônica.

Reconhecer é também uma prática de cuidado. Em uma instituição multicampi que se estende por um dos territórios mais vastos e complexos do país, onde servidores atuam em contextos de alta exigência institucional e, não raro, em condições de infraestrutura e isolamento geográfico desafiadoras, a valorização do trabalho assume dimensão ética e afetiva que vai além dos mecanismos formais. Trata-se de afirmar, cotidianamente, que o esforço de cada pessoa que constrói a UFPA é visto, considerado e importante.

A Universidade já conta com um conjunto de mecanismos de reconhecimento e valorização que expressam esse compromisso. Dentre eles, destacam-se:

Quadro 3 - reconhecimento e valorização na UFPA

Medalha Juracy Sá Neto	Técnico-administrativo Honraria concedida a servidores TAE que se destacaram pela eficiência, dedicação e relevância de sua atuação institucional. Res. CONSAD nº 1.238/2007	Prêmio Professor Benedito Nunes	Docentes / Pós-graduação Valoriza produções acadêmicas de excelência, com ênfase em trabalhos vinculados à pós-graduação da Universidade. Res. CONSEPE nº 3.913/2009
Prêmio Horácio Schneider	Docentes e discentes Reconhece orientadores e discentes de iniciação científica de destaque, estimulando a produção científica e a formação de novos pesquisadores. Iniciação científica	Prêmio Proex de Arte e Cultura	Extensão Valoriza projetos de extensão voltados à criação artística e à produção cultural, reafirmando a diversidade de linguagens e saberes amazônicos. Extensão universitária
Prêmio Destaque Acadêmico José Carlos Castro	Docentes e discentes Distingue trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação de excelência, reconhecendo igualmente seus orientadores. Graduação e pós-graduação	Títulos Honoríficos	Contribuição excepcional Doutor Honoris Causa, Professor Honoris Causa, Professor Emérito e Técnico-Administrativo Emérito, outorgados em reconhecimento a contribuições excepcionais ao ensino, à ciência, à gestão, à cultura e à sociedade. Deliberação do CONSAD
Portarias de Elogio	Todos os servidores Registram formalmente o mérito de servidores pela dedicação e pelos resultados alcançados, compondo o histórico funcional do servidor. Instrumento administrativo		

Fonte: Elaboração própria.

Ainda que essas práticas já sejam relevantes e expressem o comprometimento histórico da instituição com a valorização de seu corpo funcional, a UFPA reconhece a necessidade de institucionalizar uma Política de Reconhecimento e Valorização dos Servidores, de modo a consolidar e ampliar as ações existentes, criando mecanismos consistentes, transparentes, contínuos e sensíveis à diversidade de contextos e trajetórias que caracterizam a comunidade universitária. Essa política terá como objetivos centrais:

Quadro 4 - Objetivos centrais da Política de Reconhecimento e Valorização dos Servidores

Estabelecer critérios objetivos e claros de reconhecimento, assegurando isonomia e legitimidade, com atenção especial à valorização de servidores atuantes nos *campi* do interior e em contextos de maior vulnerabilidade institucional,

Diversificar as formas de reconhecimento, contemplando prêmios, certificações, menções honrosas, oportunidades de desenvolvimento e outros mecanismos simbólicos e materiais adaptados às realidades locais.

Estimular a participação dos servidores na proposição e indicação de práticas de valorização, ampliando a corresponsabilidade institucional e o protagonismo da comunidade universitária.

Integrar o reconhecimento à cultura organizacional da UFPA, de forma transversal a todas as unidades da instituição, do *campus* da capital aos *campi* mais distantes do interior do Pará.

Registrar e divulgar sistematicamente as iniciativas de valorização, fortalecendo a transparência, a memória institucional e a identidade coletiva da Universidade.

Fonte: Elaboração própria.

A política de reconhecimento e valorização articula-se, ainda, às demais diretrizes da Gestão de Pessoas, especialmente às ações de desenvolvimento profissional, saúde e qualidade de vida e inclusão, reconhecendo que valorizar pessoas é uma prática multidimensional, que se expressa tanto em gestos simbólicos quanto em condições concretas de trabalho, crescimento e bem-estar.

1.2.3.6. Governança e Controle Interno em Gestão de Pessoas

A governança e o controle interno constituem dimensões estruturantes da Política de Gestão de Pessoas da UFPA, indispensáveis para assegurar a integridade, a transparência, a eficiência e a conformidade legal dos processos que envolvem o ingresso, o desenvolvimento, a avaliação e a saída de servidores da instituição. Em um ambiente institucional de crescente

complexidade (marcado pela expansão multicampi, pela diversificação do quadro funcional e pelas transformações contínuas da legislação que regula o Serviço Público Federal), fortalecer a governança da Gestão de Pessoas é condição para que a UFPA cumpra seus objetivos institucionais com responsabilidade e prestação de contas à sociedade.

A UFPA orienta sua política de governança em Gestão de Pessoas em consonância com os princípios da Administração Pública estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), bem como com as diretrizes do Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e com as orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para o aprimoramento dos controles internos nas Instituições Federais de Ensino.

No âmbito da PROGEF, a governança da Gestão de Pessoas organiza-se em torno de quatro eixos articulados:

Figura 20 - Governança da Gestão de Pessoas na UFPA



Fonte: Elaboração própria.

1.2.3.6.1. Integridade e Ética Pública

A UFPA reafirma seu compromisso com a promoção de uma cultura de integridade nas relações de trabalho, que se expressa na conduta ética dos gestores e servidores, na prevenção de conflitos de interesse, na transparência dos processos de tomada de decisão e no combate a todas as formas de assédio, discriminação e irregularidade funcional. A capacitação continuada em temas de ética pública, responsabilidade e integridade integra as ações formativas da PROGEF e constitui condição para o fortalecimento da confiança institucional.

1.2.3.6.2. Planejamento e Gestão da Força de Trabalho

A UFPA reconhece a centralidade do planejamento prospectivo para a sustentabilidade do quadro funcional. A elaboração e o monitoramento do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA), do Banco de Professor Equivalente e dos instrumentos correlatos são processos que devem ser continuamente aperfeiçoados, articulando-se ao planejamento estratégico da Universidade e às projeções de expansão acadêmica, especialmente nos campi do interior do Pará. O uso de dados, matrizes e sistemas de informação integrados é condição indispensável para que esse planejamento seja realista, fundamentado e efetivo.

1.2.3.6.3. Transparência e Prestação de Contas

A Gestão de Pessoas na UFPA compromete-se com a divulgação clara, tempestiva e acessível das informações relativas aos processos de concurso, seleção, progressão, avaliação de desempenho e capacitação, assegurando que servidores, candidatos e a sociedade em geral possam acompanhar e controlar o uso dos recursos públicos afetos à área. A publicação de relatórios periódicos de gestão, a disponibilização de dados em formatos abertos e a conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) são premissas irrenunciáveis dessa diretriz.

1.2.3.6.4. Controle Interno e Gestão de Riscos

A PROGEP busca fortalecer sua capacidade de identificar, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos processos de Gestão de Pessoas, em consonância com as orientações do Referencial de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal e com as recomendações da Assessoria de Controle Interno (ACI) e da Auditoria Interna (AUDIN) da UFPA. O mapeamento e a revisão periódica dos principais processos da área, com ênfase nos pontos de maior vulnerabilidade, como os processos de concessão de benefícios, afastamentos, progressões e controle de frequência, são ações prioritárias para a redução de inconsistências, retrabalho e exposição a irregularidades.

Esses quatro eixos convergem para a construção de uma Gestão de Pessoas mais robusta, legítima e confiável, capaz de responder com agilidade e segurança jurídica às demandas institucionais e às exigências dos órgãos de controle externo. A UFPA entende que investir em governança não é uma ação burocrática ou meramente defensiva, mas uma escolha ética e estratégica: uma instituição que governa bem suas pessoas governa melhor a si mesma e serve com mais qualidade à sociedade da Amazônia.

Ao mesmo tempo, a Universidade reafirma que o fortalecimento da governança deverá caminhar lado a lado com a simplificação e a desburocratização dos processos de gestão de pessoas, buscando eliminar exigências desnecessárias, racionalizar fluxos de trabalho, ampliar a

transformação digital e tornar os serviços mais ágeis, acessíveis e centrados nas necessidades dos servidores e da instituição, sem prejuízo da segurança jurídica e da conformidade administrativa.

1.2.4. Diretrizes Gerais para o Corpo Docente

1.2.4.1. Perfil do Corpo Docente

O corpo docente da UFPA constitui um dos pilares centrais para o cumprimento de sua missão institucional e é composto por duas carreiras: Professores do Magistério Superior (MS) e Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Em dezembro de 2025, a Universidade contava com 3.016 docentes, distribuídos entre servidores ativos permanentes, cedidos, professores substitutos e visitantes, conforme dados do SIAPE.

Tabela 1 - Distribuição do corpo docente da UFPA por situação funcional

Situação Funcional	MS	EBTT	TOTAL
ATIVO PERMANENTE	2.485	252	2.737
CEDIDO	29	1	30
PROFESSOR SUBSTITUTO	180	39	219
PROFESSOR VISITANTE	30	-	30
Total Geral	2.724	292	3.016

Fonte: SIAPE (Dez./2025).

1.2.4.1.1. Professores do Magistério Superior

Em dezembro de 2025, o quadro do Magistério Superior era composto por 2.724 professores, dos quais 2.485 na condição de ativos permanentes, a categoria que sustenta estruturalmente a oferta acadêmica da Universidade. Os demais distribuíam-se entre cedidos (29), substitutos (180) e visitantes (30), modalidades que cumprem funções complementares e estratégicas de cobertura e renovação do quadro.

1.2.4.1.1.1. Titulação

Do ponto de vista da qualificação acadêmica, o quadro do Magistério Superior da UFPA apresenta perfil de alta titulação: 2.302 dos 2.724 docentes possuem doutorado, o que corresponde a aproximadamente 84,5% da carreira. Esse índice supera significativamente a média das universidades federais brasileiras que, conforme levantamentos do SIAPE⁴, situa-se em torno de 78% e distancia-se ainda mais da média geral do ensino superior nacional, que, segundo o Censo da Educação Superior, alcança cerca de 49% de doutores em todas as redes.

⁴ Estudo do MEC aponta que federais possuem os professores mais qualificados. Disponível em: <https://ufpa.br/universidades-federais-possuem-os-professores-mais-qualificados-atesta-levantamento-do-mec/>.

Nas universidades federais, o doutorado se consolidou como requisito predominante nos concursos públicos docentes, e o regime de Dedicação Exclusiva pressupõe vínculo integral do professor às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. O resultado da UFPA reflete tanto o rigor histórico de seus processos seletivos quanto o avanço contínuo na qualificação do seu quadro permanente.

Completam o perfil de titulação 333 docentes com mestrado (12,2%), 58 com especialização (2,1%) e 31 com graduação (1,2%), estes últimos vinculados predominantemente a áreas ou campi com especificidades de mercado ou de perfil profissional.

Gráfico 3 - Número de professores do Magistério Superior por escolaridade.



Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025)

1.2.4.1.1.2. Perfil Etário e Perspectiva de Renovação do Quadro

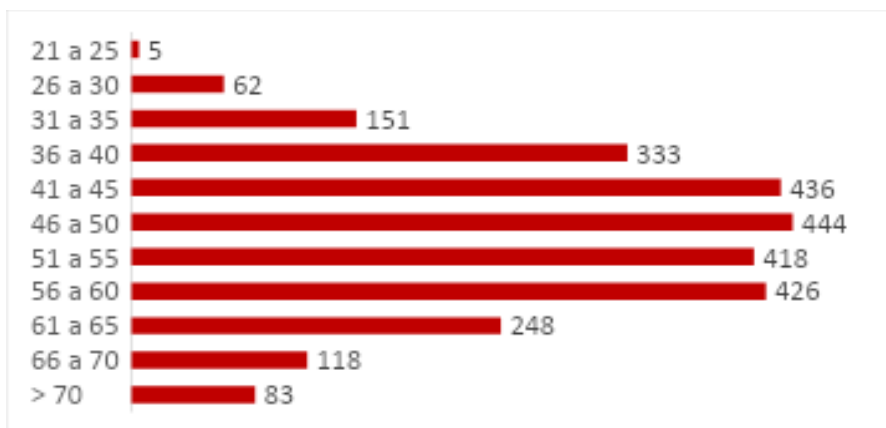
A análise do perfil etário do corpo docente do Magistério Superior revela uma distribuição que merece atenção institucional. As faixas entre 41 e 60 anos concentram o maior contingente de professores (somando 1.724 docentes, o equivalente a cerca de 63% do total), ao passo que as faixas acima de 61 anos reúnem 469 docentes, aproximadamente 17% da carreira. Esse perfil indica que uma parcela expressiva do quadro encontra-se em horizonte de aposentadoria nos próximos anos, o que impõe à Universidade a necessidade de planejamento cuidadoso de reposição.

O risco de descontinuidade precisa ser observado: a perda simultânea de docentes experientes, especialmente em programas de pós-graduação consolidados, pode comprometer a manutenção de notas na avaliação da CAPES e enfraquecer linhas de pesquisa estratégicas. Esse desafio é, ademais, estrutural ao conjunto das universidades federais brasileiras: a última grande ampliação de cargos docentes nas universidades federais havia ocorrido em 2014⁵, e a retomada efetiva de concursos públicos, interrompida desde 2017, só foi viabilizada a partir de 2025, com a criação de novos cargos por meio de portaria conjunta do MEC e do Ministério da Gestão e

⁵ MEC amplia quadro de professores de universidades federais. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/dezembro/mec-amplia-quadro-de-professores-de-universidades-federais>.

Inovação em Serviços Públicos. Esse hiato de quase uma década na criação de vagas resultou no envelhecimento progressivo dos quadros em todo o sistema federal, tornando o planejamento prospectivo de sucessão docente uma prioridade incontornável para as instituições que pretendem preservar sua capacidade instalada de pesquisa e pós-graduação.

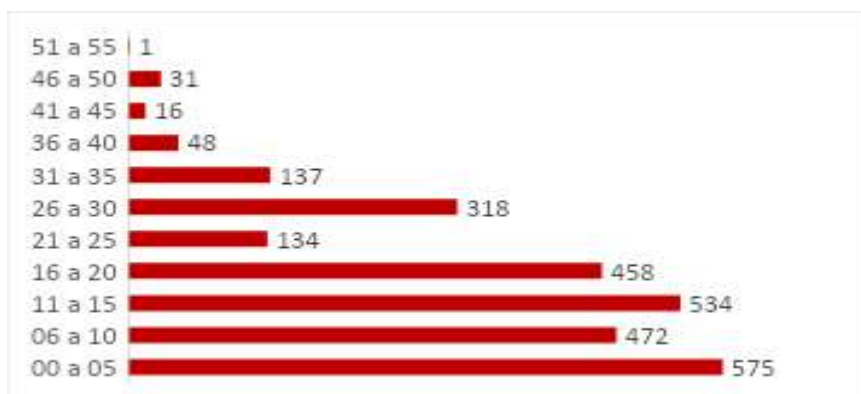
Gráfico 4 - Número de professores do Magistério Superior por faixa etária



Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez/2025).

A distribuição por tempo de serviço reforça esse diagnóstico. A faixa de 0 a 5 anos de serviço, que concentra os ingressantes mais recentes, reúne 575 docentes, o que sinaliza que os concursos realizados nos últimos anos têm contribuído para a chegada de jovens doutores ao quadro permanente. No entanto, as faixas entre 6 e 30 anos de serviço, que agrupam docentes em plena maturidade acadêmica e produtividade científica consolidada, somam mais de 1.900 professores. A leitura combinada desses dados aponta para a necessidade de estabelecer, no horizonte deste PDI, um plano de sucessão que assegure tanto a reposição quantitativa dos postos que serão desocupados quanto a continuidade qualitativa das áreas de conhecimento mais sensíveis à capacidade instalada de pesquisa e pós-graduação, com atenção especial às disciplinas em que a oferta de doutores no mercado regional amazônico é estruturalmente mais restrita.

Gráfico 5 - Número de Professores do Magistério Superior por tempo de serviço



Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025)

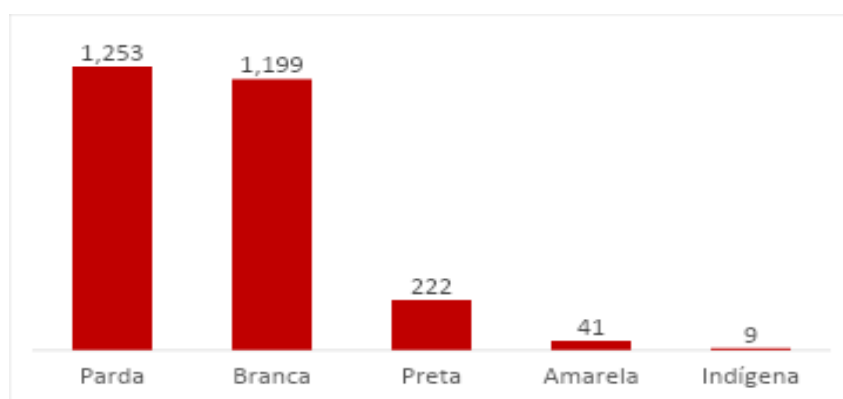
1.2.4.1.1.3. Diversidade Étnico-Racial e de Gênero

A análise combinada dos dados de etnia e gênero do corpo docente do Magistério Superior revela avanços relevantes na construção de um quadro mais diverso e representativo, e coloca a UFPA em posição de destaque no cenário nacional.

Em termos étnico-raciais, os docentes que se autodeclaram pardos constituem o maior grupo da carreira, com 1.253 professores (46%), seguidos pelos que se autodeclaram brancos, com 1.199 (44%), e pelos pretos, com 222 (8,2%). A soma de pardos e pretos supera o total de brancos, configurando uma maioria negra entre os docentes do Magistério Superior da UFPA, dado de especial relevância no contexto das universidades federais brasileiras. Conforme o Censo da Educação Superior de 2023, apenas 21% dos docentes do ensino superior no Brasil se autodeclaram negros⁶, sendo 3,4% pretos e 18,2% pardos, mesmo com a Lei nº 12.990/2014 tendo estabelecido reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros. O contraste com os dados da UFPA é expressivo: a soma de pretos e pardos no Magistério Superior da Universidade alcança mais de 54%, percentual que reflete a identidade amazônica da instituição e o avanço das políticas afirmativas implementadas ao longo dos anos.

Ainda que o número de docentes indígenas (9) e amarelos (41) seja reduzido em termos absolutos, sua presença no quadro permanente é indicativa de uma abertura institucional para grupos historicamente sub-representados no ensino superior. A reserva de vagas para docentes negros, indígenas e quilombolas em concursos públicos tem sido reconhecida como pauta imprescindível para corrigir a sub-representação desses grupos nos espaços acadêmicos, e a UFPA deve consolidar e ampliar essa trajetória nos próximos anos.

Gráfico 6 - Número de professores do Magistério Superior por etnia

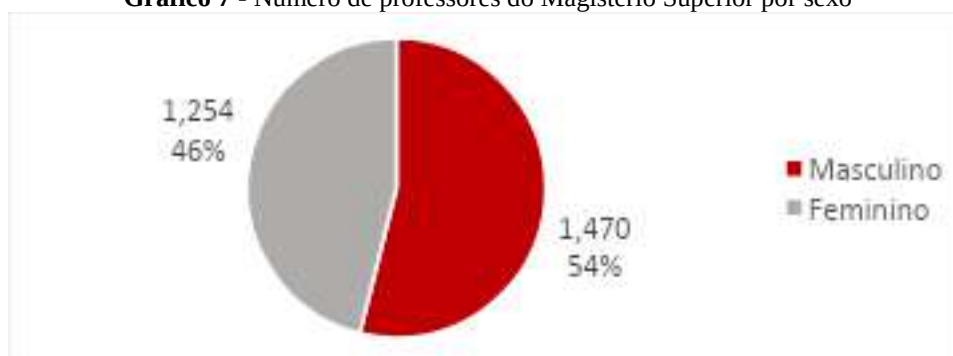


Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025).

⁶ Apenas 21% dos docentes do ensino superior são negros. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2024/11/apenas-21-dos-docentes-do-ensino-superior-sao-negros/>.

No que se refere ao gênero, o quadro apresenta composição relativamente equilibrada: 1.470 docentes do sexo masculino (54%) e 1.254 do sexo feminino (46%). Embora a ligeira maioria masculina persista, a participação feminina no Magistério Superior da UFPA aproxima-se da média nacional observada no ensino superior brasileiro. Segundo o Censo da Educação Superior 2023, as mulheres correspondiam a apenas 47,6% do corpo docente do ensino superior brasileiro e essa sub-representação se aprofunda nas instituições públicas de maior porte⁷. Esse equilíbrio relativo reforça o compromisso institucional com a igualdade de gênero, alinhado ao ODS 5, e deve ser aprofundado com atenção às assimetrias ainda presentes entre áreas de conhecimento e *campi*, onde a distribuição tende a ser menos homogênea.

Gráfico 7 - Número de professores do Magistério Superior por sexo



Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025).

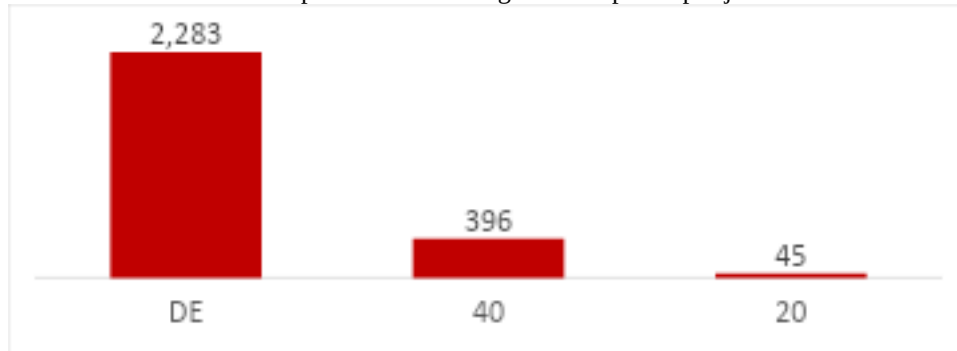
1.2.4.1.1.4. Regime de Trabalho

O quadro docente do Magistério Superior da UFPA é majoritariamente composto por professores em Dedicção Exclusiva (DE): são 2.283 docentes nesse regime, o equivalente a aproximadamente 84% da carreira. Apenas 396 atuam em regime de 40 horas semanais sem DE e 45 em regime de 20 horas. O regime de Dedicção Exclusiva, previsto na Lei nº 12.772/2012, implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções legalmente previstas, e pressupõe a dedicação integral do docente ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração acadêmica. A predominância desse regime na UFPA é um indicador estrutural relevante: além de favorecer a consolidação da pós-graduação e ampliar a produção científica, o regime DE fortalece a inserção da Universidade em redes de cooperação nacional e

⁷ Pesquisa de doutorado desenvolvida na Unicamp identificou que, nas universidades públicas com pesquisa intensiva e pós-graduação consolidada, os homens representam 55% dos docentes, e as mulheres enfrentam desvantagem também nas contratações em regime de Dedicção Exclusiva, modalidade que concentra as melhores oportunidades e os maiores salários da carreira acadêmica. Cf. OLIVEIRA, Daniela Atães de. Políticas de equidade de gênero no ensino superior brasileiro. 2025. 1 recurso online (127 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/30892>. Acesso em: 21 maio. 2026.

internacional, uma vez que propicia maior disponibilidade docente para projetos de pesquisa, orientação e internacionalização.

Gráfico 8 - Número de professores do Magistério Superior por jornada de trabalho

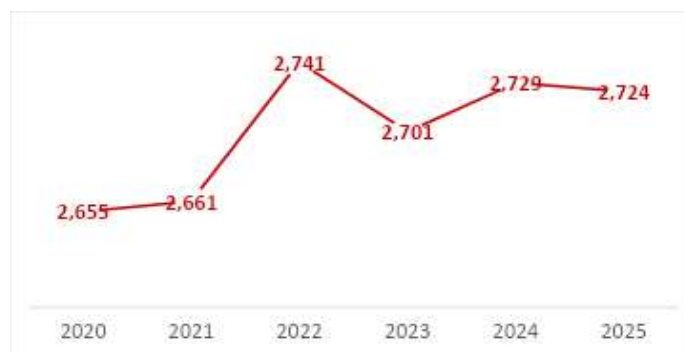


Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez/2025).

1.2.4.1.1.5. Evolução Histórica do Quadro

A série histórica do quantitativo de professores do Magistério Superior entre 2020 e 2025 evidencia relativa estabilidade, com oscilações que não configuraram tendência clara de expansão ou retração. O quadro saiu de 2.655 docentes em 2020, atingiu o pico de 2.741 em 2022, período favorecido pela retomada de concursos públicos após o arrefecimento da pandemia de Covid-19, recuou para 2.701 em 2023 e voltou a crescer nos anos seguintes, chegando a 2.724 em 2025. Esse comportamento reflete tanto a resiliência do quadro diante de restrições orçamentárias e de contingenciamento de vagas na esfera federal quanto a assimetria entre os postos abertos por aposentadorias e o ritmo de realização de novos concursos. A estabilidade observada não deve ser lida como equilíbrio sustentável de longo prazo: diante do perfil etário descrito anteriormente, a tendência é de aceleração das saídas por aposentadoria na segunda metade da vigência deste PDI, o que reforça a urgência de um planejamento prospectivo de reposição docente, com atenção especial às áreas com menor oferta de doutores no mercado regional amazônico.

Gráfico 9 - Série histórica do número de Professores do Magistério Superior



Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez/2025).

1.2.4.1.2. Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Em dezembro de 2025, o quadro de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) da UFPA era composto por 292 docentes, dos quais 252 na condição de ativos permanentes. Embora numericamente menor em relação ao Magistério Superior, a carreira EBTT desempenha função estratégica singular na estrutura acadêmica da Universidade: os professores EBTT atuam nas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e nas Escolas de Aplicação, espaços nos quais a UFPA opera a articulação entre a educação básica, técnica e profissional e o ensino superior, promovendo integração entre diferentes níveis e modalidades educativas e fortalecendo o vínculo da instituição com as comunidades locais.

1.2.4.1.2.1. Titulação

O perfil de titulação do corpo EBTT distingue-se estruturalmente daquele observado no Magistério Superior e reflete características históricas e normativas próprias da carreira. Dos 292 docentes, 161 possuem mestrado (55,1%), 88 possuem doutorado (30,1%), 31 têm especialização (10,6%) e os demais distribuem-se entre graduação e ensino médio. Essa composição, embora heterogênea, é compatível com a trajetória da carreira no âmbito federal: em contraste com o Magistério Superior, historicamente caracterizado por maior concentração de docentes com doutorado, a carreira EBTT consolidou-se com perfil de titulação mais diversificado, contexto no qual o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) foi instituído como instrumento de valorização da experiência profissional e acadêmica dos docentes. Nesse cenário, o percentual de 30,1% de doutores no quadro EBTT da UFPA sinaliza avanço relevante no processo de qualificação desse segmento, refletindo os efeitos das políticas institucionais de formação continuada, em especial o PROQUALI e os afastamentos para pós-graduação.

Gráfico 10 - Número de Professores do EBTT por escolaridade



Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025).

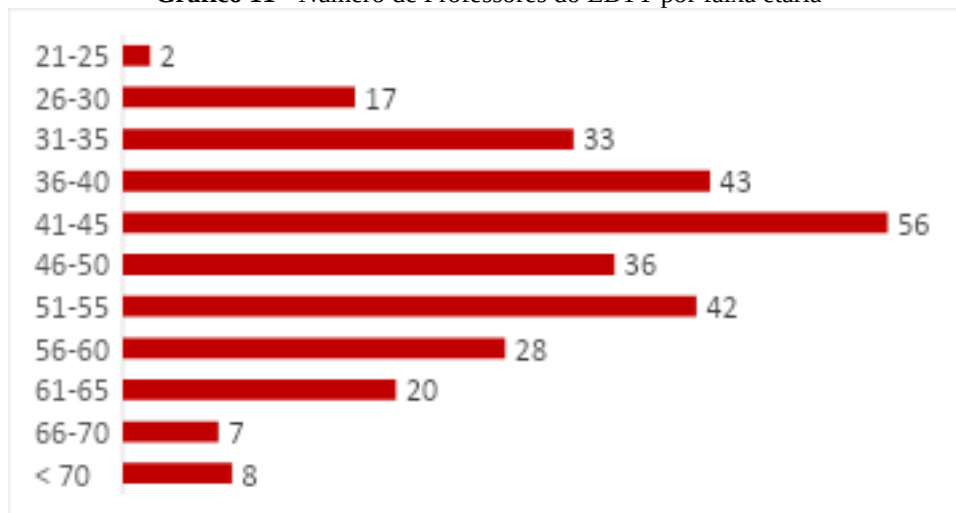
O fortalecimento da qualificação acadêmica dos docentes EBTT constitui diretriz estratégica para a UFPA no horizonte deste PDI. A reestruturação das carreiras do magistério

federal, promovida Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025, manteve a exigência de doutorado para acesso à classe de Titular na carreira EBTT, bem como a realização de defesa de memorial ou tese inédita para promoção ao referido cargo, reforçando a centralidade da qualificação acadêmica no desenvolvimento da carreira. Nesse contexto, torna-se especialmente relevante o investimento institucional em programas que ampliem o acesso dos docentes EBTT à pós-graduação *stricto sensu*, fortalecendo as condições para o desenvolvimento profissional e acadêmico desse segmento docente.

1.2.4.1.2.2. Perfil Etário e Perspectiva de Renovação do Quadro

A distribuição etária do corpo EBTT apresenta perfil distinto e mais favorável do que o observado no Magistério Superior. As faixas entre 31 e 55 anos concentram a maior parte do quadro (somando 230 docentes, o equivalente a cerca de 79% do total), o que indica uma força de trabalho predominantemente em fase de maturidade profissional, com horizonte de permanência na carreira superior a uma década para a maioria dos professores. As faixas acima de 56 anos reúnem 55 docentes (aproximadamente 19%), contingente cujas aposentadorias devem ser monitoradas e planejadas, mas sem o nível de urgência e concentração observado no Magistério Superior.

Gráfico 11 - Número de Professores do EBTT por faixa etária

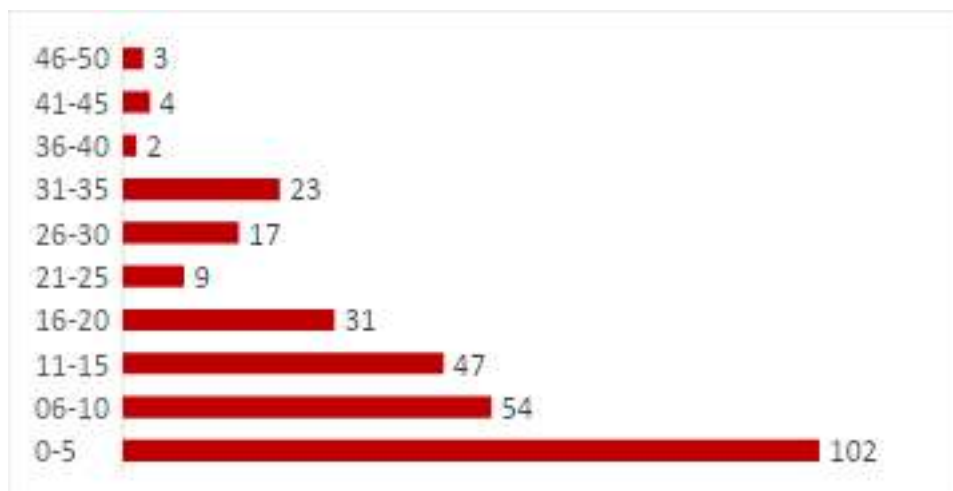


Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez/2025).

Esse perfil é corroborado pelos dados de tempo de serviço: a faixa de 0 a 5 anos concentra 102 docentes, constituindo o maior grupo individual e correspondendo a quase 35% do total. O dado sugere movimento recente de renovação e recomposição do quadro EBTT da Universidade, coexistindo com segmentos docentes em diferentes estágios de trajetória profissional e acadêmica. O conjunto dessas informações aponta para um quadro relativamente jovem e em processo de consolidação institucional, o que amplia a relevância de políticas voltadas à qualificação, ao

desenvolvimento na carreira e ao fortalecimento das condições de permanência e progressão profissional desde os estágios iniciais do vínculo institucional.

Gráfico 12 - Número de Professores do EBTT por tempo de serviço

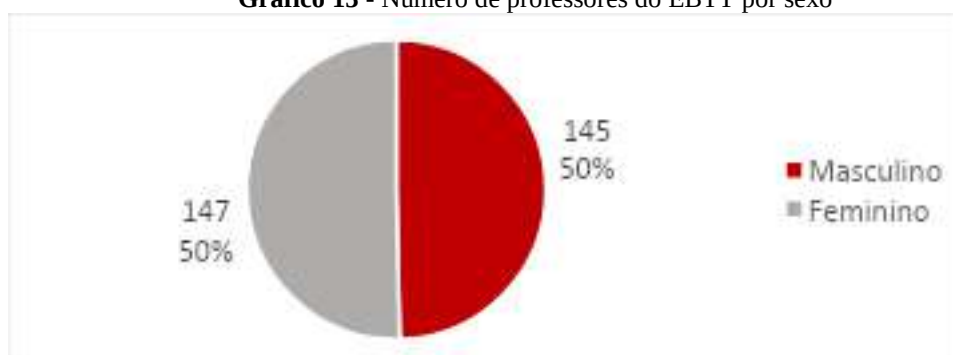


Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez/2025).

1.2.4.1.2.3. Diversidade Étnico-Racial e de Gênero

A distribuição por gênero no corpo EBTT revela paridade praticamente absoluta: 147 professoras (50,34%) e 145 professores (49,66%). Esse equilíbrio é notável quando confrontado com o contexto mais amplo das carreiras acadêmicas e técnicas federais, historicamente marcadas pela predominância masculina, e supera o relativo equilíbrio já observado no Magistério Superior da própria UFPA, onde a proporção feminina alcança 46%. A paridade de gênero no EBTT evidencia que as políticas de igualdade de oportunidades têm produzido efeitos concretos nesse segmento da carreira docente, em plena consonância com o ODS 5, e consolida o compromisso institucional com a promoção da equidade de gênero em todos os níveis da estrutura acadêmica.

Gráfico 13 - Número de professores do EBTT por sexo

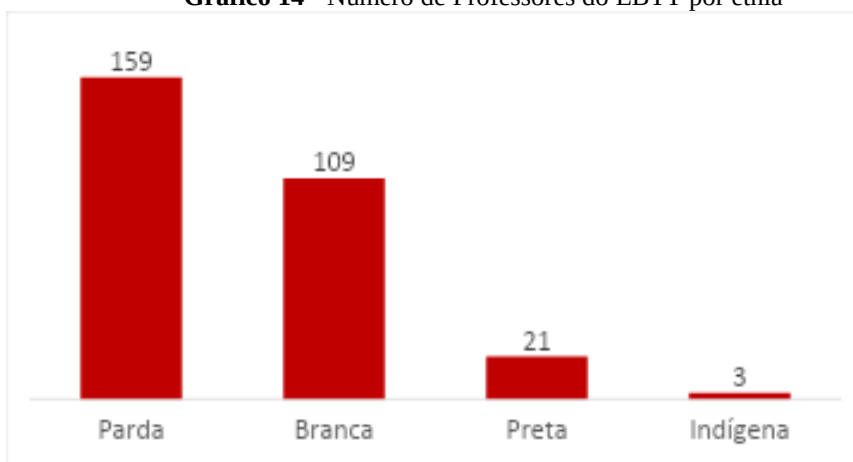


Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez/2025).

A composição étnico-racial do corpo EBTT expressa de forma ainda mais acentuada a diversidade da sociedade amazônica do que a observada no Magistério Superior. Os docentes que se autodeclaram pardos totalizam 159 (54,5%), seguidos pelos brancos, com 109 (37,3%), e pelos

pretos, com 21 (7,2%). A soma de pardos e pretos alcança 180 professores, correspondendo a 61,6% do quadro, percentual superior ao verificado no Magistério Superior (54%) e que reforça a identidade amazônica da Universidade. A presença de docentes indígenas, ainda que em número reduzido (3), representa abertura institucional para um dos grupos mais historicamente sub-representados no ensino superior e aponta para a necessidade de estratégias específicas de atração e permanência desse segmento no quadro docente nos próximos anos.

Gráfico 14 - Número de Professores do EBTT por etnia

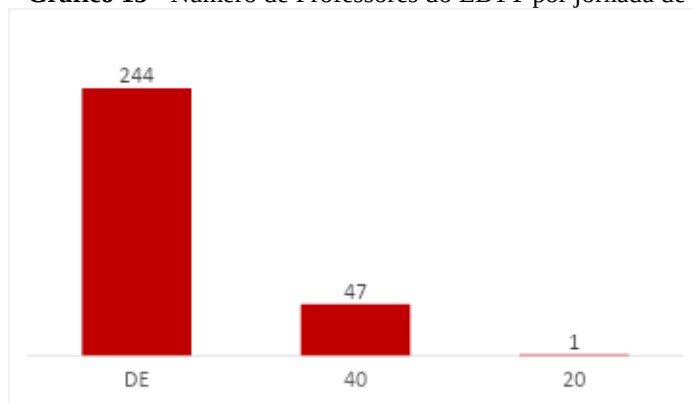


Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025).

1.2.4.1.2.4. Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo EBTT é dominado pela Dedicação Exclusiva: 244 dos 292 docentes (aproximadamente 83,6%) atuam nesse regime, percentual praticamente idêntico ao observado no Magistério Superior (84%). Apenas 47 professores atuam em regime de 40 horas sem DE e 1 em regime de 20 horas. A previsão do regime de Dedicação Exclusiva na carreira EBTT das universidades federais é resultado de um processo histórico de aproximação dessa carreira com os princípios do Magistério Superior, consolidando o tripé ensino, pesquisa e extensão como eixo estruturante da atuação docente também nesse segmento.

Gráfico 15 - Número de Professores do EBTT por jornada de trabalho



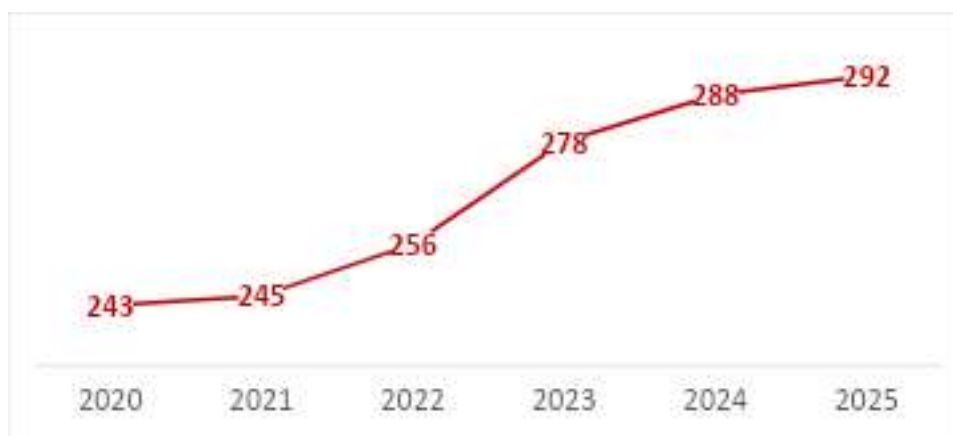
Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025).

A expressiva adesão ao regime DE no quadro EBTT da UFPA evidencia que os professores dessa carreira não apenas cumprem funções de ensino básico, técnico e profissional, mas também se inserem no universo da pesquisa aplicada e da extensão universitária, o que qualifica e diferencia a oferta formativa da Universidade nessas modalidades.

1.2.4.1.2.5. Evolução Histórica do Quadro

A série histórica do quantitativo de docentes EBTT entre 2020 e 2025 revela trajetória de crescimento contínuo e consistente, em contraste com a relativa estabilidade observada no Magistério Superior no mesmo período. O quadro passou de 243 professores em 2020 para 292 em 2025, um incremento de 49 docentes (crescimento de aproximadamente 20% em cinco anos).

Gráfico 16 - Série histórica do número de Professores do EBTT da UFPA



Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025).

Esse desempenho reflete tanto a capacidade institucional de reposição das vagas abertas por aposentadorias quanto o esforço deliberado de ampliação do quadro, associado à retomada de concursos públicos nas universidades federais a partir de 2023. A continuidade desse crescimento nos próximos anos, no entanto, estará condicionada à disponibilidade de cargos redistribuídos pelo MEC e à capacidade da UFPA de planejar e realizar concursos em áreas estratégicas, especialmente aquelas vinculadas à sua missão de articulação entre a universidade e as comunidades da região amazônica.

1.2.4.2. Requisitos de Titulação

Os requisitos de titulação para as carreiras do Magistério Federal são disciplinados pela Lei nº 12.772/2012 (Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 12.863/2013 e nº 15.141/2025, e pela Portaria MEC nº 982/2013. No âmbito da UFPA, a Resolução CONSEPE nº 5.563/2022 estabelece orientações complementares sobre os critérios de ingresso conforme o nível da carreira.

Quadro 5 - Requisitos de titulação por cargo

CARGO / CLASSE	TITULAÇÃO EXIGIDA	OBSERVAÇÕES
Professor do Magistério Superior (Classe A)	Doutor (regra geral)	Mestre, especialista ou graduado em caráter excepcional, mediante decisão fundamentada do Conselho Superior
Professor Titular-Livre do Magistério Superior	Doutor	Exige ainda 10 anos de experiência ou de obtenção do título na área do concurso
Professor do EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) – Classe inicial	Graduação (nível superior)	Ingresso sempre no primeiro nível da classe inicial
Professor Titular-Livre do EBTT	Doutor	Exige ainda 10 anos de experiência ou de obtenção do título na área do concurso

Fonte: Lei nº 12.772/2012, arts. 8º–11, com redação alterada pela Lei nº 15.141/2025; Portaria MEC nº 982/2013.

1.2.4.2.1. Magistério Superior

O ingresso na Carreira do Magistério Superior ocorre sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. A titulação mínima exigida é o doutorado na área do concurso (art. 8º, § 1º, Lei nº 12.772/2012). A legislação admite, em caráter excepcional, a substituição do título de doutor pelo de mestre, especialista ou por diploma de graduação, desde que a dispensa seja motivada por grave carência de doutores na área de conhecimento ou na localidade do concurso, formalmente reconhecida pelo Conselho Superior da instituição (art. 8º, § 3º). O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre exige, cumulativamente: (i) título de doutor e (ii) dez anos de experiência ou de obtenção do título, ambos na área do concurso (art. 9º).

Quadro 6 – Orientação da UFPA quanto ao ingresso de docentes no magistério superior

ORIENTAÇÃO UFPA	Em consonância com a legislação federal e reconhecendo as especificidades acadêmicas, territoriais e regionais do Pará, a UFPA orienta o ingresso preferencial de docentes com titulação de doutor no quadro permanente. A flexibilização do requisito é admitida de forma excepcional e devidamente justificada, observadas as normas vigentes e mediante deliberação da instância superior competente.

Fonte: Elaboração própria.

1.2.4.2.2. Magistério do EBTT

Para os cargos de provimento efetivo de Professor do EBTT, o ingresso ocorre no primeiro nível da classe inicial (Classe A), mediante concurso público de provas ou de provas e títulos. A titulação mínima exigida é o diploma de curso superior em nível de graduação (art. 10, § 1º, Lei nº 12.772/2012).

O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do EBTT obedece às mesmas exigências previstas para o cargo equivalente no Magistério Superior: título de doutor e dez anos de experiência ou de obtenção do título na área do concurso (art. 11).

1.2.4.3. Regime de Trabalho

Os docentes integrantes da Carreira do Magistério Superior e do EBTT estão sujeitos aos regimes de trabalho estabelecidos no art. 20 da Lei nº 12.772/2012, sintetizados na tabela a seguir:

Quadro 7 - Regimes de trabalho docente, características e restrições

REGIME	CARACTERÍSTICAS	RESTRIÇÕES/CONDIÇÕES
40h – Dedicção Exclusiva (DE)	Dois turnos diários completos com dedicação integral às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão	Vedado o exercício de outra atividade remunerada (pública ou privada), salvo exceções legais
40h – Sem Dedicção Exclusiva	Caráter excepcional; adotado mediante aprovação de órgão colegiado superior, para áreas com características específicas	Admite acumulação lícita de cargos; docentes de 20h podem ser temporariamente vinculados a esse regime em situações específicas
20h – Tempo Parcial	Regime de tempo parcial com 20 horas semanais	Pode ser temporariamente ampliado para 40h sem DE em casos previstos em lei (cargo de direção, FG, coordenação ou ações de interesse institucional)

Fonte: Lei nº 12.772/2012, art. 20, §§ 1º–4º; Decreto nº 94.664/1987, art. 14, § 1º.

1.2.4.4. Dedicção Exclusiva

O regime de 40 horas com Dedicção Exclusiva implica o impedimento do exercício de qualquer outra atividade pública ou privada remunerada (art. 20, § 2º). São ressalvadas as hipóteses previstas no art. 14, § 1º, alíneas “a” a “d”, do Decreto nº 94.664/1987, bem como as possibilidades de participação em fundações de apoio nos termos do art. 20, § 4º.

Quadro 8 – Participação docente em Fundações de Apoio

FUNDAÇÕES DE APOIO

Mesmo em regime de Dedicação Exclusiva, e desde que não investido em cargo em comissão ou função de confiança, o docente pode: (a) integrar órgãos de direção de fundação de apoio (Lei nº 8.958/1994), vedada remuneração pela fundação; e (b) ocupar o cargo de dirigente máximo de fundação de apoio, mediante deliberação do Conselho Superior.

Fonte: Elaboração própria.

1.2.4.5. Ampliação Temporária do Regime de 20h

Docentes em regime de 20 horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 horas sem Dedicação Exclusiva nas seguintes hipóteses, desde que verificada a inexistência de acúmulo ilícito de cargos e a disponibilidade orçamentária (art. 20, § 3º):

Quadro 9 – Hipóteses para atuação docente em regime de 40 horas, sem dedicação exclusiva

Ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos.

Participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo Conselho Superior da IFE.

Fonte: Elaboração própria.

1.2.4.6. Critérios de Seleção e Contratação Docente

O ingresso de docentes efetivos nas carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPA ocorre mediante concurso público de provas e títulos, nos termos da Lei nº 8.112/1990, enquanto a contratação de docentes temporários (professores substitutos, visitantes e visitantes estrangeiros) é realizada por meio de processo seletivo simplificado, conforme a Lei nº 8.745/1993.

Os critérios de seleção e contratação observam, além da legislação de regência, os princípios da impessoalidade, transparência, equidade e acessibilidade, devendo os editais assegurarem condições adequadas de participação a todas as pessoas candidatas, com especial atenção às adaptações razoáveis para pessoas com deficiência e à eliminação de barreiras de gênero, étnico-raciais e territoriais, em consonância com a cultura institucional que a Universidade busca consolidar.

Em atendimento à política nacional de ações afirmativas, os concursos públicos e processos seletivos da UFPA aplicam a reserva de vagas para pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, nos termos da Lei nº 15.142/2025 e de sua regulamentação, bem como a reserva

mínima de vagas para pessoas com deficiência, conforme o Decreto nº 9.508/2018, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 12.533/2025, assegurando-se a aplicação dos percentuais legais, os procedimentos de confirmação e verificação previstos em norma e a observância dos critérios de alternância e proporcionalidade nas nomeações.

Com vistas a garantir a efetividade das ações afirmativas, a UFPA adotará, sempre que possível, modelos de concursos e processos seletivos com maior agregação de vagas por edital, evitando o fracionamento que comprometa a aplicação das reservas legais, e promovendo ordens de chamamento mais inclusivas, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes institucionais de diversidade, inclusão e justiça social.

1.2.4.7. Plano de Carreira Docente

A política de gestão da carreira docente da UFPA orienta-se pelo estímulo ao desenvolvimento profissional contínuo, articulado às políticas de qualificação, capacitação e avaliação de desempenho, em consonância com a legislação federal que estrutura o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal. A organização da carreira busca assegurar condições para o exercício qualificado das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, fortalecendo o papel do docente na consecução da missão institucional.

Nos termos da Lei nº 12.772/2012, com as alterações introduzidas pela Lei nº 15.141/ 2025, as carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) passaram a ser estruturadas em quatro classes, com redução do número total de níveis e unificação do percurso de desenvolvimento. A carreira do Magistério Superior compreende as classes Assistente, Adjunto, Associado e Titular, enquanto a carreira EBTT mantém estrutura equivalente, observadas as especificidades legais próprias.

Quadro 10 – A estrutura das carreiras do Magistério Superior e EBTT foram equiparadas a partir da Lei 15.141/2025.

MAGISTÉRIO SUPERIOR			MAGISTÉRIO EBTT	
CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	CLASSE	NÍVEL
D	Titular	1	Titular	1
C	Associado	4	C	4
		3		3
		2		2
		1		1
B	Adjunto	4	B	4
		3		3
		2		2
		1		1
A	Assistente	1	A	1

Fonte: PROGEP/Dez 2025.

O desenvolvimento na carreira docente ocorre por meio de progressão funcional, caracterizada pela passagem para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e de promoção, que consiste na passagem de uma classe para a subsequente. Em ambos os casos, são exigidos o cumprimento do interstício mínimo legal e a aprovação em avaliação de desempenho, nos termos da legislação vigente. O interstício geral é de 24 meses, sendo de 36 meses no desenvolvimento inicial da carreira, correspondente ao período do estágio probatório.

A promoção para a classe de Titular, tanto no Magistério Superior quanto no EBTT, permanece condicionada à posse do título de doutor, à aprovação em avaliação de desempenho e à apresentação e aprovação de memorial acadêmico ou defesa de tese inédita, conforme disciplinado em norma específica. A Lei nº 15.141/2025 extinguiu a possibilidade de aceleração da promoção para os docentes que ingressarem a partir de sua vigência, estabelecendo percurso único de desenvolvimento na carreira, independentemente da titulação inicial.

Os processos de avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção são regulamentados no âmbito institucional, com participação das instâncias competentes, assegurando critérios objetivos, transparência e respeito às especificidades das atividades docentes. Dessa forma, o plano de carreira docente da UFPA reafirma seu compromisso com a valorização do trabalho acadêmico, a equidade no desenvolvimento profissional e a sustentabilidade institucional ao longo da vigência deste PDI.

1.2.4.8. Procedimentos para Substituição dos Professores do Quadro Funcional

A necessidade de substituição eventual de professor do quadro gera a contratação de professor substituto, o que ocorre exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira, conforme postula a Lei nº 8.745/93 e o Decreto nº 7.485/2011, nos quais estão definidas as situações em que são previstas tais contratações.

Mesmo que as demandas por docentes substitutos possam, por vezes, ser tempestivas, pretende-se fortalecer a cultura do planejamento e o uso do PDP, para que os afastamentos dos docentes sejam mais previsíveis, de modo a promover processos seletivos de substitutos de maneira programada, com menor frequência e aglutinando mais vagas em um mesmo edital, proporcionando a aplicação mais efetiva das políticas de cotas de pessoas negras, indígenas, quilombolas e/ou com deficiência.

1.2.4.9. Plano de Expansão do Corpo Docente

A expansão do corpo docente da UFPA está condicionada à política de recursos humanos do Governo Federal, especialmente ao modelo do Banco de Professor Equivalente, instituído pelo

Decreto nº 7.485/2011 e atualizado pela Portaria Interministerial nº 313/2015. Esse modelo determina o teto de docentes que cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) pode manter em seu quadro permanente, vinculando diretamente qualquer ampliação à autorização de novas vagas pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Nesse contexto, a capacidade de expansão da UFPA não decorre exclusivamente de decisões institucionais autônomas, mas resulta da confluência de três fatores interdependentes: a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, em especial nas unidades fora de sede, que integram a estratégia de interiorização e de ampliação do acesso à educação superior no estado do Pará; o consequente aumento da demanda por docentes para atender a essas ofertas acadêmicas; e a disponibilização de vagas pelo Governo Federal dentro dos limites estabelecidos pelo Banco de Professor Equivalente.

Importa destacar que qualquer expansão do quadro docente prevista neste Plano refere-se exclusivamente à criação de novas vagas, não abrangendo a reposição de vagas decorrentes de vacância por aposentadoria, falecimento ou desligamento, as quais seguem fluxo próprio junto aos órgãos federais competentes.

Diante da dependência estrutural da autorização federal e da natureza dinâmica das políticas de gestão de pessoal do Governo Federal, a UFPA monitora continuamente as diretrizes emanadas pelo MEC e pelos órgãos de controle orçamentário, de modo a apresentar, no momento oportuno, as demandas institucionais de ampliação do quadro docente alinhadas às necessidades acadêmicas identificadas em seu planejamento estratégico.

1.2.5. Diretrizes Gerais para o Corpo Técnico-Administrativo

1.2.5.1. Perfil do Corpo Técnico-Administrativo

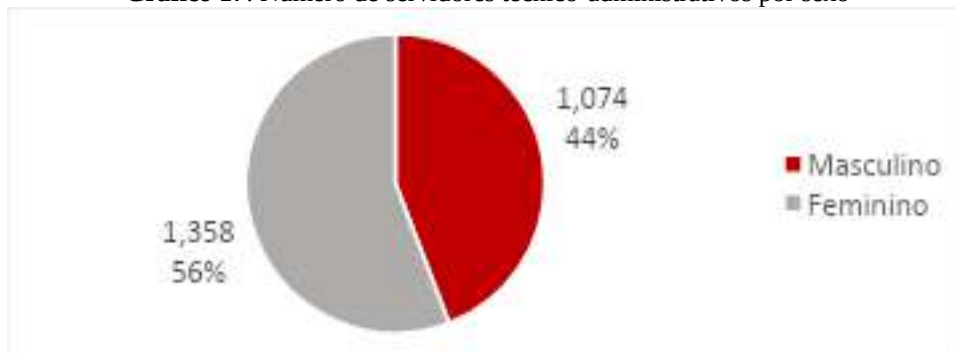
O corpo de servidores técnico-administrativos em educação (TAE) da UFPA constitui segmento essencial para o funcionamento institucional, desempenhando atividades de apoio técnico, administrativo, científico e de gestão que sustentam as ações de ensino, pesquisa e extensão. Em dezembro de 2025, o quadro ativo era composto por 2.432 servidores, distribuídos nos níveis de classificação C, D e E da carreira, cuja composição reflete tanto a diversidade sociocultural da comunidade universitária quanto os desafios estruturais relacionados à reposição e ao planejamento da força de trabalho, abordados em detalhe ao longo desta seção.

1.2.5.2. Diversidade Étnico-Racial e de Gênero

Do ponto de vista de gênero, o quadro TAE apresenta distribuição com predominância feminina: 1.358 servidoras (56%) e 1.074 servidores (44%). Essa composição distingue-se do

relativo equilíbrio observado nos corpos docentes, tanto no Magistério Superior quanto no EBTT, e reflete um padrão historicamente verificado nas carreiras técnicas e administrativas do setor público, nas quais a presença feminina tende a ser mais expressiva do que nas carreiras acadêmicas de maior prestígio⁸. Esse dado deve orientar as políticas de Gestão de Pessoas da UFPA, especialmente no que se refere a práticas de equidade de gênero, conciliação entre vida profissional e pessoal e prevenção a formas de discriminação que incidem de maneira diferenciada sobre as trabalhadoras.

Gráfico 17: Número de servidores técnico-administrativos por sexo



Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025).

A análise por etnia revela composição que expressa, de forma ainda mais acentuada do que nos corpos docentes, a diversidade da sociedade amazônica. Os servidores que se autodeclaram pardos totalizam 1.460, constituindo o maior grupo do quadro (60,1%), seguidos pelos brancos, com 696 (28,6%), e pelos pretos, com 260 (10,7%). A soma de pardos e pretos alcança 1.720 servidores, correspondendo a 70,8% do total, percentual expressivamente superior ao observado tanto no Magistério Superior (54%) quanto no EBTT (61,6%), e que contrasta de forma marcante com a média nacional do funcionalismo público federal, historicamente marcada pela sub-representação de negros especialmente nos níveis de maior qualificação e remuneração⁹. A presença de servidores amarelos (14) e indígenas (2), embora numericamente reduzida, representa abertura para grupos ainda mais marginalizados no serviço público e deve ser fortalecida pelos

⁸ Estudo da ENAP sobre equidade de gênero e raça no serviço público federal aponta que, nas carreiras de maior remuneração e prestígio social (o chamado “ciclo de gestão”), observa-se um padrão de desigualdade de gênero bastante acentuado, com predominância de homens brancos em todas as carreiras listadas. Cf. BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Além do Teto de Vidro: O Desafio da Equidade de Gênero e Raça no Serviço Público Federal. Brasília: ENAP, 2025. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/desafios-de-acesso-das-mulheres-no-servico-publico-federal-brasileiro-uma-analise-de-genero-e-raca>.

⁹ Pesquisa elaborada pelos pesquisadores do IPEA Tatiana Dias Silva e Felix Garcia Lopez concluiu que, embora a presença de negros no Executivo federal tenha crescido nas últimas décadas, eles ainda são minoritários e sub-representados quando comparados ao total da população e da força de trabalho. Cf. SILVA, Tatiana Dias; LOPEZ, Felix Garcia. Perfil racial do serviço civil ativo do Executivo federal (1999-2020). Nota Técnica n. 49 (Diest). Brasília: Ipea, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdiest49>.

mecanismos de cotas previstos na nova legislação federal, em especial a Lei nº 15.142/2025, que amplia a reserva de vagas para 30% nos concursos públicos federais.

Gráfico 18 - Número de servidores técnico-administrativos por etnia

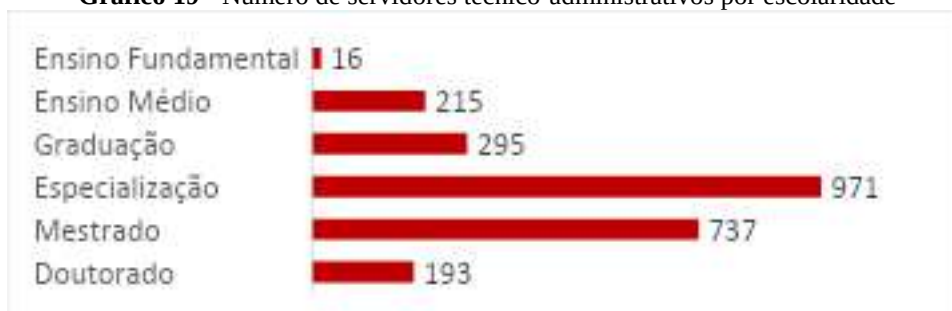


Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025).

1.2.5.3. Escolaridade e Qualificação

O perfil de escolaridade do corpo de servidores TAE revela nível de qualificação expressivo e crescente. Dos 2.432 servidores, 971 possuem especialização (39,9%), 737 têm mestrado (30,3%), 193 concluíram o doutorado (7,9%) e 295 têm graduação (12,1%). Em sentido inverso, apenas 215 servidores possuem ensino médio como grau máximo (8,8%) e 16 têm ensino fundamental (0,7%). O conjunto de servidores com nível superior ou pós-graduação ultrapassa 90% do total, percentual que reflete os efeitos acumulados das políticas de qualificação da UFPA, em particular o PROQUALI e os mecanismos de afastamento para estudos e de horário especial ao estudante previstos na carreira.

Gráfico 19 - Número de servidores técnico-administrativos por escolaridade



Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025).

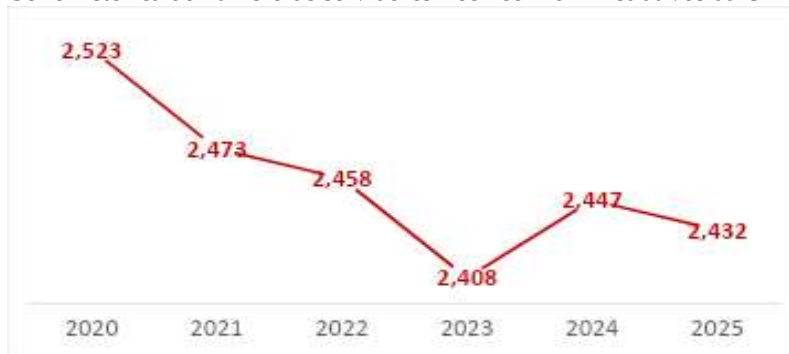
Esse perfil de alta escolaridade é ainda mais significativo quando se considera a estrutura de incentivos da carreira TAE: o Incentivo à Qualificação, mantido e regulamentado pela Lei nº 15.141/2025, prevê percentuais sobre o vencimento base que variam de 10% a 75%, conforme o nível de escolaridade formal superior ao exigido para o cargo, criando estímulo objetivo e permanente ao investimento em formação. O resultado desse mecanismo é visível na composição

do quadro: a proporção de servidores com mestrado e doutorado (38,2% do total) é notavelmente elevada para uma carreira técnico-administrativa, e evidencia que a UFPA tem sabido aproveitar os instrumentos disponíveis para elevar o padrão de qualificação de sua força de trabalho, com consequente impacto positivo sobre os serviços prestados à sociedade.

1.2.5.4. Evolução Histórica do Quadro e Desafios de Reposição

A série histórica do quantitativo de servidores TAE entre 2020 e 2025 evidencia trajetória de redução progressiva, com discreta tentativa de recuperação que, no entanto, não foi sustentada. O quadro saiu de 2.523 servidores em 2020 e chegou ao patamar mais baixo da série em 2023, com 2.408, registrando leve recomposição em 2024 (2.447) e novo recuo em 2025 (2.432). A perda líquida no período é de 91 servidores, uma redução de 3,6% em cinco anos, em um contexto em que a Universidade expandiu sua oferta acadêmica, aumentou o número de *campi* e ampliou os serviços prestados à comunidade.

Gráfico 20 - Série histórica do número de servidores Técnico-Administrativos da UFPA, 2020-2025



Fonte: UFPA em números, com dados do SIAPE (Dez./2025).

Essa contração guarda relação direta com as consequências do Decreto nº 10.185/2019, que extinguiu 1.431 cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) nas Instituições Federais de Ensino e proibiu a abertura de concursos para outros 68 tipos de cargos ou funções, determinando que cada aposentadoria de ocupante de cargo extinto não pudesse ser acompanhada de reposição.

Entre os cargos extintos e vedados para novos concursos figuraram funções de relevância operacional para as universidades, como secretário executivo, auxiliar de enfermagem, operador de caldeira, técnico em eletroeletrônica e técnico em enfermagem do trabalho, entre outros, cuja ausência progressiva impõe substituições por terceirização ou redistribuição de demandas entre os servidores remanescentes. O efeito qualitativo desse processo é a concentração crescente da força de trabalho nos níveis D e E, como evidencia o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-

Administrativos: em janeiro de 2026, o nível D reunia 1.152 servidores ocupados (47,4% do total) e o nível E, 861 (35,4%), ao passo que o nível C contava com 321 servidores (13,2%).

Quadro 11 - Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos. Fonte: PROGEF/UFPA (Ago./2026).

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	OCUPADOS	VAGOS	TOTAL
E	861	27	888
D	1.152	20	1.172
C	321	5	326
Total	2.334	52	2.386

Fonte: Coordenadoria de Planejamento da Força de Trabalho/DIPLAD/PROGEF

Para mitigar esses impactos, a UFPA tem avançado em negociações para troca de cargos junto ao banco do Ministério da Educação e na implementação de medidas voltadas ao retorno de códigos de vaga aos bancos institucionais. A própria Lei nº 15.141/2025 abriu nova perspectiva ao prever a transformação de cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, possibilitando adequações de nomenclatura que ampliam a discricionariedade institucional na definição das áreas de atuação a serem contempladas em futuros concursos. Destaca-se, ainda, a criação dos cargos amplos de Técnico em Educação e Analista em Educação, que representam importante avanço para a gestão da força de trabalho nas instituições federais de ensino, ao permitir maior flexibilidade na definição das especialidades a serem providas em decorrência de vacâncias, tornando o processo de reposição de pessoal mais aderente às necessidades institucionais e às transformações organizacionais.

Ainda assim, o cenário exige planejamento prospectivo rigoroso: a desproporção entre o crescimento da demanda institucional e a capacidade de reposição do quadro TAE é um dos principais desafios de Gestão de Pessoas que a UFPA deverá enfrentar no horizonte deste PDI.

1.2.5.5. Regime de Trabalho

A jornada de trabalho dos servidores TAE é de 40 horas semanais, em conformidade com o art. 19 da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pela Lei nº 8.270/1991, salvo nas hipóteses em que legislação específica estabeleça jornada diversa em razão das atribuições do cargo. O cumprimento da jornada pode ocorrer nos turnos diurno ou noturno, de acordo com as necessidades institucionais e o interesse público.

1.2.5.6. Plano de Carreira TAE

O PCCTAE, instituído originalmente pela Lei nº 11.091/2005, foi objeto de ampla reestruturação pela Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025. A nova legislação altera a remuneração de servidores do Poder Executivo federal, reestrutura planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho e transforma cargos efetivos vagos em outros cargos, representando a mais significativa atualização da carreira TAE em duas décadas, após anos de defasagem salarial acumulada.

Do ponto de vista estrutural, a carreira mantém os cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), agora organizados em 19 padrões de vencimento, substituindo a configuração anterior de 4 níveis de capacitação e 16 padrões de vencimento vigente até 31 de dezembro de 2024. Entre os pontos de destaque da nova lei estão o reajuste de 9% em 2025 e mais 5% em 2026, com pagamento retroativo a janeiro do corrente ano, além da criação de mais de 10 mil cargos vinculados às Instituições Federais de Ensino, medidas que, em conjunto, representam avanço concreto na valorização da categoria.

O desenvolvimento na carreira ocorre por duas vias. A Progressão por Mérito Profissional consiste na mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente a cada 12 meses de efetivo exercício, condicionada à avaliação de desempenho satisfatória. A Aceleração da Progressão por Capacitação, introduzida pela Lei nº 15.141/2025, permite mudança de padrão mediante certificação em programa de capacitação compatível com o cargo, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima estabelecida por nível de classificação, conforme quadro abaixo:

Quadro 12 - Carga horária mínima de capacitação exigida por nível de classificação

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA DA CAPACITAÇÃO
A	40 horas
B	60 horas
C	90 horas
D	120 horas
E	150 horas

Fonte: Elaboração própria

Além das progressões, o plano de carreira prevê o Incentivo à Qualificação, percentual não cumulativo incidente sobre o vencimento base dos servidores que possuem formação superior à exigida para o cargo, variando de 10% para o ensino fundamental completo até 75% para o doutorado. Esse instrumento tem produzido efeitos concretos sobre o perfil de qualificação do

quadro TAE da UFPA, conforme evidenciado pelos dados de escolaridade apresentados anteriormente, e deve ser potencializado por iniciativas ainda não plenamente exploradas, como o incentivo a estudos no exterior, tratativas com órgãos ministeriais para normatizar afastamentos para capacitação sem perdas financeiras e a adequação de normas internas para ampliar a participação regulamentada do corpo técnico nas atividades finalísticas da Universidade.

Quadro 13 – Percentuais de Incentivo à Qualificação previstos para os cargos da carreira TAE

Escolaridade Formal Superior ao Previsto para Exercício do Cargo	Percentual
Ensino Fundamental Completo	10%
Ensino Médio Completo	15%
Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio com Curso Técnico Completo	20%
Curso de Graduação Completo	25%
Especialização com carga horária igual ou superior a 360 horas	30%
Mestrado	52%
Doutorado	75%

Fonte: Elaboração própria

1.2.5.7. Critérios de Seleção e Contratação

A seleção dos servidores TAE é realizada por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, em conformidade com a legislação vigente, incluindo a efetiva implementação das políticas de cotas raciais e de acessibilidade previstas na Lei nº 15.142/2025 e no Decreto nº 12.533/2025. No âmbito das atualizações decorrentes da Lei nº 15.141/2025, a UFPA pretende realizar concursos com cargos de nomenclatura mais abrangente, permitindo maior discricionariedade da gestão na definição das áreas de formação contempladas. Essa estratégia será orientada pelos dados de distribuição da força de trabalho, pelas demandas identificadas nas unidades acadêmicas e administrativas e pelas diretrizes institucionais de fortalecimento do multicampia e de suporte às atividades de assistência estudantil.

1.2.5.8. Plano de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo

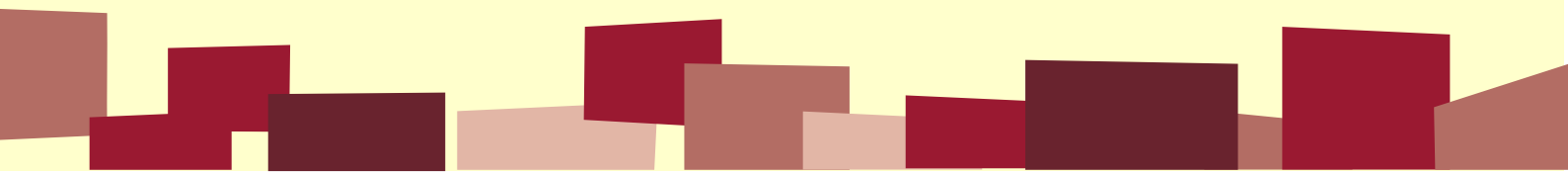
O planejamento de expansão do corpo TAE para o período deste PDI enfrenta o desafio estrutural de recompor um quadro que foi progressivamente reduzido por efeito da extinção e vedação de cargos decorrentes do Decreto nº 10.185/2019, em contexto de simultâneo crescimento da Universidade. As tratativas em curso para retorno de códigos de vaga ao banco institucional

têm produzido recomposição quantitativamente inferior às perdas, ainda que concentrada nos níveis D e E, mais aderentes ao perfil de demanda atual.

Reconhecendo que diversas atividades dos cargos extintos já não correspondem às necessidades contemporâneas da instituição e que o perfil dos serviços se transformou significativamente, a UFPA vem desenvolvendo estudos sistemáticos de distribuição da força de trabalho para subsidiar as decisões estratégicas de reposição e expansão. Esses estudos consideram as especificidades de cada campus, as demandas das unidades acadêmicas e administrativas, e o alinhamento com os objetivos estratégicos da Universidade para o período 2026–2035, em especial o fortalecimento da multicampia e a ampliação da capacidade de suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil.



1.3 POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE



1.3. POLÍTICA DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE

A infraestrutura constitui um dos pilares estratégicos da Universidade Federal do Pará (UFPA), uma vez que dela dependem as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão administrativa. Este capítulo tem como propósito diagnosticar os principais desafios relacionados à infraestrutura institucional e estabelecer diretrizes para o seu desenvolvimento físico, contemplando aspectos como manutenção de edificações, urbanização dos campi, acessibilidade, segurança, sustentabilidade e preservação do patrimônio histórico e cultural.

Nesse contexto, também são consideradas as condições de funcionamento e expansão das bibliotecas universitárias, reconhecidas como espaços essenciais para a produção, organização, preservação e disseminação do conhecimento. Além da qualidade e atualização de seus acervos, a infraestrutura das bibliotecas envolve aspectos relacionados à adequação dos espaços físicos, acessibilidade, conforto ambiental, conectividade, segurança, disponibilização de ambientes de estudo individual e coletivo, bem como a incorporação de tecnologias que ampliem o acesso à informação e aos serviços acadêmicos. O fortalecimento dessa infraestrutura é fundamental para apoiar as atividades acadêmicas e científicas desenvolvidas em todos os campi da UFPA.

Esse enfoque conecta-se diretamente à missão institucional da UFPA de produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade inclusiva, democrática e sustentável. Da mesma forma, alinha-se à visão de futuro da Universidade, que a projeta como referência nacional e internacional em qualidade acadêmica, inovação, desenvolvimento científico e práticas sustentáveis.

O objetivo estratégico vinculado à infraestrutura consiste, portanto, em prover espaços adequados, seguros, acessíveis e compatíveis com as necessidades acadêmicas e administrativas da instituição, assegurando tanto o funcionamento cotidiano da Universidade quanto sua expansão planejada e sustentável. Nesse sentido, a gestão da infraestrutura deve ser compreendida como instrumento de promoção da equidade, da inclusão, da eficiência na utilização dos recursos públicos e da responsabilidade socioambiental, garantindo que a UFPA continue a desempenhar seu papel essencial no desenvolvimento da Amazônia e do país.

Ao longo deste capítulo, são abordados os principais eixos da infraestrutura da UFPA, incluindo a caracterização da infraestrutura física existente e dos recursos essenciais mínimos para cada campus; as condições e perspectivas da infraestrutura das bibliotecas universitárias; os desafios de urbanização e crescimento institucional, com ênfase na sustentabilidade e na elaboração do Plano Diretor Multicampi; as condições de acessibilidade física e urbanística; os

sistemas de prevenção e combate a incêndio; a manutenção predial e urbana; a gestão e preservação das edificações históricas; e os serviços de segurança patrimonial. Em cada um desses eixos, busca-se identificar as deficiências existentes, as oportunidades de melhoria e os potenciais de desenvolvimento, de modo a orientar ações estratégicas capazes de fortalecer a infraestrutura universitária e contribuir para a excelência das atividades acadêmicas e administrativas.

1.3.1. Infraestrutura Física

A Universidade Federal do Pará (UFPA) dispõe de uma das maiores áreas territoriais entre as universidades federais brasileiras, distribuída em seus diversos campi na capital e no interior do estado, conforme se observa na Tabela 3. Essa infraestrutura, embora ampla, exige constante manutenção, requalificação e adequações para atender às normas técnicas e de acessibilidade atualmente vigentes, uma vez que grande parte das edificações data das décadas de 1970 e 1980.

Tabela 2 - Tabela de Áreas dos terrenos dos campi da UFPA

Campus*	Áreas de Terrenos
Abaetetuba	162.211,93 m ²
Altamira	53.354,1 m ²
Ananindeua	105.364,90 m ²
Belém	1.924.964,82 m ²
Bragança	437.464,44 m ²
Breves	208.710 m ²
Cametá	54.395,38 m ²
Capanema	222.706,01 m ²
Castanhal	899.852,6 m ²
Salinópolis	81.942,7 m ²
Soure	26.821,40 m ²
Tucuruí	484.000,00 m ²
TOTAL	4.661.788,28 m²

* Informações foram resumidas para cada campus que possui a gerência, incluindo terrenos isolados nos municípios e polos.

Fonte: Coordenadoria de Patrimônio Imóvel (CPI/DAP/PROAD/UFPA).

A conservação e a expansão dessa estrutura demandam investimentos contínuos, tanto para preservar a qualidade dos ambientes de ensino, pesquisa e extensão, quanto para garantir condições adequadas ao desempenho acadêmico. O desafio central consiste em equilibrar a ampliação

necessária com a requalificação e otimização dos espaços já existentes, de modo a evitar o crescimento desordenado e promover o uso compartilhado das instalações.

A UFPA vem promovendo levantamentos periódicos sobre as condições de seus ambientes acadêmicos, incluindo salas de aula, laboratórios de pequeno, médio e grande porte, bibliotecas, auditórios, mobiliário, climatização, conectividade à internet, equipamentos multimídia, recursos de radiodifusão, estúdios para videoconferência e estruturas de apoio ao aprendizado de línguas estrangeiras. A qualificação desses ambientes é diretamente vinculada à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, impactando no desempenho discente e na taxa de sucesso nos cursos.

Nos campi do interior, persiste o desafio de consolidar espaços físicos próprios, considerando que em algumas localidades as atividades ainda ocorrem em prédios cedidos ou locados. Para avançar nesse processo, é necessário priorizar a construção e a adaptação de bibliotecas, laboratórios, salas de aula, auditórios, prédios administrativos e áreas de urbanização, assegurando a equidade de condições entre a sede e os campi.

1.3.1.1. Recursos Essenciais

Para garantir condições adequadas de ensino, pesquisa, extensão e convivência, é necessário que cada campus da UFPA disponha de um conjunto mínimo de recursos de infraestrutura. Esses recursos asseguram não apenas a oferta de serviços acadêmicos de qualidade, mas também o bem-estar da comunidade universitária e o atendimento às necessidades específicas de inclusão, acessibilidade e apoio social.

Entre os recursos considerados essenciais, destacam-se:

- **Instalações administrativas**, que supra as necessidades administrativas dos campi;
- **Salas de aula**, em quantidade suficiente e com dimensões adequadas e climatização;
- **Infocentro ou Laboratório de Informática** para acesso a computadores e internet de qualidade;
- **Espaços de convivência**, que favoreçam a integração e permanência da comunidade acadêmica;
- **Sanitários/Vestiários acessíveis**, atendendo às normas de acessibilidade universal e em quantidade adequada;
- **Espaços de acolhimento infantil**, contendo fraldário com sanitário infantil, brinquedoteca, espaço de amamentação e espaço de descanso voltados para crianças de até 6 anos, visando possibilitar a compatibilização com as aulas dos pais, em especial mães lactantes;
- acervo físico e digital compatível às demandas de ensino e pesquisa

- **Biblioteca**, com acervo físico e digital compatível às demandas de ensino e pesquisa;
- **Auditórios**, em quantidade e portes suficientes para as atividades de cada setor.
- **Laboratórios acadêmicos e de pesquisa**, adequados às diferentes áreas de conhecimento;
- **Espaços de alimentação**, contemplando: áreas equipadas para aquecimento de refeições, serviços de alimentação por produção própria subsidiada e/ou alternativas de serviço terceirizado/concessionado.
- **Espaço de acolhimento psicológico**, garantindo apoio à saúde mental da comunidade acadêmica;
- **Brinquedoteca**, voltada ao apoio de estudantes e servidores com crianças, desde que devidamente acompanhadas de responsáveis;
- **Gabinetes e salas de professores**, para apoio no desenvolvimento de atividades auxiliares ao ensino;
- **Espaços de apoio aos servidores e colaboradores**, englobando necessidades funcionais como copa, descanso, sanitários/vestiários, com compartilhamento de espaços dentro dos limites possíveis;
- **Alojamento funcional**, para apoio aos setores descentralizados no recebimento de pesquisadores e professores externos, bem como apoio logístico aos servidores técnicos visitantes;
- **Guarita e segurança perimetral**, que permita resguardar o patrimônio e os usuários da universidade.

Esse conjunto de elementos constitui a base da infraestrutura predial para o funcionamento mínimo de um campus universitário, permitindo maior equidade entre unidades e fortalecendo a permanência estudantil.

1.3.1.2. Ações estratégicas

Garantir a disponibilização de recursos mínimos infraestrutura predial para funcionamento dos setores/campus.

1.3.2. Urbanização e Crescimento

A trajetória de urbanização e crescimento da UFPA está diretamente ligada ao processo de interiorização do ensino superior no Pará, iniciado ainda na década de 1970 e consolidado em diferentes fases de expansão. A universidade ampliou sua presença para além da capital, estruturando campi em regiões estratégicas do estado, em resposta às demandas sociais e econômicas locais.

Nos últimos vinte anos, programas federais de expansão, como o REUNI, tiveram papel fundamental nesse processo, permitindo a criação de novos cursos, a construção de unidades acadêmicas e administrativas e o fortalecimento da política multicampi da UFPA. Essa expansão possibilitou o acesso ao ensino superior em áreas até então desassistidas, consolidando a UFPA como a universidade mais interiorizada do Brasil.

1.3.2.1. Desafios do Crescimento

O crescimento da UFPA, embora necessário para ampliar o acesso ao ensino superior, trouxe consigo desafios significativos. Em muitos casos, novas unidades foram implantadas sem a devida consolidação das estruturas já existentes, o que revela a ausência de equilíbrio entre expansão e requalificação. Além disso, há uma carência de urbanização adequada, visto que alguns campi ainda funcionam em prédios cedidos ou locados, sem alcançar o padrão mínimo esperado de infraestrutura universitária. Soma-se a esse quadro a expansão realizada sem uma cultura de compartilhamento, na qual a pouca prática de otimização de espaços e recursos resulta em ambientes ociosos coexistindo com outros sobrecarregados, comprometendo a eficiência do uso da infraestrutura disponível.

1.3.2.2. Sustentabilidade e Compartilhamento

A ausência de cultura de compartilhamento de espaços acadêmicos e administrativos impacta diretamente a sustentabilidade institucional. O crescimento desenfreado, com foco exclusivo na construção de novas estruturas, gera pressões adicionais sobre os recursos financeiros e provoca impactos ambientais negativos, uma vez que a urbanização de grandes áreas implica a supressão de vegetação, alteração de ecossistemas e aumento do consumo de energia e água.

Nesse contexto, torna-se essencial adotar uma lógica de uso otimizado e multifuncional dos espaços, articulada a políticas de sustentabilidade, como o Plano de Logística Sustentável e o Plano de Gestão Energética. A promoção da cultura de compartilhamento representa, portanto, uma estratégia de racionalização de recursos, redução de impactos ambientais e aumento da eficiência na gestão da infraestrutura.

1.3.2.3. Planejamento de Crescimento Futuro - Plano Diretor Multicampi

Apesar da relevância territorial da UFPA e da diversidade de campi distribuídos no estado do Pará, ainda não existe um **Plano Diretor Multicampi** que estabeleça diretrizes integradas de urbanização, uso e ocupação dos terrenos da universidade. A ausência desse planejamento dificulta a gestão da expansão, contribui para a ocupação desordenada dos espaços e fragiliza a integração entre sustentabilidade, acessibilidade e eficiência energética.

Nesse sentido, propõe-se a elaboração de um **Plano Diretor Multicampi da UFPA**, contendo projetos de urbanização individualizados dos setores, que deve conter diretrizes fundamentais acerca dos seguintes itens:

- **Identificação da habitabilidade e vulnerabilidades** dos terrenos e edificações existentes, incluindo a relação com os entornos urbanos.
- **Inventário dos prédios tombados** e demais edificações de valor histórico-cultural disponíveis para uso acadêmico.
- **Recomendações de acessibilidade urbanística**, assegurando que todos os deslocamentos dentro dos campi sejam possíveis por trajetos acessíveis.
- **Instituição de normas de uso e ocupação do solo**, priorizando a escala do pedestre e a experiência estudantil.
- **Delimitação de áreas destinadas à instalação de energia renovável e eletromobilidade**, como usinas solares e infraestrutura para veículos elétricos.
- **Estruturação de transporte público interno**, adequado às dimensões dos campi de maior porte.
- **Implantação de calçamentos, passarelas e rotas acessíveis integradas**, que garantam percursos contínuos entre todas as edificações.
- **Primazia por soluções arquitetônicas voltadas à eficiência energética** nas novas edificações e reformas.
- **Mapeamento das áreas verdes existentes** e identificação de zonas prioritárias para preservação e recuperação ambiental.

O Plano Diretor Multicampi deverá orientar todas as decisões de expansão, requalificação e manutenção, servindo como instrumento norteador de médio e longo prazo. Além disso, permitirá alinhar os projetos de infraestrutura da UFPA aos compromissos de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental da instituição.

1.3.2.4. Ações estratégicas

- a) Elaborar Plano Diretor Multicampi, contemplando diretrizes fundamentais de urbanização e planejamento construtivo dos 12 campi.
- b) Realizar expansão da universidade de forma sustentável, seguindo preceitos de crescimento equilibrado, compartilhamento e otimização de espaços.

1.3.3. Acessibilidade

A acessibilidade física na UFPA enfrenta um desafio estrutural de grande magnitude, decorrente do fato de que a maior parte de suas edificações foi construída em décadas anteriores à

normatização legal do tema. A **NBR 9050**, que estabelece critérios técnicos para acessibilidade, surgiu apenas em 1985 e passou por atualizações importantes até a versão vigente de 2020. Já a **Lei da Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000)** e **Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)** consolidou direitos e exigências mais recentes, ampliando o escopo das adequações obrigatórias.

Nesse contexto, os campi da UFPA possuem um acervo de edificações antigas, que não foram projetadas sob os critérios de acessibilidade universal. O processo de adaptação demanda intervenções abrangentes, de alto custo e complexidade, uma vez que a acessibilidade deve ser garantida de forma **integrada e contínua**. A ausência de qualquer elemento necessário compromete o acesso igualitário e pode inviabilizar o uso e permanência do usuário, no que envolve à mobilidade e outras deficiências — visuais, auditivas, intelectuais ou múltiplas.

Idealmente, o enfrentamento da acessibilidade deveria ocorrer em todos esses fronts simultaneamente. No entanto, diante das limitações financeiras e estruturais, torna-se necessário um planejamento escalonado, que permita priorizar intervenções sem perder de vista a meta da acessibilidade universal.

Nesse sentido, a **Portaria Conjunta MGI/MDHC nº 45, de 16 de julho de 2024**, estabelece parâmetros fundamentais para a administração pública federal, determinando:

1. **Elaboração de laudos de acessibilidade** para identificar as condições atuais de cada edificação, realizado por profissional técnico;
2. **Estruturação de planos de trabalho**, visando sanar as inconformidades apontadas, sendo elaborado com cronograma para resolução das pendências;
3. **Divulgação da situação de acessibilidade** em sítio eletrônico da instituição, publicando indicadores de acessibilidade do conjunto de edificações de uso público sob administração ou utilização da UFPA.

A UFPA deverá alinhar-se a essa normativa, promovendo diagnósticos sistemáticos de todas as suas unidades, definindo cronogramas realistas de adequação e garantindo a participação da comunidade acadêmica no processo de priorização das ações.

A acessibilidade urbanística, por sua vez, deve ser incorporada ao **Plano Diretor Multicampi da UFPA**, com a previsão de rotas acessíveis contínuas, calçamentos, passarelas integradas e conexões sem interrupções, permitindo que qualquer pessoa chegue a todas as edificações com segurança e autonomia.

Dessa forma, o compromisso da universidade é transformar o paradigma atual — marcado por barreiras históricas e estruturais — em um **processo progressivo de inclusão**, que assegure igualdade de acesso, permanência e participação plena a toda a comunidade acadêmica.

1.3.3.1. Ações estratégicas

1. Inclusão no Plano Diretor Multicampi a ser elaborado, diretrizes específicas relacionadas à acessibilidade urbana e do transporte público disponibilizado.
2. Diagnosticar as pendências de acessibilidade das edificações da UFPA através de laudos técnicos.
3. Elaboração de planos de trabalho para mitigar as pendências diagnosticadas com cronograma.
4. Publicar em sítio eletrônico na internet, anualmente, indicadores de acessibilidade do conjunto de edificações de uso público sob administração ou utilização da UFPA.
5. Adequar acessibilidade urbana e das edificações da UFPA dentro dos planejamentos estabelecidos.

1.3.4. Prevenção e Combate a Incêndio

A prevenção e o combate a incêndios constituem um dos maiores desafios da infraestrutura da UFPA, pois envolvem diretamente a segurança de toda a comunidade acadêmica e patrimonial da instituição. Trata-se, no entanto, de um tema historicamente negligenciado, em razão de dois fatores principais: o elevado custo inicial das intervenções necessárias e a percepção de que tais medidas não oferecem benefícios imediatos, já que sua utilização se restringe a situações de sinistro que, idealmente, não deveriam ocorrer.

Apesar disso, a inexistência ou inadequação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio coloca em risco vidas humanas, além de expor a universidade a responsabilidades legais e institucionais. Hoje, a UFPA apresenta um déficit considerável de regularização junto ao **Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA)**, com poucas edificações possuindo sistemas plenamente funcionais e um número ainda menor com **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)** emitido. Essa situação é insustentável e demanda correção imediata e prioritária.

Figura 21 - Ciclo de obtenção e manutenção do AVCB



Fonte: Elaboração própria.

Além das adequações físicas de sistemas hidráulicos, extintores, hidrantes, alarmes e rotas de fuga, o tema exige a **mobilização e manutenção de brigadas voluntárias** em todas as unidades. Esse processo implica sensibilização da comunidade, capacitação periódica e reciclagem anual de brigadistas, de modo a assegurar condições mínimas de resposta em emergências. Trata-se também de um processo que depende da atuação conjunta de múltiplos agentes: a **Prefeitura da UFPA**, responsável pela coordenação das ações relacionadas a aprovações de projeto junto ao CBMPA, adequações das instalações e acompanhamento para obtenção do AVCB inicial; e as **Unidades Acadêmicas e Administrativas**, que devem garantir o cumprimento das medidas preventivas no cotidiano, recarga de extintores, testes dos sistemas e renovações anuais do AVCB (Figura 132). Para tanto, é imprescindível uma interlocução forte e contínua, com alinhamento de prioridades e compartilhamento de responsabilidades através do devido mapeamento processual.

1.3.4.1. Ações estratégicas

1. Mapear o processo de gestão organizacional para obtenção e manutenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e sua disponibilização no repositório institucional.
2. Projetar e executar medidas de prevenção e combate a incêndio de acordo com planejamento prioritário.
3. Promover, junto à unidade de gestão de pessoas, o treinamento de brigadistas voluntários.
4. Orientar e conscientizar os gestores das unidades quanto aos cuidados e procedimentos para manutenção do AVCB.

1.3.5. Manutenções Prediais e Urbanas

A realidade atual da manutenção na UFPA caracteriza-se pela predominância de ações corretivas, realizadas somente após a ocorrência de falhas, em detrimento da manutenção preventiva. Essa situação é agravada pela limitação de recursos financeiros e humanos, que impede a adoção de práticas mais sistemáticas e planejadas. As patologias construtivas mais recorrentes incluem infiltrações, problemas de telhado, falhas elétricas e degradação de revestimentos, que impactam diretamente no funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas. Soma-se a isso a ausência de instrumentos consolidados de avaliação predial que possibilitem organizar e priorizar demandas de manutenção de forma racional e preventiva.

1.3.5.1. Desafios da Manutenção Predial

O principal desafio da UFPA em relação à manutenção predial consiste em instituir uma **cultura de manutenção preventiva**, capaz de antecipar e reduzir a incidência de falhas que hoje

geram interrupções e prejuízos. Para que isso ocorra, é fundamental implementar avaliações prediais periódicas que permitam mapear quantitativamente os elementos construtivos, como quadros elétricos, calhas de águas pluviais, telhados e áreas de pintura, criando uma base de dados confiável para o planejamento. Outro desafio relevante é a necessidade de adequar os contratos de manutenção às particularidades regionais, considerando as condições logísticas e climáticas da Amazônia, de forma a garantir serviços efetivos e contínuos. Além disso, a superação desse quadro exige a destinação de recursos orçamentários consistentes, que viabilizem a execução regular das ações preventivas, evitando que a manutenção continue a depender apenas de respostas emergenciais.

1.3.5.2. Desafios da Manutenção Urbana

No campo da infraestrutura externa, os desafios são igualmente expressivos. Intervenções como **pavimentação, calçamentos, passarelas, drenagem, iluminação pública, água, esgoto e sinalização viária** envolvem vultosos recursos e, quando não planejadas, resultam em longos períodos de inviabilização de vias e espaços. A ausência de planejamento também impacta diretamente na segurança, acessibilidade e circulação da comunidade.

1.3.5.3. Edificações Históricas

A UFPA é proprietária e gestora de um conjunto significativo de bens culturais imóveis, tombados por órgãos de preservação do patrimônio em esferas municipal, estadual e federal, além de prédios de relevante valor arquitetônico e cultural, ainda que não oficialmente tombados ou que se encontram em áreas de interesse à preservação. Entre eles destacam-se o **Complexo Mercedários**, a **Capela Pombo** (Figura 133), o **Fórum Landi**, o **Instituto de Ciências da Arte (ICA)**, o **Museu da UFPA (MUFPA)**, o **Instituto de Ciências Médicas (ICM)**, o **Núcleo de Medicina Tropical (NMT)**, a **Escola de Teatro e Dança (ETDUFPA)**, o **Chalé de Ferro da Orla da UFPA**, a **Biblioteca do Campus de Bragança**, entre outros. Há ainda edificações em processo de tombamento, como o **Chalé de Ferro da Orla da UFPA**, e bens de interesse à preservação, como a **Biblioteca do Campus de Bragança**.

Figura 22 - Fachada da Capela Pombo



Fonte: Acervo da UFPA.

Esses imóveis, pela sua natureza e relevância cultural, estão sujeitos à **fiscalização e vistorias** de órgãos de preservação, como o IPHAN, órgãos estaduais de patrimônio e a Prefeitura de Belém. Assim, a UFPA deve assumir a responsabilidade pela **preservação, salvaguarda e memória** desses bens, considerando-os parte integrante de sua missão institucional.

A manutenção e conservação dessas edificações apresentam complexidade superior à das construções convencionais, em função de suas **características construtivas, materiais e estilísticas específicas**. Intervenções inadequadas podem causar danos irreversíveis ao patrimônio, além de gerar sanções legais. Nesse sentido, é necessário adotar **serviços especializados**, conduzidos por profissionais e empresas com qualificação técnica comprovada em bens tombados e históricos.

Assim, a gestão das edificações históricas da UFPA deve articular preservação cultural, uso acadêmico e cumprimento da legislação, garantindo que esses bens permaneçam como referências para a sociedade e para as futuras gerações.

1.3.5.4. Ações estratégicas

1. Garantir o funcionamento da infraestrutura existente com menor tempo de paralisações ou prejuízos possíveis.
2. Realizar avaliações prediais periódicas de forma a possibilitar o planejamento das manutenções.
3. Elaborar e executar plano de manutenções preventivas tanto para para infraestrutura predial quanto urbana.

4. Realizar contratações de empresas de manutenção adequadas às especificidades dos objetos a serem mantidos, em especial bens históricos.

1.3.6. Segurança Patrimonial

A vigilância patrimonial constitui um serviço essencial para o pleno funcionamento da Universidade e para a preservação do bem-estar de sua comunidade acadêmica. Além de contribuir para a proteção do patrimônio físico da instituição, esse serviço desempenha um papel estratégico na promoção de um ambiente seguro, indispensável ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

A infraestrutura de suporte à vigilância é composta por barreiras perimetrais, guaritas e equipamentos de monitoramento eletrônico, que possibilitam tanto a prevenção quanto a pronta resposta diante de situações de risco. Esses recursos, aliados à atuação permanente das equipes de vigilantes, asseguram maior controle de acessos, inibem ocorrências indesejadas e reforçam a sensação de segurança entre estudantes, servidores, docentes e visitantes.

Atualmente, entretanto, essa infraestrutura não se encontra presente em todos os espaços da Universidade, e os recursos já existentes necessitam de manutenção ou modernização. O Sistema de Monitoramento da Cidade Universitária, por exemplo, encontra-se defasado e incompleto, apresentando carência de câmeras com maior alcance, ausência de dispositivos em pontos estratégicos e, em alguns campi, instalações pouco adequadas. Há, ainda, a necessidade de construção de guaritas e barreiras perimetrais em determinadas unidades.

Destaca-se que o investimento na instalação e modernização de sistemas de monitoramento eletrônico representa, além de uma medida de segurança, uma estratégia para manter o controle orçamentário sobre os contratos terceirizados de mão de obra de vigilância.

1.3.7. Biblioteca

A Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma biblioteca universitária comprometida com os objetivos institucionais. Atua como agente estratégico no processo de ensino-aprendizagem, oferecendo serviços presenciais e virtuais, além de produtos impressos, digitais e em outras mídias, para fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à comunidade acadêmica e à sociedade.

É um espaço essencial de acesso ao conhecimento, mediando e orientando o uso da informação por meio da gestão qualificada do patrimônio informacional e do exercício de uma função educativa.

Subordinada à Reitoria, conforme o Art. 51 do Estatuto e o Art. 100, seção IV, Cap. II do Regimento Geral da UFPA, a Biblioteca Central é um órgão suplementar de natureza técnica,

responsável por apoiar programas de ensino, pesquisa, extensão e qualificação profissional das unidades acadêmicas. Coordena tecnicamente 36 bibliotecas e 4 postos de atendimento de informação, em Belém e nos campi do interior, que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFPA (SIBI/UFPA), estruturado em modelo sistêmico em rede.

O SIBI/UFPA disponibiliza amplo e diversificado acervo bibliográfico e informacional para atender de forma qualificada às demandas de estudantes, professores, pesquisadores e da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.

A gestão dos serviços técnicos e bibliográficos é realizada pelo software Pergamum, que integra serviços como catalogação, aquisição de materiais, empréstimo, devolução, reservas, pesquisa no acervo e emissão de relatórios. A integração em rede permite o compartilhamento de acervos e a cooperação entre bibliotecas.

No campus Belém, o sistema é composto por 1 Biblioteca Central, além de bibliotecas distribuídas em 11 Institutos, 4 Núcleos, 2 Programas de Pós-Graduação, 7 Unidades Acadêmicas Especiais e 3 Postos de Atendimento de Informação. Nos demais campi, o sistema conta com 11 bibliotecas e 1 posto de atendimento, localizados em Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

As bibliotecas do SIBI/UFPA, em parceria com as coordenações dos cursos e diretores de unidade, desempenham um papel estratégico no apoio ao ensino pesquisa e extensão, atuando como agente de informação para o desenvolvimento de atividades acadêmicas. Entre essas atribuições, destaca-se a participação na Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso, especialmente na avaliação e adequação das bibliografias a serem implementadas. Oferta de capacitações especializadas para usuários, incluindo orientação acadêmica, normalização e acesso a serviços e produtos específicos da sua unidade; além do suporte ao Núcleo Docente Estruturantes (NDE) em relação às visitas periódicas e suporte bibliográfico para subsidiar as avaliações da CAPES e do MEC.

1.3.7.1. Horário de funcionamento

O quadro 15 apresenta informações de todas as bibliotecas e postos de atendimento de informação do SIBI/UFPA, indicando sua localização (capital ou interior), o nome de cada biblioteca e respectivas unidades vinculadas, além dos dias e horários de funcionamento.

Quadro 14 - Horário de funcionamento do Sistema de Bibliotecas da UFPA

LOCALIZAÇÃO	BIBLIOTECA	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Capital	Biblioteca Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann (Biblioteca Central)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 22:00) Sábado (08:00 às 14:00)
Capital	Biblioteca Prof. ^a Elcy Rodrigues Lacerda (ICED)	Segunda a sexta-feira (8:00 às 20:00)
Capital	Biblioteca Mário Serra (ICEN)	Segunda a sexta-feira (09:00 às 17:00)
Capital	Biblioteca José Carlos Castro (ICJ)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 19:00)
Capital	Biblioteca do IEMCI	Segunda a sexta-feira (08:00 às 18:00)
Capital	Biblioteca do IFCH	Segunda a sexta-feira (08:30 às 18:00)
Capital	Biblioteca Geólogo Raimundo Montenegro Garcia de Montalvão (IG)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 18:00)
Capital	Biblioteca Prof. ^a Albaniza de Carvalho e Chaves (ILC)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 18:00)
Capital	Biblioteca Prof. Geraldo Guimarães (ITEC)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 18:00)
Capital	Biblioteca do ICB	Segunda a sexta-feira (08:30 às 18:00)
Capital	Biblioteca Armando Corrêa Pinto (ICSA)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 20:00)
Capital	Biblioteca Prof. Rosinaldo da Costa Machado (INEAF)	Segunda a sexta-feira 09:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00
Capital	Biblioteca Prof. José Marcelino M. da Costa (NAEA)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 18:00)
Capital	Biblioteca Prof. Dr. Habib Fraiha Neto (NMT)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 17:00)
Capital	Biblioteca do NTPC	Segunda a sexta-feira 08:00 às 12:00 / 13:00 às 16:00
Capital	Biblioteca Prof. Dr. Ezequiel Carneiro dos Santos (NUMA)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 18:00)
Capital	Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGARTES)	Segunda a sexta-feira (09:00 às 18:00)
Capital	Biblioteca Prof. José Tadeu de Souza Paes (PPGF)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 18:00)
Capital	Biblioteca Prof. ^a Cleonice da Mota Moreira (EA)	Segunda a sexta-feira (07:30 às 18:00)
Capital	Biblioteca da EMUFPA	Segunda a sexta-feira (08:00 às 18:00)
Capital	Biblioteca da ETDUFPA	Segunda a sexta-feira (09:00 às 21:00)
Capital	Biblioteca Dr. Alexandre Barros dos Santos (HUJBB)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 19:00)
Capital	Biblioteca do HUBFS	Segunda a sexta-feira 07:30 às 12:00 / 12:30 às 16:00
Capital	Biblioteca do Museu da UFPA	Segunda a sexta-feira (09:00 às 15:00)
Capital	Biblioteca do CMA da UFPA	Segunda a sexta-feira (09:00 às 17:00)
Interior	Biblioteca Prof. ^a Conceição Solano (<i>Campus</i> de Abaetetuba)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 20:00)
Interior	Biblioteca Ujemu'e Kuap (<i>Campus</i> de Altamira)	Segunda a sexta-feira 08:00 às 12:00 / 14:00 às 22:00
Interior	Biblioteca Benedicto Monteiro (<i>Campus</i> de Ananindeua)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 20:00)
Interior	Biblioteca Prof. Armando Bordallo da Silva (<i>Campus</i> de Bragança)	Segunda a sexta-feira 08:00 às 12:00 / 14:00 às 20:00
Interior	Biblioteca David Sá (<i>Campus</i> de Castanhal)	Segunda a sexta-feira (08:30 às 20:00)

Interior	Biblioteca do IMV (Castanhal)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 17:00)
LOCALIZAÇÃO	POSTOS DE ATENDIMENTO DE INFORMAÇÃO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Capital	Posto de Atendimento de Informação Prof. Dr. Francisco Gemaque Álvaro (Faculdade de Odontologia)	Segunda a sexta-feira (08:00 às 17:00)
Capital	Posto de Atendimento de Informação do Mercedários	Segunda a sexta-feira (08:00 às 18:00)
Capital	Posto de Atendimento de Informação do ICM	Segunda a sexta-feira (08:00 às 17:00)
Interior	Posto de Atendimento de Informação do Campus de Capanema	Segunda a sexta-feira (08:00 às 18:00)

Fonte: Sistema de Bibliotecas da UFPA (2025).

Para mais informações sobre as bibliotecas que integram o SIBI/UFPA, consulte [aqui](#). Para visualizar a localização das unidades, acesse o [Mapa de Bibliotecas do SIBI/UFPA](#).

1.3.7.2. Atividades técnicas

As atividades técnicas desenvolvidas pela Biblioteca Central da UFPA referem-se, à gestão estratégica e operacional do Sistema de Bibliotecas (SIBI/UFPA), abrangendo ações que asseguram a organização, manutenção, qualificação e expansão dos serviços informacionais prestados à comunidade universitária. Tais atividades são fundamentais para garantir a uniformidade técnica entre as unidades que integram o sistema, alinhando-se aos objetivos institucionais da universidade. Dentre essas atividades, destacam-se:

- **Direção da Biblioteca Central:** coordena tecnicamente o Sistema de Bibliotecas da UFPA (SIBI/UFPA), visando assegurar a qualidade dos serviços informacionais prestados pelas bibliotecas que o compõem. Administra e representa institucionalmente a Biblioteca Central, garantindo sua atuação alinhada às diretrizes da universidade. Também integra suas atribuições: planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades técnicas e dos serviços oferecidos, para promover a melhoria contínua dos processos e atender de maneira eficiente às demandas da comunidade acadêmica.
- **Desenvolvimento de coleções:** realiza a seleção e aquisição de acervo bibliográfico, seja por meio de compra, doação ou permuta; a avaliação periódica da coleção, que inclui os processos de desbastamento, remanejamento e descarte, de forma a garantir que o acervo atenda às necessidades de ensino, pesquisa e extensão. Planeja e executa regularmente o inventário do acervo, além de serviços de pequenos reparos físicos de obras deterioradas, que inclui estabilização de rasgos e cortes, colagem, costura e encadernação.
- **Processamento da Informação:** é responsável por organizar e disponibilizar o acervo

bibliográfico. Esse trabalho envolve o registro detalhado de cada material e a inserção dessas informações em um banco de dados unificado. O resultado final é o catálogo online, que reúne todos os acervos das bibliotecas da UFPA. Essa etapa compreende a catalogação, classificação, indexação e etiquetagem dos materiais, que podem ser facilmente recuperados no catálogo online a partir de diferentes pontos de acesso, como título, autor ou assunto.

- **Serviços aos Usuários:** realiza o atendimento presencial e virtual a usuários internos e externos, incluindo alunos, docentes, pesquisadores, técnicos-administrativos e visitantes. Realiza o registro e controle da movimentação de empréstimos e consultas locais do acervo, oferece serviços especializados em Braille, bem como ao acesso e orientação para uso de fontes de informação.
- **Produtos Informacionais:** cria e planeja produtos informacionais direcionados às necessidades da comunidade acadêmica atendida, buscando ampliar o acesso e o uso qualificado da informação. Atua de forma estratégica na organização e na promoção da visibilidade da produção científica gerada na UFPA, através dos repositórios, contribuindo para a disseminação do conhecimento e o fortalecimento da comunicação científica institucional.
- **Planejamento e marketing:** assessora a Direção da Biblioteca Central em assuntos relacionados ao planejamento, acompanhando o desenvolvimento e o funcionamento sistêmico das bibliotecas integrantes do SIBI/UFPA. Atua também na elaboração de planos, relatórios de gestão e demais instrumentos institucionais, monitora indicadores e estatísticas. Mantém atualizado os dados gerenciais das bibliotecas do SIBI/UFPA.

Dessa forma, as atividades técnicas desempenhadas pela Biblioteca Central da UFPA evidenciam seu papel estruturante ao coordenar processos, promover a gestão eficiente do acervo, qualificar os serviços prestados, fomentar o acesso à informação e à produção científica e contribuir com o planejamento institucional. Reafirma, assim, sua relevância como agente articulador do conhecimento e suporte fundamental às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação desenvolvidas pela UFPA.

1.3.7.3. Espaço físico para estudos

A Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), localizada no Campus Belém, constitui-se como um dos principais espaços de apoio às atividades acadêmicas e de pesquisa da instituição. Sua estrutura física para estudos é ampla e funcional, distribuída em três

salões de leitura: dois situados no térreo, o Salão de Leitura Térreo com área de 265,61 m² e o Salão Amazônia com área de 92,77 m², totalizando uma área de 358,38 m², e um no pavimento superior, o Salão de Leitura Superior com 439,75 m². A capacidade de atendimento alcança aproximadamente 500 usuários simultaneamente e cerca de 1.500 usuários por dia.

Entre os principais ambientes de suporte à pesquisa e ao estudo, destaca-se a Estação de Pesquisas Acadêmicas (EPAC), equipada com terminais de acesso à internet e voltada às atividades acadêmicas virtuais da comunidade universitária e do público externo. A biblioteca também dispõe de cabines para estudo individuais e cabines duplas, além de um auditório climatizado, com capacidade para 50 pessoas, destinado à realização de palestras, reuniões, cursos e treinamentos.

A Biblioteca Central abriga ainda a “Sala Estudante Empreendedor”, com área de 39 m², localizada no anexo da Seção de Periódicos. O espaço, reservado e colaborativo, foi projetado para estimular a inovação e a produção intelectual, sendo ideal para o desenvolvimento de projetos acadêmicos e profissionais em grupos de 3 a 6 pessoas. O ambiente permite o uso de dispositivos próprios, oferecendo flexibilidade e autonomia aos usuários.

Outro ambiente de destaque é o “Espaço de Convivência da BC”, com área de 167,50 m², situado no anexo do Salão de Leitura Superior. O local foi concebido para proporcionar momentos de descanso, relaxamento e interação entre os usuários, promovendo bem-estar em um ambiente acolhedor e acessível à comunidade acadêmica.

Em atendimento à legislação vigente, Lei n.º 10.098/2000 (Lei para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida) e Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), a Biblioteca Central dispõe do “Espaço Braille”, com 78,73 m², voltado ao atendimento de pessoas com deficiência visual. O local oferece recursos e tecnologias assistivas que viabilizam o acesso à informação, incluindo computadores com leitores de tela e equipamentos para leitura e escrita em braille. Além de atender estudantes e usuários em geral, o espaço recebe professores, pesquisadores e visitantes interessados em conhecer seus serviços e recursos voltados à acessibilidade.

A Biblioteca Central, em conjunto com o Sistema de Bibliotecas da UFPA (SIBI/UFPA), mantém, mesmo diante das limitações orçamentárias, o compromisso institucional de promover a modernização contínua de sua infraestrutura, com foco na democratização do acesso ao conhecimento, inclusão social e ampliação da acessibilidade. Por meio de ações estratégicas, busca assegurar que todos os usuários, independentemente de suas condições, possam usufruir plenamente dos serviços, produtos e informações oferecidos pela universidade.

1.3.7.4. Recursos humanos

O quadro funcional da Biblioteca Central é formado por 78 colaboradores, distribuídos entre bibliotecários, analista de tecnologia da informação, técnico em instrumentação, assistentes em administração, auxiliares administrativos terceirizados e bolsistas, conforme apresentado no Quadro 16, que detalha o quantitativo de recursos humanos por tipo de cargo.

Quadro 15 - Quadro de pessoal ativos da Biblioteca Central, 2025

CARGO	QUANTIDADE	%
Bibliotecários	47	60%
Analistas de Tecnologia da Informação	1	1%
Técnico em Instrumentação	1	1%
Assistentes em Administração	12	16%
Assistente de Aluno	1	1%
Auxiliar Administrativo Terceirizados	2	3%
Bolsistas	14	18%
Total	78	100%

Fonte: Biblioteca Central (2025).

Do total, 68 são servidores efetivos que compõe o quadro funcional da Biblioteca Central, porém seis bibliotecários encontram-se cedidos a outras unidades da UFPA, o que reduz para 62 o número de servidores ativos nas atividades da Biblioteca Central. Além disso, a equipe conta com o apoio de 2 auxiliares administrativas contratadas e 14 bolsistas, os quais desempenham um papel fundamental no suporte às atividades diárias da biblioteca.

O quadro 17 apresenta a composição do quadro funcional das bibliotecas e dos postos de atendimento de informação do SIBI/UFPA, distribuído entre bibliotecários, assistentes em administração e outros cargos.

Quadro 16 - Quadro de pessoal ativos do SIBI

BIBLIOTECA	BIBLIOTECÁRIO	OUTROS	TOTAL
Biblioteca Prof. ^a Elcy Rodrigues Lacerda (ICED)	2	0	2
Biblioteca Mário Serra (ICEN)	1	1	2
Biblioteca José Carlos Castro (ICJ)	2	3	5
Biblioteca do IEMCI	2	0	2
Biblioteca do IFCH	2	3	5
Biblioteca Geólogo Raimundo Montenegro Garcia de Montalvão (IG)	2	4	6
Biblioteca Prof. ^a Albaniza de Carvalho e Chaves (ILC)	1	2	3
Biblioteca Prof. Geraldo Guimarães (ITEC)	3	0	3

Biblioteca do ICB	1	1	2
Biblioteca Armando Corrêa Pinto (ICSA)	2	1	3
Biblioteca Prof. Rosinaldo da Costa Machado (INEAF)	1	0	1
Biblioteca Prof. José Marcelino M. da Costa (NAEA)	2	1	3
Biblioteca Prof. Dr. Habib Fraiha Neto (NMT)	1	0	1
Biblioteca do NTPC	1	0	1
Biblioteca Prof. Dr. Ezequiel Carneiro dos Santos (NUMA)	2	2	4
Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGARTES)	1	0	1
Biblioteca Prof. José Tadeu de Souza Paes (PPGF)	0	0	0
Biblioteca Prof. ^a Cleonice da Mota Moreira (EA)	1	3	4
Biblioteca da EMUFPA	1	0	1
Biblioteca da ETDUFPA	1	3	4
Biblioteca Dr. Alexandre Barros dos Santos (HUJBB)	2	0	2
Biblioteca do HUBFS	1	0	1
Biblioteca do Museu da UFPA	1	0	1
Biblioteca do CMA da UFPA	0	0	0
Biblioteca Prof. ^a Conceição Solano (<i>Campus</i> de Abaetetuba)	1	3	4
Biblioteca Ujemu'e Kuap (<i>Campus</i> de Altamira)	1	0	1
Biblioteca Benedicto Monteiro (<i>Campus</i> de Ananindeua)	3	3	6
Biblioteca Prof. Armando Bordallo da Silva (<i>Campus</i> de Bragança)	1	1	2
Biblioteca David Sá (<i>Campus</i> de Castanhal)	1	2	3
Biblioteca do IMV (Castanhal)	1	0	1
Biblioteca Prof. Ricardo Teixeira de Barros (<i>Campus</i> de Marajó - Breves)	1	0	1
Biblioteca Prof. Ricardo Teixeira de Barros (<i>Campus</i> de Marajó - Soure)	1	0	1
Biblioteca do <i>Campus</i> de Salinópolis	2	1	3
Biblioteca Salomão Larêdo (<i>Campus</i> do Tocantins - Cametá)	1	0	1
Biblioteca do <i>Campus</i> de Tucuruí	1	1	2
POSTOS DE ATENDIMENTO DE INFORMAÇÃO	BIBLIOTECÁRIO	OUTROS	TOTAL
Posto de Atendimento de Informação Prof. Dr. Francisco Gemaque Álvaro (Faculdade de Odontologia)	1	0	1
Posto de Atendimento de Informação do Mercedários	0	0	0
Posto de Atendimento de Informação do ICM	1	0	1
Posto de Atendimento de Informação do <i>Campus</i> de Capanema	0	1	1
TOTAL	49	36	85

Fonte: Sistema de Bibliotecas da UFPA (2025).

1.3.7.5. Acervo

O acervo da Biblioteca Central é composto por coleções diversificadas, que atendem, principalmente, às necessidades do ensino de graduação, estudo e pesquisa da comunidade em geral. Em consonância com o disposto no Art. 21 do Decreto n.º 9.235/2017, que estabelece parâmetros para bibliotecas de instituições de educação superior, a UFPA busca garantir que seu acervo físico e virtual contemple recursos e estrutura adequada para atender com qualidade às necessidades institucionais. Entre os materiais disponíveis, destacam-se livros, compêndios, manuais, periódicos, e-books, entre outros formatos.

O acervo físico é formado pelas seguintes coleções:

- Coleção ao nível de graduação: formada por bibliografias básicas e complementares, obras didáticas e literatura corrente, conforme os Planos Pedagógicos dos diversos cursos da universidade;
- Coleção de referência: de caráter geral e especializado, composta por dicionários, enciclopédias, índices, abstracts, catálogos de teses, censos, anuário estatístico, entre outros;
- Coleção de periódicos: gerais e especializados;
- Coleção de multimeios: formada por mapas, fitas de vídeo, CD-ROMs, fotografias, DVDs e outros, entre outros;
- Coleção de Teses e Dissertações;
- Coleção de Obras Raras;
- Coleções Especiais: incluindo Coleção de Memória da UFPA, Coleção Braille, Coleção Amazônia e coleções particulares (Santana Marques, Eneida de Moraes, Jayme Cardoso, José da Silveira Netto, Roberto Araújo de Oliveira Santos, Clóvis Ferro Costa, Telma de Carvalho, Benedito Nunes e Maria Sylvia).

A Tabela 4 apresenta o acervo de cada biblioteca do sistema, com a respectiva quantidade de títulos, exemplares e materiais complementares.

Tabela 3 - Acervo do SIBI/UFPA

UNIDADE DE INFORMAÇÃO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
Biblioteca Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann (Biblioteca Central)	109.218	430.159	1.975
Biblioteca Prof. ^a Elcy Rodrigues Lacerda (ICED)	11.813	17.480	72
Biblioteca Mário Serra (ICEN)	5.998	12.236	378
Biblioteca José Carlos Castro (ICJ)	9.942	12.953	11
Biblioteca do IEMCI	4.809	8.709	12
Biblioteca do IFCH	6.793	9.997	5
Biblioteca Geólogo Raimundo Montenegro Garcia de Montalvão (IG)	5.727	25.763	107
Biblioteca Prof. ^a Albaniza de Carvalho e Chaves (ILC)	6.775	9.227	23
Biblioteca Prof. Geraldo Guimarães (ITEC)	10.820	18.251	172
Biblioteca do ICB	1.506	2.239	47
Biblioteca Armando Corrêa Pinto (ICSA)	4.312	7.589	16
Biblioteca Prof. Rosinaldo da Costa Machado (INEAF)	3.663	10.687	29
Biblioteca Prof. José Marcelino M. da Costa (NAEA)	14.789	25.505	60
Biblioteca Prof. Dr. Habib Fraiha Neto (NMT)	844	7.679	14
Biblioteca do NTPC	1.642	2.116	6
Biblioteca Prof. Dr. Ezequiel Carneiro dos Santos (NUMA)	1.530	2.167	9
Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGARTES)	4.020	6.359	31
Biblioteca Prof. José Tadeu de Souza Paes (PPGF)	844	1.223	0
Biblioteca Prof. ^a Cleonice da Mota Moreira (EA)	4.248	5.897	155
Biblioteca da EMUFPA	715	1.128	13
Biblioteca da ETDUFPA	3.132	7.877	0
Biblioteca Dr. Alexandre Barros dos Santos (HUJBB)	2.663	10.526	0
Biblioteca do HUBFS	1.342	3.537	10
Biblioteca do Museu da UFPA	126.362	128.309	0

Biblioteca do Centro de Memória da Amazônia	404.87	45.706	139
Biblioteca Prof. ^a Conceição Solano (Campus de Abaetetuba)	10.246	22.112	128
Biblioteca Ujemu'e Kuap (Campus de Altamira)	6.212	17.223	219
Biblioteca Benedicto Monteiro (Campus de Ananindeua)	2.413	5.405	83
Biblioteca Prof. Armando Bordallo da Silva (Campus de Bragança)	8.893	17.855	188
Biblioteca Prof. Ricardo Teixeira de Barros (Campus de Marajó - Breves)	4.139	11.545	46
Biblioteca David Sá (Campus de Castanhal)	10.912	21.800	303
Biblioteca do IMV (Castanhal)	939	2.651	72
Biblioteca Salomão Larêdo (Campus do Tocantins - Cametá)	7.370	16.100	194
Biblioteca do Campus de Salinópolis	1.445	3.172	18
Biblioteca Prof. Ricardo Teixeira de Barros (Campus de Marajó - Soure)	10.239	15.704	0
Biblioteca do Campus de Tucuruí	3.340	6.745	158
POSTO DE ATENDIMENTO DE INFORMAÇÃO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
Posto de Atendimento de Informação do Campus de Capanema	428	1.562	15
Posto de Atendimento de Informação Prof. Dr. Francisco Gemaque Álvaro (Faculdade de Odontologia)	346	727	12
Posto de Atendimento de Informação do ICM	3.155	8.198	242
Posto de Atendimento de Informação do Mercedários	203	421	1
TOTAL	454.274	964.539	4.963

Fonte: Biblioteca Central (2025).

1.3.7.5.1. Política de Desenvolvimento do Acervo

A [Política de Desenvolvimento de Coleções do SIBI/UFPA](#), aprovada pela Resolução n.º 02/2019 do Conselho de Bibliotecas, estabelece os princípios, diretrizes e critérios de seleção, aquisição e avaliação de acervos, independentes dos seus formatos e suportes, em consonância com os objetivos da UFPA.

A política tem por objetivo geral implementar critérios para o desenvolvimento e atualização de acervos/coleções no âmbito do SIBI/UFPA, normatizando os procedimentos para sua formação, alinhados aos objetivos estratégicos institucionais e subsidiando os agentes para a tomada de decisão, com o intuito de atender satisfatoriamente às necessidades de informação bibliográfica da comunidade acadêmica da UFPA. Os objetivos específicos são:

- I - Estabelecer procedimentos para a aquisição de materiais;
- II - Planejar e alocar recursos financeiros para aquisição;
- III - Estabelecer critérios para avaliação das coleções;
- IV - Definir critérios para seleção de materiais bibliográficos, tanto em quantidade quanto em qualidade, conforme as características de cada biblioteca;
- V - Definir critérios para o desbaste, descarte, remanejamento e reposição de materiais;
- VI - Estabelecer critérios e atribuições para a formação e funcionamento da comissão de desenvolvimento de coleções;
- VII - Definir critérios para o intercâmbio de material bibliográfico.

1.3.7.5.1.1. Plano de atualização do acervo

A aquisição de materiais informacionais para o acervo do SIBI/UFPA é realizada por meio de compra, doação ou permuta. A aquisição por compra ocorre de forma estratégica, com o objetivo de manter o acervo atualizado, de modo a atender às necessidades institucionais, priorizando o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Biblioteca Central, por intermédio da Divisão de Seleção e Aquisição da Coordenadoria de Desenvolvimento de Coleções, é responsável por receber e organizar as demandas de aquisição por compra do SIBI/UFPA, elaborar os documentos necessários e formalizar a abertura do processo licitatório para contratação de fornecedores de materiais bibliográficos, em articulação com a Pró-Reitoria de Administração (PROAD). Além disso, acompanha e fiscaliza todas as etapas até a efetivação da compra e o recebimento dos materiais.

As compras são realizadas conforme a disponibilidade de recursos e a oferta dos títulos indicados no mercado editorial. Cabe destacar que, até o ano de 2016, a aquisição de acervo bibliográfico contava com orçamento específico no Plano de Gestão Orçamentária (PGO) da

UFPA. A partir de 2017, tornou-se necessária a verificação da dotação orçamentária disponível junto à Reitoria. Ademais, as unidades acadêmicas podem destinar recursos para a atualização do acervo de suas bibliotecas, seja por meio de orçamento próprio, emendas parlamentares, convênios ou projetos.

A Política de Desenvolvimento de Coleções do SIBI/UFPA estabelece as seguintes prioridades para aquisição de materiais bibliográficos:

I - Obras da bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação novos e/ou em fase de reconhecimento, conforme os parâmetros do Ministério da Educação (MEC);

II - Obras para atualização de bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação reconhecidos;

III - Cursos que serão avaliados pelo Ministério da Educação (MEC);

IV - Cursos com baixa avaliação pelo Ministério da Educação (MEC), decorrente de materiais bibliográficos;

V - Cursos com nota baixa no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENAD).

VI - Obras técnicas de tratamento da informação;

VII - Atualização de publicações muito utilizadas e que se encontram danificadas.

Além da aquisição, outra atividade fundamental para a atualização do acervo é a avaliação periódica dos exemplares já existentes. Nesse sentido, a avaliação da coleção tem como objetivo verificar a adequação e o valor do material em relação às finalidades da biblioteca e da instituição, considerando parâmetros quantitativos e qualitativos. Os resultados obtidos devem ser comparados e analisados periodicamente, de acordo com os critérios estabelecidos para seleção e descarte, em consonância com a Política de Desenvolvimento de Coleções do SIBI/UFPA.

A política indica, ainda, as condições a serem observadas na avaliação do acervo:

I - Concordância com os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) da UFPA;

II - Idioma das obras;

III - Condições físicas;

IV - Estatísticas de empréstimos e consultas;

V - Atualização das obras, em seus diferentes formatos;

VI - Completude da coleção;

VII - Custos de armazenamento e conservação.

Visando desburocratizar os processos que envolvem a atualização do acervo, foi realizado um estudo preliminar para o reconhecimento do acervo bibliográfico do SIBI/UFPA como material de consumo, encaminhado pelo Processo n.º 23073.005552/2025-12 para manifestação da

Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio (DAP), e posterior encaminhamento à Procuradoria da UFPA.

O conceito de material de consumo refere-se a bens destinados a satisfazer necessidades imediatas de uso, que se desgastam com o tempo e não possuem caráter permanente. À luz desse entendimento, o acervo bibliográfico do SIBI/UFPA pode ser adequadamente enquadrado nessa classificação, uma vez que apresenta características como o uso contínuo por discentes, docentes, técnicos e, inclusive, pela comunidade em geral, que tem acesso ao acervo para consulta local. Além disso, o material sofre desgaste físico natural e demanda reposição periódica. Soma-se a isso o ciclo acelerado de obsolescência de obras acadêmicas, periódicos e materiais de referência, os quais requerem atualização constante para assegurar a relevância do acervo frente às demandas do ensino, da pesquisa e da extensão.

Ressalta-se que essa classificação encontra respaldo em experiências de outras instituições federais de ensino, como o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SIBI/UFPR), que, em 2016, reclassificou seu acervo bibliográfico como material de consumo, fundamentando-se em análises técnicas da instituição. Dessa forma, o reconhecimento do acervo do SIBI/UFPA como material de consumo é medida que se justifica plenamente, visto que possibilitará uma gestão mais eficiente, transparente e alinhada às melhores práticas administrativas. Tal classificação facilitará o controle sobre aquisição, reposição e alocação de recursos financeiros, garantindo a manutenção adequada do acervo e o contínuo suporte às atividades fim da universidade.

Em suma, a atualização do acervo constitui um processo contínuo e estratégico, que demanda planejamento, recursos e participação institucional. Considerando que a biblioteca é um organismo em constante crescimento, deve ser concebida como um espaço dinâmico de acesso ao conhecimento, de integração acadêmica e de inovação informacional. Na tabela a seguir, apresentam-se as metas anuais de ampliação do acervo a serem alcançadas nos próximos anos pelo SIBI/UFPA:

Tabela 4 - Estimativa de ampliação do acervo bibliográfico

ANO	META EM PORCENTAGEM
2026	2%
2027	2%
2028	2%
2029	2%
2030	2%
2031	2%
2032	2%

2033	2%
2034	2%
2035	2%

Fonte: Biblioteca Central (2025).

Por fim, destaca-se que a gestão do acervo não se limita à sua atualização e expansão, mas também abrange ações sistemáticas de preservação e conservação. Nesse sentido, antes da inicialização do inventário, pretendemos realizar limpeza programada de todo o acervo físico a cada cinco anos, com o objetivo de garantir a integridade dos materiais e a qualidade do ambiente de armazenamento. Essa medida visa prolongar a vida útil dos materiais bibliográficos, prevenir danos causados por poeira, fungos ou pragas e assegurar melhores condições de uso para a comunidade acadêmica. A manutenção periódica do acervo reforça o compromisso do SIBI/UFPA com a gestão responsável da informação e com a oferta de serviços bibliográficos de excelência.

1.3.7.5.1.2. Plataformas de acesso digital

Em um cenário acadêmico cada vez mais marcado pela transformação digital e pela expansão dos formatos híbridos e a distância, a criação e manutenção de um acervo digital robusto configuram-se como uma necessidade imediata e, ao mesmo tempo, um investimento estratégico de longo prazo para a universidade. Atendendo às exigências do MEC, esse acervo deve estar registrado em nome da instituição e contar com contratos que garantam acesso contínuo e ininterrupto aos usuários. Dessa forma, assegura-se à comunidade acadêmica a disponibilidade permanente de conteúdos relevantes, fundamentais para a produção científica, a inovação e a formação de excelência.

A consolidação do acervo digital da UFPA exige a garantia permanente de recursos orçamentários e uma gestão eficiente dos contratos anuais das plataformas utilizadas. Isso significa manter a sustentabilidade do acesso, assegurar a atualização constante e planejar a expansão de conteúdos de forma integrada às estratégias institucionais, preservando a competitividade acadêmica e a capacidade de acompanhar avanços científicos e tecnológicos. Desse modo, atualmente, a UFPA mantém acesso a:

- Minha Biblioteca: **Base digital com 15.753 e-books distribuídos nas áreas de Exatas, Jurídicas, Letras & Artes, Medicina, Pedagógicas, Saúde e Sociais Aplicadas, contrato renovado anualmente.**
- TargetGEDWeb (ABNT/MERCOSUL): **base de normas técnicas atualizada continuamente, com suporte especializado, contrato renovado**

anualmente. Tem como objetivos principais para a comunidade acadêmica: garantir acesso rápido e seguro às normas técnicas vigentes, apoiar atividades de ensino e pesquisa que demandam conformidade normativa, facilitar a atualização de trabalhos acadêmicos e projetos conforme padrões técnicos nacionais e do Mercosul, e promover a padronização e qualidade nas produções acadêmicas e institucionais.

- **Plataforma CAPES: reúne uma das mais amplas coleções de periódicos científicos, e-books, teses, dissertações e bases de dados nacionais e internacionais disponíveis no país, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Destina-se a apoiar diretamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão, oferecendo acesso remoto e local, ferramentas de busca integradas e conteúdos de alto impacto para a produção acadêmica da comunidade universitária.**

Para a vigência do Plano 2026-2035 considera-se a seguinte projeção de expansão para as plataformas de acesso digital:

- Consolidação das plataformas e integração ao Serviço de Descoberta
- Avaliação e possível contratação de novas bases (Pearson, Cengage)
- Integração plena dos acervos físico e digital
- Capacitação contínua para docentes e discentes
- Expansão de conteúdos digitais e análise de novas demandas
- Reforço de assinaturas e ampliação de acesso a bases especializadas
- Revisão e atualização da política de acervo digital
- Ampliação da integração com plataformas externas
- Avaliação de impacto acadêmico das plataformas digitais

O acompanhamento dessas projeções, aliado a estratégias de formação e divulgação, permitirá consolidar o uso das plataformas digitais como eixo central da política de acesso à informação da UFPA, garantindo impacto acadêmico e institucional duradouro.

1.3.7.5.2. Política de Representação da Informação

A Política de Representação da Informação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará (SIBI/UFPA) estabelece:

1.3.7.5.2.1. Definição e finalidade

A representação da informação é o processo técnico que envolve a catalogação, a classificação e a indexação para descrever e estruturar a informação de modo que ela possa ser organizada e recuperada nos acervos das bibliotecas. Por meio da descrição bibliográfica e da

determinação de pontos de acesso, a representação permite que os usuários localizem, selecionem e identifiquem os recursos disponíveis com base em critérios, como autor, título, assunto e tipo de suporte.

Esse processo resulta em um dos principais produtos da Biblioteca Central da UFPA: o **catálogo online**, – <https://bibcentral.ufpa.br/> – que reúne, organiza e disponibiliza as informações bibliográficas dos acervos das bibliotecas que integram o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará (SIBI/UFPA). Como interface entre o usuário e o acervo, o catálogo online permite a recuperação eficiente dos recursos informacionais por meio de múltiplos pontos de acesso.

1.3.7.5.2.2. Dos objetivos

A Política de Representação da Informação aplicada ao SIBI/UFPA tem como objetivo elaborar diretrizes, orientar e recomendar o uso de padrões de descrição bibliográfica e temática de todos os registros bibliográficos realizados pelas bibliotecas que compõem o SIBI/UFPA, visando a qualidade e estabelecendo normas de procedimentos aplicados aos serviços de catalogação, classificação e indexação em todos os formatos de acordo com padrões locais, nacionais e internacionais, bem como a manutenção de bases de dados bibliográficos e de autoridades, através de um manual de procedimentos (Manual de Rotina da Representação da Informação).

1.3.7.5.2.3. Das diretrizes internacionais, nacionais e locais

Para a representação descritiva de todos os formatos de recursos informacionais, as diretrizes são estabelecidas pelo Código de Catalogação Anglo-Americano – 2ª edição revisada (AACR2), especialmente no que se refere à escolha dos pontos de acesso, à forma dos cabeçalhos e à aplicação do segundo nível de descrição bibliográfica, conforme previsto nas normas do código. Esse nível deve ser adotado como padrão para todos os itens catalogados.

Para a representação temática, os instrumentos utilizados são: o Sistema de Classificação Decimal de *Dewey* (CDD) – com variações na área de literatura brasileira –, a Classificação Decimal de Direito (CDDir), e a Tabela de *Cutter-Sanborn three-figure author table*, que compõem o número de chamada utilizado para a organização e recuperação dos itens nos diversos acervos, para a área de direito, utiliza-se a Classificação Decimal de Direito de Dóris de Queiroz de Carvalho, baseada na CDD.

Na indexação, o instrumento utilizado é o cabeçalho de assuntos da *Library of Congress Subject Headings* (LCSH).

A fim de garantir o intercâmbio de dados e a interoperabilidade entre os sistemas de informação utilizamos o formato MARC21 (*Machine-Readable Cataloging*).

1.3.7.5.2.4. Do tratamento técnico

O tratamento técnico da informação nas bibliotecas da UFPA compreende as etapas de: catalogação; classificação; indexação e preparo de material para empréstimo.

O tratamento técnico da informação dos materiais deve ser executado na Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais por bibliotecários, seguindo os padrões descritos neste documento.

Assistentes técnicos administrativos, bolsistas e estagiários somente poderão trabalhar no catálogo bibliográfico ou de autoridades, mediante supervisão de bibliotecário, que responderá tecnicamente pelas informações inseridas.

1.3.7.5.2.5. Diretrizes sobre controle de autoridades e área do conhecimento

Esta política estabelece diretrizes normativas e operacionais para o controle de autoridade (para nomes de autoridades individuais e coletivos, séries e representação de assuntos), com a finalidade de garantir a uniformidade e segurança no trabalho do catalogador, promovendo a precisão e eficácia na recuperação da informação nos catálogos institucionais. A padronização dos assuntos e dos autores contribui para a qualidade dos serviços de informação oferecidos à comunidade acadêmica e externa. A tarefa de cadastrar a autoridade é aberta a todos os bibliotecários catalogadores da instituição, porém o desenvolvimento dessas autoridades é exclusivo da Coordenadoria de Processamento da Informação da Biblioteca Central.

A área do conhecimento é a primeira informação atribuída a um acervo, ela representa a classificação atribuída à obra catalogada, o cadastro de novas áreas do conhecimento é uma atribuição exclusiva da Coordenadoria de Processamento da Informação da Biblioteca Central.

1.3.7.5.2.6. Redes de cooperação bibliográfica

Para fins de consulta ou importação de registros bibliográficos e de autoridades, as Bibliotecas da UFPA podem utilizar a Rede Pergamum (<http://www.pergamum.pucpr.br/>) os catálogos da Biblioteca Nacional (<http://acervo.bn.br>) e o catálogo do Congresso Americano (<http://catalog.loc.gov/>).

1.3.7.5.2.7. Das disposições finais

Uma Política Institucional de Representação da Informação formalizada e documentada é fundamental. Ela garante que as metodologias de catalogação estejam alinhadas aos objetivos da instituição e que o trabalho seja feito de maneira uniforme por todos os catalogadores, tanto

hoje quanto no futuro. Situações não previstas na Política de Representação da Informação deverão ser encaminhadas para a Coordenadoria de Processamento da Informação para análise e medidas necessárias.

1.3.7.5.3. Repositórios digitais

Os Repositórios Digitais da Universidade Federal do Pará (UFPA) configuram-se como um pilar estratégico para a preservação, organização e ampla disseminação da produção intelectual, científica, cultural e tecnológica da instituição. Amparados pelo Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e pelas Leis n.º 12.527/2011 (Acesso à Informação), n.º 9.610/1998 (Direitos Autorais) e n.º 10.973/2004 (Inovação e Pesquisa Científica e Tecnológica), os repositórios digitais reafirmam o compromisso da UFPA com o acesso aberto, o desenvolvimento do conhecimento e a valorização de seu acervo acadêmico. Sob a responsabilidade e suporte técnico da Biblioteca Central da UFPA, a infraestrutura digital está integrada a padrões nacionais e internacionais de metadados e protocolos de interoperabilidade, garantindo a segurança da informação, a preservação de longo prazo e a visibilidade institucional.

Possuímos repositórios cujos fluxos de submissão de documentos são descentralizados. Esses fluxos são iniciados pelas secretarias dos programas de pós-graduação e dos cursos de graduação, que encaminham os trabalhos às bibliotecas das respectivas unidades. A submissão deve ser acompanhada, obrigatoriamente, da declaração de autoria e da autorização formal dos autores. São eles:

- **Repositório Institucional da UFPA (RIUFPA):** destina-se à reunião e disponibilização dos principais resultados de pesquisa desenvolvidos na universidade, incluindo artigos de periódicos, trabalhos apresentados em eventos científicos, dissertações e teses defendidas por servidores e discentes. Seu objetivo é assegurar o acesso público e permanente a essas produções, ampliando a visibilidade da UFPA na comunidade acadêmica nacional e internacional.
- **Biblioteca Digital de Monografias da UFPA (BDM):** concentra os Trabalhos de Curso (TC) de graduação e os Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE) produzidos pelos estudantes. Ao sistematizar, armazenar e disponibilizar esses documentos, a BDM fortalece o processo de ensino aprendizagem e fomenta a pesquisa acadêmica desde as etapas iniciais da formação. Por meio de acesso livre e gratuito, a comunidade interna e externa à UFPA pode consultar, em texto completo, monografias que refletem a diversidade de temas regionais e a qualidade do trabalho científico de seus

egressos, contribuindo para a ampliação do conhecimento e para a formação de novos pesquisadores. A submissão de documentos a BDM segue um fluxo descentralizado, iniciado pelas secretarias dos programas de pós-graduação e encaminhado às bibliotecas, com declaração de autoria e autorização formal dos autores.

Além disso, contamos com repositórios cuja submissão é de responsabilidade da Biblioteca Central. São eles:

- **Portal Livro Aberto da UFPA (Livro Aberto):** concentra obras intelectuais em formato digital, tais como livros, capítulos de livros e folhetos científicos, seja de autoria direta de servidores e discentes, sejam editados pela Editora da UFPA. Este repositório visa preservar o patrimônio cultural e artístico da universidade, além de promover o acesso amplo a materiais que, por sua natureza não comercial, enriquecem o acervo acadêmico e social.
- **Repositório Institucional de Patentes da UFPA (RIPAT):** destina-se ao armazenamento e à divulgação de patentes concedidas pela UFPA em âmbito nacional ou internacional. O RIPAT busca proteger e valorizar as invenções resultantes de pesquisas, assegurando que a documentação cumpra os requisitos de autenticidade e confiabilidade estabelecidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Ao facilitar o acesso aos registros dessas propriedades, o repositório fortalece a relação da UFPA com o setor produtivo e contribui para a transferência de tecnologia e o estímulo à inovação.

Os quatro repositórios digitais da UFPA compartilham uma Política interna que estabelece diretrizes para submissão, curadoria, preservação e interoperabilidade dos conteúdos, bem como orientações sobre direitos autorais e formatos de arquivo. Apesar de plenamente operacional, a [Política de Repositório Digital da UFPA](#) ainda não foi submetida à aprovação dos conselhos superiores da universidade. Prevê-se, no Plano de Desenvolvimento Institucional 2026–2035, a apresentação e deliberação do documento normativo em 2025, de modo a fortalecer sua validade institucional, promover o engajamento das unidades acadêmicas e garantir a sustentabilidade e expansão contínua dos repositórios digitais.

1.3.7.5.3.1. Política de repositório digital da UFPA

1.3.7.5.3.1.1. Definição e finalidade

O repositório digital da UFPA é concebido como uma ferramenta institucional de caráter acadêmico e científico, oferecendo livre acesso sem fins comerciais. Sua existência se fundamenta no Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica e nas Leis de Acesso à Informação, de Direitos Autorais e de Inovação e Pesquisa. Estrutura-se em

quatro componentes principais — o Repositório Institucional da UFPA (RIUFPA), a Biblioteca Digital de Monografias (BDM), o Portal Livro Aberto e o Repositório Institucional de Patentes (RIPAT) — com o propósito de preservar a memória institucional e oferecer acesso aberto a produções científicas, filosóficas, culturais, artísticas e tecnológicas em formatos como livros, artigos, teses, dissertações e patentes. O sistema opera com software livre e adota protocolos de interoperabilidade *Open Archives*, seguindo padrões de metadados nacionais e internacionais.

1.3.7.5.3.1.2. Dos objetivos

A política de repositório visa organizar de forma sistemática a produção intelectual e científica da UFPA, maximizando seu acesso aberto. Busca armazenar, preservar e divulgar a produção acadêmica em formato digital, garantindo seu acesso irrestrito. Pretende ainda difundir esse conhecimento para apoiar as atividades de pesquisa e criação científica, além de facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Ao participar da comunidade científica nacional e internacional, o repositório contribui para o fortalecimento do acesso livre a conteúdos acadêmicos e para a retroalimentação contínua da pesquisa.

1.3.7.5.3.1.3. Da organização e funcionamento

A Biblioteca Central da UFPA assume a responsabilidade pelo desenvolvimento, implantação, manutenção e configuração dos repositórios. A gestão conjunta do Sistema de Bibliotecas (SIBI) abrange todas as unidades acadêmicas, enquanto a Biblioteca Central e sua Coordenadoria promovem a elaboração de tutoriais, treinamentos e manuais de qualidade para inserção e recuperação de dados. O fluxo de submissão define que teses, dissertações, trabalhos de curso e especialização sejam encaminhados pelas secretarias das unidades acadêmicas às bibliotecas da unidade de vínculo, com os termos de autorização e declaração de autoria, e que patentes sejam captadas pela Agência de Inovação (UNIVERSITEC) ou pelo bibliotecário junto ao INPI. A alimentação dos repositórios ocorre de forma descentralizada pelas bibliotecas de cada unidade, com possibilidade de respaldo pela Biblioteca Central em casos excepcionais.

1.3.7.5.3.1.4. Dos requisitos

Todos os documentos submetidos devem estar no formato PDF/A completo e finalizado, com a inclusão obrigatória dos Termos de Autorização e Declaração de Autoria disponíveis nos sites dos repositórios. Trabalhos de curso, trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações, livros e capítulos sem fins comerciais devem integrar obrigatoriamente o repositório, desde que autorizados pelo autor. Autores vinculados à UFPA que defenderam sua pesquisa em outras instituições podem solicitar a inclusão. Ficam isentos de depósito obras publicadas

comercialmente ou com restrições contratuais de direitos autorais, assim como pesquisas ainda passíveis de patenteamento e artigos submetidos a cláusulas contratuais que impeçam o depósito livre, observados eventuais períodos de embargo. A qualquer tempo, o autor pode solicitar a retirada de seu trabalho do repositório, em função de publicação comercial ou questões de direitos autorais.

1.3.7.5.3.1.5. Da estrutura dos RD's

O Repositório Institucional da UFPA (RIUFPA) reúne artigos em periódicos, anais de eventos, dissertações e teses de servidores e acadêmicos. A Biblioteca Digital de Monografias (BDM) armazena trabalhos de curso e de especialização produzidos por estudantes da UFPA. O Portal Livro Aberto é dedicado a livros, capítulos e folhetos científicos vinculados à instituição ou editados por sua editora, desde que autorizados. Já o Repositório Institucional de Patentes (RIPAT) contempla exclusivamente patentes concedidas pela UFPA, não abarcando pedidos ainda em tramitação. Todos os repositórios utilizam o protocolo OAI-PMH para garantir interoperabilidade e exposição de metadados a sistemas nacionais e internacionais.

1.3.7.5.3.1.6. Dos direitos autorais

Os documentos disponibilizados nos repositórios são de propriedade e responsabilidade dos autores originais. A política de direitos autorais segue rigorosamente a legislação nacional vigente, em especial a Lei de Propriedade Industrial e a Lei de Direitos Autorais, assegurando o respeito às normas de proteção e uso das obras depositadas.

1.3.7.5.3.1.7. Das disposições finais

Para situações não previstas na política, a gestão da Biblioteca Central e os membros do Sistema de Bibliotecas da UFPA têm competência para deliberar e estabelecer as providências necessárias, garantindo a aplicação uniforme e eficaz das diretrizes aqui estabelecidas.

1.3.7.6. Serviços ofertados

A Biblioteca Central participa dos serviços cooperativos da BIREME (LILACS e BVs), IBICT (COMUT, BDTD, CCN, Repositório Institucional), REBAP (Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia), Rede da BVS Enfermagem, FBN (Consórcio Eletrônico de Bibliotecas da Fundação Biblioteca Nacional), Plano Nacional de Obras Raras da Biblioteca Nacional e o Suporte Regional do Portal de Periódicos da CAPES.

Disponibiliza acesso ao catálogo online do acervo das bibliotecas da UFPA e mantém a Estação de Pesquisas Acadêmicas (EPAC), com acesso gratuito à internet e um espaço próprio

para o Portal de Periódicos da CAPES e busca integrada EDS.

Entre os serviços oferecidos pela Biblioteca Central, destacam-se:

- **Catálogo online:** terminais de computadores disponibilizados no hall da BC para consulta aos catálogos dos acervos das bibliotecas do SIBI/UFPA, e acesso por endereço eletrônico: <https://bibcentral.ufpa.br/>;
- **Consulta local:** as coleções da BC estão à disposição da comunidade interna e externa, com livre acesso ao acervo geral. Enfatiza-se que a maior parte do acervo se encontra disponibilizado no andar térreo do prédio, pois no andar superior estão os periódicos e obras raras;
- **Empréstimo e devolução de obras:** para realizar o Empréstimo Domiciliar o usuário deve estar em situação regular nas bibliotecas do SIBI (sem pendências e com o cadastro atualizado), então deverá apresentar seu número de matrícula e documento com foto no balcão de atendimento, e por fim, confirmar a operação digitando sua senha, o usuário cadastrado pode emprestar livros em qualquer unidade do SIBI, incluindo bibliotecas de outros campi. Conforme a categoria de usuário, define-se a quantidade de livros a serem emprestados. As devoluções são feitas no balcão de atendimento das bibliotecas tais quais as obras pertencem. Atrasos na devolução dos materiais emprestados implicará na suspensão equivalente ao dobro de dias de atraso para o usuário.
- **Renovação online:** a Renovação online do empréstimo domiciliar é realizada por meio do catálogo online do sistema Pergamum.
- **Espaço Braille:** serviço especial de auxílio aos alunos com deficiência visual mediante o uso dos Programas Open Book, Jaws, Zoom Text, TGD Poro, winvox para a transliteração de textos para o Braille, leitura de documentos em negro (dicionários e outros), gravação de textos e acesso à Internet.
- **Capacitação de usuários, palestras e visitas orientadas:** treinamento para a utilização dos recursos disponíveis da Biblioteca Central, especialmente do Portal de Periódicos da CAPES.
- **Cadastros em plataformas digitais:** cadastros de usuários para utilização das plataformas de livros digitais “Minha Biblioteca” e “Target Gedweb” para acesso a documentos regulatórios e normas brasileiras.
- **Bases de dados e Portais:** na Estação de Pesquisa, no andar térreo, e no Setor de Periódicos, no andar superior da Biblioteca Central, está disponível o serviço de acesso à Internet para fins exclusivos de pesquisa e/ou estudo e administração de e-mail.
- **Suportes regionais do Portal da Capes:** serviço online recomendado pela Capes para

divulgar as atualizações do Portal, esclarecer dúvidas, receber sugestões dos usuários e realizar treinamento.

- **Ficha Catalográfica:** elaboração de ficha catalográfica para fins de apresentação em Teses e Dissertações e obras publicadas pela editora da UFPA e unidades que não possuem vínculo com nenhuma biblioteca.
- **SOS Normaliza:** disponibilizamos para os usuários o Guia de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos que contém as normas de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em formato eletrônico, com orientações quanto à estrutura de um trabalho acadêmico (TCC, Dissertação, Tese, etc.) bem como à formatação. Oferecemos, ainda, a possibilidade de agendamento para orientação individual e esclarecimento de dúvidas relacionadas à normalização de trabalhos acadêmicos.
- **Emissão de Declaração de Nada Consta do SIBI/UFPA:** documento obrigatório que atesta que o usuário não possui pendências com o Sistema de Bibliotecas da UFPA, conforme Resolução n.º 5.791 de 20 de agosto de 2024. A partir da emissão deste documento, o vínculo com o SIBI/UFPA para o uso do serviço de empréstimo domiciliar será encerrado. Assim, as obras do acervo somente poderão ser consultadas e de forma presencial.
- **Comutação Bibliográfica:** atendimento às solicitações de artigos de periódicos, capítulos de livros, dissertações, teses e anais de congressos que não pertencem ao acervo do Sistema de Bibliotecas da UFPA, localizados nas principais bibliotecas do País.
- **Escritório de Direitos Autorais:** um Posto Avançado da Fundação Biblioteca Nacional (EDA/FBN) e atua com o objetivo de facilitar o acesso do criador intelectual ao registro e/ou averbação da obra intelectual, em conformidade com a Lei no 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais). Nesse processo, recebe as obras/trabalhos e documentos pertinentes, protocola e envia para a sede, localizada no Rio de Janeiro.
- **Sala estudante empreendedor:** localizada no anexo da Seção de Periódicos, é um espaço privativo projetado para fomentar a inovação e a produção intelectual. Este ambiente confortável e colaborativo é ideal para os usuários da biblioteca que buscam um local propício para o desenvolvimento de projetos e estudos. Além disso, é permitido que os usuários tragam seus próprios dispositivos, proporcionando maior flexibilidade e conveniência.
- **Espaço de Convivência:** situado no anexo do Salão de Estudo Superior, é um refúgio acolhedor tanto para a comunidade acadêmica quanto para visitantes, projetado para promover o bem-estar, oferece um ambiente tranquilo para relaxar e se conectar com

outros. Além de ser um local de estudo, a biblioteca se transforma em um ambiente de interação social, onde as relações vão além do acadêmico, enriquecendo a experiência universitária.

1.3.7.6.1. Plano de Promoção à Acessibilidade e Atendimento Especializado

A Biblioteca Central possui o Espaço Braille voltado para o atendimento das pessoas com deficiência visual que precisam de apoio para acessar e usar a informação. O Espaço também atende professores e pesquisadores da área de acessibilidade, recebe visitas de profissionais e estudantes interessados em conhecer os equipamentos e os serviços disponíveis.

É realizado o atendimento especializado personalizado conforme as necessidades informacionais dos usuários como a impressão em tinta; impressão em braille; leitura de textos; pesquisa em sites inacessíveis aos leitores de tela; digitalização; inscrição em cursos e concursos; formatação de trabalho acadêmico; digitação de textos; fragmentação de textos; descrição de tabelas, quadros, objetos, imagens e gráficos contidos no material; download de documento; conversão de formato para PDF/A; ampliação da fonte do arquivo; orientação das normas acadêmicas; criação e atualização de Currículo Lattes; auxílio na mobilidade dentro da Biblioteca Central, entre outros.

Para apoiar essas atividades, o espaço possui 3 cabines individuais com computadores com o Libreoffice e os leitores de tela Dosvox e NonVisual Desktop Access (NVDA); 1 mesa com 4 cadeiras para estudo em grupo; 1 ampliador de tela Topaz HD Freedom Scientific; 1 lupa eletrônica Aladin; 3 regletes com punção; 1 assinador; 2 tiposcópio; 1 teclado colmeia e 1 teclado em braille.

A BC integra a Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA), uma rede de cooperação entre Instituições Públicas de Ensino Superior que possui a missão de fomentar o intercâmbio de informações técnicas e compartilhamento de catálogos e/ou liberação de acesso aos materiais digitais adaptados, destinados ao atendimento e suporte informacional acadêmico às pessoas com deficiência visual matriculadas nas respectivas instituições.

O Espaço Braille é o responsável por receber essas demandas, adaptar os materiais, tornando-os acessíveis, e disponibilizá-los na rede REBECA. Esses materiais também serão inseridos em nosso Repositório Institucional de Acessibilidade (RIAUFPA), que está em fase final de elaboração e, em breve, será divulgado.

Considerando a relevância crescente dessas atividades e o papel estratégico do Espaço Braille na promoção da acessibilidade informacional, os relatórios de gestão anteriores indicam um aumento significativo na procura pelos serviços oferecidos. Diante desse crescimento e visando à qualificação do atendimento prestado, identificamos a necessidade de investimentos em

infraestrutura e tecnologia assistiva para este período de gestão. Assim, propomos a aquisição dos seguintes equipamentos e recursos, com o objetivo de atender de forma mais eficiente às demandas dos usuários:

- **08 computadores Lenovo ThinkCentre M900**, destinados à substituição dos equipamentos atualmente em uso nos setores administrativos e nas cabines, em operação desde 2009;
- **03 fones de ouvido com abafador de ruído externo**, para uso nas cabines, a fim de garantir maior concentração e acessibilidade durante as atividades;
- **Pacote Microsoft Office**, a ser instalado nos 08 computadores do Espaço, proporcionando maior compatibilidade com arquivos acadêmicos;
- **Licença da versão atual do software Abbyy FineReader**, utilizado para digitalização de documentos, reconhecimento óptico de caracteres (OCR), fragmentação de textos e conversão de arquivos para o formato PDF/A;
- **Scanner no formato A3 ou scanner portátil**, considerando que o equipamento atual (A4) não atende adequadamente a digitalização de obras maiores, resultando na supressão de informações importantes;
- **03 unidades dos óculos Orcam MyEye**, tecnologia assistiva voltada ao público com deficiência visual, que oferece leitura automatizada de textos e reconhecimento de objetos, contribuindo para maior autonomia dos usuários.

Essas aquisições são fundamentais para garantir a continuidade e a melhoria dos serviços oferecidos pelo Espaço Braille, alinhando-se aos princípios de acessibilidade, inclusão e excelência no atendimento da comunidade acadêmica.

Dessa forma, a Biblioteca Central visa implementar iniciativas voltadas à promoção da acessibilidade em todo o Sistema de Bibliotecas da UFPA (SIBI/UFPA), visando fortalecer a atuação integrada e promover a equidade no atendimento em todas as bibliotecas que o compõem.

Para isso, propõe-se a implementação de um programa de capacitação em tecnologias assistivas, coordenado pela Biblioteca Central e voltado aos servidores do SIBI/UFPA, bem como ações formativas específicas para o atendimento qualificado de usuários com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos. A proposta inclui ainda a promoção de campanhas institucionais de sensibilização e respeito à diversidade e à inclusão, com foco na construção de uma cultura organizacional mais acolhedora e acessível.

Além das ações formativas e de conscientização, propõem-se melhorias estruturais na Biblioteca Central, tais como a instalação de alerta sonoros, sinalização de atendimento preferencial e sinalização em Libras nos espaços da biblioteca, e a criação de uma sala

multissensorial, destinada ao acolhimento de usuários sensíveis a estímulos ambientais internos e externos.

Com estas iniciativas, a Biblioteca Central busca não apenas atender às demandas atuais, mas também impulsionar uma transformação sistêmica no SIBI/UFPA, promovendo um ambiente bibliotecário cada vez mais inclusivo, acessível e comprometido com a diversidade.

1.3.7.7. Perspectivas de gestão da Biblioteca Central

Considerando os avanços conquistados na última década, a Biblioteca Central da UFPA tem consolidado sua atuação como unidade estratégica no apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Entre os marcos mais relevantes, destaca-se a implementação de ferramentas como a Biblioteca Digital de Monografias (BDM), o Portal do Livro Aberto da UFPA e o Repositório de Patentes da UFPA (RIPAT); a expansão do horário de funcionamento; a realização do 1º Fórum do Sistema de Bibliotecas da UFPA; e o lançamento do novo site institucional.

No que tange à infraestrutura, a unidade avançou com a instalação da cobertura do hall de entrada, a substituição de mobiliário nos salões de estudo e a criação de ambientes inovadores, como a Sala de Treinamentos Virtuais, a Sala Servidor Estudante, a Sala Aluno Empreendedor, o Espaço de Convivência e a reabertura da Estação de Pesquisa. Também houve significativo progresso em acessibilidade, com adaptações e aquisição de novos equipamentos para o Espaço Braille.

No campo do acesso à informação, destacam-se a contratação de plataformas digitais como a Minha Biblioteca e a Target Gedweb, que ampliaram o alcance do acervo eletrônico a todo o Sistema de Bibliotecas da UFPA. A ampliação do quadro de bibliotecários e a parceria com a Biblioteca Nacional, por meio da implantação do Escritório de Direitos Autorais (EDA), reforçaram a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica.

Diante desses avanços, as perspectivas de gestão da Biblioteca Central para o período 2026–2035 visam consolidar uma atuação ainda mais estratégica, inclusiva, moderna e integrada ao Sistema de Bibliotecas da UFPA (SIBI/UFPA).

Nesse sentido, a Biblioteca Central pretende fortalecer a modernização de sua infraestrutura física e tecnológica, com foco na readequação de espaços, criação de ambientes multifuncionais, sustentáveis e acessíveis, e incorporação de ferramentas digitais para ampliar o acesso remoto e presencial à informação. A melhoria contínua do atendimento e a inovação nos serviços ofertados, como autoatendimento e atendimento virtual qualificado, também são prioridades, visando atender com mais eficiência os diferentes perfis de usuários.

A valorização dos servidores técnico-administrativos é outro eixo fundamental, a gestão buscará promover ações de capacitação continuada, incentivo à formação técnica e reconhecimento do trabalho em equipe, fomentando um ambiente de trabalho mais colaborativo, motivador e comprometido com os objetivos institucionais. Além disso, será promovida uma cultura de gestão participativa e transparente, incentivando o diálogo entre as bibliotecas setoriais e a construção de decisões integradas no âmbito do SIBI/UFPA.

Com foco na responsabilidade social, serão fortalecidas políticas de acessibilidade e inclusão, tanto em termos de estrutura física quanto de acervos e serviços especializados, como o lançamento do Repositório de Informações Acessíveis da UFPA (RIAUFPA), assegurando condições equitativas de acesso à informação para pessoas com deficiência.

No campo da sustentabilidade, pretende-se adotar práticas ecologicamente responsáveis no cotidiano da biblioteca, como racionalização do consumo de energia, descarte consciente de materiais e adoção de critérios sustentáveis nas aquisições de produtos e serviços. Tais ações estarão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às diretrizes institucionais da UFPA.

A integração entre as bibliotecas do SIBI será intensificada por meio fóruns, reuniões técnicas e compartilhamento de boas práticas, desenvolvimento de projetos colaborativos, unificação de procedimentos e fortalecimento, com o objetivo de consolidar a atuação conjunta em todo o sistema.

Será reforçado o papel estratégico da Biblioteca Central como espaço de fomento à ciência aberta, à produção acadêmica, à inovação, à leitura e à cultura, a biblioteca atuará como ponte entre o conhecimento científico e a sociedade.

Dessa forma, a Biblioteca Central reafirma seu compromisso com a excelência na gestão da informação, com a formação cidadã e com o desenvolvimento institucional da UFPA, contribuindo para uma universidade pública cada vez mais acessível, inovadora e comprometida com o desenvolvimento humano, social e ambiental da região amazônica.

Para garantir que as metas da Biblioteca Central sejam alcançadas de forma planejada e eficiente, foram definidos alguns eixos estratégicos com objetivos claros e ações práticas que permitirão acompanhar o andamento das melhorias. O quadro a seguir apresenta esses pontos-chave, que servirão de guia para tornar a biblioteca mais moderna, integrada e alinhada às necessidades da comunidade acadêmica.

Quadro 17 - Indicadores estratégicos para gestão no período de 2026-2035

EIXO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA	METAS	INICIATIVAS TÁTICAS
GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E TI	Prover infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas	Nº de espaços físicos revitalizados	(Não há)	Requalificar e modernizar 90% dos espaços até 2035	Reformas físicas, adequação elétrica/lógica, renovação de mobiliário
		Nº de projetos de infraestrutura de acessibilidade desenvolvidos	(Não há)	Expandir recursos acessíveis nos espaços da biblioteca	Implantação de projetos de acessibilidade para promover equidade no âmbito da biblioteca
	Assegurar a disponibilidade de sistemas essenciais e Tecnologia da Informação.	Modernização da Infraestrutura Tecnológica	nº de ações realizadas	Expandir recursos tecnológicos para melhorias nos serviços	Implantação de Sistema de autoatendimento e digitalização de acervos. Aquisição de novos equipamentos
GESTÃO SOCIAL	Valorizar a diversidade nos processos formativos.	Índice de satisfação dos usuários	$\text{=respostas positivas} / \text{total de respostas} * 100$	Elevar o índice de satisfação dos usuários para 90%	Realizar pesquisas de satisfação, reestruturação do atendimento
GESTÃO ACADÊMICA	Integrar ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.	Taxa de crescimento dos repositórios	nº de novos documentos adicionados ao repositório no ano	Elevar o número de povoamento nos repositórios	Aumentar o povoamento nos repositórios para ampliar o acesso e visibilidade da produção científica da UFPA
GESTÃO ADMINISTRATIVA	Expandir e aperfeiçoar a gestão institucional na perspectiva multicampi.	Nº de ações integrativas entre o SIBI	nº de ações realizadas no ano	Fortalecer articulação com as bibliotecas do sistema	Realizar reuniões que fomentem a integração entre o Sistema de Bibliotecas da UFPA
GESTÃO DE PESSOAS	Valorizar servidores com foco em resultados	Índice de Satisfação no ambiente organizacional	$IS = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^{15} \frac{a_{ij}}{15n}$	Elevar o índice de satisfação dos servidores para 90%	Realizar pesquisas de satisfação
		Taxa de servidores capacitados no ano	$(\text{Nº de servidores capacitados no ano} / \text{total de servidores}) \times 100$	Elevar a taxa de capacitação entre os servidores	Incentivar a participação de servidores em capacitações e implantação de programa de capacitação permanente no SIBI/UFPA

Fonte: Biblioteca Central (2025).

1.3.7.7.1. Expansão e aprimoramento da estrutura física da Biblioteca Central

A gestão da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA) tem investido em projetos estratégicos voltados à expansão e aprimoramento de sua infraestrutura física. O crescimento contínuo da comunidade acadêmica, aliado à ampliação dos serviços presenciais e digitais, demanda um espaço maior e mais moderno, acessível, funcional e capaz de atender com qualidade às novas exigências do ambiente universitário.

Diagnósticos internos identificaram limitações que impactam o funcionamento da unidade. Entre os principais desafios estão a insuficiente de espaços para atendimento ao público nos horários de maior fluxo, comprometendo a qualidade dos serviços prestados; deficiências nas redes elétrica, lógica e de climatização; e a ausência de ambientes plenamente acessíveis, conforme as normas vigentes. Soma-se a isso a carência de áreas para armazenamento adequado do acervo físico e a inexistência de um espaço próprio para eventos acadêmicos e culturais de médio porte, o que restringe a implementação de ações.

Diante desse cenário, estão sendo planejadas diversas iniciativas com previsão de execução no período de 2026-2035:

- **Construção de Anexo à Biblioteca Central:** em resposta à crescente demanda por espaços adequados para estudo, serviços técnicos, atividades administrativas e armazenamento de acervo, está em fase de planejamento a construção de um anexo à Biblioteca Central, com área aproximada de 3.100 m², com previsão para o ano de 2027. O novo prédio surge como solução à limitação física do edifício atual, que opera no limite de sua capacidade, especialmente diante do constante recebimento de acervos oriundos de outras bibliotecas da instituição e de doações particulares. O anexo permitirá a ampliação dos ambientes de estudo, a criação de setores especializados, criação de auditório com capacidade para 100 pessoas, a melhoria das condições de trabalho das equipes e a qualificação dos serviços prestados à comunidade universitária. A proposta será desenvolvida com base nos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e valorização da memória institucional. Entre as principais iniciativas previstas para os próximos anos, destacam-se:
- **Criação do Memorial Prof. Clodoaldo Beckmann:** com previsão de implementação em 2027, o projeto homenageará o fundador da Biblioteca Central da UFPA. O espaço atualmente destinado ao guarda-volume com uma área de 7,68 m² que se encontra sem uso devido à instalação da antena antifurto para salvaguarda patrimonial, cuja manutenção é periódica. Será transformado em um ambiente dedicado à preservação da memória institucional, o memorial reunirá documentos, imagens e registros históricos,

reconhecendo a valiosa contribuição do professor para a consolidação da Biblioteca como referência no apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.

- **Implantação da Sala Multissensorial:** Outro projeto relevante é a criação de uma Sala Multissensorial, também prevista para 2027. O espaço será equipado com cabines de estudo individuais, móveis que proporcionem conforto sensorial, objetos sensoriais, como bolas, iluminação adaptada ao conforto visual e recursos de isolamento acústico, como abafadores de som. A proposta visa oferecer um ambiente silencioso, acolhedor e funcional, voltado especialmente aos estudantes que necessitam de locais com menor estímulo sensorial para leitura, concentração e demais atividades acadêmicas. A iniciativa atende às diretrizes da Lei da Acessibilidade n.º 10.098/2000, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência n.º 13.146/2015 e ao Projeto de Lei n.º 3098/2024, que prevê a criação de salas de acomodação sensorial para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A sala multissensorial buscará promover inclusão, acessibilidade e bem-estar, contribuindo para a permanência estudantil e para o cuidado com a saúde mental no ambiente universitário.

As perspectivas de expansão e modernização da Biblioteca Central estão diretamente vinculadas ao compromisso com a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade acadêmica. Além disso, essas ações atendem ao disposto no Decreto n.º 9.235/2017, que estabelece critérios para bibliotecas institucionais das Instituições de Educação Superior (IES), incluindo a manutenção de acervos atualizados (físicos e/ou virtuais), espaços adequados e acessíveis, equipes técnicas qualificadas e serviços compatíveis com as demandas acadêmicas e os projetos pedagógicos.



1.4 POLÍTICA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.4. POLÍTICA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) desempenha um papel fundamental para a Universidade Federal do Pará (UFPA), apoiando tanto as atividades acadêmicas quanto administrativas. Trata-se de uma área transversal que permeia todos os aspectos da gestão universitária, sustentada por pilares essenciais como: governança, inovação, sistemas de informação, segurança da informação, bancos de dados, acesso à Internet, hospedagem e integração de soluções tecnológicas.

1.4.1. Estrutura de governança de tecnologia da informação e comunicação

A Governança de TIC na UFPA é essencial e estratégica para garantir que os serviços e soluções tecnológicas estejam alinhados com os objetivos estratégicos da Universidade e com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal. A Governança é um sistema de direção e controle da TIC, que define as responsabilidades, processos e mecanismos de tomada de decisão, visando assegurar a contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos da UFPA, mitigando riscos e otimizando o uso dos recursos. Em um sentido mais amplo, a Governança Digital envolve o uso estratégico da TIC para transformar a administração pública, aprimorando os serviços, promovendo a transparência, participação, e modernizando a gestão universitária.

Entre as diretrizes e normativos do Governo Federal que orientam a Governança de TIC na UFPA, destacam-se:

- Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD);
- Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI);
- Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI);
- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Normativos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP).

A responsabilidade pela governança de TIC na UFPA é atribuída ao Comitê de Governança Digital (CGD), um órgão colegiado que assessoria a alta administração na definição das diretrizes e prioridades da TIC na Universidade. Suas principais atribuições incluem:

- Deliberar sobre os planos, normas e políticas de TIC da Universidade;
- Determinar as prioridades para execução e implantação de projetos e planos de TIC;
- Aprovar os planos de gestão de riscos, incidentes e continuidade de negócios de TIC;
- Monitorar e avaliar o desempenho dos serviços de TIC por meio de métricas e indicadores.

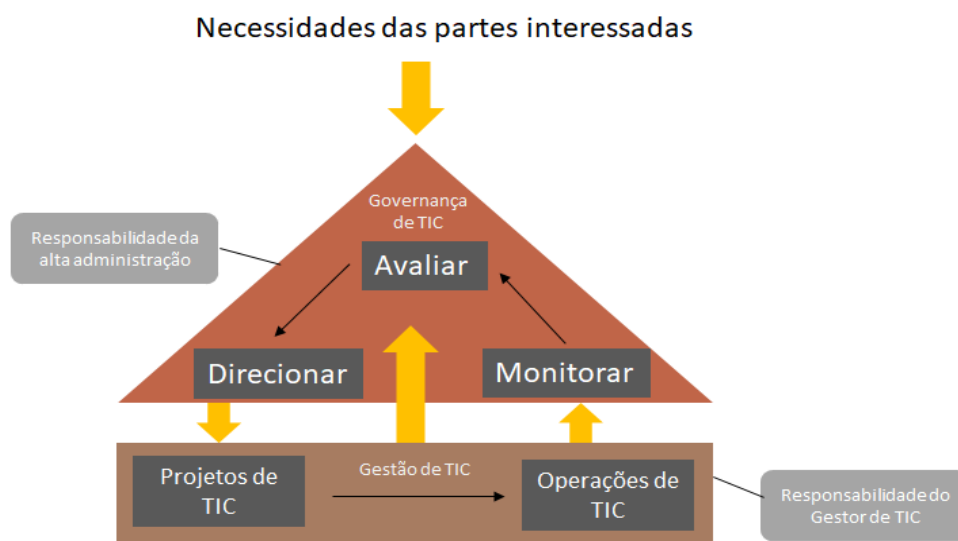
Essa estrutura e seus planos são essenciais para garantir que a TIC na UFPA não apenas impulse seu crescimento e inovação, mas também suporte suas operações diárias. A Governança de TIC na UFPA é fundamentada em princípios essenciais, como a atenção às necessidades das partes interessadas, o reconhecimento da TIC como ativo estratégico, a gestão por resultados, a transparência na divulgação de desempenho e custos, a prestação de contas e responsabilização claras, a conformidade com obrigações legais e regulamentares, e a segurança da informação para a proteção dos dados.

A gestão de TIC na UFPA é responsabilidade do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC). O CTIC é a unidade incumbida de planejar, padronizar, executar e fiscalizar as ações relacionadas à tecnologia, comunicação de dados e segurança da informação. As funções do CTIC abrangem:

- O gerenciamento, manutenção e monitoramento de toda a infraestrutura de TIC;
- Garantir a qualidade dos sistemas de informação, serviços de Internet e a integridade das bases de dados institucionais;
- A responsabilidade pela segurança da informação e pela segurança cibernética, implementando medidas de proteção para prevenir ameaças, exploração de vulnerabilidades e ataques cibernéticos;
- A implantação dos normativos e diretrizes estabelecidos pelo CGD e Governo Federal;
- A elaboração de planos como o de expansão e atualização dos recursos de TIC e o Plano de Contratação Anual (PCA) específico de TIC.

A diferença entre governança e gestão de TIC pode ser observada na figura abaixo.

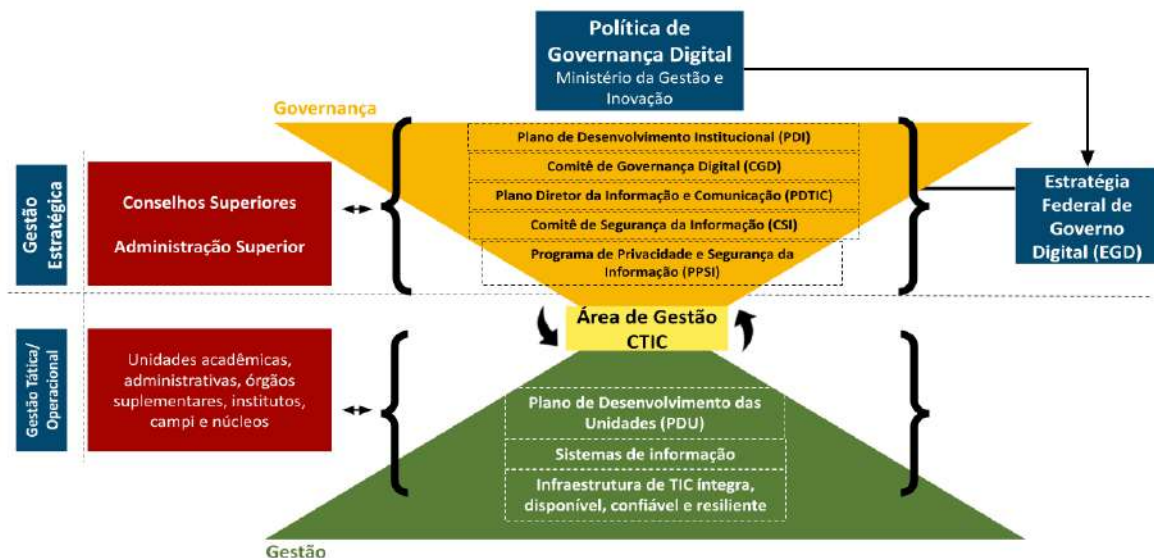
Figura 23 - Diferença entre governança e gestão de TIC



Fonte: Guia de Governança do SISP 2.0

Na prática, a governança de TIC na UFPA segue seus normativos internos e as diretrizes do Governo Federal para definir suas políticas e estratégias (o “o que fazer”). Por sua vez, a gestão de TIC é responsável por operacionalizar e executar essas ações (o “como fazer”), garantindo que as áreas-fim institucionais tenham acesso pleno aos recursos e soluções tecnológicas disponíveis, conforme figura abaixo.

Figura 24 - Governança e gestão de TIC na UFPA



Fonte: CTIC/UFPA.

Para difundir toda informação sobre Governança Digital na UFPA, o CGD mantém um site, [Governança Digital da UFPA](#), onde reuni os principais normativos que definem como a área de tecnologia da informação e comunicação institucional está estruturada, esse site é sempre atualizado quando uma nova política, plano ou instrução normativa é criada, modifica e aprovada nas instancias administrativas da Universidade. Os principais normativos disponibilizados são:

- [Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação \(PGTIC\);](#)
- [Política de Segurança da Informação e Comunicação \(POSIC\);](#)
- [Política de Backup e Restauração de Dados Institucionais \(PBRDI\);](#)
- [Política Organizacional de Desenvolvimento de Softwares \(PODS\);](#)
- [Política de Gestão de Serviços de TIC \(PGSTIC\);](#)
- [Política de Gestão de Ativos de TIC \(PGATIC\);](#)
- [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais \(PPDP\);](#)
- [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação \(PDTIC\);](#)

- [Plano de Expansão e Atualização dos Recursos de TIC;](#)
- [Plano de Gestão de Continuidade de Negócio de TIC;](#)
- [Plano de Gestão de Incidentes de TIC;](#)
- [Plano de Gestão de Riscos de TIC;](#)
- [Plano de Transformação Digital \(PTD\);](#)
- [Plano de Dados Abertos \(PDA\).](#)

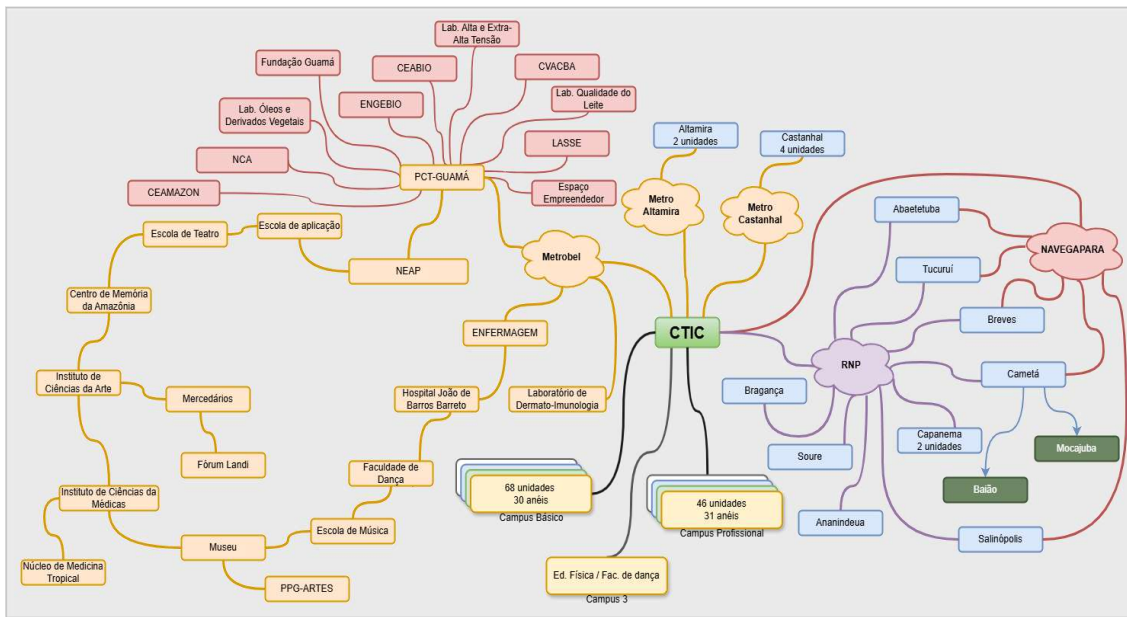
Nos próximos anos, o principal desafio da Universidade será consolidar de maneira integral sua estrutura de governança digital. Isso implica manter seus instrumentos normativos sempre atualizados e alinhados com os objetivos estratégicos institucionais, além de seguir as políticas vigentes do Governo Federal. Esse processo será crucial para a modernização e o aprimoramento da eficiência dos serviços digitais da Universidade, assegurando a excelência e a sustentabilidade tecnológica.

1.4.2. Rede institucional, infraestrutura de serviços de TIC e segurança da informação

A rede computacional da UFPA adota uma arquitetura centralizada, no qual todos os campi, unidades acadêmicas e administrativas estão diretamente conectadas ao CTIC. Essa estrutura centralizada se mostra economicamente viável e essencial para o gerenciamento eficiente das conexões com a *Internet*, facilitando o monitoramento e registro das atividades dos usuários.

Esses procedimentos são realizados em conformidade com o [Programa de Privacidade e Segurança da Informação \(PPSI\)](#) do Governo Federal e a [Lei 12.965, de 23/04/2014](#), conhecida como “Marco Civil da *Internet*”. Além disso, as políticas de uso da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) também são seguidas, uma vez que a RNP é a responsável por fornecer os *links* de dados que interligam a Universidade à Internet, conforme a figura abaixo.

Figura 25 - Layout da rede institucional



Fonte: CTIC/UFPA.

A UFPA dispõe de um conjunto diversificado de recursos tecnológicos para armazenamento, processamento e transmissão de dados, que incluem tanto os equipamentos e softwares do *data center* institucional quanto os recursos distribuídos nas unidades acadêmicas e administrativas. Além disso, a Universidade conta uma infraestrutura de *backbone* de fibra óptica, cabeamento estruturado e rede sem fio corporativa, disponível em todos os campi e unidades da região metropolitana de Belém, oferecendo conectividade e comunicação para os servidores técnicos-administrativos, docentes, discentes e prestadores de serviços com vínculo institucional.

O *data center* institucional é um ambiente de missão crítica e representa a estrutura central de TIC da Universidade, abrigando equipamentos essenciais para o processamento e armazenamento de dados, como servidores, *storages*, *firewalls*, central telefônica, sistemas de suporte (climatização e monitoramento), *switches* de núcleo e controladores de rede. É nesse ambiente que as informações críticas para as atividades acadêmicas e administrativas são processadas, armazenadas e transmitidas. A manutenção dessa infraestrutura é fundamental para otimizar o desempenho e a integração dos diversos sistemas institucionais, além de aprimorar a capacitação técnica e assegurar o atendimento de requisitos de segurança.

A segurança da informação na UFPA é, sem dúvida, um grande desafio, especialmente diante do crescimento diário dos ataques cibernéticos a instituições de ensino superior. A RNP realiza um monitoramento contínuo da rede das instituições, gerando relatórios mensais sobre os ataques identificados. Manter uma infraestrutura robusta, resiliente e atualizada é crucial para

proteção dos dados institucionais. Contudo, existem outros dois fatores igualmente críticos que exigem atenção: os processos e as pessoas.

A maioria dos ataques cibernéticos tem como alvo os usuários, visando suas credenciais de acesso, o que facilita a invasão dos sistemas e a exploração da rede institucional. Assim, além de uma infraestrutura tecnológica segura e atualizada, é fundamental que os processos sejam bem definidos e que as pessoas estejam informadas e capacitadas sobre segurança da informação. Somente dessa forma, a UFPA poderá garantir um ambiente mais seguro e resiliente.

Os pilares da segurança da informação são conceitos fundamentais que guiam a proteção de dados e sistemas:

- **Confidencialidade:** garantir que as informações sejam acessadas apenas por indivíduos, entidades ou processos autorizados;
- **Integridade:** assegurar que os dados e informações não sejam alterados, corrompidos ou destruídos sem autorização;
- **Disponibilidade:** garantir que os usuários autorizados tenham acesso aos dados e informações sempre que necessário.

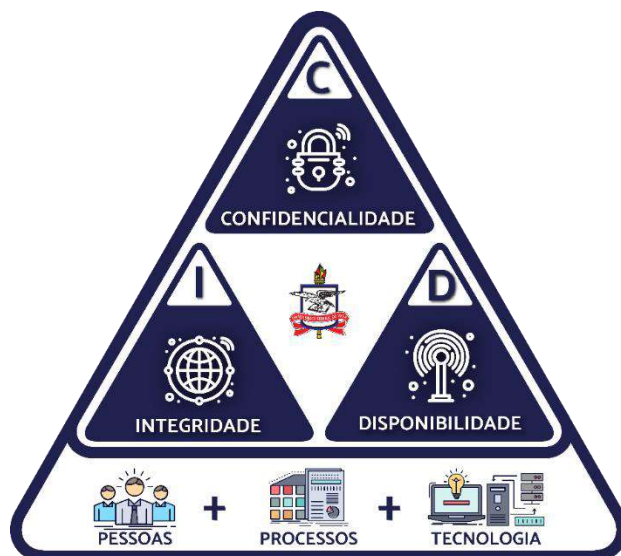
Na UFPA, a segurança da informação é construída e aplicada através de três componentes principais:

- **Pessoas:** inclui todos os usuários envolvidos no acesso, uso e gerenciamento das informações, dados e sistemas;
- **Processos:** refere-se as políticas, normas e procedimentos que governam o tratamento dos dados e informações, implementação e manutenção da segurança da informação em todo o ambiente institucional;
- **Tecnologia:** abrange todos os componentes computacionais e de rede (*hardware* e *software*) usados para armazenar, processar e transmitir informações, como *firewalls*, criptografia, autenticação multifator, *backups*, sistemas prevenção, detecção e resposta a incidentes cibernéticos etc.

Também é necessário implementar outros dois princípios fundamentais da segurança da informação: a autenticidade e irretratabilidade. A autenticidade garante a origem e a validade de uma informação, assegurando que ela seja genuína e proveniente de uma fonte confiável. Já irretratabilidade impede que o autor de uma informação ou alteração negue sua autoria, garantindo que as ações realizadas sejam inequivocamente atribuídas a quem as executou.

A figura 25 representa os pilares da segurança da informação e as bases que o sustenta na Universidade.

Figura 26 - Base da segurança da informação



Fonte: CTIC/UFPA

Nos próximos dez anos, o grande desafio será ampliar a capacidade dos links de dados dos campi e expandir a infraestrutura de rede das unidades acadêmicas e administrativas, tanto na capital quanto no interior do estado. Essa expansão é essencial para garantir maior conectividade e suportar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Paralelamente, é extremamente importante consolidar toda a infraestrutura do data center institucional, para garantir a integridade, disponibilidade e resiliência dos serviços e soluções de TIC da Universidade. Nesse cenário de expansão e consolidação, à medida que a rede cresce, o desafio de fortalecer as defesas de cibersegurança e segurança da informação se intensifica, exigindo a implantação de soluções robustas para proteger os novos pontos de acesso e o crescente volume de dados.

A evolução da infraestrutura deve caminhar lado a lado com o fortalecimento das camadas de proteção, garantindo que a expansão não comprometa a segurança institucional.

1.4.3. Parceria Estratégica

O estabelecimento de parcerias é fundamental para fortalecer e expandir a infraestrutura de tecnologia da informação da UFPA, o objetivo é garantir que todos os campi e polos universitários tenham acesso à Internet com qualidade.

A principal parceria na área de TIC da UFPA é com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A RNP desempenha um papel estratégico fundamental para as universidades, oferecendo uma infraestrutura de conectividade de alta capacidade e segurança que interliga instituições de

ensino e pesquisa no Brasil e no exterior. Ela apoia a inovação acadêmica e científica, fornecendo ferramentas de colaboração, videoconferência e computação em nuvem, essenciais para a pesquisa e o ensino, além disso, fornece capacitação aos profissionais de TIC das universidades através de treinamentos e programas de certificações. A RNP ainda possibilita a educação digital, favorecendo o ensino a distância e o acesso a conteúdo online. Ao permitir o compartilhamento de recursos e reduzir custos com infraestrutura, ela fortalece a sustentabilidade das instituições, facilitando o crescimento acadêmico e a inovação com eficiência e segurança.

A Universidade hospeda o Ponto de Presença (POP) da RNP no Pará, sendo o principal provedor de serviços de Internet para as instituições federais de ensino e pesquisa de Belém e outros municípios paraenses. Manter essa parceria é essencial para expandir a rede institucional, capacitar os servidores técnicos com tecnologia de ponta e aproveitar todos os principais serviços de TIC oferecidos pela RNP às universidades. Esse relacionamento é crucial para garantir a continuidade da inovação, a segurança da informação e a eficiência operacional, consolidando a UFPA como um centro de excelência no uso de tecnologia para o ensino, pesquisa e extensão na região norte.

Uma parceria estratégica, com o Governo do Estado do Pará por meio do programa NavegaPará, essencial para atender às necessidades de conexão à Internet em regiões onde a cobertura da RNP é limitada ou insuficiente, é o programa NavegaPará, que visa expandir o acesso à Internet de alta qualidade em todo o estado, conectando localidades remotas e facilitando o acesso digital à educação e serviços públicos. Ao estabelecer parcerias como essa, a UFPA pode garantir que seus campi e polos, especialmente os localizados em áreas fora do alcance do *backbone* da RNP, tenham uma rede de Internet estável e de qualidade, promovendo a inclusão digital e ampliando as oportunidades de ensino, pesquisa e extensão para todos os seus alunos e servidores.

Outro ponto importante e que merece destaque é a participação da Universidade no Programa Norte Conectado, que é uma iniciativa estratégica do Governo Federal, liderada pelo Ministério das Comunicações, para levar acesso à Internet de alta velocidade para a Região Amazônica por meio da instalação de cabos de fibra óptica subfluviais (no leito dos rios). Seu objetivo principal é promover a inclusão digital e o desenvolvimento sustentável da região, conectando milhões de pessoas, escolas, universidade, prefeituras, hospitais e outras instituições em áreas remotas. A UFPA foi escolhida para hospedar o Centro Móvel de Alta Disponibilidade (CMAD) da Infovia 03 do programa Norte Conectado, em Belém, com aproximadamente 600 km de fibra óptica, essa infraestrutura está interligada a redes metropolitanas em Belém, Curralinho, Breves e Macapá, com 69 pontos de conexão.

Portanto, todas essas parcerias são essenciais para fortalecer a rede de colaboração e inovação da Universidade, ampliando seu alcance e capacidade de impactar positivamente a toda a sociedade.

1.4.4. Desafios para as soluções de tecnologia da informação e comunicação

Os serviços e soluções de tecnologia da informação e comunicação são pilares fundamentais no planejamento e na implementação das estratégias organizacionais da Universidade. O desafio atual é, portanto, otimizar o uso da TIC e maximizar a efetividade de seus recursos e serviços para a UFPA, independente do cenário político e econômico a serem enfrentados nos próximos dez anos (2026-2035). Os principais desafios que estão listados abaixo cobrem diversas frentes, visando uma infraestrutura de TIC mais robusta, segura e moderna:

1.4.4.1. Infraestrutura de Data Center

- Expandir e atualizar o parque computacional do *data center* institucional: Isso significa investir em novos equipamentos, servidores e sistemas para aumentar a capacidade de processamento e armazenamento de dados;
- Modernizar a infraestrutura predial: Além dos equipamentos, a estrutura física do *data center* como refrigeração, energia, e a segurança física necessitam de melhorias. Também é extremamente necessário a implantação completa de um sistema eficiente para prevenção e supressão de incêndios para garantir um ambiente mais seguro.
- Continuar hospedando os serviços e dados essenciais de TIC da Universidade: Inclui sistemas e banco de dados dos projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão das diversas unidades institucionais, dados do sistema integrado de gestão (SIG-UFPA), ensino a distância, sistemas estruturantes, administrativos etc.

1.4.4.2. Conectividade e Rede

- Ampliar a capacidade de conexão e transmissão de dados de todas as unidades acadêmicas e administrativas da Universidade: Essencial para garantir acesso rápido e confiável à Internet e aos sistemas internos, independentemente de sua localização;
- Consolidar a rede de telefonia VoIP: Substituir toda a telefonia analógica pela comunicação por IP em todas as unidades acadêmicas e administrativas, gerando economia de recursos públicos.

1.4.4.3. Segurança da Informação e Cibersegurança

- Expandir a cultura de segurança da informação para toda comunidade universitária: Além da tecnologia, disseminar a conscientização e realizar capacitação de todos os usuários sobre as melhores práticas de segurança digital;

- Implantar infraestrutura moderna e resiliente de segurança cibernética para os serviços essenciais de TIC da Universidade: Proteger os sistemas críticos da UFPA contra ataques cibernéticos como uma prioridade, garantindo a continuidade dos serviços;
- Implantar infraestrutura moderna e resiliente para o backup e restauração de banco de dados e aplicações institucionais: Assegurar que os dados e sistemas essenciais da Universidade estejam sempre protegidos e que possam ser recuperados rapidamente em caso de falhas ou incidentes.

1.4.4.4. Tecnologias Emergentes e Soluções Institucionais

- Implantar infraestrutura de TIC para suporte à inteligência artificial voltadas aos serviços institucionais: Preparar a Universidade para explorar o potencial da inteligência artificial na otimização de seus próprios serviços de TIC;
- Expandir e atualizar as soluções de computação em nuvem para oferta de serviços institucionais: Adoção e aprimoramento de serviços baseados em nuvem para maior flexibilidade, escalabilidade e redução de custos.
- Implantar soluções de TIC para integração de sistemas institucionais: Conectar diferentes sistemas e plataformas dentro da Universidade para otimizar fluxos de trabalho e evitar a duplicidade de informações;
- Modernizar a infraestrutura do sistema SIG-UFPA: O Sistema Integrado de Gestão da UFPA (SIG-UFPA), que é fundamental para a gestão acadêmica e administrativa, deverá receber investimentos para se tornar mais eficiente e atualizado.

1.4.4.5. Governança

- Consolidar a Governança de TIC na Universidade: Estabelecer e fortalecer as políticas, instrumentos normativos, processos e estruturas de decisão relacionadas à gestão de TIC, garantindo que os investimentos e as ações estejam alinhados aos objetivos estratégicos da UFPA.

1.4.4.6. Capacitação

- Promover a capacitação técnica e gerencial continuada em TIC: Garantir a contínua capacitação técnica e gerencial do pessoal de TIC, por meio de programas de treinamento e desenvolvimento profissional, para que a equipe esteja sempre atualizada com as tecnologias emergentes e as melhores práticas de gestão, assegurando a otimização dos serviços de TIC e o suporte eficiente às demandas institucionais.



1.5 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL



1.5. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional constitui um instrumento essencial para o cumprimento da missão institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA): produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia, formando cidadãos capazes de promover uma sociedade inclusiva e sustentável, especialmente em um contexto marcado pela intensificação dos fluxos informacionais, pela centralidade das plataformas digitais e pela crescente demanda social por transparência, credibilidade e diálogo institucional.

Na condição de maior universidade da Pan-Amazônia e uma das maiores do Brasil, a UFPA reconhece a comunicação como uma dimensão transversal a todas as suas atividades - ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão - e como um fator decisivo para o fortalecimento da democracia, da transparência pública e da identidade amazônica.

Na UFPA, a Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) é o órgão central responsável por planejar, coordenar e executar as políticas e ações de comunicação da UFPA, atuando de forma articulada com a Reitoria e com as diversas esferas da gestão superior. Sua atuação estratégica é fundamental para consolidar a imagem institucional da Universidade, valorizar sua produção acadêmica, científica, cultural e extensionista e garantir o acesso qualificado à informação pública.

Nesse cenário, o presente eixo integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPA para o período de 2026 a 2035, posicionando a comunicação como instrumento estruturante da governança universitária e da relação da Universidade com seus públicos internos e externos.

1.5.1. Comunicação institucional e desenvolvimento da UFPA

Ao longo do período de vigência do PDI 2016–2025, a comunicação institucional da UFPA passou por um processo contínuo de aprimoramento e consolidação, acompanhando as transformações tecnológicas e as novas dinâmicas de produção e circulação da informação. Esse processo contribuiu para o fortalecimento da Universidade como fonte confiável de notícias e informações, amplamente reconhecida pela sociedade e pelos meios de comunicação locais, regionais e nacionais.

Um dos marcos desse processo foi o aperfeiçoamento do portal institucional da UFPA. Em 2017, o portal passou por migração para a plataforma Joomla, movimento que possibilitou maior organização dos conteúdos e melhor desempenho na publicação de notícias e reportagens. Posteriormente, em 2024, o portal institucional migrou para a plataforma WordPress, com o objetivo de ampliar a usabilidade, a acessibilidade e a eficiência na gestão de conteúdos

jornalísticos e institucionais. Essas mudanças refletiram o compromisso permanente da Universidade com a modernização de seus canais oficiais de comunicação.

Figura 27 – Portal da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

Paralelamente, observou-se um investimento contínuo na qualificação da produção jornalística institucional. Ao longo da última década, a ASCOM intensificou a produção de campanhas institucionais, séries especiais, reportagens aprofundadas e conteúdos temáticos estratégicos, ampliando a visibilidade das ações da UFPA e fortalecendo sua presença no debate público.

Esse esforço resultou na consolidação da Universidade como referência informativa, cujos portais e redes sociais passaram a ser amplamente utilizados pela imprensa como fontes seguras e qualificadas de informação.

1.5.2. Comunicação digital e redes sociais

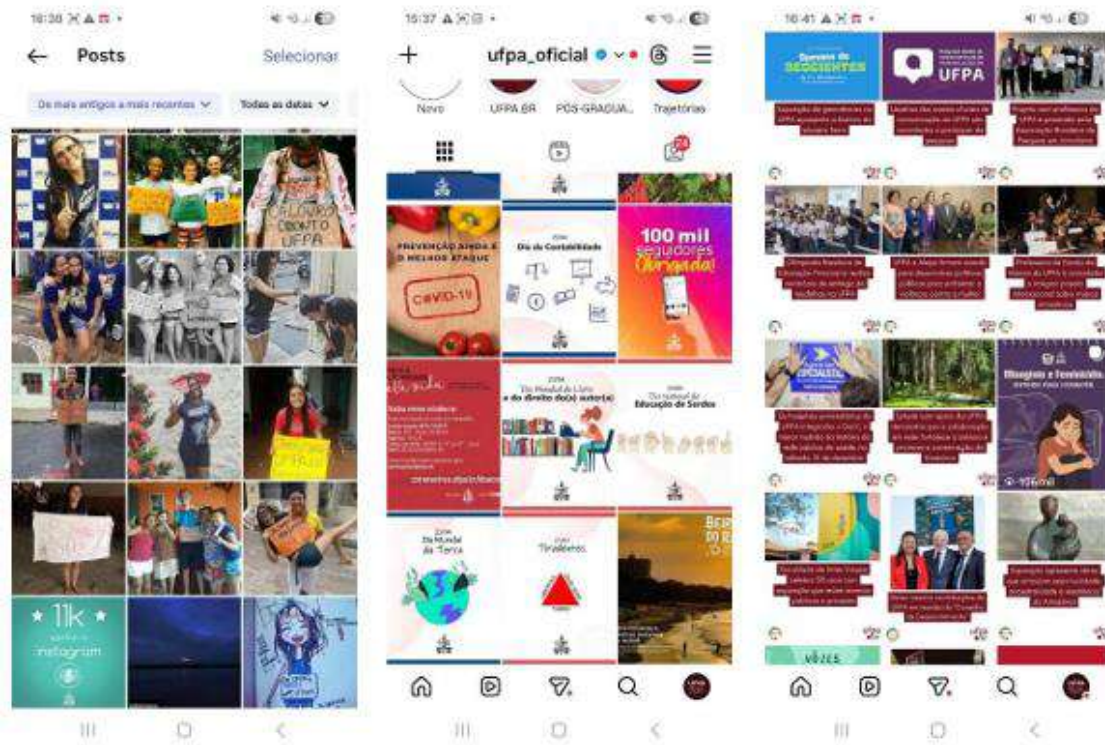
No campo da comunicação digital, os últimos dez anos foram marcados por uma expressiva evolução das estratégias institucionais. A UFPA consolidou sua presença nas principais plataformas digitais, com perfis oficiais no Instagram e no Facebook, alcançando elevado engajamento e ampla capilaridade junto à comunidade universitária e à sociedade em geral. Atualmente, a UFPA destaca-se como a universidade brasileira com o maior número de seguidores no Instagram, indicador que evidencia o alcance e a relevância de sua comunicação institucional no ambiente digital.

Em consonância com os princípios institucionais da democracia, da ética e da responsabilidade social, a Universidade tomou, no segundo semestre de 2024, a decisão estratégica de desativar seu perfil institucional na plataforma X (antigo Twitter), em razão dos rumos assumidos por essa rede social, associados à disseminação de desinformação, discursos

antidemocráticos e práticas incompatíveis com os valores da universidade pública. A decisão considerou o compromisso da UFPA com uma comunicação responsável, ética e alinhada aos princípios do interesse público.

Abaixo a evolução do feed do instagram ao longo dos últimos dez anos:

Figura 28 - Evolução do feed do instagram ao longo dos últimos dez anos



Fonte: Elaboração própria.

1.5.3. Profissionalização dos fluxos e processos de comunicação

Outro avanço significativo observado no período 2016–2025 refere-se à profissionalização dos fluxos e processos de comunicação institucional. A UFPA implementou mecanismos que tornaram mais transparentes, organizadas e acessíveis as demandas de divulgação, por meio de sistemas e links específicos no portal institucional. Atualmente, a comunidade universitária e o público externo dispõem de canais estruturados para solicitação de divulgação de pautas, eventos, bancas, editais, oportunidades e demais informações institucionais.

Esses aprimoramentos resultam da consolidação de fluxos de trabalho mais eficientes, que permitem maior controle, planejamento e acompanhamento das ações de comunicação desenvolvidas pela ASCOM. Tais avanços contribuem para a racionalização dos processos internos, para a padronização das informações divulgadas e para o fortalecimento da comunicação institucional como política integrada à gestão universitária.

No âmbito da normatização e padronização das práticas comunicacionais, a UFPA avançou na elaboração de instrumentos orientadores, encontrando-se em processo de construção e consolidação de manuais institucionais, tais como o Manual de Redes Sociais, o Manual de Redação e o Manual de Relacionamento com a Imprensa. Esses documentos representam etapas fundamentais para a institucionalização de padrões técnicos, éticos e editoriais, contribuindo para a qualificação e a coerência da comunicação em toda a Universidade.

1.5.4. Divulgação científica como eixo estratégico da comunicação

A divulgação científica constitui dimensão central da política de comunicação institucional da UFPA e configura-se como ativo estratégico para a Amazônia, ao articular a produção de conhecimento acadêmico-científico às demandas sociais, ambientais, culturais e econômicas da região. Em um território marcado por elevada biodiversidade, pluralidade sociocultural e desafios históricos de desenvolvimento, a comunicação científica assume papel fundamental na mediação entre a ciência produzida na Universidade e a sociedade amazônica, contribuindo para a valorização dos saberes locais, para o enfrentamento da desinformação e para a construção de políticas públicas baseadas em evidências.

Nesse campo, a Assessoria de Comunicação Institucional conta com uma estrutura específica, a Coordenadoria de Divulgação Científica (CDC), responsável por planejar e executar ações voltadas à tradução, difusão e democratização do conhecimento científico produzido na UFPA. A atuação da CDC fortalece o compromisso institucional com uma ciência socialmente referenciada, capaz de dialogar com diferentes públicos e de evidenciar a relevância da pesquisa universitária para a compreensão e a preservação da Amazônia.

Ao longo dos últimos dez anos, observou-se um incentivo contínuo à consolidação de uma política institucional de divulgação científica, reconhecida como dimensão estratégica da presença pública da UFPA. Esse esforço contribuiu para ampliar a visibilidade das pesquisas desenvolvidas na Universidade, projetando temas amazônicos no cenário regional, nacional e internacional, e posicionando a UFPA como referência na produção e circulação de conhecimentos sobre a região.

Nesse contexto, destaca-se o papel do jornal científico Beira do Rio, veículo institucional que se mantém na vanguarda da divulgação científica universitária. Ao longo da última década, o periódico passou por ajustes em sua periodicidade, acompanhando as transformações nos fluxos editoriais e nas estratégias de comunicação científica, sem perder sua característica singular de circulação impressa. A permanência do Beira do Rio em formato impresso reafirma uma escolha política e estratégica da UFPA, ao reconhecer a diversidade de acessos à informação na Amazônia

e ao ampliar o alcance da ciência para públicos distintos, fortalecendo a memória institucional e o compromisso da Universidade com a democratização do conhecimento.

A consolidação da divulgação científica como ativo estratégico da Amazônia reforça o papel da comunicação institucional não apenas como instrumento informativo, mas como dimensão estruturante da responsabilidade social da UFPA, contribuindo para a formação cidadã, o pensamento crítico e o fortalecimento da democracia. Abaixo edições dos Beira do Rio em 2016, 2020 e 2025.

Figura 29 – edições dos Rio em 2016, 2020 e 2025



Fonte: Elaboração própria.

1.5.5. Diretrizes da Política de Comunicação Institucional (2026–2035)

A política de comunicação institucional da Universidade Federal do Pará, no período de 2026 a 2035, será orientada por diretrizes alinhadas aos princípios institucionais e aos demais eixos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional, assegurando coerência, integração e unidade de ação no âmbito da gestão universitária.

A comunicação institucional será compreendida e desenvolvida como política pública estruturante, integrada aos processos de planejamento, gestão e avaliação institucional, contribuindo para o fortalecimento da governança universitária, da transparência pública e do acesso qualificado à informação.

Nesse horizonte, a UFPA orientará sua política de comunicação pelas seguintes diretrizes:

- **Consolidar a comunicação institucional como instrumento estratégico de gestão** A comunicação institucional será consolidada como dimensão estratégica da gestão universitária, integrada aos processos decisórios, ao planejamento institucional e à avaliação das ações da Universidade. Essa diretriz visa assegurar que a comunicação não atue de forma reativa ou isolada, mas alinhada aos objetivos estratégicos do PDI,

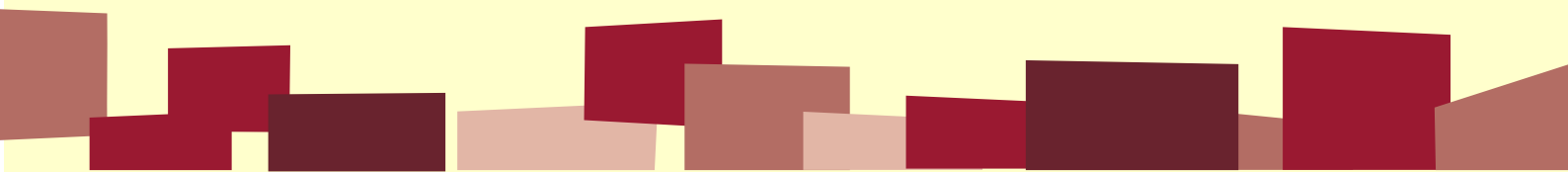
contribuindo para a coerência entre discurso institucional, práticas administrativas e políticas acadêmicas.

- **Assegurar a transparência ativa e o acesso qualificado à informação pública** A política de comunicação institucional buscará garantir a ampla divulgação de informações institucionais, acadêmicas, científicas e administrativas, de forma clara, precisa, tempestiva e acessível. Essa diretriz reafirma o compromisso da UFPA com os princípios da administração pública, fortalecendo a prestação de contas, o controle social e o direito da sociedade à informação.
- **Fortalecer a divulgação científica e acadêmica** A divulgação científica e acadêmica será fortalecida como eixo estratégico da comunicação institucional, com vistas a ampliar a visibilidade da produção de conhecimento da Universidade e a promover sua circulação qualificada junto à sociedade. Essa diretriz reconhece a comunicação como instrumento fundamental para a valorização da ciência, para a formação científica da população e para a projeção da UFPA como referência na produção de conhecimento, especialmente no contexto amazônico.
- **Valorizar a identidade institucional e a inserção amazônica da UFPA** A política de comunicação institucional buscará afirmar e consolidar a identidade da UFPA como universidade pública amazônica, destacando suas especificidades, valores e contribuições acadêmicas. Essa diretriz orienta a projeção institucional da Universidade nos âmbitos regional, nacional e internacional, reforçando sua vinculação com os territórios, culturas e desafios da Amazônia.
- **Qualificar a comunicação interna e a integração institucional** A comunicação interna será continuamente aprimorada com o objetivo de promover maior integração entre unidades, campi e segmentos da comunidade universitária. Essa diretriz visa fortalecer a coesão institucional, o sentimento de pertencimento e a circulação eficiente de informações em uma universidade de caráter multicampi, respeitando suas diversidades organizacionais e regionais.
- **Aprimorar o relacionamento institucional com a sociedade e com os meios de comunicação** A política de comunicação institucional buscará qualificar o relacionamento da UFPA com a sociedade e com os meios de comunicação, assegurando práticas éticas, profissionais e alinhadas à missão da universidade pública. Essa diretriz orienta a construção de uma imagem institucional baseada na credibilidade, na confiabilidade das informações e no diálogo permanente com os diferentes públicos.

- **Promover a integração e a padronização dos fluxos e instrumentos de comunicação**
Serão promovidas a integração e a institucionalização dos fluxos, procedimentos e instrumentos de comunicação em toda a estrutura da Universidade. Essa diretriz visa garantir maior organização, padronização e eficiência às ações comunicacionais, respeitando as especificidades das unidades, mas assegurando unidade institucional e qualidade nos processos.
- **Instituir e regulamentar a Política de Comunicação Institucional** A UFPA terá como prioridade estratégica comunicacional para o período de 2026 a 2035 a elaboração, aprovação e implementação de uma Política de Comunicação Institucional formalmente instituída, com força normativa e abrangência em toda a estrutura universitária. Essa diretriz visa superar o atual gargalo relacionado à ausência de regulamentação específica, assegurando a definição clara de princípios, responsabilidades, competências, fluxos, procedimentos e padrões técnicos e éticos para as práticas de comunicação. A Política de Comunicação Institucional deverá orientar as ações comunicacionais de todas as unidades acadêmicas e administrativas, garantindo unidade institucional, segurança jurídica, padronização de processos e alinhamento entre comunicação, gestão e projeto acadêmico. Essa diretriz reconhece a comunicação não como ação acessória, mas como dimensão estruturante da governança universitária, indispensável à transparência pública, à democracia institucional e ao fortalecimento da identidade da UFPA.



1.6 POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE



1.6. POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade deve ser compreendida não apenas como uma diretriz ambiental, mas como um princípio estruturante para a construção de uma instituição de ensino superior que deseje atuar de forma ética, inovadora e transformadora. Integrar a sustentabilidade ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) significa assumir o compromisso de contribuir ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Agenda 2030 da ONU, e incorporá-los de forma articulada às dimensões acadêmica, administrativa e comunitária.

Como destaca Sachs (2004), "o desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio dinâmico entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais, de forma integrada e participativa". Essa integração fortalece a identidade institucional e assegura a formação de cidadãos e profissionais comprometidos com um futuro mais justo, equilibrado e resiliente. A sustentabilidade institucional engloba um conjunto de ações e políticas que visam garantir a longevidade da organização, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o desenvolvimento de uma consciência social ecológica deve estar presente em toda a sociedade, especialmente no setor educacional, que tem a responsabilidade de formar cidadãos conscientes e comprometidos com o meio ambiente. As Instituições de Ensino Superior (IES), como a UFPA, devem não apenas ensinar práticas sustentáveis, mas também aplicá-las na prática institucional por meio da sua comunidade.

1.6.1. Sustentabilidade no Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Inovação

A UFPA tem um nobre papel, que vai muito da missão e visão institucional da formação de profissionais, que é de possibilitar o surgimento de cidadãos conscientes e capazes de atuar como agentes de transformação na sociedade. Para isso, é fundamental que a universidade integre o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão e a inovação de forma interligada e permeada por um compromisso que contribua de maneira significativa para construção de um futuro mais justo, onde seja firmado um pacto inegociável com a sustentabilidade - ODS 4 – Educação de qualidade e Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, Lei nº 9.795,/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002).

1.6.1.1. Ensino

Na dimensão do ensino, a inserção da sustentabilidade nos currículos é um passo fundamental. De acordo com Leff (2001), “a educação ambiental crítica deve ser promotora de uma nova racionalidade, capaz de articular ciência, ética e política para enfrentar os desafios contemporâneos”. Isso implica revisar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) para incluir a

temática socioambiental de forma transversal e interdisciplinar, promovendo o pensamento sistêmico, a empatia e a responsabilidade coletiva. A inclusão dos ODS como conteúdo formativo permite que os estudantes compreendam os impactos de suas áreas profissionais na construção de sociedades mais sustentáveis.

1.6.1.2. Pesquisa

A sustentabilidade na pesquisa científica demanda a produção de conhecimento socialmente referenciado. A universidade deve incentivar linhas de investigação com critérios de sustentabilidade que articulem saberes científicos e populares, em áreas como produção de alimentos, conservação e manejo de recursos ambientais (ar, água, solo, subsolo, fauna e flora), proteção das florestas e demais formas de vegetação na Amazônia, mudanças climáticas, energias renováveis, justiça ambiental e economia circular. Como afirma Capra (2002), “a compreensão sistêmica da vida implica reconhecer que todos os fenômenos estão interconectados e interdependentes”. Assim, fomentar núcleos interdisciplinares e pesquisas aplicadas contribui para uma ciência comprometida com a vida e com o bem-estar coletivo.

1.6.1.3. Extensão

A extensão universitária é espaço privilegiado para práticas sustentáveis e emancipadoras. Gadotti (2009) ressalta que “a sustentabilidade é também uma questão de cidadania, e a educação tem um papel central nesse processo”. Projetos de intervenção com foco em agroecologia, gestão comunitária de resíduos, educação ambiental e empreendedorismo, com ênfase no desenvolvimento local, envolvendo o econômico, o cultural e o social, reforçam o vínculo entre universidade e comunidade, além de promoverem uma transformação social e econômica orientada por princípios éticos e ecológicos. A valorização do diálogo entre saberes fortalece a extensão crítica, pautada pela escuta, participação e corresponsabilidade.

1.6.1.4. Gestão

A sustentabilidade institucional também se manifesta na gestão administrativa e na governança universitária. Práticas como contratações sustentáveis (compras, serviços e obras), eficiência energética, mobilidade urbana, acessibilidade e inclusão devem estar previstas em políticas internas com metas mensuráveis. Segundo Veiga (2010), “a gestão sustentável nas instituições de ensino requer não apenas ações pontuais, mas a adoção de uma cultura organizacional orientada pela ética ambiental”. A formalização da Política de Sustentabilidade, criação ou fortalecimento de estrutura organizacional por meio de unidades de coordenação com indicadores de desempenho que permitam monitorar o progresso das iniciativas e garantam maior

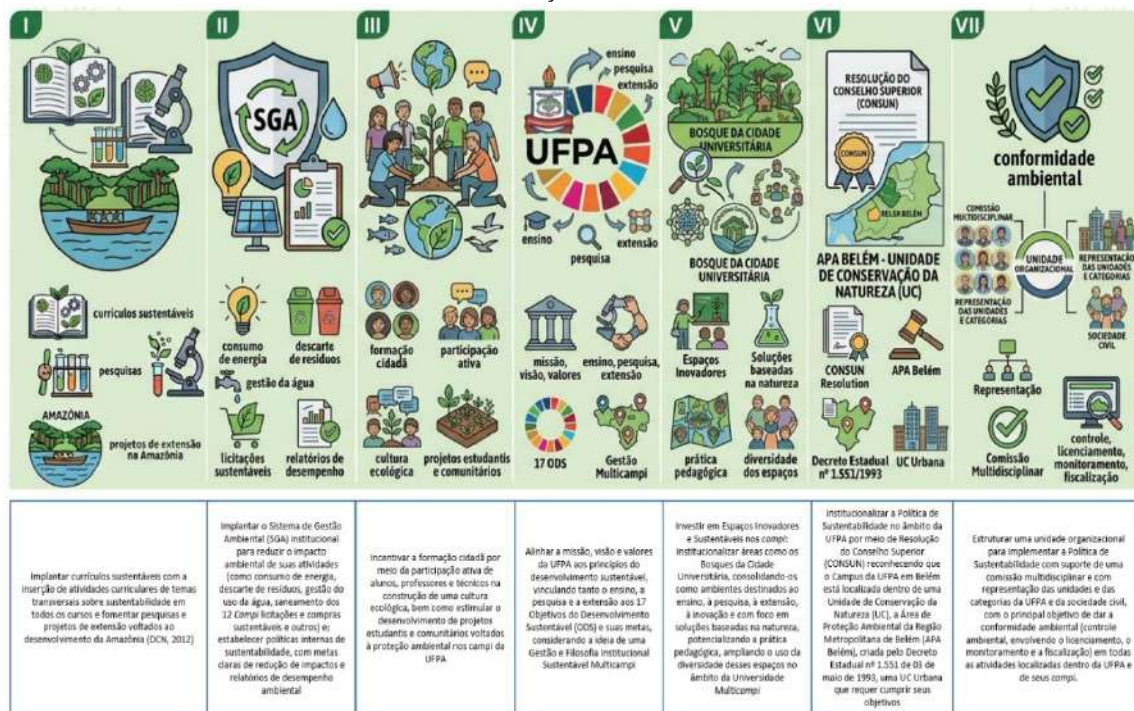
envolvimento da comunidade acadêmica no processo decisório e na implementação da Política de Sustentabilidade da e na UFPA promovendo sua efetividade.

1.6.1.5. Inovação

Por fim, a inovação sustentável deve ser promovida como eixo estratégico. A universidade deve se tornar um polo de desenvolvimento de tecnologias limpas, soluções sociais e produtos com impacto positivo. Como propõe Morin (2000), “é necessário ensinar a enfrentar a complexidade do real”, o que inclui estimular o pensamento criativo e a prática da inovação voltada ao bem comum. Incubadoras, startups verdes e parcerias com o setor produtivo podem ser instrumentos para transformar ideias sustentáveis em práticas concretas com alcance social e ambiental.

1.6.1.6. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão, gestão e inovação na UFPA

Figura 30 – Síntese da proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão, gestão e inovação na UFPA



Fonte: Elaboração própria.

1.6.2. Conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais

A Universidade Federal do Pará (UFPA) reafirma seu compromisso com a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, integrando sua Missão, Visão, Valores e objetivos estratégicos ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 13, 14 e 15) – Ação

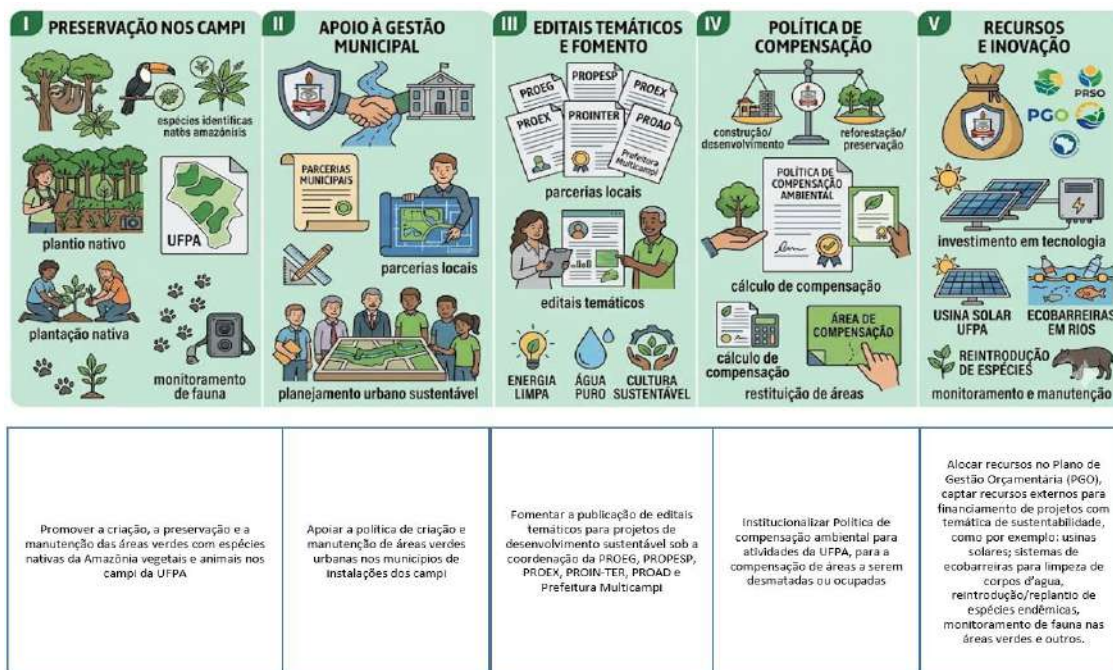
contra a mudança global do clima e Política Nacional da Biodiversidade (Decreto Federal nº 4.339/2002).

Essa integração se dá por meio das seguintes ações:

- **Adoção de medidas urgentes** para combater a mudança climática e seus impactos, promovendo a conservação da diversidade biológica.
- **Avaliação contínua de riscos e oportunidades** relacionados à biodiversidade, bem como identificação dos impactos institucionais nas ações de conservação.
- **Incorporação da biodiversidade nas estratégias e operações institucionais**, considerando-a em todas as dimensões acadêmicas e administrativas.
- **Implementação de ações concretas** para reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente, garantindo a conservação e a recuperação de ecossistemas.
- **Monitoramento e registro sistemático** das ações voltadas à sustentabilidade e à conservação da biodiversidade.
- **Uso responsável e sustentável dos recursos naturais**, evitando a degradação ou exaustão, por meio de práticas de gestão ambiental eficientes em todas as atividades da instituição.

1.6.2.1. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais

Figura 31 – Síntese da proposta de ações sustentabilidade relacionadas à conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais



Fonte: Elaboração própria.

1.6.3. Infraestrutura sustentável

A promoção de uma infraestrutura sustentável é fundamental para que a UFPA consolide seu papel como instituição de referência em desenvolvimento responsável na Amazônia. Esse eixo

busca integrar soluções inovadoras e eficientes para o uso de energia, água e recursos materiais, além de valorizar a conservação ambiental e a mobilidade sustentável nos *campi*.

O objetivo é garantir condições adequadas de funcionamento da universidade, aliando eficiência operacional, qualidade de vida para a comunidade acadêmica e compromisso socioambiental, em alinhamento às agendas globais de sustentabilidade, como as ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura e ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis e às necessidades regionais.

1.6.3.1. Energia

O uso de soluções energéticas inovadoras e sustentáveis asseguram, além de ganhos econômicos expressivos, maior eficiência, sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da missão institucional, além do alinhamento a ODS 7 – Energia limpa e acessível, a Lei nº 10.295/2001 - Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e a Lei nº 15.103/2025 - Programa de Aceleração da Transição Energética.

Atualmente, a UFPA adquire energia elétrica exclusivamente no mercado regulado cativo, fornecida pela concessionária Equatorial-PA, conforme estabelece a Resolução Homologatória nº 3.371, de 6 de agosto de 2024 da ANEEL. Nos últimos anos, foram instalados sistemas fotovoltaicos na rede elétrica da UFPA com intuito de tornar o consumo mais renovável, além de reduzir os custos com a energia elétrica, além de dispor de um Sistema de Gestão da Energia Elétrica (SISGEE), desenvolvido por pesquisadores da instituição, visando superar as limitações da medição centralizada, tornando-a de forma distribuída ao longo de toda rede elétrica da universidade multicampi, proporcionando os seguintes benefícios:

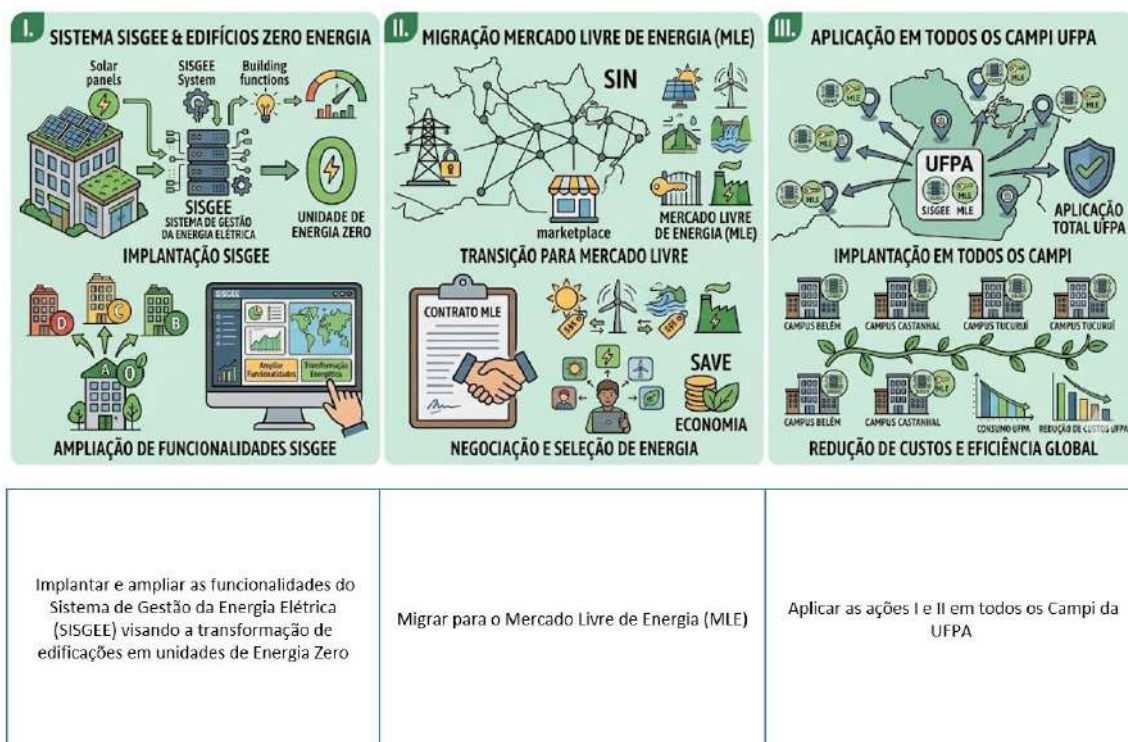
- Monitoramento individualizado de cada edificação
- Análise em tempo real do consumo energético
- Identificação de oportunidades de eficiência energética
- Redução da carga operacional das equipes técnicas
- Cumprimento de normativas de conforto ambiental e qualidade do ar

Outro fator importante relacionado a gestão da energia elétrica diz respeito à migração para o mercado livre de energia. Em 2024, o gasto anual da UFPA com energia elétrica alcançou R\$ 25.003.013,30 (vinte e cinco milhões, três mil, treze reais e trinta centavos). Este montante evidencia o peso financeiro que o custo da energia exerce sobre o orçamento institucional, além da relevante vantagem econômica, a contratação no mercado livre proporciona à Universidade a possibilidade de:

- Reduzir custos com energia elétrica de forma sustentável e planejada;
- Garantir maior previsibilidade orçamentária ao transformar custos variáveis em valores fixos e controlados;
- Priorizar a aquisição de energia oriunda de fontes limpas e renováveis, alinhando a UFPA aos compromissos globais de mitigação das mudanças climáticas;
- Promover o uso eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros da instituição;
- Mitigar riscos de oscilações tarifárias e bandeiras tarifárias, comuns no ambiente regulado.

1.6.3.1.1. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à energia

Figura 32 – Síntese da proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à energia



Fonte: Elaboração própria.

1.6.3.2. Água e esgoto

O abastecimento de água da UFPA é realizado por poços artesanais (alguns *campi*) e pela Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA (algumas unidades/*campi*). Apenas a água extraída do poço artesiano localizado na Cidade Universitária possui sistema de medição. O que leva a Instituição a adotar soluções sustentáveis para o abastecimento de água e para o tratamento de esgoto.

Neste sentido, a UFPA vem utilizando torneiras com arejadores, diminuindo o consumo de água, porém pode-se também utilizar outros dispositivos hidráulicos mais eficientes, como por

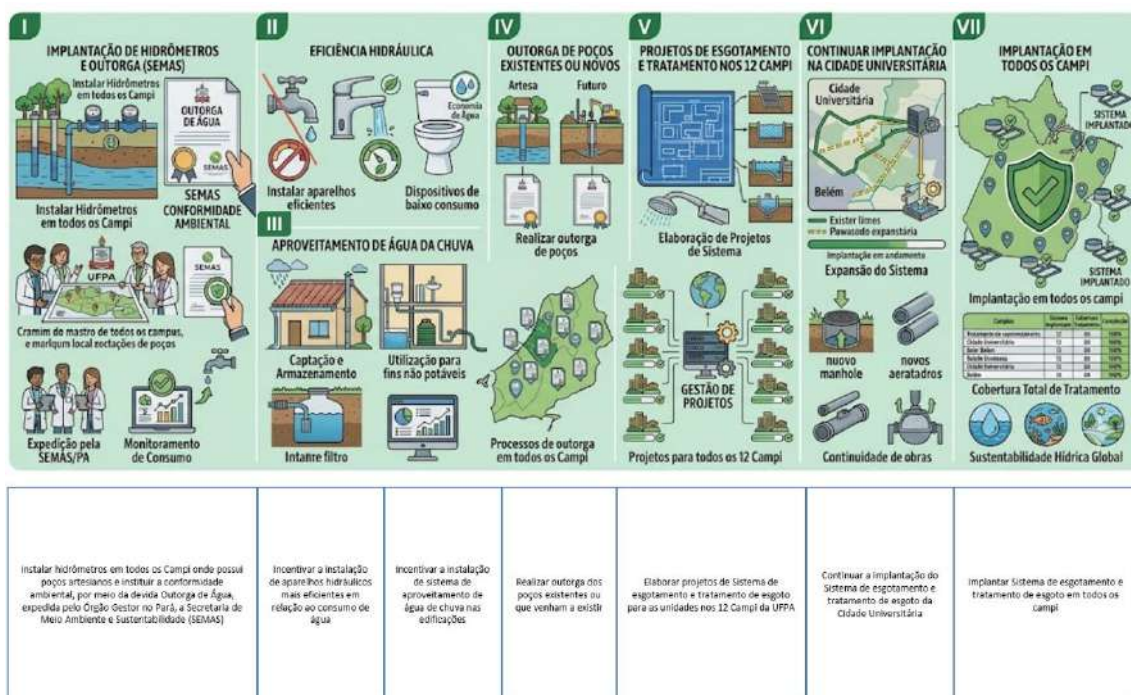
exemplo válvulas de descarga de baixo volume, automáticas, redutoras de pressão, chuveiros de alta eficiência e entre outras.

Em relação ao aproveitamento de água de chuva há iniciativas isoladas como o prédio do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e o quiosque dos bosques Camilo Viana e Benito Calzavara, mas é preciso institucionalizar este tipo de ação.

O tratamento de esgoto sanitário na UFPA é realizado por meio de soluções individuais, como fossas sépticas, filtros e em alguns casos, sumidouros. É necessário implantar um Sistema de Esgotamento e Estações de Tratamento de Esgoto para a Cidade Universitária, para substituir o despejo de efluentes sem o adequado tratamento nos cursos d'água presentes nos *campi* da UFPA. Neste sentido a UFPA se compromete ao alinhamento das ações ao ODS 6 –Água potável e saneamento e a Lei nº 11.445/2007 - Saneamento Básico.

1.6.3.2.1. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à água e esgoto

Figura 33 – Síntese da proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à água e esgoto



Fonte: Elaboração própria.

1.6.3.3. Resíduos Sólidos

A UFPA possui contrato para a coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos gerados na Cidade Universitária em Belém e na Escola de Aplicação. Nas demais unidades, o transporte e a destinação final destes resíduos é realizado pelas Prefeituras Municipais. O contrato de resíduos de serviços de químicos e de saúde cobre todas as etapas em todas as unidades demandantes.

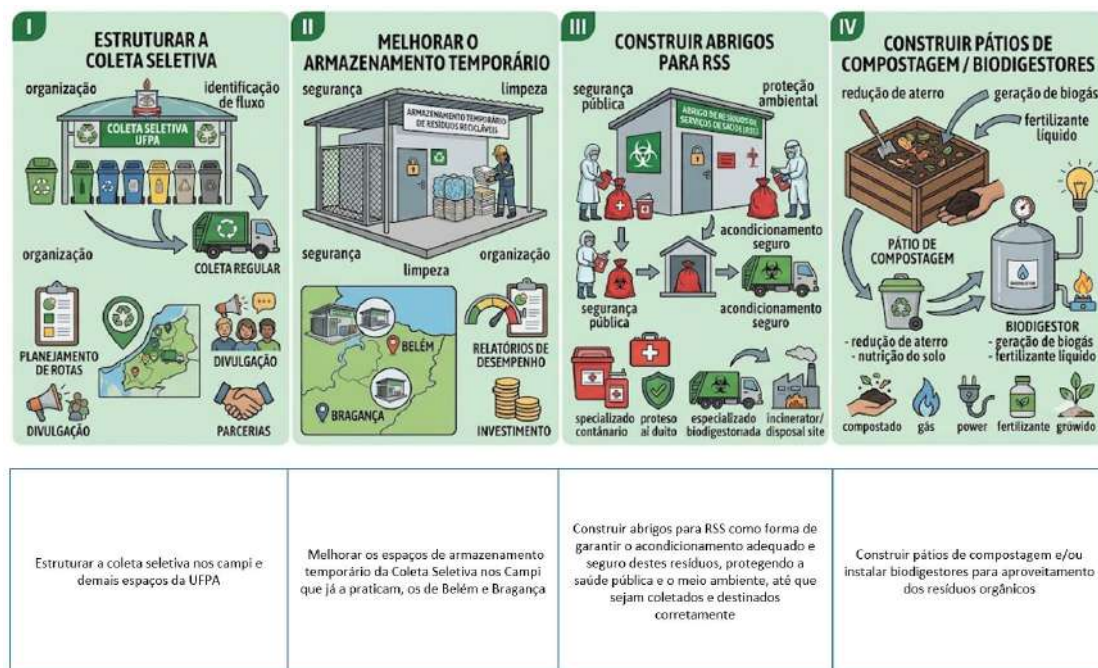
A coleta seletiva permite que os resíduos sejam triados para reciclagem, transformando materiais usados em novos produtos e evitando que acabem em aterros, (ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis) e a Lei Federal nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, está implantada apenas na Cidade universitária e no Campus de Bragança, utilizando o sistema de Local de Entrega Voluntária (LEV), com a distribuição de um conjunto de 4 (quatro) coletores (Papel/papelão, metal, plástico e vidro) e com Espaços de Armazenamento temporário, que precisam de manutenção e melhorias.

Em relação ao Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (RSS) há um contrato que atende a coleta dos grupos “A” (infectantes), “B” (Químicos) e “E” (perfurocortantes) com transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada. Atualmente, o armazenamento temporário dos grupos “A” e “E” é realizado por meio da utilização de contêineres de 1 m³, já para os do grupo “B” são de responsabilidade dos laboratórios e clínicas. O mais adequado é a instituição contar com abrigo de RSS, pois este permite a correta segregação dos resíduos e evita o acúmulo nas unidades demandantes.

Existe uma iniciativa isolada de compostagem, por três pálios nos Bosques da Cidade Universitária para aproveitamento de alguns resíduos orgânicos como os de varrição que são transformados em adubo, promovendo a devolução para a natureza. Iniciativa que precisa de conformidade ambiental.

1.6.3.3.1. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas aos resíduos sólidos

Figura 34 – Síntese da proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas aos resíduos sólidos



Fonte: Elaboração própria.

1.6.4. Urbanismo e conservação de áreas verdes

É de suma importância que a UFPA passe a controlar de maneira mais assertiva o seu desenvolvimento urbano, de modo que as edificações sejam futuramente incorporadas com critério. O crescimento desordenado pode gerar diversos problemas na esfera urbanística da instituição, como a subutilização do espaço, a impermeabilização do solo — que propicia alagamentos generalizados —, além da hostilização do pedestre, estudante ou visitante, que necessita de um espaço sinalizado e acessível para o desempenho de suas atividades. A consolidação de um plano diretor para a Cidade Universitária que considere a expansão urbana para a UFPA é fundamental para alcançar os objetivos da ODS 11 de tornar as cidades e assentamentos humanos seguros, resilientes e sustentáveis e ODS 3 – Saúde e bem-estar e a Lei nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

As áreas verdes são importantes para melhorar a qualidade de vida das pessoas que frequentam a universidade, pois geram diversos benefícios à sociedade, como a melhoria da qualidade do ar, diminuição da poluição sonora e visual, redução da temperatura, aumento da umidade relativa do ar, proteção contra ventos e chuvas, proteção do solo contra erosão, bem estar psíquico, valorização estética e paisagista, além de fornecer abrigo e alimento à fauna da região (MELO *et al.*, 2007; PELEGRIM *et al.*, 2012; BRIANEZI *et al.*, 2013).

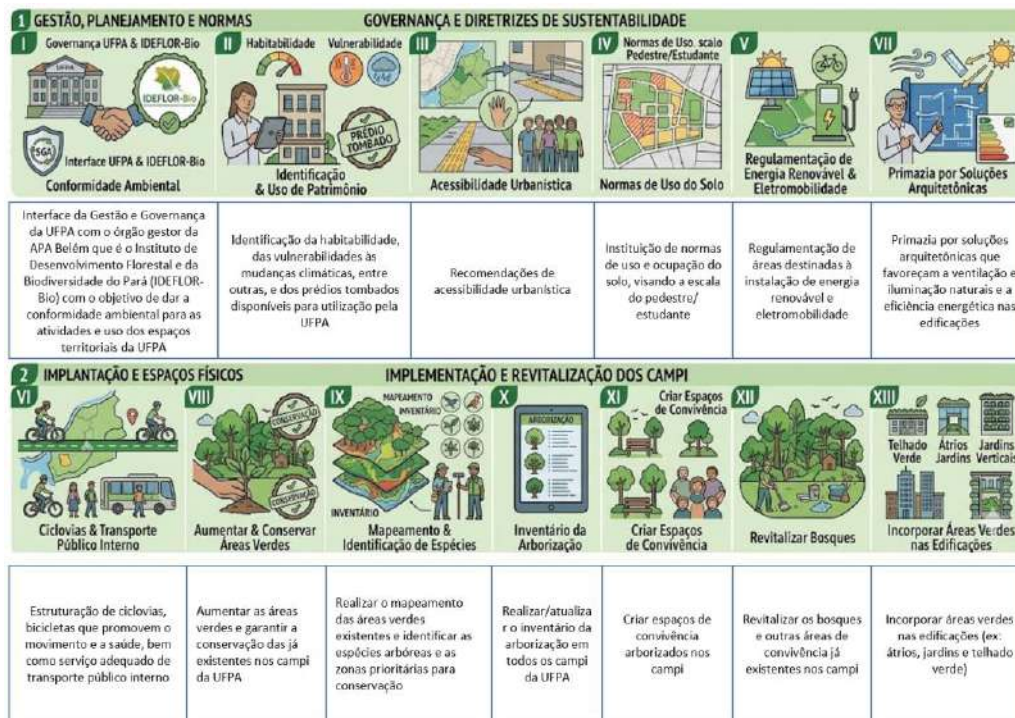
A Cidade Universitária da UFPA é privilegiada pela sua beleza ambiental, parte dessa beleza se deve as áreas verdes distribuídas no campus, o que engloba as árvores, bosques, jardins, gramados e fragmentos remanescentes de florestas naturais. Entretanto, na Cidade Universitária e nos outros *campi*, as áreas verdes vêm perdendo espaço ao longo do tempo para as áreas construídas. Diante dessa problemática é importante elaborar ações estratégicas de infraestrutura sustentável que possam promover o desenvolvimento urbano e ao mesmo tempo conservar e aumentar suas áreas verdes. Uma importante ação a ser utilizada para alcançar esse objetivo é realizar o mapeamento das áreas verdes e das áreas construídas por meio de técnicas de geoprocessamento e ou de outras técnicas disponíveis, informações que irão auxiliar no planejamento urbanístico.

Na UFPA ainda há a necessidade de ser realizado um estudo voltado para identificar o índice de cobertura vegetal e ou de áreas verdes da Cidade Universitária e dos demais *campi*. Esse índice é uma ferramenta que permitirá avaliar a qualidade ambiental das áreas verdes, auxiliar no planejamento da arborização urbana, monitorar as mudanças na cobertura vegetal ao longo do tempo, além de ser um importante indicador de sustentabilidade.

1.6.4.1. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas aos resíduos sólidos

Aprovar um Plano Diretor Urbanístico para UFPA que considere a sua localização dentro da Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém (APA Belém) conste:

Figura 35 – Síntese da proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas aos resíduos sólidos



Fonte: Elaboração própria.

1.6.5. Construções sustentáveis

A adoção da perspectiva do ciclo de vida da construção tem ganhado relevância crescente no Brasil, refletida em legislações recentes, normas técnicas e programas governamentais voltados à sustentabilidade (ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura e ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis). Essa abordagem reconhece que uma edificação gera impactos ambientais, sociais e econômicos desde a concepção do projeto até sua demolição ou readequação, e que esses impactos devem ser considerados de forma integrada.

A Lei Federal nº 14.133/2021, nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu Art. 11, estabelece que a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração deve considerar o ciclo de vida do objeto, e não apenas os custos imediatos de implantação, reforçando a importância de avaliar manutenção, operação e descarte final. Além disso, programas como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente, incentivam práticas sustentáveis na gestão dos edifícios públicos, incluindo eficiência energética, gestão de resíduos e racionalização do uso de recursos naturais.

Normas técnicas da ABNT, a exemplo da NBR ISO 14.040/2009 e NBR ISO 14.044/2009, também fornecem diretrizes metodológicas para a avaliação de ciclo de vida (ACV), consolidando a necessidade de que obras públicas e privadas incorporem critérios sustentáveis em todas as fases do empreendimento.

No ciclo de vida das construções, é vital adotar critérios de sustentabilidade desde a concepção. Na fase de projeto, destacam-se: escolha de locais urbanos já estruturados; orientação solar para iluminação e ventilação naturais; uso de envoltórias com isolamento passivo; captação e reuso de água; tratamento de efluentes quando necessário; otimização de áreas úteis com espaços compartilhados; e cumprimento da legislação ambiental. O modelo sustentável também recomenda matérias-primas duráveis, locais ou recicladas, gestão de resíduos e incentivo à economia circular desde o design.

Nessa fase inicial, a UFPA tem buscado otimizar suas soluções através de seus projetistas internos e contratados, seguindo critérios de sustentabilidade e com otimização de espaços, recursos e custos através do uso de tecnologias mais precisas. Contudo tais procedimentos ainda precisam ser fortalecidos e aprimorados, em especial no que tange a eficiência energética.

Durante a etapa de execução da obra, é fundamental realizar o controle de emissões atmosféricas e sonoras, garantir o uso eficiente de água e energia no canteiro, promover a segregação e destinação adequada de resíduos para reciclagem ou reuso, além de incentivar o aproveitamento de materiais como concreto reciclado, madeira ou solo em aterros. Outro aspecto importante é a possibilidade de reaproveitamento de canteiros de obras entre empreendimentos, por meio de soluções modulares ou móveis, o que reduz custos e impactos ambientais. Todas essas são possibilidades reais de aprimoramento dos processos de construção na UFPA que hoje não são incorporadas.

Na fase de uso, operação e manutenção, ações preventivas, painéis, gestão energética, gestão racional de água e manutenção preditiva podem estender a vida útil dos componentes da edificação, reduzindo intervenções corretivas e consumos desnecessários. A adoção de retrofit contínuo — substituição planejada de lâmpadas, torneiras, descargas e outros elementos por versões mais eficientes — deve ser institucionalizada como diretriz, e não apenas realizada em atendimento a demandas pontuais.

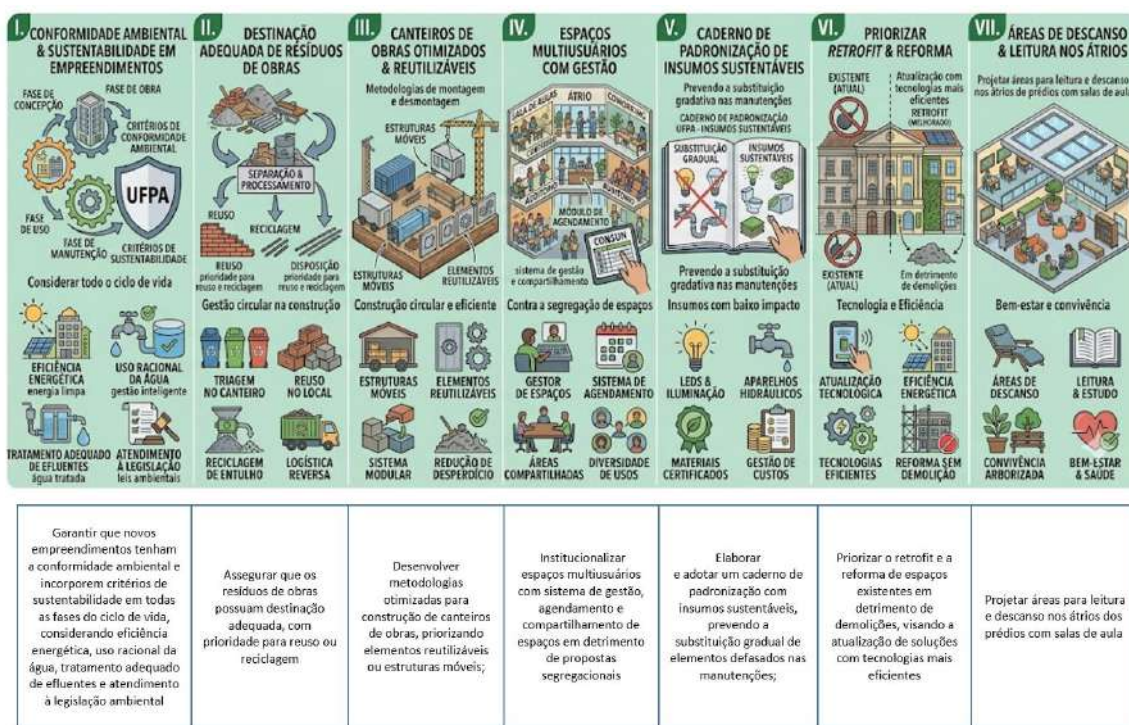
Nesse sentido, recomenda-se a criação de um caderno de padronização para orientar a substituição de insumos por modelos sustentáveis. Além disso, avaliações prediais periódicas, baseadas em inspeções preventivas, permitem antecipar trocas ou reformas, reduzindo custos e impactos futuros. No que tange a manutenção, embora embrionário, já há na UFPA uma coleta de informações de manutenções corretivas realizadas visando a implementação de procedimentos

preventivos, bem como é realizada a substituição gradual de elementos menos eficientes por mais atualizados, conforme vão sendo danificados.

No estágio de reforma, readequação ou demolição, a prioridade deve ser dada à readequação e reutilização estrutural dos espaços existentes, evitando demolições completas e, consequentemente, reduzindo custos, desperdício e emissões de CO₂. Quando a demolição for inevitável, deve-se priorizar a desmontagem seletiva de componentes com possibilidade de reuso ou reciclagem, alinhando-se ao princípio da economia circular e minimizando a destinação de resíduos em aterros.

1.6.5.1. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas às construções sustentáveis

Figura 36 – Síntese da proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas às construções sustentáveis



Fonte: Elaboração própria.

1.6.6. Transporte e mobilidade

A mobilidade nos *campi* da UFPA representa um dos pilares fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica e para a redução dos impactos ambientais decorrentes do transporte. Nesse sentido, torna-se essencial a promoção de meios alternativos de deslocamento, priorizando ciclovias, rotas para pedestres e demais soluções que estimulem a utilização de transportes não motorizados, de forma a contribuir para a diminuição da emissão de gases poluentes e para o incentivo à prática de hábitos saudáveis alinhada aos ODS 3 – Saúde e

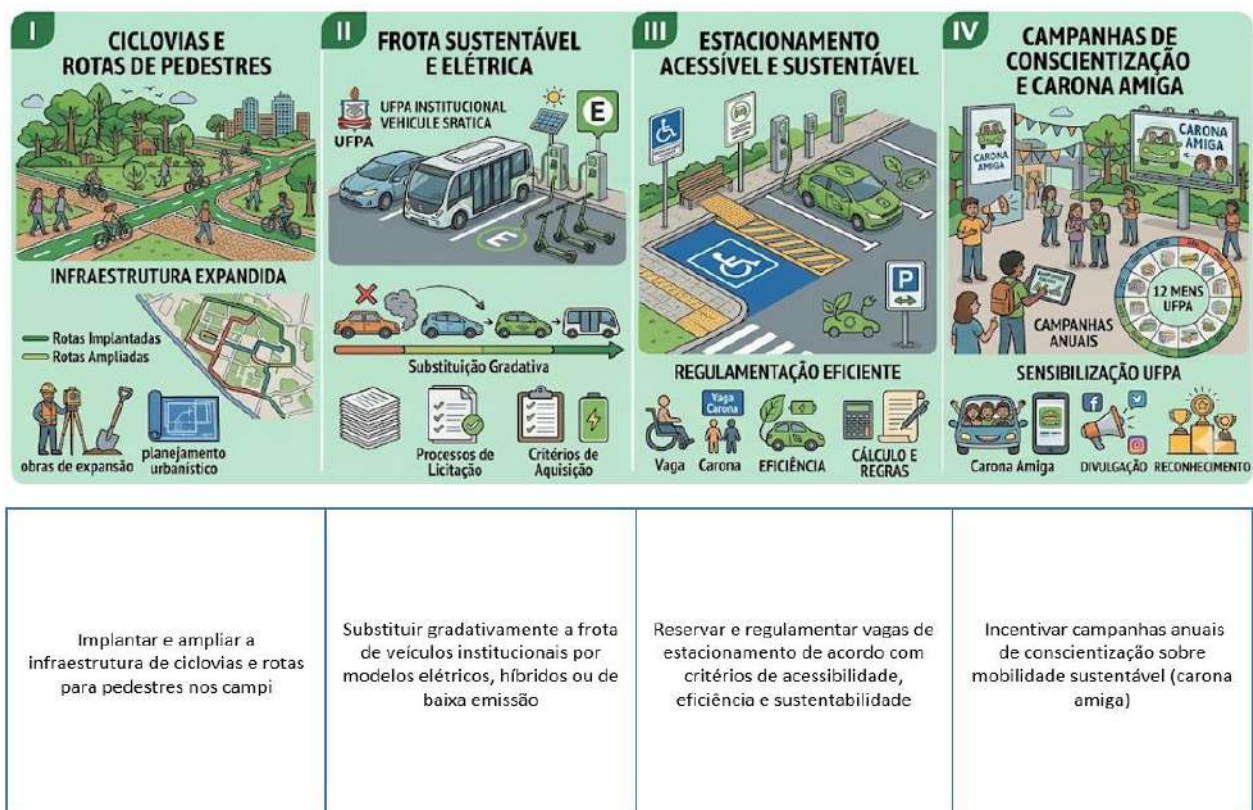
bem-estar e ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis e a Lei nº 12.587/2012 - Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Paralelamente, a substituição gradativa da frota de veículos da instituição por modelos mais eficientes e sustentáveis, incluindo veículos elétricos e híbridos, deve ser implementada como política institucional, fortalecendo o compromisso da UFPA com as agendas de descarbonização e eficiência energética, sem o comprometimento da parte financeira de tal substituição, associando os novos modais elétricos à implantação de usinas de geração distribuída visando a alimentação por meio de fontes sustentáveis. Portanto, o processo de substituição iniciado com a implantação dos dois ônibus elétricos, urbano e rodoviário, de ter continuidade com a substituição gradativa da frota, conforme a disponibilidade orçamentária da instituição.

Adicionalmente, é necessário que os estacionamentos sejam planejados com áreas reservadas e devidamente regulamentadas, promovendo a organização dos espaços e garantindo acessibilidade, ao mesmo tempo em que se estimula a coexistência entre diferentes formas de mobilidade no ambiente universitário.

1.6.6.1. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à transporte e mobilidade

Figura 37 – Síntese da proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à transporte e mobilidade



Fonte: Elaboração própria.

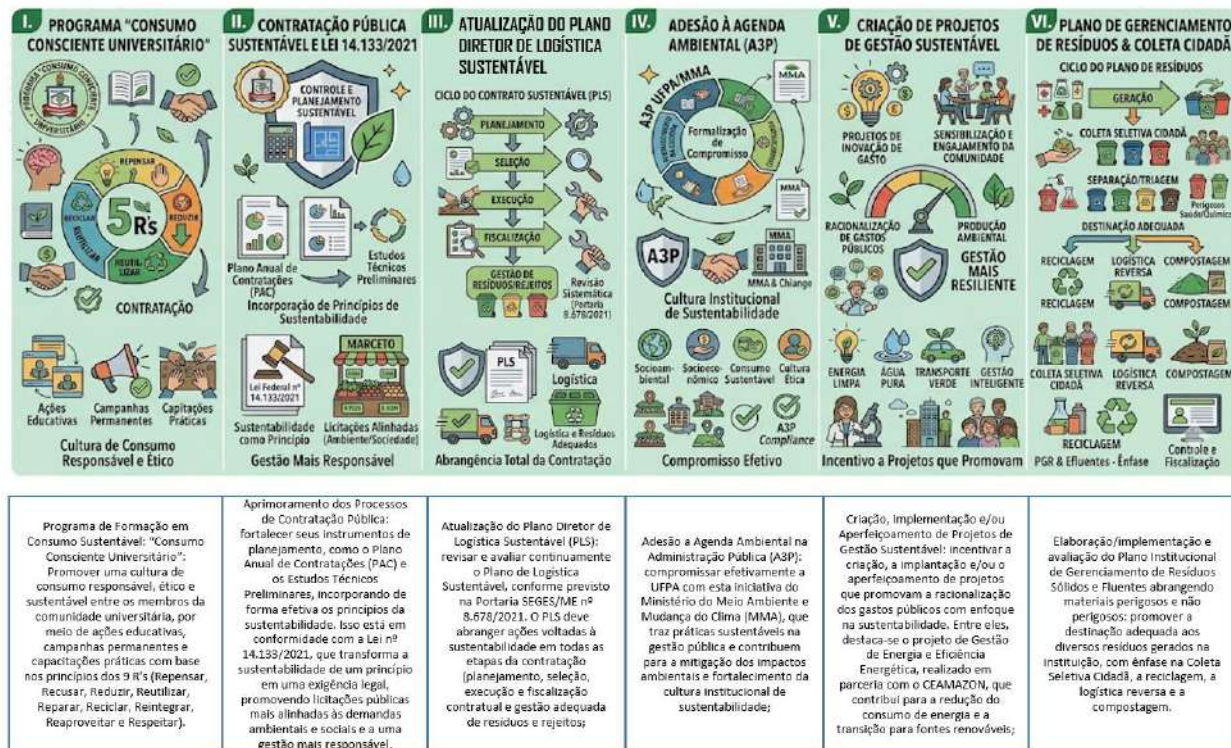
1.6.7. Consumo sustentável e compras públicas verdes

Alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12 – Consumo e Produção Responsáveis, a UFPA deve promover, cada vez mais, o Consumo e Contratações sustentáveis, aplicando os princípios que tragam critérios ambientais, sociais e econômicos em todas as etapas destes processos, tais como os definidos na Lei Federal nº 14.133/2021- Licitações e Contratos Administrativos e na Lei Federal nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e entre outras legislações ambientais. Neste sentido, deve considerar padrões que envolvam:

- Planejamento que avalie a real necessidade de aquisição/contratação de bens, obras e serviços;
- Logísticas eficientes, visando à eliminação de desperdícios e redução de resíduos e rejeitos;
- Custos indiretos relacionados ao ciclo de vida dos bens e serviços (produção, distribuição, uso e descarte);
- Centralizações ou compartilhamentos com possível economia de custos;
- Seleção de fornecedores comprometidos com os direitos dos trabalhadores e boas práticas de sustentabilidade;
- Fortalecimento da governança nas contratações públicas, com ênfase na gestão de riscos e na ecoeficiência.
- Atualmente, a UFPA tem implementado diversas ações de promoção do consumo sustentável, entre as quais se destacam:
 - Coleta Seletiva na Cidade Universitária (desde 2009) e no Campus de Bragança, com destinação de materiais recicláveis, como papel, papelão, plástico e vidro com destinação às cooperativas de catadores (ODS 10 – Redução das desigualdades);
 - Eliminação do uso de copos descartáveis nos Restaurantes Universitários (RU) da Cidade Universitária;
 - Adoção do Sistema Eletrônico para otimizar processos administrativos e reduzir o consumo de papel;
 - Disponibilização de itens sustentáveis na Agenda de Compras da Instituição;
 - Logística Reversa de toners, cartuchos de impressora e unidades de imagem.

1.6.7.1. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas ao consumo sustentável e compras públicas verdes

Figura 38 – Síntese da proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas ao consumo sustentável e compras públicas verdes



Fonte: Elaboração própria.

1.6.8. Alimentação Sustentável e Segurança Alimentar

O presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) estabelece as diretrizes e ações estratégicas para promover a alimentação sustentável e fortalecer a segurança alimentar no âmbito da instituição. Parte-se da compreensão de que o acesso a alimentos adequados e saudáveis é um direito humano fundamental e que práticas alimentares sustentáveis são essenciais para a conservação do meio ambiente, promover a saúde e reduzir desigualdades sociais.

A alimentação sustentável e a segurança alimentar são temas interligados e integram aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais na produção, distribuição e consumo de alimentos. Assim, este plano busca alinhar a instituição a compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável) e o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis e o Plano Brasil Sem Fome.

1.6.8.1. Proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à alimentação Sustentável e Segurança Alimentar

Figura 39 – Síntese da proposta de ações para a sustentabilidade relacionadas à alimentação sustentável e segurança alimentar



Fonte: Elaboração própria.



1.7 POLÍTICA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1.7. POLÍTICA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A finalidade do orçamento público das universidades federais vai além da disponibilização recursos. Ele é o principal instrumento de planejamento, execução e controle financeiro das instituições públicas. Boas práticas de planejamento e execução orçamentária permitem que a UFPA cumpra com o seu plano de desenvolvimento Institucional a partir da estratégia definida para o alcance da sua missão, visão, objetivos e metas que visam continuidade e aprimoramento das ações de ensino, pesquisa, extensão, inovação e internacionalização, que são fundamentais para o desenvolvimento institucional.

O orçamento público também garante a realização das políticas de assistência e acessibilidade estudantil, pagamento de pessoal, manutenção de laboratórios, bibliotecas, infraestrutura, e outras ações que possibilitam a ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPA, bem como a melhoria da qualidade na avaliação desses cursos. Ele é o instrumento que conecta política pública, gestão financeira e missão institucional, garantindo que a universidade possa operar de forma eficiente e cumprir seu papel estratégico para o desenvolvimento regional e nacional.

A partir dessas premissas e considerando a relevância das ações de planejamento, a gestão orçamentária e financeira da UFPA deve buscar a implementação de estratégias para a construção da instituição desejada por meio do PDI, expressa, aqui, em sua missão, sua visão, seus valores e seus objetivos estratégicos. Assim, é importante que a gestão orçamentária seja executada de maneira transparente, eficaz e eficiente, em atenção tanto ao cenário econômico nacional e internacional e à política orçamentária e financeira do Governo Federal e do Ministério da Educação (MEC), quanto às especificidades UFPA, que influenciarão na construção da universidade desejada.

1.7.1. Proveniência do Orçamento da UFPA

O financiamento de instituições federais de ensino superior está previsto na Constituição Federal, em seu art. 211: “A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais [...]”. A alocação de recursos de custeio e de capital para o funcionamento e a manutenção das IFES está disposta no Decreto no 7.233, de 19 de julho de 2010, o qual “define critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais”. Este Decreto estabelece que, na elaboração das propostas orçamentárias das universidades federais, o MEC deve observar a matriz de distribuição de recursos para despesas classificadas como “Outras Despesas Correntes e de Capital” (Matriz OCC).

O orçamento anual da UFPA contém a previsão das despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais, além de gastos com ações de manutenção e funcionamento (custeio), investimentos em expansão da infraestrutura física e patrimonial (capital), os quais são executadas com recursos oriundos da Matriz OCC do MEC, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades (CONDETUF), do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAP) e de Emendas Parlamentares (individuais e de bancada).

Inclui-se ainda do orçamento, os recursos provenientes de receitas próprias que são diretamente arrecadados por meio da prestação de serviços, da utilização da infraestrutura universitária, da cobrança de taxas e demais receitas inerentes à sua área de atuação.

1.7.2. Evolução Orçamentária

A análise do cenário atual de financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES evidencia um movimento contínuo de retração orçamentária iniciado em 2014. Esse ano marcou o fim de um ciclo de crescimento econômico: o país enfrentou forte desaceleração do PIB, com início da recessão entre 2014 e 2016, considerada a mais grave da história recente.

A arrecadação federal caiu expressivamente, o que reduziu a capacidade do governo de expandir ou mesmo de manter o nível de financiamento em diversas áreas, incluindo a educação superior. O ajuste fiscal adotado nos anos seguintes priorizou cortes em despesas discricionárias (investimentos e custeio das universidades), preservando gastos obrigatórios como previdência, salários e transferências constitucionais.

As IFES haviam se expandido fortemente entre 2007 e 2014, por meio do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e da criação de novos campi no interior. Essa expansão elevou os custos de manutenção, mas os orçamentos não acompanharam o mesmo ritmo.

Com o encerramento do programa houve redução sistemática dos recursos de custeio e de capital. Em 2015, o orçamento alocado na UFPA apresentava-se em torno de 257 milhões. Já em 2016, os 197 milhões demonstravam uma redução de aproximadamente 24%, o que afetou obras, laboratórios, assistência estudantil e a manutenção de infraestrutura.

Gráfico 21 - Evolução do orçamento da UFPA



Fonte: Elaboração própria.

O problema se agravou por conta do cenário econômico, o Brasil passou por uma recessão profunda de 2015-2016 com queda do PIB em ambos os anos, a retração econômica com a diminuição na arrecadação, como consequência, foram criadas medidas de ajustes fiscais e contenção nas despesas com limitações de dotação orçamentárias para as universidades. Ainda em 2016, com a Emenda Constitucional nº 95 (Teto de Gastos), os recursos para a educação (e outras áreas sociais) passaram a ter crescimento limitado apenas à inflação do ano anterior, congelando, inicialmente, investimentos em termos reais até 2036. Isso agravou a retração, pois os custos das universidades (expansão de vagas, manutenção predial, bolsas, tecnologia) cresceram acima da inflação.

A partir de 2019, os contingenciamentos orçamentários intensificaram as dificuldades, gerando forte repercussão nacional, com universidades reportando risco de paralisação de atividades.

Esse ciclo de retração foi acentuado pela pandemia de COVID-19 (2020-2022), pois os gastos emergenciais não foram acompanhados por uma política de recomposição financeira para o período pós-crise. Nesse período, parte significativa do orçamento foi contingenciado ou redirecionado para ações emergenciais de saúde pública, intensificando a escassez de recursos para manutenção e investimentos nas universidades.

Houve a necessidade imediata de investimentos em infraestrutura tecnológica para viabilizar o ensino remoto (plataformas digitais, equipamentos, conectividade para docentes e discentes), criação de programas emergenciais de assistência estudantil, fornecendo chips de internet, computadores, auxílios financeiros e apoio psicossocial. Recursos também foram direcionados a protocolos de biossegurança (EPI, álcool em gel, adaptação de espaços físicos) para atividades presenciais consideradas essenciais.

Várias universidades que arrecadam receitas próprias por meio de convênios, prestação de serviços, clínicas-escola, hospitais universitários, cursos de extensão e eventos, durante a pandemia, tiveram parte dessas atividades interrompidas, reduzindo a arrecadação própria e aumentando a dependência do orçamento da União.

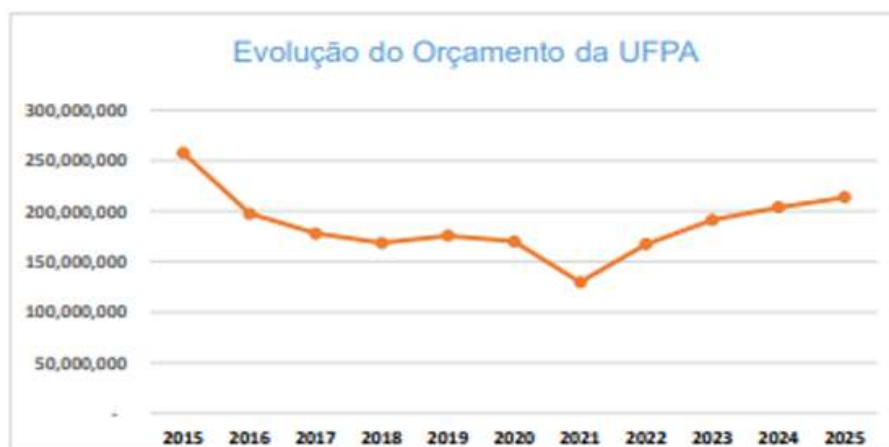
Em 2023, o governo federal instituiu o Novo Arcabouço Fiscal que tem gerado impactos no cenário orçamentário e financeiro das universidades federais brasileiras. Embora substitua o antigo Teto de Gastos (EC 95/2016), ele mantém uma política fiscal restritiva que afeta diretamente o financiamento da educação superior pública.

Essa nova legislação limita o crescimento dos gastos públicos a 70% do crescimento real das receitas governamentais do ano anterior. Isso significa que, mesmo que a arrecadação aumente, os gastos com educação, incluindo as universidades federais, ficam restritos a essa proporção, dificultando investimentos em áreas essenciais como infraestrutura, assistência estudantil e pesquisa.

Em 2025, o Decreto nº 12.448 estabeleceu que os repasses mensais para as universidades federais seriam fragmentados em 18 parcelas, das quais apenas 11 seriam efetivamente liberadas até novembro, representando aproximadamente 61% do orçamento anual previsto. O restante ficaria condicionado à liberação em dezembro.

Essa limitação dos repasses foi adotada com o objetivo de assegurar a sustentabilidade da dívida pública e o cumprimento da meta fiscal prevista no novo arcabouço fiscal do governo. No entanto, esse modelo de controle dos gastos, impactou no orçamento da educação, comprometendo o financiamento do ensino, no desenvolvimento da pesquisa, da extensão, da inovação, além de afetar a assistência estudantil, áreas fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do país.

Gráfico 22 – Evolução Orçamentária UFPA (2015-2025)



Fonte: Elaboração própria.

Diante desse contexto, ampliou-se a urgência de busca por modelos alternativos de financiamento e reforçou-se a necessidade de uma política pública sustentável para o ensino superior, ampliando a eficiência e a efetividade na aplicação dos valores disponibilizados à Universidade.

1.7.3. Demonstração da Sustentabilidade Financeira

A sustentabilidade financeira da Universidade Federal do Pará no período de 2026 a 2035 deve compatibilizar os limites orçamentários estabelecidos pela União com a expansão e a qualificação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Soma-se a esse desafio o déficit acumulado em relação à manutenção da infraestrutura universitária e do parque tecnológico, tanto acadêmico quanto de suporte, decorrente do prolongado cenário de restrição orçamentária. Nesse sentido, a atuação articulada da Pró Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN) e da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é fundamental para assegurar previsões orçamentárias realistas, equilibradas e transparentes.

A efetividade dessa política depende não apenas do trabalho integrado das unidades responsáveis pela gestão orçamentária, mas também do comprometimento de toda a comunidade universitária — gestores, servidores, terceirizados, estudantes e usuários dos serviços — com a conservação dos espaços e a utilização eficiente dos recursos institucionais.

Assim como outras instituições da rede federal de ensino superior, a UFPA enfrenta restrições orçamentárias relevantes. Entretanto, sua inserção em um contexto singular, marcado pela diversidade cultural, pela riqueza da biodiversidade regional e pela forte participação de sua comunidade acadêmica, evidencia potencialidades que contrastam com as limitações de apoio e financiamento, tanto governamentais quanto privados, ao desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura. Tal cenário exige criatividade, inovação e eficiência na gestão e aplicação dos recursos disponíveis.

Nesse sentido, a política orçamentária e financeira da UFPA foi concebida para orientar a instituição na execução de suas prioridades estratégicas ao longo do próximo decênio, assegurando flexibilidade para a mitigação dos impactos decorrentes de eventuais restrições financeiras.

1.7.3.1. Previsão orçamentária

A previsão orçamentária será elaborada a partir da análise histórica da evolução dos recursos recebidos pela UFPA, conjugada com projeções de cenários econômicos nacionais e setoriais, sempre em alinhamento com o planejamento estratégico e as prioridades institucionais definidas neste PDI. Serão considerados, ainda, os impactos das políticas públicas voltadas à

educação superior e ao desenvolvimento científico e tecnológico, bem como as alterações na legislação fiscal e os limites impostos pelo arcabouço legal vigente.

No que se refere à arrecadação própria, as principais fontes concentram-se em três eixos: contratos, convênios e alienação de bens inservíveis. Diante da ampliação e do fortalecimento das iniciativas voltadas à inovação e à internacionalização da UFPA para o próximo decênio, projeta-se um crescimento na arrecadação oriunda de contratos e da transferência de tecnologia. Quanto aos convênios, observa-se que novas iniciativas do governo federal e recentes alterações normativas têm possibilitado a transferência direta de recursos entre órgãos da União por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), bem como a contratação direta das Fundações de Apoio credenciadas pelas universidades. Esses mecanismos reduzem significativamente a necessidade de captação direta de receitas pela UFPA nessa modalidade.

Durante a vigência do PDI, projeta-se uma redução das receitas provenientes da alienação de bens inservíveis, em razão das normativas atuais (lei nº 14.479/2022) que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos na qual prevê a entrega de equipamentos para centros de recondicionamento e a doação. Esses materiais representam parcela significativa do volume anteriormente destinado aos leilões, especialmente em função da política de atualização e renovação do patrimônio da UFPA e da obsolescência natural da infraestrutura tecnológica.

Ainda assim, o aprimoramento dos processos de desfazimento deverá possibilitar a realização de mais de um leilão de outros tipos de bens não contemplados pela referida lei, como: mobiliários, equipamentos hospitalares, veículos, etc. por ano, contribuindo para a mitigação dessa redução.

Embora a projeção orçamentária esteja alinhada ao cenário esperado para o próximo decênio, é fundamental considerar a necessidade efetiva para assegurar a manutenção do funcionamento da instituição. Tal necessidade é expressa nas Unidades Básicas de Custeio (UBC), que reúnem as principais despesas indispensáveis à garantia do funcionamento mínimo da Universidade. Nesse sentido, a apresentação de uma projeção específica das demandas de UBC para os próximos anos poderá subsidiar de forma mais precisa a definição de prioridades e a tomada de decisão.

1.7.3.2. Ações voltadas para a redução de custos

Nesse cenário, a redução de custos e a busca por maior eficiência na aplicação dos recursos assumem papel central. A PROAD, em conjunto com a PROPLAN e a Prefeitura da UFPA, intensificará medidas voltadas à racionalização do gasto, abrangendo a revisão e a renegociação

de contratos, bem como a implantação de programas de eficiência energética e de manutenção preventiva de equipamentos e edificações. Tais iniciativas integram também o Plano de Logística Sustentável da UFPA, considerado fundamental para reduzir despesas administrativas, promover o consumo consciente e estimular a mobilidade sustentável.

Entre as medidas previstas, destaca-se a criação de mecanismos de redimensionamento na execução dos contratos, de modo a planejar contratações mais adequadas às necessidades institucionais. Nesse processo, será fundamental aprimorar a fiscalização contratual, com a análise da viabilidade de centralização da fiscalização administrativa de contratos terceirizados e a criação de uma unidade específica voltada para esse acompanhamento administrativo. A fiscalização de serviços terceirizados, em especial dos contratos de limpeza, conservação e coleta seletiva de resíduos sólidos e recicláveis, serviço de manutenção predial, vigilância e monitoramento remoto serão objeto de atenção prioritária. Para tanto, serão desenvolvidos mecanismos que possibilitem maior eficiência no controle e no acompanhamento das requisições, medições e ocorrências, fortalecendo a comunicação entre fiscais das unidades demandantes, fiscais técnicos, usuários e empresas contratadas.

A atuação junto à comunidade universitária também terá papel relevante. Serão promovidas campanhas de sensibilização para redução do consumo de energia elétrica, de água e de copos plásticos descartáveis, bem como o estímulo ao uso consciente dos espaços coletivos.

1.7.3.2.1. Energia Elétrica

Em 2024, o gasto anual da Universidade Federal do Pará (UFPA) com energia elétrica alcançou R\$ 25.003.013,30 (vinte e cinco milhões, três mil e treze reais e trinta centavos). Esse montante evidencia o peso financeiro que o custo da energia exerce sobre o orçamento institucional.

Com o objetivo de reduzir despesas, a UFPA vem adotando diversas estratégias, entre as quais se destacam:

- Instalação de sistemas fotovoltaicos na rede elétrica da Universidade;
- Substituição de equipamentos por modelos mais eficientes, como lâmpadas LED e aparelhos do tipo inverter;
- Implantação do Sistema de Gestão da Energia Elétrica (SISGEE), desenvolvido por pesquisadores da própria instituição, que oferece suporte à tomada de decisão da gestão, visando à redução de gastos, melhoria da eficiência energética e monitoramento em tempo real do consumo por meio de uma plataforma de gestão integrada e inteligente. Apesar dos esforços, a economia gerada até o momento tem sido limitada frente ao montante total de

gastos. Além disso, a expansão da geração fotovoltaica exige investimentos significativos, considerando o grande número de prédios da instituição. Nesse cenário, a migração para o mercado livre de energia apresenta-se como uma alternativa estratégica e altamente vantajosa, pois possibilita à UFPA:

- Reduzir custos com energia elétrica de forma sustentável e planejada;
- Garantir maior previsibilidade orçamentária, transformando custos variáveis em valores fixos e controlados;
- Priorizar a aquisição de energia oriunda de fontes limpas e renováveis, alinhando-se aos compromissos globais de mitigação das mudanças climáticas;
- Promover o uso eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros da instituição;
- Mitigar riscos associados às oscilações tarifárias e às bandeiras tarifárias do mercado regulado.

1.7.3.2.2. Serviço de Vigilância

O contrato da UFPA de serviços continuados de vigilância patrimonial armada e desarmada constitui uma despesa anual de R\$ 26.694.809,04. A gestão deste contrato, por sua natureza essencial e de terceirização de mão-de-obra, apresenta desafios, em especial em razão das negociações de dissídios coletivos e do aumento da demanda decorrente da construção de novos espaços, necessários à expansão da oferta de vagas na instituição.

Diante desse cenário, a instituição vem implementando medidas de racionalização dos serviços de segurança, entre as quais destacam-se:

- Dimensionamento dos postos de vigilância, o que possibilitou a supressão de determinados postos, substituições por porteiros e a utilização de serviços de ronda motorizada e compartilhamento de postos fixos entre prédios localizados em proximidade;
- Implantação do monitoramento eletrônico, como forma de aumentar a segurança patrimonial e reduzir custos associados à terceirização de mão de obra.
- Aperfeiçoamento do Termo de Referência para otimização de custos, como por exemplo a exclusão de equipamentos de proteção individual (EPI) dispensáveis. Porém, diante do decréscimo do orçamento da instituição, as ações supracitadas devem ser ampliadas e continuadas, considerando:
- Investir no planejamento da contratação com aperfeiçoamento do termo de referência;
- Dimensionamento continuado dos postos de vigilância concomitantemente à expansão e modernização do monitoramento eletrônico — inexistente em alguns campi e defasado na

Cidade Universitária —, com a incorporação de sistemas de controle de acesso e alarmes, de modo a reduzir a necessidade de postos exclusivamente presenciais;

- Otimização da escala de vigilantes, visando maior eficiência operacional.

1.7.3.2.3. Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação

A Universidade Federal do Pará (UFPA) mantém contrato de prestação de serviços continuados de limpeza, higienização, sanitização, asseio e conservação, gerenciamento de resíduos sólidos comuns, controle de pragas e vetores, além de serviços correlatos, abrangendo áreas internas e externas, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos em quantidades e qualidades necessárias à execução do objeto. Atualmente, o valor global do contrato é de R\$ 69.084.463,80 para 30 (trinta) meses, correspondendo a R\$ 27.633.785,52 para 12 (doze) meses.

As ações voltadas à redução ou contenção dos custos deste contrato estão condicionadas a três variáveis principais: quantitativo de trabalhadores, custo de equipamentos e custo de materiais de insumo. Destaca-se, contudo, um agravante relacionado à obrigatoriedade do pagamento do adicional de insalubridade, previsto na Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego, em função da execução de atividades que, por sua natureza, implicam exposição a riscos no ambiente de trabalho, como a limpeza de banheiros de uso coletivo. Os esforços de racionalização de custos têm se concentrado, sobretudo, em:

- Aperfeiçoamento do Termo de Referência, ajustando a periodicidade de reposição de materiais e equipamentos, com vistas à redução de despesas nesses itens;
- Revisão contratual, já realizada, estabelecendo a quantidade de postos com base em critérios de produtividade e na classificação das áreas (internas, externas, administrativas, acadêmicas e de laboratórios). Para o futuro, um novo dimensionamento deve considerar a ociosidade de determinados postos, sendo necessário também sensibilizar os usuários quanto à importância da otimização do uso do serviço, de modo a compatibilizar qualidade, eficiência e sustentabilidade financeira.

1.7.3.3. Estratégias e expectativas de arrecadação de outras receitas

A sustentabilidade financeira da UFPA, entretanto, não pode se restringir apenas à racionalização do uso dos recursos recebidos. É igualmente necessário diversificar e ampliar as fontes de arrecadação de receitas próprias. Para isso, a PROPLAN e a PROAD adotarão estratégias voltadas ao fortalecimento da gestão de receitas provenientes de serviços, aluguéis e cursos de capacitação, bem como ao incremento de convênios com fundações de apoio e à intensificação da

captação de recursos junto a agências de fomento nacionais e internacionais. Além disso, a instituição buscará estabelecer parcerias públicoprivadas em áreas estratégicas, assegurando condições adicionais de financiamento para projetos prioritários. Aprimorar os processos relativos à formalização de convênios, contratos e acordos de cooperação.

Criação de uma unidade de apoio institucional ao pesquisador com o objetivo principal de apoiar os pesquisadores no planejamento, execução e prestação de contas de projetos financiados com recursos externos à UFPA.

1.7.4. Política de Alocação de Recursos

No que se refere à política de alocação de recursos, a UFPA continuará adotando e buscando aprimorar a metodologia de distribuição atualmente utilizada, mas sempre fundamentada em critérios objetivos e transparentes, de modo a garantir equidade entre as unidades acadêmicas e o atendimento aos programas e projetos estratégicos. Indicadores como número de matrículas, desempenho acadêmico, produção científica e extensão, bem como demandas específicas relacionadas à infraestrutura e à atuação multicampi da universidade, servirão de base para a definição dos critérios de rateio. As alterações nos parâmetros contarão com a participação das unidades, assegurando previsibilidade e legitimidade no processo de alocação.

A integração entre o planejamento estratégico e a execução orçamentária será fortalecida. Cada meta e ação prevista no PDI deverá ter correspondência direta nos instrumentos de programação e execução financeira, garantindo maior coerência entre o planejamento e a realidade da execução. Para isso, serão instituídos fluxos de acompanhamento conjunto entre a PROAD e a PROPLAN, com o uso de soluções informatizadas que permitam monitorar a relação entre recursos aplicados, resultados alcançados e metas institucionais.

1.7.4.1. Metodologia para distribuição de recursos

A distribuição dos recursos levará em conta indicadores institucionais como número de matrículas, desempenho acadêmico, produção científica e extensão, bem como necessidades específicas relacionadas à infraestrutura e regionalização da universidade. A metodologia deverá contemplar a participação das unidades acadêmicas e administrativas nos processos decisórios, assegurando equidade e previsibilidade.

1.7.4.2. Integração do planejamento estratégico e da execução orçamentária

Será assegurada a integração entre os instrumentos de planejamento e o orçamento, de modo que as iniciativas estratégicas estabelecidas no PDI tenham previsão no Plano de Gestão Orçamentária, respeitando a disponibilidade de recursos e as prioridades institucionais. Para isso,

serão instituídos fluxos de acompanhamento conjunto, apoiados em sistemas capazes de monitorar as metas, iniciativas e recursos aplicados.

Adicionalmente, espera-se que a alocação de recursos destinados a determinados apoios, como viagens acadêmicas de estudantes para participação em eventos e apresentação de trabalhos, seja realizada por meio de editais institucionais. Esse procedimento garantirá maior transparência, equidade e controle social no processo de seleção, além de favorecer a previsibilidade e fortalecer a articulação entre o planejamento e a execução orçamentária e financeira da UFPA. (Este item deverá ser submetido à análise da Comissão Executiva).

1.7.5. Ações exitosas em Gestão Orçamentária

Ao longo do período 2016-2025, a UFPA consolidou um conjunto de ações exitosas em gestão orçamentária que servirão de referência para o novo ciclo do PDI. Entre as mais relevantes, a adoção de práticas de compras centralizadas e de registro de preços, que possibilitaram economia de escala, ações vinculadas ao Plano de Logística Sustentável, que contribuíram para a redução de custos e para o cumprimento de metas de sustentabilidade.

Além dessas iniciativas, merecem destaque o monitoramento sistemático do orçamento realizado de forma integrada pelas equipes da PROAD e da PROPLAN em articulação com a Administração Superior; a instituição da Norma de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, que estabelece prazos e procedimentos uniformes para a gestão e execução do orçamento pelas unidades da UFPA; e a promoção de capacitações e webinários direcionados à formação continuada dos servidores envolvidos na gestão e execução orçamentária e financeira, exemplificada pela realização da Semana Orçamentária, Financeira e de Gestão da UFPA.

A participação ativa da PROAD e da PROPLAN em fóruns de discussão com dirigentes das unidades acadêmicas sobre planejamento, orçamento e execução também se configurou como prática relevante, ao possibilitar o intercâmbio de experiências, o aprofundamento do conhecimento sobre as demandas das diversas unidades e a incorporação de boas práticas de gestão.

1.7.6. Desafios e Perspectivas

1.7.6.1. Novas formas de financiamento

A busca pela sustentabilidade econômica deve estar entre as primeiras ações a serem implementadas transversalmente, buscando as diversas parcerias necessárias, tanto internamente quanto de possíveis parceiros externos, a fim de minimizar os impactos das restrições orçamentárias no processo de desenvolvimento institucional.

Quebrar paradigmas é um dos grandes desafios para as universidades, em especial as instituições multicampi, como a UFPA, que neste contexto, devem ousar na busca por novos modelos de financiamento para a gestão orçamentário-financeira. A quebra de paradigmas não se dá apenas pela busca de novas formas de financiamento, mas em especial, na mudança de cultura do cidadão que usufrui dos benefícios institucionais.

Um exemplo de modelo a ser almejado é obter financiamento a partir dos fundos patrimoniais (endowment), que são mecanismos financeiros de longo prazo que funcionam como um patrimônio permanente de uma instituição. Ele é formado principalmente por doações (de pessoas físicas, ex-alunos, empresas ou filantropos), que são aplicadas em investimentos financeiros. O principal doado (o capital inicial) geralmente não pode ser gasto. Apenas os rendimentos gerados pelos investimentos (juros, dividendos, aplicações financeiras) são utilizados pela universidade, garantindo sustentabilidade no longo prazo.

É um modelo bastante utilizado por universidades internacionais de excelência, como Harvard, MIT, Oxford e Cambridge, cujos endowments chegam a dezenas de bilhões de dólares. No Brasil, os fundos patrimoniais foram regulamentados pela Lei nº 13.800/2019, que permite a criação de organizações gestoras responsáveis por captar e gerir doações voltadas a projetos em áreas como educação, cultura, ciência e tecnologia.

Tal iniciativa é ainda pouco difundida e realizada nas universidades públicas brasileiras, primeiramente pela cultura de que a universidade pública deve ser majoritariamente financiada por recursos públicos, pelo baixo compromisso que o setor privado tem com o desenvolvimento do país e, pela ausência de alguma legislação que incentive a cultura de doação.

Outras formas de obtenção de recursos, como por exemplo, exploração de marcas e know-how, propriedade intelectual, prestações de serviços e consultorias devem ser provocadas nas diversas áreas de conhecimento, impulsionando os cursos e fortalecendo a atuação institucional.

1.7.6.2. Governança Orçamentária e Financeira

Ainda nesse contexto, será necessário fortalecer a governança orçamentária e financeira, ampliar o uso de metodologias de gestão baseadas em indicadores de desempenho claros e monitoráveis, e intensificar iniciativas de sustentabilidade alinhadas às metas globais de sustentabilidade e às agendas nacionais e internacionais, em especial a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Outro desafio que se impõe diz respeito à instabilidade nos normativos e procedimentos, especialmente aqueles relacionados à execução orçamentária e financeira, às compras públicas e à gestão do patrimônio, tanto móvel quanto imóvel. Essa instabilidade compromete a

tempestividade dos processos e amplia a necessidade de capacitações e treinamentos, exigidos de uma equipe já reduzida e responsável por um volume expressivo de demandas, compatível com a dimensão e a diversidade de atividades desenvolvidas pela Universidade.

As perspectivas para o próximo decênio envolvem, portanto, a modernização dos processos de execução e controle orçamentário, o fortalecimento da transparência, bem como a consolidação de práticas voltadas à diversificação das fontes de financiamento. Com essas diretrizes, a UFPA buscará assegurar a perenidade de suas atividades e a capacidade de responder, de forma inovadora e responsável, às demandas da sociedade amazônica e brasileira.

1.7.6.3. Plano Diretor de Logística Sustentável

Considerando que as ações apontadas precisam ser contínuas e que a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) reforça a importância da adoção de instrumentos de gestão capazes de assegurar a economicidade, a eficiência e a sustentabilidade na aplicação dos recursos públicos, destaca-se o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) como ferramenta estratégica de planejamento e gestão, especialmente porque:

- promove a racionalização da ocupação dos espaços físicos, com consequente redução das despesas de custeio pela centralização e otimização de contratos que dão suporte ao funcionamento da instituição;
- estimula práticas de consumo consciente e uso racional dos recursos;
- incentiva mudanças de atitudes da comunidade universitária, contribuindo para a redução de desperdícios;
- fomenta contratações mais sustentáveis, alinhadas aos princípios da economicidade e da eficiência;
- possibilita o monitoramento e a avaliação periódica de resultados, orientando a tomada de decisões mais assertivas. Assim, o PLS deve ser atualizado e avaliado de forma sistemática, de modo a promover o exercício contínuo da racionalização e da responsabilidade na gestão dos gastos públicos.

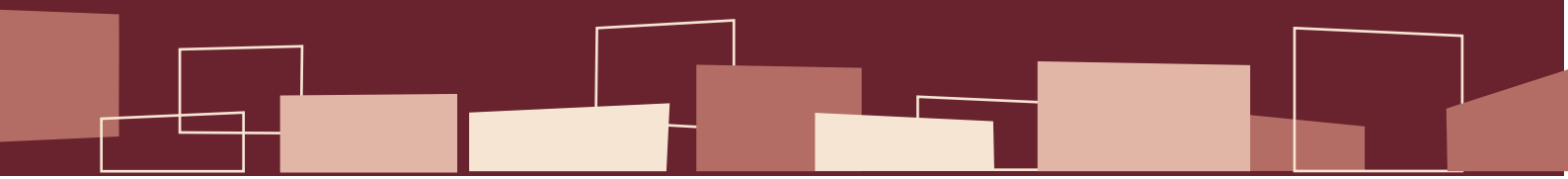
Considerando que as despesas com serviços de limpeza e vigilância são contínuas e representam parcela significativa do orçamento institucional, a otimização desses contratos torna-se essencial para assegurar a sustentabilidade financeira da UFPA. Nesse sentido, propõe-se a criação de um Comitê Técnico para a Otimização de Contratos de Despesas Continuadas. Esse Comitê terá como finalidade:

- Avaliar sistematicamente os contratos vigentes;
- Identificar oportunidades de redução de custos e de melhoria da execução contratual;

- Sugerir inovações e práticas de gestão que aumentem a eficiência e a qualidade dos serviços;
- Acompanhar a conformidade com a legislação e os princípios da administração pública;
- Fomentar a integração entre setores responsáveis pela fiscalização, planejamento e execução contratual.



2 AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



2. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

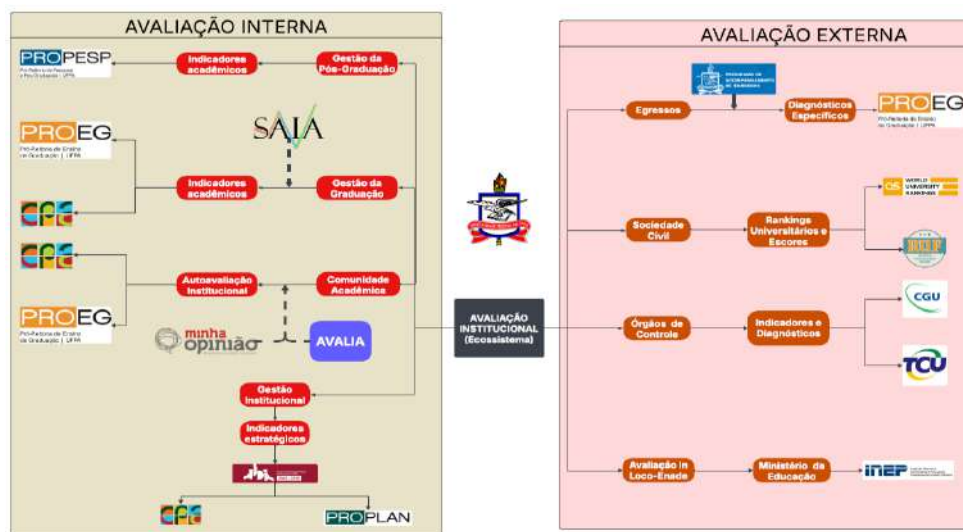
A avaliação institucional é um processo permanente e cíclico de pesquisa e diagnóstico que possibilita uma análise abrangente do desempenho da instituição em relação ao que foi planejado e efetivamente desenvolvido, dentro de um determinado tempo e contexto sociopolítico. Trata-se de uma ferramenta essencial para identificar fragilidades, estimular a reflexão crítica e favorecer a revisão constante das políticas institucionais, visando o cumprimento da missão institucional, o alcance dos seus objetivos e o aprimoramento contínuo da sua qualidade. Dessa forma, promove o fortalecimento da instituição e o desenvolvimento da comunidade acadêmica.

A autoavaliação institucional é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), sendo composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil. Em consonância com a contínua transformação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) são empreendidos esforços para que os processos avaliativos internos ocorram de forma sistematizada, estimulando a ampla participação da comunidade acadêmica e garantindo a fidedignidade das informações geradas no intuito de cumprir com o seu papel institucional.

A CPA desempenha um papel fundamental por ser o elo entre a instituição e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A autoavaliação conduzida pela CPA é a base para a avaliação externa do INEP, que, por sua vez, influencia o reconhecimento e a renovação de reconhecimento dos cursos e da própria instituição.

Na Universidade Federal do Pará, a avaliação institucional é compreendida de forma abrangente e engloba tanto elementos internos quanto externos, por meio de um conjunto de processos e ações apresentados na Figura 39.

Figura 40 - Representação integrada dos processos de Avaliação Interna e Avaliação Externa,



Fonte: Elaboração própria.

Avaliação Interna: (i) Autoavaliação Institucional, realizada pela CPA com a comunidade acadêmica por meio dos programas Minha Opinião e AVALIA; (ii) monitoramento dos indicadores acadêmicos da graduação (via SAIA) e da pós-graduação, conduzido pelas pró-reitorias e unidades acadêmicas; (iii) acompanhamento dos indicadores estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Avaliação

Externa: (i) Ministério da Educação (MEC) e INEP, responsáveis pelas avaliações in loco e pelo ENADE; (ii) órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU); (iii) rankings universitários, que analisam desempenho em ensino, pesquisa e internacionalização; (iv) Acompanhamento de Egressos, realizado com o Sistema Egressos UFPA.

2.1. AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação institucional interna na UFPA é realizada a partir de um conjunto de ações, desenvolvidas por diferentes setores, cujos resultados são sistematizados pela CPA, para compor o relatório de autoavaliação disponibilizado anualmente ao MEC.

As ações da avaliação interna envolvem, principalmente: a consulta à comunidade acadêmica; o monitoramento de indicadores acadêmicos da graduação e da pós-graduação, o monitoramento dos indicadores estratégicos do PDI e análises documentais.

A consulta à comunidade acadêmica é uma das principais estratégias da autoavaliação institucional, por atingir um grande número do público beneficiário das políticas institucionais. A consulta é realizada por meio dos programas Minha Opinião e AVALIA, com instrumentos (questionários) distintos de avaliação que visam englobar diferentes níveis institucionais, com perguntas fechadas e um campo para sugestões.

O programa Minha Opinião, gerenciado pela CPA, visa identificar a percepção da comunidade acadêmica quanto ao planejamento e desenvolvimento institucional, infraestrutura e efetividade das políticas institucionais, por meio de instrumentos específicos para cada segmento da comunidade, considerando as 10 dimensões do SINAES. Os dados coletados são sistematizados por curso, por cada segmento da comunidade, que compõem o relatório de cada unidade acadêmica disponibilizado para a comunidade.

O programa AVALIA, gerenciado pela PROEG, em parceria com a CPA, é voltado ao ensino de graduação, com a finalidade de diagnosticar o desenvolvimento do ensino a partir da perspectiva dos discentes e dos docentes. O instrumento, disponibilizado no sistema SIG, abrange tres dimensões: (i) Autoavaliação Discente/Avaliação da turma, referente ao empenho discente; (ii) Avaliação da Ação Docente/Autoavaliação Docente, envolvendo a atitude profissional, gestão didática e avaliação de aprendizagem; (iii) Infraestrutura dos espaços utilizados nas atividades curriculares. Esse instrumento foi adaptado para contemplar os cursos a distância, sendo a consulta aplicada na plataforma Moodle.

Os resultados das consultas são sistematizados pela CPA, com o apoio da Diretoria de Avaliação Institucional (DIAVI/PROPLAN) e compartilhado com os dirigentes das unidades acadêmicas e com as coordenações de curso, para análises específicas e divulgação aos seus docentes e discentes. Além disso, os resultados são incluídos no relatório da CPA disponibilizado ao INEP/MEC.

Alguns cursos da instituição adotam instrumentos adicionais próprios, com base nas suas características metodológicas específicas, com o objetivo de aprimorar o processo de autoavaliação do ensino ofertado, como por exemplo, o curso de Medicina que aplica regularmente aos discentes ao término de cada período letivo um questionário google, cuja participação é anônima. Em geral, a sistematização dos dados é realizada por uma comissão específica, com membros do NDE.

O monitoramento dos indicadores acadêmicos da graduação, como as taxas de sucesso, de evasão, de retenção, oferta de componentes curriculares, dentre outros, é realizada a partir da sistematização dos dados do sistema de registro acadêmico, SIGAA, sob a coordenação da PROEG. Os resultados analíticos são formalmente apresentados e discutidos com os gestores das unidades acadêmicas e os coordenadores de curso, geralmente em reuniões semestrais, por unidade acadêmica, contando com a participação da CPA, Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES) e Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade (Diverse).

A sistematização dos dados é realizada manualmente e constitui-se em um processo bastante laborioso, em função das peculiaridades de diversos cursos ofertados pela UFPA. Em decorrência, a Faculdade de Computação tomou a iniciativa de desenvolver a plataforma Sistema de Acompanhamento de Indicadores Acadêmicos (SAIA) para realizar a sistematização das informações, com base em dados extraídos do SIGAA, sob a coordenação da PROEG, em articulação com as unidades acadêmicas. O SAIA permite a análise de métricas essenciais, como taxas de sucesso, evasão e retenção, além de facilitar a visualização de dados que subsidiam indicadores e a gestão acadêmica, tornando-se uma iniciativa institucional, coordenado pela PROEG, com implementação gradual para todos os cursos da UFPA. Desta forma, acelera o acesso aos dados que subsidiam diversas iniciativas voltadas à qualificação do ensino, desenvolvidas pela PROEG.

Em síntese, o SAIA consolida-se como um instrumento analítico-acadêmico de grande relevância para a UFPA, na medida em que transforma dados brutos em ações estratégicas, contribuindo para a otimização da gestão educacional, a redução de evasão e a promoção do sucesso discente. Sua adoção reflete um compromisso com a transparência, a eficiência administrativa e a qualidade da educação superior.

Na Pós-Graduação, o monitoramento dos indicadores acadêmicos compõe a autoavaliação dos cursos de mestrado e de doutorado, realizada pelas coordenações dos programas em parceria com a PROPESP e disponibilizados à CAPES.

O monitoramento do PDI é realizado pela administração superior e CPA, por meio da Reunião de Avaliação da Estratégia. Tem como base o desempenho anual dos indicadores estratégicos em comparação com anos anteriores, revisão periódica das metas, inclusão de novos indicadores e verificação da efetividade das estratégias adotadas, de modo a garantir que as iniciativas desenvolvidas contribuam para a constante melhoria da instituição. Entende-se que dessa forma, promove-se um aprimoramento contínuo dos processos e dos resultados institucionais, alinhados aos desafios e demandas do cenário atual.

2.2. AVALIAÇÃO EXTERNA

O Tribunal de Contas da União (TCU) monitora o desenvolvimento das Instituições Públicas de Ensino, com o objetivo avaliar a maturidade das organizações públicas federais por meio do Índice de Governança, Sustentabilidade e Inovação (IESGo), um questionário estruturado de autoavaliação que engloba três grandes áreas estratégicas: (i) Liderança, Estratégia e Controle; (ii) Sustentabilidade Social e Ambiental; (iii) Gestão organizacional que inclui pessoas, tecnologia e segurança da informação, contratações e orçamento. Esse conjunto de indicadores permite avaliar aspectos relevantes das Universidades e indicar a necessidade de aperfeiçoamento em áreas específicas. Os relatórios produzidos pelo TCU são disponibilizados na página eletrônica do órgão (<https://iesgo.tcu.gov.br/>), em ambiente público.

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do governo federal responsável pela defesa do patrimônio público e pelo incremento da transparência na gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, ouvidoria e prevenção e combate à corrupção. Os relatórios das ações da CGU são diversos, com informações sobre temas específicos dentro do escopo de atuação do órgão, como gestão de contratações, auditoria contábil de ministérios e relatórios de gestão fiscal. Esses documentos são disponibilizados ao público em geral no portal do órgão, sendo possível pesquisar por órgão auditado e tipo de relatório no sistema e-Aud (<https://eaud.cgu.gov.br/relatorios>).

Rankings universitários são listas de instituições de ensino superior, classificadas com base em critérios de qualidade que envolvem produção acadêmica, ensino, reputação, empregabilidade e internacionalização. No entanto, cada *ranking* possui objetivos específicos que se refletem nos critérios, métricas e metodologias empregadas. Os *rankings* fornecem uma visão comparativa do desempenho institucional, podendo auxiliar os estudantes na escolha de instituições e as

instituições na identificação de áreas passíveis de melhorias e seu fortalecimento. A participação da UFPA nos rankings universitários foi ampliada a partir de 2021 com o estabelecimento do Comitê de Métricas, Desempenho Acadêmico e Indicadores Interinstitucionais, coordenado pela PROPLAN, que coleta e qualifica os dados a serem submetidos aos *rankings*, contribuindo para a obtenção de resultados positivo na classificação da UFPA em diversos *rankings*.

O egresso, um público que não mais faz parte da comunidade acadêmica da instituição, mas que vivência o enfrentamento da atuação profissional no mercado de trabalho, constitui-se em um segmento da sociedade muito importante para as instituições. Manter um canal de comunicação com os egressos possibilita avaliar a eficácia dos cursos, gera subsídios para a reestruturação curricular e aprimoramento da formação profissional. como também fortalece a integração com a sociedade, por meio da divulgação de capacitações e oportunidades de emprego, contribuindo para a melhoria contínua. Na UFPA, o acompanhamento de egressos é realizado por meio do sistema Egressos UFPA (egressos.ufpa.br), sob a responsabilidade da PROEG, para coleta de dados quanto a trajetória profissional, acadêmica e social de egressos. O sistema disponibiliza os dados em BI, em tempo real, além de possibilitar, através do link Oportunidades, consulta a editais de seleção para pós-graduação lato e stricto sensu e concurso público na UFPA, e eventos previstos na UFPA.

Com o objetivo avaliar as condições de oferta do ensino, o INEP coordena a avaliação in loco nos cursos de graduação, que subsidia os atos regulatórios do curso. O processo é realizado por comissões de especialistas do Inep que analisam os documentos disponibilizados, dialogam com a comunidade acadêmica e avaliam as reais condições de oferta da graduação, contemplando dimensões de corpo docente, infraestrutura e de organização didático-pedagógicas. Os relatórios emitidos detalham essas condições e o conceito atribuído para cada indicador das dimensões. tornando-se um importante documento para análise com vistas a ações de melhorias.

O ENADE é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, uma prova que avalia o desempenho de alunos concluintes de cursos de graduação. O resultado do exame reflete o nível de conhecimento teórico e prático, e o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes. Esse resultado, em conjunto com o questionário do estudante, no qual o concluinte opina sobre questões relativas à organização didático-pedagógica, infraestrutura e oportunidades de ampliação da formação acadêmica e dados de qualificação e regime de trabalho do corpo docente do curso, padronizado a partir da comparação com o curso de outras instituições do país, representam os insumos para o cálculo do Conceito Preliminar do Curso (CPC). Esses resultados são divulgados às instâncias gestoras para atividades de planejamento e aperfeiçoamento dos cursos de graduação.

Tanto os relatórios de avaliação in loco como o Enade são analisados pela CPA, acompanhados ao longo do tempo. Essas análises contemplam as especificidades dos indicadores e, junto dos relatórios de autoavaliação, são divulgadas para apropriação das instâncias gestoras dos cursos. Destaca-se, as análises dos microdados, com o desempenho do curso nas temáticas abordadas no exame, em comparação com a média nacional, apresentado em um painel BI, como fonte de análise da formação oferecida para o concluinte e para planejamento didático-pedagógico.

Outro exame que fornece informações significativas é o Teste de Progresso (TP), uma avaliação da qualidade do ensino, formativa, interna e externa, de caráter institucional, indicada pela aquisição progressiva de competências pelo estudante, ao longo da sua formação. Oportuniza uma autoavaliação do curso sobre a adequação do seu projeto pedagógico para atendimento às necessidades de saúde da população brasileira e a autoavaliação do estudante.

A estratégia de avaliação pelo Teste de Progresso não se vincula à natureza da estrutura curricular dos cursos, uma vez que visa a mensurar o alcance dos seus objetivos finais. Sua natureza longitudinal e progressiva, associada às devolutivas de cada etapa (feedback) e à análise interna de resultados, possibilita a revisão permanente da matriz de cada curso e a adoção de medidas de ajuste identificadas pelo curso como pertinentes. Na ambiência criada com a adoção do TP, os estudantes veem-se incentivados a assumir responsabilidade por sua aprendizagem individual, e com os seus pares, para o alcance do perfil profissional estabelecido como meta final da graduação.

Adotado no curso de Medicina, o resultado do TP é analisado pelo NDE, oportunizando a identificação de ajustes necessários desenvolvimento do currículo.

2.3. APRIMORAMENTOS NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFPA

A avaliação institucional é essencial para desenvolvimento e garantia da qualidade das IES. Porém, a realização de processos de avaliação, por si só, não garante que melhorias serão realmente efetivadas. Para que os resultados da autoavaliação se traduzam de fato em ações e que estas sejam eficazes, é importante que se faça a gestão e o acompanhamento das ações implantadas. Neste sentido, considerando a natureza multicampi da UFPA e a crescente expansão da oferta de cursos, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, propõe-se revisar a estrutura organizacional da CPA, com a criação de CPAs locais, inicialmente nas unidades regionais, vinculadas à CPA da sede (CPA central), com atuação de interface com os setores e cursos dos campi fora de sede.

A CPA não atua isoladamente dentro da IES. Pelo contrário, sua efetividade e relevância dependem diretamente da qualidade da interlocução que estabelece com os diversos públicos

institucionais. Para tanto, pretende-se estabelecer efetiva articulação da CPA com o NDE dos cursos e com as unidades estratégicas, crucial para o aprimoramento contínuo da qualidade acadêmica e institucional.

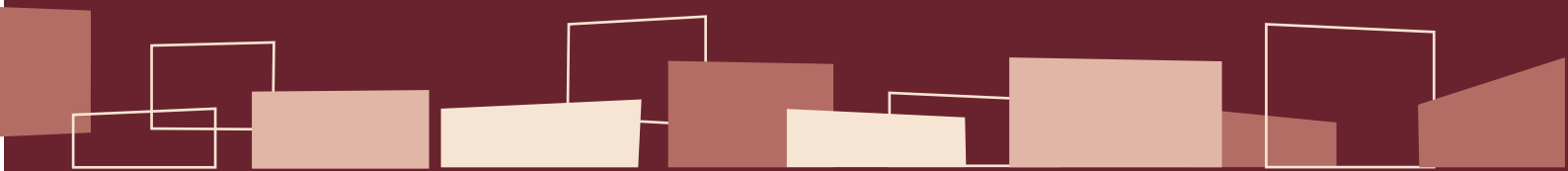
A comunidade externa, por sua vez, fornece contribuições importantes para a melhoria contínua dos processos e das práticas institucionais a partir de sua perspectiva. Tendo em vista a política de Inclusão institucional que vem sendo consolidada nos últimos anos na UFPA, há necessidade de ampliar a escuta à sociedade civil organizada, de modo a incluir Movimento indígena no estado, Movimento quilombola, Fórum de educação de Campo do estado, Movimento negro e Associações de PcDs.

A promoção da autoavaliação como processo contínuo, participativo e formativo, está diretamente relacionado com a permanente divulgação dos resultados, especialmente aqueles das consultas à comunidade. Nesse sentido, faz-se necessário implementar um ambiente digital da autoavaliação que apresente os resultados de forma acessível, para consulta por todos das unidades acadêmicas, facilitando o acesso dos NDEs aos resultados relevantes para seus cursos. Isso permitirá automatizar a coleta, análise e divulgação dos dados da avaliação, superando barreiras técnicas e logísticas.

O volume de informações relativas à avaliação institucional é considerável. Para possibilitar a efetiva utilização dos resultados, propomos a implantação da Plataforma de Ecossistema de Avaliação - PEA que congregue todas as avaliações institucionais (pesquisas de opinião, relatórios, desempenho do PDI, etc), apresentados em formato acessível e atrativo e que integre esses dados, gerando relatórios de forma articulada, incluindo as ações de melhorias decorrentes das análises como produto do ciclo avaliativo.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (PDI UFPA 2026-2035) representa não apenas o encerramento de um ciclo de planejamento democrático e participativo, mas o marco inicial de uma jornada transformadora para a próxima década. Ao projetar suas metas e diretrizes até 2035, a UFPA reafirma seu papel estratégico e indispensável na produção de conhecimento, na formação cidadã e no desenvolvimento sustentável e soberano da Amazônia e do Brasil.

Este documento reflete o amadurecimento de uma instituição *multicampi* que aprendeu a transformar a complexidade de sua extensão geográfica e a vulnerabilidade socioeconômica de seu corpo discente em eixos de potência e inovação. As políticas estruturadas para os próximos dez anos respondem diretamente aos desafios contemporâneos, assumindo de forma intransigente os compromissos com a inclusão social, as ações afirmativas, a acessibilidade e a equidade de gênero em todas as instâncias da vida universitária.

No âmbito acadêmico, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ganha novos contornos ao integrar a inovação tecnológica e o empreendedorismo social aos saberes tradicionais da região. A internacionalização, por sua vez, deixa de ser vista como mera mobilidade acadêmica externa e passa a ser consolidada sob a perspectiva do Sul Global. A UFPA se projeta para o mundo a partir de sua identidade amazônica, liderando debates globais sobre a crise climática e a sociobiodiversidade, sem perder de vista o fortalecimento de suas bases locais e o direito pleno à educação superior — que se concretiza apenas com o ingresso, a permanência digna e a conclusão com êxito de seus estudantes.

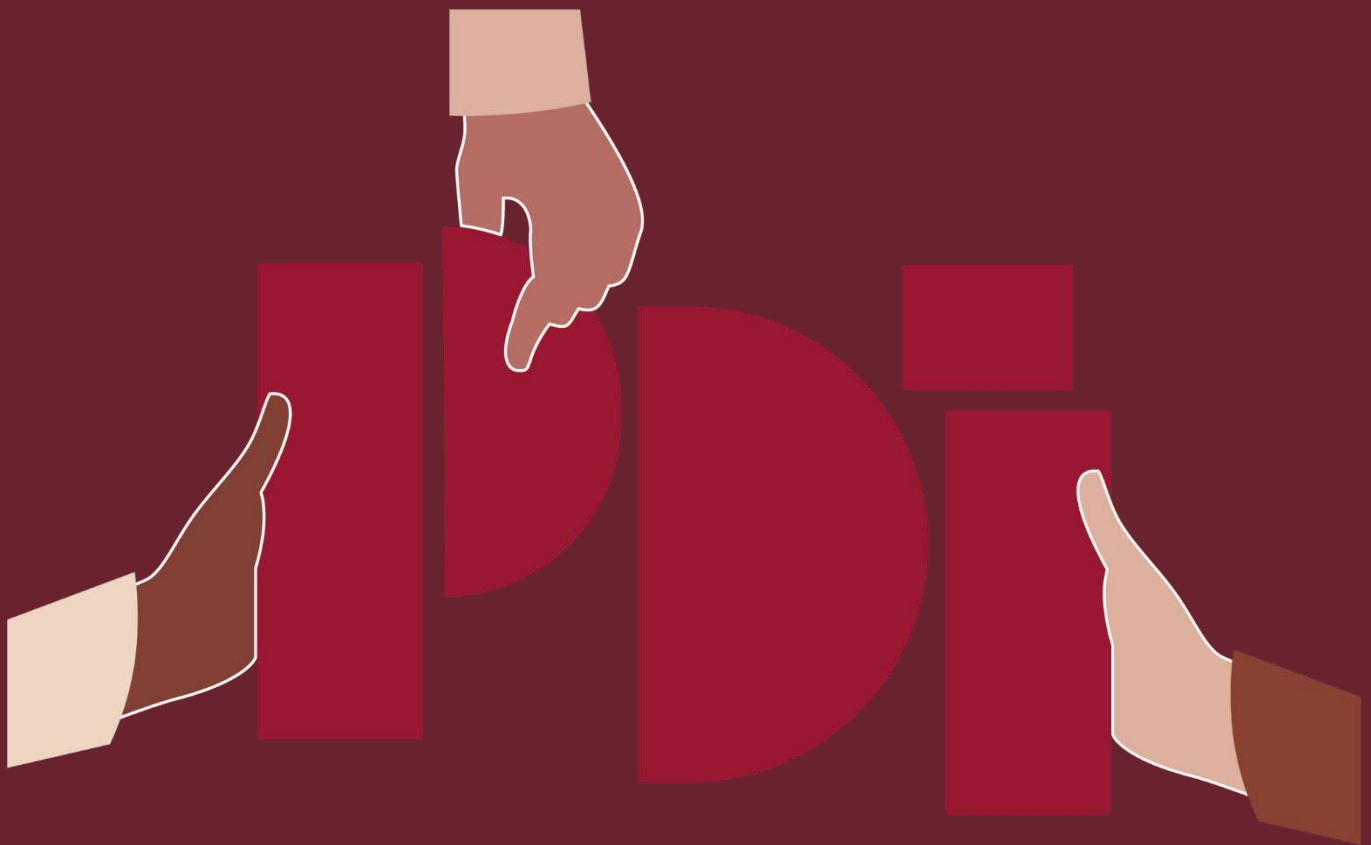
Diante do cenário de restrições orçamentárias e dos desafios inerentes a uma das maiores universidades federais do país, a viabilidade deste plano repousa em uma estrutura de governança pública robusta, ética, transparente e focada na integridade dos processos de gestão. O acompanhamento contínuo dos indicadores aqui estabelecidos, sob a supervisão do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) e do Conselho Universitário (CONSUN), garantirá que o PDI 2026-2035 seja um instrumento vivo, dinâmico e resiliente.

Considera-se, portanto, que o horizonte desenhado para 2035 convoca toda a comunidade acadêmica — docentes, técnicos-administrativos e discentes — a renovar o pacto com a excelência acadêmica e com a justiça social. Mais do que gerenciar o presente, a UFPA se posiciona firmemente para guiar o futuro, honrando sua história e consolidando-se como uma universidade plural, inclusiva, multicultural e profundamente comprometida com a defesa da vida, da ciência e da Pan-Amazônia.



REFERÊNCIAS

Em processo de organização



Plano de Desenvolvimento Institucional | UFPA

2026 · 2035

VOLUME IV
MULTICAMPIA



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035

Universidade Federal do Pará
Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto
Rua Augusto Corrêa, 01
CEP: 66075-110 – Guamá – Belém – Pará
www.ufpa.br
© UFPA, 2026

Universidade Federal do Pará

Reitoria	Gilmar Pereira da Silva
Vice-Reitoria	Loiane Prado Verbicaro

Secretarias

Secretaria Geral	Doriedson do Socorro Rodrigues
Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores	Soraya Maria Bitar de Lima Souza

Pró-Reitorias

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Maria Lucilena Gonzaga Costa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Maria Iracilda da Cunha Sampaio
Pró-Reitoria de Extensão	Nelson José de Souza Júnior
Pró-Reitoria de Relações Internacionais	Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin
Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil	Ronaldo Marcos de Lima Araújo
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Cristian Mayko Carvalho da Costa
Pró-Reitoria de Administração	Raimundo da Costa Almeida
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal	Ícaro Duarte Pastana

Superintendências

Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade	Zélia Amador de Deus
Superintendência de Inovação e Desenvolvimento	Filipe de Oliveira Saraiva

Assessorias

Assessoria de Comunicação Institucional	Edmê Gomes Paixão
Assessoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica	Carlos Augusto Vasconcelos Pires
Assessoria de Controle Interno	Andréia Firmiano da Silva

Outros Assessoramentos

Auditoria Interna	Lília Nazaré Limão Barros de Oliveira Góes
Ouvidoria Geral	Iraneide Rocha Freire
Prefeitura Multicampi	Eliomar Azevedo do Carmo
Procuradoria-Geral	Fernanda Ribeiro Monte Santo

Institutos

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares	Luís Mauro Santos Silva
Instituto de Ciências Biológicas	Renata Coelho Rodrigues Noronha
Instituto de Ciências da Arte	Isis de Melo Molinari Antunes
Instituto de Ciências da Educação	Eliana da Silva Felipe
Instituto de Ciências da Saúde	Carlomagno Pacheco Bahia
Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Marcos Monteiro Diniz
Instituto de Ciências Jurídicas	Valena Jacob Chaves Mesquita
Instituto de Ciências Médicas	Silvestre Savino Neto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Paulo Moreira Pinto
Instituto de Educação Matemática e Científica	Eduardo Paiva de Pontes Vieira
Instituto de Estudos Costeiros	Nelane do Socorro Marques da Silva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Edila Arnaud Ferreira Moura
Instituto de Geociências	Arnaldo de Queiroz da Silva
Instituto de Letras e Comunicação	Tânia Maria Pereira Sarmiento Pantoja
Instituto de Medicina Veterinária	Talita Bandeira Roos
Instituto de Tecnologia	Miércio Cardoso de Alcântara Neto

Núcleos

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos	Armin Mathis
Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia	Cleison Daniel Silva
Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia	Jussara Moretto Martinelli-Lemos
Núcleo de Endocrinologia e Diabetes	João Soares Felício
Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica	Genyilton Odilon Rêgo da Rocha
Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão	Marcio Lima do Nascimento
Núcleo de Medicina Tropical	Marília Brasil Xavier
Núcleo de Meio Ambiente	Christian Nunes da Silva
Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Paulo Pimentel de Assumpção
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento	Simone Souza da Costa Silva

Campi

Campus de Abaetetuba	Manuel de Jesus dos Santos Costa
Campus de Altamira	Djair Alves Moreira
Campus de Ananindeua	Alcy Favacho Ribeiro
Campus de Bragança	Francisco Pereira de Oliveira
Campus de Breves	Silvio Carlos Ferreira Pereira Filho
Campus de Cametá	Eraldo Souza do Carmo
Campus de Capanema	Rosa Helena Sousa de Oliveira
Campus de Castanhal	Francisco Valdinei dos Santos Anjos
Campus de Salinópolis	Lindomar Miranda Ribeiro
Campus de Soure	Juliano Cássio da Silva Conceição
Campus de Tucuruí	Wassim Raja El Banna



Escolas

Escola de Aplicação da UFPA	Luiza Helena de Oliveira Pires
Escola de Música	Celson Henrique Sousa Gomes
Escola de Teatro de Dança	Tarik Coelho Alves

Complexo Hospitalar

Hospital Universitário João de Barros Barreto	Regina Fátima Feio Barroso
Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	

Órgãos Suplementares

Arquivo Central	Diogo Junior Silva Barros
Biblioteca Central	Michelly Cristina Bacelar Tavares do Nascimento
Casa da Cultura “Fonte do Caranã”	Caio Filipe Bezerra Macedo
Centro Interativo de Ciência e Tecnologia da Amazônia	Luís Carlos Bassalo Crispino
Centro de Memória da Amazônia	Antônio Maurício Dias da Costa
Centro de Processos Seletivos	Aarão Ferreira Lima Neto
Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos	Julietta Cristina de Andrade Jatahy
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação	Marco Aurélio Capela
Editora da UFPA	Silvia Helena Benchimol Barros
Galeria de Arte da UFPA	Orlando Franco Maneschy
Gráfica	William Gaia Farias
Mercedários	Thaís Alessandra Bastos Caminha Sanjad
Museu da UFPA	Luiz Tadeu Costa

Comissões

Comissão Permanente de Pessoal Docente	Jacob Furtado Cantão
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar	Daniele Dorotéia Rocha da Silva de Lima
Comissão Permanente de Licitação	Udson Pacheco de Souza
Comissão de Ética da UFPA	Maurício da Silva Borges
Comissão Própria de Avaliação	Maria Lucia Harada
Comissão Permanente de Apuração da Irregularidade das Empresas	Ângela Maria Rodrigues Santos
Comissão de Regularização Fundiária	Durbens Martins Nascimento



Coordenação, Organização e Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Coordenação

Cristian Mayko Carvalho da Costa

Thiago Lobo Rodrigues

Organização e Elaboração

Fagner Santos da Silva

Sara Patrício Martins

Rafaela Martins Fontoura

Equipe técnica

Adriano Andrade Silva

Allan Barroso Pinheiro

Aluizio Marinho Barros Filho

Ana Carla Macedo da Silva

Arthur Lima Sampaio de Souza

Charles Eduardo de Albuquerque Vieira

Cristiane de Araújo Teixeira

Diene Fernanda Baía Teixeira

Diógenes Oliveira Ribeiro

Diogo Cesar Benassuly Cardoso

Diogo Willavian Maciel Dantas

Higor Henrique Gomes de Oliveira de Souza

Huderson Alexandre Souza de Melo

Jaciane do Carmo Ribeiro

José Deusimar Gonçalves da Silva

Júlio Cezar Lima Santana

Lianne Cristina de Oliveira Cabral

Lorena Suély Pires da Silva Lopes

Lucas Batista Figueira

Luciana Neves Bentes Cardias

Márcio Augusto da Cruz Almeida

Maria da Conceição G. Ferreira

Maria Lúcia Harada

Sandy Andrade Faro

Suelem Torres de Freitas

Suzane Rosa Lima

Thiago Borges Lobato Gonçalves

Victor Gabriel Alves Corrêa

Equipe de Apoio

Ayla Gessiele Almeida Lemos

Camila do Socorro da Cunha Monteiro

David Pinheiro Tavares

Eleonora de Jesus Albuquerque Valadário

Leandro Farache Marques

Leonardo Freire Rodrigues

Monique Ferreira da Silva

Suzane Rosa Lima

Produção Gráfica e Revisão

Projeto gráfico e diagramação	(Sem informação)
Ilustração	(Sem informação)
Revisão	(Sem informação)
Fotografia	(Sem informação)

Este material faz parte do conjunto de 5 (cinco) volumes que compõem o novo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (PDI UFPA 2026-2035):

- Volume I – Gestão Estratégica da UFPA
- Volume II – Projeto Pedagógico Institucional
- Volume III – Políticas de Gestão
- Volume IV – Multicampia
- Volume V – Cronograma de Implantação de Desenvolvimento da UFPA

Dessa forma, a UFPA detém seu efetivo direito de uso, reprodução, transformação em trabalhos derivados de qualquer tipo, ou qualquer outro uso, vedando-se toda e qualquer forma de utilização para fins divergentes à sua proposta inicial, sem prévia consulta.

APRESENTAÇÃO

Ao nos aproximarmos de sete décadas de história, a Universidade Federal do Pará reafirma sua posição como a maior e mais estratégica instituição de ensino superior da Amazônia, apresentando à sociedade o seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o decênio 2026-2035. Este documento não é apenas um instrumento de gestão, mas um manifesto de compromisso com o futuro de uma região que hoje ocupa a centralidade dos debates globais sobre clima, sustentabilidade e equidade social. O desenvolvimento da educação superior pública no Brasil alcançou, na última década, resultados notáveis de expansão e consolidação da pesquisa, mas o cenário contemporâneo exige mais. As instituições brasileiras têm diante de si o desafio de responder com agilidade e profundidade a problemas de uma complexidade inédita, que transcendem os limites disciplinares tradicionais e exigem abordagens inovadoras. Planejar o futuro de uma universidade multicampi neste contexto significa preparar a instituição para um novo salto de qualidade, onde a excelência acadêmica caminha indissociável da responsabilidade social.

Nesse horizonte, o PDI 2026-2035 reconhece que produzir conhecimento de ponta e formar recursos humanos de alto nível são atribuições que devem estar integradas a um esforço genuíno de transferência de conhecimento para a sociedade e de resolução dos grandes desafios amazônicos. O esgotamento de ciclos econômicos baseados na exploração predatória impõe à UFPA a missão de liderar a construção de um desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Para isso, a universidade do futuro será voltada para o trabalho interdisciplinar e para a interação criativa com as demandas sociais, consolidando a verticalização do ensino não apenas na capital, mas em todos os seus campi. Se o ciclo anterior foi marcado pela expansão do acesso, a próxima década será definida pelo fortalecimento da pesquisa e pela expansão da pós-graduação no interior do estado, garantindo que a juventude amazônica tenha acesso à mais alta qualificação em seu próprio território, promovendo a fixação de inteligência e a superação das desigualdades regionais.

Entretanto, essa busca pela excelência científica estaria incompleta se não estivesse alicerçada em uma profunda renovação de nossa identidade institucional, agora pautada de forma inequívoca pela defesa da diversidade e dos direitos humanos. A identidade do novo PDI foi construída para reafirmar o compromisso da UFPA em ser um espaço de acolhimento inclusivo, onde a ética, a pluralidade de ideias e o respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e cultural não são apenas diretrizes, mas práticas cotidianas. A universidade entende que a verdadeira inovação nasce do encontro de diferentes perspectivas; por isso, assume a responsabilidade de garantir a permanência e o sucesso de grupos historicamente vulnerabilizados,

incluindo indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e a população de baixa renda. Mais do que incluir, a UFPA se propõe a aprender com essa diversidade, promovendo um diálogo horizontal onde o conhecimento acadêmico e os saberes tradicionais e populares se fertilizam mutuamente.

Assim, a Universidade Federal do Pará projeta-se para os próximos anos como uma instituição que ensina e aprende, que é técnica e humana, local e global. O Plano de Desenvolvimento Institucional aqui apresentado é o roteiro para navegar uma década que se anuncia desafiadora, mas repleta de oportunidades. Ele consolida nossa vocação para oferecer serviços de excelência e atesta o preparo da instituição para, através da educação, da ciência e da inclusão, transformar a realidade da Amazônia e corresponder às mais altas expectativas da sociedade brasileira.

Gilmar Pereira da Silva
Reitor da UFPA

SUMÁRIO

1. MULTICAMPIA	16
1.1. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA	19
1.1.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	19
1.1.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas	19
1.1.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região	23
1.1.1.3. Atuação em setores produtivos locais	25
1.1.2. Impacto Socioeconômico	26
1.1.2.1. Geração de emprego e renda.....	26
1.1.3. Impacto Socioambiental e Cultural	28
1.1.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	28
1.1.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais	30
1.1.3.3. Projetos com comunidades tradicionais	32
1.1.4. Desafios e Oportunidades	32
1.1.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias.....	32
1.1.4.2. Perspectivas de expansão e inovação	32
1.2. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA	34
1.2.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	34
1.2.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas	34
1.2.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região	39
1.2.1.3. Atuação em setores produtivos locais	42
1.2.2. Impacto Socioeconômico	44
1.2.2.1. Geração de emprego e renda.....	44
1.2.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais	45
1.2.2.3. Parcerias institucionais	47
1.2.3. Impacto Socioambiental e Cultural	49
1.2.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	49
1.2.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais	51
1.2.3.3. Projetos com comunidades tradicionais	52
1.2.4. Desafios e Oportunidades	54
1.2.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias.....	54
1.2.4.2. Perspectivas de expansão e inovação	55
1.3. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA.....	60
1.3.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	60
1.3.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas	60
1.3.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região	60
1.3.1.3. Atuação em setores produtivos locais	61
1.3.2. Impacto Socioeconômico	61

1.3.2.1.	Geração de emprego e renda.....	61
1.3.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	61
1.3.3.1.	Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	61
1.3.3.2.	Valorização de culturas e saberes tradicionais	61
1.3.4.	Desafios e Oportunidades	61
1.3.4.1.	Limitações atuais e demandas prioritárias	61
1.3.4.2.	Perspectivas de expansão e inovação	64
1.4.	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA	66
1.4.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	66
1.4.1.1.	Linhas de pesquisa estratégicas	66
1.4.2.	Impacto Socioeconômico	85
1.4.2.1.	Geração de emprego e renda.....	85
1.4.2.2.	Contribuição para cadeias produtivas regionais	85
1.4.2.3.	Parcerias institucionais	85
1.4.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	91
1.4.3.1.	Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	91
1.4.3.1.1.	Contribuição para o Desenvolvimento Socioambiental e Cultural	91
1.4.3.2.	Valorização de culturas e saberes tradicionais	92
1.4.3.2.1.	Valorização de Saberes Pluriétnicos.....	92
1.4.3.3.	Projetos com comunidades tradicionais	92
1.4.3.3.1.	Integração de Saberes Indígenas na Formação Acadêmica.....	92
1.4.3.3.2.	Reconhecimento e Divulgação de Saberes Étnico-Raciais	92
1.4.4.	Desafios e Oportunidades	92
1.4.4.1.	Limitações atuais e demandas prioritárias.....	92
1.4.4.2.	Perspectivas de expansão e inovação	93
1.5.	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ–BREVES	96
1.5.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	96
1.5.1.1.	Linhas de pesquisa estratégicas	96
1.5.1.2.	Projetos inovadores ou pioneiros na região	96
1.5.1.3.	Atuação em setores produtivos locais	96
1.5.2.	Impacto Socioeconômico	97
1.5.2.1.	Geração de emprego e renda.....	97
1.5.2.2.	Contribuição para cadeias produtivas regionais	97
1.5.2.3.	Parcerias institucionais	97
1.5.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	97
1.5.3.1.	Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	97
1.5.3.2.	Valorização de culturas e saberes tradicionais	97
1.5.3.3.	Projetos com comunidades tradicionais	98

1.5.4.	Desafios e Oportunidades	98
1.5.4.1.	Limitações atuais e demandas prioritárias	98
1.5.4.2.	Perspectivas de expansão e inovação	98
1.6.	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ	100
1.6.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	100
1.6.1.1.	Linhas de pesquisa estratégicas	100
1.6.1.2.	Projetos inovadores ou pioneiros na região	101
1.6.2.	Impacto Socioeconômico	102
1.6.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	102
1.6.4.	Desafios e Oportunidades	102
1.6.4.1.	Limitações atuais e demandas prioritárias	102
1.6.4.2.	Perspectivas de expansão e inovação	103
1.7.	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAPANEMA	105
1.7.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	105
1.7.2.	Impacto Socioeconômico	107
1.7.2.1.	Geração de emprego e renda.....	107
1.7.2.2.	Contribuição para cadeias produtivas regionais, ...	107
1.7.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	107
1.7.4.	Desafios e Oportunidades	108
1.8.	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL	111
1.8.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	113
1.8.1.1.	Linhas de pesquisa estratégicas	113
1.8.1.2.	Projetos inovadores ou pioneiros na região	113
1.8.1.3.	Atuação em setores produtivos locais	117
1.8.2.	Impacto Socioeconômico	117
1.8.2.1.	Geração de emprego e renda.....	117
1.8.2.2.	Contribuição para cadeias produtivas regionais	118
1.8.2.3.	Parcerias institucionais	118
1.8.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	118
1.8.3.1.	Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	118
1.8.3.2.	Valorização de culturas e saberes tradicionais	119
1.8.3.3.	Projetos com comunidades tradicionais	119
1.8.4.	Desafios e Oportunidades	119
1.8.4.1.	Limitações atuais e demandas prioritárias	119
1.8.4.2.	Perspectivas de expansão e inovação	120
1.9.	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SALINÓPOLIS	123
1.9.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	123
1.9.1.1.	Linhas de pesquisa estratégicas	123

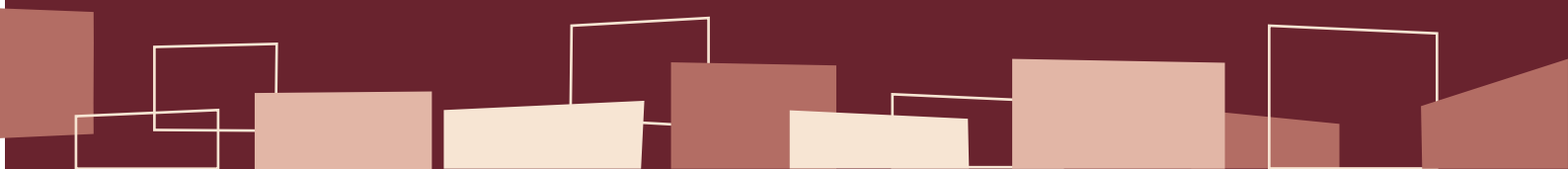
1.9.1.2.	Projetos inovadores ou pioneiros na região	123
1.9.1.3.	Atuação em setores produtivos locais	125
1.9.2.	Impacto Socioeconômico	126
1.9.2.1.	Geração de emprego e renda.....	126
1.9.2.2.	Contribuição para cadeias produtivas regionais	126
1.9.2.3.	Parcerias institucionais	126
1.9.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	126
1.9.3.1.	Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	126
1.9.3.2.	Valorização de culturas e saberes tradicionais	126
1.9.3.3.	Projetos com comunidades tradicionais	126
1.9.4.	Desafios e Oportunidades	127
1.9.4.1.	Limitações atuais e demandas prioritárias.....	127
1.9.4.2.	Perspectivas de expansão e inovação	130
1.10.	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ-SOURE	132
1.10.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	132
1.10.1.1.	Linhas de pesquisa estratégicas	132
1.10.1.2.	Projetos inovadores ou pioneiros na região	134
1.10.1.3.	Atuação em setores produtivos locais	135
1.10.2.	Impacto Socioeconômico	136
1.10.2.1.	Geração de emprego e renda.....	136
1.10.2.2.	Contribuição para cadeias produtivas regionais	136
1.10.2.3.	Parcerias institucionais	136
1.10.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	137
1.10.3.1.	Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	137
1.10.3.2.	Valorização de culturas e saberes tradicionais	137
1.10.3.3.	Projetos com comunidades tradicionais	137
1.10.4.	Desafios e Oportunidades	139
1.10.4.1.	Limitações atuais e demandas prioritárias.....	139
1.10.4.2.	10.4.2 Perspectivas de expansão e inovação	139
1.11.	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TUCURUÍ.....	143
1.11.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	143
1.11.1.1.	Linhas de pesquisa estratégicas	143
1.11.1.2.	Projetos inovadores ou pioneiros na região	144
1.11.1.3.	Atuação em setores produtivos locais	144
1.11.2.	Impacto Socioeconômico	144
1.11.2.1.	Geração de emprego e renda.....	144
1.11.2.2.	Contribuição para cadeias produtivas regionais	144
1.11.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	144

1.11.3.1.	Valorização de culturas e saberes tradicionais	144
1.11.4.	Desafios e Oportunidades	144
1.11.4.1.	Perspectivas de expansão e inovação	144
1.12.	INSTITUTO DE ESTUDOS COSTEIROS	148
1.12.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	148
1.12.1.1.	Linhas de pesquisa estratégicas	148
1.12.1.2.	Projetos inovadores ou pioneiros na região	149
1.12.1.3.	Atuação em setores produtivos locais	149
1.12.2.	Impacto Socioeconômico	149
1.12.2.1.	Geração de emprego e renda.....	149
1.12.2.2.	Contribuição para cadeias produtivas regionais	150
1.12.2.3.	Parcerias institucionais	150
1.12.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	150
1.12.3.1.	Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	150
1.12.3.2.	Valorização de culturas e saberes tradicionais	150
1.12.3.3.	Projetos com comunidades tradicionais	150
1.12.4.	Desafios e Oportunidades	150
1.12.4.1.	Limitações atuais e demandas prioritárias	150
1.12.4.2.	Perspectivas de expansão e inovação	151
1.13.	INSTITUTO DE MEDICINA VETERINÁRIA	153
1.13.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	153
1.13.1.1.	Linhas de pesquisa estratégicas	153
1.13.1.2.	Projetos inovadores ou pioneiros na região	155
1.13.1.3.	Atuação em setores produtivos locais	160
1.13.2.	Impacto Socioeconômico	161
1.13.2.1.	Geração de emprego e renda.....	161
1.13.2.2.	Contribuição para cadeias produtivas regionais	162
1.13.2.3.	Parcerias institucionais	163
1.13.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	164
1.13.3.1.	Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	164
1.13.3.2.	Valorização de culturas e saberes tradicionais	166
1.13.3.3.	Projetos com comunidades tradicionais	166
1.13.4.	Desafios e Oportunidades	166
1.13.4.1.	Limitações atuais e demandas prioritárias	166
1.13.4.2.	Perspectivas de expansão e inovação	167
1.14.	NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO EM ENGENHARIA	169
1.14.1.	Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus.....	169
1.14.1.1.	Linhas de pesquisa estratégicas	169

1.14.1.2.	Projetos inovadores ou pioneiros na região	170
1.14.1.3.	Atuação em setores produtivos locais	171
1.14.2.	Impacto Socioeconômico	172
1.14.2.1.	Geração de emprego e renda.....	172
1.14.2.2.	Contribuição para cadeias produtivas regionais	173
1.14.2.3.	Parcerias institucionais	174
1.14.3.	Impacto Socioambiental e Cultural	175
1.14.3.1.	Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.....	175
1.14.3.2.	Valorização de culturas e saberes tradicionais	175
1.14.3.3.	Projetos com comunidades tradicionais	175
1.14.4.	Desafios e Oportunidades	175
1.14.4.1.	Limitações atuais e demandas prioritárias.....	175
1.14.4.2.	Perspectivas de expansão e inovação	176
2.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
	REFERÊNCIAS	179



1 MULTICAMPIA



1. MULTICAMPIA

O modelo de **multicampia** adotado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) constitui uma das estratégias mais revolucionárias de interiorização, inclusão social e desenvolvimento regional na história da Amazônia Oriental. Longe de se restringir à mera descentralização geográfica de salas de aula, a multicampia da UFPA se consolida como uma rede viva e integrada de ciência, tecnologia, extensão e formação humana de excelência, capilarizada por diferentes territórios do estado.

Cada campus atua como um polo estratégico indutor de transformações, moldando suas pesquisas e cursos a partir das demandas biológicas, socioeconômicas e socioculturais de sua respectiva região de inserção:

- **Baixo Tocantins (Abaetetuba e Cametá):** Destacam-se na formação histórica de professores, na valorização de saberes tradicionais ribeirinhos, em inovações tecnológicas industriais, na promoção da agroecologia e na pesquisa em ciências ambientais e nanotecnologia.
- **Transamazônica e Xingu (Altamira e Tucuruí):** Configuram polos de vanguarda em engenharia de infraestrutura, segurança de barragens, bioeconomia, conservação da biodiversidade, etnodiversidade, atenção primária à saúde e manejo sustentável de recursos agrícolas, florestais e energéticos.
- **Nordeste Paraense (Ananindeua, Bragança, Capanema, Castanhal e Salinópolis):** Formam um robusto cinturão científico que alia licenciaturas consolidadas ao desenvolvimento de engenharias focadas em materiais alternativos, energias renováveis e engenharia de petróleo. Esse eixo abriga institutos de excelência voltados à medicina veterinária em saúde única, à aquicultura e aos estudos dos ecossistemas costeiros da Amazônia.
- **Arquipélago do Marajó (Breves e Soure):** Atua no enfrentamento de assimetrias históricas por meio de regimes de ensino flexibilizados e projetos pioneiros focados em sociobiodiversidade, educação intercultural, segurança alimentar, saúde pública e salvaguarda do patrimônio naval e cultural marajoara.

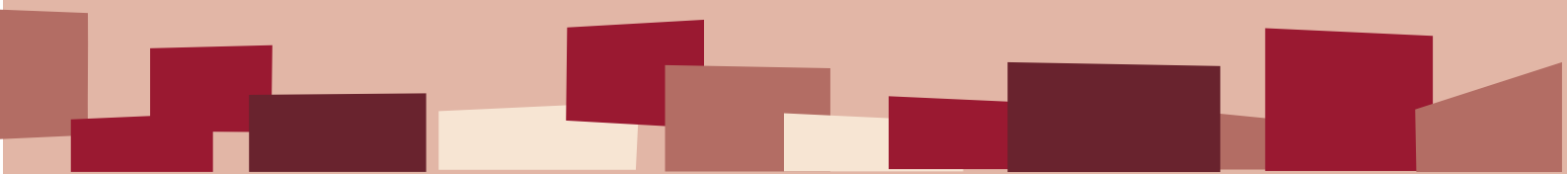
Para além do impacto acadêmico, a multicampia impulsiona a economia regional através da circulação de renda e da retenção de inteligências locais, diminuindo o êxodo de jovens rumo à capital. A articulação estreita com movimentos sociais, comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas e o setor produtivo materializa o tripé ensino-pesquisa-extensão em sua forma mais humana e decolonial.



Embora enfrente desafios logísticos, orçamentários e de infraestrutura típicos das distâncias amazônicas, a rede multicampi projeta-se para o decênio 2026-2035 com o compromisso de expandir seus programas de mestrado e doutorado para o interior, consolidando tecnologias sociais e sustentáveis. Assim, a UFPA reafirma que o futuro sustentável da Amazônia se constrói distribuindo conhecimento de ponta no próprio território onde a vida acontece.



1.1 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA



1.1. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA

O texto apresenta uma análise do papel e das contribuições do Campus Universitário de Abaetetuba no contexto da política de multicampia da Universidade Federal do Pará (UFPA), evidenciando suas potencialidades acadêmicas, científicas e sociais no desenvolvimento regional do Baixo Tocantins. Ao longo do texto, são destacadas as áreas de excelência do campus, suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como os impactos socioeconômicos, ambientais e culturais gerados por sua atuação junto às comunidades locais.

Além disso, o texto evidencia as principais parcerias institucionais, os projetos estratégicos desenvolvidos e as iniciativas voltadas à valorização dos saberes amazônicos, à sustentabilidade e à inclusão social. Por fim, são apresentados os desafios institucionais e as perspectivas de expansão e inovação que orientam o planejamento do campus no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPA para o período de 2026 a 2035, reafirmando o compromisso da universidade com a formação qualificada, a produção de conhecimento e a transformação social na Amazônia.

1.1.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.1.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

O Campus Abaetetuba abriga uma estrutura acadêmica diversificada, que integra áreas de Ciências Humanas, Exatas, Ambientais e Tecnológicas, formando um ecossistema de conhecimento interdisciplinar voltado para o desenvolvimento sustentável da região. Ensino e Formação Profissional. O campus oferta oito cursos de graduação presenciais, sendo eles Letras (Português e Espanhol), Física, Matemática, Pedagogia, Educação do Campo, Agroecologia e Engenharia de Produção, atendendo anualmente a mais de dois mil estudantes. Na pós-graduação, destaca-se o Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE), com foco em desenvolvimento territorial, educação e políticas públicas, e o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), que fortalece a formação docente em toda a região. Esses programas expressam a capacidade do campus de verticalizar a formação, possibilitando o avanço do ensino superior à pós-graduação e contribuindo para a qualificação de professores e gestores públicos.

Faculdade de Engenharia Industrial - FEI. A Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) é um eixo estratégico na formação tecnológica do campus, com o curso de Engenharia de Produção voltado ao desenvolvimento sustentável de processos industriais e agroindustriais. Entre suas estruturas de destaque estão: ▪ Laboratório Integrado (LI),

dedicado a atividades de ensino e extensão tecnológica; ▪ Laboratório de Processos Mecânicos (LPM) e Laboratório de Desenvolvimento de Processos (LDP), que promovem práticas de inovação e eficiência; ▪ Laboratório de Engenharia de Produção (LEP), especializado em simulação e otimização de sistemas produtivos. A FEI atua em cooperação com empresas locais e órgãos públicos, fomentando pesquisa aplicada, inovação e empreendedorismo científico. O planejamento estratégico da FEI (2026–2030) prevê a criação do Polo Integrado de Engenharia e Inovação, fortalecendo a interface entre graduação, pesquisa e extensão.

Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia - FACET. A Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET) tem papel essencial na formação de professores e pesquisadores em Física e Matemática, fortalecendo o ensino básico e a pesquisa científica regional. O curso de Matemática mantém estreita articulação com o PROFMAT, possibilitando a continuidade da formação acadêmica e o fortalecimento da pesquisa aplicada em ensino de ciências e matemática. Essa integração fortalece a vocação científica e pedagógica da FACET e amplia a atuação da UFPA em rede nacional por meio do PROFMAT. O curso de Física realiza experimentos e pesquisas nos Laboratórios de Materiais Condensados e Nanotecnologia (LFCAnano) e de Física Aplicada, com foco em materiais sustentáveis, bioenergia e ensino de física.

Faculdade de Educação e Ciências Sociais – FAECS. O Curso de Licenciatura em Pedagogia é um dos pilares históricos do Campus Abaetetuba, responsável pela formação de professores, gestores e pesquisadores que atuam nas redes públicas municipais e estaduais do Baixo Tocantins. O curso possui trajetória consolidada, com conceito 4 no MEC, e forte integração entre teoria e prática. Promove ações voltadas à educação inclusiva, gestão democrática, sendo referência regional na área educacional. A faculdade também promove o Encontro de Estudantes de Pedagogia (EPED), fortalecendo a formação crítica e cidadã dos futuros educadores.

Faculdade de Ciências da Linguagem - FACL A Faculdade de Ciências da Linguagem (FACL), com os cursos de Letras – Língua Portuguesa e Letras – Língua Espanhola, cumpre papel central na formação linguística, literária e cultural da região. O curso de Letras–Espanhol, com nota 4 no MEC em sua última avaliação, é pioneiro na interiorização do ensino de línguas estrangeiras na Região, fortalecendo a integração linguística pan-amazônica. Já o curso de Letras–Português é fundamental na formação de professores e pesquisadores em linguagens e literaturas regionais.

Projetos de destaque incluem: ▪ Projeto de Leitura e Escrita Criativa e o Círculo de Leitura da Amazônia Tocantina, que articulam escolas públicas e práticas literárias; ▪ Laboratório de Estudos da Linguagem, dedicado à inovação didática, bem como na formação continuada no que se refere ao uso de tecnologias no ensino de línguas. A Faculdade de Letras promove formação humanística, interculturalidade e internacionalização, fortalecendo a dimensão cultural e social da UFPA.

Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo - FADECAM. A Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM) representa a integração mais direta entre universidade, território e comunidades amazônicas. Seu curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitações em Ciências da Natureza e Matemática, adota o regime de alternância de tempos, conciliando formação acadêmica e vivência comunitária. Essa metodologia conecta saberes científicos e tradicionais, preparando educadores e lideranças comunitárias comprometidos com o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a soberania alimentar.

A FADECAM mantém atuação ativa com o LADA (Laboratório de Desenvolvimento Agroecológico) e com o Museu do Baixo Tocantins, em projetos que unem educação ambiental, economia solidária e valorização cultural. Projetos de destaque incluem: ▪ “Saberes Alimentares de Rios, Ramais e Florestas”, que mapeia práticas alimentares tradicionais; ▪ “Circuitos Curtos de Comercialização”, de apoio a feiras e cooperativas locais; ▪ “Educação, Territórios e Sustentabilidade”, que articula pesquisa, extensão e formação docente.

Centro Colaborador CECAMPE–NORTE. O Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais na Região Norte (CECAMPE–NORTE) é uma unidade de excelência sediada no Campus Universitário de Abaetetuba, resultado de parceria entre o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) /MEC e a UFPA. O CECAMPE atua no monitoramento, avaliação e fortalecimento da gestão de políticas públicas educacionais, especialmente aquelas voltadas à educação básica, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE). Seu trabalho abrange todos os estados da Região Norte, envolvendo formação de gestores, pesquisa aplicada e assessoria técnica para escolas, secretarias municipais e estaduais de educação.

Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT). O PROFMAT é um programa stricto sensu reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES), ofertado pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) em parceria com a UFPA, por meio da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET) do Campus Abaetetuba. O programa tem por objetivo qualificar professores da educação básica na área de Matemática, fortalecendo a formação científica e didático-pedagógica e contribuindo para a melhoria do ensino público na Amazônia. Integrado à política de verticalização da formação docente, o PROFMAT amplia as oportunidades de pós-graduação na região e consolida a UFPA como referência na formação continuada de professores em matemática.

Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação – PPGCITE. O PPGCITE é um programa de pós-graduação *stricto sensu* da UFPA – Campus Abaetetuba, tendo como propósito formar pesquisadores e profissionais comprometidos com a análise crítica e a transformação das realidades amazônicas, articulando educação, políticas públicas e desenvolvimento territorial. Suas linhas de pesquisa abrangem políticas educacionais, práticas culturais, identidades coletivas e territorialidades amazônicas, em diálogo constante com as comunidades locais. O PPGCITE conta com um corpo docente altamente qualificado, registra crescimento contínuo na produção científica e apresenta forte inserção social, com egressos atuando em escolas, secretarias de educação e movimentos sociais da região.

Linhas de Pesquisa Estratégicas: As principais linhas de pesquisa e inovação do campus estão organizadas nos seguintes eixos:

- Nanotecnologia e Materiais Amazônicos – pesquisa em biopolímeros, bioplásticos e reaproveitamento de resíduos regionais;
- Educação e Políticas Públicas – alfabetização, formação docente, inclusão e diversidade;
- Agroecologia e Sustentabilidade – circuitos curtos de comercialização, transição agroecológica e práticas sustentáveis;
- Cultura e Identidade Amazônica – estudos sobre patrimônio cultural, oralidades e linguagens regionais. Essas linhas demonstram a integração entre ciência, cultura e sociedade, fortalecendo a inserção científica da UFPA na região do Baixo Tocantins.
- Núcleo de Pesquisa em Lean Six Sigma – Desenvolve pesquisa em melhoria de processos produtivos.

1.1.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

Figura 1 – Projetos inovadores ou pioneiros na região



Fonte: Elaboração própria.

O **Museu do Baixo Tocantins** constitui uma experiência pioneira de museologia social na região, ao integrar preservação da memória, educação e forte inserção comunitária. A iniciativa valoriza saberes tradicionais e promove ações como a Casa Ribeirinha e a Trilha das Palmeiras, articulando cultura, território e formação acadêmica.

A **Trilha das Palmeiras** destaca-se como iniciativa inovadora ao integrar educação ambiental, valorização do patrimônio natural e práticas formativas, proporcionando experiências educativas contextualizadas no território amazônico. As atividades constituem-se como um percurso de educação ambiental que envolve estudantes de diversos cursos de graduação do campus, bem como alunos de escolas públicas da região.

O programa de rádio “**A Hora da Universidade**” configura-se como uma ação pioneira de comunicação pública, promovendo a difusão do conhecimento acadêmico e fortalecendo o diálogo entre universidade e sociedade por meio de um meio acessível e de amplo alcance.

O projeto de **geração de energias renováveis para comunidades ribeirinhas** constitui uma iniciativa de impacto social, tecnológico e ambiental ao promover a inclusão energética em comunidades isoladas da Amazônia por meio de microrredes híbridas com fontes renováveis, como solar e eólica. A proposta amplia o acesso sustentável à energia, fortalece atividades produtivas locais, reduz a dependência de fontes poluentes e contribui para o avanço científico na área.

O **Laboratório itinerante** representa uma estratégia inovadora de popularização da ciência, ao levar atividades experimentais e educativas diretamente às comunidades e escolas da região, ampliando o acesso ao conhecimento científico.

O **Projeto de Recomposição da Aprendizagem**, desenvolvido pela Coordenadoria Acadêmica do Campus de Abaetetuba com apoio institucional, visa enfrentar defasagens educacionais entre crianças do entorno em situação de vulnerabilidade social. Focado em Língua Portuguesa e Matemática, oferece atendimento em turmas reduzidas, contribuindo para o fortalecimento da aprendizagem, o apoio às escolas locais e a redução das desigualdades educacionais.

Figura 2 – Projetos desenvolvidos pelo Campus





Fonte: Elaboração própria.

A presença do CECAMPE Norte no Campus Abaetetuba reforça a posição da UFPA como referência nacional na produção de conhecimento aplicado à gestão pública da educação, ampliando o alcance institucional e o impacto social. Sua atuação evidencia o protagonismo institucional na região ao contribuir para a gestão e qualificação de políticas públicas educacionais.

1.1.1.3. Atuação em setores produtivos locais

O Campus de Abaetetuba desenvolve ações voltadas aos setores produtivos locais, com destaque para agricultura familiar, economia criativa, educação, serviços e valorização de saberes tradicionais, em consonância com as vocações do Baixo Tocantins.

Essa atuação se materializa por meio de projetos vinculados a laboratórios institucionais, como o LFCAnano, com foco em sustentabilidade e inovação, além de ações extensionistas voltadas à formação de capital humano e à difusão de conhecimento aplicado.

Destaca-se o intercâmbio com a indústria local e regional na oferta de estágios para estudantes de Engenharia de Produção, contribuindo para a formação acadêmica, aplicação prática dos conhecimentos e inserção no mercado de trabalho.

No campo da agricultura familiar, a Feira da Agricultura Familiar promove a articulação entre saberes acadêmicos e tradicionais, fortalecendo a economia rural e o uso sustentável dos recursos naturais.

As ações do Museu do Baixo Tocantins contribuem para o fortalecimento de cadeias produtivas ligadas à cultura, turismo de base comunitária e serviços, ampliando o diálogo com a comunidade local.

O Campus mantém articulação com prefeituras, escolas, organizações sociais e setores produtivos, fortalecendo parcerias e sua inserção nas dinâmicas locais, ainda com potencial de maior sistematização.

1.1.2. Impacto Socioeconômico

1.1.2.1. Geração de emprego e renda

Mais de 70% dos professores da rede pública do Baixo Tocantins são egressos dos cursos de Pedagogia, Letras, Física e Matemática da UFPA. Isso demonstra o impacto direto da universidade na melhoria dos indicadores educacionais regionais e na qualificação do serviço público. O PROFMAT contribui diretamente para a qualificação dos professores da educação básica, impactando o desempenho escolar e a valorização da carreira docente na região. Diversos egressos do programa assumem funções de coordenação pedagógica e liderança educacional nas redes municipais. O PPGCITE forma mestres e pesquisadores que atuam em políticas públicas e redes educacionais, fortalecendo a presença da UFPA em espaços estratégicos de gestão e decisão regional. Os egressos da FEI, FACET e FADECAM também contribuem para o fortalecimento dos setores produtivos locais, atuando em indústrias, cooperativas, escolas e órgãos municipais, impulsionando a geração de emprego e renda.

1.1.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

Projetos de Engenharia, Agroecologia e Educação do Campo têm ampliado a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos locais. Através de seus projetos de extensão, a FEI proporciona melhorias nas cadeias produtivas locais e regional, com inovação e metodologias tecnológicas.

A FADECAM atua junto a pequenas e médias empresas, associações rurais e cooperativas, promovendo inovação tecnológica e economia solidária. Essas ações fortalecem a base produtiva da região e impulsionam o empreendedorismo social e ambiental. Essa atuação amplia competitividade regional, fomenta economia solidária e consolida práticas produtivas ambientalmente responsáveis.

1.1.2.3. Parcerias institucionais

O campus mantém uma ampla rede de parcerias, que reforça seu papel multicampi e integrador: o Setor público: prefeituras municipais, secretarias de educação e meio

ambiente, Governo do Estado, Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia; o Setor privado: empresas de energia, agroindústrias, cooperativas e associações produtivas; o Sociedade civil: movimentos sociais, sindicatos rurais, coletivos culturais e ONGs ambientalistas; o Internacionalização: cooperação com a Universidade de Marburg (Alemanha), Rede Erasmus+; Djumbai: Educação Popular Antirracista e em Direitos Humanos, Agroecologia e Cooperação Solidária Amazônia & África. Cooperação internacional: Universidades da Colômbia, Venezuela e Bolívia. Projeto Pedagogia decolonial: equidade afro-diaspórica, indígena e justiça de gênero na Amazônia fronteiriça, com o objetivo geral de analisar, por meio de pesquisas participativas e etnográficas, as epistemologias indígenas e afro-diaspóricas em articulação com a justiça de gênero e ambiental, destacando a ética e a estética dos saberes-fazeres de mulheres, homens e crianças nos contextos da Amazônia transfronteiriça.

Entre as parcerias institucionais de destaque, ressalta-se o CECAMPE–NORTE, sediado no campus, que atua como elo técnico entre a universidade e os sistemas públicos de ensino da Amazônia. Seu trabalho em formação e assessoramento tem fortalecido a gestão democrática e a execução dos programas educacionais federais em vários municípios da região.

Figura 3 – Parceria do Campus



Fonte: Elaboração própria.

A parceria entre a Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba e a Rádio Conceição FM constitui uma das ações mais significativas de extensão universitária e comunicação pública na região do Baixo Tocantins. Essa cooperação possibilita a difusão de conteúdos educativos, científicos e culturais produzidos por docentes, discentes e projetos de extensão da UFPA, ampliando o alcance social da universidade e promovendo o acesso à informação e à educação cidadã.

Essas parcerias asseguram transferência de tecnologia, pesquisa aplicada e difusão científica, consolidando a UFPA como catalisadora de inovação e inclusão no Baixo Tocantins.

1.1.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.1.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

O Campus tem ampliado as pesquisas sobre agroecologia, bioengenharia e energias renováveis, com soluções adaptadas à realidade amazônica. Projetos como o Jardim Sensorial Agroecológico fortalecem a política ambiental institucional e a formação ecológica da comunidade acadêmica.

- O campus abriga o Laboratório de Desenvolvimento Agroecológico (LADA), desenvolvido como um laboratório a céu aberto, voltado à promoção de práticas sustentáveis, à formação acadêmica dos discentes e à vivência concreta dos princípios da agroecologia, integrando ensino, território e sustentabilidade.

Figura 4 - Laboratório de Desenvolvimento Agroecológico





Fonte: Elaboração própria.

O Projeto Mãe-Terra promove ações de educação ambiental, cultivo sustentável e valorização dos saberes tradicionais, contribuindo para a integração entre campus e comunidades locais e para o fortalecimento de práticas ecológicas na região.

Figura 5 - Projeto Mãe-Terra



Fonte: Elaboração própria.

A instalação de sistemas solares fotovoltaicos e o reaproveitamento de águas pluviais são metas para 2026–2030.

1.1.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

O campus é referência em diversidade e cidadania, por meio de projetos como o “Observatório Cultural do Baixo Tocantins”, e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), que promovem arte, literatura, educação inclusiva e diálogo intercultural.

Extensão e Cidadania A Divisão de Extensão (DIEX) coordena programas permanentes como:

- Brinquedoteca Universitária, de apoio a estudantes com filhos;
- ComunicaEXT UFPA, que conecta comunicação, ciência e comunidade;
- Programa Universidade Aberta (PUAA),
- Cursinho Popular UFPA, que democratiza o acesso de jovens da região ao ensino superior.
- Recomposição da Aprendizagem e Visitas Guiadas ao Campus, aproximando escolas públicas da universidade.

Outras iniciativas que se destacam no Campus:

- Curso Libras na Comunidade, ampliando o acesso à Língua Brasileira de Sinais e à comunicação inclusiva.
- Museu do Baixo Tocantins, espaço de valorização da história e cultura locais, com exposições e ações educativas.
- Feira da Agricultura Familiar, que conecta saberes acadêmicos e saberes tradicionais, fortalecendo a economia rural e o uso sustentável dos recursos naturais.

Convênio UFPA–Rádio Conceição FM, que leva conhecimento científico à população local por meio de programas radiofônicos educativos. O Programa “A Hora da Universidade” representa uma parceria consolidada entre o Campus Universitário da UFPA em Abaetetuba e a Rádio Conceição FM, sendo uma das ações mais expressivas de extensão universitária e comunicação pública da região do Baixo Tocantins. O programa amplia a visibilidade das ações acadêmicas do campus, fortalecendo a popularização da ciência e a democratização do conhecimento em comunidades urbanas e rurais. Essas ações reforçam a função social da UFPA como agente de transformação

regional, ampliando oportunidades e fortalecendo o sentimento de pertencimento comunitário.

Figura 6 - UFPA–Rádio Conceição FM



Fonte: Elaboração própria.

Museu – Memória, Cultura e Sustentabilidade O campus abriga ainda o Museu Do Baixo Tocantins, espaço de referência cultural e educativa que preserva a memória da região, valoriza as expressões artísticas e tradicionais e promove atividades de educação patrimonial, ambiental e científica. O museu atua como centro de memória da Amazônia, com exposições sobre vida ribeirinha, religiosidade, biodiversidade e artesanato regional. Entre suas ações destacam-se:

- “Memórias Ribeirinhas” – Exposições de arte tradicional e registro oral e fotográfico de comunidades locais;
- “Educação Patrimonial através das visitas escolares ao Museu” – oficinas de arte, artesanato, audiovisual e rodas de conversas;
- “Museu Vivo da Amazônia Tocantina” – Trilha das Palmeiras, a iniciativa tem como objetivo promover a conscientização ambiental a partir da valorização das palmeiras no bioma amazônico, destacando espécies como babaçu, inajá, bacaba, pupunha, paxiúba, miritizeiro e açazeiro. Ao longo da trilha, são trabalhados conhecimentos etnobotânicos e etnopoéticos, articulando saberes científicos e tradicionais e fortalecendo a relação entre cultura, natureza e sustentabilidade.

- “Acervo Digital da Memória Abaetetubense”, voltado à preservação documental, exposições e debates sobre cultura popular.

O museu atua como laboratório de extensão e pesquisa cultural, fortalecendo a relação entre universidade e comunidade e promovendo identidade e sustentabilidade.

1.1.3.3. Projetos com comunidades tradicionais

A Licenciatura em Educação do Campo adota regime de alternância, articulando tempos acadêmicos e vivência comunitária, fortalecendo vínculos entre universidade e territórios rurais e ribeirinhos. Projetos voltados à soberania alimentar, economia solidária e educação contextualizada consolidam compromisso institucional com justiça social e desenvolvimento inclusivo.

1.1.4. Desafios e Oportunidades

1.1.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

Faltam laboratórios ampliados, áreas de convivência e maior quadro técnico administrativo. Há também demanda por modernização elétrica, acessibilidade e reestruturação predial.

Demandas Prioritárias: ✓ Concursos para recomposição docentes e técnicos; ✓ Expansão de espaços laboratoriais e tecnológicos; ✓ Fortalecimento de programas de assistência estudantil, e; ✓ Ampliação da conectividade e da infraestrutura digital.

1.1.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

O campus planeja consolidar o Pólo Integrado de Engenharia e Inovação, atrelado à formação e capacitação no Programa de Pós-graduação a nível de Mestrado em engenharia de produção, a ser implementado conforme planejamento desenvolvido pela FEI. Expandir os laboratórios da FACET, bem como a implantação do doutorado PROFMAT. Fortalecer a FADECAM em rede com outras universidades amazônica. Essas ações reafirmam a UFPA como rede multicampi de ciência, tecnologia e inclusão social. O PPGCITE projeta a implantação do Doutorado em Cidades, Territórios, Identidade e Educação até 2027, ampliando a capacidade formativa e a produção científica do campus, bem como a ampliação de parcerias multicampi, consolidando a pós-graduação da UFPA como referência regional em pesquisa e formação interdisciplinar.



1.2 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA

1.2. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA

Este capítulo apresenta uma análise das principais potencialidades acadêmicas e das contribuições do Campus Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará (UFPA) para o desenvolvimento regional da Transamazônica e do Xingu. São destacadas as áreas de excelência, as linhas de pesquisa estratégicas, os projetos inovadores e a atuação das unidades acadêmicas do campus nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O texto também evidencia os impactos socioeconômicos, ambientais e culturais da presença da UFPA na região, especialmente no que se refere à formação de profissionais qualificados, ao fortalecimento de cadeias produtivas locais, à valorização dos saberes tradicionais e à promoção do uso sustentável dos recursos naturais. Por fim, são apontados os principais desafios institucionais e as perspectivas de expansão e inovação que orientam o planejamento e a consolidação do campus no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade.

1.2.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.2.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): O núcleo de pesquisa reside no estudo aprofundado e no manejo dos recursos naturais. A linha de Biodiversidade atua na base do conhecimento, dedicando-se à caracterização minuciosa dos seres vivos, bem como aos padrões e processos biológicos que regem os ecossistemas na área de abrangência do Campus Universitário de Altamira.

Complementarmente, a linha de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Naturais foca no desenvolvimento de estudos aplicados em espécies de importância atual e potencial. Isso inclui a identificação de genótipos superiores e precoces em plantas de interesse madeireiro (como mogno, cedro, ipê, etc.) e não madeireiro (frutíferas, cipós, sementes, ornamentais), buscando a produção sustentável e em harmonia com as questões ambientais. A linha também é estratégica na Bioprospecção de microrganismos em florestas, capoeiras, áreas agrícolas e cursos d'água, visando a obtenção de matéria-prima valiosa para a indústria (fármacos, cosméticos, etc.).

A Biotecnologia Aplicada à Produção e Regeneração de Habitats busca explorar o potencial tecnológico da biologia para otimizar processos de produção e regeneração. Este esforço se conecta diretamente com a pesquisa em Recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APP), que desenvolve métodos eficazes e cientificamente embasados para a

restauração ambiental. Por fim, a linha de Bioeconomia atua na interface entre a ciência e o desenvolvimento econômico, investigando modelos que viabilizem o uso sustentável da biodiversidade com geração de valor e benefícios sociais.

Outro pilar essencial da pesquisa é a melhoria da educação e a formação docente, alinhando o ensino de Ciências da Natureza à realidade regional. A linha Ensino de Ciências, Contextualização Amazônica e Inovação Curricular posiciona o ensino de Ciências da Natureza e suas Tecnologias como um agente de transformação social e ambiental. Seu objetivo geral é promover o desenvolvimento de competências pedagógicas inovadoras e aprofundar a compreensão contextual da Amazônia, integrando saberes científicos e locais. Os focos de pesquisa incluem a Inovação Curricular Contextualizada, que integra o conhecimento científico às demandas regionais (saúde, bioeconomia e manejo sustentável); o estudo e a elaboração de Metodologias e Recursos Didáticos ativos e adaptados ao ambiente amazônico; e a valorização da Diversidade e Saberes Locais, garantindo a inclusão das dimensões culturais, ambientais e sociais (povos indígenas, comunidades tradicionais) no currículo.

Complementarmente, a linha Métodos, Tecnologias e Formação de Professores em Ensino de Ciências da Natureza para a Educação Básica no contexto da Amazônia foca no desenvolvimento profissional docente. Seu objetivo geral é desenvolver modelos de formação inovadores que capacitem professores como Professores-Pesquisadores com habilidades de investigação científica. O foco está na Integração Estratégica de Tecnologias Digitais (TDIC) no ensino e na criação de modelos de Desenvolvimento Profissional e Capacidade de Multiplicação que garantam que os professores atuem como agentes disseminadores de práticas pedagógicas e conhecimentos gerados pela instituição para toda a rede de Educação Básica da região.

Faculdade de Educação (FAE): As linhas de pesquisa da FAE e do PPGEI abordam temáticas essenciais para a região amazônica, como Educação e Culturas Inclusivas, Formação de Professores, Políticas e Gestão Educacional e Desafios Pedagógicos em Contextos de Vulnerabilidade e Diversidade. Essa produção científica contribui diretamente para o aprimoramento da qualidade da educação básica e superior nos municípios atendidos pelo Campus Altamira.

Faculdade de Engenharia Agrônômica (FEA): A FEA tem concentrado seus esforços na formação de profissionais com habilitação técnica adequada para atender as demandas dos produtores da região, desenvolvendo pesquisa em linhas estratégicas pensadas em responder questões relevantes do setor produtivo agrícola e pecuário,

considerando a complexidade mundial por alimentos e matéria-prima, mas também a urgência em garantir o uso sustentável dos recursos naturais, que nesse caso, a terra já desflorestada, tornando-as mais produtivas por unidade de área, com ganhos econômicos às famílias e ganhos ambientais para a humanidade. Como melhoria da cultura do cacauieiro, visando aumento de produtividade a partir do manejo agrônômico da cultura; recuperação de pastagens visando aumentar a capacidade de suporte, ou seja, mais animal por hectare; transformação de produtos de origem vegetal e animal, tanto na formação de nossos estudantes, quanto na formação de produtores; ações agroecológicas pensando na produção orgânica de alimentos; fortalecendo os sistemas agroflorestais nos cultivos agrícolas, especialmente aqueles com potencial, além do cacauieiro.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): Destaca-se por seu protagonismo na pesquisa aplicada à realidade amazônica e pela formação de profissionais voltados à gestão responsável dos recursos florestais. As principais linhas de pesquisa desenvolvidas na FEF concentram-se em temas fundamentais para o manejo florestal sustentável e para o desenvolvimento regional, como: Morfologia e anatomia vegetal, Restauração, conservação e manejo de ecossistemas florestais e Geoprocessamento e sensoriamento remoto aplicado aos recursos florestais, entre outros.

Faculdade de Geografia (FACGEO): A atuação da Faculdade está estruturada a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, com foco na compreensão e atuação sobre as dinâmicas complexas da região amazônica. Esse trabalho é evidenciado tanto nas atividades do Programa de Pós-Graduação em Geografia ofertado em Altamira de forma regular pelo PPGE, de Belém, quanto na graduação em Licenciatura em Geografia. O PPGE no *Campus* Altamira organiza-se em torno de três eixos centrais:

- Dinâmicas Territoriais na Amazônia
- Dinâmicas Socioambientais e Recursos Naturais
- Educação Geográfica e Processos Espaciais

Essas linhas refletem o compromisso da Faculdade com os desafios e as especificidades da região, articulando conhecimento acadêmico e soluções práticas para questões locais.

Faculdade de Letras (FAL): As atividades de ensino, pesquisa e extensão da FAL estão articuladas em torno de eixos que refletem a complexidade linguística e cultural da região como: Análise, Descrição e Documentação de Línguas Naturais: direcionada ao estudo e à preservação das línguas indígenas e variedades do português faladas na Amazônia. Essa linha tem especial relevância pela alta etnodiversidade do território de

Altamira e seu entorno. Ensino-Aprendizagem de Línguas, Culturas e Práticas Pedagógicas: voltada à formação de professores aptos a atuar em contextos multilíngues e interculturais, com foco no ensino de português e inglês como línguas adicionais. Inclui projetos voltados à formação de docentes para a educação básica, especialmente nas redes municipais e estaduais de ensino.

Faculdade de Medicina (FAMED): A excelência da Faculdade de Medicina de Altamira está intrinsecamente ligada à sua atuação na Educação Permanente em Saúde e na Atenção Primária à Saúde, respondendo a demandas regionais específicas. Embora as linhas de pesquisa formais do *Campus* não estejam detalhadas em fontes específicas abertas, a produção acadêmica e os projetos de extensão sinalizam um foco em:

- Saúde Materno-Infantil e as especificidades do parto na região (como o estudo do perfil sociodemográfico de parturientes);
- Doenças endêmicas e infectocontagiosas na Atenção Básica, como evidenciado por cursos de capacitação e extensão;
- Saúde Comunitária e as particularidades da população amazônica e comunidades tradicionais.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos respectivos cursos, que tem como premissa as seguintes linhas:

- a) **Educação do Campo e modos de vida do campesinato:** se direciona no estudo de temas específicos da educação escolar em diálogo com suas configurações no campesinato no nível da ação coletiva e no nível das práticas culturais e produtivas típicas do campo. Reflete sobre as políticas públicas e a ação das organizações sociais camponesas e seus projetos de desenvolvimento. Analisa as mudanças provocadas pela educação escolar nos modos de vida camponês, nos seus projetos e práticas de reprodução social. Estuda as práticas escolares postas em curso por grupos tradicionais e que se apresentam como inovadoras ou como estratégias de manutenção de seus modos de vida. Verifica as relações entre o espaço urbano e rural, as influências e trocas de experiências entre atores (professores-alunos-comunidade) e o projeto pedagógico vigente.
- b) **Processos socioeducativos em territórios rurais amazônicos:** concentra-se em processos socioeducativos, ambientais e naturais produzidos ou tangenciados por aspectos e fenômenos presentes nos modos de vida do campesinato, tais como as dinâmicas de uso e proteção de territórios e de recursos naturais, as práticas de produção e as formas de uso de recursos naturais dinamizados pelas práticas

sociais, produtivas, ambientais e resistência dos grupos tradicionais e camponeses. A relação com agentes institucionais, às organizações sociais ou ação coletiva. Por processos socioeducativos, compreende-se as diversas possibilidades de ensino e aprendizados não escolares que constituem sistemas de pensamento, de ação, e se dão em meio às relações sociais, às formas de organização do trabalho, aos usos dos recursos naturais. Estes processos socioeducativos são parte importante do modo de vida camponês em suas várias manifestações: ribeirão, quilombolas, indígenas, agricultura familiar tradicional, pesca artesanal, dentre outros.

- c) **Diversidade cultural e processos educativos em territórios de povos originários:** A tradição dos estudos antropológicos sempre esteve próxima às questões relacionadas à diversidade e à alteridade das sociedades humanas. Na atualidade fica cada vez mais evidente a necessidade de pensarmos não apenas que as sociedades, comunidades e povos apresentam distinções entre si, mas também que estas diferenças estão presentes no interior destes mesmos grupos. As pessoas possuem identidades cruzadas por marcadores múltiplos de gênero, sexualidade, raça/etnicidade, geração além de classe. As identidades políticas dos sujeitos coletivos em vulnerabilidade passam pelo reconhecimento de uma agenda comum de direitos que os unem, mas também da percepção das diferenças dos marcadores sociais que os diferenciam. O respeito à diversidade, o questionamento aos preconceitos e as formas de violência a eles associadas, se constituem em questões fundamentais, principalmente a partir dos processos educativos em territórios étnica e culturalmente diferenciados, como os territórios ancestrais indígenas.
- d) **Memória, identidade e conflitos territoriais:** estudar povos e comunidades tradicionais, suas memórias e patrimônios e a luta pela garantia do território e pelo reconhecimento dos direitos. A partir da perspectiva pós-colonial para discutir memória, identidade e território.

Essas linhas de pesquisa estão estritamente vinculadas àquelas que constituem a criação de uma nova Subunidade neste *Campus*, o Programa de Pós-Graduação em Estudos em Etnodiversidade (PPGEtno), que tem sua gênese nesta Faculdade ofertando curso de Mestrado em Estudos em Etnodiversidade, aprovado na CAPES em 2023 e com início de suas atividades em 2024, a partir das experiências exitosas e inovadoras dos dois cursos de graduação. Essa relação direta com a graduação e com as comunidades tradicionais e

povos originários refletiram diretamente na 1ª Avaliação Quadrienal do PPGEtno que, com apenas 6 meses de atuação, obteve nota 3. As demandas apresentadas, a partir das pesquisas em desenvolvimento bem como a abrangência regional e estadual do curso, nos projetam a incluir a criação do curso de Doutorado em Estudos em Etnodiversidade neste

1.2.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): A FCB possibilita ainda projetos inovadores como os desenvolvidos no Laboratório de Ecologia (LABECO) e o Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação (PPGBC) da FCB representam iniciativas pioneiras. O foco em Metabarcoding para identificação de espécies e a pesquisa aprofundada em Ecologia Trófica em comunidades aquáticas fornecem dados fundamentais e inovadores para a compreensão e monitoramento dos efeitos cumulativos de alterações ambientais na Bacia do Xingu. Projetos de extensão, como aqueles voltados para a prevenção de zoonoses ou a exposição em laboratórios como o Laboratório de Aquicultura de Peixes Ornamentais do Xingu (LAQUAX), levam o conhecimento científico diretamente à comunidade.

Faculdade de Educação (FAE): A FAE desenvolve projetos de extensão em parceria com Secretarias Municipais de Educação (SEMEDs) de Altamira, Medicilândia, Vitória do Xingu, Placas e outros municípios, com destaque para o programa “Gestor Nota 10”, voltado à formação continuada de gestores escolares. A Brinquedoteca Universitária é outro destaque institucional, por proporcionar experiências formativas inovadoras que ampliam a compreensão dos licenciandos sobre práticas pedagógicas em espaços não escolares.

Faculdade de Engenharia Agrônômica (FEA): A Incubadora do Xingu, como ação da FEA nos últimos 15 anos, associada a rede de laboratórios da FEA veio para somar nos esforços de formação profissional de qualidade e com diferencial empreendedor, e apoio ao setor produtivo local e regional buscando a efetivação de cadeias produtivas sólidas para os próprios produtores, excluindo o atravessador e permitindo maior renda às famílias.

Os laboratórios de Solos, Irrigação e Drenagem, Microbiologia e Biotecnologia Florestal, Fitopatologia Agrícola e Florestal, Entomologia Agrícola e Florestal, Transformação de Produtos de Origem Vegetal e Animal, Produção Animal e Agricultura de Precisão se colocam como atores diretos para atender aos produtores nos seus diversos sistemas de cultivo e criação, considerando a necessidade ambiental de aumentar a

produtividade por área e evitar nossos desmatamentos. Ou seja, desenvolver pesquisas voltadas para atender demandas existentes e contribuir para o desenvolvimento sustentável de forma prática, factível e eficiente. Existe também laboratório, como de Botânica e Sistemática, que estuda as espécies do bioma amazônico, faz levantamento e busca por sementes caboclas, estuda as plantas alimentares não tradicionais - PANCS e busca desenvolver ações agroecológicas nos cultivos de alimentos.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): A FEF desenvolve iniciativas que aliam tecnologia, ciência e diálogo com comunidades tradicionais. O estudo da anatomia da madeira, por exemplo, é fundamental para combater a ilegalidade na exploração florestal e agregar valor à produção regional. No campo da extensão, o projeto “Solo Pai D’égua” tem sido referência na popularização da ciência e na educação ambiental, levando conhecimentos sobre solos e sustentabilidade a escolas de ensino básico.

Faculdade de Geografia (FACGEO): As pesquisas e ações de extensão da unidade abordam problemas críticos da região, como: planejamento ambiental e análise geoecológica de sub-bacias urbanas, como o Igarapé Ambé, utilizando geoprocessamento e ecologia da paisagem; estudo dos impactos socioespaciais de grandes empreendimentos, incluindo Belo Monte, com métodos como mapas mentais em Educação Geográfica para compreender a percepção dos estudantes sobre mudanças territoriais.

Faculdade de Letras (FAL): A FAL desenvolve projetos de caráter pioneiro na Amazônia, que integram pesquisa e formação docente. Destacam-se iniciativas que abordam as histórias de vida e formação de licenciandos, em diálogo com o Projeto Político-Pedagógico do curso e com as políticas nacionais de formação de professores, promovendo reflexão crítica sobre o papel do educador na transformação social.

Faculdade de Medicina (FAMED): A oferta contínua de cursos de atualização e capacitação (como em Manejo Clínico de Feridas e Curativos, e temas de saúde pública) para estudantes e profissionais da saúde demonstra um papel pioneiro na educação continuada local, elevando o padrão de atendimento à saúde na região do Xingu.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): A faculdade tem desenvolvido projetos importantes com foco na educação diferenciada e inclusiva a partir de políticas de ações afirmativas, como a seguir:

a) O projeto “Observatório da educação do campo e indígena” visa realizar levantamentos qualitativos e quantitativos sobre a Educação Básica do campo na região,

de modo a mapear diretamente nos municípios os principais desafios para a garantia do direito à educação, sobretudo a ofertada nas comunidades rurais dos municípios.

b) Centro de Inovação Interdisciplinar da Região do Xingu, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, por meio da integração de ações educacionais, no âmbito da formação continuada, para os educadores, estudantes e lideranças comunitárias, além de buscar apoio à bioeconomia, visando fortalecer a identidade cultural, valorizar os saberes locais e capacitar membros das comunidades indígenas, quilombolas e rurais. Serão desenvolvidas ações extensionistas e coletivas com as instituições parcerias (Casa Familiar Rural do município de Senador José Porfírio, Federação das Organizações Indígenas do Médio Xingu) beneficiárias (Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Altamira, Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Anapu Dorothy Stang)

c) Projeto Múltiplos Letramentos nas Escolas Multisseriadas do Campo, das águas e das florestas da região Transamazônica e Xingu. Este Projeto consiste em uma proposta de enfrentamento a situações de não aprendizagem de leitura e escrita na região da Transamazônica (trecho compreendido entre Pacajá e Placas) e Xingu (Porto de Moz), além de Gurupá, na Ilha do Marajó, atuando prioritária e particularmente na formação de professores alfabetizadores que atuam em escolas multisseriadas, em conformidade com as demandas contemporâneas de uma sociedade em permanente transformação, visando enfrentar a situação de desigualdade socioeducacional presente nesse território.

d) O projeto “Sociobiodiversidade e Iniciativas Agroecológicas” objetiva o levantamento e acompanhamento de experiências que visam a promoção da soberania alimentar e a resiliência socioecológica na Amazônia, e incidir sobre as políticas públicas para promoção de sistemas de base agroecológica e da bioeconomia em territórios de populações tradicionais e camponesas no Pará.

e) O projeto “Políticas de Ação Afirmativa no ensino superior na Amazônia Paraense” visa avaliar as condições de acesso, permanência e as experiências de educação intercultural em Instituições de Ensino Superior com povos e comunidades tradicionais amazônicas.

f) Estado, educação e territorialidades: Um estudo da ação do estado nas políticas educacionais no campo e na cidade, nas políticas públicas e nas ações dos movimentos sociais.

g) Casa da Memória Biocultural Brasil-Índia: relações bilaterais entre países emergentes em torno da conservação da sociobiodiversidade e da justiça climática.

1.2.1.3. Atuação em setores produtivos locais

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): A atuação da FCB em setores produtivos locais contribui diretamente para setores como:

- Consultoria Ambiental: Formando profissionais essenciais para atuar em órgãos fiscalizadores e empresas que demandam estudos de impacto e monitoramento ambiental.
- Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade: A pesquisa em Bioprospecção e a linha de pesquisa em Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade abrem caminhos para o uso sustentável e a agregação de valor a produtos da floresta.

Faculdade de Educação (FAE): O principal impacto da FAE está na qualificação da força de trabalho na área educacional, fortalecendo o capital humano e intelectual da região. Com o PPGEI, a formação de professores e gestores adquire nova dimensão, elevando a capacidade dos municípios para planejar, executar e avaliar políticas educacionais eficazes e contextualizadas.

Faculdade de Engenharia Agrônômica (FEA): Na área da pecuária, as ações da FEA têm se voltado para a recuperação de pastagens degradadas, com a recuperação do solo em termos de nutrientes, estimulando o cultivo de grãos, visando minimizar custos ou investimentos, e renovação das pastagens. Isto tem trazido resultados muito importantes para o produtor que permitiu aumentar o número de animais por área, evitando o desmatamento para novas ampliações de pastagens. Na cacaucultura a FEA tem desenvolvido vários trabalhos de pesquisa em parceria com instituições e produtores, com o objetivo de resolver demandas antigas e diferentes propósitos como melhoramento genético, produção de amêndoas de qualidade, manejo da cultura com formação de produtores nos diversos tipos poda, uso do fruto em diversos produtos que vai desde a polpa a amêndoa, ampliando os produtos disponíveis no mercado e ampliando a renda das famílias. Como potencialidade, há necessidade de ampliar os estudos com microrganismos visando o controle biológico de pragas e doenças na agricultura, incluindo pastagens, quem tem dispensado toneladas de inseticidas e fungicidas na natureza todos os anos. O controle biológico é a forma mais barata e ambientalmente correta para resolver esses problemas, por não eliminar os inimigos naturais e aumentar os níveis de controle nas plantas. A diversificação de produção agrícola é outra demanda urgente, por ampliar a possibilidade de cultivo em diferentes tipos de solos existentes na região, permitindo aos produtores maiores rentabilidades nas suas propriedades.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): Os profissionais formados pela UFPA Altamira estão preparados para atuar em diferentes segmentos produtivos, como manejo e silvicultura, gestão de unidades de conservação, indústria madeireira, elaboração e análise de projetos florestais. A FEF desempenha papel essencial na consolidação de uma cadeia produtiva florestal sustentável, abrangendo desde a extração legal até a certificação de produtos, contribuindo para a valorização da economia verde regional.

Faculdade de Geografia (FACGEO): A Faculdade atua diretamente no desenvolvimento sustentável regional, oferecendo subsídios para o planejamento territorial e ambiental. Professores e estudantes contribuem para a gestão de recursos naturais e para o ordenamento do espaço, especialmente em uma região submetida a intensa pressão socioambiental.

Faculdade de Letras (FAL): A principal contribuição da FAL ocorre no setor educacional, por meio da formação de professores licenciados em Letras Língua Portuguesa e Letras Língua Inglesa. Os egressos suprem a demanda de docentes qualificados nas escolas públicas e privadas da região, ampliando a qualidade da educação. Além da docência, a formação em Letras possibilita atuação nos setores de comunicação, revisão textual, tradução, editoração, produção cultural e assessoria linguística, contribuindo para o fortalecimento das cadeias de conhecimento e cultura regionais.

Faculdade de Medicina (FAMED): O principal setor de atuação é o da Saúde Pública, contribuindo diretamente para o aprimoramento da rede de atenção básica e hospitalar, além de articular-se com as áreas de Educação e Ciências Biológicas do *Campus*.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): A principal atuação da faculdade é no fortalecimento da educação pública e no protagonismo das comunidades tradicionais e dos povos originários. Formar professores e professoras possui uma conexão direta com as demandas de pescadores, agricultores familiares, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas. Ter professor na comunidade é um passo importante para garantir a existência e o pleno funcionamento da escola nas localidades mais afastadas das cidades e vilas, evitando êxodo das famílias na busca de educação para seus filhos, um direito incondicional. Outro aspecto importante a considerar é que os cursos da FacEtno têm por base a Pedagogia da Alternância o que possibilita uma vivência na realidade dessas comunidades a partir das pesquisas feitas pelos discentes, sob orientações e acompanhamento dos docentes dos respectivos cursos da Faculdade,

durante os Tempos Comunidade nas suas comunidades de pertença. Nesse espaço se socializa e debate-se tanto em sala de aula quanto com os moradores dessas localidades, acerca dos dados produzidos sobre a realidade social, econômica e política bem como as demandas relacionadas às práticas produtivas dessas populações envolvendo pesca artesanal, agricultura familiar, beneficiamento e comercialização de produtos, práticas extrativistas entre outras demandas relacionadas à melhoria da qualidade de vida com foco direto no fortalecimento da educação, da economia e da sociobiodiversidade.

1.2.2. Impacto Socioeconômico

1.2.2.1. Geração de emprego e renda

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): A presença da FCB é um motor de desenvolvimento que ultrapassa os muros da Universidade, contribui para geração de emprego e renda os diretos (docentes, técnicos e terceirizados) e indiretos, dinamizando a economia local. A formação de mestres e biólogos os capacita para atuar em um mercado de trabalho especializado, aumentando o capital humano da região. A atuação dos egressos em instituições de pesquisa, órgãos públicos e consultorias ambientais reforça o ciclo virtuoso de qualificação e empregabilidade.

Faculdade de Educação (FAE): A atuação da FAE e do PPGEI gera impactos expressivos na economia e no desenvolvimento regional. A formação de mestres em educação fortalece o mercado de trabalho regional, promovendo ascensão profissional e valorização docente.

Faculdade de Engenharia Agrônoma (FEA): A existência da FEA na região tem contribuído de forma exponencial na formação de profissionais que atendem ao setor agropecuário seja nas prefeituras, em suas secretarias; em casas agropecuárias, emitindo receituário agrônomo; contratados em fazendas; em organizações do terceiro setor, como sindicatos e ONGs; como empreendedor, na elaboração de projetos para fomento rural e assistência técnica e extensão rural, além de serem produtores rurais passando a gerar emprego.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): A presença da Engenharia Florestal em Altamira constitui um vetor de desenvolvimento socioeconômico, fortalecendo a economia local, promovendo a autonomia profissional e consolidando a interiorização da formação superior de qualidade. A formação de engenheiros florestais qualificados localmente reduz a dependência de mão de obra externa e amplia a capacidade regional de gestão técnica e ambiental. Esse processo estimula a criação de empregos, a atração

de investimentos e a formalização de atividades produtivas relacionadas ao setor florestal e ambiental, contribuindo para a dinamização da economia da Transamazônica e Xingu.

Faculdade de Geografia (FACGEO): A presença da FACGEO tem efeitos significativos no contexto socioeconômico de Altamira e região. A faculdade impulsiona a economia local por meio da contratação de corpo docente e técnico, além de estimular o consumo de bens e serviços por estudantes e colaboradores. A formação de profissionais qualificados em geografia fortalece o mercado de trabalho em áreas como educação, planejamento e gestão ambiental.

Faculdade de Letras (FAL): A presença dos cursos de Letras em Altamira promove a qualificação da mão de obra docente e a ampliação de oportunidades de trabalho para profissionais de Língua Portuguesa e Inglesa nas redes públicas e privadas de ensino da região do Xingu. Os projetos de pesquisa, extensão e monitoria oferecem bolsas de estudo e estágios, estimulando a circulação de recursos e fomentando atividades econômicas ligadas ao setor educacional e cultural.

Faculdade de Medicina (FAMED): A presença da FAMED em Altamira gera impactos diretos e indiretos na economia e na sociedade local. A Faculdade emprega professores, técnicos e pessoal de apoio, além de reter e atrair profissionais de alta qualificação para a região.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): O principal impacto econômico baseia-se no fato de que a maioria dos egressos dos cursos da FacEtno estão empregados como professores e coordenadores pedagógico nas escolas do campo, das águas e das florestas. Outra parte significativa desses egressos também atuam como técnicos de campo em secretarias de meio ambiente, Organizações Não Governamentais que desenvolvem atividades junto as populações das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Outro aspecto importante a destacar é que os relatórios de pesquisa dos estudantes durante os Tempos Comunidade sobre a realidade da educação multisseriada dessas comunidades tem influenciado no debate e tomada de decisões por parte das Secretarias Municipais de Educação quanto a execução da política pública da educação nas escolas do campo, das águas e das florestas, especialmente no tocante a temas como: contratação de professores, alimentação escolar, transporte escolar, estruturas para as escolas.

1.2.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): A pesquisa em recursos naturais e a bioprospecção da FCB fomentam o conhecimento que pode ser aplicado no

aprimoramento de cadeias produtivas locais, como a do pescado, através da ecologia aquática e do monitoramento de estoques, e a do cacau, por meio de formação específica.

Faculdade de Educação (FAE): O investimento na qualidade da educação básica, estimulado pelos projetos de extensão e pela formação docente, repercute positivamente em outros setores produtivos, uma vez que a melhoria do nível educacional é fator determinante para a produtividade, a inovação e o desenvolvimento sustentável.

Faculdade de Engenharia Agrônômica (FEA): A atuação da FEA fortalece as cadeias produtivas regionais ao qualificar recursos humanos capazes de atender às demandas técnicas e produtivas do setor agropecuário.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): As pesquisas e projetos da FEF oferecem suporte técnico-científico às cadeias de produtos madeireiros e não madeireiros. A integração entre tecnologia da madeira, biomassa florestal e etnobotânica tem fortalecido atividades de base comunitária e empresarial, promovendo o uso racional da floresta e a diversificação produtiva, pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região.

Faculdade de Geografia (FACGEO): O conhecimento produzido apoia políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional, com ênfase na sustentabilidade de cadeias produtivas locais.

Faculdade de Letras (FAL): A qualificação educacional é fator estruturante para o desenvolvimento das cadeias produtivas regionais. Professores de inglês formados pela FAL colaboram com iniciativas ligadas ao turismo sustentável, à divulgação cultural e à internacionalização de produtos locais, como o cacau e o artesanato indígena, contribuindo para o fortalecimento das economias regionais e a inserção da região no mercado global.

Faculdade de Medicina (FAMED): Indiretamente, fomenta a economia local por meio da demanda de serviços e bens pelos alunos e servidores.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): A faculdade tem contribuído na formação de professores da educação básica para atuar nas escolas dos territórios camponeses, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Os impactos dos cursos têm sido alcançados a partir dos seguintes esforços:

b) Apoio à construção de tecnologias socioambientais, à bioeconomia inclusiva e ao

etnodesenvolvimento partindo dos interesses das populações tradicionais, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos e extrativistas na Amazônia; c) Formação de profissionais em nível de pós-graduação (lato e stricto sensu) para atuação com diferentes povos e comunidades tradicionais; d) Realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio da metodologia da alternância pedagógica dos cursos de graduação e pós-graduação em territórios tradicionais e camponeses, que promovem a valorização dos saberes tradicionais, a reflexão e a ação coletiva com as comunidades, proporcionadas por seminários, estágios, reuniões, oficinas e devolutivas de pesquisas pelos discentes e docentes; e) Promoção de novos processos etnoeducacionais e políticos que têm levado a mudanças na gestão e nas práticas pedagógicas a partir do protagonismo social e valorização dos conhecimentos tradicionais nas escolas do campo, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e povos indígenas; e f) Promoção de atividades de pesquisa e extensão nas temáticas da sociobiodiversidade e agroecologia em territórios tradicionais e camponeses que valorizam os modos de vida e fortaleçam alternativas sustentáveis.

1.2.2.3. Parcerias institucionais

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): A FCB estabelece parcerias com o setor público em ações de educação ambiental, e interage com organizações não acadêmicas, incluindo comunidades e movimentos sociais.

Faculdade de Educação (FAE): A FAE mantém cooperação permanente com órgãos públicos e instituições de ensino, sobretudo com as SEMEDs, para a execução de programas e ações de formação continuada. Essas parcerias asseguram a transferência de conhecimento acadêmico para a gestão pública, ampliando o alcance social das ações universitárias.

Faculdade de Engenharia Agrônômica (FEA): A inserção profissional dos egressos da FEA em órgãos públicos, setor privado e organizações da sociedade civil evidencia e fortalece as parcerias institucionais estabelecidas ou potencializadas pela atuação da Faculdade. Essas relações contribuem para a articulação entre universidade, poder público, produtores rurais e entidades do terceiro setor, ampliando a capacidade de atendimento às demandas do setor agropecuário regional e promovendo ações integradas de desenvolvimento rural sustentável.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): A Faculdade mantém parcerias ativas com órgãos públicos, setor privado e comunidades tradicionais. Essas cooperações envolvem a realização de estudos de viabilidade técnica, vistorias e perícias ambientais,

bem como ações conjuntas com organizações não governamentais voltadas à conservação. A interação com as comunidades e o setor produtivo fortalece a extensão universitária e consolida a UFPA como referência técnica e científica no território amazônico.

Faculdade de Geografia (FACGEO): A Faculdade estabelece colaborações com órgãos públicos, empresas e comunidades locais. Entre elas destacam-se ações conjuntas com secretarias municipais de educação para o aprimoramento do ensino geográfico e projetos de pesquisa ligados ao planejamento territorial e à preservação ambiental.

Faculdade de Letras (FAL): A FAL mantém parcerias permanentes com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, fortalecendo a integração entre a UFPA e as redes de ensino. Tais parcerias viabilizam estágios supervisionados, projetos de formação continuada e cursos de extensão, como os Cursos Livres de Idiomas, que promovem o acesso da comunidade a formações linguísticas e culturais. Além disso, há cooperação interinstitucional com outras faculdades do campus, especialmente a Faculdade de Etnodiversidade, em projetos que integram saberes linguísticos e culturais.

Faculdade de Medicina (FAMED): As atividades de ensino, pesquisa e extensão demandam e estabelecem parcerias com:

- Setor Público - Hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Secretarias Municipais de Saúde, essenciais para o internato e residência médica, fortalecendo a rede pública.
- Comunitárias - Por meio de projetos de extensão voltados à saúde e educação das comunidades.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): tem contribuído na formação de professores da educação básica para atuar nas escolas dos territórios camponeses, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Os impactos dos cursos têm sido alcançados a partir dos seguintes esforços:

- a) As parcerias com as secretarias municipais de educação e movimentos sociais para consolidação de uma política de Educação do Campo para os territórios tradicionais paraenses.
- b) Estabelecimento de parceria com outras Universidades do país, como a Cooperação técnica com a Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- c) Estabelecimento de parcerias e cooperações com outros países, visando aprimorar mecanismos de etnodesenvolvimento e/ou desenvolvimento local, fazendo frente aos efeitos das mudanças climáticas sobre povos, populações e comunidades

tradicionais; e promovendo estratégias de sustentabilidade e de ecopedagogia adequadas para a situação de países emergentes (como no Projeto Brasil-Índia).

1.2.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.2.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): O foco da FCB na Biologia e na Conservação garante uma atuação fundamental para a sustentabilidade da região. Muitos projetos de pesquisa concentram-se no monitoramento da biodiversidade, na avaliação de contaminantes e na modelagem de ecossistemas florestais, fornecendo subsídios científicos para a tomada de decisões em políticas de manejo e conservação.

Faculdade de Educação (FAE): A atuação da FAE e do PPGEI está intrinsecamente vinculada às realidades e desafios amazônicos, especialmente a formação de educadores comprometidos com práticas pedagógicas ambientalmente responsáveis é uma das prioridades institucionais. As pesquisas desenvolvidas no PPGEI contribuem para o fortalecimento de uma consciência socioambiental crítica, essencial à promoção do uso sustentável dos recursos naturais.

Faculdade de Engenharia Agrônoma (FEA): Considerando que a região de atuação do CALTA seja agrícola e extrativista, a FEA tem potencial para contribuir de forma a melhorar a vida das pessoas que vivem nos diferentes territórios. Isso passa, inicialmente, por transformações que exigem resultados de pesquisa e extensão eficiente. A transformação econômica e ambiental passa pela melhoria de vida das famílias em renda, mas o uso de tecnologias que os permitam produzir com eficiência e menos custo é necessário.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): A Engenharia Florestal em Altamira desempenha papel estratégico na interface entre desenvolvimento, conservação e valorização cultural, atuando de forma integrada com as comunidades locais. As atividades de ensino e pesquisa priorizam o uso racional dos recursos naturais, a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de tecnologias de energia limpa e biomassa florestal. As práticas de ecologia aplicada e restauração florestal promovem soluções ambientais inovadoras em uma região marcada por intensos desafios socioambientais.

Faculdade de Geografia (FACGEO): A FACGEO promove a integração entre ciência, sustentabilidade e diversidade cultural com projetos de pesquisa monitorando transformações socioambientais, avaliando impactos de eventos climáticos e

contribuindo para o planejamento urbano e periurbano nos municípios de forma sustentável.

Faculdade de Letras (FAL): Em diálogo com as demais Subunidades acadêmicas do *Campus* Universitário de Altamira, a FAL desenvolve ações voltadas à conscientização ambiental e à sustentabilidade, utilizando o discurso e o texto como instrumentos de reflexão crítica sobre o uso dos recursos naturais e as relações entre linguagem, território e meio ambiente.

Faculdade de Medicina (FAMED): A natureza amazônica do *Campus* e a inserção regional impulsionam a FAMED a se engajar em pautas socioambientais e culturais. Como parte do CALTA, que oferece programas de pós-graduação em Biodiversidade e Conservação (PPGBC) e Etnodiversidade (PPGETNO), a FAMED se beneficia e pode integrar em seu currículo e pesquisas a interface da saúde humana com as questões ambientais e o uso sustentável de recursos na Amazônia.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): As práticas de preservação ambiental são realizadas pelos discentes a partir do espaço em que atuam como professores em formação e em permanente vínculo com seus territórios, em virtude da alternância pedagógica proporcionado pelo curso. Ou como membros do quadro de professores da escola da comunidade. Nessas comunidades a interação dos estudantes com o meio ambiente é muito maior, logo é perceptível nos modos de vida dessas populações as transformações ocorridas ao longo dos anos nos rios e nas florestas afetados pela ação humana e os impactos das mudanças climáticas drásticas. Tudo isso entra nos projetos pedagógicos feitos discentes em suas práticas de sala de aula. De modo que questões como aumento ou diminuição do pescado, maior consumo de produtos industrializados, lixo plástico, nível dos rios, redução das florestas, queimadas, aumentos da temperatura, enfim, a realidade atravessada pelas comunidades está presente nos conteúdos estudados em sala de aula, bem como as proposições e sugestões para melhorar a realidade vivenciada. Outras ações pontuais e importantes são os eventos realizados pela Faculdade que tem evitado o uso de materiais descartáveis como copos, pratos, talheres fornecendo aos participantes, por exemplo, canecas ou copos personalizados e biodegradáveis além de orientações acerca do uso sustentável dos recursos desmobilizados no *Campus*.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): As práticas de preservação ambiental são realizadas pelos discentes a partir do espaço em que atuam como professores em formação e em permanente vínculo com seus territórios, em virtude da alternância pedagógica proporcionado pelo curso. Ou como membros do quadro de professores da

escola da comunidade. Nessas comunidades a interação dos estudantes com o meio ambiente é muito maior, logo é perceptível nos modos de vida dessas populações as transformações ocorridas ao longo dos anos nos rios e nas florestas afetados pela ação humana e os impactos das mudanças climáticas drásticas. Tudo isso entra nos projetos pedagógicos feitos discentes em suas práticas de sala de aula. De modo que questões como aumento ou diminuição do pescado, maior consumo de produtos industrializados, lixo plástico, nível dos rios, redução das florestas, queimadas, aumentos da temperatura, enfim, a realidade atravessada pelas comunidades está presente nos conteúdos estudados em sala de aula, bem como as proposições e sugestões para melhorar a realidade vivenciada. Outras ações pontuais e importantes são os eventos realizados pela Faculdade que tem evitado o uso de materiais descartáveis como copos, pratos, talheres fornecendo aos participantes, por exemplo, canecas ou copos personalizados e biodegradáveis além de orientações acerca do uso sustentável dos recursos desmobilizados no *Campus*.

1.2.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): As linhas de pesquisa da FCB, em especial a de "Sociedade e Ambiente", valorizam a intersecção entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais, estudando as relações entre a adaptação humana, mudanças ambientais e a governança de recursos comuns.

Faculdade de Educação (FAE): As ações pedagógicas e científicas da FAE e do PPGEI reconhecem e valorizam os saberes e modos de vida das comunidades tradicionais, integrando-os ao processo educativo. Cursos como a Licenciatura em Educação do Campo e as pesquisas sobre Culturas Inclusivas reafirmam o compromisso com a diversidade cultural e a inclusão social.

Faculdade de Engenharia Agrônoma (FEA): Não há essa informação.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): A FEF reafirma o compromisso da UFPA com a valorização dos saberes tradicionais e o respeito à diversidade sociocultural da Amazônia. Os Laboratórios de Pesquisa e Extensão atua na integração entre conhecimento científico e práticas tradicionais, fortalecendo o diálogo intercultural e promovendo o manejo sustentável dos recursos naturais.

Faculdade de Geografia (FACGEO): A proximidade com Terras Indígenas e Unidades de Conservação permite a atuação em pesquisas que valorizam saberes tradicionais.

Faculdade de Letras (FAL): Os estudos literários e linguísticos promovem a valorização das culturas amazônicas, das memórias locais e dos saberes tradicionais. A inclusão de conteúdos sobre literaturas indígenas e afro-amazônicas e o incentivo à pesquisa sobre línguas e cosmologias indígenas reforçam o compromisso da FAL com a preservação e difusão dos saberes ancestrais.

Faculdade de Medicina (FAMED): A formação médica no contexto amazônico pressupõe a consideração das especificidades culturais e o diálogo com os saberes tradicionais de povos indígenas e ribeirinhos, integrando-se à dimensão dos cursos da Faculdade de Etnodiversidade.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): A valorização da cultura e saberes tradicionais dos discentes começa desde a entrada desses nos cursos a partir de seu pertencimento. Durante todo o curso, no processo formativo das disciplinas em sala de aula, os estudantes socializam suas práticas culturais e saberes ancestrais. Durante os Tempos Comunidade essa realidade é vivenciada em cada etapa junto aos moradores dessas comunidades. Um dos focos desses cursos é enfatizar o respeito a diversidade linguísticas, alimentação, crenças, ritos, artesanatos, organização comunitária não como peculiaridades, mas como identidade e lugar de fala de povos e comunidades tradicionais. Assim a os cursos da FacEtno cumprem a tarefa de garantir o acesso ao conhecimento acadêmico sem sobrepor aos valores e práticas desses discentes. Ainda na formação é recorrente a presença de lideranças comunitárias e indígenas e as pessoas mais velhas das comunidades que socializam as formas de vida e os saberes ancestrais da comunidade. Há ainda atividades de campo em alguns territórios dos estudantes. Nos eventos acadêmicos há uma valorização dos saberes ancestrais materializados nos trabalhos produzidos pelos estudantes e os professores, bem como a inserção de práticas culturais das comunidades nas programações culturais e nas místicas que constitui a natureza do curso.

1.2.3.3. Projetos com comunidades tradicionais

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): Projetos de pesquisa e extensão estabelecem um diálogo contínuo com as comunidades tradicionais e ribeirinhas, buscando a conservação da biodiversidade atrelada aos modos de vida sustentáveis.

Faculdade de Educação (FAE): A FAE mantém iniciativas voltadas às populações rurais e tradicionais, articulando ensino, pesquisa e extensão em ações que promovem o

diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes locais, fortalecendo as relações entre universidade e sociedade.

Faculdade de Engenharia Agrônômica (FEA): Não há essa informação.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): As ações da FEF priorizam o manejo sustentável, a governança territorial e a adaptação comunitária às mudanças ambientais, ampliando o alcance social e ambiental da UFPA no território amazônico.

Faculdade de Geografia (FACGEO): As linhas de pesquisa em Dinâmicas Territoriais e Socioambientais oferecem suporte à interação com povos indígenas, ribeirinhos e comunidades rurais, reforçando a missão da UFPA.

Faculdade de Letras (FAL): A formação oferecida prepara professores para atuarem em escolas indígenas e do campo, com metodologias e materiais pedagógicos adequados às realidades culturais locais. Esses projetos consolidam a universidade como agente de diálogo intercultural e de inclusão social, fortalecendo a presença da UFPA nas comunidades tradicionais da Transamazônica e Xingu.

Faculdade de Medicina (FAMED): Não há essa informação.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): Todos os projetos desenvolvidos pela FACETNO envolvem comunidades tradicionais do campo, das águas e das florestas. Os dois cursos de graduação da Faculdade têm sua gênese nas comunidades tradicionais da região de atuação, sendo o ingresso desses alunos determinado pela sua comunidade de pertença por meio de uma carta de anuência para participar dos processos seletivos que a faculdade promove. Além disso, há projetos específicos como: “Observatório da educação do campo e indígena” visa realizar levantamentos qualitativos e quantitativos sobre a Educação Básica do campo na região. O Projeto Centro de inovação interdisciplinar da região do Xingu, busca fortalecer a identidade cultural, valorizar os saberes locais e capacitar membros das comunidades indígenas, quilombolas e rurais, com foco nas Casas Familiares Rurais e escolas indígenas. O Projeto múltiplos letramentos nas escolas multisseriadas do campo, das águas e das florestas tem foco na formação de professores alfabetizadores que atuam em escolas multisseriadas. O projeto “Sociobiodiversidade e Iniciativas Agroecológicas” objetiva o levantamento e acompanhamento de experiências que visam a promoção da soberania alimentar e a resiliência socioecológica na Amazônia, envolve os discentes e moradores de suas comunidades de pertença.

1.2.4. Desafios e Oportunidades

1.2.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): A atuação da **FCB** enfrenta desafios típicos da interiorização universitária na Amazônia, como limitações de infraestrutura laboratorial e tecnológica, dificuldades logísticas para trabalhos de campo e restrições na captação de recursos. A principal demanda prioritária é a consolidação e ampliação dos Programas de Pós-Graduação, essenciais para a fixação de pesquisadores e o fortalecimento da produção científica qualificada.

Faculdade de Educação (FAE): Entre os principais desafios da FAE estão a necessidade de ampliação da infraestrutura física e tecnológica, a expansão do quadro docente permanente e a garantia de recursos contínuos para o pleno funcionamento do PPGEI. A consolidação do programa depende de investimentos que assegurem sua sustentabilidade acadêmica e social.

Faculdade de Engenharia Agrônoma (FEA): A atuação da FEA, apesar de sua relevância por atender diretamente o setor produtivo mais forte da região, enfrenta limitações características da interiorização da UFPA, pois o curso foi criado sem previsão da infraestrutura necessária para seu funcionamento como laboratórios, fazenda experimental equipada com máquinas e implementos agrícolas, custeio para ações de pesquisa e extensão e mão de obra qualificada. Os desafios incluem a necessidade de expansão da infraestrutura para que a FEA possa desenvolver as pesquisas demandadas pelo setor produtivo, investir em tecnologia e inovação, estimular o empreendedorismo, desenvolver possibilidades de diversificação de produção, mas para isso é necessário apoio institucional para captação de recursos para mudar essa realidade desfavorável. A FEA tem um grande desafio que é fortalecer pesquisas que permitam publicações de alto nível pensando na criação de programa de pós-graduação em agronomia ou ciências agrárias em parceria com a Engenharia Florestal. Essa ação é vista como fundamental para a fixação de pesquisadores, a produção de ciência de ponta e ARER eficiente.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): A ampliação e modernização dos laboratórios e a criação de programas de pós-graduação específicos. A superação das barreiras logísticas amazônicas, como as longas distâncias e as limitações de acesso, constitui um desafio permanente para a execução de projetos pesquisa em campo e extensão.

Faculdade de Geografia (FACGEO): São necessárias melhorias na infraestrutura laboratorial, como o Laboratório Integrado de Geotecnologia (LABIGEO) e o

Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM), bem como aumento de recursos para pesquisa e contratação de pessoal técnico. Prioriza-se a consolidação de projetos de longo prazo para acompanhar as rápidas transformações regionais. Considerando que o PPGEIO não é do *Campus* de Altamira, um grande desafio é a criação de um programa de pós-graduação local que fomente essas pesquisas ou se some ao PPGEIO, na busca pela consolidação do curso e da UFPA na região e na Amazônia.

Faculdade de Letras (FAL): Entre os principais desafios enfrentados pela FAL estão a necessidade de ampliação do quadro docente e técnico-administrativo, para atender ao aumento da demanda e à expansão das atividades acadêmicas; o fortalecimento da infraestrutura física e laboratorial, com destaque para o Laboratório de Linguagem; a implantação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de Letras, que garantam a continuidade da formação e da pesquisa acadêmica na região.

Faculdade de Medicina (FAMED): O principal desafio reside na infraestrutura de saúde da região, que precisa ser continuamente fortalecida para absorver a demanda de formação e pesquisa, especialmente em um contexto de grandes distâncias geográficas e diversidade socioeconômica. A demanda prioritária é a consolidação da educação continuada e a expansão da pesquisa translacional focada em doenças regionais.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): A permanência dos estudantes oriundos de diferentes territórios, no município de Altamira, durante o período das aulas nos meses de janeiro e fevereiro, julho e agosto (períodos intensivos PL1 e PL3, respectivamente) é um desafio importante a ser considerado. Apesar das bolsas permanências e incentivos existentes, eles são insuficientes diante das demandas dessas populações e comprometem a estadia em Altamira que tem um elevado custo de vida, ocasionando evasão elevada. É preciso mais investimentos nessa direção com capacidade de atender uma quantidade mais expressiva de estudantes que necessitam desse apoio, bem como adequações dos prazos nos calendários dos editais destinados para os auxílios, que considere as especificidades dos estudantes que, no período extensivo, retornam para suas comunidades de pertença e, uma parcela significativa, não tem acesso a internet de qualidade o que inviabiliza concorrer a esses editais.

1.2.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

Faculdade de Ciências Biológicas (FCB): As oportunidades de expansão estão ligadas à crescente necessidade de monitoramento e manejo de ecossistemas na Bacia do

Xingu. A FCB-Altamira tem a oportunidade de se consolidar como um centro de referência em Ecologia de Águas Continentais e Bioprospecção na Amazônia Central, ampliando sua atuação em inovações tecnológicas para o desenvolvimento de cadeias da sociobiodiversidade e reforçando a pesquisa em adaptação humana às mudanças ambientais, dada a vulnerabilidade da região. A expansão de parcerias com agências de fomento, órgãos públicos de gestão ambiental e o setor produtivo local é a chave para a inovação e o crescimento sustentável do Campus e da região.

Faculdade de Educação (FAE): O PPGEI representa uma oportunidade estratégica de fortalecimento institucional, transformando a FAE em um centro de referência em pesquisa educacional na Amazônia Paraense. A partir da produção científica e da formação de pesquisadores comprometidos com o território, a FAE e o Campus Altamira consolidam-se como pilares de desenvolvimento educacional, social e cultural na região da Transamazônica e Xingu.

Faculdade de Engenharia Agrônoma (FEA): Como oportunidade observa-se o olhar internacional pela Amazônia, em termos de proteção ambiental; mas do outro lado, o olhar como possibilidade de ampliar áreas de cultivos agrícolas. Considerando a necessidade de produção e conservação/proteção ambiental, a FEA tem muito a contribuir na execução de pesquisas-desenvolvimento que atenda a essas duas demandas tão crucial para a humanidade, se faz necessário parcerias nacionais e internacionais na busca fomento junto aos órgãos públicos ou privados de gestão ambiental e o setor produtivo, para que possamos sanar essa lacuna /em tecnologia e inovação para o crescimento sustentável da região.

Faculdade de Engenharia Florestal (FEF): A FEF apresenta um horizonte promissor de crescimento por meio do fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade, da expansão das pesquisas em bioeconomia e bioenergia e da consolidação de um centro de referência em estudos florestais e ambientais da Amazônia. A formação de profissionais éticos, criativos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável reafirma o papel da UFPA Altamira como protagonista na construção de soluções inovadoras para os desafios socioambientais da região.

Faculdade de Geografia (FACGEO): A consolidação do PPGEIO em Altamira abre espaço para novas aplicações de geotecnologias, como o sensoriamento remoto e os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), no planejamento territorial e na gestão de recursos amazônicos. Também se prevê inovação na Educação Geográfica, com foco na cidadania e na compreensão de realidades locais complexas. A expansão de parcerias e

de projetos de extensão que integrem pesquisa, impacto socioambiental e direitos territoriais representa um caminho natural para o fortalecimento institucional da Faculdade.

Faculdade de Letras (FAL): A Faculdade de Letras vislumbra oportunidades de expansão e inovação em diferentes frentes:

- Criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, voltados à formação de tradutores, intérpretes e profissionais do campo editorial e digital;
- Desenvolvimento de tecnologias educacionais, plataformas e materiais digitais para o ensino de línguas e literaturas, integrando os saberes regionais ao ambiente virtual;
- Aprofundamento das pesquisas sobre Línguas e Cosmologias Indígenas, consolidando o campus de Altamira como referência nacional na área de Linguística e Educação Intercultural.

A Faculdade de Letras do *Campus* Universitário de Altamira, da UFPB, reafirma seu compromisso com a formação de professores, a valorização das línguas e culturas amazônicas e a produção de conhecimento comprometido com o desenvolvimento humano e regional.

Faculdade de Medicina (FAMED): A alta avaliação no MEC abre oportunidades para a expansão de programas de residência médica e a criação de programas de pós-graduação *stricto sensu* próprios em Ciências da Saúde adaptados à realidade amazônica. A inovação passa pela telemedicina e saúde digital, cruciais para a Amazônia, e pelo desenvolvimento de pesquisas com foco na integração da saúde pública com a conservação da biodiversidade.

Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno): A faculdade aprovou novo PPC com inclusão da ênfase em Matemática, considerando o elevado número de professores que atuam nas escolas do campo na região sem a formação adequada há, portanto, necessidade de ampliar o quadro de docentes para atender a esta demanda regional. Além disso, a FacEtno propõe a criação do Instituto da Etnodiversidade (IEtno) visa ampliar as condições para formação de profissionais para o ensino, a pesquisa e a extensão para atuação com as comunidades camponesas, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, com vista à produção de conhecimento e ação pública que possam subsidiar, fortalecer, mediar a tomada de decisões e construir

políticas e programas envolvendo as organizações sociais, entidades e órgãos públicos no sentido de garantir e ampliar os direitos humanos e a sociobiodiversidade. Também se coloca no sentido de aperfeiçoar a gestão institucional na perspectiva de criação da Universidade Federal do Xingu, potencializar e articular as ações de ensino, pesquisa e extensão, articular parcerias com instituições e organizações, ampliar o acesso aos recursos da UFPA e outras fontes de financiamento e aumentar a inserção regional no estado do Pará, na Amazônia brasileira e Pan-Amazônia. O IEtno tem como finalidade ser um centro de formação, pesquisa e ação social comprometido com a Amazônia e seus povos, adotando como princípio formativo a pedagogia da alternância, que organiza o ensino, a pesquisa e a extensão em tempos alternados entre a universidade e as comunidades, favorecendo a produção de conhecimento situada e comprometida com a realidade social, cultural e ambiental da região. Essa dinâmica formativa potencializa a atuação crítica dos estudantes como professores-pesquisadores de seus próprios territórios e sustenta o caráter interdisciplinar dos cursos de graduação e pós-graduação, articulando saberes das Ciências Humanas, Sociais, Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza, Matemática com os conhecimentos tradicionais.

O Instituto também deve reafirmar seu compromisso com uma Educação Diferenciada, que respeita identidades, línguas, culturas e modos de vida diversos, fortalecendo direitos territoriais e socioculturais, e com políticas públicas de ação afirmativa que garantem acesso, permanência e sucesso de estudantes oriundos de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e do campo, ampliando a democratização e a justiça social na educação superior.

Propomos a criação da Divisão de Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (DADIS) no *Campus* Universitário de Altamira, da UFPA, vinculada diretamente à Coordenação do *Campus* de Altamira, sendo responsável pela discussão, planejamento, coordenação, definição, implementação e acompanhamento de políticas referentes às ações afirmativas com atuação integrada com as demais Subunidades e Unidades da UFPA.



1.3 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA

1.3. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA

O presente capítulo apresenta as principais características, potencialidades acadêmicas e contribuições do Campus Universitário de Ananindeua da Universidade Federal do Pará (UFPA), no contexto da política de multicampia institucional e de sua atuação no desenvolvimento regional. São destacadas as áreas de excelência do campus, especialmente nas licenciaturas, nas engenharias e na formação tecnológica, bem como suas linhas de pesquisa estratégicas, projetos inovadores e a atuação na formação de profissionais qualificados para diferentes setores da sociedade.

O texto também evidencia os impactos socioeconômicos, socioambientais e culturais decorrentes das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo campus, incluindo ações voltadas à sustentabilidade, à inovação tecnológica e à interação com comunidades e instituições parceiras. Por fim, são apresentados os principais desafios institucionais e as perspectivas de expansão e inovação que orientam o fortalecimento do Campus Universitário de Ananindeua no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPA para o período de 2026 a 2035.

1.3.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.3.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

A vocação do Campus Ananindeua está principalmente na área das licenciaturas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Já na área das engenharias, o CANAN oferece o curso de engenharia de energia, que é o único curso na Amazônia que tem o foco em energia renovável. Como tecnólogo, oferecemos o curso de Tecnologia em Geoprocessamento, o qual é realizado em 3 anos, com foco na imersão do mercado de trabalho.

1.3.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

O Campus Ananindeua desenvolve projetos que dialogam diariamente com a sustentabilidade, onde temos o aproveitamento de resíduos, como o caroço de açaí quem vem sendo transformado em tijolos para a construção de casas sustentáveis. São projetos pilotos que ainda carecem de investimento para maior divulgação e ampliação. Assim como também utilizamos os próprios resíduos da mineração para a produção de blocos sustentáveis que estão sendo utilizados inclusive em convênios com empresas mineradoras junto com a Universidade.

Aliado a isto, existe a produção de materiais para gerar energia, além de um projeto piloto em parceria com instituições internacionais, como é o caso de universidade de Calgary, do Canadá.

1.3.1.3. Atuação em setores produtivos locais

Nossos egressos atuam em diversos setores na área da indústria e da educação.

1.3.2. Impacto Socioeconômico

1.3.2.1. Geração de emprego e renda

Nossos cursos visam a formação de recursos humanos qualificados para a região, especialmente por meio da integração com as escolas locais, bem como com as empresas de mineração e construção civil do estado do Pará.

1.3.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.3.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

Nosso Campus é localizado em uma área de preservação ambiental de 5 hectares. Além disso, temos cursos voltados para a área de preservação, tanto o curso de tecnólogo em geoprocessamento, quanto os demais cursos, como engenharia de energia, engenharia de materiais (que busca materiais alternativos de menor impacto na sociedade) e os cursos de licenciatura que possuem agora em seus projetos pedagógicos um forte eixo destinado à área de preservação ambiental.

1.3.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

O projeto Ciência, Esporte, Bioeconomia na região insular, na socioeducação, no quilombo e no acolhimento socioassistencial em Ananindeua-Pará é coordenado por docente da Faculdade de Química, mas que tem a extensão universitária impulsionada pela participação social. Destacam-se também os projetos do PIBID que forte atuação com os movimentos sociais da região.

1.3.4. Desafios e Oportunidades

1.3.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

O Campus Ananindeua possui limitações relacionadas ao quantitativo de servidores, tanto docentes quanto técnicos administrativos, que geram diversos impactos tanto na disponibilização de professores para ministrar determinadas disciplinas, quanto na sobrecarga de trabalho para docentes que precisam acumular matérias, inclusive dando apoio em faculdades distintas da sua de origem.

Já na esfera administrativa, a quantidade reduzida de pessoal acarreta o funcionamento das faculdades sem secretaria, o que contribui para a sobrecarga da gestão de algumas subunidades, que em algumas situações precisam executar tanto as tarefas gerenciais, quanto as administrativas/operacionais, e até mesmo acadêmicas. Além disso, o número insuficiente de técnicos administrativos ocasiona distorções como o mesmo servidor tendo que atuar em setores distintos, comprometendo a qualidade do serviço prestado em algumas situações devido o excesso de demanda.

Outro desafio é relacionado aos serviços de limpeza e vigilância. Em relação a limpeza, a quantidade insuficiente de funcionários da limpeza destinada ao Campus, especialmente agora que estamos com atividades tanto no espaço alugado quanto em nossa área própria (sendo que só a sede própria possui 2.490m² construídos) a apenas um (01) funcionário da limpeza dedicado exclusivamente para o Campus, o que difere da previsão do contrato de limpeza da UFPA que considera a produtividade de 1.090m² por funcionário ([Termo de Referência do Contrato 36/2022 da UFPA, p. 54](#)), o que resultaria na necessidade de pelo menos dois funcionários de limpeza para a sede própria do Campus Ananindeua, ou seja, sem contar o prédio alugado. Já quanto ao serviço de vigilância também é necessário o aumento de mais dois funcionários por turno, bem como a destinação de porteiros.

Atualmente ainda é necessário manter os dois espaços para o funcionamento das atividades do CANAN, devido a necessidade de **ainda ser construído o prédio de laboratórios e o prédio administrativo**. Em função da ausência desses prédios, atualmente o Campus utiliza o espaço alugado principalmente para laboratórios e as demandas de aula que excedem a capacidade do prédio próprio de salas de aulas, o qual necessitou ter algumas de suas salas de aula destinadas ao uso pelos setores administrativos. O espaço alugado consumiu mais de 1 milhão de reais em orçamento em 2025, enquanto o orçamento destinado ao Campus ficou em menos de 140 mil reais ([PGO UFPA, 2025, p. 66 e 113](#)).

Figura 7 – Infraestrutura do Campus



Fonte: Elaboração própria.

Uma demanda também considerada urgente para o Campus Ananindeua trata-se da alimentação tanto para alunos quanto para servidores, visto que atualmente a localidade onde o Campus está inserida não oferta muitas opções de estabelecimentos, além de o Campus ainda não possuir um Restaurante Universitário, em função da localização do Campus Ananindeua ser em uma área que ainda não oferta muitas opções de alimentação. Existe também a demanda forte para a Casa do Estudante do CANAN, visto que nosso Campus recebe discentes de todo o estado do Pará.

Outro desafio a ser considerado é a ausência de orçamento de capital destinado ao Campus Ananindeua no Plano de Gestão Orçamentária da UFPA, o que dificulta a aquisição de bens e obras de forma mais autônoma para atender às necessidades do Campi, como a compra de móveis, equipamentos eletrônicos, veículos e contratação de adequações estruturais mais robustas.

Deste modo, as principais limitações do Campus Ananindeua referem-se ao quantitativo de servidores e funcionários da limpeza, adequação e ampliação de espaço físico e aumento de orçamento. Assim, as demandas prioritárias do Campus Ananindeua podem ser resumidas em:

- 1º Aumento no quantitativo de docentes e técnicos administrativos;
- 2º Aumento no quantitativo de funcionário destinados ao Campus para limpeza;
- 3º Aumento do quadro de vigilantes e porteiros
- 4º Pavimentação e construção das passarelas e calçadas de acesso aos prédios próprios já em uso;

- 5º Construção do prédio de laboratório - 1919,40m²;
- 6º Construção do prédio administrativo - 1919,40m²;
- 7º Destinação de orçamento de capital ao Campus Ananindeua;
- 8º. Política de Alimentação Estudantil; e
- 9º Casa do Estudante do CANAN.

1.3.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

O Campus Ananindeua pretende ofertar cursos na área da computação, bem como uma quantidade maior de pós-graduações, além de fortalecer os cursos já existentes, além de implementar laboratórios de alta performance na área do Campus.

Para tentar contornar algumas limitações atuais relacionadas ao quantitativo de servidores, o CANAN tem procurado soluções inovadoras baseadas na experiência de outros Campi da UFPA, como é o caso da proposição de uma secretaria integrada de graduação que está em fase de estudos nas reuniões do Conselho Deliberativo do Campus Ananindeua, e tem o objetivo de diminuir os impactos negativos na coordenação administrativa de cada faculdade e melhorar o atendimento aos alunos.

Além disso, em relação a alimentação, o Campus Ananindeua tem feito esforços junto à Administração Superior para iniciar o fornecimento de “quentinhas” por parte do Restaurante Universitário localizado no Guamá.

Destaca-se que a maior destinação de recursos para o Campus Ananindeua, dentre outras ações, permitirá tanto a construção de laboratórios em quantidade adequada quanto mais bem equipados, oferecendo assim melhores condições de desenvolvimento de novos materiais e tecnologias, além de permitir fazermos mais parcerias e entregar um retorno social maior para a região.



1.4 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA

1.4. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA

O presente capítulo apresenta a caracterização institucional, as potencialidades acadêmicas e as principais contribuições do Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará (UFPA), no contexto da política de multicampia da instituição. São destacadas a estrutura acadêmica do campus, a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, bem como a atuação de suas unidades nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O texto também evidencia as iniciativas desenvolvidas em articulação com os municípios da região, incluindo projetos acadêmicos, ações de formação de professores e atividades voltadas à produção científica e à extensão universitária. Nesse contexto, ressalta-se o papel estratégico do campus na ampliação do acesso ao ensino superior, na qualificação de recursos humanos e no fortalecimento do desenvolvimento regional no nordeste paraense.

1.4.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.4.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

As Subunidade Acadêmicas: Faculdade de Educação (FACED), Faculdade de Letras (FALE), Faculdade de Línguas Estrangeiras (FALEST), Faculdade de Matemática (FAMAT), Faculdade de História (FAHIST), Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), constituídas por cursos de graduação e de pós-graduação, respectivamente, onde cada Subunidade dirige um ou mais cursos no âmbito de sua competência e responsabilidade, como descrito a seguir:

- **Faculdade de Educação (FACED):**

A referida Subunidade é uma das primeiras constituídas em âmbito do Campus de Bragança, a qual, atualmente, oferta o Curso de Licenciatura em Pedagogia nas modalidades extensiva e intensiva na sede do CBRAE e fora de sede nos municípios de Capanema, Santa Luzia do Pará e Viseu. Ademais, há em pleno funcionamento o Curso de Pedagogia em âmbito da política educacional do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), com a oferta atual nos municípios de Viseu, Maracanã, Marapanim, São Caetano de Odivelas, Breves, Gurupá, Porto de Moz e Placas.

A Faculdade de Educação (FACED) da UFPA em Bragança desempenha um papel central na formação de pedagogos aptos a atuar em múltiplos espaços educacionais. O curso de Licenciatura em Pedagogia oferece uma matriz curricular robusta, com

disciplinas que preparam o egresso para lidar com Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, alfabetização, gestão e coordenação pedagógica tanto em ambientes escolares quanto não escolares. Essa formação incorpora etapas práticas e estágio supervisionado como componente essencial, garantindo que os futuros professores vivenciem diretamente o cotidiano das escolas, compreendendo a realidade educacional regional e desenvolvendo uma identidade profissional refletida e consciente.

No âmbito da pesquisa, a FAGED/Bragança se destaca por investigar temas relevantes para a educação amazônica e regional, tais como o uso de tecnologias no ensino (inclusive no contexto do Ensino Remoto Emergencial), as relações étnico-raciais na formação de professores e práticas curriculares nas escolas públicas. Essas pesquisas contribuem para que a pedagogia local não seja uma adaptação cega de modelos externos, mas uma pedagogia que dialoga com as particularidades sócio-culturais, étnicas e geográficas da região amazônica.

A FAGED também possui forte atuação extensionista, aproximando a universidade da comunidade. Isso inclui a produção de documentários, seminários e eventos que envolvem estudantes e docentes para debater temas como formação de professores, práticas curriculares, e relações étnico-raciais. Por exemplo, alunos do curso produziram documentário sobre as relações étnico-raciais na formação docente, como resultado de atividades de seminário dentro da disciplina, com objetivo de compartilhar reflexões acadêmicas com o público mais amplo.

Outro ponto de destaque é a articulação do curso de Pedagogia com políticas de formação de professores em serviço, especialmente via PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores). O curso adapta seu Projeto Pedagógico para atender estas necessidades, inserindo componentes que qualificam professores já em exercício na rede pública. Além disso, FAGED realiza eventos que promovem o diálogo entre a escola e a universidade, tais como seminários sobre práticas curriculares e formação inicial, que fomentam a troca entre teoria e experiência concreta da educação básica.

A Faculdade de Pedagogia da UFPA em Bragança possui ainda importância estratégica fundamental para a região nordeste do Pará, especialmente no que se refere à formação de profissionais capacitados para atuar na Educação Básica. Ao ofertar cursos de Licenciatura em Pedagogia, a instituição garante a formação de professores e gestores escolares capazes de compreender e responder às especificidades socioeconômicas, culturais e geográficas da Amazônia, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da educação regional.

Além disso, a FAGED atua como polo de desenvolvimento educacional e social, fornecendo suporte técnico e pedagógico para escolas públicas e privadas da região. Por meio de estágios supervisionados, projetos de extensão e ações comunitárias, os estudantes aplicam práticas inovadoras que fortalecem a aprendizagem dos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, gerando impactos positivos na formação cidadã e na redução das desigualdades educacionais locais.

A Faculdade também exerce papel estratégico na preservação e valorização da diversidade cultural e étnico-racial da região amazônica, ao integrar pesquisas e ações pedagógicas que consideram as tradições, saberes e contextos comunitários locais. Isso fortalece a identidade regional e promove a inclusão social, consolidando a universidade como agente de transformação cultural e educacional na região.

Por fim, a presença da FAGED em Bragança favorece a interiorização do ensino superior, ampliando o acesso à formação universitária em áreas remotas do Pará e reduzindo a necessidade de deslocamento para centros urbanos distantes. Essa descentralização fortalece a educação regional, promove desenvolvimento socioeconômico e cria oportunidades de geração de conhecimento e pesquisa aplicada voltada para os desafios locais.

- **Faculdade de Letras - Português (FALE):**

A Faculdade de Letras – Português (FALE/Bragança) da Universidade Federal do Pará desempenha papel essencial na formação de profissionais qualificados para atuar também na Educação Básica, especialmente no Ensino Fundamental. Desde sua criação, a faculdade tem contribuído significativamente para a interiorização do ensino superior na região, proporcionando acesso à educação de qualidade para estudantes locais e de municípios vizinhos.

A atuação da FALE/Bragança vai além da formação acadêmica, estendendo-se à comunidade por meio de projetos de extensão que promovem a cultura, a literatura e a língua portuguesa. Esses projetos fortalecem a identidade cultural regional e incentivam a valorização do patrimônio linguístico local. Além disso, a faculdade participa ativamente de eventos culturais e educacionais, promovendo o diálogo entre a universidade e a sociedade.

A presença da FALE/Bragança também impacta positivamente o desenvolvimento socioeconômico da região, ao formar profissionais que contribuem para a melhoria da qualidade da educação e para o fortalecimento das políticas públicas

educacionais. Dessa forma, a faculdade se configura como um polo de excelência acadêmica e cultural, desempenhando papel estratégico no desenvolvimento sustentável da região bragantina.

A FALE/Bragança desempenha um papel fundamental na interiorização da educação superior no estado do Pará. Desde a sua implantação, a faculdade tem proporcionado à população local e regional a oportunidade de acesso à formação acadêmica de qualidade, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais entre o interior e a capital. Essa expansão do ensino superior fortalece a presença da universidade na região e promove o desenvolvimento social e cultural local.

A formação de professores de Língua Portuguesa pela FALE/Bragança é estratégica para o fortalecimento da educação básica na região. Os egressos do curso atuam em escolas públicas e privadas, desempenhando papel crucial na melhoria da qualidade do ensino, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, a faculdade prepara profissionais para atuar em áreas como coordenação pedagógica, supervisão escolar e outras funções educacionais, ampliando o impacto positivo na educação regional.

A FALE/Bragança contribui significativamente para a valorização da cultura e identidade regional por meio de projetos de extensão que promovem a literatura, a língua portuguesa e as manifestações culturais locais. Essas iniciativas fortalecem o senso de pertencimento e orgulho cultural entre os estudantes e a comunidade, além de preservar e divulgar as tradições e expressões culturais da região bragantina.

A atuação da FALE/Bragança também está alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável da região. Por meio de projetos que abordam questões sociais, ambientais e culturais, a faculdade contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de atuar na promoção de práticas sustentáveis e na resolução de problemas locais. Essa abordagem integrada fortalece a missão da UFPA de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Bragança (FALE/CBRAG) desenvolve um conjunto expressivo de ações voltadas à integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação crítica, na valorização da cultura amazônica e no diálogo com a comunidade. Esses projetos envolvem docentes, discentes e parcerias institucionais, evidenciando o compromisso da unidade com uma educação humanista e socialmente referenciada.

Entre os projetos voltados à formação acadêmica, destaca-se o **Laboratório Pedagógico de Letramento Acadêmico (LEA)**, coordenado pela professora Maria da Conceição Azevêdo. O laboratório oferece ações que aprimoram as práticas de leitura, escrita e oralidade acadêmicas, beneficiando não apenas alunos da FALE, mas também de outras faculdades do campus. O **Projeto PAAP/LEA**, também coordenado pela professora Conceição, tem o objetivo de apoiar estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, buscando minimizar a evasão e melhorar o desempenho acadêmico por meio de práticas inovadoras de letramento.

No campo das artes e da cultura, o **Projeto Companhia de Teatro Letrarte**, coordenado pelo professor Sérgio Freire, constitui-se em uma importante iniciativa de extensão universitária. De caráter interdisciplinar e intercultural, o projeto articula literatura, teatro e cultura popular local, promovendo a formação artística dos estudantes e o acesso da comunidade bragantina à produção cultural universitária. Desde 2017, a Companhia realiza ensaios e apresentações teatrais baseadas em obras de escritores paraenses, fortalecendo o elo entre universidade e sociedade por meio da arte.

Também na interface entre literatura e comunicação, o projeto **“A Gente Não Quer Só Chibé”**, coordenado pela professora Alessandra Conde, utiliza o formato de podcast para divulgar a literatura da Amazônia. O projeto promove entrevistas com escritores e pesquisadores, ampliando a circulação de saberes literários e culturais da região e contribuindo para o ensino e a difusão da cultura amazônica nas mídias digitais.

Na área de pesquisa, a FALE abriga importantes investigações sobre linguagem, discurso e diversidade. O projeto **Formação de Professores de Língua Portuguesa**, coordenado pela professora Helena Chaves, estuda a relação entre teoria, prática e realidade escolar, articulando o curso de Letras de Bragança com o Instituto de Letras e Comunicação da UFPA, em Belém. Já os projetos **Ecos Sefarditas e Cartografia Literária da Imigração no Continente Amazônico**, coordenados pela professora Alessandra Conde, exploram a presença de imigrantes e da cultura judaica na literatura da Amazônia, em perspectiva interdisciplinar e comparada.

Os projetos coordenados pela professora Rosângela Nogueira ampliam o debate sobre gênero, discurso e poder. O **Cartografia de Pesquisas em Discurso e Gênero na Região Norte** integra uma rede nacional e latino-americana de estudos sobre o tema. O projeto **Relações de Poder e Violência em Perspectiva Crítico-Discursiva** aborda as interseccionalidades entre gênero, raça, etnia e classe social, promovendo uma reflexão crítica sobre desigualdades e direitos humanos. Já o projeto **Cartografia Cognitiva dos**

Movimentos (Trans)feministas na Amazônia analisa os feminismos amazônicos e suas conexões com comunidades tradicionais e questões ambientais.

O **Grupo de Estudos Sertões na Literatura (SERLI) e o projeto Migração Sertaneja na Amazônia (MISAM)**, coordenados pelo professor Sérgio Freire, destacam-se pelos estudos literários com perspectiva decolonial. As pesquisas buscam compreender as representações do sertão e dos sertanejos na literatura brasileira e paraense, valorizando vozes e identidades historicamente marginalizadas na historiografia literária nacional.

Na área da linguística e dos estudos interétnicos, os projetos coordenados pela professora Tabita Fernandes têm grande relevância social e cultural. O **Línguas Indígenas e o Português na Amazônia Oriental** analisa os efeitos do contato linguístico entre o português e línguas indígenas, especialmente entre o povo Tembé-Tenetehára. Já o projeto **Revitalização Linguística em Foco** atua diretamente com essa comunidade indígena, promovendo ações de fortalecimento da língua e da cultura Tembé, em um trabalho colaborativo entre universidade e povos originários.

Outros projetos, como **O Português Afro-Indígena na Amazônia Oriental e o Cursinho Popular Paulo Freire**, coordenados pelo professor Jair Cecim, reforçam o compromisso da FALE com a inclusão social, a valorização da diversidade linguística e a democratização do acesso ao ensino superior. O projeto de pesquisa **Repercussões Ocidentais entre a Literatura e a Historiografia no Século XX**, coordenado pelo professor Everton Teixeira, exemplifica o rigor científico e a reflexão crítica que marcam a atuação docente na unidade.

Além desses projetos, a **Revista A Palavrada**, editada pelos professores Alessandra Conde e Sérgio Freire, constitui um importante veículo de divulgação científica, publicando artigos nas áreas de literatura, linguística e ensino de línguas, consolidando a presença acadêmica da Faculdade de Letras no cenário regional e nacional.

Apesar da amplitude e relevância dessas ações, a maioria dos projetos carece de espaço físico adequado no campus, sendo desenvolvida em ambientes improvisados, como salas coletivas, o hall administrativo, a pracinha e o bosquinho da universidade. Essa limitação estrutural, embora contornada pela criatividade e engajamento dos docentes e discentes, representa um desafio à consolidação das atividades acadêmicas e à visibilidade institucional do curso.

Portanto, os projetos da FALE/CBRAG demonstram o papel fundamental da unidade na promoção da cultura, da ciência e da inclusão social na região nordeste do Pará. Contudo, é essencial garantir melhores condições de infraestrutura, apoio institucional e reconhecimento público, de modo que o trabalho realizado pela Faculdade de Letras seja plenamente valorizado nas avaliações externas e continue contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento regional e a formação de profissionais críticos e comprometidos com a transformação social.

▪ **Faculdade de Letras Línguas Estrangeiras (FALEST)**

É uma Subunidade criada em 2020, conforme Resolução Nº 807 de 16 de dezembro de 2019 que oferta o Curso de Letras Língua Inglesa na modalidade extensiva na sede do CBRAG em turnos diurnos e noturnos e, eventualmente, no município de Capanema. Ainda, a FALEST tem o Curso de Língua Inglesa aprovado pelo Programa Forma Pará, do Governo do Estado Pará, ofertado no município de Viseu, na modalidade intensiva.

Atualmente, a FALEST oferta 04 turmas extensivas, sendo 03 turmas extensivas no Campus de Bragança e 01 turma extensiva no município de Capanema. Além disso, 01 turma intensiva é ofertada no município de Viseu por meio do Programa Forma Pará, em convênio com o Governo do Estado do Pará. São 199 estudantes ativos no curso e regularmente matriculados. No ano de 2024, mesmo cientes dos possíveis impactos ao campus, a FALEST optou pela não oferta de turma de Letras Língua Inglesa, a fim de que os professores pudessem reorganizar as atividades das turmas já existentes, em especial 02 turmas concluintes no período 2024.2 e 01 turma concluinte no período 2024.4.

Com o desmembramento do curso de Letras Língua Inglesa para a criação da FALEST, havia a necessidade de uma representação discente vinculada à nova Faculdade. Com isso, é importante destacar a atuação dos alunos do curso na constituição do Centro Acadêmico de Letras Língua Inglesa (CALLING), com promoção de eventos, palestras, rodas de conversa que abrangem estudantes de todos os cursos da UFPA. Ainda, ressalta-se que o CALLING se constituiu a partir da independência da FALEST, antes faz parte do Centro Acadêmico de Letras (CAL), um dos mais antigos do Campus de Bragança e em plena funcionalidade, que abrangia alunos dos dois cursos de Letras do CBRAG. O CALLING vem atuando na promoção de eventos, palestras, rodas de conversa que abrangem não apenas os alunos do curso, mas também de outros cursos do Campus.

A FALEST, para além das suas atividades de ensino, realiza também uma série de atividades de pesquisa e extensão que muito tem contribuído para o desenvolvimento do CBRAG e com a internacionalização da UFPA. O projeto O Projeto Inglês Multicampi, financiado pela PROINTER que já atende outros campi da instituição tem como objetivo o desenvolvimento das habilidades compreensão e produção oral e escrita em Língua Inglesa. A primeira turma de Inglês no Campus Bragança, vinculada à FALEST, iniciou no segundo semestre de 2022. Atualmente, a FALEST supervisiona duas turmas em funcionamento, em dois turnos: terça-feira e quarta-feira à tarde e uma turma sábado pela manhã. Além de contribuir para a formação linguística da comunidade interna do campus, o projeto propicia o desenvolvimento da identidade docente de professores de Inglês que atuam como bolsistas monitores e estão vinculados à Faculdade de Línguas Estrangeiras (FALEST). Outro projeto que tem atuado para a internacionalização da UFPA é o Idiomas sem Fronteiras (IsF-Nucli- UFPA). O projeto oferece cursos de curta duração voltados para discentes, docentes e técnicos administrativos do campus com aulas ministradas por graduandos bolsistas do curso de Letras Inglês (01 em 2023; 01 em 2024).

No ano de 2023, o IsF-Bragança ofertou dois cursos presenciais com vinte e cinco (25) vagas cada e um online (oferta nacional) também com vinte e cinco (25) vagas. No ano de 2024, ofertamos seis (06) turmas presenciais e quatro (04) online, com 25 vagas cada. Além desses dois projetos, está em elaboração o Projeto de Curso Livre de Inglês da Faculdade que visa ampliar a formação linguística tanto da comunidade interna como externa.

Desejamos ampliar as ações de extensão para além dos muros da UFPA e tentar alcançar os estudantes de escolas públicas que desejem ter a formação linguística em Inglês. Pretendemos iniciar o projeto com três (03) turmas já em 2025, com previsão de atender uma média de setenta e cinco (75) estudantes do ensino médio. O projeto *English as a Medium of Instruction* (EMI Brazil) atua especificamente com a internacionalização e já atendeu dois (02) bolsistas PIBIC e dois (02) voluntários PIVIC. Atualmente, firmou parceria com a *University College London*, via Edital PACI-PROESP.

A Faculdade também tem atuado em outras frentes como a inovação. O Projeto de ensino *Teacher Plus Experience* que está em sua segunda edição foi contemplado recentemente com 01 bolsa no Edital PROEG-MONITORIA 25/2023 e atua com ações voltadas para o desenvolvimento do Letramento Linguístico, Digital e da Autonomia dos discentes do curso. As oficinas, chamadas de *Brush Ups*, são ministradas regularmente e

com participação dos discentes dos Polos de Capanema e Viseu (de forma remota). O Projeto de extensão *FALA FALEST* é resultado do momento vivido na pandemia do COVID-19 que isolou o mundo das interações sociais presenciais e inseriu na vida acadêmica a discussão sobre o ensino remoto e, com isso, foram realizadas LIVES no *youtube* (canal do projeto) para tratar, principalmente, das questões concernentes às dificuldades encontradas pelos docentes e pelos discentes quanto a essa “nova” modalidade de ensino.

Após um ano do *FALA FALEST* foi iniciado um subprojeto chamado *PODFALAH*. Na edição de 2024, o projeto retoma as atividades com uma nova coordenação e ações. Contemplado pelo Edital 01-PIBEX 2024 com uma (01) bolsa monitoria e dois (03) voluntários, o *FALA FALEST* atua na produção de conteúdo digital nas redes sociais da faculdade. Futuramente, pretendemos dar continuidade ao *podcast* com temas diversos.

O projeto *Pop Culture* tem como objetivo analisar como a cultura pop e materiais autênticos podem servir de recursos metodológicos para o ensino intercultural de língua inglesa para estudantes brasileiros. Atualmente, o projeto conta com três (03) bolsistas PIBIC, um (01) PIVIC e quatro (04) voluntários. Outro projeto que tem atuado proeminentemente na pesquisa é o CRENAC que se propõe a investigar, em textos literários pertencentes a Literatura Anglófona (literatura escrita em Língua Inglesa) a presença da categoria Resistência.

O projeto tem sido contemplado frequentemente com bolsas PIBIC e FAPESPA possui três (03) alunos de mestrado vinculados ao PPLSA. Também contamos com pesquisas na área dos Estudos da Tradução por meio do projeto *Estudos da Tradução: Multifaces e Multisemioses* (ET-Multi) que visa ampliar estudos na área, especialmente em contexto amazônico, e já foi contemplado com bolsa PIBIC. Outro projeto que destacamos é o *English Tour: Ensino de Língua Inglesa para profissionais do Turismo*, contemplado com uma bolsa pelo Programa Eixo Transversal/2024, que visa atuar com o ensino de Inglês para fins específicos voltado para a área do Turismo, e que conta com uma (01) bolsista e seis (06) voluntários.

A FALEST iniciou recentemente um projeto, em parceria com a FALÉ, que visa a criação de um Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Inovação na Amazônia (PPGLIAM), resultado do avanço da pós-graduação em nível multicampi na UFPA. O programa visa atender uma demanda reprimida na área de Letras que tem formado um número significativo de egressos e visa também expandir a atuação do corpo docente que ainda não tem vínculo com outros programas de pós-

graduação *stricto sensu*.

▪ **Faculdade de Matemática (FAMAT)**

A referida Subunidade oferta o Curso de Licenciatura em Matemática no Campus de Bragança e turma flexibilizada para o polo da Capanema. Há que se destacar que a referida Faculdade de Matemática no Campus de Bragança, desde sua implantação em 2009, possui uma demanda crescente de estudantes. O que se refletiu num aumento substancial e qualitativo das turmas ofertadas. Hoje conta com 11 professores, para 5 turmas de graduação em Matemática e 2 turmas de Pós-Graduação em nível de mestrado em Matemática, com entrada de turmas contínuas e um curso de Especialização Docência em Matemática e Práticas Pedagógicas já aprovado pela Faculdade de Matemática.

A FAMAT, para além das suas atividades de ensino, realiza também uma série de pesquisa e extensão multidisciplinares que envolvam os outros cursos de graduação do Campus de Bragança. Nesses projetos multidisciplinares o enfoque principal é mostrar a aplicabilidade e importância da Matemática nos mais diversos ramos do conhecimento. Nosso entendimento sobre pesquisa, enquanto base do tripé universitário ensino-pesquisa-extensão, possibilita produção de conhecimentos científicos e se relaciona intrinsecamente com as intervenções extensionistas e de ensino que pode propiciar a formação integral do discente, articulando teoria e prática, na construção/reconstrução de conhecimentos adquiridas na interação com a academia e com a sociedade.

Nesse pensar, entendemos que o envolvimento do discente com a pesquisa e a extensão aproxima o mesmo das questões que envolvem a sociedade, ao mesmo tempo em que os instiga a produzir na perspectiva do desenvolvimento social, político e cultural da região amazônica. As linhas de pesquisa que nortearão os projetos, e a criação futura de um curso de Pós-Graduação no curso de Licenciatura em Matemática são: Educação Matemática, Modelagem Matemática e Computacional, Métodos Computacionais, Equações Diferenciais.

Avaliação para Aprendizagem da Matemática, Novas Tecnologias aplicadas à Educação Matemática, Álgebra e Geometria. Além disso, nossa intenção é estimular o aluno para participar como bolsista ou de forma voluntária em atividades de pesquisas, através de projetos de Iniciação Científica, Projetos de Monitoria, Incentivo e apoio a participação de docentes e alunos em eventos científicos.

A faculdade de Matemática vem desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa e extensão em parcerias com outras faculdades do campus de Bragança. Projetos de Ensino

articulando aspectos teórico-metodológicos do ensino da matemática na formação inicial do licenciando em matemática; Projetos de Pesquisa: Aprendizagens Matemática no Contexto da Iniciação da Formação Docente na Licenciatura em Matemática no Campus de Bragança-PA; Sobre a existência e estabilidade assintótica de soluções de modelos: viscoelásticos, poro-elástico e piezoelétrico; Existência, unicidade e decaimento para um sistema de mistura ternária de sólidos com amortecimento Kelvin-Voigt; Espectroscopia fototérmica em produtos naturais da Amazônia (microrregião bragantina); Programa de Nivelamento da Aprendizagem nas Áreas de Linguagem, Ciências Exatas e da Natureza.

▪ **Faculdade de História (FAHIST)**

A Faculdade de História da UFPA em Bragança destaca-se por sua atuação sólida no ensino de História, com o curso de Licenciatura estruturado para atender às demandas regionais de formação de professores e pesquisadores. O currículo inclui núcleos de conteúdo histórico-historiográfico, pedagógico, atividades complementares, estágio e Trabalho de Conclusão de Curso. O curso oferta vagas nos turnos vespertino e noturno, em regimes extensivo e intensivo, com carga horária significativa, o que possibilita o aprofundamento teórico e prático na formação dos licenciados.

A referida Subunidade oferta ainda o Curso de Licenciatura em História nas modalidades extensiva e intensiva na sede do CBRAG e fora de sede, município de Capanema. Em 2024 foi aprovado o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR/Equidade), com a oferta atual nos municípios de Capitão Poço (Aldeia Tembê) e Goianésia do Pará (Aldeia Barreirinha).

No campo da pesquisa, a Faculdade participa de diversos projetos que exploram aspectos históricos, culturais e sociais da Amazônia, contam também com investigações sobre música popular e festa de grupos afro e caboclos no Pará pós-abolição, e estudo de arquivos históricos e memória local. Também desenvolve iniciativas voltadas à preservação documental e digitalização, bem como produção de acervos históricos, permitindo que estudantes e docentes investiguem fontes primárias que dialogam diretamente com a realidade regional, ampliando a historiografia amazônica.

A extensão universitária é outro eixo importante de atuação da Faculdade de História em Bragança. Ela articula atividades com a comunidade, escolas, instituições culturais e órgãos públicos para promoção da memória histórica e patrimonial. Exemplos disso são a organização da Semana Nacional de Arquivos em Bragança, que debate

patrimônio cultural, memória e importância dos acervos locais; projetos envolvendo comunidades afro-indígenas e quilombolas; e exposições culturais como “UFPA em Bragança 30 anos: histórias e memórias”.

A Faculdade também possui papel histórico relevante para a interiorização do ensino superior no Pará. Desde que foi ofertado o Curso de História em Bragança (primeiramente em regime intensivo / intervalar em anos anteriores) até sua regularização em 2009, houve uma expansão de acesso de estudantes de diversos municípios da região. Isso permitiu não só formar professores para a Educação Básica, mas também fomentar produção acadêmica regional, descentralizando o ensino e ampliando o alcance da UFPA no interior.

Além disso, a Faculdade de História opera como espaço de inserção interdisciplinar e de articulação com laboratórios e os acervos locais, como o Laboratório de História e Patrimônio Cultural da Amazônia (LABHIST), sustentando iniciativas de pesquisa que utilizam memórias, patrimônio, arquivos, museus, práticas culturais (como festividades, instrumentos musicais tradicionais). Essas ações permitem que o conhecimento histórico contemporâneo interaja com as tradições locais, valorizando identidades culturais e ampliando a responsabilidade social da universidade.

O Laboratório de História (LABHIST) da Universidade Federal do Pará – Campus Bragança – constitui-se como um espaço essencial de preservação, pesquisa e difusão do patrimônio documental da região nordeste paraense. Uma de suas principais frentes de atuação está na preservação de fontes documentais locais e regionais, com destaque para o trabalho de catalogação, organização e conservação de acervos significativos, como os do Fórum da Comarca de Bragança (acervo judicial) e os documentos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) referentes à 2ª Inspeção Regional do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Essas fontes são de valor inestimável para historiadores, pesquisadores, estudantes e para a comunidade em geral, pois permitem compreender melhor os processos históricos da região, frequentemente ausentes nos grandes centros de pesquisa e nos acervos nacionais.

No campo da produção acadêmica e da pesquisa, o LABHIST vem desenvolvendo iniciativas que fortalecem a produção de conhecimento sobre a história local, a memória afro-indígena, o patrimônio cultural e a identidade amazônica. Entre os projetos de destaque está “*Saberes e Memórias: O SPI e a Presença Afro-Indígena na Amazônia*”, que busca reunir e disponibilizar fontes documentais no espaço denominado “Memória Afroindígena”, instalado no próprio laboratório. Além disso, o LABHIST atua em

projetos de extensão que envolvem diretamente a comunidade local e as escolas da região, promovendo a digitalização de documentos, a elaboração de catálogos e a produção de materiais audiovisuais. Essas ações integram ensino, pesquisa e extensão, estimulando o diálogo entre o saber acadêmico e as experiências históricas e culturais das populações amazônicas.

Enquanto espaço de educação e formação, o LABHIST oferece suporte a estudantes de graduação e pós-graduação, que utilizam seus acervos para a realização de pesquisas, elaboração de trabalhos acadêmicos, oficinas e eventos científicos. O laboratório também se configura como um espaço de extensão e formação cidadã, por meio de atividades como a Semana Nacional de Arquivos, que promove debates, oficinas e rodas de conversa sobre a importância da preservação documental e da memória histórica. Essas ações contribuem para o fortalecimento da consciência histórica, da cidadania e da memória coletiva, aproximando a universidade da sociedade.

A integração entre universidade e comunidade é outro eixo central da atuação do LABHIST. Ao abrir seus acervos, projetos e eventos ao público externo — escolas, instituições civis, órgãos públicos e moradores locais — o laboratório estabelece uma ponte efetiva entre o conhecimento acadêmico e as práticas sociais e culturais da região. Essa interação permite que narrativas frequentemente silenciadas ou invisibilizadas sejam resgatadas, promovendo o reconhecimento e a valorização da história e das identidades locais.

Por fim, o LABHIST também contribui para a formulação de políticas públicas e o avanço da pesquisa institucional, uma vez que seus acervos e parcerias interinstitucionais oferecem subsídios concretos para iniciativas voltadas à preservação do patrimônio, à gestão cultural e ao fortalecimento da memória histórica. O acesso a fontes primárias organizadas e confiáveis possibilita que pesquisadores e gestores públicos desenvolvam estudos e projetos capazes de influenciar políticas municipais, estaduais e federais voltadas à valorização da memória, da cultura e do patrimônio da região bragantina e da Amazônia como um todo.

▪ **Faculdade de História (FAHIST)**

A Faculdade de História da UFPA em Bragança destaca-se por sua atuação sólida no ensino de História, com o curso de Licenciatura estruturado para atender às demandas regionais de formação de professores e pesquisadores. O currículo inclui núcleos de conteúdo histórico-historiográfico, pedagógico, atividades complementares, estágio e

Trabalho de Conclusão de Curso. O curso oferta vagas nos turnos vespertino e noturno, em regimes extensivo e intensivo, com carga horária significativa, o que possibilita o aprofundamento teórico e prático na formação dos licenciados.

A referida Subunidade oferta ainda o Curso de Licenciatura em História nas modalidades extensiva e intensiva na sede do CBRAE e fora de sede, município de Capanema. Em 2024 foi aprovado o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR/Equidade), com a oferta atual nos municípios de Capitão Poço (Aldeia Tembê) e Goianésia do Pará (Aldeia Barreirinha).

No campo da pesquisa, a Faculdade participa de diversos projetos que exploram aspectos históricos, culturais e sociais da Amazônia, contam também com investigações sobre música popular e festa de grupos afro e caboclos no Pará pós-abolição, e estudo de arquivos históricos e memória local. Também desenvolve iniciativas voltadas à preservação documental e digitalização, bem como produção de acervos históricos, permitindo que estudantes e docentes investiguem fontes primárias que dialogam diretamente com a realidade regional, ampliando a historiografia amazônica.

A extensão universitária é outro eixo importante de atuação da Faculdade de História em Bragança. Ela articula atividades com a comunidade, escolas, instituições culturais e órgãos públicos para promoção da memória histórica e patrimonial. Exemplos disso são a organização da Semana Nacional de Arquivos em Bragança, que debate patrimônio cultural, memória e importância dos acervos locais; projetos envolvendo comunidades afro-indígenas e quilombolas; e exposições culturais como “UFPA em Bragança 30 anos: histórias e memórias”.

A Faculdade também possui papel histórico relevante para a interiorização do ensino superior no Pará. Desde que foi ofertado o Curso de História em Bragança (primeiramente em regime intensivo / intervalar em anos anteriores) até sua regularização em 2009, houve uma expansão de acesso de estudantes de diversos municípios da região. Isso permitiu não só formar professores para a Educação Básica, mas também fomentar produção acadêmica regional, descentralizando o ensino e ampliando o alcance da UFPA no interior.

Além disso, a Faculdade de História opera como espaço de inserção interdisciplinar e de articulação com laboratórios e os acervos locais, como o Laboratório de História e Patrimônio Cultural da Amazônia (LABHIST), sustentando iniciativas de pesquisa que utilizam memórias, patrimônio, arquivos, museus, práticas culturais (como

festividades, instrumentos musicais tradicionais). Essas ações permitem que o conhecimento histórico contemporâneo interaja com as tradições locais, valorizando identidades culturais e ampliando a responsabilidade social da universidade.

O Laboratório de História (LABHIST) da Universidade Federal do Pará – Campus Bragança – constitui-se como um espaço essencial de preservação, pesquisa e difusão do patrimônio documental da região nordeste paraense. Uma de suas principais frentes de atuação está na preservação de fontes documentais locais e regionais, com destaque para o trabalho de catalogação, organização e conservação de acervos significativos, como os do Fórum da Comarca de Bragança (acervo judicial) e os documentos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) referentes à 2ª Inspeção Regional do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Essas fontes são de valor inestimável para historiadores, pesquisadores, estudantes e para a comunidade em geral, pois permitem compreender melhor os processos históricos da região, frequentemente ausentes nos grandes centros de pesquisa e nos acervos nacionais.

No campo da produção acadêmica e da pesquisa, o LABHIST vem desenvolvendo iniciativas que fortalecem a produção de conhecimento sobre a história local, a memória afro-indígena, o patrimônio cultural e a identidade amazônica. Entre os projetos de destaque está **“Saberes e Memórias: O SPI e a Presença Afro-Indígena na Amazônia”**, que busca reunir e disponibilizar fontes documentais no espaço denominado “Memória Afroindígena”, instalado no próprio laboratório. Além disso, o LABHIST atua em projetos de extensão que envolvem diretamente a comunidade local e as escolas da região, promovendo a digitalização de documentos, a elaboração de catálogos e a produção de materiais audiovisuais. Essas ações integram ensino, pesquisa e extensão, estimulando o diálogo entre o saber acadêmico e as experiências históricas e culturais das populações amazônicas.

Enquanto espaço de educação e formação, o LABHIST oferece suporte a estudantes de graduação e pós-graduação, que utilizam seus acervos para a realização de pesquisas, elaboração de trabalhos acadêmicos, oficinas e eventos científicos. O laboratório também se configura como um espaço de extensão e formação cidadã, por meio de atividades como a Semana Nacional de Arquivos, que promove debates, oficinas e rodas de conversa sobre a importância da preservação documental e da memória histórica. Essas ações contribuem para o fortalecimento da consciência histórica, da cidadania e da memória coletiva, aproximando a universidade da sociedade.

A integração entre universidade e comunidade é outro eixo central da atuação do LABHIST. Ao abrir seus acervos, projetos e eventos ao público externo — escolas, instituições civis, órgãos públicos e moradores locais — o laboratório estabelece uma ponte efetiva entre o conhecimento acadêmico e as práticas sociais e culturais da região. Essa interação permite que narrativas frequentemente silenciadas ou invisibilizadas sejam resgatadas, promovendo o reconhecimento e a valorização da história e das identidades locais.

Por fim, o LABHIST também contribui para a formulação de políticas públicas e o avanço da pesquisa institucional, uma vez que seus acervos e parcerias interinstitucionais oferecem subsídios concretos para iniciativas voltadas à preservação do patrimônio, à gestão cultural e ao fortalecimento da memória histórica. O acesso a fontes primárias organizadas e confiáveis possibilita que pesquisadores e gestores públicos desenvolvam estudos e projetos capazes de influenciar políticas municipais, estaduais e federais voltadas à valorização da memória, da cultura e do patrimônio da região bragantina e da Amazônia como um todo.

▪ **Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA)**

O Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), sediado no Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará, constitui uma das principais iniciativas acadêmicas voltadas à produção de conhecimento interdisciplinar sobre a realidade amazônica. Com área de concentração em *Linguagens e Saberes*, o programa busca compreender as múltiplas formas de expressão, saberes e práticas culturais existentes na região, articulando a pesquisa científica à valorização dos conhecimentos tradicionais e às demandas sociais das populações locais. Sua proposta está alinhada à missão institucional da UFPA de interiorizar o ensino superior com qualidade, contribuindo para o desenvolvimento humano, social e cultural da Amazônia oriental.

O PPLSA estrutura-se em quatro linhas de pesquisa que se complementam e dialogam entre si. A primeira, Educação, Linguagens e Interculturalidade na Amazônia, dedica-se a investigar políticas públicas, práticas pedagógicas e curriculares em contextos amazônicos, com ênfase na formação de professores, na educação intercultural e nas relações étnico-raciais presentes nos espaços escolares e comunitários. A segunda linha, Língua, Cultura e Tradução na Amazônia, abrange estudos sobre variação e contato linguístico, línguas indígenas e regionais, tradução e identidade, bem como a análise das

relações entre linguagem, cultura e poder, promovendo a valorização das expressões linguísticas e literárias amazônicas.

A terceira linha, Narrativas, Memórias e Imagens na Amazônia, contempla pesquisas sobre narrativas orais e escritas, memória social, patrimônio cultural e representações visuais, destacando as formas simbólicas e discursivas por meio das quais os sujeitos amazônicos constroem e transmitem suas experiências históricas e culturais. Já a quarta linha, Sociobiodiversidade e Saúde na Amazônia, integra estudos sobre saberes tradicionais, práticas de saúde e sustentabilidade ambiental, abordando as interações entre sociedade e natureza, as políticas públicas de saúde coletiva e as dinâmicas socioculturais de comunidades tradicionais e ribeirinhas.

Essas linhas de pesquisa articulam-se a grupos e projetos vinculados ao programa, como o Grupo de Estudos Socioambientais Costeiros (ESAC), o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros (NEAB) e o Grupo de Estudos em Educação de Jovens e Adultos (GUEAJA), entre outros. Por meio dessa estrutura, o PPLSA reafirma o compromisso da UFPA com a formação de pesquisadores críticos e comprometidos com a transformação social, a valorização dos saberes locais e a consolidação da Amazônia como espaço legítimo de produção científica, cultural e educativa. Atualmente, o PPLSA oferta diversas turmas, sendo 03 no Campus de Bragança e 01 turma Campus de Soure. São 102 estudantes regularmente matriculados. Ademais, é importante destacar que há a Associação de estudantes de Pós.

▪ **Programa de Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT)**

Atualmente, oferta o Curso de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, com concentração na área disciplinar Matemática, está sediado no Campus Universitário de Bragança, com vínculo à Faculdade de Matemática.

O PROFMAT visa atender prioritariamente professores de Matemática em exercício na Educação Básica, especialmente de escolas públicas, que busquem aprimoramento em sua formação profissional, com ênfase no domínio aprofundado de conteúdo matemático relevante para sua docência. O PROFMAT foi recomendado pela CAPES, reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e validado pelo Ministério da Educação com nota 5 (nota máxima para programas de mestrado).

O PROFMAT — Programa de Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional, oferecido em regime semipresencial pela UFPA no polo de Bragança, destina-se prioritariamente a professores de Matemática em exercício na Educação Básica,

especialmente da rede pública, que buscam aprimorar sua formação profissional com ênfase no aprofundamento de conteúdos matemáticos relevantes para a prática docente. O programa está integrado à Rede PROFMAT, coordenada pela Sociedade Brasileira de Matemática e apoiada pela CAPES, e articula-se no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. A partir de 2018, Bragança passou a integrar o programa como polo ofertante, com vagas específicas para professores locais, o que fortalece a política multicampi da UFPA e amplia o acesso ao mestrado profissional sem necessidade de deslocamento para Belém ou outras sedes.

Quanto às linhas de pesquisa, o PROFMAT, suas atuações envolvem: (i) aprimoramento de conteúdos matemáticos relevantes para a Educação Básica; (ii) uso de tecnologias no ensino de Matemática; (iii) formação continuada de professores; (iv) estudo de metodologias didáticas inovadoras para ensino de Matemática; e (v) divulgação e popularização da Matemática junto às comunidades escolares, com ênfase em melhorar o aprendizado e a apropriação conceitual pelos estudantes. Estas áreas de atuação são alinhadas com os objetivos do PROFMAT de contribuir para a qualidade do ensino de Matemática no Brasil, por meio da formação de docentes mais bem preparados tanto em conteúdo quanto em prática pedagógica.

Quadro 1: Síntese das áreas de atuação e potencialidades

CURSO	ÁREAS DE EXCELÊNCIA / POTENCIALIDADES
Matemática	- Histórico de atuação no aprimoramento docente, produção de pesquisas sobre ensino de matemática, problemas de evasão no curso, temas de metodologias de ensino, formação de professores. - Potencial adequado para atuar na educação básica, suprimindo carência de professores de matemática, sobretudo em municípios próximos, interior, comunidades rurais. O curso tem oferta anual no regime regular.
Letras (Língua Portuguesa e Inglês)	- Perfil forte de atuação docente em escolas de Educação Básica, tanto no ensino de Português quanto de Inglês, literatura, variação linguística, culturas locais. O PPC do curso pede reflexão crítica sobre realidade histórica, social e cultural do Estado do Pará. - Produção cultural e literária onde estudantes produzem contos e crônicas a partir de identidade, experiências cotidianas, literatura paraense. - A Faculdade de Letras de Bragança atua ainda culturalmente mediante extensão, oficinas literárias, letramento, capacitação de professores de língua Portuguesa - Potencial para fortalecer ensino de línguas estrangeiras como instrumento de acesso a saberes, intercâmbio cultural.

História	- Área de excelência em pesquisa e extensão ligada à História Social, memória local, ensino de História, produção historiográfica regional. - O curso busca formar professores com reflexão crítica sobre epistemologia histórica, prática historiográfica, metodologias de pesquisa histórico-cultural. - Potencial para atuação junto à preservação do patrimônio cultural local, memória oral, festas populares, museus, arquivos, educação patrimonial.
Pedagogia	- Fortíssima competência em formação de professores para Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, além de gestão escolar/coordenação pedagógica. PPC atual determina isso claramente. - Há grupos de pesquisa / extensão que tratam de “Saberes Culturais e Educação Amazônica” conectando o curso com realidades regionais, culturas locais, identidades. - Potencial de impacto em políticas públicas educacionais locais, no fortalecimento de redes escolares, formação continuada, apoio às escolas municipais e estaduais. - Possibilidade de atuação em espaços não escolares, comunitários, culturais, administrativo-pedagógicos.
Mestrado Profissional em Ensino de Matemática	Destaca-se como uma das principais áreas de excelência acadêmica do Campus Bragança, integrando a rede nacional de pós-graduação coordenada pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). - Voltado à formação continuada de professores da Educação Básica, com sólida base teórica e foco na aplicação pedagógica da Matemática. - Promove a produção de dissertações e materiais didáticos voltados à realidade amazônica, articulando teoria e prática no ensino da Matemática. - Atua de forma estratégica na interiorização da pós-graduação stricto sensu, permitindo o acesso de professores de municípios do nordeste paraense à formação de qualidade. - Contribui para a melhoria do ensino de Matemática na educação pública, ofertando cursos, oficinas e ações formativas em parceria com escolas da região. - Potencial elevado para fortalecer redes de pesquisa e inovação pedagógica, ampliando o impacto social e educacional da UFPA no território amazônico.
PPLSA – Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia	Programa interdisciplinar de referência regional, com foco na valorização das culturas, línguas, saberes tradicionais e práticas sociais amazônicas. - Integra docentes e discentes de diferentes áreas, promovendo pesquisas sobre educação, etnicidade, oralidades, linguagens, memória, território e identidades amazônicas. - Forte inserção social e comunitária, com projetos que envolvem povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais. - Produz conhecimento crítico e decolonial, contribuindo para

	a formação de pesquisadores comprometidos com a diversidade cultural e linguística da Amazônia. - Potencial para consolidar-se como centro de referência na pesquisa em humanidades amazônicas, integrando saberes acadêmicos e populares. - Atua como espaço de formação para egressos dos cursos de graduação do Campus Bragança (Letras, História e Pedagogia), fortalecendo a continuidade da formação científica na região.

Fonte: Elaboração própria

1.4.2. Impacto Socioeconômico

1.4.2.1. Geração de emprego e renda

O Campus Universitário de Bragança da UFPA exerce um papel significativo no desenvolvimento socioeconômico da região. A presença da universidade contribui diretamente para a **geração de emprego e renda**, tanto no âmbito interno quanto externo. Internamente, a unidade emprega docentes, técnicos administrativos e profissionais de apoio, criando oportunidades de trabalho qualificado. Externamente, o campus movimenta a economia local por meio da demanda por serviços de transporte, alimentação, moradia estudantil, comércio e outros setores que atendem à comunidade acadêmica.

1.4.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

O campus desempenha função estratégica na contribuição para cadeias produtivas regionais. Cursos voltados para áreas como Engenharia, Pedagogia, História e Letras formam profissionais capazes de atuar diretamente nos setores educacional, cultural, ambiental e tecnológico da região. Os projetos de pesquisa aplicada e extensão promovidos pelo campus também geram soluções inovadoras para desafios locais, apoiando atividades produtivas sustentáveis, como manejo ambiental, educação e turismo cultural, fortalecendo a economia e promovendo desenvolvimento territorial.

1.4.2.3. Parcerias institucionais

O campus também se destaca pelo estabelecimento de parcerias institucionais, envolvendo órgãos públicos, instituições privadas e organizações comunitárias. Essas parcerias permitem a realização de projetos conjuntos, intercâmbio de conhecimento, estágios e capacitação profissional, beneficiando tanto os estudantes quanto a comunidade regional. A articulação com municípios, secretarias estaduais e associações locais potencializa o impacto social e econômico das ações universitárias, consolidando

o campus como um agente de transformação e desenvolvimento na Amazônia Oriental.

Dados da Pró-Reitoria de ensino de Graduação indicam que, entre os anos de 2015 e 2024, o Campus Universitário de Bragança totalizou 1.653 egressos distribuídos entre os cursos de História, Letras – Português, Línguas Estrangeiras, Matemática e Pedagogia, incluindo modalidades regulares e intensivas, e polos complementares em Capanema, Viseu e Santa Luzia do Pará. Dentre esses, o curso de Pedagogia contribuiu para a formação de 275 profissionais da educação em Bragança e outros 151 formados nas extensões de Capanema, Viseu e Santa Luzia, somando 426 formados no período, evidenciando o papel central do campus na preparação de docentes para atuar na Educação Básica regional.

Os cursos de Letras – Inglês ofertados pela Universidade Federal do Pará, nos campi de Bragança e Capanema, apresentam um quadro consolidado de formação de professores para o ensino de língua inglesa na região nordeste do Pará. Ao todo, foram registrados 235 concluintes nos últimos anos, distribuídos entre os cursos regulares e intensivos, o que evidencia a relevância da área na política de interiorização e fortalecimento do ensino superior público.

No Campus de Bragança, o curso regular de Letras – Inglês reúne o maior número de formados, totalizando 115 concluintes. Esse resultado demonstra a consolidação da oferta e a expressiva demanda por formação docente em língua estrangeira, refletindo a importância do curso na rede de ensino regional. Além disso, o curso Intensivo de Bragança, com 33 concluintes, tem se mostrado uma alternativa significativa de qualificação para profissionais em exercício, contribuindo para a formação continuada e para a ampliação do acesso à graduação.

No Campus de Capanema, o curso regular contabiliza 81 concluintes, resultado que indica a consolidação gradual do curso e sua contribuição direta para o desenvolvimento educacional da região. O curso Intensivo de Capanema, por sua vez, apresenta 6 concluintes, número menor, mas que revela o papel estratégico dessa modalidade para atender demandas específicas de formação e atualização profissional.

A análise comparativa evidencia que o Campus de Bragança concentra cerca de 63% dos concluintes, enquanto Capanema responde por 37%, confirmando a posição de Bragança como polo formativo de referência na área de Letras – Inglês. Esse protagonismo está relacionado à tradição acadêmica do campus, à experiência acumulada na formação de professores e à articulação com programas de pós-graduação e extensão.

Os cursos de **História** ofertados pela Universidade Federal do Pará, nos campi de **Bragança e Capanema**, revelam uma trajetória consolidada de formação de profissionais qualificados, com importante impacto educacional, social e cultural na região nordeste do Pará. No total, foram **309 concluintes** ao longo dos últimos anos, sendo **226** do curso de História – Bragança, **60** de História – Capanema e **23** do curso de História – Intensivo – Bragança. Esses números reforçam o papel estratégico desses cursos na formação de professores e pesquisadores comprometidos com a valorização da memória, da cultura e da história amazônica.

O curso de **História – Bragança** é o que apresenta o maior número de concluintes, o que demonstra sua consolidação e relevância acadêmica dentro da estrutura da UFPA. Ao longo de mais de uma década, o curso vem se destacando pela consistência na formação docente, pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e pela atuação de seus egressos nas redes públicas de ensino da região. As turmas regulares mantêm uma média expressiva de concluintes por ano, o que reflete tanto a demanda local quanto a permanência de políticas institucionais de apoio ao estudante.

No **Campus de Capanema**, o curso de História, com **60 concluintes**, também cumpre papel fundamental no processo de interiorização da universidade. Apesar de números menores em comparação a Bragança, observa-se uma consolidação progressiva, com turmas estáveis e egressos atuando nas escolas municipais e estaduais. O curso se firma como alternativa formativa relevante, ampliando o acesso ao ensino superior e contribuindo para o fortalecimento do ensino de História na região nordeste do estado.

Já o curso de **História – Intensivo – Bragança, com 23 concluintes**, representa uma modalidade estratégica de formação, voltada especialmente a profissionais que já atuam na educação e buscam complementação de estudos ou formação continuada. Essa oferta tem contribuído para reduzir lacunas de formação docente e assegurar que mais professores possam alcançar a titulação necessária para o exercício profissional, promovendo a qualificação das redes de ensino.

De modo geral, a análise revela que o **Campus de Bragança concentra cerca de 80% dos concluintes**, confirmando sua posição como polo histórico e acadêmico consolidado na formação em História. A integração entre os cursos dos dois campi fortalece a presença institucional da UFPA na região e amplia o alcance de suas ações formativas, sobretudo por meio de projetos de pesquisa e extensão que valorizam a história regional, as memórias locais e o patrimônio cultural amazônico.

Os cursos de **Letras – Português** ofertados pela Universidade Federal do Pará, nos campi de **Bragança e Capanema**, revelam uma trajetória consolidada e de grande impacto na formação docente e na promoção da educação linguística na região nordeste do estado. No total, foram contabilizados **343 concluintes**, sendo **203** no curso de Letras – Português (Bragança), **112** no curso de Letras – Português (Capanema) e **28** no curso de Letras – Português Intensivo (Bragança). Esses números confirmam a relevância estratégica desses cursos para a política de interiorização da UFPA e para a valorização da língua portuguesa como instrumento de inclusão social, identidade cultural e cidadania.

O curso de **Letras – Português do Campus de Bragança** apresenta o maior número de formados, o que reflete sua consolidação acadêmica e a forte inserção regional. A consistência no número de concluintes ao longo dos anos evidencia tanto a continuidade da oferta quanto o êxito das políticas institucionais de permanência e apoio estudantil. O curso tem se destacado pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com projetos voltados à leitura, escrita, linguística e literatura, além de ações que dialogam com escolas da rede pública e com comunidades locais. Essa atuação fortalece a formação crítica e comprometida de professores de língua portuguesa para a educação básica.

No **Campus de Capanema**, o curso de Letras – Português também apresenta um desempenho expressivo, com **112 concluintes**, consolidando-se como referência em sua microrregião. A expansão desse curso contribui diretamente para a democratização do acesso à educação superior e para a formação de docentes qualificados que atuam nas redes municipais e estaduais. A presença do curso no campus reforça o papel da UFPA na interiorização do ensino e no fortalecimento da identidade cultural amazônica por meio do estudo da língua e da literatura brasileira.

O curso de **Letras – Português Intensivo – Bragança**, com **28 concluintes**, constitui uma modalidade de grande importância estratégica. Destina-se, principalmente, a profissionais que já atuam na educação e buscam regularizar ou ampliar sua formação acadêmica. Essa modalidade tem cumprido função social relevante, permitindo a qualificação continuada e o aprimoramento pedagógico de docentes, o que contribui para a melhoria da qualidade do ensino público regional.

De forma geral, a análise demonstra que o **Campus de Bragança concentra aproximadamente 67% dos concluintes**, reforçando sua condição de polo histórico e formativo da UFPA na área de Letras. Já o **Campus de Capanema** se destaca pela

expansão e fortalecimento de seu quadro formativo, com grande potencial de crescimento e integração regional. Essa distribuição evidencia o êxito da política de interiorização e a importância dos cursos de Letras na formação de professores comprometidos com a realidade amazônica.

Os cursos de **Matemática** ofertados pela Universidade Federal do Pará, nos campi de **Bragança e Capanema**, demonstram uma trajetória sólida e de grande relevância para a formação docente na região nordeste do estado. No total, os dados registram **285 concluintes**, sendo **224** no curso regular de Matemática – Bragança, **1** no curso de Matemática – Intensivo – Bragança e **60** no curso de Matemática – Intensivo – Capanema. Esses números evidenciam a continuidade e a importância da formação em Matemática como área estratégica para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico da região.

O curso de **Matemática – Bragança** é o mais consolidado entre as ofertas, com **224 concluintes**, o que demonstra a maturidade do curso e a sua capacidade de atender à demanda local e regional por formação de professores qualificados. O curso possui forte inserção institucional, articulando-se com programas de pós-graduação, como o **PROFMAT (Mestrado Profissional em Ensino de Matemática)**, e desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão voltados ao aprimoramento do ensino de matemática, à formação continuada de professores e ao enfrentamento de desafios como a evasão e as dificuldades de aprendizagem. Essa integração entre ensino, pesquisa e extensão contribui para a excelência acadêmica e reforça o papel do campus como polo formador na área das ciências exatas.

O curso de **Matemática – Intensivo – Capanema**, com **60 concluintes**, revela-se uma alternativa relevante de formação docente voltada a públicos específicos, como professores em exercício e profissionais que buscam qualificação pedagógica. A modalidade intensiva tem desempenhado papel estratégico na democratização do acesso à formação superior, permitindo que educadores da rede básica obtenham titulação e aprimorem suas práticas pedagógicas. Esse formato também amplia o alcance da UFPA na região, fortalecendo sua função social e seu compromisso com a interiorização.

O curso de **Matemática – Intensivo – Bragança**, com **1 concluinte**, indica uma oferta pontual, possivelmente associada a uma turma específica ou programa experimental. Ainda assim, sua existência demonstra o esforço institucional em diversificar modalidades e atender diferentes perfis de estudantes, contribuindo para a formação de profissionais em áreas de alta demanda educacional.

De forma geral, observa-se que o **Campus de Bragança concentra aproximadamente 79% dos concluintes**, confirmando sua posição como centro de referência na formação de professores de Matemática na região nordeste do Pará. O **Campus de Capanema**, por sua vez, reforça o processo de expansão da universidade, com destaque para a modalidade intensiva como instrumento de inclusão e fortalecimento da formação docente.

Por sua vez, o curso de **Pedagogia** ofertado pela Universidade Federal do Pará, vinculados ao Campus Universitário de **Bragança** e suas unidades associadas (Capanema, Viseu e Santa Luzia do Pará), representam o eixo mais abrangente e estruturante da formação docente na região nordeste do estado. Ao todo, os dados indicam **481 concluintes**, distribuídos da seguinte forma: **275** no curso regular de Pedagogia – Bragança, **33** em Pedagogia – Capanema, **72** em Pedagogia – Intensivo – Bragança, **51** em Pedagogia – Intensivo – Capanema, **27** em Pedagogia – Intensivo – Viseu e **23** em Pedagogia – Santa Luzia do Pará. Esses números confirmam a amplitude e o impacto social da área, reafirmando o papel da UFPA como principal formadora de professores para a educação básica na mesorregião do Nordeste Paraense.

O curso de **Pedagogia – Bragança** apresenta o maior número de concluintes entre todas as ofertas, evidenciando sua consolidação acadêmica e sua capacidade de atender à elevada demanda regional por formação docente. Com **275 egressos**, o curso demonstra estabilidade e tradição, sustentadas por uma estrutura curricular sólida e por intensa articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O curso é reconhecido pela sua contribuição à qualificação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, bem como pela atuação junto a projetos que envolvem alfabetização, diversidade cultural e formação continuada de educadores.

O curso de **Pedagogia – Capanema**, com **33 concluintes**, também se destaca como importante iniciativa de interiorização, atendendo à demanda formativa de municípios vizinhos e contribuindo para a consolidação da educação pública regional. Embora o número absoluto de formados seja menor, sua atuação possui alto impacto local, especialmente na formação de educadores para escolas urbanas e rurais.

As modalidades **intensivas** desempenham papel estratégico na ampliação do acesso à educação superior. O curso de **Pedagogia – Intensivo – Bragança**, com **72 concluintes**, tem sido uma das principais alternativas para profissionais da educação que buscam regularização ou complementação de estudos, contribuindo para a valorização da carreira docente. De modo semelhante, o curso de **Pedagogia – Intensivo – Capanema**,

com **51 concluintes**, reforça o compromisso da universidade com a formação de professores em serviço, atuando diretamente na qualificação da educação básica. O curso de **Pedagogia – Intensivo – Viseu**, com **27 concluintes**, e o de **Pedagogia – Santa Luzia do Pará**, com **23 concluintes**, ampliam ainda mais o alcance da UFPA no acesso à formação superior pública e gratuita.

De forma geral, o conjunto de cursos de Pedagogia da UFPA, no eixo Bragança–Capanema, representa aproximadamente **40% de todos os formandos da região**, consolidando-se como núcleo central da política de interiorização universitária e de fortalecimento da educação básica. Essa capilaridade demonstra o impacto social da instituição, especialmente na formação de educadores comprometidos com o desenvolvimento humano, a inclusão e a melhoria da qualidade do ensino.

A oferta de cursos em modalidades intensivas, distribuídas em diversos polos, indica uma estratégia da UFPA de interiorização e de flexibilização do ensino, permitindo que professores em exercício na rede pública da região completem sua formação acadêmica sem a necessidade de se deslocarem para Belém. Essa estratégia é particularmente relevante para o Nordeste do Pará, uma região caracterizada por desafios de acesso à educação superior, dispersão geográfica e necessidade de valorização dos saberes locais.

Assim, a atuação do Campus Universitário de Bragança mostra-se alinhada à missão de formar profissionais da educação comprometidos com a realidade regional, fortalecendo a Educação Básica e contribuindo para a redução das desigualdades educacionais na região. A diversidade de cursos e polos reflete uma política institucional voltada à interiorização do ensino superior, à valorização da formação docente e ao atendimento às demandas específicas das comunidades do Nordeste paraense.

1.4.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.4.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

1.4.3.1.1. Contribuição para o Desenvolvimento Socioambiental e Cultural

As ações do Campus Bragança voltadas para saberes indígenas e tradicionais impactam diretamente o desenvolvimento socioambiental da região. O incentivo à pesquisa participativa e à extensão com enfoque intercultural fortalece a preservação ambiental, a sustentabilidade e a valorização de culturas locais. Ao integrar a questão étnico-racial, a universidade promove justiça social e inclusão, consolidando o papel da UFPA como agente transformador e respeitoso das diversidades cultural e ambiental da Amazônia.

1.4.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

1.4.3.2.1. Valorização de Saberes Pluriétnicos

O Campus Universitário de Bragança da UFPA tem desempenhado papel significativo na valorização e preservação dos saberes Pluriétnicos da região amazônica, especialmente os de comunidades indígenas e quilombolas. Projetos como o Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM) promovem a produção de materiais pedagógicos, como cartilhas e guias educativos sobre práticas culturais e conhecimentos ancestrais, fortalecendo a memória cultural e ambiental das comunidades. Tais iniciativas demonstram a integração entre pesquisa acadêmica e saberes locais, permitindo que todas as formas de conhecimento dialoguem com a tradição oral e práticas cotidianas das populações locais.

1.4.3.3. Projetos com comunidades tradicionais

1.4.3.3.1. Integração de Saberes Indígenas na Formação Acadêmica

O campus promove a inclusão de saberes indígenas na formação de seus estudantes por meio de programas de pós-graduação e extensão, como o Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) e o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR/Equidade). Além disso, as disciplinas e projetos acadêmicos incorporam conteúdos sobre cosmologias, línguas, técnicas de manejo de recursos naturais e práticas de cuidado ambiental de comunidades tradicionais, contribuindo para a valorização e preservação desses saberes dentro do contexto universitário e fora dele.

1.4.3.3.2. Reconhecimento e Divulgação de Saberes Étnico-Raciais

O campus realiza eventos acadêmicos e culturais para a valorização da diversidade étnico-racial e dos saberes indígenas. Além disso, a participação em conferências nacionais e internacionais permite que os saberes das populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas sejam reconhecidos, contribuindo para políticas públicas e programas de educação que promovam a equidade racial e o respeito à diversidade cultural.

1.4.4. Desafios e Oportunidades

1.4.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

O Campus Universitário de Bragança enfrenta desafios que impactam sua

expansão e inovação. Entre as principais limitações, destacam-se:

- **Dificuldades Orçamentárias:** A escassez de recursos financeiros compromete a realização de investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos e manutenção de laboratórios, essenciais para a qualidade do ensino e pesquisa.
- **Carência de Docentes e Técnicos Administrativos:** A falta de profissionais qualificados resulta em sobrecarga de trabalho para os servidores atuais e limita a oferta de cursos e programas de pós-graduação.
- **Infraestrutura:** A necessidade de modernização das instalações físicas, incluindo salas de aula, bibliotecas e espaços de convivência, é urgente para atender ao crescente número de estudantes e às exigências acadêmicas contemporâneas.
- **Atenção à Diversidade Regional:** É fundamental que o campus desenvolva estratégias para atender às especificidades culturais, sociais e econômicas da região bragantina, promovendo uma educação inclusiva e contextualizada.

1.4.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

- Apesar dos desafios, o Campus Bragança apresenta diversas potencialidades que podem ser exploradas para seu desenvolvimento:
- **Localização estratégica:** estar no litoral amazônico oferece oportunidades únicas para estudos costeiros.
- **Infraestrutura de pesquisa consolidada:** múltiplos laboratórios especializados de ensino
- **Interdisciplinaridade e articulação** entre graduação, pós-graduação e extensão com comunidades dialogantes.
- **Expansão da Oferta Acadêmica:** Há potencial para a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, especialmente nas áreas de Ciências Ambientais, Educação e Tecnologias Digitais, alinhados às demandas regionais.
- **Parcerias Institucionais:** O fortalecimento de colaborações com instituições de ensino superior, organizações não governamentais e empresas locais pode proporcionar recursos adicionais e ampliar as oportunidades de estágio e pesquisa para os estudantes.
- **Inovação e Pesquisa Aplicada:** A implementação de projetos de pesquisa voltados para soluções inovadoras que atendam às necessidades específicas da região,

como preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e valorização cultural, pode posicionar o campus como um centro de excelência em pesquisa aplicada.

- Apoio à Permanência Estudantil: A criação de programas de apoio à permanência, como bolsas de estudo, auxílio moradia e alimentação, é crucial para reduzir a evasão e garantir o sucesso acadêmico dos estudantes.
- Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável: Investimentos em infraestrutura sustentável, como a implementação de sistemas de energia solar e gestão eficiente de resíduos, podem melhorar a qualidade do ambiente acadêmico e reduzir custos operacionais a longo prazo.



1.5 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ/BREVES

1.5. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ–BREVES

Campus Universitário do Marajó–Breves constitui-se como uma importante unidade acadêmica da Universidade Federal do Pará (UFPA) na mesorregião do Marajó Ocidental, desempenhando papel estratégico na ampliação do acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade na região. Ao longo de sua trajetória, o Campus tem contribuído para a formação de profissionais, especialmente nas áreas de licenciatura e ciências sociais aplicadas, além de fortalecer ações de pesquisa e extensão voltadas às demandas sociais, educacionais e culturais do território marajoara.

Com a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como iniciativas acadêmicas desenvolvidas em diferentes municípios da região, o Campus tem ampliado oportunidades educacionais e promovido impactos relevantes na formação docente e no desenvolvimento regional. Nesse contexto, suas atividades reafirmam o compromisso institucional da UFPA com a produção de conhecimento, a valorização das especificidades amazônicas e a promoção do desenvolvimento social sustentável.

1.5.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.5.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

As linhas de pesquisa desenvolvidas no âmbito do Mestrado em Sociobiodiversidade e Educação evidenciam foco estratégico na valorização das dinâmicas territoriais do Marajó, articulando educação, sustentabilidade e diversidade sociocultural. A atuação acadêmica prioriza estudos voltados à realidade amazônica, à formação docente, às práticas educacionais contextualizadas e às questões socioambientais, fortalecendo o avanço científico alinhado às demandas regionais.

1.5.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

A oferta de cursos de graduação e pós-graduação em formato flexibilizado representa iniciativa inovadora para ampliação do acesso ao ensino superior em municípios historicamente afastados dos grandes centros acadêmicos. Tal estratégia permitiu alcançar estudantes de localidades como Melgaço, Portel, Curralinho, Gurupá, São Sebastião da Boa Vista, Bagre e Cametá, ampliando significativamente as oportunidades educacionais na região.

1.5.1.3. Atuação em setores produtivos locais

A formação de profissionais nas áreas de educação, serviço social e ciências humanas impacta diretamente os setores educacional, social e de gestão pública dos municípios marajoaras. Ao contribuir para a qualificação da mão de obra local, o Campus

fortalece redes institucionais e serviços essenciais, promovendo desenvolvimento humano e institucional na região.

1.5.2. Impacto Socioeconômico

1.5.2.1. Geração de emprego e renda

A formação de profissionais qualificados favorece a inserção no mercado de trabalho regional, especialmente nas áreas de educação, assistência social e gestão pública. Muitos egressos retornam a seus municípios de origem, fortalecendo serviços públicos e promovendo circulação de renda no território marajoara.

1.5.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

Com mais de 2.900 diplomados e mais de 1.200 discentes atualmente matriculados, o Campus do Marajó-Breves exerce influência significativa na dinâmica socioeconômica regional. Sua atuação amplia oportunidades, reduz assimetrias educacionais e contribui para a consolidação de políticas públicas locais.

Com perfil predominantemente formativo, o Campus contribui para o fortalecimento de cadeias produtivas ligadas à educação, à gestão pública e ao desenvolvimento social, qualificando agentes que atuam na estruturação de políticas locais e na melhoria de indicadores sociais.

1.5.2.3. Parcerias institucionais

A expansão das parcerias interinstitucionais e a integração com políticas públicas locais configuram caminhos promissores para o aprofundamento da inserção social do Campus. A articulação com diferentes entes fortalece sua relevância regional e amplia sua capacidade de intervenção positiva no território.

1.5.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.5.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

Os projetos de pesquisa e extensão com enfoque territorial e sustentável reafirmam o compromisso institucional com o desenvolvimento responsável da Amazônia, promovendo práticas alinhadas à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais.

1.5.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

A valorização da cultura marajoara constitui eixo estruturante das ações acadêmicas e extensionistas, fortalecendo identidades locais e promovendo reconhecimento das especificidades históricas e culturais do arquipélago

1.5.3.3. Projetos com comunidades tradicionais

As iniciativas voltadas à inclusão social e à integração com diferentes territórios do Marajó ampliam o alcance das ações universitárias, dialogando com comunidades locais e contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento humano.

1.5.4. Desafios e Oportunidades

1.5.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

Entre as demandas prioritárias destacam-se a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação, a diversificação de projetos de pesquisa e extensão com enfoque territorial e o fortalecimento das políticas de assistência estudantil, como a Casa do Estudante Universitário. Tais medidas são fundamentais para garantir permanência, qualidade acadêmica e expansão institucional.

1.5.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

As perspectivas de avanço incluem a consolidação do Mestrado em Educação e Sociobiodiversidade e a ampliação das parcerias interinstitucionais. Nesse contexto, emerge também o anseio social pela criação de uma Universidade Federal do Marajó, expressão do desejo coletivo por uma presença universitária ainda mais capilarizada e enraizada nas condições, saberes e potencialidades do arquipélago.

O Campus do Marajó-Breves representa o início natural desse futuro projeto, uma vez que sua atuação já extrapola o município de Breves e alcança diferentes territórios marajoaras, contribuindo para a formação de centenas de profissionais que fortalecem redes locais de educação, saúde, assistência social e gestão pública.

Assim, reafirma-se sua vocação como agente de transformação e desenvolvimento sustentável no Marajó Ocidental, consolidando a presença da universidade como instituição amazônica, socialmente referenciada e comprometida com a formação cidadã e com o futuro da região.



1.6 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINS/CAMETÁ

1.6. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ

O Campus Universitário do Tocantins/Cametá (CUNTINS/Cametá), unidade regional da Universidade Federal do Pará, desempenha papel estratégico no fortalecimento do ensino superior na região do Baixo Tocantins. Desde sua criação, em 1987, o campus tem contribuído para a formação de profissionais qualificados por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atendendo às demandas sociais, educacionais e culturais da região.

Com atuação ampliada no contexto da política de universidade multicampi e presença em polos nos municípios de Mocajuba, Baião, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru, o campus destaca-se pela oferta de cursos de graduação e programas de pós-graduação, além de desenvolver projetos voltados ao desenvolvimento regional, à valorização dos saberes locais e à promoção de impactos socioeconômicos, culturais e socioambientais. Nesse contexto, o Campus Cametá consolida-se como um importante agente de produção de conhecimento, formação acadêmica e contribuição para o desenvolvimento sustentável da região.

1.6.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.6.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

O Campus Universitário do Tocantins/Cametá (CUNTINS/Cametá) é uma unidade regional da UFPA, instalada na mesorregião Nordeste do Estado do Pará, com autonomia administrativa e acadêmica, tendo como objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de cursos de graduação e de pós-graduação, regulares e intervalares, na forma do Estatuto e do Regimento Geral da UFPA.

Inicialmente, foi instalado, em 1987, nas dependências da Escola Municipal de 1º Grau “Maria Cordeiro de Castro”, posteriormente doada à UFPA por meio da Lei Municipal nº 1.207, de 27 de março de 1991.

A partir da perspectiva de Universidade Multicampi (Instrução Normativa nº 01, de 20/01/2003), esta Unidade Regional, constituída ainda por quatro polos nos municípios de Mocajuba, Baião, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru, passou a ampliar sua ação e seu campo de abrangência na região do Baixo Tocantins, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tal expansão vem requerendo, diante das peculiaridades, especificidades, potencialidades e do contexto socioambiental, político, econômico, cultural e educacional da Região de Integração do Rio Tocantins, maior contribuição institucional, com atuação, envolvimento, participação, orientação e formação de

profissionais críticos, criativos, competentes e comprometidos, capazes de propor, contribuir e indicar soluções, diretrizes e direcionamentos para o estabelecimento de políticas públicas voltadas à melhoria da região.

No campo das áreas de excelência e potencialidades, o Campus Cametá destaca-se na formação de profissionais críticos e qualificados, inseridos no contexto socioeconômico e cultural regional, com atuação no desenvolvimento da educação, da cultura e do desenvolvimento regional, por meio dos diversos cursos de graduação ofertados.

As áreas de excelência incluem a oferta de cursos superiores em bacharelado e licenciatura, a fim de atender às necessidades da região. São ofertados os cursos de Agronomia, Sistemas de Informação, Pedagogia, Letras – Português e Inglês, Ciências Naturais, História, Geografia, Matemática e Educação do Campo. Essa excelência reflete-se nas avaliações mais recentes de cinco cursos, dos quais três obtiveram nota 4 e dois alcançaram nota 5.

No que se refere às potencialidades acadêmicas, destacam-se as linhas de pesquisa estratégicas, consolidadas por meio dos programas de pós-graduação, como o Mestrado em Educação e Cultura, com mais de dez anos de criação e responsável pela formação de mais de 200 mestres, que desenvolveram pesquisas nas mais diversas áreas da cultura, das políticas públicas e dos saberes das populações tradicionais. Recentemente, foi aprovado o Mestrado em Estudos da Linguagem, resultado do potencial do corpo docente, evidenciado por suas produções e publicações acadêmicas, o que contribuirá significativamente para a formação de novos mestres na região.

1.6.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

Entre os projetos inovadores, merecem destaque aqueles voltados à agricultura sustentável e ao fortalecimento da agricultura familiar, atividade de grande relevância na região do Baixo Tocantins. Tais projetos articulam saberes tradicionais a novas tecnologias e práticas agroecológicas. Para sua execução, são firmadas parcerias entre a universidade, órgãos municipais, associações e cooperativas.

Outra importante potencialidade do Campus Cametá é a formação docente. Por meio das licenciaturas, a instituição forma profissionais da educação há mais de 30 anos na região, impactando significativamente a melhoria do ensino, a valorização dos saberes locais e regionais e o fortalecimento da identidade educacional do território.

1.6.2. Impacto Socioeconômico

A presença do Campus Universitário do Tocantins/Cametá na região do Baixo Tocantins representa um impacto significativo em diversas linhas, por meio da formação e qualificação profissional, geração de emprego e renda, desenvolvimento regional, estímulo à economia local, produção e disseminação do conhecimento. O Campus Cametá atua como um importante centro de desenvolvimento, cultural e intelectual.

Com formação crítica e reflexiva de seus acadêmicos o campus Cametá tem gerado impactos positivos no campo socioeconômico para a região, pois fomenta o desenvolvimento no mercado local e regional, a economia, entre outros.

1.6.3. Impacto Socioambiental e Cultural

O Campus Cametá impacta positivamente também no campo socioambiental e cultural para a região. São diversos projetos de pesquisa e extensão voltados para as comunidades tradicionais da região do Baixo Tocantins, incluindo comunidades ribeirinhas e quilombolas.

Há projetos na capacitação e produção de mudas e sementes, estudos sobre o patrimônio cultural quilombola, capacitação para empreendedorismo, troca de conhecimento científico e tradicional, projetos que envolvem comunidades indígenas, direitos territoriais, realização de colóquios e de seminários com a sociedade civil e movimentos sociais que debatem a temática.

No campo ambiental o Campus Cametá tem o compromisso de promover a responsabilidade socioambiental, por meio de projetos, eventos e ações que eduque e sensibilize as pessoas quanto a questão da educação ambiental e da sustentabilidade.

1.6.4. Desafios e Oportunidades

1.6.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

Um dos desafios que o campus de Cametá enfrenta é quanto ao quadro de docentes e técnicos para dar conta de sua demanda por cursos superiores na região. Dos 10 cursos que o campus tem, 7 tem menos de 10 docentes, sendo: 01 com quatro docentes, 3 com 5, 01 com 6 e 2 com sete. Isso de certa forma, tem limitados ampliarmos a oferta de curso de mestrado no campus, considerando que o professores já tem sobrecarga de trabalho na graduação, sobrando pouco tempo para a pós-graduação. Quanto o quadro técnico também temos limites nesse atendimento aos setores e faculdades do campus, o que também eleva para alguns técnicos sobrecarga de trabalho, uma vez que tem de atender mais de uma faculdade. Nossa infraestrutura também já está colapsada, faltando espaço

de salas de aulas para graduação, pós-graduação, assim como espaço para instalação de novos laboratórios aos cursos, coordenações e do movimento estudantil. Também se apresenta como desafios adequação de alguns espaços para a garantia de acessibilidade, principalmente de piso tátil. Também não há espaço no campus para acolhimento aos estudantes e para fazer ou servir alimentação aos estudantes. Estes desafios impõem a coordenação do campus uma série de desafios para lidar com estes problemas. Outro desafio, é atender a alta demanda por cursos dos municípios onde temos polos do campus, pelo reduzido número de docentes das faculdades não temos reduzido a oferta. Também destacamos como desafios os escassos recursos para financiamento de projetos de pesquisa na região, o que limita mais ainda a inserção de nossos pesquisadores na região.

1.6.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

As oportunidades do campus na região, pode-se destacar pela referência de uma instituição de ensino superior, com isso, ao longo dos anos têm-se construído uma boa relação institucional com os municípios, o que tem resultado temos de cooperação, parcerias importantes para a afirmação do campus na região para a realização de pesquisa, ensino e extensão, além de assessoramento técnico aos municípios, organizações não-governamentais e movimentos sociais que tem sido parceiros históricos do campus. Tudo isso tem contribuído para a expansão e consolidação do campus na Região Tocantina. O fato de estamos situados em uma região que já sofreu impactos sociais e ambientais pela Hidrelétrica de Tucuruí e de outro projeto que se anuncia, A Hidrovia Araguaia Tocantins, temos oportunidades de subsidiar as discussões com a realização de pesquisas, relatórios técnicos, assessorias sobre os impactos ambientais e sociais desses projetos que podem se refletir nos modos de vida das populações ribeirinhas e quilombolas que estão as margens do Rio Tocantins, com isso, o campus contribuir com a responsabilidade social da região e ainda gerar uma série de produtos de interesse social



1.7 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAPANEMA



1.7. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAPANEMA

O Campus Universitário de Capanema é uma unidade da Universidade Federal do Pará (UFPA), criada oficialmente pela Resolução nº 673, de 19 de maio de 2009, com a finalidade de ampliar o acesso ao ensino superior no município de Capanema (PA). A presença da UFPA na região iniciou-se em 1992, como polo vinculado ao Campus de Bragança, permanecendo nessa condição até 2001.

O primeiro vestibular ocorreu em 1994, com a oferta do curso de Ciências Contábeis em regime intervalar. Inicialmente, as aulas foram realizadas na Escola Estadual Maria Myrtes e, posteriormente, no auditório da Igreja Matriz Frei Daniel Samarate. A primeira turma contou com 50 alunos, dos quais 35 concluíram o curso.

Em 1996, foi inaugurado o prédio do Núcleo Universitário de Capanema, vinculado ao Campus de Bragança. Entre 2001 e 2009, o Núcleo passou por diferentes gestões administrativas, permanecendo vinculado à Vice-Reitoria até sua transformação oficial em Campus Universitário de Capanema, em maio de 2009, por deliberação do CONSUN.

Após sua criação formal, foi firmado convênio de 20 anos entre a Prefeitura de Capanema e a UFPA, assegurando apoio institucional ao novo campus. Atualmente, o Campus I dispõe de salas de aula climatizadas, auditório, secretaria acadêmica e espaços administrativos. O Campus II passou por significativa ampliação, contando com blocos multiusos, laboratórios de informática, gabinetes, biblioteca e demais estruturas de apoio.

Em 2013, houve avanço importante com a abertura de vagas para Técnicos Administrativos em Educação, fortalecendo os serviços prestados. Hoje, o campus conta com servidores efetivos, bolsista e colaboradores cedidos pela prefeitura.

Ao longo de quase três décadas, o Campus de Capanema consolidou-se como importante instrumento de interiorização do ensino superior da UFPA, registrando avanços estruturais e institucionais, embora ainda existam desafios a serem superados para alcançar níveis cada vez mais elevados de qualidade acadêmica e excelência institucional.

1.7.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

O Campus Universitário de Capanema, unidade da Universidade Federal do Pará, está estrategicamente localizado na região Nordeste do Pará, local de grande importância comercial. O município de Capanema atrai um número significativo de consumidores dos municípios vizinhos diariamente, impulsionando a economia local e

tornando-o um município promissor. A implantação de uma unidade da Universidade Federal do Pará na região trouxe avanços significativos na formação de mão de obra qualificada. Esta unidade foi aprovada no dia 19 de maio de 2009, através da resolução nº 673, mas até o presente momento não foi contemplada com vagas docentes para existir de fato e de direito. Foi encaminhada ao Ministério da Educação, uma nova proposta de implantação do Campus Universitário de Capanema. Foram solicitados o curso de Letras Libras e o curso de Direito. A escolha por estes cursos ocorreu por duas razões: O único curso de Direito em Universidade pública está centralizado na Universidade Federal do Pará, em Belém, a 160 km do Município de Capanema, sendo, portanto, muito necessária a formação de bacharéis em Direito nesta região do Nordeste paraense.

O curso de Letras Libras advém da necessidade de fortalecer a educação básica, na área da inclusão. As escolas da rede municipal e estadual apresentam déficit de docentes formados nesta área, além da sociedade que de maneira geral necessita destes profissionais para aprimorar o processo de inclusão de uma forma global. Estamos aguardando a manifestação definitiva do Ministério da Educação sobre a liberação das vagas para a implantação desses cursos. Estas são as expectativas para a consolidação do Campus. Enquanto aguardamos o posicionamento do Ministério da Educação, esta unidade, em parceria com outros campi ou institutos, oferece cursos flexibilizados em diversas licenciaturas: Letras - Português, Letras - Inglês, Matemática, História, Pedagogia, Química e o bacharelado em Sistema de Informação. A pesquisa ainda é incipiente nesta unidade, principalmente devido à falta de um corpo docente próprio para assumir esta peça fundamental do tripé na educação superior.

No entanto, alguns resultados já têm surgido neste Campus. A rede estadual de ensino conta com um professor Dr. formado no curso de Letras, ofertado no Campus Universitário de Capanema. Muitos egressos do Campus obtiveram aprovação em concurso público. Recentemente, um egresso do curso de Letras-português obteve aprovação na seleção de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras. A extensão também se destaca com quatro projetos importantes em andamento no Campus: o Cursinho Popular Prof. Dr. Horácio Schneider visa preparar jovens em vulnerabilidade social para o ensino superior, oferecendo 50 vagas anuais. Outro projeto a ser mencionado é projeto Inclusão Digital que busca capacitar comunidades hipossuficientes, incluindo crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência doméstica, com conhecimentos na área digital. O Inglês digital é outro projeto desenvolvido no Campus de Capanema, cujo

objetivo é oferecer oportunidade à crianças e adolescentes para aprenderem outro idioma, utilizando ferramentas tecnológicas.

1.7.2. Impacto Socioeconômico

1.7.2.1. Geração de emprego e renda

O fortalecimento e a expansão das iniciativas de interiorização da Universidade Federal do Pará trouxeram uma série de impactos socioeconômicos significativos que transformam a realidade de municípios como Capanema. Em primeiro lugar, a abertura de instituições de ensino superior gera oportunidades de emprego, tanto diretas, com a contratação de professores e funcionários, quanto indiretas, por meio do fortalecimento do comércio, serviços e setor imobiliário, impulsionados pelo aumento de estudantes na cidade.

1.7.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais,

A oferta de cursos superiores contribui para a fixação de jovens no município, reduzindo a necessidade desses cidadãos de procurarem instituições de ensino na capital do estado Belém, como era comum nos anos 90 do século 20 até meados dos anos 2000 já no século 21. Isso promove uma circulação de renda maior na economia local e estimula o desenvolvimento de novos negócios. Do ponto de vista social a presença do Campus Universitário de Capanema, favorece a qualificação profissional da população e aumenta as chances de empregabilidade e estimula a criação de projetos comunitários e culturais. Essa qualificação contribui para elevar a renda média da população e fortalece o capital humano da cidade. Por fim, a instalação de cursos superiores em cidades pequenas como Capanema impulsiona a valorização do município e amplia o acesso à educação de qualidade, gerando um ciclo virtuoso de crescimento econômico, social e cultural.

1.7.3. Impacto Socioambiental e Cultural

A cidade de Capanema, localizada no nordeste do Pará, apresenta desafios significativos no que se refere aos impactos socioambientais e culturais decorrentes do crescimento urbano, da atividade industrial e do avanço das práticas agropecuárias na região. Estudos acadêmicos recentes indicam que o desmatamento no entorno do município e a poluição dos rios que abastecem a população têm aumentado, comprometendo a biodiversidade local e afetando diretamente o modo de vida de comunidades tradicionais e ribeirinhas como as do distrito de Tauari e a comunidade do Segredinho.

Do ponto de vista cultural, a expansão desordenada de atividades econômicas tem exercido pressões sobre manifestações tradicionais, incluindo práticas religiosas, como a celebração de Corpus Christi em Capanema, reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Pará, saberes artesanais, festas populares como o Festival Junino. A perda de territórios e a modificação do espaço urbano também contribuem para o enfraquecimento das identidades locais e para a diminuição da valorização do patrimônio cultural. Nesse contexto, a Universidade Federal do Pará, Campus de Capanema (UFPA) desempenha papel fundamental na mitigação desses impactos. A integração entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais também é essencial.

A UFPA, ao estabelecer parcerias com as comunidades locais, contribui não apenas para a preservação ambiental, mas também para o fortalecimento da identidade cultural de Capanema. Assim, o conhecimento científico se alia ao conhecimento popular para promover o desenvolvimento sustentável e reduzir os impactos socioambientais e culturais que afetam a região. Portanto, o enfrentamento dos desafios socioambientais e culturais em Capanema depende de políticas integradas, nas quais a Universidade Federal do Pará atua como eixo central, articulando pesquisa, educação e extensão para a construção de um futuro sustentável para a cidade e seu entorno.

1.7.4. Desafios e Oportunidades

- a) Educação e formação docente;
- b) Fortalecimento da Pesquisa;
- c) Extensão e desenvolvimento local,
- d) Inovação em permanência e inclusão

Ampliar as condições de permanência dos estudantes, contribuindo para a conclusão dos cursos na perspectiva da inclusão social, da formação científica, histórica, cultural, artística e da democratização do ensino no Campus Universitário de Capanema, garantindo à dignidade dos estudantes, sua liberdade de aprendizado, ensino e pesquisa.

A unidade estabelecerá como meta:

- A melhoria da qualidade de vida através da maior oferta de bolsas permanência e moradia estudantil;
- Fomento de políticas de cuidado e saúde mental para estudantes com o programa de escuta ativa;

- Consolidação do quadro técnico através da contratação de um assistente social e psicólogo possibilitando a melhoria dos serviços da assistência estudantil e quando necessário o encaminhamento de discentes a programas de saúde e cuidados públicos do SUS.

e) Governança multicampi e parcerias

Formalizar planos de trabalho interinstitucionais com prefeitura, secretarias de educação/meio ambiente, ICMBio/RESEX, escolas, museus e organizações comunitárias, com comitês semestrais de acompanhamento e metas compartilhadas.



1.8 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL

1.8. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL

O Campus Universitário de Castanhal integra a estratégia de interiorização e consolidação da missão institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando como polo estruturante de formação acadêmica, produção de conhecimento e desenvolvimento regional no nordeste paraense. No contexto do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o campus reafirma seu compromisso com a promoção do ensino público, gratuito e de qualidade socialmente referenciada, articulando graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão em consonância com as demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais da região.

Sua estrutura acadêmica é composta pela Faculdade de Computação, responsável pelos cursos de Bacharelado em Engenharia da Computação e Bacharelado em Sistemas de Informação; pela Faculdade de Educação Física, que oferta a Licenciatura e o Bacharelado em Educação Física, organizados por meio de Área Básica de Ingresso (ABI); pela Faculdade de Letras, responsável pelas Licenciaturas em Letras – Língua Portuguesa e Letras – Língua Espanhola; pela Faculdade de Matemática, que oferta a Licenciatura em Matemática; e pela Faculdade de Educação, responsável pela Licenciatura em Pedagogia.

Essas subunidades acadêmicas desenvolvem atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação em áreas estratégicas para o desenvolvimento educacional, científico, tecnológico, social e econômico da região.

Com atuação consolidada nas áreas de Educação, Tecnologias da Informação e Comunicação, Linguagens, Saúde e Ciências Exatas, bem como em Computação, Matemática, Formação Docente, Educação Física, inovação tecnológica e desenvolvimento regional, o campus desenvolve ações acadêmicas orientadas pela formação crítica, pela inclusão social e pelo fortalecimento das comunidades tradicionais amazônicas, conforme figura 8 que registra por meio da identidade visual dos cursos.

Figura 8 - Identidade visual dos cursos para divulgação na III mostra de profissões.



Fonte: Campus Universitário de Castanhal (2026)

A diversidade de cursos ofertados, os programas de pós-graduação, as iniciativas vinculadas ao Parfor e as parcerias institucionais evidenciam sua capilaridade territorial e seu papel estratégico na formação de profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

O Campus também exerce importante papel na interiorização da UFPA por meio de sua atuação junto aos polos acadêmicos a ele vinculados, das iniciativas do Parfor e das ações desenvolvidas em diferentes municípios do nordeste paraense. Essa presença amplia o acesso ao ensino superior público, fortalece a formação de professores e profissionais e aproxima a Universidade das demandas sociais, educacionais, culturais e produtivas das comunidades atendidas.

Tais avanços demonstram sua relevância institucional e sua capacidade de responder às demandas regionais, ainda que persistam desafios estruturais, orçamentários e de pessoal.

Ao longo do ciclo anterior do PDI (2016–2025), o Campus Universitário de Castanhal apresentou resultados expressivos na formação de profissionais, na ampliação de projetos de pesquisa e extensão e na consolidação de redes de cooperação com municípios da região e com o setor produtivo.

Neste capítulo, são apresentados os principais eixos de atuação, potencialidades, impactos socioeconômicos, parcerias institucionais, desafios e perspectivas de expansão e inovação do Campus Universitário de Castanhal, situando-o no horizonte estratégico do PDI e reafirmando seu papel como agente transformador da realidade amazônica.

1.8.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.8.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

A partir da Graduação e da Pós-Graduação, as linhas de pesquisas de maior força têm como foco a Educação e as Tecnologias da Informação e da Comunicação, correlata a outros campos, tais como Currículo e Formação de Professores, Identidade, Cultura e Sociedade, Educação Matemática, Gestão e Coordenação Pedagógica, Educação Inclusiva; Inclusão Digital; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Literatura Brasileira, Portuguesa e Espanhola; Cultura corporal; Saúde pública; Envelhecimento e Educação; Ambientes, Saúde e Práticas Culturais; e Linguagens, Tecnologias e Saberes Culturais.

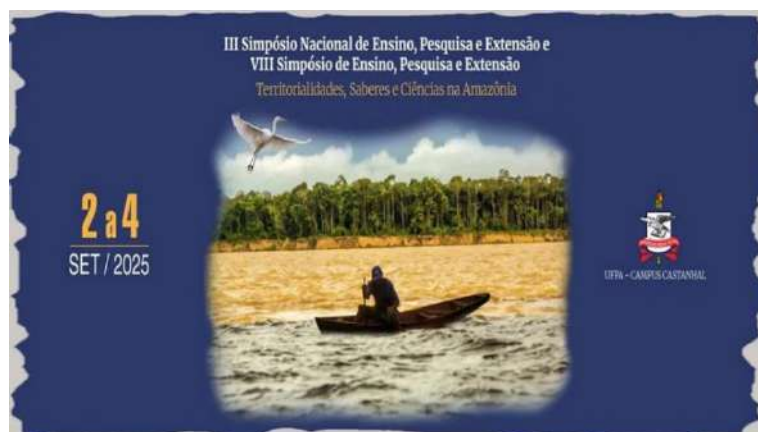
Também se destacam as áreas de Computação, Inteligência Artificial, Engenharia de Software, Ciência de Dados, Sistemas Inteligentes, Internet das Coisas, Visão Computacional, Tecnologias Assistivas, Robótica Educacional, Computação Aplicada à Educação e à Saúde e desenvolvimento de soluções digitais voltadas às necessidades das comunidades amazônicas.

As vocações estratégicas do Campus estão, portanto, associadas à formação de professores, à educação inclusiva, à inovação pedagógica, à computação e transformação digital, à matemática, às linguagens, à promoção da saúde, à valorização das culturas amazônicas, à sustentabilidade, à pesquisa aplicada, à inovação tecnológica e ao desenvolvimento regional.

1.8.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

No Ensino, Castanhal se destaca com os projetos inovadores que tratam o Ensino do Movimento Humano, Exercício e Reabilitação; Modelagem matemática; Ensino-aprendizagem do espanhol na Pan-Amazônia a partir da memória e da oralidade para a integração das escolas urbano-rural; e Tecnologia Assistiva. Para tanto, registramos por meio da figura 9 o evento que congrega inúmeras experiências tanto do ensino, quanto da extensão e da pesquisa na graduação e na pós-graduação.

Figura 9 - Simpósio Nacional de Ensino Pesquisa e Extensão.



Fonte: Ascom- UFPA Castanhal (2016).

Na pesquisa, destacam-se projetos com foco nas Movências e Multilocalidades Espaço-Territoriais para sustentabilidade socioambiental e patrimonial na elaboração de políticas públicas em comunidades tradicionais da Amazônia; Epidemiologia Espacial da Hanseníase; Alunos com altas habilidades e superdotação; Aplicativo Móvel para Classificação de Produtos Genéticos em Genomas Procarióticos; Literatura de tradição oral latino americana, dentre outros. A figura 10 registra parte dessas experiências no campo da linguagem e temas correlatos.

Figura 10 - Salic Colic 2024.



Fonte: Ascom- UFPA Castanhal (2024).

Na extensão, destacam-se projetos com foco no Envelhecimento saudável; Inteligência Artificial (IA) para Análises Preliminares de Exames Médicos Simples em

Hospitais Públicos; Robótica educacional; Produção de materiais didáticos e de metodologias específicas para escolas quilombolas e educação escolar indígena e práticas inclusivas. Na figura 11, evidenciamos um evento que congrega experiências mais do campo da educação especial inclusiva.

Figura 11 - ENNEEI e CNEEI, 2026



Fonte: Ascom- UFPA Castanhal (2026).

Entre essas iniciativas, destacam-se as ações de educação para o trânsito, realizadas em parceria com a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de Castanhal. A educação para o trânsito compreende um conjunto de ações e projetos contínuos destinados à conscientização de pedestres, ciclistas, motociclistas e condutores, tendo como foco principal a preservação da vida. Essas atividades buscam estimular mudanças de comportamento por meio da percepção de risco, do respeito mútuo, do exercício da empatia e do combate ao individualismo, promovendo a compreensão de que o espaço público é compartilhado e de que as normas de trânsito existem para garantir a segurança de todas e todos.

Em 2026, o Campus promoveu a palestra “Educação para o Trânsito: ações preventivas e de conscientização na UFPA em Castanhal”, com a participação de agentes da Secretaria Municipal de Trânsito de Castanhal, fortalecendo a integração entre Universidade, poder público e comunidade (Figura 12).

Figura 12 - Palestra “Educação para o Trânsito: ações preventivas e de conscientização na UFPA em Castanhal”



Fonte: Ascom - UFPA Castanhal (2025).

Campus Universitário de Castanhal também ampliou sua inserção em debates nacionais e internacionais sobre sustentabilidade, inclusão e desenvolvimento amazônico por meio de sua participação na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima — COP30, realizada em Belém, em 2025. Na ocasião, ações de extensão do Campus foram apresentadas no estande do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará, na Green Zone da COP30, por meio do tema “Educação e Inclusão Social/Digital: ações de extensão da UFPA/Castanhal em comunidades amazônicas”. Essa participação evidenciou a contribuição do Campus para a inclusão social e digital, a valorização das comunidades amazônicas e a construção de soluções alinhadas à sustentabilidade e à justiça socioambiental. (Figura 13)

Figura 13 – Participação do Campus Universitário de Castanhal na COP300



Fonte: Ascom - UFPA Castanhal (2025).

1.8.1.3. Atuação em setores produtivos locais

A atuação em setores produtivos locais tem destaque para os serviços no campo da Educação, da Saúde e das Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Essa atuação também abrange o desenvolvimento de software, a transformação digital, a Inteligência Artificial, a análise de dados, a formação docente, as práticas corporais, a produção cultural, o ensino de línguas e a prestação de serviços educacionais e tecnológicos.

Essa atuação tem promovido a inserção no mercado de trabalho local e externo da maioria dos profissionais egressos do Campus Universitário de Castanhal.

1.8.2. Impacto Socioeconômico

1.8.2.1. Geração de emprego e renda

No período de vigência do PDI (2016-2025) o Campus Universitário de Castanhal formou um total de 2.201 profissionais, dos quais, aproximadamente 252 são oriundos da Faculdade de Computação, 420 da Faculdade de Educação Física; 403 da Faculdade de Letras, 351 da Faculdade de Matemática e 775 da Faculdade de Pedagogia.

Os egressos atuam em instituições de ensino, órgãos públicos, empresas de tecnologia, academias, organizações sociais e culturais, empreendimentos privados e instituições de pesquisa, contribuindo para a geração de emprego e renda e para a qualificação dos serviços oferecidos no nordeste paraense e em outras regiões do país.

1.8.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

No nordeste paraense, o Campus Universitário de Castanhal, da Universidade Federal do Pará contribui para as cadeias produtivas regionais por meio das Tecnologias da Informação e da Comunicação, atendendo ao mercado das novas tecnologias em níveis local, regional, nacional e internacional, tendo em vista a atuação de seus egressos tanto na região quanto em outras localidades do Brasil e do Exterior.

A atuação da Faculdade de Computação contribui para a digitalização de processos, o desenvolvimento de sistemas, a automação de serviços, a análise de dados e a adoção de tecnologias inovadoras por empresas, órgãos públicos e organizações sociais. As Faculdades de Educação, Educação Física, Letras e Matemática contribuem para a formação de profissionais, para o aprimoramento da educação básica, para a promoção da saúde e da qualidade de vida, para a valorização das linguagens e culturas e para o fortalecimento científico e educacional da região.

A partir dos estudos antrópicos na Amazônia, da educação e da literatura de tradição oral contribui na cadeia produtiva a partir do foco na preservação e sustentabilidade e valorização e fortalecimento da cultura local e da agricultura familiar que produzem e distribuem uma variedade de produtos no mercado local.

1.8.2.3. Parcerias institucionais

Atualmente, no contexto público, além do município de Castanhal, o campus tem parceria firmada com os municípios de Mãe do Rio, São Caetano de Odivelas, Marapanim, Maracanã, Curuçá, Santa Maria do Pará e Viseu, por meio das quais vários projetos de ensino, de pesquisa e de extensão são realizados.

Essas parcerias reforçam o papel do Campus na interiorização da Universidade e ampliam sua atuação territorial por meio de polos vinculados, programas de formação, projetos de pesquisa aplicada, ações extensionistas e atividades voltadas às demandas específicas de cada município e comunidade.

No contexto privado, as parcerias são com as empresas ligadas a prestação de serviços de informação e comunicação digital, bem como serviços de saúde vinculadas as Academias.

1.8.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.8.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

Por meio do Programa Universidade no Quilombo; do Grupo de estudo sobre Trabalho e Educação do Campo na Amazônia; do Laboratório de ensino, Pesquisa e

Extensão em Narrativas de Tradição Oral; do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros; do Laboratório de Antropizações; dos Projetos de extensão com foco em Ludicidade, Interculturalidade e Educação, ações de extensão e pesquisa tem sido desenvolvidas relacionadas a preservação ambiental e uso sustentável dos recursos.

As atividades desenvolvidas articulam educação ambiental, inclusão social e digital, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e valorização dos territórios e dos modos de vida amazônicos. A participação do Campus na COP30 reforçou sua inserção nas discussões relacionadas às mudanças climáticas, à sustentabilidade, à justiça socioambiental e ao papel das universidades na construção de soluções para os desafios enfrentados pela Amazônia.

1.8.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

Essas ações tem relação direta com comunidades tradicionais quilombolas, indígenas e do campo, visando o fortalecimento dessas comunidades e dos movimentos sociais advindos das pautas que as circunscrevem.

Por meio do diálogo entre conhecimentos acadêmicos e saberes tradicionais, o Campus contribui para a preservação da memória, das manifestações culturais, das narrativas de tradição oral, das identidades comunitárias e das práticas sustentáveis desenvolvidas nos territórios amazônicos.

1.8.3.3. Projetos com comunidades tradicionais

Por meio do Programa Universidade no Quilombo; do Grupo de estudo sobre Trabalho e Educação do Campo na Amazônia; do Laboratório de ensino, Pesquisa e Extensão em Narrativas de Tradição Oral; do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros; do Laboratório de Antropizações; dos Projetos de extensão com foco em Ludicidade, Interculturalidade e Educação, o Campus desenvolve ações de formação, pesquisa e extensão em parceria com comunidades quilombolas, indígenas, rurais e demais comunidades tradicionais do nordeste paraense.

Essas iniciativas incluem a produção de materiais didáticos contextualizados, a formação de professores, a inclusão social e digital, a valorização das práticas culturais, o desenvolvimento de tecnologias apropriadas e o apoio à formulação de políticas públicas voltadas à educação, à sustentabilidade e à melhoria da qualidade de vida.

1.8.4. Desafios e Oportunidades

1.8.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

No que concerne aos desafios e oportunidades, o Campus Universitário de Castanhal apresenta limitações para atender à ampla demanda de natureza social, econômica, cultural, tecnológica e ambiental do nordeste paraense em razão de restrições de infraestrutura, pessoal e orçamento.

Entre as demandas prioritárias, destacam-se a ampliação e modernização das salas de aula e dos laboratórios de ensino e pesquisa; a atualização dos laboratórios de informática e da infraestrutura computacional; a ampliação da conectividade e da cobertura de rede; o fortalecimento da segurança institucional; a manutenção e adequação das instalações elétricas, hidráulicas e prediais; a melhoria da acessibilidade; o fortalecimento da biblioteca e dos espaços de estudo; a ampliação dos ambientes de convivência, esporte e cultura; e a criação de espaços destinados à inovação, pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico.

Também constituem desafios a reposição e ampliação do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos, a garantia de recursos permanentes para custeio e investimento, o apoio à permanência estudantil, a melhoria do transporte e da mobilidade interna, o fortalecimento dos polos vinculados e a ampliação das condições necessárias à execução de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Nesse cenário, as demandas prioritárias estão relacionadas à garantia de condições adequadas de funcionamento, à ampliação da capacidade de atendimento à sociedade e ao fortalecimento da atuação estratégica do Campus na região.

1.8.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

As perspectivas de expansão e inovação do campus estão ligadas a educação, a partir do Mestrado em Educação, com foco na Diversidade e Inclusão; a saúde, com foco na saúde mental por meio do Curso de Psicologia, assim como na Educação Especial Inclusiva por meio do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, e os desdobramentos em termos de ensino, pesquisa e extensão, deles advindos.

Também constituem perspectivas estratégicas o fortalecimento da Faculdade de Computação e das áreas de Inteligência Artificial, Ciência de Dados, Engenharia de Software, Internet das Coisas, Robótica, Visão Computacional, Computação Aplicada à Educação e à Saúde e transformação digital; a consolidação das áreas de Matemática, Letras, Pedagogia e Educação Física; e a ampliação das ações interdisciplinares voltadas à sustentabilidade, à inclusão, à promoção da saúde, à formação de professores e ao desenvolvimento regional.

O Campus apresenta potencial para ampliar sua atuação na pós-graduação, consolidar grupos e laboratórios de pesquisa, estimular a criação de ambientes de inovação e empreendedorismo, fortalecer a cooperação com os setores público e privado e desenvolver soluções científicas e tecnológicas destinadas aos desafios sociais, educacionais, ambientais e produtivos da Amazônia.

Nesse horizonte, o Campus Universitário de Castanhal reafirma sua vocação como polo de formação, pesquisa, inovação, inclusão social e desenvolvimento sustentável, contribuindo para a interiorização da UFPA e para a transformação socioeconômica, cultural, tecnológica e ambiental do nordeste paraense.



1.9 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SALINÓPOLIS

1.9. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SALINÓPOLIS

O Campus Universitário de Salinópolis, integrante da Universidade Federal do Pará (UFPA), desempenha papel estratégico na consolidação da política de Multicampia da instituição, levando ensino, pesquisa e extensão para o litoral nordeste do estado. Desde sua criação, o campus tem contribuído para o desenvolvimento regional sustentável, promovendo formação acadêmica qualificada, pesquisa aplicada e integração com os setores produtivos e as comunidades locais.

O Campus Salinópolis destaca-se por sua vocação voltada à formação de professores e ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas à exploração e produção do petróleo e às atividades costeiras. Entre as áreas de excelência estão as Engenharias, Física, Matemática e Ciências Ambientais, com atuação voltada à resolução de desafios regionais.

O campus abriga laboratórios de referência, como o Laboratório de Hidráulica Ambiental (HIDROLAB), o Laboratório de Ciência e Engenharia de Petróleo (LCPETRO), o Laboratório de Geoquímica Costeira (LABGECO), Laboratório de Oceanografia Física - LOF, Laboratório de Pesquisa Integrada em Geoenergia e o Laboratório de Ensino de Sedimentologia Aplicada - LSED.

1.9.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.9.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

As principais linhas de pesquisa envolvem estudos sobre: Educação, Engenharia de petróleo, Gravitação, Formação Inicial de professores, dinâmica costeira, morfodinâmica de praias, geoquímica ambiental, processos de sedimentação e gestão costeira. Essas pesquisas são fundamentais para o entendimento das transformações ambientais do litoral paraense e fornecem subsídios técnicos para políticas públicas de conservação e desenvolvimento sustentável.

1.9.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

Projetos por Tipo

Projetos de Pesquisa

TÍTULO: Estudo de Objetos Compactos: Nuvens e Estabilidade de Soluções, Coordenadora Prof.^a Carolina Loureiro Benone. O projeto possui potencial para se integrar futuramente a um programa de pós-graduação e consolidar um grupo de pesquisa em gravitação no Campus Universitário de Salinópolis.

TÍTULO: Um olhar para a linguagem matemática no conhecimento pedagógico do conteúdo de professores da educação básica de salinópolis – PA, um olhar para a linguagem matemática no conhecimento pedagógico do conteúdo de professores da educação básica de salinópolis – PA, Coordenadora Prof.^a Daniana de Costa

TÍTULO: Concepção de linguagem em práticas pedagógicas de modelagem matemática: implicações para a constituição do conhecimento matemático, Coordenadora Prof.^a Daniana de Costa.

TÍTULO: Aplicação dos métodos de GHE e RFN para a análise de similaridade em amostras carbonáticas, Coordenador Prof. José Leão de Luna

TÍTULO: Otimização de operações de acidificação em carbonatos - comparação da eficiência de sistemas ácidos para diferentes condições petrofísicas e desenvolvimento de novas formulações (Petrobras), Coordenador Prof. Pedro Tupã Pandava Aum

TÍTULO: Compreendendo o impacto da estimulação ácida em reservatório de rochas carbonáticas compactadas do Pré-sal brasileiro (Totalenergies), Coordenador Prof. Pedro Tupã Pandava Aum

TÍTULO: Evaluation of CO₂ mineralization potential in amazonian outcrops (Fulbright, Coordenador Prof. Pedro Tupã Pandava Aum

TÍTULO: Análise do aprisionamento de CO₂ em sistemas geológicos: explorando abordagens convencionais e avançadas com inteligência artificial em dados sísmicos e petrofísicos de multi-escalas (Cnpq, Coordenador Prof. Pedro Tupã Pandava Aum

TÍTULO: Estudo multiescala do escoamento reativo em rochas carbonáticas (UFPA/CNPQ), Coordenador Prof. Pedro Tupã Pandava Aum

TÍTULO: Abordagens teóricas para a física de partículas: forças efetivas, dinâmica coletiva e holografia, Coordenador Prof. Saulo de Mesquita Diles

TÍTULO: Integração Escola-Comunidade-Universidade na formação inicial de professores de matemática e física na perspectiva colaborativa e inclusiva, Coordenador Prof. Saulo de Mesquita Diles

TÍTULO: Propagação de ondas em fluidos gravitantes, Coordenador Prof. Saulo de Mesquita Diles

Projetos de Extensão

Os projetos de extensão do Campus Universitário de Salinópolis consolidam o compromisso social da UFPA, promovendo a interação direta entre a universidade e a comunidade local. A seguir, os principais projetos e coordenadores:

TÍTULO: Divulgação Científica e Institucional: Integração entre UFPA e a comunidade salinopolitana- Coordenador: Prof. Ramz Luiz Fraiha Lopes/FAMAT

TÍTULO: Minervas in STEM, Coordenadora Prof.^a Carolina Loureiro Benone.

TÍTULO: A formação de professores na perspectiva da educação ambiental e dos saberes da tradição do litoral amazônico, Coordenadora Prof.^a Daniana de Costa

TÍTULO: Conectando-se com o ambiente: inclusão social e educação ambiental em escolas públicas paraenses, Coordenadora Prof.^a Daniana de Costa

TÍTULO: Grupo de extensão do petróleo - Gepetro, Coordenador Prof. José Leão de Luna

TÍTULO: Análise da presença de microplástico em peixes comercializados na região urbana do município de salinópolis/pa, Coordenador Prof. José Leão de Luna

TÍTULO: Margem equatorial brasileira: um debate informativo sobre os impactos positivos e negativos da exploração petrolífera na região do salgado, Coordenador Prof. José Leão de Luna

TÍTULO: A caminho da universidade: a inclusão da comunidade salipolitana no ambiente acadêmico, Coordenador Prof. José Leão de Luna

1.9.1.3. Atuação em setores produtivos locais

O Campus Universitário de Salinópolis atua de forma estratégica na interface com os principais setores produtivos do município e da região do litoral nordeste paraense, com destaque para o turismo, a pesca artesanal, os serviços, a construção civil e as atividades relacionadas ao ambiente costeiro e energético.

No setor turístico, que constitui a principal base econômica de Salinópolis, o campus contribui por meio de estudos ambientais, monitoramento da dinâmica costeira e análise de impactos associados à ocupação urbana e sazonalidade, fornecendo subsídios técnicos para o planejamento territorial sustentável e a gestão de praias. As pesquisas desenvolvidas nos laboratórios como o HIDROLAB, LABGECO e LOF fortalecem a compreensão dos processos costeiros e apoiam políticas públicas voltadas à conservação e uso sustentável do litoral.

No âmbito da pesca e dos recursos naturais, a atuação ocorre por meio de projetos de extensão e pesquisa que investigam a qualidade ambiental, a presença de contaminantes (como microplásticos) e a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, contribuindo diretamente para a segurança alimentar e a melhoria das práticas produtivas das comunidades locais.

O campus também possui forte inserção no setor de energia, especialmente petróleo e gás, com pesquisas voltadas à geoenergia, reservatórios e tecnologias de produção, incluindo temas emergentes como captura e armazenamento de CO₂ (CCUS). Essa atuação aproxima a universidade de demandas industriais e cria oportunidades de formação qualificada e inserção profissional dos discentes em cadeias produtivas estratégicas de nível nacional.

Além disso, destaca-se a atuação na formação de recursos humanos e no apoio ao setor educacional local, com impacto direto na qualificação da mão de obra e no

fortalecimento da educação básica, o que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento socioeconômico regional.

Por meio de projetos de extensão, parcerias institucionais e ações de transferência de conhecimento, o Campus Universitário de Salinópolis consolida-se como um agente indutor de inovação, sustentabilidade e desenvolvimento local, promovendo a integração entre universidade, setor produtivo e sociedade.

1.9.2. Impacto Socioeconômico

1.9.2.1. Geração de emprego e renda

A presença da UFPA em Salinópolis tem efeito multiplicador na economia local, gerando empregos diretos e indiretos e fortalecendo cadeias produtivas relacionadas a serviços, moradia e comércio.

1.9.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

As pesquisas aplicadas contribuem para agregar valor às atividades de pesca, turismo e exploração de recursos costeiros, estimulando o empreendedorismo regional.

1.9.2.3. Parcerias institucionais

O campus também promove parcerias importantes com instituições públicas e privadas, ampliando oportunidades de inovação e desenvolvimento.

1.9.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.9.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

O campus desenvolve ações voltadas à preservação dos ecossistemas costeiros e ao uso sustentável dos recursos naturais. Os estudos realizados pelo HIDROLAB e pelo LABGECO auxiliam na mitigação de impactos ambientais e na formulação de estratégias de adaptação às mudanças climáticas.

1.9.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

Culturalmente, o campus valoriza saberes e tradições locais, promovendo a integração entre conhecimento científico e práticas tradicionais de comunidades pesqueiras e costeiras.

1.9.3.3. Projetos com comunidades tradicionais

O Campus Universitário de Salinópolis desenvolve um conjunto integrado de projetos de extensão voltados à sustentabilidade ambiental, à saúde pública e à

valorização das comunidades tradicionais do litoral paraense, especialmente pescadores artesanais, marisqueiras e populações que dependem diretamente dos recursos costeiros.

Entre as iniciativas, destaca-se o GEMAR – Grupo de Resíduos Sólidos Marinhos, que atua no monitoramento e na conscientização sobre o lixo marinho, promovendo ações educativas e incentivando práticas adequadas de descarte de resíduos. Complementando essa abordagem, o projeto Smart Balneabilidade – Análise das Praias de Salinópolis realiza o monitoramento da qualidade da água das praias, fornecendo informações relevantes para a saúde da população e subsidiando a gestão pública.

No campo social e de valorização dos saberes tradicionais, o projeto Cientistas da Maré promove o protagonismo das mulheres do mar, incentivando sua atuação na área de ciências marinhas e na proteção costeira, integrando conhecimento científico e práticas tradicionais.

Além disso, o projeto voltado ao “lixo invisível” — microplásticos amplia a compreensão sobre a poluição marinha ao investigar a presença dessas partículas nas praias e seus impactos na saúde pública e na cadeia alimentar, associado a ações de educação ambiental e engajamento comunitário.

De forma articulada, esses projetos fortalecem a integração entre universidade e sociedade, promovendo ensino, pesquisa e extensão de maneira aplicada às demandas locais. O conjunto das ações contribui para a conservação dos ecossistemas costeiros, a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável da região de Salinópolis.

1.9.4. Desafios e Oportunidades

1.9.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

Apesar dos resultados positivos alcançados pelo Campus Universitário de Salinópolis, em grande parte decorrentes do comprometimento, dedicação e esforço pessoal de seus docentes, técnicos e colaboradores, as condições de trabalho ainda não se mostram plenamente favoráveis ao desenvolvimento adequado das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Entre as principais limitações, destacam-se as fragilidades de infraestrutura física, com insuficiência de salas para docentes e técnicos, ausência de espaços adequados e salubres para armazenamento de materiais do almoxarifado e carência de ambientes apropriados para a instalação de laboratórios básicos de ensino nas áreas de engenharia, matemática e física. Soma-se a isso a limitação de recursos financeiros para manutenção

e apoio aos laboratórios de ensino já existentes, comprometendo a qualidade das atividades práticas.

O campus também apresenta deficiências significativas em espaços de convivência e permanência estudantil, incluindo a inexistência de lanchonete, restaurante universitário ou estrutura equivalente, bem como a ausência de casa de estudante. A falta de ambientes adequados para convivência impacta diretamente na permanência e no bem-estar dos discentes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

No que se refere à infraestrutura de apoio e funcionamento institucional, observa-se a ausência de sistema de monitoramento por câmeras, o que compromete a segurança patrimonial e da comunidade acadêmica. Há também carência de espaços essenciais, como sala de apoio à maternidade, auditório ou sala de reuniões, além de ambientes adequados para os funcionários terceirizados, incluindo áreas para armazenamento de materiais e espaços de descanso.

Adicionalmente, o campus enfrenta limitações relacionadas à acessibilidade, com ausência de adaptações adequadas para pessoas com necessidades especiais, como banheiros acessíveis, sinalização apropriada e adequações em salas de aula. Também se destaca a insuficiência de equipamentos e infraestrutura de segurança contra incêndio, como mangueiras e acessórios completos para os hidrantes.

No âmbito acadêmico, observa-se a oferta ainda reduzida de cursos de graduação, contando atualmente com apenas quatro cursos nativos, o que limita a ampliação do impacto regional da instituição. Soma-se a isso a carência de equipamentos básicos, como computadores e impressoras nos laboratórios de ensino, bem como a inexistência de espaços adequados para implantação e consolidação de laboratórios de pesquisa por parte dos docentes.

Por fim, destacam-se problemas recorrentes de manutenção predial, incluindo necessidades de intervenções nas áreas de pintura, instalações elétricas e hidráulicas, além da ausência de transporte institucional (ônibus ou microônibus), o que dificulta a realização de atividades práticas de campo, fundamentais para a formação acadêmica em diversas áreas.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível o fortalecimento de investimentos em infraestrutura, assistência estudantil e expansão acadêmica, de modo a garantir condições adequadas para o pleno funcionamento do campus e a ampliação de seu impacto no desenvolvimento regional.

Quadro 2 - Limitações, Impactos e Demandas Prioritárias do Campus Salinópolis

Limitação Identificada	Impacto Institucional	Demanda / Ação Necessária
Salas insuficientes para docentes e técnicos	Prejuízo às atividades administrativas, ensino e orientação acadêmica	Construção/ampliação de salas administrativas e gabinetes
Falta de espaço salubre para almoxarifado	Risco à integridade de materiais e desorganização logística	Implantação de almoxarifado adequado e climatizado
Ausência de laboratórios básicos de ensino (Eng., Física, Matemática)	Comprometimento da formação prática dos discentes	Implantação de laboratórios didáticos estruturados
Falta de recursos para laboratórios de ensino existentes	Redução da qualidade das aulas práticas	Ampliação de orçamento para manutenção e insumos
Ausência de espaço de convivência estudantil	Impacto no bem-estar e permanência discente	Criação de áreas de convivência e permanência
Falta de lanchonete	Dificuldade de alimentação no campus	Implantação de lanchonete ou concessão de espaço
Ausência de restaurante universitário	Prejuízo à permanência estudantil	Implantação de RU ou política equivalente
Falta de casa do estudante	Dificuldade de acesso e permanência de alunos de outras localidades	Construção de residência estudantil
Ausência de sistema de monitoramento	Vulnerabilidade à segurança patrimonial e pessoal	Implantação de sistema de câmeras e controle de acesso
Falta de sala de apoio à maternidade	Impacto na inclusão e permanência de mães na universidade	Implantação de espaço de apoio à maternidade
Poucos cursos de graduação (apenas 4)	Limitação da expansão acadêmica e impacto regional	Criação de novos cursos estratégicos
Falta de computadores e impressoras	Prejuízo às atividades de ensino, pesquisa e gestão	Aquisição e renovação de equipamentos de TI
Problemas de manutenção predial	Degradação da infraestrutura e possíveis riscos operacionais	Plano contínuo de manutenção predial
Falta de acessibilidade (banheiros, sinalização, salas)	Inacessibilidade de pessoas com deficiência	Adequação do campus às normas de acessibilidade
Ausência de transporte institucional	Dificuldade para aulas de campo e atividades externas	Aquisição de ônibus/micro-ônibus
Falta de espaço para terceirizados (armazenamento e descanso)	Condições inadequadas de trabalho	Criação de áreas específicas para apoio operacional
Falta de equipamentos de combate a incêndio	Risco à segurança da comunidade acadêmica	Instalação completa de sistemas de combate a incêndio
Falta de espaço para laboratórios de pesquisa	Limitação da produção científica e captação de recursos	Ampliação de infraestrutura de pesquisa
Ausência de auditório/sala de reuniões	Dificuldade para eventos acadêmicos e institucionais	Construção de auditório e salas multiuso

Fonte: Elaboração própria.

1.9.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

Há amplas oportunidades de expansão, com potencial para consolidar o campus como centro de referência em pesquisas costeiras, energias renováveis e inovação tecnológica.

O Campus Universitário de Salinópolis representa um importante vetor de desenvolvimento regional para o litoral paraense. Com forte atuação em ensino, pesquisa e extensão, a unidade contribui para o fortalecimento das cadeias produtivas, a proteção ambiental e a valorização cultural da região. A continuidade do investimento em infraestrutura e inovação permitirá ampliar ainda mais seu impacto no desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da Amazônia costeira.



1.10 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ-SOURE

1.10. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ-SOURE

Este documento apresenta uma análise da inserção do **Campus Universitário do Marajó-Soure**, da Universidade Federal do Pará (UFPA), no contexto da política de multicampia institucional e de sua contribuição para o desenvolvimento regional do arquipélago do Marajó. O texto evidencia o papel estratégico do campus na interiorização do ensino superior público, destacando sua atuação na formação de professores, na produção de conhecimento científico voltado às demandas socioambientais da região e na promoção de ações de extensão que dialogam com as comunidades locais.

Também são apresentados os impactos já gerados pelo campus nas áreas de educação, cultura, biodiversidade, segurança alimentar e fortalecimento das cadeias produtivas tradicionais, além dos principais desafios estruturais relacionados à permanência estudantil, infraestrutura, recursos humanos e conectividade. Por fim, o documento aponta perspectivas e estratégias de consolidação institucional, com propostas de fortalecimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da governança multicampi, alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA e às necessidades do território marajoara.

1.10.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.10.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

Mesmo com um quadro de servidores reduzido, o campus dispõe de um campo diversificado de linhas de pesquisa:

- a. Botânica Geral
- b. Biologia Reprodutiva de Plantas
- c. Etnobotânica em Comunidades Tradicionais
- d. Histologia e ultraestrutura do sistema reprodutivo de caranguejos (Brachyura).
- e. Histologia e ultraestrutura do sistema reprodutivo de anfíbios (Anura).
- f. Histologia e ultraestrutura do ferrão de Raias (Chondrichthyes)
- g. Parasitas: helmintos e protozoários
- h. Fungos
- i. Inventários de fauna
- j. Diversidade de répteis e anfíbios
- k. Alteração ambiental em comunidades

- l. Etnoconhecimento em herpetofauna
- m. Ecologia de Comunidades
- n. Distribuição espacial de comunidades de anuros
- o. Saúde Coletiva, com ênfase em epidemiologia
- p. Virologia, Prevenção e Educação
- q. Entomologia
- r. Educação Ambiental
- s. Ictiologia
- t. Ecologia de Água Doce
- u. Educação para as relações étnico-raciais
- v. Ensino e aprendizagem das práticas de linguagem (leitura, oralidade e escrita)
- w. Letramento acadêmico
- x. Formação docente
- y. Etnomusicologia
- z. Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa, Decolonialidade e Interculturalidade

As linhas de pesquisa desenvolvidas no Campus do Marajó–Soure revelam forte aderência às especificidades socioambientais e culturais da região, marcada pela diversidade de ecossistemas como manguezais, campos alagados e áreas de floresta, bem como pela presença de comunidades tradicionais. Áreas como Botânica, Etnobotânica e Ecologia de Comunidades dialogam diretamente com o uso sustentável dos recursos naturais e com os saberes locais, enquanto estudos sobre fauna — incluindo ictiologia, herpetofauna, entomologia e parasitologia — contribuem para o conhecimento e a conservação da biodiversidade amazônica, além de subsidiar ações em saúde coletiva, especialmente em contextos de vulnerabilidade epidemiológica. As pesquisas em histologia e biologia reprodutiva de organismos aquáticos e terrestres também se alinham à importância econômica e ecológica de espécies-chave da região, como caranguejos e peixes. Paralelamente, as linhas voltadas à educação, linguagens, interculturalidade e relações étnico-raciais fortalecem a formação docente e promovem uma atuação acadêmica comprometida com a valorização das identidades locais e com a transformação social do território. Dessa forma, o conjunto dessas linhas evidencia um campus que, mesmo diante de limitações estruturais, se consolida como um polo estratégico de produção de conhecimento aplicado às demandas do Marajó.

1.10.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

Os projetos desenvolvidos no Campus Universitário do Marajó – Soure, representam um conjunto expressivo de iniciativas com caráter inovador e, em muitos casos, pioneiro na região, especialmente por articularem conhecimento científico, saberes tradicionais e demandas socioambientais locais.

Nesse contexto, destacam-se projetos que integram ciência e comunidade, como as ações voltadas ao beneficiamento do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), à geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade e ao uso de tecnologias sociais para segurança alimentar e saneamento, evidenciando abordagens inovadoras de desenvolvimento territorial sustentável. Iniciativas como “Mulheres que Plantam” e projetos de manualidade ancestral também se mostram pioneiras ao valorizar práticas tradicionais como estratégia de mitigação de mudanças climáticas e fortalecimento da economia local.

No campo da biodiversidade, projetos sobre diversidade de anuros, monitoramento de herpetofauna, ictiofauna e estudos com fungos, carrapatos e organismos aquáticos consolidam uma agenda científica relevante e ainda pouco explorada no contexto marajoara, contribuindo para o avanço do conhecimento em áreas estratégicas da Amazônia. Destacam-se também iniciativas inovadoras em educação científica e ambiental, como “Os Sons do Marajó”, que utiliza bioacústica para sensibilização ambiental, e a “Coleção Itinerante de Zoologia”, que aproxima a universidade da educação básica.

Adicionalmente, projetos de cunho intercultural e decolonial, como o mapeamento de saberes quilombolas, a salvaguarda do carimbó e a produção de materiais educativos em comunidades tradicionais, configuram ações pioneiras ao promover a integração entre ciência, cultura e identidade local. No campo educacional, experiências como o cursinho popular, ações de alfabetização ecológica e o uso da monitoria como estratégia formativa evidenciam inovação pedagógica voltada à inclusão e permanência estudantil.

Assim, os projetos desenvolvidos no campus demonstram não apenas inovação metodológica e temática, mas também pioneirismo ao responder diretamente às especificidades socioambientais, culturais e econômicas do Marajó, consolidando a universidade como agente estratégico de transformação regional.

1.10.1.3. Atuação em setores produtivos locais

A atuação do Campus Universitário do Marajó – Soure nos setores produtivos locais evidencia uma forte integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco no fortalecimento das cadeias produtivas regionais e na promoção do desenvolvimento sustentável. A partir dos projetos desenvolvidos, observa-se uma inserção direta em atividades econômicas tradicionais do território, como a pesca, o extrativismo e a agricultura familiar, com destaque para iniciativas voltadas ao manejo sustentável e agregação de valor aos produtos locais.

Nesse sentido, projetos relacionados ao beneficiamento do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), ao processamento artesanal de alimentos e ao aperfeiçoamento de técnicas de captura do camarão-da-amazônia demonstram uma atuação concreta junto a comunidades extrativistas e pesqueiras, contribuindo para melhoria das condições sanitárias, aumento da qualidade dos produtos e ampliação das oportunidades de geração de renda. De forma complementar, estudos sobre a ictiofauna regional e a importância ecológica de peixes de pequeno porte subsidiam práticas de manejo sustentável da pesca, alinhando conservação ambiental e uso econômico dos recursos naturais.

Além disso, iniciativas como “Mulheres que Plantam” e projetos voltados à manualidade ancestral e ao artesanato reforçam a atuação do campus junto à agricultura familiar e à economia solidária, promovendo inclusão produtiva, valorização de saberes tradicionais e autonomia econômica, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade. Projetos que envolvem tecnologias sociais para segurança alimentar, saneamento e uso sustentável dos recursos naturais também se destacam por sua aplicabilidade direta nos modos de vida locais.

No campo da bioeconomia e da sociobiodiversidade, ações relacionadas à conservação de orquídeas, ao patrimônio botânico cultural e à salvaguarda de conhecimentos tradicionais contribuem para a valorização de ativos naturais e culturais com potencial econômico sustentável. Paralelamente, projetos de formação e capacitação, como oficinas de informática e ações educativas em comunidades, ampliam as competências locais e fortalecem a inserção dos sujeitos nos circuitos produtivos contemporâneos.

Dessa forma, a atuação do campus nos setores produtivos locais se caracteriza por uma abordagem integrada e territorializada, que alia produção de conhecimento, inovação

social e fortalecimento das cadeias produtivas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Marajó de forma sustentável e socialmente inclusiva.

1.10.2. Impacto Socioeconômico

1.10.2.1. Geração de emprego e renda

Formação e retenção de talentos locais. A oferta de cursos e ações formativas (com destaque para as licenciaturas) tem contribuído para diminuir a evasão de jovens para os grandes centros, qualificar a rede básica de ensino e ampliar o capital social local. Também tem possibilitado a formação de pessoas sem condições financeiras de se manter nos grandes centros urbanos. Egressos têm sido absorvidos nas escolas dos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras, Belém, Ananindeua etc, em outros órgãos, no entorno e na própria universidade, gerando efeito multiplicador sobre aprendizagem, permanência e projetos pedagógicos com identidade amazônica. Cabe destacar que vários de nossos egressos são primeiros colocados em diversos concursos públicos, inclusive temos egressos professores na UNIFAP, IFPA, UFPA, incluindo o Campus do Marajó-Soure e o próprio Coordenador Geral do Campus que é egresso do Campus, assim como alguns técnicos e uma docente efetiva recém-contratada.

1.10.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

Segurança de alimentos e cadeias artesanais. Iniciativas de extensão e estudos sobre boas práticas de manipulação de alimentos e água (p. ex., beneficiamento artesanal da carne de caranguejo-uçá) têm qualificado saberes tradicionais, reduzido riscos sanitários e apoiado a valorização e formalização de cadeias produtivas locais, com orientação técnica para melhoria de processos, rotulagem e adequação às normativas sanitárias.

1.10.2.3. Parcerias institucionais

Integração universidade-escola-comunidade. O campus mantém diálogo permanente com redes municipais/estaduais de ensino, órgãos ambientais, associações de catadores/pescadores, empreendimentos de turismo e coletivos culturais. Essa governança de proximidade tem viabilizado diagnósticos locais, formação continuada de docentes e agendas comuns, com foco em resultados concretos para a vida das pessoas. Além disso, o Campus tem promovido diversas ações de capacitação da comunidade local através de projetos próprios e em parceria com outros órgãos como a SEASTER.

1.10.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.10.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

Pesquisa aplicada à biodiversidade e saúde ambiental. O campus tem fomentado linhas voltadas à ecologia e conservação, monitoramento participativo de fauna, e educação ambiental em áreas sensíveis (RESEX Soure, manguezais, áreas de uso tradicional). Esses estudos subsidiam práticas de manejo, turismo responsável e ações de prevenção a acidentes com fauna peçonhenta, além de divulgarem ciência em linguagem acessível à comunidade.

1.10.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

Cultura, identidade e patrimônio. Projetos e eventos de divulgação científica e cultural fortalecem o pertencimento marajoara, articulando saberes acadêmicos e populares, artesanato, memória e práticas educativas em museus/escolas, além de ampliar a alfabetização científica da população. São inúmeras iniciativas que valorizam a cultura local e a ancestralidade como a cerâmica, o grafismo, a música e dança e todos os saberes de nossos Mestres e Mestras da Cultura.

Os projetos desenvolvidos no Campus Universitário do Marajó–Soure incorporam, de forma estruturante, a valorização dos saberes tradicionais das comunidades locais, reconhecendo-os como fundamentais para a compreensão e o manejo sustentável da biodiversidade amazônica. Iniciativas que envolvem etnobotânica, etnoconhecimento em herpetofauna e práticas tradicionais de uso dos recursos naturais promovem o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes de populações ribeirinhas, extrativistas e pescadoras. Destacam-se, ainda, ações voltadas à valorização de cadeias produtivas locais, como o beneficiamento do caranguejo-uçá, que articulam aspectos culturais, econômicos e sanitários, contribuindo para o fortalecimento da identidade regional e geração de renda. Ao integrar essas perspectivas em atividades de ensino, pesquisa e extensão, o campus reafirma seu compromisso com uma ciência socialmente referenciada, que respeita, preserva e potencializa os modos de vida tradicionais do território marajoara.

1.10.3.3. Projetos com comunidades tradicionais

No âmbito da atuação junto às comunidades tradicionais do Marajó, o Campus Universitário do Marajó – Soure desenvolve um conjunto significativo de projetos que evidenciam compromisso com a valorização dos saberes locais, a promoção da autonomia comunitária e o fortalecimento de modos de vida tradicionais. Destacam-se iniciativas diretamente articuladas com comunidades quilombolas, pesqueiras, extrativistas e rurais, que integram conhecimento científico e práticas culturais no território.

Entre os projetos mais relevantes, sobressaem aqueles voltados à valorização cultural e à salvaguarda de saberes tradicionais, como o “Banco de Narrativas Orais das Comunidades Quilombolas de Salvaterra”, a “Cartografia das Ciências e Saberes dos Mestres e Mestras da Cultura Quilombola do Marajó” e ações relacionadas ao ensino de música e decolonialidade a partir dos saberes dos mestres da cultura. Essas iniciativas são pioneiras ao reconhecer e sistematizar conhecimentos historicamente marginalizados, promovendo sua inserção no contexto acadêmico e educacional.

No campo produtivo e socioeconômico, destacam-se projetos como o processamento artesanal da carne de caranguejo-uçá por mulheres de Soure, as ações de tecnologias sociais voltadas à segurança alimentar, saneamento e geração de renda na comunidade do Tucumanduba, além da iniciativa “Mulheres que Plantam”, que articula agroecologia, produção de alimentos e enfrentamento às mudanças climáticas. Tais projetos demonstram forte inserção nas dinâmicas locais, promovendo inclusão produtiva e fortalecimento da economia comunitária.

Adicionalmente, iniciativas como “Águas que educam” e “Pescando imagens”, desenvolvidas em comunidades pesqueiras, evidenciam estratégias inovadoras de educação intercultural, utilizando linguagens acessíveis e participativas para dialogar com diferentes públicos. Projetos voltados à preservação do patrimônio botânico cultural e à salvaguarda de conhecimentos tradicionais também reforçam a importância da sociobiodiversidade como elemento central na relação entre comunidades e ambiente.

Por fim, destaca-se a transversalidade das ações que integram cultura, educação e meio ambiente, como as iniciativas de preservação do carimbó e encontros de saberes (“Mbarayo”), que fortalecem identidades culturais e promovem o diálogo entre universidade e comunidade. Assim, a atuação do campus junto às comunidades tradicionais configura-se como estratégica, inovadora e socialmente comprometida, contribuindo para o reconhecimento, valorização e fortalecimento dos territórios e de seus sujeitos.

1.10.4. Desafios e Oportunidades

1.10.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

- Recursos humanos: quadro docente/TAE reduzido frente à demanda territorial e à complexidade de uma universidade multicampi; necessidade de recomposição e perfis aderentes às vocações locais (biodiversidade, educação, saúde ambiental, gestão pública e economia do turismo/cadeias artesanais, arte, cultura).
- Permanência estudantil: vulnerabilidade socioeconômica dos discentes requer políticas robustas de assistência, moradia/auxílio, acolhimento psicossocial e estratégias flexíveis para quem concilia estudo, trabalho e deslocamentos longos.
- Ampliação na oferta de cursos que atendam às demandas regionais: O Campus dispõe apenas dos cursos fixos de ciências biológicas e Letras (língua portuguesa e Língua inglesa). Contudo, há a necessidade de atendermos outras demandas da região como cursos na área das artes como música (considerando a intensa musicalidade da região), artes visuais, turismo, arqueologia/museologia, além de cursos que atendam as demandas da pecuária, agricultura e pesca.
- Conectividade e logística: insularidade, transporte irregular e conectividade digital limitada encarecem operações, afetam a permanência estudantil e a execução de projetos.
- Infraestrutura e manutenção: ambientes salinos/úmidos aceleram desgaste de edificações e equipamentos, exigindo rotinas preventivas e contratos de manutenção mais responsivos.
- Ambiente regulatório para a economia tradicional: a formalização de cadeias artesanais (p. ex., pescado/crustáceos) depende de apoio técnico continuado, articulação com vigilância sanitária e marcos de inspeção compatíveis com a realidade local. Além de outras fragilidades relacionadas ao ecossistema insular.

1.10.4.2. 10.4.2 Perspectivas de expansão e inovação

Educação e formação docente

- Consolidar um Programa Territorial de Formação Continuada para professores da educação básica (itinerários formativos, metodologias ativas, educação ambiental crítica, cultura digital), com metas anuais de turmas e alcance municipal/regional.
- Expandir estágios e PIBID/Residência Pedagógica com foco em letramentos, ciências e currículo contextualizado amazônico.

- Expandir cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

b) Fortalecimento da Pesquisa

- Fortalecer e incentivar o desenvolvimento de projetos pelos servidores da unidade, voltados às problemáticas locais e regionais.
- Articular junto à administração superior, editais específicos, levando em consideração às condições disponíveis no interior.
- Criar um Núcleo de Ciência Cidadã para dados abertos, formação de monitores comunitários e produção de indicadores territoriais (ODS 4, 11, 12, 13, 14 e 15).

c) Extensão e desenvolvimento local

- Ampliar o PROEXIA Marajó e eventos integradores (p. ex., SIEPE local), organizando editais temáticos anuais (segurança de alimentos, turismo sustentável, patrimônio e saberes tradicionais) e oficinas de boas práticas para cadeias artesanais, com metas de capacitações e certificações.
- Tornar o Campus referência para que a comunidade nos procure para solução de demandas do município. A citar, problemas de trânsito (proposta em andamento), esporte (programa aguardando edital de fomento), pesca (projetos já em desenvolvimento), cultura (projetos executados em parceria), entre outros.
- Destinar uma receita para custear eventos de extensão na unidade, conforme proposição da Pró-reitoria de Extensão.

d) Inovação em permanência e inclusão

- Programa de Acolhimento e Bem-Estar Estudantil (apoio psicossocial, tutoria entre pares, trilhas de estudo e vida universitária), com indicadores de permanência e conclusão.
- Fortalecer parcerias para moradia/auxílio e transporte intermunicipal, priorizando grupos em maior vulnerabilidade.
- Sala de acolhimento materno-infantil.
- Sala de descanso.
- Redário.

e) Governança multicampi e parcerias

- Formalizar planos de trabalho interinstitucionais com prefeitura, secretarias de educação/meio ambiente, ICMBio/RESEX, escolas, museus e organizações comunitárias, com comitês semestrais de acompanhamento e metas compartilhadas.

f) Compromissos e métricas sinalizadoras

- Ensino: melhorar as taxas de sucesso e diminuir a taxa de retenção e da proporção de egressos atuando na região; oferta regular de formação continuada docente com avaliação de impacto pedagógico. Oferta de novos cursos flexibilizados e permanentes tanto em nível de graduação quanto em nível de mestrado e doutorado.
- Pesquisa/Extensão: número de projetos com coprodução de conhecimento com comunidades; produtos técnicos (guias, protocolos, materiais educativos); bases de dados abertas; publicações e relatórios para gestores públicos.
- Desenvolvimento local: valorização da cultura local; capacitações certificadas em boas práticas de alimentos e turismo responsável; iniciativas de formalização e melhoria sanitária em cadeias artesanais; ações de educação ambiental com alcance comunitário mensurável.
- Gestão multicampi: captação de recursos, recomposição de quadro, oferta de novos cursos, contratos de manutenção ágeis e indicadores de eficiência administrativa.



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035

1.11 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TUCURUÍ

1.11. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TUCURUÍ

O presente texto apresenta uma síntese da atuação, dos impactos regionais e das perspectivas de desenvolvimento do Campus Universitário de Tucuruí no contexto da Universidade Federal do Pará (UFPA), considerando as diretrizes e estratégias do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2026 a 2035. Inserido em uma região de grande relevância socioeconômica e energética no sudeste do Pará, no entorno do Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o campus tem desempenhado papel estratégico na interiorização do ensino superior público federal e na promoção do desenvolvimento regional.

Ao longo de sua trajetória, o Campus Tucuruí vem contribuindo para a formação de profissionais qualificados, para o fortalecimento da pesquisa aplicada e para a ampliação de ações de extensão voltadas às demandas sociais e ambientais da região amazônica. Nesse contexto, o documento apresenta os principais resultados alcançados pela unidade, bem como as perspectivas de expansão acadêmica, científica e institucional, alinhadas às metas da UFPA para o fortalecimento da atuação multicampi, da inovação e do compromisso social da universidade.

1.11.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.11.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

O Campus Universitário de Tucuruí desempenha um papel estratégico no desenvolvimento educacional, científico e tecnológico da região do Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no sudeste do Pará. Inserido em um território de elevada importância energética e socioeconômica, o campus consolida-se como um vetor de interiorização do ensino superior público federal e de transformação regional. Sua atuação abrange comunidades urbanas, ribeirinhas e tradicionais distribuídas ao longo do lago, promovendo impactos significativos na formação de recursos humanos, na pesquisa aplicada e na inovação tecnológica.

No campo da pesquisa, o campus contabilizou 113 projetos, com destaque para os avanços na área de engenharia elétrica, geração e distribuição de energia, tecnologias aplicadas e estudos ambientais.

1.11.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

A inovação tecnológica também tem se destacado, com projetos em energia elétrica, automação e sistemas tecnológicos, incluindo registros de patentes na área de engenharia elétrica, que reforçam o papel do campus como referência regional em pesquisa aplicada e transferência de tecnologia.

1.11.1.3. Atuação em setores produtivos locais

Desde sua criação, o campus já formou 1.338 profissionais, número que demonstra a relevância do ensino ofertado para a região. Muitos desses egressos criaram suas próprias empresas ou assumiram posições estratégicas em órgãos públicos e privados, contribuindo para o dinamismo econômico do entorno do lago de Tucuruí.

1.11.2. Impacto Socioeconômico

1.11.2.1. Geração de emprego e renda

Desde sua criação, o campus já formou 1.338 profissionais, muitos dos quais atuam em posições estratégicas no setor público e privado ou empreendem na própria região, contribuindo para a geração de emprego, renda e qualificação da força de trabalho local.

1.11.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

Além disso, foram desenvolvidos 181 projetos de extensão, com ampla capilaridade social, alcançando comunidades ribeirinhas, grupos tradicionais e populações em situação de vulnerabilidade, em ações voltadas à educação, sustentabilidade, direitos humanos e inovação social.

1.11.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.11.3.1. Valorização de culturas e saberes tradicionais

A atuação do campus junto a comunidades ribeirinhas e tradicionais distribuídas ao longo do Lago de Tucuruí expressa o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural regional, incorporando esses grupos nas ações de formação, pesquisa aplicada e inovação tecnológica.

1.11.4. Desafios e Oportunidades

1.11.4.1. Perspectivas de expansão e inovação

Para o período de 2025 a 2027, está prevista a conclusão das obras da Cidade Universitária de Tucuruí, um complexo com mais de 7 mil m² de novas instalações

acadêmicas e administrativas. A expansão física permitirá a melhor distribuição das unidades, a implantação de novos cursos e laboratórios, a modernização das redes de tecnologia da informação e acessibilidade, além de ampliar substancialmente a capacidade de atendimento e impacto social da instituição. A infraestrutura planejada contempla novos espaços pedagógicos, laboratórios multiusuários, biblioteca ampliada e adequações completas de acessibilidade, alinhadas à meta institucional de inclusão.

No campo da oferta acadêmica, a perspectiva é diversificar a atuação do campus para além das engenharias, com a criação de cursos nas áreas de Ciências Humanas e Saúde, atendendo a demandas regionais de formação profissional. Estão previstos também cursos tecnológicos de curta duração (dois anos), voltados a setores estratégicos como energia, manutenção industrial, logística fluvial e tecnologias digitais. A interdisciplinaridade será fortalecida com a criação de programas voltados à sustentabilidade, energia e desenvolvimento amazônico, consolidando a unidade como polo de referência regional.

A internacionalização é outro vetor de avanço. O campus pretende firmar convênios com universidades amazônicas da América do Sul para o desenvolvimento de projetos conjuntos em energia, engenharia e biodiversidade, além de instituir programas de mobilidade docente e discente entre polos, promovendo integração acadêmica e científica em escala regional e internacional.

Na dimensão da governança e inovação institucional, está prevista a criação de um Escritório de Projetos (PMO) para gestão de convênios, obras e iniciativas multicampi, garantindo maior profissionalização e eficiência administrativa. Também será implantado um modelo de governança multicampi inspirado em experiências bem-sucedidas de universidades federais multicampi, com coordenações locais e um núcleo gestor central sediado em Tucuruí. A perspectiva inclui ainda aumentar o número de registros de patentes e projetos de P&D em energia e sistemas tecnológicos, ampliando a competitividade institucional.

Com relação à projeção institucional até 2035, o campus pretende consolidar-se como polo multicampi da UFPA, conectando municípios estratégicos ao longo da PA-150 e entorno do Lago de Tucuruí. Está prevista a implantação de polos em Tailândia, Jacundá, Nova Ipixuna, Breu Branco e Novo Repartimento, ampliando a rede e fortalecendo a presença da UFPA no território. Em horizonte mais amplo, está em estudo a proposta de criação da Universidade Federal do Lago, articulando os polos regionais em uma nova estrutura multicampi com identidade territorial própria. Para sustentar essa

expansão, será necessária a ampliação significativa do quadro de docentes e técnico-administrativos, garantindo qualidade de ensino, pesquisa e extensão, bem como o fortalecimento das políticas de inclusão e diversidade.

Esse conjunto de ações posiciona o Campus Tucuruí como eixo estruturante da estratégia multicampi da UFPA para o período 2025–2035, combinando interiorização do ensino, inovação tecnológica, impacto social e fortalecimento institucional, alinhado aos desafios contemporâneos da Amazônia.



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035

1.12 INSTITUTO DE ESTUDOS COSTEIROS

1.12. INSTITUTO DE ESTUDOS COSTEIROS

O Instituto de Estudos Costeiros (IECOS) é uma Unidade Acadêmica da UFPA, instituída através da Resolução Nº 631 (CONSUN/UFPA), de 12 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2007 – CONSUN/UFPA, cuja missão é: Pesquisar os ecossistemas associados à costa amazônica, de modo a produzir e divulgar uma base de conhecimento científico que possibilite a compreensão do funcionamento, da interação entre os componentes e a utilização dos seus recursos.

Figura 11 – Fachada do Instituto de Estudos Costeiros



Fonte: Elaboração própria

1.12.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.12.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

1. Pesca e aquicultura 2. Biodiversidade, sistemática e evolução 3. Geomorfologia costeira 4. Sociobiodiversidade 5. Educação científica e ambiental Ao longo dos 18 anos de criação do IECOS, foram formados milhares de estudantes pelas faculdades de

Ciências Naturais, Ciências Biológicas e Engenharia de Pesca, além da especialização em Ensino de Ciências e do Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental (nível 5 da CAPES), com mestrado e doutorado.

1.12.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

- Centro de aquicultura do nordeste paraense – Profa. Zelia Pimentel
- Mangues da Amazônia – prof. Marcus Fernandes
- INCT Observatório da Foz do Amazonas – Prof. Nils Asp Neto
- Desenvolvimento e transferência de tecnologia de cultivo de camarões e peixes nativos: nutrigenômica, manejo genético de reprodutores e uso Biologia molecular – Prof. Grazielle Gomes
- Partilha da água e resiliência de um sistema sócio ecológico único na Volta Grande do Xingu – Prof. Janice Muriel Cunha
- Força tarefa para disseminar o cultivo e atuar na crise do *Macrobrachium amazonicum* – Prof. Cristiana Maciel
- Currais de Pesca – Francisco Carlos Holanda
- Contribuições do microbioma ambiental nos cultivos de ostras nativas em Reservas Extrativistas Marinhas no Estado do Pará em busca de um manejo sustentável – Prof. Dioniso de Souza Sampaio
- Recursos didático-metodológicos em Ensino de Biologia na produção acadêmica nacional: bases para a prática de ensino e formação de professores – Prof. Lilliane Freitas
- ECOA: ações interativas para a educação ambiental costeira em escolas rurais da cidade de Bragança, Amazônia, Brasil – Prof. Rosigleyse Felix

1.12.1.3. Atuação em setores produtivos locais

Egressos atuando em diversas áreas relacionadas à engenharia de pesca, ao ensino básico, ao ensino superior, ao setor privado e à diferentes instituições públicas.

1.12.2. Impacto Socioeconômico

1.12.2.1. Geração de emprego e renda

A simples presença da UFPA em Bragança significa uma alta injeção de recursos na economia local do município, tanto de forma direta quanto indireta. A qualificação de estudantes nas áreas de atuação do IECOS, tanto de graduação, quanto de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), gerou um aumento de professores da educação

básica com nível superior, de engenheiros de pesca e demais profissionais qualificados, atuando e residindo na região.

1.12.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

Auxílio institucional através da colaboração de servidores e discentes para qualificação profissional incluindo a identificação de potencialidades, solução de problemas produtivos e o desenvolvimento de soluções produtivas.

1.12.2.3. Parcerias institucionais

O IECOS tem atuado em parcerias com as Prefeituras da região e suas secretarias municipais, SEMMAS, SEDUC, DRE, IFPA, UEPA, UFRA, ICMBio, IBAMA, demais instituições de ensino e pesquisa e setor privado da região.

1.12.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.12.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

IECOS tem atuado através de seus projetos, tanto de pesquisa, quanto de ensino e de extensão e através de ações em parceria com Instituições atuantes na região.

1.12.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

Apoiando ações regionais, tanto de pesquisa, quanto de ensino e de extensão, através de ações em parceria com Instituições atuantes na região.

1.12.3.3. Projetos com comunidades tradicionais

Exemplos atuais de projetos com comunidades atuais, destacamos o projeto Mangues da Amazônia, o projeto Currais de Pesca ou o projeto Artesãos das águas: programa de valorização dos carpinteiros artesanais e do patrimônio naval pesqueiro da Amazônia, seja por meio de melhorias na qualidade de ensino.

1.12.4. Desafios e Oportunidades

1.12.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

O IECOS, apesar de ter uma área de cerca de 3.000m² em área construída, ainda falta espaço adequado para expansão e melhoria do funcionamento das atividades do Instituto. O Centro de aquicultura do nordeste do Pará, cuja obra está inacabada e por isso, ainda não pode iniciar suas atividades. Além disso, há a necessidade de modernização de equipamentos de pesquisa e de ensino. Portanto, as limitações são:

- Obra inacabada do CEANPA
- Falta de veículos para deslocamento de campo e administrativo

- Quadro de servidores técnico-administrativos insuficiente
- Ausência de equipe DAEST para atendimento psicossocial discente
- Necessidade de renovação de equipamentos e refrigeração
- Manutenção e ampliação da área construída

1.12.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

A expansão e a inovação do IECOS estão ligadas à necessidade de expansão da área construída e da modernização das aulas, tanto teóricas, quanto práticas. Para isso, temos o plano de criação de uma incubadora de empresas, principalmente para a área de pesca. Além disso, a modernização das aulas, com equipamentos modernos é fundamental. O campus de Bragança da UFPA dispõe de um terreno maior, com espaço para a construção e ampliação do espaço físico. Portanto, as expectativas futuras são:

- Finalização das obras do CEANPA
- Implantação de uma incubadora de empresas
- Construção de novas instalações no Campus II
- Renovação de equipamentos de aula
- Veículo traçado para atividades de campo
- Ampliação do quadro administrativo
- Contratação de psicólogo, pedagogo e assistente social
- Reforço do quadro docente
- Melhorias em acessibilidade
- Modernização do sistema de prevenção de incêndio



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035

1.13 INSTITUTO DE MEDICINA VETERINÁRIA

1.13. INSTITUTO DE MEDICINA VETERINÁRIA

O Instituto de Medicina Veterinária da UFPA constitui-se como uma importante unidade acadêmica da Universidade Federal do Pará no interior do estado, estando sediado no Campus Universitário de Castanhal. Sua trajetória institucional está diretamente vinculada ao processo de interiorização do ensino superior público na Amazônia, consolidando-se ao longo dos anos como referência regional na formação de médicos-veterinários e na produção de conhecimento científico voltado às especificidades socioeconômicas e ambientais amazônicas.

Ao longo de sua evolução, o Instituto ampliou sua atuação para além da graduação, estruturando programas de Residência em Área Profissional da Saúde, cursos de especialização e três Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, Ciência Animal, Saúde Animal na Amazônia e Reprodução Animal na Amazônia, todos com mestrado e doutorado reconhecidos pela CAPES. Essa consolidação acadêmica foi acompanhada pela expansão de sua infraestrutura, com destaque para o Hospital Veterinário Universitário (HV-UFPA), a CEBRAN e um conjunto de laboratórios especializados que sustentam atividades de ensino prático, pesquisa aplicada e prestação de serviços à comunidade.

O presente texto tem por finalidade apresentar, de forma sistematizada, as áreas estratégicas de atuação do IMV, suas linhas de pesquisa prioritárias, projetos inovadores, impacto socioeconômico regional, inserção nas cadeias produtivas e parcerias institucionais, além de evidenciar seus desafios, oportunidades e demandas estruturais. A abordagem adotada reflete o compromisso do Instituto com a integração entre saúde animal, saúde humana e meio ambiente, sob a perspectiva da Saúde Única (One Health), alinhada às diretrizes de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

1.13.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.13.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

O Instituto de Medicina Veterinária (IMV) da Universidade Federal do Pará (UFPA) possui linhas de pesquisa estratégicas voltadas às demandas científicas, tecnológicas e sociais da Amazônia, com foco na promoção da saúde animal, da produção sustentável, da inovação em produtos de origem animal e da integração entre saúde única

e meio ambiente. Essas linhas de pesquisa são bem representadas pela atuação dos seus programas de pós-graduação stricto sensu.

A linha de Produção Animal na Amazônia é uma das mais tradicionais e estruturadas do Instituto, com origem anterior à própria criação do curso de Medicina Veterinária. Ela conta com o apoio fundamental do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, que há muitos anos atua na formação de profissionais e pesquisadores voltados ao desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis e ambientalmente responsáveis. Essa linha tem como foco a pecuária amazônica sob uma perspectiva científica, promovendo a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade na produção animal regional.

A linha de Saúde Animal na Amazônia é a mais consolidada e abrangente do Instituto, reunindo estudos nas áreas de clínica e cirurgia veterinária, diagnóstico por imagem, diagnóstico laboratorial, além de pesquisas sobre doenças infecciosas e parasitárias que acometem espécies domésticas e silvestres. Nessa linha, destaca-se o Programa de Pós-Graduação em Saúde Animal na Amazônia, que desenvolve pesquisas de alto impacto científico e forma recursos humanos altamente qualificados. A graduação em Medicina Veterinária e as Residências também participam ativamente dessa linha, por meio de disciplinas, projetos e estágios que fortalecem a formação prática e científica dos estudantes. A área de Saúde Animal concentra a maior parte dos projetos de pesquisa desenvolvidos no IMV, consolidando-se como o principal eixo científico da unidade.

A linha de Saúde Única e Meio Ambiente ocupa papel estratégico dentro do Instituto, reforçando a importância do médico-veterinário na interface entre saúde animal, saúde humana e sustentabilidade ambiental. Essa linha reúne projetos voltados ao estudo de zoonoses, como a raiva e outras doenças infecciosas e parasitárias, além de pesquisas sobre agentes patogênicos em animais silvestres e domésticos da Amazônia, contribuindo para a compreensão das dinâmicas ecológicas e para o equilíbrio entre biodiversidade e saúde pública.

A linha de Tecnologia de Produtos de Origem Animal integra os Programas de Pós-Graduação Saúde Animal na Amazônia e Ciência Animal, abrangendo estudos sobre a produção, qualidade e inspeção sanitária de produtos como leite, carne, pescado, aves e seus derivados. As pesquisas desenvolvidas nessa linha abordam desde o perfil microbiológico e sanitário até a inovação tecnológica na produção e transformação de produtos de origem animal, contribuindo diretamente para a segurança alimentar e o desenvolvimento agroindustrial da região.

O estado do Pará reúne, desde a década de 1970, importantes grupos de pesquisa dedicados à área de Reprodução Animal. Com a criação do Instituto de Medicina Veterinária (IMV), essa tradição científica ganhou novo impulso. Em 1998 foi implantada, com financiamento da SUDAM, a Central de Biotecnologia e Reprodução Animal (CEBRAN), sediada no município de Castanhal, a aproximadamente 70 km de Belém. A partir da estrutura consolidada pela CEBRAN, tornou-se possível a criação do primeiro curso de Medicina Veterinária da UFPA no interior do estado, cuja turma inicial iniciou as atividades em 2001. O fortalecimento da graduação favoreceu a formação de novos grupos de pesquisa voltados à reprodução animal e às biotecnologias aplicadas à fauna amazônica. Dentre esses, destaca-se o Laboratório de Pesquisa em Biotecnologia e Medicina de Animais da Amazônia (BIOMEDAM), cuja principal linha de investigação concentra-se na biotecnologia da reprodução de animais silvestres, contribuindo para a conservação e manejo reprodutivo da fauna regional. A partir da consolidação de grupos de pesquisa de reprodução animal do Instituto de Medicina Veterinária e de instituições parceiras, em 2018 nasce o PPG ReproAmazon, já com cursos em níveis de mestrado e doutorado.

1.13.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

Atualmente o Instituto de Medicina Veterinária (IMV/UFPA) conta com 104 projetos de ensino, pesquisa e extensão ativos. Contudo, de acordo com as áreas de atuação do IMV, vamos destacar os mais atuais e de maior impacto regional. É importante ressaltar que, por meio de seu Hospital Veterinário, que alberga oito (8) residências em área profissional e uma (1) multiprofissional, consolidou-se como referência regional em atendimentos de alta complexidade para animais domésticos, silvestres e de produção, sendo o único hospital da Amazônia a realizar procedimentos de ponta em grandes animais, cirurgias torácicas, endoscópicas e videocirurgias, além de atender demandas sociais voltadas à saúde pública e controle populacional. Esse ambiente de excelência é também um polo de ensino e pesquisa, beneficiando alunos de graduação, residentes, mestrados, doutorados e especializações, integrando formação profissional e inovação tecnológica.

Dentro desse contexto, em 2024 o IMV firmou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Instituto Bicho D'água (IBD), que possibilitou a reforma de um prédio e a criação do Centro de Reabilitação de Fauna Aquática (CREFA). O CREFA surgiu a partir do Projeto de Caracterização e Monitoramento de Cetáceos nas Bacias Pará-Maranhão e

Foz do Amazonas, exigido pelo licenciamento ambiental federal conduzido pelo IBAMA para atividades de pesquisa sísmica da empresa TGS-NOPEC. A partir desse projeto, identificou-se a necessidade urgente de ações de conservação do peixe-boi amazônico, levando à criação do Projeto de Conservação de Peixes-boi no Estado do Pará, executado em parceria com UFPA, IBD, CEMAM, PCCB/UERN e demais instituições.

O CREFA tornou-se um espaço estratégico para acolher, recuperar e reinserir animais aquáticos na natureza, oferecendo suporte clínico e protocolos específicos de manejo. Desde sua implantação, nove filhotes de peixe-boi já foram resgatados e estabilizados no IMV, acompanhados em programas de reabilitação e encaminhados para aclimação e soltura sob supervisão de órgãos como ICMBio, Semas e Ibama. O projeto exemplifica a integração entre pesquisa, ensino, extensão e conservação ambiental, reforçando o papel pioneiro do IMV em saúde única, manejo de fauna silvestre e ações socioambientais na Amazônia.

Projeto de Raiva: Abordagem Interdisciplinar e Saúde Única na Amazônia.

O Instituto de Medicina Veterinária (IMV/UFPA) desenvolve projetos inovadores voltados para o estudo da transmissão do vírus rábico e outros patógenos por morcegos hematófagos, priorizando a integração entre pesquisa, ensino, extensão e saúde pública por meio do projeto Análise de risco da Raiva na Amazônia brasileira: Abordagem One Health para fortalecimento do SUS na investigação de população vulnerável às agressões por morcegos. Este estudo multicêntrico aplica uma abordagem One Health, reunindo profissionais de diferentes áreas para investigar o risco de transmissão em humanos e animais de comunidades tradicionais com fisionomias socioculturais distintas na Amazônia brasileira, abrangendo regiões do Pará, Roraima e Amazonas. Essa abordagem considera os determinantes sociais da saúde (DSS) e emprega técnicas avançadas, como geoprocessamento, para compreender a relação entre a modificação ambiental e os episódios de agressão por morcegos. Além disso, envolve a participação direta das comunidades locais, buscando compreender a percepção dos habitantes sobre seu território e promovendo a integração entre ciência, gestão pública e população afetada. As ações incluem análises de risco de doenças, programas educativos como o Clube de Ciências e o Museu dos Morcegos - Biodiversidade e Saúde, e estratégias de difusão do conhecimento adaptadas à realidade local. Espera-se que esse projeto proporcione maior visibilidade às populações atualmente invisíveis para o SUS, oferecendo suporte à gestão pública para implementação de ações preventivas e mitigatórias, consolidando o IMV como referência em saúde única, epidemiologia e conservação ambiental na Amazônia.

Outro projeto relevante e inovador é o “Corredor de Vida Silvestre”, que propõe a criação de um modelo de corredor ecológico que interligue áreas florestais produtivas de alta relevância econômica e ambiental no Estado do Pará, com base na abordagem integrada de Saúde Única (One Health). A iniciativa busca responder aos impactos da retirada e degradação da Floresta Amazônica, que comprometem os serviços ecossistêmicos — como evapotranspiração, regulação hídrica e equilíbrio climático —, afetando diretamente atividades como agricultura e pecuária. O projeto também aborda o aumento da interação entre fauna silvestre, humanos e animais domésticos, reconhecendo o papel das espécies silvestres como potenciais reservatórios de patógenos e a necessidade de estratégias preventivas frente às doenças infecciosas emergentes. Com financiamento da FAPESPA (Chamada Pública nº 003/2024 – Fortalecimento de Grupos de Pesquisa Liderados por Mulheres), o projeto visa integrar conservação da biodiversidade, saúde humana e animal e desenvolvimento sustentável, promovendo um modelo de política pública aplicável que fortaleça os serviços ecossistêmicos, proteja a saúde coletiva e fomenta práticas de manejo ambiental sustentáveis na Amazônia paraense.

O projeto “Centro Avançado Amazônico em Conservação e Saúde” propõe a criação de uma rede de pesquisa e extensão multissetorial voltada à conservação da biodiversidade e à promoção da Saúde Única (One Health) na Amazônia brasileira. A iniciativa parte do reconhecimento de que a perda florestal e a degradação ambiental no bioma Amazônia, nas últimas décadas, têm intensificado o contato entre humanos, animais domésticos e fauna silvestre, ampliando os riscos de doenças emergentes de origem zoonótica. Nesse contexto, conservar os ecossistemas nativos e seus serviços ambientais é também uma estratégia essencial de saúde pública. O projeto conta com financiamento da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 19/2024 – Pro-Amazônia, envolvendo dez instituições amazônicas, além de parceiros nacionais e internacionais, para o desenvolvimento de pesquisas integradas em ecossistemas aquáticos e terrestres, com foco inicial no Arquipélago do Marajó. O Centro visa consolidar um núcleo de excelência em conservação e saúde ambiental, promovendo estratégias integradas de sustentabilidade, vigilância ecológica e formação de redes científicas que fortalecem o papel do IMV/UFPA na liderança da pesquisa em Saúde Única e conservação de ecossistemas amazônicos.

Ainda dentro da área de saúde animal e ambiental, o Projeto-Matriz “Estudo dos agentes infecciosos em animais silvestres no bioma amazônico sob a perspectiva One Health”, com vigência de 2025 a 2028, integra um conjunto de iniciativas voltadas à

vigilância, diagnóstico e controle de doenças infecciosas emergentes e reemergentes em animais silvestres, domésticos e de produção na Amazônia. Sob a perspectiva da Saúde Única (One Health), o projeto busca compreender as interfaces entre saúde animal, humana e ambiental, promovendo conhecimento aplicado à conservação da biodiversidade e à prevenção de riscos sanitários regionais. As ações desenvolvidas abrangem desde a identificação microbiana por MALDI-TOF, aplicada à detecção rápida de patógenos na Amazônia Oriental, até o estudo de doenças infecciosas, metabólicas, genéticas e imunológicas que afetam espécies silvestres e de produção. Incluem, ainda, investigações específicas sobre leptospirose e papilomavírus em animais amazônicos, além de estudos voltados à bubalinocultura sustentável e à saúde reprodutiva na Ilha do Marajó. Esses eixos de pesquisa compartilham uma abordagem integrada que alia tecnologia, diagnóstico avançado e inovação em saúde animal, com ênfase na realidade ecológica e socioeconômica amazônica. Inserido na linha de Saúde Única e Sanidade Animal do Instituto de Medicina Veterinária da UFPA, o projeto consolida uma rede científica regional voltada à biotecnologia diagnóstica, epidemiologia molecular e vigilância de agentes zoonóticos, fortalecendo o papel do IMV/UFPA como referência amazônica na integração entre saúde, meio ambiente e produção animal sustentável.

O Instituto de Medicina Veterinária (IMV) da UFPA tem se consolidado como referência na aplicação de biotecnologias reprodutivas para a conservação de recursos genéticos da fauna amazônica, atuando de forma integrada em pesquisa, inovação e sustentabilidade. Entre os projetos de impacto, destaca-se o “Dinâmica humano-natureza e conservação da onça-pintada (*Panthera onca*) na região costeira do Amapá”, aprovado no Edital Amazônia +10 (CNPq/FAPESPA). A iniciativa propõe uma abordagem interdisciplinar e participativa que combina levantamentos ecológicos, ferramentas tecnológicas (drones com câmeras térmicas e armadilhas fotográficas) e métodos etnobiológicos para compreender as interações entre comunidades tradicionais e grandes felinos na região costeira do Amapá, área estratégica e de difícil acesso.

Como desdobramento dessa atuação, o IMV coordena ações voltadas à formação do Biobanco Amazônico de Células Somáticas e Gaméticas, voltado à criopreservação e ao manejo reprodutivo de espécies silvestres ameaçadas, com ênfase na onça-pintada. Essa vertente pioneira associa biotecnologia da reprodução, conservação genética e ciência aplicada à fauna silvestre, posicionando o IMV/UFPA como centro de referência regional e nacional na interface entre saúde animal, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Ainda dentro do escopo da conservação de recursos genéticos de animais silvestres da Amazônia, o projeto “Sapajus: Biotecnologias Reprodutivas para a Conservação de Primatas Neotropicais” tem como objetivo desenvolver e aperfeiçoar biotecnologias reprodutivas aplicadas ao primatas neotropicais visando a conservação ex-situ. Diante do declínio populacional decorrente de pressões antrópicas, o projeto prioriza o avanço de técnicas voltadas à produção in vitro de embriões (PIVE) e à conservação de material genético de espécies do gênero Sapajus. A pesquisa contempla o desenvolvimento e padronização de técnicas de aspiração folicular minimamente invasivas, por videolaparoscopia e ultrassonografia abdominal, além da avaliação de novos protocolos de seleção e capacitação espermática voltados à espécie. O estudo busca superar as limitações observadas em protocolos anteriores, ampliando as possibilidades de obtenção de oócitos viáveis e fecundação in vitro com êxito no desenvolvimento embrionário. Inserido na linha de Biotecnologia da Reprodução Animal do Instituto de Medicina Veterinária da UFPA, o projeto consolida a competência científica do IMV na aplicação de técnicas avançadas para a preservação de recursos genéticos e conservação de primatas neotropicais, fortalecendo a integração entre pesquisa, inovação e conservação da fauna amazônica.

Na área de produção animal, destacamos o projeto “Videocirurgia Aplicada ao Pré-Estômago de Ruminantes”, desenvolvido pelo Grupo VOR (Videocirurgia, Obstetrícia e Reprodução Animal) do Instituto de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem como objetivo implementar e aperfeiçoar técnicas minimamente invasivas em animais de produção. Financiado pelo CNPq, o projeto propõe a adaptação de procedimentos de videocirurgia para os pré-estômagos de ruminantes, substituindo abordagens tradicionais por métodos que reduzem o trauma cirúrgico, o tempo de recuperação e os riscos anestésicos.

A iniciativa já resultou na aplicação rotineira dessas técnicas no Hospital Veterinário da UFPA, gerando avanços significativos em saúde e bem-estar animal, além de benefícios diretos para a produtividade e sustentabilidade na pecuária. O projeto também fomentou a formação científica e profissional de graduandos, mestrandos e doutorandos, consolidando uma linha de pesquisa inovadora em cirurgia veterinária. Paralelamente, promove ações de extensão universitária, integrando ensino, pesquisa e atendimento clínico, e fortalecendo o papel social e científico da UFPA na região amazônica.

O projeto “Bioativos Amazônicos na Nutrição de Ruminantes: Sustentabilidade e Redução de Emissões”, que é conduzido por docentes do PPG Ciência Animal, tem como objetivo identificar e caracterizar insumos bioativos de espécies vegetais amazônicas com potencial para modular a fermentação ruminal e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), especialmente o metano (CH₄), em sistemas de produção animal. Diante das restrições ao uso de antimicrobianos como aditivos alimentares, a pesquisa propõe o uso de derivados e óleos vegetais (extratos, resinas, própolis e óleos essenciais) como alternativas naturais sustentáveis. O projeto combina biotecnologia, sustentabilidade e valorização da biodiversidade amazônica, buscando gerar produtos de base vegetal capazes de agregar valor às cadeias produtivas regionais e contribuir para uma pecuária de baixo carbono. Inserido na área de Produção Animal do Instituto de Medicina Veterinária da UFPA, o projeto reforça a integração entre pesquisa, inovação e sustentabilidade, consolidando o papel do IMV como referência amazônica em biotecnologias aplicadas à produção e à conservação ambiental.

1.13.1.3. Atuação em setores produtivos locais

A UFPA estabeleceu metas para o Índice de Empregabilidade/Ocupação do Egresso. Inicialmente, no PDI 2016-2025, a meta era alcançar 60% até 2020 e 80% até 2025. Segundo o site egressos.ufpa.br, Índice de Empregabilidade/Ocupação do Egresso do IMV é de 100%. Esse dado demonstra que o Instituto de Medicina Veterinária (IMV) da Universidade Federal do Pará (UFPA) exerce papel fundamental no fortalecimento e na inovação dos setores produtivos locais, especialmente aqueles relacionados à saúde, ao bem-estar, à produção e reprodução animal na região amazônica. A formação de médicos veterinários altamente qualificados tem atendido à crescente demanda do mercado de trabalho regional, contribuindo para o desenvolvimento técnico, científico e econômico de diversos municípios e regiões do estado do Pará e de outros estados da Amazônia Legal.

Os egressos do curso de Medicina Veterinária da UFPA vêm atuando de forma expressiva em clínicas e hospitais veterinários, em órgãos públicos de vigilância sanitária e inspeção, em propriedades rurais e sistemas produtivos de base familiar e empresarial, além de setores ligados à pesquisa, docência e inovação tecnológica. Essa inserção profissional consolidou o IMV como um importante vetor de formação e fixação de profissionais qualificados na Amazônia.

A atuação do Instituto também se amplia por meio de seus programas de pós-graduação lato e stricto sensu, que oferecem especializações e oportunidades de formação avançada em áreas estratégicas, como saúde animal, reprodução e produção sustentável. Esses programas fortalecem a interação entre universidade, setor produtivo e sociedade, promovendo a transferência de conhecimento científico e tecnológico e contribuindo para o aprimoramento de práticas produtivas sustentáveis e inovadoras.

O Hospital Veterinário Universitário (HV-UFPA) desempenha papel central nesse contexto ao desenvolver projetos e ações voltadas à promoção da saúde animal e ao suporte técnico à produção regional. Por meio de atendimentos clínicos, cirúrgicos e diagnósticos, bem como de projetos de extensão e pesquisa aplicada, o Hospital contribui diretamente para a melhoria da produtividade e do bem-estar animal, estimulando o desenvolvimento de uma produção agropecuária sustentável e responsável na Amazônia.

Dessa forma, o IMV consolida-se como um agente de transformação regional, articulando ensino, pesquisa, extensão e inovação em prol da melhoria da qualidade de vida, da valorização da produção local e da sustentabilidade dos sistemas produtivos amazônicos.

1.13.2. Impacto Socioeconômico

1.13.2.1. Geração de emprego e renda

O Instituto de Medicina Veterinária (IMV) da Universidade Federal do Pará (UFPA) desempenha um papel estratégico na geração de emprego e renda na região amazônica, contribuindo para o fortalecimento da economia local por meio da formação de profissionais qualificados e da dinamização dos setores produtivos ligados à Medicina Veterinária.

Ao longo de sua trajetória, o IMV tem formado médicos veterinários com ampla capacidade técnica e empreendedora, aptos a atuar em diferentes segmentos do mercado de trabalho. Muitos egressos tornam-se empreendedores, fundando e gerindo clínicas, hospitais veterinários, laboratórios de diagnóstico, consultorias técnicas e empreendimentos agropecuários, além de atuarem na indústria de produtos de origem animal e em setores públicos e privados ligados à inspeção sanitária, vigilância e defesa animal.

O Instituto também tem papel relevante na formação de docentes e pesquisadores, que hoje atuam em universidades, institutos de ensino técnico e centros de pesquisa em

todo o país, ampliando o impacto do IMV na geração de conhecimento, inovação e oportunidades de trabalho.

Além da formação profissional, o próprio Hospital Veterinário Universitário (HV-UFPA) contribui diretamente para a geração de empregos, empregando médicos veterinários, técnicos, gestores e profissionais de apoio em diferentes áreas de sua estrutura. As atividades hospitalares, de ensino, pesquisa e extensão movimentam a economia local, gerando serviços, demandas e parcerias com o setor privado.

Dessa forma, o IMV confirmar-se como um importante agente de desenvolvimento econômico e social, promovendo a geração de emprego, renda e oportunidades em diversas áreas ligadas à Medicina Veterinária e fortalecendo a economia regional com base na ciência, inovação e sustentabilidade.

1.13.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

O Instituto de Medicina Veterinária (IMV) da Universidade Federal do Pará (UFPA) exerce influência direta nas cadeias produtivas locais e regionais, contribuindo para o fortalecimento da agropecuária e da indústria de produtos de origem animal na Amazônia. Por meio da formação de profissionais qualificados, do desenvolvimento de pesquisas aplicadas e da execução de projetos de extensão, o Instituto tem papel essencial na promoção da eficiência produtiva, da qualidade sanitária e da sustentabilidade dos sistemas de produção animal.

A atuação do médico veterinário na região se estende por toda a cadeia produtiva, desde a produção primária até a transformação e comercialização de produtos de origem animal, abrangendo carne, leite, ovos, pescado, mel e seus derivados. Esses profissionais, formados e capacitados pelo IMV, atuam tanto no controle e inspeção sanitária, garantindo a inocuidade e a segurança alimentar, quanto na gestão técnica da produção, assegurando o bem-estar animal e a qualidade dos produtos destinados ao consumo humano.

Projetos desenvolvidos no âmbito do IMV têm contribuído significativamente para o avanço tecnológico e o aperfeiçoamento dos sistemas agropecuários regionais, em parceria com órgãos governamentais, produtores rurais e o setor privado. Essas ações fortalecem a cadeia produtiva ao integrar conhecimento científico, inovação e práticas sustentáveis voltadas ao desenvolvimento econômico e ambientalmente responsável da Amazônia.

Dessa forma, o Instituto de Medicina Veterinária consolida-se como um elo estratégico na cadeia produtiva agropecuária e alimentar regional, articulando ensino, pesquisa e extensão para promover o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a valorização da produção local.

1.13.2.3. Parcerias institucionais

O Instituto de Medicina Veterinária (IMV) da Universidade Federal do Pará (UFPA) mantém uma ampla rede de parcerias institucionais que fortalecem suas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Essas parcerias abrangem instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, e têm contribuído de forma significativa para o avanço científico e para o desenvolvimento regional sustentável na Amazônia.

No âmbito nacional, o IMV possui cooperação com diversas universidades e centros de pesquisa em todo o Brasil, promovendo o intercâmbio de conhecimentos, o desenvolvimento de projetos conjuntos e a formação continuada de docentes e discentes. As parcerias público-privadas representam um eixo estratégico para o Instituto, especialmente no apoio à pesquisa aplicada, à modernização de laboratórios e ao fortalecimento das atividades práticas de ensino e extensão.

Entre os destaques, está a parceria com a empresa Impulsione Vet, formalizada por meio de termo de cooperação que tem permitido a execução de cursos, treinamentos e projetos de pesquisa, além do fornecimento de equipamentos e suporte técnico. Outras empresas do setor, como PGS Vet Equipamentos, GDI do Brasil e MMO Vet, também colaboram ativamente com o Instituto, contribuindo para a inovação tecnológica, o aprimoramento das práticas cirúrgicas e a formação profissional.

Em nível internacional, o IMV participa de programas e redes de cooperação científica, com destaque para o Programa Capes/Brafagri, que reúne instituições brasileiras e francesas em projetos voltados à agropecuária e à sustentabilidade. O Instituto também mantém parcerias com universidades dos Estados Unidos e da América Latina, que possibilitam intercâmbio de estudantes e pesquisadores, análise de amostras e desenvolvimento de estudos conjuntos em áreas estratégicas da medicina veterinária e da biotecnologia.

No cenário regional, o IMV possui importantes parcerias com o governo municipal de Castanhal, com ONGs e outras entidades locais, fortalecendo ações de

extensão e projetos de impacto direto na comunidade. Entre essas iniciativas, destacam-se os projetos voltados à saúde única, ao controle de zoonoses e à sanidade de produtos de origem animal, incluindo o projeto Castração 2.0, desenvolvido pelo Grupo de Videocirurgia, Obstetrícia e Reprodução Animal (VOR) em parceria com o projeto de extensão Reproeduca. Essa ação tem obtido resultados expressivos em saúde pública e controle populacional de cães e gatos, contando com o apoio direto da Prefeitura de Castanhal.

1.13.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.13.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

O Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária e Desenvolvimento Ambiental do Instituto de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Pará (IMV/UFPA) surge como uma iniciativa estratégica voltada à formação de profissionais capazes de promover uma nova perspectiva para o desenvolvimento agropecuário na Amazônia: produtiva, inovadora e ambientalmente responsável.

Inserido em um contexto regional marcado por desafios complexos — como a necessidade de aumento da produtividade sem comprometer os recursos naturais — o curso forma tecnólogos altamente qualificados, aptos a atuar em todas as etapas da cadeia produtiva animal e vegetal, com ênfase na sustentabilidade, na tecnologia e no manejo racional dos ecossistemas amazônicos.

A formação combina conhecimento técnico-científico e práticas sustentáveis, articulando disciplinas de gestão, biotecnologia, zootecnia, ecologia, produção vegetal e animal, legislação ambiental e empreendedorismo rural. O diferencial está na integração entre teoria e prática, promovida pelas vivências na Fazenda Escola Memorial Sousa & Ohashi e nos laboratórios de ponta do IMV/UFPA, que incluem setores de biotecnologia, nutrição animal, sanidade, tecnologia de alimentos e epidemiologia.

Essa estrutura permite que o egresso desenvolva uma visão sistêmica da produção agropecuária amazônica, compreendendo as relações entre o solo, a água, os animais e as comunidades rurais. O tecnólogo formado pelo curso será capaz de gerenciar sistemas produtivos sustentáveis, propor soluções inovadoras para a recuperação de áreas degradadas, aplicar biotecnologias e recursos digitais (Agro 4.0) no campo e atuar em projetos públicos e privados voltados à segurança alimentar, saúde única e valorização das comunidades rurais e tradicionais.

Mais do que formar profissionais técnicos, o curso propõe formar agentes de transformação, comprometidos com o equilíbrio entre produção e conservação. Com essa

proposta, o Instituto de Medicina Veterinária reforça o papel da UFPA como protagonista na formação de profissionais que unem ciência, tecnologia e sustentabilidade em favor do desenvolvimento regional amazônico, contribuindo diretamente para o avanço da produção animal sustentável e do fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Curso de Biologia – Licenciatura: Integração entre Ciência, Meio Ambiente e Saúde Única na Amazônia. O Curso de Biologia – Licenciatura ofertado pelo Instituto de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Pará (IMV/UFPA) representa uma importante expansão do ensino superior no Campus de Castanhal, promovendo a formação de professores e pesquisadores com uma visão moderna, interdisciplinar e alinhada às necessidades da Amazônia contemporânea.

Embora seja um curso já consolidado na UFPA, a oferta de uma turma fora de sede no Instituto de Medicina Veterinária traz uma proposta pedagógica diferenciada, construída com base nas potencialidades científicas e estruturais do próprio IMV. Essa versão do curso será marcada por disciplinas complementares que fortalecem a identidade do Instituto, ampliando o campo formativo do biólogo com enfoque em biotecnologias, biologia da reprodução animal, epidemiologia, meio ambiente e saúde única.

Com o apoio de grupos e programas consolidados, como o Programa de Pós-Graduação em Reprodução Animal da Amazônia e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, o curso possibilita aos licenciandos uma formação sólida e inovadora, que une as bases biológicas tradicionais à aplicação prática da biotecnologia e das ciências da vida. Além disso, a ênfase em saúde única — integrando os conceitos de saúde animal, humana e ambiental — prepara o futuro profissional para compreender e atuar sobre os grandes desafios ecológicos e sanitários da região amazônica.

Mesmo sendo voltado à formação de professores, o curso oferecerá vivências interdisciplinares com áreas de produção animal sustentável, conservação ambiental e biotecnologia aplicada, estimulando a curiosidade científica e o pensamento crítico dos estudantes. Essa abordagem visa formar educadores capazes de inspirar novas gerações, promovendo a valorização da biodiversidade, o respeito aos ecossistemas amazônicos e a disseminação de saberes científicos comprometidos com o desenvolvimento regional.

Assim, o Curso de Biologia – Licenciatura do Instituto de Medicina Veterinária reafirma o compromisso da UFPA com a interiorização da educação superior e com a formação de profissionais que unem ciência, ensino e sustentabilidade, atuando como multiplicadores do conhecimento e da consciência ambiental na Amazônia.

1.13.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

O Instituto de Medicina Veterinária (IMV) da Universidade Federal do Pará (UFPA) tem entre suas diretrizes fundamentais o respeito, a valorização e a integração dos saberes tradicionais e culturais das comunidades amazônicas. Por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, o Instituto busca promover o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes populares, reconhecendo a importância das práticas locais e da vivência das comunidades tradicionais no manejo e cuidado com os animais, na produção sustentável e na conservação ambiental.

1.13.3.3. Projetos com comunidades tradicionais

As atividades de extensão rural desenvolvidas no curso de graduação em Medicina Veterinária, bem como os projetos de pesquisa e pós-graduação fortalecem essa aproximação com as comunidades. Um exemplo emblemático é a participação do IMV no Programa de Extensão da Pós-Graduação (PEX-PG), iniciativa institucional da UFPA que, por meio dos PPGs em Reprodução Animal na Amazônia (ReproAmazon) e Saúde Animal na Amazônia (PPGSAAM), desenvolve ações integradas na Ilha do Marajó. Essas atividades envolvem pesquisas e capacitações voltadas ao fortalecimento da produção local, à melhoria da saúde animal e à valorização dos saberes e práticas tradicionais das populações marajoaras.

Além disso, o IMV conduz pesquisas de grande relevância epidemiológica e social, como os estudos sobre o vírus da raiva em espécies domésticas e silvestres, que integram conhecimento técnico e saberes comunitários. Esses projetos promovem a troca de informações entre pesquisadores e moradores locais, incorporando observações empíricas e práticas populares ao processo científico. Essa interação contribui para o aprimoramento das estratégias de vigilância sanitária, prevenção de zoonoses e promoção da saúde única, respeitando o contexto cultural e ambiental das comunidades amazônicas.

Dessa forma, o Instituto de Medicina Veterinária reafirma seu compromisso com uma ciência inclusiva, participativa e socialmente responsável, que reconhece e valoriza os saberes tradicionais como parte essencial da construção do conhecimento e do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

1.13.4. Desafios e Oportunidades

1.13.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

Entre as principais limitações estão as questões estruturais. O crescimento expressivo do Instituto nos últimos anos não foi acompanhado por reformas e ampliações

adequadas, o que resultou em uma evidente necessidade de manutenção e modernização das suas instalações. A carência de espaços físicos adequados — salas de aula, laboratórios, áreas de pesquisa e ambientes administrativos — representa um dos maiores entraves ao avanço das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além das limitações de infraestrutura, o IMV enfrenta também restrições relacionadas ao seu quadro de pessoal. A unidade abriga cursos de graduação, três programas de pós-graduação (incluindo mestrado e doutorado), programas de residência, uma especialização e um Hospital Veterinário com ampla demanda de atendimentos, além da Central de Biotecnologia e Reprodução Animal que caminha para se consolidar como uma futura Fazenda de Ensino Sustentável e de Produção Otimizada. Esse conjunto de atividades exige uma equipe docente, técnica e administrativa mais ampla e estruturada, capaz de acompanhar o ritmo e a complexidade do trabalho desenvolvido.

1.13.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

O IMV enxerga grandes oportunidades de crescimento e fortalecimento institucional. Entre suas metas estratégicas, está a criação de dois novos cursos de graduação: o Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária e Meio Ambiente e o Curso de Licenciatura em Biologia, ambos de grande relevância para a formação de profissionais voltados às demandas da região amazônica.

Para que essas oportunidades se concretizem, são fundamentais o apoio institucional e o investimento em infraestrutura e recursos humanos. Somente assim o Instituto de Medicina Veterinária poderá continuar cumprindo seu papel essencial de formar profissionais qualificados, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e contribuir de forma efetiva para o progresso sustentável da Região Norte.



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035

1.14 NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO

1.14. NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO EM ENGENHARIA

O Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia - NDAE, instalado no município de Tucuruí, interior do Pará, representa a materialização do compromisso da Universidade Federal do Pará (UFPA) com a interiorização da educação superior e da pesquisa científica. No âmbito da política Multicampia, o NDAE vai além da função de um polo de ensino; ele se estabelece como um ponto de partida estratégico para a Amazônia, focado na formação de recursos humanos, na produção de ciência aplicada e na transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade e o setor produtivo. O NDAE situado na Avenida Brasília s/n, na Vila Permanente, atua como um impulsionador de desenvolvimento regional, alinhando suas atividades às demandas locais de infraestrutura, segurança energética e sustentabilidade.

O protagonismo do NDAE é impulsionado por seus três programas de Pós Graduação stricto sensu, que são vitais para o desenvolvimento regional, integrando engenharia, computação e meio ambiente:

- PPGINDE – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Infraestrutura e Desenvolvimento Energético;
- PEBGA – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Barragem e Gestão Ambiental;
- PPCA – Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada.

Esses programas conectam suas linhas de pesquisa diretamente às demandas regionais da Amazônia e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abrangendo temas como energia limpa, cidades sustentáveis, gestão ambiental, inovação tecnológica e ação climática.

1.14.1. Áreas de Excelência e Potencialidades do Campus

1.14.1.1. Linhas de pesquisa estratégicas

As linhas de pesquisa do NDAE são desenhadas para oferecer soluções científicas e tecnológicas aos complexos desafios amazônicos.

- Excelência em Infraestrutura e Sustentabilidade (PPGINDE)

O PPGINDE organiza-se em duas áreas de concentração:

A) Tecnologias Sustentáveis: Inclui as linhas de Energias Renováveis (focada em microgeração distribuída, sistemas isolados e eficiência energética) e Tecnologia e Meio Ambiente (que aborda processos industriais, reciclagem, biomateriais e mineração de menor impacto ambiental). O programa contribui para o fortalecimento da matriz energética sustentável e o uso eficiente de recursos naturais.

B) Infraestrutura: Explora as linhas de Estruturas (avançando em análises experimentais e computacionais de resistência estrutural) e de Tecnologia dos Materiais (com pesquisas em reaproveitamento de resíduos e desenvolvimento de compósitos inovadores).

- Excelência em Segurança e Gestão Ambiental (PEBGA)

O PEBGA concentra-se em Barragem e Meio Ambiente, com duas linhas centrais:

A) Segurança de Barragem: Desenvolve métodos avançados de monitoramento, análise experimental e computacional, cruciais para a segurança de estruturas hidráulicas.

B) Planejamento e Gestão Ambiental: Busca soluções para mitigar impactos e promover a excelência em grandes obras. O PEBGA é vital para responder a desafios de segurança hídrica e gestão de riscos ambientais

- Excelência em Inovação Digital (PPCA)

O PPCA foca na linha de pesquisa de Desenvolvimento de Sistemas, que engloba engenharia de *software*, inteligência artificial, sistemas embarcados, redes de sensores, automação e robótica. O programa fornece suporte tecnológico para a modernização dos setores produtivos, energéticos e ambientais.

Como perspectiva estratégica futura, o NDAE planeja consolidar a pesquisa em áreas como a transição energética e comunidades isoladas (priorizando soluções de micro e minigeração integrando energia solar, biomassa e pequenas hidrelétricas), a resiliência climática (com tecnologias de monitoramento remoto e modelagem computacional de eventos extremos), e a aplicação de Inteligência Artificial e computação aplicada à sustentabilidade (incluindo o uso de Big Data e IA para monitoramento ambiental).

1.14.1.2. Projetos inovadores ou pioneiros na região

Os projetos do NDAE se destacam por sua capacidade de oferecer respostas tangíveis aos desafios da Amazônia, com forte ênfase em sustentabilidade, energia renovável, segurança de barragens e inclusão social.

- **Sustentabilidade e Energia Renovável**

O PPGINDE é pioneiro no desenvolvimento de sistemas híbridos de geração e armazenamento de energias renováveis voltados para comunidades isoladas, buscando reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Pesquisas também se concentram em metodologias para avaliação e dimensionamento de turbinas axiais de baixa e ultrabaixa queda, com grande potencial de impacto para as populações ribeirinhas. Além disso, o programa busca inovações na construção sustentável, como o uso de agregado sintético de resíduo de bauxita para a construção civil, transformando rejeitos da mineração em insumos.

- **Segurança de Barragens**

O PEBGA se posiciona na vanguarda da segurança de grandes estruturas, realizando simulação de rompimento de barragens e aplicando metodologias avançadas, como o método FMEA, para monitoramento geotécnico de depósitos de resíduos. O trabalho do programa é tão crucial que seus docentes e discentes já atuaram em apoio ao Ministério Público Federal (MPF) e à Justiça Federal, elaborando relatórios técnicos/periciais sobre a Segurança de Barragem e Gestão Ambiental da UHE Tucuruí, permitindo a cobrança de adequações à legislação. Um estudo de destaque do PEBGA também indicou a insegurança de pequenas barragens no Pará, contribuindo para discussões regulatórias. O programa também desenvolveu um protótipo de barco-robô de baixo custo para análise de qualidade de água em rios e reservatórios.

- **Inclusão Digital e Social**

O PPCA lidera projetos de inovação social, como a Bengala Inteligente, um modelo de navegação que utiliza sensores e síntese de voz para auxiliar deficientes visuais. Outras iniciativas incluem o monitoramento ambiental de um smart campus utilizando IoT e algoritmos inteligentes, e a aplicação de inteligência artificial para saúde indígena e ribeirinha, através de diagnóstico remoto e telemedicina. Além disso, o programa promove a transformação digital para o protagonismo feminino de profissionais autônomas vulneráveis na região do Lago de Tucuruí.

1.14.1.3. Atuação em setores produtivos locais

O Parque de Tecnologia do Lago de Tucuruí (TECNOLAGO), um braço dinâmico do NDAE, é o principal vetor para a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor produtivo local e regional. Ele busca apoiar a incubação de empresas e startups, oferecendo infraestrutura e serviços especializados. Seu objetivo primordial é transformar resultados de pesquisa em produtos e serviços, minimizando a taxa de mortalidade de novos negócios. O Parque incentiva a criação de startups de impacto na Amazônia, especialmente em setores estratégicos como energia, mineração, construção civil e computação aplicada. O TECNOLAGO busca mudar o modelo extrativista da região para um modelo de transformação de recursos que agrega valor às cadeias produtivas, baseado na sustentabilidade econômica e ambiental.

1.14.2. Impacto Socioeconômico

1.14.2.1. Geração de emprego e renda

A análise dos dados referentes aos egressos demonstra que a formação oferecida pelos programas tem repercussões diretas na geração de emprego e renda, bem como na inserção profissional qualificada. O registro de locais de trabalho evidencia a absorção dos profissionais tanto no setor público quanto no setor privado, o que indica a relevância da formação acadêmica para diferentes esferas da sociedade.

No setor público, destaca-se a presença de egressos em instituições federais e estaduais de ensino e pesquisa, como institutos federais e universidades. Essa inserção contribui para o fortalecimento da educação superior e técnica, promovendo impacto de longo prazo na capacitação de novos profissionais e na produção científica. Ao mesmo tempo, garante estabilidade e remuneração adequada, favorecendo a circulação de renda nas regiões em que esses egressos atuam.

No setor privado, observa-se que parte dos egressos se vinculou a empresas, reforçando a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o mercado. Essa inserção amplia a competitividade das organizações e favorece a inovação, o que também gera impactos econômicos positivos, uma vez que profissionais com formação avançada tendem a elevar padrões de produtividade e eficiência.

Do ponto de vista temporal, os dados mostram egressos inseridos em diferentes anos, o que confirma a continuidade do impacto do programa na empregabilidade. A presença recorrente em instituições públicas e privadas demonstra não apenas a capacidade de absorção do mercado, mas também a consistência da formação ofertada.

Em síntese, os dados revelam que os programas contribuem significativamente para a geração de emprego e renda. Ao inserir profissionais tanto no setor público, onde fortalecem a educação e a pesquisa, quanto no setor privado, onde impulsionam inovação e competitividade, o programa reforça seu papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico regional e nacional, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Atuação profissional dos egressos dos PPGs



Fone: Elaboração própria

1.14.2.2. Contribuição para cadeias produtivas regionais

O TECNOLAGO entra como um potencial contribuidor para a cadeia produtiva regional, buscando ser um polo de promoção da inovação nas cadeias produtivas existentes na região do entorno de Tucuruí e influência, no setor de serviços e em setores ainda inexplorados, através do aporte de conhecimento da Academia, com apoio estruturante, respeitando a cultura local, se constituindo como uma opção real de desenvolvimento da região, possibilitando mudança do modelo extrativista para um modelo de transformação de recursos, agregando valor às cadeias produtivas da região, com base na sustentabilidade econômica e ambiental. Sua Infraestrutura tecnológica, conta com Parque tecnológico e Incubadora de empresas. Além disso, o Tecnolago deve buscar interação direta com as cadeias produtivas locais na forma de consultoria tecnológica e de produção. O objetivo é fornecer informações e meios que permitam

incorporar mais tecnologia aos negócios locais, reduzindo custos, agilizando processos e expandindo a atuação das empresas

1.14.2.3. Parcerias institucionais

O sucesso do NDAE está fortemente ancorado em parcerias estratégicas que garantem inovação, internacionalização, ciência aplicada e transferência de tecnologia.

- Instituto Tecnológico Vale (ITV) e Vale S.A. Parceria crucial para o NDAE, com projetos focados em mineração sustentável e, principalmente, na segurança de barragens. A Vale interage com o PEBGA e PPGINDE, viabilizando estudos, visitas técnicas e participação de profissionais em eventos do programa.
- Dynamox: Colaboração voltada ao desenvolvimento de tecnologias de monitoramento e manutenção de equipamentos.
- DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes): O NDAE coopera em projetos de infraestrutura e engenharia de transportes. Além disso, o DNIT foi alvo de cobranças do MPF, subsidiadas por relatórios do PEBGA, para comprovar o cumprimento da legislação de segurança de barragens nas eclusas de Tucuruí.
- Universidade de Bruxelas: Parceria que impulsiona a internacionalização, promovendo mobilidade acadêmica e pesquisa em áreas como energias renováveis e inovação tecnológica.
- Eletrobras/Eletronorte: Parceira fundamental para a implementação e consolidação do PEBGA, apoiando pesquisas, eventos e visitas técnicas à UHE Tucuruí.
- Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB) - Núcleo Norte: O PEBGA/NDAE sedia o Núcleo Regional do CBDB em Tucuruí, tornando-se um difusor de conhecimentos técnicos e promovendo a integração de atividades técnico-científicas na Engenharia de Barragens na região Norte.
- Alcoa e Hydro: Empresas com as quais o PEBGA interage para o desenvolvimento de estudos e visitas técnicas; bem como na parceira da Especialização em Engenharia Geotécnica e oferecem apoio institucional ao PPGINDE.
- Justiça Federal / Ministério Público Federal (MPF): Docentes e discentes do PEBGA/PPGINDE/PPCA fornecem apoio, elaborando laudos e relatórios

periciais de alta qualidade, essenciais para a atuação do MPF em demandas judiciais de Segurança de Barragem e Gestão Ambiental.

1.14.3. Impacto Socioambiental e Cultural

1.14.3.1. Ações de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos

As pesquisas do NDAE têm uma contribuição notável na preservação ambiental e no uso sustentável dos recursos naturais, alinhando-se aos ODS. Isso inclui trabalhos sobre o reaproveitamento de resíduos agroindustriais (como a cinza da casca do murumuru no concreto estrutural), o desenvolvimento de sistemas inteligentes para monitoramento da qualidade da água e a análise do aproveitamento energético em redes de distribuição hídrica. O PEBGA, em particular, foca em soluções para a recuperação de áreas degradadas e alternativas de disposição de rejeitos, como os estudos geoquímicos sobre contaminação por metais pesados em estuários tropicais.

1.14.3.2. Valorização de culturas e saberes tradicionais

Destaca-se a promoção e a inclusão social e a equidade realizada pelas nossas pesquisas, como o estudo do PEBGA, intitulado “Racismo Climático à Jusante da Barragem: o caso de Tucuruí” que aborda as desigualdades socioambientais que afetam comunidades periféricas e majoritariamente pardas, expondo o silêncio das políticas climáticas na região. O núcleo também promove a valorização de saberes locais e o diálogo com comunidades tradicionais e ribeirinhas. O projeto de extensão "Curso de informática básica e educação ambiental" realizado em parceria com o Lions Clubs International foi um exemplo de ação social direta na comunidade carente de Tucuruí. O NDAE ainda abriga o programa "Mulheres e Meninas nas Engenharias," que promove discussões sobre a temática étnico-racial e a valorização dos povos tradicionais.

1.14.3.3. Projetos com comunidades tradicionais

O núcleo também promove a valorização de saberes locais e o diálogo com comunidades tradicionais e ribeirinhas. O projeto de extensão "Curso de informática básica e educação ambiental" realizado em parceria com o Lions Club International foi um exemplo de ação social direta na comunidade carente de Tucuruí. O NDAE ainda abriga o programa "Mulheres e Meninas nas Engenharias," que promove discussões sobre a temática étnico-racial e a valorização dos povos tradicionais.

1.14.4. Desafios e Oportunidades

1.14.4.1. Limitações atuais e demandas prioritárias

Apesar de seu notável avanço, o NDAE enfrenta desafios inerentes à sua localização no interior da Amazônia e ao modelo multicampi. As principais limitações incluem a restrição de recursos financeiros para pesquisas aplicadas e o número limitado de bolsas concedidas, o que impacta a expansão da infraestrutura e a atração e retenção de talentos.

1.14.4.2. Perspectivas de expansão e inovação

Olhando para o futuro, o NDAE projeta metas ambiciosas para consolidar seu impacto:

- **Ampliação da Infraestrutura e Captação de Talentos:** busca-se o fortalecimento de recursos e infraestrutura através de parcerias público-privadas;
- **Internacionalização:** Intensificar a ampliação de parcerias e intercâmbios acadêmicos, incluindo a participação em consórcios internacionais de pesquisa;
- **Inovação e Empreendedorismo:** Fortalecimento do TECNOLAGO como um polo ativo de startups de impacto;
- **Excelência Institucional e Doutorado:** Obter no mínimo Nota 4 na avaliação quadrienal da CAPES para os PPGs (PPGINDE, PEBGA e PPCA). A elevação dos programas de Mestrado conferirá a autoridade e a condição para que o NDAE possa submeter, por meio da APCN CAPES, propostas de oferta de Doutorado, consolidando a força acadêmica em Engenharia e Computação no interior da Amazônia;
- **Sustentabilidade e Transição Energética:** Investir no desenvolvimento de tecnologias para a transição energética justa e a preservação ambiental.



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035



Plano de Desenvolvimento
Institucional | UFPA
2026 • 2035

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (PDI UFPA 2026-2035) representa não apenas o encerramento de um ciclo de planejamento democrático e participativo, mas o marco inicial de uma jornada transformadora para a próxima década. Ao projetar suas metas e diretrizes até 2035, a UFPA reafirma seu papel estratégico e indispensável na produção de conhecimento, na formação cidadã e no desenvolvimento sustentável e soberano da Amazônia e do Brasil.

Este documento reflete o amadurecimento de uma instituição *multicampi* que aprendeu a transformar a complexidade de sua extensão geográfica e a vulnerabilidade socioeconômica de seu corpo discente em eixos de potência e inovação. As políticas estruturadas para os próximos dez anos respondem diretamente aos desafios contemporâneos, assumindo de forma intransigente os compromissos com a inclusão social, as ações afirmativas, a acessibilidade e a equidade de gênero em todas as instâncias da vida universitária.

No âmbito acadêmico, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ganha novos contornos ao integrar a inovação tecnológica e o empreendedorismo social aos saberes tradicionais da região. A internacionalização, por sua vez, deixa de ser vista como mera mobilidade acadêmica externa e passa a ser consolidada sob a perspectiva do Sul Global. A UFPA se projeta para o mundo a partir de sua identidade amazônica, liderando debates globais sobre a crise climática e a sociobiodiversidade, sem perder de vista o fortalecimento de suas bases locais e o direito pleno à educação superior — que se concretiza apenas com o ingresso, a permanência digna e a conclusão com êxito de seus estudantes.

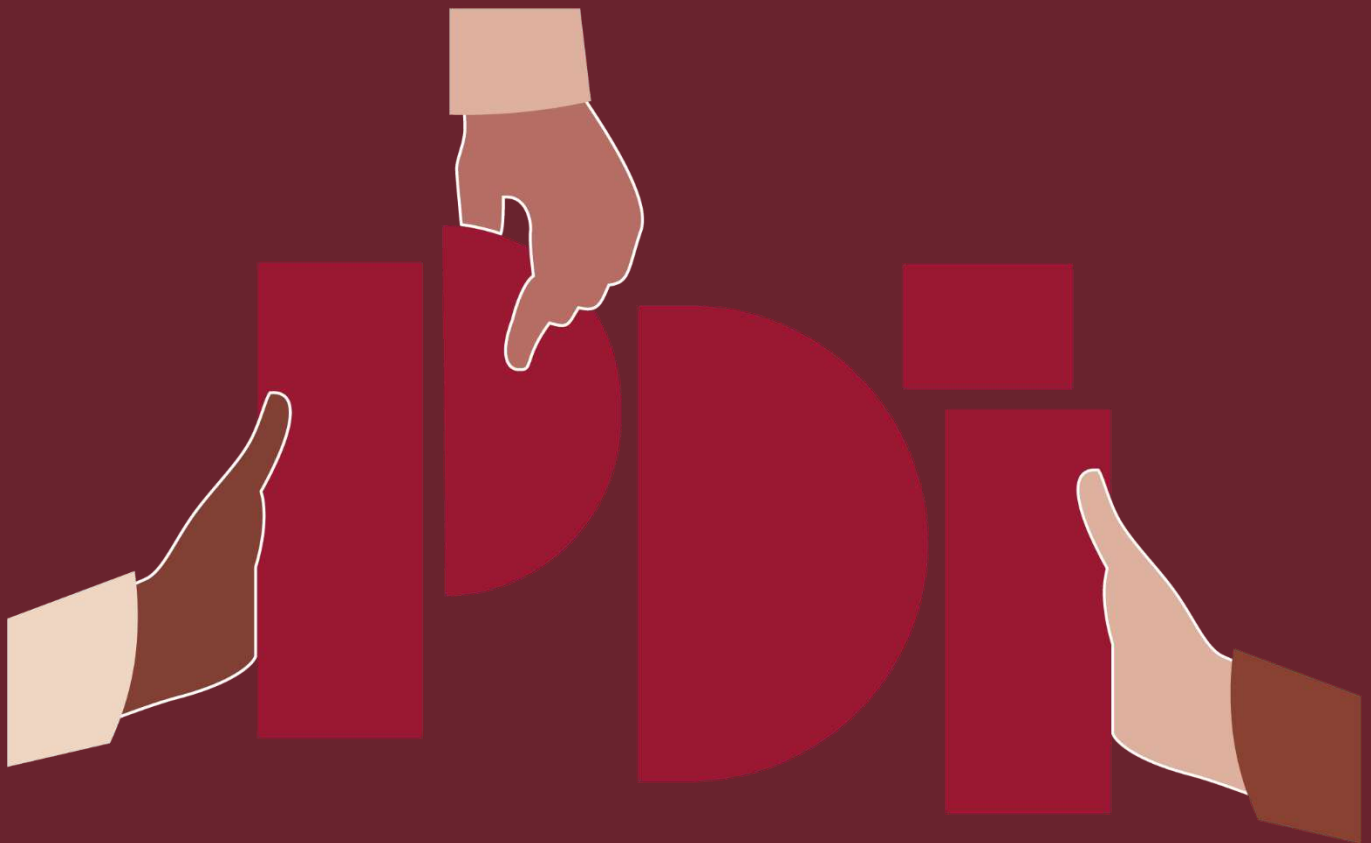
Diante do cenário de restrições orçamentárias e dos desafios inerentes a uma das maiores universidades federais do país, a viabilidade deste plano repousa em uma estrutura de governança pública robusta, ética, transparente e focada na integridade dos processos de gestão. O acompanhamento contínuo dos indicadores aqui estabelecidos,

sob a supervisão do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) e do Conselho Universitário (CONSUN), garantirá que o PDI 2026-2035 seja um instrumento vivo, dinâmico e resiliente.

Considera-se, portanto, que o horizonte desenhado para 2035 convoca toda a comunidade acadêmica — docentes, técnicos-administrativos e discentes — a renovar o pacto com a excelência acadêmica e com a justiça social. Mais do que gerenciar o presente, a UFPA se posiciona firmemente para guiar o futuro, honrando sua história e consolidando-se como uma universidade plural, inclusiva, multicultural e profundamente comprometida com a defesa da vida, da ciência e da Pan-Amazônia.

REFERÊNCIAS

Em processo de organização



Plano de Desenvolvimento Institucional | UFPA

2026 · 2035

**VOLUME V
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO DA UFPA**

Universidade Federal do Pará
Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto
Rua Augusto Corrêa, 01
CEP: 66075-110 – Guamá – Belém – Pará
www.ufpa.br
© UFPA, 2026

Universidade Federal do Pará

Reitoria	Gilmar Pereira da Silva
Vice-Reitoria	Loiane Prado Verbicaro

Secretarias

Secretaria Geral	Doriedson do Socorro Rodrigues
Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores	Soraya Maria Bitar de Lima Souza

Pró-Reitorias

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Maria Lucilena Gonzaga Costa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Maria Iracilda da Cunha Sampaio
Pró-Reitoria de Extensão	Nelson José de Souza Júnior
Pró-Reitoria de Relações Internacionais	Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin
Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil	Ronaldo Marcos de Lima Araújo
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Cristian Mayko Carvalho da Costa
Pró-Reitoria de Administração	Raimundo da Costa Almeida
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal	Ícaro Duarte Pastana

Superintendências

Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade	Zélia Amador de Deus
Superintendência de Inovação e Desenvolvimento	Filipe de Oliveira Saraiva

Assessorias

Assessoria de Comunicação Institucional	Edmê Gomes Paixão
Assessoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica	Carlos Augusto Vasconcelos Pires
Assessoria de Controle Interno	Andréia Firmiano da Silva

Outros Assessoramentos

Auditoria Interna	Lília Nazaré Limão Barros de Oliveira Góes
Ouvidoria Geral	Iraneide Rocha Freire
Prefeitura Multicampi	Eliomar Azevedo do Carmo
Procuradoria-Geral	Fernanda Ribeiro Monte Santo

Institutos

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares	Luís Mauro Santos Silva
Instituto de Ciências Biológicas	Renata Coelho Rodrigues Noronha
Instituto de Ciências da Arte	Isis de Melo Molinari Antunes
Instituto de Ciências da Educação	Eliana da Silva Felipe
Instituto de Ciências da Saúde	Carlomagno Pacheco Bahia
Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Marcos Monteiro Diniz
Instituto de Ciências Jurídicas	Valena Jacob Chaves Mesquita
Instituto de Ciências Médicas	Silvestre Savino Neto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Paulo Moreira Pinto
Instituto de Educação Matemática e Científica	Eduardo Paiva de Pontes Vieira
Instituto de Estudos Costeiros	Nelane do Socorro Marques da Silva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Edila Arnaud Ferreira Moura
Instituto de Geociências	Arnaldo de Queiroz da Silva
Instituto de Letras e Comunicação	Tânia Maria Pereira Sarmiento Pantoja
Instituto de Medicina Veterinária	Talita Bandeira Roos
Instituto de Tecnologia	Miércio Cardoso de Alcântara Neto

Núcleos

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos	Armin Mathis
Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia	Cleison Daniel Silva
Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia	Jussara Moretto Martinelli-Lemos
Núcleo de Endocrinologia e Diabetes	João Soares Felício
Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica	Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão	Marcio Lima do Nascimento
Núcleo de Medicina Tropical	Marília Brasil Xavier
Núcleo de Meio Ambiente	Christian Nunes da Silva
Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Paulo Pimentel de Assumpção
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento	Simone Souza da Costa Silva

Campi

Campus de Abaetetuba	Manuel de Jesus dos Santos Costa
Campus de Altamira	Djair Alves Moreira
Campus de Ananindeua	Alcy Favacho Ribeiro
Campus de Bragança	Francisco Pereira de Oliveira
Campus de Breves	Silvio Carlos Ferreira Pereira Filho
Campus de Cametá	Eraldo Souza do Carmo
Campus de Capanema	Rosa Helena Sousa de Oliveira
Campus de Castanhal	Francisco Valdinei dos Santos Anjos
Campus de Salinópolis	Lindomar Miranda Ribeiro
Campus de Soure	Juliano Cássio da Silva Conceição
Campus de Tucuruí	Wassim Raja El Banna



Escolas

Escola de Aplicação da UFPA	Luiza Helena de Oliveira Pires
Escola de Música	Celson Henrique Sousa Gomes
Escola de Teatro de Dança	Tarik Coelho Alves

Complexo Hospitalar

Hospital Universitário João de Barros Barreto	Regina Fátima Feio Barroso
Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	

Órgãos Suplementares

Arquivo Central	Diogo Junior Silva Barros
Biblioteca Central	Michelly Cristina Bacelar Tavares do Nascimento
Casa da Cultura “Fonte do Caranã”	Caio Filipe Bezerra Macedo
Centro Interativo de Ciência e Tecnologia da Amazônia	Luís Carlos Bassalo Crispino
Centro de Memória da Amazônia	Antônio Maurício Dias da Costa
Centro de Processos Seletivos	Aarão Ferreira Lima Neto
Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos	Julieta Cristina de Andrade Jatahy
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação	Marco Aurélio Capela
Editora da UFPA	Silvia Helena Benchimol Barros
Galeria de Arte da UFPA	Orlando Franco Maneschy
Gráfica	William Gaia Farias
Mercedários	Thaís Alessandra Bastos Caminha Sanjad
Museu da UFPA	Luiz Tadeu Costa

Comissões

Comissão Permanente de Pessoal Docente	Jacob Furtado Cantão
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar	Daniele Dorotéia Rocha da Silva de Lima
Comissão Permanente de Licitação	Udson Pacheco de Souza
Comissão de Ética da UFPA	Maurício da Silva Borges
Comissão Própria de Avaliação	Maria Lucia Harada
Comissão Permanente de Apuração da Irregularidade das Empresas	Ângela Maria Rodrigues Santos
Comissão de Regularização Fundiária	Durbens Martins Nascimento



Coordenação, Organização e Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Coordenação

Cristian Mayko Carvalho da Costa
Thiago Lobo Rodrigues

Organização e Elaboração

Fagner Santos da Silva
Sara Patrício Martins
Rafaela Martins Fontoura

Equipe técnica

Adriano Andrade Silva
Allan Barroso Pinheiro
Aluizio Marinho Barros Filho
Ana Carla Macedo da Silva
Arthur Lima Sampaio de Souza
Charles Eduardo de Albuquerque Vieira
Cristiane de Araújo Teixeira
Diene Fernanda Baía Teixeira
Diógenes Oliveira Ribeiro
Diogo Cesar Benassuly Cardoso
Diogo Willavian Maciel Dantas
Higor Henrique Gomes de Oliveira de Souza
Hudson Alexandre Souza de Melo
Jaciane do Carmo Ribeiro
José Deusimar Gonçalves da Silva
Júlio Cezar Lima Santana
Lianne Cristina de Oliveira Cabral
Lorena Suély Pires da Silva Lopes
Lucas Batista Figueira
Luciana Neves Bentes Cardias
Márcio Augusto da Cruz Almeida
Maria da Conceição G. Ferreira
Maria Lúcia Harada
Sandy Andrade Faro
Suelem Torres de Freitas
Suzane Rosa Lima
Thiago Borges Lobato Gonçalves
Victor Gabriel Alves Corrêa

Equipe de Apoio

Ayla Gessiele Almeida Lemos
Camila do Socorro da Cunha Monteiro
David Pinheiro Tavares
Eleonora de Jesus Albuquerque Valadário
Leandro Farache Marques
Leonardo Freire Rodrigues
Monique Ferreira da Silva
Suzane Rosa Lima



Produção Gráfica e Revisão

Projeto gráfico e diagramação	(Sem informação)
Ilustração	(Sem informação)
Revisão	(Sem informação)
Fotografia	(Sem informação)

Este material faz parte do conjunto de 5 (cinco) volumes que compõem o novo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (PDI UFPA 2026-2035):

- Volume I – Gestão Estratégica da UFPA
- Volume II – Projeto Pedagógico Institucional
- Volume III – Políticas de Gestão
- Volume IV – Multicampia
- Volume V – Cronograma de Implantação de Desenvolvimento da UFPA

Dessa forma, a UFPA detém seu efetivo direito de uso, reprodução, transformação em trabalhos derivados de qualquer tipo, ou qualquer outro uso, vedando-se toda e qualquer forma de utilização para fins divergentes à sua proposta inicial, sem prévia consulta.

APRESENTAÇÃO

Ao nos aproximarmos de sete décadas de história, a Universidade Federal do Pará reafirma sua posição como a maior e mais estratégica instituição de ensino superior da Amazônia, apresentando à sociedade o seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o decênio 2026-2035. Este documento não é apenas um instrumento de gestão, mas um manifesto de compromisso com o futuro de uma região que hoje ocupa a centralidade dos debates globais sobre clima, sustentabilidade e equidade social. O desenvolvimento da educação superior pública no Brasil alcançou, na última década, resultados notáveis de expansão e consolidação da pesquisa, mas o cenário contemporâneo exige mais. As instituições brasileiras têm diante de si o desafio de responder com agilidade e profundidade a problemas de uma complexidade inédita, que transcendem os limites disciplinares tradicionais e exigem abordagens inovadoras. Planejar o futuro de uma universidade multicampi neste contexto significa preparar a instituição para um novo salto de qualidade, onde a excelência acadêmica caminha indissociável da responsabilidade social.

Nesse horizonte, o PDI 2026-2035 reconhece que produzir conhecimento de ponta e formar recursos humanos de alto nível são atribuições que devem estar integradas a um esforço genuíno de transferência de conhecimento para a sociedade e de resolução dos grandes desafios amazônicos. O esgotamento de ciclos econômicos baseados na exploração predatória impõe à UFPA a missão de liderar a construção de um desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Para isso, a universidade do futuro será voltada para o trabalho interdisciplinar e para a interação criativa com as demandas sociais, consolidando a verticalização do ensino não apenas na capital, mas em todos os seus campi. Se o ciclo anterior foi marcado pela expansão do acesso, a próxima década será definida pelo fortalecimento da pesquisa e pela expansão da pós-graduação no interior do estado, garantindo que a juventude amazônica tenha acesso à mais alta qualificação em seu próprio território, promovendo a fixação de inteligência e a superação das desigualdades regionais.

Entretanto, essa busca pela excelência científica estaria incompleta se não estivesse alicerçada em uma profunda renovação de nossa identidade institucional, agora pautada de forma inequívoca pela defesa da diversidade e dos direitos humanos. A identidade do novo PDI foi construída para reafirmar o compromisso da UFPA em ser um espaço de acolhimento inclusivo, onde a ética, a pluralidade de ideias e o respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e cultural não são apenas diretrizes, mas práticas cotidianas. A universidade entende que a verdadeira inovação nasce do encontro de diferentes perspectivas; por isso, assume a

responsabilidade de garantir a permanência e o sucesso de grupos historicamente vulnerabilizados, incluindo indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e a população de baixa renda. Mais do que incluir, a UFPA se propõe a aprender com essa diversidade, promovendo um diálogo horizontal onde o conhecimento acadêmico e os saberes tradicionais e populares se fertilizam mutuamente.

Assim, a Universidade Federal do Pará projeta-se para os próximos anos como uma instituição que ensina e aprende, que é técnica e humana, local e global. O Plano de Desenvolvimento Institucional aqui apresentado é o roteiro para navegar uma década que se anuncia desafiadora, mas repleta de oportunidades. Ele consolida nossa vocação para oferecer serviços de excelência e atesta o preparo da instituição para, através da educação, da ciência e da inclusão, transformar a realidade da Amazônia e corresponder às mais altas expectativas da sociedade brasileira.

Gilmar Pereira da Silva

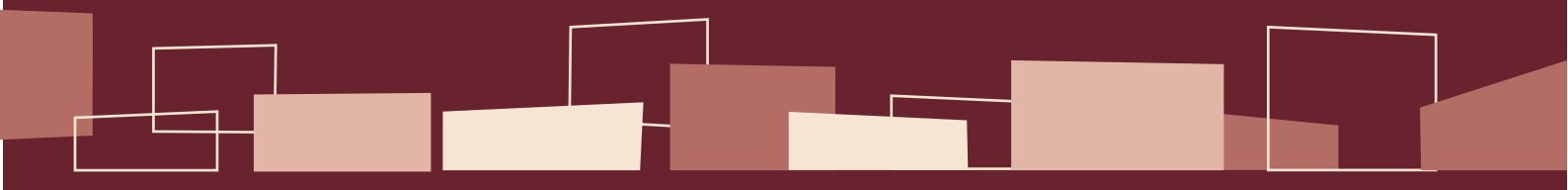
Reitor da UFPA

SUMÁRIO

1. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11
1.1. ENSINO TÉCNICO	13
1.1.1. Oferta de vagas do Ensino Técnico	13
1.1.2. Expansão de vagas do Ensino Técnico	14
1.1.3. Criação de novos cursos de Ensino Técnico	16
1.1.4. Expansão de vagas dos novos cursos de Ensino Técnico	17
1.2. ENSINO DE GRADUAÇÃO - Presencial e a Distância (EaD)	19
1.2.1. Oferta de vagas do Ensino de Graduação	19
1.2.2. Expansão de vagas do Ensino de Graduação	30
1.2.3. Criação de novos cursos de Graduação	39
1.2.4. Expansão de vagas dos novos cursos de Graduação	53
1.3. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - Presencial e a Distância (EaD)	59
1.3.1. Pós-Graduação Lato Sensu	59
1.3.1.1. Oferta de vagas de Ensino de Pós-Graduação Lato Sensu	59
1.3.1.2. Expansão de vagas de Ensino de Pós-Graduação Lato Sensu	65
1.3.1.3. Novos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	73
1.3.2. Pós-Graduação Stricto Sensu	83
1.3.2.1. Oferta de vagas de Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu	83
1.3.2.2. Expansão de vagas de Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu	97
1.3.2.3. Novos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu	121
1.3.2.4. Expansão de vagas dos novos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu	136
2. INFRAESTRUTURA	145
2.1. REFORMAS A SEREM IMPLANTADAS PELA UNIDADE	145
2.2. AMPLIAÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS PELA UNIDADE	205
2.3. NOVAS EDIFICAÇÕES	233
2.4. REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E URBANIZAÇÃO	251
2.5. ADEQUAÇÕES ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE	264
3. NOVAS UNIVERSIDADES	292
3.1 O Legado Histórico: Universidades Criadas a partir da UFPA	292
3.1.1 Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	292
3.1.2 Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	292
3.1.3 Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	292
3.1.4 Universidade Federal de Roraima (UFRR)	293
3.1.5 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	293
3.2. Novas Perspectivas: Projetos de Desmembramento da UFPA	293
3.2.1 Universidade Federal do Xingu (UFX)	293
3.2.2 Universidade Federal do Nordeste do Pará (UFNEPA)	295
3.2.3 Universidade Federal da Amazônia Tocantina (UFAT)	297
3.2.4 Universidade Federal do Marajó (UFM)	299



1 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO



1. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Apresenta-se neste capítulo o Cronograma de Desenvolvimento do Ensino Básico, Técnico, Graduação e Pós-Graduação vinculado ao novo PDI UFPA 2026-. Este material configura-se como o núcleo operacional e preditivo da instituição para a próxima década. Longe de ser uma mera listagem de intenções, o texto estrutura-se como um denso planejamento, voltado a desenhar o crescimento ordenado e a interiorização da maior universidade pública da Amazônia. Através de uma abordagem integrada, o documento mapeia os rumos da oferta educacional em todos os seus níveis, fundamentando a projeção na vocação institucional e sem demanda regionais

O capítulo detalha bem a criação de novas graduações e programas de pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*). Essas novas ofertas são estrategicamente direcionadas para atender às vocações socioeconômicas dos diferentes campi do interior, priorizando áreas ligadas ao desenvolvimento sustentável, saúde e desenvolvimento humano. O ensino básico e técnico também recebe atenção analítica, com modernização das escolas da instituição.

O texto revela uma preocupação constante com a exequibilidade e a governança das propostas apresentadas. Os dados servem, portanto, como indicadores de desempenho que balizarão as ações Unidades acadêmicas da UFPA. Em suma, o capítulo traduz a visão de futuro da UFPA em propostas tangíveis, apresentando um panorama descritivo detalhado que transforma metas institucionais em um plano de voo rigoroso, voltado para a consolidação da excelência acadêmica e da inclusão social na Amazônia.



1.1 ENSINO TÉCNICO

1.1. ENSINO TÉCNICO

1.1.1. Oferta de vagas do Ensino Técnico

Tabela 1 – Turmas do Ensino Técnico, vagas ofertadas em 2025

EMUFPA	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
	Curso Técnico em Canto	Matutino Vespertino Noturno	61
	Curso Técnico em Instrumento Musical/Banda	Vespertino	41
	Curso Técnico em Instrumento Musical/Orquestra	Vespertino	21
	Curso Técnico em Instrumento Musical/Música Popular	Matutino	58
	Curso Técnico em Instrumento Musical/Música Popular	Matutino Vespertino	4
	Curso Técnico em Instrumento Musical/Percussão Erudita	Vespertino	8
	Curso Técnico em Instrumento Musical/Violão Erudito	Vespertino	5
	Curso Técnico em Regência	Noturno	6
	Curso Técnico em Composição e Arranjo	Noturno	12
	Especialização Profissional Técnica em Instrumento Musical	Vespertino	4
	Especialização Profissional Técnica em Canto	Vespertino	1
	TOTAL		221
ICA- ETDUFPA	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
	Curso Técnico de nível médio em Cenografia	Vespertino	30
	Curso Técnico de nível médio em Dança – Dança Clássica	Vespertino	30
	Curso Técnico de nível médio em Dança – Intérprete-Criador	Matutino	30
	Curso Técnico de nível médio em Figurino Cênico	Matutino	30
	Curso Técnico de nível médio em Teatro	Vespertino	30
	TOTAL		150

1.1.2. Expansão de vagas do Ensino Técnico

Tabela 2 – Expansão de vagas do Ensino Técnico

EMUFPA													
CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
Curso Técnico em Canto	Matutino Vespertino Noturno	61	70	72	74	76	78	80	82	84	86	90	Considera-se haver grande procura e capacidade de atendimento crescente, pela forma coletiva, em maior número de alunos por turma
Curso Técnico em Instrumento Musical/Banda	Vespertino	41	45	50	55	60	65	70	75	80	85	90	Considera-se haver grande procura e capacidade de atendimento crescente, pela forma coletiva, em maior número de alunos por turma. Há possibilidade de expansão e oferta desse curso para o interior do Estado, na região de Vigia.
Curso Técnico em Instrumento Musical/Orquestra	Vespertino	21	25	27	30	32	34	38	40	45	50	55	Considera-se haver grande procura e capacidade de atendimento crescente, pela forma coletiva, em maior número de alunos por turma.
Curso Técnico em Instrumento Musical/Música Popular	Matutino	58	65	68	72	76	80	82	84	86	88	90	Considera-se haver grande procura e capacidade de atendimento crescente, pela forma coletiva, em maior número de alunos por turma
Curso Técnico em Instrumento	Vespertino	4	8	12	16	18	20	22	26	30	34	38	Considera-se haver grande procura e capacidade de atendimento crescente, pela

Musical/Percussão Erudita													forma coletiva, em maior número de alunos por turma
Curso Técnico em Instrumento Musical/Violão Erudito	Vespertino	8	10	12	14	16	18	20	22	24	26	28	Considera-se haver grande procura e capacidade de atendimento crescente, pela forma coletiva, em maior número de alunos por turma
Especialização Profissional Técnica em Canto	Vespertino	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Considera-se haver grande procura e capacidade de atendimento crescente, pela forma coletiva, em maior número de alunos por turma
TOTAL		221	247	271	297	320	343	366	389	415	441	469	

1.1.3. Criação de novos cursos de Ensino Técnico

Tabela 3– Criação de novos cursos de Ensino Técnico

	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
EMUFPA	Técnico em Produção Cultural	Noturno	12	2027	Considera-se existir grande demanda à formação na área de produção cultural relacionada à crescente atuação profissional de músicos e artistas com diversidade de atuação profissional na Região Norte.
	TOTAL		12		
	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ICA- ETDUFPA	Técnico de nível médio em Formas Animadas com Bonecos	Matutino	20	2026	O PPC do curso está em fase de aprovação no CONSEPE
	Técnico de nível médio em Iluminação	Matutino	20	2027	A criação do curso atende uma demanda da cidade quanto a profissionalização técnica na área
	Técnico de nível médio em Palhaçaria	Vespertino	30	2028	A criação do curso atende uma demanda da cidade quanto a profissionalização técnica na área
	Técnico de nível médio em Técnicas Vocais	Matutino	30	2029	A criação do curso atende uma demanda da cidade quanto a profissionalização técnica na área
	Técnico de nível médio em Adereços	Noturno	30	2030	A criação do curso atende uma demanda da cidade quanto a profissionalização técnica na área
	Técnico de nível médio em Dramaturgia	Noturno	30	2031	A criação do curso atende uma demanda da cidade quanto a profissionalização técnica na área
	Curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo (Escola de Economia Criativa quando institucionalizada)	Vespertino	20	2030	A crescente necessidade deste técnico no mercado paraense
	TOTAL		180		

1.1.4. Expansão de vagas dos novos cursos de Ensino Técnico

Tabela 4 – Expansão de vagas dos novos cursos de Ensino Técnico

	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE	Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
				2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
EMUFPA	Técnico em Produção Cultural	Noturno	12	20	22	24	26	28	30	32	34	36	Justifica-se a expansão por se considerar existir grande demanda à formação na área de produção cultural relacionada à crescente atuação profissional de músicos e artistas com diversidade de atuação profissional na Região Norte.
	TOTAL		12	20	22	24	26	28	30	32	34	36	



1.2 ENSINO DE GRADUAÇÃO

1.2. ENSINO DE GRADUAÇÃO - PRESENCIAL E A DISTÂNCIA (EAD)

1.2.1. Oferta de vagas do Ensino de Graduação

Tabela 5 – Cursos de Graduação e Vagas ofertadas em 2025

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
ABAETETUBA	Letras – Português	Licenciatura	Presencial	Matutino Vespertino Noturno	40	45
	Letras – Espanhol	Licenciatura	Presencial	Integral	26	40
	Física	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Matemática	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Pedagogia	Licenciatura	Presencial	Vespertino	40	40
	Educação do Campo	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Agroecologia	Tecnológico	Presencial	Matutino	40	40
	Engenharia de Produção	Bacharelado	Presencial	Integral	40	44
	TOTAL				306	329
ALTAMIRA	Engenharia Agrônômica	Bacharelado	Presencial	Integral	40	45
	Engenharia Florestal	Bacharelado	Presencial	Integral	40	45
	Educação do Campo	Licenciatura	Presencial	Intensivo	40	45
	Etnodesenvolvimento	Licenciatura	Presencial	Intensivo	40	45
	Letras - Português	Licenciatura	Presencial	Intensivo	40	45
	Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial	Intensivo	60	70
	Letras - Inglês	Licenciatura	Presencial	Intensivo	30	35
	Geografia	Licenciatura	Presencial	Intensivo	40	45
	Pedagogia	Licenciatura	Presencial	Intensivo	80	90
	Medicina	Bacharelado	Presencial	Integral	60	70
	TOTAL				470	535

ANANINDEUA	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Engenharia de Materiais	Bacharelado	Presencial	Matutino	40	40
	Física	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	Geografia	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Geoprocessamento	Tecnológico	Presencial	Matutino	40	40
	História	Licenciatura	Presencial	Vespertino	40	40
	Química (Oferta em Capanema)	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	Engenharia de Energia	Bacharelado	Presencial	Matutino	40	40
	Licenciatura Integrada (UAB)	Licenciatura	EAD	-	40	40
	Matemática (UAB)	Licenciatura	EAD	-	40	40
	Ciências Biológicas (UAB UFRA)	Licenciatura	EAD	-	40	40
	Sistema Informação (UAB UFRA)	Bacharelado	EAD	-	40	40
	TOTAL				440	440
BRAGANÇA	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	História	Licenciatura	Presencial	Vespertino	40	40
	Língua Inglesa	Licenciatura	Presencial	Matutino	30	30
	Letras Português	Licenciatura	Presencial	Noturno	40	40
	Matemática	Licenciatura	Presencial	Noturno	40	40
	Pedagogia (Oferta em Tucuruí)	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	Matemática (Oferta em Capanema)	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	Língua Inglesa (Oferta em Capanema)	Licenciatura	Presencial	Noturno	30	30
	TOTAL				260	260

BREVES	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Pedagogia	Licenciatura	Presencial	Intensivo	40	40
	Letras	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Letras	Licenciatura	Presencial	Intensivo	80	80
	Matemática	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Ciências Naturais	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Serviço Social	Bacharelado	Presencial	Intensivo	40	40
	TOTAL				280	280

CAMETÁ	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Pedagogia	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Pedagogia (Baião)	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	Letras – Língua Portuguesa (Oeiras do Pará)	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	Letras – Língua Portuguesa	Licenciatura	Presencial	Noturno	40	40
	Letras – Língua Inglesa	Licenciatura	Presencial	Integral	30	30
	Matemática (Mocajuba)	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	História	Licenciatura	Presencial	Noturno	40	40
	História (Limoeiro do Ajuru)	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	Geografia	Licenciatura	Presencial	Noturno	40	40
	Educação do Campo	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	Educação do Campo (Oeiras do Pará)	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	Agronomia	Bacharelado	Presencial	Integral	40	40
	Sistemas de Informação	Bacharelado	Presencial	Matutino	40	40
	Ciências Naturais	Licenciatura	Presencial	Noturno	40	40
	Medicina Veterinária	Bacharelado	Presencial	Intensivo	30	30
	TOTAL				580	580

CAPANEMA	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Licenciatura em Letras-Língua inglesa	Licenciatura	Presencial	Matutino	30	30
	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	Presencial	Intensiva	40	40
	Licenciatura em Química	Licenciatura	Presencial	Intensiva	40	40
	TOTAL				110	110

CASTANHAL	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Educação Física (ABI)	Licenciatura/Bacharelado	Presencial	Integral	82 (80 + 2 PcD)	41 / 2 turmas
	Engenharia de Computação	Bacharelado	Presencial	Matutino	31 (30 + 1 PcD)	31 / 1 turma
	Letras Espanhol	Licenciatura	Presencial	Matutino (Ofertado fora da sede em formato integral/Intensivo)	41 (40 + 1 PcD)	41 / 1 turma
	Letras Português	Licenciatura	Presencial	Noturno	41 (40 + 1 PcD)	41 / 1 turma
	Matemática	Licenciatura	Presencial	Matutino/Vespertino	82 (80 + 2 PcD)	41 / 2 turmas
	Medicina Veterinária	Bacharelado	Presencial	Integral	41 (40 + 1 PcD)	41 / 1 turma
	Pedagogia	Licenciatura	Presencial	Vespertino/integral)	82 (80 + 2 PcD)	41 / 2 turma
	Sistema de Informação	Bacharelado	Presencial	Vespertino	41 (40 + 1 PcD)	41 / 1 turma
	Educação Especial Inclusiva (Parfor Equidade)	Licenciatura	Presencial	Integral	90 (75 +15PcD)	30 / 3 turmas
	TOTAL				531	14 turmas

SALINÓPOLIS	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo	Bacharelado	Presencial	Vespertino	50	50
	Engenharia Costeira e Oceânica	Bacharelado	Presencial	Vespertino	50	50
	Física	Licenciatura	Presencial	Noturno	50	50
	Matemática	Licenciatura	Presencial	Matutino	50	50
	TOTAL				200	200

SOURE	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Licenciatura em Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial	Vespertino	40	40
	Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagem (Flexibilizada IEMCI)	Licenciatura	Presencial	Integral	40	40
	TOTAL				200	200

TUCURUI	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Engenharia Civil	Graduação	Presencial	Matutino	48 + 1 PCD	52
	Engenharia de Computação	Graduação	Presencial	Vespertino	48 + 1 PCD	52
	Engenharia Elétrica	Graduação	Presencial	Matutino	40 + 1 PCD	50
	Engenharia Mecânica	Graduação	Presencial	Vespertino	48 + 1 PCD	52
	Engenharia Sanitária e Ambiental	Graduação	Presencial	Vespertino	40 + 1 PCD	50
	Licenciatura em Física	Graduação	Presencial	Vespertino	40 + 1 PCD	50
	TOTAL				270	306

ICA	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Licenciatura em Artes Visuais	Licenciatura	Presencial	Vespertino	20	1
	Bacharelado em Artes Visuais	Bacharelado	Presencial	Vespertino	20	1
	Licenciatura em Artes Visuais (PARFOR)	Licenciatura	Presencial (intervalar)	Diurno	Variável	Variável
	Curso de Museologia	Bacharelado	Presencial	Matutino	30	30
	Curso de Tecnologia em Produção Multimídia	Tecnólogo	Presencial	Noturno	26	100
	Licenciatura em Música	Superior	Presencial	Diurno	30	1
	Licenciatura em Dança	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	1
	Licenciatura em Teatro	Licenciado	Presencial	Noturno	40	40
	Tecnólogo em Produção Cênica	Tecnólogo	Presencial	Noturno	30	30
	Bacharelado em Cinema e Audiovisual	Bacharelado	Presencial	Integral	26	1
	TOTAL				270	306

ICB	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Biomedicina	Bacharelado	Presencial	Integral	40	25
	Licenciatura em Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial	Matutino Noturno	30	40
	Bacharelado em Ciências Biológicas	Bacharelado	Presencial	Vespertino	30	40
	Biotecnologia	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino	40	40
	Engenharia de Bioprocessos	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino	40	40
	TOTAL				270	306

ICED	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Licenciatura em Pedagogia	Licenciatura	Presencial	Matutino Noturno	180	50
	Licenciatura em Educação Física	Licenciatura	Presencial	Matutino Vespertino	46	47
	TOTAL				270	306

ICEN	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Bacharelado em Ciência da Computação	Bacharelado	Presencial	Vespertino	40	40
	Bacharelado em Estatística	Bacharelado	Presencial	Vespertino	40	40
	Bacharelado em Física	Bacharelado	Presencial	Matutino	40	40
	Bacharelado em Química	Bacharelado	Presencial	Vespertino	20	20
	Bacharelado em Química Industrial	Bacharelado	Presencial	Vespertino	30	30
	Bacharelado em Sistemas de Informação	Bacharelado	Presencial	Matutino	40	40
	Bacharelado em Tecnologia da Informação	Bacharelado	Presencial	Matutino	40	40
	Licenciatura em Ciências Naturais	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Licenciatura em Ciências Naturais	Licenciatura	Presencial	Noturno	40	40
	Licenciatura em Física	Licenciatura	Presencial	Vespertino	50	50
	Licenciatura em Física	Licenciatura	Presencial	Noturno	50	50
	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	Presencial	Vespertino	40	40
	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	EAD	Integral	240	240
	Licenciatura em Química	Licenciatura	Presencial	Matutino	46	46
	Licenciatura em Química	Licenciatura	EAD	Integral	200	200
	TOTAL				996	996
ICJ	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Direito	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino Noturno	200	51
	TOTAL				200	51
ICM	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Medicina	Bacharelado	Presencial	Integral	150	150
	TOTAL				150	150

ICS	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Enfermagem	Bacharelado	Presencial	Integral	84	45 alunos
	Farmácia	Bacharelado	Presencial	Integral	70	35 alunos
	Nutrição	Bacharelado	Presencial	Integral	60	30 alunos
	Odontologia	Bacharelado	Presencial	Integral	90	45 alunos
	Fisioterapia	Bacharelado	Presencial	Integral	-	-
	Terapia ocupacional	Bacharelado	Presencial	Integral	-	-
	TOTAL				150	150

ICSA	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Administração	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino Noturno	120	50
	Biblioteconomia	Bacharelado	Presencial	Matutino e Noturno	80	50
	Biblioteconomia	Bacharelado	EAD	Vespertino	280	40
	Ciências Econômicas	Bacharelado	Presencial	Matutino e Noturno	80	50
	Arquivologia	Bacharelado	Presencial	Vespertino	40	50
	Serviço Social	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino Noturno	120	50
	Ciências Contábeis	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino Noturno	120	50
	Turismo	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino Noturno	80	50
	TOTAL				640	350

IECOS	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Licenciatura em Ciências Naturais	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Licenciatura em Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	40
	Bacharelado em Engenharia de Pesca	Bacharelado	Presencial	Matutino	40	40
	TOTAL				120	120

IEMCI	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Licenciatura Integrada em Matemática, Ciências e Linguagem (Belém)	Licenciatura	Presencial	Vespertino	46	46
	Licenciatura Integrada em Matemática, Ciências e Linguagem (Belém)	Licenciatura	Presencial	Noturno	46	46
	Licenciatura Integrada em Matemática, Ciências e Linguagem (Soure)	Licenciatura	Presencial	Intensivo	46	46
	Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens (EAD)	Graduação	Semipresencial	-	200	33
	TOTAL				338	138

IFCH	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Ciências Sociais	Licenciatura	Presencial	Noturno	60	30
	Ciências Sociais	Bacharelado	Presencial	Matutino	60	3
	Licenciatura em História	Licenciado	Presencial	Noturno	40	50
	Bacharelado em História	Bacharelado	Presencial	Matutino	40	50
	TOTAL				200	133

IG	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Geologia	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino Noturno (Integral)	40	41
	Meteorologia	Bacharelado	Presencial	Matutino	40	40
	Oceanografia	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino Noturno (Integral)	40	42
	TOTAL				200	133

ILC	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Comunicação Social - Jornalismo	Bacharelado	Presencial	Matutino	31	1
	Comunicação Social - Publicidade E Propaganda	Bacharelado	Presencial	Matutino	21	1
	Letras - Língua Portuguesa	Licenciatura	Presencial	Integral	27	1
	Letras - Inglês	Licenciatura	Presencial	Matutino	19	1
	Letras - Espanhol	Licenciatura	Presencial	Noturno	26	1
	Letras - Francês	Licenciatura	Presencial	Matutino	27	1
	Letras - Inglês	Licenciatura	Presencial	Matutino	27	1
	Letras - Inglês	Licenciatura	Presencial	Noturno	26	1
	Letras - Língua Portuguesa	Licenciatura	Presencial	Matutino	52	1
	Letras - Língua Portuguesa	Licenciatura	Presencial	Noturno	50	1
	TOTAL				309	10
IMV	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Medicina Veterinária/ IMV	Graduação	Presencial	Integral	40	40
	Medicina Veterinária - Intensivo - Cametá/ IMV	Graduação	Presencial	Integral (Intensivo)	40	40
	TOTAL				80	80
INEAF	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Bacharelado em Desenvolvimento Rural (BDR)	Bacharelado	Presencial	Vespertino	50	50
	TOTAL				50	50

ITEC	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial	Matutino	80	80
	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial	Vespertino	80	80
	Conservação e Restauro	Bacharelado	Presencial	Matutino	30	36
	Engenharia Biomédica	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino Noturno	40	40
	Engenharia Elétrica	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino Noturno	80	40
	Engenharia Química	Bacharelado	Presencial	Matutino	30	40
	Engenharia Química	Bacharelado	Presencial	Vespertino	30	40
	Engenharia da Computação	Bacharelado	Presencial	Matutino Vespertino (entradas alternadas)	40 (matutino/primeira entrada) + 20 (vespertino/segunda entrada)	60 alunos (Eng. Computação + Eng. Telecomunicações)
	Engenharia de Telecomunicações	Bacharelado	Presencial	Vespertino	30	60 alunos (Eng. Computação + Eng. Telecomunicações)
	Engenharia Naval	Bacharelado	Presencial	Matutino	26	30
	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Presencial	Matutino	30+1	40
	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Presencial	Vespertino	30+1	40
	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Presencial	Manhã	40	40
	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Presencial	Vespertino	40	40
	Engenharia Ferroviária e Logística	Bacharelado	Presencial	-	-	-
	Engenharia Sanitária e Ambiental	Bacharelado	Presencial	-	-	-
	TOTAL				628	666

1.2.2. Expansão de vagas do Ensino de Graduação

Tabela 6 – Expansão de vagas dos cursos de graduação

			Planejamento de Expansão de Vagas										JUSTIFICATIVA
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
ALTAMIRA	Engenharia Agrônômica	40	40	40	50	50	50	50	50	50	50	50	Pretendemos ofertar mais vagas a partir de 2028, visto que temos corpo docente, porem estamos enfrentando dificuldades com infraestrutura tanto interna (salas de aula e laboratórios) quanto externa (fazenda experimental)
	Educação do Campo - ênfase em Matemática	0	0	0	40	0	0	40	0	0	40	0	Nos últimos PSE do curso houve mais de 300+0 pessoas inscritas (turmas Porto de Moz e Gurupá). Há uma demanda reprimida de professores para atua nos anos finais do Ens. Fundamental (onde professores que atuam não possuem formação adequada) e no Ensino Médio em escolas do Campo. Atualmente há apenas dois docentes que são licenciados em Matemática no curso, mas seus concursos são para Física e Química, atendendo a ênfase em Ciências da Natureza. Há necessidade de contratar no mínimo 3 (três) docentes para suprir a parte específica do curso. A oferta de vagas a cada

													dois anos visa fazer uma espécie de rodízio entre as demais ênfases, conforme propõe o PPC do curso.
	TOTAL	40	40	40	90	50	50	90	50	50	90	50	

			Planejamento de Expansão de Vagas										JUSTIFICATIVA
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
BRAGANÇA	Licenciatura em História	40	40	80	40	40	80	40	40	40	40	40	Em 2027 e 2030 está prevista oferta de turma no Campus de Capanema
	Licenciatura em Língua Inglesa	60	30	30	30	60	30	30	30	30	30	60	Em 2029 e 2035 está prevista oferta de turma no Campus de Capanema
	Licenciatura em Letras Portugueses	40	40	40	40	80	40	40	40	80	40	40	Em 2029 e 2033 está prevista oferta de turma no Campus de Capanema
	Licenciatura em Matemática	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	Em 2025 houve oferta de turma no Campus de Capanema
	Licenciatura em Pedagogia	40	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	Oferta anual de uma turma no Campus de Bragança e uma turma fora de sede (flexibilizada para outro campus ou PARFOR). Em 2025 a oferta ocorreu no Campus de Tucuruí e não houve oferta no Campus de Bragança
	TOTAL	260	270	310	270	340	310	270	270	310	310	300	-

			Planejamento de Expansão de Vagas										JUSTIFICATIVA
CURSO		Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
SOURE	Licenciatura em Letras - Português	0	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	Após a realização do diagnóstico inicial, foi possível identificar e sanar as pendências relativas à oferta do curso. Com a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a contratação de um novo docente efetivo, as condições institucionais foram regularizadas, o que viabiliza a manutenção da oferta de forma contínua e regular. Conforme o PPC, a oferta é bianual.
	Licenciatura em Letras - Inglês	0	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	Mesmo com o quadro docente reduzido, o curso pode ser ofertado com o quantitativo de efetivos e substitutos.
	Serviço Social	0	40	40	-	40	-	-	-	-	-	-	A flexibilização dos cursos na UFPA possibilita a diversificação da oferta de diferentes formações acadêmicas nos <i>campi</i> localizados no interior, ampliando o acesso ao ensino superior e promovendo a interiorização das atividades universitárias. Este curso foi negociado e aprovado com o Campus de Breves e a Reitoria. O curso poderá continuar sendo ofertado, mas dependerá do

													interesse da Unidade de origem e da disponibilidade orçamentária da Interiorização.
	Química	0	40	-	40	-	-	-	-	-	-	-	Este curso é flexibilizado. Foi negociado e aprovado com o Campus de Ananindeua e a Reitoria.
	Física	0	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Este curso é flexibilizado. Foi negociado e aprovado com o Campus de Ananindeua e a Reitoria. O curso poderá continuar sendo ofertado, mas dependerá do interesse da Unidade de origem e da disponibilidade orçamentária da Interiorização.
	Administração	0	40	40	40	-	-	-	40	-	-	-	Este curso é flexibilizado. Foi negociado e aprovado com o Campus de Ananindeua e a Reitoria. O curso poderá continuar sendo ofertado, mas dependerá do interesse da Unidade de origem e da disponibilidade orçamentária da Interiorização.
	Música	0	0	40	40	40	40	40	40	40	40	40	Este curso será flexibilizado com o ICA/Belém. Será negociado e aprovado com o Campus de Belém/ICA e a Reitoria. O curso atende às demandas da região marajoara que é rica em musicalidade. Além disso, as escolas dos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Ponta de Pedras não possuem professores

													de arte na educação básica formados na área. O objetivo é o curso começar a ser ofertado em regime de flexibilização, mas depois pretendemos ter o quadro fixo a partir da disponibilidade de, pelo menos, 8 (oito) vagas para provimento efetivo.
	Turismo	0	0	40	40		40	40	40	40	40	40	Este curso será flexibilizado com o ICSA/Belém. Será negociado e aprovado com o Campus de Belém/ICSA e a Reitoria. O curso atende às demandas da região marajoara que é um Polo Turístico. O objetivo é o curso começar a ser ofertado em regime de flexibilização, mas depois pretendemos ter o quadro fixo a partir da disponibilidade de, pelo menos, 8 (oito) vagas para provimento efetivo.
	Pedagogia	0	0		40	40		40		40		40	Este curso será flexibilizado com o Campus de Breves. O curso atende às demandas da região marajoara que é rica em musicalidade. Além disso, as escolas dos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Ponta de Pedras precisam de professores nas séries iniciais com formação. O objetivo é o curso começar a ser ofertado em regime de flexibilização, mas depois

													pretendemos ter o quadro fixo a partir da disponibilidade de, pelo menos, 8 (oito) vagas para provimento efetivo.
	Outros cursos flexibilizados ou novos	-	-	-	-	-	120	-	-	-	120	40	Considerando a nossa limitação de espaço, só podemos ofertar novas turmas a cada quatro anos.
	TOTAL	0	240	240	280	200	280	200	200	200	280	240	-

Planejamento de Expansão de Vagas													
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
ICA	Curso de Tecnologia em Produção Multimídia	-	-	-	-	-	25	25	25	25	25	25	Aumentar no turno vespertino a partir de 2030 com a Perspectiva de Criação da Escola de Economia Criativa.
	TOTAL	-	-	-	-	-	25	25	25	25	25	25	-

Planejamento de Expansão de Vagas													
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
IEMCI	Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagem (EAD)	200	-	240	-	240	-	240	-	240	-	240	As ofertas dos cursos a distância dependem da disponibilidade de edital da CAPES e nos últimos anos os editais são lançados a cada 2 anos. A cada oferta podem ser disponibilizadas até 240 vagas em 6 municípios diferentes que sejam Polo/UAB.

	Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagem (Belém)	-	-	-	-	-	45	45	45	45	45	45	De 2022 até 2025, o curso de Licenciatura Integrada apresenta alta taxas de ocupação, superando 100% quando consideradas as repescagens e reofertas.
	TOTAL	200	-	240	-	240	45	285	45	285	45	285	-

		Planejamento de Expansão de Vagas											JUSTIFICATIVA
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
IFCH	Ciências Sociais - Licenciatura	60	60	80	80	80	80	80	80	80	80	80	Redução de oferta no noturno para abertura de turma no extra no matutino
	Ciências Sociais - Bacharelado	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	Redução da oferta para abertura de turma da licenciatura
	Licenciatura em História	120	160	160	-	-	-	-	-	-	-	-	Previsão de curso Pronera e turmas flexibilizadas Breves e Curuçá
	TOTAL	240	240	280	120	120	120	120	120	120	120	120	-

		Planejamento de Expansão de Vagas											JUSTIFICATIVA
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
IG	Geofísica	40	40	40	60	60	60	60	60	60	60	60	A expansão das vagas é necessária devido à alta demanda e à importância estratégica dos profissionais de geociências para mudanças climáticas, minerais críticos, transição energética e segurança alimentar e hídrica, exigindo

													também ampliação de pessoal e infraestrutura de apoio.
	Geologia	40	40	40	60	60	60	60	60	60	60	60	A expansão das vagas é necessária devido à alta demanda e à importância estratégica dos profissionais de geociências para mudanças climáticas, minerais críticos, transição energética e segurança alimentar e hídrica, exigindo também ampliação de pessoal e infraestrutura de apoio.
	Meteorologia	40	40	40	60	60	60	60	60	60	60	60	A expansão das vagas é necessária devido à alta demanda e à importância estratégica dos profissionais de geociências para mudanças climáticas, minerais críticos, transição energética e segurança alimentar e hídrica, exigindo também ampliação de pessoal e infraestrutura de apoio.
	Oceanografia	40	40	40	60	60	60	60	60	60	60	60	A expansão das vagas é necessária devido à alta demanda e à importância estratégica dos profissionais de geociências para mudanças climáticas, minerais críticos, transição energética e segurança alimentar e hídrica, exigindo também ampliação de pessoal e infraestrutura de apoio.
	TOTAL	160	160	160	240	240	240	240	240	240	240	240	-

ILC	Planejamento de Expansão de Vagas												JUSTIFICATIVA
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
	Letras - Alemão	19	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	
	TOTAL	19	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	

ITEC	Planejamento de Expansão de Vagas												JUSTIFICATIVA
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
	Engenharia Química	60	60	60	60	60	80	80	80	80	80	80	
	TOTAL	60	60	60	60	60	80	80	80	80	80	80	

1.2.3. Criação de novos cursos de Graduação

Tabela 7 – Criação de novos cursos de Ensino de Graduação

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ALTAMIRA	Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química ou Física	Licenciatura	Presencial	Manhã ou Tarde (alternando entre anos)	30	2030	São áreas da formação de professores que não são atendidas na região, nem pela UFPA, nem pela UEPA
	Engenharia de Inteligência Artificial	Bacharelado	Presencial	Manhã ou Tarde (alternando entre anos)	30	2030	Nova área de atuação profissional importante para o desenvolvimento regional e nacional
	Bacharelado em Ciências Biológicas	Bacharelado	Presencial	Manhã ou Tarde (alternando entre anos)	30	2030	É o curso de graduação da grande área de ciências biológicas, não associado à docência, que habilita o profissional para uma maior amplitude de opções de mercado, assim como para o início da carreira acadêmica
	Zootecnia	Bacharelado	Presencial	Integral	40	2028	A cidade de Altamira e região do Xingu, possui grande demanda para esse curso, o curso de zootecnia ofertado mais próximo da região é cerca de 800 km de distância (Belém). Para implantação desse curso, necessitaremos de mais docentes, mesmo que, boa parte das disciplinas do curso possam ser ministradas pelos docentes do curso de engenharia agrônoma. Ainda precisaremos de uma fazenda experimental e de mais salas de aula.
	TOTAL				130		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ANANINDEUA	Engenharia de Minas	Bacharelado	Presencial	Integral	40	2027	O Curso de Ciência e Tecnologia no CANAN possui grau bacharelado com duração de 3 anos e será

							transformado no curso de Engenharia de Minas com duração de 5 anos. Assim, o corpo docente da Faculdade de C&T será destinado ao novo curso, sendo um total de 12 professores, bem como aproveitar a estrutura docente e o laboratório do curso de C&T. Esta mudança ocorreu devido vários critérios: a evasão elevada (aproximadamente 70%) no curso de C&T; empregabilidade reduzida dos alunos formados no curso de C&T; o curso de C&T não era reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-PA).
	Segurança da Informação (SI)	Bacharelado	Presencial	Integral	40	2027	Atualmente o estudo em Segurança da Informação reforça a proteção de dados de sistemas institucional, trabalhando com a criptografia, segurança de redes. Entende-se que a Cibersegurança esteja intrinsecamente ligada com a governança de instituições, como a UFPA, atuando com a legislação vigente na perspectiva da Inteligência forense.
TOTAL					80		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
BRAGANÇA	Estudos da Tradução	Bacharelado	Presencial	Noturno	30	2028	Proposta apresentada pela Faculdade de Línguas Estrangeiras/Campus Universitário de Bragança
	Medicina	Bacharelado	Presencial	Integral	50	2029	Proposta apresentada pelo Conselho do Campus Universitário de Bragança
	Serviço Social	Bacharelado	Presencial	Integral	40	2031	Proposta de oferta de turma flexibilizada do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Belém
	Enfermagem	Bacharelado	Presencial	Integral	50	2032	Proposta de oferta de turma flexibilizada da FAENF/Instituto de Ciências da Saúde/Belém
	Administração	Bacharelado	Presencial	Integral	50	2033	Proposta de oferta de turma flexibilizada do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Belém
	TOTAL				220		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
BREVES	Psicologia	Bacharelado	Presencial/ Flexibilizado	Intensivo	40	2028	A realidade marajoara apresenta demandas urgentes por saúde mental, especialmente devido às vulnerabilidades socioeconômicas, isolamento geográfico e desafios culturais. O curso de Psicologia visa formar profissionais capazes de atuar na promoção de saúde mental comunitária, atendimento às populações ribeirinhas e indígenas, e suporte a políticas públicas locais, alinhando-se ao conceito de sociobiodesenvolvimento ao integrar saberes tradicionais e práticas contemporâneas.
	Agronomia	Bacharelado	Presencial/ Flexibilizado	Intensivo	40	2029	O território do Marajó possui vasto potencial agropecuário e extrativista, mas carece de capacitação técnica para aliar produtividade à sustentabilidade. O curso de Agronomia focará em técnicas adaptadas ao bioma amazônico, fortalecendo a agricultura familiar, o manejo de açais e a recuperação de solos, contribuindo para a segurança alimentar e geração de renda, pilares do sociobiodesenvolvimento.
	História	Licenciatura	Presencial/ Flexibilizado	Intensivo	40	2028	A região marajoara é um patrimônio cultural e arqueológico único, com raízes nas civilizações pré-coloniais e tradições caboclas. A licenciatura em História formará professores e pesquisadores para valorizar essa identidade, elaborar materiais didáticos contextualizados e fortalecer a educação básica local, essencial para o desenvolvimento endógeno e a preservação da memória coletiva.
	Sistemas de Informação	Bacharelado	Presencial	Intensivo	40	2032	A digitalização é estratégica para superar barreiras geográficas e fomentar empreendedorismo na região. O curso capacitará profissionais em tecnologias adaptáveis às realidades rurais e urbanas do Marajó, como gestão de dados ambientais, comércio eletrônico para produtos locais (ex.: açaí) e teleatendimento em

							saúde/educação, conectando o território a redes globais sem perder a especificidade local.
	Engenharia Florestal	Bacharelado	Presencial	Intensivo	40	2035	Com vastas áreas de florestas e manguezais, o Marajó requer profissionais especializados em manejo sustentável, combate ao desmatamento e tecnologias de baixo impacto. O curso abordará certificação de produtos florestais não madeireiros, recuperação de áreas degradadas e bioeconomia, garantindo que o desenvolvimento econômico dialogue com a conservação.
	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial/ Flexibilizado	Intensivo	40	2035	A infraestrutura na região é precária, com desafios como habitação, saneamento e adaptação a inundações. A formação em Engenharia Civil priorizará técnicas sustentáveis (ex.: construções em palafitas modernizadas, uso de materiais locais) e projetos participativos, assegurando obras que respeitem o modo de vida tradicional e reduzam vulnerabilidades.
		TOTAL			240		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNOS	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
CAMETÁ	Agroecologia	Bacharelado	Presencial	Matutino	30	2027	Necessidade de termos na Região do Baixo-Tocantins, envolvendo Municípios como Mocajuba, Cametá, Oeiras do Pará, Baião e Limoeiro do Ajuru, profissionais na área de estudo da agricultura.
	Psicologia	Bacharelado	Presencial	Matutino	30	2027	Compromisso que o Campus Universitário do Tocantins/Cametá assume na formação de profissionais para os municípios que compõem a microrregião da qual faz parte.
	Turismo	Bacharelado	Presencial	Matutino	30	2027	Importância do curso para a Região do Baixo Tocantins, pois é de vital importância para formação de profissionais nesta área, a fim de contribuir com o desenvolvimento regional.

	Geoprocessamento	Bacharelado	Presencial	Matutino	30	2027	Necessidade de termos na Região do Baixo-Tocantins, envolvendo Municípios como Mocajuba, Cametá, Oeiras do Pará, Baião e Limoeiro do Ajuru, profissionais na área de estudo de geoprocessamento.
	Licenciatura em Integrada em Ciências, Matemática e Linguagem (Limoeiro do Ajuru)	Licenciatura	Presencial	Integral	40	2026	Necessidade de termos no Polo de Limoeiro do Ajuru, pertencente ao Campus Cametá, a fim de atender a demanda do município.
TOTAL					160		

CAPANEMA	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Direito	Bacharelado	Presencial	Diurno	40	2027	A proposta dos novos cursos do campus está tramitando na Câmara de Educação Superior (CES) do CNE.
	Letras Libras	Licenciatura	Presencial	Diurno	30	2027	
	TOTAL				70		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
CASTANHAL	Educação Especial Inclusiva	Licenciatura	Presencial	Intensivo (Integral)	30 + 2 PcD	2027	-
	Atualmente o Campus Universitário de Castanhal já oferta o Curso Licenciatura em Educação Especial Inclusiva por meio do PARFOR Equidade. Contudo é um curso que tende especificamente professores das redes públicas e das 30 vagas, 5 foram destinadas a PCDs. Entendemos que por meio do referido curso a UFPA assume o compromisso com o desenvolvimento regional sustentável e ambientalmente seguro, respondendo às urgências de se pensar e agir na realidade amazônica, fazendo a escola dialogar sobre o respeito e a valorização da diversidade individual e social, bem como sobre as complexas relações entre as demandas econômicas e modos de vida dos povos das cidades paraenses, das águas, dos rios e das florestas, em uma perspectiva inclusiva. No que se refere especificamente à Educação Especial inclusiva, o Campus possui a Faculdade de Educação e o Núcleo de Acessibilidade (NAcess) como referências. O Núcleo iniciou suas atividades, em 2011, para atendimento de um aluno com cegueira do curso de Pedagogia. Desde então, vem prestando serviços à comunidade acadêmica da UFPA e ao município de Castanhal. Hoje é um órgão suplementar da Gestão do Campus e possui estatuto próprio e atua diretamente em ações junto à Coaccess/SAEST						

(Coordenadoria de 4 Acessibilidade/Superintendência de Assistência Estudantil). O NAcess busca eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, do Campus Universitário de Castanhal, conforme prevê o Decreto n.7611 (BRASIL, 2011).

Conforme informam Oliveira e Mendes (2017), haviam até 2014 apenas onze Universidades que ofertavam essa licenciatura, sendo nove particulares e apenas duas públicas: a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na região Sudeste e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na região Sul. De 2014 a 2023, cresceu a sua oferta na rede privada, o que revela a intensa procura pelo Curso, contudo, manteve-se a lacuna da oferta nas IES públicas.

A volta do protagonismo público nessa oferta é necessária, inclusive para recolocar o sentido pedagógico da formação docente, pois como demonstram Ribeiro e Silva (2022), após a extinção da habilitação em Educação Especial no curso de Pedagogia, amplamente ofertado em IES públicas, a formação inicial docente para atuação nessa modalidade passou a ser oferecida por meio da Licenciatura em Educação Especial, com expansão a partir do ano de 2008, principalmente em IES privadas e na modalidade a distância em uma lógica empresarial.

Em 2017 haviam, no Brasil, 877.637 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na Educação Básica de acordo o Censo Escolar (INEP, 2017). Nesse mesmo período haviam, no contexto Castanhalense, 884 alunos nessa mesma condição matriculados nas Redes Municipal e Estadual de Ensino (INEP, 2017). Apesar de, em 2017, já serem um 6 número considerável, esse público ainda cresce a cada ano como demonstra dados do Instituto Diversa (iniciativa conjunta do Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Unibanco e Centro Lemann).

Em 2022, as matrículas nacionais de alunos da Educação Especial em classe comum aumentaram para 1.373.486, representando em torno de 90% desse público incluído em sala comum. Em oposição a esse movimento, a oferta de formação docente em Educação Especial parece estagnada, pois em 2012 apenas 4,2% dos professores regentes apresentam formação continuada sobre Educação Especial e, em 2022, apenas 5,8%. Descompasso pior se percebe na formação continuada sobre Educação Especial entre os profissionais do Atendimento Educacional Especializado, pois, em 2012, 49,2% possuíam essa formação específica para atuar na Área. E, em 2022, esse número caiu para 44,3%, ou seja, o campo da Educação Especial ampliou a oferta sem conseguir profissionais qualificados, o que representou a entrada de professores sem formação específica. Além disso, ainda segundo o Painel de Indicadores da Educação Especial em 2022, dos 2.315.616 professores regentes que atuam no país na Educação Básica, 94,2% (2.181.255) não tinham formação continuada em Educação Especial. Tais dados demonstram a urgência nacional em formação docente, inicial e continuada para garantir o atendimento com qualidade de crianças e jovens com deficiência que chegam cada vez mais as escolas regulares.

Atualmente os docentes da Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal e do Campus de Cametá têm assumido as ofertas do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, com término previsto em 2028. Esses mesmos professores estão dispostos a continuar colaborando a partir da oferta do curso no formato regular.

Em relação a infraestrutura, por se rum curso a ser ofertado no intensivo, logo não implicará na gestão do espaço físico, uma vez que, de modo geral, funcionam apenas duas turmas nesses períodos.

Psicologia	Bacharelado	Presencial	Vespertino	30 + 1PcD	2028	

Desde a década de 1970 a Universidade Federal do Pará oferta Psicologia, todavia, até o presente momento, diferente de outros cursos, incluindo Medicina, a Psicologia se mantém apenas na Capital do Estado do Pará. É sabido que a procura pelos serviços do profissional de psicologia tem aumentado exponencialmente, conforme destaca Moré *et. al* (2008); o Serviço Escola de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (2022); Oliveira (2022). Essa procura, no contexto universitário é tanto dos estudantes, quanto dos servidores (docentes e técnicos). Exemplo dessa procura no contexto da UFPA são as listas de espera por atendimento psicológico nas Divisões de Assistência Estudantil (DAEST).

Essa é uma realidade que se espraia no cenário universitário, pois como afirma Silva *et. al* (2002) esse público é identifica como um grupo vulnerável e de risco nas categorias de ansiedade, depressão e uso de drogas.

Soma-se a esse cenário, o fato de que a rede pública de saúde no Brasil não dá conta de atender as demandas de atendimento psicológico, gerando uma realidade de acesso desse serviço como privilégio a partir do serviço privado (oliveira, *et al*, 2023), embora o acesso a psicoterapia seja fundamental para promover saúde mental da população

brasileira.

Diante do exposto, é possível afirmar que existe demanda social dentro e fora da Universidade Federal do Pará e que, portanto, a expansão da Psicologia para outro Campus da universidade, ampliará o raio de atuação, sobretudo no que se refere ao nordeste paraense e região do salgado. Em termos de pessoal, para início do curso em 2028, contaremos com 4 psicólogos que são docentes efetivos das Faculdades de Educação (3) e da Medicina Veterinária (1). Em termos de infraestrutura, considerando a atual política de interiorização, com turmas ofertadas fora do Campus de Castanhal, atualmente contamos com espaço disponível para as atividades de ensino.

TOTAL

63

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
SALINÓPOLIS	Inglês	Licenciatura	Presencial	Noite	35	2027	Melhorar o quadro de servidores docentes da rede municipal e/ou estadual no que tange a área do idioma inglês. Sobretudo, dar suporte de comunicação ao mercado hoteleiro no acolhimento do turista estrangeiro.
	Educação Física e Esporte	Bacharelado	Presencial	Manhã	35	2027	Dar oportunidade de qualificação superior aos praticantes de atividades esportivas muito frequentes na cidade.
	Estatística	Bacharelado	Presencial	Manhã	35	2027	O curso visa a formação de profissionais que contribuam para a análise de dados e tomada de decisões, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias empresariais. Estando aptos a atuar em áreas tão diversas quanto Saúde, Epidemiologia, Economia, Ciências Sociais, Tecnologia da Informação, Ciência de Dados, Indústria, Controle de Qualidade, Educação, Pesquisa Acadêmica, dentre outras.
	Engenharia Computacional	Bacharelado	Presencial	Noite	35	2027	O Curso é importante para fomentar pesquisas em áreas como inteligência artificial, criação de software e redes, contribuindo para o avanço do conhecimento e desenvolvimento econômico e social na região.
	Química	Licenciatura	Presencial	Manhã	35	2027	A proposta do curso justifica-se pela importância da formação de educadores capacitados e a realização de projetos de extensão que aproximem a UFPA das

							escolas locais contribuindo para o desenvolvimento social e econômico de Salinópolis e arredores.
	Turismo	Bacharelado	Presencial	Noite	35	2027	A criação do curso visa o fortalecimento do Turismo local em Salinópolis frente ao potencial turístico da região e atendimento da demanda por formação especializada na área.
TOTAL					175		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
SOURE	Música	Licenciatura	Presencial	Integral Matutino	40	2027	Este curso será flexibilizado com o ICA/Belém. Será negociado e aprovado com o Campus de Belém/ICA e a Reitoria. O curso atende às demandas da região marajoara que é rica em musicalidade. Além disso, as escolas dos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Ponta de Pedras não possuem professores de arte na educação básica formados na área. O objetivo é o curso começar a ser ofertado em regime de flexibilização, mas depois pretendemos ter o quadro fixo a partir da disponibilidade de, pelo menos, 8 (oito) vagas para provimento efetivo.
	Turismo	Bacharelado	Presencial	Integral Noturno	40	2028	Este curso será flexibilizado com o ICESA/Belém. Será negociado e aprovado com o Campus de Belém/ICSA e a Reitoria. O curso atende às demandas da região marajoara que é um Polo Turístico. O objetivo é o curso começar a ser ofertado em regime de flexibilização, mas depois pretendemos ter o quadro fixo a partir da disponibilidade de, pelo menos, 8 (oito) vagas para provimento efetivo.
	Pedagogia	Licenciatura	Presencial	Integral Matutino Vespertino Noturno	40	2028	Este curso será flexibilizado com o Campus de Breves. O curso atende às demandas da região marajoara que é rica em musicalidade. Além disso, as escolas dos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Ponta de Pedras precisam de

							professores nas séries iniciais com formação. O objetivo é o curso começar a ser ofertado em regime de flexibilização, mas depois pretendemos ter o quadro fixo a partir da disponibilidade de, pelo menos, 8 (oito) vagas para provimento efetivo.
TOTAL						120	

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ICA	Bacharelado em Design (Escola de Economia Criativa quando institucionalizada)	Bacharelado	Presencial	Vespertino	25	2030	A criação de um Bacharelado em Design na Universidade Federal do Pará, em Belém, justifica-se pela relevância estratégica da área para o fortalecimento da Economia Criativa na Região Amazônica, que já se destaca pela intensa produção cultural, artística e digital. Embora o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA aborde conteúdos relacionados ao design, há uma demanda crescente por uma formação específica e aprofundada, especialmente diante da expansão do design digital e das tecnologias aplicadas à inovação. O curso permitirá a formação de profissionais capacitados a atuar em projetos que integrem cultura, tecnologia e sustentabilidade, promovendo soluções criativas e alinhadas às singularidades territoriais da Amazônia, além de potencializar o desenvolvimento
	Licenciatura em Violão e Flauta (Doce e transversal)	Licenciatura	Presencial	Diurno	20	2026	Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados (bacharéis e tecnólogos), ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida, com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária total de 1.600 (mil e seiscentas) horas, com duração de, no mínimo, 2 (dois) anos (pg. 14).
	Licenciatura em Música para	Licenciatura	Presencial	Matutino Vespertino Noturno	30	2028	Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados (bacharéis e tecnólogos), ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em

	graduados em Música não licenciados						cursos relacionados à habilitação pretendida, com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária total de 1.600 (mil e seiscentas) horas, com duração de, no mínimo, 2 (dois) anos (pg. 14).
TOTAL					75		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ICB	Biomedicina-Bioinformática	Bacharelado	Presencial	Integral	25	2027/2028	Há a proposta futura da criação deste curso vinculado à Faculdade de Biomedicina, observando a crescente demanda de profissionais que atuem com bioinformática de forma mais aprofundada, cujo curso de biomedicina oferece apenas um conhecimento básico. Este profissional poderá abastecer a crescente demanda no mercado de trabalho, além de alimentar a área acadêmica. Entretanto, há necessidade de estrutura de um laboratório de informática com equipamentos mais robustos e aumento no quadro de docentes com expertise na área.
	Ecologia-Ecologia	Bacharelado	Presencial	Não informado	Não informado	2027	Projeto pedagógico está em análise, na Câmara de Ensino, ligada à Congregação do Instituto. A intenção é a criação de uma nova Faculdade (Faculdade de Ecologia) para gerenciamento deste curso.
	TOTAL				25		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ICEN	Bacharelado em Inteligência Artificial	Bacharelado	Presencial	Matutino	30	2026	Resolução 5.941/2025 CONSEPE
	TOTAL				30		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ICS	Fonoaudiologia	Bacharelado	Presencial	Integral	50		A Faculdade de Farmácia manifesta a intenção de criação de novos cursos. Contudo, ressalta que, diante do cenário atual, não dispõe de corpo docente, infraestrutura e demais condições institucionais suficientes para a implementação imediata. Ainda assim, considera fundamental manter essa previsão registrada e de conhecimento da gestão superior, a fim de subsidiar o planejamento estratégico e a tomada de decisão em médio e longo prazo.
	Engenharia Farmacêutica	Bacharelado	Presencial/EAD	Integral	50		
	Química Medicinal	Bacharelado	Presencial	Integral	50		
	Biotecnologia Farmacêutica	Bacharelado	Presencial /EAD	Integral	50		
	TOTAL				200		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
IECOS	Bacharelado em Gestão ambiental	Bacharelado	Presencial	diurno	30	2027	O curso poderá ser oferecido, com poucas contratações de novos docentes, pois aproveita docentes já alocados no IECOS
	Engenharia de aquicultura	Bacharelado	Presencial	diurno	30	2028	O curso aproveitará parte dos docentes do curso de engenharia de pesca do IECOS
	TOTAL				60		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
IFCH	Arqueologia	Bacharelado	Presencial	Matutino	30	2027	Existe demanda de mercado de trabalho para arqueólogos, pois a maioria das grandes obras em Belém acabam tendo contato com resquícios ou sítios arqueológicos. Atualmente esta demanda está sendo

							atendida por empresas do eixo sul-sudeste para elaboração de laudos e arqueologia de resgate. A faculdade de ciências sociais conta atualmente com 7 arqueólogos de formação que podem suprir a demanda do curso juntamente com o restante do corpo docente.
	História – Semipresencial - UAB	Licenciatura	Semipresencial	Noturno	150	2026	Aprovação em edital capes - UAB
TOTAL					180		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNIO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ILC	Curso Tecnólogo de Tradução e Interpretação em LIBRAS	Bacharelado	Presencial	Vespertino	26	2026	A demanda por tradutores e intérpretes de LIBRAS tem aumentado consideravelmente. Um curso tecnólogo responde à crescente necessidade de profissionais qualificados para atuar na inclusão social, educacional e profissional de pessoas surdas
TOTAL					26		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNIO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
IMV	Tecnólogo em Agropecuária e Desenvolvimento Ambiental	Tecnólogo	Intervalar	Diurno	20	2028	Devido à necessidade de se fornecer profissionais preparados para enfrentar o desenvolvimento agropecuário e ambiental na Amazônia, com responsabilidade e capacitação. Bem como a unidade dará suporte com sua estrutura e formações de pós-graduação.
	Curso de Biologia	Licenciatura	Intervalar	Diurno	20	2028	Devido à necessidade do município e região em profissionais na área, bem como possibilidade de suporte da unidade.
TOTAL					40		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
INEAF	Adaptação às Mudanças Climáticas	Bacharelado	Presencial	Matutino	45	2028	Atualmente a crise climática vem provocando eventos extremos no Brasil e no mundo. A problemática contemporânea exige a formação interdisciplinar inovadora, de profissionais focados para essa nova demanda de mercado em ascensão. Para a subunidade FACDES/INEAF/UFPA, particularmente, faz-se necessário expandir a oferta de cursos, considerando a consolidação do INEAF em longo prazo.
	TOTAL				45		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ITEC	Engenharia de Recursos Naturais	Bacharelado	Presencial	Matutino	30	2030	Engenharia voltada para reaproveitamento de resíduos e recursos da Amazônia
	TOTAL				30		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
EMUFPA	Graduação em Música	Tecnológico	Presencial	Matutino e Vespertino	20	2029	Considera-se existir grande demanda à formação no nível da graduação tecnológica em Música, relacionada à crescente atuação profissional de músicos e artistas na Região Norte.
	TOTAL				20		

	CURSO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE	TURNO	Nº DE VAGAS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
NEB	Graduação em Educação Especial	Licenciatura	Presencial	Matutino	40	2030	Enquanto uma Unidade que produz conhecimento sobre Educação Básica e dada a contínua presença discentes que demandam vagas nos nossos cursos de pós-graduação com essa temática como objeto de



							estudo, o NEB assume o compromisso de implantar o curso de graduação em educação especial, considerando a expertise oriunda da oferta do curso de mestrado profissional na mesma área. Para tanto, será necessário investimento na expansão da infraestrutura e de pessoal (servidores docentes e técnicos).
						TOTAL	40

1.2.4. Expansão de vagas dos novos cursos de Graduação

Tabela 8 – Expansão de vagas dos novos cursos de Ensino de Graduação

	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	Planejamento de Expansão de Vagas								JUSTIFICATIVA
			2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
BRAGANÇA	Estudos da Tradução	0	30	0	30	0	30	0	30	0	Oferta bianual
	Medicina	0	-	20	20	20	20	20	20	20	Oferta regular a partir de sua implantação
	Serviço Social	0	-	-	-	40	-	-	-	-	Oferta nova após conclusão da turma prevista para 2026
	Enfermagem	0	-	-	-	-	50	-	-	-	Oferta nova após conclusão da turma prevista para 2026
	Administração	0	-	-	-	-	-	50	-	-	Oferta nova após conclusão da turma prevista para 2026
	TOTAL	0	30	20	50	60	100	70	50	20	

	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	Planejamento de Expansão de Vagas								JUSTIFICATIVA
			2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
BREVES	Psicologia	0	40	-	-	-	-	-	-	-	
	Agronomia	0	-	40	-	-	-	-	-	-	
	História	0	40	-	-	-	-	-	-	-	

	Sistemas de Informação	0	-	-	-	-	40	-	-	-	
	Engenharia Florestal	0	-	-	-	-	-	-	-	40	
	Engenharia Civil	0	-	-	-	-	-	-	-	40	
	TOTAL	0	80	40	-	-	40	-	-	80	

			Planejamento de Expansão de Vagas								JUSTIFICATIVA
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
Soure	Música	-	40	40	40	40	40	40	40	40	Este curso será flexibilizado com o ICA/Belém. Será negociado e aprovado com o Campus de Belém/ICA e a Reitoria. O curso atende às demandas da região marajoara que é rica em musicalidade. Além disso, as escolas dos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Ponta de Pedras não possuem professores de arte na educação básica formados na área. O objetivo é o curso começar a ser ofertado em regime de flexibilização, mas depois pretendemos ter o quadro fixo a partir da

											disponibilidade de, pelo menos, 8 (oito) vagas para provimento efetivo.
	Turismo	-	40	40	40	40	40	40	40	40	Este curso será flexibilizado com o ICSA/Belém. Será negociado e aprovado com o Campus de Belém/ICSA e a Reitoria. O curso atende às demandas da região marajoara que é um Polo Turístico. O objetivo é o curso começar a ser ofertado em regime de flexibilização, mas depois pretendemos ter o quadro fixo a partir da disponibilidade de, pelo menos, 8 (oito) vagas para provimento efetivo.
	Pedagogia		40	40		40		40		40	Este curso será flexibilizado com o Campus de Breves. O curso atende às demandas da região marajoara que é rica em musicalidade. Além disso, as escolas dos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Ponta de Pedras precisam de professores nas séries iniciais com formação. O objetivo é o curso começar a ser ofertado

											em regime de flexibilização, mas depois pretendemos ter o quadro fixo a partir da disponibilidade de, pelo menos, 8 (oito) vagas para provimento efetivo.
	TOTAL		80	80	80	120	80	120	80	120	

Planejamento de Expansão de Vagas											
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
ICA	Licenciatura em Violão e Flauta (Doce e transversal)	20	20	20	20	20	20	20	20	20	
	Licenciatura em Música para graduados em Música	30	30	30	30	30	30	30	30	30	
	TOTAL	50	50	50	50	50	50	50	50	50	

Planejamento de Expansão de Vagas											
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
ICED	Educação Física	14	-	-	15	-	-	-	-	16	Atender às demandas por novas turmas de graduação em Licenciatura em Educação Física
	TOTAL	14	-	-	15	-	-	-	-	16	

			Planejamento de Expansão de Vagas								JUSTIFICATIVA
CURSO		Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
INEAF	Adaptação às Mudanças Climáticas	0	45	45	45	45	45	45	45	45	
	TOTAL	0	45	45	45	45	45	45	45	45	

Dado o perfil inovador do curso, não há condições neste momento de se prever a expansão de vagas, visando garantir em primeiro momento sua consolidação com qualidade.



1.3 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

1.3. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRESENCIAL E A DISTÂNCIA (EAD)

1.3.1. Pós-Graduação Lato Sensu

1.3.1.1. Oferta de vagas de Ensino de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Tabela 9 – Cursos de Pós-Graduação *lato Sensu*, vagas ofertadas em 2025 e expansão de vagas

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
ABAETETUBA	Faculdade de Engenharia Industrial	Especialização de Engenharia da Qualidade	Presencial	Diurno/Noturno	44
	Faculdade de Engenharia Industrial	Especialização em Gestão de Melhoria em Ambiente Lean Healthcare	Presencial	Diurno/Noturno	44
	TOTAL				88
	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
ALTAMIRA	Faculdade de Ciências Biológicas	Curso de Especialização em Ensino de Ciências e Biologia (CEEB)		Intervalar	30
	Faculdade de Etodiversidade	Práticas Educativas Interdisciplinares nas Escolas do Campo na Transamazônica e Xingu		Presencial	60
	Faculdade de Etodiversidade	Gestão da Educação Básica e Etnodiversidade	À distância	A definir	150
	TOTAL				240

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
ANANINDEUA	Faculdade de Geografia	Especialização em Geografia e Meio Ambiente	Presencial	Noturno	40
	Faculdade de Geografia	Especialização em Ensino de Geografia	Presencial	Integral	30
	Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento (UAB)*	Especialização em Matemática Computacional no Ensino Básico	EAD	Matutino	150
	Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento (UAB)*	Especialização em Ensino de Ciências da Terra e do Ambiente	EAD	Integral	150
	Faculdade de Engenharia de Materiais (UAB)*	Especialização em Tecnologias Educacionais no Ensino Básico	EAD	Integral	150
	TOTAL				520
	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
CAMETÁ	Faculdade de Educação	Especialização em Gestão e Planejamento da Educação	Presencial	Integral	40
	Faculdade de Educação	Especialização em Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola	Presencial	Integral	50
	Faculdade de Educação e Faculdade de Educação do Campo	Especialização em Práticas Pedagógicas na Educação do Campo, das Águas e das Florestas	Presencial	Integral	50
	TOTAL				140
	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
ICB	Programa de Pós-Graduação em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários	Mestrado		Integral	8

	Programa de Pós-Graduação em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários	Doutorado		Integral	30
	Biodiversidade e Biotecnologia – Rede BIONORTE	Mestrado e Doutorado	Em rede (Nacional)	Integral	298 (Geral) 88 (só Pará)
	Programa de Pós-Graduação em Análises Clínicas	Mestrado em Análises Clínicas	Presencial	Integral	20
	TOTAL				146

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
ICED	FAED	Sistema de garantias dos direitos das crianças e adolescentes 2024	Presencial	Vespertino	60
	TOTAL				60

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
ICJ	Núcleo de Prática Jurídica- Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia. PPGDDA	Especialização em Prática Jurídica e Social – Residência Jurídica II	Presencial	Noturno	50
	Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia. PPGDDA	Curso de Licitação, contratos administrativos, gestão financeira e controle das contratações públicas	Presencial	Noturno	50
	TOTAL				100

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
ICSA	Faculdade de Turismo	Turismo Sustentável de Base Comunitária	Híbrida	Noturno	50
	Faculdade de Administração	Gestão Pública	EAD	Vespertino e Noturno	50
	TOTAL				100

IECOS	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
	FBIO	Especialização em Ensino de Ciências	Presencial	Integral	30
	TOTAL				30
IFCH	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
	Faculdade de História	Especialização em História da Amazônia	EAD	Tarde e Noite	150
	TOTAL				30
ILC	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
	FALE	Literatura e Letramento multimodal	Presencial	Integral	30
	FACOM	Jornalismo de Dados, Inteligência Artificial e Pesquisa Netnográfica - 2023	Online	Integral	60
	TOTAL				90
IMV	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
	-	Clínica Médica de Ruminantes e Equídeos	Anual	Integral	3
		Clínica Médica e Cirúrgica de Animais Silvestres	Anual	Integral	3
		Patologia Animal	Anual	Integral	2
		Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais	Anual	Integral	3
		Diagnóstico por Imagem em Medicina Veterinária	Anual	Integral	2

	Bem-estar, Manejo e Comportamento de Animais Silvestres	Anual	Integral	6
	Patologia Clínica Veterinária	Anual	Integral	2
	Medicina Veterinária Preventiva	Anual	Integral	2
	Pós-graduação em Endoscopia e Videocirurgia Veterinária	Anual	Integral	40
TOTAL				63

INEAF	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
	Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA)	GESAM	Presencial	Matutino	0
	Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA)	Mudanças Climáticas	Presencial	Matutino	0
	Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA)	Especialização em agricultura familiar e desenvolvimento agroambiental na Amazônia - DAZ	Presencial	Matutino	0
	Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA)	Agroecologia, Sistemas Agroflorestais e Restauração Ambiental	Presencial	Matutino	0
	Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA)	Sociobioeconomia, Manejo Florestal e Etnobotânica	Presencial	Matutino	0
	Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA)	ATER para Agriculturas Familiares	Presencial	Matutino	0
	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Curso de Especialização em Gestão Ambiental Urbana	Presencial	Noturno	60
TOTAL					60

NAEA	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
	PPLS	Gestão Ambiental	Presencial	Noturno	27
	TOTAL				27

NEB	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
	-	Curso de Especialização em Gestão Escolar	a distância	noturno	150
	TOTAL				150

NUMA	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025
	PROFIMA	Geoprocessamento e Análise Ambiental	EAD	Integral	300
	TOTAL				300

1.3.1.2. Expansão de vagas de Ensino de Pós-Graduação Lato Sensu

Tabela 10 – Expansão de vagas dos cursos de pós-graduação *lato sensu*

		Planejamento de Expansão de Vagas											JUSTIFICATIVA
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
IMV	Residência em Clínica Médica e Reprodução de Ruminantes e Equídeos	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	A Residência Médica em Clínica de Grandes Animais se insere para o aprimoramento dos Médicos Veterinários recém-formados, contribuindo decisivamente com a sociedade brasileira e principalmente com o Estado do Pará, buscando soluções que venham a satisfazer às necessidades de bem-estar, sanitárias, clínicas e profiláticas de diferentes espécies animais, mediante uma abordagem interdisciplinar. Diante disso, o crescimento da procura nessa área da residência, bem como o aumento do número de atendimentos no Hospital Veterinário, nos últimos anos, justifica a necessidade da ampliação de vagas.
	Residência em Clínica Médica e Cirúrgica de Animais Silvestres	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	Devido ao aumento da demanda de profissionais mais capacitados no mercado de trabalho envolvendo a clínica e cirurgia de animais silvestres, torna-se necessário a

													manutenção do número de vagas de pós-graduação lato sensu a serem ofertadas pela UFPA.
	Residência em Patologia Animal	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Devido ao aumento da demanda de profissionais mais capacitados no mercado de trabalho envolvendo patologia veterinária, torna-se necessário a manutenção do número de vagas de pós-graduação lato sensu a serem ofertadas pela UFPA.
	Residência em Diagnóstico por Imagem em Medicina Veterinária	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	—
	Residência em Bem-estar, Manejo e Comportamento de Animais Silvestres	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	Por se tratar de um programa inédito e recém-criado, não há condições de prever aumento do número de vagas até o término do primeiro ciclo de 2 anos. Ademais, a estrutura física atual não comporta mais acréscimos.
	Residência Médica em Patologia Clínica Veterinária	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Solicita-se mais uma vaga de Residência em ano específico, configurando acréscimo de 2 vagas nos anos seguintes. A previsão considera sempre 1 vaga garantida por ano, suficiente para expandir a rotina de diagnósticos no

													Laboratório de Patologia Clínica.
	Residência Médica em Medicina Veterinária Preventiva	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Justifica-se a manutenção das vagas de 2026 a 2031 por ser um programa recente, com apenas uma professora que atua como coordenadora, preceptora e tutora. Com a inserção de um segundo docente ou técnico no laboratório futuramente, poderá haver ampliação de vagas, fortalecendo a parceria do IMV com o município de Castanhal para atender a demanda crescente.
TOTAL		23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	

		Planejamento de Expansão de Vagas											JUSTIFICATIVA
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
INEAF	Gestão em Sistemas Agroextrativista para Território de Uso Comum na Amazônia	0	20	0	0	20	0	0	20	20	0	20	A partir de 2026 o curso será reativado e alternará com outras especializações que se encontram em processo de elaboração
TOTAL		0	20	0	0	20	0	0	20	20	0	20	

		Planejamento de Expansão de Vagas											JUSTIFICATIVA
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
ITEC													

	Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Aumento de número de vagas em função da entrada de novos professores no programa
TOTAL		25	20	40	20	40	20	20	40	40	40	40	

Planejamento de Expansão de Vagas													
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
NAEA	Educação Ambiental												
	Gestão de Escolas e de Sistemas de Meio Ambiente na Amazônia	27	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		27	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Planejamento de Expansão de Vagas													
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
NEB	Currículo da Escola Básica	0	-	-	-	40	-	-	-	40	-	-	"Os cursos de especialização aqui listados já foram aprovados na Unidade. Destes, apenas os cursos de docência na educação básica e educação especial e sociedade inclusiva não tiveram oferta, porque foram submetidos ao Forma Pará e não houve a implementação. Esse conjunto de cursos constitui o portfólio da Unidade e serão reeditados ao longo do próximo decênio.
	Docência na Educação Básica	0		40				40				40	
	Educação Especial e Sociedade Inclusiva	0	40	-	-	-	40	-	-	-	40	-	
	Gestão da Escola Básica	0		40				40					
	Educação Ambiental Crítica e Prática Pedagógica na Educação Básica	0	-	-	40	-	-	-	40	-	-	-	
TOTAL		0	40	80	40	40	40	80	40	40	40	40	

NPO	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	Planejamento de Expansão de Vagas										JUSTIFICATIVA
			2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
	Bioinformática em Oncologia	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	0	Curso temporário
TOTAL		0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	0	

NPO	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	Planejamento de Expansão de Vagas										JUSTIFICATIVA
			2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
NUMA	Extensão Agroecológica e Inovação em Sistemas Agroalimentares (AGIS)	0	45	45	45	0	0	0	0	0	0	0	O curso de Especialização em Extensão Agroecológica e Inovação em Sistemas Agroalimentares (AGIS) tem por objetivo formar profissionais para atuar como agentes de intervenção-inovação agroecológica em sistemas agroalimentares (AGIS), na busca de soluções para os problemas que afetam a sustentabilidade dos Projetos de Assentamento e para o fortalecimento de sistemas agroalimentares alternativos impulsionados pelos saberes e práticas do campesinato no território do Baixo Tocantins e Região Metropolitana de Belém. Essa formação é reconhecida e certificada pela Fundação Banco do Brasil como

													tecnologia social (TS-AGIS). O corpo docente é formado por docentes do Núcleo de Meio Ambiente, de outras unidades da UFPA e convidados para garantir a interdisciplinaridade e caráter inovador da proposta. O curso será ofertado de forma presencial a partir de um convênio com o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), serão 45 vagas anuais por 3 anos.
	Educação Ambiental e Sustentabilidade	0	300		300	0	300	0	300	0	300	0	O Curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade tem como objetivo capacitar profissionais no ensino ou outros setores que atuam com educação ambiental proporcionando a compreensão das diretrizes estabelecidas para conteúdos e procedimentos em ações, projetos, campanhas e programas de informação, comunicação e educação ambiental no âmbito da educação formal e não-formal, realizadas por instituições públicas, privadas e da sociedade civil. O corpo docente é formado por docentes do Núcleo de Meio Ambiente, de

													outras unidades da UFPA e convidados para garantir a interdisciplinaridade e caráter inovador da proposta. O curso será disponibilizado em uma plataforma de educação à distância com aulas gravadas. O curso é autofinanciado e a oferta anterior foi de 300 vagas e a próxima irá manter as 300 vagas, devido a elevada demanda pela oferta desse curso. Para otimizar as atividades didático-pedagógicas do PROFIMA será estruturado um estúdio de gravação de aulas para os cursos EAD do NUMA.
	Geoprocessamento e Análise Ambiental	300	0	300	0	300	0	300	0	300	0	300	O curso de especialização em Geoprocessamento e Análise Ambiental tem como objetivo capacitar profissionais no processo de gestão territorial na região, tendo como principal subsídio na tomada de decisões a utilização de geotecnologias. O corpo docente é formado por docentes do Núcleo de Meio Ambiente, de outras unidades da UFPA e convidados para garantir a interdisciplinaridade e caráter inovador da proposta. O curso será disponibilizado em uma plataforma de educação à distância com aulas gravadas. O curso é autofinanciado e a



													oferta anterior foi de 150 vagas e a atual será de 300 vagas, devido a elevada demanda pela oferta de novas vagas ainda no transcurso da primeira oferta do curso.
TOTAL		300	345	345	345	300	300	300	300	300	300	300	

1.3.1.3. Novos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Tabela 11 – Novos cursos de Pós-Graduação *lato Sensu*

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ABAETETUBA	Faculdade de Ciências da Linguagem - FACL	Especialização No Uso das Tics no Ensino de Português-Espanhol na Perspectiva da Inclusão das Diversidades	Presencial modular	Integral	09/01/2026 a 31/03/2027	No mundo atual, ninguém que vive nesta sociedade interconectada pode escapar do impacto da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na vida cotidiana. Seja como usuários ativos ou passivos, o avanço das TICs transformou completamente a realidade existente antes do surgimento da Internet, no final do século XX. De uma perspectiva crítica, as opiniões sobre o lugar que essas mídias virtuais ocupam em cada país tendem a ser diversas e até opostas. Há quem lhe negue categoricamente qualquer benefício, responsabilizando-o inclusive por esse distanciamento generalizado da realidade, pelo individualismo, pelo distanciamento, pela falta de diálogo e, portanto, de reflexão sobre os acontecimentos atuais. Por outro lado, existe um grupo de usuários que praticamente não questiona sua utilização, pois dedica a maior parte do tempo às TDICs, demonstrando um nível de dependência que se evidencia por si só. De maneira geral, os críticos da tecnologia, especialmente aqueles com mais de sessenta anos, para quem a tecnologia continua sendo um mistério que não desperta interesse ou que não conseguem compreender completamente. Já a maioria da população, composta principalmente por jovens, vê a Internet como elemento essencial para o seu desenvolvimento e crescimento. Como algo quase indispensável.
	Faculdade de Engenharia Industrial	Especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho	Presencial	Noturno	2026	O curso vem atender uma demanda de mercado onde a procura por curso com este perfil de formação é muito procurado na região do baixo-Tocantins

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ALTAMIRA	Faculdade de Ciências Biológicas	Gestão Ambiental	Semipresencial	Noturno	2028	Há necessidade de pessoas competentes para atuar na gestão de áreas protegidas, assim como em programas ambientais de instituições públicas, privadas e do terceiro setor, na região. Soma-se a isto a demanda por este curso, principalmente por parte dos egressos do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas que vem formando pessoas na região há mais de 20 anos.
	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ANANINDEUA	Faculdade de Ciência e Tecnologia	Especialização em Metodologias do Ensino de Ciências da Natureza	EAD	Integral	Janeiro de 2026	Atendimento ao Plano Nacional de Educação, Meta 16, que prevê a formação continuada de professores da educação básica
	Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento	Especialização em Tecnologia Assistidas de Georreferenciamento e Processamento do Território Amazônico Rômulo e	Presencial	Manhã	2027 e 2028	A Amazônia é uma das regiões mais estratégicas e complexas do planeta, tanto do ponto de vista ambiental quanto social, econômico e geopolítico. O território amazônico, em especial no estado do Pará, apresenta uma dinâmica territorial marcada por intensas transformações, decorrentes de atividades como exploração mineral, expansão agropecuária, construção de grandes obras de infraestrutura, além de processos de urbanização e pressões socioambientais. Essas mudanças demandam a geração, o tratamento e a análise de informações geoespaciais de alta qualidade para subsidiar políticas públicas, pesquisas científicas e tomadas de decisão com responsabilidade socioambiental.

CAMETÁ	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Faculdade de Agronomia	Especialização em Sistemas Ambientais	Presencial	Integral	2026	Proposta em construção para atender demanda da região e perspectivas de criação de mestrado

CAPANEMA	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	UAB POLO CAPANEMA	Ciência é 10!	Híbrida	Matutino e vespertino	2026	Previsão de especialização no polo UAB Capanema
	UAB POLO CAPANEMA	Ensino de matemática para os anos iniciais	Híbrida	Matutino e vespertino	2026	Previsão de especialização no polo UAB Capanema
	UAB POLO CAPANEMA	Gestão Pública	Híbrida	Matutino e vespertino	2026	Previsão de especialização no polo UAB Capanema
	UAB POLO CAPANEMA	Gestão Escolar	Híbrida	Matutino e vespertino	2026	Previsão de especialização no polo UAB Capanema

ICA	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	FAV	História da Arte	PRESENCIAL-INTERVALAR	Matutino e/ou noturno	2027	Curso inédito na região Norte e Nordeste. A Pós-Graduação Lato Sensu em História da Arte pretende oferecer formação específica na área, ainda inédita nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Na perspectiva que imaginamos, o curso pretende ser interinstitucional envolvendo profissionais das Artes Visuais, da História, da Antropologia, da Museologia e das Ciências do Patrimônio, podendo estender-se como interinstitucional em convênio com as universidades federais do Estado do Pará e, quiçá (numa perspectiva de longo prazo), transformar-se em curso de pós-graduação stricto sensu.
	Escola de Economia Criativa (Escola)	UXÍ - User eXperience e	HÍBRIDA	NOTURNO	2027	O curso de UX Design e Interações da Amazônia — UXÍ — surge como uma iniciativa inédita, alinhada às vocações da Universidade Federal do Pará, às

	de Economia Criativa quando institucionalizada)	Interação na Amazônia.				demandas da economia digital e ao fortalecimento da cidadania, da criatividade e do empreendedorismo na região
	Escola de Economia Criativa (Escola de Economia Criativa quando institucionalizada)	Gestão de Empreendimentos de Economia Criativa e Negócios de Impacto	HÍBRIDA	MATUTINO	2027	-
	FAV Curso de Museologia	Práticas museológicas, gestão de acervos e políticas culturais no contexto amazônico.	Presencial	Diurno	2027	A criação da especialização em Gestão Museológica na Amazônia representa um desdobramento natural das ações desenvolvidas pelo curso de Museologia da UFPA ao longo da última década. A proposta de pós-graduação lato sensu visa consolidar e expandir a atuação institucional na formação de recursos humanos especializados para a gestão do patrimônio cultural e científico regional. A modalidade presencial e o turno noturno foram definidos para garantir o acesso de profissionais em atuação no mercado, respeitando as diretrizes da UFPA quanto à formação continuada e à valorização das especificidades amazônicas. ANALISE DESCRITIVA: A criação da especialização em Gestão Museológica na Amazônia representa um desdobramento natural das ações desenvolvidas pelo curso de Museologia da UFPA ao longo da última década. A proposta de pós-graduação lato sensu visa consolidar e expandir a atuação institucional na formação de recursos humanos especializados para a gestão do patrimônio cultural e científico regional. A modalidade presencial e o turno noturno foram definidos para garantir o acesso de profissionais em atuação no mercado, respeitando as diretrizes da UFPA quanto à formação continuada e à valorização das especificidades amazônica

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ICEN	PPGCMA	Especialização em Gestão e Segurança em Laboratório	EAD	Noturno	2027	Demandas regionais para a expansão de vagas

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ICJ	Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia. - Núcleo de Prática Jurídica	Especialização em Prática Jurídica e Social – Residência Jurídica II	Presencial	Noturno	45962	O curso de especialização visa atender a uma demanda real de advogados e advogadas vinculados à Ordem dos Advogados do Pará, de difundir os conhecimentos sobre a estruturação administrativa de um escritório de advocacia, os limites éticos de atuação, o desenvolvimento de uma litigância estratégica e a prática profissional através. Também atender a demanda do Núcleo de Prática Jurídica de Aperfeiçoamento Profissional. Nessa esteira, tal curso proporcionará, sob o aspecto prático, que os advogados inscritos estejam melhor preparados, tanto para a vida profissional como para a estruturação de seu próprio escritório de advocacia e para a litigância em defesa da sociedade.
	Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia. PPGDDA	Curso de Licitação, contratos administrativos, gestão financeira e controle das contratações públicas	Presencial	Noturno	2025	As vagas, o corpo docente, estrutura e demandas do mercado permite manter a qualidade do curso e sua conclusão no tempo estimado.

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ICM	PPGCMA	Especialização em Gestão e	EAD	Noturno	2027	Demandas regionais para a expansão de vagas

		Segurança em Laboratório				

ICS	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	PPGCMA	Especialização em Gestão e Segurança em Laboratório	EAD	Noturno	2027	Demandas regionais para a expansão de vagas

ICSA	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	PPGCMA	Especialização em Gestão e Segurança em Laboratório	EAD	Noturno	2027	Demandas regionais para a expansão de vagas

IECOS	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	-	Especialização em Ciências Ambientais	Presencial	Integral	2026	IECOS tem expertise e demanda na área
		Especialização em aquicultura	Presencial	Integral	2026	IECOS tem expertise e há demanda suficiente na área

ICSA	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas - PPGECEM	Ciências é 10 (Especialização)	EaD	Matutino e Vespertino	2026	O Ciência é 10 (C10) é uma iniciativa da CAPES que integra o “Programa Mais Ciência na Escola para Expansão de Tecnologias Digitais e Experimentação Científica na Educação Básica – Mais Ciência na Escola”, do MEC, MCTI e CNPq. Trata-se de um curso de especialização para professores graduados que estão atuando no sistema público de ensino e dando aulas na área das Ciências da Natureza na Educação Básica. É

						realizado na modalidade de ensino a distância (EAD), com garantia da CAPES e certificação do MEC, junto com as Instituições Públicas de Ensino parceiras. O PPGECEM/IEMCI/UFPA tem interesse em aderir o projeto para multiplicar nos municípios do Pará.
	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas - PPGECEM	Ensino de Ciências e Matemática para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Especialização)	Presencial	Matutino e Vespertino	2027	A especialização em Ensino de Ciências e Matemática para os anos iniciais do Ensino Fundamental é um curso de pós-graduação lato sensu destinado a profissionais da educação, especialmente dos cursos de Licenciatura Integrada em Ciências Matemática e Linguagens e Pedagogia e outros licenciados que atuam ou desejam atuar nos primeiros anos do Ensino Fundamental. O curso visa aprofundar os conhecimentos sobre os conteúdos de ciências e matemática, bem como as metodologias e recursos mais adequados para o ensino do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental.

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
IG	-	Ensino em Geociências	-	-	-	O IG pretende ofertar cursos de especialização em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional, suprimindo lacunas não atendidas pela pós-graduação stricto sensu. Mesmo sem estudos específicos de demanda, os temas propostos são relevantes e poderão ser ofertados com a ampliação de vagas já prevista.
	-	IA para Aplicação em Geociências	-	-	-	
	-	Gestão Ambiental	-	-	-	
	-	Rochagem	-	-	-	
	-	Aproveitamento de Rejeitos de Processamento Mineral	-	-	-	
	-	Agrometeorologia	-	-	-	
	-	Geotecnologias	-	-	-	
	-	Gestão Estratégica para redução de Riscos e Desastres	-	-	-	

	-	Meteorologia de Múltiplas Escalas de Tempo e Suas Interações	-	-	-	

IMV	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	-	Anestesiologia Veterinária	Presencial	Integral	2026	-
	-	Reprodução animal	Presencial	Integral	2026	-

ITEC	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Engenharia Química	Tecnologia Cervejeira	Híbrida	Noturno	2026	Curso já ofertado anteriormente pela unidade, aguardando melhores condições empresariais no setor cervejeiro, o que vem ocorrendo.

NAEA	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	PPLS	Educação Ambiental Gestão de Escolas e de Sistemas de Meio Ambiente na Amazônia	Presencial	Noturno	2026	Atendimento da missão do NAEA na área acadêmica.

NDAE	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	PEBGA	Segurança de Barragens e Gestão Ambiental	EAD	Noturno	2026	Atender demandas para capacitação de profissionais para atuarem na área de segurança de barragens.

	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
NEAP	-	Especialização em Cultura Oceânica e Sustentabilidade no Ensino Básico	Híbrida	Matutino	2025	O curso gratuito ofertado na área de Educação, Área específica: Formação de Professores e Ciências da Educação, Área do curso: Ciências Exatas e da Terra. É um Curso de Especialização em Rede, tendo como parceiros a Aliança Brasileira pela Cultura Oceânica e Programa Escola Azul (UNESCO, MCTI e UNIFESP), o PPGMar/MEC, e a SECIRM.
	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
NEB	-	História e Educação Básica	Presencial	Noturno	2028	O Núcleo possui um coletivo de docentes pesquisadoras (es) no campo da História da Educação e do Ensino de História, com capacidade técnica de ofertar o curso de especialização na área. A oferta do curso contribui para a ampliação do diálogo do NEB-UFPA com a sociedade, além de fortalecer a produção do conhecimento nas áreas temáticas propostas.
	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
NPO	-	Bioinformática em Oncologia	Híbrida	Vespertino	2027	Necessidade de formação interdisciplinar em Biologia Molecular, Genética do Câncer e Ciências de Dados.
	SUBUNIDADE	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
NUMA	PROFIMA	Extensão Agroecológica e Inovação em Sistemas Agroalimentares (AGIS)	Presencial	matutino	2026	O curso de Especialização em Extensão Agroecológica e Inovação em Sistemas Agroalimentares (AGIS) tem por objetivo formar profissionais para atuar como agentes de intervenção-inovação agroecológica em sistemas agroalimentares (AGIS), na busca de soluções para os problemas que afetam a sustentabilidade dos Projetos de Assentamento e para o fortalecimento de sistemas agroalimentares alternativos impulsionados

						pelos saberes e práticas do campesinato no território do Baixo Tocantins e Região Metropolitana de Belém. Essa formação é reconhecida e certificada pela Fundação Banco do Brasil como tecnologia social (TS-AGIS). O corpo docente é formado por docentes do Núcleo de Meio Ambiente, de outras unidades da UFPA e convidados para garantir a interdisciplinaridade e caráter inovador da proposta. O curso será ofertado de forma presencial a partir de um convênio com o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), serão 45 vagas anuais por 3 anos.

1.3.2. Pós-Graduação Stricto Sensu

1.3.2.1. Oferta de vagas de Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu

Tabela 12 – Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e vagas ofertadas em 2025

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
ABAETETUBA	PPGCITE	Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios, Identidades e Educação	Matutino e Vespertino	21	30
	PROFMAT	Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional –PROFMAT	Matutino e Vespertino	13	20
	TOTAL			34	50
	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
ALTAMIRA	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação	Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação	Integral	25	25
	Programa de pós-graduação em Estudos em Etnodiversidade	Mestrado em Estudos em Etnodiversidade	Integral	16	18
	Programa de Pós-Graduação em Educação e Culturas Inclusivas - PPGEI	Mestrado em Educação e Culturas Inclusivas	Integral	18	18
	TOTAL			59	61

ANANINDEUA	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais	Mestrado em Engenharia de Materiais (PPGCEM)	Integral	16	18
	Programa de Pós-Graduação em Ensino de História	Mestrado PROFHISTÓRIA	Integral	30	30
	Programa de Pós-Graduação em Ensino de História	Doutorado PROFHISTÓRIA	Vespertino/Noturno	3	10
	Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia	Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO)	Noturno	18	25
	TOTAL			67	83

BRAGANÇA	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	FAHIST, FALEST, FALE e FACED: PPLSA	Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia	Matutino e Vespertino	30	40
	FAMAT: PROFMAT	Mestrado Profissional em Matemática	Matutino e Vespertino	15	40
	NAEA: PPDSTU	Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento	Matutino e Vespertino	10	40
	NAEA: PPDSTU	Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental	Matutino e Vespertino	10	40
	TOTAL			65	160

BREVES	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	PPGSE	Mestrado em Sociobiodiversidade e Educação	Vespertino	20	20
	TOTAL			20	20

CAMETÁ	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura	Mestrado em Educação e Cultura	Matutino e Vespertino	35	35
	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem	Mestrado em Estudos da Linguagem	Matutino e Vespertino	25	25
	TOTAL			60	60

CASTANHAL	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia	Mestrado	Matutino e Vespertino	20	-
	Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia	Doutorado	Matutino e Vespertino	15	-
	Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT	Mestrado	Matutino e Vespertino	10	-
	TOTAL			60	-

ICA	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Programa de Pós-graduação em Artes	Mestrado	Matutino/Vespertino	30	-
	Programa de Pós-graduação em Artes	Doutorado	Matutino/Vespertino	21	-
	TOTAL			51	-

ICED	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Programa de Pós-Graduação em Educação / Ppged	Mestrado em Educação	Integral	28	28
	Programa de Pós-Graduação em Educação / Ppged	Doutorado em Educação	Integral	29	29
	TOTAL			57	57

ICEN	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	PPGCC	Doutorado em Ciência da Computação	Integral	22	22
	PPGF	Doutorado em Física	Integral	31	31
	PDM	Doutorado em matemática	Matutino e Vespertino	20	20
	PPGQ	Doutorado em Química	Integral	0	0
	PPGCC	Mestrado em Ciência da Computação	Integral	108	108
	PPGCMA	Mestrado em Ciências e Meio Ambiente	Matutino e Vespertino	40	40
	PPGCMA	Doutorado em Ciências do Meio Ambiente	Matutino e Vespertino	30	30
	PPGF	Mestrado em Física	Integral	37	37
	PPGME	Mestrado em Matemática e Estatística	Matutino e Vespertino	34	34

	PPGQ	Mestrado em Química	Integral	30	30
	MNPEF	Mestrado Profissional em Ensino de Física	Matutino e Vespertino	30	30
	PROFMAT	Mestrado Profissional em Ensino de Matemática	Matutino e Vespertino	20	20
	TOTAL			402	402

ICJ	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD)	Mestrado	Matutino, Vespertino e Noturno	35	-
	Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD)	Doutorado	Matutino, Vespertino e Noturno	19	-
	PPGDDA	Mestrado	Vespertino e Noturno	30	-
	TOTAL			84	-

ICM	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	PPGDIABETES - ICM	MEDICINA - PPGDIABETES	INTEGRAL	23	30
	TOTAL			23	30

ICSA	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Administração	Programa de Pós-Graduação em Administração PPGAD	Vespertino e Noturno	20	40
	Arquivologia e Biblioteconomia	Programa de Pós 20 Graduação em Ciência da Informação PPGCI	Matutino e Vespertino	15 Mestrado; 15 Doutorado	40

	Economia	Programa de Pós-Graduação em Economia PPGE	Vespertino e Noturno	15 Mestrado; 15 Doutorado	40
	Economia	Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada PPGEA	Noturno	40	40
	Serviço Social	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	Matutino e Vespertino	18 Mestrado; 10 Doutorado	40
	Ciências contábeis	Programa de Pós-Graduação em Contabilidade- PPGC	Vespertino e Noturno	15	40
	FEA RP USP / UFPA)	Doutorado Interstitucional (DINTER) em Controladoria e Contabilidade	Matutino e Vespertino	15	40
TOTAL				178	280

IECOS	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	PPG em Biologia Ambiental	Mestrado	Matutino/vespertino	11	15
	PPG em Biologia Ambiental	Doutorado	Matutino/vespertino	11	15
	PPG em Biologia Ambiental	Mestrado	Matutino/vespertino	11	15
TOTAL				33	45

IEMCI	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas - PPGECEM	Educação em Ciências e Matemáticas (Mestrado Acadêmico)	Matutino e Vespertino	-	30
	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas - PPGECEM	Educação em Ciências e Matemáticas	Matutino e Vespertino	25	30

		(Doutorado Acadêmico)			
	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática - PPGECEM	Educação em Ciências e Matemática (Doutorado Acadêmico em Rede)	Manhã e Tarde	15	15
	Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas - PPGDOC	Docência em Educação em Ciências e Matemáticas (Mestrado Profissional)	Integral	22	30
	TOTAL			62	105

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
IFCH	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia	Mestrado em Sociologia e Antropologia – ampla concorrência	Matutino/Vespertino	15	30
	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia	Doutorado em Sociologia e Antropologia - – ampla concorrência	Matutino/Vespertino	15	30
	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia	Mestrado em Sociologia e Antropologia – Pessoas indígenas, quilombolas e de comunidades e povos tradicionais	Matutino/Vespertino	8	30
	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia	Doutorado em Sociologia e Antropologia - Pessoas indígenas, quilombolas e de	Matutino/Vespertino	8	30

		comunidades e povos tradicionais			
	Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGFIL)	Mestrado em Filosofia	Integral	25	10
	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	Curso de Mestrado em Ciência Política	Matutino/Vespertino	20	25
	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	Curso de Doutorado em Ciência Política	Matutino/Vespertino	10	15
	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	Mestrado em Antropologia	Integral	23	30
	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	Doutorado em Antropologia	Integral	17	30
	Pós-Graduação em Psicologia	Mestrado	Matutino/Vespertino	40	40
	Pós-Graduação em Psicologia	Doutorado	Matutino/Vespertino	20	20
	Programa de Pós-Graduação em Geografia	Mestrado em Geografia	Matutino/Vespertino	27	-
	Programa de Pós-Graduação em Geografia	Doutorado em Geografia	Matutino/Vespertino	18	-
	TOTAL			246	290

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
IG	Programa de Pós-graduação em Geofísica	Mestrado em Geofísica Doutorado em Geofísica	Integral	6 11	6 7
	Programa de Pós-graduação em Oceanografia (PPGOC)	Mestrado em Oceanografia	Manhã e Tarde	25	15
	Programa de Pós-graduação em Geologia e Geoquímica	Mestrado em Geologia e Geoquímica Doutorado em Geofísica Geologia e Geoquímica	Integral	33 15	22 11
	Pós-graduação em Ciências Ambientais	Doutorado em Ciências Ambientais	Integral	12 15	4 2

		Mestrado em Ciências Ambientais			
	Programa de Pós-graduação em Geofísica	Mestrado em Geofísica Doutorado em Geofísica	Integral	6 11	6 7
	TOTAL			134	80

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
ILC	PPGL	Curso de pós-graduação em Letras	vespertino	25	4
	PPGCOM	Curso de pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia	vespertino	10	3
	TOTAL			35	7

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
IMV	PPGSAAM	Programa de Pós-Graduação em Saúde Animal na Amazônia	Diurno	25	-
	PPGCAN	Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal na Amazônia	Manhã/tarde	45	-
	REPROAMAZON	Programa de Pós-Graduação em Reprodução Animal na Amazônia	Manhã/tarde	54	-
	TOTAL			124	-

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
INEAF	Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA)	Doutorado (PPGAA)	Matutino/vespertino	11	11
	Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA)	Mestrado (PPGAA)	Matutino/vespertino	20	20
	TOTAL			31	31

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
ITEC	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Naval	Mestrado em Engenharia Mecânica	Matutino / Vespertino	14	14
	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	Doutorado em Engenharia Mecânica	Matutino / Vespertino	16	16
	Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica	Mestrado em Engenharia Elétrica	Matutino e Vespertino	76 (*)	25
	Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica	Doutorado em Engenharia Elétrica	Matutino e Vespertino	59 (*)	25
	Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica	Doutorado em Engenharia Elétrica	Matutino e Vespertino	16 (**)	16
	Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural	MESTRADO EM CIÊNCIAS DO PATRIMONIO CULTURAL	Matutino/Vespertino	15	23
	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Processos	Mestrado em Engenharia de Processos	-	30	30
	Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Matutino / Vespertino	24	20

	Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Matutino / Vespertino	25	20
	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Naval	Mestrado em Engenharia Naval	Vespertino	20	17
	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	Matutino e Vespertino	28	Até 30 alunos
	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Doutorado em Arquitetura e Urbanismo	Matutino e Vespertino	18	Até 30 alunos
TOTAL				341	266

NAEA	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU)	Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental	Matutino e vespertino	24	25
	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU)	Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento	Matutino e vespertino	24	25
	TOTAL			48	50

NDAE	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNOS	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	PPCA	Programa de Pós-graduação em Computação Aplicada	Matutino	20	-
	PEBGA	Programa de Pós-graduação em Engenharia de Barragem e Gestão Ambiental	Matutino	18	-
	PPGINDE	Programa de Pós-graduação em Engenharia de Infraestrutura e Desenvolvimento Energético	Vespertino	23	-
TOTAL				61	50

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
NEAP	Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca - PPGEAP	Mestrado em Ecologia Aquática E Pesca	Matutino/Vespertino	15	20
	Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática E Pesca - PPGEAP	Doutorado em Ecologia Aquática E Pesca	Matutino/Vespertino	7 (Fluxo contínuo. Número de vagas apresentadas de acordo com o número de bolsas)	20
	TOTAL			48	50

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
NEB	Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica	Mestrado Acadêmico	Integral	37	As vagas abertas nas turmas dos dois cursos do PPEB foram preenchidas integralmente.
	Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica	Doutorado Acadêmico	Integral	22	As vagas abertas nas turmas dos dois cursos do PPEB foram

					preenchidas integralmente
	Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – Programa em Rede	Doutorado Acadêmico	Integral	63	Todas as vagas ofertadas foram preenchidas e os discentes estão vinculado aos diferentes polos que constituem a Rede
	Programa de Pós-Graduação em Educação Especial	Mestrado Profissional	Integral	0	Ainda não houve ingresso. Curso aprovado pela CAPES em 2025
	TOTAL			122	-

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNIO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
NPO	Programa de Pós-Graduação em Oncologia e Ciências Médicas - PPGOCM	Mestrado Regular em Oncologia e Ciências Médicas	Integral	15	40
	Programa de Pós-Graduação em Oncologia e Ciências Médicas - PPGOCM	Doutorado Regular em Oncologia e Ciências Médicas	Integral	10	40
	Programa de Pós-Graduação em Oncologia e Ciências Médicas - PPGOCM	Mestrado Especial em Oncologia e Ciências Médicas	Integral	11	40
	Programa de Pós-Graduação em Oncologia e Ciências Médicas - PPGOCM	Doutorado Especial em Oncologia e Ciências Médicas	Integral	15	40
	TOTAL			51	160

NTPC	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento	Mestrado em Teoria em Pesquisa do Comportamento	Matutino/Vespertino	25	34
	Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento	Doutorado em Teoria em Pesquisa do Comportamento	Matutino/Vespertino	8	24
	Programa de Pós Graduação em Neurociências e Comportamento	Mestrado em Neurociências e Comportamento	Matutino/Vespertino	26	30
	Programa de Pós Graduação em Neurociências e Comportamento	Doutorado em Neurociências e Comportamento	Matutino/Vespertino	22	22
	TOTAL			81	110

NUMA	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	Núcleo de Meio Ambiente	Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia	Matutino	40	40
	Núcleo de Meio Ambiente	Doutorado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia	Vespertino	15	15
	TOTAL			55	55

EMUFGPA	SUBUNIDADE PPG	CURSO	TURNO	Nº DE VAGAS ANO BASE 2025	DIMENSÃO DAS TURMAS
	PROFMUS	Mestrado Profissional em Música	Matutino/Vespertino	26	14
	TOTAL			26	14

1.3.2.2. Expansão de vagas de Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu

Tabela 13 – Expansão de vagas dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*

			Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
ABAETETUBA	Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT	13	20	20	20	20	20	20	20	20	20	De 2022 a 2025 ofertamos 13 vagas e todas foram preenchidas. Para 2026 serão ofertadas 20 vagas, pela grande demanda na região. O PROFMAT tem 13 docentes doutores e é um mestrado em rede nacional, conta com a parceria junto com a ABM (Assoc. Brasileira de Matemática), isso também indica um currículo com base nacional em Matemática e confere formação por parâmetros em nível nacional.
	Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios, Identidades e Educação	21	41	41	44	48	49	50	52	52	52	A expansão de vagas está relacionada ao credenciamento de 4 novos professores no quadriênio atual e a previsão de funcionamento do doutorado no ano de 2027 com oferta de 12 vagas. A quantidade de docentes atualmente é a ideal, mas será necessário o credenciamento de novos docentes após o funcionamento do doutorado e expansão da estrutura física do funcionamento do curso e contratação de mais um funcionário

												para o programa. O Programa é muito procurado após a atualização do nome do programa para a palavra Educação. Há uma busca muito grande por aqueles que tiveram formação na área de licenciatura configurando demanda reprimida para avançar nos estudos em pós-graduação Stricto Sensu.
TOTAL		34	61	61	64	68	69	70	72	72	72	

		Planejamento de Expansão de Vagas										JUSTIFICATIVA
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
ALTAMIRA	Programa de pós-graduação em Estudos em Etnodiversidade (mestrado)	16	18	18	20	20	20	20	22	22	22	Aumento progressivo das vagas conforme consolidação da estrutura física, orçamento, bolsas, secretaria e docentes
	Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Natureza para Educação Básica no Contexto da Amazônia	25	0	25	25	25	25	25	25	25	25	Aumento progressivo das vagas conforme consolidação da estrutura física, orçamento, bolsas, secretaria e docentes.
	Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	Aumento progressivo das vagas conforme consolidação da estrutura física, orçamento, bolsas, secretaria e docentes.

	Mestrado em Educação e Culturas Inclusivas	18	24	30	30	30	30	30	30	30	30	Aumento progressivo das vagas conforme consolidação da estrutura física, orçamento, bolsas, secretaria e docentes.
TOTAL		84	67	98	100	100	100	102	102	102	102	

		Planejamento de Expansão de Vagas										JUSTIFICATIVA
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
ANANINDEUA	Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia (PROFGEO)	18	18	18	18	18	20	20	24	24	24	O Programa pretende expandir seu número de vagas de acordo com a capacidade docente de orientação. Somente na eventualidade de aprovação do doutorado, o que, por enquanto, não está no horizonte, provocaria um aumento exponencial no número de discentes.
TOTAL		84	67	98	100	100	100	102	102	102	102	

		Planejamento de Expansão de Vagas										JUSTIFICATIVA
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
BRAGANÇA	Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia	30	30	30	40	30	30	30	30	30	30	Em 2029 está prevista oferta de turma flexibilizada fora de sede
TOTAL		30	30	30	40	30	30	30	30	30	30	

UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
			2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
BREVES	PPGSE	19	20	20	20	20	20	20	20	20	20	O planejamento de expansão de vagas do Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Educação (PPGSE) reflete a necessidade de atender à crescente demanda por formação avançada na região do Marajó, promovendo a qualificação de pesquisadores e profissionais comprometidos com a educação, sustentabilidade e diversidade sociocultural. O aumento gradual de vagas a partir de 2027, mantendo-se em 20 vagas anuais até 2035, visa garantir um crescimento planejado e sustentável do programa, alinhado à capacidade de infraestrutura, corpo docente e recursos institucionais. Essa expansão permitirá maior inclusão de estudantes, estimulando a produção científica local e a aplicação de conhecimentos em projetos de impacto social e ambiental. Além disso, contribui para fortalecer a presença acadêmica da Universidade Federal do Pará na região, atendendo às demandas educacionais e sociais

												específicas do Marajó, promovendo o desenvolvimento sustentável e a formação de profissionais aptos a atuar em contextos diversos. O incremento planejado de vagas assegura ainda a consolidação do programa como referência em pesquisa e pós-graduação stricto sensu, fortalecendo parcerias institucionais, fomentando inovação pedagógica e garantindo a continuidade de estudos avançados em Sociobiodiversidade e educação.
TOTAL			19	20	20	20	20	20	20	20	20	

Planejamento de Expansão de Vagas												
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
CAPANEMA	PPG INAM - Internacionalização da Amazônia	0	0	0	10	10	10	10	10	10	10	Criação de um programa de Pós-graduação voltado à cooperação internacional e estudos sobre a Amazônia
TOTAL			0	0	10	10	10	10	10	10	10	

Planejamento de Expansão de Vagas												
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
CASTANHAL	Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos	20	25	25	25	25	25	25	25	25	25	Tendo em vista a ampliação do número de docentes permanentes, pela atual política de

	na Amazônia (Mestrado)											credenciamento de novos pesquisadores, o número de vagas também será ampliada
	Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (Doutorado)	15	20	20	20	20	20	20	20	20	20	Tendo em vista a ampliação do número de docentes permanentes, pela atual política de credenciamento de novos pesquisadores, o número de vagas também será ampliada
	Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT	10	15	15	15	15	15	15	15	15	15	Foi aprovado em nível nacional o aumento de vagas de 10 para 15 para o PROFMAT/Castanhal
TOTAL		0	0	0	10	10	10	10	10	10	10	

Planejamento de Expansão de Vagas												
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
ICA	Mestrado em Artes	30	26	22	30	18	25	32	28	17	35	Defesas no prazo e novos credenciados
	Doutorado em Artes	21	15	20	18	28	17	30	15	22	32	Defesas no prazo e novos credenciados
TOTAL		51	41	42	48	46	42	52	43	39	67	

Planejamento de Expansão de Vagas												
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
ICJ	Programa de Pós-Graduação em	19	19	19	20	20	20	21	21	21	22	-

	Direito (PPGD)- Doutorado											
	Programa de Pós- Graduação em Direito (PPGD)- Mestrado	35	36	36	38	39	40	41	41	41	42	O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) Considerando a série histórica de 2022 a 2025, observa-se que o número de vagas ofertadas tem sido compatível com a capacidade de absorção do corpo docente e com as condições físicas e administrativas do Programa. A relação entre vagas ofertadas e preenchidas mantém-se equilibrada, garantindo que as turmas tenham quantitativo de discentes adequado ao acompanhamento individualizado nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, conforme as diretrizes da CAPES. O quadro atual de docentes permanentes, embora qualificado e diversificado, já opera no limite de sua capacidade de orientação e participação nas atividades acadêmicas do Programa. A expansão do número de vagas implicaria a necessidade de ampliar proporcionalmente o quadro de docentes permanentes, o que, no momento, não está previsto no planejamento estratégico da Coordenação. Qualquer crescimento desproporcional poderia comprometer a qualidade do acompanhamento acadêmico e a produtividade científica, elementos essenciais para a

												manutenção e melhoria da nota do Programa nas avaliações da CAPES. Do ponto de vista físico e estrutural, o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) enfrenta limitações significativas. As salas de aula, gabinetes de professores e espaços de pesquisa e convivência já operam próximos de sua capacidade máxima. Não há, no momento, previsão orçamentária ou institucional para ampliação substancial dessas instalações, o que reforça a necessidade de manter o porte atual para preservar a qualidade do ambiente acadêmico. Ainda que haja demandas regionais por maior número de vagas, especialmente no campo dos direitos humanos e áreas correlatas, o PPGD/UFPA já é considerado pela CAPES um programa de grande porte, com elevada inserção social e acadêmica. As estratégias adotadas pela Coordenação priorizam o fortalecimento da qualidade e da internacionalização, em detrimento de uma expansão quantitativa que poderia sobrecarregar a estrutura e comprometer o desempenho global.
	Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na	30	30	30	30	-	-	-	-	-	-	Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia – PPGDDA considera que novas expansões vão depender das

	Amazônia - PPGDDA - Mestrado											assinaturas de novos convênios a serem firmados.
TOTAL		84	85	85	88	59	60	62	62	62	64	

			Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
IEMCI	Educação em Ciências e Matemáticas (Mestrado Acadêmico)	26	30	32	32	32	32	32	32	32	32	Atualmente o corpo docente do PPGECEM está com número maior de docentes permanentes e colaboradores, além de maior procura social na formação de professores de ciências e matemática na sociedade paraense. Há necessidade de expansão para atender o interior do Pará, nos outros campi da UFPA.
	Educação em Ciências e Matemáticas (Doutorado Acadêmico)	25	30	30	30	30	30	30	30	30	30	Atualmente o corpo docente do PPGECEM está com número maior de docentes permanentes e colaboradores, além de maior procura social na formação de professores de ciências e matemática na sociedade paraense. Há necessidade de expansão para atender o interior do Pará, nos outros campi da UFPA.
	Educação em Ciências e Matemática – PPGECEM (Doutorado Acadêmico em Rede)	15	15		15		15		15	-.	15	O IEMCI/UFPA faz parte de um dos polos do programa de doutorado oferecido pela Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática - REAMEC, e oferece em média 15 vagas em cada

												processo seletivo realizado bianualmente, em conjunto com outros dois polos compostos pela UEA e UFMT. Cada polo oferece em média 15 vagas por seleção, totalizando 45 vagas para toda a Amazônica Legal.
	Docência em Educação em Ciências e Matemática - PPGDOC (Mestrado Profissional)	22	23	23	23	23	23	23	23	23	23	As vagas ofertadas estão relacionadas ao número de docentes permanentes do programa. Temos 23 docentes permanentes no programa.
	Docência em Educação em Ciências e Matemática - PPGDOC (Doutorado Profissional)	0	23	23	23	23	23	23	23	23	23	As vagas ofertadas estão relacionadas ao número de docentes permanentes do programa. Temos 23 docentes permanentes no programa.
TOTAL		121	108	123	108	123	108	123	108	123	121	

Planejamento de Expansão de Vagas												
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
IFCH	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia	46	50	50	50	56	56	56	56	56	56	As demandas por aumento de vagas de mestrados e doutorado tem sido constatada, em particular no PSIQ-PCT, pois temos uma leva de mestres formados, ansiando por vagas no doutorado dedicados essas ações afirmativas. Quanto a ampliação de vagas de doutorado, se faz necessário para reforçar o quadro de profissionais com alta formação na região,

												bem como, retroalimentando a pós-graduação e graduação da universidade pública na Amazônia. É relevante destacar a necessidade A partir de coleta de dados com egressos do PPGSA, entre 2016-2024, constatamos que a maioria está exercendo atividades como professor universitário em entidades privadas, e em segundo lugar, em escolas básicas do Estado e Município. Outra demanda pelo aumento de vagas se origina na necessidade de profissionais formados com expertise técnica, tal como aqueles com experiência na produção de laudos técnicos para reconhecimento de território quilombola e direitos indígenas. Outrossim, organizações não governamentais têm atraídos os egressos do programa para compor equipe de elaboração de diagnósticos participativos e propostas de políticas públicas.
	Mestrado em Filosofia	15	18	20	22	24	26	28	30	32	35	Em 2026, 2 docentes permanentes estarão de licença para pós-doc, 1 será descredenciado do PPG. As vagas serão ajustadas, observando o número de orientações.
	Curso de Mestrado em Ciência Política	20	22	22	23	23	23	24	24	25	25	O programa tem registrado uma demanda crescente de matrículas nos últimos anos, o que reforça a necessidade de expansão. Entre 2022 e 2025, a média foi de 57 inscritos e 19 ingressantes por processo seletivo, evidenciando a capacidade de ampliação do número de vagas. Esse movimento tende a se intensificar com a expectativa de mudança na avaliação do programa.

												No que se refere ao corpo docente, já há previsão de expansão do quadro por meio de credenciamento de novos professores no curto prazo, bem como pela realização de futuros concursos na área, garantindo suporte adequado à ampliação do curso. Entretanto, a infraestrutura física ainda representa um desafio importante. Há déficit significativo de espaços, sobretudo no que diz respeito a gabinetes para docentes e ambientes voltados às atividades de pesquisa e orientação, o que exigirá planejamento para adequação. A expansão também se justifica por demandas regionais. O campus de Cametá já manifestou interesse inicial na criação de um curso de doutorado fora de sede, iniciativa que se alinha ao planejamento estratégico do programa e às ações de multicampia da universidade. Nesse sentido, existe inclusive a possibilidade de apoio financeiro por parte da prefeitura municipal. Embora ainda não haja estudos formais sobre demandas sociais e de mercado, as evidências de procura acadêmica e de interesse institucional demonstram que a expansão é necessária e viável
	Curso de Doutorado em Ciência Política	10	11	12	12	13	13	14	14	15	15	-
	Mestrado em História	32	57	57	66	66	66	66	66	66	66	Há demanda regional para expansão - abertura de turma em breves (2026-2028) com parceria com o campus UFPA BREVES e prefeitura municipal; docentes- há

												previsão de aumento de nº de docentes permanentes (2025/2026) e colaboradores, vindo de novas contratações (FAHIS UFPB/BELÉM, faculdades de história da UFPB/ANANINDEUA/BRAGANÇA/CAMETÁ - 2027/2028). 2029/2035 será necessário a contratação de novos docentes para atender a demanda.
	Doutorado em História	26	26	26.	52	52.	52.	52.	52.	52.	52	Há previsão de atendimento à demanda regional e pesquisa para parcerias e financiamentos para essas demandas após o fim do quadriênio 2025-2028. Docentes-há previsão de aumento de nº de docentes permanentes (2025/2026) e colaboradores, vindo de novas contratações (FAHIS UFPB/BELÉM, faculdades de história da UFPB/ANANINDEUA/BRAGANÇA/CAMETÁ - 2027/2028). 2029/2035 será necessário a contratação de novos docentes para atender a demanda.
	Doutorado-Geografia	18	8	-	8	-	8	-	8	-	8	Oferta de vagas para turma específica no Campus de Cametá ou outro campus com vista à expansão e interiorização da pós-graduação em Geografia
	Mestrado - Geografia	27	15	-	15	-	15	-	15	-	15	Oferta de vagas para turma específica no Campus de Cametá ou outro campus com vista a expansão e interiorização da pós-graduação
TOTAL		194	207	161	248	182	207	188	213	194	272	

			Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
IMV	PPGSAAN	25	35	25	35	25	35	25	35	25	35	A principal limitação para ofertas de novas vagas seria a disponibilidade de bolsas para os discentes, pois está cada vez mais difícil o ingresso e a permanência de alunos sem bolsas, além de depender da disponibilidade do professor
	PPGCAN	45	45	45	45	50	50	50	50	55	55	É muito difícil estimar a oferta de vagas para a pós-graduação, pois ela é dependente da política de bolsas, número de docentes permanentes, nota do PPG, se há editais para financiamento de projetos de pesquisa, dentre outros. Para cálculo foi estimada a oferta de 1,5 vagas de mestrado e 1 de doutorado por DP/Ano, bem como uma expansão de pelo menos 1 DP por quadriênio.
	REPROAMAZON	54	60	63	66	70	74	78	82	86	90	No ano de 2025 tivemos uma oferta de 54 vagas, fizemos a estimativa de um aumento de 5% por ano, parece ser baixa, e talvez seja, mas sabemos que não é somente elevar o número de vagas ofertadas. Existe toda uma estrutura organizacional que precisa ser

												ampliada/melhorada/maximizada, além da necessidade do aumento do número de professores/orientadores. Mas, nossa meta é ultrapassar a estimativa acima descrita ao longo desses anos que nos esperam.
TOTAL		124	140	133	136	145	159	153	167	166	180	

Planejamento de Expansão de Vagas												
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
INEAF	Doutorado PPGAA	11	13	13	13	13	13	13	13	13	13	
	Mestrado PPGAA	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	
TOTAL		31	33	33	33	33	33	33	33	33	33	

Planejamento de Expansão de Vagas												
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
ITEC	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (Nível Mestrado)	14	18	18	20	20	22	22	25	25	30	Demanda crescente
	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (Nível Doutorado)	16	16	16	20	20	20	20	25	25	25	Demanda crescente

Programa de Pós Graduação em Engenharia Elétrica - Mestrado e Doutorado	80	80	80	80	85	85	85	90	90	100	Número de vagas ofertada dependendo de número de professores credenciados no PPGE
Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	24	30	30	30	34	34	34	34	40	40	Planejamento: (1) ofertar duas vagas por docente permanente (DP); (2) credenciar dois novos DP em 2025, 2029 e 2033
Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	25	30	30	30	34	34	34	34	40	40	Planejamento: (1) ofertar duas vagas por docente permanente (DP); (2) credenciar dois novos DP em 2025, 2029 e 2033
Mestrado em Engenharia Naval	20	25	25	25	25	25	25	25	25	25	Será necessária expansão do quadro docente 5 novos docentes. há demandas regionais para expansão das vagas;
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	28	30	30	25	20	20	20	20	20	20	Diminuição gradual no número de vagas para mestrado como forma de consolidar a formação a nível de doutorado
Doutorado em Arquitetura e Urbanismo	18	20	20	25	25	30	30	30	35	35	Aumento gradual no número de vagas para doutorado como forma de consolidar a pesquisa no campo da arquitetura e urbanismo na Amazônia
TOTAL	225	249	249	255	263	270	270	283	300	315	

			Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
NDAE	PPCA	20	20	22	22	24	24	24	24	25	25	Justificamos a ampliação gradual das vagas do PPCA, de 20 em 2027 para 25 em 2035, pela tendência de ocupação das vagas ofertadas observada nos anos anteriores, evidenciando demanda contínua pelo programa. O crescimento planejado permitirá que a expansão seja absorvida pelo atual corpo docente em um primeiro momento, com eventual necessidade de incorporação de novos docentes permanentes conforme a evolução do número de discentes e dos indicadores da CAPES. As instalações físicas existentes são suficientes para atender ao aumento inicial, sendo previstas apenas adequações pontuais de espaços e infraestrutura de pesquisa. A expansão também atende às demandas regionais por qualificação de profissionais e pesquisadores na área de Ciência da Computação, alinhando-se às necessidades sociais, científicas e de inovação.
	PEBGA	18	20	22	22	24	24	24	24	25	25	Justificamos a ampliação das vagas do PEBGA, de 20 em 2027 para 25 em 2035, com a demanda crescente

											pelo programa. O aumento gradual garante a manutenção da qualidade da formação e possibilita que o quadro docente atual absorva a expansão de forma planejada, com previsão de fortalecimento do corpo docente, por meio de credenciamento de novos/as pesquisadores/as. A infraestrutura disponível atende à expansão prevista, demandando apenas investimentos graduais em laboratórios e espaços acadêmicos. Além disso, a ampliação responde às necessidades regionais de formação de recursos humanos qualificados para atuar nas áreas de Barragem e Meio Ambiente, em consonância com as demandas da sociedade e do mercado.
PPGINDE	25	28	28	28	30	30	30	30	30	30	A ampliação das vagas do PPGINDE, de 28 em 2027 para 30 em 2035, é compatível com a capacidade instalada do programa e com a demanda observada nos anos anteriores. Por se tratar de um aumento moderado, a expansão poderá ser inicialmente absorvida pelo corpo docente permanente e pela infraestrutura existente, com necessidade apenas de ajustes pontuais e eventual ampliação do quadro de docentes, conforme o crescimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação. A proposta atende às demandas

												regionais por formação de profissionais qualificados em infraestrutura e tecnologias sustentáveis, fortalecendo a produção científica, a articulação com os setores produtivos e as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável.
TOTAL		63	68	72	72	78	78	78	78	80	80	

			Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
NEB	Mestrado Acadêmico PPEB	37	27	30	30	32	32	33	33	35	35	Em 2024 o PPEB aprovou seu doutorado e isso exigiu a diminuição da oferta de vaga no mestrado de forma a não sobrecarregar os (as) docentes e manter-se alinhado aos indicadores da CAPES em relação ao número de orientandos/orientador
	Doutorado Acadêmico PPEB	22	23	23	23	25	25	25	25	27	27	O quantitativo foi pensado dentro dos quadriênios de avaliação e a evolução na oferta depende do ingresso de novos docentes na Unidade
	Doutorado Acadêmico - PGEDA	91	95	95	100	105	110	115	120	125	130	Considerando ser um Programa em Rede, gradativamente novos docentes vão sendo credenciados e novas IES vão aderindo para atender as demandas da região o que justifica o aumento de vagas

	Mestrado Profissional PPESP	0	20	20	20	20	25	25	30	30	35	Considerando um curso recém aprovado é fundamental que durante o período de acompanhamento da primeira avaliação completa o número de vagas ofertadas fique inalterado. Posterior ao período e com o credenciamento de novos docentes, objetiva-se ampliar a oferta
TOTAL		150	165	168	173	182	192	198	208	2017	227	

Planejamento de Expansão de Vagas												
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
NPO	Mestrado Regular em Oncologia e Ciências Médicas	15	17	17	19	19	21	21	23	23	25	10% a cada 02 anos, em virtude a grande procura de vagas dos PPG's da Instituição
	Doutorado Regular em Oncologia e Ciências Médicas	10	12	12	14	14	16	16	18	18	20	10% a cada 02 anos, em virtude a grande procura de vagas dos PPG's da Instituição
TOTAL		25	29	29	33	33	37	37	41	41	45	

UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
			2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
NUMA	Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia	71	45	45	50	55	60	60	60	60	60	O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) tem desempenhado papel estratégico na formação de recursos humanos altamente qualificados para enfrentar os desafios socioambientais da Amazônia. Contudo, para atender às crescentes demandas acadêmicas, institucionais e sociais, torna-se imprescindível a adoção de medidas de expansão e fortalecimento de sua estrutura docente, física e de oferta de vagas. Atualmente, o PPGEDAM conta com 16 docentes permanentes, número que limita a ampliação das linhas de pesquisa, a diversificação de áreas de orientação e a capacidade de atendimento às novas demandas regionais e institucionais. Assim, propõe-se a ampliação do corpo docente para 25 professores, por meio de estratégias articuladas que incluem: publicação de editais de credenciamento, convites a especialistas de reconhecida

												competência, busca de vagas efetivas na UFPA, contratação de professores visitantes, além do credenciamento de colaboradores e convidados para contribuir com disciplinas, orientações e projetos estratégicos. Paralelamente, é necessária a ampliação das instalações físicas do PPGEDAM, de modo a oferecer suporte adequado às atividades acadêmicas e de pesquisa. Destaca-se a demanda por salas para alunos, espaços para professores visitantes, laboratórios especializados e áreas específicas para o trabalho de pós-doutorandos, favorecendo um ambiente mais dinâmico, integrado e propício à produção científica. As demandas regionais reforçam a necessidade de expansão da oferta de vagas e turmas, com destaque para os polos de Tucuruí e Breves, regiões estratégicas para o desenvolvimento local e que carecem de oportunidades de formação em nível stricto sensu. Estudos de demandas sociais e de mercado já indicam a pertinência dessa ampliação, como no caso da Prefeitura de Capitão Poço, que solicitou a abertura de uma turma de mestrado, com possibilidade de financiamento por meio de emenda

											parlamentar. No campo das parcerias institucionais, o PPGEDAM já mantém articulação com órgãos de Estado para a criação de novas turmas, como a parceria com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) para a oferta de turmas específicas, e com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) para a abertura de turmas de mestrado e doutorado, financiadas com recursos próprios da instituição. Essas colaborações demonstram a capacidade do programa em captar apoio e promover ações alinhadas às necessidades de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável na Amazônia. A ampliação do corpo docente, da infraestrutura e da oferta de vagas não apenas responde a uma necessidade operacional, mas também se alinha a um projeto institucional mais amplo, voltado à consolidação do PPGEDAM como referência regional e nacional na formação e produção de conhecimento voltados à sustentabilidade e ao

												desenvolvimento local na Amazônia.
TOTAL		111	60	60	70	75	80	80	80	80	80	

			Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
UNIDADE	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
EMUFGA	MESTRADO PROFISSIONAL	26	10	10	12	12	12	12	12	12	12	Necessidade de consolidação do curso já em andamento e que responde a uma demanda necessária de formação superior em Música
TOTAL		26	10	10	12	12	12	12	12	12	12	

1.3.2.3. Novos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu

Tabela 14 – Novos cursos de pós-Graduação Stricto Sensu

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ABAETETUBA	Campus Universitário de Abaetetuba	Doutorado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT D	Presencial	Manhã e tarde	2028	Há grande demanda na região e os alunos que residem em Abaetetuba e região tem dificuldade de fazer doutorado em Belém. O Profmat possui 13 docentes doutores e é um mestrado em rede nacional, conta com a parceria com a ABM (Assoc. Brasileira de Matemática), isso também indica um currículo com base nacional em Matemática e confere formação por parâmetros em nível nacional.
	Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios, Identidades e Educação	Doutorado em Cidades, Territórios, Identidades e Educação	Presencial	Matutino e Vespertino	2027	Esse Programa, que se iniciou com o nobre propósito de formar discentes para atender as demandas de ciência e pesquisa da sociedade no Baixo Tocantins e para a formação continuada de quase 1000 alunos formados anualmente no CUBT da Universidade Federal do Pará, principalmente em cursos de licenciatura tradicionais (matemática, pedagogia, letras e física), interdisciplinares (educação do campo, agroecologia) e de bacharelado (engenharia da produção), hoje representa muito mais conquistas para os municípios sedes dos campi e seus entornos. Um novo horizonte de formação e qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento foi aberto com essas realizações e precisará ser consolidado ao longo desta década, com o fortalecimento da atividade de pesquisa e com a verticalização da Pós-

						Graduação por meio da abertura de curso de doutorado.
	Faculdade de Engenharia Industrial	Mestrado em Engenharia de Produção	Presencial	Noturno	2026	O curso de Engenharia de Produção já formou um número considerável de engenheiros de produção além do mercado da região possuir profissionais nas mais diversas áreas das engenharias. Com base neste estudo de demanda, a FEI está através do MINTER formar parceria com a Universidade Federal Fluminense para criar turmas que venham ter formação em Mestrado com participação de docentes desta IFES e de docentes da UFPA vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFF.

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ALTAMIRA	Faculdade de Ciências Biológicas	Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Natureza para Educação Básica no Contexto da Amazônia	Regular	NOTURNO	2028	Viabilizar estratégias na perspectiva de possibilitar aprimoramento de professores da educação básica que atuam no ensino de ciências da natureza e áreas afins, bem como demais profissionais da área da região amazônica ao oferecer possibilidade de formação continuada, atendendo o plano nacional de educação, a BNCC e fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão no campus universitário de altamira.
	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação	Doutorado Pelo Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação	Regular/Presencial	INTEGRAL	2027	O Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação em nível de Mestrado foi iniciado há mais de uma década. Existe demanda para a Doutorado nesta área e a progressão de oferta de vagas apenas em nível de mestrado para a oferta de doutorado é evolução natural de um curso de mestrado bem-sucedido.

	Programa de Pós-Graduação em Estudos em Etnodiversidade	Doutorado em Estudos em Etnodiversidade	Doutorado Acadêmico	INTEGRAL	2030	Consolidação do PPGETNO em termos de pós-graduação vinculada à política de ação afirmativa na UFPA e no interior do Pará
	Eng. Agrônômica/Eng.Florestal	Mestrado Acadêmico em Produção Vegetal e Recursos Florestais	Presencial	Integral	2026	Fornecer mecanismos de qualificação para os profissionais das ciências agrárias formados e que atuam na área com consolidação da mão de obra e conhecimentos científicos no tema.
	Faculdade de Medicina	Mestrado Profissional em Ciências da Saúde na Amazônia	Presencial	Integral	2027	Promover a qualificação dos profissionais de saúde que atuam em Altamira e região.

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
ANANINDEUA	Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais (Alisson)	Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais	Presencial	Matutino e Vespertino	2027	A abertura do Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais do PPGCEM associa seus objetivos com sua área de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas e como característica inovadora, apresenta a possibilidade de realizar pesquisas que abordam o uso de resíduos industriais gerados pela atividade mineradora e resíduos de extração agrícola no estado do Pará, desenvolvimento de materiais a partir de fibras naturais da região, desenvolvimento de materiais nanoestruturados e caracterização e produção de novos materiais a partir de matérias-primas naturais de origem animal específicas da Região Amazônica.
	Faculdade de Química - Programa de Pós-	Mestrado Profissional	Híbrido	Noite	2027	Formar e qualificar professores que atuam nas redes públicas de Educação Básica para a

	Graduação em Ensino de Ciências e Matemática)	em Ensino de Ciências e Matemática				docência, a pesquisa sobre a própria prática e a produção de conhecimentos científicos, com foco para a inovação no ensino de Ciências das Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias.
	Faculdade de Engenharia de Energia - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Energia - PPGEnergia	Mestrado em Energia Renovável	Presencial	Integral	2027	A implementação do PPGEnergia se justifica porque a região Norte do Brasil apresenta déficit na formação de profissionais qualificados, refletindo na falta de tecnologias e processos adaptados às condições locais. De fato, não existe nenhum Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Energia Sustentável no Norte do Brasil. Assim, a proposta do Mestrado acadêmico em Energia Renovável visa fomentar a qualificação de profissionais no uso consciente dos recursos naturais para a geração de energia sustentável que possa atender sobretudo as comunidades isoladas da região, compreendendo principalmente as culturas e tradições dos povos locais.

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
BRAGANÇA	FAHIST, FALEST, FALE e FACED: PPLSA	Doutorado em Linguagens e Saberes na Amazônia	Presencial	Matutino e Vespertino	2026	Desde 2011, o PPLSA já formou 13 turmas em nível de mestrado, registrando-se no Nordeste Paraense demandas para expansão das vagas em nível de doutorado que possibilitem a formação de profissionais para atuarem no ensino de Graduação e de Pós-Graduação, na gestão e na intervenção cultural especializada.
	ICSA: PPGSS	Mestrado em Serviço Social	Presencial	Matutino e Vespertino	2026	A oferta de mestrado em Serviço Social no Nordeste Paraense pode ser justificada pela crescente demanda por profissionais qualificados para o mercado de trabalho em instituições públicas e privadas que necessitam

						de assistentes sociais com conhecimentos e habilidades aprofundados, que possam atuar em diversas áreas como saúde, educação, assistência social, entre outras
	ICSA: PPGSS	Doutorado em Serviço Social	Presencial	Matutino e Vespertino	2026	A oferta de doutorado em Serviço Social no Nordeste Paraense pode ser justificada tanto pela crescente demanda por profissionais qualificados desta área para atuarem na saúde, educação, assistência social, bem como no ensino de Graduação e de Pós-Graduação, possibilitando a criação futura do Curso de Serviço Social em Bragança.
	FAHIST: PPGHPC	Mestrado em História e Patrimônio Cultural	Presencial	Matutino e Vespertino	2026	O curso de História no Campus de Bragança da UFPA já formou 20 turmas de licenciados desde 1987. Há crescente demanda por formação em nível de pós-graduação tanto de professores que atuam na educação básica nas disciplinas de História, Estudos Amazônicos e de outras Ciências Humanas, bem como da Educação e do Turismo dos diversos municípios do Nordeste Paraense. Tal formação continuada poderá contribuir para a qualificação do ensino, para a abertura de novos cursos de graduação, para a produção do conhecimento na região e para atuação qualificada em instituições públicas e privadas que demandam por profissionais com conhecimentos aprofundados em História e Patrimônio Cultural.
	FALEST e FALE: PPGLIN	Mestrado em Linguagem e Inovação	Presencial	Matutino e Vespertino	2026	Esta oferta se justifica pela necessidade de formação de profissionais qualificados para atuar em um contexto regional em transformação, onde a linguagem assume papel central na inovação e desenvolvimento. Contribuirá para o desenvolvimento regional ao formar pesquisadores e profissionais

						capazes de analisar e propor soluções inovadoras para problemas locais, utilizando a linguagem como ferramenta central, e que poderão atuar tanto no setor público quanto no privado.
	FACED e IECOS: PPGE	Mestrado em Ensino	Presencial	Matutino e Vespertino	2026	Desde 1987 o CBAG e o IECOS já formaram diversas turmas de licenciados no Nordeste Paraense, os quais demandam por curso de pós-graduação em ensino para aprofundarem seus conhecimentos e práticas na área da educação, com foco nas necessidades e desafios locais.

BREVES	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	PPGSE	Doutorado Em Sociobiodiversidade e Educação	Presencial	Vespertino	2030	O Doutorado em Sociobiodiversidade e Educação é fundamental para consolidar a produção científica na interface entre educação e biodiversidade, formando pesquisadores capacitados para desenvolver estudos avançados sobre sustentabilidade, diversidade cultural e ambiental. A modalidade presencial vespertina possibilita maior flexibilidade para profissionais que atuam em escolas, ONGs e instituições de pesquisa, promovendo a integração entre teoria e prática. Sua implantação em 2030 permitirá a construção de um corpo docente sólido, alinhado às demandas contemporâneas de inovação educacional e conservação sociobiodiversa.
	FACULDADE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/PPGED	Mestrado em Educação	Presencial	Vespertino	2028	O Mestrado em Educação visa atender à crescente demanda por formação avançada de profissionais da área educacional, capacitando-os para atuar na pesquisa, gestão e inovação pedagógica. A oferta diurna permite a participação de

						docentes e técnicos administrativos das redes de ensino, ampliando o impacto social e acadêmico do programa. A previsão de implantação para 2028 possibilita planejamento estratégico do corpo docente, infraestrutura e parcerias interinstitucionais, fortalecendo a excelência acadêmica do programa.
	FACULDADE DE LETRAS/ PROFLETRAS	Mestrado Profissional em Letras	Presencial	Vespertino	2028	O Mestrado Profissional em Letras é essencial para aprimorar a formação de professores e profissionais da linguagem, contribuindo para a melhoria do ensino de português, literatura e linguística aplicada. A modalidade presencial e o turno diurno favorecem a integração com escolas e projetos de extensão, permitindo que os conhecimentos adquiridos sejam rapidamente aplicados na prática educativa. Sua implantação prevista para 2028 garante tempo hábil para consolidar corpo docente, materiais didáticos e parcerias pedagógicas estratégicas.

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
CAMETÁ	Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC)	Doutorado em Educação e Cultura	Presencial	Matutino e Vespertino	2026	Aguardando resultado da avaliação do PPGEDUC - UFPA
	Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (PPGCIMES)	Mestrado Profissional em Ensino	Presencial	Matutino e Vespertino	2026	Turma Flexibilizada do Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
CASTANHAL	Programa de Pós-Graduação em Educação	Mestrado	Presencial	Matutino e Vespertino	2027	Está prevista na atual política de expansão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA o aumento do número de programas no Campus Universitário de Castanhal, particularmente na Faculdade de Educação, tendo em vista o número de docentes com título de doutor.
ICA	PROFARTES	Doutorado	Presencial	Integral		Previsão indefinida, dependente da CAPES. O Mestrado Profissional em Artes (com área de concentração em Ensino de Artes) é um programa nacional em rede da qual a UFPA/ICA faz parte desde seu início (2016). Nos últimos anos, discute-se a implantação do curso de Doutorado e cremos ser imprescindível a permanência do ICA/UFPA nessa rede.
	FADAN / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS	Mestrado Profissional em Artes Cênicas	Presencial	Integral	2028	Dado o panorama do ensino da área das artes na UFPA, justifica-se a proposta da criação do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, como possibilidade de garantir a continuidade da formação profissional do artista-docente-pesquisador, voltado especificamente, às artes cênicas. Uma das finalidades desta proposta é, além da continuidade à formação e aperfeiçoamento em nível de pós-graduação, é atender uma demanda reprimida há muito.
	ESCOLA DE TEATRO E DANÇA DA UFPA	Mestrado em Artes Cênicas	Presencial	Diurno	2028	Em consonância com a expansão das atividades da ETDUFPA enquanto unidade acadêmica especial, o curso de pós-graduação é um dos objetivos da nova unidade
	ESCOLA DE TEATRO E DANÇA DA UFPA	Doutorado em Artes Cênicas	Presencial	Diurno	2030	Em consonância com a expansão das atividades da ETDUFPA enquanto unidade acadêmica

						especial, o curso de pós-graduação é um dos objetivos da nova unidade
ICB	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Programa de Pós-graduação em Análises Clínicas	Doutorado em Análises Clínicas	Presencial	Integral	2027	Há grande demanda de profissionais formados pelo PPGAC no mestrado e que aguardam a implantação do curso de Doutorado. Estima-se que os convênios firmados com os órgãos do Estado, contemplem os dois níveis.
ICEN	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	PPGQ	Doutorado em Química	Acadêmico	Integral	2027	Mitigar assimetrias dos cursos de pós-graduação em Química na região Norte
ICM	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	ICM	Atenção integral a saúde com ênfase materno infantil	Presencial	Parcial	2027	Expansão do ensino pesquisa
ICS	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	-	Mestrado em Nutrição na Amazônia	Presencial		2025	-
	-	Mestrado em Terapia Ocupacional	Presencial		2028	-

ICSA	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Faculdade de Turismo	Turismo	Presencial	Matutino	2027	Não existem cursos de pós-graduação, em nível Stricto Sensu, na região norte. A Faculdade de Turismo vem formando Bacharéis desde meado dos anos 1970. Existe demanda reprimida. Parcerias com órgãos públicos estadual e municipal.

IECOS	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	PPG em Ciências Ambientais	Mestrado	Presencial	Matutino/vespertino	2026	IECOS tem expertise na área e há demanda regional
	PPG em Aquicultura	Mestrado	Presencial	Matutino/vespertino	2026	IECOS tem expertise na área e há demanda regional

IFCH	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFPA	Doutorado em Filosofia	Anual	Integral	2027	O Programa pretende disputar o próximo edital de APCN da CAPES, para implementar o curso de Doutorado.
	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas	Presencial	Matutino/Vespertino	2028	O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política planeja a criação de um Mestrado Profissional em Políticas Públicas, como ação estratégica de expansão. A proposta atende à demanda regional por formação especializada, sobretudo na Amazônia, onde há crescente necessidade de profissionais capacitados para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. O curso contribuirá para ampliar a inserção de egressos em setores estratégicos da gestão pública, do terceiro setor e de empresas de consultoria, fortalecendo a integração entre a universidade e os desafios regionais e nacionais. Embora ainda não haja estudos formais de

						mercado, a procura acadêmica e o interesse institucional evidenciam a relevância e viabilidade da iniciativa. Além disso, há possibilidade de parcerias com órgãos públicos nos campi do interior, o que reforça o alinhamento da proposta ao planejamento estratégico do programa e à política de multicampia da UFPA.
IG	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais.	Curso de Doutorado de Ensino das Ciências Ambientais	Híbrido	Manhã e tarde	2026	A criação do curso busca suprir lacunas de formação continuada, atendendo demandas específicas da sociedade e do setor produtivo por especialização técnica e científica.
	Programa de Pós-graduação em Oceanografia (PPGOC)	Doutorado em Oceanografia	Presencial	Manhã e tarde	2028	A ampliação do curso de Oceanografia é essencial para fortalecer pesquisas e a formação de profissionais voltados ao estudo dos ecossistemas costeiros e marinhos da Amazônia, estratégicos para sustentabilidade e soberania nacional.
ITEC	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Naval	Doutorado em Engenharia Naval	Presencial	Vespertino	2027	1º curso de doutorado em engenharia naval na região norte. Há demanda regional
NAEA	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	PPGGP	Mestrado em Gestão Pública do	Presencial	Noturno	2026/2027	Está havendo uma reformulação do Mestrado em Gestão Pública para definição de novas linhas de pesquisa.

		Desenvolvimento				
	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
NDAE	Programa de Pós-graduação em Engenharia de Infraestrutura e Desenvolvimento Energético	Doutorado em Engenharia de Infraestrutura e Desenvolvimento Energético	Presencial	Vespertino	2027	O alcance do conceito 4 na avaliação quadrienal da CAPES credencia o Programa de Pós-graduação em Engenharia de Infraestrutura e Desenvolvimento Energético à implantação do curso de Doutorado Acadêmico, consolidando sua trajetória de excelência na formação de recursos humanos e na produção de conhecimento científico. O programa dispõe de corpo docente qualificado, infraestrutura laboratorial, grupos de pesquisa e demais requisitos acadêmicos necessários à oferta do curso. A implantação do doutorado representa um avanço estratégico para a região do Tucuruí e demais municípios e estados de sua área de influência, ampliando a formação de pesquisadores/as, docentes e profissionais qualificados/as, fortalecendo a capacidade de inovação, o desenvolvimento de soluções para desafios relacionados à infraestrutura e às tecnologias sustentáveis, e contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, socioeconômico e ambiental da Amazônia. Além disso, o curso favorecerá a fixação de talentos na região, a ampliação de parcerias com instituições públicas e privadas e a consolidação do programa como referência regional e nacional em pesquisa e formação de alto nível.

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
NEB	Programa de Pós-Graduação em Educação Especial	Curso de Doutorado Acadêmico em Educação Especial	Presencial	Integral		O Programa de Pós-Graduação em Educação Especial foi aprovado pela CAPES em 2025 e aguarda publicação da aprovação no Diário Oficial da União para, então, começar o processo de criação oficial do curso dentro da UFPA. O Programa foi aprovado como a oferta apenas do mestrado profissional. Após primeira avaliação quadrienal completa (quadriênio 2029-2032), obtendo o conceito 4, o Programa pode submeter a APCN do curso de doutorado. Nesses termos, considerando que nossa meta é sempre ofertar cursos com qualidade e que impliquem no aumento de conceito, esperamos, até 2033 encaminhar a proposta de doutorado do PPEESP.

	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNO	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
NUMA	-	Doutorado em Empreendedorismo Ambiental e Sustentabilidade	Presencial	Noturno	2027	A crescente complexidade dos desafios socioambientais contemporâneos exige abordagens inovadoras que articulem ciência, gestão e práticas empreendedoras voltadas à sustentabilidade. No contexto amazônico e nacional, há uma lacuna significativa na formação de pesquisadores e líderes capazes de integrar o conhecimento científico com estratégias de empreendedorismo socioambiental, voltadas à geração de soluções sustentáveis, ao desenvolvimento de novos negócios verdes e à transformação de cadeias produtivas em direção à economia de baixo carbono. A criação do curso de Doutorado em Empreendedorismo Ambiental e Sustentabilidade no âmbito da Universidade Federal do Pará visa atender a uma demanda

					concreta de formação de alto nível, identificada tanto por estudos de mercado e demandas sociais quanto por parcerias institucionais estabelecidas com órgãos públicos, empresas, organizações da sociedade civil e comunidades tradicionais. Este doutorado permitirá formar doutores aptos a desenvolver pesquisas aplicadas, modelos de negócios sustentáveis, tecnologias sociais e políticas públicas inovadoras que conciliem conservação ambiental e desenvolvimento econômico inclusivo. O curso se diferencia por sua proposta interdisciplinar, ofertado em Rede, com parceiros em outros estados brasileiros, unindo as áreas de gestão, ciências ambientais, inovação e políticas públicas, criando um ambiente acadêmico voltado à aplicação prática do conhecimento na resolução de problemas reais. Essa abordagem é estratégica para a Amazônia, considerando o potencial da bioeconomia, das cadeias produtivas sustentáveis (como açaí, cacau, castanha, manejo de pescado, entre outras) e das oportunidades de negócios alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além de atender à demanda local e regional, o doutorado terá alcance nacional e internacional, ampliando a inserção da UFPA em redes de pesquisa e inovação voltadas à sustentabilidade. O programa poderá atrair alunos e pesquisadores de diferentes países, consolidando a instituição como referência na formação de lideranças capazes de transformar contextos socioeconômicos e ambientais por meio do empreendedorismo inovador e responsável. A criação do Doutorado em Empreendedorismo Ambiental e Sustentabilidade representa uma

						resposta estratégica às necessidades de desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Brasil, alinhando-se às políticas institucionais da UFPA, às diretrizes nacionais de pós-graduação e aos compromissos internacionais assumidos pelo país em relação ao meio ambiente e à economia verde.

EMUFPA	SUBUNIDADE PPG	CURSO	MODALIDADE DE OFERTA	TURNOS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
	PROFMUS	Doutorado	Presencial	Manhã E Tarde	2030	Resposta a uma demanda local de formação superior em Música em nível <i>stricto sensu</i>

1.3.2.4. Expansão de vagas dos novos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu

Tabela 15 - Expansão de vagas dos novos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu

			Planejamento de Expansão de Vagas									
ABAETETUBA	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
	Doutorado em Cidades, Territórios, Identidades e Educação	0	12	12	16	16	16	16	16	16	16	O PPGCITE ao longo de seus oito anos de funcionamento no Campus Universitário de Abaetetuba já formou 84 mestres que trabalham em várias áreas na sociedade, principalmente na rede de educação básica, tendo demanda reprimida por formação em doutorado.
	TOTAL	0	12	12	16	16	16	16	16	16	16	
			Planejamento de Expansão de Vagas									
ALTAMIRA	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
	Programa de Pós-Graduação em Estudos em Etnodiversidade (Doutorado)	10	0	0	0	10	10	10	10	15	15	Consolidação do PPGETNO, manutenção da qualidade de orientação, considerando a demanda.
	TOTAL	10	0	0	0	10	10	10	10	15	15	
			Planejamento de Expansão de Vagas									

ANANINDEUA	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
	Curso de Mestrado em Energia Renovável	12	14	16	18	20	20	20	20	20	20	O quadro de docentes do novo curso PPGEnergia será expandido à medida que houver necessidade. A justificativa é que o PPGEnergia será o único 'Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Energia da região Norte.
	TOTAL	12	14	16	18	20	20	20	20	20	20	

CASTANHAL	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
			2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
	Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado)	20	20	20	20	20	30	30	30	30	30	Ampliar o número de pesquisadores permanentes oriundos das Faculdades de Educação, Educação Física, Matemática, Letras e de outras Unidades Acadêmicas da UFPB e de outras Instituições públicas
	TOTAL	20	20	20	20	20	30	30	30	30	30	

			Planejamento de Expansão de Vagas									
ICA	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
	Doutorado Profissional em Artes (PROFARTES)	-	-	20	20	20	20	25	25	25	25	Curso de doutoramento de programa em rede nacional extremamente importante para egressos licenciados
	Mestrado Profissional em Artes Cênicas	-	-	20	20	20	20	25	25	25	25	Após o primeiro quadriênio, estimamos a possibilidade de ampliação a partir da própria formação de novos pesquisadores, acelerando o cumprimento das demandas.
	TOTAL	-	70	40	40	40	40	50	50	50	50	

			Planejamento de Expansão de Vagas									
	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	JUSTIFICATIVA
ICSA	PPGTurismo	12	12	12	15	18	18	18	18	18	18	Não existem cursos de pós-graduação, em nível Stricto Sensu, na região norte. A Faculdade de Turismo vem formando Bacharéis desde meado dos anos 1970. Existe demanda reprimida. Parcerias com órgãos públicos estadual e municipal.

	TOTAL	12	12	12	15	18	18	18	18	18	18	

			Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
IFCH	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
	Doutorado em Filosofia	0	10	12	15	18	20	22	25	27	30	
	TOTAL	12	12	12	15	18	18	18	18	18	18	

			Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
ITEC	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
	Doutorado em Engenharia Naval	10	10	10	10	15	15	15	15	15	15	
	TOTAL	10	10	10	10	15	15	15	15	15	15	

			Planejamento de Expansão de Vagas									JUSTIFICATIVA
NUMA	CURSO	Nº DE VAGAS ANO BASE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
	Doutorado em Empreendedorismo Ambiental e Sustentabilidade	-	15	20	25	30	35	40	45	50	55	

A proposta de criação do Doutorado em Empreendedorismo Ambiental e Sustentabilidade parte do reconhecimento de que a Amazônia e demais regiões brasileiras

											enfrentam desafios cada vez mais complexos para conciliar desenvolvimento econômico, conservação ambiental e inclusão social. Tais desafios demandam a formação de doutores capazes de propor soluções inovadoras e empreendedoras, articulando conhecimento científico, gestão estratégica e aplicação prática em diferentes contextos socioambientais. O novo curso será ofertado inicialmente em 2027 com 15 vagas anuais, prevendo aumento progressivo de 5 vagas a cada ano, até atingir 55 vagas anuais em 2035. Esta expansão gradativa permitirá consolidar o corpo docente, fortalecer as linhas de pesquisa e ampliar o impacto acadêmico e social do programa. O curso contará com 34 docentes vinculados a diversas instituições nacionais e

											internacionais, formando uma rede de excelência científica e interdisciplinaridade. Essa rede ampliará a cooperação acadêmica, fomentará a mobilidade de pesquisadores e garantirá a inserção internacional do programa. A estruturação do curso demandará novas instalações físicas para suporte às atividades acadêmicas, incluindo salas para alunos e professores visitantes, laboratórios temáticos e espaços dedicados a pós-doutorandos, assegurando um ambiente adequado à produção de conhecimento e inovação. Estudos de demanda social e de mercado indicam que a ampliação da oferta de vagas de doutorado na Região Norte é urgente. Dados do site da CAPES evidenciam a baixa proporção de doutores na região, o que limita o

											avanço da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento local. A criação do curso atenderá não apenas a demandas acadêmicas, mas também às necessidades de órgãos públicos e privados por profissionais com elevada qualificação, capazes de liderar projetos estratégicos em sustentabilidade e empreendedorismo ambiental. Entre as demandas regionais já identificadas, destacam-se solicitações de ampliação da oferta de doutorado por instituições públicas e privadas, reforçando o papel estratégico deste curso. Há articulações consolidadas com órgãos como Polícia Federal, EMBRAPA, IBGE, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e secretarias municipais de meio ambiente, que se configuram como parceiros institucionais na formação de doutores

												e no desenvolvimento de pesquisas aplicadas. A criação do Doutorado em Empreendedorismo Ambiental e Sustentabilidade, portanto, representa um passo decisivo para suprir a carência de doutores na Região Norte, fortalecer a capacidade de resposta a desafios socioambientais e fomentar o desenvolvimento regional por meio de soluções inovadoras, alinhadas às políticas públicas e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
	TOTAL	12	12	12	15	18	18	18	18	18	18	



2 INFRAESTRUTURA

2. INFRAESTRUTURA

2.1. REFORMAS A SEREM IMPLANTADAS PELA UNIDADE

Tabela 16 – Reformas a serem implantadas pela Unidade

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ABAETETUBA	Salas de aulas e laboratórios	Acadêmica	Revitalização, incluindo banheiros e sistema de fornecimento de água, elétrica e refrigeração	2026/2027	Administração superior/Emendas parlamentares	A revitalização desses ambientes acadêmicos tem como finalidade melhorar a infraestrutura física e funcional, garantindo condições adequadas para o ensino, pesquisa e extensão. Promovendo, ainda, conforto e segurança, além de fortalecer as atividades pedagógicas da comunidade universitária.
	Faculdades e áreas administrativas	Administrativa	Revitalização, incluindo manutenção elétrica e de refrigeração	2026/2027	Administração superior/Emendas parlamentares	A revitalização nas áreas administrativas visa assegurar o bom funcionamento dos ambientes, por meio da manutenção predial, elétrica e de refrigeração. Essa melhoria contribui para a continuidade dos serviços, otimiza o desempenho organizacional e oferece melhores condições de trabalho aos servidores.
	Telhados	Administrativa e Acadêmica	Revitalização e/ou substituição de coberturas	2026/2027	Recurso próprio e/ou apoio da administração superior	A ação sobre coberturas dos prédios administrativos e acadêmicos tem como objetivo prevenir

						infiltrações, danos estruturais e perdas de equipamentos, garantindo a integridade física das edificações. A medida promoverá segurança, durabilidade e adequação técnica, protegendo o patrimônio institucional e os usuários.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ALTAMIRA	Faculdade de Ciências Biológicas	Prédio da Faculdade de Ciências Biológicas, com dois pavimentos, somando a áreas total de 1080 m2, contendo salas de aula, laboratórios, gabinetes de professores e técnicos, secretaria, direção e centro acadêmico.	Manutenção e Reestruturação da Rede Elétrica do Prédio da Faculdade de Ciências Biológicas. A rede elétrica do Prédio da Faculdade de Ciências Biológicas precisa de manutenção (devido à depreciação natural) e redimensionamento (devido ao crescimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na subunidade)	2028	Demandante não apresentou	O prédio foi construído sem planejamento para atender demandas de laboratórios que o curso exige par seu melhor funcionamento, considerando a formação acadêmica de seus estudantes.

	Faculdade de Ciências Biológicas	Prédio da Faculdade de Ciências Biológicas, com dois pavimentos, somando a áreas total de 1080 m2, contendo [...]	Instalação de Sistema de Energia Ininterrupta para Equipamentos Críticos de Laboratório (nobreak com gerador a diesel) de 20kVA no Prédio da Faculdade de Ciências	2030	Demandante não apresentou	Com a instalação de vários laboratórios, existem aqueles que não podem ficar sem energia elétrica, pois compromete seus funcionamentos, além de comprometer trabalhos de pesquisas.
	Faculdade de Ciências Biológicas	Prédio da Faculdade de Ciências Biológicas, com dois pavimentos, somando a áreas total de 1080 m2, contendo [...]	Manutenção da Rede Hidráulica da FCB. A rede hidráulica do Prédio da Faculdade de Ciências Biológicas precisa de manutenção devido à depreciação natural e falhas na instalação original.	2029	Demandante não apresentou	Com o tempo de uso da estrutura alguns problemas estão acontecendo e precisam de reparos.
	Manutenção Predial e Reforma XXX da FCB	Prédio da Faculdade de Ciências Biológicas, com dois pavimentos, somando a áreas total de 1080 m2, contendo [...]	Reforma e Adequação de Espaços do Prédio da Faculdade de Ciências Biológicas. Este prédio precisa ser reformado, tanto para reparos devido ao desgaste natural, quanto para correção de falhas na sua construção, assim como para readequações de espaços, associadas ao crescimento natural das linhas das atividades de ensino,	2031	Demandante não apresentou	Prédio está com bastante tempo de uso e nunca recebeu uma reforma

			pesquisa e extensão da subunidade.			
	CPGA	Administrativo e operacional de Almoxarifado e Patrimônio.	Reforma do prédio da antiga FUNAI que será estruturado para receber a CPGA e parte das Subunidades vinculadas a Coordenadoria (Almoxarifado, Patrimônio, Compras, DIGEP, DDP, DIFIN e DTI)	2026	Emenda parlamentar	A Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação (CPGA) do Campus Universitário de Altamira não recebe investimentos em infraestrutura há mais de dez anos. Nesse período, o Campus ampliou significativamente suas atividades, contudo, essa expansão não foi acompanhada por melhorias estruturais na CPGA. Atualmente, a equipe encontra-se alocada em salas improvisadas, o que compromete a organização e a dinâmica de trabalho necessárias para atender, com eficiência, às demandas encaminhadas por toda a comunidade acadêmica. Adicionalmente, parte dos materiais está armazenada em locais inadequados, situação que expõe o patrimônio público a riscos e prejudica a adequada gestão dos recursos institucionais.
	Prédio Administrativo da FAE	Administrativo	Troca do piso e infiltração	2026	À definir	Prédios antigos construídos pelo projeto Rondon, no início da década de 1970, e que precisam de reformas urgentes.

	Bloco de salas de aulas Faculdade de Letras e gabinetes, Área I	Acadêmico/Administrativo	Reforma geral	2026	A definir	Prédios antigos construídos pelo projeto Rondon, no início da década de 1970, e que precisam de reformas urgentes
	Multidisciplinar	Acadêmico	Reforma do telhado e infiltração	2026	Recurso da UFPA/Campus	Ao longo dos anos o prédio tem apresentado infiltrações que tem comprometido os andares inferiores.
	Coordenação	Administrativo/Acadêmico	Recuperação e revitalização do Rio Campus	2027	Recurso da UFPA/Campus	O Rio Campus é uma área as margens do Rio Xingu e que também possui infraestrutura de muros de arrimos antigas. Com a força das águas do rio as estruturas de contenção estão sendo destruídas e comprometendo o espaço. Além de assoreamento de barrancos internos, em terra firme, e ampliação da área com aterramento e infraestrutura.
	Coordenação	Administrativo/Acadêmico	Implantação de acessibilidade da Área I do Campus	2027	Recurso da UFPA	Como a área I do Campus é muito antiga, início da década da 1970, não há praticamente acessibilidade e isto tem causado transtornos para estudantes e servidores que dependem dessas infraestruturas para garantir locomoção com segurança.
	Coordenação	Administrativo	Cobertura das passarelas na Área II do Campus	2027	Recurso do Campus	Nos períodos chuvosos as passarelas acumulam muito

						lodo e o risco de acidente de pessoas que as usam constantemente é grande, inclusive já houveram quedas e pessoas se machucaram.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ANANINDEUA	Muro laterais e frontais	Acadêmica e administrativa	Reforma de cerca de 330 metros de muro	2º semestre de 2026	-	-
	Piso e pintura da biblioteca	Acadêmica	Reforma do piso com posterior revitalização da pintura	1º semestre de 2027	-	-
	Passarela e calçada de acesso	Acadêmica e administrativa	Reforma e instalação de 270 metros passarela de acesso aos prédios do campus	1º semestre de 2026	-	A prática

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
BRAGANÇA	Biblioteca Armando Bordallo da Silva	Acadêmica e Administrativa	Reforma geral do espaço: acessibilidade, climatização, mobiliário e layout funcional	2026	Recursos próprios + MEC + Emenda Parlamentar	Modernizar e adequar a biblioteca às normas de acessibilidade e ampliar o conforto e usabilidade para discentes e servidores
	Auditório	Acadêmica	Reforma geral: adequações acústicas, acessibilidade e iluminação cênica	2025	FADESP + Emenda Parlamentar	Valorizar o espaço para eventos acadêmicos e culturais, promovendo inclusão e conforto
	Prédio Administrativo	Administrativa	Reforma geral: infraestrutura predial,	2026	Recursos próprios + FNDCT	Garantir funcionamento eficiente e seguro dos

			elétrica, lógica e acessibilidade			setores administrativos com foco em acessibilidade
	Elevador Prédio Profa. Maria Gomes	Acadêmica	Instalação de elevador com acessibilidade universal	2025	MEC + UFPA	Atender à legislação vigente e garantir acesso igualitário aos andares superiores do prédio
	Laboratório de Inclusão	Acadêmica	Instalação de divisórias e adequação funcional	2025	Recursos próprios	Criar ambiente inclusivo adequado a diferentes necessidades sensoriais e cognitivas
	Campus Bragança	Acadêmica e Administrativa	Implantação de nova comunicação visual: placas acessíveis, mapas táteis, sinalização vertical e horizontal	2025	UFPA + Parcerias institucionais	Melhorar orientação e identificação dos espaços, promovendo inclusão e identidade institucional
	Prédio Maria Gomes	Acadêmica	Reforma geral: requalificação de salas de aula, acessibilidade, ventilação e revestimentos	2026	MEC + Emenda Parlamentar	Melhorar as condições de ensino e aprendizagem em espaço central das atividades acadêmicas
	Campus Bragança	Acadêmica	Urbanização: reforma de passarelas, iluminação, coberturas e calçadas com piso tátil	2025	FNDE + UFPA	Garantir conforto térmico, segurança e mobilidade, especialmente em períodos chuvosos
	Laboratório de História e Patrimônio Cultural na Amazônia (LABHIST)	Acadêmica	Reforma geral do espaço: mobiliário, climatização e estrutura física	2025	FINEP + UFPA	Criar ambiente de pesquisa preservado e adequado para o acervo e atividades de extensão cultural
	Laboratório de Inclusão	Acadêmica	Reforma geral do espaço: piso, acessibilidade e climatização	2026	UFPA + Parcerias	Consolidar um espaço pedagógico inclusivo e sensorialmente adequado
	Laboratório de Linguagens	Acadêmica	Reforma geral: mobiliário, equipamentos, acústica e ventilação	2026	CAPES + MEC	Modernizar o ambiente de ensino de línguas com foco em tecnologia e conforto

	Laboratório de Ensino e Formação de Professores de Inglês (LELIN)	Acadêmica	Reforma geral: adequações funcionais, pintura, iluminação e acústica	2026	Recursos próprios + FADESP	Melhorar a formação de professores com espaço pedagógico atrativo e funcional
	Laboratório de Informática	Acadêmica	Reforma geral: infraestrutura elétrica, rede lógica, climatização e layout	2026	MEC + FNDE	Adequar o laboratório à demanda tecnológica atual e garantir segurança e conforto
	Laboratório de Ensino de Matemática	Acadêmica	Reforma geral: bancadas, quadros, mobiliário e organização dos espaços	2026	UFPA + CAPES	Fortalecer a didática e práticas pedagógicas de matemática em ambiente adequado
	Laboratório de Meio Ambiente (LEMAS)	Acadêmica	Reforma geral: bancadas, pias, climatização, área de coleta de amostras	2026	FINEP + Parcerias ambientais	Adequar o espaço às normas de biossegurança e às exigências das pesquisas em ecologia e meio ambiente
	Campus Bragança	Acadêmica	Instalação de piso tátil (alerta e direcional), escadas acessíveis, placas em braille, rebaixamento de calçadas, vagas acessíveis e adequações em balcões	2025	MEC + Parcerias + UFPA	Garantir acessibilidade conforme NBR 9050/2020 e inclusão plena em todos os blocos do campus

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
CAMETÁ	Polo Universitário de Mocajuba	Intervenções na estrutura de edificações	Reforma de banheiros e instalações elétricas	1º Semestre de 2026	Recursos da Administração Superior	Necessidade de reforma das instalações elétricas e estruturais que apresentam deterioração devido ao tempo
	Polo Universitário de Baião	Intervenções na estrutura	Reforma de banheiros e instalações elétricas	1º Semestre de 2026	Recursos da Administração Superior	Necessidade de reforma das instalações elétricas,

		de edificações				implantação de uma subestação
	Campus Universitário do Tocantins/Came tá (sede)	Intervenções na estrutura de edificações	Reforma de banheiros e instalações elétricas	1º Semestre de 2026	Recursos da Administração Superior	Necessidade de revisão geral das instalações elétricas e estruturais que apresentam deterioração devido ao tempo

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
CAPANEMA	Campus II- BR 308-KM 02	Area de convívio de estudantes	Construção de Espaço para agregar serviços de alimentação aos discentes.	2026.	Emenda parlamentar/UFPA.	A unidade necessita ampliar seu espaço para comportar a trânsito de 200 discentes por turno durante as suas refeições.
	Campus II- BR 308-KM 02	Biblioteca	Construção do novo espaço para	2030	Emenda parlamentar/UFPA.	Criação de novo espaço para organizar o acervo bibliográfico existente e novas aquisições para atender os cursos que serão implantados.
	Campus II- BR 308-KM 02	Auditório	Construção de auditório para atender as demandas do Campus.	2030	Emenda parlamentar/UFPA.	Criação de novo espaço para realização de eventos acadêmicos e administrativos da unidade.
	Campus II- BR 308-KM 02	Laboratório de Linguagem	Construção de espaço para instalar laboratórios.	2030	Emenda parlamentar/UFPA.	Criação de novo espaço para atender as demandas dos cursos de Letras.
	Campus II- BR 308-KM 02	Laboratório de práticas jurídicas	Construção de espaço para instalação laboratório	2030	Emenda parlamentar/UFPA.	Criação de novo espaço para atender as demandas do curso de Direito.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
CASTANHAL	Administrativa/ Acadêmica	Biblioteca/Auditório	Reforma total e ampliação	2026	Reitoria	Parte do prédio que deveria atender os serviços de Biblioteca e de Auditório está interditado há mais de 4 anos e atualmente atende apenas os serviços de biblioteca. A parte em funcionamento apresenta problemas estruturais do telhado, parte elétrica, hidráulica e não comporta a demanda administrativa e de atendimento dos estudantes.
	Acadêmica	Complexo Poliesportivo	Reformado total da estrutura de telhado, hidráulico, elétrico,	2026	Reitoria e Campus Castanhal	O complexo poliesportivo é constituído por 3 (três) edificações que se complementam, composto pela quadra coberta, sala de musculação, sala de lutas, sala de dança, laboratórios de ensino, sala de grupo de pesquisa, piscina, banheiros, vestiários. Desde a construção há aproximadamente 15 anos, o referido complexo predial não sofreu reformas. O resultado da falta de recursos que atendessem a manutenção do referido complexo predial em função da sua dimensão. Atualmente, o telhado está

						comprometido e toda estrutura elétrica e hidráulica, bem como as consequências desses problemas nas paredes limitam o seu uso e colocam em risco servidores e estudantes que utilizam os referidos espaços como laboratórios de ensino e para atividades de pesquisa e extensão.
	Administrativo	Divisão de Assistência Estudantil - DAEST	Reforma do prédio no qual a Daest se encontra em funcionamento com 6mx8m de área para ocupar o total de 14mx12m de área já construída, incluindo telhado, paredes, elétrico, hidráulico e piso	2027	Reitoria	Os serviços de assistência prestados aos estudantes apresentam dificuldades em função do tamanho do espaço atualmente ocupado pela DAEST. Dentre esses serviços há a necessidade de atendimento da assistência social para acolhimento e orientação, bem como atendimento psicológico e não há um espaço reservado para esse fim. Nesses termos, como existe uma outra parte do mesmo prédio usado para venda de alimentos e de serviço de xerox, há a necessidade de remanejar esses serviços e incluir paredes parede redistribuir a DAEST nesses espaços de modo a garantir os seguintes espaços: recepção, sala da

						coordenação, sala das atividades administrativas e sala multi-uso (atendimento psicológico e de assistência social)
	Administrativo/ Acadêmica	Alimentação Estudantil - RU	Reforma total do prédio do RU	2026	Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil	O prédio do RU, desde a sua conclusão há mais de 8 anos, não está a serviço da comunidade, porque apresentou vários problemas após a entrega. Além disso, em função de um vendaval, parte do telhado foi arrancado. Em função dessas situações encontra-se desativado e com demanda de reforma total.
	Administrativa/ Acadêmica	Serviços básicos - administrati vo e acadêmico	Revisão/substituição da estrutura elétrica interna e externa de todos os prédios	2026	Campus Castanhal e Reitoria	Há necessidade de revisão da parte elétrica de todos os prédios que atendem atividade de ensino, pesquisa, extensão e administrativa. Apenas algumas medidas paliativas têm sido realizadas, mas que não resolvem o problema que é estrutural na rede em função do tempo ou qualidade do material, causando, dentre outras questões, limitações referentes a manutenção de fluxos de trabalho por problemas na estrutura da rede elétrica interna e

						externa aos prédios, bem como a perda de equipamento em função da instabilidade da energia.
	Administrativa/ Acadêmica	Serviços básicos - administrativo e acadêmico	Revisão/substituição da estrutura hidráulica interna de todos os prédios do Campus de Castanhal	2026	Campus Castanhal e Reitoria	Há necessidade de revisão da parte hidráulica de todos os prédios que atendem atividade de ensino, pesquisa, extensão e administrativa. Apenas algumas medidas paliativas têm sido realizadas, mas que não resolvem o problema que é estrutural na rede em função do tempo ou qualidade do material, causando, dentre outras questões, limitações referentes a manutenção de fluxos de trabalho por problemas na estrutura da rede hidráulica interna e externa aos prédios, bem como o desperdício de água.
	Acadêmica	Prédio Multidisciplinar	Revisão/substituição da estrutura elétrica e hidráulica interna e externa e troca de portas e janelas.	2027	Campus Castanhal	O referido espaço congrega salas de aula, de centros acadêmicos e laboratórios de ensino e desde a construção há mais de 20 anos não passou por nenhuma reforma. Não possui banheiros e nem recursos de acessibilidade.
	Administrativa/ Acadêmica	Prédio do Acesso a Informação	Revisão/substituição da estrutura elétrica e hidráulica interna e	2028	Campus Castanhal	O referido prédio congrega o setor administrativo da Coordenação de Tecnologia

			externa e troca de portas e janelas.			da Informação, Programa e Grupo de Pesquisa e 4 (quatro) laboratórios de ensino, dos quais um é vinculado a Faculdade de Letras, outro a Faculdade de Educação e dois a Faculdade de Matemática. O prédio em questão não passou por reforma hidráulica e Elétrica e hidráulica desde a sua construção, que já ultrapassa 15 anos.
	Acadêmica/Ad ministrativo		Adequação predial de todos os espaços para acesso interno/externo na estrutura predial (alçapão e escadas externas de acesso)	2028	Campus Castanhal	Os prédios não possuem meios para acessar telhados e forros por dentro ou por fora e no caso do prédio de aulas, há necessidade da implantação de uma plataforma para facilitar o acesso de PCDs ao piso superior.
	Acadêmica/Ad ministrativo	Todo o terreno do Campus	Ampliação área verde do campus	2026	Campus Castanhal	A maior parte da área do campus é desmatada o que implica no clima. O serviço visa melhorar as condições ambientais de trabalho/atividade dos servidores/estudantes, com atender a atual política ambiental da UFPA
	Acadêmica/Ad ministrativo	Vias de circulação	Serviço de asfaltamento de 2km de via de deslocamento da sede do Campus	2027	Reitoria	Parte da via de acesso aos prédios não é asfaltada e implica diretamente na locomoção a pé ou por veículo. No período de chuva

						as condições de acesso ficam ainda mais comprometidas, pois não existem passarelas cobertas.
	Administrativo	Prédio da garagem	Adequação do prédio da garagem para guarda dos veículos e acolhimento dos trabalhadores	2028	Campus Castanhal	Os trabalhadores terceirizados não possuem um local para descansar no horário do intervalo, assim como os motoristas que precisam pernoitar ou passar o dia no campus também não possuem instalações adequadas para essa finalidade. Os veículos da instituição carecem de um espaço adequado para receber serviços mecânicos e de lavagem/asepsia.
	Acadêmica	Prédio Tapirizinho	Instalação de sistema hidráulico e revitalização do sistema elétrico, colocação de uma pia e reconstrução do telhado.	2027	Campus Castanhal	Trata-se de um espaço utilizado pelo os estudantes para inúmeras finalidades (alimentação, estudo, recreação, ...) e desde a construção não passou por nenhuma reforma
	Acadêmica	Prédio Tapiri	Adequação predial para acessibilidade, melhoria da iluminação e reforma do telhado.			Trata-se de um espaço utilizado pelo os estudantes para inúmeras finalidades (alimentação, estudo, recreação, ...) e desde a construção não passou por nenhuma reforma
	Administrativo/ Acadêmico	Guarita	Reforma total do prédio e instalação de pia e banheiro			A guarita atual está deteriorada, mas a obra original é somente térrea e não possui pia e nem

						banheiro e em função das impossibilidades de uso os vigilantes não pode utilizá-la para realização dos serviços de segurança.

SALINÓPOLIS	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Campus Salinópolis	Salas acadêmico-administrativas	Instalação de manta térmica e substituição de telhas	2025	Campus Salinópolis	-
	Faculdade de Física	Laboratório de pesquisa	Adequação de espaço para receber um laboratório de pesquisa do curso de Física	2025	Campus Salinópolis	-
	Campus Salinópolis	Salas acadêmico-administrativas	Manutenção elétrica com retrofit das instalações elétricas dos espaços acadêmicos-administrativos.	2026	Campus Salinópolis	-
	Campus Salinópolis	Bloco de laboratórios	Manutenção elétrica com retrofit das instalações elétricas do Bloco de laboratórios	2026	Campus Salinópolis	-
	Bloco Administrativo	Administrativo	Manutenção, Reparo e reforço de estruturas	2026	Campus Salinópolis	-
	Bloco Administrativo	Administrativo	Revitalização das instalações hidráulicas e sanitárias	2026	Campus Salinópolis	-
	Bloco Administrativo	Administrativo	Revitalização dos revestimentos e fachada	2026	Campus Salinópolis	-
	Bloco Administrativo	Administrativo	Revitalização de Cobertura	2026	Campus Salinópolis	-
	Bloco Administrativo	Administrativo	Revitalização do sistema de impermeabilização	2026	Campus Salinópolis	-

	Bloco de Laboratórios	Acadêmico	Manutenção, Reparo e reforço de estruturas	2027	Campus Salinópolis	-
	Bloco de Laboratórios	Acadêmico	Revitalização das instalações hidráulicas e sanitárias	2027	Campus Salinópolis	-
	Bloco de Laboratórios	Acadêmico	Revitalização dos revestimentos e fachada	2027	Campus Salinópolis	-
	Bloco de Laboratórios	Acadêmico	Revitalização de Cobertura	2027	Campus Salinópolis	-
	Bloco de Laboratórios	Acadêmico	Revitalização do sistema de impermeabilização	2027	Campus Salinópolis	-
	Bloco de Salas de aula	Acadêmico	Manutenção, Reparo e reforço de estruturas	2028	Campus Salinópolis	-
	Bloco de Salas de aula	Acadêmico	Revitalização das instalações hidráulicas e sanitárias	2028	Campus Salinópolis	-
	Bloco de Salas de aula	Acadêmico	Revitalização dos revestimentos e fachada	2028	Campus Salinópolis	-
	Bloco de Salas de aula	Acadêmico	Revitalização de Cobertura	2028	Campus Salinópolis	-
	Bloco de Salas de aula	Acadêmico	Revitalização do sistema de impermeabilização	2028	Campus Salinópolis	-

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
SOURE	Prédio de salas de aulas de Letras	Prédio destinado a atividades de ensino.	Reforma de banheiros	-	Recursos próprios ou auxílio superior	Correção de problemas hidráulica, troca de vasos, pias e torneiras com defeitos. Troca do lado das portas para permitir acessibilidade.
	Prédio de salas de aulas de Letras	Prédio destinado a atividades de ensino.	Pintura da área externa, revisão do telhado e calçamento do prédio	-	Recursos próprios ou auxílio superior	O prédio será todo pintado e revitalizado. Cada sala de aula do prédio receberá o nome de um Mestre de Cultura da região marajoara.

	Prédio de salas de aulas de Biologia	Prédio destinado a atividades de ensino.	Reforma do telhado Reforma das calhas e das colunas com drenos. Reforma de banheiros Pintura do prédio	-	Recursos da Administração Superior	Correção de problemas no telhado de goteiras, telhas enferrujadas, infiltrações e deterioração.
	Prédio de salas de aulas de Biologia	Prédio destinado a atividades de ensino.	Troca de plataforma	-	Recursos da Administração Superior	Troca de plataforma, devido a atual apresentar defeitos.
	Prédio Histórico	Prédio destinado a atividades administrativas	Troca de pilares de madeira Revisão das telhas Troca de esquadrias Troca de piso Instalação elétrica Pintura	-	Recursos da Administração Superior, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.	A reforma será feita para adequar o prédio para servir como um Centro de referência dos Direitos Humanos

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
TUCURUÍ	Prédio Unidade Usina	Administrativo e Acadêmico	Manutenção de pintura, telhados, forros, pisos, paredes, instalações hidrossanitárias e instalações elétricas.	set/26	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Biblioteca	Biblioteca	Manutenção de pintura, telhados, forros, pisos, paredes, instalações hidrossanitárias e instalações elétricas.	jul/26	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Laboratório de Eng. Civil e Eng. Sanitária	Laboratório	Manutenção de pintura, telhados, forros, pisos, paredes, instalações hidrossanitárias e instalações elétricas.	mai/26	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-

	Laboratório de Eng. Mecânica	Laboratório	Manutenção de pintura, telhados, forros, pisos, paredes, instalações hidrossanitários e instalações elétricas.	ago/27	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Laboratório de Eng. Elétrica e Eng. da Computação	Laboratório	Manutenção de pintura, telhados, forros, pisos, paredes, instalações hidrossanitários e instalações elétricas.	mai/27	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Casa do Estudante Universitário	Alojamento	Manutenção de pintura, telhados, forros, pisos, paredes, instalações hidrossanitários e instalações elétricas.	mai/26	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Casa de Passagem	Alojamento	Manutenção de pintura, telhados, forros, pisos, paredes, instalações hidrossanitários e instalações elétricas.	mai/28	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICA	Artes Visuais Ateliê De Artes	Administrativa/acadêmica	Reforma e atualização das redes hidráulicas, elétricas (incluindo ar condicionado) e de internet do Ateliê	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo
	Artes Visuais Ateliê De Artes	Administrativa	Reforma e adaptação das salas (02) da Coordenação e Secretaria no Ateliê	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo
	Artes Visuais Ateliê De Artes	Administrativa	Reforma e adaptação da sala de professores	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo
	Artes Visuais Ateliê De Artes	Acadêmica	Reforma e adaptação de laboratórios de ensino,	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo

			pesquisa e extensão (12 salas no Ateliê)			
Artes Visuais Ateliê De Artes	Acadêmica		Reforma e adaptação de 04 salas de aula no Ateliê	2027	Institucional	Necessidade de médio prazo
Artes Visuais Ateliê De Artes	Acadêmica		Adaptação de 01 sala para assistência aos discentes PCDs no Ateliê	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo
Artes Visuais Ateliê De Artes	Administrativa/Acadêmica		Reforma e readaptação do hall térreo do Ateliê	2027	Institucional	Necessidade de médio prazo
Artes Visuais Ateliê De Artes	Acadêmica		Reforma e adaptação do espaço expositivo do ateliê	2027	Institucional	Necessidade de médio prazo
Artes Visuais Ateliê De Artes	Acadêmica/Administrativa		Implantação de elevador	2027	Institucional	Necessidade de médio prazo
Artes Visuais Ateliê De Artes	Acadêmica		Reforma e adaptação de 05 salas/gabinetes de pesquisa	2027	Institucional	Necessidade de médio prazo
Artes Visuais Ateliê De Artes	Acadêmica/Administrativa		Reforma e adaptação de 02 salas para implantação de biblioteca e sala de leitura	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo
Artes Visuais Ateliê De Artes	Acadêmica/Administrativa		Pintura interna e externa do Ateliê	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo
Laboratório de informática da Faculdade de Música	Informática		Aquisição de mais máquinas; adequação para aulas	2028	UFPA	Espaço restrito à consultas; necessita adequação a aulas.
Laboratório de informática da Faculdade de Música	Informática		Aquisição de mais máquinas; adequação para aulas	2028	UFPA	Espaço restrito à consultas; necessita adequação a aulas.
Faculdade de Dança	Administrativa/acadêmica		Reforma do telhado e eliminação de infiltrações	Necessidade urgente	Sem definição	Necessidade urgente de resolução, especialmente no período das chuvas

			no prédio da Fadan na 3 de maio			
	Faculdade de Dança	Acadêmica/salas de aula do Campus III	Instalação de aparelhos de ar condicionado nas salas de corpo, laboratório de Anatomia e salas teóricas	Necessidade urgente	Sem definição	-
	PPGARTES	Telhado	Revitalização da estrutura do telhado Troca de calhas Limpeza do duto de água das canaletas	Segundo semestre	Fonte PADT	O prédio está apresentando muita infiltração e goteiras o ocasionado transtorno ao publico
	PPGARTES	Paredes e seus compartime ntos	Revitalização das paredes Emassamento com lixamento Pintura das paredes	Segundo semestre	Fonte PADT	O prédio está apresentando muita infiltração e desgaste nas paredes
	PPGARTES	Manutenção dos pisos dos compartime ntos	Troca de piso cerâmico Revitalização de piso de madeira	Segundo semestre	Fonte PADT	O piso do prédio está quebrado e desgastado
	PPGARTES	Manutenção e reparos do prédio em geral	Manutenção e revitalização dos sistemas elétricos, hidráulicos	Segundo semestre	Fonte PADT	O sistema elétrico e hidráulico do prédio está mui deteriorado
	-Escola De Teatro E Dança	Subunidade Administrati va E Acadêmica	Reforma Completa Das Edificações	2026	UFPA – Setec - Mec	Há a necessidade urgente de reforma completa das edificações que compõem a escola de teatro e dança para fins de preservação do patrimônio histórico-cultural da UFPA
	Curso de Museologia	Acadêmica	Transferência da Reserva Técnica do Ateliê para o Anexo	2027	Não há	A atual localização da Reserva Técnica no espaço do Ateliê compromete a segurança e a conservação dos acervos, devido à

						intensa circulação e ausência de controle ambiental. A transferência para o Anexo garantirá melhores condições de isolamento, controle de acesso e adequação aos parâmetros técnicos de conservação preventiva. Cabe ressaltar que a existência de uma Reserva Técnica estruturada está prevista no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Museologia desde 2009, sendo essencial à formação prática e técnica discente.
	Curso de Museologia	Acadêmica	Transferência da Sala de Exposição	2027	Não há	O espaço atualmente utilizado para exposições possui baixa circulação e limita o potencial de visibilidade e interação com a comunidade acadêmica e externa. A transferência para uma área mais central e acessível atenderá às demandas pedagógicas e de extensão do curso. A criação de uma sala expositiva está prevista no PPC desde 2009, como parte da infraestrutura necessária à formação em expografia, comunicação museológica e curadoria.
	Curso de Museologia	Acadêmica	Transferência do Laboratório de Documentação	2027	Não há	O espaço atual destinado ao Laboratório de Documentação é

						inadequado em termos de espaço físico, ventilação e ergonomia, comprometendo o bom andamento de atividades como catalogação, digitalização e inventário. A transferência para uma sala mais apropriada atenderá às exigências técnicas e pedagógicas da disciplina e está alinhada à previsão de instalação de laboratórios específicos, conforme indicado no PPC de 2009. A sala atualmente designada para a disciplina obrigatória do curso de Museologia não comporta adequadamente turmas com 30 alunos, comprometendo o pleno desenvolvimento das atividades práticas e teóricas previstas no PPC.
	Curso de Museologia	Acadêmica	Adaptação de sala para Laboratório de Conservação	2027	Não há	A falta de um ambiente adequado para conservação preventiva e interventiva impacta diretamente as atividades de ensino e pesquisa, além de limitar projetos de extensão com os acervos. A adaptação de uma sala para funcionamento do Laboratório de Conservação permitirá o cumprimento

						das práticas previstas na matriz curricular do curso, conforme descrito no PPC desde sua criação em 2009. A sala atualmente designada para a disciplina obrigatória do curso de Museologia não comporta adequadamente turmas com 30 alunos, comprometendo o pleno desenvolvimento das atividades práticas e teóricas previstas no PPC.
	Curso de Museologia	Acadêmica	Transferência do laboratório de fotografia	2027	Não há	O atual Laboratório de Fotografia não oferece condições adequadas de iluminação, ventilação e isolamento acústico, dificultando o desenvolvimento de atividades técnicas e acadêmicas. A transferência para um espaço mais apropriado garantirá melhores condições de ensino e prática, atendendo ao previsto no PPC do curso, que desde 2009 inclui o laboratório como componente fundamental da formação museológica. A sala atualmente designada para a disciplina obrigatória do curso de Museologia não comporta adequadamente turmas com 30 alunos,

						comprometendo o pleno desenvolvimento das atividades práticas e teóricas previstas no PPC.
	Curso de Museologia	Acadêmica	Adaptação da sala de preparação para exposição	2027	Não há	A ausência de uma sala preparada para atividades de montagem expositiva compromete o desenvolvimento das competências técnicas previstas nas disciplinas de expografia e curadoria. A adaptação do espaço permitirá a instalação de bancadas, ferramentas e materiais adequados, viabilizando a execução das práticas previstas no PPC desde 2009.
	Curso de Museologia	Acadêmica	Adaptação da sala de preparação para reserva técnica	2027	Não há	A adaptação de um espaço de apoio à Reserva Técnica é essencial para o cumprimento de protocolos de entrada, quarentena, triagem e higienização de acervos. A estruturação dessa área funcional está em consonância com as diretrizes do PPC de Museologia de 2009, que prevê a criação de espaços específicos para formação técnica aplicada à gestão de coleções.
	Cinema E Audiovisual	Estúdio De Gravação	Tratamento acústico e de instalação	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo

			equipamentos de iluminação e maquinaria.			
Cinema E Audiovisual	Administrativa		Reforma e adaptação da sala (02) da Coordenação e Secretaria no Ateliê	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo
Cinema E Audiovisual	Administrativa		Reforma e adaptação dos gabinetes dos professores	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo
Cinema E Audiovisual	Ilha de Edição de Imagem I		Manutenção dos solos e das paredes, e sua adequação para uso imediato.	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo
Cinema E Audiovisual	Ilha de Edição de Imagem II		Manutenção dos solos e das paredes, e sua adequação para uso imediato.	2027	Institucional	Necessidade de médio prazo
Cinema E Audiovisual	Ilha de Edição de Som I		Manutenção dos solos e das paredes, e sua adequação para uso imediato.	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo
Cinema E Audiovisual	Ilha de Edição de Som I		Manutenção dos solos e das paredes, e sua adequação para uso imediato.	2026	Institucional	Necessidade de médio prazo
Cinema E Audiovisual	Laboratório I (computadores)		Conserto e manutenção das paredes, infiltrações e telhado. Aplicação de película protetora nas janelas.	2026	Institucional	Necessidade de médio prazo
Cinema E Audiovisual	Sala de Produção		Eliminação das infiltrações e aplicação de película protetora.	2026	Institucional	Necessidade de médio prazo
Cinema E Audiovisual	Sala de Acervo		Eliminação das infiltrações e aplicação de película protetora.	2027	Institucional	Necessidade de médio prazo

	Cinema E Audiovisual	Acadêmica/ Administrativa	Reforma e adaptação de 02 salas para implantação de biblioteca, local de consulta de filmes e sala de leitura e estudo.	2027	Institucional	Necessidade de curto prazo
	Cinema E Audiovisual	Sala armazenamento equipamentos cinematográficos	Conserto das paredes, eliminação das infiltrações e reforçar a proteção contra a infiltração.	2026	Institucional	Necessidade de curto prazo

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICB	Prédio principal	Acadêmico e administrativo	Reforma geral do prédio principal do ICB, contemplando a modernização e a adaptação de seus espaços, incluindo banheiros, corredores, sistemas elétricos e hidráulicos, visando adequação às normas vigentes, melhoria da funcionalidade e valorização da infraestrutura	2027	Edital FINEP – Infraestrutura (aguardando resultado)	Necessidade de revitalizar os espaços, garantindo condições adequadas para o atendimento ao público e para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas. A intervenção permitirá oferecer uma estrutura condizente com as demandas de alunos, professores e técnicos, assegurando segurança, conforto e funcionalidade
	Espaço coletivo – Copa de servidores	Administrativo	Adaptação e modernização da copa dos servidores do ICB, com melhorias na infraestrutura, adequação das instalações elétricas e hidráulicas, e atualização	2026	Recurso da Unidade	Necessidade de adequar o espaço destinado às refeições dos servidores, proporcionando melhores condições de uso, conforto e funcionalidade, de forma a

			dos acabamentos, visando oferecer um espaço mais funcional, seguro e confortável			atender às demandas do dia a dia com segurança e higiene
	Laboratório de Virologia	Acadêmico e administrativo	Reparos estruturais, pintura e substituição do forro	2026	Recurso da Unidade	Defasagem natural decorrente do tempo, visando a manutenção da qualidade do ambiente de trabalho, bem como a adequação da infraestrutura às atuais demandas de segurança, eficiência e funcionalidade
	CEABIO	Acadêmico	Reparos estruturais, pintura e substituição do forro	2027	Recurso da Unidade	Defasagem natural decorrente do tempo, visando a manutenção da qualidade do ambiente de trabalho, bem como a adequação da infraestrutura às atuais demandas de segurança, eficiência e funcionalidade
	Laboratório de Análises Clínicas (LAC)	Acadêmico e administrativo	Reparos estruturais, pintura, substituição do forro e do piso	2026	Emenda parlamentar e UFPA	Justifica-se a reforma do Laboratório de de Análises Clínicas (LAC) em razão de sua importância estratégica para a realização de aulas práticas dos cursos do ICB, ICM e ICS, bem como para o atendimento a pacientes dos hospitais da região. A reabertura do LAC permitirá restabelecer plenamente suas atividades, garantindo suporte à formação acadêmica e contribuindo

						para a qualidade dos serviços prestados à comunidade
	Centro de Genômica e Biologia de Sistemas (CGBS)	Acadêmico e administrativo	Reparos estruturais, pintura e substituição do forro	2026	Recurso da Unidade	Defasagem natural decorrente do tempo, visando a manutenção da qualidade do ambiente de trabalho, bem como a adequação da infraestrutura às atuais demandas de segurança, eficiência e funcionalidade
	Biblioteca setorial	Acadêmico e administrativo	Reparos estruturais, pintura	2026	Recurso da Unidade	Defasagem natural decorrente do tempo, visando a manutenção da qualidade do ambiente de trabalho e de estudos, bem como a adequação da infraestrutura às atuais demandas de segurança, eficiência e funcionalidade
	ADAs (Apoio Docente)	Administrativo	Readequação e dos espaços	2026	Recurso da Unidade	Readequação para comodidade dos servidores e automatização dos espaços (biometria, câmeras, sistema de controle de acesso).
	Macacário	Acadêmico	Reparos estruturais, pintura, reforma do telhado, substituição do forro e do piso	2029-2030	Editais externos	Necessidade de revitalizar as salas de aula, garantindo condições adequadas para o atendimento aos docentes e discentes e para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

	Herbário	Acadêmico	Reparos estruturais, pintura, reforma do telhado	2026	Recurso da Unidade	Defasagem natural decorrente do tempo, visando a manutenção da qualidade do ambiente de trabalho, bem como a adequação da infraestrutura às atuais demandas de segurança, eficiência e funcionalidade
	Casa de experimentação	Acadêmico	Reparos estruturais, pintura, instalação de alambrado	2026	Recursos da UFPA	Redução da vulnerabilidade do espaço, conforto, condições de trabalho e adequação da infraestrutura às atuais demandas de segurança, eficiência e funcionalidade

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICED	Faed e FEF	Acadêmica	Espaço de convivência de alunos da graduação	2025/2026	Recurso Próprio do ICED	Necessidade de ampliação da área de convivência entre alunos de graduação do ICED
	Faed e FEF	Acadêmica	Revisão elétrica e reforma pintura das salas de aula dos Blocos E e F do campus profissional	2027	Recurso Próprio do ICED	Manutenção da infraestrutura acadêmica dos Blocos de Sala de Aula
	Direção Geral	Administrativo	Revisão e reforma da estrutura da cobertura do prédio administrativo do ICED	2025/2026	Recurso Proad/Reitoria	Necessidade de manutenção corretiva em razão de danos constantes causados pelas chuvas, como infiltrações e vazamentos no prédio administrativo
	Faed e FEF	Acadêmico	Substituição de carteiras escolares danificadas	2026	Recurso Próprio do ICED	Manutenção da qualidade dos espaços acadêmicos de

						graduação nos blocos de salas de aula
	CPGA	Administrativo	Revisão elétrica	2027/2028	Recurso Próprio do ICED	Manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica do prédio administrativo do ICED
	Direção Geral	Acadêmico	Estruturação e revitalização do Museu da Educação	2025/2026	Recurso Proad/Reitoria	Revitalização do Museu da Educação do ICED, espaço que contará a história e evolução do ICED, e da Educação no Estado do Pará
	CPGA	Administrativo	Revisão elétrica e reforma pintura Parcial do prédio administrativo do ICED	2030	Recurso Proad/Reitoria	Manutenção da qualidade dos espaços Administrativos do ICED
	Faed e FEF	Acadêmico	Pintura dos blocos de salas de aula do ICED	2032	Recurso Proad/Reitoria	Manutenção da qualidade dos espaços acadêmicos de graduação nos blocos de salas de aula
	FEF	Acadêmico	Revitalização e reforma da piscina do campus 3	2026/2027	Recurso Proad/Reitoria	Melhorar a infraestrutura ofertada pelo curso de Licenciatura em Educação Física do ICED
	FEF	Acadêmico	Reforma nos espaços acadêmicos e administrativos para atender ao curso de Educação Física do ICED, como salas de aulas, salas administrativas e auditórios	2026/2027	Recurso Proad/Reitoria	Melhorar a infraestrutura ofertada pelo curso de Licenciatura em Educação Física do ICED
	FEF	Acadêmico	Revitalização das quadras poliesportivas do campus 3	2026/2027	Recurso Proad/Reitoria	Melhorar a infraestrutura ofertada pelo curso de Licenciatura em Educação Física do ICED

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICEN	Biblioteca Setorial	Acadêmica	Transformação em Centro de Estudos	2026	ICEN	Necessidade de reformulação dos espaços de estudos destinados ao discentes, com ambiente adequado e acesso a equipamentos multimídia. Acervo físico será direcionado a Biblioteca Central.
	Coordenadoria de Gestão	Administrativa	Reformulação dos espaços de depósito para transformar em uma Copa	2026	ICEN	Prover um espaço de suporte para os servidores do Instituto.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICJ	Instituto de Ciências Jurídicas	Salas de aula Pavilhão JP	Instalação de novas portas em todas as salas	A partir de 2026	Captação de recursos de projetos de docentes	Melhoramento da estrutura das salas
	Instituto de Ciências Jurídicas	Salas de aula Pavilhão JP	Pintura de todas as salas de aula	A partir de 2026	Captação de recursos de projetos de docentes	Melhoramento da estrutura das salas
	Instituto de Ciências Jurídicas	Salas de aula Pavilhão JP	Instalação de novas películas nas janelas	A partir de 2026	Captação de recursos de projetos de docentes	Maior conforto térmico
	PPGDDA	Espaço Multiuso e salas de aula do ICJ	Reforma e Ampliação	2025	CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339039 – SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA	Previsão de reforma e adaptação de espaço e instalação de Split- no Projeto 5640 – FAPESP com MPPA - TÍTULO DO PROJETO: FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-

						GRADUAÇÃO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA, 2º QUADRIÊNIO - MPPA
	PPGDDA	Espaço Multiuso e salas de aula do ICJ	Reforma e Ampliação	2026	CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339039 – SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA – R\$15.600,00	Previsão de reforma e adaptação de espaço e instalação de Split- no Projeto5639 – FADESP COM TCEPA - TÍTULO DO PROJETO: FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA, 2º QUADRIÊNIO – TCE – APROVADO 22/01/2024

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICS	Enfermagem	Acadêmico	Troca da fiação de energia/ elétrica	-	-	Verifica-se um problema estrutural crítico no entorno da Faculdade relacionado à rede de energia elétrica. Os fios permanecem expostos e sujeitos à ação de aves, especialmente urubus, que ao pousarem ou entrarem em contato com a fiação ocasionam interrupções no fornecimento de energia. Essa situação provoca recorrentes quedas de luz, comprometendo o andamento das aulas, danificando equipamentos

						como aparelhos de ar-condicionado e gerando prejuízos financeiros e acadêmicos à instituição.
	Enfermagem	Acadêmico	Instalação de uma plataforma elevatória (elevador) para garantir a acessibilidade	-	-	O prédio possui dois andares com acesso somente por escada as salas de aulas. A instalação de uma plataforma elevatória (elevador) constitui medida essencial para assegurar a acessibilidade plena dentro da Faculdade. Assim como, a acessibilidade adequada fortalece a permanência estudantil, evitando situações de exclusão garantindo que todos os alunos participem integralmente das atividades pedagógicas.
	Enfermagem	Acadêmico	Instalação de piso tátil, braile e demais normais de acessibilidade	-	-	Atualmente o prédio da faculdade não possui nenhum tipo de acessibilidade. Essas medidas são indispensáveis para assegurar a autonomia, segurança e mobilidade de pessoas com deficiência visual, baixa visão ou mobilidade reduzida, possibilitando que transitem com independência pelos espaços acadêmicos. Além de atender a uma obrigação legal, a adequação da

						infraestrutura reflete o compromisso da Faculdade com a inclusão social, a equidade e a valorização da diversidade humana.
	Enfermagem	Acadêmico	Pintura externa	-	-	A pintura externa é essencial para a manutenção e valorização da infraestrutura física da faculdade, mantendo um ambiente acolhedor, a identidade institucional, entre outros fatores.
	Farmácia	Acadêmico	Troca do Telhado da Faculdade	-	-	O telhado do prédio da faculdade apresenta sinais de grande deterioração, com a madeira de suporte desgastada e comprometida, resultando em infiltrações, rachaduras e goteiras. Essa situação já ocasionou prejuízos significativos, como o dano a um equipamento de laboratório no valor de R\$700,00 mil, pertencente ao Professor Wagner. Além disso, a manutenção inadequada do telhado coloca em risco outros equipamentos e mobiliários, podendo causar desabamentos e facilitar a entrada de aves, entre outros problemas. Torna-se, portanto, imprescindível a intervenção imediata para

						garantir a segurança das instalações, dos bens materiais e de todos os usuários do prédio.
	Farmácia e Odontologia	Acadêmico	Toldo na entrada do prédio novo de salas de aulas	-	-	Quando chove a entrada do prédio alaga podendo causar acidentes.
	Farmácia e Odontologia	Acadêmico	Instalação de bebedouro prédio novo de salas de aula	-	-	Para o bem-estar dos alunos, docentes e técnicos.
	Farmácia e Odontologia	Acadêmico	Grades no prédio novo de salas de aula	-	-	Para assegurar a segurança da comunidade acadêmica e do patrimônio, o prédio encontra-se em uma área de baixa movimentação, o que o torna mais vulnerável a assaltos e arrombamentos, demandando atenção especial em medidas preventivas e sistemas de proteção.
	Nutrição	Acadêmico	Troca do telhado da Faculdade	-	-	O telhado do prédio da faculdade encontra-se danificado, gerando infiltrações, rachaduras, goteiras, podendo comprometer equipamentos, mobiliário, desabamento entre outros fatores.
	Nutrição	Acadêmico	Pintura externa do prédio	-	-	A pintura externa é essencial para a manutenção e valorização da infraestrutura física da faculdade, mantendo um ambiente acolhedor, a identidade

						institucional, entre outros fatores.
	Nutrição	Acadêmico	Reforço nas paredes das salas de aula, com vedação de passagem de som	-	-	O prédio não foi originalmente projetado para abrigar salas de aula, o que resulta na transmissão de ruídos entre os ambientes, comprometendo a condução das aulas e prejudicando a atenção e o rendimento dos alunos durante as atividades acadêmicas.
	Odontologia	Acadêmico	Instalação de câmeras de segurança nas áreas públicas: entrada no térreo e acesso do primeiro andar nas escadas.	-	-	Constantes furtos de aparelhos utilizados para as aulas
	Odontologia	Acadêmico	Adequação da Sala de espera da Faculdade para as normas de acessibilidade	-	-	O espaço destinado ao atendimento das clínicas à comunidade local apresenta deficiência de acessibilidade, dificultando o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e comprometendo a inclusão e a prestação adequada dos serviços à população.
	Odontologia	Acadêmico	Reforma e construção da sala de enfermagem e pré-consulta para atendimento nas clínicas.	-	-	A Faculdade de Odontologia realiza atendimento à comunidade por meio de uma enfermeira e de um assistente social, sendo necessário dispor de um espaço adequado para triagem e acolhimento dos

						pacientes que serão atendidos nas clínicas, garantindo maior organização, eficiência e qualidade no atendimento.
	Odontologia	Acadêmico	Reforma e construção da Clínica de Urgência da FO no piso térreo.	-	-	A Faculdade realiza atendimentos a pessoas em situação de urgência e, portanto, necessita de um espaço adequado que permita a prestação do serviço com segurança, protegendo pacientes, docentes e discentes que atuam diretamente na linha de frente do atendimento.
	Odontologia	Acadêmico	Troca das janelas das salas de aula e dos laboratórios de ensino por esquadrias de alumínio com abertura para ventilação.	-	-	Para melhorar a circulação de ar
	Odontologia	Acadêmico	Reforma do telhado para fechamento da entrada de pombos e urubus no teto	-	-	O telhado do prédio da faculdade encontra-se danificado, gerando infiltrações, rachaduras, goteiras, podendo comprometer equipamentos, mobiliário, desabamento, assim como, para evitar entrada de pombos e urubus, entre outros fatores.
	Odontologia	Acadêmico	Reforma da calha e retirada de plantas e limpeza das calhas do prédio.	-	-	Para evitar alagamentos e infiltrações

	Odontologia	Acadêmico	Reforma das clínicas para inclusão de armários para guarda de materiais dos discentes	-	-	No curso de Odontologia, os discentes necessitam de materiais e equipamentos específicos para a realização dos atendimentos nas clínicas. Nesse contexto, torna-se essencial a disponibilização de armários adequados para a guarda e conservação desses itens, garantindo organização, segurança e melhor logística no uso dos recursos acadêmicos.
	Odontologia	Acadêmico	Reforma da entrada e fachada da Faculdade para constituir uma recepção e controle de entrada na FO.	-	-	Organização das pessoas atendidas nas clínicas
	Odontologia	Acadêmico	Reforma dos banheiros e instalação de chuveiros e Reforma e adequação de espaço para vestiários	-	-	O curso é integral sendo fundamental um banheiro funcional para os alunos.
	Odontologia	Acadêmico	Reforma no elevador	-	-	O elevador possui sistema de ativação por pressão de botão, e somente cabe uma pessoa, portanto a acessibilidade é questionável pois nem sempre o seu usuário principal conseguirá manter o botão pressionado para o elevador funcionar. Esse item deve ser prioridade para garantir o acesso e o atendimento as políticas de inclusão da UFPA

	Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Acadêmico	Sistema de iluminação no entorno da Faculdade	-	-	A faculdade está localizada em uma área isolada do campus, onde existem diversos pontos sem iluminação adequada, o que representa risco à segurança de toda a comunidade acadêmica, especialmente durante o período noturno. A implantação de um sistema de iluminação externa eficiente é fundamental para reduzir situações de vulnerabilidade, prevenindo acidentes e aumentando a sensação de segurança para alunos, docentes, funcionários e visitantes.
	Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Acadêmico	Pintura externa do prédio	-	-	A pintura externa é essencial para a manutenção e valorização da infraestrutura física da faculdade, mantendo um ambiente acolhedor, a identidade institucional, entre outros fatores.
	Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Acadêmico	Reforço nas paredes das salas de aula, com vedação de passagem de som	-	-	O prédio não foi originalmente projetado para abrigar salas de aula, o que resulta na transmissão de ruídos entre os ambientes, comprometendo a condução das aulas e prejudicando a atenção e o rendimento dos alunos

						durante as atividades acadêmicas.
	Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Acadêmico	Instalação de câmeras de segurança nas áreas públicas: entrada no térreo e acesso do primeiro andar nas escadas.	-	-	A instalação de câmeras de segurança na entrada do térreo e no acesso do primeiro andar pelas escadas é fundamental para controlar o fluxo de pessoas, inibir ações indevidas, registrar ocorrências e garantir maior proteção aos usuários e ao patrimônio
	ICS	Administrativo	Rampa para estacionamento	-	-	O estacionamento do Instituto não possui rampa de acesso para os carros.
	ICS	Administrativo	Reforma do auditório com adaptações para pessoas com necessidades especiais e novos equipamentos pedagógicos.	-	-	O auditório precisa garantir que o espaço atenda plenamente às normas de acessibilidade, proporcionando inclusão e segurança a todos os usuários, incluindo pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A adequação das estruturas físicas, como assentos especiais e sinalização tátil, assegura que todos os participantes possam usufruir do ambiente de maneira confortável e segura, em conformidade com a legislação vigente. Além disso, a modernização do auditório para incorporar novas tecnologias é

						estratégica para ampliar a capacidade de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Equipamentos audiovisuais atualizados, sistemas de projeção e sonorização de última geração permitem a realização de aulas, palestras, seminários e eventos acadêmicos com maior qualidade, eficiência e interatividade, favorecendo a experiência de docentes, discentes e visitantes.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICSA	Faculdade de Administração/FAAD	Organização administrativa, pesquisa científica	Ampliação e reorganização do laboratório de pesquisa acadêmica	2026	Recursos de editais do labinfra e do PGO	Para garantir condições adequadas de infraestrutura física e tecnológica a fim de atender às demandas crescentes da comunidade acadêmica.
	Faculdade de Contabilidade/FACICON	Organização administrativa, pesquisa científica	Ampliação e reorganização do laboratório de pesquisa acadêmica	2026	Recursos de editais do labinfra e do PGO	Para garantir condições adequadas de infraestrutura física e tecnológica a fim de atender às demandas crescentes da comunidade acadêmica
	Faculdade de Biblioteconomia/FABIB	Organização administrativa, pesquisa científica	Ampliação e reorganização do laboratório de pesquisa acadêmica. Criação de área de	2026 a 2030	Recursos de editais do labinfra e do PGO	Para garantir condições adequadas de infraestrutura física e tecnológica a fim de atender às demandas

			convivência para os alunos da graduação			crescentes da comunidade acadêmica
	Faculdade de serviço social/ FASS	Organização administrativa, pesquisa científica	Ampliação e reorganização do laboratório de pesquisa acadêmica. Ampliação de espaços acadêmicos com obtenção de mais duas salas de aula para graduação	2026 a 2030	Recursos de editais do labinfra e do PGO	Para garantir condições adequadas de infraestrutura física e tecnológica a fim de atender às demandas crescentes da comunidade acadêmica
	Faculdade de Arquivologia /FAARQ	Organização administrativa, pesquisa científica	Criação do laboratório de pesquisa acadêmica da FAARQ Concepção de sala multiuso para faculdade	2027 a 2035	Recursos de editais do labinfra e do PGO	Para garantir condições adequadas de infraestrutura física e tecnológica a fim de atender às demandas crescentes da comunidade acadêmica
	Faculdade de Contabilidade/F ACECON	Organização administrativa, pesquisa científica	Ampliação e reorganização do laboratório de pesquisa acadêmica.	2026 a 2035	Recursos de editais do labinfra e do PGO	Para garantir condições adequadas de infraestrutura física e tecnológica a fim de atender às demandas crescentes da comunidade acadêmica
	Faculdade de Turismo/FACTUR	Organização administrativa, pesquisa científica	Criação de laboratório de pesquisa acadêmica da FACTUR Criação de sala multiuso para faculdade	2026 a 2035	Recursos de editais do labinfra e do PGO	Para garantir condições adequadas de infraestrutura física e tecnológica a fim de atender às demandas crescentes da comunidade acadêmica
	Reforma dos telhados dos pavilhões de aula e do prédio administrativo no ICSA	Reestruturação dos espaços para garantir segurança à comunidade acadêmica	Substituição dos telhados dos pavilhões Mp ao GP e do prédio administrativo	2026 a 2027	Recursos da Reitoria (considerando o valor vultoso dos orçamentos)	Para propiciar segurança e evitar que os danos causados pelas chuvas que prejudiquem os móveis e equipamentos nos espaços.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IECOS	CEANPA – Centro de aquicultura do nordeste do PARÁ	Estação de aquicultura – ensino e pesquisa	Finalização da obra (guarita, galpão, laboratório para fabricação de ração)	Aguardando liberação do recurso	FAPESPA + FADESP	O projeto é financiado pela FAPESPA, com obra executada pela UFPA, contudo, com o atraso da obra, será necessário complementar o recurso e aí está o impasse.
	Prédio do IECOS	Administração, ensino e pesquisa	Reforma completa do telhado	R\$ 40.000,00. Aguardando OS há 2 anos	UFPA	Chove dentro do prédio, já foram estragados vários móveis e equipamentos
	Prédio Filogenômica	Pesquisa	Impermeabilização do telhado	Aguardando o empenho.	UFPA	Goteiras persistentes sobre equipamentos
	CAMPUS II de Bragança – novas instalações do IECOS	Ensino, pesquisa e extensão	Construção de novas instalações (prédios de sala de aula, escritórios, laboratórios, auditório)	Ainda Não há previsão, aguardando recursos	A buscar	No momento, não há recursos para a obra, necessário buscar recursos externos para a obra
	Instalação de sistema de cabeamento para internet no prédio administrativo do IECOS e seus anexos	Administrativo, ensino e pesquisa	Instalação de cabos pra internet	R\$ 200.000,00 aguardando recurso	-	-

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ITEMCI	ITEMCI	Gabinete de pesquisa, área de circulação, salas de aula	Troca de piso, divisória, telhado, forro, elétrico, hidráulico, rede lógica, pintura, mobiliário, equipamentos de	2028	Administração Superior REITORIA/PROPESP/PR OAP	Solucionar problemas de goteiras e infiltração diversas, que mesmo com manutenção preventiva e corretivas já realizadas, com

		e WCs do 2º andar do prédio acadêmico	refrigeração e instalações de itens de acessibilidade			inserção de mantas, apresenta sérios transtornos para as nossas entregas à comunidade
	IEMCI	Copa para servidores no 2º andar do prédio acadêmico	Serviços de alvenaria, elétrico, hidráulico, pintura, mobiliário, equipamentos de refrigeração e instalações de itens de acessibilidade	2028	Administração Superior PROAD/PGO/IEMCI	Servidores não dispõe de espaço específico para alimentação
	IEMCI	Área de Convivência	Nivelamento do piso, pintura externa dos prédios, da cobertura da passarela, manutenção e/ou troca dos ladrilhos do prédio, luminárias, paisagismo, recuperação da estrutura/telhas e instalações de itens de acessibilidade	2029	Administração Superior REITORIA/PROAD	Atender a necessidade de cor, vida e funcionalidade para o bem-estar do coletivo iemciano, da UFPA, de convidados e visitantes
	IEMCI	Estacionamento para veículos, motos e bicicletas	Nivelamento do piso, pintura, confecção de bicicletário, iluminação, paisagismo e instalações de itens de acessibilidade	2029	Administração Superior REITORIA/PROAD/PGO	Garantir acesso e locomoção e de pessoas e veículos ao IEMCI
	IEMCI	Auditório, sala de apoio, WCs e miniauditório	Divisória, pintura, elétrico, rede lógica, telhado, forro, mesas, cadeiras, longarina, louça sanitária, metais, espelhos e instalações de itens de acessibilidade	2030	Administração Superior REITORIA/PROAD/PGO	Prover espaço funcional e tecnologia necessária às atividades acadêmicas e administrativas ofertadas e demandadas pela comunidade acadêmica
	IEMCI	Sala de programas e projetos	Divisória, pintura, elétrico, hidráulico, rede lógica, refrigeração, mobiliário, equipamentos de	2030	Administração Superior PROPESP/PROAP	Estruturar a sala de programas e projetos institucionais e de fomento

			informática, audiovisual e instalação de itens de acessibilidade			externo – parceria público privada
	IEMCI	Salas de aula	Pintura, elétrico, rede lógica, refrigeração, quadro de escrever, mobiliário, equipamentos de informática, audiovisual e instalação de itens de acessibilidade	2031	Administração Superior PROEG/PROAD	Proporcionar espaço de qualidade para fins de realização de processos e práticas de ensino
	IEMCI	Laboratórios	Pintura, elétrico, hidráulico, refrigeração, quadro de escrever, mobiliário, equipamentos de informática, audiovisual e instalação de itens de acessibilidade	2031	Administração Superior PROEG/LABINFRA	Proporcionar espaços de qualidade para fins de realização de processos e práticas de ensino, pesquisa e extensão

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IFCH	Biblioteca	Acadêmico	Revitalização do espaço de forma a atender com mais conforto áreas de estudo para os alunos	Primeiro Semestre De 2026	UFPA PREFERENCIALMENTE	Possibilitar espaço com mais conforto para estudo dos docentes e discentes
	Cantina	Convivência	Criar uma área para uso de equipamentos de refrigeração e micro-ondas com espaço de convivência	Primeiro Semestre De 2026	UFPA PREFERENCIALMENTE	Possibilitar a comunidade do IFCH, incluindo os prestadores de serviços, para alimentação e repouso
	Laanf	Acadêmico	Melhorias De Infraestrutura Na Área Da Reserva Técnica Do Laanf	Primeiro Semestre De 2026	UFPA PREFERENCIALMENTE	Adequar e melhorar o espaço para receber atividades de extensão na área de antropologia cultural e social

	PPGSA	ACADÊMICO	EFETIVAÇÃO DO LABORATÓRIO DE METODOLOGIAS SOCIOANTROPOLOGICAS 1 - recuperar salas emprestadas para outro PPG, para realocar docentes do programas e outros que farão parte do Programa; 2 - transformar a sala de estudantes em sala de pesquisa pra docentes; 3 - reunir atual sala multiuso e outra sala ocupada por 2 docentes transformando o espaço para o Laboratório e para atividades acadêmicas de discentes; 4 - Captação de recursos para aparelhar o espaço com mesas, guarda volumes e computadores	A partir do segundo semestre de 2025- primeiro semestre 2026	EDITAIS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS da UFPA e externos	Possibilitar a ampliação de um espaço dedicado às atividades de extensão e atividades acadêmicas híbridas; possibilitar que os discentes tenham acesso a equipamentos técnicos para desenvolver atividades de extensão e curso dedicados. Visa, ainda, estimular que os discentes permaneçam nas dependências do PPGSA
	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	Laboratório de Bioantropologia	Instalação de mobília e computadores	2025/2026	IFCH, LABINFRA	A área de Bioantropologia compõe um dos três eixos estruturantes do programa
	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	Área de convivência	Equipar o espaço para uso de professores e	2026	IFCH	Criar espaço de convivência entre alunos e professores

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IG	Projeto de Requalificação do Estacionamento do Instituto de Geociências da UFPA	Pública de circulação	* Delimitação e pintura de vagas (carros, motos, vagas reservadas); * Instalação de sinalização vertical e horizontal; * Criação de áreas específicas (caçamba, lixeiras, acessibilidade); * Arborização e paisagismo; * Organização do fluxo de veículos e pedestres.	2026	PGO ou Apoio da Administração	É um espaço importante para inclusão e urbanização
	Todas as subunidades do IG (todos os prédios do IG)	Acadêmico e administrativo	Conclusão de projeto de identificação visual e de sinalização	2027	PGO	Identificação dos espaços é importante dada a grande dimensão da UFPA e ajuda a comunidade do IG a se localizar e localizar os espaços
	Prédio da Biblioteca	Acadêmico e administrativo	Instalação de infraestrutura de produção de energia de fonte renovável	2030	Recursos Próprios ou Administração Superior	A intervenção em infraestrutura é fundamental para garantir melhores condições de ensino, pesquisa e extensão, assegurando qualidade acadêmica e atendimento às exigências de segurança e acessibilidade.
	FAGEO, FAMET, FAOC e FAGEOF	Subunidades acadêmicas	Criação, expansão, adequação e modernização dos laboratórios de ensino e extensão ig	2031	PGO ou Administração Superior	A intervenção em infraestrutura é fundamental para garantir melhores condições de ensino, pesquisa e extensão, assegurando qualidade acadêmica e atendimento às

						exigências de segurança e acessibilidade.
	CPGA e demais SUBUNIDADES ADMINISTRATIVAS	Subunidades Administrativas	Readequação do prédio central acomodando a nova estrutura organizacional do novo regimento IG	2026 e 2027	PGO	A proposta é justificada pela necessidade de ampliar a capacidade de atendimento acadêmico, científico e social do Instituto de Geociências, contribuindo para os objetivos institucionais da UFPA.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IMV	IMV	Biblioteca	Biblioteca	300 m ²	-	A biblioteca do IMV sempre funcionou em um espaço de sala de aula e devido às visitas constantes de fiscalização do Conselho Regional de Biblioteconomia 2º Região, foi solicitado a construção de um espaço que atenda às normas estabelecidas.
	IMV	Auditório	Auditório	400m ²	-	-
	IMV	Espaço de convivência para os alunos	Espaço de convivência para os alunos	500m ²	-	O curso de medicina veterinária é integral e o IMV não tem disponível um espaço de convivência para os alunos

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
INEAF	FACDES e PPGAA	Ensino/Pesquisa	Reforma do Telhado do Prédio do INEAF	2025	Prefeitura do Campus	Desde 2024 foi feita uma avaliação da estrutura do telhado e a prefeitura constatou urgência na reforma geral do telhado
	FACDES e PPGAA	Ensino/Pesquisa	Revitalização da parte elétrica e fiação (cabearamento de internet e conexões) das salas e auditórios do Prédio do INEAF	2026	Prefeitura do Campus	Devido a chegada gradual de novos equipamentos de multimídia, as salas de aula e auditórios precisam de uma urgente revitalização e readequação para melhor conexão com os equipamentos.
	FACDES e PPGAA	Ensino/Pesquisa/atendimento do público	Adaptação de Acessos ao prédio e banheiros	2026	A definir	O prédio do INEAF é antigo e precisa cumprir com as exigências legais quanto a acessibilidade.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ITEC	Laboratório De Engenharia Civil	Laboratório De Ensino	Reforma estrutural para garantir a segurança, funcionalidade e conformidade do edifício com as normas vigentes	2026	Recurso do tesouro	Condições precárias da infraestrutura, que comprometem o uso seguro e adequado do prédio.
	Laboratório Da Pós-Graduação Em Engenharia Civil	Laboratório De Ensino	Reforma estrutural para garantir a segurança, funcionalidade e conformidade do edifício com as normas vigentes	2026	Recurso do tesouro	Condições precárias da infraestrutura, que comprometem o uso seguro e adequado do prédio.
	Laboratório De Engenharia Química	Laboratório De Ensino	Reforma estrutural para garantir a segurança, funcionalidade e	2027	Recurso do tesouro	Condições precárias da infraestrutura, que

			conformidade do edifício com as normas vigentes			comprometem o uso seguro e adequado do prédio.
	Laboratório De Engenharia Sanitária	Laboratório De Ensino	Reforma estrutural para garantir a segurança, funcionalidade e conformidade do edifício com as normas vigentes	2028	Recurso do tesouro	Condições precárias da infraestrutura, que comprometem o uso seguro e adequado do prédio.
	Laboratório De Engenharia Elétrica, Computação E Biomédica	Laboratório De Ensino	Reforma estrutural para garantir a segurança, funcionalidade e conformidade do edifício com as normas vigentes	2029	Recurso do tesouro	Condições precárias da infraestrutura, que comprometem o uso seguro e adequado do prédio.
	Anexo Do Laboratório De Engenharia Elétrica, Computação E Biomédica	Laboratório De Ensino	Reforma estrutural para garantir a segurança, funcionalidade e conformidade do edifício com as normas vigentes	2030	Recurso do tesouro	Condições precárias da infraestrutura, que comprometem o uso seguro e adequado do prédio.
	Atelier De Arquitetura	Laboratório De Ensino	Reforma estrutural para garantir a segurança, funcionalidade e conformidade do edifício com as normas vigentes	2031	Recurso do tesouro	Condições precárias da infraestrutura, que comprometem o uso seguro e adequado do prédio.
	ITEC ADM	Prédio Administrativo	Reforma estrutural para garantir a segurança, funcionalidade e conformidade do edifício com as normas vigentes	2032	Recurso do tesouro	Condições precárias da infraestrutura, que comprometem o uso seguro e adequado do prédio.
	ITEC B	Salas De Aula	Reforma estrutural para garantir a segurança, funcionalidade e conformidade do edifício com as normas vigentes	2033	Recurso do tesouro	Condições precárias da infraestrutura, que comprometem o uso seguro e adequado do prédio.
	PEGITEC	Laboratório De Ensino	Reforma estrutural para garantir a segurança, funcionalidade e	2034	Recurso do tesouro	Condições precárias da infraestrutura, que

			conformidade do edifício com as normas vigentes			comprometem o uso seguro e adequado do prédio.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NAEA	Banheiros	Coletivo	Ampliação e acessibilidade	2025	Administração Superior	Banheiros sem acessibilidade, sem adequação para uso, com portas danificadas.
	Elevador	Coletivo	Elevador de acessibilidade	2026	Administração Superior	Sem acessibilidade para o deslocamento ao primeiro andar.
	Piso tátil e identificação em braille	Salas de aula	Identificações nas portas das salas de aula e indicação no piso	2026	Recursos da unidade	Discentes matriculado no Núcleo que apresenta a necessidade dessas identificações.
	Projeto de eficiência energética do NAEA	-	Analisar, gerenciar e reduzir o consumo e o custo de energia elétrica no NAEA, incentivando o consumo consciente	2026	Administração Superior	Promover a responsabilidade socioambiental no âmbito do NAEA.
	Projeto de captação e utilização da água da chuva	-	Captar e reutilizar de forma sustentável e segura a água da chuva	2026	Administração Superior	Promover a responsabilidade socioambiental no âmbito do NAEA.
	Implementar ambientes mais iluminados com utilização de luz natural	-	Reestruturar espaços físicos	2026	Administração Superior	Promover a responsabilidade socioambiental no âmbito do NAEA.
	Reforma do espaço do Arquivo Permanente do NAEA	-	Retirada de adequação do espaço para melhor aproveitamento da luz natural	2026	Administração Superior	Promover a responsabilidade socioambiental no âmbito do NAEA.

	Reforma do espaço físico da Biblioteca com readequação das estantes, melhor climatização, ampliação da entrada principal, e aprimoramento do quadro elétrico.	Coletivo	Reforma e adequação de um espaço de ensino	2026	Administração Superior	O espaço encontra-se atualmente sem manutenção e acessibilidade adequados para prestar os serviços demandados pela comunidade Universitário.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NDAE	Auditório do Núcleo	Acadêmica/Administrativa	Instalação de duas porta corta-fogo no auditório do NDAE	2026	Orçamento da Unidade	Instalação de porta corta-fogo no auditório, visando atender às normas de segurança contra incêndio e pânico e proporcionar maior proteção aos usuários e ao patrimônio da instituição
	Banheiros	Administrativa	Execução de sistema de tratamento de esgoto, contemplando tanque séptico, filtro anaeróbio, sumidouros e tubulações, visando ao adequado tratamento dos efluentes sanitários dos banheiros do NDAE.	2027	Orçamento da Unidade	A implantação do sistema de tratamento de esgoto justifica-se em razão dos recorrentes problemas apresentados pelo sistema existente, comprometendo o adequado escoamento e tratamento dos efluentes sanitários. A intervenção visa assegurar o correto funcionamento das instalações, proporcionando

					melhores condições de higiene, segurança, preservação ambiental e continuidade das atividades desenvolvidas no NDAE.
Banheiros	Acadêmica	Realizar a remoção de todo o revestimento cerâmico existente no banheiro para instalação de novo revestimento; retirar as louças sanitárias existentes e substituí-las por novas; executar a manutenção das instalações hidrossanitárias, incluindo tubulações de abastecimento e esgotamento sanitário, bem como demais componentes necessários ao pleno funcionamento do banheiro.	2027	Orçamento da Unidade	A reforma do banheiro justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de higiene, segurança, funcionalidade e conservação das instalações, assegurando um ambiente apropriado para os usuários e contribuindo para a preservação do patrimônio público.
TECNOLAGO	Acadêmica	Elaboração de diagnóstico técnico e projeto executivo da rede elétrica; revisão e substituição progressiva de quadros, alimentadores, circuitos, cabeamento, dispositivos de proteção, aterramento, identificação de fases e adequação dos pontos de 110/127 V, 220 V e 380/440/480 V; implantação de proteção contra surtos, sistema de aterramento e adequações	Diagnóstico e projeto: 2026. Execução por etapas: 2027–2029.	Orçamento da UFPA; recursos de infraestrutura.	O prédio possui mais de 40 anos e apresenta falhas recorrentes em diferentes níveis de tensão, comprometendo a segurança de usuários e equipamentos, a continuidade das atividades e a possibilidade de instalação de laboratórios e empresas. A intervenção é prioritária e deverá ser precedida de projeto técnico, levantamento de cargas e

		para atendimento seguro de laboratórios, empresas e áreas administrativas.			definição das necessidades atuais e futuras do Parque.
TECNOLAGO	Acadêmica	Implantação de rede lógica estruturada em todo o galpão, incluindo cabeamento, racks, switches, pontos de rede, enlaces de fibra óptica, cobertura de internet sem fio, organização dos ativos de telecomunicações e infraestrutura para expansão e redundância da conectividade.	Projeto: 2026. Implantação inicial: 2027. Expansão: 2028.	UFPA; NDAE, CAMTUC, CTIC	A inexistência de cobertura de internet e rede lógica em parte significativa do galpão impede o funcionamento adequado de empresas, eventos, capacitações, projetos, serviços administrativos e ambientes de inovação. A conectividade é infraestrutura básica para a operação de um parque tecnológico e para a integração dos diferentes espaços do TECNOLAGO.
TECNOLAGO	Acadêmica	Abertura de passagem interna mediante demolição controlada de parede, após avaliação estrutural, com execução de reforços, acabamento, sinalização e adequação da rota de circulação.	Avaliação e projeto: 2026. Execução: 2027.	Orçamento da Unidade; UFPA; recursos de manutenção e pequenas reformas.	A configuração atual obriga os usuários a percorrer áreas externas ou realizar trajetos excessivamente longos para acessar determinados ambientes. A criação de passagem interna favorecerá a integração dos setores, reduzirá barreiras de circulação e melhorará as condições de segurança, acessibilidade e uso funcional do galpão.
TECNOLAGO	Acadêmica	Diagnóstico e reforma da rede de distribuição de água; setorização dos circuitos hidráulicos; substituição de tubulações, registros e conexões	Diagnóstico e projeto: 2026. Reservação e intervenções prioritárias: 2027.	UFPA; recursos de infraestrutura; emendas parlamentares; convênios; projetos de	Os episódios de desabastecimento, a inexistência de sistema adequado de reservação e as limitações da rede hidráulica comprometem banheiros,

			comprometidas; instalação de reservatórios inferiores e superiores, cisterna e sistema de bombeamento; avaliação e adequação da rede de esgotamento sanitário.	Adequação integral: 2028–2031.	eficiência hídrica e sustentabilidade.	limpeza, atividades administrativas, eventos, laboratórios e permanência de empresas. A reforma deverá assegurar autonomia mínima de abastecimento, reduzir perdas e permitir a continuidade das atividades.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NEAP	NEAP	Acadêmica	Reforma do Prédio 3	2026	Recurso de projetos	O prédio é utilizado pelos alunos para análise de material biológico, porém encontra-se em péssimas condições, necessitando de uma reforma geral.
	NEAP	Acadêmica	Reforma do Prédio 2	Sem previsão	Recurso de projetos	Chalé de madeira de 30 anos de construção, com vários laboratórios que necessitam de restauração.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NEB	PPEB / PGEDA/PPEESP	Acadêmico/ Administrativo	Divisão da sala 4 (térreo) em 3 novas salas	2026	-	Atendimento à demanda de novas turmas
	PPEB / PGEDA/PPEESP	Acadêmico/ Administrativo	Reestruturação das salas da secretaria e coordenação	2026	-	Otimização e confortabilidade do espaço

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NTPC	CPGA	Adm	Retirada dos Racks de internet das salas 13 e 23 do Prédio II e salas 21 e 03 do prédio I.	2027		A permanência dos racks de internet nas salas administrativas tem gerado diversos transtornos. O ambiente precisa ser mantido em temperatura extremamente baixa para evitar danos aos equipamentos, o que compromete o conforto térmico dos servidores. Além disso, as intervenções técnicas recorrentes interrompem o andamento dos trabalhos e atividades da equipe, causando perda de produtividade. Também há constantes reclamações de professores, que precisam interromper suas atividades devido à presença das equipes de manutenção. Diante disso, realocação dos racks para um ambiente mais apropriado é necessária para garantir melhores condições de trabalho, preservação dos equipamentos e eficiência na manutenção
	CPGA	Adm	Emborrachamento da escada do Prédio II, com pintura e sinalização.	2025	NTPC	As escadas de ferro têm causado impacto significativo nas atividades

						docentes e administrativas, devido ao ruído excessivo gerado, especialmente quando alunos sobem ou descem correndo. O barulho compromete a concentração, dificultando o desempenho de tarefas que exigem foco, tanto no âmbito acadêmico quanto administrativo.
	EEP/PPGNC	ACAD	Substituição do Madeirame nos fundos da EEP por muro edificado em tijolo para evitar fugas dos Primatas.	2027	UFPA	Evitar fuga dos primatas em função da destruição dos recintos de vidro, caso o madeirame venha a ruir.
	EEP/PPGNC	ACAD	Reforma dos viveiros da Escola Experimental de Primatas	2026 e 2027	UFPA	Manter as gaiolas seguras para os animais e evitar fugas em função da corrosão do material que ocorre naturalmente como efeito das intempéries climáticas e da própria manipulação dos animais que vivem no local. Além disso, as contenções e portinholas precisam funcionar devidamente para que possamos garantir a alimentação individual dos animais e seu transporte seguro para a experimentação
	EEP/PPGNC	ACAD	Reforma do piso do quintal da Escola Experimental de Primatas	2026	UFPA	O projeto foi aprovado, mas não foi implementado, em função do encerramento do

						contrato com a empresa terceirizada que faria o serviço. O piso está completamente deteriorado, quebrado, desnivelado, com excesso de lodo, tornando o ambiente insalubre aos animais e perigoso aos tratadores, professores e estudantes que transitam pelo quintal diariamente.
	EEP/PPGNC	ACAD	Reforma da cozinha da Escola Experimental de Primatas	2026	UFPA	O Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica do CONCEA de 2023, capítulo 4, versa sobre Primatas não-humanos. Observa-se pelo guia que a cozinha da EEP está inadequada por favorecer a contaminação dos alimentos: os armários são de material que permite a aderência de sujeira, assim como os rejuntas das paredes e do piso da EEP que estão danificados e apresentam manchas e sujidades.
	CPGA	Adm	Instalação de seis grades internas com cadeados nas janelas do Prédio II, em substituição às atuais grades fixas externas.			No Prédio II todas as grades das janelas são fixas, em situações de incêndio, representam um risco significativo, impedindo a

						saída rápida em emergências. As saídas de emergência, incluindo janelas, devem ser facilmente acessíveis e utilizáveis em caso de incêndio.

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NUMA	Prédio Administrativo	Administrativo	Pintura Interna e Externa	2026/2027	8100	Conservação e manutenção Predial
	Prédio Anexo	Educacional	Pintura Interna e Externa	2026/2027	8100	Conservação e manutenção Predial
	Prédio Doutorado	Educacional	Pintura Interna e Externa	2027/2027	8100	Conservação e manutenção Predial
	PROFIMA - Prédio Administrativo	Administrativo	Estúdio de Gravação	2026	8100	Gravação para as aulas EAD dos Cursos de especialização

	SUBUNIDADE	NATUREZA DO ESPAÇO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA REFORMA	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
EMUFPA	Centro de educação profissional	Atividades acadêmicas	Tratamento acústico nas salas de aula	2026	EMUFPA	Necessidade de adequação dos espaços de sala de aula e auditório com o devido tratamento acústico
	Centro de educação profissional	Atividades acadêmicas	Ajustes nos espaços em relação à segurança e proteção contra incêndio	2026	EMUFPA	Necessidade de adequação dos espaços de sala de aula e auditório com o devido tratamento de proteção contra incêndio como saídas de emergência

2.2. AMPLIAÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS PELA UNIDADE

Tabela 17 – Ampliações a serem implementadas pela Unidade

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ABAETETUBA	NANO	Ampliação do laboratório	30m ²	120,36m ²	2026/2027	Administração superior	A ampliação do laboratório tem como objetivo atender à crescente demanda por atividades de pesquisa, práticas acadêmicas e projetos de inovação. Essa intervenção proporcionará melhor infraestrutura, segurança e condições técnicas, fortalecendo o desenvolvimento científico e tecnológico da subunidade.
	Lanchonete	Área de alimentação e Copa	9m ²	89m ²	2026	Administração superior	A ampliação adequada do espaço visa garantir bem-estar e conforto à comunidade acadêmica, favorecendo a permanência no ambiente universitário, especialmente em períodos prolongados de atividades.
	Prédio Administrativo	Ampliação da casa de máquinas do Elevador	1m ²	2m ²	2026	Matriz Orçamentária	A ampliação da casa de máquinas tem por finalidade otimizar a operação dos elevadores e garantir conformidade com normas técnicas e de segurança, assegurando

							acessibilidade vertical eficiente no prédio.
	FACET	Ampliação da casa de máquinas de forneciment o de água	3m ²	4m ²	2026	Matriz Orçamentária	A obra busca aprimorar o sistema de abastecimento hídrico da unidade acadêmica, promovendo maior eficiência, autonomia e segurança operacional.

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ALTAMIRA	Faculdade de Ciências Biológicas	Casa de Máquinas do Gerador da Faculdade de Ciências Biológicas	10 m2	1080 m ²	escreva aqui o ano de início	escreva aqui a fonte que irá custear a reforma	-
	Faculdade de Ciências Biológicas	Ampliação do Prédio da FCB com um novo pavimento	540 m ²	1080 m ² (área atual. Ser for para colocar a ampliada seria 1620 m ²)	escreva aqui o ano de início	escreva aqui a fonte que irá custear a reforma	-
	Faculdade de Eng. Agrônoma	Adequação/ ampliação da rede elétrica predial	400 m	800 m	2026	Recurso da UFPA/Campus	Algumas salas de aulas foram transformadas em laboratórios e a alimentação e energia não comporta.
	Nova Área Urbana para ampliação do Campus	Demandant e não apresentou	25000 m ²	Demandant e não apresentou	Demandante não apresentou	Área do IBAMA	Existe uma solicitação junto ao IBAMA, escritório de Altamira, para doação de

							uma área urbana de 25 hectares. O campus de Altamira tem poucos espaços par novas edificações e ampliação.
	Área rural par implantação de uma Fazenda Experimental	Demandant e não apresentou	24.200.000	Demandant e não apresentou	Demandante não apresentou	Área a ser adquirida (estamos em negociação com a Norte Energia)	Os cursos da área das ciências agrárias e biológicas precisam de área rural pra desenvolver pesquisas que, sem a qual, não conseguem atender as demandas do setor produtivo agropecuário e florestal brasileiro com desenvolvimento de ciência e tecnologias frente as demandas urgentes que assolam o setor, inclusive ambiental. Soma-se a isto, a melhoria na qualidade do ensino aos nossos estudantes com aulas de campo de qualidade.

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
BRAGANÇA	Bloco Acadêmico Central (Prédio Maria Gomes)	Refeitório/Área de Alimentação Estudantil no hall	120	120	2025	MEC + UFPA + Emenda Parlamentar	Oferecer espaço coberto, seguro e apropriado para alimentação de estudantes, especialmente para os que trazem suas refeições
	Bloco Administrativo	Sala de Descanso e Bem-Estar	80	80	2026	Recursos próprios + Parcerias institucionais	Promover qualidade de vida, conforto e saúde ocupacional dos servidores

		para Servidores					técnico-administrativos e docentes
	Bloco Acadêmico II	Espaço de Convivência Estudantil (salas abertas, bancos, cobertura)	80	80	2027	FNDE + UFPA + FADESP	Criar ambiente de socialização, apoio psicossocial e descanso entre aulas, favorecendo a permanência estudantil

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
BREVES	Biblioteca Professor Ricardo Texeira	Sala de estudo, banheiros com acessibilidade e, sala da bibliotecária e sala de acervo	34,4m²	230m²	2027	Administração Superior	-

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
CAMETÁ	Polo Universitário de Baião	Bloco de salas de aulas	900m²	3.478,75m²	1º Semestre de 2026	Recurso da Prefeitura do Município de Baião	Necessidade de ampliação de novas salas de aulas para fins de suprir os cursos ofertados no Polo de Baião

CAPANEMA	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA

			ESPAÇO FÍSICO				
	Campus I- Centro	Administrativo/Acadêmico	Adequação a legislação de acessibilidade.	2.026,00	UFPA-Emenda Parlamentar.	A unidade se encontra em prédio construído a mais de 30 anos e que precisa passar pela adequação necessária para cumprir a legislação de acessibilidade do Brasil.	-

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
CASTANHAL	Administrativa	Assistência e Acessibilidade e Estudantil	Ampliação da Daest de 26mx24m	26mx24m	2027	Campus Castanhal/Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil	Atualmente a Divisão de Assistência Estudantil - (DAEST) funciona em um espaço reduzido e sem condições de atendimento provado psicológico ou de assistência social e o Núcleo de Acessibilidade - (NAcess) funciona em uma sala de aula, comprometendo o atendimento individualizado e uma sala de aula que deveria estar disponível para as atividades de ensino. Desse modo, há a necessidade de de ampliação do atual prédio da DAEST para que se congregue as atividades do NAcess.

	Administrativo/ Acadêmica	Estacioname nto de veículos (bicicleta, motos e carros	300m	300m	2026	Campus Castanhal	Ampliação da área de estacionamento para carros, motos e bicicletas (prédios centrais de sala de aulas, ginásio, Geti, Multidisciplinar e Acesso)

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
SOURE	Biblioteca do Campus Universitário do Marajó-Soure	Ampliação do prédio existente, com construção de cabines individuais com isolamento acústico para estudo e criação de área ampliada para acervo bibliográfico.	50	105	2030	Recursos próprios da UFPA, captação por emendas parlamentares e/ou convênios com órgãos de fomento	A biblioteca atual possui espaço limitado, comprometendo a acomodação do acervo bibliográfico crescente e não atendendo à demanda por ambientes de estudo individualizado.

ICA	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA

	Artes Visuais (Ateliê)	Galeria	-	-	-	-	Necessidade a médio prazo
	Artes Visuais (Ateliê)	Bibliomultimidioteca	-	-	-	-	Necessidade a médio prazo
	Cinema Museologia Multimídia (Anexo)	Laboratórios	-	-	-	-	Necessidade a curto e médio prazo
	Escola de economia criativa	Escola de economia criativa	-	Construção ou adaptação de imóvel existente pertencente à união	2027	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) - FONTES ALTERNATIVAS DE RECURSO	Estamos propondo a criação nos próximos anos de uma Escola de Economia Criativa com base nas ofertas que estão apresentadas em documento específico. Para tanto, deve-se seguir o programa de necessidades exposto. Caso aja necessidade, solicitar especificação para o coordenador do curso de Produção Multimídia, da FAV.

	Curso de Museologia	Implantação de duas Reservas Técnicas (orgânicos e inorgânicos)	60 m ² (30 m ² cada)	120 m ²	2026	Recursos próprios da UFPA e captação externa por editais de fomento (ex. FINEP, CNPq)	As Reservas Técnicas são parte da estrutura mínima prevista no PPC do Curso de Museologia (2012 e 2024), essenciais para a guarda adequada dos acervos utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A ausência desses espaços compromete diretamente a qualidade da formação prática e a preservação do patrimônio didático-científico sob responsabilidade da subunidade.
	FAMUS Área de convivência	Área externa do prédio da FAMUS	Cobertura, paisagismo e assentos.	2028	-	-	O prédio da faculdade não possui área de convivência.
	FADAN	Prédio da FADAN no Campus do Guamá	-	-	-	-	O curso recém criado ainda não conta com espaço próprio adequado para o desenvolvimento de suas atividades. Atualmente, estamos com pelo menos três locais onde ocorrem as aulas do curso, levando a um grande deslocamento dos discentes para as aulas e atividades de pesquisa e extensão. A carência dos espaços físicos foi uma das causas de redução da nota

							do curso na avaliação do MEC no ano corrente.
	Escola De Teatro E Dança	CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO COM 7 ANDARES NO LOTE DA ETDUFPA	1000m²	1000m²	2028	UFPA – SETEC - MEC	COM A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DA ETDUFPA, A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO QUE JÁ TEM MAIS DE 10 ANOS DE PLANEJAMENTO NECESSITA DE URGENTE IMPLANTAÇÃO
	Cinema E Audiovisual	Salas de aula (detalhado abaixo)	-	-	-	-	Necessidade a médio prazo
	Cinema E Audiovisual	Bibliomultimidiática	-	-	-	-	Necessidade a médio prazo
	Cinema E Audiovisual	Laboratórios (detalhado abaixo)	-	-	-	-	Necessidade a curto e médio prazo
	Cinema E Audiovisual	Salas de Pesquisa (detalhado abaixo)	-	-	-	-	Necessidade a médio prazo
	Cinema E Audiovisual	Salas de acondicionamento de equipamentos técnicos.	-	-	-	-	Necessidade a médio prazo

	Cinema E Audiovisual	Salas de projetos extensão e de ensino (detalhado abaixo)	-	-	-	-	Necessidade a curto e médio prazo

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICB	Auditório Arlindo Pinto	Sala de apoio - hall	120m²		2027	UFPA	Servir de apoio aos eventos, proporcionando maior conforto aos participantes e evitando que o barulho e a intensa circulação de pessoas durante as atividades interfiram nas aulas e na rotina acadêmica nos corredores adjacentes
	Prédio anexo do ICB (Manuel Ayres)	Área de convivência para alunos	200m²		2028	UFPA	Justifica-se a construção de uma área de convivência para os alunos do ICB a fim de oferecer um espaço adequado para descanso e interação entre as aulas, contribuindo para o bem-estar, a integração acadêmica e a melhoria da qualidade de vida no ambiente universitário.

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICED	Faed e FEF	Acadêmica	Espaço de convivência de alunos da graduação	2025/2026	Recurso Próprio do ICED	Recurso Proad/Reitoria	Necessidade de ampliação da área de convivência entre alunos de graduação do ICED

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICJ	Estacionamento do Instituto de Ciências Jurídicas	Aproximadamente 1000 m ²	-	A partir de 2026	Captação de recursos de projetos de docentes	Há muita demanda de estacionamento no ICJ devido ao auditório do Instituto, que é o segundo maior da UFPA.	-

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICM	Faculdade de Medicina - ICM	Ampliar o n° de salas de aulas – 10 SALAS	600	1.908M2	Ano 2026	Ainda não definida	Salas insuficientes pra as atividades acadêmicas
	Faculdade de Medicina - ICM	Implantar sala de aula individual dos professores com BOX	100	1.908M2	Ano 2026	Ainda não definida	Espaços improvisados atualmente
	Faculdade de Medicina - ICM	Ampliar o espaço do auditório	300	1.908M2	Ano 2026	Ainda não definida	Espaço limitado para atender a demanda

	Faculdade de Medicina - ICM	Implantar sala de leitura dos alunos	200	1.908M2	Ano 2026	Ainda não definida	Atender as demandas para o aprendizado dos alunos
	Faculdade de Medicina - ICM	Ampliar o espaço da lanchonete da FAMED no campus Guamá	60	1.908M2	Ano 2026	Ainda não definida	Espaço inadequado para atender a demanda
	Faculdade de Medicina - ICM	Ampliar a sala da secretaria	70	1.908M2	Ano 2026	Ainda não definida	Espaço limitado
	Faculdade de Medicina - ICM	Implantar sala para o serviço de apoio pedagógico	70	1.908M2	Ano 2026	Ainda não definida	Atividade fundamental para o desenvolvimento acadêmico
	Faculdade de Medicina - ICM	Implantar sala para a escuta individual de aluno	50	1.908M2	Ano 2026	Ainda não definida	Atender anseios dos discentes
	Faculdade de Medicina - ICM	Ampliar o laboratório de informática	110	1.908M2	Ano 2026	Ainda não definida	Espaço limitado para atender a demanda
	Faculdade de Medicina - ICM	Implantar sala para o descanso dos alunos da FACULDADE	100	1.908M2	Ano 2026	Ainda não definida	Atender anseios dos discentes

	ESPAÇO DO ICM	Implantar o espaço reservado para o OSCE (exame clínico objetivo estruturado no formato de estações em cenários simulados)	Na perspectiva da desocupação do espaço hoje ocupado pela Fisioterapia do ICS	542M2	Ano 2026	Ainda não definida	Para atender as DCNS – do curso de Medicina
	ESPAÇO DO ICM	Espaço para novos programas de Pós Graduação do ICM	Na perspectiva da desocupação do espaço hoje ocupado pelo espaço da Nutrição - ICS	124,44M2	Ano 2026	Ainda não definida	Fortalecimento da pesquisa no ICM

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICS	Enfermagem	Salas de aula	43 m²	-	-	-	As salas existentes no prédio da faculdade são insuficientes para atender as demandas pedagógicas.
	Enfermagem	Espaço para o centro acadêmico	20 m²	-	-	-	Atualmente, o centro acadêmico ocupa uma sala que poderia estar sendo utilizada para a realização das aulas, gerando limitação no aproveitamento dos

							espaços disponíveis para atividades pedagógicas.
	Farmácia	Laboratório de informática	43 m ²	-	-	-	O laboratório de informática encontra-se sucateado, com equipamentos obsoletos, processadores lentos e diversos aparelhos danificados, comprometendo a realização adequada das atividades acadêmicas.
	Farmácia	04 Laboratórios de núcleo de assistência farmacêutica e tecnologia de medicamentos	120 m ² (40m ² cada)	-	-	-	Os laboratórios de tecnologia de medicamentos são essenciais para a formação prática dos estudantes de Farmácia, permitindo a aplicação de conhecimentos teóricos em processos de manipulação, desenvolvimento e análise de fármacos. Esses espaços oferecem condições para que os alunos aprendam técnicas laboratoriais, normas de qualidade e boas práticas de fabricação, preparando-os para atuar de forma segura e competente no mercado farmacêutico.
	Nutrição	Copa	35m ²	-	-	-	A faculdade não possui espaço para alimentações dos servidores, necessitando a criação de um espaço para esse fim.

	Nutrição	Laboratórios de práticas	43m ²	-	-	-	os laboratórios possibilitam a realização de pesquisas, testes e experimentações em condições controladas, contribuindo para a inovação científica e tecnológica. A experiência prática adquirida nesses ambientes fortalece a compreensão dos princípios relacionados a formação e a capacidade crítica dos alunos, tornando-os profissionais mais qualificados e alinhados às exigências do setor de saúde.
	Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Laboratório de práticas	43m ²	-	-	-	os laboratórios possibilitam a realização de pesquisas, testes e experimentações em condições controladas, contribuindo para a inovação científica e tecnológica. A experiência prática adquirida nesses ambientes fortalece a compreensão dos princípios farmacêuticos e a capacidade crítica dos alunos, tornando-os profissionais mais qualificados e alinhados às exigências do setor de saúde.

	Odontologia	Bloco para radiologia dentária	50m ²	-	-	-	É importante ter um ambiente exclusivo para radiação dentária, evitando contaminação na realização de exames radiológicos, garantindo a segurança dos alunos e professores.
	Odontologia	Sala para Arquivo	18m ²	-	-	-	A criação de espaço de arquivo para os prontuários e guarda dos prontuários de pacientes na FO.
	Odontologia	Construção da sala de enfermagem e pré-consulta para atendimento nas clínicas.	45m ²	-	-	-	A Faculdade de Odontologia realiza atendimento à comunidade por meio de uma enfermeira e de um assistente social, sendo necessário dispor de um espaço adequado para triagem e acolhimento dos pacientes que serão atendidos nas clínicas, garantindo maior organização, eficiência e qualidade no atendimento.
	Odontologia	Construção da Clínica de Urgência da FO no piso térreo	50m ²	-	-	-	A Faculdade realiza atendimentos a pessoas em situação de urgência e, portanto, necessita de um espaço adequado que permita a prestação do serviço com segurança, protegendo pacientes, docentes e discentes que atuam diretamente na linha de frente do atendimento.

	ICS	Estacioname nto		-	-	-	O Instituto necessita ampliar o estacionamento, uma vez que os alunos do curso de Medicina ocupam todas as vagas disponíveis, dificultando o acesso e o estacionamento dos servidores.

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICSA	Subunidades Administrativas acadêmicas do ICSA	Área de convivência para os alunos da graduação	Pavilhão de aulas bloco HP térreo 34m²	76m²	2026 a 2035	Recurso de custeio e de capital apoio financeiro da adm superior	A criação de uma área de convivência para os alunos justifica-se pela necessidade de oferecer um espaço adequado de socialização, integração e bem-estar dentro do ambiente acadêmico
	Subunidades Administrativas acadêmicas do ICSA	Área de convivência para servidores e alunos	Prédio administrativo principal	64m²	2026 a 2035	Recurso de custeio e de capital apoio financeiro da adm superior	A criação de uma área de convivência para os alunos justifica-se pela necessidade de oferecer um espaço adequado de socialização, integração e bem-estar dentro do ambiente acadêmico

	Subunidades Administrativas acadêmicas do ICSA	Área de convivência para servidores e alunos	Prédio administrativo principal	66m2	2026 a 2035	Recurso de custeio e de capital apoio financeiro da adm superior	A criação de uma área de convivência para os alunos justifica-se pela necessidade de oferecer um espaço adequado de socialização, integração e bem-estar dentro do ambiente acadêmico
	Subunidades Administrativas acadêmicas do ICSA	Espaço destinado ao armazenamento de inservíveis	Pavilhão de sala de aulas do ICSA (adaptação de sala)	30m2	2026 a 2035	Recurso de custeio	A criação de um espaço específico para o armazenamento de bens inservíveis, localizado no pavilhão faz-se necessária em razão do acúmulo de materiais e equipamentos sem condições de uso, que atualmente ocupam áreas destinadas às atividades administrativas e acadêmicas. Essa situação compromete a organização dos ambientes institucionais, prejudica a utilização adequada dos espaços e pode gerar riscos à segurança e à conservação patrimonial.
	Reforma de dois banheiros GP ALTOS Adaptação total dessas áreas	Natureza acadêmica	40m2	40m2	2027 a 2028	Recursos do PGO apoio da adm. Superior	Adaptação desses banheiros que serão convertidos em salas de convivência para os alunos da graduação

	Ampliação da área de apoio ao auditório do ICSA	Natureza acadêmica e administrativa	30m2	30m2	2027 a 2028	Recurso de custeio e de capital apoio financeiro da adm superior	Para oferecer condições mais adequadas e confortáveis para uso desse espaço, considerando o fluxo intenso de utilização desses espaços
	Ampliação da área que fica no hall do prédio anexo em frente ao novo auditório	Natureza acadêmica e administrativa	20m2	20m2	2027 a 2028	Recurso de custeio e de capital apoio financeiro da adm superior	Para oferecer condições mais adequadas e confortáveis para uso desses espaços, considerando o fluxo intenso de utilização desses espaços

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IEMCI	IEMCI/BIBLIOTECA	Salas de Estudo no padrão de acessibilidade e	357m²	357m²	2031	Administração Superior Emenda Parlamentar TED Eletrônico	O layout físico da Biblioteca Setorial não contempla espaços de estudo em grupo e individualizado, com instalações de itens de acessibilidade e de segurança

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IFCH	PPGSA	Salas para atividade de orientação de professores	-	-	primeiro semestre 2026	EDITAIS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS da UFPA e externos	Possibilitar que professores do Programa, oriundos de outras instituições possam ter condições de realizar reuniões de grupo de pesquisa e orientação

		externos à UFPA					

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IG	EXPANSÃO DO PRÉDIO LAPMAR	Acadêmico	ACRESCIMO DE 1550 M²	à levantar	2027	Cooperação com PETROBRAS	A proposta é justificada pela necessidade de ampliar a capacidade de atendimento acadêmico, científico e social do Instituto de Geociências, contribuindo para os objetivos institucionais da UFPA.
	EXPANSÃO PRÉDIO DE ENSINO DA FAGEOF	Acadêmico	-	à levantar	2028	A definir	A proposta é justificada pela necessidade de ampliar a capacidade de atendimento acadêmico, científico e social do Instituto de Geociências, contribuindo para os objetivos institucionais da UFPA.
	CONSTRUÇÃO DO 3º E 4º PAVIMENTOS DO PRÉDIO DE ENSINO DA FAGEO	Acadêmico	1000 M²	à levantar	2028	A definir	A proposta é justificada pela necessidade de ampliar a capacidade de atendimento acadêmico, científico e social do Instituto de Geociências, contribuindo para os objetivos institucionais da UFPA.
	EXPANSÃO DO PRÉDIO DE LABORATÓRIOS DA FAMET	Acadêmico	300 M²	à levantar	2030	A definir	A intervenção em infraestrutura é fundamental para garantir melhores condições de

							ensino, pesquisa e extensão, assegurando qualidade acadêmica e atendimento às exigências de segurança e acessibilidade.
	CONSTRUÇÃO DO FOYE DO AUDITÓRIO DO IG E DE 6 GABINETES DE DOCENTES DO IG NO PAVIMENTO SUPERIOR	Acadêmico	300 M ²	à levantar	2029	A definir	A proposta é justificada pela necessidade de ampliar a capacidade de atendimento acadêmico, científico e social do Instituto de Geociências, contribuindo para os objetivos institucionais da UFPA.
	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO AQUÁRIO AMAZÔNICO DO IG	Acadêmico	500 M ²	à levantar	2026	A definir	A proposta é justificada pela necessidade de ampliar a capacidade de atendimento acadêmico, científico e social do Instituto de Geociências, contribuindo para os objetivos institucionais da UFPA.
	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE CAMPO NO CAMPUS IG DE CUIARANA	Administrativos	-	à levantar	2026	A definir	A intervenção em infraestrutura é fundamental para garantir melhores condições de ensino, pesquisa e extensão, assegurando qualidade acadêmica e atendimento às exigências de segurança e acessibilidade.

IMV	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA

	Fazenda de Ensino	Fazenda	Adaptações de áreas do IMV 50ha	-	-	UFPA ou externa	Obrigatoriedade do MEC

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
INEAF	FACDES e PPGAA	Incorporação do prédio anexo do Arquivo Central	318,2	1.361	2025	Prefeitura/gestão superior	Trata-se de uma decisão da gestão superior em permutar o prédio recém-construído do INEAF com a adaptação e anexação da atual sede do Arquivo central ao INEAF
	FACDES e PPGAA	Nova ampliação da área (gabinetes, Biblioteca, auditório) construída do prédio do INEAF	600	1961	2030	Prefeitura/gestão superior	Refere-se a uma futura necessidade de ampliação do prédio do INEAF, conforme o necessário aumento da sua força de trabalho.

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ITEC	ITEC ADM	Salas administrativas e auditório	992,42	1984,85	2032	Recurso do tersouro	Devido à crescente demanda por espaço físico para acomodação de servidores, melhorias nos fluxos de trabalho e atendimento às necessidades

							administrativas e acadêmicas do instituto.

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NAEA	Banheiro para PCD no segundo andar	coletivo	Verificar junto a PCU	Verificar junto a PCU	2026	Administração Superior	-
	Novo Auditório do NAEA (mais amplo)	coletivo	Verificar junto a PCU	Verificar junto a PCU	2026	Administração Superior	-
	Fraldário	coletivo	Verificar junto a PCU	Verificar junto a PCU	2026	Administração Superior	-
	Implantar a Livraria com Café do NAEA	coletivo	Verificar junto a PCU	Verificar junto a PCU	2026	Administração Superior	-

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NDAE	TECNOLAGO	Ampliação modular para implantação de salas destinadas a empresas residentes, projetos cooperativos e equipes de inovação	300 a 500 m²	A definir após levantamento o cadastral do galpão existente, acrescida da nova área	Projeto: 2028. Execução: 2029–2032	UFPA; FINEP; MCTI; emendas parlamentares; convênios; projetos de infraestrutura para ambientes de inovação; contrapartidas institucionais	A estrutura atual não dispõe de quantidade suficiente de ambientes adequados e regularizados para instalação de empresas, equipes de projetos e iniciativas de inovação. A ampliação deverá ser modular, permitindo execução por etapas e ocupação conforme demanda efetiva, evitando construção de espaços ociosos.

TECNOLAGO	Ampliação para criação de sala multiuso destinada a capacitações, reuniões ampliadas, apresentações, oficinas e eventos de pequeno e médio porte	180 a 250 m ²	A definir após levantamento o cadastral, acrescida da nova área	Projeto: 2029. Execução: 2030–2033	UFPA; MEC; MCTI; FINEP; emendas parlamentares; patrocínios e cooperação com parceiros	O TECNOLAGO necessita de espaço flexível para atividades de extensão, capacitações, hackathons, seminários e encontros com empresas e comunidades. A opção por sala multiuso é mais realista e economicamente sustentável do que a construção imediata de um auditório convencional de grande porte.
TECNOLAGO	Ampliação para implantação de área de convivência coberta e integração entre usuários, empresas e comunidade acadêmica	100 a 180 m ²	A definir após levantamento o cadastral, acrescida da nova área	Projeto: 2028–2029. Execução: 2030–2032	UFPA; recursos de urbanização; emendas; doações; parcerias institucionais	A inexistência de espaço de convivência coberto reduz a permanência, a integração e a circulação de usuários. A ampliação poderá servir como área de apoio a eventos, alimentação, reuniões informais e interação entre estudantes, empresas e parceiros.
TECNOLAGO	Ampliação para depósito técnico, almoxarifado e guarda de equipamentos e materiais	80 a 120 m ²	A definir após levantamento o cadastral, acrescida da nova área	Projeto: 2027. Execução: 2028–2030	UFPA; recursos de manutenção e infraestrutura; emendas parlamentares	A ausência de espaço adequado para armazenamento gera ocupação desordenada de salas e corredores, prejudica a circulação e expõe materiais e equipamentos a riscos. A criação de depósito técnico contribuirá para

							organização, controle patrimonial e segurança.
	TECNOLAGO	Ampliação de apoio operacional com área para manutenção , resíduos tecnológicos e triagem de materiais reutilizáveis	120 a 200 m ²	A definir após levantamento o cadastral, acrescida da nova área	Projeto: 2029. Execução: 2031–2034	UFPA; projetos de economia circular; empresas; órgãos ambientais; emendas; editais de sustentabilidade	O TECNOLAGO possui demanda por organização de materiais inservíveis, equipamentos, placas fotovoltaicas e componentes tecnológicos. A área permitirá triagem, armazenamento temporário, reaproveitamento, apoio a projetos maker e destinação ambientalmente adequada.

NEAP	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	NEAP	2º andar Prédio 5	382 m ²	382,05 m ²	Sem previsão	Recursos externos	Criação de várias salas de aula para atender a Pós-Graduação e Especialização

NEB	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	PPEB / PGEDA/PPEESP/Facul- dade de Educação Especial	Construção de novo prédio anexo (NEB II) para criação/amp liação de espaços	705m ²	443m ²	2026	-	O espaço previamente existente é insuficiente para abrigar todas as atividades atuais e futuras do NEB

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NPO	Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Salas de Aula	80m ²	425 m ²	2027	-	Aumentar a capacidade de acolher novos discentes
	Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Refeitório	40m ²	425 m ²	2027	-	Destinação de espaço específico para a alimentação
	Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Espaço de convivência	50m ²	425 m ²	2027	-	Destinação de espaço específico para convivência
	Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Sala de Professores	40m ²	425 m ²	2027	-	Destinação de espaço específico para novos professores
	Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Sala de Professores	40m ²	425 m ²	2027	-	Destinação de espaço específico para novos professores

	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M ² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NTPC	Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa	Criação de duas salas de aulas. (Prédio I)	13,47	53,88	2027	UFPA	No prédio I temos duas salas de aula que estão sendo utilizadas frequentemente pela disciplina de graduação em Psicologia que utiliza o laboratório de Roedores. As aulas da pós estão sendo ministradas no prédio II. Com a aprovação do doutorado do PPGNC, a situação por espaço para disciplina tenderá a ficar mais problemático.

							SUGESTÃO: Prédio I. Há duas salas de aulas que regularmente são utilizadas para uma disciplina da graduação. As aulas de pós do PPGTPC precisam utilizar também as salas de aula do prédio II. Contudo, com a aprovação do curso de doutorado do PPGNC (prédio II), haverá falta de salas de aula para as aulas do PPGTPC em virtude da montagem das aulas por ocorrerem nos mesmos períodos e horários.
	Programa de Pós-Graduação em Neurociências e Comportamento - Escola	Ambulatório e enfermaria para a Escola de Primatas, em área da EEP, de 4 x 4 metros, ao	16	113,62	2026	UFPA	Resolução CONCEA No 1265, de 25 de junho de 2019, exige ambulatório e enfermaria como parte das instalações de instituições de ensino e pesquisa que abrigam primatas não-humanos.
	Experimental de Primatas	Lado dos viveiros dos animais - térreo					Temos espaço disponível no quintal da EEP, de 4 m X 4 m, entre a caixa d'água e as bananeiras, ao lado dos viveiros dos animais. Se houver possibilidade de dispormos de espaço para além do muro da EEP, pode-se pensar na construção de um local maior

	Programa de Pós-graduação o em Neurociências e Comportamento - Escola Experimental de Primatas	Sala de descanso dos Residentes, a ser construída no andar superior das instalações do ambulatório e enfermaria na Escola de Primatas (ver solicitação item acima)	12	113,62	2026	-	A EEP é campo de estágio da Residência Multiprofissional em Saúde Animal Integrada à Saúde Pública (proposta pelo IMV de Castanhal, cujo funcionamento foi autorizado em janeiro de 2025). A residência conta com dois bolsistas biólogos, dois veterinários e dois psicólogos. Atualmente, duas residentes bolsistas com formação em psicologia estão atuando na EEP e provavelmente receberemos os biólogos em algum período deste ano de 2025 e/ou 2026; no próximo ano, receberemos mais duas residentes, concomitantemente às duas atuais.

EMUFPA	SUBUNIDADE	NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² DO NOVO ESPAÇO FÍSICO	ÁREA/M² TOTAL DO EDIFÍCIO	PREVISÃO DA AMPLIAÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Centro de educação profissional e PPG PROFMUS	Construção de prédio anexo	3.196 m²	2273,70 m²	2030	Recursos de emenda parlamentar ou política de expansão federal	Há previsão de ampliação de cursos e vagas e e necessidade de espaço para



							atender a demanda específica das subunidades

2.3. NOVAS EDIFICAÇÕES

Tabela 18 – Novas edificações

ABAETETUBA	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Espaço de convivência	Acadêmica	-	2026	Administração superior	Fomentar a socialização, a troca de saberes e o bem-estar da comunidade acadêmica. Um ambiente

						acolhedor que estimula o diálogo, a integração entre cursos e fortalece os vínculos institucionais.
	Vestiário do Ginásio	Acadêmica	36m ²	2026	Administração superior	O vestiário garantirá conforto, higiene e suporte adequado aos usuários do ginásio.
	Garagem dos veículos	Acadêmica	1922	2026	Administração superior	A garagem oferecerá condições apropriadas para guarda e controle dos veículos utilizados em ações acadêmicas, administrativas e de extensão. Será essencial para a organização, segurança e manutenção da frota.
	Estação dos ônibus	Acadêmica	150m ²	2026	Administração superior	A implantação da estação de ônibus no campus visa facilitar o deslocamento de estudantes e servidores, promovendo acessibilidade, segurança e organização logística. Essa estrutura contribuirá para a pontualidade das atividades acadêmicas.
	Salas de aulas	Acadêmica	5 salas	2026	Administração superior	Maiores números de entradas de alunos do que salas podem suportar. Atualmente, alunos estão assistindo às aulas em laboratórios, sendo que o turno mais crítico é o da manhã.

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ALTAMIRA	Construção de um bloco de salas	Acadêmico	1600	2030	Emenda parlamentar	Considerando a necessidade de infraestrutura para laboratórios nas faculdades (Biologia, Eng. Agrônômica, Eng. Florestal, Etnodiversidade, etc...) há a necessidade de utilização das salas de aulas nos seus respectivos prédios, e conseqüentemente, um novo prédio de sala de aulas de quatro pavimentos, como o existente.
	-	Acadêmico	1600	2031	Emenda parlamentar	Considerando os programas de Pós-graduação existentes e as novas APCNs que em estudo para serem apresentadas em 2025, à CAPES, torna-se urgente a disponibilização de infraestrutura compatível com a demanda.
	Construção do prédio da Faculdade de Medicina	Acadêmico	2000	2026	Recurso próprio	O curso de medicina ocupa espaços em vários prédios e faculdades e, mesmo assim, tem tido problemas no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

Construção de uma quadra coberta com espaços para as atléticas, banheiros, vestiários e salas atividades culturais e esportivas.	Acadêmico	900	2027	Emenda Parlamentar	Os estudante e servidores têm cobrado constantemente a construção de uma quadra coberta no campus.
Espaço de Convivência	Acadêmico	300	2028	Recurso próprio	Há exigências dos avaliadores de cursos do MEC para os espaços de convivência no Campus.
Pórtico da área II com guarita	Administrativo	202	2027	Emenda parlamentas	O Campus necessita, com urgência, um certo controle e segurança no acesso as instalações, por ser a maior área com infraestrutura.
Programa de Pós-Graduação em Estudos em Etnodiversidade	Prédio administrativo e acadêmico do PPGETNO	200	2030	Emendas parlamentares; MEC e projetos	Oferecer estrutura adequada para os programas de pós-graduação do Campus
Almoxarifado para Produtos Químicos Controlados	-	50	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Um almoxarifado para atendimento das normas de segurança de armazenamento de produtos químicos controlados pelo exército e pela Polícia Federal, utilizados em todas as subunidades do Campus
Museu de e História Natural	-	250	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Deve Abrigar o Herbário Padre José Maria de Albuquerque (coleção botânica), coleções zoológicas e paleontológicas, assim como um espaço comum para exposição permanente integrada destas coleções, laboratórios para triagem e curadoria das coleções, escritórios para dois curadores de coleções e uma secretaria
Prédio de Salas de Aula	-	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Necessário primariamente para atender a expansão do Campus quanto ao ensino, que também permitirá a ampliação dos laboratórios, dentro das subunidades, pela possibilidade de conversão de salas de aula das subunidades em áreas de laboratórios.
Depósito para Material e Equipamentos Científicos para Trabalho de Campo da	-	100 m2	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Em cumprimento de suas funções, dentro da missão institucional, os laboratórios da Faculdade de Ciências Biológicas têm produzido e/ou adquirido um volume crescente de material e equipamentos científicos,

	Faculdade de Ciências Biológicas					necessários para trabalho de campo, que não podem ser adequadamente condicionados dentro de laboratórios. Para guardar estes equipamentos é necessário que haja espaços fechados com esta destinação específica, próximos aos laboratórios.
	Espaço de Estudo para Estudantes da Faculdade de Ciências Biológicas	-	50 m2	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Prédio anexo ao Prédio da Faculdade de Ciências Biológicas, com condições adequadas para que os alunos de graduação e pós-graduação possam trabalhar em notebooks e ou estudar
	Faculdade de Educação	03 Salas de aula	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou
	Faculdade de Educação	01 Brinquedoteca	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou
	Faculdade de Educação	01 Espaço de convivência	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou
	Faculdade de Educação	03 gabinetes docentes	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou
	Faculdade de Educação	Banheiro Adaptado para Brinquedoteca (Com Fraldário)	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou
	Faculdade de Educação	03 salas Administração do PPGEI	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou
	Laboratório de Ensino – Sala de atendimento Discente	Administrativo e Acadêmico	48	2027	Instancias superiores	O programa de tutoria discente é um espaço de acolhimento das demandas discente, local onde o estudante procura para tirar suas dúvidas em relação a

						atividades e tarefas cotidianas e acadêmicas do ambiente universitário. A sala de atendimento já existe no campus Altamira, porém funciona num ambiente cedido pela faculdade de Letras, contudo é necessário que se tenha um ambiente próprio, por se tratar de um programa do campus.

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ANANINDEUA	Restaurante Universitário	Acadêmico	1238,92	2º semestre de 2028	A definir	A construção do Restaurante Universitário permitirá mais apoio às necessidades dos alunos, contribuindo especialmente para a sua permanência na Instituição, podendo contribuir para a redução das taxas de evasão.
	Espaço de convivência	Acadêmico	3046	2º semestre de 2029	A definir	Atualmente em nossa Sede Própria no Icuí-Guajará só possuímos um prédio de salas de aula, onde algumas salas foram adaptadas para serem utilizadas para outros fins, como a sala do Espaço de Convivência, que também é utilizada para realização de refeições por alunos e servidores. Nesse novo espaço de convivência está previsto inclusive um vestiário com chuveiros, o que facilitará a permanência dos alunos.
	Prédio de laboratórios	Acadêmico	1919,4	2º semestre de 2026	MEC	Atualmente em nossa Sede Própria no Icuí-Guajará não possuímos laboratório, apenas salas de aula. Por isso, ainda precisamos utilizar o espaço alugado no Colégio Intelectual, porém a intenção é que todas as atividades sejam transferidas para nossa sede própria. Deste modo, é necessária a construção deste prédio de laboratórios na área do Icuí-Guajará.
	Prédio Administrativo	Administrativo	1919,4	2º semestre de 2027	A definir	Foram adaptadas 3 salas de aula do novo prédio no Icuí-Guajará para serem utilizadas pelos setores administrativos. Por isso, precisamos construir o Prédio Administrativo do Campus, até mesmo para permitir a expansão da quantidade de pessoal necessária.

	Casa do Estudante	Acadêmico	Sem projeto	1º semestre de 2030	A definir	A Casa do Estudante também se faz necessária para contribuir com a permanência dos alunos especialmente em cursos de turno integral, além daqueles alunos que vêm de outros Municípios e têm dificuldade de manter os custos de moradia e transporte.
	Espaço Materno Infantil	Acadêmico	Sem projeto	1º semestre de 2030	A definir	O Espaço Materno Infantil é essencial para contribuir com o acesso e permanência dos estudantes que possuem filhos pequenos.
	Ginásio Poliesportivo	Acadêmico	1062,37	1º semestre de 2027	A definir	O Ginásio visa estimular o desenvolvimento completo dos alunos, permitindo a prática de esportes, e momentos de socialização e lazer para a Comunidade Universitária.
	Estação de Tratamento de Água (ETA)	Acadêmico/adm inistrativo	412,57	1º semestre de 2027	A definir	O espaço atenderá o tratamento e distribuição de água para edificações do campus

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
BRAGANÇA	Campus II – Prédio Administrativo	Administrativo	1.900	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Centralizar setores estratégicos do campus, agilizando os serviços administrativos e melhorando a gestão institucional
	Campus II – Auditório	Acadêmico e Administrativo	300	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Espaço essencial para seminários, palestras, defesas, eventos institucionais e ações de formação
	Campus II – Miniauditório	Acadêmico e Administrativo	80	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Ambiente para reuniões, cursos, grupos de estudos e defesas de TCC e dissertações
	Campus II – Bloco de Salas de Aula	Acadêmico	1.900	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Suprir o aumento da demanda por espaços pedagógicos com infraestrutura moderna, acessível e ventilada
	Campus II – Restaurante Universitário (RU)	Assistência Estudantil	1.000	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Oferecer alimentação de qualidade e baixo custo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica
	Campus II – Casa do Estudante	Assistência Estudantil / Habitação Estudantil	2.000	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Apoiar a permanência de discentes oriundos de municípios distantes ou com dificuldades de moradia

	Campus II – Espaço de Convivência	Acadêmico / Social	300	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Criar um ambiente de integração entre estudantes, professores e técnicos, fortalecendo o bem-estar coletivo
	Campus II – Complexo de Laboratórios Pedagógicos	Acadêmico	1.000	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Apoiar a prática didática e metodológica em cursos de licenciatura com laboratórios multidisciplinares
	Campus II – Complexo Esportivo	Esportivo e de Lazer	2.000	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Promover saúde, lazer e inclusão por meio de atividades físicas e esportivas acessíveis e interdisciplinares
	Campus II – Espaço Materno-Infantil	Assistência Estudantil / Extensão	200	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Atender estudantes mães/pais e a comunidade externa com ações de cuidado à primeira infância e educação infantil inclusiva
	Campus II – Prédio Administrativo	Administrativo	1.900	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Centralizar setores estratégicos do campus, agilizando os serviços administrativos e melhorando a gestão institucional

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
BREVES	Espaço de convivência para os discentes	Edificação para convivência dos discentes, cozinha, área de alimentação, área recreativa.	322m ²	2026	-	-

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
CAMETÁ	Prédio Administrativo	Prédio Administrativo	1400m ²	2026-2028	Recursos da Administração Superior	Necessidade de ampliação de novos espaços, tendo em vista o crescimento de demandas administrativas e acadêmicas

CATANHAL	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA

	Muro	Administrativo	3.000m	2026	Reitoria	Desde a construção do Campus, o muro é inexistente e implica diretamente na segurança da comunidade acadêmica e nos serviços de vigilância
	Prédio para Pós-graduação Stricto Sensu	Administrativo/Acadêmico	300m ²	2027	Reitoria	O Campus de Castanhal conta atualmente com 2 (dois) mestrados (Matemática e Estudos Antrópicos na Amazônia) e 1 (um) doutorado (Estudos Antrópicos na Amazônia) sem prédio para funcionamento adequado, o que implica nas possibilidades de expansão e de ações interinstitucionais.
	Prédio de sala de aula/Grupos de Pesquisa	Acadêmico	Área total, incluindo arredores (fossas, calçadas, das entradas e áreas laterais: 1.606,2m ² e somente o prédio de sala de aulas 829,32m ²	2028	Reitoria	O Campus tem previsão da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e nos últimos anos foram criados novos grupos de estudos e pesquisa nas áreas da Educação, Matemática, Computação, Educação Física, Letras, bem como novos projetos e programas de extensão tem sido criado. Essa ampliação de frentes de trabalho não tem sido atendida em termos infraestruturais, daí a necessidade da construção de um novo prédio.
	Casa dos estudantes	--	270m ²	-	Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil	O Campus de Castanhal nunca dispôs de uma casa dos estudante própria, apenas uma casa alugada por cerca de 10 anos, mas o contrato precisou ser concluído e sem possibilidade de reconstrução. Desde então, os estudantes estão sem possibilidade de acessar o direito à moradia estudantil. Apenas alguns acessam o auxílio moradia, mas a maioria está sem esse atendimento, o que demanda a construção de um prédio para esse fim.
	Passarela tátil coberta	Acadêmico/Adm inistrativo	750m	2026	Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil	A estrutura predial do Campus de Castanhal não garante acessibilidade para pessoas cegas, portanto nos encontramos aquém da legislação vigente de inclusão

						de pessoas com deficiência, o que demanda a construção da passarela tátil.

SALINÓPOLIS	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Prédio de Laboratórios	Acadêmico	1.919,40	2026	Ministério da Educação	-
	Prédio Administrativo	Administrativo	2.160,00	2028	Ministério da Educação	-
	Prédio de Salas de aula	Acadêmico	2.160,00	2030	Ministério da Educação	-

SOURE	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Restaurante universitário	Área de alimentação	100	2027	Recursos da Administração Superior da UFPA	Necessidade de serviço que garanta a segurança alimentar acessível aos estudantes. A maioria dos estudantes estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
	Prédio novo para Salas de aula com 3 pavimentos	Uso Acadêmico	1200	2030	Emendas parlamentares e/ou convênios com órgãos de fomento	O Campus precisa de um novo prédio para uso acadêmico como salas de aula e laboratórios.
	Casa de Passagem	Uso Acadêmico	98,6	2026	Emendas parlamentares e/ou Administração Superior	O Campus precisa de uma Casa de Passagem, a fim de que possamos ofertar cursos flexibilizados com outras Unidades.
	Pórtico de Entrada	Uso Geral	30	2027	Emendas parlamentares e/ou Administração Superior	O Campus precisa de pórtico para oferecer maior segurança e comodidade.

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
TUCURUÍ	Cidade Universitária – Bloco A	Administrativo e Acadêmico	1.661,68	ago/26	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Cidade Universitária – Bloco B	Administrativo e Acadêmico	1.661,68	ago/26	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Pórtico de Entrada da Cidade Universitária	Administrativo	67,07	fev/27	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Almoxarifado da Cidade Universitária	Administrativo	346,9	abr/27	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Ver-o-Pesinho da Cidade Universitária	Administrativo	149,4	mai/27	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Cabine da Subestação da Cidade Universitária	Infraestrutura	19,58	jun/26	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Quadra Poliesportiva Coberta	Acadêmico	980,4	ago/29	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-

ICA	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA

	Prédio inter-subunidades acadêmicas do ICA instalados no Campus Belém (a exemplo do Mirante do Rio para as unidades acadêmicas do campus básico).	Prédio de Salas de Aula e Bibliomultimídia teca das Artes Visuais, Cinema, Museologia e Multimídia	-	-	-	Com o esgotamento da capacidade tanto do Ateliê quanto do Anexo e considerando a transformação dos diversos cursos em faculdades, é necessário que os atuais espaços (Ateliê e Anexo) sejam ressignificados particularmente com laboratórios específicos e administração. Consequentemente, urge um novo espaço específico para salas de aula e bibliomultimídia para atender a esses cursos/novas faculdades que atuam nos períodos matutino, vespertino e noturno
	Estúdio FAMUS	Registro sonoro	70m2	2030	UFPA outras	Necessidade de expandir as atividades do Estúdio a um centro de registro de sons amazônicos.
	Prédio da Faculdade de Dança	Predio para aulas teóricas e práticas, atividades de pesquisa e extensão, atividades docentes	-	-	-	O curso recém criado ainda não conta com espaço próprio adequado para o desenvolvimento de suas atividades. Atualmente, estamos com pelo menos três locais onde ocorrem as aulas do curso, levando a um grande deslocamento dos discentes para as aulas e atividades de pesquisa e extensão. A carência dos espaços físicos foi uma das causas de redução da nota do curso na avaliação do MEC no ano corrente.
	ETDUFPA edificação para aulas práticas e teóricas no campus Guamá	Subunidade Acadêmica	500m²	2028	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	A construção de uma edificação para as aulas práticas e teóricas das graduações da etdufpa é uma necessidade da comunidade acadêmica de nível superior, essa necessidade passa desde salas adequadas ao ensino superior, como as proximidades com a vivência acadêmica que o campus Guamá proporciona aos discentes dos cursos de graduação
	ETDUFPA arrendamento de edificação da união localizada na avenida presidente Vargas, próximo à avenida Manoel barata	Subunidade Acadêmica	Indefinido	2028	SETEC MEC	O arrendamento da edificação se faz necessária para a expansão das atividades da etdufpa consolidando assim sua atuação na área das artes cenográficas
	Prédio inter-subunidades	Prédio de Salas de Aula e	A definir	A definir	A definir	Com o esgotamento da capacidade tanto do Ateliê quanto do Anexo e considerando a transformação dos

	acadêmicas do ICA instalados no Campus Belém (a exemplo do Mirante do Rio para as unidades acadêmicas do campus básico).	Bibliomultimídia teca das Artes Visuais, Cinema, Museologia e Multimídia				diversos cursos em faculdades, é necessário que os atuais espaços (Ateliê e Anexo) sejam ressignificados particularmente com laboratórios específicos e administração. Consequentemente, urge um novo espaço específico para salas de aula e bibliomultimídia para atender a esses cursos/novas faculdades que atuam nos períodos matutino, vespertino e noturno.

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICB	Prédio das Pós-Graduações	Acadêmico		2026	Recursos da UFPA	Expansão do espaço físico do ICB para melhor acomodar as secretarias e aulas dos PPGs do ICB (obra já iniciada).
	Biotério	Acadêmico		2028	Recursos da UFPA	Garantir condições adequadas de manutenção, manejo e cuidado de animais utilizados em pesquisas e atividades acadêmicas, atendendo às normas éticas e sanitárias vigentes. A estrutura permitirá apoiar projetos científicos, aprimorar a formação prática dos alunos e fortalecer a capacidade de produção de conhecimento da instituição (obra iniciada).
	Abrigo – Produtos Químicos	Acadêmico	30m2	2027	Recursos da UFPA	Adequação a legislação da UFPA, PF e Exército. Manutenção da segurança do ambiente acadêmico e de trabalho.
	Abrigo – Lixo Infectante	Acadêmico	20m²	2027	Recursos da UFPA	Adequação a legislação da UFPA. Manutenção da segurança do ambiente acadêmico e de trabalho.
	Prédio de pesquisa, ensino e extensão	Acadêmico	2.500m²	2029	Recursos da UFPA	Ampliação da pesquisa e inovação no ICB

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICED	Novo prédio do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGED	Acadêmica e Administrativa	180m²	2035	Reitoria	Necessidade de ampliação do Programa de Pós-graduação em Educação atendendo ao aumento da demanda da pós-graduação na unidade

ICEN	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Prédio de Laboratórios do ICEN	Acadêmica	-	2026	UFPA	Suporte às atividades acadêmicas das Faculdades de Computação, Estatística e Matemática.

ICS	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Espaço de convivência	Acadêmico	200m²	2026		Os espaços de convivência são essenciais para a vida acadêmica, proporcionando ambientes adequados para descanso, lazer, alimentação e interação social entre os estudantes.
	Auditório	Acadêmico	75m²	-	-	auditório é essencial para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, com realizações de seminários, palestras, cursos entre outros.
	Restaurante Universitário da Saúde	Acadêmico	200m²	-	-	Os discentes da área da saúde precisam se deslocar até os restaurantes universitários, localizados a considerável distância das faculdades, muitas vezes saindo antes do término das aulas para se alimentar e conseguir retornar a tempo.
	Clínica escola para a Faculdade de Odontologia	Acadêmico	50m²	-	-	Criação de uma clínica escola com convenio com o SUS
	Bloco/sala para radiografia dentária para Faculdade de Odontologia	Acadêmico	50m²	-	-	A Faculdade realiza atendimentos a pessoas em situação de urgência e, portanto, necessita de um espaço adequado que permita a prestação do serviço com segurança, protegendo pacientes, docentes e discentes que atuam diretamente na linha de frente do atendimento.
	Prédio de quatro andares com salas de aula para as Pós-graduações do ICS	Acadêmico	1.250 m²	2026	-	As Subunidades de Pós-graduação do ICS não possuem local físico para as aulas dificultando, precisando utilizar os espaços das faculdades de graduação que não possuem disponibilidade.

	Prédio de quatro andares com salas de aula e laboratórios de habilidades práticas para a faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do ICS	Acadêmico	1.250 m ²	2026	-	A construção de um prédio com salas de aula e laboratórios para a Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que atualmente abriga dois cursos, é de suma importância para garantir a qualidade do ensino e o fortalecimento institucional. O espaço físico adequado é um requisito essencial para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, proporcionando infraestrutura compatível com as exigências pedagógicas, científicas e tecnológicas atuais.

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICSA	Criação de nova edificação para o funcionamento concentrado dos projetos de ensino do ICSA	Área externa nas proximidades do estacionamento	200 m2	2027 a 2035	Fonte de capital e apoio da administração superior	A criação de um novo edifício destinado ao funcionamento dos projetos de ensino do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) justifica-se pela necessidade de centralizar, qualificar e ampliar os espaços acadêmicos dedicados a atividades pedagógicas, de extensão e de integração entre docentes, discentes e a comunidade. Atualmente, os projetos encontram-se distribuídos em diferentes áreas e ambientes, o que dificulta a gestão, fragmenta as ações e compromete a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.
	Área de convivência para os alunos da graduação	Pavilhão de aulas bloco HP térreo	30m2	2026 a 2035	Fonte de capital e apoio da administração superior	A criação de uma área de convivência para os alunos justifica-se pela necessidade de oferecer um espaço adequado de socialização, integração e bem-estar dentro do ambiente acadêmico
	Área de convivência para servidores e alunos	Prédio administrativo principal	32m2	2026 a 2035	Fonte de capital e apoio da administração superior	A criação de uma área de convivência para os alunos justifica-se pela necessidade de oferecer um espaço adequado de socialização, integração e bem-estar dentro do ambiente acadêmico
	Área de convivência para servidores e alunos	Prédio administrativo principal	20m2	2026 a 2035	Fonte de capital e apoio da	A criação de uma área de convivência para os alunos justifica-se pela necessidade de oferecer um espaço

					administração superior	adequado de socialização, integração e bem-estar dentro do ambiente acadêmico

IECOS	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Depósito geral do IECOS	administrativo	60	2026	UFPA-orçamento	Necessitamos de espaço para depósito de mobiliário, equipamentos e material de manutenção.
	CAMPUS II de Bragança	para Ensino e Pesquisa	A ser definida	2027	A ser buscada	As atuais instalações do IECOS não permitem expansão das atividades. A construção de um novo campus seria fundamental para a atuação mais ativa do IECOS.
	Laboratório úmido para triagem de material biológico	para Ensino e Pesquisa	60	2026	A ser buscada	Triagem de material biológico é necessário em aulas práticas de campo e atividades de pesquisa que incluam coleta de material biológico. Tratar-se-á de um espaço multi disciplinar e multi uso.
	Depósito geral do IECOS	administrativo	60	2026	UFPA-orçamento	Necessitamos de espaço para depósito de mobiliário, equipamentos e material de manutenção.

IEMCI	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Clube de Ciências da UFPA – CCIUFPA	Espaço Pedagógico E Investigativo	Terreno 470m ² Construção 1.395m ²	Iniciado em 2020, com previsão de entrega em 2026	Administração Superior Emenda Parlamentar TED Eletrônico	Atender a política institucional que preconiza a necessária integração da Educação Básica com a Educação Superior

IFCH	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Rampa acessível ligando o térreo com o primeiro andar do IFCH	-	-	PRIMEIRO SEMESTRE 2026	EDITAIS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS da ufpa/ifch e externos	Disponibilizar o acesso devido aos discentes e docentes PCD, pois apesar da existência de elevador dedicado no prédio sede do IFCH, POR VEZES não funciona, provocando transtorno aos discentes e docentes PCDS que não conseguem se movimentar para o andar de cima DO PRÉDIO

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IG	Construção do prédio de laboratórios de sedimentologia/palinologia do PPGG	Público Institucional	2250 M ²	2028	A definir	A intervenção em infraestrutura é fundamental para garantir melhores condições de ensino, pesquisa e extensão, assegurando qualidade acadêmica e atendimento às exigências de segurança e acessibilidade.
	Construção do centro de amostras e dados de geociências do IG ()	Público Institucional	1500 M ²	2029	A definir	A proposta é justificada pela necessidade de ampliar a capacidade de atendimento acadêmico, científico e social do Instituto de Geociências, contribuindo para os objetivos institucionais da UFPA.

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IMV	Prédio administrativo	-	776	2027	-	O espaço administrativo do IMV funciona de forma adaptada em salas de aula. Não há um espaço digno para as atividades administrativas

	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
INEAF	Construção de viveiro e espaço de aulas práticas	Acadêmico	100	2026	A definir junto a prefeitura	A ideia é aproveitar a área dos fundos do Prédio do INEAF para construir estruturas para viveiros de mudas e uma área coberta para aulas práticas dos cursos de graduação e Pós. Este espaço também abrigará e estará sobre a gestão do PET; NEA AJUR e Grupo BIOse, do INEAF
	Edifício anexo ao atual prédio do INEAF	Acadêmico	600	2030	Prefeitura/gestão superior	Refere-se a uma futura necessidade de ampliação do prédio do INEAF, conforme o necessário aumento da sua força de trabalho

NEAP	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Câmara Frigorífica	Acadêmico	127m ²	2026	Projeto em parceria com a Petrobras	Para armazenamento e manipulação de peixes, crustáceos e demais materiais biológicos

NEB	NOVO EDIFÍCIO	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M2	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	05 Salas de aula	Acadêmico	1,5m ² por aluno / 232,5m ²	2026	-	Atividades pedagógicas
	01 Sala de convivência para estudantes	Acadêmico	24m ² / 24m ²	2026	-	Integração e convívio do corpo discente
	12 Salas para grupos de pesquisa	Acadêmico	18m ² / 216m ²	2026	-	Atividades dos grupos de pesquisa
	01 Espaço para biblioteca	Acadêmico	90m ² / 90m ²	2026	-	Estudos e pesquisas
	01 Sala de defesa	Acadêmico	48m ² / 48m ²	2026	-	Defesa de trabalhos acadêmicos e afins
	01 Laboratório de inclusão e acessibilidade	Acadêmico	24m ² / 24m ²	2026	-	Atividades acessíveis e inclusivas
	01 Laboratório de Informática	Acadêmico	24m ² / 24m ²	2026	-	Estudos e pesquisas em meios virtuais e eletrônicos
	01 Sala de multimeios	Acadêmico	48m ² / 48m ²	2026	-	Atividades pedagógicas com uso de tecnologias
	01 Auditório de médio porte (110 pessoas)	Acadêmico	165m ² / 165m ²	2026	-	Eventos acadêmicos e grandes reuniões
	01 Sala conjunta de professores	Acadêmico	12m ² / 12m ²	2026	-	Integração e convívio do corpo docente
	01 Sala coordenação PPEB	Administrativo	10m ² / 10m ²	2026	-	Atividades de gestão e planejamento
	01 Sala coordenação PGEDA	Administrativo	10m ² / 10m ²	2026	-	Atividades de gestão e planejamento

	01 Sala secretaria acadêmica dos programas	Administrativo	21m ² / 21m ²	2026	-	Atividades de apoio e assessoramento técnico
	01 Sala coordenação de pesquisa e extensão	Administrativo	10m ² / 10m ²	2026	-	Atividades de gestão e planejamento
	01 Sala coordenação dos cursos <i>lato sensu</i>	Administrativo	10m ² / 10m ²	2026	-	Atividades de gestão e planejamento
	01 Sala secretaria acadêmica dos cursos <i>lato sensu</i>	Administrativo	10m ² / 10m ²	2026	-	Atividades de apoio e assessoramento técnico
	01 Sala divisão de TIC	Administrativo	10m ² / 10m ²	2026	-	Apoio e assessoramento técnico no uso de equipamentos de TIC
	01 Almoxarifado	Administrativo	6m ² / 6m ²	2026	-	Armazenamento de materiais e equipamentos
	01 Copa / cozinha	Administrativo	12m ² / 12m ²	2026	-	Atividades de alimentação e convívio
	01 Banheiro masculino com chuveiros	Administrativo	12m ² / 12m ²	2026	-	Necessidades fisiológicas e de higiene pessoal
	01 Banheiro feminino com chuveiros	Administrativo	10,5m ² / 10,5m ²	2026	-	Necessidades fisiológicas e de higiene pessoal
	01 Banheiro unissex para PCD	Administrativo	4m ² / 4m ²	2026	-	Necessidades fisiológicas e de higiene pessoal de PCD
	TOTAL	-	705m ²	-	-	-
	05 Salas de aula	Acadêmico	1,5m ² por aluno / 232,5m ²	2026	-	Atividades pedagógicas

2.4. REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E URBANIZAÇÃO

Tabela 19 - Requalificação ambiental e urbanização

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M²	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ABAETETUBA	Sinalização dos Estacionamento	Acadêmica e Administrativa	-	2026	Emenda parlamentar	Com a correta demarcação de vagas, sinalização vertical e horizontal, incluindo espaços destinados a PCDs, servidores e visitantes, promove-se acessibilidade, fluidez e integração urbana entre os setores acadêmico e administrativo. A medida também contribui para a valorização do espaço físico, reforçando o compromisso da instituição com práticas sustentáveis e inclusivas.
	Projeto Trilha das palmeiras	Acadêmica e Cultural	-	2026	Parceria com o poder público	-

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ALTAMIRA	Espaço para Convivência no Campus	Espaço de Convivência	100	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou
	Espaço de Convivência da Faculdade de Ciências Biológicas	Espaço de Convivência	50	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou	Demandante não apresentou

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
BRAGANÇA	Reestruturação e ampliação do sistema de estacionamentos	Administrativa	100	2026–2027	UFPA + Emendas Parlamentares	Adequar os estacionamentos às normas de acessibilidade e segurança, otimizando o fluxo de veículos e garantindo conforto a servidores, estudantes e visitantes.
	Requalificação das rotas de acesso internas e externas	Administrativa	50	2026–2028	UFPA + Emendas Parlamentares	Melhorar a mobilidade interna com pavimentação, calçadas acessíveis, sinalização e drenagem, promovendo acessibilidade universal e fluidez no deslocamento.
	Implantação de nova iluminação pública sustentável	Administrativa	300	2026–2028	UFPA + Emendas Parlamentares	Instalar sistema de iluminação com tecnologia LED e energia solar, promovendo segurança, economia energética e adequação ambiental ao uso noturno do campus.
	Recuperação e ampliação das áreas verdes	Administrativa	30	2026–2029	UFPA + MMA + Parcerias com ICMBio	Valorizar o bioma local com espécies nativas, arborização, sombreamento e espaços de descanso, integrando estética e conforto térmico à infraestrutura do campus.
	Readequação da pavimentação interna do campus	Administrativa	20	2026	UFPA + MEC + Recursos do PAC	Corrigir irregularidades, substituir pisos danificados, garantir acessibilidade e atender às normas técnicas de mobilidade e segurança urbana.
	Urbanização do entorno dos prédios acadêmicos	Administrativa	80	2026	Recursos próprios + FNDCT +	Criar espaços integrados de circulação, áreas de descanso, iluminação adequada e paisagismo,

					Emenda Parlamentar	favorecendo o bem-estar da comunidade acadêmica e institucional.
	Implantação de sistema de drenagem e manejo sustentável da água	Administrativa	50	2026-2027	UFPA+ Convênios com MMA	Evitar alagamentos e erosões, utilizando soluções baseadas na natureza (SBN), como jardins de chuva e reservatórios de infiltração, em consonância com normas ambientais.

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
CASTANHAL	DAEST/Xerox/Alimentação/Sala Sensorial e de acolhimento estudantil	Administrativo/Alimentação/Estudantil	12m ²	2027	Reitoria	Com a reforma e ampliação do atual prédio que congrega 4 serviços, será possível destinar o prédio exclusivamente para as atividades da Daest/NAcess
	Secretaria Acadêmica	Administrativo/Grupos de Pesquisa	47m ²	2026	Campus Castanhal	Há a necessidade de destinar um espaço para os documentos que compõem o arquivo físico da UFPA/Castanhal. Desse modo, o espaço usado atualmente por grupos de estudos e pesquisa serão redirecionados para o referido arquivo
	Espaço da Xerox	Readaptação para sala de aula	47m ²	2026	Campus Castanhal	O campus tem déficit de sala de aula. Nesses termos a atual sala utilizada por um dos serviços de xerox será reformada e requalificada para atividade de ensino.

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
SOURE	Áreas internas e externas dos prédios acadêmicos e administrativos do Campus Universitário do Marajó-Soure	Uso Acadêmico e Administrativo	1000	2026	Recursos próprios da UFPA.	Instalação de placas de orientação vertical e horizontal para identificação de prédios, salas de aula, setores administrativos e áreas de convivência. Essa requalificação visa facilitar a circulação de estudantes, visitantes e servidores, melhorar a acessibilidade e a orientação espacial e a organização espacial.
	Áreas externas de circulação e convivência do Campus Universitário do Marajó-Soure	Uso Acadêmico e Administrativo	12000	2026	Recursos próprios da UFPA.	Implantação de projeto de paisagismo contemplando criação de jardins com espécies adaptadas ao clima local, instalação de gramado em áreas de convivência e canteiros e manutenção de áreas verdes existentes. O paisagismo visa melhorar o conforto térmico,

						embelezar o ambiente e tornar os espaços agradáveis para a convivência de todos.
	Áreas externas próximas aos prédios acadêmicos e administrativos	Uso Acadêmico e Administrativo	40	2026	Recursos próprios da UFPA	Construção de novos bicicletários com estrutura metálica em pontos estratégicos próximos às entradas dos prédios acadêmicos. A medida atende à demanda crescente de estudantes e servidores que utilizam bicicleta como meio de transporte.
	Área de estacionamento	Uso Acadêmico e Administrativo	40	2027	Recursos próprios da UFPA	Ampliação e demarcação de área para estacionamento de motos e carros.
	Pavimentação	Uso Acadêmico e Administrativo	12000	2029	Emendas parlamentares e/ou Administração Superior	Criar pistas pavimentadas dentro do Campus com acesso aos prédios e com área para estacionamento

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	FAMUS Paisagismo	Área externa à FAMUS	70m2	2028	UFPA	-
ICA	Jardim da Faculdade de Cinema e Audiovisual	Área externa	A calcular	2027/2028	Institucional	Previsão de plantio de árvores frutíferas e de porte médio para gerar sombra para as áreas externas de convívio da comunidade acadêmica. A Faculdade de Cinema e Audiovisual está localizada em frente ao Rio Tucunduba e ao Bosque Camilo Vianna, portanto devemos cuidar e ampliar a área verde onde a Faculdade está situada.
	Passarela	Área externa	15 m	2027/2028		Instalação de uma passarela de madeira para garantir o acesso entre os prédios que atendem os cursos do ICA no Campus de Belém.

ICB	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA

	Corredores do ICB (entre prédio anexo, principal, Lab. de Virologia, Macacário e Herbário)	Administrativo e acadêmico	30m ²	2026	UFPA	Necessidade de adequação da iluminação, passarelas de acesso entre o prédio principal, Laboratório de Virologia, Herbário e Macacário que garantam acessibilidade. Melhoria no paisagismo.

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICED	Paisagismo e ampliação das áreas verdes e de convivência no campus 3	Acadêmica e Administrativa	70m ² aprox.	2026/2027	Recurso Proad/Reitoria	Necessidade de ampliação das áreas verdes e de convivência de alunos e servidores no campus 3, para melhorar a qualidade acadêmica/administrativa do ICED
	Ampliação do projeto “bosque do ICED” com ampliação dos espaços verdes e áreas de convivência.	Acadêmica/Administrativa	100m ²	2032	Recurso Proad/Reitoria	Necessidade de ampliação das áreas verdes e de convivência de alunos e servidores nas proximidades do Prédio Administrativo do ICED.

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICSA	Sala MP2	Revitalizar esses espaços a fim de otimizar essas áreas para uso das faculdades do ICSA	30m ²	2026 a 2035	PGO e RECURSOS DA ADM.SUPERIOR	A revitalização desses espaços apresenta-se como uma necessidade estratégica para garantir melhores condições de ensino, pesquisa e extensão, atendendo às demandas crescentes da comunidade acadêmica do ICSA.
	SALA MP3	Revitalizar esses espaços a fim de otimizar os espaços	20m ²	2026 a 2035	PGO e RECURSOS DA ADM.SUPERIOR	A revitalização desses espaços apresenta-se como uma necessidade estratégica para garantir melhores condições de ensino, pesquisa e extensão, atendendo às demandas crescentes da comunidade acadêmica do ICSA.

	Infocentro (sala de aula GP)	Revitalizar/ reaproveitar sala de aula no bloco GPaltos	20m2	2026 a 2035	Parcerias externa e recursos da reitoria	Um "Infocentro" ou "Telecentro" é um espaço público equipado com computadores e acesso à internet, geralmente com o objetivo de promover a inclusão digital e oferecer atividades de capacitação para a comunidade. Esses espaços são importantes para democratizar o acesso à tecnologia e permitir que pessoas de diferentes origens e faixas etárias possam aprender e se desenvolver no mundo digital
	Urbanização da área externa para Carga e descarga de materiais referente aos processos de colocar e retirar mercadorias de veículos de transporte, seja para envio ou recebimento	Facilitar a mobilidade e desenvolvimento das atividades administrativas	100M2	2026 a 2035	RECURSOS DA ADM. SUPERIOR	A urbanização da área destinada à carga e descarga justifica-se pela necessidade de garantir maior eficiência, segurança e organização logística nas atividades de recebimento e expedição de materiais, equipamentos e insumos.
	Cobertura de concreto ou lona na garagem em frente ao prédio administrativo prédio anexo	Área de acesso ao prédio adm. Anexo	80M2	2026 a 2035	RECURSOS DA ADM. SUPERIOR	A criação de uma área coberta para estacionamento justifica-se pela necessidade de oferecer melhores condições de infraestrutura à comunidade acadêmica, servidores e visitantes. A ausência de cobertura nos estacionamentos atuais expõe veículos e usuários a intempéries, como sol intenso e chuvas, ocasionando desconforto, riscos à integridade física dos usuários durante o deslocamento e desgaste acelerado dos automóveis e da infraestrutura da área de acesso ao prédio anexo do ICSA.

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IECOS	instalação placas solares em todos os 6 prédios do IECOS	Pesquisa e ensino	4000	2026	A buscar	A instalação de placas solares em ambientes acadêmicos é urgente, face as mudanças ambientais

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IEMCI	Clube de Ciências da UFPA – CCIUFPA no padrão interno de acessibilidade	Espaço Pedagógico e Investigativo	Terreno – 470m ² Construção o 1.395m ²	Iniciado em 2020, com previsão de entrega em 2027	Administração Superior Emenda Parlamentar TED Eletrônico	Adequação à legislação e normas da acessibilidade no que diz respeito às áreas internas, com respectivos itens obrigatórios de acessibilidade
IG	Projeto de Requalificação do Estacionamento do Instituto de Geociências da UFPA	Pública de circulação	* Delimitação e pintura de vagas (carros, motos, vagas reservadas); * Instalação de sinalização vertical e horizontal; * Criação de áreas específicas (caçamba, lixeiras, acessibilidade); * Arborização	2026	PGO ou Apoio da Administração	É um espaço importante para inclusão e urbanização

			o e paisagismo ; * Organizaçã o do fluxo de veículos e pedestres.			
	Construção da passarela de proteção da passarela pela saída de trás do IG	Pública de circulação	-	2026	Apoio da Administração ou da Prefeitura do <i>Campus</i>	Os servidores que ficam nos anexos poderão utilizar as dependências do prédio SEDE para uso dos banheiros entre outros

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M²	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
INEF	Nova identidade na frente do prédio	Acadêmico	20 m	2025	Capitação externa	O INEAF ainda não possui uma fachada com identidade própria e se pretende defini-la para a COP30
	Melhorias de estacionamentos	Acadêmico	20	2026	A definir junto a prefeitura	O estacionamento nunca passou por uma revitalização
	Jardim da frente do Instituto	Acadêmico	20	2027	A definir junto a prefeitura	O jardim necessita de uma revitalização
	Iluminação na frente do Instituto	Acadêmico	-	2026	A definir junto a prefeitura	Por uma questão de segurança, a iluminação em frente ao Instituto necessita de uma revitalização

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M²	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ITEC	LABORATÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL	Laboratório de ensino	372,84 M²	2026	Recurso do tesouro	A requalificação ambiental e urbanização dos arredores da UFPA são essenciais para a qualidade de

						vida, preservação ambiental e integração com a comunidade.
	LABORATÓRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL	Laboratório de ensino	124,98 M ²	2026	Recurso do tesouro	A requalificação ambiental e urbanização dos arredores da UFPA são essenciais para a qualidade de vida, preservação ambiental e integração com a comunidade.
	LABORATÓRIO DE ENGENHARIA QUÍMICA	Laboratório de ensino	529,51 M ²	2027	Recurso do tesouro	A requalificação ambiental e urbanização dos arredores da UFPA são essenciais para a qualidade de vida, preservação ambiental e integração com a comunidade.
	LABORATÓRIO DE ENGENHARIA SANITÁRIA	Laboratório de ensino	259,77 M ²	2028	Recurso do tesouro	A requalificação ambiental e urbanização dos arredores da UFPA são essenciais para a qualidade de vida, preservação ambiental e integração com a comunidade.
	LABORATÓRIO DE ENGENHARIA ELÉTRICA, COMPUTAÇÃO E BIOMÉDICA	Laboratório de ensino	639,56 M ²	2029	Recurso do tesouro	A requalificação ambiental e urbanização dos arredores da UFPA são essenciais para a qualidade de vida, preservação ambiental e integração com a comunidade.
	ANEXO DO LABORATÓRIO DE ENGENHARIA ELÉTRICA, COMPUTAÇÃO E BIOMÉDICA	Laboratório de ensino	113,34 M ²	2030	Recurso do tesouro	A requalificação ambiental e urbanização dos arredores da UFPA são essenciais para a qualidade de vida, preservação ambiental e integração com a comunidade.
	ATELIER DE ARQUITETURA	Laboratório de ensino	291,13 M ²	2031	Recurso do tesouro	A requalificação ambiental e urbanização dos arredores da UFPA são essenciais para a qualidade de vida, preservação ambiental e integração com a comunidade.
	ITEC ADM	Prédio administrativo	396,97 M ²	2032	Recurso do tesouro	A requalificação ambiental e urbanização dos arredores da UFPA são essenciais para a qualidade de vida, preservação ambiental e integração com a comunidade.
	ITEC B	Salas de aula	124,73 M ²	2033	Recurso do tesouro	A requalificação ambiental e urbanização dos arredores da UFPA são essenciais para a qualidade de

						vida, preservação ambiental e integração com a comunidade.
	PEGITEC	Laboratório de ensino	502,36 M ²	2034	Recurso do tesouro	A requalificação ambiental e urbanização dos arredores da UFPA são essenciais para a qualidade de vida, preservação ambiental e integração com a comunidade.

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NAEA	Jardim sensorial na entrada do Hall lateral do prédio do NAEA	coletivo	Verificar junto a PCU	Verificar junto a PCU	2026	Promover a responsabilidade socio ambiental no âmbito do NAEA.
	Jardim principal do NAEA	coletivo	Verificar junto a PCU	Verificar junto a PCU	2026	Promover a responsabilidade socio ambiental no âmbito do NAEA.
	Implantação do bosque do NAEA ao lado do Prédio do NAEA	coletivo	Verificar junto a PCU	Verificar junto a PCU	2026	Promover, através da plantação de árvores que representem cada Estado da Amazônia legal , constituindo o espaço florestal da Amazônia e favorecendo a convivência de diferentes povos

	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NDAE	Entorno imediato do galpão e rotas de acesso	Urbanização, acessibilidade e circulação de pedestres	1.500 a 2.500 m ²	Projeto: 2026–2027. Execução: 2028–2030	UFPA; MEC; recursos de acessibilidade; emendas parlamentares; convênios	O entorno predominantemente em brita dificulta a circulação segura e acessível, especialmente para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos e usuários transportando equipamentos. A requalificação deverá implantar calçadas, rampas, pisos regulares, rotas acessíveis, drenagem e sinalização.
	Área de estacionamento e circulação viária interna	Estacionamento , mobilidade,	2.000 a 3.500 m ²	Ordenamento inicial: 2026–2027.	UFPA; recursos de urbanização; emendas;	A área atual carece de delimitação de vagas, circulação organizada e separação entre veículos e pedestres. A intervenção deverá prever vagas convencionais e

	segurança e logística		Urbanização: 2028–2030	convênios; parceiros	acessíveis, motocicletas, bicicletas, carga e descarga, veículos de emergência, sinalização e iluminação.
Faixas verdes e áreas de arborização do TECNOLAGO	Paisagismo, conforto térmico e sustentabilidade	2.000 a 4.000 m ²	Implantação inicial: 2027–2028. Expansão: 2029–2035	UFPA; projetos de extensão; compensação ambiental; doações; empresas; órgãos ambientais	A elevada incidência solar, a baixa arborização e a predominância de superfícies minerais agravam o desconforto térmico no entorno do galpão. A arborização contribuirá para sombreamento, redução da temperatura, melhoria do microclima, conforto dos usuários e qualificação paisagística.
Praça de convivência e integração do Parque	Espaço público institucional, convivência e extensão	400 a 700 m ²	Projeto: 2027. Execução: 2028–2031	UFPA; emendas; doações; projetos de urbanização; parceiros	O Parque não dispõe de área externa estruturada para convivência, encontros, atividades de extensão, pequenas exposições e interação entre comunidade acadêmica, empresas e visitantes. A praça deverá contar com arborização, bancos, iluminação, acessibilidade e áreas sombreadas.
Sistema de drenagem e manejo de águas pluviais	Infraestrutura ambiental e drenagem urbana	Área de abrangência: entorno integral do galpão	Diagnóstico: 2027/2028. Execução por etapas: 2029–2035	UFPA; recursos de infraestrutura; emendas parlamentares; convênios	A urbanização e pavimentação do entorno devem ser acompanhadas de solução de drenagem, evitando alagamentos, erosão, concentração de águas, danos às edificações e prejuízos à circulação.
Área externa de exposição de tecnologias e protótipos	Espaço demonstrativo de ciência, tecnologia e inovação	300 a 600 m ²	Projeto: 2031. Execução: 2032–2034	MCTI; FINEP; empresas; emendas; projetos de extensão e divulgação científica	A criação de área demonstrativa permitirá exposição permanente ou temporária de protótipos, tecnologias sustentáveis, projetos estudantis, soluções energéticas e iniciativas de economia circular, fortalecendo a identidade do Parque e sua interação com a sociedade.
Sistema de iluminação externa e segurança do entorno	Infraestrutura urbana, segurança e eficiência energética	Área de abrangência: circulação externa, estacionamento e acessos	Projeto: 2026–2027. Implantação: 2027–2029	UFPA; recursos de segurança; emendas; projetos de eficiência energética; empresas	A iluminação adequada é necessária para o funcionamento noturno, circulação segura, prevenção de acidentes e proteção patrimonial. A intervenção poderá utilizar luminárias eficientes, acionamento inteligente e, quando viável, soluções alimentadas por energia solar.

	Sinalização e identidade espacial do TECNOLAGO	Comunicação visual, orientação e acessibilidade	Área de abrangência: todo o Parque	Implantação inicial: 2026–2027. Atualização contínua	UFPA; recursos institucionais; doações e parcerias	A ausência de identificação clara dos acessos, setores, laboratórios, empresas, estacionamento e rotas de emergência dificulta a orientação dos usuários e reduz a percepção institucional do Parque. A sinalização deverá integrar comunicação visual, acessibilidade, segurança e identidade institucional.
	Área de bicicletário e apoio à mobilidade sustentável	Mobilidade sustentável e apoio aos usuários	50 a 100 m ²	2027–2028	UFPA; projetos de sustentabilidade; parceiros; doações	A implantação de bicicletário coberto, seguro e acessível incentivará modos sustentáveis de deslocamento e qualificará a infraestrutura de apoio aos usuários.

NEAP	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Cobertura do estacionamento	Infraestrutura	172,19m ²	Sem previsão	O recurso do Núcleo não cobre a despesa	-

NEB	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Criação de espaço para estacionamento de 10 carros	Administrativo	12,5m ² (2,5 x 5,0) / 125m ²	2026		O fluxo de veículos na área é intenso pois atende pelo menos, três unidades acadêmicas (NEB, NAEA, ICSA), aumentando drasticamente no meio da manhã por causa da cantina do NAEA
	Criação de passarela para acesso ao prédio no Jardim Oeste	Administrativo	1,20m ² x 22m ² / 26,4m ²	2026		Segurança e conforto no trajeto entre o estacionamento e o prédio

NTPC	ESPAÇOS REQUALIFICADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	ÁREA/M ²	PREVISÃO DA CONTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA

	Frente e lateral dos Prédios		-	2028	UFPA	Considerando o programa institucional de acolhimento, o NTPC possui áreas laterais, nos dois prédios que necessitam de projeto arquitetônico de paisagismo. As alterações podem instalar sentimento de pertencimento da instituição nos usuários. SUGESTÃO: (...) O paisagismo, além de tornar o entorno dos prédios e desse espaço da UFPA mais ecológico, torna esse espaço mais adequado às atuais necessidades de espaços com forte sensação e percepção de inserção eco-acadêmica à comunidade externa e acadêmica, frequentadores da UFPA.
	Banheiros- Prédio I. Válvulas de redução de água nos banheiros	Acad/ Adm	-	2026	NTPC	As descargas dos vasos sanitários precisam passar por vistorias mensais. Considerando que o prédio tem mais de 20 anos, as válvulas que acionam as descargas precisaram ser substituídas.
	Frente dos Prédios I e II recipientes ecológicos para os dois prédios	Acad/ Adm	-	2026	PPGTPC	Disponibilizar nas entradas de cada prédio, os contêineres ecológicos para centralizar a reciclagem de materiais. CENTRALIZAR?????
	Estacionamento	-	-	-		
	Frente do Prédio II - Colocação de Corrimão	Acad/ Adm	-	2028	UFPA	Faz parte das normas de segurança, NBR 9077 e NBR 9050.
	Frente do Prédio I	Acad/ Adm	Confecção de 02 malocas e uma churrasqueira, 2028 UFPA Espaço de convivência do núcleo.	-	UFPA	Espaço de convivência do núcleo.

			totalizando 477,47 m2 na área externa.			

2.5. ADEQUAÇÕES ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE

Tabela 20 - Adequações dos espaços às normas de segurança e acessibilidade

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ABAETETUBA	Passarelas	Acadêmico	Implantação de piso tátil	2027	Administração superior/Emendas parlamentares	Para garantir orientação segura e autonomia a pessoas com deficiência visual, especialmente em áreas de circulação intensa.
	Corrimão	Acadêmico	Adaptação nas escadarias	2027	Administração superior/Emendas parlamentares	Proporcionar apoio e estabilidade a todos, com atenção especial àqueles com mobilidade comprometida.
	Rampas	Acadêmico	Readequação/Implantação de novas rampas	2027	Administração superior/Emendas parlamentares	Assegurar acessibilidade nos edifícios, permitindo o trânsito de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.
	Sinalização	Acadêmico	Implantação de placas de sinalização para	2027	Administração superior/Emendas parlamentares	Facilitar a identificação de espaços acessíveis, promovendo melhor navegação e comunicação para todos os usuários.

			acessibilidade			
	Banheiros	Acadêmico	Adaptação para PCD	2027	Administração superior/Emendas parlamentares	oferecer infraestrutura adequada e segura para atender às necessidades específicas de higiene e uso para PCD.
	Elevadores	Acadêmico	Substituição de plataformas por elevadores	2027	Administração superior	Melhorar o padrão de acessibilidade vertical com equipamentos modernos, seguros e compatíveis com as normas vigentes.

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
BRAGANÇA	Prédios de salas de aula	Acadêmica	Instalação de rampas, corrimãos, sinalização tátil e visual, alargamento de portas, piso tátil	2026–2027	UFPA	Garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, conforme NBR 9050, promovendo equidade no acesso ao ensino.
	Biblioteca	Acadêmica	Instalação de elevador acessível, piso tátil, rotas acessíveis, barras de apoio nos banheiros	2027–2028	Emendas Parlamentares + UFPA	Adequar o espaço para uso seguro e autônomo por todos os estudantes e servidores, atendendo às exigências legais de acessibilidade em bibliotecas públicas.

	Prédio Administrativo	Administrativo	Adequação das rotas de fuga, instalação de extintores em pontos adequados, sinalização de emergência	2028	UFPA + FNDCT	Cumprimento das normas de segurança contra incêndios e pânico, promovendo um ambiente institucional seguro para servidores e usuários.
	Laboratórios pedagógicos	Acadêmica	Revisão das instalações elétricas, adequação das saídas de emergência, instalação de sistema de alarme	2029	Emendas Parlamentares + UFPA	Prevenir acidentes e garantir ambientes adequados à prática acadêmica segura, com foco especial nas atividades com reagentes e equipamentos elétricos.
	Banheiros coletivos	Acadêmico e Administrativo	Reforma geral com instalação de cabines acessíveis, barras de apoio, sinalização visual e braile	2026–2027	UFPA	Garantir dignidade, segurança e autonomia no uso dos banheiros para todos os usuários, conforme diretrizes de inclusão e acessibilidade.

	Auditório e Centro de Convivência	Acadêmico e Administrativo	Saídas de emergência a acessíveis, cadeiras adaptadas	2027	UFPA	Viabilizar o acesso pleno aos eventos culturais e científicos realizados no campus, fortalecendo a inclusão nas atividades extracurriculares e comunitárias.
	Rotas de circulação externa	Acadêmico e Administrativo	Pavimentação com piso podotátil, rebaixamento de meios-fios, melhoria na iluminação e sinalização sonora	2026-2028	UFPA + Emendas	Assegurar deslocamento seguro e acessível entre os blocos, promovendo integração espacial e mobilidade inclusiva para toda a comunidade universitária.

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
CAPANEMA	Campus I- Centro	Administrativo/ Acadêmico	Adequação a legislação de acessibilidade.	2026	UFPA-Emenda Parlamentar.	A unidade se encontra em prédio construído a mais de 30 anos e que precisa passar pela adequação necessária para cumprir a legislação de acessibilidade do Brasil.

CASTANHAL	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA

	Todos (Prédio administrativo, prédio de sala de aulas, prédio da DAEST, prédio do Acesso à Informação, Prédio do GETI, Prédio Multidisciplinar, Prédio da FACOMP, Prédio do Complexo Esportivo, prédio do CEMEC, prédio da biblioteca/auditório)	Administrativo/ Acadêmica	Adequação predial de todos os espaços para a acessibilidade	2026	Reitoria	Os prédios , bem como as vias de locomoção não atendem as exigências legais relacionados a acessibilidade, posto que são prédios construídos há tempos.
	Todos (Prédio administrativo, prédio de sala de aulas, prédio da DAEST, prédio do Acesso a Informação, Prédio do GETI, Prédio Multidisciplinar, Prédio da FACOMP, Prédio do Complexo Esportivo, prédio do CEMEC, prédio da biblioteca/auditório, e prédio do Tapiri)	Administrativo/ Acadêmica	Adequação predial de todos os espaços para prevenção e combate de incêndio	2026	Reitoria	Os prédios não atendem as exigências legais para prevenção e combate a incêndios

SALINÓPOLIS	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Campus Universitário de Salinópolis	Acadêmico	Adequação do layout,	2026	Campus Salinópolis	-

			Mapa de riscos e atualização do projeto de combate a incêndio e Pânico			

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
SOURE	Banheiros das salas de aulas de Letras e auditório	Ambientes acadêmicos	Adequação de banheiros existentes para atender as necessidades de acessibilidade.	2027	Recursos próprios ou auxílio superior	Atualmente os banheiros não atendem normas de acessibilidade, dificultando a atualização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A adequação garantirá a isonomia e o conforto de toda a comunidade acadêmica

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
TUCURUÍ	Prédio Unidade Usina	Administrativo e Acadêmico	Instalação de rampas, corrimãos, barras de apoio, piso podotátil e sinalização	ago/28	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-

			tátil em braile.			
	Biblioteca	Biblioteca	Instalação de rampas, corrimãos, barras de apoio, piso podotátil e sinalização tátil em braile.	fev/26	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Laboratório de Eng. Civil e Eng. Sanitária	Laboratório	Instalação de rampas, corrimãos, barras de apoio, piso podotátil e sinalização tátil em braile.	jul/26	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Laboratório de Eng. Mecânica	Laboratório	Instalação de rampas, corrimãos, barras de apoio, piso podotátil e sinalização tátil em braile.	jun/27	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-
	Laboratório de Eng. Elétrica e Eng. da Computação	Laboratório	Instalação de rampas, corrimãos, barras de apoio, piso podotátil e sinalização	jul/27	Crédito Orçamentário e/ou Crédito Suplementar	-

			tátil em braile.			

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICA	Implantação de elevador	Administrativo/ acadêmico (Ateliê de Artes)	Implantaçã o de elevador	2027	-	-
	Sala de Exposição Curricular do Curso de Museologia	Acadêmico- cultural (FAV/ICA)	Instalação de rampa de acesso, barras de apoio, adequação de portas e sinalização tátil	2026	Recursos próprios da UFPA e editais externos (ex. PROEXT, FAPESP)	A sala de exposições é utilizada para atividades curriculares obrigatórias e ações extensionistas. Sua adequação garante o acesso de pessoas com deficiência, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios de inclusão institucional.
	Elevador	3 andares	Rever a instalação	2026	UFPA	Nas condições atuais, não oferece segurança; está parado; negação à acessibilidade.
	Prédio de esquina da escola de teatro e dança	Subunidade administrativa e acadêmica	Implantaçã o de elevador para acesso a todos os andares da edificação	2026	UFPA	A edificação histórica necessita de instalação de um elevador que dê acesso a todos os andares da etdufpa
	Prédio do tubb	Subunidade administrativa e acadêmica	Implantaçã o de elevador	2026	UFPA	A edificação histórica necessita de instalação de um elevador que dê acesso a todos os andares da etdufpa

			para acesso a todos os andares da edificação			
	Escola de teatro e dança	Subunidade administrativa e acadêmica	Implantaçã o de banheiros acessíveis em todos os níveis	2026	UFPA	A edificação histórica necessita de instalação de banheiros acessíveis em todos os níveis da etdufpa como um todo

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICB	Prédio principal	Acadêmico e administrativo	Instalação de elevador de carga	2028	Recursos da Unidade	Auxiliar no transporte de equipamentos e cargas diversas
	Corredores do ICB (entre prédio anexo, principal, virologia, Macacário)	Acadêmico e administrativo	Adequação da iluminação , novas passarelas, piso tátil, corrimão	2026	Recursos da Unidade	Necessidade de adequação para melhor atender a comunidade acadêmica

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICED	Prédio Administrativo do Iced e Blocos de Sala de Aula	Administrativa/ Acadêmica	Instalação de placa em Braille	2026/2027	Recurso Proad/Reitoria	Necessidade de adequação às normas de acessibilidade

	Blocos de Salas de Aula	Acadêmica	Instalação de piso tátil	2027/2028	Recurso Proad/Reitoria	Necessidade de adequação às normas de acessibilidade
	Prédio Administrativo do Iced	Administrativa	Instalação de piso tátil	2029	Recurso Proad/Reitoria	Necessidade de adequação às normas de acessibilidade
	Blocos de Sala de Aula	Acadêmica	Instalação de corrimão na escada do Bloco E	2030	Recurso Proad/Reitoria	Necessidade de adequação às normas de acessibilidade
	Prédio administrativo do Iced	Administrativo	Instalação de piso tátil	2032	Recurso Proad/Reitoria	Necessidade de adequação às normas de acessibilidade

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICJ	Prédio do ICJ	Sede	Instalação de piso tátil nos corredores do prédio do ICJ	A partir de 2026	Captação de recursos de projetos de docentes	Melhorar a acessibilidade para pessoas com deficiência visual
	Prédio do ICJ	Sede	Instalação de mapa tátil do prédio do ICJ	A partir de 2026	Captação de recursos de projetos de docentes	Melhorar a acessibilidade para pessoas com deficiência visual

ICM	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA

	Prédio centenário do ICM	Plataforma	Acesso ao andar superior e salão Nobre	Ano 2026	A ser definida	Adequação às normas de acessibilidade

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICS	Plataforma elevatória	Acadêmico	Instalação de uma plataforma de elevação para cadeirante no prédio da faculdade de Enfermagem	-	-	A Faculdade de Enfermagem não dispõe de instalações adequadas para assegurar a acessibilidade física das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.
	Piso tátil	Acadêmico	Colocar nas subunidades do ICS piso Tátil	-	-	Implantação da Acessibilidade no Instituto e subunidades
	Rampa de Acesso	Acadêmico	Instalar uma rampa de acesso para a Faculdade de Enfermagem	-	-	-

			m e Farmácia			
	Braille	Acadêmico	Adequação das subunidades para garantir acessibilidade	-	-	-

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ICSA	Pavilhão de sala de aula do ICSA MP ao GP	Acadêmica administrativa	Revitalizar os corrimãos das escadas e das passarelas	2026 a 2035	Fonte de capital, custeio e apoio da administração superior	A revitalização dos corrimãos das escadas e passarelas, bem como a instalação de novos corrimãos no térreo entre os blocos de sala de aula dos pavilhões MP, KP, HP e IP, justifica-se pela necessidade de garantir maior segurança, acessibilidade e conforto à comunidade acadêmica. Atualmente, o desgaste dos corrimãos compromete a mobilidade de estudantes, servidores e visitantes, sobretudo de pessoas com deficiência, idosos e indivíduos com mobilidade reduzida. Além disso, a adequação desses espaços está em consonância com as normas de acessibilidade vigentes (Lei nº 10.098/2000 e ABNT NBR 9050/2020), que estabelecem parâmetros de segurança e inclusão para edificações públicas
	Pavilhão de sala de aula do ICSA MP ao GP	Acadêmica administrativa	Instalações de corrimãos, guarda corpo no térreo entre os blocos	2026/2035	Fonte de capital, custeio e apoio da administração superior	Atualmente não há corrimão ou guarda corpo, entre os blocos de sala de aula dos pavilhões MP, KP, HP e IP, justifica-se a necessidade de garantir maior segurança, acessibilidade e conforto à comunidade acadêmica. Além seguir regras em conformidade as normas de acessibilidade vigentes (Lei nº 10.098/2000 e ABNT

			de sala de aula nos pavilhões MP, KP, HP, IP			NBR 9050/2020), que estabelecem parâmetros de segurança e inclusão para edificações públicas
	Pavilhão de sala de aula do ICSA MP ao GP	Acadêmica administrativa	Criação de duas saídas de emergência,	2026/2035	Fonte de capital, custeio e apoio da administração superior	A implantação e manutenção de saídas de emergência são medidas essenciais para garantir a segurança da comunidade acadêmica em situações de risco, como incêndios, desabamentos, paneiras elétricas ou outros eventos que exijam evacuação imediata. Esses acessos permitem a rápida desocupação do edifício, reduzindo riscos à integridade física de estudantes, servidores e visitantes.
	Pavilhão de sala de aula do ICSA MP ao GP	Acadêmica administrativa	Instalação de piso tátil no concreto nos pavilhões de sala de aula do ICSA MP ao GP térreo	2026/2035	Fonte de capital, custeio e apoio da administração superior	A instalação de piso tátil justifica-se pela necessidade de promover acessibilidade e inclusão nos espaços institucionais, garantindo a segurança e a autonomia de pessoas com deficiência visual ou mobilidade reduzida. Esse recurso é fundamental para orientar o deslocamento, indicando rotas acessíveis, mudanças de direção, presença de obstáculos e áreas de risco, conforme previsto na ABNT NBR 9050/2020 e na Lei nº 10.098/2000, que estabelecem critérios de acessibilidade em edificações de uso coletivo.
	Faculdade de biblioteconomia/FABIB	Acadêmica administrativa	Instalação de piso tátil no concreto na Faculdade de biblioteconomia/FABIB	2026/2035	Fonte de capital, custeio e apoio da administração superior	A instalação de piso tátil justifica-se pela necessidade de promover acessibilidade e inclusão nos espaços institucionais, garantindo a segurança e a autonomia de pessoas com deficiência visual ou mobilidade reduzida. Esse recurso é fundamental para orientar o deslocamento, indicando rotas acessíveis, mudanças de direção, presença de obstáculos e áreas de risco, conforme previsto na ABNT NBR 9050/2020 e na Lei nº 10.098/2000, que estabelecem critérios de acessibilidade em edificações de uso coletivo.

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IECOS	Instalação de placas braile em todos os 6 prédios do IECOS	Acadêmicos e administrativos	Instalação de placas de sinalização em braile, em todos os ambientes dos prédios do IECOS	2026	UFPA	A sinalização em braile é uma demanda do MEC
	Instalação de bancadas para cadeirantes em laboratórios de aula	Ensino	Instalação de bancadas para cadeirante s	2026	UFPA	O rebaixamento de bancadas é fundamental para a inclusão de cadeirantes e alunos de porte pequeno
	Adequação de portas de espaços de aula e administrativos para acesso de cadeirantes	Administração e ensino	Aumenta da largura das portas para possibilitar o transito de cadeirante s	2026	UFPA	Atualmente, cadeirantes não entram em vários espaços de administrativos e ensino do IECOS
	Instalação de piso tátil nos prédios do IECOS	Administração e ensino	Instalar piso tátil para portadores	2026	UFPA	Nenhum prédio do IECOS tem piso tátil no interior, A instalação destes pisos, facilitaria a localização dentro dos prédios.

			de necessidad es visuais, a fim de melhorar a acessibilid ade aos espaços de administra ção e ensino			

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IEMCI	Clube de Ciências da UFPA – CCIUFGPA no padrão interno e externo de acessibilidade e segurança	Espaço Pedagógico e Investigativo	Adequação à legislação e normas no que diz respeito às áreas externas - estaciona mento, bicicletário , iluminação e paisagismo , com os respectivo s itens obrigatório	Iniciado em 2020, com previsão de entrega em 2028	Administração Superior Emenda Parlamentar TED Eletrônico	Garantir a acessibilidade e a inclusão através de práticas pedagógicas e investigativas por e com profissionais da educação básica e superior

			s de acessibilid ade e de segurança]			

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IFCH	1 - Banheiro dedicado aos docentes e discentes PCDs no andar inferior do IFCH, que comporte confortavelmente o uso por pessoas cadeirantes	ACADÊMICO	-	PRIMEIRO SEMESTRE 2026	RECURSOS da UFPA/IFCH e externos	Possibilitar o acesso de discentes e docentes as salas de aulas e banheiros, com conforto. Atualmente o banheiro dedicado ao PPGSA não é adequado a uma discente cadeirante. A mesma só consegue utilizar o banheiro do prédio novo do IFCH. Tendo que se deslocar do IFCH até o prédio novo. Assim além de adequar o banheiro dos altos do IFCH, deve-se adequar ao menos 1 banheiro no andar térreo; O espaço de aulas no andar térreo, mobiliado com mesa para PCD, também se faz necessário para os momentos em que o elevador do IFCH NÃO FUNCIONE. O mesmo deve ser feito no prédio do LAANF, no qual são ministradas aulas do PPGSA.
	2 - Adequar banheiro para pessoas PCDS no andar de cima, nas imediações do PPGSA, que comporte confortavelmente o uso por pessoas cadeirantes	ACADÊMICO	-	PRIMEIRO SEMESTRE 2026	RECURSOS da ufpa/ifch e externos	IDEM
	3 – destinação de 1 sala no piso inferior do IFCH que sirva de espaço alternativo para aulas com discentes e docentes PCDS	ACADÊMICO	-	PRIMEIRO SEMESTRE 2026	RECURSOS da ufpa/ifch e externos	IDEM

	4 - aquisição de mesas e cadeiras para pessoas PCDS	ACADÊMICO	-	PRIMEIRO SEMESTRE 2026	RECURSOS da ufpa/ifch e externos	IDEM

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
IG	Readequação do prédio da Biblioteca a acessibilidade	Institucional Pública	Adaptações físicas para cadeirantes e demais portadores de necessidades especiais	2028	Apoio da Administração Superior ou Recursos captados da Unidade	Importância para inclusão
	Instalação de Piso tátil as passarelas que ainda não possuem na parte externa do prédio	Institucional Pública	Instalação de Piso tátil as passarelas que ainda não possuem na parte externa dos prédios da Geociências	2026	Recurso da Prefeitura do Campus por ser modificação externa aos prédios do IG	Importância para inclusão
	Implantação da plataforma no prédio do IG	Institucional Pública	Implantação da plataforma no prédio do IG	2027	Recursos do PGO	Importância para inclusão

	Implantação da plataforma no prédio da Pós-graduação da Geofísica	Institucional Pública	Implantação da plataforma no prédio da Pós-graduação da Geofísica	2027	Recursos do PGO	Importância para inclusão
	Reserva das vagas de estacionamento para garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida tenham igualdade de condições conforme a Lei	Institucional Pública	Determinação dos espaços e pintura das áreas para garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida tenham igualdade de condições conforme a Lei.	2026	Recursos do PGO	Importância para inclusão
	Adaptação de Cadeiras e assentos em salas e auditórios para espaço para cadeira de rodas.	Institucional Pública	Adaptação de Cadeiras e assentos em salas e auditórios para espaço para	2030	Apoio da Administração Superior ou Recursos captados da Unidade	Importância para inclusão

			cadeira de rodas.			
	Adaptação de todos os banheiros dos prédios do IG que não tem PCB	Institucional Pública	Adequação de metragem e alturas dos itens e entradas/Saídas dos banheiros, incluindo acessórios	2030	Apoio da Administração Superior ou Recursos captados da Unidade	Importância para inclusão
	Emergência em braile e visual em todos os prédios do Instituto	-	-	-	-	-

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
INEAF	Acessos ao Prédio e banheiros	Acadêmico	Melhoria do acesso ao prédio	2026	Prefeitura/gestão superior	Refere-se a uma necessidade de comprimir normas legais de acessibilidade ao prédio do INEAF, como garantir ambientes físicos acessíveis: Calçadas largas, sem obstáculos, com rampas e pisos nivelados, além de iluminação adequada e contraste entre cores para facilitar a orientação.
	Acessos e adaptação de banheiros	Acadêmico	Adaptação de banheiros para PcDs	2026	Prefeitura/gestão superior	Refere-se a uma necessidade de comprimir normas legais de acessibilidade ao prédio do INEAF
	Atualização e finalização da Sinalização em braile:	Acadêmico	Adaptação de banheiros para PcDs	2026	Prefeitura/gestão superior	Garantir que todas as salas, gabinetes, laboratórios etc. tenham informações em relevo, como placas e rótulos, que podem ser lidas por meio do tato.
	Instalação de abafadores de ruídos	Acadêmico	Instalação de	2027	Prefeitura/gestão superior	No caso de pessoas com Autismo é recomendado ou hipersensibilidade sensorial, é fundamental reduzir a

	para os principais ambientes coletivos		abafadores de ruídos			sobrecarga auditiva em ambientes barulhentos e melhorar sua experiência de bem-estar.

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
ITEC	Laboratório de engenharia civil	Laboratório de ensino	Implementação de sinalização tátil, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, conforme norma vigente	2026	Recurso do tersouro	A adequação visa garantir inclusão, segurança e conformidade com as normas legais.
	Laboratório da pós-graduação em engenharia civil	Laboratório de ensino	Implementação de sinalização tátil, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, conforme norma vigente	2026	Recurso do tersouro	A adequação visa garantir inclusão, segurança e conformidade com as normas legais.
	Laboratório de engenharia química	Laboratório de ensino	Implementação de plataforma elevatória, sinalização tátil, rampas,	2027	Recurso do tersouro	A adequação visa garantir inclusão, segurança e conformidade com as normas legais.

			corrimãos, banheiros adaptados, conforme norma vigente			
	Laboratório de engenharia sanitária	Laboratório de ensino	Sinalização tátil, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, conforme norma vigente	2028	Recurso do tersouro	A adequação visa garantir inclusão, segurança e conformidade com as normas legais.
	Laboratório de engenharia elétrica, computação e biomédica	Laboratório de ensino	Implementação de plataforma elevatória, sinalização tátil, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, conforme norma vigente	2029	Recurso do tersouro	A adequação visa garantir inclusão, segurança e conformidade com as normas legais.
	Anexo do laboratório de engenharia elétrica, computação e biomédica	Laboratório de ensino	Implementação sinalização tátil, rampas, corrimãos, banheiros adaptados,	2030	Recurso do tersouro	A adequação visa garantir inclusão, segurança e conformidade com as normas legais.

			conforme norma vigente			
	Atelier de arquitetura	Laboratório de ensino	Implementação de sinalização tátil, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, conforme norma vigente	2031	Recurso do tesouro	A adequação visa garantir inclusão, segurança e conformidade com as normas legais.
	ITEC ADM	Prédio administrativo	Implementação de plataforma elevatória, sinalização tátil, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, conforme norma vigente	2032	Recurso do tesouro	A adequação visa garantir inclusão, segurança e conformidade com as normas legais.
	ITEC B	Salas de aula	Implementação de plataforma elevatória, sinalização tátil, rampas, corrimãos, banheiros	2033	Recurso do tesouro	A adequação visa garantir inclusão, segurança e conformidade com as normas legais.

			adaptados, conforme norma vigente			
	PEGITEC	Laboratório de ensino	Implementação, de sinalização tátil, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, conforme norma vigente	2034	Recurso do tesouro	A adequação visa garantir inclusão, segurança e conformidade com as normas legais.

	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NAEA	Jardim sensorial na entrada do Hall lateral do prédio do NAEA	Coletivo	Verificar junto a PCU	2026	Verificar junto a PCU	Promover a responsabilidade sócio ambiental no âmbito do NAEA.
	Jardim principal do NAEA	Coletivo	Verificar junto a PCU	2026	Verificar junto a PCU	Promover a responsabilidade sócio ambiental no âmbito do NAEA.
	Implantação do bosque do NAEA ao lado do Prédio do NAEA	Coletivo	Verificar junto a PCU	2026	Verificar junto a PCU	Promover, através da plantação de árvores que representem cada Estado da Amazônia legal, constituindo o espaço florestal da Amazônia e favorecendo a convivência de diferentes povos.

NDAE	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA

	Tecnolago	Acessibilidade vertical e circulação entre pavimentos	Elaboração de projeto de acessibilidade para o andar superior, com estudo técnico para instalação de plataforma elevatória, elevador acessível ou solução equivalente; adequação de corrimãos, guarda-corpos, sinalização, rotas acessíveis e áreas de aproximação.	Projeto: 2026–2027. Execução: 2028–2029.	UFPA; recursos de acessibilidade;	O andar superior não dispõe de meio acessível de circulação vertical, restringindo o acesso de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos e usuários temporariamente limitados. A intervenção é necessária para assegurar inclusão, igualdade de acesso e adequação progressiva do prédio às normas de acessibilidade.

NEAP	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Espaço entre os prédios	Infraestrutura	Passarela com toldos	Sem previsão	O recurso do Núcleo não cobre a despesa	É necessário calçamento para tráfego entre os prédios. Isto facilita o deslocamento seguro e acessibilidade.

NEB	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Corredores	escreva aqui a natureza do edifício	Piso tátil Corrimão/ parapeito de segurança	2026	NEB/UFPA	O espaço do NEB não foi construído com acessibilidade, assim, faz-se urgente a adequação predial para a garantia de um espaço justo, acessível e que garanta a autonomia de todos.
	Banheiros	escreva aqui a natureza do edifício	Alargamen to de porta Piso tátil Acentos adaptados	2026	NEB/UFPA	O espaço do NEB não foi construído com acessibilidade, assim, faz-se urgente a adequação predial para a garantia de um espaço justo, acessível e que garanta a autonomia de todos.
	Salas para atividades didático-pedagógicas		Alargamen to de porta Adaptação de móveis	2027	NEB/UFPA	O espaço do NEB não foi construído com acessibilidade, assim, faz-se urgente a adequação predial para a garantia de um espaço justo, acessível e que garanta a autonomia de todos.
	Acesso aos andares superiores		Instalação de elevadores e rampas	2028	NEB/UFPA	O espaço do NEB não foi construído com acessibilidade, assim, faz-se urgente a adequação predial para a garantia de um espaço justo, acessível e que garanta a autonomia de todos.

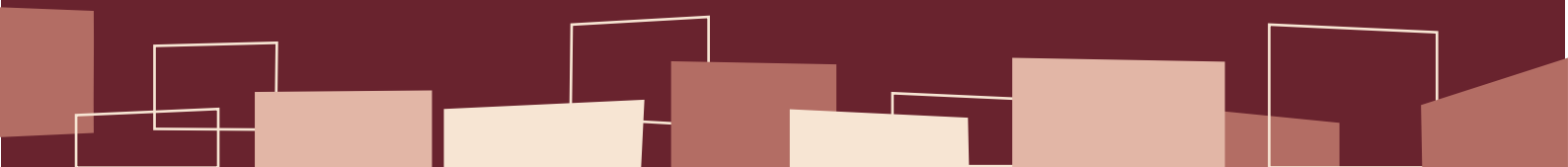
	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
NTPC	Instalação do Elevador no prédio/Platafor ma PCD.	Adm/Acad.	Elevador de acessibilid ade, processo iniciado nº 07574/201 8-98 com projeto arquitetôni co em anexo para plataforma PCD.	Início de 2028	Existe um projeto arquitetônico de 2018 elaborado pela Prefeitura do Campus. UFPA	Lei 10.098/2000 E Lei Brasileira de Inclusão -LBI nº 13.146/2015
	Adequação da entrada, corredores e salas de aula para pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva	Adm./Acad.	Instalar as sinalizaçõe s necessária s nos dois prédios que possibilite m a moviment ação de pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva	Iniciar em 2028	UFPA	Lei 13146/2015 - Decreto 5.2996/2004. Norma Técnica ABNT NBR 16537

	Corredor do Prédio II – parte superior e inferior	Adm/Acad.	Abertura de porta de saída de incêndio	Iniciar em 2028	UFPA	NBR 9077, ABNT NBR 11742 e Instrução Técnica dos bombeiros- IT 05(Pará)

NUMA	ESPAÇOS READEQUADOS	NATUREZA DO EDIFÍCIO	O QUE SERÁ FEITO	PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	JUSTIFICATIVA
	Reforma da passarela do prédio Administrativo	Administrativo	Reparação da base e reposicion amento da estrutura	2026	8100	Necessidade de manutenção em decorrência de deslocamento estrutural
	Construção de passarela prédio Doutorado	Educacional	Construçã o de passarela	2027	8100	O prédio não possui passarela, o que dificulta o acesso dos alunos e usuários do prédio em dias de chuva



3 NOVAS UNIVERSIDADES



3. NOVAS UNIVERSIDADES

A Universidade Federal do Pará (UFPA) consolida-se historicamente como a principal matriz de expansão do ensino superior na Amazônia Oriental. O processo de interiorização e a atuação transfronteiriça da instituição não apenas transformaram a realidade do estado do Pará, mas também lançaram as bases para a fundação de diversas outras universidades federais na Região Norte.

Atualmente, essa trajetória ganha um novo capítulo estratégico com a elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UFPA 2026–2035), projetando o futuro da instituição face às novas demandas de desmembramento territorial e autonomia acadêmica regional.

3.1 O LEGADO HISTÓRICO: UNIVERSIDADES CRIADAS A PARTIR DA UFPA

3.1.1 Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Iniciada em 1976 em parceria com a Universidade Federal do Acre (Ufac), a ação da UFPA em Rondônia tornou-se exclusiva a partir de 1979 por meio de seu Núcleo de Educação. A instituição ofertava licenciaturas em Porto Velho, Ji-Paraná e Guajará-Mirim. Esse esforço culminou na aprovação da Lei nº 7.011/1982, que criou a UNIR, incorporando a estrutura da então Fundacentro (fundação municipal). Atualmente, a UNIR possui 8 campi e ampla oferta de graduação e pós-graduação stricto sensu.

3.1.2 Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Na década de 1970, a UFPA instituiu o Núcleo Avançado de Ensino em Macapá (NEM), responsável por diplomar as primeiras gerações de professores amapaenses em licenciaturas curtas e plenas. A semente plantada pela UFPA resultou na Lei nº 7.530/1986, que autorizou a criação da UNIFAP, efetivada pelo Decreto nº 98.977/1990. Hoje, a instituição conta com 4 campi, 29 cursos de graduação, 13 de mestrado e 4 de doutorado.

3.1.3 Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Como marco da política interna de interiorização, o campus da UFPA em Santarém expandiu progressivamente suas atividades na calha do Rio Amazonas. Em 2009, a Lei nº 12.085 criou a UFOPA, a primeira universidade federal do interior paraense, unificando a estrutura e o pessoal da UFPA na região com a Unidade Descentralizada Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). A UFOPA expandiu-se e estruturou campi em Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

3.1.4 Universidade Federal de Roraima (UFRR)

A presença da UFPA em Roraima deu-se através das ações do seu antigo Centro de Educação na década de 1980. A criação da UFRR foi autorizada pela Lei nº 7.364/1985 e sua efetiva implantação ocorreu em 1989. Caracterizada por uma forte e expressiva identidade e presença indígena, a UFRR consolidou-se estruturalmente com múltiplos campi e dezenas de cursos que vão da educação básica ao doutorado.

3.1.5 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

O antigo campus da UFPA em Marabá foi emancipado pela Lei nº 12.824/2013, transformando-se na UNIFESSPA. Além da sede em Marabá, a universidade herdou e expandiu a capilaridade da UFPA na região, instalando campi em Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara, exercendo influência direta em dezenas de municípios do sul paraense e estados vizinhos.

3.2. NOVAS PERSPECTIVAS: PROJETOS DE DESMEMBRAMENTO DA UFPA

3.2.1 Universidade Federal do Xingu (UFX)

A proposta de criação da Universidade Federal do Xingu (UFX), por meio do desmembramento do Campus Universitário de Altamira da UFPA, foi concebida inicialmente pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 359/2017, de autoria do senador Paulo Rocha, a proposta ganhou novo impulso político nos últimos anos e alcançou um marco decisivo em junho de 2026, quando foi aprovada pela Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

A criação da UFX está inserida em um contexto histórico de interiorização das universidades federais brasileiras, política pública que busca democratizar o acesso ao ensino superior, reduzir desigualdades regionais e promover o desenvolvimento socioeconômico de áreas distantes dos grandes centros urbanos. No caso da região do Xingu, essa estratégia adquire relevância ainda maior devido às particularidades geográficas, sociais, econômicas e ambientais do território, considerado um dos mais estratégicos da Amazônia.

A futura universidade terá sede em Altamira, município que concentra importante infraestrutura educacional construída ao longo das últimas décadas pela UFPA. O projeto prevê a transformação da atual estrutura universitária em uma instituição autônoma, dotada de capacidade administrativa, acadêmica e financeira própria. O objetivo é ampliar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, fortalecer as atividades de pesquisa e extensão e consolidar um modelo de desenvolvimento científico voltado às necessidades específicas da região.

A área de abrangência da Universidade Federal do Xingu compreende diversos municípios da região de integração do Xingu, entre eles Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Segundo os defensores da proposta, trata-se de uma região que caminha para alcançar aproximadamente meio milhão de habitantes, demandando uma estrutura educacional mais robusta e alinhada às transformações econômicas e sociais em curso.

O modelo institucional proposto é multicampi, permitindo que a universidade desenvolva atividades de ensino, pesquisa e extensão em diferentes municípios da região. Essa configuração busca ampliar o alcance social da instituição e fortalecer sua capacidade de responder aos desafios locais, especialmente nas áreas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, à gestão ambiental, à biodiversidade amazônica, à agricultura, à saúde pública, à educação básica e à inovação tecnológica.

Os defensores da iniciativa argumentam que a criação da UFX não deve ser compreendida apenas como ampliação do número de vagas no ensino superior. A expectativa é que a nova universidade atue como agente estruturante do desenvolvimento regional, promovendo a formação de recursos humanos qualificados, estimulando a produção científica sobre a Amazônia e contribuindo para a formulação de soluções voltadas aos problemas locais. Em seu parecer favorável à proposta, a relatora na Comissão de Educação destacou que universidades federais exercem papel fundamental na transformação econômica e social dos territórios onde se inserem, sobretudo quando articulam suas atividades às potencialidades e vocações regionais.

Outro aspecto relevante do projeto é seu potencial para fortalecer a soberania científica brasileira sobre a Amazônia. A região do Xingu concentra desafios relacionados à conservação ambiental, às mudanças climáticas, à gestão dos recursos naturais, à proteção dos povos indígenas e tradicionais, além dos impactos decorrentes de grandes projetos de infraestrutura. Nesse contexto, uma universidade com autonomia institucional poderá ampliar significativamente a produção de conhecimento estratégico sobre esses temas e contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A proposta também se alinha aos princípios constitucionais de redução das desigualdades regionais e de garantia do acesso à educação pública de qualidade. Historicamente, a concentração das instituições de ensino superior nas capitais e grandes centros urbanos dificultou o acesso da população amazônica à formação universitária. A criação da UFX busca enfrentar essa realidade, oferecendo oportunidades educacionais mais

próximas dos estudantes da região e reduzindo a necessidade de deslocamento para outras cidades.

Após anos de tramitação legislativa, o projeto voltou a ganhar força a partir de 2023, quando foi desarquivado. A retomada da matéria foi apresentada como parte de uma agenda voltada ao desenvolvimento regional e à valorização da educação superior pública na Amazônia. A aprovação na Comissão de Educação e, posteriormente, pelo Senado Federal em 2026, representa um avanço significativo rumo à concretização da nova instituição.

A Universidade Federal do Xingu surge, portanto, como uma proposta que transcende a simples reorganização administrativa da Universidade Federal do Pará. Seu objetivo central é criar uma instituição capaz de responder aos desafios contemporâneos da Amazônia, fortalecendo a produção de conhecimento, a formação de profissionais qualificados e a promoção do desenvolvimento sustentável em uma das regiões mais relevantes do país. Caso seja efetivamente implantada, a UFX poderá consolidar-se como um dos principais polos de educação, ciência, tecnologia e inovação da Amazônia brasileira, contribuindo decisivamente para o futuro da região do Xingu e do Estado do Pará.

3.2.2 Universidade Federal do Nordeste do Pará (UFNEPA)

A proposta de criação da Universidade Federal do Nordeste do Pará (UFNEPA) se fundamenta no desmembramento dos campi da UFPA localizados na região nordeste paraense. A iniciativa busca consolidar uma instituição universitária autônoma, capaz de responder às demandas educacionais, científicas e socioeconômicas de uma das regiões mais populosas e dinâmicas do estado. A proposta vem sendo debatida desde o início da década de 2010 e ganhou novo impulso com a apresentação de projetos legislativos que defendem a criação da nova universidade federal.

A criação da UFNEPA insere-se no contexto das políticas nacionais de democratização do acesso ao ensino superior e de fortalecimento das universidades federais no interior do país. Nas últimas décadas, a expansão da rede federal de ensino superior demonstrou ser um instrumento fundamental para a redução das desigualdades regionais, para a formação de recursos humanos qualificados e para a dinamização das economias locais. Nesse cenário, o Nordeste Paraense reúne características que justificam a implantação de uma universidade própria, considerando sua elevada densidade populacional, sua importância econômica e sua posição estratégica na integração entre a Região Metropolitana de Belém e o interior do estado.

O projeto prevê que a sede da futura universidade seja instalada em Bragança, município que abriga um dos mais tradicionais campi da UFPA fora da capital. A partir dessa estrutura consolidada, a nova instituição passaria a contar com autonomia administrativa, financeira e acadêmica, ampliando sua capacidade de planejamento e expansão. A proposta original, elaborada por docentes da UFPA e apresentada ao Ministério da Educação, prevê significativa ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, fortalecendo a produção científica voltada às necessidades específicas da região.

A área de abrangência da UFNEPA compreende aproximadamente trinta municípios distribuídos nas regiões Bragantina, Guajarina e do Salgado, territórios que concentram expressiva população e intensa atividade econômica baseada na pesca, aquicultura, agricultura familiar, turismo, comércio e serviços. A criação da universidade pretende ampliar as oportunidades educacionais para milhares de jovens que atualmente enfrentam dificuldades de acesso ao ensino superior público, especialmente em localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos.

O modelo institucional proposto é multicampi, permitindo que diferentes municípios sejam contemplados com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa configuração favorece a integração regional e amplia a capacidade da universidade de atuar diretamente nos desafios e potencialidades do Nordeste Paraense. Entre as áreas estratégicas identificadas para a futura instituição destacam-se pesca, aquicultura, biotecnologia, agricultura sustentável, turismo, saúde, engenharias, geologia, paleontologia, economia regional e gestão ambiental. A proposta prevê a ampliação da oferta de cursos regulares de nove para cerca de cinquenta graduações, além do fortalecimento da pós-graduação e da pesquisa científica.

Os defensores da iniciativa argumentam que a criação da UFNEPA transcende a simples expansão da rede universitária. A expectativa é que a nova instituição atue como um vetor de desenvolvimento regional, contribuindo para a geração de conhecimento aplicado, para a inovação tecnológica e para a formação de profissionais qualificados capazes de atuar nos principais setores econômicos da região. Além disso, a universidade poderá fortalecer a articulação entre ciência, setor produtivo e poder público, estimulando soluções para problemas locais e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto relevante do projeto é sua contribuição para a valorização das vocações econômicas e ambientais do Nordeste Paraense. A região abriga importantes ecossistemas costeiros e marinhos, além de comunidades tradicionais ligadas à pesca artesanal, ao extrativismo e à agricultura familiar. Uma universidade com identidade regional poderá ampliar significativamente a produção de conhecimento sobre esses territórios, promovendo

pesquisas voltadas à conservação ambiental, ao manejo sustentável dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida das populações locais.

A proposta também dialoga diretamente com os princípios constitucionais de redução das desigualdades regionais e de garantia do acesso universal à educação pública de qualidade. Embora o Pará possua uma das maiores extensões territoriais do país, a distribuição das oportunidades educacionais ainda apresenta fortes assimetrias. Nesse contexto, a criação da UFNEPA constitui uma estratégia de fortalecimento da presença do Estado em regiões historicamente marcadas por limitações de infraestrutura educacional e científica.

Ao longo dos últimos anos, diferentes segmentos da sociedade civil, da comunidade acadêmica e da representação política regional têm defendido a implantação da universidade. A criação do Comitê Pró-Universidade Federal do Nordeste do Pará, em Bragança, consolidou esse movimento e reforçou a mobilização em torno da proposta. Mais recentemente, projetos de lei apresentados no Congresso Nacional voltaram a colocar o tema na agenda legislativa, demonstrando que a demanda permanece atual e alinhada aos objetivos de desenvolvimento regional do estado.

A Universidade Federal do Nordeste do Pará surge, portanto, como um projeto estruturante para o futuro da região. Mais do que uma nova instituição de ensino superior, a UFNEPA representa a possibilidade de construção de um polo de produção científica, inovação tecnológica e formação cidadã voltado às especificidades do Nordeste Paraense. Caso venha a ser efetivamente implantada, a universidade poderá desempenhar papel decisivo na promoção do desenvolvimento sustentável, na geração de oportunidades para a juventude e no fortalecimento da presença da educação pública federal em uma das regiões mais importantes da Amazônia brasileira.

3.2.3 Universidade Federal da Amazônia Tocantina (UFAT)

A proposta de criação da Universidade Federal da Amazônia Tocantina (UFAT) deriva da ideia do desmembramento dos campi da UFPA localizados em Abaetetuba, Cametá e Tucuruí. A iniciativa busca constituir uma instituição universitária autônoma, multicampi e fortemente vinculada às especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais da região Tocantina paraense. A proposta foi formalizada em diferentes instrumentos legislativos e institucionais ao longo da última década, figurando inclusive no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA e em projetos apresentados no Congresso Nacional.

A criação da UFAT insere-se no contexto das políticas públicas voltadas à democratização do acesso à educação superior e à redução das desigualdades regionais na

Amazônia. A experiência de criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) demonstrou que a transformação de campi avançados em universidades autônomas amplia a capacidade de oferta de cursos, fortalece a pesquisa científica e potencializa a contribuição das instituições para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, a UFAT surge como uma nova etapa do processo de consolidação da rede federal de ensino superior no território paraense.

O projeto prevê que a futura universidade tenha estrutura multicampi, articulando inicialmente os campi da UFPA localizados em Abaetetuba, Cametá e Tucuruí. Desde sua concepção, a proposta foi construída a partir de iniciativas de integração acadêmica entre essas unidades, que passaram a compartilhar cursos, projetos de pesquisa, programas de extensão e ações de formação de professores. Essa experiência colaborativa contribuiu para consolidar uma identidade regional própria e fortalecer a viabilidade institucional da nova universidade.

A área de abrangência da UFAT compreende municípios inseridos na região de integração Tocantins e em áreas adjacentes da Amazônia paraense. Trata-se de um território marcado por forte presença de populações ribeirinhas, comunidades tradicionais, agricultores familiares, povos quilombolas e trabalhadores vinculados à pesca, ao extrativismo e à economia regional. A criação da universidade pretende ampliar o acesso da população local à educação superior pública, reduzindo a necessidade de deslocamento para centros urbanos mais distantes e contribuindo para a fixação de profissionais qualificados na região.

O modelo institucional proposto para a UFAT está fundamentado na valorização das potencialidades e desafios da Amazônia Tocantina. A universidade teria papel estratégico na formação de profissionais e pesquisadores em áreas como educação, saúde, engenharias, gestão pública, tecnologia da informação, recursos pesqueiros, desenvolvimento sustentável, energias renováveis, ciências ambientais e estudos amazônicos. A expectativa é que a autonomia universitária possibilite a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, ampliando significativamente a capacidade de atendimento às demandas regionais.

Outro aspecto relevante da proposta está relacionado à singularidade territorial da Amazônia Tocantina. A região apresenta forte identidade cultural ribeirinha, expressiva biodiversidade e importantes desafios socioambientais associados ao uso dos recursos naturais, à expansão urbana, à geração de energia e às transformações econômicas contemporâneas. Nesse contexto, uma universidade federal com identidade regional própria poderá ampliar significativamente a produção de conhecimento sobre esses processos, contribuindo para a construção de estratégias de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

A proposta também está alinhada aos princípios constitucionais de redução das desigualdades regionais e de promoção do desenvolvimento nacional equilibrado. Embora o Pará tenha avançado significativamente na expansão do ensino superior federal nas últimas décadas, extensas áreas do estado ainda enfrentam limitações de acesso à formação universitária e à produção científica. A criação da UFAT busca enfrentar esse desafio por meio da consolidação de uma instituição comprometida com as demandas específicas da população amazônica.

Ao longo dos anos, a proposta recebeu apoio de gestores universitários, lideranças políticas, movimentos sociais e representantes da sociedade civil organizada. Debates públicos realizados em municípios da região, especialmente em Cametá, Abaetetuba e Tucuruí, reforçaram a percepção de que a criação da universidade representa uma oportunidade histórica para ampliar investimentos em educação, ciência e tecnologia no território tocantino. As discussões também evidenciaram a maturidade acadêmica dos campi envolvidos e sua capacidade de constituir uma universidade autônoma voltada ao desenvolvimento regional.

A Universidade Federal da Amazônia Tocantina surge, portanto, como um projeto estruturante para o futuro da região Tocantina do Pará. Mais do que uma nova instituição de ensino superior, a UFAT representa a possibilidade de consolidação de um polo de produção científica, formação profissional e inovação tecnológica comprometido com as necessidades da Amazônia. Caso venha a ser efetivamente implantada, a universidade poderá desempenhar papel decisivo na promoção do desenvolvimento sustentável, na valorização das populações tradicionais e no fortalecimento da presença do Estado brasileiro em uma das regiões mais estratégicas da Amazônia Oriental.

3.2.4 Universidade Federal do Marajó (UFM)

a partir do desmembramento dos campi da Universidade Federal do Pará (UFPA) instalados em Breves e Soure, a proposta de criação da Universidade Federal do Marajó (UFM), surge como resposta às demandas históricas de uma das regiões mais singulares e desafiadoras do país. Ao longo dos últimos anos, a proposta ganhou força por meio de projetos apresentados no Congresso Nacional, destacando-se o Projeto de Lei nº 5126/2023, de autoria do senador Jader Barbalho, e o Projeto de Lei nº 5411/2023, apresentado na Câmara dos Deputados pelo deputado Airton Faleiro, ambos autorizando a criação da Universidade Federal do Marajó.

A criação da UFM insere-se no contexto das políticas de interiorização e democratização do ensino superior federal, que nas últimas décadas possibilitaram o surgimento de novas universidades na Amazônia, ampliando o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. A experiência bem-sucedida da criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) reforçou a compreensão de que universidades autônomas constituem instrumentos fundamentais para o desenvolvimento regional, especialmente em territórios marcados por grandes desafios sociais e geográficos. A proposta da Universidade Federal do Marajó representa, assim, uma nova etapa desse processo de fortalecimento da presença do Estado brasileiro na Amazônia.

O projeto prevê a constituição da nova universidade a partir da estrutura acadêmica já consolidada pela UFPA no arquipélago. Os campi de Breves e Soure acumulam décadas de atuação na formação de professores, pesquisadores e profissionais em diversas áreas do conhecimento, desempenhando papel decisivo na interiorização do ensino superior na região. O Campus de Breves consolidou-se como um importante polo de formação universitária no Marajó Ocidental, enquanto o Campus de Soure tornou-se referência em iniciativas de ensino, pesquisa e extensão voltadas às especificidades ambientais, culturais e sociais do arquipélago.

A área de abrangência da futura universidade compreende os dezesseis municípios do arquipélago do Marajó, território que reúne uma população superior a meio milhão de habitantes distribuída em uma extensa área de ilhas, rios, campos e florestas. Apesar de sua importância histórica, cultural e ambiental para o Brasil, a região ainda enfrenta graves desafios relacionados ao acesso à educação, à infraestrutura, à saúde e às oportunidades de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a criação da UFM busca reduzir desigualdades históricas e ampliar as oportunidades educacionais para a juventude marajoara.

O modelo institucional proposto é multicampi, permitindo que a universidade desenvolva atividades de ensino, pesquisa e extensão em diferentes municípios do arquipélago. Essa configuração busca assegurar maior capilaridade das ações acadêmicas e fortalecer a integração regional. A futura universidade poderá ampliar significativamente a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento local, como educação, saúde, ciências ambientais, gestão pública, turismo sustentável, aquicultura, pesca, agroecologia, tecnologia da informação, energias renováveis e estudos amazônicos.

Outro aspecto relevante da proposta está relacionado à singularidade territorial e sociocultural do Marajó. O arquipélago abriga populações ribeirinhas, quilombolas,

extrativistas, pescadores artesanais e agricultores familiares que mantêm modos de vida profundamente vinculados aos ecossistemas amazônicos. Uma universidade federal com identidade regional própria poderá ampliar significativamente a produção de conhecimento sobre biodiversidade, mudanças climáticas, manejo sustentável dos recursos naturais, direitos humanos, culturas tradicionais e desenvolvimento territorial. Iniciativas já desenvolvidas pela UFPA na região demonstram o potencial acadêmico existente para sustentar esse processo de expansão institucional.

Historicamente, o Marajó apresenta alguns dos mais baixos indicadores socioeconômicos do país, realidade que reforça a necessidade de investimentos estruturantes em educação superior, ciência e tecnologia. Nesse sentido, a criação da UFM é vista como um instrumento capaz de ampliar oportunidades de mobilidade social, fortalecer a economia regional e promover maior inclusão da população marajoara nos processos de desenvolvimento.

Nos últimos anos, a proposta passou a integrar oficialmente os planos de expansão da educação superior federal defendidos pela UFPA junto ao Ministério da Educação. Em documento apresentado às autoridades federais, a universidade indicou a criação da Universidade Federal do Marajó, a partir dos campi de Breves e Soure, como uma das prioridades estratégicas para a ampliação da presença do ensino superior público no Pará. Paralelamente, lideranças políticas e representantes da sociedade civil têm reforçado a defesa da iniciativa, que ganhou ainda mais visibilidade após manifestações públicas de apoio durante agendas presidenciais realizadas no arquipélago.

A Universidade Federal do Marajó surge, portanto, como um projeto estruturante para o futuro do arquipélago marajoara. Mais do que uma nova instituição de ensino superior, a UFM representa a possibilidade de construção de um polo de produção científica, formação profissional e inovação tecnológica comprometido com as necessidades e potencialidades do território. Caso venha a ser efetivamente implantada, a universidade poderá desempenhar papel decisivo na promoção do desenvolvimento sustentável, na valorização da diversidade sociocultural amazônica e na consolidação de uma nova agenda de oportunidades para a população do Marajó.